ANTÓNIO CARLOS NEVES DE VALERA

CALCOLÍTICO E TRANSIÇÃO PARA A IDADE DO BRONZE NA BACIA DO ALTO MONDEGO:

ESTRUTURAÇÃO E DINÂMICA DE UMA REDE LOCAL DE POVOAMENTO

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Pré-História e Arqueologia, sob orientação da Professora Doutora Susana Oliveira Jorge

VOLUME I

PORTO
Março de 2006

ANTÓNIO CARLOS NEVES DE VALERA

CALCOLÍTICO E TRANSIÇÃO PARA A IDADE DO BRONZE NA BACIA DO ALTO MONDEGO:

ESTRUTURAÇÃO E DINÂMICA DE UMA REDE LOCAL DE POVOAMENTO

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Pré-História e Arqueologia, sob orientação da Professora Doutora Susana Oliveira Jorge.

VOLUME I

PORTO
Março de 2006

ÍNDICE

VOLUME I

Pág.

ÍNDICE 3

AGRADECIMENTOS 9

RESUMO DA DISSERTAÇÃO (Abstract / Résumé) 11

Parte I - A problemática da investigação 15

Capítulo 1 - PROBLEMÁTICAS E METODOLOGIAS DA INVESTIGAÇÃO 17

1.1 O Assunto 17

1.2 Sobre a necessidade de uma preocupação epistemológica 23

1.3 Conhecer: entre a ideologia e a ontologia 25

1.4 Questões de metodologia e de métodos 77

Capítulo 2 - O ESPAÇO DA INVESTIGAÇÃO: UMA CARACTERIZAÇÃO GERAL 85

2.1 Localização administrativa 85

2.2 Caracterização geomorfológica geológica 85

2.2.1 Enquadramento regional 85

2.2.2 Enquadramento local 90

2.3 Localização dos contextos arqueológicos de estudo 97

2.4 Dados paleoecológicos 102

2.4.1 Os dados do Castro de Santiago 103

2.4.2 Os dados da Malhada 104

2.4.3 Algumas observações a propósito dos dados do Castro de Santiago e da Malhada 106

Parte II – Os dados arqueológicos: construção de uma base documental 113

Capítulo 3 – O CASTRO DE SANTIAGO 115

3.1 Localização administrativa e geográfica 115

3.2 Áreas intervencionadas, estratigrafias e faseamento 116

3.3 A componente artefactual 123

3.3.1 Os materiais cerâmicos 123

3.3.2 A pedra talhada 132

3.3.3 A pedra polida 140

3.3.4 Elementos de moagem 142

3.3.5 Elementos de adorno 143

3.3.6 Nota aos materiais da campanha de 2004 143

3.4 Cronologias absolutas 143

Capítulo 4 – A MALHADA 147

4.1 Localização administrativa e geográfica 148

4.2 Áreas intervencionadas, estratigrafia e faseamento 149
4.2.1 Sector A 149
4.2.2 Sector B 150
4.2.3 Sector C 155
4.2.4 Sector D 157
4.2.5 Sector E 161
4.2.6 Sector F 162
4.2.7 Os socalcos da vinha sul e o Sector H (vinha norte) 163
4.3 Conjuntos artefactuais 163
4.3.1 Recipientes cerâmicos 163
4.3.2 Pesos de tear 180
4.3.3 Colheres 181
4.3.4 Pedra talhada 182
4.3.4.1 Materiais relativos à produção 182
4.3.4.1.1 Núcleos 182
4.3.4.1.2 Utensílios de talhe 183
4.3.4.2 Produtos e utensílios 184
4.3.4.2.1 As lamelas 184
4.3.4.2.2 As lascas 186
4.3.4.2.3 As lâminas 187
4.3.4.2.4 Raspadeiras, raspadores e denticulados 188
4.3.4.2.5 Furadores e brocas 188
4.3.4.2.6 Buris e U.A.D. 188
4.3.4.2.7 Pontas de seta 189
4.3.4.3 Organização da produção de pedra talhada 191
4.3.5 Pedra polida 194
4.3.6 Elementos de moagem 196
4.3.7 Elementos de adorno 197
4.3.8 Metalurgia 197
4.3.9 Dados faunísticos 198
4.4 Cronologias absolutas 198

Capítulo 5 – A FRAGA DA PENA 203

5.1 Localização administrativa e geográfica 203
5.2 As intervenções arqueológicas (1991 a 1998) 204
5.2.1 O Sector 1 205
5.2.2 O Sector 2 209
5.2.3 O Sector 3 213
5.3 Conjuntos artefactuais 215
5.3.1 Recipientes cerâmicos 215
5.3.2 Pedra talhada 229
5.3.2.1 Materiais relativos à produção 229

5.3.2.1.1 Núcleos 229
5.3.2.1.2 Utensílios de talhe 230
5.3.2.2 Produtos e utensílios 230
5.3.2.2.1 As lamelas 230
5.3.2.2.2 As lascas 231
5.3.2.2.3 As lâminas 232
5.3.2.2.4 Raspadeiras, raspadores, entalhes e denticulados 233
5.3.2.2.5 Furadores 233
5.3.2.2.6 Buris 233
5.3.2.2.7 Pontas de seta 233
5.3.2.2.8 Geométrico 235
5.3.2.3 Indústria macrolítica talhada 235
5.3.2.4 Organização da produção de pedra talhada 235
5.3.3 Pedra polida 239
5.3.4 Elementos de moagem 239
5.3.5 Metais 240
5.3.6 Elementos de tecelagem 240
5.3.7 Objectos de adorno 240
5.3.8 Artefactos do sagrado 241
5.3.9 Pintura 241
4.4 Cronologia 243

Capítulo 6 – A QUINTA DA ASSENTADA 249

6.1 Localização administrativa e geográfica 249
6.2 As intervenções arqueológicas (1991 a 1998) 251
6.3 Os conjuntos artefactuais 258
6.3.1 Recipientes cerâmicos 259
6.3.2 Pesos de tear 264
6.3.3 Pedra talhada 264
6.3.3.1 Materiais relativos à produção 264
6.3.3.1.1 Os núcleos e material de reavivamento 265
6.3.3.2 Produtos e utensílios 266
6.3.3.2.1 Lamelas 266
6.3.3.2.2 Lascas 267
6.3.3.2.3 Lâminas 267
6.3.3.2.4 Raspadeiras, raspadores e denticulados 268
6.3.3.2.5 Furadores e brocas 268
6.3.3.2.6 Buris 268
6.3.3.2.7 Pontas de seta 268
6.3.3.2.8 Pesos de rede 270
6.3.3.3 Organização da produção de pedra talhada 270

6.3.4 Pedra polida 273
6.3.5 Elementos de moagem 273
6.3.6 Metalurgia (?) 274
6.4 Cronologia 274

Capítulo 7 – OUTROS CONTEXTOS HABITACIONAIS, FUNERÁRIOS E VESTÍGIOS AVULSO 277

7.1 A Quinta das Rosas 277
7.1.1 Localização administrativa e geográfica 278
7.1.2 Trabalhos arqueológicos (2003 – 2005) 278
7.1.3 Os materiais atribuíveis ao 3º milénio AC 283
7.2 A Quinta dos Telhais 284
7.3 As Provilgas 285
7.4 Vestígios avulso 286
7.4.1 Penedo da Pena 286
7.4.2 Quinta do Carvalho 286
7.4.3 Infias 287
7.4.4 Esporão 287
7.4.5 Figueiró da Granja 287
7.4.6 Forcadas 287
7.4.7 Fornos de Algodres 1 287
7.4.8 Algodres (Ladeira) 288
7.4.9 Pinhal dos Melos 288
7.4.10 Seminário de Fornos de Algodres 289
7.4.11 Quinta dos Carvalhais 289
7.4.12 Vitureira 289
7.4.13 Cortegada 289
7.4.14 Vale Domeiro (Campo de futebol de Cortiçô) 289
7.4.15 Quinta do Inferno 290
7.4.16 Quinta do Coelho 290
7.4.17 Vale da Vinha 290
7.5 Contextos funerários 290
7.5.1 Anta da Matança (Casa da Orca de Corgas de Matança) 290
7.5.2 Anta de Cortiçô (Casa da Orca) 292
7.5.3 Anta de Aldeia Velha 293
7.5.4 Monumentos do Carapito 293
7.5.4.1 Monumento 1 294
7.5.4.2 Monumento 2 295
7.5.4.3 Monumento 3 296
7.5.4.4 Monumento 4 297

Capítulo 8 – COMPORTAMENTO DOS CONJUNTOS ARTEFACTUAIS AO LONGO DO 3º MILÉNIO AC: UMA ABORDAGEM COMPARADA. 299

8.1 Sequência cronológica 299

8.2 Caracterização comparada da cultura material 310

8.2.1 As cerâmicas 311

8.2.2 Os elementos de tear 328

8.2.3 Indústria lítica talhada 330

8.2.4 Indústria de pedra polida 338

8.2.5 Os elementos de moagem 343

8.2.6 Outras materialidades 348

8.3 Resumindo ... 350

Parte III – Dinâmica de uma rede local de povoamento: discursos de síntese 353

Capítulo 9 – ESPAÇOS, ARQUITECTURAS E FUNCIONALIDADES 355

9.1 Jogos de sentido: organizações espaciais internas, arquitecturas e actividades 359

9.1.1 Os sítios "abertos" 374

9.1.1.1 A Malhada 374

9.1.1.2 A Quinta da Assentada 393

9.1.1.3 Quinta das Rosas e sítios prospectados 401

9.1.2 Os recintos 403

9.1.2.1 O Castro de Santiago 403

9.1.2.2 A Fraga da Pena 418

Capítulo 10 – DINÂMICA DO POVOAMENTO LOCAL DURANTE O 3º MILÉNIO AC 447

10.1 Questões de periodização e de escala de análise 447

10.2 O discurso existente: limites e potencialidades de modelos e perspectivas de abordagem 455

10.2.1 Tentativa de uma modelização regional 456

10.2.2 A primeira proposta de modelização para a área de Fornos de Algodres 466

10.3 A organização do povoamento local ao longo do 3º milénio AC: um aprofundamento sustentado por novos dados empíricos e uma reorientação teórica. 473

10.3.1 Que realidade Neolítica? 473

10.3.2 Breve nota sobre as suportes teóricos dos discursos sobre a calcolitização 479

10.3.3 Génese de um território de identidade (1º quartel do 3º milénio AC) 483

10.3.4 A afirmação de uma tradição local (meados do 3º milénio AC) 509

10.3.5 A integração numa dinâmica de "globalização regional" (finais do 3º quartel do 3º milénio AC – Início do 2º milénio AC) 520

10.4 O problema dos abandonados na dinâmica global da ocupação do vale 537

10.5 Problemas de uma integração regional 547

Capítulo 11 – (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA DINÂMICA DE IDENTIDADE E DE TRADIÇÃO LOCAL 551

11.1 Arqueologia e identidade social: breve panorâmica de uma relação antiga 552

11.1.1 A identidade como essência instrumentalizada 553

11.1.2 A travessia do deserto 555

11.1.3 A recuperação num contexto de transformações sociais e pluralidade paradigmática 556

11.2 Para uma abordagem arqueológica da problemática da identidade 559

11.2.1 O que é a Identidade? O problema ontológico e as consequências epistemológicas 560

11.2.2 Processos de identificação 569

11.2.2.1 Dualidade identitária: o problema da dicotomia indivíduo / colectivo no fenómeno social 570

11.2.2.1.1 Identidades individuais 572

11.2.2.1.2 Identidades colectivas ou grupais 575

11.2.2.2 Agentes de identificação 579

11.2.2.3 Sumariação dos processos de identificação e da sua conceptualização 581

11.3 Dinâmica identitária e construção de uma tradição local 582

11.3.1 Será possível uma paleopsicologia? O modelo de estrutura mental finalista e as suas potencialidades para uma Arqueologia Contrastante das identidades 584

11.3.2 Os sentidos da Paisagem e as relações com os processos locais de identificação 598

11.3.3 O estilo: expressão das dinâmicas de identificação 618

11.3.3.1 Estilos arquitectónicos, organização do micro espaço e tradição local 626

11.3.3.2 Cultura material e estratégias locais de identidade 635

11.4 Concluindo 648

Capítulo 12 – *POST SCRIPTUM* OU A CONTINGÊNCIA E A REPERCUSSÃO SOCIAL DO DISCURSO 655

12.1 Breve recapitulação de um percurso pessoal 655

12.2 Da necessidade de um envolvimento social 660

VOLUME II

ÍNDICE 673

LISTAGEM DE FIGURAS (do Volume I) 675

LISTAGEM DE ESTAMPAS (do ANEXO 4) 679

BIBLIOGRAFIA 685

ANEXO 1 – Métodos de escavação e registo e critérios de análise 717

ANEXO 2 – Quadros e Gráficos 735

ANEXO 3 – Matrizes 791

ANEXO 4 – Estampas 839

ANEXO 5 – Trabalhos arqueométricos complementares 1015

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento vai para a Professora Doutora Susana Oliveira Jorge, por ter aceite a orientação desta dissertação e pelo apoio e simpatia que para comigo sempre revelou. A influência do seu pensamento e do seu contributo para o desenvolvimento da Pré-História Recente peninsular é por demais evidente neste trabalho.

Um trabalho desta natureza não é, naturalmente, um trabalho solitário. Para a sua concretização contribuíram inúmeras pessoas, a começar por todos os que durante vários anos participaram nos trabalhos de campo e de gabinete desenvolvidos no âmbito desta investigação. Permitam-me os demais que saliente a amizade e a colaboração sempre presente da Maria de Luz Rocha e do João Rebuge.

São igualmente credoras do meu agradecimento as Doutoras Isabel Dias e Isabel Prudêncio, pelo apoio e investigações complementares que realizaram no âmbito das abordagens arqueométricas.

Mas muito pouco poderia ter sido feito sem o apoio do Município de Fornos de Algodres (um dos principais sustentáculos financeiros do trabalho) e sem o permanente suporte que o seu presidente, Dr. José Miranda, sempre concedeu à investigação arqueológica que ali tenho desenvolvido, de forma continuada, nos últimos 18 anos. A ele se deve, em grande medida, a possibilidade de desenvolver este estudo (que continua) e de ir disponibilizando os seus resultados ao público local e geral. No capítulo financeiro, contudo, há ainda a referir o apoio dado pelo Instituto Português de Arqueologia, no âmbito de um projecto do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (assim como em estudos complementares no âmbito dos concursos para investigação arqueométrica e paleoecológica, esta realizada pelo CIPA), e pela empresa ERA Arqueologia S.A., à qual se deve um importante apoio em termos logísticos e nos trabalhos topográficos. Ao Miguel Lago, administrador delegado da ERA Arqueologia S.A., onde trabalho actualmente, fico a dever esse apoio e um importante incentivo para levar acabo este trabalho, assim como a latitude e a confiança que me permitiram conciliar a sua concretização com as funções que desempenho naquela instituição. À Lucy Evangelista agradeço a "desesperante" revisão desta dissertação (as "gralhas" que nela existirem serão, naturalmente, da minha inteira responsabilidade).

Por último, agradeço a todos aqueles que, em Fornos de Algodres, sempre me acolheram da melhor forma e participaram, à sua maneira, para que este trabalho se pudesse realizar.

RESUMO DA DISSERTAÇÃO

Com esta dissertação visa-se estabelecer um modelo para as dinâmicas sociais de ocupação de um espaço de escala local, centrado na área do Concelho de Fornos de Algodres (Guarda, Portugal) e franjas de concelhos limítrofes. Essas dinâmicas são articuladas com um processo específico de territorialização e com uma Paisagem local, e perspectivadas como uma expressão local, com as suas particularidades e ritmos diferenciados, do *trend* estrutural de longa duração de transição entre as comunidades neolíticas e as sociedades hierarquizadas da Idade do Bronze. Presta-se particular atenção ao papel desempenhado pela variável identidade nas dinâmicas de constituição de um Espaço de Tradição Local durante o 3º milénio AC.

No modelo proposto, a expressão local desta dinâmica social revela, contudo uma trajectória personalizada que a individualiza como espaço de tradição relativamente a outras áreas locais e regionais. Este espaço de tradição local constituiu-se durante a primeira metade do 3º milénio, onde se faz sentir uma significativa autarcia de um território relativamente pequeno. Desenvolve-se uma nova territorialidade, associada à moderada consolidação de uma economia produtora e novas identidades, as quais se conjugam na estruturação de numa rede de povoamento local. Esta organiza-se de acordo com trajectórias de circulação e com uma representação da paisagem ainda enraizada na tradição cosmológica neolítica. A maior fixação e controlo do território, com as suas características geográficas e com as suas representações, articulam-se com dinâmicas identitárias que terão nas decorações cerâmicas e no Castro de Santiago duas das expressões emblemáticas. As novas aportações exógenas, sobretudo no domínio das arquitecturas, são colocadas ao serviço dessa nova expressão territorial e identitária, mas considera-se que as transformações económicas, tecnológicas e sociais em curso são ainda enquadradas e conformadas por esquemas mentais que se encontram em continuidade com o passado neolítico e que podem ser perspectivados no âmbito de um modelo cognitivo finalista de espaços geográficos e sociais qualitativos.

Em meados do 3º milénio uma tradição local e uma organização do território parecem consolidados. No sítio da Malhada, os elementos emblemáticos, assim como os menos activos presentes na cultura material do Castro de Santiago, reforçam a imagem de uma tradição estabelecida. Contudo, alguns sinais de mudança começam a vislumbrar-se nas fases mais recentes de ocupação deste sítio. Estes sinais estão sobretudo relacionados com novidades estilísticas ao nível da morfologia e decoração das cerâmicas, as quais revelam a absorção de padrões que circulam por áreas periféricas Possivelmente já dentro do 3º quartel, surgem as primeiras evidências de metalurgia, ainda que aparentemente com uma expressão reduzida.

Os sinais de desestruturação desta tradição local tornam-se evidentes a partir dos finais do 3º quartel. A estruturação do povoamento no território mantém a sua organização, mas assiste-se à drástica redução das expressões estilísticas emblemáticas e à sua substituição por novos modelos de circulação transregional, revelando uma abertura e uma inserção em dinâmicas de escala mais vasta. Esta dinâmica de integração consolida-se no último quartel do milénio, associada a alterações na organização social interna. A tradicional expressão estilística emblemática local é substituída por novas organizações decorativas associadas a novas formas cerâmicas e modelos metálicos de expressão transregional. A presença de elementos interpretáveis como objectos de prestígios indica a alterações na tradicional organização social, sugerindo a emergência de elites que se procuram diferenciar e expressar o seu poder através desses bens. Estas mudanças serão correlativas de alterações ao nível das identidades, nomeadamente com o reforço das autonomia dos processos de individuação. A edificação de um centro cerimonial na Fraga da Pena neste novo momento de transição (para a Idade do Bronze) assume uma papel de gestão da mudança, procurando, através da evocação da tradição local a vários níveis, regular as tenções provocadas pela mudança na ordem social local.

A dissertação encontra-se organizada em três partes, seguidas da Bibliografia e de cinco anexos. A **PARTE I** é composta por dois capítulos. Trata-se de uma parte essencialmente dedicada à referenciação do trabalho: do ponto de vista temático, da sua circunscrição espacio-temporal e das suas vinculações teóricas e metodológicas.

Assim, o **Capítulo 1** é dedicado a três questões centrais: apresentação do assunto da dissertação, enunciando os objectivos e os limites espaciais e diacrónicos do trabalho; a sua referenciação relativamente a um conjunto de problemáticas de natureza epistemológica; a apresentação de princípios gerais orientadores das opções metodológicas. As questões mais concretas relativas a critérios e especificidades dos métodos e das suas aplicações foram relegadas para anexo. O **Capítulo 2** é dedicado à caracterização geológica e geomorfológica do espaço local e ao seu enquadramento regional, seguida da exposição comentada da informação paleoambiental disponível e da apresentação genérica da base documental arqueológica sobre a qual incide o trabalho.

A **PARTE II** é composta por seis capítulos. Os **Capítulos 3 a 6** correspondem à apresentação dos dados arqueográficos dos principais sítios estudados: o Castro de Santiago, a Malhada, a Fraga da Pena e a Quinta da Assentada. Neles apresenta-se uma descrição genérica das áreas escavadas, das estruturas e das estratigrafias, centrando-se nos aspectos considerados significativos para a compreensão das leituras efectuadas durante o processo de escavação e trabalho de gabinete. Em cada um destes capítulos será ainda apresentado o estudo sintetizado dos conjuntos artefactuais de cada, aligeirados de muitos aspectos descritivos, considerados menos relevantes e que podem ser obtidos nas matrizes de dados apresentadas em anexo (Anexo 3). Da mesma forma, a maioria dos gráficos e quadros que servem de suporte à análise são apresentados no Anexo 2. Existem algumas excepções, quando se entendeu que a sua integração no corpo do texto seria particularmente útil para a compreensão mais imediata do que estava a ser discutido. As estampas, tanto relativas a plantas, cortes e alçados, como as dos materiais surgem no Anexo 4, seguindo a sequência dos capítulos. Segue-se o **Capítulo 7**, o qual é dedicado ao conjunto de sítios sujeitos apenas a pequenas sondagens ou a prospecções e que fazem parte da rede local de povoamento em estudo, a que se acrescenta a informação disponível sobre os contextos funerários megalíticos que, localmente, fornecem informação correlacionável com a temática em estudo. Finalmente, no **Capítulo 8**, é realizada uma análise comparada dos dados dos principais sítios. Começa por se estabelecer a referenciação cronológica dos contextos, para de seguida se analisar o comportamento (no espaço e no tempo) das diferentes categorias artefactuais, assumindo cada sítio como unidade contextual de análise.

A **PARTE III** é composta por quatro capítulos, correspondendo os três primeiros a discursos de síntese, onde se expressam as principais linhas de força da tese formulada na dissertação. O **Capítulo 9** debate questões relacionadas com as arquitecturas, funcionalidades e natureza contextual dos principais sítios. Aí, as materialidades são abordadas de uma perspectiva contextual, procurando contribuir para a construção interpretativa do sentido dos diferentes sítios e das suas particularidades. No **Capítulo 10** procura-se construir um discurso sobre a dinâmica da rede de povoamento local ao longo de cerca de um milénio e da sua referenciação relativamente às dinâmicas de larga escala em que se integra. Começa-se, contudo, por fazer uma exposição e tratamento crítico dos discursos anteriores disponíveis relativos a estas problemáticas para a região. O **Capítulo 11,** começando com uma reflexão teórica relativa ás problemáticas da abordagem da Identidade, é dedicado à análise do comportamento da variável Identidade nessa dinâmica local de povoamento e das formas como o modelo de estrutura mental finalista poder ser operativo no contexto do discurso interpretativo sobre esses dinâmicas identitárias e sobre as formas como se correlacionam com o espaço, o tempo e os diversos contextos. Por último, **o Capítulo 12** procura dotar o trabalho de circularidade, fechando-o de uma maneira que remete para questões discutidas no Capítulo 1: uma breve reflexão da trajectória pessoal que envolveu a realização desta dissertação e a exemplificação do trabalho mais

vasto em que a mesma se insere e que lhe decorreu paralelamente, e que o vincula a uma necessidade de retorno social que se considera dever estar associada à produção científica.

No Volume II surgem a **Bibliografia** e cinco Anexos. O **Anexo 1** é dedicado aos métodos e critérios de análise; o **Anexo 2** reúne os quadros e gráficos relativos às análises dos materiais; o **Anexo 3** apresenta as matrizes de dados dos estudos de materiais; o **Anexo 4** reúne as estampas com as localizações, plantas, cortes, alçados, fotografias e desenhos dos principais contextos da rede local de povoamento e dos conjuntos artefactuais neles registados; o **Anexo 5** apresenta dois textos com dados relativos ao trabalho arqueométrico realizado nesta área sobre cerâmicas e o cadinho da Malhada.

Abstract

This thesis aims to establish a social dynamic model for the development of a local settlement network in the Fornos de Algodres municipal area (Guarda, Portugal). That social dynamic is articulated with a territorialisation process and perception of a local landscape and is considerer to be a local expression of a large scale trend of change from Neolithic communities to Bronze Age hierarchic societies. In this process of local change, identity is considerer vital in the development of a Local Tradition during the 3rd millennium BC.

The new territoriality, associated with the increasing of a productive economy and new identities, is structured according to traditional circulation trajectories and a specific cosmologic perception of the land. The new identities are express through emblematic style present in a specific pottery decoration and through a central residential settlement – Castro de Santiago. The architectures, involving the construction of large walls defining two enclosures, serve communication strategies related to the new identities and territorial claims. This local process of change that developed since the beginning of the 3rd millennium BC was still conformed by cosmological structures engaged in "finalist" cognition schemes of Neolithic tradition.

In the middle 3rd millennium, a local tradition was established, and the emblematic pottery decoration, along with other less active material culture, dominated the assemblages in Malhada site. Never the less, absorption of inter regional decoration patterns and morphologies started to occur and copper metallurgy appear for the first time in the region.

During the 3rd quarter of the millennium, the territorial pattern maintain the same organization, but a drastic reduction of emblematic stylistic expressions is noted and models of large circulation start to substitute those traditional symbols, showing that this local area is opening to an integration process. In the 4th quarter of the millennium, changes in social order seem to be established. Traditional patterns almost disappear and combed incised decoration, plastic decorations and bell beaker pottery express interaction with neighboring regions. Copper artifacts, such as weapons and jewels, associated with bell beakers, circulate in the region, suggesting the emergence of elites that use them to express and reproduce their power. A ceremonial center in Fraga da Pena is created with the role of administrate this transition process, by evoking local tradition, together with innovations, regulating the tensions in the changing social order.

The thesis is organized in two volumes.

Volume I has three parts. In Part I, Chapter 1 regard the subject and theoretical and methodological references, and Chapter 2 is concerned with geographical description of the area of study and paleobotanic available data. Part II (Chapters 3 to 8) presents the researched archaeological sites and produced data. It also presents artifact analysis and comparing diachronic studies. Part III establishes the model. Chapter 9 deals with architecture, function and context. In Chapter 10 the exiting discourses for the region are discussed and the model for local social dynamics during the 3rd millennium is presented. Chapter 11 addresses questions regarding identity and cognitive structures, attempting to evaluate the roles that those variables played on structuring the local tradition and its developments through the millennium. Finally, in Chapter 12, brief considerations on the

personal research trajectories are assumed and parallel knowledge disclosure is exemplified, in the context of an ontological and social responsible idea of the archaeological work.

Volume II collects the Bibliography and the annexed chapters with supplementary data and photographic and graphic records.

Résumé

L'objective de cette dissertation c'est l'établissement d'un modèle pour la dynamique sociale d'un réseau de établissement locale dans la région de Fornos de Algodres (Guarda, Portugal). Cette dynamique sociale est articulée avec un procès de territorialisation et de perception d'un paysage locale et est entendu comme une expression locale d'un *trend* de large échelle, de transition de communautés néolithique vers les sociétés hiérarchisées de l'Age du Bronze. Dans ce procès de changement sociale, l'identité a été considères essentielle pour le développement d'une Tradition Locale au cours du 3^{iéme} millénaire.

La nouvelle territorialité, associé à l'incrément d'une économie productive et a nouveaux identité, est structuré suivant les trajectoires traditionnelle de circulation et une spécifique perception cosmologique de le paysage. Les nouvelles identités s'expriment a travers d'un style emblématique de décoration de poterie et d'un établissement central – Castro de Santiago. Les architectures, avec de larges murailles qui forment deux enceintes perchées, sont au servis d'une stratégie de communication de l'identité et du sentiment de possession territoriales. Ce procès de changement local, qui a commencé au début du 3^{iéme} millénaire, a été conformé pour structures mentales « finalistes » et cosmologiques de tradition néolithique.

Aux milieux du 3^{iéme} millénaire une tradition locale est consolidée et les symboles emblématiques dominent dans l'habitat de Malhada. Mais, parallèlement, styles décoratifs et morphologies de poterie d'expression transrégionale apparaître et la métallurgie du cuivre est registre pour la première fois dans la région.

Dans la second moitié do 3^{iéme} millénaire, l'organisation du territoire est maintenu, mais l'expression stylistique emblématique traditionnelle presque disparu. El a été remplacé par modèles de circulation transrégionale. Poterie avec décoration peignée et plastique, des campaniformes et des matériaux métalliques – armes et joyaux – traduis l'interaction avec d'outres régions. Elites émerge utilisent ces objectes de prestige pour exprime et renforce son pouvoir. A Fraga da Pena est édifié un centre cérémonieux, évoquent la tradition, pour administrer le procès de transition et réguler les tensions de la transformation de l'ordre social.

La dissertation est organisée en deux volumes.

Le Volume I à trois partes. Dans la Parte I, Chapitre 1 adresse l'objective du travail et les questions théorique et de méthodologie ; dans Chapitre 2 on fait la description géographique du territoire et de l'information paléobotanique. Dans la Parte II (Chapitres 3 a 8), sont présenté les sites et résultats de fouilles et des étude des matériels. Le modèle est développé dans la Parte III. Le Chapitre 9 est adressé à questions de architecture, fonction et contexte. Chapitre 10 débats les discours existent et présente le model développé pour la dynamique sociale local et Chapitre 11 débats les problèmes d'identité et des structures cognitive et se comportement dans ce procès. Pour terminer, Chapitre 12 fait du bref analyse de ma trajectoire personnelle dans l'Archéologie et exemplifie de travaille parallèle de divulgation du discours produit.

Le Volume II assemble la Bibliographie et les annexes.

PARTE I

A PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO

1

PROBLEMÁTICAS E METODOLOGIAS DA INVESTIGAÇÃO

Neste primeiro capítulo procurar-se-á expor o assunto de uma tese que se destina a ser discutida na arena da disputa de produção de conhecimento e, num âmbito mais restrito, da obtenção de uma graduação académica. O alcance que se lhe aspira é, contudo, mais vasto e, na convicção de que o conhecimento tem grande parte da sua justificação na relevância social que adquire, ambiciona-se contribuir para novas vivências de um território e de um património específico.

Começarei pela exposição geral do tema da investigação - nos seus objectivos e na sua delimitação espacio-temporal – para depois procurar estabelecer a sua referenciação relativamente às problemáticas do conhecimento e do significado que se assume para o discurso produzido, quer num âmbito genérico, quer relativamente a algumas especificidades da Arqueologia. No final serão apresentadas e justificadas as principais linhas orientadoras da abordagem metodológica das diferentes fases do trabalho e a perspectiva que se têm sobre a seu desempenho na construção do discurso.

1.1 O ASSUNTO

Este é um texto que se apresenta em sequência relativamente a um primeiro trabalho (Valera, 1997a). Uma boa parte da sua justificação, das questões e das problemáticas que o orientam ou das metodologias que segue e aplica encontram-se formuladas, de forma explicita ou implícita, no estudo realizado sobre o Castro de Santiago, relativamente ao qual estabelece, simultaneamente, planos de continuidade, aprofundamento e reformulação. Estas questões eram apresentadas num capítulo intitulado "Questões e problemas: as razões da investigação". Após um primeiro sub-ponto dedicado a uma breve retrospectiva dos trabalhos e referências anteriores relativos àquele sítio arqueológico, procurei, num segundo sub-ponto intitulado "Questões actuais: a orientação presente da investigação", contextualizar e justificar o trabalho em questão. Essa contextualização assentava essencialmente na convicção de que o cabimento principal de uma investigação deverá ser a problemática que a orienta: investigar deveria ser elaborar

respostas para um questionário, o qual deveria ser bem explícito e ser dotado de validade social. Nesse texto de síntese escrevia-se:

> "Trata-se de um projecto que assume uma escala de análise local, abrangendo uma área relativamente restrita (...) e que tem por objectivo geral a construção de um quadro histórico da ocupação humana daquele espaço, procurando compreeender como essa ocupação se foi organizando ao longo do tempo"
>
> (Valera, 1997a: 4)

Os trabalhos desenvolvidos no Castro de Santiago não eram vistos como um fim em si, como um simples estudo monográfico de mais um sítio arqueológico, mas como um momento da investigação dos sistemas de povoamento que operavam neste espaço local durante a Pré-História Recente.

Orientados pelo objectivo de procurar estabelecer uma base documental para abordar as questões relativas às dinâmicas locais do povoamento, os trabalhos de campo realizados desde 1988 proporcionaram a identificação e estudo de um conjunto de contextos que apontavam para a emergência e desenvolvimento, a partir do fim do 4º, ao longo de todo o 3º e entrando pelos primeiros séculos do 2º milénio AC, de uma rede local de povoamento com uma dinâmica específica que, regionalmente, não tem ainda paralelo conhecido. Os dados que iam sendo produzidos sugeriam novas estratégias de implantação e de relação com o espaço; *novas territorialidades* e dinâmicas sociais que se encontrariam associadas à emergência dessa rede de povoamento.

Estaríamos em presença de uma expressão local de um movimento histórico mais vasto, integrável num ciclo de mudança de longa duração captável à escala peninsular e que corresponde à emergência de sociedades com níveis de sedentarização plenos, onde se afirma a economia produtora e se vão delineando situações de desigualdade social, associadas a um amplo aparato ideológico de legitimação e exibição de poder e que parecem desenvolver-se no Ocidente Peninsular a partir da 2ª metade do 4º/inícios do 3º milénio AC, com precocidade meridional. Na periodização tradicional trata-se da génese e afirmação do Calcolítico e da transição para a Idade do Bronze.

A este contexto de mudança social correspondem alterações e reorganizações nas diversas territorialidades (que se manifestam a diferentes escalas - transregionais, regionais e locais), na medida em que o espaço e a organização social se encontram organicamente fundidos, retirando a sociedade parte do seu sentido do espaço em que se insere e da espacialidade que assume. A base documental da área de Fornos de Algodres, integrando-se nesta dinâmica global calcolítica de mudança social e reestruturação de territorialidades, permitiria, pela primeira vez na região, a tentativa de modelização das morfologias que este processo assumiu localmente.

Por outro lado, se a territorialidade envolve considerações sociais, económicas e políticas, acarreta também importantes factores de ordem emocional, psicológica e ideológica, essenciais na estruturação de identidades. A possibilidade de investigar este movimento de mudança num espaço restrito e durante cerca de um milénio proporcionava condições propícias para a abordagem da vertente identitária.

Assim, estabeleceram-se como objectivos do presente trabalho a caracterização geral e integrada dos contextos em estudo, da sua organização interna espacial e arquitectónica, a modelização dos padrões de implantação espacial dos diferentes contextos; a caracterização da cultura material e estratégias de exploração de recursos, a determinação das dimensões espaciais e cronológicas das ocupações, a definição de contemporaneidades e distanciamentos cronológicos entre os sítios, de modo a construir um quadro da ocupação do espaço em questão que permitisse uma análise da mudança durante o período considerado. Discutindo funcionalidades e especificidades de cada sítio no contexto local de povoamento, procurou-se aceder ao seu sentido e equacionar autosuficiências e interdependências, avaliando a autarquia, dependência e interacção à escala local e da rede local de povoamento relativamente ao exterior regional e transregional, analisando o comportamento diacrónico dessas relações.

Por último, procurar-se-á construir um modelo para as dinâmicas sociais de ocupação deste espaço local e avaliar o comportamento da variável identidade, relacionável com um processo específico de territorialização e com uma Paisagem local, no contexto da mudança que se opera localmente ao longo do tempo considerado e na constituição daquilo que designaremos, para utilizar uma expressão de Vítor Jorge, por *Espaço de Tradição Comunitária* (Jorge, 2005: 258). O aprofundamento das questões da identidade tornou-se mesmo num dos propósitos mais específicos do trabalho. Esta temática será desenvolvida no Capítulo 11 e aí serão apresentadas as principais linhas orientadoras do tratamento dessas problemáticas e a justificação do seu interesse actual.

O entendimento de que todo o conhecimento dito científico se integra num desígnio social que, sendo realizado através de agentes concretos dotados de intenção e desejo, deve ser assumido como um projecto colectivo – no sentido de que deverá ser socialmente interventivo e produtivo, isto é, socialmente orientado – fez com este mesmo trabalho se integrasse numa dinâmica de objectivos mais vastos, que transcendem a "simples" produção de conhecimento, para se preocuparem com os resultados práticos, socialmente concretos, dessa produção. Assim, o trabalho evoluiu a par de todo um conjunto de outras práticas destinadas a promover a vivência pública do património em questão e do próprio conhecimento que se ia progressivamente elaborando. A construção desse conhecimento foi-se realizando numa dinâmica relacional e recursiva com essas outras práticas,

informando-as e sendo por elas influenciado. Trata-se da questão da natureza eminentemente social da produção de conhecimento, a qual é abordada do ponto de vista teórico no presente capítulo e do ponto de vista da sua prática concreta no final da dissertação, no seu último capítulo (o Doze).

O Espaço e o Tempo do projecto

As representações do real dependem das nossas escalas de abordagem, da nossa capacidade de zoom. Independentemente de partilharmos uma perspectiva construtivista ou reveladora da realidade e do problema da permanente relação local - total, será consensual que os fenómenos têm a sua escala específica.

Boaventura Sousa Santos (BSS) reclama, no seu famoso pequeno grande livrinho de "Um discurso sobre as ciências", que todo o conhecimento local é total (Santos, 1998: 46 e seguintes), numa forma de expressar a interdependência recursiva entre todo e parte, proposta que procura superar uma das tradicionais dicotomias do pensamento que caracterizou certas perspectivas da ciência na modernidade. A totalidade era vista como uma espécie de conjunto dos particulares, alcançável pela soma das partes. Foi essa a perspectiva que informava os desígnios totalizantes da historiografia iluminista de Diderot ou do romantismo de Guizot e até, de certa forma, a intenção (mais que a concretização, que se centrou no económico e social) da historiografia dos *Annales*. A totalidade, que BSS associa ao que considera ser o novo paradigma emergente na pós-modernidade, é uma totalidade diferente: não é um somatório de localidades, mas um total "ilustrado" por particularidades e que nelas se expressa precisamente de forma "particular". O local exemplifica uma das formas possíveis da totalidade e esta é vista como um campo de possíveis particularmente exemplificados, num conhecimento que não apela à generalização, à redução das diferenças e à homogeneização, antes, potencia a reconstituição dos "projectos cognitivos locais" (*Idem*: 48).

Esta abordagem, que traduz a mesma problemática da discussão em trono da dicotomia sujeito – colectivo, redimensiona e revaloriza o papel do local, até então submetido aos desígnios mais ou menos normativos das totalidades, das grande generalizações. Estudar o Calcolítico em Fornos de Algodres, nesses outros termos, seria procurar os "sintomas gerais do sistema", presentes em todo o lado (o que de certa forma se fez na monografia de Santiago, como na autocrítica realizada no Capítulo 10 se assume). Pelo contrário, a perspectiva agora adoptada, e cuja justificação será mais desenvolvida no início do referido Capítulo 10, é a de que as sociedades se organizam, quase que por regra (existirão excepções), de uma forma relacional em rede e que a dinâmica dessa relação apresenta tendências, movimentos, que são organizáveis teoricamente, o que permite dota-

los de sentido e perceber como agem recursivamente sobre cada trama e cada nó da rede. Neste sentido, as "totalidades" são algo mais que "um campo de possíveis particularmente exemplificados". São dinâmicas activas que geram caminhos e a sua "captação" é essencial para a compreensão dos casos concretos, na relação que se estabelece entre todo e parte. De outra forma, sem os processos de generalização contextualizada (ou seja, que não são leis universalmente generalizáveis) o investigador transformar-se-ia num "idiota especializado" , um *Fachidioten* acantonado no seu "átomo" de realidade particular.

Os processos cognitivos de generalização que lidam com estas tendências, contudo, têm a sua escala específica de operacionalidade e não dão conta de forma adequada das fenomenologias de cada sítio ou de cada espaço local, embora se alimentem delas. Estas não são simples exemplos desse todo que se possam descartar uma vez estabelecida a descrição da totalidade. São elas próprias "realidade". Daí que, quando a generalização homogeneizante é confundida com a realidade e é transposta de escala, transforma-se em prática limitadora. Opera-se um processo de homologia entre geral e particular sob o domínio do primeiro e a diversidade é reduzida a uma unidade teórica válida para uma outra escala. Trata-se de um processo cognitivo que evoca o que reconhecemos em muitas comunidades pré-históricas e históricas, onde contextos particulares são dados como representações do *cosmos*. A possibilidade de análise da relação todo-parte desaparece, porque tudo se transforma num espelho fiel do todo. O contexto torna-se repetitivo, ou melhor, porque se escamoteia a diversidade, o contexto desaparece. O geral caracteriza o particular e este, tautologicamente, só pode fielmente espelhar e confirmar essa mesma totalidade.

A escala desta investigação é, pois, assumidamente local. Procurou-se dar conta das suas dinâmicas concretas, particulares, das suas fenomenologias. Mas porque se organizava em rede com outras "escalas locais" e essa rede de relações seria complexa porque não seria homogénea, nem simétrica, nem estável, torna-se importante perceber essas dinâmicas relacionais, situação que, como se defenderá no final do Capítulo 10, não é de todo fácil, face ao carácter "insular" que, regionalmente, este contexto local apresenta.

A descrição do espaço abrangido e a sua integração regional em termos físicos actuais será realizada no Capítulo 2. Genericamente corresponde ao concelho de Fornos de Algodres e a pequenas franjas de concelhos limítrofes, nomeadamente Aguiar da Beira e Trancoso. Trata-se de um pequeno território com cerca de 136km^2 (cerca de 10x14km), localizado no interior centro de Portugal, integrado na antiga província da Beira Alta, onde faz fronteira entre os distritos da Guarda e Viseu. Corresponde também a uma fronteira geomorfológica, entre os planaltos centrais e a plataforma abatida percorrida pelo rio

Mondego. Se a sua descrição é remetida para o capítulo seguinte, a sua justificação, ou se quisermos, os critérios da sua definição são apresentados agora.

Já na monografia de Santiago expressava a ideia de que o conhecimento era uma contingência, vínculo que discutirei de forma mais profunda no ponto seguinte, mas que será várias vezes retomado ao longo do texto. Contingência dos mecanismos de elaboração do conhecimento, mas também do próprio objecto: o objecto é constituído, definido, pelo próprio processo de investigação, pelas trajectórias que conduziram a essa mesma pesquisa e por outros factores historicamente situados. Isto é particularmente notado na definição espacial da área de estudo.

As interferências das trajectórias pessoais nesse processo são confidenciadas no último capítulo; de momento apenas digo que existiram motivações pessoais, de carácter psicológico, que contribuíram para a determinação da base espacial e documental da análise.

Quanto à realidade da actual organização administrativa do território, com o que isso implica de facilidade ou dificuldade de acesso aos contextos e de apoio financeiro à investigação, é um factor frequentemente decisivo na extensão ou na contracção dos "espaços em estudo". Este trabalho não fugiu à regra e as fronteiras administrativas concelhias tiveram também a sua interferência. Estas, todavia, não são despidas de sentido histórico e de "lógica ocupacional". De facto, e se exceptuarmos o enclave a sul do Mondego acrescentado aquando das revisões administrativas realizadas no século XIX, e um "estranho" triângulo que corta o vale da Ribeira da Muxagata, quebrando uma linearidade fronteiriça que seguia a orientação do vale (quebra que se explica pelo carácter marcante que a Fraga da Pena continua a exercer na cartografia do espaço local, já que se constitui como o vértice dessa ruptura), se exceptuarmos estas "dissonâncias" dizia, o território de Fornos de Algodres apresenta uma dualidade geomorfológica (descrita no Capítulo 2) que lhe confere um sentido de unidade muito particular, cuja leitura terá, estou em crer, profundidade no tempo e terá ficado parcialmente expressa na compartimentação administrativa recente.

Finalmente o próprio evoluir da investigação permitiu que uma leitura espacial da paisagem fosse emergindo e que a lógica territorial acima referida fizesse sentido como base espacial de análise para o estudo presente. Este espaço de tradição comunitária não se reduz, na sua componente espacial, a um palco físico passivo definido por critérios da moderna ciência geomorfológica. Trata-se de um espaço cultural, que se constitui como unidade de observação que deve ser entendida como uma *área coerente*, onde se desenvolve uma *forma de vida*, que se individualiza pelas suas características internas, mas também por confrontação que estabelece com outras paisagens vizinhas. Uma unidade que

é dinâmica, mas que é reconhecível porque, dentro desse movimento temporal, se conforma em processos que podem ser teoricamente estabelecidos e traduzidos por discursos explicativos e interpretativos.

Quanto à variável "tempo histórico" que a investigação aborda, o conjunto de contextos trabalhados (escavados em área, sondados ou simplesmente prospectados) possibilitaram abordar o povoamento deste espaço durante pouco mais de um milénio, entre os finais do 4º e inícios do 2º milénios AC, ou seja, ao que corresponde, no esquema periodizador geral da Pré-História Peninsular, à emergência e desenvolvimento do Calcolítico e arranque da Idade do Bronze. O número e natureza de contextos identificados e trabalhados permitiu, assim, abordar uma dinâmica milenar num território relativamente restrito e com traços geomorfológicos bem marcados.

1.2 SOBRE A NECESSIDADE DE UMA PREOCUPAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

No que respeita à investigação, afirmar o postulado da reflexividade significa assumir a necessidade de ultrapassar o debate em torno das questões relativas aos sistemas e modelos teóricos de compreensão e explicação construídos e utilizados no "conhecer", para tocar a profundidade das problemáticas respeitantes à produção de conhecimento.

Salvo para um conjunto relativamente reduzido de autores ou em algumas situações pontuais, os problemas epistemológicos têm sido considerados pouco atraentes por um número demasiado significativo de praticantes de Arqueologia em Portugal. Na realidade, se a actividade arqueológica tem revelado um inquestionável aumento e renovação da "produtividade científica", essa expansão (quantitativa e qualitativa) não tem sido acompanhada, nas devidas proporções, por uma adequada participação nos debates em torno das condições de produção desses mesmos conhecimentos. A consciência de que o discurso sobre o real não é com este confundível, a noção de que todo o conhecimento é contingente, tornam evidente que os factores que intervêm e condicionam o processo são tão decisivos na elaboração do discurso, quanto a "realidade" que se pretende conhecer. Para os que ainda crêem na neutralidade do observador, na sua capacidade de se subtrair ao contexto garantindo uma objectividade não situada e, portanto, absoluta, dispensando qualquer preocupação com condições subjectivas da acção cognitiva, ou que assumem uma atitude displicente relativamente aos fundamentos da acção de conhecer, sublinho as palavras de Pierre Bourdieu:

> "(...) àqueles que vissem neste projecto de tomar para objecto os instrumentos de construção do objecto, de fazer a história social das categorias de pensamento do mundo social, uma espécie de desvio perverso da intenção científica, poder-se-ia

> objectar que a certeza em nome da qual eles privilegiam o conhecimento da "realidade" em relação ao conhecimento dos instrumentos de conhecimento nunca é, indubitavelmente, tão pouco fundamentada como no caso de uma realidade que, sendo em primeiro lugar, representação, depende tão fundamentalmente do conhecimento e do reconhecimento."
>
> (Bourdieu, 2001b, p:107-108)

Curioso é o facto de que este imperativo se tornou, precisamente, numa das garantias de objectividade, tal como ela é hoje entendida: não como a negação de uma subjectividade impossível de anular na sua totalidade, mas como o controlo apertado dessa mesma subjectividade. Pensar-se a si próprio, às condições da sua formulação e de produção dos seus enunciados e preposições, é uma das características do pensamento científico e um dos processos que, em meu entender, o individualizam e valorizam relativamente a outras (mas não necessariamente a todas) formas de conhecimento.

Não se pretende, contudo, desenvolver neste ponto e no seguinte uma aprofundada reflexão sobre teoria do conhecimento, pois não é esse o objecto central deste trabalho. Mas a preocupação com o enunciado de postulados que lhe subjazem torna-se necessária, quer como garantia de replicabilidade epistemológica, teórica e metodológica, quer estabelecendo um quadro de referência relativamente ao qual a coerência interna do discurso pode ser avaliada. A qualquer empreendimento de natureza científica deverá, pois, colocar-se a seguinte questão: quais os referenciais epistemológicos e teóricos que presidem a este trabalho?

A colocação da questão no plural, tanto relativamente à epistemologia como à teoria, não é inocente, e pretende, precisamente, assumir a pluralidade de possibilidades que se colocam ao acto de conhecer. No primeiro caso, o da epistemologia, a utilização do plural implica o questionar da viabilidade e, porventura, do carácter desejável de uma teoria geral do conhecimento científico enquanto programa normativo único orientador da produção de conhecimento (como, por exemplo, foi o programa de Karl Popper). No segundo, o da teoria social, reverte para a problemática da diversidade das teorias de longo e médio alcance, para a acção condicionante e formatadora que exercem na produção dos discursos da ciência (com particular ênfase nas Ciências Sociais), para as complementaridades e incompatibilidades das abordagens concorrentes, para as necessidades de coerência e solidez a que obrigam, mas também para a relação que estabelecem entre si e para a abertura a que obrigam.

Tentemos, pois, explicitar os postulados gnoseológicos, epistemológicos e teóricos em que se baseia a concepção de conhecimento que subjaz ao presente texto e às opções metodológicas que se tomaram no desenvolvimento da investigação. Uma advertência, contudo. Como se assume no Capítulo 12, o trabalho iniciou-se dentro de pressupostos e enquadramentos teóricos que se viram, entretanto, alargados e, em certas situações,

alterados. E porque é inviável recomeçar tudo de novo (o que seria, em última instância, a ingénua admissão de que alguma vez disporemos *a priori* das condições verdadeiras e absolutamente adequadas para iniciar um processo de investigação), este trabalho representa igualmente um esforço de dotar uma trajectória, a qual por definição não é estática, de certa unidade e coerência. Tal tarefa nem sempre foi fácil e em certas situações o esforço não se justificará. Procurar-se-á, contudo, fazer a anotação crítica de insuficiências e da impossibilidade de exploração de determinados caminhos e possibilidades devido a decisões anteriormente tomadas e baseadas em pressupostos diferentes, sempre que se considerar que tal se justifica.

1.3 CONHECER: ENTRE A IDEOLOGIA E A ONTOLOGIA

No meu estado actual de maturação sobre as problemáticas que envolvem o conhecimento (não tenho a pretensão de poder falar com a mesma segurança da situação no geral), as questões que aqui me interessa colocar são as seguintes: esta é uma tese sobre o quê? E que significa o quê? A resposta a estas perguntas será uma resposta ao que entendo por conhecimento em geral e científico em particular, assim como ao que penso ser o seu objecto.

Esta última problemática, a do objecto do conhecimento, é antiga de milhares de anos e não irei certamente fazer aqui a sua história, até porque não me sinto competente para tal. Contudo, considero importante para a avaliação da coerência do meu discurso posicionar-me relativamente ao problema.

Realidade e discurso

> "Há um desassossego no ar. Temos a sensação de estar na orla do tempo, entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu. O desassossego resulta de uma experiência paradoxal: a vivência simultânea de excessos de determinismo e de excessos de indeterminismo."
>
> (Santos, 2000: 39)

O ser humano quando conhece, conhece o quê? A questão encontra razão de ser no (eterno ?) debate sobre a existência do "real exterior", das suas "propriedades" e da nossa capacidade ou incapacidade para o captar "tal como é". A evolução do pensamento ocidental, sobretudo a partir de Descartes (costuma dizer-se nestas ocasiões), gerou uma série de categorizações que marcaram a visão do humano, do mundo e do relacionamento entre ambos, que estabeleceu a matriz das ideologias do conhecimento da modernidade. Gerando uma dicotomia entre sujeito e objecto, entre o humano e natural, entre totalidade e parte, apeando Deus e colocando-se no seu lugar, o Homem como que se extrai do mundo. Pensa poder entrar para "O Lugar", um espaço fora do espaço e do tempo, neutral e a-

histórico, de onde pode, através dos seus mecanismos de entendimento, observar e conhecer esse mundo, de onde se evadiu, tal qual ele é. Para esse entendimento moderno do mundo desenvolveu uma forma particular de conhecimento, a ciência, a qual atingiria, nos finais de oitocentos e primeiras décadas de novecentos, o seu apogeu como forma privilegiada de acesso ao real, de maneira implacavelmente objectiva e verdadeira. Essa capacidade que se reconhecia à ciência - a de ser objectiva e verdadeira - competente para se isentar de subjectivismos e ultrapassar, como maior ou menor dificuldade, todas as armadilhas que se poderiam levantar às capacidades da razão humana na sua caminhada de apropriação cognitiva dos segredos do funcionamento mundo, viria a conferir-lhe o estatuto de forma superior de entendimento, estatuto onde substituiu a fé. Mais, esta soberana forma de conhecer e dominar o mundo permitia pela primeira vez à Humanidade aspirar à sua independência relativamente à Providência ou à Natureza, controlar os seus destinos através da sua tecnologia, a qual simultaneamente resultava desse conhecimento dos mecanismos de funcionamento do real e ajudava a aprofundá-lo. Com essa forma verdadeira de conhecer (através da Razão) e munido com a sua tecnologia, o Homem dispunha nas suas mãos das condições necessárias para a construção da sua felicidade: o ideal racionalista iluminista poderia ser concretizado.

A separação entre sujeito e objecto inerente a esta forma de entender o conhecimento objectivo, concebeu uma nova percepção do Homem, operando uma mudança ontológica que Elias designou por "Civilizational drift" (Elias, 2000) e que corresponde ao destacamento do sujeito cognoscente relativamente ao objecto no acto de conhecer. Esta forma como o Homem se passou a conceber a si próprio e à sua relação com o mundo viria mesmo, no entender deste autor, a influenciar a morfologia do edifício administrativo que estrutura a produção do conhecimento científico, nomeadamente ao nível das compartimentações estabelecidas entre as diversas disciplinas, estruturação essa que reforçaria (e continua a alimentar) a separação sujeito / objecto.

Apesar das vicissitudes pelas quais o conhecimento científico passou ao longo do século XX, e que serão abordadas a seguir, esta crença nas capacidades da ciência está hoje fortemente enraizada nas visões do mundo mais ocidentalizadas (progressivamente globalizadas) e na própria forma como as nossas sociedades se organizam. A lógica do conhecimento científico preside ao nosso dia a dia, mesmo no quotidiano daqueles que, hoje, denunciam a sua pretensa superioridade e a sua equívoca objectividade absoluta. Apesar dos fortes ataques que tem sofrido ao longo do último século, a Ciência é hoje uma forma de conhecimento matriz da nossa vivência, permanentemente convocada na administração das nossas vidas. Isto porque se enraizou nas nossas linguagens, porque o conhecimento que produz e as interrelações que estabelece ganharam "imprescindibilidade" no nosso modelo de vida e porque os ataques que sofreu se dirigem, nos seus aspectos

centrais, mais à crença objectivista, à tendência hegemónica (totalitária no dizer de muitos) que lhe está associada e a parte das suas realizações (que muitos consideram abaixo das expectativas e outros totalmente desastrosas), do que propriamente ao seu potencial.

O século XX, ao longo de vários momentos, viria a decretar a morte do absoluto e, portanto, da verdade e da objectividade absolutas, cabendo curiosamente à Ciência, com o seu superior estatuto social, assinar o decreto do triunfo da contigência. À ciência moderna "pré quântica" (Newtoniana) correspondia uma forma de conhecimento que concebia a possibilidade de total adequação entre o real exterior e a cognição humana, estabelecendo, com base nessa correspondência objectiva, que o primeiro pode ser utilizado para testar (experimentar) e validar a segunda de forma positiva. Esta ideia de uma realidade única e estável, captável pelo sujeito, foi refutada pela própria física, desde a mecânica de Einstein à teoria dos quanta de Plank ou ao princípio do indeterminismo de Heisenberg, que se resume no postulado de que o objecto observado não pode ser descrito ou percebido da mesma forma que o objecto não observado, pois a interferência do observador (quer através do seu equipamento biológico quer tecnológico) não pode ser eliminada na totalidade, apenas reduzida a determinados níveis.

A revolução operada sobre a física moderna estabeleceria, desta forma, o princípio da indeterminação e toda a subsequente crítica à epistemologia positivista, nomeadamente a que tem por base a linguística e a hermenêutica, vai denunciar a inexistência de normativos universais, vai questionar a existência de uma teoria geral do conhecimento e proclamar a contingência do processo cognitivo, concebendo o conhecimento como uma construção contextual, historicamente ancorada, diversificada e dinâmica.

> "(...) Contudo, não temos nenhuma razão para gnosiologicamente adscrevermos à realidade quer a unidade quer a identidade. O fenómeno do conhecimento é relação de diversos. (...) Se a análise fenomenológica nos mostra a realidade como pluralidade de diversos, não será justificável qualquer visão monística *a priori*. Os fenómenos valem mais que as teorias e todo o valor destas provém de serem teorias de fenómenos e não de qualquer apriorismo. Com isto fica excluído o conhecimento como identidade ou como redução do diverso à unidade. As categorias do conhecimento válidas e adequadas para um destes diversos, que nos revela a análise fenomenológica, não são extensíveis a um outro destes diversos, porque os diversos no problema do conhecimento não podem ser idênticos, como é evidente."
>
> (Santos, 1982: 233 – escrito em 1939)

O conhecimento gerado pela prática científica passa a ser visto como uma construção social: este construtivismo estabelece que a ciência cria (constrói) os seus próprios objectos e as representações que produz sobre o real.

Crescem as contestações à ideia de formas privilegiadas de conhecimento e o desenvolvimento das Teorias Críticas (que não reduzem a realidade ao que existe – Santos,

2000) reclama por conhecimentos ética e socialmente empenhados (contra a ideia de conhecimento neutro e socialmente descomprometido). O contexto foi declarado vencedor e a sua vitória estabelecida como uma revolução (para muitos paradigmática):

> "A aparição de uma tomada de consciência histórica é, possivelmente, a mais importante revolução porque passámos desde o surgimento da época moderna. (...) Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno: ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de todas as opiniões (...) Ninguém poderá jamais subtrair-se, actualmente, à reflexividade que caracteriza o espírito moderno"
>
> (Gadamer; 1998: 18).

Efectivamente, no combate entre objectividade e subjectividade efectuado em diversas arenas, a primeira parece ter ido definitivamente (?) ao tapete, embora para muitos o resultado continue a ser outro. A consciência da historicidade da condição humana, da sua contingência, impõe-se em toda a linha. A ideia de que tudo é relativo parece ser o único absoluto aceitável. A denúncia da "impossibilidade" da dicotomia sujeito/objecto e o princípio da indeterminação estabelecem a dependência e a não neutralidade do observador, logo a contextualidade e a contingência de todo o conhecimento:

> "O conhecimento produz-se por meio de operações de observar e assinalar observações (e descrições). Isto inclui observar observações e descrever descrições. O observar tem sempre lugar quando algo se diferencia e quando se assinala em dependência da distinção.(...) Todo o observável é produto próprio do observador, incluída a observação do observar. Portanto, não há nada no ambiente que se corresponda com o conhecimento, pois tudo o que se corresponde com o conhecimento depende de diferenças dentro das quais se assinala uma e não outra. Toda a distinção, também a de veradediro/não verdadeiro, é produzida por um observador"
>
> (Luhmann, citado em Cea Naharro, 2004: 39).

O fim das certezas proporcionadas pela ciência moderna traduziu-se num questionar das premissas básicas da anterior forma de conhecer (dicotomias causa/efeito; sujeito/objecto; totalidade/parte; verdade/erro; natural/artificial) e de uma série de princípios básicos, como os da universalidade e da unidade, impondo a necessidade de redefinir os procedimentos de conhecimento e os seus mecanismos de relação com realidade (Cea Naharro, 2004). Mas foi-se mais além e a própria existência de real passou a ser questionada:

> "A meio caminho entre a fé e a crítica está a estalagem da razão. A razão é a fé no que se pode compreender sem fé, mas é fé ainda, porque compreender envolve pressupor que há qualquer coisa compreensível."
>
> (Bernardo Soares, "A estalagem da razão", *Livro do desassossego*, 1998, p.188)

Independentemente da possibilidade ou impossibilidade de conhecer o real, poderíamos aderir à ideia de que o "real" não possui uma "ordem", um plano "normativo" de funcionamento à espera de ser "descoberto" pela inteligência humana, negando a existência de leis absolutas para o seu funcionamento, propondo, em alternativa, um sistema caótico sem regularidades passíveis de ser captáveis. Nesta linha, toda a regularidade, toda a ordem, toda a forma é uma atribuição contingente do funcionamento da mente humana. Caminharemos no sentido do realismo interno putnamiano, para o qual nada existe independentemente do nosso espírito e, portanto, não faz sentido falar das coisas em si. A dicotomia "Real exterior"/Real interior" ou "Real conhecido" será resolúvel para aqueles que acreditam que pode haver correspondência entre representação (conhecimento) e objecto (realidade conhecida), concebendo este como regulado por normativos que podem ser apreendidos (apreensão validável por contrastação empírica), enquanto que será irresolúvel para os que negam a existência de qualquer possibilidade de essa correspondência se verificar.

Que posicionamento deveremos, pois, assumir perante o indeterminismo, a contingência, a instabilidade e a caducidade das nossas representações?

> "O observador ou o experimentador fazem parte do sistema observado ou experimentado sem que seja possível reduzi-los ou eliminá-los. Isso vale, *a fortiori*, nas ciências humanas em geral e, em particular, na história. Nesta, o objecto só mediatamente está presente, mediante testemunhos, sinais, vestígios, não raro, lacunosos. Se ele estivesse em si mesmo, substituir-se-ia à realidade actual. Esta parte de concordância que damos a Marrou e Carr não impede de pensar que o ideal do verdadeiro historiador continua a ser o que foi formulado por L. Von Ranke:(...) "como realmente aconteceu". A falência do objectivismo positivista, juntamente com a dos seus asseclas, o naturalismo e o determinismo, não nos devem fazer perder de vista esse ideal. Sem que tenhamos de nutrir a veleidade de o ver realizado."
>
> (Manuel Antunes, 2002)

Esta resposta dada por Manuel Antunes aproxima-se do conceito de "desígnios de verdade" desenvolvido por Popper (Popper, 1999) e contém em si um posicionamento ético que ajuda a superar, dentro de quadro racionalista, os problemas ou as desorientações geradas pelo hiper-contextualismo. De facto, o indeterminismo é inadequado para qualquer ética, na qual se sustentam princípios fundamentais do comportamento, da vivência e da ontologia humana. E produzir conhecimento é um comportamento humano. Se o determinismo "morreu", não me parece também que qualquer epistemologia ou ética de vida se possa fundar no indeterminismo, o que, em última instância, significaria o justificar de tudo, ou seja, o fim de todo e qualquer sistema de valores. De facto, se a verdade não existe, se tudo é construção contingente, se não há correspondência entre o real externo e conhecimento, se não há formas de conhecimento privilegiadas, se não há universais, vale

tudo? E tudo tem o mesmo peso? A resposta de Feyerabend (1991) as estas perguntas não me parece convincente (ou eu não a compreendi).

O próprio neo-pragmatismo de Richard Rorty reconhece que uma crítica descuidada ao racionalismo e à universalidade conduz ao perigo maior do hiper-relativismo: a irracionalidade, entendida aqui como a simples incapacidade de pensar e conhecer. Por isso assume que o que está em causa não é a equivalência de tudo, ou que tudo é igualmente válido (ou seja igualmente verdadeiro, dependendo apenas do ponto de vista, sem que nenhum possa ser privilegiável). Antes, reclama que tudo é relativo, mas sempre em relação a uma determinada situação, contexto, perante o qual pode ser avaliado e hierarquizado, definido como útil ou inútil, em função da complexidade e desenvolvimento dessa determinada situação concreta (Rorty, 1994). O juízo não é abolido, apenas situado, constrangido a determinado contexto, fora do qual não é válido nem universalizável. O próprio discurso da contingência responde com a necessidade de uma vinculação ética como forma de controlar os perigos do hiper subjectivismo:

> "As histórias são múltiplas, mas apesar de tudo, Auschwitz continua a ser uma aberração"
>
> (Domínguez Berenjeno, 1997).

É aqui que os "desígnios de verdade", de uma verdade situada (a par do pensamento reflexivo), ganham o seu valor ético e permitem criar, para o conhecimento científico, mecanismos de controlo da sua manipulação.

Mas será a ética o único critério? A contingência do processo de conhecimento pode dispensar, na totalidade, o empirismo? Na sua derrota, a objectividade, ainda e sempre movida por intenções absolutistas, contaminou a subjectividade, de tal forma que esta passou a aspirar a ser objectivada, ou seja, fiscalizada. A objectividade significa hoje, no moderno discurso da ciência, uma subjectividade controlada, num permanente auto-interrogatório hermenêutico designado por reflexividade. De facto, o discurso hermenêutico e contextualista não nega a ambição objectivista, apenas a declara impossível, por inviabilidade de descentração. A bondade da ambição mantém-se (não há nada de intrinsecamente amoral nela), e embora se declare a impossibilidade de atingir a coisa-em-si, procura-se reduzir ao máximo possível a formatação do contexto, procurando perceber como variáveis como a tradição, os pré-requisitos, os pré-conceitos, etc. interferem e condicionam, num processo de objectivação que corresponde a uma tentativa de controlo da subjectividade, isto é, de "objectividade construída" (Ruivo, 2003). Esta é a grande diferença relativamente a todas as propostas de "tábuas rasas" cartesianas ou mentes libertas de constrangimentos conteanas, etc. Corresponde à aceitação das condições de contingência e alteridade do conhecimento, as quais são igualmente constituídas como objecto de análise

crítica, processo que lhes procura diminuir a sua interferência preconceituosa (no sentido limitativo do termo). Trata-se de dotar a produção de conhecimento de um carácter ontológico, realizado por um "ser-no-mundo" que opera de forma relacional e reflexiva, que procura funcionar de forma aberta, promovendo sucessivas reformulações de representações do mundo e de nós próprios nele integrados, aprofundando a relação e a familiaridade entre ambos.

Conhecimento relacional

O indeterminismo não estabelece (nem o poderia fazer) a inexistência de uma realidade exterior ao Homem, apenas institui que não há correspondência entre as nossas representações e o que quer que exista para além delas. Pelo contrário, só uma atitude centrada no humano nos poderia levar a conceber que nada existe para além de nós. Deveremos, pois, afirmar a existência de realidade extra linguística, para além da cognição, independentemente da discussão em torno da nossa capacidade de a conhecer ou não, porque ela está pressuposta na nossa própria concepção de que "somos" (no plural) e de que existimos como "agentes que representam e comunicam".

> "Obviamente, a realidade está lá, a questão é que representação fazemos dela."
> (Ruivo, 2003)

ou seja,

> "Sobre o que a "realidade" seja, não há concordância entre os homens"
> (Santos, 1982)

Assumindo que existe realidade (caótica ou ordenada, não interessa agora à discussão[1]) e que as contingências do processo de observação não permitem dar conta dessa realidade tal como ela existe, deveremos conceber o conhecimento como um processo exclusivamente interno? Penso que não e, seguindo de perto Armando Castro (2001), entendo o nosso conhecimento como um processo relacional. Sem dúvida que o observador interfere, que não se exclui ao contexto observado, mas a realidade que lhe é exterior, com as suas propriedades, também interfere.

[1] Nesta matéria, a da ordem ou do caos da realidade, é bom lembrar, como fez Delfim Santos em 1940, que considerar a condicionante do contexto como elemento que altera a representação relativamente ao representado não significa que se altere a estrutura do objecto. Se as nossas representações do real são contraditórias ou ambíguas, nada nos autoriza a transferir essas características para o real.

De facto, outra das críticas feitas (pelos "estudos da complexidade") à ciência baseada na mecânica newtoneana foi a de, ao conceber o real regido por leis que lhe estão inscritas de forma essencial, estabelecer uma visão passiva, mecanizada, determinada, das estruturas do universo. A crítica baseia-se no princípio de que "o possível é mais rico do que o real" (Prigogine, citado em Wallerstein, 2003: 121), e defende que o mundo material, tal como o humano (e a separação é aqui apenas metódica), tem também a sua historicidade, as suas contingências e as suas alternativas de devir ao longo da sua existência activa (Wallerstein, 2003). O processo de conhecer torna-se assim mais complexo (do que a ciência newtoneana concebia), mas não se assume o real como incognoscível e menos ainda como "inexistente". Porém, esta consciência de uma maior complexidade do mundo tem implícita uma acção retroactiva, pois transforma o sujeito epistémico num ser mais complexo, na medida em que lhe exige um "pluralismo axiológico" (André, 2003)

De facto, fossem as propriedades do "real" outras e o nosso relacionamento, logo o nosso entendimento, seriam diferentes. Ou seja, a superação da dicotomia sujeito/objecto e a impossibilidade de descontextualização do observador não conduzem à abolição do objecto em favor do sujeito, mas ao princípio da sua existência relacional. Sem essa interacção com o meio não seria possível conhecimento (*idem*). E porque é relacional, existirão sempre níveis de relação entre representação e representado, podendo gerar maior ou menor grau de entendimento, embora nunca na totalidade e em absoluto. Porque é complexo, o esforço cognitivo deve pautar-se por grande abertura. O nosso posicionamento relativamente ao conhecimento do passado não deverá ser, no que respeita a este ponto, diferente. Ele é também o resultado de relações activas que se estabelecem entre presente e passados.

Questão do acesso ao passado

Chegados a este ponto, e dada a natureza do objecto disciplinar da Arqueologia, faz sentido colocar a questão de se é possível o acesso ao passado. Trata-se, naturalmente, de uma variante do problema do acesso ao conhecimento do real, talvez com níveis de complexidade maiores devido às distâncias temporais e ao que isso pode implicar.

A arquitectura da pergunta, "acesso ao passado", começa por assentar num equívoco que deriva do mito do positivismo histórico de Leopold von Rank (Bouré e Martin, 1983) e dos seus postulados de referência: a concepção da não existência de qualquer tipo de inter-relação entre o historiador (que tem o condão de se neutralizar) e o objecto da sua análise, o qual existe em si mesmo, com uma forma e estrutura definida, pronto a ser captável pelo conhecimento, que mais não é que um reflexo directo do primeiro. Conhecer o

passado seria, assim, um processo onde toda e qualquer reflexão e especulação eram desnecessárias. Recorrendo ao método da Crítica Histórica aplicado à documentação, o historiador passaria dos vestígios do passado aos factos históricos em si mesmos, ou seja, a uma observação directa do acontecido, sem interferências suas e do seu presente. A Crítica Histórica seria o filtro que eliminaria todos os restos de subjectividade e garantiria o *acesso ao passado* de forma absolutamente objectiva. Conhecer o passado tal qual ele aconteceu era considerado como uma possibilidade e não simplesmente como um desígnio inalcançável como nos propõe Manuel Antunes.

O desenvolvimento dos discursos da contingência tiveram como consequência, nas ciências da história, a instalação de um certo cepticismo relativamente às possibilidades de relação entre os discursos disciplinares e o passado que procurariam reflectir. Este crescente cepticismo desenvolveu uma percepção dos discursos da História ou da Arqueologia como presentistas, isto é, de que apenas reflectimos o presente quando falamos do passado. Esta inexorável prisão ao presente seria tanto mais constrangedora quanto mais nos afastamos no tempo do nosso objecto. Ao contrário da crença positivista, o distanciamento não é considerado como "objectivador", mas como "subjectivador". É hoje comum a argumentação de que a sociedade ocidental é a que revelará maiores dificuldades em falar das comunidades pré-históricas, porque será a que está mais distante em termos culturais globais destas sociedades que pretende estudar. Na concepção do mundo estamos condicionados pelos conceitos de que dispomos e pelas experiências que temos. Hoje vivemos num mundo racionalizado pelos crivos linguísticos da ciência moderna e experimentado, vivido e interpretado de formas que serão muito diferentes das desse passado longínquo. O nosso aparelho conceptual dota-nos de uma bagagem analítica que nos permitiu passar do passado enquanto mito a um passado racionalizado pela linguagem científica explicativa e compreensiva, ao mesmo tempo que contribuiu para nos afastar dos esquemas mentais que então operavam, tornando o processo de os entender bem mais complicado, mesmo quando mediado por contextos que concebemos como mais próximos desses passados. A própria ontologia seria diferente da nossa pois, como será argumentado no Capítulo 11, não existe uma essência humana a-histórica, pelo que ser humano à 5000 anos seria diferente de ser humano hoje. Como refere Hill (2000), a perspectivação de determinados aspectos da vivência humana como a-históricos gera um sentimento de familiaridade e de continuidade que dá origem a universalizações que estimulam a aposição ao passado de perspectivas presentes e de premissas de senso comum actual e permitem a construção daquilo a que chama um "passado familiar". Assim, e como nos propõe o mesmo autor, a resposta à questão da viabilidade do "acesso" ao passado assenta na resposta a uma outra pergunta: conseguimos nós reconhecer um passado diferente? A resposta está, para o autor, na nossa capacidade de construir uma "Arqueologia Contrastante" que permita

que, no diálogo que se estabelece entre presente e passado, este último também se possa exprimir. No mesmo sentido vai o recente alerta de Thomas:

> "By failing to recognise that human lives exceed our conceptual schemes, we do not learn from the past so much as organise it. Most critically, where we seek to nullify the difference of the past by identifying people who are 'just like us' (...) we transform that difference to a universal sameness. This is a totalisation that is closely related to totalitarianism: it contains the same urge to impose order on the world and annihilate whatever does not fit. By acknowledging this difference we recognise that it exceeds our ordering capabilities. The ethical task of archaeology is thus to bear witness to the past other. This is by no means straightforward, for there is the abiding danger of wilfully constructing a bizarre and exotic past for the sake of spectacle. The problem is one of letting the difference of the past reveal itself as itself, rather than allowing it to dissipate into a set of mere images which can be absorbed by the more general economy of signs that dominates contemporary experience."
>
> (Thomas, 2004: 238)

Poderá o passado ser actualmente pensado nos termos intelectuais do passado? Naturalmente que não. O alcance da minha cognição é o alcance dos meus conceitos. Pergunto então, como poderei aspirar a pensar o passado pré-histórico nos seus termos se nem sequer conheço as suas linguagens? Não se trata, pois, de aspirar, através de uma outra formulação retórica, à pretensão positivista de descentração presentista, nem à aspiração historicista de "entrar" na personagem histórica e reviver o passado tal qual ele aconteceu. Trata-se de assumir que os homens no passado terão sido diferentes em termos ontológicos e culturais (embora talvez não de forma tão radical como, por vezes, se parece conceber), que tiveram diferentes visões do mundo, diferentes relações com o espaço e com o tempo, que atribuíram diferentes sentidos às coisas e às suas próprias acções, mesmo que estas se pareçam formalmente com as nossas. Mas a questão mantêm-se: como entender essas diferenças? Como concretizar essa Arqueologia Contrastante?

A etnoarqueologia representou um primeiro esforço de descentração, ao procurar aceder à alteridade dos comportamentos humanos passados através do estudo de comunidades presentes menos "contaminadas" pela vivência ocidental moderna e consideradas "mais próximas" das comunidades pré-históricas ou, pelo menos, passíveis de nos revelar vivências alternativas que nos permitem alargar o nosso espectro de entendimento do passado. Os seus sucessos relacionam-se com o estímulo que promoveram na nossa abertura de espírito e de reconhecimento reflexivo das nossas próprias contingências, da mesma forma que os seus inêxitos se relacionam com a utilização dos discursos da etnografia como fórmulas e "receitas" aplicadas acriticamente ao passado. Como refere Thomas:

> However, it has often been pointed out that there is a danger of imposing the ethnographic present on the past, particularly as many of the communities that we study through archaeology have no close analogues amongst living groups. An alternative, or complementary strategy is to attempt to identify those aspects of our own existence that are diagnostic of a particular contingent condition, which we might identify as 'modernity'. This, at least, would provide us with an indication of what we should not expect to find in the past.»
>
> (Thomas, 2004:)

O que Thomas aqui nos propõe é quase uma inversão da utilização que tem sido feita da informação entnográfica: a sua aplicação menos ao passado e mais ao nosso contexto social, procurando evidenciar nele aquilo que lhe é historicamente contingente e, assim, reconhecer "aquilo que não deveríamos esperar encontrar no passado". Esta atitude reflexiva permite que a construção do passado seja feita menos à imagem do presente. Trata-se de uma variante, como veremos mais à frente, dos procedimentos hermenêuticos, que aconselham o controlo reflexivo dos pré-conceitos como forma de lhes reduzir a sua intervenção constrangedora no pensamento.

Este processo construtivo que é o conhecimento do passado deverá, assim, ser visto como uma relação, uma interacção entre sujeitos do presente e sujeitos diferentes dos vários passados, uma intersubsejtividade passados/presentes, em que simultaneamente se reconhece a diferença dos homens pretéritos e se tem a noção que o seu conhecimento não poderá deixar de ser uma representação nossa, produzida na interacção entre o que é próprio de nós e parte do que foi próprio deles. Essa nossa interferência poderá ser mais ou menos controlada através do pensamento reflexivo, mas não poderá ser evitada. Nem tal é desejável. Mas também não devemos cair na crença presentista, expressa na fórmula "falar sobre o passado não é mais que falar sobre o presente", como se o passado, mesmo o mais longínquo, nos fosse total e irremediavelmente estranho e não interferisse na relação relacional que concebemos para o processo cognitivo.

De facto, é evidente que qualquer trabalho arqueológico é um acto contemporâneo de leitura, que um contexto arqueológico é uma "realidade" presente, lida hoje, por alguém que não pode fugir às condicionantes do seu tempo. Não menos verdade será que os passados, sobretudo os mais distantes, terão sido substancialmente diferentes do(s) nosso(s) presente(s). Mas aquilo com que nós, arqueólogos, nos relacionamos no presente é algo que nos chega das profundidades do tempo e que, por mais transformações tafonómicas ou outras que tenha sofrido, mantém níveis de relação com o passado em que teve origem. O sítio está num determinado lugar e não noutro; existem determinadas cerâmicas e não outras; documentam-se umas tecnologias outras não; as arquitecturas assumem determinadas características e não outras e os espaços organizam-se de certas formas entre outras possíveis, etc. Tudo isto, embora faça parte de leituras realizadas no

presente, se vincula ao passado, às opções então tomadas, às vivências então existentes. Essa vinculação permite que se estabeleça a relação e viabiliza a Arqueologia como disciplina. Se todos os discursos sobre o passado são feitos a partir de um dado presente, se lhe são implacavelmente relativos, é bom ter consciência que revelam um esforço de relação entre subjectividades presentes e subjectividades passadas, as quais estão incutidas, de forma mais ou menos codificada, nas materialidades (no seu sentido lato) que nos chegam e, de certa forma e até certo ponto, na nossa própria existência, já que é do "nosso" passado que estamos a falar.

Assumir a relação, a inter-subjectividade, significa aceitar as diferentes contextualidades e alargar o nosso pensamento a alternativas plausíveis, que nem sempre são passíveis de ser demonstradas empiricamente, mas que possibilitam que, face ao nosso quadro formatador, se caminhe no sentido de uma relação em que "the difference of the past reveal itself as itself" (Thomas, 2004: 238). Note-se a subtileza da expressão de Thomas: não é deixar o passado revelar-se, mas sim a *diferença* do passado.

> "O diálogo que estabelecemos com o passado coloca-nos frente a uma situação profundamente diferente da nossa (...) a qual exige, por consequência, um esforço de interpretação"
>
> (Gadamer, 1998: 21)

Este esforço de interpretação tem sido tradicionalmente marcado pela tentativa positivista de nos libertar-mos do nosso contexto, da tradição em que estamos inseridos, para de forma mais objectiva nos debruçar-mos sobre o que aconteceu. Mas o combate a esta pretensão e a defesa de "um direito à diferença" do Homem no passado (e neste capítulo, devido à profundidade do tempo, o Homem Pré-Histórico por vezes parece ter mais direitos que o de outras épocas), têm paradoxalmente gerado uma rejeição sistemática de tudo o que possa ser considerado como nosso, como "presentista" (ou de tempos mais próximos), assumindo que já nada nos liga a esses mundos remotos. Uma rejeição que, contudo, é apenas uma outra forma de aspirar "ao passado tal qual ele foi". De facto, os vocábulos utilizados por muitos discursos da contingência nas suas críticas ao ideal positivista deixam perceber que, de certa forma, e como dizia Manuel Antunes, o ideal se mantém. Quando se refere o vínculo contextual que impede a objectividade é frequente falar-se de "limitações", de "constrangimentos", de "condicionalismos", o que parece remeter para um lamento relativamente à objectividade perdida.

A hermenêutica, contudo, aconselha-nos noutro sentido:

> "Não é possível, nem necessário, nem desejável que nos coloquemos nós mesmos entre parêntesis"
>
> (Gadamer, 1998: 78)

Essa libertação relativamente ao nosso contexto e à nossa tradição, já de si uma impossibilidade, não deve ser assumida como imperativo; antes como algo a ser controlado e analisado reflexivamente, porque contém em si laços que nos ligam ao que já foi e que desempenham um papel importante na sua compreensão num contexto relacional. Em vez de "limitações" deveremos entender o vínculo contextual como "contribuições" para uma relação que nos "alargará".

> "Tomar recuo, "libertar-se" da tradição, não pode ser essa a nossa preocupação primeira nos nossos comportamentos face ao passado do qual nós, seres históricos, participamos constantemente. Pelo contrário, a atitude autêntica é a que visa uma "cultura" da tradição no sentido literal da palavra, um desenvolvimento e uma continuação do que reconhecemos como sendo um laço concreto que nos liga a todos. Evidentemente, não nos iniciamos nesta cultura enquanto olharmos o que nos é deixado pelos antepassados com um espírito objectivista, quer dizer, como objecto de um método científico, ou como se fora qualquer coisa de essencialmente diferente, completamente estranho. (...) Para proceder a uma hermenêutica histórica é necessário, por consequência, começar por suspender a oposição abstracta entre tradição e investigação histórica e saber. Tudo o que a tradição viva nos traz, por um lado, e as investigações históricas, pelo outro, formam, finalmente, uma unidade efectiva que não poderá ser analisada senão enquanto rede de acções recíprocas."
>
> (Gadamer, 1998: 52-53)

Se a morte dos absolutos estende as possibilidades do conhecimento até aos limites do plausível, esses limites são estabelecidos por nós, isto é, pelos quadros de referência que nos permitem fazer antecipações, considerar o que é antecipável e rejeitar o que não faz sentido e se nos afigura absurdo. A atitude hermenêutica trabalha a nossa capacidade de nos tornar-mos mais receptivos ao que nos é estranho. Faz isso não através de uma neutralidade objectivadora, mas através de um esforço de consciencialização dos nossos preconceitos, das nossas formatações. Ao fazê-lo, retira-lhe o "seu carácter excessivo" (*idem*): conhecer os pré-conceitos não os elimina, mas retira-lhes capacidade condicionante ou desactiva-os. Não deverá, pois, existir preocupação em eliminar (o que seria um esforço inglório e condenado ao fracasso) as estruturas de antecipação, a tradição em que nos inserimos. O procedimento deverá ser no sentido de um esforço destinado a fiscalizá-las o melhor que pudermos através do pensamento reflexivo, dando origem à já referida "subjectividade controlada", uma espécie de "objectividade relativa".

Por outro lado, a mesma atitude hermenêutica não vê na distância temporal um problema intransponível. Julga mesmo que o problema não deve ser colocado dessa forma, na forma de uma transposição. Antes, considera a distância temporal como produtora de possibilidades de compreensão e de auto-conhecimento, na medida em que o passado se constitui como uma tradição que trazemos connosco, a que pertencemos e na qual se geram as nossas estruturas de antecipação, e que nos proporciona, simultaneamente,

sentimentos de familiaridade e de estranheza com as quais construímos a relação. O abandono da ideia de essência humana e da "familiaridade" que ela gerou nas nossas relações com passados distantes, não deve conduzir-nos a uma radicalidade que defenda a inacessibilidade a esses outros sujeitos, reduzindo tudo a simples auto-conhecimento. Se todo o conhecimento é, como de defenderá mais à frente, também auto-conhecimento, é bom não esquecer que utilizamos o advérbio *também*. Como se discutirá no Capítulo 11, existem Universais Culturais, existem processos cognitivos, existem elos que nos ligam e que viabilizam uma relação de entendimento (veja-se, por exemplo, a argumentação de Alarcão a propósito da emergência do espírito categorizador e criador de homologias – Alarcão, 2000: 166). Deixar que as diferenças do passado se revelem significa que nem homogeneizações nem contrastes lhe sejam impostos, procurando criar condições para que o diálogo se estabeleça sem que se procure anular nenhuma das partes. Só assim o seu conhecimento permitirá que nos conheçamos melhor a nós próprios, que nos identifiquemos nesse confronto de semelhanças e diferenças.

Carácter ontológico do conhecimento

Esta perspectiva de aceitarmos os seres do passado como diferentes de nós - por vezes profundamente diferentes de nós e noutras nem tanto assim - mas cujo conhecimento se estabelece através de uma relação, dota o processo de investigação e de produção de conhecimento de um carácter ontológico, na medida que representa a nossa própria construção enquanto seres humanos no diálogo com outros seres humanos. Esta perspectiva ontológica do conhecimento em geral e do histórico em particular foi assumida tanto pela fenomenologia de Husserl como por Heidegger. Para ambos, o conhecimento é uma forma de compreensão e compreender é uma forma de se ser humano no mundo. Não é posterior ao desenvolvimento do ser humano (como se este existisse primeiro e depois compreendesse), mas algo que é próprio da sua constituição como ser humano histórico.

> "O que nos preparamos para receber não deixa nunca de ter alguma ressonância em nós, e constitui o espelho em que cada um de nós se reconhece. A realidade da tradição quase não coloca, de facto, um problema de conhecimento, ela é, ao contrário, um fenómeno de apropriação espontânea e produtiva do conteúdo transmitido."
>
> (Gadamer, 1998: 52-53)

Trata-se da valorização da ontologia na produção de conhecimento em geral e na compreensão histórica em particular: todo o conhecimento é auto-conhecimento na expressão de Boaventura Sousa Santos (Santos, 1998), mas não só, acrescentaria eu.

Esta visão ontológica é particularmente evidente na crítica pós-moderna ao racionalismo e à visão oitocentista de um ideal de vida teorética (Putnam, 1988), à ideia de

um Homem que encontrava a sua razão de ser na dedicação ao conhecimento de um mundo que o transcendia através da sua racionalidade. Em contrapartida, propõe-se uma nova ontologia onde a actividade de conhecer é "apenas" um dos aspectos de estar no mundo e onde o conhecimento não é visto como um reflexo de uma ordem pré-existente à espera de ser descorberta (conhecida), mas como uma prática histórica, feita por indivíduos que detêm a capacidade de recriar simbolicamente (a si e ao "mundo"), aproximando-se dos estatutos dados ao poeta e ao artista.

O conhecimento é, assim, entendido como parte integrante da existência contingente, na medida em que não podemos falar de História senão enquanto seres históricos (Gadamer, 1998). O conhecermos algo, o dotarmos algo de significado, traduz-se sempre num processo de auto-conhecimento, na medida em que conhecer qualquer coisa é torná-la parte de nós. A investigação e o conhecimento que através dela elaboramos são actos de auto-formação, não no sentido estrito de competências, mas no sentido da nossa constituição como seres humanos.

Uma perspectiva ontológica da produção de conhecimento, que está presente em todos, mas só reconhecida e formalizada em alguns, tem vindo a ser introduzida no pensamento disciplinar da arqueologia portuguesa por Vítor O. Jorge:

> "Tentar produzir um sentido para a vida e, nela, para o ramo da pesquisa que, de certo modo, a cada um de nós coube em sorte – eis um desafio inescapável..."
>
> (Jorge, 2005: 235)

Uma postura aparentada está igualmente subjacente a este trabalho e, sendo-lhe transversal, torna-se particularmente evidente no último capítulo. Mas não se pretende, ao afirmá-lo, que esta vertente mais existencialista do trabalho realizado derive numa espécie de experiência e recriação meramente individualista. Antes, aspira-se, com convicção, a que através desta acção, que nunca chegou a ser individual, se estabeleça um espaço de diálogo com determinado passado e que integre, transformando, a vivência de quem com ele se cruzar. É aí que reside o seu valor social e é aí que se encontra o essencial do retorno que justifica o investimento público, por pouco que tenha sido, na sua concretização.

Mas qual a validade do conhecimento aqui produzido face a outras formas de conhecimento ou a outras formas de conceber o conhecimento?

Conhecimentos ou conhecimento

Há viabilidade e interesse numa teoria geral do conhecimento científico, ou seja, é concebível e desejável que haja uma maneira específica, normativa, de conhecer cientificamente? E qual o relevo dessa forma de conhecimento relativamente a outras, como

a religião, a arte, o senso comum, a filosofia, outras tradições, etc.? Uma vez mais a problemática é imensa e a razão da sua colocação aqui prende-se apenas com a necessidade sentida de referenciar o discurso a um conjunto de questões consideradas importantes, nomeadamente a uma das que foi colocada no início deste ponto: qual o significado que atribuo ao conhecimento (tese) aqui apresentado.

A epistemologia da ciência moderna assenta numa espécie de equação: Verdade = Verdade Científica = Pressupostos Epistemológicos e Metodológicos Modernos. Entre os pressupostos epistemológicos conta-se a concepção de um real organizado por leis universais, a possibilidade de captação adequada dessas leis, o estabelecimento de previsões; entre os metodológicos observa-se a aplicação da explicação hipotético-dedutiva e a verificação por contrastação empírica. A ciência produziria conhecimento verdadeiro e essa sua capacidade era a razão da sua superioridade. Seria também, juntamente com o respeito pelas prescrições do "método científico", factor de diferenciação entre o que poderia almejar ao estatuto de ciência e o que ficaria de fora.

Como já foi acima referido, a crítica à ciência moderna, ou melhor, à concepção de conhecimento por si assumida, trouxe consigo a contestação ao primado da Ciência sobre outras formas de conhecimento. Assumindo-se agora a prerrogativa da contingência e da indeterminação, contesta-se a ideia de que alguma prática humana tenha propriedades que a tornem privilegiada relativamente a outras na sua relação com uma qualquer realidade exterior. A ciência é concebida como uma prática social e cultural entre outras, como uma linguagem entre outras, cuja "verdade" não é menos socialmente negociada que qualquer outra verdade. A referenciação da verdade em relação ao mundo exterior perde todo o sentido. Ela não se impõe por ser neutral e objectiva, mas por consenso, pelo que não se distingue, com base numa essência a-histórica, da ficção, ou seja, passa a ser concebida como uma forma de ficção.

O conhecimento desvia-se de um posicionamento dualista, que concebe um distanciamento entre quem conhece e o objecto de conhecimento, para uma nova orientação. Não se trata já de um Homem que se extrai ao mundo para o conhecer e, com base nesse conhecimento, dominar e conquistar o que lhe é exterior, mas de um conhecimento que é utilizado para o Homem se conhecer a si próprio enquanto ser inserido num tempo e num espaço. A Teoria Crítica, associada à escola de Frankfurt dos anos 30 do século XX, vem exigir que o conhecimento assuma uma componente ética e que integre no seu objecto, como mecanismo reflexivo que visa repercussões práticas concretas de regulação, a análise e o controlo das condições sociais da sua geração e das condições sociais de acesso à sua produção e aos seus resultados.

É uma viragem para um conhecimento como mecanismo de auto-conhecimento, não tanto num sentido ontológico, mas sobretudo num sentido de auto-conhecimento social, das implicações sociais do próprio conhecer e da forma como este se organiza. Assume-se uma vertente ideológica do conhecimento e das formas como este é concebido e institucionalizado, multiplicando-se as "denúncias", por vezes inseridas no mais primário dogmatismo ideológico. Com Feyerabend (1991) pretende-se mesmo dizer um "Adeus à Razão", acusada de ser um dos principais baluartes do imperialismo da ciência da civilização ocidental:

> "A segunda ideia que desempenha um papel importante na defesa da civilização ocidental é a *noção de Razão* (com maiúscula) ou racionalidade. À semelhança da noção de objectividade, esta ideia possui uma variante material e uma formal. Ser racional, na acepção material, significa rejeitar certas opiniões e aceitar outras. (...) Ser racional no sentido formal implica, mais uma vez, adoptar um determinado procedimento. Os empíricos ferrenhos consideram irracional a retenção de opiniões que colidem manifestamente com a experiência, ao passo que os teóricos ferrenhos desprezam a irracionalidade daqueles que revêem os princípios básicos a cada oscilação das provas. Estes exemplos mostram-nos desde já a inutilidade de deixar que afirmações como "isto é racional" ou "isto é irracional" influenciem a investigação. As noções são ambíguas e nunca explicadas com clareza, e tentar aplicá-las coercivamente seria contraproducente: os procedimentos "irracionais" muitas vezes levam ao sucesso (na perspectiva daqueles que lhes chamam "irracionais"), enquanto os procedimentos "racionais" trazem com frequência enormes problemas. Em termos rigorosos, deparam-se-nos duas *palavras*, "Razão" e "Racionalidade", que podem estar ligadas a quase todas as ideias ou procedimentos e envolvê-los numa aura de excelência. Mas como conseguiram estas duas palavras grangear um tão grande poder beatificante?"
>
> (Feyerabend, 1991:19-20)

O anarquismo metodológico, de que Feyerabend é um dos expoentes máximos, denuncia o absoluto verdadeiro do conceito de conhecimento científico e sua expansão impositiva sobre outras formas de conhecimento. Afirma a inexistência de formas superiores de inteligibilidade, sublinhando não existirem razões "objectivas", nem *a priori* nem *a posteriori* (reportadas aos resultados conseguidos), para se supor ou assumir uma preferência pela ciência ocidental relativamente a outras formas de conhecimento desenvolvidas quer no Ocidente quer por outras culturas. A própria existência de uma teoria científica e de um método científico é questionada, defendendo-se que a ciência corresponde a práticas que são contextuais, não repetíveis ou generalizáveis.

> "A investigação bem sucedida não obedece aos parâmetros gerais: depende de um artifício agora, outro depois, e os movimentos que a fazem progredir nem sempre são conhecidos de quem os desencadeia. Uma teoria da ciência que concebe padrões e elementos estruturais de *todas* as actividades científicas e os autoriza a uma teoria da racionalidade pode impressionar os estranhos – mas parece em elemento demasiado em bruto para as pessoas no local, ou seja, para os cientistas confrontados com um problema concreto de investigação. O máximo que podemos

> fazer por eles, de longe, é enumerar métodos práticos, dar exemplos históricos, apresentar casos estudados que contenham processos diversos, demonstrar a inerente complexidade da investigação e prepará-los, deste modo, para o atoleiro em que estão prestes a entrar. Ao ouvirem a nossa história, os cientistas ficarão sensibilizados para a riqueza do processo histórico que querem transformar, sentir-se-ão impelidos a pôr de lado infantilidades como regras lógicas e princípios epistemológicos e começar a pensar em formas mais complexas – e mais não podemos fazer *devido à natureza do material*. Uma "teoria" do conhecimento que queira ir mais longe, perderá o contacto com a realidade. Não só as suas regras não *são* aplicadas pelos cientistas, como *não podem* de modo algum *ser* usadas em todas as circunstâncias – tal como é impossível escalar o Monte Evereste com passos de *ballet* clássico."
>
> (...)
>
> "A maneira como os problemas científicos são abordados e resolvidos depende das circunstâncias em que surgem, os meios (formais, experimentais, ideológicos) disponíveis na altura e os desejos daqueles que com eles trabalham. Não existem condições duradouras que limitem a investigação científica"
>
> (Feyerabend, 1991: 328-329 (...) 354)

Trata-se de uma crítica que se generaliza na filosofia francesa que faz a apologia da diferença (Foucault, Derrida, Deleuze, Serres, Lyotard, etc.), a qual denuncia a pretensão a uma Teoria Geral do Conhecimento no contexto de movimento filosóficos de desconstrução dos discursos assentes em essências, das identidades (no seu sentido essencial), das hierarquias, das universalidades, da própria Razão e do consenso que ela pressupõe, do pensamento unificador que lhe surge associado (Hottois, 2003). A Epistemologia, enquanto construção de regras aprioristicas e a-históricas que deveriam reger a produção de conhecimento, é recusada. A historicidade da grelha simbólica de representação, das metodologias, dos conceitos, é pronunciada e a racionalidade é concebida como a expressão contingente que essas manifestações assumem em cada momento histórico.

Na sua crítica ao conhecimento unitário, Deleuze (1980) desenvolve a metáfora rizomática de um conhecimento que se movimenta de forma aleatória, simultaneamente em todas as direcções, com ritmos diferenciados e sem qualquer espécie de unidade programática, metodológica e discursiva (*idem*). Conhecer torna-se mais importante que o Conhecimento. O substantivo, que é associado ao estático e ao uno, é desvalorizado em relação ao predicado, que significa acção, mudança. O que se valoriza é a prática, a experiência de conhecer. O conhecimento é fenomenológico, sem origem e sem destino. Mais do que representar, conhecer é viver, é forma de funcionar. A compreensão é um acto de existência.

Naturalmente, este movimento que visa desconstruir a ideia de unidade presente na concepção de conhecimento racional não se propõe apresentar uma epistemologia alternativa, no que estaria a admitir uma qualquer nova fórmula de unicidade. Procura antes sublinhar a sua historcidade, a sua contextualidade, a sua vertente fenomenológica e

existencialista, as suas experiências irredutíveis, a sua diversidade e a sua "natureza plebeia".

Está, assim, posta em causa a existência de uma matriz epistemológica geral, assente numa unidade que se estende a todas as áreas de conhecimento e aberta a porta para a diferenciação das formas de conhecer dos diferentes campos disciplinares. A primeira distinção assumida é entre as Ciências Físicas e as Sociais, proclamada pela hermenêutica.

A matriz geral da espistemologia é acusada de ter sido contaminada pela matriz espistemológica da física newtoniana (Domínguez Berenjeno, 1997) e, assim, ter generalizado princípios da física pré-quântica (como as concepções absolutas de espaço e de tempo e o recurso ao método experimental como mecanismo de verificação e determinação de uma verdade absoluta) a outras áreas disciplinares, nomeadamente às que abordam o fenómeno social, as quais, na ânsia comteana de seguirem o modelo das ciências físicas, se apresentavam como "realizações imperfeitas de uma ciência rigorosa" (Gadamer, 1998). A defesa da independência espistémica das ciências sociais assenta na aceitação da inadequação da transferência de modelos de conhecimento próprios das ciências naturais e de que o discurso que produzem são de natureza distinta. Gadamer considera que as ciências humanas têm pretendido ser também ciências empíricas e que o combate anti-especulativo e anti-metafísico as tem impedido de uma consciencialização das suas especificidades.

E as suas especificidades são o (ou resultam do) seu objecto: o Homem. Logo aqui se coloca uma importante diferenciação. No processo de conhecimento das ciências físicas e naturais opera apenas um mecanismo de representação, de atribuição de sentidos: o do "observador". Quando me relaciono com aquela pedra ou aquela flor, apenas a minha subjectividade é activada. Já no processo de conhecimento inerente às ciências sociais a hermenêutica é dupla e, por isso, incomparavelmente mais complexa: para além da hermenêutica exercida pelo "observador", existem agora as representações do "observado", os sentidos que coloca nas suas acções e cujos entendimentos são necessários para a compreensão daquelas. Quando pretendo conhecer determinado acontecimento em que participa um ser humano, são duas as subjectividades convocadas: a minha, que procura entender o que aconteceu, e a dele, que gerou intenções e deu sentido às acções que redundaram no acontecido. É toda uma relação diferente que se estabelece e com consequências bastante distintas, resultando no processo de conhecer que, sendo aparentado, é distinto.

Esta é, a meu ver, uma das grandes diferenças que se estabelece entre ciências sociais e físicas (sendo geradora de muitas outras) e não o problema da objectividade, na

medida em que se não podemos falar da História e da Sociedade senão enquanto seres históricos e sociais, também não podemos falar da natureza senão enquanto seres nela integrados.

Naturalmente, esta diferença repercute-se também ao nível metodológico, evidenciando a ideia de que não existe um método unitário prévio ao conhecimento, mas que todo o método está unido ao seu objecto. Parte da especificidade das metodologias das ciências sociais residirá, precisamente, no desenvolvimento de mecanismos de apreensão do sentido e da intenção presentes na acção do outro, seja ele presente ou passado. Em Ciências Sociais conhecer é, em grande medida, compreender, ou seja procurar entender o sentido, o significado das acções humanas através de um processo que é sempre, lembremos, relacional. Naturalmente que o Homem não age apenas de acordo com a sua racionalidade das coisas e mesmo essa não o dota de "livre arbítrio". As condicionantes do contexto, da tradição em que se integra, participam, de forma mais ou menos constrangedora, na conformação das suas acções. Esses mecanismos são igualmente centrais na compreensão e também na explicação dos fenómenos sociais. Se ao longo do século XX se desenvolveu um intenso combate às posições próximas dos determinismos históricos, sociais e behavioristas, procurando promover a valorização do papel activo do indivíduo, da sua intenção e dos seus sentidos, das suas fenomenologias, as perspectivas subjectivistas não recusam o contexto nem a sua intervenção condicionante sobre o indivíduo. Procuram sobretudo contrariar a perspectiva da acção determinante e normativa da estrutura e do social sobre o indivíduo, valorizando a sua consciência, o seu pensamento simbólico e a sua intenção como factores centrais na orientação dos seus comportamentos sociais. O conhecimento sobre o homem social tem de ter em conta a razão dos próprios homens estudados, ou seja, a racionalidade que têm sobre as suas próprias condições sociais de existência, sobre o seu mundo, sobre o seu passado, presente e previsões de futuro, as quais são também condições das suas acções. Trata-se de aceitar a presença de agentes com conhecimento inseridos num espaço social e que sem esse seu conhecimento organizado através de práticas e/ou discursivamente, a própria acção não seria possível (Barrett, 2001: 142 e 155).

A proposta da sociologia contemporânea é a de uma relação interactiva e recursiva entre indivíduo e totalidade social, entre sujeito e estrutura, a qual é considerada simultaneamente como o meio e o resultado da acção, limitando, ao mesmo tempo que viabiliza, a acção individual. (Giddens, 2000; Bordieu, 2001a). Mas se a dicotomia cai em nome duma dualidade, tal não altera a situação de as ferramentas para lidar com a estrutura terem de ser diferentes das que são adequadas para lidar com as situações mais conjunturais e fenomenológicas (recordemos o que foi dito a propósito da base espacial da investigação).

Determinados modelos e teorias lidam melhor com as questões de fundo, com as problemáticas da estrutura em que se desenrola a acção social em rede. Foram desenvolvidas especificamente para isso e apresentam ferramentas mais adequadas a tratar essa vertente do social. Modelos e conceitos desenvolvidos no âmbito do materialismo histórico ou do funcionalismo revelam particular aptidão para lidar com estes questionários. Outras, como a Hermenêutica, com a sua propensão reflexiva, fornecem metodologias adequadas à problemática de entendimento do sentido. Uma matriz teórica geral é, assim, uma pretensão pouco interessante, independentemente da discussão relativa à sua possibilidade ou impossibilidade, o mesmo acontecendo relativamente a uma eventual matriz teórica disciplinar única (como se discutirá mais adiante).

Mas implicará a contestação a uma forma única de conhecer, e a recusa de um conhecimento total e único, a aceitação de que todas as formas de conhecer têm o mesmo valor e não são hierarquizáveis?

A viabilidade do racionalismo e a valorização do conhecimento científico

O conhecimento científico é um conhecimento teoricamente estruturado, linguisticamente formalizado (Martins, *in* Alarcão e Jorge, 1997: 28-29) e, portanto, baseado na racionalidade. Todavia, as alterações que se registaram na forma como os processos de conhecer são concebidos alteraram a configuração da visão da racionalidade desenvolvida pela modernidade, nomeadamente da Razão iluminista (herdeira do Racionalismo cartesiano) que se sobrepunha a todas as outras formas de conhecimento, como, por exemplo, ao que resulta da crença ou da experiência sensorial empírica. Os estatutos atribuídos ao sujeito que conhece e à realidade conhecida sofreram uma profunda alteração, com naturais consequências para a concepção de racionalidade, criando um desajustamento entre a visão moderna e as características reclamadas por uma "nova " forma de conhecer. Juntamente com o objectivismo e com o universalismo, a racionalidade foi posta em causa e, nas acusações mais extremadas, chegou mesmo a propor-se um "Adeus à Razão" (Feyerabend, 1991).

Contudo, não se vê como em nome de uma libertação se promova uma exclusão, nomeadamente de uma exclusão "impossível", já que se inscreve na matriz humana, da sua individuação na natureza e da sua existência relacional no mundo. Não se trata, pois, de negar a razão, pois toda a construção argumentativa que suporta essa proposta é simplesmente racional. De facto, na análise da racionalidade não é possível sair para fora do racional e analisá-lo desde uma perspectiva não-racional (Regner, 2003), no que seria uma nova forma de "suspensão" do sujeito congnoscente e de estabelecer uma dicotomia no conhecimento.

O que necessitamos é de reformular a nossa concepção de racionalidade, de a perspectivar de uma maneira diferente:

> "Estamos certos de que o racionalismo continua a ser o fermento subversivo que foi durante o Iluminismo, por mais que isso custe a quem se apoderou do seu discurso para submeter os demais. Se pretendemos empenhar-nos na construção de um futuro digno, estaremos errados se renunciarmos a um dos nossos melhores instrumentos para o fazer. O que falta é fortalecer a componente humanista da actividade científica; fazer uma ciência rigorosa mas emocionalmente comprometida com as pessoas, capaz de deixar de ser património e instrumento ao serviço de uns quantos, para se converter ao serviço dessa vida decente que propõe Boaventura de Sousa Santos (...)
>
> é preciso aproveitar a dinâmica complexa da mudança social no nosso tempo e lançar as pontes necessárias entre a ciência e o humanismo (...): aprendamos a ser cientistas conscientes da nossa responsabilidade social e façamos da prática da ciência uma forma de ser humanistas. Em sentido oposto, transforme-se o desencanto dos humanistas em combate à crítica neurótica da ciência e recupere-se a confiança na capacidade racional da humanidade para transformar a sua história."
>
> (Cocho, Gutiérrez e Miramontes, 2003: 198-199)

A racionalidade é hoje pensada (por si própria) como um quadro de relacionação intelectual, que opera por associações mentais, numa dinâmica que é histórica. É uma racionalidade social, ou seja, uma "racionalidade em acção" (Regner, 2003), contingente e mutante. Vai-se desfazendo de postulados equívocos, abrindo-se a novas possibilidades que se lhe colocaram com a queda do determinismo e tornando-se mais flexível. As suas categorias definidores alargam-se: a pretensa objectividade descerra-se numa subjectividade controlada; a verdade abre-se à plausibilidade e verosimilhança; a generalização ajusta-se à diversidade contextual. Caem outras crenças de "isenção" com a consciencialização da presença e inerência de alguns "anátemas": caso da argumentação retórica, que sempre fez parte da argumentação científica, da sua capacidade de persuadir, do manipular da sua linguagem específica para se relacionar e impor socialmente (*idem*).

Trata-se de uma racionalidade que não estabelece verdades necessárias e permanentes , mas é concebida como crítica e falível e encontra os seus limites numa adaptação à natureza contextual da vivência histórica:

> "Não se trata de negar suas pretensões de universalidade, mas de vê-las realizáveis nos limites, mais amplos ou mais estritos, de um dado contexto."
>
> (Regner, 2003: 302)

Esta abertura não põe em causa uma das ambições básicas do pensamento racional: o seu desígnio de rigor, logicamente ordenado e sistematizado. Não um rigor transcendental, asceta, mas um rigor humano, falível, contingente, dependente, por

exemplo, da linguagem. Como afirma Armando Castro (2001), não existe razão universal que cubra todas as formas (linguísticas) de racionalidade.

Esta "nova" racionalidade, enquanto nova maneira de se conceber a si própria, corresponderá aos "critérios aplicados pelo pensamento, a fim de se informar acerca da realidade relacional dos conteúdos cognitivos (Castro, 2001: 97). É um acto reflexivo e admite o carácter relacional e situado em que se estabelece.

Contudo, não se trata só de uma nova maneira de conceber a racionalidade, mas também de uma *nova racionalidade*, isto é, uma nova maneira de conhecer racionalmente. Concebendo-se como dinâmica, assume a sua própria mudança.

> "O pensamento contemporâneo encara, pois, a razão como um movimento construtivo e não como um sistema de princípios"
>
> (Bachelard, 2001)

Neste sentido, e face à uma onda de contestação desenvolvida que desembocou numa espécie de "agnosticismo" em relação à racionalidade humana, que condena uma situação de privilégio do conhecimento racional e proclama a validade e igualdade de todas as formas de conhecimento, cabe-me dizer o seguinte: validade de todos sim, igualdade de todos em termos de valor não.

Valorização do conhecimento e das práticas científicas - que, convenhamos, já só na mediocridade e na inconsciência se mantêm inalteráveis relativamente à pretensão cientista – a sua valorização, dizia, face a outros conhecimentos (ainda que não necessariamente a todos nem com os mesmos critérios) assenta essencialmente, a meu ver, nos seus "desígnios de verdade", na preocupação de controlo reflexivo sobre a organização teórica e experiência empírica, na abertura a formas de validação e numa estrutura de funcionamento aberta, que facilita a mudança.

A crítica resulta frequentemente da confusão de que

> "(...) o erro do cientismo e do positivismo não consistiu em afirmar que a ciência constitui a afirmação mais avançada, mesmo a mais objectiva do conhecimento humano, antes em ter pretendido que esta expressão escapa à condição humana."
>
> (Castro, 2001: 118)

O conhecimento racional científico partilha muitas das suas prerrogativas com outras formas de conhecimentos racionais ou mais intuitivas e sensitivas: o reconhecimento da sua historicidade, a sua concepção como jogo de linguagens específicas, a sua subjectividade, a sua humanidade criativa e intuitiva, etc. Noutros, contudo, a partilha é mais restrita. Se os desígnios de verdade podem ser partilhados com o conhecimento religioso ou com a

filosofia ou até mesmo com o senso comum, já não o são com a arte, com a ficção ou com a música. Já a reflexibilidade como metodologia inerente será um dos seus componentes mais individualizadores; outro será a sua preocupação com a validação racional (também ela imbuída de reflexibilidade). A fé não se preocupa com a sua coerência e adequação empírica. Já o senso comum, se procura afirmação na validação empírica, usa-a na fórmula positivista e não sujeita os seus procedimentos cognitivos ao crivo da reflexibilidade nem ao rigor metódico. Na arte, validação e coerência nem sequer fazem sentido.

Assim, a valorização do conhecimento racional científico não resulta de uma estrita vinculação à lógica do seu pensamento, procedimento que nem sequer seria condição suficiente para sustentar um carácter mais objectivo (no sentido de subjectividade controlada) das preposições que estabelece, pois como dizem Desanti (citado em Castro, 2001) ou o já citado Delfim Santos (ver nota 1), não há razões para que a realidade obedeça às regras da nossa lógica, pois "é demasiado complexa para isso".

A sua valorização resulta de ir mais além (e de uma forma diferente) de outras formas de racionalidade. Não que a sua contingência e dinâmica lhe permita gerar formas normativas apriorísticas de produção de conhecimento, como continua a acontecer com a fé. Mas porque dota as suas preposições sobre uma realidade teoricamente representada de uma reflexão sobre esse mesmo procedimento de organização teórica, procurando que as condicionantes se revelem e sejam o menos inconscientes possível. Discrimina *hipótese* de *aquisições teóricas provisórias* (no sentido de verdade provisoriamente estabelecida), tarefa a que o senso comum não presta muita atenção. Desenvolve o controlo apertado sobre a interferência ideológica sobre as suas preposições. Não através de uma máscara de pretensa neutralidade, mas por um controlo que procura "deixar à porta" essas interferências (*idem*) ou, no caso de estas se tornarem irresistíveis, de as apresentar na sua intencionalidade.

A própria abertura da racionalidade à plausibilidade não pode ser feita de forma descontrolada, precisamente porque o conhecimento é socialmente contextualizado e socialmente interveniente (consequente). Se considerarmos todos os conhecimentos diferentes e lhes reconhecermos equivalente validade e se os limites da plausibilidade forem referentes aos aspectos internos de cada estrutura de conhecimento, então todos os enunciados, desde que sejam coerentes dentro do seu sistema de racionalidade, são igualmente plausíveis e válidos. O que não seria muito problemático se o conhecimento fosse uma actividade que os humanos praticassem para além das suas vidas. Mas não, é parte integrante de si, do seu estar no mundo relacional. Portanto necessita de responder socialmente, isto é, ser socialmente responsável.

Naturalmente, a valorização de uma racionalidade não se baseia numa qualquer referenciação a-histórica de onde retire um estatuto superior. Ela assenta em valores e nos juízos que lhes estão associados e que são socialmente situados. O relativismo aconselha a que consideremos outras perspectivas, nos relacionemos com elas, mas não a que tenhamos pretensões à possibilidade de um relacionamento a partir de uma posição neutral, que procura evitar a responsabilidade de assumir a nossa contingência, com o que ela tem de potencial e limitador. Não existe nenhuma forma de conhecimento que, na sua argumentação, não se baseie em valores, nem poderemos ambicionar a um auto-conhecimento em que nos procuremos, como dizia Gadamer, colocar entre parêntesis. Seria totalmente paradoxal e verdadeiramente irracional.

A própria crítica ao racionalismo, no que, por vezes, contém de adesão em excesso ao indeterminismo, põe em causa a inteligibilidade do mundo, o que seria um absurdo humano. Será, pois, conveniente que a reflexibilidade se aplique com rigor a este processo de crítica e esteja atenta às potencialidades e perigos que também ele comporta (tal como foi feito sobre o processo e consequências da concepção moderna de razão). O conhecimento científico, as questões da sua validação e a relação que estabelece com outras formas de conhecimento são um problema intelectual, mas são também, e muito incisivamente, problemas económicos e políticos. Os excessos metafísicos podem gerar e encobrir uma mediocridade organizada, que se torna poderosa, que opera segundo os princípios da "eucaliptização" e tende para atrofiar a diversidade e a liberdade que supostamente defende. Poderá tender a estimular a desobrigação e a atenção a todo um conjunto de problemas relativos a protocolos importantes na produção de conhecimento e, talvez mais grave, promover a desresponsabilização social. Será caso para perguntar quem tem receio da reflexividade. A racionalidade certamente não é.

Mas existirá uma racionalidade própria do arqueólogo ?

> "Daqui a suposição, na filosofia contemporânea, de "formas de pensamento" que suportam a actividade de conhecimento que lhes é correspondente. (...) Aquilo a que a psicologia chamava tendências, sem precisar o conteúdo do que por tal entendia, tem hoje uma designação mais precisa e mais fecunda, pelo menos nos problemas da epistemologia. E a pedagogia actual sabe que é muito mais importante criar e desenvolver uma certa forma de pensamento do que transmitir o tipo de conhecimento que lhe é correspondente."
>
> (Santos, 1982: 247 – escrito em 1939)

Na sua especificidade, o arqueólogo estabelece relações com as materialidades (no seu sentido lato) que as comunidades humanas produziram e que chegaram, de forma mais ou menos truncada e alterada, até nós. Nessa relação com materialidades parece estar

próximo do físico, do geólogo, do geomorfólogo e até, no que respeita aos vestígios orgânicos, do botânico e do zoólogo. Essa vinculação às materialidades, que é, em meu entender, a primeira de todas as particularidades que a Arqueologia revela relativamente à História, até conduziu a um relacionamento privilegiado com investigadores daquelas áreas, o qual continua em aprofundamento. Mas essa particular relação com as materialidades não se confunde com a relação estabelecida pelo físico ou pelo geólogo, pois o arqueólogo trabalha no âmbito de uma dupla hermenêutica. Ao contrário daqueles, as suas materialidades estão imbuídas de sentidos para além dos seus (dos do "observador"). As materialidades do arqueólogo são materialidades sociais e não simplesmente físicas. Estranho é, pois, que as suas relações interdisciplinares com as Ciências Sociais nem sempre tenham apresentado a mesma ênfase que as anteriormente referidas.

Mas se a investigação arqueológica apresenta a especificidade da dupla hermenêutica relativamente aos outros estudiosos das materialidades físicas, também não se liga de forma simples às restantes ciências sociais, pela simples razão de que, ou lhe falta o "Homem em carne e osso" ou, quando este não está presente, lhe falta o seu "discurso directo": o que o Homem escreveu sobre a forma como via as coisas, sobre a sua perspectiva das intenções que o moviam e sobre os sentidos que atribuía a essas coisas. Os vestígios escritos, associados aos materiais, permitem estabelecer um outro tipo de relação inter-subjectiva entre presente e passado, um outro tipo de diálogo, mais estreito e elucidativo.

O Arqueólogo encontra-se, assim, pela natureza das suas "fontes" disciplinares, numa espécie encruzilhada, onde materialidades e sentido social se cruzam, encontrando aí a sua grande especificidade, a sua particular área de actuação. A Arqueologia em geral, e a Pré-Histórica muito em particular (porque não lida nunca com escrita formalizada), tem na relação do ser Humano com as suas materialidades o seu potencial de contribuição para a aventura do conhecimento, a qual nem sempre é convenientemente aproveitada.

Na sua coluna do jornal Público, Eduardo Prado Coelho escrevia, no dia 2-11-04 sobre a importância dos objectos para a vivência humana. Dizia que na nossa preocupação com "os dramas do sujeito" nos esquecemos "da vida social e afectiva do objecto", mas não falava em Arqueologia. Contudo, esta será a disciplina melhor posicionada para lidar com essa relação que dá vida ao objecto, que o torna socialmente activo e simultaneamente veículo e resultado das práticas sociais do homem no mundo. O Homem, ao dotar os objectos de sentido, confere-lhes capacidade de comunicação e, logo, de actuação sobre o próprio Homem. Com as significações dinâmicas que atribui aos objectos constrói contextos e organiza o seu espaço. Nós *somos* em interacção com as materialidades que nos rodeiam. Esta relação e a forma como através dela o Homem se foi construindo no meio,

corresponderá a uma das mais proveitosas contribuições da Arqueologia para a compreensão do humano histórico, assumindo-se como uma das disciplinas que, com mais propriedade, pode falar sobre o assunto. Mas, pelo menos a nível peninsular, esse seu potencial tem sido socialmente pouco produtivo e na disponibilização pública do discurso arqueológico continua a transparecer o objecto passivo, o objecto produto, quando não simplesmente do objecto.

A Arqueologia tem um ângulo específico de abordagem ao fenómeno social, o qual lhe proporciona o desenvolvimento de formas de pensamento específicas que se geram no aprofundar dessa temática, dessa perspectiva, e que devem ser valorizadas nas relações inetrdisciplinares e sociais em geral que a Arqueologia estabelece. O arqueólogo deve assumir e trabalhar a sua especificidade disciplinar.

Não se trata aqui de promover uma qualquer forma de pensamento acantonado, encerrado sobre os particularismos do seu objecto e desprezar a necessidade de um relacionamento transdicisplinar ou, ainda menos, divergir de um movimento de alargamento da transversalidade de conhecimentos (o que é diferente de uma pretensa abolição de campos disciplinares, que penso destituída de sentido).

Por mais holístico que ambicione ser o nosso pensamento, por mais que circulemos na rede transdiciplinar, não deveremos ambicionar a uma perca de identidade e uma simples centração nos nossos interesses individuais em deriva (como de certa forma poderia resultar do discurso de Deleuze), a qual reduziria a disciplina (ou qualquer disciplina) uma um conjunto de práticas individidualizadas e desconexas entre si e, em última instância, transformaria cada investigador numa disciplina ou num "átomo disciplinar". O holismo e a atomização estão perigosamente próximos, relembrando o adágio popular de que os extremos se tocam (uma visão circular das coisas que nunca nos abandonou totalmente).

Não se defende o assumir de uma qualquer estruturação estática da produção de conhecimento ou que a sua dinâmica apenas evolua por segmentação de tendência atomista, onde a especialização, na especialização, é o destino fadado. Não, a dinâmica da organização e da (necessária) compartimentação disciplinar do conhecimento é bem mais complexa, não se estabelece apenas por seccionamento, mas também por reformulação e até por agregação, mantendo sempre, como em todos os fenómenos humanos, a relação local-total. Argumenta-se, apenas, que o problema do conhecimento e da sua organização disciplinar se joga, tal como no jogo das identidades (ver Capítulo 11), na relação a partir de uma posição, de uma situação (neste caso disciplinar) que é a nossa e cuja principal contribuição para o todo é manter a sua "personalidade" e dinâmica. Não interessa aos arqueólogos, nem a ninguém, que eles se transformem em físicos, químicos, geólogos,

antropólogos, sociólogos, etc. Interessa a todos que os arqueólogos se mantenham arqueólogos, pois é aí que reside a originalidade e o potencial particular da sua contribuição. Assumir a especificidade do seu objecto e das formas de pensamento que se lhe geram associadas, numa permanente situação relacional em rede, aberta e dinâmica, com as outras áreas de conhecimento e com o seu contexto social global, é o nosso desígnio de investigadores em arqueologia.

Questão da criatividade especulativa

Ao longo deste trabalho existirão momentos em que a especulação desempenhará um papel importante na tentativa de encontrar caminhos que possam proporcionar discursos mais ricos em termos interpretativos, procurando que algumas diferenças plausíveis do passado "se exprimam". Todavia, a especulação criativa em contexto de investigação experimenta, por vezes, alguns problemas, seja devido aos seus usos desregrados (sobretudo quando não é assumida como tal), seja reflexo de uma hostilidade dogmática e pouco sincera.

É ainda frequente, entre quem se dedica à investigação, a ideia de que o processo de conhecimento é essencialmente cumulativo através da aquisição de dados positivos sobre o real. A imagem de mais um tijolo no muro do saber continua a resumir o objectivo de muitos. Como já se afirmou, a crença cientista, de inspiração positivista e evolucionista, enraizou-se profundamente nas visões que o Ocidente tem do mundo. O "modo de vida ocidental" foi-se progressivamente organizando em torno desta "fé" depositada no conhecimento científico, nas suas capacidades e realizações. A crítica que sempre acompanhou o desenvolvimento do pensamento científico tem passado ao lado do cidadão comum, ainda muito dividido entre a crença religiosa, as superstições e a esperança depositada nas realizações da ciência. A nossa sociedade foi sendo cada vez mais organizada com base na valorização privilegiada do conhecimento científico. Os políticos tomam opções sustentadas, pelo menos assim o afirmam, sobre recomendações científicas, nos tribunais os veredictos baseiam-se em peritagens científicas, na publicidade anuncia-se que os méritos de um qualquer produto estão cientificamente provados e o "decreto" científico é frequentemente assumido como critério de verdade que põe um ponto final a qualquer discussão. A imagem da ciência, o seu estatuto, é de "discurso da verdade", construído pelas capacidades e engenho da razão humana para captar e lidar com a realidade das coisas. Para a maioria das pessoas, entre as quais poderão estar algumas que se dedicam à ciência, os procedimentos desta forma "séria" de conhecimento estão, naturalmente, nos antípodas da especulação. E o recurso desregrado que certa pseudo ciência faz da prospecção especulativa, transformando-a em burla, mais não faz que

acentuar um sentimento de desconfiança e de rejeição relativamente a um procedimento que tem sido central na história da ciência e do conhecimento.

A ciência não é simplesmente acumulação e menos ainda um simples processo de descoberta submetido à "experimentação reprodutível" (a qual nem sequer é possível como Heisenberg demonstrou). É igualmente, e de forma particularmente importante, uma actividade criativa, por que é vivência e tem uma componente ontológica. Basta lembrar que a ciência (Biologia, Genética e Informática, por exemplo) não se limita a relacionar-se com a realidade. Ela cria novas realidades, novas entidades e novas representações dessas criações (Fujimura, 2003). Esta actividade criadora é apenas mais um indício de que a separação entre Homem e Natureza faz pouco sentido, já que este é um agente da dinâmica do mundo e a ciência é uma das suas práticas, que não se limita a procurar compreender essa dinâmica, mas que contribui activamente para ela.

Como salienta Feyerabend (1991) na sua crítica à "solução criativa", esta só é necessária, como uma espécie de milagre que vem resolver a existência de um impasse, porque o processo de conhecimento científico se tem encaminhado para o abstracto, para as generalizações, se tem extraído ao próprio mundo que analisa, sendo depois necessária a "criatividade" para "restabelecer o contacto com seres humanos reais" ou com a natureza.

A criatividade, a especulação como meio de exploração, a poesia, não são anátemas numa postura científica, precisamente porque a postura científica é humana e histórica e se desenvolve na relação do investigador com o mundo: os laboratórios estão no mundo. A criatividade faz parte do desenvolvimento do conhecimento científico. Não como recurso milagroso perante impasses e que promove saltos para a frente, mas porque está inerente na condição humana e é factor de moderação e libertação relativamente aos constrangimentos que o próprio processo de conhecimento cria. Essa "humanização" da postura do investigador renova e enriquece questionários e soluções, evidenciando a beleza das ideias e das percepções humanas no seu relacionamento com o mundo. Seja com o mundo de hoje, seja com os mundos passados:

> "(...) the study of the past is an act of the imagination, bound by convention and by evidence, but creative none the less."
>
> (Edmonds, 1999: X)

Mas porque não se considera que o conhecimento científico deva ser equiparado à ficção, porque não se lhes atribui o mesmo valor ético, o recurso à especulação deverá ser sujeito a um controlo reflexivo apertado, o mesmo que, no meu entender, é a grande mais valia da forma científica de conhecer. Esse controlo deverá basear-se numa permanente consciência e explicitação dos níveis especulativos em que, a cada momento, nos

encontramos. Naturalmente que, quando o número de associações contextuais a que recorremos para estabelecer o sentido de qualquer coisa são reduzidas, os níveis de especulação sobre a natureza simbólica dessa coisa são mais elevados. Quando esses elementos contextuais são mais numerosos, a base especulativa da preposição será menor. Sobretudo deverá evitar-se construir complexos edifícios sobre bases especulativas apresentadas como preposições adquiridas não questionáveis, quando o que deveríamos fazer seria referenciar essas preposições especulativas como pressupostos de partida. A especulação está, assim, ligada ao problema da validação.

Questão da Validação e dos Dados

O problema da validação constitui-se como outros dos pilares do discurso científico da modernidade e um dos seus critérios de diferenciação relativamente a outras formas de conhecimento. Uma vez mais, remete para uma das questões centrais das problemáticas do conhecimento: qual o grau de adequação entre representação e realidade e de que maneira poderá esta última ser ou não utilizada na legitimação da primeira no "fechar", na expressão de Fujimura (2003) matizada pelas aspas, as disputas científicas.

Como já vimos, a crença de que o mundo pode ser captável tal como é, através de uma mente liberta de constrangimentos, permitiu assumir que a representação poderia ser confrontada com o representado e validada por essa contrastação empírica: a validação seria a determinação da adequação, da justaposição, entre representação e realidade representada. O empirismo lógico restringiria este verificacionismo às preposições empíricas e fazia-o depender do sentido: a determinação das circunstâncias (sentido) em que uma preposição é utilizada seria a base da sua verificação.

A afirmação da contingência e do construtivismo, com o reconhecimento de que a neutralidade, a a-historicidade do observador é impossível, criou, naturalmente, problemas à validação empírica da preposição científica. Como recorrer ao real para validar uma afirmação sobre esse mesmo real se, à partida, admitimos que tal afirmação nunca poderá ter com ele correspondência total? O debate passou então a desenvolver-se entre a possibilidade de uma certa adequação, de uma progressiva "aproximação" ao real com permanentes reajustamentos e a concepção de que o conhecimento é exclusivamente representação textual, sem uma preocupação com os seus níveis de eventual maior ou menor adequação (como referiria Popper, mesmo que, por casualidade, conseguíssemos produzir uma representação total de uma determinada realidade nunca o poderíamos saber).

O problema da validação adensa-se com a contestação à viabilidade de uma Teoria Geral do Conhecimento, ao privilégio concedido à Razão e com a defesa da pluralidade e da

já referida (e contestada) igualdade das diferentes formas de conhecimento. A validação, vista como um requisito do discurso científico encontra-se, neste contexto de crítica, não só inviabilizada como tendo perdido todo o sentido. Na sua crítica à história da filosofia ocidental, Rorty (Rorty, 1988) defende que não existe forma de validar as nossas preposições com base na sua comparação com as "realidades" a que se referem. A sua justificação, a sua valorização estabelece-se no plano das relações sociais em que elas surgem e actuam: trata-se de uma justificação que emerge no diálogo, na disputa e nas estratégias de argumentação e convencimento. Validar não é sujeitar as representações a um confronto com o representado é justificar, através de argumentação, as nossas opções e tentar "ganhar" a disputa.

Deste modo, o problema da validação é hoje frequentemente visto, por uma certa crítica da ciência, como um dos vestígio do cientísmo e da sua crença num mundo formato por leis universais a-históricas, na capacidade humana de o captar nessa sua essência e de o utilizar para confirmar ou infimar as preposições que vai fazendo no processo de captação.

Contudo, se "o espírito é o grande fabricante de alternativas" (Musil, citado por Giorello e Morini, 2001), se a criatividade e a dinâmica da ciência se fundam na competição entre teses rivais e perspectivas múltiplas sobre um mundo ao qual resolvemos "voltar", se percebemos a contingência desse processo e nos procuramos libertar dos determinismos e reducionismos que a "tábua rasa" e a visão do universo como uma máquina nos impuseram, essa liberdade, como todas as liberdades num mundo estabelecido sobre relações, necessita de constrangimentos, ou seja, de controlo como forma de "refrear a proliferação de explicações triviais " (*idem*), de inconsequência especulativa, de burla ou de denunciar a manipulação político-ideológica inconfessada.

Na altura em que escrevo estas linhas passa nos noticiários televisivos a situação de um cientista coreano acusado de ter falsificado a sua investigação sobre células estaminais: a acusação surge da parte dos colegas e baseia-se na verificação dos procedimentos seguidos. Para além da descredibilização, o cientista incorre na possibilidade de pronunciamento criminal por desvio, para fins fraudulentos, de fundos concedidos à investigação científica. Este exemplo de oportunidade combina dois dos aspectos da importância que a validação assume - o controlo da ética na construção do conhecimento e a responsabilidade social da produção de conhecimento – e que vão além da questão da correspondência entre representação e representado.

A defesa da ideia de que o conhecimento é uma construção socialmente situada não tem apenas como consequência a necessidade de promover reformulações epistemológicas sobre a natureza do processo. Sublinha igualmente, e de forma particularmente incisiva, a vinculação ética a princípios de honestidade e liberdade (valores fundamentais nos

contextos sociais em que estas problemáticas se geraram), assim como à responsabilidade social que advém dos investimentos que são feitos e das espectativas que são criadas face a esses investimentos.

São, neste contexto, interessantes os desenvolvimentos da crítica científica feitos no sentido que designaria por "validação à *posteriori*", a qual, em vez de se centrar na tradicional concepção de validação que visa estabelecer a correcção entre preposição e uma determinada realidade, procura avaliar a forma como o conhecimento foi construído (e não tanto o seu resultado expresso) e as suas consequências reais (no que se afasta das críticas de Feyerabend, acima expostas). Tratam-se de dois momentos distintos de avaliação. O primeiro diz respeito a uma análise do processo de construção de uma qualquer preposição científica. Procura-se avaliar a fiabilidade dessa preposição, reflectindo sobre o modo como o processo de conhecimento foi construído, como os "dados" são obtidos, sobre a adequação dos métodos escolhidos, sobre o rigor da sua utilização, sobre a forma como as "provas" e as "demonstrações" são edificadas e utilizadas, sobre o que é convocado e o que é ignorado na argumentação, sobre a natureza dessa argumentação e da "contaminação" ideológica ou de foro pessoal de que pode padecer.

> "Em vez de apelar às "realidades", alguns investigadores da área dos estudos sobre ciência observam as práticas de cientistas e os pormenores e minúcias dos seus debates e controvérsias. Procuram compreender como os cientistas chegam às suas representações do mundo. E querem perceber como esse trabalho se realiza no mundo, na sociedade, na história"
>
> (Fujimura, 2003: 151-152)

O segundo reporta-se à forma como o conhecimento científico produzido é usado pela sociedade que o paga e as consequências que resultam desse uso. Trata-se de uma avaliação que terá que ser feita no médio prazo e, em alguns casos, no longo prazo. Corresponde à valorização do uso social como forma de validação, ou melhor, das repercussões sociais dos usos concretos das representações abstractas produzidas pela ciência. Num dos exemplos apresentados por Fujimura, este procedimento corresponde ao escrutínio dos resultados concretos (nos doentes) de determinados procedimentos médicos sustentados por teorias que derivam da investigação científica. No caso da Arqueologia, seria, por exemplo, a avaliar as consequências nos jogos de identidade e de melhoria das "condições sociais de vida" de determinado discurso ou valorização patrimonial. Nesta vertente de avaliação de resultados concretos ou de consequências sociais, a componente validação incide sobre o carácter instrumental, operacional, do conhecimento, ao mesmo tempo que entra nos domínios da sua justificação social, a qual só pode ser medida em função da valorização do seu desempenho no contexto das vivências sociais. Trata-se de

não resumir a validade das asserções científicas à sua "verdade", "falsidade" ou "probabilidade", nem a investigação científica a uma cognitocracia descontextualizada e desumanizada.

Todavia, a problemática da validação do conhecimento científico não se pode restringir à avaliação das estratégias de produção, das condições de acesso e das suas consequências sociais. Por que se considera que os "desígnios de verdade" se estabelecem como um princípio orientador válido é importante adoptar mecanismos que procurem outras formas de estabelecer a validação das tese científicas. Essa validação não tem por base, naturalmente (depois de tudo o que já se disse), a ideia de uma prova absoluta. A defesa da validação da preposição racional não se reporta a uma qualquer atitude empirista dessa natureza, mas a um respeito pela componente empírica do modo relacional de estar no mundo. A validação deriva de uma ambição de excelência, de ética, de honestidade, valores que, como já foi sublinhado, se assumem como princípios que devem presidir à postura científica. Mas também, na medida em que se perspectiva um conhecimento relacional, da noção de que existem níveis de adequação entre representação e representado, que podem ser maiores ou menores. Sem esses níveis de concordância (que não pressupõem uma correspondência plena, absoluta e estática) nem sequer poderíamos existir no mundo, movimentarmo-nos nele, comunicarmos. São contextualmente situados é certo, mas não dispensam a validação como processo de controlo reflexivo, tanto mais que têm fortes repercussões sociais. Sentir a necessidade de validação é, também, uma forma de responsabilização e está frequentemente presente, ainda que esta não seja formalmente assumida.

É o que fazemos quando gerimos as nossas rejeições e adesões a determinadas preposições. Como Alarcão expôs de forma particularmente clara (Alarcão 2000: 168-169), a nossa adesão tem níveis, os quais que se expressam por termos como *possível*, *verosímil*, *plausível* ou *irrecusável*, os quais têm por base níveis de validação. A forma como circulamos através desses diferentes níveis de adesão resulta da argumentação e da contra argumentação, ou seja da sujeição das teses ao confronto crítico. Neste processo, o consenso substituiu a prova absoluta e perene, transformando-se no mecanismo sucessor que determina a "verdade", agora necessariamente contingente, provisória e podendo ser desafiada.

O novo processo, contudo, é complexo (como o próprio conhecimento) e revela alguns problemas em termos da sua aplicação concreta que, por vezes, minam a sua credibilidade.

Uma das virtudes deste modelo de validação é ser compatível com a abertura reclamada para a ciência e com a quebra das fronteiras que ela estabeleceu: a decisão, o

decreto, já não é assinado pelo cientista individualmente que descobre a verdade; é redigido em diálogo por uma comunidade. A verdade deixa de ser individual para ser socialmente negociada e estabelecida. Mas quem são os elementos que julgam as teses científicas concorrentes? Como é composto esse júri que irá estabelecer a sentença numa qualquer disputa científica?

A comunidade em geral só idealmente poderia desempenhar essa função, quer por razões práticas quer por razões de competência. É impossível toda a gente ser versada em todos os assuntos a ponto de se poder pronunciar sobre a adequação de uma afirmação científica. Cada questão, cada diferendo, desde o "pormenor" da constituição do dado à teoria de síntese, não pode ser sujeito a um referendo comunitário. Nem geral, nem sequer entre a comunidade científica (por mais interdisciplinaridade que se pratique). A especialização que acompanha o desenvolvimento do conhecimento científico faz com que apenas os especialistas de determinada área do saber se apresentem aptos a pronunciar-se. Mas as áreas vão-se dividindo em sub-áreas e os grupos de especialistas em sub-grupos de especialistas. Assim, chegamos a situações em que apenas duas ou três pessoas se apresentam como autoridades em determinadas matérias, o que se traduz no percurso do caminho inverso, numa espécie de retorno: o consenso deixa de ser estabelecido entre uma comunidade para ser estabelecido por um número demasiado reduzido de especialistas, numa nova aproximação "à verdade instituída pelo indivíduo".

Numa situação de um país pequeno como Portugal, onde o número de investigadores é já naturalmente reduzido, determinadas áreas de especialização da disciplina arqueológica não são muito povoadas. Quantos especialistas temos para dirimir uma disputa que possa emergir sobre um qualquer assunto do Paleolítico Inferior? Ou sobre arte rupestre? Poderá sempre dizer-se que o número poderá ser engrossado através da internacionalização e foi o que se verificou no debate em torno do vale do Côa. Mas o alargamento só é possível nas situações mais importantes, sendo que a importância nem sempre é definida com base em critérios científicos, sendo frequentemente estabelecida por critérios políticos e outros. Outras polémicas, de expressão mais caseira, ficam restritas à deliberação do número reduzidos de especialistas locais. Por outro lado, a internacionalização de um problema, de uma disputa, altera esse problema, porque o transporta para uma outra dimensão onde operam especialistas que não têm um conhecimento profundo dos contornos concretos, locais ou regionais da situação. E se discutir células estaminais pode ser feito com uma familiaridade semelhante entre quem investiga na Holanda ou em Itália, já um problema do calcolítico do Ocidente da Península Ibérica não é tão facilmente debatível entre quem nele trabalha e quem o faz em França (a não ser na tal dimensão mais geral). Ou seja, um conhecimento aprofundado dos contextos dos problemas é fundamental para se participar na decisão e este problema coloca-se com

maior acuidade nas ciências sociais que nas físicas, sobretudo quando se contestam as interpretações universalistas e generalistas e se reclama a necessidade de procurar o sentido nas particularidades locais e regionais. Por vezes, argumenta-se mesmo com a autoridade que advém de ter sido esse investigador a "ler" o contexto. Face ao carácter irrepetível da experiência (que em Arqueologia atinge níveis que não são comparáveis com o mesmo problema noutras ciências), pretende-se alicerçar a decisão de uma disputa nessa situação de privilégio. Daí que a questão do registo arqueológico, cujas problemáticas serão abordadas mais adiante, assuma um carácter particularmente importante no que respeita à validação dessas leituras contextuais, na medida em que se estabelece quase como a única "plataforma empírica" a que nos podemos reportar no processo de validação. Naturalmente, como sublinha Tilley (1993), os dados como critérios de validação não eliminam a dependência relativamente ao arqueólogo, já que é este que estabelece essas plataformas. Mas o seu papel não é o de prova por confirmação; antes o de referência e de falsificação, como adiante se defenderá.

Assim, os contextos de geração de consenso podem ser muito diversificados e variam com a natureza do problema, com a situação concreta da disciplina e até com a região a que ele se reporta (no caso em que esta variável é relevante) e reclamam procedimentos que permitam replicabilidade.

Por outro lado, a deliberação por consenso opera-se nos vários momentos ou nos vários níveis da investigação. Estão presentes na síntese, mas estão igualmente na validação de teorias e modelos utilizados, metodologias e métodos adoptados e na própria determinação dos dados e dos factos mais elementares sobre os quais se constrói o edifício do discurso.

> "Usualmente responde-se que um controlo científico não pode ocorrer a não ser mediante 'constatações' de determinados eventos espácio-temporalmente localizados. Os 'factos' dos (velhos) positivistas, as 'constatações elementares' de Schlick, os 'enunciados protocolares' de Neurath, as 'asserções de base' de Popper mais não são do que algumas caracterizações – mais ou menos conseguidas – da prática experimental que coarcta a imaginação dos teóricos".
>
> (Giorello e Morini, 2001: 164)

Estas constatações elementares, contudo, são hoje reclamadas como sendo elas próprias resultado de uma perspectiva de consenso, constituindo um corpo documental semi-neutro em termos de teoria (Runciman, 1983), isto é, passível de ser aceite por diferentes teorias, guardando-se a disputa para níveis mais elaborados da arquitectura dos discursos. Estão, portanto, também sujeitas à disputa. A questão é, uma vez mais, a mesma: estão os dados repletos de teoria e resultam de uma construção, ou ser-lhe-ão precedentes e independentes, apresentando uma essência própria à espera de ser

revelada? Serão uma construção (de um sujeito interveniente) ou uma recolha e acumulação (de um sujeito passivo e neutro)? E o debate continua a oscilar entre o extremo do estrito positivismo, com o "seu" real cognoscível tal qual ele é através de um conhecimento objectivo, absoluto e nomotético, baseado na observação e na experimentação, e a afirmação de um conhecimento como construção mental intersubjectiva e contingente, que chega a afirmar que nada existe para além de representações estabelecidas por consensos ou simplesmente por auto-conhecimento. A conceptualização que fazemos de "Dados" está directamente relacionada com o posicionamento que ocupamos nesse espectro de soluções teóricas situadas entre estes dois pólos.

A contestação do estrito empirismo tem, com frequência, desembocado na crítica à concepção de uma evidência empírica pré-teórica ou a-teórica, argumentando que os dados pressupõem teoria. No campo da Arqueologia, poderemos assumir como representativa e exemplificadora desta tendência a observação de Shennan:

> "data only become data in the context of specific theories: observations are 'theory-laden'".
>
> (Shennan: 1994: 2)

Na Arqueologia portuguesa, a reflexão teórica em torno à natureza dos dados arqueológicos gerou um debate em torno desta problemática concreta. Jorge de Alarcão publicou uma série de reflexões sobre esta questão, onde tem vindo a questionar (ou, para sermos fiéis, a minimizar) a intervenção da teoria nas etapas prévias de observação (Alarcão, 1993-94) e, portanto, na produção de dados. Para este autor, o principal problema de uma afirmação como a de Shennan reside numa confusão sobre o que é uma teoria e sobre o momento em que esta entra no processo de constituição do conhecimento. Para o autor, este processo passa por três etapas essenciais – observação, inferência, explicação, sendo que no seu entender a teoria serve para explicar, intervindo apenas no final desse mesmo processo. Pelo contrário, à fase de observação faz corresponder os dados (vestígios arqueológicos) e à fase de inferência associa os factos (entendidos como actos deduzidos a partir dos dados). Considera-se que estes últimos poderão, em certas ocasiões, fornecer já alguma explicação para os dados, mas apenas enquanto "postulados teóricos elementares". Contudo, o mesmo autor considera que a observação dos dados pressupõe um método, a existência de conceitos e um conhecimento anterior, designado por "juízos de identificação". Assim, é recusada a crença positivista numa mente liberta de todos os constrangimentos, não se recusando a interferência do sujeito cognoscente no processo de observação e na

constituição de um "dado", apenas se recusa que nesse processo de identificação se mobilizem teorias.

> "Se a observação exige um conhecimento prévio e um método, se o sujeito que observa não é uma consciência virgem, ignorante e passiva, mas uma consciência dotada de um saber e activa, que identifica e relaciona, o resultado da observação é um construção mental; mas não exige ainda uma teoria"
>
> (Alarcão, 1993-94: 219)

A defesa de uma utilização mais restrita do conceito de teoria, no sentido de preservar a sua operacionalidade, foi igualmente defendida neste debate por Luís Raposo (*in* Alarcão e Jorge, 1997: 42).

Contrariamente, Vítor Jorge ou Manuela Martins (*in*, Alarcão e Jorge, 1997) alinham pela posição de considerar que o enquadramento teórico em que decorre o processo de observação é condicionante. Esta é a tónica da afirmação de Shennan citada: não tanto discutir o momento em que uma teoria é convocada para explicar um facto baseado num conjunto de dados, mas o conceber que a observação que estabelece os dados é realizada num contexto teórico. A teoria está presente no saber, no conhecimento prévio, no método que Alarcão reconhece existir previamente nos tais "juízos de identificação". Um método pressupõe uma teoria e todo o conhecimento antecedente que enquadra a observação é um conhecimento organizado teoricamente. Quando escavo e produzo uma observação relativa à distribuição espacial de determinada realidade, essa observação depende do método de escavação (por exemplo se o faço através de uma pequena sondagem de $1m^2$ ou se o faço em *open area*) e, por sua vez, esse método é teoricamente estabelecido e responde a objectivos previamente estabelecidos dentro de determinado quadro teórico. Neste sentido, poderemos dizer que o dado está imbuído de teorias.

O processo de conhecimento ou simplesmente de representação do "real" exterior apresenta sempre uma relação a dois: um sujeito que pretende conhecer e o objecto sobre o qual recai essa pretensão. A interferência do primeiro sobre o segundo ocorre logo no próprio momento em que se estabelece o contacto entre ambos, num momento pré-racionalização, de pré-reconhecimento consciente da identificação do objecto. A relação que estabelecemos com as materialidades é, devido ao nosso equipamento biológico (e do qual não podemos fugir), sempre mediada pelos sentidos, que são cinco e têm as suas potencialidades e as suas limitações, as quais interferem e condicionam logo na etapa da percepção.

> "Poderia pensar-se que o acto de contar é uma actividade tipológico-matemática independentemente das propriedades físicas do objecto. Não é o caso: para contar

> objectos, é preciso antes ser capaz de os diferenciar, de os distinguir uns dos outros e, para tal, é preciso recorrer às suas propriedades"
>
> (Vignaux, 2000: 33)

Das palavras de Vignaux decorre que o simples reconhecimento perceptivo do objecto resulta já de uma relação de compromisso entre as características que o compõem e as nossas capacidades sensoriais: há quem represente o mundo a cores e há quem o faça a preto e branco, há quem o organize privilegiando a visão, há quem o faça sobretudo através da audição, com tudo o que de diferente daí decorre. A organização cognitiva do mundo faz-se, assim, através de um processo interactivo que caracteriza a dinâmica intelectual que elabora as representações, sempre simbólicas, do real. Se o objecto, a materialidade, existirá para além da ideia (representação) que o nosso cérebro dele faz, essa ideia é uma recriação do objecto. Essa recriação tanto é dependente dos mecanismos biológicos (desde os sensoriais aos cognitivos) que possibilitam e participam na relação, como da linguagem (entendida como mecanismo de pensamento e não como simples materialização codificada do mesmo) e das idealizações prévias (conhecimento existente e formas como se encontra organizado), que se estabelecem como contexto activo para todas as novas representações.

O objecto reconhecido é, desta forma, já um objecto construído, relativo a um contexto de compromisso. Resulta daqui, que os dados arqueológicos que utilizamos como base das nossas inferências, das nossas explicações e interpretações, são resultado de compromissos. De compromissos tanto mais complexos quanto não resultam de simples observações de um sujeito em frente a um objecto, mas de observações que o sujeito pensa e em que estabelece (através dos métodos que utiliza) as próprias condições dessa observação.

Poderemos, assim, assumir uma definição de dados como as formas que tomam as nossas percepções quando organizadas em representações associadas à linguagem e a um sentido, que lhes asseguram um "lugar" na nossa organização mental do mundo. Logo, nenhum "dado" é inquestionável. Tal como qualquer outro, o dado arqueológico é uma construção que resulta de uma relação que se estabelece entre a "realidade" em causa e o posicionamento teórico do investigador, as suas escolhas metodológicas e do rigor com que as aplica, as suas disponibilidades tecnológicas, os questionários que enquadram essa construção, o conhecimento estabelecido e os quadros de referência prévia que dotam de sentido as materialidades. Como Thomas recentemente defendeu (2004), a forma como reconhecemos as materialidades é um processo historicamente ancorado e entender é "entender como", isto é, implica a imediata catalogação e atribuição de sentido (à tese de Thomas relativa à forma como nos relacionamos com as materialidades voltar-se-á no

Capítulo 9). Ou seja, se a maneira como se realiza a percepção implica já uma alteração do objecto, o reconhecimento implica um outro nível de alteração através da atribuição de sentidos, tarefa para a qual são activadas as condições prévias.

Em última instância, trata-se do problema do conhecimento por generalização e da própria comunicação. É-me impossível organizar o mundo a partir da representação de todas as suas particularidades. O nosso sistema de conhecer implica um permanente processo de classificação, o qual se inicia logo na etapa da percepção. Recuperando o exemplo de Vignaux: para contar objectos, é preciso antes ser capaz de os diferenciar, de os distinguir uns dos outros e, para tal, é preciso recorrer às suas propriedades, logo, a percepção de formas é já um processo de ordenação, sujeito a classificações, onde se utilizam umas propriedades em detrimento de outras. Ou seja, o Homem não percepciona e não conhece sem classificar, sem ordenar, sem formalizar. Tem que generalizar com base em critérios seleccionados (por mim ou pela tradição), associando realidades em cujas representações descortina os atributos escolhidos. Através deste processamento por agrupamento reduz a diversidade (generaliza) tornando-a pensável, organizável e comunicável. É esse o carácter imprescindível dos *substatntivos comuns*, ao reduzirem uma infinidade de particulares a um número limitado de conceitos com os quais organizo e penso o mundo. Este seria incognoscível e incomunicável apenas através de *substantivos próprios.* O processo de classificação é um mecanismo de cognição que nos permite a relação quotidiana com o exterior e a existência do ser dotado de consciência. Sendo um *tipo ideal* de uma classe, o substantivo comum é um compromisso, um entendimento sustentado por critérios partilhados e aceites. Fossem os critérios outros e a realidade seria agrupada e organizada de forma diferente gerando uma representação igualmente distinta. Porque o conhecimento humano implica necessariamente processos de classificação e generalização em todas as suas etapas (da percepção à mais elaborada teorização) ele é sempre uma organização da realidade não confundível com ela. Nesse processo, um dado (por exemplo um objecto) é uma espécie de substantivo comum, quer na sua construção quer na sua necessidade, na medida em que, sendo um particular, a atribuição de sentido que concretiza o seu reconhecimento opera um processo de associação classificativa, reportando-o, com base em algumas das suas propriedades, a um tipo ideal de classe de objectos onde ele vai ser integrado. O processo de classificação inerente à cognição (a classificação é uma categoria cognitiva) não só agrupa como, ao fazê-lo, gere sentidos, isto é, determinados sentidos básicos de diferenciação emergem associados à própria percepção. No contexto de visões do mundo que não recorrem a qualquer tipo de criacionismo providencialista e finalista, a realidade material, podendo ser concebida como algo que nos é exterior, é entendida como uma "realidade sem sentidos" (Vignaux, 2000). As materialidades não são grandes nem pequenas, nem leves nem pesadas, nem boas nem más, etc. Os sentidos são

uma atribuição humana e, sendo mais complexos nas plataformas mais elaboradas da cognição, nascem logo nas primeiras fases do processo, onde se estabelecem as semelhanças e as diferenças que estruturam os agrupamentos básicos de organização do real.

O conhecimento é um processo de generalização e apresenta diferentes níveis de complexidade e elaboração. Não podemos todos fazer a "nossa representação" de todas as realidades existentes e das observadas pelos outros, pelo que se torna necessário estabelecer bases de consenso que permitam a diferentes pessoas trabalhar ao nível da síntese sobre dados construídos por outros. Os dados formam, assim, um corpo documental passível de ser aceite por diferentes investigadores, nomeadamente por defensores de diferentes teorias. É neste sentido que deverá ser entendida, ao longo do restante texto, a expressão "referenciação ou contrastação empírica".

Porém, porque são construções contingentes e teoricamente dependentes (como já referimos, são geradas dentro de contextos onde a teoria opera) existem momentos em que o consenso relativamente a um corpo documental se quebra e a disputa interpretativa desce ao nível dos dados, gerando conflitos dos quais decorrerão novas situações de compromisso ou de compromissos concorrentes. A estabilidade de consenso é sempre um estabilidade provisória, sujeita a quebras de compromisso. Quando esta última situação ocorre, o mesmo corpo documental pode ser lido e gerido de formas diferentes, concorrentes e contraditórias (como se discutirá mais à frente, é o que actualmente acontece relativamente aos ditos "povoados fortificados" calcolíticos). A natureza dos dados muda e a razão dessa mudança tem origem teórica. É, aconselhável, contudo, lembrar que existem diferentes níveis de organização teórica, uns de grande alcance e síntese outros de nível médio e baixo e que será importante ter a noção quais os níveis de teoria envolvidos em cada discussão.

É sobre esta concepção de "dados" que se sustentou o trabalho empírico realizado. Quando, a propósito do estudo monográfico dedicado ao Castro de Santiago (Valera, 1997a), intitulei o capítulo relativo às evidências arqueológicas como "Os dados empíricos: os primeiros níveis da interpretação" e agora a parte equivalente neste trabalho como "Os dados arqueológicos: construção de uma base documental", procurei reflectir a ideia de que os dados arqueológicos se reportam a um acto contemporâneo de leitura (Binford, 1987; Criado Boado, 1993a, 1993b), que os arqueólogos registam observações presentes, feitas através de um processo em que participam e interferem e que os dados que disponibilizam podem integrar plataformas de entendimento sobre a sua natureza, mas que essas plataformas estão abertas à possibilidade de confronto e de constestação.

Daqui decorre que a utilização dos dados nos processos de validação assume contornos distintos relativamente aos posicionamentos mais positivos e alguns perigos que deverão ser controlados. De facto, o assumir que a natureza do dado depende da teoria retira-lhe potencial de validação, na medida em que utilizá-lo para validar uma tese da qual retira o seu próprio sentido seria um procedimento tautológico. Ao deixar de ser visto como algo exterior ao processo de construção de conhecimento, algo absoluto e objectivo a que se pode reportar uma tese ou um modelo para avaliar da sua adequação, o dado ganhou o desconfortável estatuto de algo totalmente manipulável e moldável, ao sabor de qualquer dispositivo teórico ou intenção. A valorização que lhe vinha do seu perfil de realidade objectiva, de preposição básica e indiscutível a que se recorria para dirimir propostas interpretativas, como que se desvanece e é substituída por uma desconfiança face à contingência da sua "nova" natureza e por um sentimento de "prescindibilidade".

De facto, a alternância de centração nos dados ou nas formulações teóricas, conduzia, com alguma frequência, a uma distanciação entre as reflexões abstractas sobre o funcionamento do todo social e a produção empírica:

> "... theoretical insights and material detail kept missing each other"
>
> (Edmonds, 1999: IX)

Se esta tendência encontrava uma das suas principais razões de ser nas insuficiências dos dados empíricos (a tradicional pobreza dos dados), hoje parece notar-se, dentro de determinadas correntes teóricas onde o estatuto de objectividade do "dado" mais se degradou, que as formulações teóricas são geradas e evoluem quase de forma independente dos dados (e da sua maior ou menor "riqueza"). Estes perdem o seu papel interventivo activo na construção da tese, limitando-se a receber o seu sentido no contexto que lhes é previamente estabelecido e para o qual não parecem concorrer. A coerência dado – tese está aqui assegurada desde o início, não se sentindo necessidade de recorrer ao primeiro para validar a segunda, o que a ser feito teria, como já foi dito, um carácter tautológico. Neste contexto, o dado não tem qualquer valor na avaliação da teoria (nem sequer em termos de coerência interna, já estabelecida à partida). A validade desta passará a ser discutida exclusivamente em torno dos seus princípios, dos seus pressupostos, da sua lógica e coerência internas, sem que no processo tenha grande relevância a documentação empírica. No limite, manipulável ao serviço de qualquer preposição, o dado empírico torna-se totalmente prescindível, o mesmo é dizer, o conhecimento quebraria o seu carácter relacional entre sujeito cognoscente e realidade exterior e tornar-se-ia simplesmente metafísico.

Como se afirmou atrás, este trabalho assume uma concepção relacional do conhecimento. Se se recusa a existência de evidências empíricas pré-teóricas ou a-teóricas, também se defende que os dados não são apenas e só um simples reflexo de uma qualquer teoria ou conjunto de teorias. Uma concepção relacional de conhecimento implica a aceitação de uma realidade que nos é exterior e de que as nossas representações tem níveis de adequação variáveis, que podem ser hierarquizados segundo parâmetros de maior ou menor adequação (sempre provisória e, portanto, contestável). As plataformas de dados, apesar do seu carácter construtivo e dinâmico, estão em relação com a realidade exterior que se pretende conhecer, também ela dinâmica, e são uma base relativamente à qual as teses devem ser reportadas e confrontadas.

Neste contexto, e não partilhando das concepções de Karl Popper relativamente à possibilidade de uma Teoria Geral do Conhecimento nem aos normativos que estriam associados a essa concepção unificadora do conhecimento, continuo a pensar, apesar das críticas que lhe foram sucessivamente dirigidas, que a "falsificabilidade" tem potencialidades como método de interrogação da coerência interna e de validação provisória de uma afirmação. Se assumirmos que uma tese para ser científica tem que responder a "desígnios de verdade", significa que se estabelecem preposições que, ainda que provisoriamente, são tidas por verdadeiras ou, quando muito, como possivelmente verdadeiras (plausíveis). Se a sua demonstração resulta difícil ou mesmo impossível mediante contrastação empírica, a inversão proposta por Popper é uma solução com potencial: enunciar as condições em que a tese seria falsa e testar contra os dados empíricos (no sentido "construção consensual" que aqui lhes foi conferida) não com a intenção de comprovar, mas de refutar, garantido-se a sobrevivência da tese se ela resistir a este exercício de falsificação. Trata-se de um exercício que nos obriga a consciencializar e explicitar as condições dos nossos próprios processos classificativos de construção das preposições que fazemos, ajudando a criar formas de replicabilidade de discursos e a avaliar a coerência interna das nossas teses.

Riqueza ou pobreza dos dados

Para além do papel que desempenham na validação, as problemáticas dos dados são igualmente centrais na definição da particularidade disciplinar da Arqueologia e das suas possibilidades em face do seu objecto.

O *objecto* da Arqueologia é o estudo do Homem Social do passado através das suas materialidades (entendidas no sentido lato: artefactos, arquitecturas, paisagens, etc.) com *objectivos* que são presentes e socialmente negociados e vivenciados. A natureza das "fontes" é o que fundamentalmente cria, na origem, a especificidade da Arqueologia e, no âmbito português, a diferencia da História, contexto disciplinar onde nasceu em termos

universitários. Naturalmente essa "diferença original" resultou noutras, ao nível dos procedimentos metodológicos, da construção de ferramentas teóricas mais adequadas às problemáticas suscitadas pelos problemas decorrentes da sua especificidade documental, do relacionamento preferencial com determinadas áreas disciplinares entre as ciências físicas e naturais. Estas diferenças (e outras de maior pormenor) geraram formas de pensar disciplinares (mais ou menos viciantes), identidades e imagens próprias, que evoluíram na sua organização institucional no sentido da independência e diferenciação profissional que, uma vez mais no caso português, correspondem à recente emancipação relativamente à História nas universidades, à (mais antiga) individualização no corpo do aparelho administrativo do estado e à emergência de uma actividade profissional liberal que lhe confere uma vertente "aplicada" equivalente a outras áreas profissionais. Independentemente dos percursos e dos contextos de génese, a disciplina tem hoje o seu objecto relativamente bem definido, procedimentos metodológicos razoavelmente debatidos e estabelecidos, ferramentas conceptuais próprias (embora muitas tenham sido importadas de outras áreas disciplinares) e desenvolve-se com dinâmicas próprias num contexto de relacionamento cada vez mais estreito com outras disciplinas, tanto da área das Ciências Sociais como das Físicas, Naturais e Exactas. É pois, diríamos, uma disciplina estabilizada e com uma importância crescente na comunidade académica e na "sociedade civil" em geral.

Esse desenvolvimento tem sido marcado por alguns problemas concretos relativos à natureza das sua "matéria-prima" de trabalho, gerando um debate (antigo, mas que vai sendo sucessivamente renovado) sobre os limites de alcance do discurso disciplinar: até onde pode ir o discurso arqueológico na sua pretensão de falar sobre o Homem passado através das suas materialidades. A questão pode ser colocada da seguinte forma: quais as pontecialidades e as limitações dos "dados arqueológicos", na sua relação com aquilo que entendemos por conhecimento e com quadros teóricos que adoptamos e que nos permitem pensar os dados de múltiplas formas, com consequência para aquilo que cremos que é possível atingir com a disciplina.

Este problema têm-se manifestado através da concepção de dados, anotados no tradicionalmente designado "registo arqueológico", como "ricos" ou "pobres", mais "transparentes" ou "opacos", em termos do seu potencial informativo e sugestivo. Esta adjectivação resulta da consciência de que muitas das vivências humanas, dos seus sentidos e espectativas, não se manifestam através de materialidades (Alarcão, 1993-94a) e que, se outras o fazem, é através de modos muito diversificados que variam no tempo e no espaço, onde entra em acção toda a problemática do sentido e da contextualidade, dificultando a sua hermenêutica.

A pretensão de aproximação entre ciênciais sociais e físicas-naturais, tanto a nível metodológico como na aspiração normativa (que se manifesta no histórico-culturalismo, no funcionalismo, nas abordagens de pendor mais estruturalista ou nas aplicações do materialismo histórico), tem sido responsabilizada (Barrett, 2001) por gerar uma noção de pobreza dos dados, sobretudo quando comparados com os disponíveis noutras ciências sociais. O problema resultará de se conceber a noção de dado e de registo arqueológico como vestígio, como produto truncado e parcial do passado, e a componente material da cultura como *produto* da acção humana e como um meio extrassomático de adaptação. Barrett propõe uma reorientação da investigação arqueológica através do abandono do conceito de registo arqueológico, acusado de representar uma visão das condições materiais meramente como *produto* do sistema social. A sua proposta, no seguimento do que tem sido o combate do pós-processualismo, é a de romper com a separação entre o agente e o objecto e considerar que os vestígios materiais são simultaneamente resultado e meio de práticas sociais. Trata-se de uma variante da superação da dicotomia sujeito-objecto e de uma solução dualista (por oposição à dicotómica) na linha da proposta de Giddens para a relação estrutura-acção. As materialidades, ao serem considerados como simultaneamente o meio e o resultado das práticas sociais, surgem como parte integrante da acção e não uma representação desta, ou seja, como um *produto* ou um *resíduo*. A Arqueologia não deve procurar o que está por trás dos materiais e lhes teria dado origem, mas *as formas de agência que operavam através dos materiais que chegaram até nós*.

No mesmo sentido vão as propostas Dobres (1994) e de Wobst (2000) na defesa das potencialidades de toda a cultura material e respectivos contextos. O último propõe conceito de "interferências materiais" como alternativa ao de "registo arqueológico", procurando precisamente expressar a situação relacional que articula materialidade e acção: a materialidade é simultaneamente considerada precedente (porque estabelece padrões e tradições à acção) e produto da prática social, constituindo-se como uma referência para os actores se avaliarem, se identificarem e se diferenciarem. Acções acontecem através de materialidades, modificando-as ou perpetuando-as.

Estas propostas, contudo, não ultrapassam os problemas levantados relativamente às acções que se processaram através de materialidades que não chegaram até nós ou que nem sequer se processaram através de materialidades, nem evita o problema de como podemos compreender uma acção na sua plenitude nos casos em que só nos chega parte da materialidade através da qual ela se processa.

O problema da maior riqueza ou pobreza de determinados contextos ou materialidades não fica, assim, resolvido. Mas a perspectiva sobre a forma como deveremos posicionar-nos relativamente ao tradicional "registo arqueológico" muda e as potencialidades

da cultura material aumentam: materialidades activas, que se integram na tradição como factores condicionantes de futuras acções e que viabilizam práticas nas quais são agentes participantes (e não meros produtos, essencialmente associados a uma função). É a concepção de que a intenção já tem em conta na sua formulação (onde normalmente se processa uma avaliação de opções possíveis) as materialidades e os seus sentidos, através das quais se vai processar a sua concretização (fossem estas outras e as intenções poderiam mudar ou nem sequer ser activadas). Esta relação recursiva e interdependente entre o Homem e as materialidades será mesmo um universal cultural, sendo que o que é contingente e histórico são as formas concretas como ela se manisfesta e se realiza em cada tempo e espaço. E se, neste sentido, ela ocorre nos dias de hoje, mais fácil será de entender em comunidades onde o pensamento mágico, a superstição, a personificação ou o animismo teriam uma presença mais forte e onde confeririam ao objecto, à materialidade, uma capacidade de intervenção nos fenómenos sociais particularmente elevada.

A "personalidade" dos objectos torna-se, assim, mais complexa, permitindo a sua manipulação contextual diversificada, colocando em causa classificações mais básicas, baseadas em funções primárias. Estas, contudo, não devem ser escamoteadas e será tão redutor pensar que não há função primária na "personalidade" do objecto como restringir esta à funcionalidade. Essa vinculação primária permite-nos, a partir de objectos, falar de actividades e ponderar sobre a sua importância, tivessem elas ocorrência concreta ou fossem apenas evocadas pela presença de materiais a elas associados. Mas, naturalmente, e de acordo com a perspectiva mais pluralista das materialidades, a determinação concreta da sua função e do seu sentido deve atender ao contexto ou às sucessivas escalas de contextualização (porque os contextos também têm os seus contextos), sendo que este processo também é teoricamente construído.

Isto tanto se aplica aos objectos e estruturas quando estão no seu "contexto normal" (que nós, de acordo com os nossos parâmetros, consideramos normal) como para os que estão num "contexto surpreendente". Ou seja, tanto pode ser precipitado interpretar imediatamente um fragmento de machado no interior de uma cabana como uma peça descartada à espera de reutilização, como precipitada pode ser a interpretação da presença de um machado numa lareira como um depósito ritual consagrado ao fogo. O *habitus*, que, no dizer de Pierre Bourdieu, são os elementos da tradição (frequentemente não formalizados e por vezes inconscientes) que operam no domínio da consciência prática interferindo com as decisões, interpretações e acções dos indivíduos, funciona também na produção de conhecimento. E o contextualismo já começou a perder o seu estatuto revolucionário para se começar a constituir como *habitus*, com o que disso tem de positivo e negativo. A contextualização é um processo complexo e que, sobretudo, deverá ser aberto.

Aberto a reformulações que advém do avançar da investigação e do debate teórico inerente às dinâmicas dos enquadramentos de base com que mais nos identificamos e dos outros.

Enquadramentos teóricos: o desconfortável problema da classificação

No mercado intelectual contemporâneo, para utilizar a divertida e perspicaz expressão de António Orihuela (1999), são vários os edifícios teóricos disponíveis para a abordagem dos fenómenos humanos. O investigador tem, assim, que tomar opções (excepção feita às práticas mais inconscientes, já que opção implica intenção, decisão e justificação, ou seja, um determinado grau de consciência). Mas opções teóricas, tal como os fundamentos epistémicos que as sustentam, são resultado de um processo complexo. Se a escolha terá em conta uma avaliação da coerência interna, das potencialidades, da adequação e do rendimento da teoria, essa escolha remete igualmente para factores, frequentemente não formalizados, os quais têm interferência na construção da teoria e na sua adopção. As teorias nunca são formulações racionais neutras. Estão sempre vinculadas a comprometimentos prévios de ordem ética, ideológica, institucional e psicológica, que estruturam a nossa leitura e posição no mundo. Mesmo quando pretendeu construir uma teoria geral da razão crítica, Popper fez depender os comprometimentos epistémicos que a constituem de princípios éticos como a liberdade e a tolerância. Abordagens contextualistas, materialistas ou outras são facilmente reportáveis a visões do mundo e concepções ideológicas específicas. Vínculo sempre recursivo, na medida em que a teoria, através das práticas que induz, promove a dinâmica (ou a cristalização) ética, ideológica e psicológica que nela intervém.

Mas se o "alinhamento" teórico nem sempre é convenientemente pensado e assumido, por vezes, quando se coloca a pergunta e se procuram as respostas, pode ficar-se com autênticas crises de identidade, que só a ortodoxia ou a inconsciência parecem poder definitivamente evitar. O desconforto fica em grande parte a dever-se à rigidez com que é assumido o processo de classificação e generalização aplicado às teorias e às "perspectivas". Neste processo taxonómico, a multiplicidade de abordagens e formas de pensar é distribuída por gavetas, de acordo com critérios que presidem à classificação. Estas são consagradas como "ismos" (estruturalismo, funcionalismo, materialismo, idealismo, etc.) e aqueles que com elas se identificam ou são identificados intitulam-se ou são rotulados com o sufixo "istas". Todavia, nem sempre é fácil encontrar o histórico culturalista, o funcionalista, o materialista, o estruturalista ou o contextualista no seu estado de pureza teórico, o qual, sendo um "tipo ideal", dificilmente existirá. Não poucas vezes se recorre a ferramentas guardadas em diferentes gavetas, modelos, conceitos ou metodologias, desenvolvidos dentro de distintas correntes teóricas, gerando uma espécie de

enquadramentos híbridos e criando, por vezes, a sensação de falta de coerência ou de "lealdade" teórica.

Esta situação foi já sublinhada na Arqueologia Portuguesa por Vítor e Susana Oliveira Jorge (Alarcão e Jorge, 1991) ao apontarem uma excessiva taxonomização das correntes arqueológicas. O primeiro fala mesmo de uma espécie de "depósitos", de "resíduos", que cada perspectiva ou abordagem nos deixaria e que seria o seu contributo para "um património metodológico comum que a genealogia das várias ciências vai permitindo" (*idem*: 19).

Trata-se de um problema que tem sido frequentemente assumido por alguns como reflexo de uma certa complementaridade que caracterizaria diferentes perspectivas. Em Portugal, e no plano da Arqueologia, chegou mesmo a iniciar-se um debate promissor (mas que não teve grande repercussão num meio tradicionalmente avesso ao debate teórico): a uma defesa da "conciliação" (leia-se complementaridade) de diferentes esquemas teóricos de abordagem do objecto da disciplina (Alarcão, 1993-94b; 1996), contrapõe-se o carácter indesejável e perigoso da "unicidade" do discurso ou da concepção do conhecimento como único (Jorge e Jorge, 1996). Na posição conciliadora, as diferentes perspectivas são apresentadas como partes que poderão ajudar a compor um todo:

> "A minha posição de que as diversas versões do passado são conciliáveis não as reduz umas às outras, declarando-as idênticas; reconhece a identidade de cada uma e a diferença entre elas; mas advoga a ideia de que, com elas, sendo cada uma idêntica só a si mesma e claramente distinta da outra, se pode compor o todo"
>
> (Alarcão, 2000: 215-216)

Esta posição conciliadora poderá encerrar um perigo: o de, inadvertidamente, se conceber a realidade como uma entidade absoluta e finita, dada e pronta a ser conhecida, bastando para tanto deslocar-mo-nos em seu redor, perspectivando-a de vários ângulos possíveis, o que é redutor. Estaríamos, então, com as concepções de uma realidade total e dada, e teríamos que nos afastar da ideia de que cada disciplina e cada enquadramento teórico interfere activamente – recriando - no objecto da sua análise. Este perigo poderá resultar de confundirmos visões parcelares com perspectivas, já que estas não podem ser reduzidas a "partes" de uma totalidade. Tal como ocorre com as ciências, cada quadro teórico, com os seus postulados e vinculações ideológicas, com os seus métodos e problemáticas, tende a "gerar" formas particulares de relacionamento com a realidade, por vezes totalmente contraditórias ou incompatíveis entre si. Daí a crítica à possibilidade de este posicionamento conciliador; ao facto de alegadamente ignorar essa intervenção da teoria no objecto e à eventual aceitação implícita de uma meta-realidade estática captável

por um meta-conhecimento composto por várias partes que, conjugadas, permitiriam atingir o todo (Susana Jorge *in* Alarcão e Jorge: 23).

Todavia, e de forma simultânea, são as próprias especificidades de cada abordagem, as suas limitações, as suas pontencialidades, os seus desenvolvimentos metodológicos e conceptuais particulares, que justificam uma interacção entre os grandes programas teóricos no aprofundamento do conhecimento sobre o fenómeno social. Sem dúvida, muitas destas correntes teóricas, ou pelo menos alguns dos seus aspectos, são compatibilizáveis, na medida em que abordam distintas parcelas ou escalas da realidade social. Não para produzir um conhecimento total por somatório de partes, à imagem da ambição da história totalizante, mas porque se concebe que os diferentes quadros teóricos construídos tem uma existência relacional, se influenciam, se definem por oposição ou rejeição e se apetrecham (teórica e metodologicamente) para abordar diferentes níveis do social que funcionam de forma recursiva e se pressupõem uns aos outros. Uma teoria não é uma receita acabada de procedimentos normalizados a aplicar, mas antes um enquadramento dinâmico que orienta a produção de conhecimento; com coerência interna, mas aberto ao confronto com outras teorias e às reformulações que daí resultam. Frequentemente a discussão teórica corresponde à tentativa de demonstração da inadequação das outras teorias e à afirmação das virtudes da nossa, por vezes de forma tão violenta como a do combate ideológico. Mas a inter-relação de perspectivas teóricas distintas, com o seu intercâmbio conceptual e metodológico, é um processo enriquecedor. O desacordo ou a contradição não impedem a relação. Esta requer, contudo, um controlo reflexivo apertado, nomeadamente sobre a coerência interna do discurso, adequação das ferramentas conceptuais utilizadas e a justificação argumentada do que se considera passível de ser aceite e o que se julga dever rejeitar.

Trata-se, uma vez mais de defender um carácter relacional para a produção de conhecimento, onde operam processos de associação e divórcio, de adesão e rejeição, de tradição e de inovação, onde o conhecer é perspectivado como um processo dinâmico de interacções convergentes e divergentes, que se amplia nas suas competências interpretativas e explicativas e se diversifica em termos de recursos teóricos disponíveis, num caminho de progressivo desmantelamento de fronteiras e de estabelecimento de diálogos, mesmo entre o que se nos afigura como incompatível. Neste sentido, o progresso do conhecimento é percebido de uma forma que se afasta da estabelecida por Kuhn (1962) – uma evolução linear por substituição paradigmática - aproximando-se de uma imagem de progresso por alargamento, ampliação, onde diferentes paradigmas podem coexistir interagindo de forma relacional. Se consideramos o mundo complexo e relacional, não há razão nenhuma para pensar a dinâmica de conhecimento como um processo evolutivo linear de substituições paradigmáticas. É, neste particular, uma posição próxima da

defendida por Jorge de Alarcão, embora relativamente ao resto assuma reservas no que respeita à utilização da expressão "conciliação" – porque entendo que em determinados aspectos centrais são, de facto, inconciliáveis ou contraditórias. Dificilmente poderemos conciliar a valorização da racionalidade e da intencionalidade do agente como factores fundamentais nos fenómenos sociais com o esquema normativo e determinante das totalidades sociais do materialismo histórico ou com a concepção de mudança como um processo exclusivamente de adaptação a estímulos exógenos.

Mas um relacionamento interactivo não pressupõe nem exige qualquer tipo de "conciliação". Corresponde, reafirmo, a um alargamento, a uma abertura que procura ser dominantemente inclusiva (mas que, naturalmente, será também exclusiva do que se considerar inadequado, ultrapassado sem validade e utilidade actual), que procura uma visão mais abrangente, o mais abrangente possível, mas onde essa abrangência não coincide nunca com uma totalidade, com um absoluto. Como afirmou Feyerabend a propósito de um pretenso caos filosófico moderno a necessitar de uma urgente ideologia unificadora: "Sustento que a colaboração não carece de ideologia comum" (Feyerabend, 1991: 27).

Não vou, por isso, preocupar-me aqui com a catalogação deste trabalho em termos de se enquadrar numa ou noutra corrente teórica que povoam a arqueologia contemporânea. Antes, afirmo que nele poderão ser reconhecidas diferentes influências e se fará recurso a ferramentas com diferentes origens, mas que se julga poder utilizar sem comprometer em nenhum aspecto básico a coerência interna do trabalho. Naturalmente, existe uma linha de orientação que procura estar em consonância com as posições que aqui se manifestaram e considera-se importante estabelecer a referenciação teórica das preposições avançadas no tratamento de cada problema concreto. A sua exposição e discussão, contudo, será feita ao longo do texto, quando cada problema se colocar, mantendo uma constante remissão para este capítulo e para os fundamentos teóricos nele brevemente expostos.

Comprometimento social

Por último, neste périplo de reflexividade, é importante sublinhar que as problemáticas relativas ao que é conhecer não se resumem à questão de, em cada caso concreto de investigação, estarmos conscientes, ou pelo menos interrogantes, relativamente ao que representa o trabalho realizado. Vão, de facto, bem mais além, ao cerne da razão de ser da investigação. Se poderemos, com serenidade, defender a investigação pela investigação, o conhecimento pelo conhecimento como uma actividade criativa património da humanidade, tal como a arte, a poesia, etc., temos também que assumir a

responsabilidade social que lhe está inerente e que deriva do seu financiamento pela sociedade, das expectativas que cria e dos resultados, previstos e não previstos, que proporciona.

> "O que está em jogo nas batalhas em torno da autoridade é importante. Estão em jogo os recursos institucionais, como o financiamento da investigação, os lugares nas carreiras universitárias, as promoções e as nomeações definitivas e as possibilidades de publicação. Mais do que benefícios pessoais para os universitários, esses recursos institucionais são os meios de reprodução de posições intelectuais diferentes, através de formação de estudantes de licenciatura e de pós-graduação.
> Mas a batalha não é apenas intelectual ou "académica". Tem também [fundamentalmente diria eu] consequências para a vida das pessoas, para a produção do conhecimento e para as acções políticas. O poder que a ciência, a engenharia e a medicina, têm sobre os corpos a vida das pessoas e sobre o ambiente estende-se, seguramente, para além dos corpos e dos ambientes dos cientistas. Bastaria essa razão para considerar que o estudo da ciência, da tecnologia e da medicina diz respeito a um espectro mais alargado da sociedade."
>
> (Fujimura, 2003: 168)

Neste contexto de socialização das práticas e aplicações da ciência, as problemáticas do conhecer e do seu significado ultrapassam a mera análise formal para se enraizarem na vida humana e nas formas como esta se organiza, como é perspectivada, como é projectada/ambicionada, em suma, como é vivida.

> "(...) é uma lição que todos temos de aprender, se quisermos conciliar-nos com a contingência primordial da experiência humana e as limitações inerentes à tarefa de fazermos o melhor que podemos no nosso próprio tempo e lugar."
>
> (Toulmin, 2003: 272)

Este texto, apesar de se destinar a uma prova académica, não está distanciado dessa ambição de contribuir para um "novo senso comum" (Mattoso, 1988; Santos, 1999, 2000 e 2003). Insere-se numa dinâmica de investigação que tem sido acompanhada por um conjunto de acções e realizações que visam tornar o conhecimento produzido activo e consequente para diferentes comunidades, com particular relevo para a que mais directamente se relacionam com o território e com o património estudados. Esta preocupação com as repercussões sociais do conhecimento produzido correspondem a uma espécie de "fecho de círculo", no sentido em que o investimento despendido pela sociedade nesta investigação não se justifica essencialmente pelo que permite, em termos de progressão e satisfação, ao seu autor, mas sim pelo que este conseguir reverter para a vivência social comunitária. Como se tem vindo a sublinhar, o conhecimento científico não deverá ser entendido como neutro ou movido simplesmente por interesses pessoais – embora esses interesses sejam legítimos e tenham um efeito catalizador e inovador nas dinâmicas desse mesmo conhecimento e, consequentemente, nas dinâmicas sociais – nem

deverá limitar-se a uma auto-justificação do tipo conhecimento pelo conhecimento – o qual, todavia, é igualmente importante enquanto manifestação da curiosidade inerente ao relacionamento do humano no mundo – devendo assumir a sua responsabilidade de prática social orientada para o benefício colectivo. Ser socialmente interventivo, não apenas como uma prática que tem consequências sociais inerentes, mas que se orienta com uma intencionalidade controlada (sujeita aos princípios da honestidade, da transparência e da liberdade) para uma intervenção social. Esta pretensão, para além das já referidas acções que não cabe aqui apresentar, estará particularmente explicita no final do Capítulo 12, onde esta problemática é retomada a partir de um exemplo concreto das repercussões sociais do conhecimento produzido no âmbito desta investigação.

Uma adesão à pós-modernidade?

O programa da modernidade, implícita e explicitamente, vem sendo reformulado nas últimas décadas também no âmbito disciplinar da Arqueologia, talvez não com a mesma força na Península Ibérica que na Europa setentrional. Em Portugal, como já se afirmou, e no que à Pré-História Recente diz respeito, a adesão teoricamente informada e reflectida às tendências consagradas pelo pensamento dito pós-moderno resume-se, quase que exclusivamente, à "escola" da Faculdade de Letras do Porto (embora o principal interlocutor nas disputas teóricas publicas – ou publicadas - tenha sido Jorge Alarcão, investigador do período clássico da Universidade de Coimbra).

No meu percurso pessoal, como afirmo no Capítulo 12, após um longo trajecto na Faculdade de Letras de Lisboa, o doutoramento no Porto corresponde em parte a uma deriva teórica e a uma aproximação, numa série de questões e problemas, às posições da referida pós-modernidade. Mantenho, contudo, algumas reservas relativamente a esta designação e à perspectiva de que constitui uma profunda ruptura, de natureza padigmática, com a modernidade. Barry Smart (2002), citando Vattimo, sublinha que as principais linhas temáticas da pós-modernidade se encontram já na filosofia de Nietzsche, Heidegger e Adorno, as quais põe em causa ideias base da racionalidade moderna, como a noção de progresso, de conquista pelo conhecimento, de universalidade e de identidade (essência). No seu entender, a pós-modernidade não se confirma como uma ruptura com o passado moderno, mas como um movimento, que já vem de longe, de reflexividade crítica da modernidade sobre si própria e de transformações que dela resultam:

> "Uma das implicações óbvias destas observações é a de que a preocupação actual com os limites e restrições da ordem racional moderna não pode ser explicada simplesmente como um sintoma de uma geração "desencantada" de intelectuais contemporâneos (...), dado que os interesses identificados e as críticas produzidas vêm de trás. Em suma, o inusitado cepticismo sobre a equação iluminista da

> racionalidade crescente, bem como o progresso em termos de "justiça, virtude, igualdade, liberdade e felicidade" (Bernstein, 1991, p.34), de maneira nenhuma se circinscrevem àquelas análises e teorias que recentemente receberam o epíteto de pós-modernas. (...)
>
> Mas o pós-moderno não significa necessariamente que tenhamos abandonado o moderno. A designação pode, pelo contrário, ser empregue para nos referirmos a um relacionamento crítico com o moderno e, como tal, aparece articulada de maneira muito estreita, senão mesmo inextricável, com o moderno."
>
> (Smart, 2002: 406)

Como o próprio Lyotard afirma, a pós-modernidade "É indiscutivelmente uma parte do moderno" (Lyotard, 2003). Bauman (também citado em Smart, 2002) considera a pós-modernidade como "a mente moderna empreendendo um longo, atento e desapaixonado olhar sobre si mesma". Nesta perspectiva, a radicalização do discurso pós-moderno relativamente aos principais vectores epistemológicos e sociais do pensamento moderno (progresso, universalidade, totalidade, racionalidade, ideias éticos) resultam, mais do que numa alteração paradigmática, na consciência das limitações e de alguns equívocos do pensamento e do projecto moderno. Como se expôs atrás, universalidade e totalidade não foram verdadeiramente abandonadas, mas reconceptualizadas nas suas potencialidades e restrições inerentes à sua contextualidade e à relação parte – todo; o conhecimento não é simplesmente recreação, mas é também acumulação; a objectividade relativiza-se mas o ideal de desígnios de verdade mantém-se; os ideais éticos também se mantêm, na sua generalidade, válidos (não vejo que tenhamos desistido da justiça, da liberdade, da felicidade ou da igualdade de direitos e deveres) e, quando muito, repensa-se a forma e os caminhos para nos aproximarmos deles e que, com alguma frequência, não passam apenas por caminhos alternativos, mas também pelo alargamento de vias abertas pela modernidade. Por outras palavras, o projecto da modernidade, na sua idealização optimista e entusiasta (setecentista e oitocentista), propôs metas e viu possibilidades onde hoje reconhecemos exagerados optimismos, mas que não me parece que verdadeiramente descartemos. Antes, repensamos, analisamos criticamente e propomos alterações e ajustamentos, talvez mais compatíveis com a complexidade das coisas, como num processo de aprendizagem. Neste sentido, não será tanto uma relação de "continuidade", como propõe Alarcão (2000: 158-159), mas mais uma relação de aprofundamento e alargamento.

Também não será uma relação simplesmente desconstrutivista, já que a propensão para a insatisfação e para os discursos de resitência (Tilley, 1993), decorrentes de um desencanto ou de uma insatisfação com os discursos dominantes, não deve resultar do facto de este ser dominante (no sentido de consensualmente melhor aceite), mas do facto de este domínio poder atrufiar o desenvolvimento de alternativas (assumindo-se como **o** discurso oficial verdadeiro e único) ou de simplesmente se ambicionar a alargá-lo e a

diversificá-lo. Como afirma Alarcão (2000: 159), o *dissensus* pelo *dissensus* não tem qualquer interesse para o desenvolvimento do conhecimento.

A visão da pós-modernidade como um amadurecimento, como a maturação de uma modernidade adulta, ultrapassando os excessos e as certezas próprias da juventude, seria um quadro, estou em crer, relativamente pacífico de aceitar. A violência do combate, da oposição, entre moderno e pós-moderno, esse aparentemente dramático confronto entre o pensamento moderno e a sua imagem no espelho de que não gosta, resultará, em grande medida, do desencanto perante resultados esperados que não chegam com a rapidez desejada e com os contornos ambicionados e de uma falta de correspondência entre programa e prática no projecto moderno:

> "falarem de *contigência*, acreditando falar de *necessidade*; de *localização* específica, acreditando falar de *universalidade*; de interpretação assente em tradições particulares, julgando falar de uma verdade sem território nem tempo; de indecisão, considerando falar de transparência; do carácter provisório da condição humana, acreditando falar de certezas do mundo; da *ambivalência* da produção humana, acreditando falar da *ordem* da natureza."
>
> (Bauman, citado em Smart, 2002)

A condição pós-moderna como um exercício de reflexibilidade crítica sobre a modernidade, numa orientação e num ajustamento à complexidade do mundo e do Homem no mundo, parece-me a melhor perspectiva a adoptar para esta dinâmica. Nela, os epítetos acabam por ter pouca importância.

1.4 QUESTÕES DE METODOLOGIA E DE MÉTODOS: LINHAS ORIENTADORAS

O resultado imediato de um qualquer processo de conhecimento científico são, basicamente, respostas e novas interrogações face a problemas gerados e colocados nalgum momento e que originaram determinadas acções (métodos) no sentido da sua resolução provisória ou re-equacionação. Estas "respostas" ou "novas perguntas" são, assim, indissociáveis dos problemas, mas também o são (entre muitas outras coisas) relativamente às acções que foram desenvolvidas para a sua construção. Esta consciência permite perceber que os resultados de uma investigação dependem tanto das problemáticas que a originam, como dos métodos escolhemos para os alcançar. E escolha é o termo correcto, porque face aos objectivos que em dado momento pretendemos, para a resolução de um problema qualquer que tenhamos entre mãos, existem normalmente várias opções no que concerne à maneira de fazer e conseguir. E essa escolha interfere nos resultados, por vezes com consequências irremediáveis, pelo que pensar os métodos é um

procedimento vital para a avaliação das respostas na sua adequação e plausibilidade. É necessária, pois, uma metodologia.

Não é incomum ver o termo metodologia usado para designar os métodos utilizados. Tal resulta numa homologia errada, que distraidamente já cometi, mas que é própria de quem não reflecte sobre os métodos que aplica e não se apercebe da interferência condicionara que os mesmos exercem. Métodos são o conjunto de meios e maneiras de proceder, que frequentemente seguem determinados normativos e protocolos, com os quais se procura alcançar um fim. Metodologia é o processo de reflexão que se exerce sobre esses procedimentos, essas maneiras de fazer. Metodologia é pensar os métodos, estudá-los, perceber as suas limitações, descortinar as suas interferências condicionantes, analisar os seus fundamentos teóricos, determinar a sua adequação aos problemas e aos objectos de análise e, com tudo isto, justificar os caminhos escolhidos.

Assim, na conduta científica os métodos serão sempre o resultado de uma escolha que se apresenta aos olhos do investigador como a mais justificada. A aplicação de um método acriticamente, através de um procedimento que se aprendeu e repete sem qualquer preocupação reflexiva, gera situações de inconsciência na construção e na apreciação dos resultados, conduzindo a situações de indiscriminação entre o que, na resposta, é relativo ao problema e o que deriva da interferência do método. No fundo, esta é, como já anteriormente se afirmou, a questão do indeterminismo, estabelecido pelo Princípio da Incerteza de Heisenberg na Física Quântica: não é possível eliminar a interferência do observador e dos mecanismos de observação (métodos), pelo que o discurso sobre a "realidade" observada é-lhes sempre também relativo. Os métodos e os pré-conceitos são, como alguém disse, as linguagem como que interrogamos e nos relacionamos com o nosso objecto de pesquisa e ele responder-nos-á na linguagem que utilizarmos.

Os métodos deverão estar sujeitos ao princípio da adequação, isto é devem ser conscientemente relativos aos problemas enunciados ao mesmo tempo que apropriados para lidar com as parcelas do "real" com essas problemáticas interferem. Acresce que essa adequação se altera com eventuais mudanças de escala a que se coloca o problema, e isto porque, com frequência, a alteração de escala altera também os problemas e as "realidades" que trabalhamos.

Desta forma *O Método* não existe. Antes, temos à nossa disposição um conjunto de opções relativamente aos procedimentos e até ao rigor da sua aplicação.

> "E se analisarmos os períodos de investigação como a velha teoria dos quanta ou os progressos que antecederam a descoberta da estrutura do ADN, veremos que a ideia de uma ciência que avança com base na rigorosa argumentação lógica não passa de um sonho. Claro que existe rigor em todos estes procedimentos à primeira vista caóticos, tal como existe rigor nas *Demoiselles d'Avignon* – mas é um rigor que se

> adapta à situação, é complexo, divergindo e afastando-se do rigor "objectivo" dos nossos lógicos e epistemólogos menos dotados."
>
> (Feyerabend, 1991: 19)

É curioso notar que, neste particular, Feyerabend não está muito longe de Popper (que explicitamente desconsidera) quando este afirma que não se deve procurar maior rigor que aquele que o problema reclama.

Foi nestes pressupostos que toda a problemática relacionada com a metodologia inerente a este trabalho foi pensada: os métodos e os critérios foram pensados e considerados, dentro de cada circunstância concreta, como adequados e o rigor posto na sua utilização foi igualmente ponderado e adaptado criticamente. Naturalmente, o processo de reflexão metodológica é permanente e acompanha o processo de investigação, originando, reorientações, abandono de opções inicialmente consideradas, adopção de procedimentos anteriormente não consideradas ou inexistentes.

Neste ponto realizar-se-á uma exposição genérica das opções metodológicas relativas aos trabalhos de campo e aos estudos realizados sobre os conjuntos artefactuais. Os aspectos mais concretos de procedimentos e critérios específicos de cada análise, cuja apresentação permite uma avaliação mais concreta do trabalho realizado e lhe proporciona replicabilidade, serão expostos em anexo (Anexo 1).

No que respeita aos métodos de escavação e registo, o desenvolvimento recente da actividade arqueológica em Portugal, nomeadamente com o aparecimento e rápido crescimento da arqueologia feita por empresas no âmbito de processos de planeamento, salvamento e minimização (estes dois últimos mais frequentes, na inversa proporção do primeiro), teve como uma das suas consequências a multiplicação de trabalhos cuja razão de ser não se prende, à partida e de forma directa, com motivações de investigação e de natureza eminentemente científica, e com os quais se produz um conjunto de informação com o objectivo (entre outros) de a deixar disponível para usufruto futuro. Essa rápida transformação voltou a trazer para a mesa das actualidades a questão do tradicionalmente designado "registo arqueológico". No essencial, o problema não é de natureza diferente do que se coloca com qualquer trabalho orientado principalmente por razões de investigação: o processo de leitura em Arqueologia é destrutivo e por isso irrepetível, daí a necessidade de um registo cuidado que representa o que já não pode voltar a ser lido. E, neste sentido, a designação "registo arqueológico" continua a fazer sentido (se não lhe associarmos qualquer visão de realidade objectiva ou de materialidades passivas). É a ele que se poderá voltar quando queremos questionar os "dados" e as interpretações vigentes, pelo que a sua validade e necessidade é óbvia. Tão óbvia como a necessidade de consciência da sua natureza contingente.

Naturalmente que a aplicação do já referido princípio de Heisenberg faz com que todos os processos de leitura em todas as ciências sejam, em última instância, irrepetíveis. Mas, um manuscrito pode sempre voltar a ser sujeito a outras leituras, enquanto que os contextos arqueológicos removidos não. Por outro lado, se admitimos que os métodos e os dados são teoricamente dependentes e variam com enquadramentos teóricos e epistemológicos distintos, temos que ter o cuidado de, nos nossos procedimentos, não inviabilizarmos outras abordagens só porque temos uma perspectiva diferente das coisas. A ideia da escavação como um processo "de autor" - em que as leituras produzidas não podem ser confundidas com a realidade em observação, sublinhando-se o carácter contextual, portanto relativo, do conhecimento produzido, tanto ao nível da interpretação e da explicação, como aos níveis mais baixos da produção de dados e das escolhas metodológicas - não pode ser um factor de desresponsabilização. Se, por um lado, a centração num registo exaustivo e desmedidamente minucioso pode resultar no transformar o registo no principal objectivo do trabalho arqueológico enquanto prática científica e na tendência para o confundir com a realidade em análise, ou seja, numa pretensa objectividade absoluta. Por outro lado, a aceitação da dependência das "observações" e das metodologias em relação à teoria, ao questionário, aos recursos, etc. não poderá legitimar práticas preguiçosas, incompetentes e desonestas de "deitar fora, ou simplesmente não procurar, tudo aquilo que se considera não relevante, no momento e para o tipo de enquadramento teórico que seguimos" (Raposo, in Alarcão e Jorge, 1997: 58).

De facto, a abertura da disciplina a novas problemáticas e temáticas criou uma grande avidez por dados, sejam eles de carácter arqueológico, paleoecológico ou outro. Gerou-se, assim, a ideia de que é fundamental o registo exaustivo das realidades em estudo, e a perspectiva positivista de conhecimento, que domina em muitos contextos de prática disciplinar, ainda estimula a ambição de uma espécie de registo integral ou que seria melhor pecar por excesso que por omissão. Para alguns, esta preocupação transforma-se mesmo em obsessão e a necessidade de proceder a opções selecções origina verdadeiros dramas.

É neste contexto global das especificidades da disciplina e de algumas das suas vertentes, que se geram os conceitos, actualmente polémicos, de *registo* e *conservação pelo registo* e se ambiciona por uma norma, não menos polémica, designada por *registo mínimo*, a qual supostamente acautelaria um possível "retorno" ao sítio que, tal como no mito, se espera que possa acontecer.

Mas que significam estes mínimos? O problema mantêm-se. A selecção depende do posicionamento teórico do investigador, das suas escolhas metodológicas (teoricamente enquadradas), do questionário que orienta a investigação e das questões ideológicas que

lhe subjazem, dos recursos disponíveis (técnicos, financeiros, humanos) e da própria organização "administrativa" da actividade científica (enquadramento legislativo e institucional). Os arqueólogos não registam acontecimentos passados, mas realizam um acto contemporâneo de leitura, processo em que participam e que é relativo a determinado contexto, e que, da mesma forma, não registam a realidade existente em qualquer sítio arqueológico, mas sim uma leitura dessa realidade.

Falar de um registo mínimo vital não poderá, pois, implicar inconsciência da subjectividade que lhe está inerente nem do seu carácter contextual. Resulta tão só da inultrapassável necessidade de apresentar um corpo documental semi-neutro, obtido através de recursos metodológicos actualizados, pensados e publicitados, passível de ser aceite provisória e contextualmente e usado por defensores de teorias diferentes, proporcionando uma gama de utilizações o mais ampla possível. A sua subjectividade inerente deverá ser minimizada proporcionando-lhe replicabilidade, isto é, clarificando os critérios em que se basearam as "observações", "avaliações", "caracterizações", "classificações", etc., permitindo a sua crítica e utilização por outros investigadores. O que significa que não basta exigir um registo mínimo. É necessário que este seja acompanhado de uma clarificação dos conceitos e dos critérios que lhe subjazem.

Mas se estas considerações de natureza teórica podem ajudar a superar a questão da possibilidade e validade da existência de um registo mínimo, não ajudam a estabelecer os seus limites. Esses resultarão sempre de um confronto permanente entre diferentes perspectivas, de juízos, de objectivos concretos, das características e condicionantes dos trabalhos em curso e, naturalmente, do grau de consciencialização destas problemáticas.

Partindo destes pressupostos, o método adoptado para escavação e registo foi o tradicionalmente designado por Barker-Harris (Barker, 1979; Harris, 1991), que se traduz num protocolo de intervenção orientado essencialmente para a escavação em área, mas que é aplicável de forma igualmente eficaz em áreas pequenas. Sobejamente conhecido nos seus princípios protocolares, dispenso-me de os especificar aqui. Apenas me limito a argumentar que, dada a sua abordagem por decomposição (e posterior recomposição) da realidade arqueológica em unidades (unidades estratigráficas), cujos níveis de particularização são decididos e estabelecidos por nós, apresenta vantagens no pensar da estratigrafia e dos seus processos de formação, assim como aprofunda a abordagem do "pormenor" que, como argumenta Barrett (2001), é a via que nos permitirá procurar atingir as formas de agência que operavam através das materialidades. Neste âmbito, as particularidades do método permitem combater com mais eficácia os procedimentos homogeneizantes das leituras arqueológicas e abordar realidades que frequentemente se diluem por falta de individualização no registo.

Já no que respeita aos estudos de materiais, a opção recaiu, numa primeira fase (Parte II), pela realização de estudos tipológicos e, nalgumas categorias, também por estudos tecnológicos, seguidos pela análise possível de relações contextuais numa segunda fase (Parte III, Capítulo 9).

Os estudos taxonómicos têm sido frequentemente criticados no âmbito das tendências contextualistas. Essa crítica assenta na ideia de que o objecto é também o seu sentido e que este se estabelece num contexto, em relação recursiva com outros objectos, com espaços e actividades a eles associadas, e é dinâmico. Os estudos que se resumem à ordenação classificativa das materialidades já divididas por categorias de objectos são acusados de compartimentarem essas relações de sentido de origem contextual (Jones, 2002) e gerarem discursos redutores das relações sociais de complexidade em que os materiais estariam envolvidos, discursos esses que frequentemente se ficam pela taxonomia e por um emparteleirar cronológico dos objectos.

Penso, contudo, que a validade dos estudos tipológicos por categorias artefactuais se mantém e que essa validade não pode ser confundida com as práticas que fazem desses estudos um dos objectivos finais da disciplina. Como se argumentará mais à frente (cf. Capítulo 9), a importância dos contextos de utilização e sentido não anula a importância de um estudo dos conjuntos artefactuais por categorias de objectos. Estas abordagens incidem sobre aspectos distintos e complementares e de forma alguma se excluem.

Na investigação realizada, o trabalho taxonómico e as análises tecnológicas surgem orientados para estabelecer plataformas de informação susceptíveis de contribuir para alcançar um conjunto concreto de objectivos. Entre os principais contam-se a sereação cronológica dos diferentes contextos (em articulação com as cronologias absolutas), central na abordagem às dinâmicas da ocupação local ao longo do tempo considerado e na análise comparada dos diferentes conjuntos artefactuais e tecnologias utilizadas, no sentido de perceber o seu comportamento espacial e diacrónico à escala local. Esta análise comparada e as imagens que dela resultaram, permitem abordar problemáticas relativas à tradição, inovação e dinâmicas de interacção, assim como avaliar a expressão de diferentes actividades pelos vários contextos ao longo do tempo considerado. Trata-se de problemáticas igualmente centrais para a própria definição e interpretação dos sucessivos contextos.

Mas este tipo de abordagens permitem também tratar as questões relativas ao sentido, já que este está igualmente presente nas opções tecnológicas, como parece resultar evidente no estudo efectuado sobre os campaniformes da Fraga da Pena. Simultaneamente, funcionam como plataforma para a análise da manipulação das diferentes

categorias de objectos ao serviço da gestão das identidades locais e das suas dinâmicas na diacronia.

Deste modo, as tipologias assumem uma utilidade múltipla, resultado da concepção da cultura material simultaneamente como meio e produto da acção social, o que significa que os objectos ao serem realizados num contexto específico, reflectem (embora nem sempre de forma directa e imediata) ao mesmo tempo que viabilizam esse contexto social em que foram produzidos e utilizados. Nesta perspectiva, a organização taxonómica é um instrumento analítico para permitir a resolução de problemas mais amplos, não se assumindo como um objectivo. A classificação e a elaboração de tipologias não são, obviamente, um fim em si, mas um meio para atingir objectivos enunciados e dos quais, diga-se, dependem. Opções e omissões devem ser consideradas nessa base de correspondência entre objectivo e procedimento para o atingir. Trata-se de uma construção que procura organizar, segundo critérios estabelecidos (ver Anexo 1), a massa de materiais de cada sítio. Tal como na discussão do ponto anterior relativa à produção de conhecimento, concebe-se esta construção como um processo relacional, já que os critérios de classificação são estabelecidos por nós, mas em referência a propriedades descortinadas nos objectos, as quais não deixam de se relacionar com opções, intenções, padronizações comportamentais de quem os produziu e utilizou.

Quanto à selecção dos critérios de análise que estão na base da classificação, a questão assume os mesmos contornos das anteriormente debatidas a propósito dos processos de conhecimento e das opções metódicas de escavação:

> "Todo o trabalho taxonómico é uma generalização, portanto uma construção abstracta que não pode ser confundida com a realidade. Quer a classificação, resultado de um processo de observação mais elementar e empírico (Hill e Evans, 1972), quer a tipificação, para a qual é necessário proceder a uma prévia definição e hierarquização de atributos, resultam de um processo subjectivo de escolhas. Um tipo, "um conjunto de materiais que compartilham atributos comuns" (Chang, 1983: 89), é uma abstracção construída pelo arqueólogo (Ford, 1954; Clarke, 1984), um objecto idealizado, definido por um conjunto de atributos eleitos pelo investigador. A esse tipo ideal são assimilados os objectos reais que compartilham com a definição uma série de características, mas não necessariamente todas. Deste modo, o tipo, ultrapassando os particularismos de cada objecto, é uma generalização que permite organizar o real de determinada maneira, assumindo uma variabilidade interna com limites definidos, uma vez mais, pelo arqueólogo. Nesta perspectiva, um tipo é um conceito, construído a partir de critérios previamente estabelecidos ou retirados já de uma análise da amostra em estudo.
>
> Sendo um agregado de conceitos, a utilidade das tipologias reside no facto de representarem um compromisso entre a construção abstracta e a realidade observada, funcionando como instrumento de aproximação aos comportamentos e condicionalismos que estiveram na base da produção, utilização e abandono dos materiais arqueológicos."
>
> (Valera, 1997a: 11-12)

Quanto à subjectividade inerente às construções taxonómicas, o seu controlo e minimização são estabelecidos pela exigência de replicabilidade, a qual, clarificando os critérios e as opções tomadas, permite a crítica e utilização por outros investigadores.

Convém, contudo, não estabelecer qualquer tipo de homologia entre replicabilidade e convencionalismo inter-teórico, ou seja, com a procura de bases metodológicas estáticas e normativas, para o trabalho taxonómico. As classificações, sendo relativas aos objectivos, são igualmente relativas à realidade em análise e ambas são dinâmicas. A necessidade de replicabilidade pressupõe a existência de opções diferentes e alternativas de fazer. Uma tipologia é uma organização possível de um conjunto de particulares, que não pode ser confundida nem com qualquer "real" nem como procedimento que tenha que ser necessariamente submetido a um único protocolo.

2

O ESPAÇO DA INVESTIGAÇÃO: UMA CARACTERIZAÇÃO GERAL

2.1 Localização administrativa

A área em estudo integra-se, na sua maioria, no território administrativo do concelho de Fornos de Algodres, abrangendo franjas dos concelhos de Trancoso e Aguiar da Beira. Trata-se de uma das zonas limítrofes ocidentais do distrito da Guarda, na fronteira com o distrito de Viseu. Região pertencente à antiga província da Beira Alta, corresponde à metade Ocidental do interior centro-norte de Portugal.

2.2 Caracterização geomorfológica e geológica

> "... é à tectónica terciária e quaternária que cabe o papel fundamental na individualização das principais unidades do relevo da área ..."
>
> (Ferreira, 1978:319)

2.2.1 Enquadramento regional

Do ponto de vista geomorfológico, a região em que se enquadra a área em estudo corresponde a um autêntico compartimento balanceado para Sudoeste no interior centro de Portugal. A Leste os limites podem ser estabelecidos no eixo montanhoso das serras de Pisco, Lapa e Leomil (ou, em alternativa, pelo vale do Távora), separando-a da chamada Beira Transmontana (Ribeiro, Lautensach, e Daveau, 1987: 148-9), que estabelece a ligação com a superfície aplanada da Meseta. Se é certo que os níveis dos planaltos centrais se prolongam para Nordeste do vale do Távora, até ao alinhamento tectónico que, a Oeste, delimita a bacia hidrográfica do Côa (já integrada na superfície de aplanamento da Meseta –Ferreira, 1978), esse prolongamento corresponde a um sector que se apresenta balanceado a Norte, sendo drenado para o Douro por uma série de vales sub paralelos de orientação Sul-Norte (Távora, Torto, Teja).

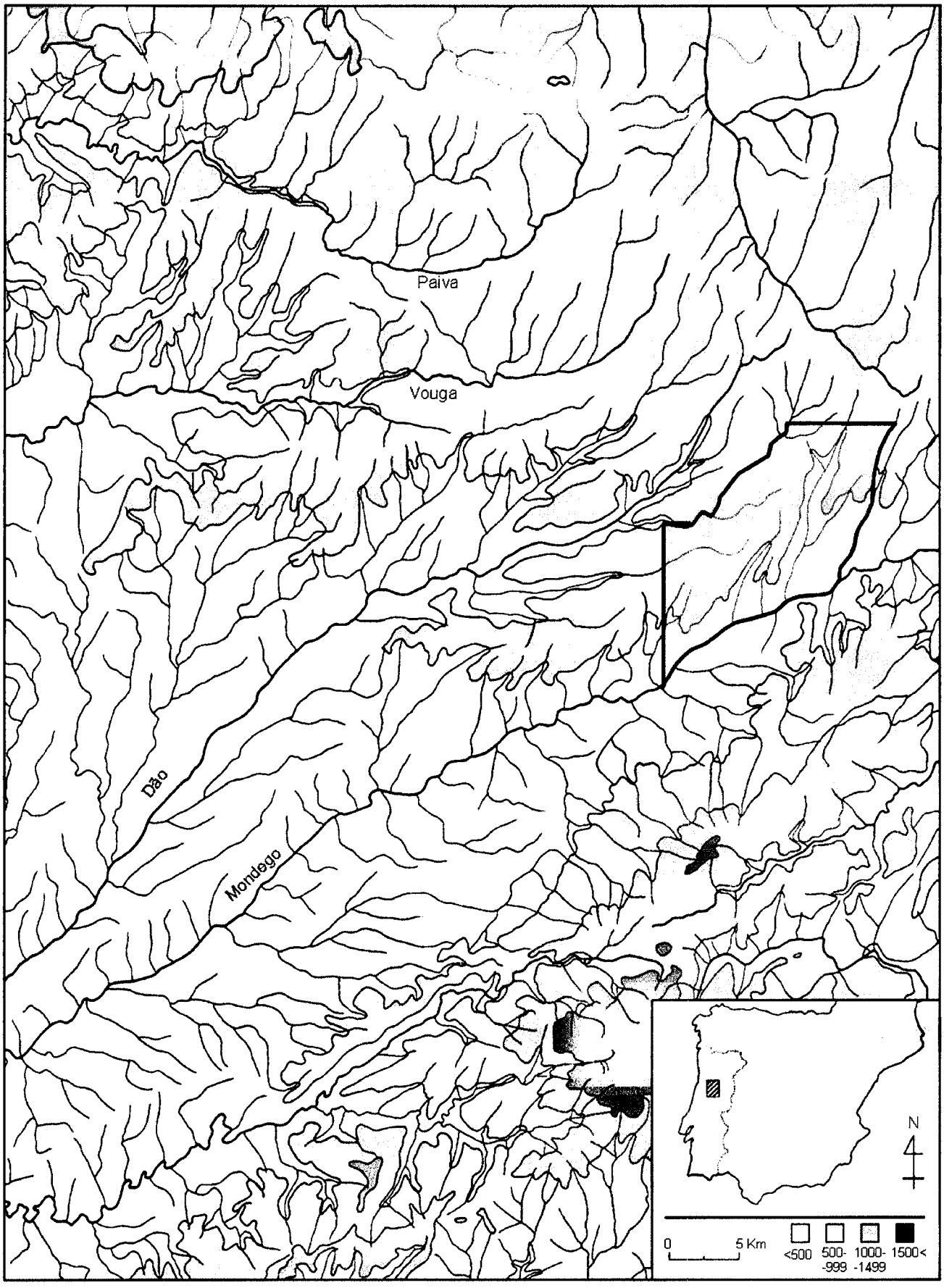


Figura 2-1 – Localização da área de estudo na bacia interior do Mondego.

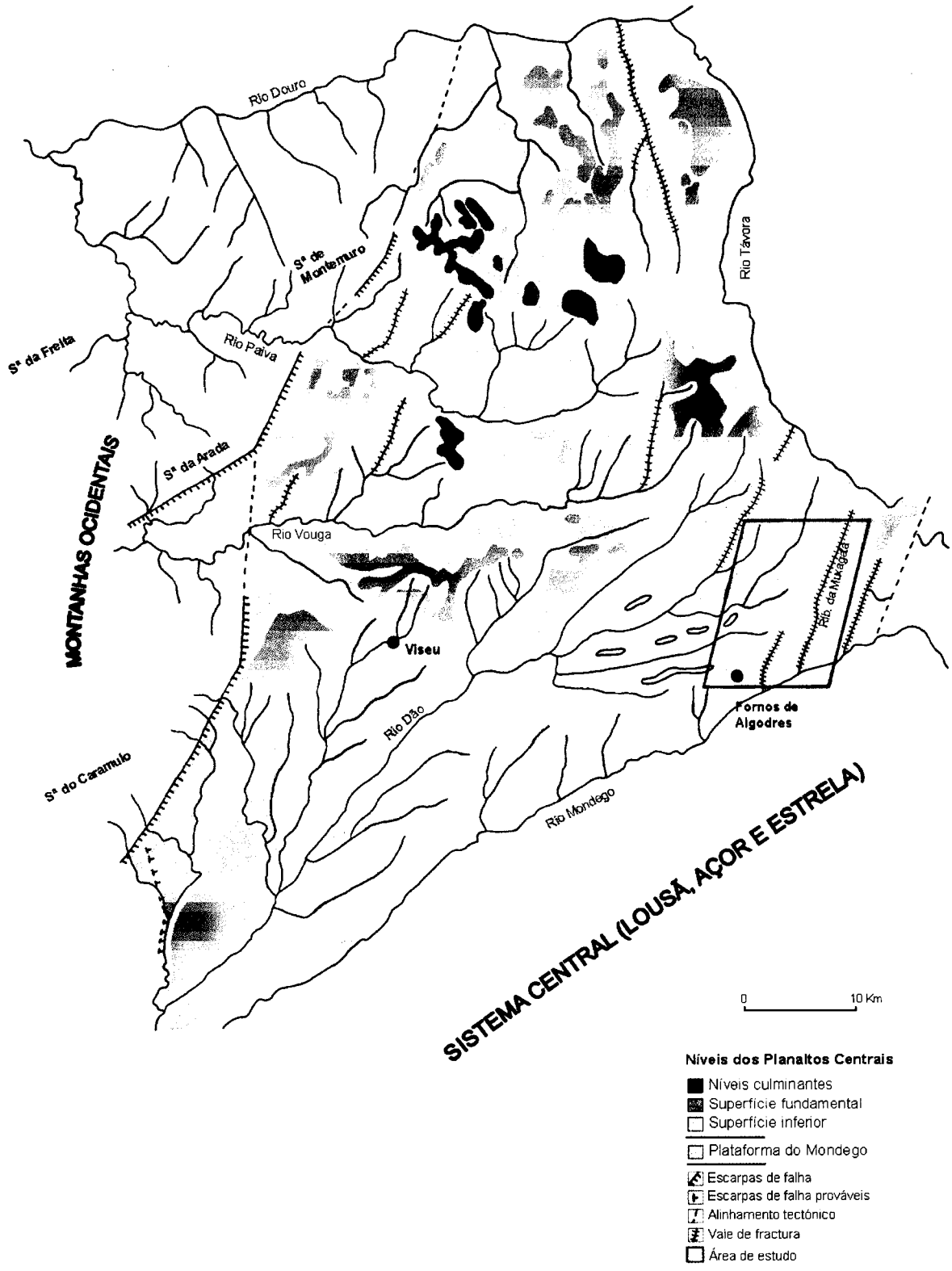


Figura 2-2 - Esboço geomorfológico simplificado da beira Alta entre Mondego e Douro, com localização da área de estudo (adaptado a partir de Ferreira, 1978).

A Sul / Sudeste a área é delimitada pela Cordilheira Central (sequência das serras da Lousã, Açor e Estrela), a Sudoeste pelo Luso-Buçaco e a Oeste pelas designadas Montanhas Ocidentais (Maciço Marginal), constituídas, de Sul para Norte, pelas serras do Caramulo, Maciço da Gralheira (serras de Arestal, Freita e Arada) e Montemuro, que separam a região da plataforma litoral.

Esta área é enquadrada por dois grandes acidentes tectónicos de orientação geral NNE – SSO, os quais condicionaram a sua evolução (Figura 2-3): a Leste a o desligamento de Bragança – Unhais da Serra e a Oeste o de Chaves – Poiares, os quais são convergentes para SO, configurando toda a região como um trapézio.

> "Parece uma prancha em posição inclinada, com pendor médio de 7 por mil. A superfície corresponde assim a um compartimento rígido, que se levanta obliquamente em direcção à Culminação Principal."
> (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987: 148)

Esta região, que apresenta uma configuração semelhante a um trapézio, é constituída, numa escala de análise generalizante, por duas grandes unidades geomorfológicas: o Planalto da Nave, a Norte, e a Plataforma do Mondego a Sul, cuja história geomorfológica é marcada pelos dois grandes acidentes tectónicos de orientação NNE – SSO, que condicionaram toda a evolução da região.

Caracterizado pelo estudo que Brum Ferreira dedicou aos planaltos e montanhas do Norte da Beira (Ferreira, 1978), o Planalto da Nave integra-se nos chamados planaltos centrais. Inicia-se a Norte na serra de Santa Helena, tendo como limites a Oeste a Serra de Montemuro e Maciço da Gralheira (conjunto das serras da Freita, Arada e Arestal), a Sul o vale do Vouga e a zona de contacto com a Plataforma do Mondego e a Leste o vale do Távora. Inclinado para SO, este planalto apresenta uma descida irregular, observando-se um escalonamento em patamares que corresponderão a distintos momentos de aplanamento: níveis culminantes, superfície fundamental e superfície inferior (Figura 2-2).

Quanto à Plataforma do Mondego, esta corresponde a uma superfície de aplanamento, entalhada pelo Mondego e principais afluentes (Dão a Norte e Alva a Sul). Esta superfície encontra-se deprimida e, tal como o vasto Planalto da Nave, apresenta-se inclinada para SO, com cotas de 500 m junto a Fornos de Algodres e cotas de 200 m na área de Santa Comba Dão.

Neste espaço, a rede hidrográfica de drenagem, que se apresenta bastante densa, revela uma adaptação à rede de fracturas tectónicas, que a condiciona de forma particularmente nítida (Ferreira, 1978, Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987). Esta situação é denunciada na Plataforma do Mondego pelo vigoroso encaixe de rios e ribeiras e pela rigidez e paralelismo, quer dos principais cursos de água (Mondego, Dão), quer dos seus

afluentes (Ribeiro, 1982). Seguindo a orientação imposta pela rede de fracturas e pelo balanceamento das superfícies de aplanamento, a rede hidrográfica apresenta a orientação preferencial NNE-SSO, reunindo-se os principais rios junto ao ponto de Culminação Principal, imediatamente antes de atravessar o estreito entre as serras do Buçaco e Bidoeiro, que, a Sudoeste, abre passagem para a plataforma litoral.

Escapando a esta orientação geral que caracteriza a bacia hidrográfica da Plataforma do Mondego, os principais rios do Planalto da Nave (Vouga e Paiva) correm no sentido geral E-W, contrariando a inclinação daquela superfície, para se encaixarem nas montanhas ocidentais de topografia mais elevada. Esta dissonância parece corresponder, uma vez mais, a uma adaptação a especificidades da rede de fracturas, neste caso a depressões de ângulos de falha (Ferreira, 1978: 317-18).

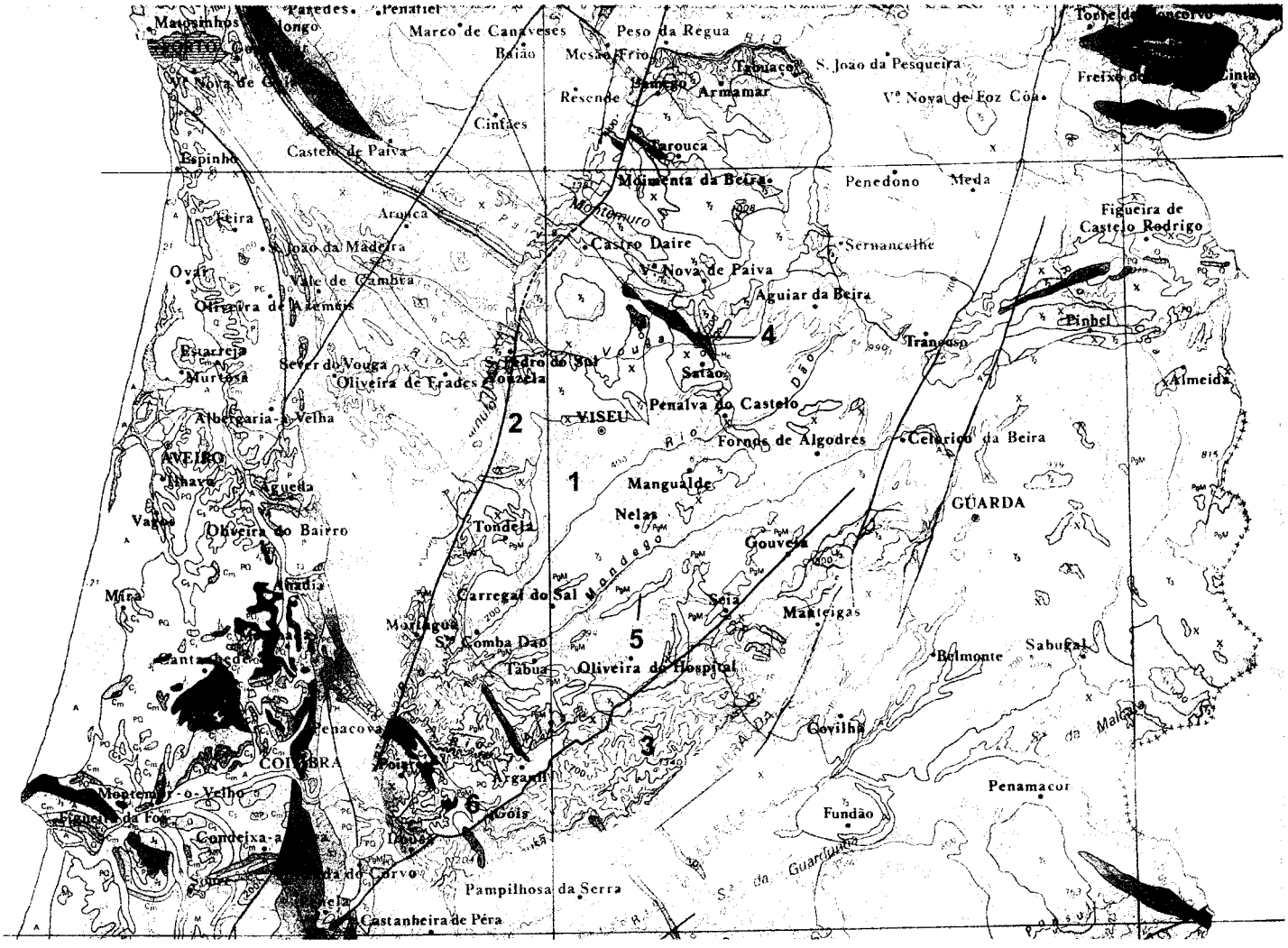


Figura 2-3 – Geologia da região (Carta Geológica do Atlas do Ambiente, esc. 1:1000000). Legenda simplificada: 1. Granitos Calcoalcalínicos – Hercínicos; 2. Granitos alcalínicos – Hercínicos; 3. Complexo xisto- grauváquico; 4.Rochas do soco do Ordovício; 5. Depósitos miocénicos; 6. Depósitos Pliopliocénicos; ▬ Falha ▬ ▬ Falha provável.

Geologicamente, a região é dominada pelos granitos de idade hercínica e pelas formações do complexo xisto-grauváquico (Figura 2-3). Estas dominam sobretudo nos limites Sul e Sudoeste da região, respectivamente no encadeamento montanhoso do Açor – Lousã e no Maciço Marginal do Buçaco ao Caramulo. A norte de Viseu, contudo, os granitos são entrecortados por manchas do complexo xisto-grauváquico que se vão esbatendo para Este, originando pequenas "ilhas".

As únicas formações sedimentares, miocénicas e plioplistocénicas, situam-se a sul do Mondego, em particular na extremidade Sudoeste da região, entre Oliveira do Hospital e Góis, onde se encontram igualmente pequenas "línguas" de rochas do soco do Ordovício.

Nos vales dos principais cursos de água das redes de drenagem do Mondego, Vouga e Paiva existem aluviões quaternários, nunca de grandes dimensões devido ao encaixe relativamente abrupto dessas mesmas redes de drenagem.

2.2.2 Enquadramento local

> "Quem vier dos lados e sítios mais ou menos planos e monótonos da Matança e Casalvasco, ignorando o que o espera, sente um prazer indiscritível de dôce comoção, ao chegar à quebrada do monte e ao ver surgir, de repente, diante de si, um mundo novo, inundado de claridade, de vida, de grandiosa amplidão.
>
> Da Varanda de Pilatos ao Val do Gulho e do Alto de Infias, junto ao cemitério, o espectáculo, ao mesmo tempo grandioso e calmo, é inebriante de beleza e de emoção.
>
> Os olhos afogam-se extasiados naquele oceano de luz pura e límpida, atravez da qual se definem nítidos os relevos dos vales e outeiros, a policromia dos campos, o colorido das povoações destacando-se ao longe.
>
> Há vida e movimento em tôda a perspectiva imensa.
>
> E ao notar o desnível brusco dos planos, superior a 400 metros, parece que nos sentimos no vácuo, o terreno a fugir-nos debaixo dos pés, na vertigem deliciosa da queda num abismo que nos atrai; ou parece que ficamos suspensos num ponto alto do espaço, como se duma aeronave gigante estivessemos contemplando a superfície da terra, os campos, os rios, os vales, as planícies e as povoações." (Marques, 1938: 31-32).

Quanto à área em estudo, esta situa-se na extremidade Leste deste extenso compartimento (Figura 2-1), numa zona de contacto entre as duas grandes unidades geomorfológicas que o constituem (Níveis dos Planaltos Centrais e Plataforma do Mondego) e de transição para a superfície ocidental da Meseta, da qual se separa pela de pressão da Bacia de Celorico. Os limites estabelecidos correspondem ao vale da Ribeira da Muxagata a Leste, ao Vale do Mondego a Sul e à Ribeira do Carapito a Oeste / Noroeste.

Esta área integra uma superfície de aplanamento pertencente ao nível da Superfície Fundamental (Ferreira, 1978). Na zona, este nível planáltico encontra-se preservado numa série de superfícies alongadas, sub paralelas, com orientação SO-NE, separadas por uma sequência de vales de fractura que se estende até à Bacia de Celorico (Figura 2-2) e que

Orlando Ribeiro descreveu como "...compartiments s'abaisser, comme dês touches de piano..." (Ribeiro, 1982). A superfície em causa inicia-se junto a Fornos de Algodres e prolonga-se até à Serra de Pisco (que estabelece a transição para o vale do Távora). Apresenta-se como uma estreita faixa aplanada com orientação dominante SO-NE e balanceada para Oeste, onde termina no vale da Ribeira do Carapito, que se integra no limite Nascente da unidade deprimida da Plataforma do Mondego. Corresponde aos "lados e sítios mais ou menos planos e monótonos da Matança e Casalvasco" nas palavras de Monsenhor Pinheiro Marques.

Para Leste, esta área aplanada é delimitada por uma sequência de escarpas de falha que integram os vales de fractura das ribeiras de Cortiçô e Muxagata, que, naturalmente, seguem a orientação dominante. As vertentes Poente destes vales apresentam, assim, declives muito acentuados, onde os topos correspondem ao rebordo desta parcela da Superfície Fundamental. Os desníveis entre topo e base de vertente atingem os 290 m na extremidade Norte do Vale da Muxagata, os 320 m a meio e os 250 m na extremidade Sul deste vale, enquanto que no vale da Ribeira de Cortiçô se observam desníveis de 110 m no início do seu encaixe e 270 m perto da sua foz. Os declives registados rondam os 30% (Figura 2-4). Dada a diferença abrupta de cotas e o balanceamento da superfície fundamental para Oeste, o rebordo assim constituído surge como uma espécie de linha de festo, tradicionalmente utilizada como via de trânsito, ainda não há muito seguida pela transumância (Martinho, 1981) e hoje percorrida por uma estrada municipal. Ao mesmo tempo, constitui-se como "varanda" de visibilidade privilegiada sobre os vales orientais, prolongada sobre plataforma abatida do Mondego, tendo como limites visuais a Serra da Estrela e o início da superfície aplanada dos territórios do alto Côa, já integráveis na extremidade ocidental da Meseta Norte.

A Sul o limite estabelece-se no contacto, também através de vertentes de acentuado declive, com a plataforma do Mondego, que nessa área se apresenta restrita ao vale do próprio rio.

Deste modo, a área em estudo é marcada por duas grandes unidades geomorfológicas: uma área genericamente aplanada, correspondendo ao que resta do nível da Superfície Fundamental, suavemente balanceada para Oeste, e ao seu prolongamento no vale relativamente pouco encaixado (sobretudo no seu troço mais a montante) da Ribeira do Carapito; uma outra área, a Este, marcada pelos vales profundamente encaixados das Ribeiras da Muxagata e Cortiçô e pelo contacto com a plataforma abatida do Mondego.

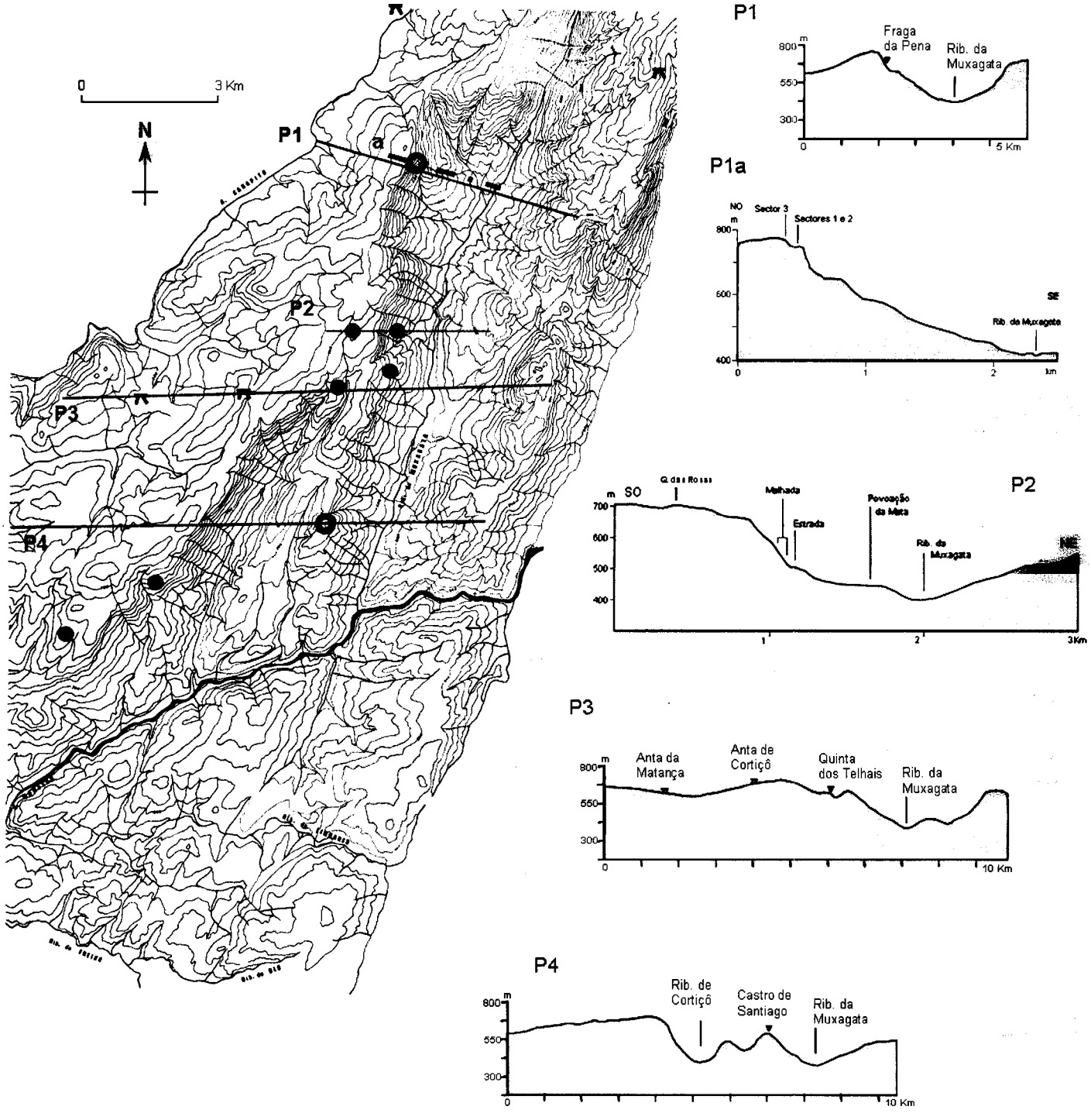


Figura 2-4 – Orografia e rede hidrográfica locais, com cinco perfis topográficos, estando implantados os principais contextos arqueológicos.

A geologia local é dominada por uma litologia de natureza granítica: granitos porfiroides de grão fino, médio e grosseiro, de duas micas ou essencialmente biotítico. Contudo, sensivelmente ao centro desta faixa da Superfície Fundamental observam-se duas manchas de xistos e metagrauvaques com intercalações de rochas calco-silicatadas e de quartzitos finos e corneanas peliticas, pertencentes à formação de Sátão-Penalva,

integrando o complexo Xisto-Grauváquico. Estas manchas são prolongadas para Este, para a margem direita da Ribeira do Carapito, por uma outra formação de quartzitos finos, xistos argilosos e grauvaques metamorfizados (formação de Matela-Matança). Nos vales das principais ribeiras (Muxagata, Cortiçô, Carapito, Ludares) e, a espaços, o vale do Mondego, registam-se depósitos de cobertura constituídos por aluviões holocénicos.

Por toda a área se registam intercalações filoneanas de quartzo, dolerito (por vezes muito alterado) e aplito-pegmatito. Os filões de dolerito concentram-se sobretudo na metade Norte da área em estudo, enquanto os filões aplito-pergmatíticos são mais frequentes na metade Sul. São ainda conhecidos registos de explorações de estanho e titânio, assim como de urânio, em vários pontos ao longo da área planáltica e no vale da ribeira da Muxagata. Alguns destes filões apresentam-se em adiantado estado de alteração, dando origem a materiais argilosos (casos do filões doleríticos) e até silicificados, como acontece na vila de Fornos de Algodres.

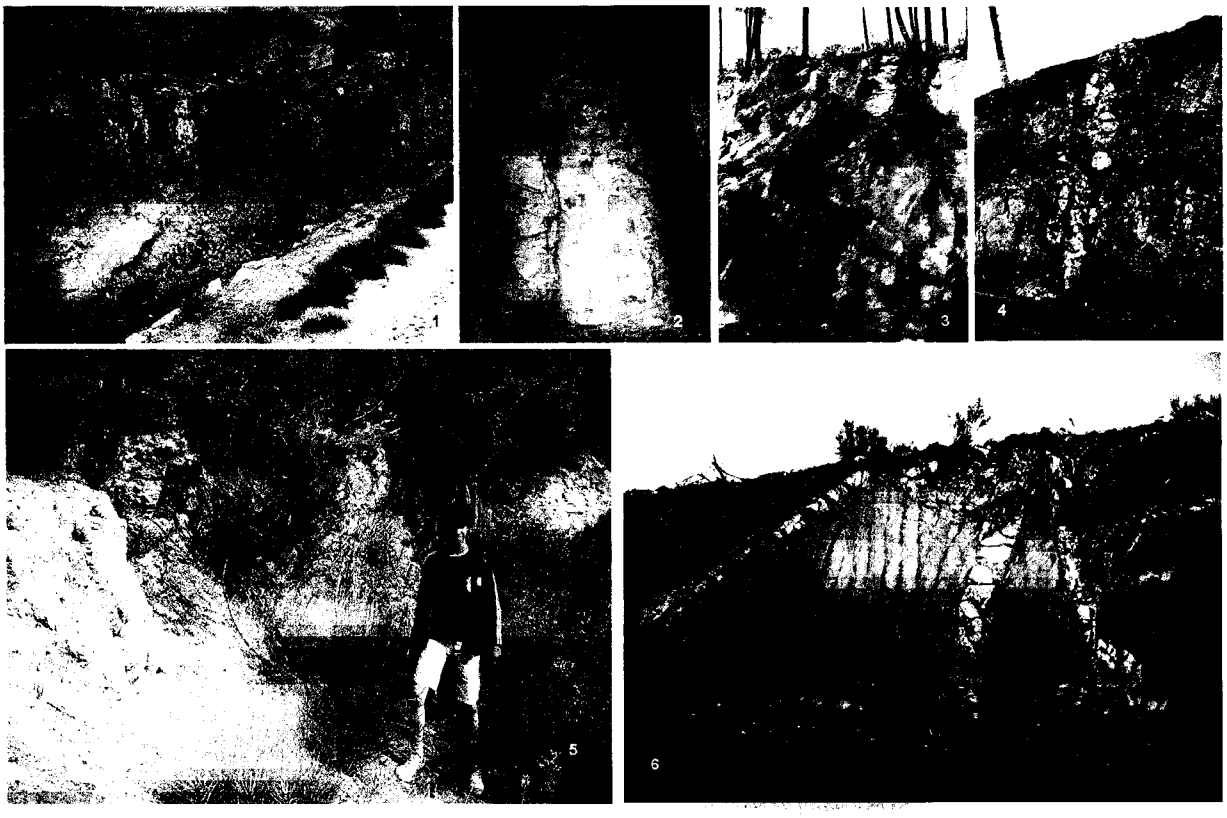


Figura 2-5 – Filões de doleritos alterados, que se apresentam extremamente argilosos: 1. Junto à Fraga da Pena; 2. Junto à Malhada; 3. Na vertente abaixo da Fraga da Pena; 5. No vale da Ribeira de Cortiçô. Filões de quartzo: 4. Vertente esquerda do Vale da Muxagata em frente à Fraga da Pena; 6. A cerca de 500m da Fraga da Pena.

A rede hidrográfica local é densa e fortemente condicionada pela igualmente densa rede de fracturas tectónicas. A orientação das principais linhas de água segue a orientação dominantes dessa rede tectónica (NNE-SSO), que por sua vez mantém a tendência dominante de toda a região. Assim, os vales de fractura das ribeiras de Cortiçô e Muxagata drenam directamente para o Mondego, enquanto que a zona planáltica é drenada essencialmente pela ribeira do Carapito, subsidiária do rio Dão, o qual desagua no Mondego já perto do ponto culminante, no início da travessia do Maciço Marginal. Estes cursos principais drenam um inúmero conjunto de pequenas linhas de água, cuja densidade se fica a dever ao regime pluviométrico, ao elevado número de fracturas tectónicas e ao acidentado da topografia. A água é, pois, abundante. Contudo, o carácter fortemente arenoso dos solos e a consequente baixa capacidade de retenção, a rede de fracturas e as vertentes de acentuados declives, na sua conjugação, concorrem para regimes de escoamento rápido, situação que nos meses mais quentes provoca a escassez de água em algumas zonas mais altas.

Quanto aos solos actuais, de um modo geral os terrenos não aluvionares correspondem a solos de origem granítica. A variação na textura e composição dos granitos da região proporciona a existência de diferenças, por vezes significativas, na qualidades destes solos de uma área para outra.

Devido à inclinação das vertentes do vales orientais (associada às características geológicas e climáticas), a sua evolução é marcada por uma erosão diferencial particularmente intensa (essencialmente por meteorização mecânica), contribuindo para a existência de solos esqueléticos, muito arenosos e pouco profundos, nos pontos culminantes das vertentes das ribeiras da Muxagata e Cortiçô (que estabelecem o limite Este da Superfície Fundamental), onde o afloramento do substracto rochoso abrange vastas áreas. Por outro lado, esta mesma dinâmica proporciona a acumulação de detritos nos fundos dos vales, nos quais os terrenos de origem coluvionar e aluvionar se apresentam como os solos de melhor qualidade em toda esta zona, a que se associam os solos mais profundos da metade sul da superfície aplanada.

Nesta dinâmica, e a uma micro escala, o carácter diferencial da erosão origina o destaque de grandes afloramentos ou simples penedos, os quais funcionam como factores de retenção de materiais, favorecendo a formação de pequenas rechãs que pontuam, a diferentes altitudes, estas vertentes. Como adiante de verificará, estes aspectos geomorfológicos são particularmente importantes para a compreensão da implantação, e até do abandono, de alguns sítios arqueológicos em análise.

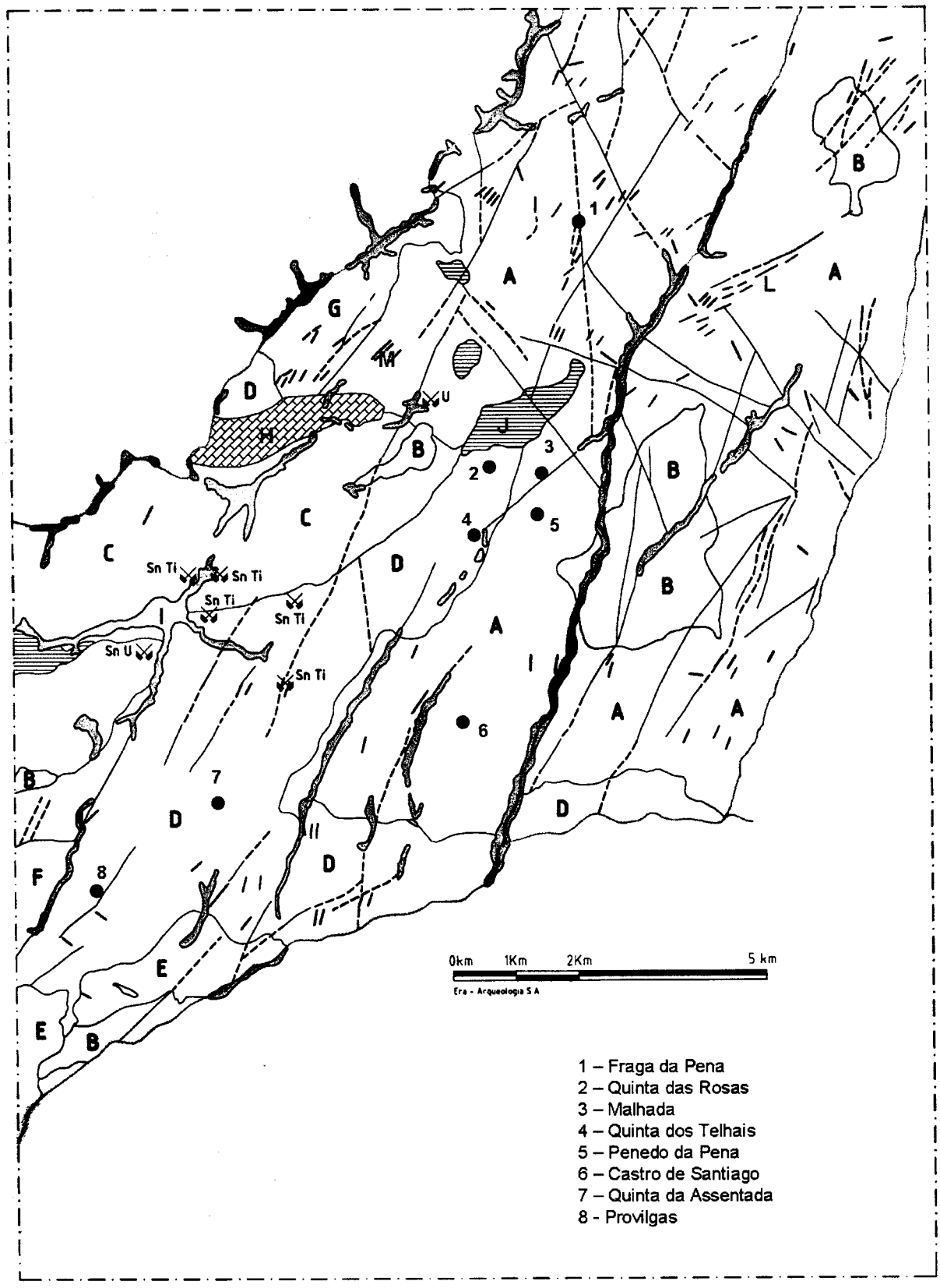


Figura 2-6 – Geologia local (simplificada a partir da C.G.P., 1:50000, Fl. 17B). A – Granito fortemente porfiróide de grão médio de duas micas; B – Granito de grão fino, essencialmente biotítico; C – Granito de grão médio de duas micas porfiróide; D – Granito porfiróide de grão grosseiro, essencialmente biotítico; E – Granito de grão médio de duas micas, com esparsos megacristais; F – Aplogranito granodiorítico de grão fino a médio, essencialmente moscovítico; G – Granito porfiróide de grão médio, essencialmente biotítico; H – Quartzitos finos, xistos argilosos e grauvaques metamorfizados; I – Aluviões holocénicos e depósitos de fundo de vale; J – Xistos biotítico-moscovíticos e metagrauvaques com intercalações de rochas calco-silicatadas e de quartzitos finos, corneanas pelíticas; L – Filões de quartzo; M – Filões doleríticos e de aplito-pegmatitos.

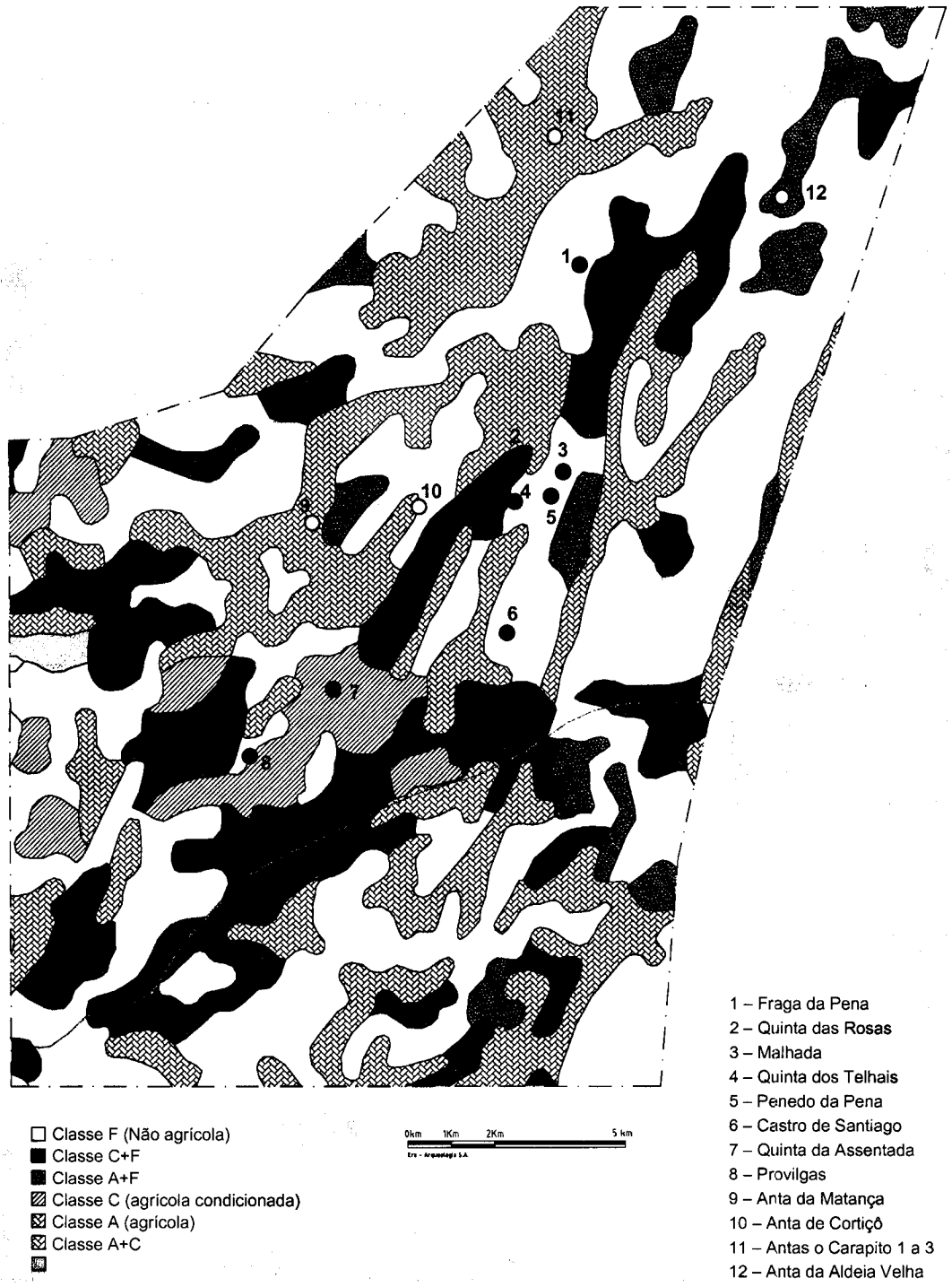


Figura 2-7 – Carta de usos do solo da área de Fornos de Algodres (a partir da Carta de Usos do Solo do Atlas do Ambiente; esc. 1:1000000, 1982)

Assim, a uma escala reduzida, mesmo nas áreas mais inóspitas é possível encontrar nichos de solos com alguma potência e com água nas imediações, passíveis de utilização agrícola, facto que é em parte responsável pela dispersão de pequenas quintas (muitas já desactivadas e abandonadas) que pontuam toda esta paisagem. E se muitos dos terrenos que constituíam essas propriedades resultam da construção de socalcos, várias dessas construções aproveitam as pequenas rechãs e zonas naturais de sedimentação, sendo a alteração introduzida na topografia pouco significativa.

Em termos climáticos a área de Fornos de Algodres sofre, devido à sua localização na extremidade sudeste dos planaltos da Nave, fronteira à Cordilheira Central, a influência da sua altitude e semi continentalidade. As altitudes médias entre 600 e 700 metros na zona planáltica contribuem, através de chuvas orográficas, para proporcionar uma significativa precipitação, situação agravada pelo facto de a região ser ainda atingida pelas massas de ar húmido de proveniência atlântica. Actualmente, a pluviosidade média anual é assim de 800 - 1000 mm. Todavia, essa pluviosidade média esbate uma acentuada amplitude entre os meses de verão normalmente pouco chuvosos, correspondendo períodos secos bem demarcados das restantes estações do ano. Essa influência atlântica e pluviosidade permitem contrabalançar as influências continentais de ar seco, originando temperaturas médias moderadas no Verão e um arrefecimento acentuado no Inverno.

2.3 Localização dos contextos arqueológicos de estudo

Os contextos arqueológicos que servem de base documental específica ao presente trabalho podem ser agrupados em quatro tipos: sítios abertos, recintos fortificados, contextos funerários megalíticos e os contextos de recolhas avulsas (Figura 2-8). Face ao actual questionar das classificações da natureza dos diferentes sítios, as designações aqui utilizadas, tendo em conta os objectivos de enquadramento espacial genérico, são pouco esclarecedoras a esse respeito. A discussão das funcionalidades e significados destes contextos, como das suas designações, será desenvolvida no Capítulo 9.

No quadro local que acima se descreveu, a implantação dos sítios não funerários apresenta uma recorrência notável, uma vez que todos se situam junto aos rebordos da Superfície Fundamental, sobranceiros aos vales da Ribeira da Muxagata, Ribeira de Cortiçô e Rio Mondego. Apenas a Malhada se localiza numa zona mais encaixada, a meio da declivosa vertente ocidental da Ribeira da Muxagata, mas no mesmo eixo de distribuição NNE-SSO (uma descrição mais pormenorizada da localização de cada sítio é dada nos capítulos específicos que lhes são dedicados (3 a 7).

Genericamente, os vestígios avulso apresentam uma cartografia que tendencialmente segue este mesmo padrão de implantação, apesar de existirem alguns

(poucos) já em plena zona da planáltica e outros em cotas mais baixas junto à confluência daquelas ribeiras com o Mondego ou no vale do próprio rio.

Os dois recintos delimitados por fortificações, Castro de Santiago e Fraga da Pena, aproveitam grandes Tor graníticos localizados, respectivamente, num cume do prolongamento do rebordo da Superfície Fundamental entre as ribeiras de Cortiçô e Muxagata e junto ao topo da vertente direita desta ribeira. A sua implantação proporciona-lhes um significativo destaque na paisagem e um extenso domínio visual, o qual é um pouco mais restritos na Fraga da Pena, dada a sua implantação ligeiramente abaixo do topo da vertente (cf. Capítulo 10). As suas áreas de implantação são sobre solos esqueléticos, com extensos afloramentos do substracto rochoso, mas ambos dominam o vale da Muxagata, onde se encontram dos terrenos mais férteis desta área.

Sem particular destaque na paisagem, mas com boa visibilidade sobre a mesma, encontra-se o contexto da Quinta da Assentada, situado numa rechã alargada a meio da vertente declivosa que delimita a Superfície Fundamental. Esta localização numa espécie de "bancada" virada à plataforma do Mondego proporciona-lhe um campo visual alargado, embora a sua referenciação na paisagem não apresente qualquer elemento de particular destaque. Igualmente junto ao rebordo da Superfície fundamental, mas implantados junto a vales suaves de pequenas linhas de água ou ainda pouco encaixadas, os contextos das Provilgas e Quinta dos Telhais apresentam-se diluídos na paisagem e com um horizonte visual espacialmente restrito, o mesmo acontecendo com a Malhada, que se localiza numa zona mais baixa e encaixada da vertente direita da Ribeira da Muxagata (cf. Capítulo 10). Já a Quinta das Rosas, apresenta-se a uma cota elevada do rebordo da Superfície Fundamental, num local não destacado e com limites de visibilidade restritos sobre essa superfície, mas que acaba por ter algum domínio sobre partes do vale da Ribeira da Muxagata. Ao contrário dos recintos dos Castro de Santiago e Fraga da Pena, estes contextos estão implantados em solos de melhor qualidade ou na sua periferia imediata, sempre com água durante o ano inteiro.

Quanto aos escassos monumentos megalíticos, Matança, Cortiçô e Carapito evidenciam uma preferência pelas zonas aplanadas da Superfície Fundamental para a sua implantação. A Matança e os monumentos do núcleo do Carapito implantam-se em zonas aplanadas de fundo de vales abertos e suaves no contexto dessa área planáltica. Já Cortiçô localiza-se numa zona do planalto um pouco mais alteada, mas ainda assim de destaque relativamente restrito. Outros monumentos vizinhos, como a Anta da Aldeia Velha e a Anta da Carrapichana, localizam-se, respectivamente, num esporão aplanado da Superfície Fundamental entre dois vales de fractura profundos e na plataforma do Mondego. Nenhum dos monumentos se localiza em áreas de particular destaque visual na paisagem.

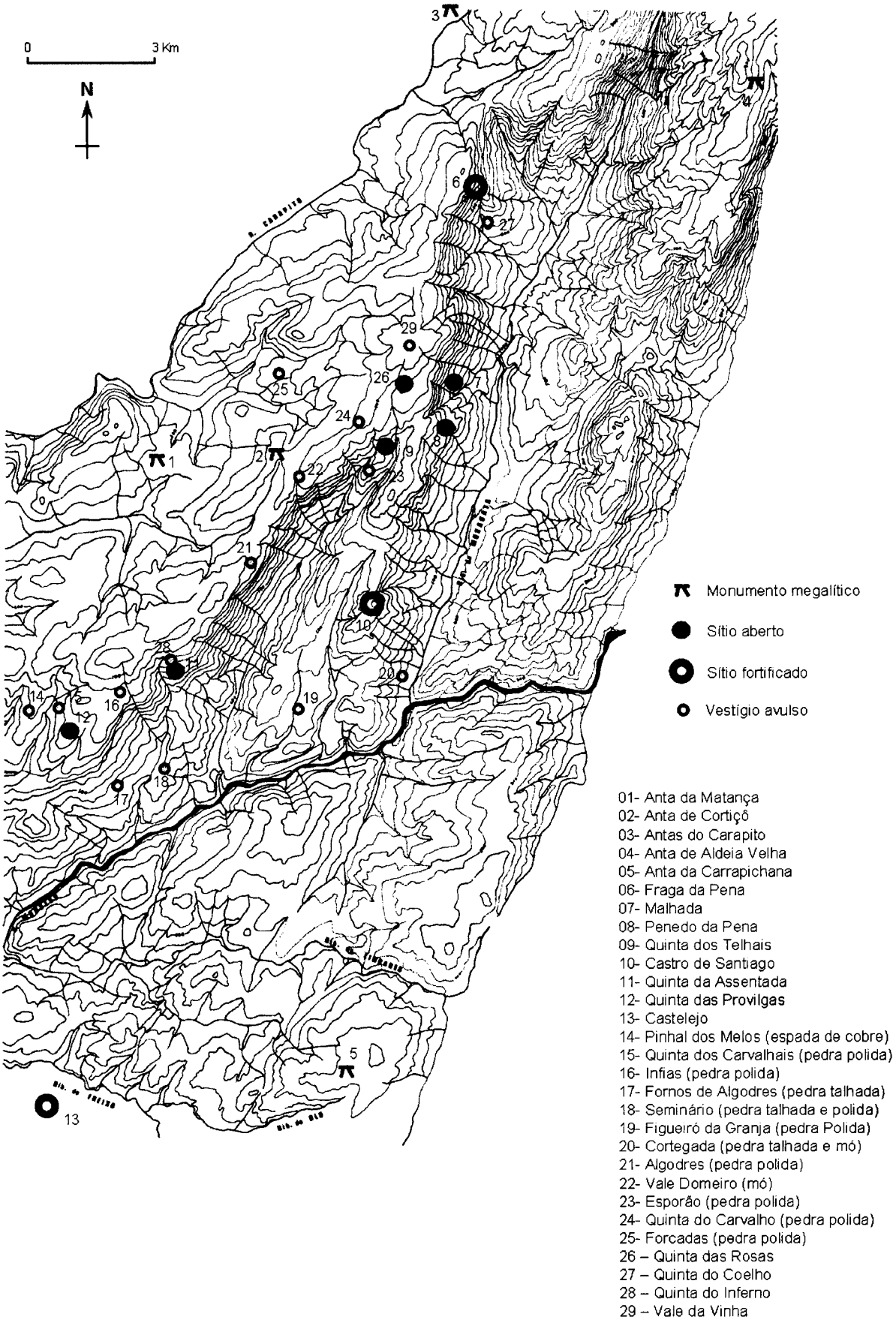


Figura 2-8 – Localização dos contextos arqueológicos na área de estudo.

A Anta da Aldeia Velha, contudo, implanta-se numa via tradicional de ligação entre o vale da Ribeira da Muxagata (e troço imediato do vale do Mondego) e o início do vale do Távora (já bacia hidrográfica do Douro), sugerindo que a sua implantação está articulada com um específico trajecto de circulação.

Relativamente às potencialidades actuais do uso dos solos (Figura 2-7), verifica-se igualmente uma significativa diferenciação da implantação dos diferentes sítios não funerários e dos monumentos megalíticos.

A grande maioria dos sítios não funerários localizam-se em terrenos de uso não agrícola de Classe F ou Classe C+F, ficando apenas a Quinta da Assentada e as Provilgas em terrenos de uso agrícola condicionado (Classe C). Alguns dos primeiros, contudo, situam-se relativamente próximo de solos agrícolas de boa qualidade, parte dos quais, pelas suas reduzidas dimensões, não são individualizados na cartografia: casos da Quinta dos Telhais; Quinta das Rosas e Malhada. Quanto aos monumentos megalíticos da área planáltica, situam-se todos em terrenos de uso agrícola de Classe A. Já a Anta de Aldeia Velha, associada a uma via de ligação ao Vale do Távora, encontra-se em solos pobres e esqueléticos de Classe F, junto a extensas áreas de afloramento do substracto rochoso, mas não longe de solos de boa capacidade agrícola situados junto à nascente do Távora.

Os dois recintos fortificados (a que se poderá acrescentar a situação patenteada por um terceiro, localizado já a sul do Mondego e não abrangido pela área de estudo – Castelejo), implantação em áreas de extenso afloramento do substracto, com formação de *tors* e onde os solos são extremamente arenosos, sujeitos a intensos processos de erosão e muito pouco profundos (Classe F).

A água, de um modo geral, seria um bem disponível em quantidade durante todo o ano e em quase todas as áreas, não se constituindo como um recurso crítico susceptível de estimular particulares estratégias de manipulação e controlo. Mesmo nos sítios de altura, existem pequenas nascentes nas imediações.

Quanto a outro tipo de recursos disponíveis localmente e potencialmente exploráveis pelas comunidades locais, a diversidade não é muito grande. Para além dos diferentes recursos proporcionados pelo coberto vegetal, abordado no ponto seguinte, e das espécies cinegéticas que povoavam o território (e sobre as quais praticamente não temos informação, dado a raridade e o mau estado dos vestígios faunísticos registados nos contextos estudados), existe um conjunto de recursos de natureza geológica, também ele pouco diversificado. Como vimos a geologia é essencialmente granítica, apenas existindo uma zona restrita, perto do sítio da Malhada, onde xistos, quartzito, metagrauvaques e corneanos poderiam ser obtidos.

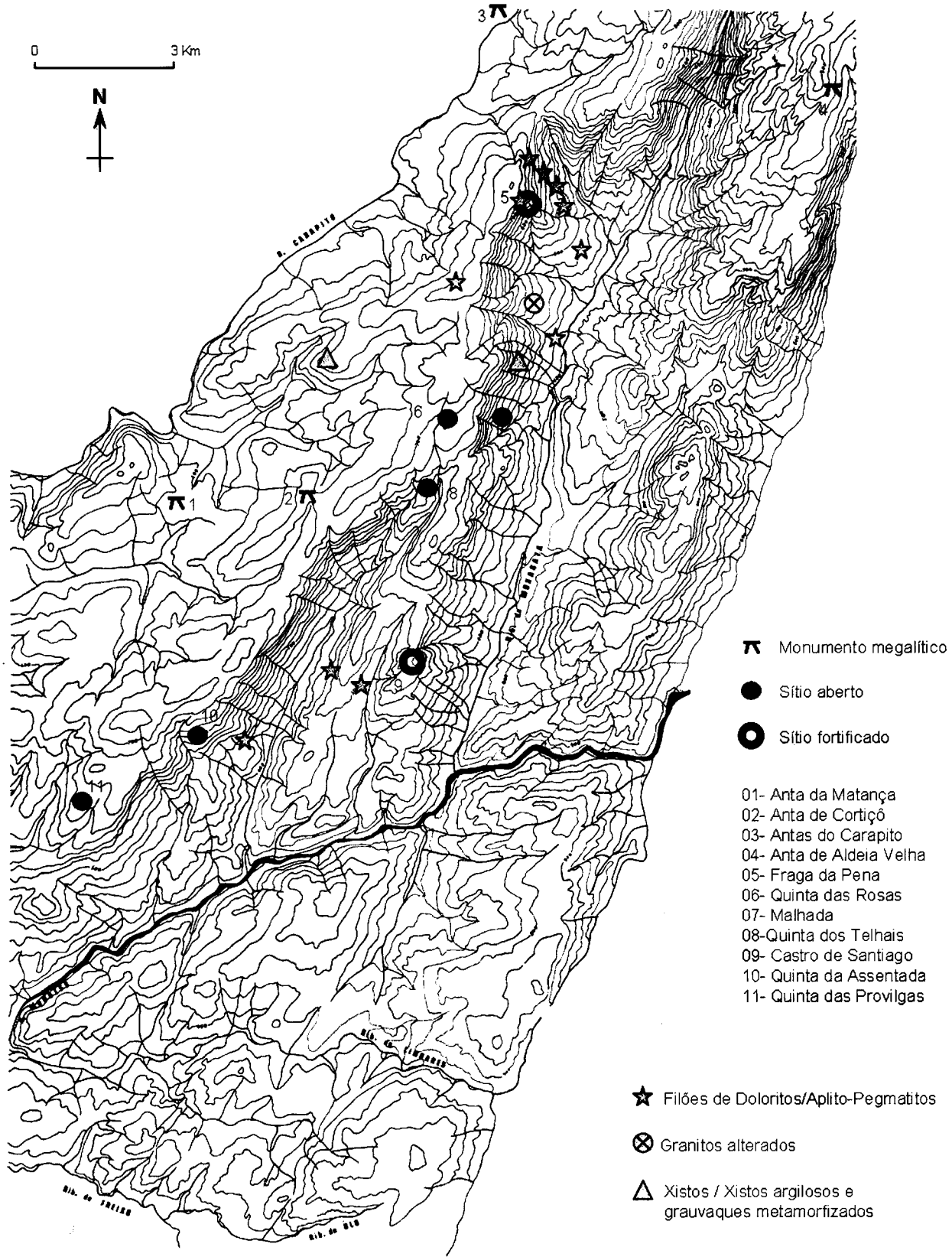


Figura 2-9 – Localização dos sítios amostrados para caracterização geoquímica com vista à realização de estudos de abastecimentos de matérias-primas ao nível da produção cerâmica.

Uma maior diversidade geológica acaba por ser proporcionada pela existências de numerosos filões de doleritos, quartzos e apelito-pegmatitos. Num caso isolado e não cartografado na Carta Geológica de Portugal, foi identificado um filão de material muito alterado e silicificado, localizado na vila de Fornos de Algodres. No sentido de permitir uma abordagem à exploração dos recursos geológicos locais, foi realizado um programa de amostragem integrado num projecto de estudo arqueométrico das tecnologias de produção cerâmica e de proveniências de matérias-primas. Foram amostradas zonas de alteração dos granitos, xistos e a variedade de filões que existem localmente (Figura 2-9).

Em termos de minério, estão referenciados localmente o estanho, o urânio e o titânio, materiais que não têm qualquer tipo de exploração conhecida no período a que se reporta este trabalho.

2.4 Dados paleoecológicos

Os dados paleo-ambientais disponíveis para o espaço local considerado respeitam essencialmente a resultados obtidos em análises antracológicas e carpológias de material lenhoso carbonizado e algumas sementes. Os dados conseguidos são ainda escassos para uma caracterização generalizada do coberto vegetal local durante o 3º milénio AC. A esse nível existem apenas dois estudos: um relativo a parte do registo de carvões efectuado no Castro de Santiago (Figueiral, 1997) e outro relativo a parte de carvões e sementes da Malhada (Van Leeuwaarden e Queiroz, 2000). Em ambos os casos o material paleobotânico não é muito numeroso e refere-se maioritariamente a carvões dispersos nos depósitos de ocupação destes sítios, não permitindo retirar grandes conclusões paleoambientais para a área de estudo, para as quais será necessário um estudo mais amplo e, sobretudo, abrangendo outras abordagens complementares, como os estudos palinológicos (os estudos faunísticos são, na região, condicionados pela raridade de material conservado, devido à grande acidez dos solos). Os resultados já disponíveis proporcionam, contudo, algumas informações sobre o coberto vegetal envolvente e possibilitam algumas ilações relativamente a opções no âmbito das estratégias de exploração de recursos.

A manipulação destes dados, contudo, tem de ser feita com reserva e com escrúpulo. Tratado-se de uma amostragem realizada em sítios residenciais, a presença de restos antracológicos e carpológicos não apresenta uma correspondência directa com o coberto vegetal da envolvência, na medida em que são resultado de actividades humanas onde actuam processos de selecção. Reflectindo, pelo menos em parte, situações de recolecção humana, uma parte significativa deste material será "artefactual", viabilizando uma interpretação de natureza mais arqueológica e menos paleoecológica (Van Leeuwaarden e Queiróz, 2000). Por outro lado, lidamos com amostragens de áreas de

povoados, nos quais podemos admitir que as diferentes materialidades possam ter processos heterogéneos de espacialização, pelo que a imagem obtida na amostragem de um sector poderá não ser necessariamente válida para todo o sítio. O reverso do problema resulta na possibilidade de se poder abordar e questionar a selectividade humana e as opções que comporta em relação com os recursos disponíveis.

2.4.1 Os dados do Castro de Santiago

Para o Castro de Santiago foi realizada a classificação (Figueiral, 1997) de 204 fragmentos de carvão recolhidos na área central e oeste do recinto interior (Sectores C, E e F). Foram identificados onze taxa: *Arbustus unedo* (Medronheiro), *Cistaceae* (Cistáceas), *Daphne gnidium* (Trovisco), *Erica arborea* (Urze branca), *Erica* sp. (Urze), Gimnosperma indeterminada, *Leguminosae* indet. (Leguminosas), *Pinus penaster - pinea* (Pinheiro bravo - manso), *Quercus* folha caduca (Carvalho), *Quercus suber* (Sobreiro), *Quercus* tipo ilex (Azinheira / Sobreiro / Carrasqueiro).

A maioria dos fragmentos classificados pertencem a duas espécies de pinheiro: o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e o pinheiro manso (*Pinus pinea*). A sua diferenciação é difícil de estabelecer, pelo que se assumiu a designação indiferenciada de *Pinus pinaster pinea*.

A presença de *Quercus* sempre verdes (Sobreiro, Azinheira, Carrasqueiro), medronheiro, leguminosas, urze branca, trovisco e cistáceas são elementos considerados característicos da silva mediterrânica degradada, sendo a associação dos quatro últimos taxa indicadores de destruição de áreas florestais colonizadas seguidamente por estes elementos vegetais. Neste contexto, a presença do sobreiro (*Quercus suber*) é de realçar. Espécie hoje ausente na vegetação da região, foi referenciada na vizinha região do alto Paiva em estudo antracológico realizado no povoado de Canedotes. Nos perfis polínicos ali realizados, esta espécie é registada com altas percentagens na segunda metade do Atlântico, na segunda metade do 5º / 4º milénio AC (López Sáez *et. al.*, 2000).

A comparação dos resultados obtidos para cada uma da fases de ocupação definidas neste povoado (Cf. Capítulo 3) está condicionada pelo facto de a amostragem da Fase 2 ser bastante reduzida. Todavia, as imagens obtidas (Figura 2-10) revelam alguns contrastes que, ainda assim, se afiguram significativos. Um primeiro aspecto marcante é o das espécies arbóreas de floresta dominarem claramente na Fase 1: o Pinheiro, o Carvalho, o Sobreiro e os restantes *Quercus* correspondem em conjunto a 80% do material classificado. Na Fase 2 este mesmo material corresponde a apenas 30%, sendo que o carvalho e o sobreiro estão ausentes, sendo agora dominantes as espécies de mata arbustiva mais aberta. Ainda na Fase 1 existem duas situações contextuais interessantes. As únicas evidências de madeira de sobreiro e a maioria da evidências de madeira de

carvalho foram recolhidas na Porta 1 (UE91 – Cf. Capítulo 3), podendo ser eventualmente relacionáveis com este elemento estrutural. Por outro lado, cerca de 80% dos vestígios de pinheiro estão concentrados na Fase 1 do Sector E, onde se registaram restos de uma estrutura de cabana, Área que na Fase 2 seria convertida num empedrado. Estas situações contextuais parecem indiciar uma forte selectividade humana relacionada com a utilização destes materiais como elementos de construção e/ou como combustível. O domínio do pinheiro, contudo, e dada as características do local de implantação do Castro de Santiago, pode reflectir uma cobertura arbórea de pinhal na periferia do sítio.

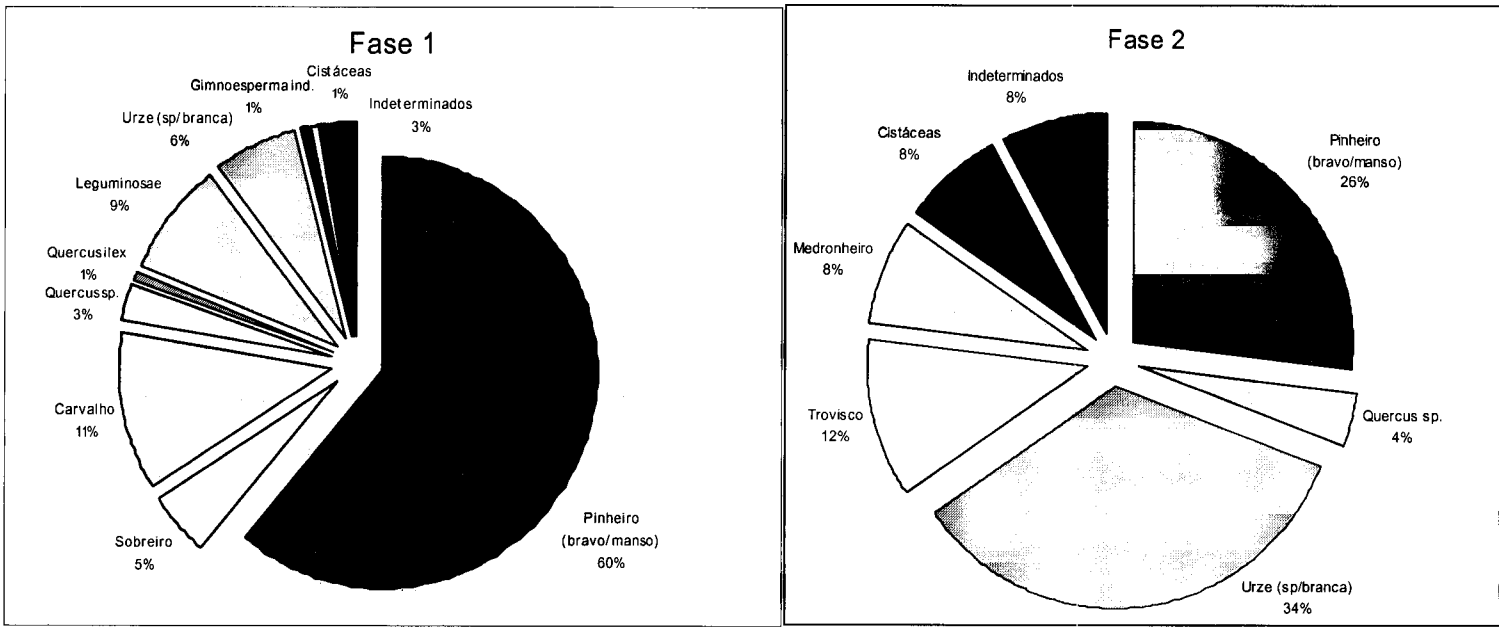


Figura 2-10 Distribuição dos taxa identificados por fase de ocupação.

Note-se ainda que entre os restos de pinheiro e medronheiro estão representados os respectivas sementes: um pinhão e dois medronhos carbonizados. Estas evidências residuais, concretamente dos medronhos, possibilitam colocar a hipótese da exploração alimentar deste recurso silvestre.

2.4.2 Os dados da Malhada

Para a Malhada foram analisadas, no Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências do IPA, 71 amostras, correspondendo cada amostra a um número variável de material carbonizado, constituído por carvões de madeira e de sementes carbonizadas provenientes da sequência estratigráfica do Sector B e representativos das três fases de ocupação ali detectadas. Foram estudadas 50 amostras seleccionadas de forma aleatória, correspondendo a 83% do peso total dos carvões amostrados (Van Leeuwaardem e Queiróz, 2000).

Entre os tecidos lenhosos foram identificados vinte e dois taxa: *Pinus pinaster* (pinheiro bravo), *Arbustus unedo* (medronheiro), *Cistus* grupo C *albidus* (roselha grande), *Cistus* indeterminado, *Erica arborea* (urze branca), *Erica australis*, *Hedera regia* (hera), *Juglans regia* (nogueira), *Ilex aquifolium* (azevinho), *Leguninosae* tipo *Lygos*, *Leguminosae* tipo *Ulex* (tojo), *Leguminosae* tipo *Ononis*, *Leguminosae* indeterminada, *Pistacia lentiscus* (aroeira), *Quercus coccifera* (carrasco), *Quercus faginea* (carvalho-cerquinho), *Quercus pyrenaica* (carvalho-negral), *Quercus sp.*, *Rosaceae Maloideae*, *Rosaceae Maloideae Crataegus monogyna* (pilriteiro), *Rosaceae Prunoideae* e *Rosaceae* indeterminada. A estes materiais lenhosos acrescentam-se sementes de *Pinus pinaster* e de *Quercus sp.* (bolotas).

Genericamente, os taxa dos três depósitos amostrados apresentam um espectro semelhante, onde dominam os carvões de *Quercus faginea* (carvalho português), *Quercus coccifera* (carrasco), *Quercus* indeterminados, *Pinus pinaster* (pinheiro bravo) e *Arbustus unedo* (medronheiro). Existindo algumas flutuações entre estas espécies mais representadas ao longo da estratigrafia, estas não parecem se particularmente significativas. Observa-se, contudo, uma maior variabilidade de taxa presentes na fase inicial de ocupação (Figura 2-11).

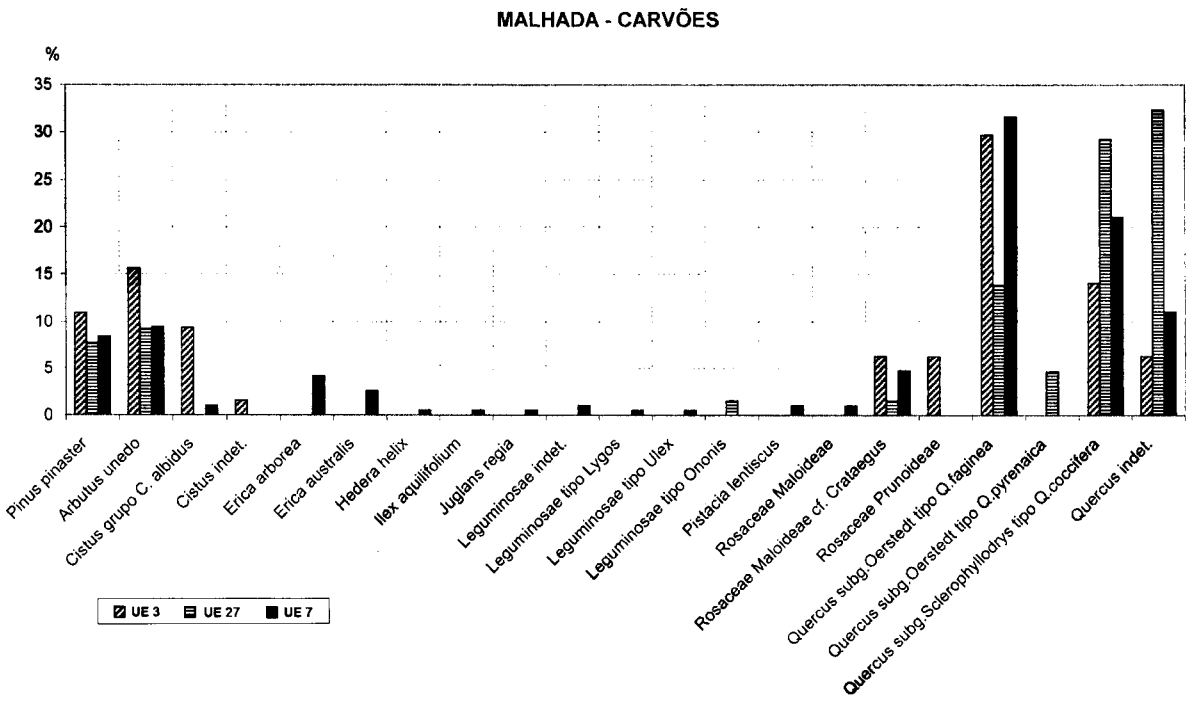


Figura 2-11 – Representatividade dos taxa registados no Sector B, seriados pelos depósitos da sequência de ocupações estratigrafada (segundo Van Leeuwaarden e Queiróz, 2000).

Na base da sequência foi identificada uma área de processamento de bolota. Não tendo sido possível identificar a espécie concreta, estas bolotas deverão ser de *Quercus faginea* ou *Quercus coccifera*.

2.4.3 Algumas observações a propósito dos dados do Castro de Santiago e da Malhada

Tratando-se, como já referimos de amostragens que reflectirão em grande medida acções de selecção e transporte humano, os dados obtidos terão, naturalmente, uma relação com o coberto vegetal local, embora não de forma proporcional e directa. A própria indeterminação do nível de grandeza da contribuição humana no universo amostrado, é um factor condicionador da avaliação destes dados. Neste campo, contudo, dada a radical diferença topográfica de implantação dos dois sítios, é possível pensar que a contribuição humana terá um peso maior no Castro de Santiago. Este, localizando-se no topo de um cabeço, numa área delimitada por penedos e estruturas de fortificação, apresenta condições que proporcionam uma fraca sedimentação e incorporação de materiais lenhosos através de processos naturais. Já a Malhada, ao implantar-se a meio de uma vertente de grande declive, onde actuam processos de intensa erosão e sedimentação coluvionar, apresenta condições para uma mais fácil incorporação de materiais com origem em sedimentos matriciais, podendo, desta forma, a amostra estudada representar uma imagem do coberto vegetal envolvente menos distorcida por interferência humana, mas também mais alterada por mistura de material carbonizado de épocas diferentes, tanto prévias à ocupação do sítio, como das várias fases da sua vida.

Apesar das limitações existentes, os resultados de momento disponíveis permitem uma primeira abordagem generalista da paisagem local durante os três primeiros quartéis do 3º milénio AC (Van Leeuwaarden e Queiróz, 2000).

Assim, genericamente existe uma concordância dos resultados obtidos entre os dois sítios. Pensamos, contudo, que o predomínio do pinheiro no Castro de Santiago poderá representar o resultado da actividade selectiva humana, dada a sua grande concentração na área de cabana da primeira fase do Sector E. O mesmo se poderá dizer relativamente à presença de carvões de madeira de sobreiro na Porta 1, não se tendo registado mais evidências dessa espécie no Castro de Santiago nem na Malhada. É possível, contudo, que a cobertura arbustiva envolvente do Castro de Santiago fosse dominada pelo pinhal, o qual ocuparia provavelmente os solos mais empobrecidos (*idem*), caso do cabeço onde se situa o sítio, composto por solos pouco espessos, muito arenosos e com extensas áreas de afloramento do substracto rochoso. Os pinhais corresponderiam a pinheiros bravos, que assim se encontram atestados localmente nos dois sítios, não só por madeira carbonizada, mas também por sementes. As encostas mais protegidas seriam povoadas essencialmente por bosques de carvalhos, cuja caracterização é, contudo problemática.

A área de Fornos de Algodres é, a vários títulos, uma região de fronteiras. É, como vimos, um zona de contacto entre as duas grandes unidades geomorfológicas regionais e é, igualmente, uma área de fronteira entre duas grandes zonas biogeográficas bem definidas

na actualidade: a província biogeográfica Carpetano-Ibérico-Leonesa e a província Luso-Extremaduradense (Rivas-Martínez, 1987). Deste modo, esta área encontrar-se-á nos limites dos domínios climáticos do carvalhal negral (*Quercus pyrenaica*) e do carvalhal cerquinho (*Quercus fagineae*). No material analisado da Malhada predominam o *Quercus fagineae* e o *Quercus coccifera*, sendo menos frequente o *Quercus pyrenaica*. Poderemos ter, assim, nas áreas de vertente, nomeadamente em partes significativas da extensa vertente direita do vale da Ribeira da Muxagata que alberga o sítio da Malhada, carvalhais de carvalho cerquinho e carrascos, onde o medronheiro poderia aparecer associado, podendo haver zonas de bosques de carvalhos negrais em áreas restritas. A possibilidade das três espécies de carvalhos ocorrerem associadas não é, contudo, de excluir (Van Leeuwaarden e Queiróz, 2000). A presença de hera e azevinho indicia a presença de floresta.

Os autores do estudo antracológico realizado para a Malhada chamam a atenção para ausência, em ambos os contextos, de materiais lenhosos directamente conectáveis com matas ribeirinhas de fundo de vale. Esta ocorrência sugere-lhes duas possibilidades interpretativas (*idem*):

- A existência de densas matas ribeirinhas de difícil penetração, que ficariam fora do espaço económico das comunidades que ocuparam este território durante o 3º milénio AC, sendo privilegiadas as áreas mais secas e vulneráveis, como poderiam ser as áreas altas e aplanadas da superfície fundamental;
- A extensa desflorestação dos fundos de vale, associados a uma intensa actividade humana, quer relacionada com a agricultura quer com áreas de pasto. A não selecção de quaisquer materiais lenhosos relacionados com a localização ribeirinha seria, ainda assim, estranha. Contudo, há que atender à localização dos sítios amostrados, os quais se localizam ambos relativamente afastados dos fundos de vale (mais o Castro de Santiago que a Malhada). É natural que as necessidade de madeira fossem supridas com os recursos disponíveis nas imediações dos sítios.

Do ponto de vista arqueológico, a segunda possibilidade afigura-se-nos mais consentânea com toda a organização do povoamento local observada ao longo do milénio, a qual, como vimos, se estrutura ao longo da linha de festo que delimita o troço local da Superfície Fundamental e inicia os profundos vales de fractura das Ribeiras da Muxagata e Cortiçô. Esta estratégia de localização, como se discutirá nos capítulos finais deste trabalho, relacionar-se-á não só com vias tradicionais de circulação, mas igualmente com uma estratégia de exploração de ecossistemas diferenciados na área planáltica e no fundos destes vales. De facto, nem em época romana o povoamento se implanta sobre os solos

aluvionares que colmatam o fundo dos vales onde se encontram os melhores solos agricultáveis, situando-se quase sempre acima do primeiro quarto das vertentes, imediatamente antes de estas se tornarem muito declivosas (Figura 2-12). O povoamento medieval e o que se manteria até aos nossos dias manteve essa matriz de ocupação do território.

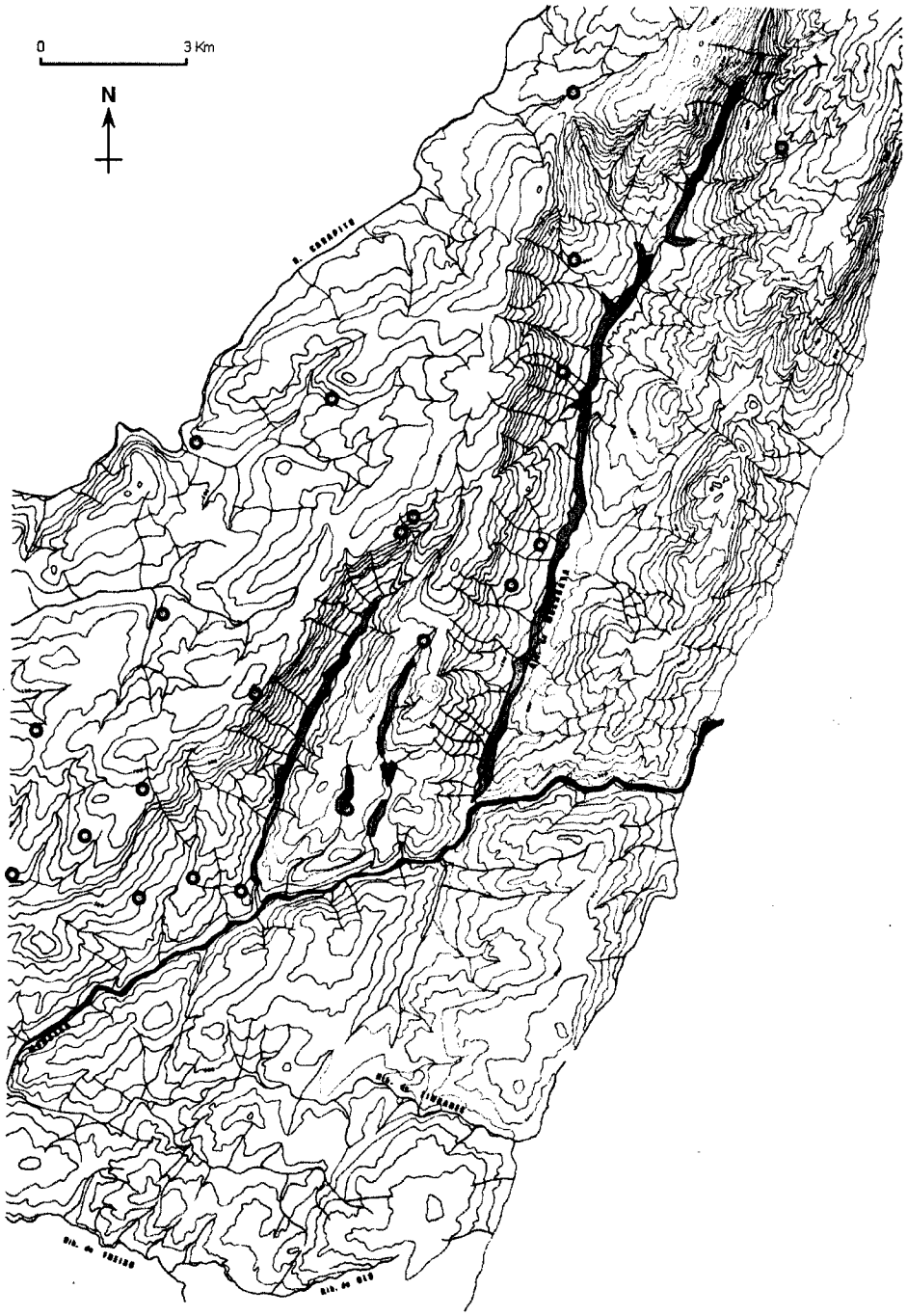


Figura 2-12 – Povoamento romano da área de estudo e representação dos fundos aluvionares dos principais vales de fractura. É notório o afastamento relativamente aos fundos de vale e aos aluviões. No caso da Ribeira da Muxagata observa-se uma localização ao longo de um "degrau" no início da vertente e antes de esta se tornar mais declivosa.

Pensamos que os fundos dos vales da Muxagata e Cortiçô poderiam apresentar um coberto vegetal mais aberto, não só com terrenos agricultados e pastos, mas igualmente com áreas de matos abertos onde a caça, atraída pelos principais linhas de água, seria frequente. Na sua morfologia, estes vales profundamente encaixados como que funcionam como grandes "recintos" onde a caça circularia, podendo ser controlada, numa autêntica gestão cinegética do território. De facto, a referenciação, com alguma representatividade nos dois sítios, de leguminosas, urzes, cistáceas e troviscos, aponta para a existência de matos de carácter secundário, resultado da intervenção humana de desflorestação. Deveremos mesmo ter em atenção que o domínio da madeira de *Pinus* e de *Quercus* nestes sítios residenciais terá, com peso significativo, um carácter artefactual, de elemento arquitectónico ou de recurso energético, não traduzindo na proporção correcta o peso destas florestas na paisagem local.

Por outro lado, a referenciação de madeira de sobreiro no Castro de Santiago na zona da porta revela a presença desta espécie localmente no início do 3º milénio AC. Ainda que possa ser perspectivada como pouco expressiva, a sua presença também indicia a possível ocorrência de pequenas matas de sobreiros.

Para a zona planáltica, uma alternância entre zonas de mato aberto e pastos poderia conviver com zonas de floresta, sendo espectável alguma exploração agrícola de restritos solos aluvionares associados a pequenas linhas de água, pelo menos desde o momento de construção dos monumentos megalíticos da Matança, Cortiçô ou Carapito.

Este quadro local, genérico e ainda insuficientemente caracterizado e fundamentado, encontra, contudo, algum suporte nas imagens que têm vindo a ser construídas para outras áreas da região. De facto, regionalmente a informação paleoambiental tem vindo a aumentar nos últimos anos, aproximando progressivamente a Beira Alta das regiões da plataforma litoral portuguesa e da Galiza, onde a investigação está mais desenvolvida. No que respeita às paleovegetações, durante a década de oitenta /princípio da de noventa do século XX foi estabelecida uma sequência da evolução do coberto vegetal dos vários andares da Serra da Estrela, desde o pré-Boreal até à Idade Média, através de estudos polinológicos das turfeiras das lagoas da serra (Janssen e Woldringh, 1981; van den Brink e Janssen, 1985; Janssen, 1985; van der Knaap e Janssen, 1991; van der Knaap e van Leeuwen, 1994 e 1995). Interessa-nos aqui em particular as inferências que se estabelecem entre a actividade humana e a evolução do coberto vegetal, as quais têm uma abordagem mais pormenorizada a partir do diagrama polínico do Charco da Candeira (van der Knaap e van Leeuwen, 1994 e 1995). São definidos cinco períodos de sucessivas alterações da vegetação. A actividade humana é inferida desde muito cedo, no período B, sendo reportada a meados do nono milénio BP (c. 8695 BP), quando começam a aumentar as percentagens

de *Cerealea* juntamente com indícios de uma maior abertura da floresta. É referido que não é possível determinar se este pólen de *Cerealea* é derivado de cereais cultivados. Considerando-se a dificuldade de aceitar tal precocidade para a presença da agricultura, apresenta-se como alternativa o desenvolvimento estepes de gramíneas favorecidas pela actividade humana nas áreas mais baixas. No período C, em meados do sexto milénio BP (c.5585), considera-se um incremento da actividade humana, a qual se torna na principal condicionante da dinâmica florestal, ao pondo de se admitir que suprime as evidências de interferência dos factores de ordem climática. Assiste-se a uma ligeira abertura da floresta, mas com poucas clareiras dispersas, registada num aumento das espécies rasteiras necessitadas de luz (ex. *Erica arborea*) e um decréscimo do *Quercus*, dominante na floresta. A partir do período D, meados do 4º milénio BP, assiste-se a uma degradação da floresta em larga escala. O período entre c.5585 e c.3325 BP é considerado como aquele em que a floresta se mantém na maior porte intacta, mas onde se nota que a sua dinâmica é induzida pela actividade humana, estabelecendo-se padrões de dinâmica antropogenética. Durante esse período são identificadas várias fases dessa dinâmica, a maioria de impacto local. Contudo, cerca de 4760 BP e 4340 BP estão documentadas fases de desflorestação reflectidas em todos ou em vários diagramas polínicos, com a presença de um mínimo de *Quercus*, e são consideradas como fenómenos afectando uma extensa área regional, reflectindo um aumento das zonas de clareira e uma maior abertura da floresta. Contudo, só a partir de c. 3325 se desenvolve uma desflorestação de larga escala, conduzindo a uma paisagem semi-florestada.

Na Serra da Freita, no extremo Noroeste da área regional em que se insere o nosso estudo, foi igualmente identificado um processo de desarborização responsabilizado pela erosão de vertentes. Um primeiro momento decorreria logo a partir do 5º milénio AC, com um aumento de *Poaceae*, *Ericaceae*, e *Cyperaceae* nos diagramas polínicos (Rochette Cordeiro, 1990 e 1992). A responsabilidade do fenómeno é, aqui, também atribuída a acção humana relacionada com a pastorícia.

Mais recentemente, os estudos polínicos e antracológicos levados a cabo no Alto Paiva, realizados no contexto da investigação das práticas megalíticas e do povoamento do Bronze Final, possibilitaram um conjunto de dados que contribuem, de forma particularmente significativa, para a construção de uma sequência da evolução das paisagens durante a Pré-História Recente nos planaltos centrais (Castro *et. al.* 1999; Figueiral, 1997; 1999; López Sáez, e Cruz, 2002 e 2002-2003; López Sáez, Cruz e Canha, 2000; López Sáez, Cruz e Silva, 2001). Numa paisagem aberta, com domínio dos pastos de gramíneas e vegetação arbustiva com árvores dispersas, a presença humana pode ser referenciada pelo menos desde o início do Atlântico, denunciada pela presença de palinomorfos nitrófilos e pela prática de queimadas, segundo os dados proporcionados pelos

monumentos 1 e 2 de Lameira Travessa e sítio de Canedotes (camada 4). Assiste-se, durante este período a uma progressiva expansão dos carvalhais, acompanhados do castanheiro, vidoeiro, aveleira e pinheiro (*sylvestriys* e *pinaster*), com algumas zonas de azinheira e carrasco. Já na transição para o Sub-Boreal observa-se a uma redução arbórea do bosque caducifóleo, com degradação dos carvalhais e desenvolvimento de matagais arbustivos. Esta evolução é observada em vários perfis polínicos (Canedotes, Orquinha dos Juncais, Lameira Travessa) e será relacionável com uma dupla causalidade: uma de natureza natural e associada a transformações climáticas de um clima húmido e quente que favorecia a expansão da cobertura arbórea para um ambiente mais seco; outra relacionada com a intervenção humana responsável pela abertura de zonas de clareira através de queimada. Esta intervenção não é considerada muito profunda, existindo situações que indiciam oscilações, com momentos de recuperação da floresta após abandono dos locais, as quais são associadas a uma significativa mobilidade territorial que as comunidades do 4º milénio AC apresentariam e que ajuda a explicar a fraca interferência na paisagem que perfis como o obtido para a Orca de Castenairas revelam (López Sáez e Cruz, 2002-2003). A intervenção humana na paisagem, seja na desflorestação para construção de monumentos megalíticos (vários são construídos sobre níveis de queimada), seja para obtenção de pastos ou de terrenos de cultivo, está, todavia, atestada. O próprio cultivo de cereais aparece representado no diagrama polínico do Monumento 2 de Lameira Travessa (biozona LT-D).

No seu conjunto, os diferentes estudos paleoecológicos apontam para uma interferência humana na evolução do coberto vegetal desde muito cedo na região. Já anteriormente enunciámos alguns dos problemas, que continuamos a considerar pertinentes, relativamente à responsabilização antrópica pelas alterações mais antigas registadas nestes estudos (Valera, 1997a), sublinhando a necessidade de sustentar e correlacionar as inferências extraídas dos estudos palinológicos com dados de natureza arqueológica. A documentação arqueológica actualmente disponível revela-nos a presença de comunidades neolíticas no início do 5º milénio AC, podendo alguns contextos, remontar mesmo aos finais do 6º milénio AC (Valera, 1998; 2003b). Poderemos, pois, relacionar parte das transformações observados na transição para o Sub-Boreal, concretamente as aberturas das florestas através da constituição de zonas de clareiras (ainda que restritas), com a actividade destas comunidades e, mais tarde, essencialmente durante o 4º milénio AC, com as comunidades construtoras de monumentos megalíticos. Contudo, não temos ainda os dados suficientes para avaliar o peso que nesse processo tem a responsabilidade humana e o que é resultado de alterações climáticas que por essa altura também se registam. Apesar destas dificuldades, a interferência humana parece bem marcada em

meados do 4º e no início do 3º milénio AC, com reduções das florestas de abrangência regional documentas pelos dados proporcionados pelos perfis de Serra da Estrela.

Assim, na área local em estudo, poderemos assumir que o processo de interferência humana no coberto vegetal se reportará logo aos inícios do Neolítico, tendo em conta os contextos da Quinta das Rosas e, sobretudo, da Quinta da Assentada, sendo espectável que ao longo do 4º milénio AC as comunidades que percorreram e habitaram este território e construíram e utilizaram os monumentos megalíticos ali registados, tenham exercido uma acção de condicionamento antrópico sobre a flora local, com a criação de áreas desarborizadas e de expansão de matagais de substituição. Os dados actualmente disponíveis para o 3º milénio apontam para a manutenção deste quadro de interferência, significativa mas não profunda, revelando áreas de floresta dominantemente de carvalhais e pinhais, mas com a presença de elementos que documentam matos abertos relacionáveis com a actividade humana de desflorestação. Esta desflorestção pode ser associada à obtenção de terrenos para pasto, mas deverá ser igualmente relacionada com o desenvolvimento da actividade agrícola. Sendo certo que não existem, de momento, evidências directas dessa actividade para a área de estudo, a conjugação de um conjunto de situações aconselham a não desprezar o seu papel nas economias de subsistência das comunidades locais. Se a presença de elementos de moagem, só por si, não pode ser exclusivamente associada ao processamento de cereais, como o demonstram os contextos em que ocorrem associados à moagem de bolota em diferentes períodos na região, a quantidade, o tamanho e a intensidade de utilização destes elementos no Castro de Santiago e, sobretudo, na Malhada dificilmente são condizentes com a sua atribuição, de forma igualmente exclusiva, ao processamento destes produtos recolectados. As evidências de pólen de cereais em perfis polínicos do Alto Paiva demonstram a produção cerealífera durante o 4º milénio AC a uma distância de apenas 40/50Km da área de Fornos de Algodres, pelo que podemos assumir a sua prática também nesta zona e, com alguma plausibilidade, o seu reforço durante o 3º milénio AC num contexto local de maior sedentarização (como o sugerido pelo Castro de Santiago ou Malhada) associada à exploração das melhores terrenos aluvionares dos fundos de vale. Uma economia onde as componentes pastoril e agrícola teriam um peso significativo, num contexto de efectiva sedentarização e de aumento da densidade de ocupação de um espaço relativamente restrito (como é o da nossa área de estudo), não pode deixar de se traduzir num impacto significativo na paisagem local, o qual poderá integrar o âmbito dos fenómenos congéneres de abrangência regional referenciados na vizinha Serra da Estrela.

PARTE II

OS DADOS ARQUEOLÓGICOS:

CONSTRUÇÃO DE UMA BASE DOCUMENTAL

3

O CASTRO DE SANTIAGO

O arranque da investigação da rede de povoamento em análise esteve relacionado com o início do estudo do Castro de Santiago, em 1988. Tendo-se prolongado continuadamente até 1995, os trabalhos neste povoado foram periodicamente divulgados até 1997 (Valera e Estevinha, 1989 e 1993; Valera, 1992, 1994a, 1994d e 1994e), altura em que se publicou um primeiro estudo monográfico do sítio e se produziu uma primeira síntese sobre a calcolitização da região (Valera, 1997b). Como se afirmou em 1 e se analisa em 11, o presente trabalho dá continuidade a essa investigação, ampliando-a, aprofundando-a e reorientando-a. É precisamente esse carácter de sequência que justifica uma recapitulação, necessariamente breve, dos principais dados e problemáticas relacionadas com este povoado. Essa recapitulação será ainda actualizada com os dados e interpretações provenientes de um estudo arqueométrico das cerâmicas, assim como os de uma nova intervenção realizada em 2004. Esta nova informação, em grande parte ainda inédita, será apresentada com um pouco mais de detalhe.

3.1 LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GEOGRÁFICA

O Castro de Santiago localiza-se na freguesia de Figueiró da Granja, concelho de Fornos de Algodres, distrito da Guarda, apresentando as seguintes coordenadas geográficas: M – 55061.04, P – 108801.68, Z – 612 m (Carta Militar de Portugal, folha 191) na base do vértice geodésico implantado sobre um dos penedos (Anexo 4 – Estampa 1).

O povoado situa-se no topo Norte do interflúvio delimitado pelos vales das ribeiras da Muxagata (a Este) e de Vila Chã e Cortiçô a Oeste. Trata-se de um sítio de altura, desfrutando de grande domínio visual sobre a paisagem envolvente, que se estende até ao sopé da Serra da Estrela nos quadrantes Este e Sul. O sítio apresenta-se, assim, com grande destaque topográfico na paisagem, sendo o perfil dos penedos do topo facilmente reconhecíveis à distância. Para Norte e Oeste, contudo, a visibilidade a partir do povoado é limitada pelo rebordo da área conservada da superfície fundamental, a qual se estende até à ribeira do Carapito.

Beneficiando de vertentes de declives bastante acentuados a Norte, Oeste e Este, o local apresentava, à partida, condições naturais que dificultavam o acesso. Aproveitando os

grandes penedos graníticos do topo, que naturalmente proporcionavam uma área protegida (precisamente a Norte, Oeste e Este), foram edificadas estruturas amuralhadas a Sul, definindo um recinto fortificado com uma área perto dos 550 m^2. Uma parte significativa dessa área era, contudo, constituída por afloramentos do substracto rochoso, restando cerca de 300 m^2 de área sedimentada.

A Sul deste espaço (recinto interior), existe uma segunda área definida por vários penedos complementados, de forma idêntica, com a edificação de estruturas muradas (recinto exterior). Apresenta uma área maior (calculada em cerca de 3000 m^2), dominantemente abrangida por afloramentos, reduzindo-se as zonas sedimentadas (algumas de potência mínima) a cerca de 600 m^2.

O substracto rochoso é granítico, existindo na área alguns filões de quartzo. As áreas de afloramento são vastas em todo o interflúvio, que apresenta reduzidas zonas de sedimentação, com solos muito arenosos e esqueléticos. Apenas nas baixas do vale da Ribeira de Vila Chã e nos coluviões e aluviões do vale da Ribeira da Muxagata, os solos são mais potentes e humosos, actualmente com bom aproveitamento agrícola.

3.2 ÁREAS INTERVENIONADAS, ESTRATIGRAFIAS E FASEAMENTO

O Castro de Santiago é, juntamente com os monumentos megalíticos locais, o único povoado pré-histórico da área a ter sido sujeito a trabalhos arqueológicos prévios às intervenções realizadas no âmbito do projecto de investigação que ali tenho desenvolvido. Tratam-se de intervenções antigas, realizadas por Monsenhor Pinheiro Marques, em 1926, e Russel Cortez, no início da década de cinquenta, com abordagens metodológicas pouco científicas e muito sucintamente referidas pelos autores (Marques, 1938; Cortez, 1952, 1953 e 1954). Não apresentam qualquer relevância para os objectivos do presente capítulo, pelo que as parcas referências publicadas, já expostas anteriormente (Valera, 1997a), não serão aqui reproduzidas.

Entre 1988 e 1995 realizei um conjunto de oito campanhas de escavações, cujos resultados, juntamente com uma primeira síntese interpretativa do sítio, seriam publicados em 1997 (Valera, 1997a). Os trabalhos então realizados incidiram, sobretudo, no recinto interior e espaço exterior imediato às estruturas amuralhadas que delimitam este recinto, abrangendo os cinco sectores intervencionados (A, C, E, F e H) uma área com cerca de 500 m^2 (Anexo 4 – Estampa 7). No recinto sul definido por três muros, para além do referido espaço imediato às muralhas, apenas se realizou uma pequena sondagem (Sector D), a qual comprovou a existência de um nível arqueológico de ocupação com materiais idênticos aos recolhidos no recinto norte. As sequências estratigráficas registadas no recinto interior possibilitaram uma leitura organizada em quatro fases.

A **Fase 0** correspondia aos níveis arqueologicamente estéreis, que assentavam no substracto rochoso. Foi sobre esses depósitos, que preenchiam algumas das depressões no afloramento, que se deu a primeira ocupação do sítio, correspondente à **Fase I**.

A construção das estruturas amuralhadas ocorreu logo no início desta fase. A arquitectura deste recinto (e, aparentemente, de todo o povoado) parece evidenciar uma reduzida autonomia em relação às condições naturais da topografia. Pelo contrário, se algum projecto arquitectónico prévio existiu, este terá compreendido um forte compromisso em relação aos condicionalismos impostos pelo terreno. Esta imposição, contudo, terá sido bem aceite, já que as características topográficas do sítio terão estado entre os critérios que levaram à escolha do local.

Assim, na edificação destas estruturas existiu um aproveitamento da organização natural do espaço, determinada por três grandes penedos, em média com 5 a 6 m de altura nos pontos mais elevados. No seu conjunto, estes penedos definem uma espécie de U, com a abertura virada a Sul, onde foram construídas duas muralhas que fecham este espaço. A Nordeste manteve-se uma abertura, virada ao vale da ribeira da Muxagata, que não foi protegida por qualquer construção, uma vez que o acentuado declive dos afloramentos e da vertente tornam, de forma natural, o acesso extremamente difícil. A Noroeste, outra abertura entre os penedos foi protegida por uma pequena muralha, que se prolongaria sobre os referidos penedos sob a forma de parapeito (Sector H).

A muralha principal (M1) corresponde a uma potente estrutura de orientação sensivelmente SE - NO, que delimita o recinto interior a Sul. A sua espessura vai aumentando de NO, onde é de cerca de 2 m, para SE, onde atinge os 3.40 m, facto que a torna numa das mais espessas conhecidas no Ocidente peninsular no período em questão (Anexo 4 – Estampas 3 e 8). Esta estrutura foi construída através da colocação horizontal de pedras e lajes de granito, envoltas numa matriz de terras amareladas, arenosas e muito pouco compactadas. A existência de grandes derrubes internos e externos, assim como a sua espessura, apontam para que a sua altura fosse elevada, atingindo possivelmente o topo dos penedos (3 a 4 metros)[1].

Sensivelmente a meio desta muralha, foi identificada uma porta (P1), constituída por uma interrupção perpendicular à estrutura, com uma largura de cerca de 1.20 m. As suas paredes são constituídas por lajes de granito colocadas na vertical. Ao centro desta entrada, e depositada na horizontal, encontra-se uma outra laje que terá funcionado como uma

[1] Note-se que as ruínas destas estruturas serviram de fonte de matéria prima durante as reocupações medievais do sítio e nos muros de divisão de propriedade e das estruturas da vizinha Quinta do Crasto.

espécie de soleira da porta. Apresenta uma configuração sub-quadrangular, onde foram gravadas nove covinhas, oito das quais parecem revelar uma disposição estruturada[2].

No extremo NE existem vestígios de uma estrutura de tipo bastião semicircular que, arrancando da M1, curva até encostar ao grande penedo. Seria uma estrutura aparentemente oca, que se encontra bastante danificada pelas escavações antigas realizadas no local. A presença de grandes blocos graníticos *in situ* apoiando, pelo interior, a base da estrutura evidencia uma solução construtiva também presente em partes do restante traçado de M1: a colocação de grandes blocos na base, servindo de suporte para a elevação da parede constituída por pedras e lajes dispostas horizontalmente.

Paralelamente a M1, pelo exterior, foi construído um segundo troço de muralha (M2) que, escavado na totalidade, apresenta 12 m de comprimento. Este troço revelou-se em pior estado de conservação, atingido o máximo de 1.80 m de espessura e cerca de 50 cm de altura. A sua edificação teve por objectivo dificultar e controlar o acesso à porta presente em M1, obrigando ao percurso de um estreito corredor entre as duas estruturas.

Esta construção inicia-se a 1.5 m da Porta 1, com três grandes blocos graníticos a partir dos quais se estrutura a parede da muralha através da colocação horizontal de pedras e lajes de granito, envoltas numa matriz de terras amareladas. Daqui, o troço segue na direcção sudeste, correndo de forma paralela a M1. A face interna é revestida por lajes dispostas verticalmente, formando a parede sul do corredor assim constituído. Esta segunda muralha termina a meio do troço Este da M1, formando uma face de topo. Aí, visando estreitar a entrada (designada por Porta 2 - P2), foi anexado a M1 uma pequena estrutura de planta triangular (Anexo 4 – Estampas 4 e 9).

Em termos estratigráficos, verifica-se que parte do traçado de M2 se sobrepõe a um solo de ocupação da Fase I. Esta situação, aliada à circunstância de o reforço da Porta 2 encostar à face externa de M1 e de se terem recolhidos alguns fragmentos cerâmicos nas terras que servem de matriz à muralha exterior, aponta para que M2 tenha sido construída num momento posterior à construção e funcionamento inicial de M1. Contudo, o facto de, nessa área os depósitos correspondentes à Fase II englobarem já alguns derrubes de M2, parece indiciar que esta estrutura é ainda construída na Fase I, eventualmente num momento final.

No interior do recinto identificaram-se vários depósitos e estruturas relativas à ocupação e actividades desenvolvidas neste espaço. O recanto oeste do recinto funcionou como área multifuncional de intensa ocupação, onde se construiu um lajeado adossado à extremidade de M1, um pequeno empedrado (eventualmente relacionado com a moagem) e um pequeno alinhamento pétreo que aparenta delimitar a Norte este espaço, enquanto que

[2] As covinhas foram realizadas por abrasão, num movimento circular.

uma reentrância sob o penedo era aparentemente utilizada como vazadouro de detritos. Do lado Leste, onde se identificou uma cabana e alguns alinhamentos pétreos, a menor potência dos depósitos e a menor densidade de materiais, revelavam uma ocupação de menor intensidade (Anexo 4 – Estampa 12).

Na **Fase II** observam-se já os primeiros derrubes das estruturas defensivas, não existindo sinais claros de reconstruções, embora a reutilização de alguns dormentes na muralha sugira pequenas reparações, não localizáveis em termos de faseamento. Contudo, as estruturas continuavam em funcionamento, tendo-se mantido o corredor de acesso desimpedido.

No interior do recinto são edificadas duas cabanas e assiste-se a algumas remodelações, surgindo um empedrado no lugar de uma antiga cabana. A densidade de ocupação é agora homogénea e mais intensa por todo o recinto onde se formaram depósitos (resultando numa maior quantidade e densidade de materiais arqueológicos).

A **Fase III** é marcada pelo abandono deste recinto e possivelmente do povoado, correspondendo aos depósitos mais superficiais, que se formaram até ao presente. Os materiais recolhidos documentam uma reocupação medieval do sítio (Silva, 1999), que terá sido responsável por alguns revolvimentos e mistura de materiais da ocupação pré-histórica com materiais medievais nesses níveis superiores e pela construção de algumas estruturas pétreas e telheiros. Alguns fragmentos cerâmicos integrados nestes derrubes apontam para uma cronologia possivelmente do Bronze Final, sugerindo que o local, mais que ocupado, terá sido visitado durante aquele período.

Em 2004 realizaram-se novos trabalhos arqueológicos no Castro de Santiago, enquadrados numa acção de conservação e restauro realizada no âmbito do plano de valorização de sítios do circuito arqueológico de Fornos de Algodres[3]. Os trabalhos incidiram na zona Oeste de acesso ao povoado (Sector I), onde um extenso derrube havia sido interpretado como uma segunda linha amuralhada que delimitava o recinto exterior (Valera, 1997) e numa zona de sedimentação na extremidade Sul deste segundo recinto (Sector J). O objectivo desta intervenção visava compreender aquela estrutura de delimitação, caracterizando-a e definindo os parâmetros cronológicos para a sua fundação e abandono, procurando estabelecer a sua relação com o faseamento construído para o recinto interior, assim como procurar identificar contextos preservados que permitissem lançar alguma luz sobre a natureza deste segundo recinto. A área escavada no Sector I foi de 28m^2 (7x4), abrangendo um espaço suficientemente ampla que possibilitasse abarcar um troço da estrutura entre um grande penedo (a que encostava) e uma área de afloramento do

[3] Trabalhos dirigidos pelo signatário em co-direcção com João Rebuge (escavação arqueológica) e Pedro Braga (conservação e restauro) e adjudicados à empresa Era Arqueologia, S.A.

substracto rochoso (por erosão da estrutura), enquanto no Sector J se sondou uma área de 6 m^2 (Anexo 4 – Estampas 6, 13 e 14).

No troço intervencionado no Sector I a estrutura amuralhada (Muralha 4 – UE301) encostava a Norte a um penedo granítico (UE 312), assentando directamente sobre um afloramento (UE 304) e, na zona de contacto deste com o referido penedo, num depósito de areão de granito (UE 307) arqueologicamente estéril. Apresentava uma largura máxima de cerca de 1,3 metros e 4 metros de comprimento, prolongando-se para Norte (encostada pelo lado interno do penedo) e para Sul, a seguir ao afloramento, exposto por erosão da própria estrutura naquele ponto. Está conservada uma altura máxima de cerca de 80 cm. A sua construção processou-se pela colocação na base, pelo lado exterior, de blocos de granito de maiores dimensões, sendo o restante corpo construído com pedras, frequentemente achatadas, sobrepostas em fiadas, numa matriz de sedimentos arenosos e amarelados (semelhantes ao areão de base). Esta técnica permitia uma maior solidez da base e possibilitava vencer a pendente do terreno, garantindo maior estabilidade à estrutura. A mesma técnica já havia sido registada em zonas da muralha do recinto interior e no outro recinto fortificado desta rede local de povoamento (Fraga da Pena).

Na extremidade Norte deste troço, aproveitando o penedo, foi identificada uma porta (Porta 3 – UE313). É estruturada a Sul por uma laje vertical (UE 310), que encosta ao pano de muralha, e a Norte por um conjunto de pedras e de uma laje na vertical (UE 309) que, por sua vez, encostam ao penedo granítico. No meio da entrada o chão era revestido por uma laje de granito (UE 311) com cerca de 60 cm de comprimento por 40 cm de largura, colocada transversalmente na zona de passagem. Assim, também a estruturação da entrada segue os preceitos construtivos presentes na porta do recinto interior (Porta 1): a abertura do pano de muralha é revestida por lajes verticalizadas em ambos os lados e pela colocação de uma laje a servir de soleira.

Um primeiro momento de ruína desta estrutura está consubstanciado no derrube UE 305. Trata-se de um depósito de sedimentos amarelados, idênticos aos da matriz da parte preservada da estrutura, e de inúmeras pedras e lajes de granito, a maioria sem estruturação aparente. Algumas apresentavam-se inclinadas a partir do topo da parte conservada da estrutura, próximo do seu lugar de origem. Este depósito de derrube formou-se pelo interior e pelo exterior da estrutura e preencheu o espaço de entrada. No seu interior integrava alguns (poucos) materiais arqueológicos, nomeadamente fragmentos cerâmicos, correspondentes à ocupação calcolítica do sítio. A sua formação terá sido relativamente próxima do abandono da estrutura, eventualmente correspondente ao abandono final da ocupação do sítio em meados do 3º milénio AC.

Este derrube foi posteriormente envolvido e parcialmente coberto por um outro depósito (UE 303), no qual se registaram, apara além de alguns escassos materiais calcolíticos, alguns fragmentos cerâmicos pertencentes a um recipiente de bordo denteado de cronologia mais tardia (eventualmente do Bronze Final). Alguns fragmentos semelhantes, possivelmente do mesmo recipiente cerâmico, haviam sido recolhidos no topo dos derrubes da muralha do recinto interior (Valera, 1997a: estampa XLVII).

Finalmente, estas realidades eram cobertas por uma camada de terras escuras (devido aos vários incêndios a que o sítio esteve sujeito nas últimas décadas) e muitas pedras soltas (algumas de grandes dimensões) com um disposição caótica (UE300), com origem em revolvimentos produzidos sobre os derrubes antigos. Integrava materiais de construção (telha de meia cana) que poderão corresponder à ocupação medieval detectada no recinto interior. Foi também possível registar materiais inequivocamente datáveis do séc. XX ou XXI, bem como fragmentos de cerâmica manual calcolítica e um bordo denteado, correlativo dos materiais cerâmicos similares recolhidos no depósito UE 303.

De salientar que o acesso contemporâneo ao interior do sítio passava sobre os derrubes desta estrutura. Essa passagem, que provocava uma ligeira depressão e uma maior erosão no aglomerado caótico de pedras visíveis à superfície, situava-se precisamente sobre a localização da porta pré-histórica, facto que parece demonstrar a manutenção de caminhos e de áreas preferenciais de acesso ao topo do cabeço até ao presente. Neste sentido, alguns penedos que marginam o actual trilho de aproximação a esta estrutura, poderão ter sido ali intencionalmente colocados, como marcadores de um caminho que conduzia à entrada do espaço cercado. Esta possibilidade poderá ser reforçada pela presença de um grande monólito tombado paralelamente a uma parte do troço da muralha, a cerca de 50 cm desta e junto à entrada identificada. Este monólito era parcialmente coberto por terras e pedras do depósito superficial UE300 e era encostado, no seu lado virado à muralha, pelos derrubes mais antigos, o que revela que a sua posição actual não lhes é posterior. Embora não se tenham identificado vestígios de qualquer estrutura de tipo coroa de assentamento, é possível colocar a hipótese deste monólito se encontrar verticalizado, sinalizando a entrada. Outra possibilidade, de carácter mais técnico, seria a de este monólito constituir o lintel superior da porta. Todavia as suas dimensões e peso parecem ser demasiado elevadas para a forma com está estruturada a entrada, que, podendo suportar uma laje de cobertura mais leve (mais fina e menos comprida), dificilmente sustentaria o monólito em causa.

A escavação de 2004 no Sector I veio confirmar a hipótese anteriormente avançada, relativa à possibilidade de estarmos em presença de uma segunda linha delimitadora de um recinto de cronologia calcolítica, coeva do recinto interior. Os processos construtivos são os

mesmos, quer nas soluções técnicas adoptadas para a elevação das paredes e estruturação das entradas, quer no aproveitamento dos penedos e de outras pré existências, como diaclases e afloramentos. Comparativamente, contudo, este troço escavado revela uma estrutura menos imponente em termos de dimensões, contrastando largamente com os cerca de 3 m de largura que a muralha interior apresenta. Neste aspecto, aproxima-se das dimensões da muralha 2, a qual tinha como principal função dificultar o acesso à porta de entrada no recinto central.

Este recinto é definido a Oeste pelo troço da muralha 4, a Este pela muralha 5 e a Sul pela muralha 6. Estas duas últimas ainda não foram intervencionadas, mas os seus derrubes superficiais e o aproveitamento que fazem dos penedos e afloramentos, sugerem soluções arquitectónicas semelhantes às das estruturas já escavadas.

No espaço abrangido pela sondagem de 2004 não foi possível documentar a presença de qualquer depósito ou solo que evidenciasse uma área de actividade ou área habitacional, o que se poderá verificar pelo espaço intervencionado não se prolongar muito para além do local de implantação da muralha e de um local de passagem como o de acesso a uma porta. Todavia, a sondagem realizada em 1990 no Sector D documentou um nível de ocupação de uma espaço entre a estrutura agora escavada e os penedos que, a Oeste, delimitam o recinto Norte.

No sentido de identificar novos contextos preservados que permitissem uma aproximação à natureza da ocupação do recinto exterior foi realizada uma sondagem num dos poucos espaços a sul do recinto que aparentavam ter uma potência de sedimentação mais significativa. Aí (Sector J), foi aberta uma sondagem de diagnóstico onde, à superfície, eram visíveis uma série de lajes de granito com uma disposição aparentemente circular, em torno de uma fossa com aparência recente. A escavação revelou uma estratigrafia simples e sem contextos arqueológicos preservados. As lajes assentavam no depósito superficial (não se prolongando em profundidade), constituído por terras soltas, de coloração castanha, com raízes abundantes (UE 350), forneceu alguns fragmentos de cerâmica manual (escassos) e alguns fragmentos de telha. Este depósito, com espessura máxima de 20 cm (diminuindo para Oeste), era cortado pela já referida fossa (UE 351) que atingia o areão de granito de base, sendo preenchida por um depósito escuro e arenoso, com "línguas" argilosas, alguns carvões e alguns fragmentos de telha (UE 352). Sob este depósito (UE 350) cobria um outro, mais arenoso e compacto [353], que só foi escavado na extremidade Oeste. Revelou-se arqueologicamente estéril. Assentava directamente no substracto rochoso constituído por areão de granito (UE 354).

Assim, no Sector J não foram detectados quaisquer vestígios arqueológicos conservados, o que a juntar aos escassos dados fornecidos pela sondagem realizada

anteriormente no Sector D e à ausência de depósitos de ocupação no Sector I, dificulta a abordagem à natureza da ocupação do segundo recinto.

3.3 A COMPONENTE ARTEFACTUAL

Os conjuntos artefactuais são compostos pelas categorias de recipientes cerâmicos, indústria lítica talhada, pedra polida, moagem, tecelagem e raros elementos de adorno. Elementos directamente conectáveis com o sagrado, metais e evidências de metalurgia estão ausentes. Não se registaram diferenças significativas na cultura material entre as duas fases definidas no recinto interior, mas observou-se aumento significativo em todas as categorias na Fase II, evidenciando, juntamente com a maior homogeneização da ocupação do espaço, uma maior da intensidade de ocupação. Os materiais provenientes das intervenções no recinto exterior são em número muito reduzido, mas apresentam total identidade com os registados no recinto interior.

3.3.1 Os Materiais Cerâmicos

As cerâmicas dominam. No total dos materiais registados nas duas fases do recinto interior (Anexo 2 - Quadros 2-1 e 2-2) foi possível reconstituir as formas de 815 recipientes, dos quais 61 (7,5%) apresentavam decoração (e aos quais se reúnem mais 115 fragmentos decorados que não permitiram atribuição morfológica). Foram reconhecidos nove tipos (Anexo 2 - Quadro 2-3): Taças (rasas, fundas e de bordo espessado internamente); Tigelas (rasas, intermédias, fundas, fechadas e de bordo invertido); Esféricos (simples e de bordo ligeiramente exvertido); Globulares (simples ou de colo esboçado, de colo cilíndrico, de colo estrangulado, de colo troncocónico); Vaso fundo de bordo exvertido; Recipientes "tipo saco"; Vaso de armazenagem; Mini vasos; Taça de carena alta e bordo exvertido. As tigelas são predominantes (cerca de 50%), seguindo-se as taças, os esféricos e os globulares (com percentagens entre os 10 e os 20%), sendo os restantes formas muito pouco representativas (Anexo 2 - Quadros 2-4; Gráficos 2-1 a 2-3). No que respeita a tamanhos, verificou-se que a grande maioria dos recipientes, correspondendo a taças, tigelas e esféricos, apresentavam capacidades entre os 51 e os 4000 cm^3, com excepção dos recipientes globulares, cujos volumes se enquadram dominantemente entre os 4000 e os 12000 cm^3 (Anexo 2 - Quadros 2-6 e 2-7; Gráficos 2-4). O aparelho cerâmico, assim organizado, apresenta um carácter marcado pela reduzida variedade e simplicidade formal, dominando as formas abertas sobre as fechadas (Anexo 2 - Quadro 2-5).

No que respeita às características tecnológicas desta produção cerâmica, foi feita uma análise geral macroscópica que revelou também uma grande homogeneidade (Anexo 2 - Quadro 2-8). As pastas são sobretudo de consistência média, embora seja de destacar a ocorrência de pastas bastante compactas. As texturas são dominantemente xistosas,

estando as granulares também bem representadas. Destaque ainda para a ocorrência de texturas homogéneas, normalmente relacionadas com as consistências compactas. Os elementos não plásticos, de proveniência local (quartzos, feldspatos e micas) são geralmente de granulometria média, surgindo por vezes finos e, com menor frequência, grosseiros, facto que garante a boa consistência das pastas, que são, de um modo geral, de qualidade. As cozeduras repartem-se, com percentagens semelhantes, entre redutoras e oxidantes, alternando-se o predomínio de umas e outras nas várias formas, mas quase sempre com percentagens relativamente próximas. O tratamento específico das superfícies varia, mas o dominante é o polimento das superfícies interna e externa, ou só de uma delas, surgindo o brunimento e o engobe com percentagens nunca superiores a 6%. A maioria dos recipientes apresentaria, assim superfícies simplesmente alisadas. Na globalidade não existe uma variação significativa das pastas com as formas, embora alguns dos seus componentes variem, naturalmente, com o tamanho, como é o caso dos elementos não plásticos, que mostram uma tendência a engrossar com o aumento dos volumes dos recipientes e da espessura das paredes.

Esta abordagem macroscópica, permitindo uma descrição genérica de determinados aspectos tecnológicos, produziu resultados pouco precisos e extremamente limitados, situação que só estudos arqueométricos permitiriam ultrapassar. Acresce que a análise descritiva macroscópica não permite abordar questões relacionadas com as fontes de matéria prima e as problemáticas relacionadas com a produção local / importação de recipientes cerâmicos. Assim, com o objectivo de aprofundar a análise das tecnologias de produção cerâmica nos contextos que serviram de base ao presente trabalho, promoveu-se um projecto cuja componente arqueométrica viria a ser desenvolvida pelo Instituto Tecnológico e Nuclear[4]. Este projecto permitiu a construção de um quadro de dados de base empírica que possibilita, conjuntamente com os estudos tipológicos de base morfológica e funcional, a utilização da componente tecnológica na caracterização do equipamento cerâmico (e das relações sociais que lhe subjazem) e nas estratégias de aprovisionamento de matéria-prima ao longo do 3º milénio AC no território em apreço (Dias *et* al, 2000; Dias *et* al, 2002; Dias, Valera e Prudêncio, 2005).

Colocando a ênfase nas problemáticas da continuidade e da inovação ao longo do período considerado, esta abordagem visou, através de uma amostragem creteriosamente estabelecida, a caracterização das tecnologias e da organização da produção de recipientes cerâmicos, a determinação dos recursos disponíveis e das estratégias adoptadas para a sua

[4] Pelo grupo Património Cultural e Ciências, sob responsabilidade de Mª Isabel Dias e Mª Isabel Prudêncio. O projecto, co-financiado pela FCT, intitulava-se "Proveniência e Tecnologias de Produção das Cerâmicas do Povoados Pré-Históricos da Área de Fornos de Algodres".

exploração, o estabelecimento de novos critérios de avaliação das problemáticas da interacção e da tradição.

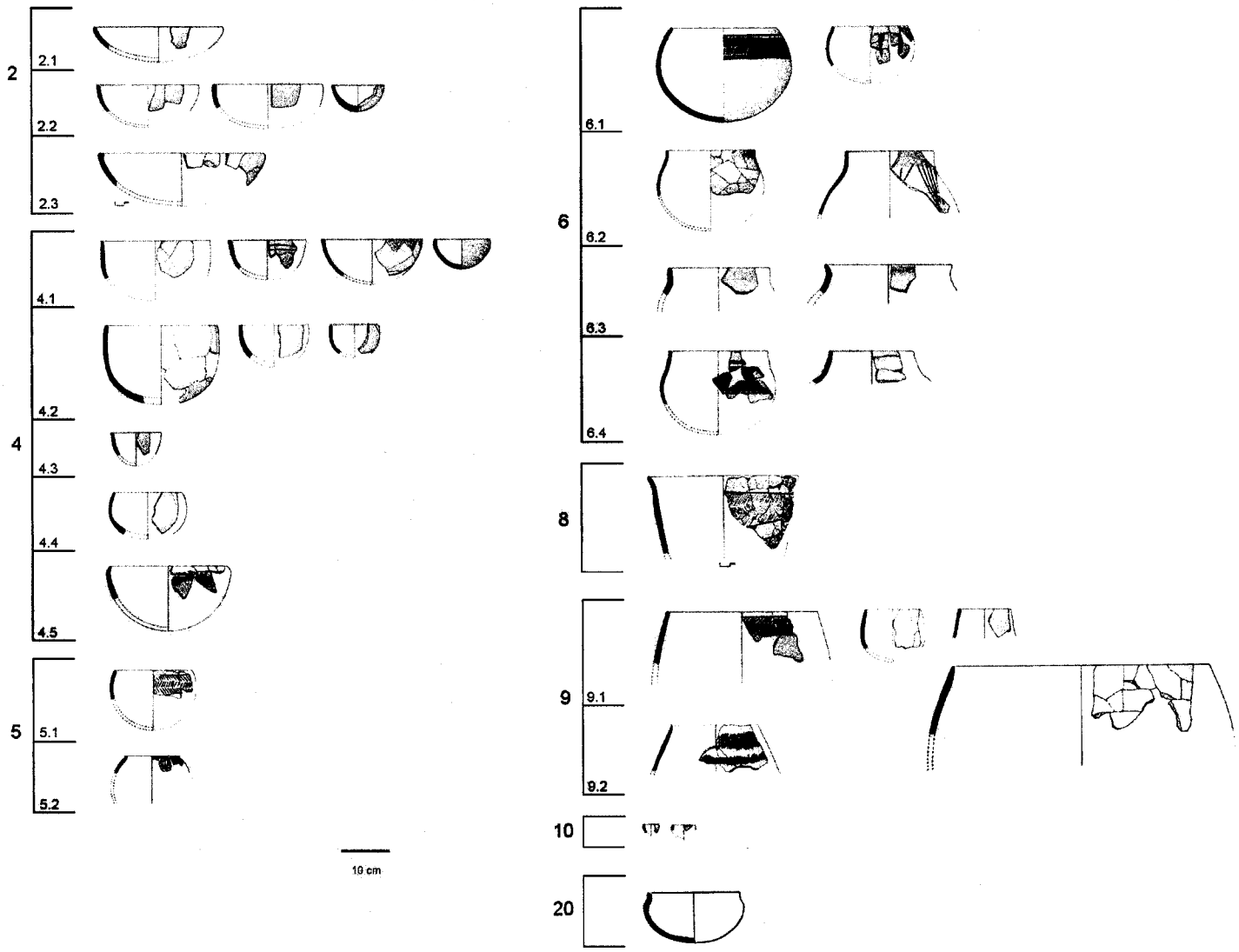


Figura 3-1 – Tabela morfológica dos recipientes cerâmicos do Castro de Santiago

Neste estudo foram amostrados os conjuntos cerâmicos do Castro de Santiago, Malhada, Quinta da Assentada e Fraga da Pena. A selecção das amostras tomou como critérios a diversidade tipológica de cada conjunto cerâmico (nalguns casos acrescentou-se a análise das pastas de outros artefactos cerâmicos, como os pesos de tear) e os diferentes sectores e fases de ocupação de cada sítio. A metodologia utilizada foi a análise química e mineralógica das pastas dos fragmentos cerâmicos e de amostras de argilas locais, realizadas respectivamente por activação neutrónica e por difracção de Raios-X, assim como se efectuaram lâminas polidas para observação por microscopia óptica.

Para além da amostragem dos conjuntos cerâmicos, e com o objectivo de caracterizar as matérias primas localmente disponíveis, foram analisadas 28 amostras recolhidas nos diferentes contextos geológicos da área de estudo (Capítulo 2 - Figura 2-9). As matérias primas disponíveis localmente são, no que à produção cerâmica diz respeito, argilas resultantes de diferentes estados de alteração de granitos (7 amostras), de filões apelito-pegmatitos (4 amostras), de filões de dolerito (14 amostras) e de xistos (3 amostras).

Uma vez que um dos principais objectivos deste estudo é permitir uma comparação entre os vários contextos analisados, a apresentação geral de resultados será realizada no Capítulo 8, no ponto dedicado à abordagem comparada da cultura material dos vários sítios. Aqui serão apenas referidas as linhas de força dos resultados obtidos relativamente às cerâmicas do Castro de Santiago.

Assim, no que respeita a este contexto, foram analisadas 53 amostras representando as morfologias mais características do sítio (taças, tigelas, esféricos e globulares) com e sem decoração. Aos fragmentos cerâmicos reuniram-se ainda algumas amostras de pesos de tear. Os resultados nas análises químicas e mineralógicas evidenciaram um predomínio do recurso a argilas de alteração de granitos e, com ocorrência pontual, a argilas de alteração de filões doleríticos, com adição diferenciada de têmpera de origem granítica. Os elementos não plásticos revelam uma heterogeneidade granulométrica e uma distribuição irregular que evidenciam uma ausência de preocupação com a sua moagem e cuidada mistura com a argila no sentido da obtenção de pastas mais homogéneas. Estas matérias primas encontram-se disponíveis nos territórios de exploração imediata do Castro de Santiago, por exemplo na vale da Ribeira de Vila Chã, a distâncias de 1000 e 2000 metros respectivamente.

As diferentes morfologias, os recipientes decorados e os pesos de tear não revelam padrões tecnológicos e de abastecimento de matérias primas diferentes entre si. As temperaturas de cozedura parecem ter sido baixas, não ultrapassando os 600ºC. Tratam-se, pois, de produções essencialmente locais, tendo sido identificados dois *outleirs*, os quais poderão reflectir situações pontuais de recepção de recipientes ou de matérias primas alógenas ou não referenciadas na amostragem geológica local.

A produção cerâmica do Castro de Santiago reveste-se essencialmente de grande auto-suficiência, baseada numa produção local que não evidência particulares cuidados e investimentos na manufactura destes artefactos, cuja utilização primária se relacionaria essencialmente com actividades de uso quotidiano doméstico: cozinha, consumo de alimentos sólidos e líquidos, armazenamento (menos representativo). Embora os recipientes, de acordo com a sua morfologia e tamanho, possam ser preferencialmente relacionados com determinadas funcionalidades dentro deste quadro de utilização, o

aparelho cerâmico, dada a sua simplicidade, apresenta uma potencial polivalência funcional, revelando que não existiriam complexos constrangimentos sobre a morfologia por parte das funções a que se destinavam os recipientes.

Por outro lado, os recipientes cerâmicos, como qualquer artefacto, constituem-se igualmente como mecanismos de comunicação socialmente activos. Este seu potencial em termos de linguagem simbólica (Hodder, 1986; Sackett, 1990), conjugado ou não com funções específicas, manifesta-se não só através da morfologia, mas também da sua decoração. A representatividade das cerâmicas decoradas é, no Castro de Santiago, de 7.5% em termos globais, sendo de 6.5% na Fase I e aumentando para 8,2% na Fase II. As formas mais decoradas são as tigelas, os esféricos, os globulares e os recipientes tipo saco, sendo predominantes os recipientes fechados (68,9%), que em termos morfológicos são minoritários (Anexo 2 - Quadros 2-10 e 2-11).

A tendência para uma decoração dominante em recipientes fechados, foi relacionada com o facto de estas morfologias proporcionarem uma maior visibilidade às decorações, as quais são maioritariamente restritas à zona abaixo do bordo. A presença de decorações abrangentes é claramente vestigial.

As estilísticas decorativas não são muito variadas, existindo um número relativamente restrito de organizações e de motivos.

Globalmente, foram definidas as seguintes organizações-tipo:

Grupo	Subgrupo	Variante	Descrição
A			**Organização de tendência horizontal e localização restrita, tendo como motivo base a canelura incisa e, num caso isolado, uma linha pintada.**
		1	Uma canelura fina abaixo do bordo.
		2	Uma canelura larga abaixo do bordo.
		3	Duas caneluras finas abaixo do bordo.
		4	Três caneluras abaixo do bordo, formando um banda interrompida.
		5	Duas caneluras muito largas abaixo do bordo.
		6	Linha larga pintada.
		7	Duas linhas horizontais interrompidas, formadas por um "tracejado".

			Organização de tendência dominantemente horizontal e restrita, podendo por vezes ser mais abrangente da parede do recipiente. Tem como motivo base a "espinha" obtida através de traços incisos diagonais convergentes ou puncionamentos alongados do tipo "falsa folha de acácia". Este motivo base pode ser ou não enquadrado por caneluras. Excepcionalmente podem apresentar uma tendências verticais.
			Organização em que os motivos espinhados se apresentam de forma simples e com uma tendência horizontal.
	BB	1	Banda de espinhado formada por três faixas de traços diagonais convergentes.
			Organização em que os motivos espinhados, com igual tendência horizontal, são enquadrados (em cima ou em cima e em baixo) por caneluras ou se apresentam cortados na horizontal por traços incisos.

B	**BA**	1	Banda de espinhado formada por três faixas de traços diagonais convergentes, delimitada em cima por uma canelura.
		2	Banda de espinhado formada por quatro faixas de traços diagonais convergentes, delimitada em cima por duas caneluras.
		3	Motivo espinhado horizontal formado por três faixas de traços diagonais convergentes, delimitado em cima por uma canelura e em baixo por outra.
		4	Motivo espinhado horizontal formado por duas faixas de traços diagonais convergentes, delimitado em cima por uma canelura e em baixo por outra.
		5	Motivo espinhado horizontal formado por duas faixas de traços diagonais convergentes, delimitado em cima por duas caneluras e em baixo por outras duas.
		6	Banda de espinhado formada por quatro faixas de traços diagonais convergentes, delimitada em cima por três caneluras largas e em baixo por três caneluras finas. A faixa de espinhado é horizontalmente dividida ao meio por uma linha incisa.
		7	Mínimo de duas bandas de espinhados delimitadas por linhas incisas nas extremidades.
	BC		Organizações de motivos espinhados que conjugam a tendência horizontal com a vertical.
		1	Duas bandas de espinhado formadas por três faixas de traços diagonais convergentes, delimitada em cima e em baixo por caneluras. São cortadas e unidas por uma banda vertical de espinhado de quatro faixas de traços diagonais convergentes, delimitada de cada lado por uma canelura.

C			**Organização horizontal, restrita ou de tendência abrangente, que tem como motivo básico o xadrez obtidos por traços diagonais que se cruzam, o qual pode aparecer de forma simples ou conjugado com caneluras.**
	CA		Bandas de xadrez enquadradas por caneluras.
		1	Duas banda de xadrez delimitadas por caneluras.
		2	Banda de xadrez delimitada na parte superior por uma canelura (parte inferior indeterminada)
		3	Banda de xadrez delimitada em cima por uma canelura larga caneluras (parte inferior indeterminada).
	CC		Bandas de xadrez simples.
		1	Uma banda de xadrez.
		2	Banda larga de xadrez seguida de uma mais fina.

D			**Organização de tendência horizontal em que o motivo base são os triângulos pendentes lisos ou preenchidos, podendo ou não estar associados a caneluras.**
	DD		Triângulos pendentes lisos ou preenchidos.
		1	Triângulos incisos pendentes sucessivamente preenchidos por outros triângulos incisos.
		2	Triângulos incisos pendentes longos sucessivamente preenchidos por outros triângulos incisos.
		3	
		4	Triângulos incisos pendentes lisos.
		5	Triângulos incisos pendentes preenchidos por puncionamentos, delimitados por uma faixa quebrada que de traços incisos e duas linhas de puncionamentos.
		6	Triângulos incisos pendentes preenchidos por bandas de traços verticais.
		7	Dois triângulos incisos unidos por vértices e preenchidos a ponteado. O ponteado evidencia restos de preenchimento a pasta branca. Limites superior e inferior indeterminados. Poderá corresponder a um motivo integrável na iconografia da "cerâmica simbólica" calcolítica característica das áreas mais meridionais.
		8	
		9	Triângulo inciso com puncionamentos de matriz triangular no interior e no exterior. Limites superior e inferior indeterminados.
		10	Triângulos incisos preenchidos parcialmente por puncionamentos laterais.
		11	Triângulos incisos pendentes preenchidos por puncionamentos laterais arrastados. Limite superior indeterminado.
		12	Triângulos incisos pendentes preenchidos por traços diagonais. Limite superior indeterminado.
	DA		Triângulos incisos pendentes lisos ou preenchidos delimitados por caneluras.
		1	Triângulos incisos pendentes lisos delimitados superiormente por uma canelura.
		2	Triângulos incisos pendentes lisos delimitados superiormente por um mínimo de quatro caneluras.
		3	Triângulos incisos pendentes preenchidos por ponteado delimitados superiormente por uma canelura. O ponteados podem apresentar restos de preenchimento a pasta branca.
		4	Triângulos incisos pendentes preenchidos por puncionamentos diagonais delimitados superiormente por uma canelura.
		5	Triângulos incisos pendentes sucessivamente preenchidos por outros triângulos incisos, delimitados superiormente por uma canelura.

	DF	1	Triângulos incisos preenchidos por puncionamentos, delimitados superiormente por duas linhas de puncionamentos.
	DFA	1	Triângulos incisos preenchidos por puncionamentos, delimitados superiormente por duas linhas de puncionamentos e por uma canelura.

			Organizações em faixas de tendência vertical paralelas.
E		1	Faixas de ponteado delimitada lateralmente por linhas incisas (limites superior e inferior indeterminados).
		2	Faixas de espinhado delimitadas superiormente por, pelo menos, uma linha incisa.

			Organizações de tendência horizontal à base de bandas de linhas de impressões realizadas com punções ou matrizes, podendo ou não ser delimitadas por caneluras.
			Bandas de impressões delimitadas por caneluras.
	FA	1	Banda de duas linhas de puncionamentos diagonais delimitadas superiormente por uma canelura larga.
			Bandas de impressões realizadas com punções e matrizes.
		1	Banda de pelo menos uma linha de impressões trapezoidais (limites superior e inferior indeterminados).
		2	Banda de puncionamentos arrastados realizados por punção chato.
		3	Banda de duas linhas de impressões com matriz de tendência curva.
		4	Banda com mínimo de duas linhas de impressões a pente lateral (limites superior e inferior indeterminados).
		5	Banda com duas linhas de impressões a matriz irregular.
		6	Banda interrompida de três linhas de impressões com espátula de ponta curva arrastada.
		7	Banda com três linhas de impressões arrastadas realizadas por punção chato.
		8	Banda com mínimo de três linhas de impressões a espátula de ponta curva arrastada (limites superior e inferior indeterminados).
		9	Banda com de três linhas de impressões em forma de quarto minguante.
		10	Banda de quatro linhas de impressões trapezoidais.
	FF	11	Banda interrompida com quatro linhas de impressões a punção chato arrastado.
		12	Banda com mínimo de cinco linhas de impressões ponteadas (limites superior e inferior indeterminados).
F		13	Banda vertical conjugada com uma horizontal de linhas de impressões ponteadas (limites superior e inferior indeterminados).
		14	Banda de duas linhas de puncionamentos (limite inferior indeterminado.
		15	Banda com mínimo de uma linha de impressões com matriz (limites superior e inferior indeterminados)
		16	Banda com mínimo de uma linha de impressões com matriz (limites superior e inferior indeterminados)
		17	Banda com duas linhas de impressões a punção arrastado, ligadas por uma linha diagonal com a mesma técnica (limites superior e inferior indeterminados).

			Organizações de tendência horizontal à base de bandas de traços verticais/diagonais simples ou delimitadas e/ou cortadas por linhas horizontais, delimitadas ou não por caneluras.
			Bandas de traços incisos verticais simples ou delimitadas e/ou cortadas por linhas horizontais
		1	Banda de traços verticais delimitados por duas linhas horizontais.
		2	Duas bandas de traços verticais delimitados por linhas incisas.
	HH	3	Banda de traços verticais cruzada a meio por linha incisa.
		4	Banda de traços verticais (limites superior e inferior indeterminados).
H		5	Banda de traços diagonais (limites superior e inferior indeterminados).
		6	Banda de traços formando "Y".
			Bandas de traços verticais delimitadas, delimitadas por caneluras.
		1	Banda de traços incisos verticais cortada por linha incisa e delimitada em cima por uma canelura larga.
		2	Banda de traços incisos verticais delimitada em cima por canelura.
	HA	3	Banda de traços formando "Y" delimitada em cima por canelura.

I	**Organizações à base de motivos penteados levemente ondulantes.**

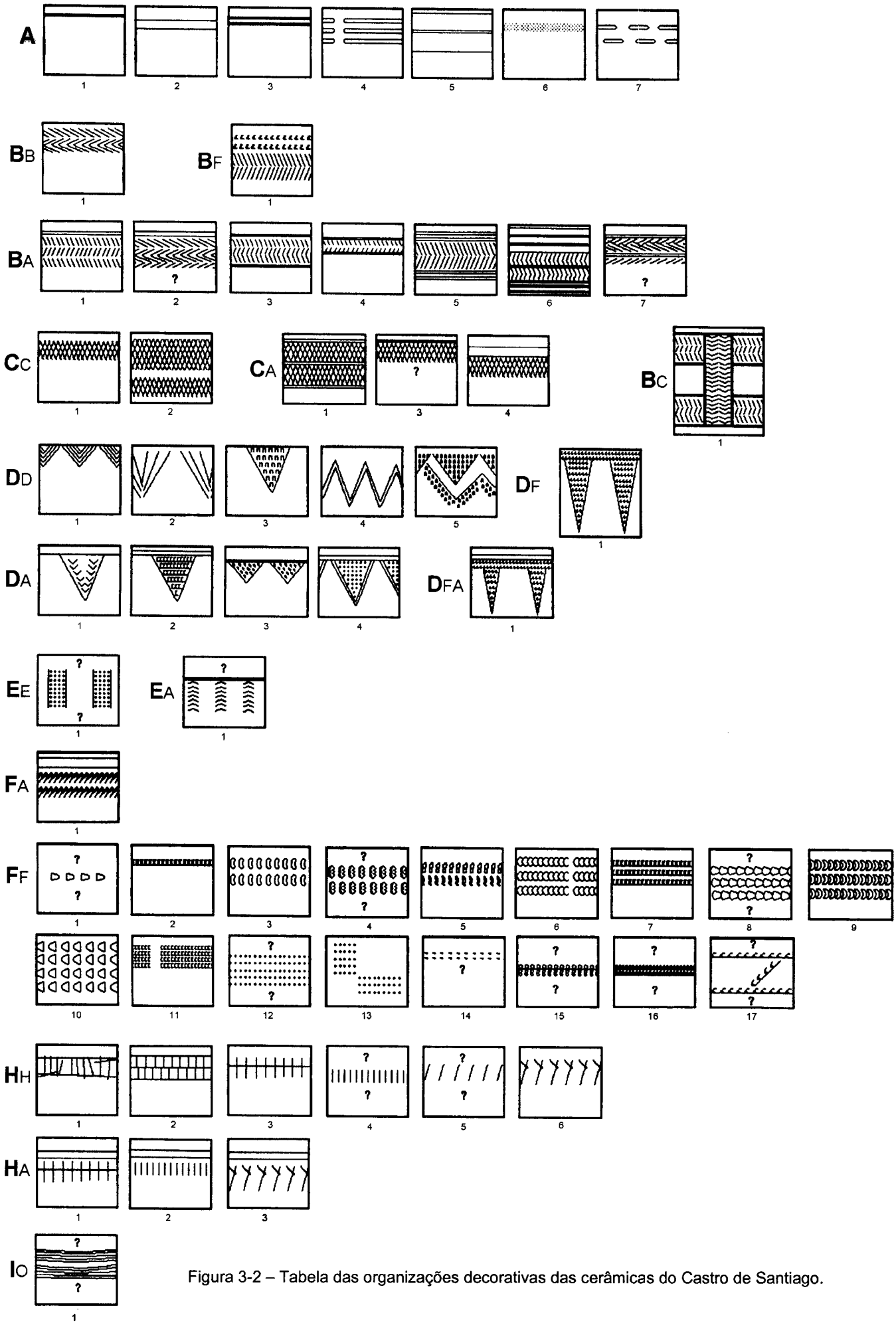


Figura 3-2 – Tabela das organizações decorativas das cerâmicas do Castro de Santiago.

Em termos do faseamento estabelecido, verificou-se que dominam, nas duas fases, as organizações A e B, que podem ser consideradas como as organizações tipo da decoração cerâmica do povoado, observando-se um decréscimo da organização B da fase I para a fase II, enquanto a A mantém a sua representatividade. As organizações D, G e H têm, com ligeiras alterações entre as duas fases, alguma representatividade, com valores entre 5% e 10% (só a D, na fase II, excede ligeiramente os 10%). As organizações C e E são pouco representativas, nunca ultrapassando os 4%, enquanto que a organização F é, conjuntamente com a organização B, a que apresenta maior variação entre as duas fases, aumentando consideravelmente a sua representatividade na fase II. A organização I, que corresponde a um único exemplar, surge apenas na fase II. Não foi identificado qualquer padrão de correlação entre organizações decorativas e morfologias (Anexo 2 - Gráfico 1-5).

Relativamente às técnicas decorativas, verifica-se que o recurso à incisão é claramente dominante (129 casos - 74%), seguindo-se a impressão (32 casos - 18%), a conjugação das duas técnicas (13 casos - 7%) e da pintura (1 caso - 1%). Verifica-se que a organização D é por excelência a organização onde se conjugam as técnicas de incisão e impressão, enquanto que nas restantes essa conjugação é vestigial, assumindo-se as organizações A, B, C, H e I como dominantemente incisas e as F e G como dominantemente impressas.

Tal como nas morfologias, a decoração dos recipientes cerâmicos também não apresenta grande variabilidade. Apesar dos nove tipos de organização decorativa definidos, alguns dos quais com inúmeros sub-tipos, a maioria das decorações das cerâmicas do Castro de Santiago recorre fundamentalmente à técnica incisa, expressa-se através de organizações decorativas restritas a uma faixa abaixo do bordo realizadas dominantemente à base de motivos "espinhados" conjugados ou não com caneluras, de linhas de caneluras ou de elementos básicos impressos e de triângulos pendentes preenchidos ou não por impressões ou incisões.

Ainda em cerâmica foram recolhidas colheres e pesos de tear. As colheres (3 exemplares) correspondem a pequenas conchas de cerâmica providas de um curto cabo. Quanto aos pesos de tear registaram-se 31 fragmento, correspondendo a um número mínimo de 18 artefactos. Apesar de se apresentarem muito fragmentados, corresponderão quase que exclusivamente a morfologias paralelepipédicas, por vezes com ângulos arredondados, de secções rectangulares relativamente espessas e plano rectangular alongado, com quatro perfurações. Somente um exemplar apresenta decoração, constituída por traços incisos formando um motivo reticulado.

3.3.2 A Pedra Talhada

A produção lítica talhada surge representada no povoado por vários grupos tipológicos que podem ser classificados em três grandes categorias: materiais relativos à produção de utensílios sobre pequenas lascas, lamelas e lâminas; materiais relativos à produção de instrumentos macrolíticos sobre seixo; utensílios de debitagem (Anexo 2 - Quadros 2-12 a 2-14).

Os núcleos presentes são predominantemente bipolares e maioritariamente em quartzo (apenas um é em sílex). Os produtos extraídos foram lamelas e lascas, as primeiras de dimensões reduzidas e formatos irregulares. Ocorrem também núcleos prismáticos em quartzo, dos quais se extraíram pequenas lâminas e lamelas irregulares, assim como lascas. Menos representativos são os núcleos sobre lasca, paralelepipédicos e informes, utilizados na produção de lascas e lamelas irregulares. De um modo geral, os núcleos revelam um tamanho pequeno (Anexo 2 - Gráfico 2-6). Verifica-se que a maioria dos núcleos presentes no povoado se destinava à produção de pequenas e irregulares lamelas (17 - 52%), seguindo-se os destinados à extracção de lascas (13 - 39%), aparecendo em último os núcleos para produção laminar, sendo o quartzo (hialino ou leitoso) a matéria-prima claramente dominante (85%). A utilização maioritária do quartzo como matéria-prima poderá explicar as reduzidas dimensões e a irregularidade que grande parte dos produtos apresentam.

As lamelas[5], num total de 94, são dominantemente em quartzo, sendo o sílex claramente pouco representativo (sílex 19%; quartzo 50%; quartzo hialino 31%). $0% apresentavam-se inteiras e as restantes fragmentadas, sugerindo uma estratégia de segmentação para a produção de utensílios. Estas lamelas apresentam-se como produtos de acentuada irregularidade, traduzida em secções longitudinais e transversais sinuosas, facto que se relacionará com as características da matéria prima dominante (Anexo 2 - Quadro 2-15; Gráfico 2-7). As evidências de talhe por pressão (responsável por uma produção mais normalizada de produtos alongados) apresentam uma baixa representatividade, nomeadamente ao nível das secções longitudinais arqueadas ou de extremidade distal arqueada são minoritárias, das secções trapezoidais ou do tratamento térmico (identificável apenas no sílex). Contudo, os acidentes de ultrapassagem (comuns nesta técnica de talhe) estão presentes. A debitagem seria, assim, dominantemente por percussão directa e indirecta. Por outro lado a predominância de secções transversais triangulares sobre as trapezoidais, aduzida aduzida ao já observado reduzido tamanho dos núcleos, sugere que estes últimos não proporcionariam grandes sequências de debitagem,

[5] Foram considerados lamelas os produtos de debitagem com comprimento ≤ 2 x largura, sendo a largura ≤ 14 mm.

mas sobretudo levantamentos superficiais, o que explica a presença de várias lamelas corticais ou parcialmente corticais (situação particularmente visível no talhe a partir de prismas de quartzo). Estas características de talhe traduzem-se em produtos que, para além da elevada irregularidade formal, apresentam dimensões relativamente reduzidas.

A maioria das lamelas (90%) foi classificada como produto (Juan-Cabanilles, 1984), podendo o reduzido número de lamelas classificadas como utensílio situação derivar de muitas terem servido de suportes a utensílios aqui não contabilizados (por exemplo pontas de seta) ou que teriam a sua utilização e contextos de perda/abandono foram do sítio. Entre estes produtos, a presença de lamelas corticais ou parcialmente corticais, de lamelas de crista e lamelas ultrapassadas, com uma percentagem conjunta de 28% entre os produtos, confirma uma debitagem local, que a presença de núcleos já fazia antever. Relativamente às lamelas classificadas como utensílio, estão presentes lamelas retocadas, lamelas utilizadas em bruto com vestígios de uso[6] e lamelas de bordo abatido. No contexto da indústria lítica talhada do Castro de Santiago, a produção de lamelas e a sua transformação em utensílios apresenta uma representatividade relativamente significativa (18,3% do total).

Quanto à produção laminar[7] (Anexo 2 - Quadro 2-16), registaram-se 43 peças (não considerando alguns utensílios elaborados sobre lâmina que apresentavam uma grande transformação do suporte: pontas de seta, furadores e geométricos). O sílex domina (56%) sobre o quartzo (35%) e o quartzo hialino (9%). A maioria apresentava-se segmentada (88%), com predomínio das partes mesiais (44%), o que, juntamente com as evidências de fracturas intencionais, indica uma segmentação intencional e sistemática dos suportes laminares orientada para a obtenção de elementos para utensílios compostos (caso dos geométricos, elementos de foice ou truncaturas) ou para outros utensílios elaborados sobre segmentos de lâminas (por exemplo, as pontas de seta). As peças que apresentam irregularidades nas secções e na forma são quase que exclusivamente em quartzo. No sílex, verifica-se uma grande regularidade, sugerindo uma produção normalizada relacionada com o talhe por pressão, responsável pelo carácter arqueado da grande maioria das secções longitudinais e pela alta percentagem de talões labiados (86%). Estas diferenças entre as peças em sílex e as de quartzo manifestam-se também na espacialização da cadeia operatória, com a produção local de pequenas lâminas de quartzo atestada, enquanto que a ausência de núcleos e de materiais de preparação susceptíveis de proporcionar a obtenção de suportes laminares em sílex documenta uma clara situação de importação desses suportes laminares. As 43 peças recolhidas foram igualmente distinguidas em produtos e utensílios. O primeiro grupo é composto por 18 peças não

---

[6] As análises realizadas foram exclusivamente macroscópicas.

[7] Foram consideradas lâminas os produtos de debitagem com um comprimento > 2 x largura, sendo a largura >14 mm.

retocadas e sem marcas de uso. Relativamente aos utensílios, foram aqui considerados 25 casos: truncaturas, punhal, raspadores distais e/ou proximais, lâminas retocadas, elemento de foice de encabamento transversal, 15 segmentos de lâminas retocadas ou com marcas de uso. Assim, a utilização de suportes laminares caracteriza-se por uma produção local de pequenas lâminas em quartzo e pela importação de lâminas de maior tamanho em sílex, seguindo-se uma segmentação sistemática e transformação por retoque, orientadas para os utensílios compostos e utensílios sobre segmento de lâmina. A baixa percentagem de lâminas relativamente a outras categorias tipológicas da indústria lítica poderá resultar do elevado índice de transformação que os suportes laminares sofrem, mas também do facto de as lâminas em sílex serem importadas, revelando eventuais dificuldades de abastecimento.

No que respeita a projécteis, no Castro de Santiago foram registadas 56 pontas de seta, das quais 37 se apresentavam inteiras ou ligeiramente fracturadas, mas possibilitando a análise morfológica e tecnológica. Das restantes, 9 correspondem a fragmentos de metades proximais e10 referentes a partes distais. A sua sistematização tipológica foi realizada com base na sua forma, determinada a partir da articulação dos seguintes critérios: morfologia das bases, morfologia dos bordos, localização da largura máxima e índices de alongamento e espessura (Anexo 2 - Quadro 2-17).

Descrição dos tipos registados:

1 - *Triangulares de base recta* - Caracterizam-se pela existência de bases rectas e bordos rectos ou ligeiramente convexos. Os índices de alongamento permitem definir dois sub-tipos: triangulares alongadas (1.1), com valores entre 43 e 60; triangulares curtas e largas (1.2), com valores entre 70 e 90. Largura máxima na base.

2 - *Triangulares de base côncava* - Habitualmente designadas por pontas de base côncava, este tipo é aqui caracterizado pela ocorrência daquela morfologia de base associada a bordos predominantemente rectos, que podem, contudo, ser ligeiramente convexos. O arredondamento dos ângulos inferiores num exemplar, permitiu distinguir dois sub-tipos. A largura máxima situa-se na base. É de salientar o carácter de concavidade pouco acentuada na maioria das bases das pontas com esta morfologia, normalmente obtida através de 1 ou 2 levantamentos (o número varia com a largura) em cada face da base do projéctil, o que as aproxima, por vezes, das bases rectas.

3 - *Triangulares de base convexa* - Definidas a partir de uma acentuada convexidade das bases associada a bordos predominantemente rectos ou ligeiramente convexos. A largura máxima situa-se junto à base.

4 - *Ogivais* - Caracterizam-se pela ocorrência de bases côncavas associadas a bordos de convexidade acentuada. Largura máxima na zona mesial da peça.

5 - *Foliáceas* - Apresentam bases predominantemente convexas (um caso de base recta) e bordos igualmente convexos. A largura máxima situa-se na parte mesial da peça.

6 - *Pontas de base trapezoidal* - De base recta estreita e bordos em ângulo (por vezes ligeiramente esbatido), a metade inferior destas peças apresenta uma configuração trapezoidal e a superior uma configuração triangular. A largura máxima situa-se na parte mesial da peça.

7 - *Romboidais* - De base recta ou ligeiramente côncava com bordos convexos. Apresentam índices de espessura dos mais elevados, tanto no sílex como no quartzo. A largura máxima situa-se na base.

11 - *Irregulares* - Apresentam base e/ou bordos irregulares. Nos dois casos detectados, aproximam-se do tipo 1.

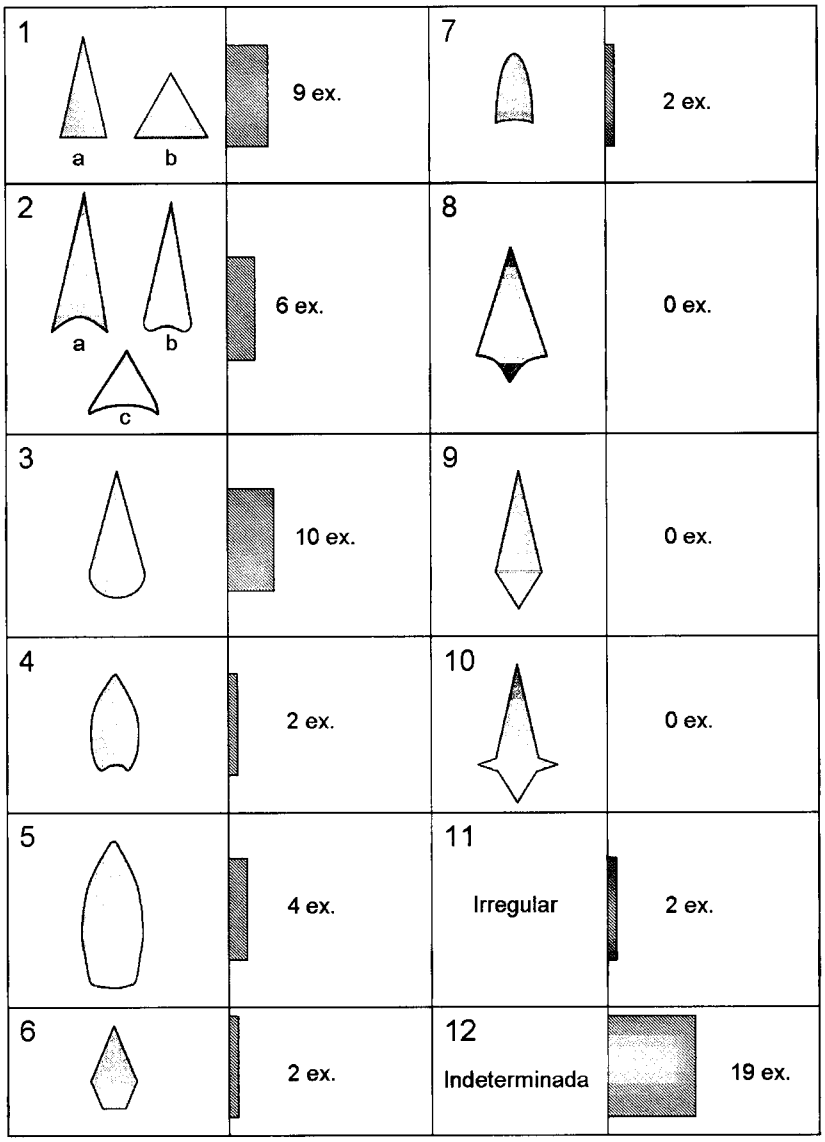


Figura 3-3 – Tabela das morfologias das pontas de seta presentes no Castro de Santiago, face ao espectro morfológico registado no conjunto de sítios da área.

A matéria-prima dominante é claramente o quartzo, mantendo diferenças percentuais sensivelmente idênticas entre as fases de ocupação I e II (Anexo 2 - Quadro 2-18).

O retoque, de um modo geral quase que exclusivamente bifacial e sempre de repartição total, apresenta uma extensão dominantemente cobridora, à qual está sobretudo associada uma morfologia escalariforme. Quando paralelo ou sub-paralelo, é, normalmente, marginal. As inclinações abrupta e semi-abrupta estão relacionadas com o talhe do quartzo, enquanto que o retoque razante é dominante no talhe do sílex.

Em relação ao suporte, ele é indeterminável para a grande maioria das peças, tendo apenas sido possível identificar 5 peças realizadas a partir de suportes laminares, 4 a partir de suportes lamelares e 4 sobre lascas. A predominância, em conjunto, dos suportes lamelares e em lasca será um dos factores responsáveis pela tendência para um reduzido alongamento destes projécteis (em 37 exemplares, 27 estão entre os 16 e os 25 mm de comprimento – Anexo 2 - Gráfico 2-8). A irregularidade que algumas peças apresentam, assim como um aspecto por vezes rude, parecem relacionar-se com o tipo de matéria-prima dominante (quartzo), facto que é bem evidenciado no carácter mais ou menos abrupto do retoque, na tendência observada nas espessuras e na morfologia sinuosa das secções.

As morfologias dominantes são as triangulares de base recta (tipo 1 – mais representativas na Fase 1), a base convexa (tipo 3 – ocorrendo essencialmente na Fase 2), e a de base côncava (tipo 2 – predominando também na fase 1). As restantes morfologias são menos expressivas ou pontuais. Da Fase 1 para a Fase 2 nota-se um aumento do número de exemplares, parecendo delinear-se um quadro de maior antiguidade local das pontas de base côncava, que, não desaparecendo, são de certa forma substituídas pelas de base recta e convexa na segunda fase.

Os geométricos são vestigiais, correspondendo a três registos, todos em sílex. Nos dois casos em que é possível determinar a forma tratam-se de trapézios elaborados sobre suporte laminar. O retoque é rectilíneo, sendo num caso directo e noutro cruzado. A extensão é marginal curta, a inclinação abrupta e de morfologia sub-paralela.

Foram recolhidos 23 exemplares classificados como raspadeiras, sendo 10 em sílex (43%), 3 em quartzo leitoso (14%) e 10 em quartzo hialino (43%). Em 18 casos (78%) o utensílio foi feito sobre lasca, em 4 casos sobre prisma de quartzo e 1 caso sobre suporte indeterminado. O retoque é dominantemente directo, sendo alterno em 3 peças, cruzado em 2 e bifacial em 1. A sua repartição é sobretudo total, surgindo parcial em 6 casos e descontínua em 1. A extensão é quase sempre marginal, e em três casos invasora. Em 6 peças a inclinação é abrupta, sendo semi-abrupta em 13 e razante em 4. A morfologia do retoque é mais variada, sendo em 8 casos escamosa, em 1 escalariforme, em 9 sub-paralela e em 5 paralela. Em termos globais, tratam-se, na sua maioria, de raspadeiras simples sobre lasca, surgindo quatro peças de frente desenvolvida e duas peças de frente *em leque*.

Quanto aos furadores, são em número de 13. Em termos de matéria prima, 5 são em sílex (38,5%), 3 em quartzo leitoso (23%) e 5 em quartzo hialino (38,5%). Os suportes utilizados são em 4 casos laminares (31%), em 2 casos lamelares (15%), em 4 casos sobre lasca (31%) e em 3 casos sobre prisma de quartzo (23%). Frequentemente apresentam intensos vestígios de uso, que se traduzem por um polimento ou intenso desgaste devido a fricção, podendo ter funcionado como brocas. O retoque é em 6 casos directo e nos restantes bifacial, sendo a repartição parcial em 8 exemplares (extremidade operacional) e total em 4. A extensão é dominantemente marginal (curta em 2 casos e longa em 5) sendo invasora em 5 casos. Na inclinação predomina o retoque abrupto e semi-abrupto (3 e 9 casos respectivamente). A morfologia é sobretudo sub-paralela (6 exemplares), seguindo-se a escamosa (com 5 casos) e a escalariforme (com 1).

Em cristal de quartzo registaram-se 35 prismas e fragmentos de prismas, considerados como produtos de debitagem, que não apresentavam sinais de retoque ou utilização, mas que apresentavam marcas de uma separação intencional por talhe. Outras 10 peças apresentavam a aresta distal retocada ou com marcas de uso, tendo sido classificados como utensílios de aresta distal, cuja funcionalidade pode ter sido múltipla.

Os denticulados são raros, tendo sido identificados apenas dois exemplares, ambos em quartzo. Tratam-se de lascas de quartzo nas quais foram impostos, respectivamente, dois e três entalhes em sequência, obtidos através de retoque directo, semi-abrupto, de morfologia escalariforme e repartição marginal longa.

Igualmente com presença vestigial, reduzida a um exemplar, foi identificado um buril duplo sobre uma pequena lasca retocada.

Finalmente, no que respeita à macro utensilagem sobre seixo, existem algumas peças de produção expedita de feição "languedocence", com talhe periférico remontante ou simplesmente com desbaste periférico. Foram recolhidos 8 destes utensílios, tendo sido agrupados em duas categorias: seixos talhados (5 casos) e "discos" (3 casos). Um outro caso apresenta uma perfuração central. Foram igualmente identificados vestígios de talhe local, tendo-se recolhido um núcleo para lascas sobre seixo de quartzo e um conjunto de 10 lascas de grandes dimensões. As matérias-primas identificadas no conjunto destes materiais (utensílios, núcleos e lascas) são o quartzo (9 casos), o quartzito (4 casos), o xisto mosqueado (3 casos), o dolerito (2 casos) e a corneana (1 caso). Apresentam uma representatividade muito baixa no contexto da indústria lítica talhada de Santiago.

Em termos da utensilagem utilizada no talhe, destaque para as bigornas, que atingem um número de 18 registos. Dominantemente produzidas em granito (por vezes reutilizando moventes), podem apresentar uma ou duas superfícies de utilização. As formas dominantes são as circulares, ovais e rectangulares/sub-rectangulares. De um modo geral,

verifica-se a preferência por formas de dimensões relativamente reduzidas (Anexo 2: Gráfico 2-9), entre 10 e 12 cm de comprimento por 8 a 10 cm de largura, apresentando as espessuras um valor normalmente aproximado à metade do comprimento das peças. Apresentam uma certa tendência para a padronização dos tamanhos e morfologias, a qual poderá indiciar que estes utensílios seriam suportados na mão durante o talhe (Tixier, 1980: 86), essencialmente associados ao talhe do quartzo.

Resumindo, e em termos da economia de matéria prima e organização da produção de utensilagem lítica talhada, o Castro de Santiago apresenta as seguintes tendências:

a) Peso das matérias-primas locais no conjunto da produção não macrolítica (Anexo 2: Quadro 2-19): domínio do quartzo sobre matérias primas exógenas (sílex e chert, este último vestigial). A indústria macrolítica é exclusivamente elaborada em matérias-primas disponíveis localmente: quartzo, quartzito, corneana, xisto mosqueado e dolerito.

b) Predominam os produtos brutos de debitagem (lascas, lamelas e lâminas – 68%) sobre os utensílios (32%). Esta situação traduzirá um contexto de utilização, perca ou abandono ou deposição final de muitos destes utensílios é fora do povoado.

c) No universo dos produtos, dominam as lascas (56%), seguidas das lamelas (26%), prismas de quartzo (12%) e lâminas (18 - 6%). Porém, no universo dos utensílios em que foi possível determinar o suporte a situação altera-se, passando os utensílios sobre lâmina para primeiro lugar (36,4%), seguindo-se os utensílios sobre lasca (29.3%), sobre prisma (19,2%) e sobre lamela (15 - 15,1%). Esta inversão foi interpretada como um indicador da importação dos produtos laminares, demonstrando também uma tendência para a produção laminar (como base de uma maior diversidade de produções artefactuais), só inibida por aparentes problemas de abastecimento.

d) As matérias primas presentes permitiu considerar três áreas de proveniência: área de recursos locais (quartzo e eventuais pequenos nódulos/fragmentos de sílex /rochas siliciosas), regionais (pequenos nódulos/fragmentos de sílex /rochas siliciosas) e transregionais (produtos laminares em sílex, em bruto ou já com algum grau de transformação).

e) Existem evidências da prática de tarefas de manutenção e reaproveitamento da utensilagem lítica talhada.

g) Na produção macrolítica, os vários elementos identificadores das várias etapas da cadeia operatória do talhe expedito de seixos estão presentes no povoado (seixos, núcleos, lascas corticais, lascas, percutores, utensílios).

h) No conjunto dos artefactos sobressai o domínio das pontas de seta face aos outros grupos tipológicos de utensílios, seguidas, num segundo nível de representatividade, pelas lâminas retocadas ou com vestígios de uso e as raspadeiras. Surgem depois as lascas

retocadas ou com vestígios de uso, as lamelas retocadas ou com vestígios de uso, os furadores e os U.A.Ds. Com uma baixa representatividade, aparecem as lamelas de bordo abatido, as truncaturas, os denticulados, os geométricos e os buris (Anexo 2 - Gráfico 2-10).

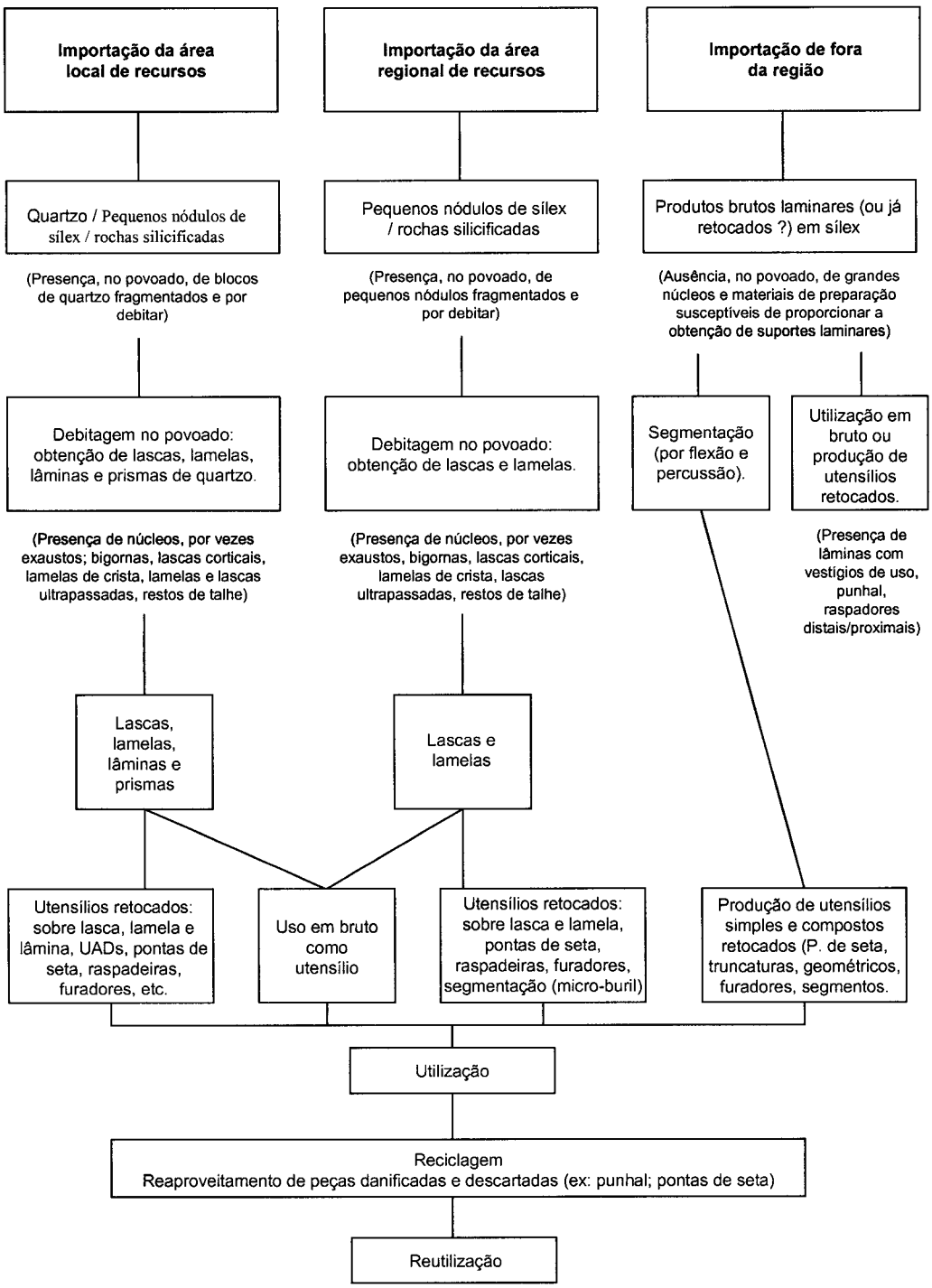


Figura 3-4 - Esquema da organização da produção da indústria lítica talhada (não macrolítica) do Castro de Santiago.

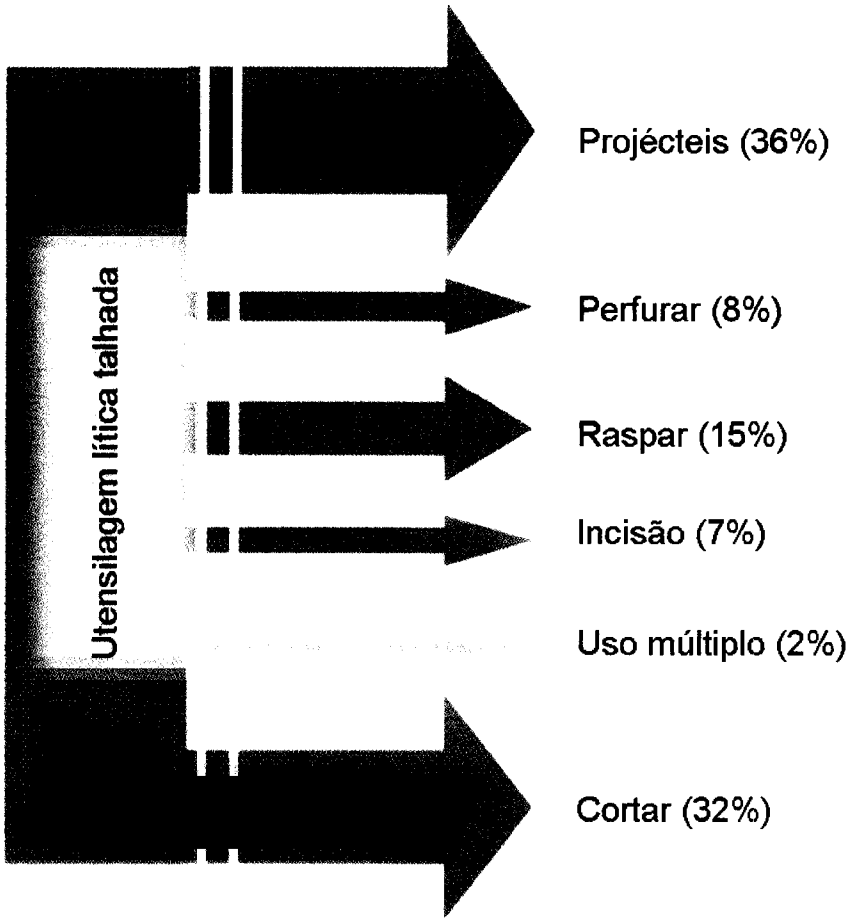


Figura 3-5 – Distribuição dos utensílios pelas classes funcionais consideradas.

Em termos de classe funcionais os projécteis (pontas de seta) surgem como a categoria funcional mais representativa (36%), seguida dos utensílios de cortar (32%). A utensilagem de raspar representa 15%, enquanto a de perfurar e de incisão representam respectivamente 8% e 7%. Os utensílios considerados de uso múltiplo têm uma representatividade mínima (2%).

3.3.3 - A Pedra Polida

A pedra polida está representada no Castro de Santiago por várias centenas de registos individuais, os quais, seguindo critérios relacionadas com a cadeia operativa de produção, podem ser agrupados em quatro conjuntos: lingotes; esboços/utensílios; restos de talhe/utilização; polidores/afiadores (Anexo 2 - Quadros 2-21 a 2-26).

No seu conjunto, estes materiais permitiram a elaboração de uma proposta de reconstituição da cadeia operatória para a produção/reciclagem e consumo de utensílios de pedra polida. Ao povoado chegaria a matéria prima já transformada em forma de "lingotes" (blocos), proveniente das fontes de abastecimento onde, possivelmente, se procederia a um primeiro desbaste e pré configuração dos blocos. Estes apresentam uma configuração

genericamente paralelepipédica, onde predominam as secções rectangulares ou sub-rectangulares, bordos paralelos e flancos rectangulares. Denotam duas morfologias básicas, observáveis no alongamento: uma mais alongada e esguia e outra mais volumosa. Esta configuração primária funciona como pré condicionante das possibilidades relativas ao produto final: o primeiro grupo proporcionaria a produção de um leque de artefactos mais restrito (escopros ou goivas) que o segundo. Na sua produção foram observadas evidências da técnica de percussão, indiciada pela presença de bolbo de percussão num dos flancos, apresentando esse flanco um perfil ligeiramente côncavo, assim como sinais de fractura intencional por flexão (um perfil côncavo com rebordo ou convexo com negativo do rebordo na superfície de fractura). As peças alongadas seriam seccionadas com vista à obtenção de suportes menos alongados (mais robustos), sendo difícil de determinar se esta operação decorria antes ou depois dos blocos chegarem ao povoado. A possibilidade de serragem foi também aventada, assim como a possibilidade de um pré polimento ligeiro dos bordos anterior à separação dos blocos.

A partir dos blocos eram esboçados os utensílios através de talhe. Tarefa realizada no povoado, dando origem a esboços, caracterizados pela ausência de polimento, pela presença de negativos dos levantamentos efectuados durante a operação e por uma morfologia próxima do produto final. Como sub-produtos registaram-se lascas ou produtos alongados (tipo lamelar ou laminar) com bolbos de percussão, ausência de quaisquer vestígios de polimento e, por vezes, negativos de levantamentos anteriores.

Os esboços eram em seguida transformados em utensílios acabados através da picotagem e do polimento final e afiamento dos gumes, tarefa documentada por um significativo número de polidores/afiadores.

A sua utilização seria realizada dentro e fora do povoado. No interior o uso foi atestado pela presença de inúmeros fragmentos e lascas de gumes, por vezes representando quase o gume inteiro, o que inviabiliza pensar que poderiam exclusivamente resultar de operações de reavivamento. Registaram-se dezassete peças com intensas marcas de uso, correspondentes a artefactos utilizados no povoado e no seu exterior.

A reciclagem deste instrumental foi igualmente documentada no sítio. Essa tarefa passava pelo reavivamento dos gumes danificados através de talhe, de que resultaram, como sub-produtos recuperados, lascas, produtos lamelares e laminares parcialmente cobertos por vestígios de polimento anterior ou fragmentos de gume com vestígios de levantamentos anteriores. Assim se originavam novos utensílios esboçados, com marcas de polimento anterior. O reaproveitamento de peças com fractura longitudinal originou utensílios com gumes assimétricos.

No que respeita à classificação tipológica (Anexo 2 - Quadro 2-26), predominam as enxós, seguidas dos machados, cunhas e, com representatividade mínima, um escopro. Na sua correlação com o faseamento estratigráfico do sítio observa-se uma rarefacção de utensílios na fase 1I e um aumento na fase 2 situação que, podendo documentar um acréscimo no consumo destes utensílios, poderá também relacionar-se com as potencialidades de reutilização que estes objectos apresentam.

Na produção da utensilagem lítica polida recorreu-se quase que exclusivamente aos anfibolitos ou afins (xistos verdes anfibolíticos), existindo uma única peça noutra matéria-prima: um pequeno machadinho, realizado em granito (Anexo 2 - Quadro 2-27).

3.3.4 - Elementos de moagem

A utensilagem utilizada na moagem está bem representada no Castro de Santiago, estando presentes os dormentes, os moventes e, com carácter mais vestigial, os pilões. O granito é a matéria prima exclusiva nesta categoria artefactual.

No que respeita aos dormentes, sobressai o facto de todos se encontrarem fracturados. A ausência de actividade agrícola moderna no local, responsável por revolvimentos mecânicos que pudessem causar a fractura destes utensílios, poderá sugerir que esse elevado índice de fragmentação se relacionará com o uso, interpretação reforçada pelo facto de dormentes fragmentados terem sido utilizados nas estruturas de fortificação durante a ocupação pré-histórica do sítio. Tal situação, contudo, dificultou a caracterização morfológica só possível em quatro casos, sendo predominantemente rectangular / subrectangular, de tendência "barquiforme" (sem rebordos) e de pequena e média dimensão. A utilização intensiva destes dormentes é ainda sugerida pela elevada percentagem de peças com o picotado apagado e/ou circunscrito (62%) e desgaste das superfícies de utilização, que são sempre unifaciais.

Quanto aos moventes, o elevado grau de fractura mantém-se, encontrando-se apenas 12 moventes inteiros. Apresentam quase que exclusivamente uma superfície de utilização unifacial. Os seus comprimentos são entre 10 e 20 cm, as larguras maioritariamente entre 6 e 13 cm (só em dois casos é superior a 13 cm) e alturas entre os 3 e 7 cm. Os tamanhos são, pois, relativamente pequenos, configurando-se sobretudo como peças de utilização com uma só mão. Nas que permitiram reconstituição formal, esta é dominantemente rectangular/subrectangular. Tal como nos dormentes, o picotado encontra-se quase sempre apagado, revelando utensílios bastante usados.

Os dois pilões identificados encontram-se fracturados, correspondendo a de peças alongadas de secção transversal cilíndrica ou subcilíndrica. As extremidades distais são

arredondadas e apresentam um picotado vivo, enquanto que a restante superfície se encontra polida.

3.3.5 - Elementos de Adorno

Os elementos de adorno resume-se a duas contas de colar. A primeira, em xisto, é uma conta discoidal com 6 mm de diâmetro, 1 mm de espessura e 2,5 mm de diâmetro da perfuração, que é cilíndrica. A segunda, numa rocha não determinada, mas certamente alógena ao contexto geológico local, tem 9 mm de diâmetro, 4 mm de espessura e, na perfuração de configuração tendencialmente bicónica, um diâmetro mínimo de 2 mm e um máximo de 3,5 mm.

3.3.6 Nota aos materiais da campanha de 2004

Os materiais correspondentes à ocupação pré histórica provenientes da campanha realizada em 2004 são quantitativamente e qualitativamente muito pouco significativos e tipologicamente correlacionáveis com os materiais provenientes das escavações do recinto interior e das áreas anteriormente sondadas no recinto exterior (Sectores D e F). De entre os escassos materiais cerâmicos calcolíticos, há a destacar alguns fragmentos decorados incisos (com presença de motivos espinhados e impressões arrastadas). Por sua vez, a indústria lítica talhada e polida apresenta-se como vestigial.

Pedra Talhada	**Pedra Polida**
[300] Núcleo de quartzo Seixo rolado de quartzo Seixo rolado de rocha indeterminada [303] Fragmento de prisma de quartzo Lasca parcialmente cortical em quartzo Produto alongado em quartzo Lasca retocada em quartzo [305] Percutor Fragmento de lasca	[303] Fragmento de lasca em anfibolito parcialmente polida [305] Lasca em anfibolito Lasca em anfibolito parcialmente polida Esboço para utensílio em anfibolito

3.4 CRONOLOGIAS ABSOLUTAS

Para a sequência estratigráfica registada no recinto interior foi elaborado um plano de datação absoluta com o objectivo de datar a fase de sedimentação pré-antrópica e as

duas fases de ocupação definidas (para o recinto exterior não se recolheram materiais datáveis). Dada a ausência de restos faunísticos, devido ao carácter dos solos ácidos de origem granítica (na totalidade só foram recolhidas quatro pequenas esquírolas), apenas foi possível datar as poucas sementes encontradas ou os fragmentos de carvão vegetal (madeira e casca de árvore) recolhidos. Os resultados são expressos na figura 3-6.

Nº	Sector	UE	Método	Material	Ref. Lab.	Data BP	Data CAL BC 1σ	Data CAL BC 2σ
1	C	57	Radiocarbono	Carvão	ICEN 906	5630± 100	4546-4354	4716-4262
2	E	108	Radiocarbono	Carvão	CSIC 1076	5490± 50	4357-4266	4454-4241
3	C	54	Radiocarbono	Casca Carb.	ICEN 1257	4350±45	3026-2909	3088-2885
4	C	54	Radiocarbono	Casca Carb.	ICEN 907	4210± 45	2884-2698	2916-2624
5	C	40	Radiocarbono	Carvão	CSIC 1075	2150±45	333-107	361-44
6	C		Radiocarbono	Carvão	ICEN 599	2890± 45	1123-996	1251-920
7	C	22	Radiocarbono	Carvão	ICEN 1255	7810± 70	6638-6485	6993-6459
8	C	22	Radiocarbono	Carvão	ICEN 1256	7740± 110	6613-6427	6994-6371

Figura 3-6 - Datações de radiocarbono para o Castro de Santiago

As amostras datadas relativas à fase de sedimentação pré antrópica, apresentam uma sobreposição dos intervalos a 2σ, não sendo significativamente diferentes, e referenciam o final desta fase no 3º quartel do V milénio AC.

As duas datações para a fase I, apesar de terem sido recolhidas muito próximo uma da outra e de integrarem um contexto bem definido, revelam algum desfasamento. Calibradas a 1σ, os intervalos são imediatos, não se interceptando. A 2σ, os intervalos (de 292 e 203 anos respectivamente) apenas se sobrepõem em 31 anos. As explicações hipotéticas avançadas foram:

A) utilização simultânea de madeiras cortadas em momentos cronológicos diferentes, tendo o "relógio" do carbono começado a funcionar em momentos bem distintos;

B) o intervalo de sobreposição de 31 anos integrar as datas reais, apesar de estatisticamente pouco provável. De qualquer modo, a situação contextual torna pouco credível que possa existir um intervalo muito grande entre as duas datas reais.

As duas datas em conjunto colocam a primeira fase de ocupação do recinto no 1º quartel do III milénio AC. Foi ainda realçado que, de acordo com as datações obtidas, existe um intervalo extremamente dilatado entre a fase final de sedimentação pré-antrópica e o início da ocupação humana, o que sugere um processo de sedimentação natural particularmente lento no local e alerta para o cuidado a ter na utilização de datações de paleossolos.

Em relação à fase II (segundo momento de ocupação), as quatro datações obtidas proporcionaram resultados incompatíveis com os contextos arqueológicos registados, situação relacionável com problemas de natureza tafonómica não detectáveis em escavação.

A ocupação calcolítica do recinto interior é indiferenciada em termos artefactuais, mas destrinçável em dois momentos a partir da análise estratigráfica, da evolução das estruturas e da intensidade de ocupação do espaço, definida a partir da quantidade dos materiais e da sua distribuição espacial durante as duas fases. Sendo possível marcar o início da ocupação do recinto e da construção das primeiras estruturas defensivas (1º quartel do III milénio AC), a falta de datações absolutas e de materiais que funcionem como *fósseis directores* impede uma definição mais clara do momento de abandono. Certas ausências, porém, poderão ser utilizadas como indicadores dentro do que se conhece para o contexto regional. As ausências de materiais campaniformes e materiais metálicos, a extrema raridade de decorações penteadas (cf. Valera, 1999b e Capítulo 8 sobre o comportamento diacrónico das cerâmicas penteadas na região), aliadas à grande continuidade artefactual entre as duas fases, poderão indiciar que o povoado é abandonado ainda numa fase plena do calcolítico regional.

4

A MALHADA

Até aos anos sessenta, o local onde se situa o sítio arqueológico encontrava-se ocupado por um pinhal que havia substituído, na área mais a Sul, um soito, do qual se conservam ainda alguns castanheiros, tendo os restantes sido arrancados. A partir de então, uma parte do pinhal foi destruída e substituída por dois terrenos plantados com vinha e oliveira. Para o efeito foram construídos socalcos, tendo o terreno sido profundamente revolvido. Estes terrenos de vinha e olival iniciam-se junto à estrada municipal para a povoação do Sobral Pichorro e estendem-se até cerca de meia vertente (Anexo 4: Estampa 31). Recentemente, já durante o processo de escavações, parte significativa do pinhal foi cortada.

Foram os profundos revolvimentos provocados pela construção dos socalcos para a plantação das vinhas que trouxeram à superfície materiais arqueológicos e possibilitaram a identificação do sítio. Alguns materiais, tendo chamado à atenção dos trabalhadores, foram recolhidos por um dos proprietários, enquanto outros (como mós e machados) foram utilizados na construção dos próprios socalcos.

O conhecimento destas circunstâncias conduziu o GAFAL à realização de prospecções em 1995, tendo-se então recolhido à superfície uma grande quantidade de materiais arqueológicos a partir do terceiro socalco e ao longo dos restantes, nomeadamente cerâmica manual lisa e decorada, instrumentos de pedra polida, pesos de tear, dormentes e moventes de mós, bigornas e polidores de machados. Os instrumentos de pedra polida, assim como alguns dormentes, moventes e polidores, encontravam-se integrados nos muros dos socalcos. Por outro lado, os materiais de superfície concentravam-se, na sua grande maioria, sempre do lado esquerdo de quem sobe a propriedade, junto ao limite com a zona de pinhal. Prospecções posteriores viriam a revelar vestígios à superfície numa outra vinha, localizada imediatamente a Este, alargando consideravelmente a extensão da área abrangida pelo povoado.

Face à importância que o sítio evidenciava para a investigação em curso sobre a rede local de povoamento pré-histórico, uma primeira campanha viria a decorrer logo em 1995 (cujos resultados foram publicados em Valera, 1995), a que se seguiriam mais cinco, respectivamente em 1996, 1997, 1998, 1999 e 2001.

4.1 LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GEOGRÁFICA

Do ponto de vista administrativo, o sítio pertence à povoação da Mata, freguesia de Sobral Pichorro, concelho de Fornos de Algodres. A suas coordenadas na Rede Geodésica Nacional são M – P – a uma altitude média de 520 (C.M.P., 1:25000, fl. 180).

O *habitat* localiza-se a meio da vertente direita do vale da ribeira da Muxagata, vertente de declive bastante acentuado e que é parte constituinte das escarpas de falha de orientação NE-SO que delimitam a Este a zona da superfície fundamental (Anexo 4: Estampas 29 e 30). Neste ponto existe um encaixe bastante acentuado de uma ribeira subsidiária da Ribeira da Muxagata, a qual tem um caudal permanente (ainda que pouco volumoso). Esta ribeira aproveita uma falha que percorre na diagonal toda a vertente do topo até à base, com uma orientação SO-NE, formando uma espécie de recanto em curva naquele ponto. Ao longo dessa zona da vertente existem várias pequenas rechãs que se formaram de encontro a grandes penedos graníticos e que possibilitaram a instalação de pequenas áreas habitacionais, que no seu conjunto formam este povoado.

Localizado precisamente nessa área em que a vertente apresenta um traçado em curva, formando um recanto bem encaixado, o povoado encontra-se bem protegido dos ventos e perfeitamente diluído na paisagem. Essa mesma localização restringe-lhe o domínio visual sobre o espaço envolvente, que se limita à parte mais imediata do vale da ribeira da Muxagata. Deste modo, a visibilidade (de e para o sítio) e eventuais necessidades defensivas não terão tido qualquer peso na escolha do local de implantação do *habitat.* Ao contrário, a protecção contra os ventos, a sua proximidade relativamente a linhas de água com caudal permanente e aos solos de aluvião da Ribeira da Muxagata poderão justificar a eleição do local, que apresenta uma topografia "difícil" devido à inclinação da vertente.

Do ponto de vista geológico, o sítio situa-se numa mancha de granito frequentemente porfiroide de grão grosseiro e médio de duas micas (Granito da Muxagata), encontrando-se, contudo, perto de uma mancha de xistos biotítico-moscovíticos e metagrauvaques com intercalações de rochas calco-silicatadas (Formação de Satão-Penalva), que se situa cerca de 400m a Norte do local de implantação do povoado. A cerca de 1000m, junto à actual ponte que atravessa a Ribeira da Muxagata, existem filões de doleritos alterados, ainda hoje utilizados para extracção de argila.

No local de implantação do sítio, os solos são arenosos e sujeitos a intensa acção erosiva no contexto da evolução da vertente. No fundo de vale, contudo, a cerca de 300/500 m do sítio, surgem solos de aluvião recentes (Capítulo 2 - Figura 2-5).

4.2 ÁREAS INTERVENCIONADAS, ESTRATIGRAFIA E FASEAMENTO

Se, por um lado, a construção das vinhas possibilitou a identificação do sítio (já que nas zonas de pinhal quase não se registam materiais à superfície, estando os vestígios arqueológicos preservados sob espessos depósitos de vertente), por outro foi responsável pela alteração da topografia de uma parte significativa da área do povoado, impossibilitando a sua compreensão na totalidade.

Tendo-se verificado, através das prospecções de superfície, que os materiais arqueológicos se concentravam, na sua grande maioria, junto aos limites Sul e Oeste da vinha de maiores dimensões (localizada mais a Sul) e tendo em conta o profundo revolvimento ocorrido durante a construção da mesma, a maioria das intervenções arqueológicas viriam a ser localizadas nas áreas de pinhal limítrofes (Anexo 4 - Estampa 31), com o objectivo de detectar áreas do povoado ainda preservadas. Foram abertas sete áreas, distribuídas por seis sectores, num total de 153 m^2 escavados. Simultaneamente, procedeu-se à recolha sistemática de materiais de superfície nas duas vinhas, sendo os mesmos registados por socalco.

A dispersão destes materiais de superfície permite avaliar a extensão do sítio por uma área de cerca de 13 000 m^2. Contudo, essa área poderá ser ligeiramente maior, uma vez que a evolução da vertente originou potentes depósitos de cobertura. A abrangência de grande parte da área por explorações florestais faz com que estes solos se apresentem pouco revolvidos e cobertos por uma considerável camada humosa, o que dificulta a presença e detecção de materiais à superfície. Contudo, e como se verá, esta área não seria ocupada de forma continuada no espaço, antes pontuada por unidades residenciais que se estabeleciam em pequenas rechãs dispersas pela vertente.

4.2.1 Sector A

O sector A corresponde a uma sondagem realizada na extremidade Sul do sexto socalco da vinha, com uma área de 12 m^2 e a uma cota cerca dos 510m. Esta sondagem atingiu a profundidade máxima de 50 cm, não se tendo chegado ao final das terras revolvidas daquele socalco. Foram identificados dois níveis estratigráficos, um primeiro (UE 41) com cerca de 10-20 cm de espessura e um segundo (UE 42), mais espesso, mas cuja escavação não atingiu a base (Anexo 4 - Estampa 36). Ambos os depósitos se revelavam muito pouco compactados e profundamente revolvidos. Forneceram, contudo, uma grande quantidade de materiais arqueológicos, nomeadamente cerâmicas manuais, num total de 2639 fragmentos (1851 na UE 41 e 788 na UE 42), verificando-se, através de uma recolha de níveis artificiais de 10 cm, que a densidade de materiais diminuía em profundidade (Valera, 1995). Esta elevada densidade de materiais arqueológicos (uma média de 220

fragmentos por m^2) sugere que aquela área da vinha teria afectado uma zona de intensa ocupação do povoado, facto que escavação realizada no Sector B (prolongamento do socalco 6 para o interior do pinhal, a escassos metros da sondagem do Sector A) viria confirmar.

4.2.2 Sector B

Localizado no rebordo do pinhal, o Sector B corresponde a uma pequena área aplanada, na sequência do Socalco 6 da vinha. A formação desta pequena rechã ficou a dever-se à existência de um grande penedo granítico que sustentou os sedimentos, dando origem a uma plataforma ladeada por declives acentuados. Esta superfície aplanada estender-se-ia por uma boa parte da área actualmente ocupada pelo socalco 6. Porém, as alterações produzidas pela construção da vinha não permitem definir, com rigor, como seria a topografia nesse lado.

Na área de pinhal, mas estendendo-se pelo início do Socalco 6, foi aberta uma área de 48 m^2 a uma cota de 509/10m na qual se obteve uma potente sequência estratigráfica que evidenciou três momentos de ocupação.

Fase 1 (Cabana 1)

Assentado directamente sobre um depósito geológico de sedimentos arenosos de cor acastanhada, que incorporava algum cascalho resultante de granito em desagregação, e se revelou arqueologicamente estéril (UE13), foi construída uma cabana de planta possivelmente ovalada. Esta edificação resultou numa adaptação às características naturais daquele espaço, utilizadas como recurso arquitectónico. O grande penedo que existia a Este (responsável pela formação da própria rechã) e um outro a Oeste (de dimensões bastante mais reduzidas) foram utilizados na delimitação da cabana, que no quadrante Norte era definida por um alinhamento subcircular de pequenas pedras (UE 22). Este alinhamento terminava, na sua extremidade Este, numa laje de granito colocada perpendicularmente em cutelo e calçada. A sua proximidade ao corte não possibilita a observação de eventuais continuidades, mas a sua localização paralela ao grande penedo que delimita a rechã e a própria cabana poderá corresponder à definição de uma entrada que, a ser assim, estaria voltada a Nordeste.

Os limites a Sul não foram definidos, podendo estar para lá da área escavada, não sendo possível avaliar com precisão a sua área total. A Oeste, embora o pequeno penedo se encontre isolado, verificou-se que pelo seu exterior praticamente não se registaram materiais arqueológicos, o que contrasta com a grande densidade no espaço interior. Assim, o eixo menor (Este – Oeste) não seria superior a 3 m, enquanto o maior poderá ter atingido os 4m (Anexo 4 - Estampa 39).

As paredes deveriam ser de ramagens entrelaçadas. A eventualidade de um revestimento a argila, não sendo de excluir, não tem suporte em evidências materiais, já que não se registaram restos de "cerâmica de revestimento", nem níveis argilosos correlacionáveis com essa solução tecnológica. Relacionável com estrutura arquitectónica, foi identificado um buraco de poste (UE23), de planta circular e com cerca de 20 cm de diâmetro, junto ao grande penedo que define o limite Este, junto à possível entrada.

No interior desta cabana foi identificada uma lareira (UE12), localizada no espaço entre os dois penedos (Estrutura de Combustão 1). Esta estrutura era composta por três "paredes" que formariam um semi-hexágono, compostas por pedras ou por pequenas lajes de granito colocadas lateralmente em cutelo. A parede Sudoeste era constituída por uma só laje, que no entanto se encontrava partida por acção térmica, surgindo as duas metades ligeiramente desalinhadas, o mesmo acontecendo com a única laje da parede Nordeste. A estrutura tinha uma abertura de 1,20 m virada a sudeste. O seu interior era preenchido por sedimentos bastante mais compactos e escurecidos, como que parcialmente cozidos por acção do calor (UE28), com alguns carvões dispersos. Na sua periferia, a sul e sudeste (precisamente para o lado em que era aberta), mas também a Este, foram recolhidas algumas dezenas de bolotas carbonizadas, as quais permitiram obter uma datação de radiocarbono (Anexo 4: Estampas 32, 39 e 50).

A Sudeste, do lado da abertura, foi identificado um pequeno aglomerado de pedras, interpretado como um pequeno buraco de poste estruturado (UE11), eventualmente relacionado com a utilização daquela estrutura de combustão.

Encostado à parede Sudoeste desta estrutura de combustão, registou-se um aglomerado de pedras de médias dimensões, integrando vários dormentes de mó fragmentados (UE6). A menos de um metro para sul desse aglomerado surgiu um outro (UE10), integrando, também vários fragmentos dormentes de mó fragmentados e um inteiro. Este último apresentava a particularidade de se encontrar fincado na vertical, sobre um dos seus topos, encostado a uma outra pedra. O seu comprimento é de cerca de 40 cm, pelo que, devido à sua estranha posição (que será necessariamente intencional), atravessava quase todo o depósito de ocupação da cabana, assim como o que se lhe sobrepunha.

No seu conjunto estas estruturas parecem correlacionar-se com a actividade de processamento de bolota torrada, podendo a estrutura de combustão estar relacionada com a torrefacção deste fruto de Inverno e as mós registadas na envolvência associadas à sua moagem.

O interior desta cabana era preenchido por um depósito arenoso (UE7) de cor cinzento claro e compactação média, com uma espessura máxima de cerca de 18 cm (14 cm em média), o qual envolvia a estrutura de lareira e os aglomerados pétreos com

dormentes de mó. Este depósito, que corresponderá a um solo de intensa ocupação, forneceu no, seu todo, uma grande quantidade de fragmentos de recipientes cerâmicos, lisos e decorados, alguns pesos de tear, elementos e restos de pedra polida e materiais líticos talhados.

Fase 2 (área de talhe)

Em determinado momento da vida do povoado a Cabana 1 terá sido desactivada e o espaço da rechã, continuando ocupado, sofreu uma reformulação.

Sobre a UE7 forma-se um novo depósito, de características pedológicas muito semelhantes (UE27), com uma espessura que varia entre os 15 e os 20 cm. No seu interior, em torno ao penedo localizado a Oeste e a Norte deste, foram identificados vários aglomerados de pedras de pequenas dimensões (UEs 8, 9, e 35) e um outro (UE36), mais a Norte, com pedras de médias dimensões, entre as quais vários fragmentos de dormente de mó. Poderia prolongar-se mais para Norte, mas terá sido parcialmente afectado pela surriba (Anexo 4 - Estampa 38). Os aglomerados de pedras junto ao penedo incorporavam seixos rolados e termoclastos, assim com algumas bigornas e percutores e um movente inteiro. O aglomerado localizado imediatamente a Norte diferenciava-se pela ausência de termoclastos e pela presença de inúmeros núcleos de quartzo de grandes dimensões, abundante indústria lítica talhada sobre quartzo e vários percutores. Neste plano afloravam os topos de pedras de estruturas que se encontravam integradas no depósito correspondente à Fase 1, caso de uma das lajes da Estrutura de Combustão 1 e da mó verticalizada.

Na parte Este/Nordeste da sondagem, observavam-se já as marcas de afectação da vala de separação entre a vinha e o pinhal (UE33) e da surriba (UE34), assim como a base de fossas de perturbações recentes (UEs 31 e 32).

Este depósito corresponde ao momento intermédio de ocupação da rechã. Nele, a área parece ter sido ocupada em contínuo, mas não se registaram quaisquer estruturas delimitadoras de espaços. Entre outras actividades, parece ter tido uma utilização importante como área de talhe do quartzo (ver Capítulo 9).

Fase 3 (Cabana 2 ?)

Na área preservada da UE3, foi identificada uma estrutura semi-circular designada por UE20 (Anexo 4 - Estampa 37). Esta estrutura é composta por três blocos graníticos e por um alinhamento de pedras de grandes e médias dimensões sobrepostas (num máximo de três fiadas). Os três blocos graníticos contíguos têm contudo um posicionamento estratigráfico distinto. Enquanto o bloco do centro atravessa as camadas arqueológicas abaixo da UE 3 (UEs 27 e 7), tendo a sua base integrada no estrato mais profundo, que é arqueologicamente estéril, os blocos mais a Sul e mais a Norte assentavam no topo da UE

27. Assim, o posicionamento destes dois blocos ocorreu posteriormente ao final da sedimentação do depósito intermédio de ocupação, num momento em que se inicia a sedimentação correspondente à 3ª fase de ocupação (e que corresponde à sedimentação da UE 3), procurando, através do aproveitamento de um penedo já existente, criar uma estrutura delimitadora de um espaço (UE20). Esta sequência de blocos é prolongada para NE através de um alinhamento de pedras de grandes e médias dimensões, na construção do qual foram utilizados vários elementos de mó. Este alinhamento foi afectado pela abertura de uma vala recente de escoamento (UE33), sendo provável que se prolongasse para Nordeste, onde foi destruído pelos revolvimentos da vinha. Contudo, no contacto com a estrutura UE20, a vala surge já interrompida, facto que poderá ser explicado por uma eventual opção dos trabalhadores que a abriram em não irem tão fundo quando "sentiram" a existência de pedra naquele ponto.

Esta estrutura semi-circular define, de acordo com os materiais recolhidos, um espaço que poderá ser interpretado como de carácter residencial (ver Capítulo 9). Os materiais arqueológicos registados são abundantes, constituídos fundamentalmente por fragmentos de recipientes cerâmicos, decorados e lisos, mas também por utensilagem lítica variada. O registo arqueológico documenta uma concentração de materiais arqueológicos muito mais intensa no interior desta estrutura semi-circular. Para Sudoeste e Norte, embora continuem a surgir materiais, estes são em menor quantidade e sempre chegados às pedras da estrutura semi-circular. A partir da fiada de quadrados F praticamente não surgem materiais, verificando-se já o afloramento do substrato rochoso no recanto Sudoeste da sondagem. A ocupação parece, assim, ter sido mais intensa no espaço definido a Norte e Oeste pela UE20 e a Sul/Sudeste por grandes penedos responsáveis pela formação da rechã, espaço que poderá ter correspondido a uma outra estrutura de cabana (Cabana 2 ?). No seu interior, e junto a um dos blocos de granito que delimitavam este espaço, foi registado um pequeno aglomerado de pedras de pequenas dimensões (UE5), o qual continha alguns termoclastos e um elemento de moagem, eventualmente correspondendo a restos de uma estrutura de combustão.

Desta forma, a estratigrafia do Sector B evidência uma sequência continuada de ocupação onde, sem que se observem alterações significativas ao nível da cultura material, se observam reformulações na utilização do espaço, as quais documentam a dinâmica interna de vida do sítio.

Fase 4 (Depósitos e perturbações pós deposicionais)

Após o abandono pré-histórico final desta área, a estratigrafia subsequente apresenta naturais diferenças entre a área abrangida pelo pinhal e a parcialmente afectada pela vinha.

Na área de pinhal, o último depósito de ocupação (UE3) foi coberto por um depósito de terras cinzento escuras (UE2), com uma espessura que variava entre os 14 e os 25 cm. Trata-se de um nível de formação coluvional pós ocupação pré-histórica do sítio, tendo os materiais que incorpora, fundamentalmente fragmentos cerâmicos, uma origem na erosão provocada pela evolução da vertente. Na grande maioria da área escavada sobrepõem-se à UE3, embora no recanto Sudoeste assente já no substrato rochoso. Durante o período de sedimentação desta camada formaram-se várias fossas (UEs 29, 30, 31 e 32) que viriam a afectar o nível arqueológico localizado sob a UE2 (a UE3). Estas fossas eram preenchidas por terras equivalentes às da UE2, designadas, respectivamente, por UEs 14, 15, 16 e 17. As fossas UEs 14 a 16 apresentavam uma configuração alongada, por vezes de contornos irregulares (fossa UE14), enquanto que a fossa UE17, não integralmente escavada (por estar em corte), aparenta ser subcircular. A sua formação poderá hipoteticamente estar relacionada com o arranque de toros e raízes de árvores. As terras que as preenchiam, sendo equivalentes na cor, consistência e componentes, às da UE2, também continham alguns materiais arqueológicos remobilizados. A sequência era finalizada pela UE1, nível composto por terras cinzentas de compactação média, incorporando raízes de grandes dimensões pertencentes aos pinheiros e alguns, poucos, materiais arqueológicos. Apresentava uma espessura média entre os 30 e os 40 cm. Os materiais arqueológicos são quase que exclusivamente constituídos por fragmentos cerâmicos, normalmente pequenos e rolados. Configura-se como uma camada constituída no contexto da evolução recente da vertente e que foi incorporando alguns materiais arqueológicos através de processos tafonómicos de escorrência e pelos revolvimentos relativos à dinâmica florestal recente.

Esta sequência era separada das terras da vinha por uma vala recente aberta para escoamento (UE 33), a qual tinha cortado toda a camada da fase final de ocupação pré-histórica e atingido o topo dos depósitos da segunda fase. Esta vala era parcialmente preenchida pela UE 18, depósito composto por terras humosas e algumas pedras, que incorporavam alguns, poucos, fragmentos de cerâmica manual (Anexo 4 - Estampa 40).

Para Nordeste da vala, isto é, para o lado da vinha, a surriba afectou os dois depósitos correspondentes às segunda e terceira fases de ocupação pré-histórica do local: a UE3 logo a partir da vala; a UE27, 20 a 40 cm a seguir à área afectada pela vala (Anexo 4- Estampa 40). Aí, acima do que restou preservado da estratigrafia pré-histórica, foram definidos dois depósitos profundamente revolvidos: a UE34, camada de terras cinzento escuras, soltas e remexidas, incorporando alguns materiais arqueológicos pré-históricos, sobretudo cerâmicas, mas também algumas cerâmicas a torno; a UE19a, depósito superficial ainda mais revolvido, constituído por terras soltas e polvorolentas de cor clara e amarelada, misturando materiais pré-históricos e materiais modernos.

4.2.3 Sector C

Este sector localiza-se no topo da área abrangida pela vinha, na ligação desta com o pinhal que se prolonga pela vertente acima, a cerca de 60 / 70 m de distância do sector B e a uma cota bastante superior (526/7 m). Aí encontrava-se um corte efectuado a quando da construção da vinha, cuja limpeza e acerto permitiu verificar que, sob uma espessa camada de sedimentos mais recentes, se encontrava um nível arqueológico conservado. Foi então aberta, para a zona do pinhal, uma área com um total de 40 m^2, na qual se registou uma sequência estratigráfica com níveis de ocupação preservados, níveis de abandono e de escorrência e depósitos de evolução de vertente.

Fase 1 (Ocupação)

Sobre o afloramento de areão granítico (UE59) e sobre a UE 58[1] identificou-se um solo de ocupação (UE52), restrito ao quadrante SE do Sector, o qual foi cortado pela construção do Socalco 1 da vinha. Na metade inferior deste solo de ocupação identificaram-se restos relativamente arruinados de um alinhamento pétreo (UE 56), de orientação NE – SO. Este alinhamento incorporava alguns elementos de moagem e faria parte da delimitação de um espaço que se desenvolveria para Sul / Sudeste, mas que foi obliterado pela construção do socalco (Anexo 4 - Estampas 35 e 46).

O solo de ocupação UE52 forneceu grande quantidade de fragmentos cerâmicos, alguns de grandes dimensões (e um pequeno recipiente com remontagem praticamente total), fragmentos de pesos de tear, abundante indústria lítica talhada, pedra polida, elementos de moagem, restos faunísticos (fragmentos muito pequenos e com evidentes sinais de calcinação) e carvões dispersos. Os dados disponíveis apontam, uma vez mais, para uma ocupação de características eminentemente domésticas (ver Capítulo 9).

Fase 2 (Abandono)

Uma segunda fase aparece consubstanciada na UE54, um depósito arenoso esbranquiçado / amarelado, com uma compactação média e uma espessura que no corte norte atinge os 20 cm. Vai-se esbatendo para sul, surgindo apenas no quadrante Norte / Oeste da área escavada, sobrepondo-se sobrepunha ao substrato rochoso e à UE 52. Forneceu alguns materiais arqueológicos, mas muito poucos e frequentemente com evidentes sinais de erosão. Não se registaram quaisquer estruturas associáveis a este depósito, que se configura com o resultado de uma sedimentação relacionável com a dinâmica de vertente e que se terá formado durante um hiato de ocupação desta área do

[1] Depósito de sedimentos finos, arqueologicamente estéreis, de cor cinzento claro e muito compactados, que apenas foram registados na extremidade Oeste do Sector depositados directamente sobre o areão de base. Na sua interface de contacto com a UE 52 identificaram-se pequenas manchas de carvões, tendo duas amostras sido datadas por radiocarbono revelando cronologias recuadas, o que sugere que a ocupação se dá sobre um espaço sujeito a prévia erosão (ver interpretação no ponto 4.4).

povoado (o que não significa abandono global do mesmo, o que parece ser confirmado pelas observações realizadas noutros sectores). De entre os escassos materiais recolhidos, destaque para alguns fragmentos cerâmicos decorados com preenchimento a pasta branca.

Fase 3 (2ª fase de ocupação)

Este sector do povoado voltaria a ser reocupado, tendo-se formado o solo de ocupação UE53 (Anexo 4 - Estampa 45).

Este solo de ocupação desenvolve-se na metade Oeste de toda a área escavada, esbatendo-se para Sul e Este, não atingindo o corte efectuado quando da construção do Socalco 1. Encosta a um grande afloramento de granito que delimita todo o sector do lado Oeste, funcionando como uma espécie de parede. Na parte superior deste solo foram identificados restos de um alinhamento pétreo (UE55) com uma orientação NO – SE. Este alinhamento parece delimitar (pelo lado Norte) um espaço (eventualmente uma estrutura de cariz habitacional) que aproveitaria também o grande afloramento como "parede".

Este depósito, que se poderia prolongar mais para sul e ter sido erodido, foi afectado por grandes penedos que rolaram vertente abaixo e se depositaram sobre ele.

Registaram-se abundantes materiais arqueológicos, nomeadamente fragmentos cerâmicos, fragmentos de pesos de tear, pedra talhada, pedra polida e elementos de moagem. Registaram-se também pequenos fragmentos de ossos de fauna mamalógica e carvões dispersos.

Fase 4 (Primeiros depósitos de vertente pós ocupação final)

A quarta fase da sequência estratigráfica corresponde à formação da UE 61 e da UE57 e à deposição, sobre os níveis das ocupações pré-históricas, de grandes penedos graníticos (Anexo 4 - Estampa 45).

A UE 61, atingindo os 60 cm de espessura na extremidade NO, onde assenta no afloramento granítico, fica progressivamente menos espessa para SE, esbatendo-se a meio da área intervencionada já sobre a UE53, onde também encosta ligeiramente a um grande penedo que rolou e se depositou igualmente sobre a UE 53. Corresponderá a um depósito de escorrência. Todavia, a sua origem terá tido lugar num solo de ocupação pré-histórica situado imediatamente acima na vertente. Tal interpretação baseia-se na reduzida consistência dos sedimentos, na configuração do depósito (em rampa), nas suas características pedológicas (idênticas aos dos restantes solos de ocupação pré-históricos identificados no povoado) e na quantidade e natureza de materiais arqueológicos que registou (abundantes e exclusivamente pré-históricos).

A associação deste depósito aos grandes penedos parece indiciar um processo rápido, de autêntica "avalancha" de terras e blocos de granito, que terá escorrido vertente abaixo, depositando-se nas zonas mais planas, precisamente as plataformas que serviram à implantação de áreas residenciais do povoado. Efectivamente este processo encontra-se

igualmente documentado nos sectores B, D e F, onde grandes pedras de granito assentam directamente nos respectivos últimos níveis arqueológicos ou níveis de escorrência com materiais arqueológicos.

Na sua extremidade oeste, junto a um dos penedos que rolaram, surge uma espécie de canal, onde as terras, sendo pedologicamente semelhantes, apresentam-se mais soltas e incorporam uma série de pedras de médias dimensões, embricadas, sugerindo uma acumulação por escorrência. Esta realidade foi designada por UE57 e a sua formação terá tido a ver com a deposição do grande penedo P1, que terá, ao resvalar, criado um ligeiro sulco no nível que foi preenchido por pedras e alguns materiais arqueológicos (nomeadamente um fragmento de um grande dormente de superfície de utilização dupla).

Fase 5 (Depósitos recentes de cobertura da vertente)

Correspondem às UEs 50, 62 e 51. A primeira e a última correspondem a espessos depósitos de sedimentos humosos e muito soltos, com uma deposição inclinada, seguindo o declive natural da vertente. Tendo fornecido pouco espólio, misturavam alguns materiais pré-históricos com materiais modernos, nomeadamente cerâmica a torno. Eram separados por um aglomerado de pedras (UE62) de médias e grandes dimensões (Anexo 4 - Estampa 47), com a mesma inclinação, documentando um momento de escorrência de pedras, eventualmente com origem numa qualquer estrutura antiga de contenção de terras.

Estes depósitos, cuja formação se terá processado ao longo do tempo, após a Fase 4, relacionam-se com a dinâmica da vertente, particularmente activa devido ao forte declive que apresenta.

A presença de materiais pré-históricos com sinais de erosão nestes depósitos formados por escorrências documentava a existência de ocupações daquele período mais acima na vertente, o que levou a realização de uma sondagem diagnóstico numa plataforma mais elevada, designada por Sector F.

4.2.4 Sector D

O Sector D localiza-se igualmente no início da área de pinhal a Sul da vinha, ao nível do seu quarto socalco, numa outra pequena rechã localizada entre as cotas 518 e 521 e sobranceira ao Sector B. Aí foram abertas duas sondagens, cada uma com 20m^2

Sondagem 1

A Sondagem 1, situada um pouco mais no interior do pinhal, revelou uma estratigrafia relativamente simples (Anexo 4 – Estampa 42). Tal como nos restantes sectores, a camada de cobertura (UE 100) era espessa (cerca de 40 cm), compostas por sedimentos escuros e relativamente soltos, contendo abundantes raízes e alguns fragmentos cerâmicos muito erodidos. Trata-se de um depósito de vertente, o qual assentava num outro (UE 101)composto por terras igualmente soltas e com raízes, mas

ainda mais escuras, que praticamente não forneceu materiais arqueológicos. Apresentando uma espessura de cerca de 20 cm, este depósito encostava a um conjunto de penedos/afloramentos que começavam a definir-se a Oeste. Tal como o primeiro, é um depósito de vertente.

Sob esta segunda camada relacionada com a evolução da vertente, definiu-se um depósito (UE 102) que correspondia a uma zona preservada da ocupação pré-histórica do sítio (Anexo 4 – Estampa 41 e 33). É uma camada espessa de sedimentos arenosos e de cor clara (entre o beije e um amarelo suave, como são quase todos os depósitos de ocupação no local). Apresenta uma ligeira inclinação Oeste–Este (seguindo o desnível do terreno) e uma espessura máxima de cerca de 40 cm.

Este depósito corresponde a um solo de ocupação que condensa em si um período relativamente alargado de intensa utilização destes espaço, tendo fornecido abundantes materiais arqueológicos, sobretudo fragmentos cerâmicos e indústria lítica talhada. Mantém as mesmas características pedológicas do topo à base (consistência, cor, componentes). Apenas por algumas estruturações de pedras localizadas no seu interior a cotas diferentes é possível discernir alguns momentos do seu processo de sedimentação, o qual se iniciou directamente sobre o substracto geológico, composto por areão de alteração dos granitos, e no canto Sudeste sobre um depósito (UE114) arenosos, de cor cinzenta, que era arqueologicamente estéril..

O início da ocupação está associado a uma estrutura de lareira (Lareira 1 – Anexo 4 - Estampas 41 e 33) circular em fossa escavada no substracto (UE110). Esta estrutura era preenchida por sedimentos enegrecidos (UE 108), que no seu interior continham vários fragmentos de cerâmica que foram intencionalmente colocados para formar uma superfície no seu interior. Apesar de crivados com coador com malha inferior a 1mm, estes sedimentos não forneceram carvões suficientes para datação.

A escassos centímetros para noroeste desta estrutura, identificou-se um aglomerado de pedras, com alguns termoclastos, na base dos quais se recolheram alguns, poucos, carvões (UE111). Este aglomerado foi interpretado como podendo estar relacionado com a lareira, nomeadamente como podendo corresponder a restos de uma limpeza da mesma. Esta interpretação baseou-se na presença de termoclastos e, sob estes, de carvões. Contudo, a datação obtida para estes carvões (cf. Ponto 4.4) é do último quartel do 6º milénio AC, o que é claramente incompatível com a cultura material presente no local, mas compatível com as datações obtidas no Sector C para as manchas de carvões existentes no topo do areão de granito do substracto (ver nota 1). Teremos, pois, uma situação semelhante, em que carvões antigos se localizariam à superfície momento inicial da ocupação, sugerindo que esta se opera após um processo erosivo significativo. Outra

possibilidade, dado o facto de sobre estes carvões estarem sob uma concentração de pedras com termoclastos (UE 111), seria este aglomerado não se relacionar com a lareira vizinha (com materiais calcolíticos no seu interior), mas corresponder ele próprio a uma estrutura de combustão antiga. Contudo, não se recolheram quaisquer materiais arqueológicos que remetam para ocupações neolíticas do local, pelo que pensamos que estaremos numa situação idêntica à registada no Sector C.

Iniciado o processo de sedimentação relacionado com a ocupação deste espaço, foi definido um primeiro plano a cerca de 6 cm da base caracterizado por uma dispersão de pedras e uma mancha de sedimentos argilosos localizada no quadrado A4, num momento em que a lareira 1 já não funcionava. Cerca de 10 cm mais acima surgiam dois aglomerados de pedras, UEs 105 e 106 (Anexo 4 – Estampa 41), o primeiro dos quais integrando um dormente de mó e o segundo um dormente, bigornas seixos e percutores de quartzo, terminando a sedimentação 20 centímetros acima, sem que outros momentos intermédios pudessem ser referenciados. O seu final parece estar associado à deposição de grandes pedras graníticas, através de um processo de escorrência igualmente observado nos sectores B, C e F.

Se a Oeste este depósito encostava a uma sucessão de penedos/afloramentos graníticos, a Este seria delimitado por uma estrutura pétrea de contenção/delimitação (UE103). Esta estrutura era constituída por pedras de granito de grandes dimensões que surgiam ao longo do corte da sondagem, numa zona onde se faz a transição para uma parte declivosa da vertente que conduz ao Sector B. Esta localização originou uma ruína parcial da estrutura, com deslocamento das pedras que, ainda assim, apresentavam a tendência alinha original. Esse deslocamento de pedras e sedimentos fez com que os espaços criados fossem, nessa zona, preenchidos pelos depósitos de cobertura que aí se prolongam em profundidade.

Neste sector existiria, assim, um espaço delimitado a Oeste por penedos e afloramentos e a Este por um alinhamento pétreo. Os limites da sondagem não permitiram identificar se esta estrutura curvaria a Norte e a Sul, definindo um espaço fechado, ou se seria apenas uma estrutura de contenção, de modo a proporcionar uma plataforma horizontalizada e habitável.

Sondagem 2

A abertura da Sondagem 2, localizada cerca de 3/4 metros a Norte da Sondagem 1, foi feita em função de um corte provocado pela construção de um pequeno socalco da vinha que, depois de limpo, expôs uma estratigrafia onde se registavam dois níveis com abundantes materiais arqueológicos. Assim, partindo do corte da vinha, a sondagem prolongou-se para Sudoeste, no sentido do interior do pinhal.

Tal como na Sondagem 1, a camada superficial (UE121) era constituída por terras cinzento escuras, soltas e com muitas raízes, integrando pedras de médias e grandes dimensões e apresentando uma espessura de cerca de 50 cm. Forneceu alguns materiais arqueológicos, sobretudo cerâmicas bastante erodidas, mas em reduzida quantidade. Corresponde aos depósitos de vertente de formação pós abandono do sítio.

Esta camada superficial sobrepunha-se a uma realidade composta por dois espaços separados por uma "alinhamento" de grandes blocos de granito, dois dos quais eram penedos que afloravam, tendo-se depositado por escorrência entre os dois uma grande pedra (Anexo 4 – Estampa 43). Este "alinhamento" (UE124) separava dois depósitos: para Este a UE122 e para Oeste a UE123. A primeira era uma camada de terras arenosas e pouco compactadas, de coloração amarelada e com uma espessura de cerca de 20 cm. Forneceu abundantes materiais arqueológicos. A segunda era uma camada também amarelada, de características pedológicas semelhantes e apresentava, na sua área mais espessa, uma potência de cerca de 50 cm. Forneceu também material arqueológico, mas em menores dimensões. Cobria um outro depósito (UE125 – Anexo 4- Estampa 44) que na extremidade Oeste apresentava um aglomerado de pedras de quartzo que se encontravam encaixados entre dois penedos de granito, numa estruturação que parece corresponder a um cone de escorrências com origem em cotas superiores. As UE123 e 125 foram, assim, interpretadas como resultado de prováveis escorrências. Quanto à UE 122, a sedimentada a Este do "alinhamento" UE124 pode eventualmente tratar-se de um solo de ocupação, o que poderia explicar a sua maior concentração de materiais arqueológicos. Contudo, não foram registadas quaisquer estruturas e as suas características não são particularmente distintas das da UE 123, pelo que pode igualmente ser considerada como o desta escorrências com origem numa ocupação a uma cota ligeiramente superior. Esta indefinição interpretativa levou a que este contexto não fosse considerado na análise de materiais, a qual foi efectuada para os contextos que foram interpretados como estando melhor preservados.

A UE122 assentava sobre um outro depósito (UE125 - o segundo visível do corte efectuado pela vinha) Este depósito era constituído por terras arenosas de coloração mais acinzentada e medianamente compactadas. Abrangia apenas o espaço a Este dos penedos do "alinhamento" UE124, sendo sobre ela que assentava a pedra do meio do "alinhamento". Forneceu alguns materiais arqueológicos, mas em reduzida quantidade, os quais podem ter sido integrados por processos tafonómicos, já que só ocorriam na parte superior desta camada. Pode, assim, tratar-se de um depósito anterior à antropização do sítio. A sequência estratigráfica na extremidade Nordeste da sondagem foi cortada pela construção do socalco sustentado por um muro (UE126) aquando da construção da vinha, facto que originou nessa zona uma bolsa de terras revolvida (UE127) onde se registaram alguns materiais arqueológicos descontextualizados.

Deste modo, a Sondagem 2 evidenciou situações de escorrência de depósitos com origem em locais de ocupação (o que explica a grande densidade de materiais arqueológicos que apresentavam), numa situação paralelizável com os depósitos UE57 e UE61 do Sector C. Fica, contudo, a dúvida sobre a natureza do depósito UE122, que poderá também corresponder a uma ocupação local. De qualquer forma, estas escorrências não seriam de longe, tendo provável origem na zona da Sondagem 1, localizada imediatamente a Sul, e a uma cota ligeiramente superior. Os conjuntos artefactuais, embora não integrados na análise tipológica, parecem integrar-se perfeitamente na imagem global proporcionada pelos outros sectores, não se tendo recolhido qualquer peça que destoe desse quadro geral.

4.2.5 Sector E

O Sector E localiza-se a uma cota 4 metros mais elevada que a cota média do Sector D, estando-lhe sobranceiro, a cerca de 6/7 metros de distância, numa pequena rechã, ligeiramente inclinada a Este (sentido da vertente neste ponto) e encaixada entre vários penedos graníticos.

Aí foi aberta uma sondagem de $8m^2$, que revelou uma estratigrafia simples, composta por três camadas sobrepostas (Anexo 4 – Estampa 49). A camada superficial (UE 200) era composta por terras escuras, soltas e bastante revolvidas, contendo raízes e pedras e apresentando uma espessura de 20 cm. Forneceu escassos materiais arqueológicos, compostos sobretudo por cerâmica erodida. É o depósito de vertente identificado também nos outros sectores. Sob esta camada desenvolvia-se outra (UE201), de coloração amarelada e com uma espessura que aumentava para Este (sentido do declive) atingindo os 30 cm. Continha alguns materiais arqueológicos, compostos essencialmente por fragmentos de cerâmica manual e alguma indústria lítica talhada. Configura-se também, dada a sua inclinação, como um depósito de escorrência, com origem em ocupações de cotas mais elevadas. Na base da estratigrafia, e entre os granitos que já afloravam nas extremidades da sondagem, registou-se um terceiro depósito (UE202), de cor cinzento clara e compactação média. Também ele apresentava uma sedimentação inclinada, com 4 cm de espessura a Sul e cerca de 60 a Nordeste, contendo alguns materiais arqueológicos, mas em reduzida quantidade. Trata-se também de um depósito de escorrências.

Não registando qualquer ocupação preservada, a sondagem do Sector E permitiu perceber que o sítio se estende para cotas mais elevadas naquela área, ou seja, para espaços onde apenas se conseguem discernir, na topografia actual, pequenas áreas menos inclinadas que poderiam ter sustentado ocupações. Contudo, estes depósitos de escorrência evidenciam igualmente as profundas transformações que a microtopografia sofreu devido à natureza extremamente inclinada do terreno.

4.2.6 Sector F

O Sector F localiza-se acima do Sector C, a uma cota média de 534 m, numa área que, até recentemente, pertencia ao pinhal que se estendia até ao topo da vertente (e que foi cortado em 1999). Nessa zona, a vertente apresenta uma pequena rechã natural, sobranceira ao Sector C. Num corte do caminho que a atravessa, num depósito de sedimentos arenosos de cor amarelada, foram recolhidos materiais pré-históricos. Tal facto demonstrava que a área do povoado se prolongava mais para cima na vertente, sendo a plataforma em questão, pelas condições topográficas que apresentava, um potencial local com vestígios preservados.

A intervenção ali realizada na campanha de 2001 visava, assim, a identificação de áreas de ocupação pré-histórica preservadas e confirmar a extensão dos limites do povoado, seguindo o padrão de ocupação de pequenas plataformas que pontuam o declive acentuado. Na extremidade Oeste da plataforma, imediatamente acima do Sector C, foi aberta uma sondagem com 6 m^2 (3 X 2), que proporcionou uma sequência estratigráfica relativamente simples, na base da qual se identificaram vestígios, aparentemente preservados, de ocupações correlativas das de outras áreas do povoado.

Na base identificaram-se dois depósitos arenosos (UEs 78 e 75) arqueologicamente estéreis, relativos a processos de sedimentação e alteração do substrato rochoso anteriores à ocupação humana deste espaço. Directamente sobre o último nível geológico, depositou-se um solo, UE 72, que forneceu materiais exclusivamente pré-históricos (cerâmica manual, pedra talhada, pedra polida, elementos de moagem). Na base deste solo definiu-se, do lado Sul da sondagem, uma fossa subcircular (UE 77) escavada nos níveis geológicos e preenchida por sedimentos castanhos escuros (UE76), com alguns carvões (Anexo 4 – Estampa 48). Este enchimento forneceu fragmentos cerâmicos manuais e pedra talhada. Contudo, o facto mais significativo registado no preenchimento desta fossa foi a recolha de um fragmento de cadinho, com restos de cobre agarrados às paredes internas, documentando a prática da metalurgia do cobre. Trata-se da primeira evidência arqueológica da prática da actividade metalúrgica na bacia interior do Mondego durante o 3º milénio AC. Até agora, as mais antigas evidências de metalurgia eram relativas ao Bronze Final, ligadas à produção de objectos em bronze.

Sobrepondo-se ao solo UE 72 registaram-se sucessivamente a UE71 e a UE70. Correspondem a depósitos de vertente pós abandono do sítio, apresentando-se pouco compactos e contendo escassos materiais (alguns modernos). Envolviam uma grande pedra de granito que se depositou sobre o solo arqueológico UE 72, repetindo a situação observada noutros sectores. Na base da UE 71 e cortando a UE 72 foi identificado, junto ao corte Oeste, um buraco (UE 74) e respectivo enchimento (UE 73), possivelmente um buraco de poste. Não é claro se este buraco, que se observa desde a interface superior da UE 72,

corresponde a uma estrutura atribuível à ocupação pré-histórica, ou, se pelo contrário, é posterior (e não detectável nos soltos depósitos superficiais) e corresponde a uma perturbação mais recente. Esta indefinição levou a que se considerasse o posicionamento estratigráfico destas realidades como indeterminadas.

4.2.7 Os socalcos da vinha sul e o Sector H (vinha norte)

A vinha sul apresenta, de cima para baixo, 9 socalcos. Nos seis primeiros recolheram-se abundantes quantidades de materiais à superfície, sobretudo cerâmicas. Estes materiais provêm de depósitos profundamente revolvidos pelo plantio da vinha e concentram-se sempre na metade sul da vinha (do lado do pinhal onde foram abertos os sectores C e D), indiciando que a concentração das ocupações se faria nessa área da vertente. Nos muros dos socalcos foram também recolhidos vários artefactos de pedra polida em anfibolito e elementos de mó manual, reutilizados nestas estruturas.

A norte deste primeira vinha, e dele separada por uma pequena área de pinhal, existia uma segunda vinha em socalcos (Sector H), na superfície dos quais se recolheram também materiais cerâmicos com as mesmas características. Esta vinha foi recentemente terraplanada (tendo-se destruído os socalcos). Em alguns cortes que ficaram expostos foi possível recolher algumas cerâmicas manuais. Verifica-se, assim, que o povoado se estenderia também por esta área da vertente.

4.3 OS CONJUNTOS ARTEFACTUAIS

Os inúmeros registos artefactuais recolhidos na Malhada foram agrupados, de acordo com um processo classificativo baseado em critérios funcionais e/ou tecnológicos, em oito categorias: recipientes cerâmicos; pesos de tear; colheres; pedra talhada; pedra polida; elementos de moagem; elementos de adorno; elementos metalúrgicos.

4.3.1 Recipientes cerâmicos

Trata-se da categoria artefactual de mais bem representada, embora para isso muito contribua o índice de fragmentação que os materiais cerâmicos tendem sempre a apresentar e, que no caso da Malhada, é elevado.

No conjunto (Anexo 2 - Quadro 2-29) foram registados 22518 fragmentos cerâmicos, correspondendo a um peso de 179, 543 Kg. A grande maioria é composta por fragmentos de bojo. De entre as peças reconstituíveis graficamente foi seleccionado um conjunto para a análise morfológica. Essa selecção teve por base os contextos preservados que forneceram uma quantidade de materiais cerâmicos que apresentassem representatividade estatística. Assim, foram seleccionados os conjuntos cerâmicos das UEs 7, 27 e 3, correspondentes à

sequência estratigráfica preservada do Sector B; a UE102 do Sector D; as UEs 52, 53 e 61 da sequência estratigráfica do Sector C. Embora o depósito UE61 seja resultado de uma escorrência, o carácter homogéneo dos seus materiais sugeria um momento específico de deposição, pelo que foi incluído na análise.

No total, foi possível reconstituir e classificar morfologicamente 841 recipientes. Tal como já foi realizado para as cerâmicas do Castro de Santiago, a classificação tipológica dos recipientes Malhada foi realizada em função do seu universo interno, mas será apresentada recorrendo à numeração da tabela geral construída com os dados proporcionados pelos três principais sítios em estudo (Castro de Santiago, Malhada e Fraga da Pena). Este procedimento visa uma apresentação dos dados que facilite a comparação entre os diferentes contextos. A caracterização específica de cada tipo e subtipo são apresentadas em tabela no Anexo 2 (Anexo 2 - Quadro 2-30), assim como a contabilização dos tipos (Anexo 2, Quadro 2-31, Gráfico 11) e subtipos (Anexo 2 - Quadro 2-32).

Numa análise global e ao nível dos tipos definidos, observa-se um predomínio claro das formas simples, à base da esfera e da elipse. Os tipos mais representativos são as taças (tipo 2) e as tigelas (tipo 4) com 28% e 27% respectivamente, seguidos pelos globulares (tipo 6) com 21%. Em torno aos 10% surgem depois os esféricos (tipo 5) e os recipientes tipo saco (tipo 9). Com uma representatividade mínima (1% ou menos), regista-se a presença de pratos (tipo 1), recipientes de paredes rectas (tipo 7), mini vasos (tipo 10), trococónicos invertidos (tipo 11), grandes potes parabolóides (tipo 12), grandes potes de colo alto estrangulado (tipo 14) e recipientes de carena baixa e colo cilíndrico ou estrangulado (tipo 16). Assim, se foram definidos doze tipos morfológicos, a grande maioria dos recipientes (cerca de 96%) enquadra-se apenas em cinco (taças, tigelas, esféricos, globulares e recipientes tipo saco), os mesmo que constituem a base das morfologias já registadas no Castro de Santiago, onde 99% das formas presentes se integravam nestes mesmos tipos. É, contudo, de destacar a presença (ainda que pouco representativa) de recipientes trococónicos, recipientes de carena baixa, grandes potes parabolóides e bases planas, totalmente ausentes no Castro de Santiago.

Em termos de subtipos, alguns grupos apresentam claramente subgrupos predominantes e outros que são meramente pontuais, com baixa ou nula representatividade estatística (Anexo 2 – Quadro 2-32). Estas diferenciações apenas são estatisticamente significativas nas formas simples do fundo neo-calcolítico local, já que os restantes tipos são sempre constituídos por um reduzido número de ocorrências.

Assim, nas taças, predominam os taças rasas (2.1) seguidas das taças fundas (2.2). Os subtipos de bordo espessado internamente, paredes rectilíneas ou fundo sinuoso (respectivamente 2.3, 2.4 e 2.6) são vestigiais, sendo as taças fechadas ligeiramente mais

bem representadas, mas ainda assim pouco numerosas. Nas tigelas predominam as rasas, as intermédias e as fechadas, valores aproximados. Com pouco mais de uma dezena de exemplares seguem-se as tigelas fundas e, com apenas um exemplar cada, as de bordo invertido e de fundo em *omphalos* são residuais. Os esféricos são exclusivamente simples (5.1), enquanto que os globulares são claramente dominados igualmente pelas morfologias de bordo simples ou colo esboçado. Os de colo desenvolvido (estrangulado, troncocónico ou cilíndrico) apresentam-se bem representados, mas sempre com valores inferiores a 1/3 dos primeiros. Finalmente, nos recipientes "tipo saco", a quase totalidade é de bordo simples, ocorrendo apenas dois casos de bordo exvertido.

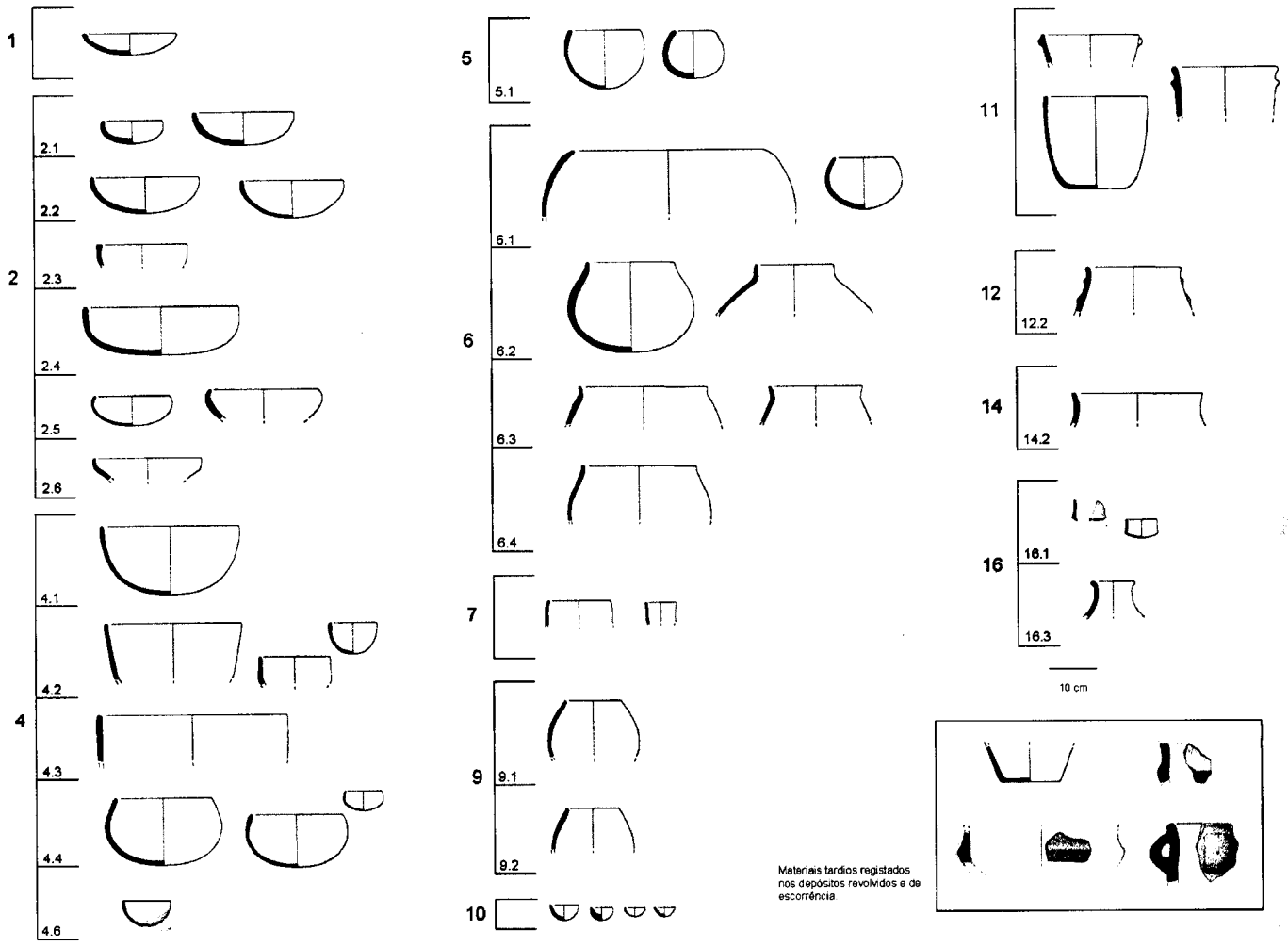


Figura 4-1 – Tabela de formas dos recipientes cerâmicos da Malhada.

Em termos morfológicos é ainda de realçar, pela sua particularidade no contexto local e regional, a presença de vários (seis exemplares) de bordos espessados externamente de perfil subrectangular. Estes bordos ocorrem sempre em recipientes

globulares ou tipo saco e sempre associados a decorações "espinhadas" e num caso num recipientes liso (Anexo 4 – Estampa 61: 2, 7, 8 e 10).

Embora a base inicial da classificação do aparelho cerâmico seja a morfologia dos recipientes, as questões de tamanho, decoração e tecnologia constituem-se igualmente como importantes critérios de caracterização.

O tamanho, conjugado com a morfologia dos recipientes, poderá ser um indicador importante em questões de funcionalidade. Note-se que todos os tipos são definidos com base em critérios morfológicos, mas um, os mini vasos, é definido recorrendo essencialmente ao critério tamanho, já que este lhes impõe obrigatoriamente funcionalidades específicas. Assim, tal como foi feito para o Castro de Santiago, procedeu-se a uma análise que cruza forma e tamanho, isto é, que considera uma classificação de tamanhos dentro de cada tipo ou subtipo. Como critério de avaliação do tamanho foi utilizado o volume dos recipientes, calculado a partir das reconstituições gráficas. Todavia, o elevado grau de fragmentação que dificultou essas reconstituições foi um factor condicionador importante da análise volumétrica, sobretudo para as formas que não são à base de segmentos esféricos ou elípticos. Assim, vários dos recipientes contabilizados com forma, não permitindo um reconstituição integral fiável, não permitiram o cálculo directo de volume. Para estas situações, e com o objectivo de elevar o número da amostra trabalhada, seguiu-se um procedimento já utilizado com sucesso no Castro de Santiago. Tratando-se na maioria de morfologias à base da esfera ou da elipse, verifica-se que existe uma tendência para que a dimensão dos diâmetros máximos acompanhem a capacidade volumétrica. A relação não é directa, mas pode ser aproximada com base nos dados proporcionados pelos recipientes que permitem a determinação volumétrica, isto é, com base nos valores inferior e superior dos diâmetros máximos que cada classe de volumes apresenta em cada Tipo/Subtipo (Anexo 2 - Quadros 2-33 e 2-34). As morfologias que possibilitam esta estimativa indirecta são sobretudo as mais simples e à base da esfera ou elipse, ou seja, as taças, as tigelas, os esféricos e os globulares, tendo-se, no caso das taças e tigelas, centrado a análise nos subtipos que forneciam uma amostra significativa. No caso dos esféricos e globulares, como as volumetrias determinadas eram escassas, foram analisados ao nível do tipo e não de subtipos.

A análise volumétrica destas formas (Anexo 2 - Gráficos 2-15 e 2-16) permite observar os seguintes resultados: as taças (subtipos analisados foram os 2.1 e 2.2) registam um predomínio de volumes das classes 3 e 4: as tigelas, subtipos 4.1 e 4.2, predominam de forma relativamente bem distribuída entre as classes 2, 3, 4 e 5, enquanto que o subtipo 4.4 apresenta volumes mais distribuídos pelas várias classes, sobretudo entre a 2 e a 6; os esféricos distribuem-se entre a classe 2 e a 6, enquanto os globulares predominam entre a 5

e a 7, ou seja, quando a representatividade dos esféricos diminui nos volumes maiores os globulares aumentam. Este comportamento da base morfológica destes conjunto cerâmico relativamente às dimensões volumétricas é extremamente semelhante, nas suas linhas gerais, ao observado para o equipamento cerâmico do Castro de Santiago. As formas abertas e os esféricos preenchem o espaço mediano do espectro de classes de volumes definidas, cabendo aos globulares dominarem o espaço dos volumes superiores. Os volumes mínimos, em ambos os contextos, correspondem a mini vasos. Contudo, no que respeita aos maiores volumes, no Castro de Santiago foi observada a presença de um bordo de grande recipiente tipo saco que não possibilitou cálculo ou estimativa volumétrica (que na altura do estudo foi considerado, pelo tamanho, como um tipo isolado – tipo 10, Valera, 1997: 70-71). Na Malhada, as formas com maiores volumes calculados são os globulares, contudo, as formas 12 (subtipo 12.2) e 14 (14.2) corresponderão a grandes potes, fundos e de base plana, cuja forma integral é impossível de determinar a partir dos fragmentos registados, os quais apenas permitem a reconstituição da boca e uma percepção intuitiva da sua morfologia global. Estes recipientes corresponderão aos maiores volumes do conjunto cerâmico do povoado, com paralelos em formas equivalentes que foram definidas (e com reconstituição mais completa) na Fraga da Pena (Cf. capítulo 5).

Assim, o equipamento cerâmicos proveniente dos depósitos conservados dos Sectores B, C e D correspondem dominantemente a volumetrias pequenas e médias, estando as grandes essencialmente associadas aos globulares (que corresponde ao quarto grupo tipológico mais representativo no sítio) e as muito grandes (que poderemos mais directamente relacionar com o armazenamento) representadas pelos grandes potes fundos que na globalidade do conjunto das cerâmicos do povoado são residuais.

Quanto à relação formas abertas/fechadas, verifica-se que 411 exemplares (48,8%) apresentam morfologias abertas, 420 (50%) fechadas e 10 (1,2%) abertas fundas.

No que concerne à decoração, no total dos fragmentos cerâmicos recolhidos foram registados 576 fragmentos decorados. Em termos da representatividade dos recipientes decorados no conjunto global das cerâmicas recolhidas na Malhada, a percentagem varia de acordo com os universos considerados. Se utilizarmos a relação entre o número total de fragmentos cerâmicos e o número total de fragmentos decorados, a percentagem obtida é extremamente baixa: 2,6%. Contudo, se recorrermos ao universo das formas reconstituídas, a percentagem sobe para 8,9%. Esta última percentagem é próxima da registada na fase mais recente do Castro de Santiago (8,2%) e não muito afastada da média das duas fases daquele sítio (7,5%), as quais foram calculadas recorrendo ao universo de formas que foram reconstituídas, o qual é muito semelhante nos dois estudos (815 para o Castro de Santiago e 841 para a Malhada).

Em termos de conjugação da decoração com a morfologia, esta apenas foi possível de realizar em 87 casos, dado o estado bastante fragmentado em que as cerâmicas se apresentavam. Verifica-se que os recipientes globulares são os que apresentam uma maior percentagem de exemplares decorados (33,3%), seguidos das tigelas (25,3%), esféricos (14,9%), taças (12,6), recipientes "tipo saco" (8,1%), trococónicos invertidos e grandes potes (com 2,3% cada), mini vasos (1,2%) (Anexo 2 – Quadro 2-36). Verifica-se, assim, que, apesar do equipamento cerâmico apresentar elevadas percentagens de morfologias abertas, estas apenas apresentam uma percentagem de decoração de 34%, a qual incide dominantemente sobre as morfologias fechadas ou abertas fundas, com 66% de recipientes decorados.

Na globalidade das cerâmicas que foram objecto de classificação tipológica a percentagem de recipientes decorados é, como vimos, de 8.9%. Em termos dos depósitos utilizados como base de análise, verifica-se que no Sector B a Fase 1 (UE7) apresenta 7% de recipientes decorados com forma atribuída, a Fase 2 (UE27) apresenta 9,5% e a Fase 3 regista 4,4%. Assim, as Fases 1 e 2 apresentam valores próximos da percentagem global, enquanto a Fase 3 parece indiciar uma redução na percentagem de decorações para valores de cerca de metade da percentagem global. No Sector C, a Fase 1 (UE52) revelou 15,5% e a Fase 2 (UE53) 8,2%, tendo o depósito de escorrência UE61 apresentado um valor de 9%. Se estes dois depósitos apresentam uma representatividade de cerâmicas decoradas que se enquadra na percentagem global, já o depósito da Fase 1 proporciona um valor comparativamente alto, o mais alto de todo o sítio. Esta situação faz com que, também na estratigrafia deste sector, se observe uma tendência de redução da percentagem de decorações entre os recipientes com forma atribuída nos depósitos mais recentes. Assim, em termos das sequências estratigráficas com mais de uma fase de ocupação (Sectores B e C), parece existir uma tendência para alguma redução do número de cerâmicas decoradas em ambos os sectores nas fases finais de ocupação. Contudo, só no caso da UE 3 essa percentagem se reduz com algum significado relativamente ao valor global.

No que respeita à localização das decorações nos recipientes cerâmicos, a elevada fragmentação dos materiais fez com que em 79,3% dos casos essa localização fosse indeterminável. De entre as situações em que foi possível perceber, com uma margem de dúvida aceitável, a localização e a abrangência das organizações decorativas, verificou-se que 14,6% (84 casos) se encontravam junto ao bordo e até 1/3 da peça; 5,4% (31 casos) iniciavam-se junto ao bordo, abrangendo até 2/3 da peça. Em 0,4% registou-se uma decoração abrangente de mais de 2/3 da peça (dois casos de peças de reduzidas dimensões). Num caso (0,2%) a decoração abrangia apenas o segundo 1/3 da peça e noutro (igualmente 0,2%) surgia na parte interior de um bojo. Assim, embora a percentagem de indeterminação seja demasiado elevada, os casos em que a mesma foi possível

parecem indiciar uma clara tendência para decorações restritas ao terço superior exterior da peça, imediatamente abaixo do bordo.

As técnicas decorativas presentes são a incisão, a impressão, a incrustação a pasta branca e a aplicação plástica, ocorrendo a conjugação destas variantes técnicas. A incisão domina claramente, com 70,1% de ocorrências, seguindo-se a larga distância a impressão, com apenas 18,9%. Estas duas técnicas aparecem conjugadas em 7,6% dos fragmentos decorados, dos quais 1% apresenta também incrustação a pasta branca. Impressão e incrustação a pasta branca surgem ainda em 0,3% de ocorrências. Finalmente a decoração plástica aparece com 3%, sendo que em 1,4% se apresenta associada à impressão. Deste modo, a técnica incisa é o procedimento técnico claramente privilegiado, seguido, a larga distância, pelas impressões. Aplicações plásticas e incrustações a pasta branca tem percentagens residuais de 3% e 1,3% respectivamente.

A análise das organizações decorativas partiu das tipologias já elaboradas anteriormente para o Castro de Santiago e das alterações que agora lhe foram introduzidas, efectuando-se os necessários reajustamentos e acrescentos. Foram definidos 13 grupos, mais cinco que para o Castro de Santiago[2]. Dentro de cada grupo (identificado por uma letra maiúscula de maiores dimensões) foram definidos subgrupos (identificados por maiúsculas de menores dimensões) e, dentro destes, foram consideradas variantes (identificadas por números), seguindo os critérios já apresentados no Capítulo 3.

DESCRIÇÃO DA TABELA DE ORGANIZAÇÕES DECORATIVAS

Grupo	Subgrupo	Variante	Descrição
A			**Organização de tendência horizontal e localização restrita, tendo como motivo base a canelura incisa.**
		1	Uma canelura fina abaixo do bordo.
		2	Uma canelura larga abaixo do bordo.
		3	Duas caneluras finas abaixo do bordo.
		4	Duas caneluras largas abaixo do bordo.
		5	Múltiplas caneluras finas, num mínimo de sete, a partir do bordo.
		6	Múltiplas caneluras finas, num mínimo de três, com localização indeterminada
		7	Uma canelura fina com localização indeterminada.

	Organização de tendência horizontal e restrita, podendo por vezes ser mais abrangente da parede do recipiente. Tem como motivo base a "espinha" obtida através de traços incisos diagonais convergentes ou puncionamentos alongados do tipo "falsa folha de acácia". Este motivo base pode ser ou não enquadrado por caneluras. Excepcionalmente podem apresentar uma tendências verticais.

[2] Em Santiago foram inicialmente (Valera, 1997) definidos 9 grupos. Contudo, na reformulação levada acabo no presente trabalho, esses grupos ficariam reduzidos a 8 (Cf. Capítulo 3).

B			Organização em que os motivos espinhados se apresentam de forma simples e com uma tendência horizontal.
	BB	1	Motivo espinhado horizontal formado por duas faixas de traços diagonais convergentes.
		2	Banda de espinhado formada por três faixas de traços diagonais convergentes.
		3	Banda de espinhado formada por quatro faixas de traços diagonais convergentes
		4	Banda de espinhado formada por múltiplas faixas de traços diagonais convergentes, num mínimo de cinco.
		5	Banda de espinhado formada por múltiplas faixas de traços diagonais convergentes, num mínimo de seis.
		1a	Banda espinhada com duas faixas de puncionamentos alongados diagonais convergentes.
		2a	Banda espinhada com três faixas de puncionamentos alongados diagonais convergentes.
		3a	Banda espinhada com quatro faixas de puncionamentos alongados diagonais convergentes.
	BA		Organização em que os motivos espinhados, com igual tendência horizontal, são enquadrados (em cima ou em cima e em baixo) por caneluras ou se apresentam cortados na horizontal por traços incisos.
		1	Motivo espinhado horizontal formado por duas faixas de traços diagonais convergentes, delimitado em cima por uma canelura.
		2	Banda de espinhado formada por três faixas de traços diagonais convergentes, delimitada em cima por uma canelura.
		3	Banda de espinhado formada por quatro faixas de traços diagonais convergentes, delimitada em cima por duas caneluras.
		4	Motivo espinhado horizontal formado por duas faixas de traços diagonais convergentes, delimitado em cima por uma canelura e em baixo por outra.
		5	Motivo provavelmente espinhado, de que apenas é perceptível a primeira faixa de traços diagonais, delimitado em cima por seis caneluras.
		6	Motivo provavelmente espinhado, de que apenas é perceptível a primeira faixa de traços diagonais, delimitada em baixo por uma canelura (que cruzaria ao centro o espinhado) e por um mínimo de duas caneluras em cima.
		7	Bandas espinhadas (pelo menos duas) delimitada por linhas incisas nas extremidades conservadas.
		8	Banda d espinhado com três faixas de traços diagonais, cruzada por linhas incisas nos pontos de contacto das faixas.
	BC		Organizações de motivos espinhados de tendência vertical ou que conjugam as a horizontalidade com a verticalidade.
		1	Aparente métopa de motivo espinhado composto por múltiplas faixas de traços diagonais incisos, delimitada (no limite conservado) por um traço vertical inciso.
		2	Banda de seis linhas horizontais que entroncam com um espinhado vertical formado por duas faixas de traços diagonais, com os vértices para baixo.

C			**Organização horizontal, restrita ou de tendência abrangente, que tem como motivo básico o xadrez obtidos por traços diagonais que se cruzam, o qual pode aparecer de forma simples ou conjugado com outros motivos (caneluras, espinhados, triângulos preenchidos, etc.)**
	CA		Bandas de xadrez enquadradas por caneluras.
		1	Banda de xadrez delimitada em cima por canelura (parte inferior indeterminada).
		2	Mínimo de duas bandas de xadrez delimitadas por caneluras (parte inferior indeterminada)
		3	Banda de xadrez delimitada em cima por três caneluras (parte inferior indeterminada).
	CAB	1	Banda de xadrez e banda e espinhado separadas por canelura (limites superior e inferior indeterminados).
	CC	1	Banda de xadrez simples (limites superior e inferior indeterminados).
	CAD		Bandas ou métopas de xadrez conjugadas com motivos de tendência triangular.
		1	Banda de xadrez e triângulo inciso preenchido por ponteado, separados por duas caneluras finas (limite superior indeterminado)
		2	Métopa em xadrez delimitada por traços incisos diagonais seguidos de espaço não decorado, delimitados em cima por uma canelura (limite inferior indeterminado).

	Organização de tendência horizontal em que o motivo base são os triângulos pendentes lisos ou preenchidos, podendo ou não estar associados a caneluras.

D			Triângulos pendentes lisos ou preenchidos.
	DD	1	Triângulos incisos pendentes lisos.
		2	Triângulos incisos pendentes preenchidos por ponteado.
		3	Triângulos incisos pendentes sucessivamente preenchidos por outros triângulos incisos.
		4	Triângulos incisos pendentes preenchidos por espinhado.
		5	Triângulos incisos pendentes preenchidos por traços paralelos.
		6	Triângulos incisos pendentes preenchidos por bandas de traços verticais.
		7	Dois triângulos incisos unidos por vértices e preenchidos a ponteado. O ponteado evidencia restos de preenchimento a pasta branca. Limites superior e inferior indeterminados. Poderá corresponder a um motivo integrável na iconografia da "cerâmica simbólica" calcolítica característica das áreas mais meridionais.
		8	Triângulos incisos pendentes preenchidos por puncionamentos diagonais.
		9	Triângulo inciso com puncionamentos de matriz triangular no interior e no exterior. Limites superior e inferior indeterminados.
		10	Triângulos incisos preenchidos parcialmente por puncionamentos laterais.
		11	Triângulos incisos pendentes preenchidos por puncionamentos laterais arrastados. Limite superior indeterminado.
		12	Triângulos incisos pendentes preenchidos por traços diagonais. Limite superior indeterminado.
	DA		Triângulos incisos pendentes lisos ou preenchidos delimitados por caneluras.
		1	Triângulos incisos pendentes lisos delimitados superiormente por uma canelura.
		2	Triângulos incisos pendentes lisos delimitados superiormente por um mínimo de quatro caneluras.
		3	Triângulos incisos pendentes preenchidos por ponteado delimitados superiormente por uma canelura. O ponteados podem apresentar restos de preenchimento a pasta branca.
		4	Triângulos incisos pendentes preenchidos por puncionamentos diagonais delimitados superiormente por uma canelura.
		5	Triângulos incisos pendentes sucessivamente preenchidos por outros triângulos incisos, delimitados superiormente por uma canelura.
		6	Triângulos incisos pendentes preenchidos por traços paralelos delimitados superiormente por uma canelura.
		7	Triângulos definidos por linha zigzagueante de impressões a espátula arrastada, delimitados superiormente por uma canelura e em baixo por uma linha de impressões a espátula arrastada.
		8	Triângulos incisos pendentes preenchidos por ponteado delimitados superiormente por caneluras, sendo o espaço entre as caneluras parcial e alternadamente preenchidos por duplas linhas de ponteado.
		9	Triângulos lisos definido por traços largos e delimitado superiormente por três caneluras.
		10	Triângulos incisos pendentes preenchidos por ponteado delimitados superiormente por duas caneluras.
	DF	1	Triângulos incisos preenchidos por traços paralelos delimitados superiormente por uma banda de impressões rombas.

E			**Organizações em faixas de tendência vertical paralelas.**
		1	Faixa de ponteado delimitada lateralmente por linhas incisas (limites superior e inferior indeterminados).
		2	Faixa de ponteado com um dos lados delimitado por linha incisa (limites superior e inferior indeterminados). O ponteado apresenta preenchimento a pasta branca.
		3	Faixas de traços incisos horizontais paralelos.

			Organizações de tendência horizontal à base de bandas de linhas de impressões realizadas com punções ou matrizes, podendo ou não ser delimitadas por caneluras.
	FA		Bandas de impressões delimitadas por caneluras.
		1	Mínimo de um banda de impressões com punção chato e extremidade irregular delimitada em cima por uma canelura (limite inferior indeterminado).
		2	Linha de puncionamentos junto ao bordo delimitada em baixa por duas linhas incisas.
		3	Banda de ponteado duplo delimitada em cima e em baixo por duas linhas incisas.
		4	Mínimo de três bandas de impressões com punção chato e extremidade irregular delimitada

F			em cima por uma canelura (limite inferior indeterminado).
		5	Mínimo de um banda de impressões com espátula lateral arrastada delimitada em cima por uma canelura (limite inferior indeterminado).
		6	Duas bandas de impressões semi circulares ligeiramente sobrepostas delimitadas em baixo por uma canelura.
		7	Banda de três linhas de puncionamentos verticais delimitada em cima por uma canelura.
	FF		Bandas de impressões realizadas com punções e matrizes.
		1	Banda de duas linhas de impressões a espátula lateral arrastada.
		2	Banda com mínimo de duas linhas de impressões a punção rombo lateral arrastado (limites superior e inferior indeterminados).
		3	Banda com mínimo de duas linhas de impressões a punção (limites indeterminados).
		4	Banda com mínimo de duas linhas de impressões ponteadas a punção (limites superior e inferior indeterminados).
		5	Banda com mínimo de três linhas de impressões a espátula lateral arrastada (limites superior e inferior indeterminados).
		6	Banda com mínimo de três linhas de impressões a punção chato e extremidade irregular (limites superior e inferior indeterminados).
		7	Banda com mínimo de três linhas de impressões a punção lateral (limites superior e inferior indeterminados).
		8	Banda com mínimo de duas linhas de impressões a pente arrastado (limites superior e inferior indeterminados).
		9	Banda com duas linhas de impressões triangulares "deitadas".
		10	Banda com mínimo de duas linhas de impressões em forma de quarto minguante alargado (limites superior e inferior indeterminados).
		11	Banda com mínimo de duas linhas de impressões a punção chato e extremidade irregular (limites superior e inferior indeterminados).
		12	Banda com duas linhas de impressões triangulares pendentes.
		13	Banda com mínimo de duas linhas de impressões a punção lateral (limites superior e inferior indeterminados).
		14	Banda com mínimo de três linhas de impressões a pente arrastado (limites superior e inferior indeterminados).
		15	Banda com o mínimo de três fiadas e meia de impressões ponteadas (limites superior e inferior indeterminados).
		16	Linha de impressões a punção lateral.
		17	Impressões ponteadas distribuídas de forma aleatória.
		18	Banda de cinco linhas de impressões trapezoidais.
		19	Banda de cinco linhas de impressões ponteadas e um linha pendente de impressões igualmente ponteadas.
		20	Banda com mínimo de duas linhas de impressões a punção rombo lateral (limites superior e inferior indeterminados).
		21	Banda de quatro linhas de impressões a punção lateral.
		22	Banda de cinco linhas de impressões a pente lateral.
		23	Banda com mínimo de uma linha de impressões a espátula lateral.
		24	Banda com mínimo de uma linha de impressões ovaladas ligadas enter si.
		25	Banda abrangente com múltiplas linhas de impressões com caule oco (limites inferior e superior indeterminados).
		26	Banda abrangente com múltiplas linhas de impressões ponteadas (limites inferior e superior indeterminados).
		27	Banda de três linhas de impressões a pente lateral.
		28	Banda com mínimo de duas linhas de impressões em quarto minguante alargado (limites superior e inferior indeterminados).
		29	Banda com mínimo de uma linha de impressões a punção geminadas (limites superior e inferior indeterminados).
		30	Banda com mínimo de uma linha de impressões em quarto crescente fino.
		31	Banda de três linhas com impressões a punção lateral arrastado.
		32	Banda de duas linhas de impressões a punção lateral.

H			**Organizações de tendência horizontal à base de bandas de traços verticais simples ou cortadas por linhas horizontais, delimitadas ou não por caneluras.**
	HH		Bandas de traços incisos verticais simples ou delimitadas e/ou cortadas por linhas horizontais
		1	Banda de traços verticais delimitados por duas linhas horizontais.
		2	Duas bandas de traços verticais delimitados por linhas incisas.
		3	Banda de traços verticais cruzada a meio por linha incisa.
		4	Banda de traços verticais.
		5	Traços verticais intercalados com traços horizontais delimitados em baixo por linha incisa (parte superior indeterminada).
		6	Faixas de traços horizontais intercaladas por faixas de traços diagonais, delimitadas em cima por uma linha incisa (limite inferior indeterminado).
		7	Banda de traços verticais incisos (parte de cima indeterminada).
		8	Duas bandas de traços incisos (parte de cima indeterminada).
	HA		Bandas de traços verticais delimitadas, delimitadas por caneluras.
		1	Banda de traços incisos verticais delimitada em cima por três linhas incisas (limite inferior indeterminado).
		2	Banda de traços incisos verticais delimitada em cima por canelura (limite inferior indeterminado).

I			**Organizações à base de motivos penteados incisos ou linhas ondulantes.**
	IL		Bandas penteadas rectas horizontais ou verticais.
		1	Banda recta de penteado inciso.
		2	Duas bandas rectas de penteado inciso.
		3	Banda recta de penteado inciso com impressões espaçadas da matriz.
		4	Bandas rectas de penteado inciso verticais e paralelas.
		5	Bandas verticais de penteado inciso horizontal. A verticalidade das bandas é obtida por brunimento de faixas verticais que apagam e interrompem a banda horizontal.
	IO		**Organizações à base de motivos penteados ondulados.**
		1	Banda horizontal de penteado ondulado.
		2	Duas bandas horizontais de penteado ondulado.
		3	Banda larga de penteado ondulado.
	ILO	1	Linhas ondulantes num número mínimo de três.

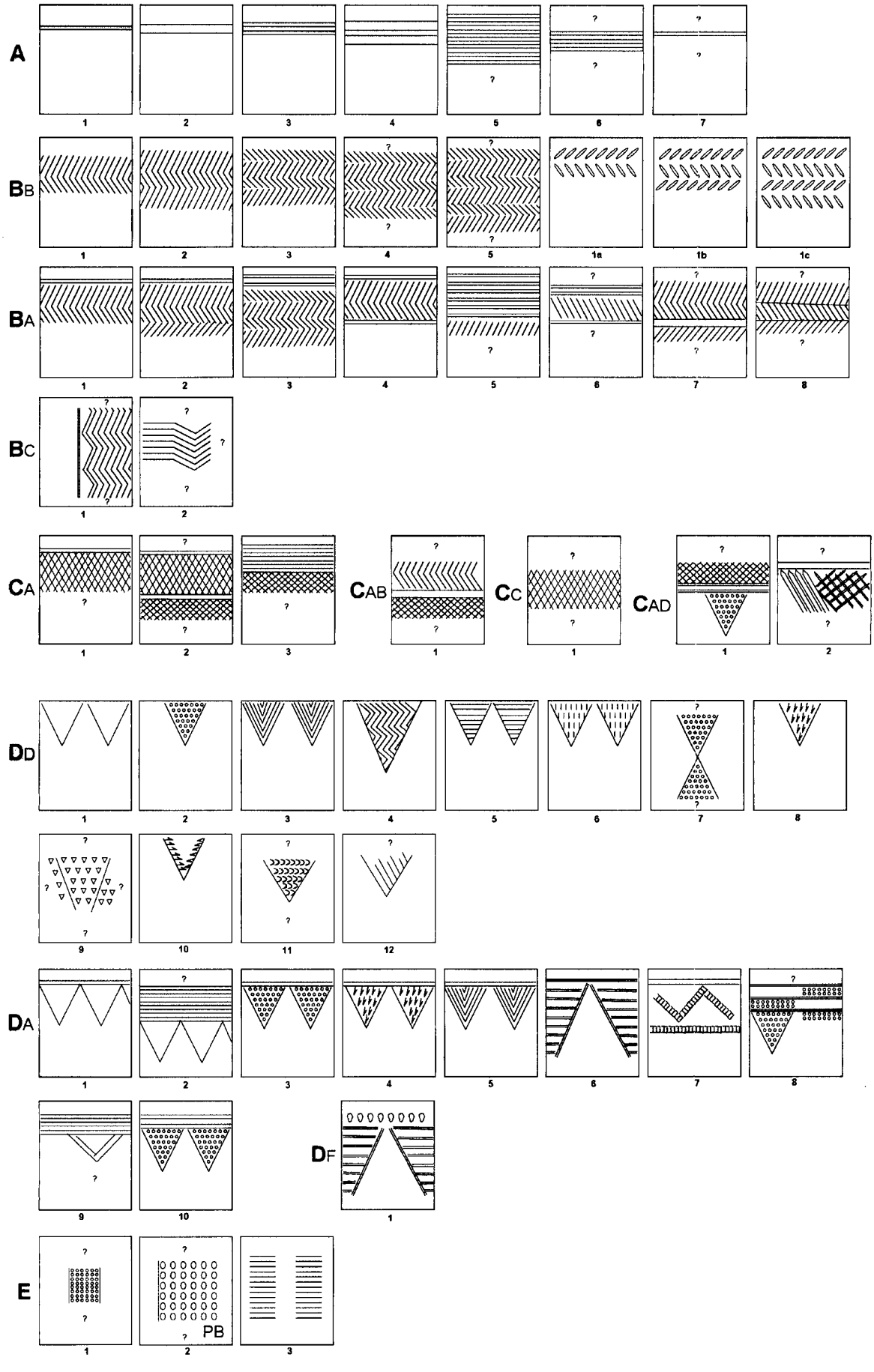
J			**Organizações à base de motivos curvos**
		1	Duas bandas de traços incisos curvos.
		2	Canelura da qual partem traços incisos que formam pequenas "grinaldas" pendentes.
		3	Traços curvos e possíveis traços de um motivo raiado. A fractura não permite uma leitura integral, sendo possível que sejam motivos iconográficos da "cerâmica simbólica": sol raiado e linhas incisas (quebradas ou não) interpretadas como tatuagens faciais.

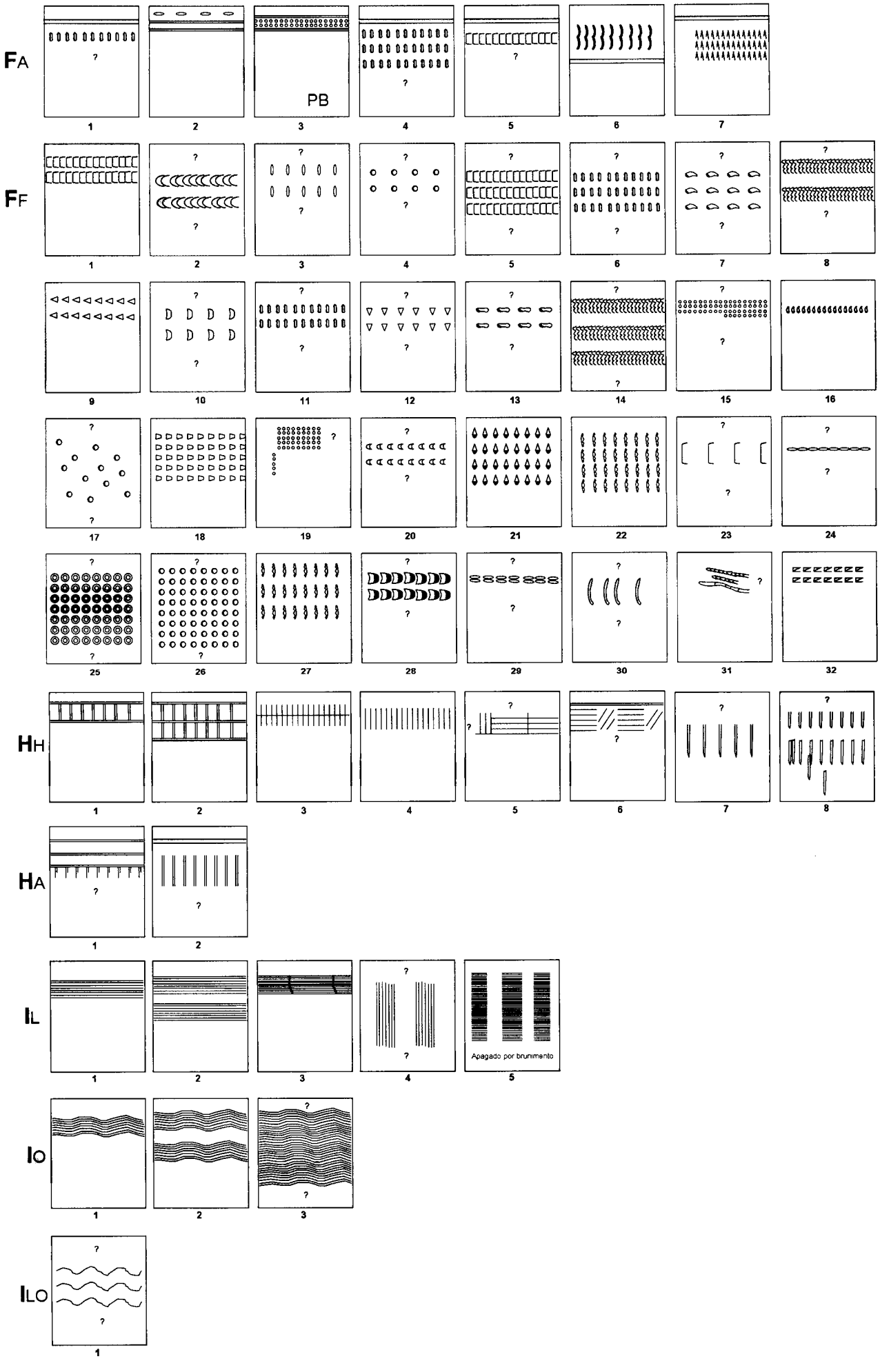
L			**Organizações à base de cordões plásticos.**
		1	Cordão plástico simples horizontal.
		2	Cordão plástico horizontal com digitações.
		3	Cordão plástico horizontal com ungulações.
		4	Dois cordões plásticos simples horizontais.
		5	Cordão plástico horizontal com ungulações, do qual parte, em forma de grinalda, um outro cordão plástico curvo.

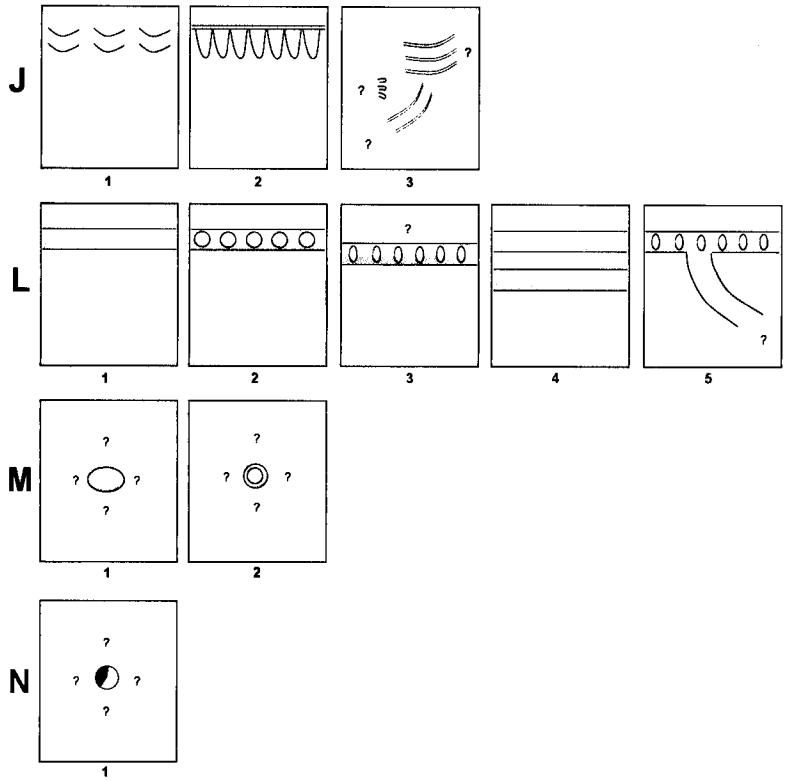
M			**Organizações à base de aplicações plásticas mamiladas.**
		1	Mamilos ovalados.
		2	"Pastilhas" com ligeira depressão interna.

N		1	**Depressão circular de perfil cónico, obtida por impressão.**

Figura 4-2 – Tabela de organizações decorativas




FA
PB
FF
HH
HA
IL
Apagado por brunimento
IO
ILO



Tal como a situação registada em Santiago, o elevado índice de fragmentação dos recipientes dificulta a análise das organizações decorativas, inviabilizando a classificação de algumas e levantando dúvidas sobre as atribuições tipológicas efectuadas para outras.

Em termos gerais, e tomando como referência a totalidade de fragmentos, verifica-se que a organização claramente dominante é a B (organizações à base de motivos espinhados), com cerca de 33%, seguida da organização F (bandas horizontais de linhas de impressões) com cerca de 20%. Seguem-se as organizações D (à base triângulos pendentes com ou sem preenchimento), A (à base de caneluras) e I (à base de motivos penteados), com cerca de 11% as duas primeiras e 8% a terceira. Com baixas representatividades (abaixo dos 2,5%) temos as restantes organizações decorativas.

Um número significativo de recipientes decorados (cerca de 75% do total) reúne-se, assim, em apenas quatro grupos: B, F, A e D (por ordem de representatividade). O número relativamente elevado de sub grupos e variantes face à percentagem global reduzida de cerâmicas decoradas e do número igualmente restrito dos principais grupos de organizações decorativas, revela uma variação estilística em torno dos mesmos padrões e motivos base. Estes podem resumir-se numa clara tendência para a horizontalidade, de localização restrita (sobretudo na área imediatamente abaixo do bordo), recorrendo essencialmente a motivos espinhados, caneluras, triângulos pendentes preenchidos e bandas de linhas de impressões, os quais são frequentemente conjugados. Essas conjugações são sobretudo as das caneluras com todos os outros motivos, servindo aquelas como uma delimitação superior, a partir da qual se desenvolvem os outros motivos, ou

"enfaixando-os" superior e inferiormente. Com menor representatividade, mas enquadrável neste conjunto de organizações (e conjugando-se com os seus motivos), são de referir também os grupos C (onde o motivo valorizado são as bandas de xadrez) e H (à base da bandas de traços verticais).

Dos restantes grupos, destacam-se as organizações à base de motivos penteados que, evidenciando também uma tendência dominantemente horizontal, são isoláveis pela especificidade dos motivos, da matriz utilizada e porque sugerem expressões mais abrangentes, para além de poderem, como será adiante discutido, ter uma expressão cronológica e cultural específica.

As restantes organizações são pouco expressivas do ponto de vista estatístico, sendo, contudo, de destacar a presença já de decorações plásticas à base de cordões simples ou digitados e de mamilos, assim como da incrustação a pasta branca, ambas ausentes, por exemplo, no Castro de Santiago (Cf. Capítulo 3).

Em termos de distribuição espacial, quando comparamos os três principais sectores (que forneceram números estatisticamente relevantes), e considerando cada sector como um todo (portanto, sem levar em conta as suas diferenciações estratigráficas), verifica-se na globalidade um comportamento relativamente semelhante dos vários grupos estilísticos definidos (Anexo 2 – Quadros 2-37 e 2-38; Gráfico 2-17), com excepção da organização I (penteados) no Sector C, onde curiosamente não aparecem, surgindo com valores de 11,6% (25 exemplares) no Sector B e 18,7% (14 exemplares) no Sector D.

No que respeita ao Sector B, as duas primeiras fases de ocupação desta área do povoado, evidenciam uma distribuição semelhante no que respeita às organizações decorativas presentes e sua representatividade (Anexo 2 – Quadro 2-39; Gráfico 2-18). A percentagem de decorações do grupo B (espinhados) na Fase 2 poderá ser explicada pelo número reduzido da amostra (apenas 19 exemplares). A proximidade relativamente à imagem obtida para o espectro de decorações global do sítio é também grande, com o grupo B dominante, seguido grupo F e depois dos grupos A e D (este último sem significado na Fase 2). A principal diferença relativamente ao espectro global encontra-se no grupo I (penteados) que nestas duas primeiras fases de ocupação do Sector apresentam percentagens bastante reduzidas (1% e 5%).

É também neste grupo que se verifica a alteração de maior significado na Fase 3 de ocupação e entre os materiais dos contextos superiores revolvidos. De facto, se se observa um comportamento estatístico semelhante ao das primeiras fases para os restantes grupos estilísticos (excepção feita ao grupo D que também é pouco representativo nos depósitos revolvidos), relativamente ao grupo I (penteados) observa-se um crescimento percentual significativo, passando para valores acima de 23% e 24%.

Deste modo, a estratigrafia do Sector B apresenta uma imagem geral próxima do espectro estilístico global do sítio, destacando-se, dentro do comportamento estatístico dos vários grupos estilísticos, um crescimento da presença das organizações penteadas da primeira para a última fase.

Quanto ao Sector C (Anexo 2 – Quadro 2-39; Gráfico 2-19), e para além da já destacada ausência de organizações penteadas, observa-se uma menor preponderância das organizações espinhadas (grupo B), que apresentam, nas duas fases de ocupação identificadas no sector, valores muito próximos, sendo de destacar o aumento da primeira para a segunda fase das organizações à base de caneluras (grupo A), que atingem uma percentagem próxima dos grupos mais representativos (B e F). De sublinhar, ainda, o aumento na Fase 2 (e depósitos superiores de escorrência) um incremento nas decorações plásticas dos grupos L e M. Note-se que as decorações plásticas encontram a sua maior representatividade (que contudo nunca ultrapassa os 5%) neste depósito da última fase de ocupação do Sector C, nas escorrências que o cobrem e no solo de ocupação do Sector D.

Fora do conjunto de materiais que constituíram o universo de análise acima trabalhado, existe um conjunto restrito de materiais recolhidos em escorrências, depósitos de cobertura de vertente e nas terras revolvidas da vinha que merece referência pelas características morfológicas que apresenta (Anexo 4 – Estampa 63). Trata-se de um conjunto de bases planas, de fragmentos dom cordões plásticos digitados e ungulados, de um bordo de grande recipiente de colo estrangulado com asa de fita e de uma taça de carena média ombreada. Estes materiais, no seu conjunto, apresentam características tipológicas que sugerem já uma cronologia mais tardia, eventualmente integrável no início da Idade do Bronze. Contudo, como vimos, alguns destes atributos ocorrem já, ainda que de forma vestigial, nos contextos preservados das ocupações calcolíticas do sítio. Os cordões plásticos surgem em dois grande potes de colo (forma, 12) no Sector D, enquanto que as bases planas, apesar de nenhuma ter sido registada nos contextos calcolíticos preservados, fariam parte de algumas morfologias ali reconhecidas, como os potes do Tipo 12 ou os recipientes troncocónicos (que ocorrem logo no início da ocupação do Sector B). Já as carenas médias ombreadas e os grandes potes de colo estrangulado com asas não foram registados.

Assim, existem alguns materiais recolhidos em contextos de revolvimento ou escorrência que poderão apontar para uma cronologia um pouco mais tardia, já integrável no início da Idade do Bronze, embora alguns desses traços tardios ocorram já em contextos calcolíticos, ainda que com representatividade pouco expressiva. O facto destes materiais se encontrarem integrados em depósitos de escorrência e de cobertura de vertente poderá

indiciar que a ocupação final do sítio terá atingindo o momento de transição/arranque da Idade do Bronze na região. Esta questão voltará a ser discutida mais à frente.

Do ponto de vista da produção cerâmica da Malhada, procedeu-se a um estudo arqueométrico das pastas, o qual, para além deste sítio, abrangeu também os sítios do Castro de Santiago, Fraga da Pena e Quinta da Assentada (Dias *et. al.*, 2005). Este estudo visava a caracterização das tecnologias de produção e a determinação de possíveis áreas de abastecimento de matérias-primas e de eventuais importações. Para tal foi igualmente realizada uma amostragem das principais formações geológicas da área de estudo, com particular incidência nas áreas periféricas do Castro de Santiago, Malhada e Fraga da Pena.

No que respeita à Malhada, foram analisadas 83 amostras correspondendo a 80 recipientes e 3 pesos de tear, procurando-se que as mesmas fossem representativas dos principais sectores intervencionados, grupos tipológicos definidos, das duas categorias de produções cerâmicas e do espectro cronológico sugerido pelos contextos, datações e materiais do sítio. Os resultados da análise das amostras de recipientes e pesos foram ainda confrontados com os resultados da análise química de potenciais fontes de matéria-prima representativas da variabilidade geológica da área de estudo (Capítulo 2 – Figura 2-9).

Assim, em termos tecnológicos, verificou-se que as pastas apresentam uma grande quantidade de elementos não plásticos, de tamanho variável, revelando texturas de grande irregularidade, a par de algumas mais cuidadas onde os elementos não plásticos são mais finos, conferindo à pasta uma aparência mais homogénea. Estas últimas estão sobretudo associadas a cerâmicas mais finas. Relativamente às temperaturas de cozedura, as análises químicas evidenciam que estas teriam sido relativamente baixas, não ultrapassando os 500º / 600º. Em termos geoquímicos, as pastas apresentam alguma heterogeneidade, tendo sido definidos três grandes grupos:

- Um, que reúne a maioria dos fragmentos, revelando afinidades geoquímicas com matérias-primas provenientes da alteração de granitos;
- Outro, minoritário, que apresenta um comportamento geoquímico que o aproxima essencialmente das matérias-primas provenientes dos filões de doleritos alterados locais, onde se verifica uma adição de têmpera de origem granítica;
- O terceiro, igualmente minoritário, apresenta também afinidades com os granitos, mas revela uma maior riqueza em plagioclases e minerais pesados.

O cruzamento destes grupos geoquímicos com as diferentes categorias tipológicas consideradas para os contextos calcolíticos preservados, não revela padronizações significativas ao nível tecnológico nem na exploração de matérias-primas, onde se observa um recurso repartido entre argilas de alteração de doleritos e de alteração de granitos, com

predominância para estas últimas. Relativamente aos pesos de tear analisados, verifica-se para um deles uma maior afinidade com argilas de proveniência de alteração dos doleritos, para outro uma afinidade ao terceiro grupo geoquímico e o terceiro representa uma situação de "outlier". Contudo, ao nível da exploração de recursos, as cerâmicas tipologicamente mais tardias e que podem ser associáveis já ao início da Idade do Bronze apontam apenas para a exploração de argilas derivadas da alteração de granitos. Tal sugere que, no auge da vida do sítio, ao longo do 2º e 3º quartéis do 3º milénio AC (ver ponto 4.4), teríamos uma exploração de recursos mais diversificada no que respeita à obtenção de material argiloso para a produção cerâmica, com recurso a áreas de granitos alterados e aos filões de doleritos, o mais perto dos quais, e ainda hoje explorado, se situa junto à Ribeira da Muxagata a cerca de 1500 metros do sítio. No final da vida do sítio, ou numa reocupação temporária de um local já abandonado, as cerâmicas parecem apontar para uma homogeneização (opção tecnológica ? diferente gestão e organização do território ?) do tipo de matérias primas explorado. Note-se, apesar da proximidade relativamente ao sítio, a opção generalizada pela não exploração de argilas derivadas da alteração dos xistos existentes a cerca de 1000 metros da Malhada.

4.3.2 Pesos de tear

A tecelagem está atestada pela presença de pesos de tear. Num total de 53 registos, apenas um se apresenta inteiro e outro praticamente inteiro, estando apenas fracturado numa esquina. Neste universo, 13 registos são de cantos, de extremidades ou de metades de pesos, sendo que a grande maioria dos fragmentos (39) são de partes mesiais, pelo que o número mínimo de peças a que correspondem estes 53 registos pode ser menor.

Foi possível perceber a morfologia em 18 peças, correspondendo na quase totalidade a placas paralelepipédicas rectangulares (cantos e arestas mais angulosos) e sub-rectangulares (cantos e arestas mais esbatidos), apresentando um uma morfologia mais elipsoidal (Anexo 4: Estampa 78). Os que se apresentavam mais inteiros revelam quatro perfurações, uma em cada canto. Nos fragmentos de metades e de cantos registavam-se respectivamente 2 e 1 perfuração, o que permite pensar, com alguma segurança, que a maioria, senão mesmo a quase totalidade das peças representadas por estes fragmentos corresponderiam a morfologias idênticas às peças que se apresentavam inteiras. Apenas uma excepção foi reconhecida. Trata-se de uma metade de peso sub rectangular, com secção transversal de ângulos muito arredondados e com apenas uma perfuração na extremidade, ao centro. Esta peça poderia ter apenas uma perfuração ou, possivelmente duas, uma em cada extremidade (parece pouco provável, dada a morfologia da peça, que a outra extremidade tivesse mais que uma perfuração).

Dado o elevado estado de fragmentação, os índices de alongamento só puderam ser calculados para duas peças, fornecendo valores de 173 e 189, enquanto os de espessura foram calculados em quatro, com resultados entre 43 e 57 (concentrando-se três peças entre 52 e 57). Estes valores enquadram-se nos obtidos para os pesos do Castro de Santiago, correspondendo a peças relativamente espessas e alongadas, atributos que caracterizam estes artefactos na região.

Apenas num fragmento foi registada a presença de decoração. Trata-se de um motivo reticulado inciso, semelhante ao registado no Castro de Santiago.

Em termos de distribuição espacial e estratigráfica, tendo em conta a potência e número dos depósitos dos vários sectores, não existem diferenças muito significativas (Anexo 2 - Quadro 2-44). Destaque apenas a distribuição vertical registada no Sector B, com 7 registos na UE7 (onde existia uma concentração numa área restrita – ver Capítulo 9), 11 na UE 3 e apenas 2 no depósito intermédio (UE 27), reforçando a ideia, deixada pela distribuição vertical de outras categorias artefactuais e estruturas, de que esta fase intermédia da sequência estratigráfica do sector teria correspondido a uma utilização diferente do espaço relativamente aos momentos precedente (UE7) e posterior (UE3).

4.3.3 Colheres

As colheres registadas, todas produzidas em cerâmicas, são utensílios de baixa representatividade estatística, tendo sido recolhidos 5 exemplares: 2 na última fase de ocupação do Sector B (UE 3), uma na primeira fase do Sector B (UE7), uma na primeira fase de ocupação do Sector C (UE 52) e uma nos depósitos revolvidos do Sector A. São pequenas colheres de concha ovalada/elipsoidal, quatro das quais pouco profundas, de cabo muito curto ou simplesmente esboçado (de secções circulares ou sub-rectangulares). Os exemplares mais pequenos apresentam conchas com dimensões de largura/comprimento entre 2,5x3cm e 4,5x5 cm e profundidades entre 0,6 e 1 cm. A colher maior tem uma largura de cerca de 7,5 cm, comprimento estimado de 8,5 cm e uma profundidade de concha de 2,5 cm. (Anexo 4 – Estampa 79). Os comprimentos dos cabos variam entre os 0,8 cm e os 1,8 cm. O cabo da colher de maiores dimensões encontra-se fragmentado.

Se a funcionalidade da peça maior pode ser relacionada com a manipulação de alimentos, para as mais pequenas, e dadas as suas reduzidas dimensões, tal solução não é tão imediata, podendo a sua utilização relacionar-se com outro tipo de situações/produtos que não descortinamos. Estas últimas apresentam grandes similaridades com os três exemplares recolhidos no Castro de Santiago.

4.3.4 Pedra Talhada

A pedra talha corresponde, a par dos recipientes cerâmicos, a uma das categorias mais representativas do espectro artefactual recolhido no sítio da Malhada e encontra-se representada de forma homogénea por todos os contextos intervencionados. A produção lítica talhada é, assim, uma actividade bem representada no sítio, estando documentadas diversas áreas de talhe. Para as contagens gerais foi seleccionada uma amostra constituída pelos materiais recolhidos em todos os contextos preservados dos sectores onde ocorreram as maiores intervenções: UEs 7, 27 e 3 do Sector B; UEs 52 e 53 do Sector C; UE102 do Sector D. A análise tipológica, que permitiu caracterizar especificamente cada grupo tipológico em relação aos atributos considerados, foi realizada sobre os materiais dos contextos do Sector B e D acima referidos, amostra considerada como representativa do universo de materiais recolhido em todo o sítio (contextos revolvidos incluídos).

Assim, em termos gerais e numa abordagem orientada para a organização da produção, os materiais analisados foram categorizados em quatro grandes grupos: utensílios de debitagem (bigornas e percutores) restos de produção. (fragmentos, esquírolas, prismas e fragmentos de prismas, micro-buris); produtos brutos; utensilagem. Separando, pela sua especificidade, os materiais utilizados para talhar, a categoria mais representada é constituída pelos restos de produção, com 66% do total, seguida dos produtos brutos de debitagem com 20%, dos utensílios com 10% e dos núcleos e peças esquiroladas com 4%. Na comparação directa entre produtos de debitagem e utensílios a relação é de 65% / 35%.

4.3.4.1 Materiais relativos à produção

Nos materiais relativos à debitagem estão contabilizados os restos, os prismas, fragmentos inclassificáveis, os núcleos, as peças esquiroladas e utensílios de talhe.

Os fragmentos e os restos inclassificáveis predominam com 752 registos, seguidos das esquírolas com 318. As peças esquiroladas e os micro-buris são vestigiais, com uma ocorrência cada. A presença de um micro-buril sobre lamela é, contudo, uma situação particularmente interessante, uma vez que se trata de uma técnica de segmentação arcaica, que na Pré-História recente está essencialmente associada ao Neolítico Antigo. Neste contexto, constitui uma situação tardia e isolada de recuperação de um procedimento tecnológico que, contudo, encontra paralelo também num outro caso registado no Castro de Santiago (Valera, 1997a: 95).

4.3.4.1.1 Núcleos

Quanto aos núcleos, o número total registado nos contextos preservados dos 3 sectores analisados é de 55. A amostra sujeita a análise tipológica, que como se disse

corresponde aos materiais provenientes dos solos preservados dos Sectores B e D, apresenta um número total de 47 núcleos. Destes, 42 são em quartzo leitoso, 3 em quartzo hialino e apenas 2 são em sílex. Deste conjunto, cerca de 32% destinavam-se à obtenção de lascas, 66% à extracção de produtos alongados lamelares e apenas 2% produtos alongados laminares curtos.

Em termos tipológicos, predominam os núcleos informes com vinte e um exemplares (45%), treze dos quais destinados à produção lamelar (62%), sete para lascas (33%) e o único núcleo registado para produção laminar (5%). Seguem-se os núcleos bipolares, com doze exemplares (26%), dos quais três (25%) revelam a produção de lascas e nove (75%) a produção de lamelas. Os núcleos prismáticos com um plano de percussão estão representados por cinco exemplares (11%), sendo um para a obtenção de lascas (20%) e quatro para lamelas (80%). Seguem-se os nódulos debitados (4 exemplares – 9%, sendo 3 para lascas – 75% - e 1 para lamelas – 25%), os sobre lasca (3 exemplares – 6%, com 1 para lascas – 33% - e dois para lamelas – 67%) e os paralelepipédicos (com 2 exemplares – 4% - ambos para lamelas).

Os núcleos são em geral de reduzidas dimensões, o que poderia em parte revelar uma exploração intensa, originando uma redução acentuada (Anexo 2 – Gráfico 2-20). Contudo, muitos revelam apenas negativos de um ou dois levantamentos, sugerindo uma exploração menos intensiva, provavelmente resultado da grande disponibilidade local da principal matéria prima talhada: o quartzo. Porém, surgem alguns núcleos de maiores dimensões, relacionados com a obtenção de grandes lascas, os quais surgem maioritariamente na fase intermédia do Sector B, zona que, nesse momento, concentrou uma intensa actividade de talhe do quartzo.

Os núcleos revelam uma orientação da debitagem para a obtenção de lamelas e lascas e residualmente produtos alongados laminares, sempre curtos e pouco largos, facto relacionado com as limitações impostas pela matéria prima disponível. Sublinhe-se a presença de apenas dois núcleos de sílex, um com extracção de lascas e outros de pequenas lamelas, revelando o carácter residual do talhe local desta matéria prima.

4.3.4.1.2 Utensílios de talhe

A utensilagem de talhe está representada por 18 percutores e 26 bigornas registadas nos níveis considerados, mas às quais se podem juntar mais 9 exemplares recolhidos em contextos revolvidos e à superfície, formando um total de 35 exemplares (Anexo 2 – Quadro 2-41), um número mais elevado registado em qualquer dos sítios intervencionados, revelador da importância de a actividade tinha neste sítio.

Relativamente às bigornas, utensílio frequentemente associado ao talhe bipolar do quartzo (Tixier, 1980; Valera, 1993a), estas revelam grande padronização (Anexo 2 –

Gráfico 2-21), apresentando uma tendência para morfologias circulares (14 exemplares) ou sub-rectangulares de cantos bem arredondados (10 exemplares), sendo 4 são elipsoidais/ovais, 3 irregulares e 4 de morfologia indeterminada. As secções, tanto transversais como longitudinais, são predominantemente rectangulares/sub-rectangulares e plano-convexo ou convexo-plana.

São utensílios predominantemente produzidos para o efeito, através de afeiçoamento e acabamento bojardado (19 exemplares), embora a reutilização de outros artefactos também seja expressiva: 9 casos reutilizam moventes que apresentavam uma morfologia e dimensões próximas das pretendidas; 2 casos correspondem à reutilização de peças inicialmente utilizadas como percutores. Apenas 5 peças são elaboradas sobre seixo rolado. São praticamente todas feitas em granito, sendo apenas 3 realizadas sobre quartzo e 1 sobre quartzito. Os tamanhos são, tal como as morfologias, muito padronizados, variando essencialmente entre larguras de 7 a 11 cm e comprimentos de 9 a 12 cm (Anexo 2 – Gráfico 2-21; Anexo 4 – Estampa 84). Esta padronização relaciona-se com a própria forma de utilização das peças, normalmente suportadas por uma das mãos durante o processo de talhe, que requer alguma precisão dado o reduzido tamanho que muitos dos núcleos bipolares e produtos extraídos apresentam.

A intensidade do talhe bipolar no sítio não só é expressa pelo elevado numero de bigornas, como pela utilização múltipla das superfícies destes utensílios. De facto, 16 exemplares apresentam dupla superfície de utilização, 2 apresentam tripla e outros dois quádrupla, sendo os bordos laterais também utilizados como superfície de assentamento dos núcleos e apresentado as características depressões de impacto.

Quanto aos percutores, são normalmente de tendência esferoide e todos em quartzo.

4.3.4.2 Produtos e utensílios

Os produtos produzidos, tanto ao nível do seu estado bruto como transformados em utensílios, são, na sua esmagadora maioria, as lascas e as lamelas. Os produtos alongados laminares, embora presentes, são sempre minoritários, facto que se relacionará essencialmente com a disponibilidade de matérias primas.

4.3.4.2.1 As lamelas

Tal como para o Castro de Santiago, a definição estatística de lamela foi considerada com um comprimento igual ou maior que duas vezes a largura, sendo esta igual ou menor que 14mm. Somando as percentagens dos diferentes grupos tipológicos em que foram divididas as lamelas (Anexo 2 – Quadro 2-41), estas representam 24% do total, o que revela

a importância da produção lamelar, essencialmente sobre quartzo, no contexto da indústria lítica talhada da Malhada, só ultrapassada pela produção de lascas.

No conjunto da amostra, 60% correspondem a produtos brutos de debitagem e os restantes 40% a segmentos e outra utensilagem, a qual resulta sempre de uma reduzida transformação dos suportes a qual se resume à fragmentação, raros retoques parciais, um golpe de buril e um retoque denticulado. Assim, entre a utensilagem, os segmentos são dominantes (32 exemplares), contra 16 exemplares de lamelas com marcas de uso, um buril e um denticulado. Quanto aos produtos brutos, a maioria corresponde a lamelas simples (59 casos), seguindo-se as parcialmente corticais (18 registos) e duas ultrapassadas.

A percentagem de produtos brutos é elevada (embora ainda longe dos 90% que atinge entre as lamelas do Castro de Santiago – Valera, 1997a), mas poderá ser explicada com o facto dos contextos de perca/abandono de muita utensilagem sobre lamela poderem ser, em grande parte, fora do sítio.

Uma vez mais o quartzo foi a matéria prima primordial, sendo 67% em quartzo leitoso, 26% em quartzo hialino, 4,5% em sílex, 1,25% em chert e 1,25 em quartzo fumado. Este acentuado recurso ao quartzo poderá, pelo menos em parte, explicar o elevado nível de irregularidade que muitas lamelas apresentam, quer ao nível das suas secções transversais e longitudinais, quer ao nível da sua forma geral. Esta situação é visível tanto nas rochas de clivagem regular (quartzo hialino e fumado, sílex e chert), quer nas de clivagem irregular (quartzo). Contudo estas últimas apresentam sempre um maior número de unidades em qualquer dos três atributos considerados (Anexo 2 – Quadro 2-42 e Gráfico 2-23). De facto, é visível que existe uma maior correspondência entre a matéria prima de clivagem irregular (Quartzo leitoso) e o um número maior de peças irregulares, o que revela que o significativo número de lamelas irregulares se ficará a dever à natureza da matéria prima. Contudo, verifica-se também que a diferença para as rochas de clivagem regular não é substancialmente grande, já que estas também apresentam percentagens significativas de peças irregulares, o que pode indicar uma menor preocupação com procedimentos tecnológicos conducentes à obtenção de peças regulares.

De facto, nas técnicas de debitagem, os sinais do talhe por pressão (que resulta numa produção mais normalizada – Tixier, 1980) estão presentes. As secções longitudinais arqueadas foram referenciadas em 21 casos, dos quais 10 apresentam secções trapezoidais e triangulares regulares (embora estas também sejam muito frequentes nas peças mais irregulares). O tratamento térmico não está documentado, mas o mesmo está essencialmente relacionado com o talhe do sílex (que nas lamelas se resume a seis exemplares), onde é mais fácil de identificar. A debitagem, contudo, seria predominantemente realizada por percussão, possivelmente indirecta ou com recurso a

percutor mole, como parece indicar o claro predomínio dos talões lineares ou puntiformes (quase 90% dos talões classificáveis).

Por outro lado, o predomínio das secções triangulares (cerca de 69%) , a presença numerosa (cerca de 19%) de lamelas corticais e sobretudo parcialmente corticais e o reduzido tamanho dos núcleos conduzem a uma imagem de sequências de debitagem muito reduzidas, caracterizadas essencialmente por poucos levantamentos, normalmente superficiais, característica própria de uma indústria onde predomina o recurso ao quartzo leitoso (ou hialino de pequenas dimensões), como já se havia registado no Castro de Santiago. À elevada irregularidade formal, estas lamelas juntam tamanhos reduzidos, apresentando índices de alongamento relativamente baixos (Anexo 2 – Gráfico 2-24).

4.3.4.2.2 As lascas

As lascas são o produto/utensílio mais representativo. No conjunto dos três sectores contabilizados e dos diferentes grupos tipológicos em que as lascas foram subdivididas (Anexo 2 – Quadro 2-41), o seu total ascende a mais de duas centenas e meia, correspondendo a cerca de 46% (percentagem que será ligeiramente superior se contabilizarmos utensílios específicos realizados sobre lasca, como as raspadeiras, denticulados ou furadores). Na amostra analisada em termos tipológicos relativa aos depósitos conservados dos Sectores B e D com 216 registos. A esmagadora maioria são em quartzo leitoso (183 – 85%), seguindo-se o quartzo hialino (24 – 11%), o quartzito (6 – 3%) e o sílex (3 – 1%).

Os produtos em bruto representam 77% deste total e os utensílios os restantes 23%. Contudo, esta classificação deverá ter em conta que a dureza do quartzo pode fazer com que muitas destas peças pudessem ter tido uso em bruto (sem transformação por retoque) sem que ficassem com marcas visíveis dessa utilização, o que matizaria a grande diferença observada entre as duas classes.

Dentro das que foram classificadas como produtos brutos de debitagem a maioria (56%) corresponde a lascas simples, seguidas pelas corticais (28%) e parcialmente corticais (16%). No que respeita às transformadas em utensílios, seja pelo uso ou por algum retoque, o número ascende a 50 registos, sendo na maioria lascas simples e apenas 3 corticais e outras 3 parcialmente corticais. Tal desfasamento poderá indicar que as lascas corticais e parcialmente corticais corresponderiam mais a uma preparação de núcleos do que propriamente a um produto desejado para ser manejado e transformado em utensílio.

Globalmente a morfologia das lascas apresenta alguma padronização, visível na distribuição das espessuras (maioritariamente entre os índices de 20 e 40). Ao nível dos alongamentos a distribuição é dispersa, mas de forma bastante homogénea, por uma larga escala de valores. O facto de cerca de metade se concentrar enter os índices de 100 e 200

revela uma tendência igualmente forte para lascas alongadas e para lascas largas. Os talões são essencialmente corticais ou lisos, sem grandes evidências de preparação, embora alguns apresentem sinais de terem sido facetados e outros apresentarem morfologias lineares ou puntiformes.

A estas lascas deverão juntar-se as que serviram de suporte a raspadores, raspadeiras e denticulados.

4.3.4.2.3 As lâminas

Foram consideradas lâminas os produtos de debitagem com um comprimento superior a duas vezes a largura, sendo esta maior que 14mm. Ao contrário de lascas e lamelas, as lâminas ou utensilagem sobre lâmina é bastante menos representativa. No conjunto dos grupos tipológicos em que foram classificadas (Anexo 2 – Quadro 2-41) representam apenas 7,5%. Por outro lado, ao contrário daqueles outros produtos de debitagem, as lâminas apresentam o sílex como matéria prima predominante: 54%, contra 39% em quartzo, 5% em chert e 1% em quartzo hialino.

Contudo, não existem quaisquer evidências do talhe laminar do sílex neste contexto. Estão ausentes núcleos, acidentes de talhe, restos de talhe em abundantes, produtos corticais ou parcialmente corticais, produtos de crista ou de crista de segunda ou terceira geração, etc. Os únicos núcleos de lâminas que foram registados são em quartzo, como em quartzo são as poucas lâminas corticais ou parcialmente corticais.

Deste modo verifica-se a mesma situação registada no Castro de Santiago: ausência de produção local de lâminas de sílex (que seriam importadas) e uma produção vestigial de lâminas de quartzo, normalmente de reduzido alongamento, robustas e bastante mais irregulares que as peças em sílex, as quais apresentam atributos de uma produção bem padronizada. O talhe laminar do quartzo terá seguido os mesmo procedimentos das lamelas, verificando-se que os talões são também quase que exclusivamente puntiformes ou lineares. A redução dos núcleos seria baixa, procedendo-se a levantamentos superficiais após preparação do núcleo (apenas duas secções trapezoidais foram registadas nos materiais em quartzo).

Também existe uma inversão relativamente às lascas e lamelas no que respeita à relação entre produtos brutos e utensílios. Nas lâminas 69% e os primeiros a 31% (e entre os produtos laminares, apenas 20% correspondem a materiais em sílex). Entre os utensílios sobre lâmina, seis correspondem a lâminas retocadas/marcas de uso. Entre os retocados está uma pequena faca em sílex e um elemento de foice em chert, sendo os restantes em quartzo e correspondendo a peças que apenas apresentam marcas de uso. Os mais representativos são, contudo, os segmentos, num total de catorze exemplares, dos onze são em sílex e três em quartzo. Seguem-se dois buris, dois denticulados, um raspador e duas

brocas, e 3 pontas todos em sílex com excepção de uma das pontas de seta. Verifica-se, assim, que as lâminas apresentam elevados índices de segmentação e que funcionam como suporte para uma variedade grande de utensílios.

4.3.4.2.4 Raspadeiras, raspadores e denticulados

As raspadeiras são vestigiais, tendo apenas sido registadas três, uma sobre lâmina e duas sobre lasca, duas em sílex e uma em quartzo. Os raspadores distais são igualmente em número de três, dois sobre lâmina de sílex e um sobre lasca de quartzo. As raspadeiras são peças de frete pouco desenvolvida, com retoque directo e total, sempre marginal (curto ou longo) e de inclinação abrupta ou semi abrupta e de morfologia tendencialmente paralela. Estas características do retoque mantêm-se para os raspadores distais, nomeadamente nos dois sobre lâmina, sendo a frente de utilização restrita às extremidades proximal/distal. Estas peças apresentam os bordos igualmente retocados, eventualmente relacionados com uma utilização primária como "elementos de foice".

Quanto aos denticulados, foram registados cinco exemplares, 1 sobre quartzo hialino, um sobre sílex e quatro sobre de quartzo, realizados sobre fragmentos inclassificáveis, a que há que reunir mais três denticulados sobre lâmina de sílex (2) e sobre lamela de quartzo hialino (1), contabilizados no quadro geral como lâminas/lamelas retocadas. Globalmente o retoque é sempre directo, marginal longo ou invasor, tendencialmente paralelo e abruto no quartzo, enquanto que nos sílex se observa uma tendência para retoques mais rasantes ou semi abruptos.

4.3.4.2.5 Furadores e brocas

A utensilagem produzida para perfuração é igualmente pouco significativa no conjunto da pedra talhada analisada, representando apenas 2,9% entre o conjunto da utensilagem e apenas 0,9% se considerarmos utensílios e produtos brutos de debitagem. Foram registados apenas 3 furadores, dois sobre lasca e um sobre lamela, todos no Sector B (1 na UE7 e 2 na UE3). Quanto às brocas, foram registadas 2, ambas sobre lâmina de sílex. Trata-se de peças com retoque contínuo e abrupto que na extremidade funcional promovem uma intensa redução da peça até apresentar secções que são quase circulares e pontas boleadas devido ao desgaste provocado pelo uso, o qual chega mesma a apagar algumas nervuras desse retoque. Foram recolhidas na UE7do Sector B e na UE52 do Sector C.

4.3.4.2.6 Buris e U.A.D

Peças de cariz arcaizante, os buris mantêm grande longevidade ao longo da Pré-História Recente, embora sempre com uma representatividade estatística mínima, neste caso de 1,1% entre os produtos e utensílios registados na amostra analisada para os três

sectores considerados, correspondendo a um total de seis peças. Em quatro destes utensílios, o golpe de buril foi dado em lamelas de quartzo fragmentadas (segmentos) e os dois restantes sobre segmentos distais de lâminas de sílex. As orientações do golpe dividem-se entre as que são perpendiculares ao eixo das fracturas, como as que a seguem, sobretudo quando esta é diagonal relativamente ao eixo longitudinal da peça.

Quanto aos Utensílios de Aresta Distal sobre prisma (U.A.D.), apesar da frequência da presença de cristais de quartzo (foram registados 18 entre inteiros e fragmentos, para além das peças que evidenciam ter sido talhadas nestes cristais), apenas uma peça foi registada, na UE 7 do Sector B. Apresenta dois levantamentos na extremidade do cristal, as quais definem uma aresta. Embora por vezes possam ser considerados como possíveis furadores, estes objectos, pela sua morfologia, parecem melhor adaptados a uma utilização como pequenos cinzéis para gravações.

4.3.4.2.7 Pontas de seta

No total do registos da Malhada constam vinte e quatro pontas de seta, das quais apenas metade foi recolhida em contextos preservados. No conjunto das diferentes categorias funcionais dos utensílios correspondem a apenas 7,1% (embora no conjunto que reúne os produtos de debitagem e núcleos a percentagem baixe para 2,2% (Anexo 2 – Quadro 2-41).

Tomando como universo a totalidade de projecteis do sítio (reunindo materiais contextualizados com descontextualizados), a maioria das peças é realizada em sílex (15 – 62,5%), seguindo-se o quartzo (6 – 25%) e o quartzo hialino (3 – 12,5%).

De um modo geral são peças de reduzidas dimensões e apresentam alguma irregularidade, o que se relaciona com o trabalho do quartzo e escassez de sílex (em quantidade e tamanho). Observa-se, contudo, uma diferenciação correlacionável com as matérias primas (Anexo 2 – Gráfico 2 – 25). As pontas de seta em quartzo e quartzo hialino apresentam uma tendência para menores índices de alongamento e maiores índices de espessura que as pontas em sílex, situação que já havia sido sugerida pela amostra do Castro de Santiago. Foram registados os seguintes tipos:

1 - *Triangulares de base recta* – dez exemplares. De secções longitudinais predominantemente rectas e secções transversais diversificadas: uma trapezoidal, duas irregulares, cinco biconvexas e duas bitrapezoidais. O retoque é sempre bifacial e total, sendo invasor em cinco casos, cobridor em quatro e invasor/cobridor num. Em oito situações é rasante e em duas semi-abrupto, enquanto a morfologia predominante é a escalariforme (sete casos), sendo em três situações sub-paralela.

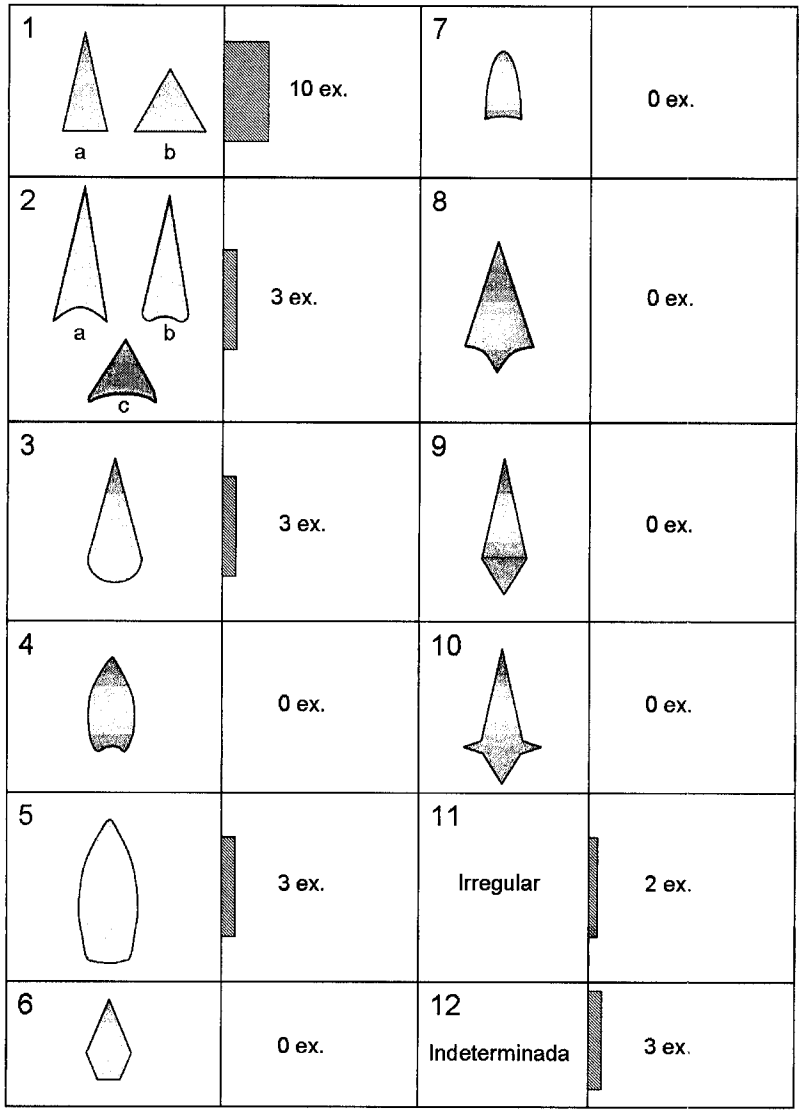


Figura 4-3 – Tabela das morfologias das pontas de seta presentes na Malhada, face ao espectro morfológico registado no conjunto dos sítios da área.

2 - *Triangulares de base côncava* – três exemplares. Duas apresentam secção longitudinal recta e uma arqueada. As secções transversais são trapezoidais em dois casos e biconvexa noutro. O retoque é sempre bifacial e total, sendo cobridor na situação, marginal longo noutra e invasor/cobridor na terceira. É rasante em dois casos e semi-abrupto noutro, escalariforme e sub-paralelo (1 caso).

3 - *Triangulares de base convexa* – três exemplares. As secções longitudinais são rectas enquanto as transversais se repartem por morfologias trapezoidal, biconvexa e bitrapezoidal. O retoque é bifacial, total em dois casos e parcial noutro. Neste último é de extensão marginal longo, enquanto nos restantes é invasor. A inclinação é em dois casos

rasante e noutro semi-abrupto, sendo a morfologia escalariforme em duas situações e sub-paralelo noutra.

5 - *Foliáceas* – três exemplares. As bases são convexas em duas e rectas na outra. As secções longitudinais são sinuosas e as transversais sinuosas (1 caso) e triangulares (2 casos). O retoque é sempre bifacial e total, de extensão cobridora numa face e invasora na outra, de inclinação rasante e, num caso, rasante numa face e semi-abrupto na outra e sempre de morfologia escalariforme.

11 - *Irregulares* – dois exemplares. Apresentam base irregular e recta. As secções longitudinais são uma arqueada e outra sinuosa, enquanto as transversais são em triângulo e trapézio isósceles. O retoque é de posição bifacial e descontínuo, marginal longo e rasante num caso e total, marginal curto e semi-abrupto no outro.

12 – *Indeterminadas* - três exemplares. Duas têm bordos rectos e secções transversais biconvexas. O retoque é de posição directa, repartição total, cobridor, rasante e escamoso.

4.3.4.3 Organização da produção de pedra talhada

A imagem global fornecida pela pedra talhada da Malhada revela uma indústria lítica fortemente condicionada pelas matérias primas disponíveis localmente. Assim, o quartzo representa 85,7%, seguido pelo quartzo hialino com 7,3%, sílex com 6%, quartzito com 0,6%, quartzo fumado e chert com 0,2% cada.

O quartzo, nas suas variantes, está disponível localmente, quer como elemento integrado na matriz do solos quer em filões. O quartzito ocorre sobre a forma de seixos rolados disponíveis nas praias fluviais e leito do Mondego e de algumas das principais ribeiras. O chert não está, aparentemente, disponível localmente. Quanto ao sílex, já se alertou para o facto de que a tradicional ideia de inexistência na região necessitava de ser matizada (Valera, 1997a). Na sequência da escavação do sítio do Murganho 1, em Nelas (Valera, 1994), foi identificada uma área com blocos de quartzo com intrusões siliciosas. Face à ocorrência em alguns contextos pré-históricos, entre eles o Castro de Santiago, de materiais em matéria prima afim, alertou-se para a possibilidade de que o abastecimento de pequenos fragmentos de material silicificado poderia ser feito na região. Esses material seria, contudo, de dimensões reduzidas: pequenas lascas ou lamelas pouco alongadas. A detecção do sítio de Fornos 1 (cf. Capítulo 7) evidenciou igualmente uma formação, aparentemente em filão, onde existe material ainda não identificado, mas bastante alterado, apresentado zonas bastante silicificadas, o qual foi localmente transformado em utensilagem de pedra lascada. Se a utensilagem da malhada é feita sobre sílex que é, pelas suas

características, exógeno à região, é possível que alguma matéria prima pudesse ter sido obtida na área. A maioria do sílex, contudo, seria importado, não existindo qualquer evidência que sustente a possibilidade de talhe laminar ou mesmo de lamelas mais alongadas ou lascas de maiores dimensões.

Assim, a raridade do recurso ao sílex não pode deixar de ser, em grande medida, relacionada com a ausência desta matéria prima na região, em termos de quantidade, qualidade e tamanho dos nódulos/placas, revelando, simultaneamente, uma situação de trocas transregionais pouco intensas no que se refere a esta matéria prima. Elas existiriam, todavia, chegando o sílex já formatado em lâminas, podendo a sua segmentação e transformação em utensílios ser feita localmente. Situação idêntica à registada no Castro de Santiago e que se enquadra nos padrões de circulação de suportes laminares documentado na Estremadura (Zilhão, 1994 e Uerpmann, 1995) e Sudoeste Peninsular (Carvalho, 1995), os quais repetem situações observáveis em outras regiões europeias, como por exemplo em França (Gasco, 1992). Quanto ao quartzito e quartzo hialino, a sua disponibilidade local leva a que interpretemos os seus baixos índices de utilização como resultado de uma opção tecnológica.

Quanto à organização e orientação da produção lítica talhada (Figura 4-4), a mesma repete de muito perto a situação registada no Castro de Santiago. Uma produção dominantemente orientada para a obtenção de lascas e lamelas (normalmente pequenas e irregulares dado o recursos quase que exclusivo ao quartzo como matéria-prima), onde o talhe bipolar tem uma importância acentuada, conduzindo mesmo a uma significativa normalização das bigornas. A grande maioria destes produtos seriam utilizados em bruto ou, no caso das lamelas, segmentados para utilização isolada ou em utensílios compostos. A transformação por retoque é pouco representativa no contexto global da indústria, evidenciando o pouco investimento despendido na produção (o qual poderá ser essencialmente relacionado com as condicionantes impostas pela matéria-prima mais trabalhada) sendo as pontas de seta o grupo tipológico mais representativo entre a utensilagem retocada. As lâminas de quartzo são raras e normalmente utilizadas em bruto ou segmentadas. As lâminas em sílex, que seriam importadas, são dominantemente segmentadas para a produção de utensilagem variada.

Relativamente aos utensílios produzidos a partir dos diferentes suportes, uma vez mais se regista a tendência geral observada em Santiago para uma maior variedade obtida a partir dos suportes laminares, nomeadamente dos de sílex (Anexo 2 – Quadro 2-43), quando comparados com a diversidade tipológica obtida a partir de lascas e lamelas. Tal sugere que as características globais desta indústria lítica são fortemente relativas às

condicionantes de matéria prima disponível, já que quando existe sílex em qualidade e tamanho suficiente, a qualidade e tipologia dos utensílios sofre alterações significativas.

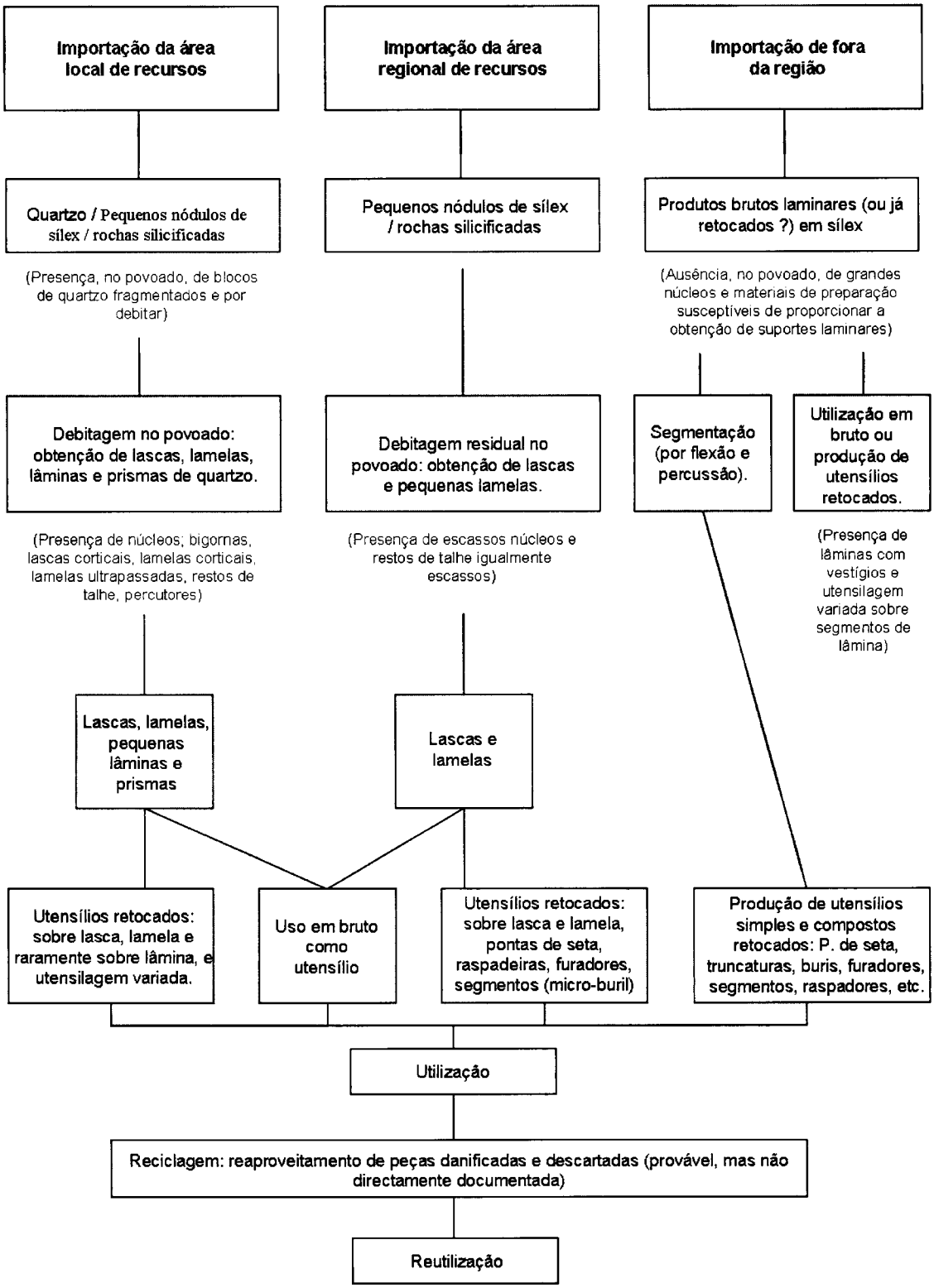


Figura 4-4 – Esquema da organização da produção da indústria lítica talhada da Malhada

No que respeita ao comportamento relativo dos diferentes grupos tipológicos de utensílios (Anexo 2 – Gráfico 2-26), verifica-se o claro predomínio das lascas retocadas/vestígios de uso e das peças segmentadas, com valores ligeiramente acima dos 30%. Seguem-se as lamelas retocadas/vestígios de uso com pouco mais de 10%, sendo as restantes categorias abaixo dos 5%, com excepção das pontas de seta que atingem os 7%.

Quanto avaliados ao nível das categorias funcionais assumidas para a indústria lítica talhada (Uerpmann, 1995; Valera, 1997a), denota-se um esmagador domínio dos utensílios relacionados com o corte (82,4%), sendo os restantes grupos pouco representativos no conjunto global (Figura 4-5). Note-se, como principal diferença relativamente ao Castro de Santiago, a menor representatividade que os projécteis assumem neste contexto.

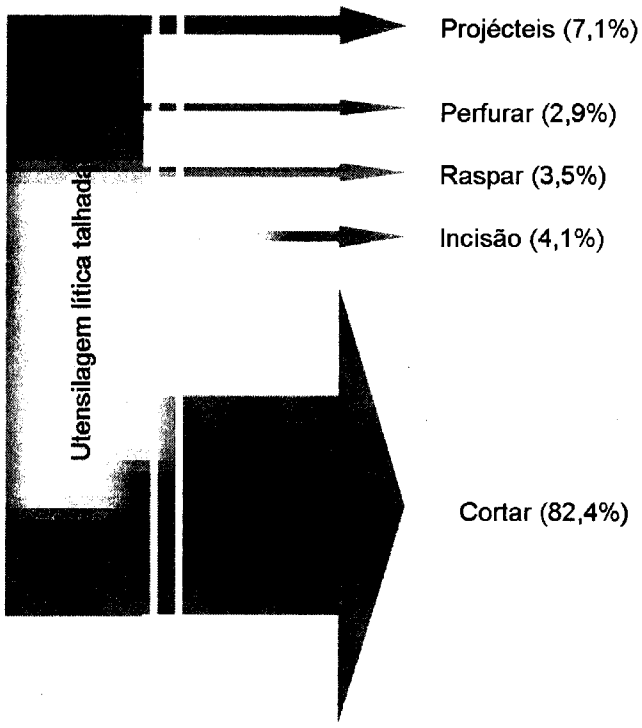


Figura 4-5 – Distribuição dos utensílios pelas classes funcionais consideradas.

4.3.5 Pedra Polida

A pedra polida é relativamente abundante na Malhada. Foram registados 5 blocos lingote, 7 peças esboçadas, 22 utensílios, 426 restos de produção e 21 polidores afiadores. Com excepção dos afiadores, todos os materiais são em anfibolito, atingindo um peso global de 15,958 Kg (Anexo 2 – Quadro 2-46).

Estes materiais reproduzem a situação observada no Castro de Santiago, nomeadamente evidenciam a mesma cadeia operatória de produção e reciclagem deste tipo de materiais (Valera, 1997a).

Estão presentes os blocos lingote, os quais correspondem à forma como a matéria prima chegaria ao sítio. Alguns destes blocos evidenciam um seccionamento por percussão, possuindo uma secção longitudinal ligeiramente arqueada e bolbo de percussão (Anexo 4 – Estampa 85: 1). Num caso, os bordos aparecem com uma superfície muito regular, quase polida, como já havia sido registado em alguns blocos do Castro de Santiago, o que foi relacionado com uma preparação prévia de um bloco maior de onde seriam seccionados por percussão os blocos lingote. Estes apresentam uma configuração tendencialmente paralelepipédica, de flancos rectangulares o trapezoidais, sendo a sua morfologia já condicionadora da configuração do utensílio a produzir.

Os blocos seriam transformados em peças esboçadas através do talhe. Essas peças esboçadas apresentam marcas dos levantamentos e uma morfologia já muito próxima do utensílios pretendido (Anexo 4 – Estampa 85: 2 e 3; Estampa 86: 1 a 5). Desta operação resultavam subprodutos de talhe, compostos por fragmentos inclassificáveis, lascas e produtos alongados (lamelas e mesmo pequenas lâminas), sempre sem evidências de polimento (Anexo 4 – Estampa 87: 10 e 11).

Os utensílios eram depois acabados por picotagem e polimento. Os polidores e afiadores utilizados são sempre de granito, mas de grão muito fino. Os polidores apresentam superfícies de utilização polidas e côncavas (nalguns casos de dupla face), enquanto que os que funcionaram como afiadores apresentam traços incisos e relativamente finos, relacionados com a fricção para afiamento das linhas de gume.

A utensilagem presente é composta maioritariamente por martelos, seguidos por enxós e machados e, com menor representatividade, os cinzéis, as cunhas, uma lasca com um gume polido e uma peça indeterminada.

Os martelos apresentam dois subtipos que se distinguem pela superfície de utilização: uns apresentam-na irregular e com abundantes marcas de impacto, outros apresentam uma superfície regular e polida, formando uma espécie de gume boleado e depois polido (Anexo 4 – Estampa 85: 5 e Estampa 87: 9). Esta última situação tem sido relacionada com uma eventual utilização em actividades metalúrgicas (Brandherm, 2000; Cardoso, 1994). Contudo estas superfícies não evidenciam marcas de contacto com superfícies duras, podendo pensar-se em utilizações alternativas, como o trabalho de peles ou da própria madeira. Estas peças apresentam morfologias que sugerem serem reformulações de outros utensílios, como, por exemplo, uma que apresenta uma secção

longitudinal plano-convexa que terá sido uma enxó cujo gume foi eliminado por boleamento seguido de polimento, criando uma superfície de utilização aplanada.

Na globalidade, os utensílios apresentam secções transversais dominantemente rectangulares ou sub-rectangulares (existem 3 quadrangulares ou sub-quadrangulares, 1 circular e 2 trapezoidais), enquanto que nas longitudinais predominam as de flancos paralelos e as de flancos convergentes para o gume. A variedade é, contudo, maior, ocorrendo também secções plano-convexas (associadas a enxós, um martelo e uma cunha), duas biconvexas (um martelo e uma lasca com gume) e duas sinuosas (um martelo e um machado). O polimento é quase sempre restrito às superfícies de utilização, prolongando-se, por vezes, pelo corpo das peças, mas nunca sendo total.

Muitas destes utensílios apresentam os gumes danificados por intensas marcas de uso. A sua presença no sítio pode ser entendida como o resultado de um uso local (como a presença de lascas de gumes pode indicar) e/ou como peças destinadas a reciclagem. Esta está atestada em peças reconfiguradas, mas com vestígios de polimento anterior (Anexo 4 – Estampa 86: 6) ou em peças acabadas, mas portadoras de assimetrias que indiciam reutilizações de partes de utensílios fragmentados (Anexo 4 – Estampa 85: 7). Este processo originou também a presença de restos de talhe com vestígios de polimento anterior e que são associáveis a estas tarefas de reciclagem.

Temos, assim, evidências de todas as etapas da cadeia operatória de produção e reciclagem de utensílios de pedra polida a partir do momento da chega dos blocos / lingote. A configuração primária destes blocos, o seu seccionamento a partir de blocos maiores, tanto poderia ser feita localmente como na origem. Contudo não existem vestígios de grande blocos de anfibolito, nem na Malhada nem no Castro de Santiago, pelo que a matéria prima deveria chegar ao sítio já sob a forma de blocos/lingote.

4.3.6 Elementos de moagem

As evidências de moagem são comparativamente intensas na Malhada, tendo sido registados um total de 37 dormentes (dos quais quinze apresentavam dupla superfície de utilização), 34 moventes e um pilão (Anexo 2: Quadro 2-45). A matéria prima é sempre o granito.

Os dormentes correspondem quase sempre, e apesar do seu estado de fragmentação, a elementos de grandes dimensões, chegando, num caso, a apresentar cerca de um metro de comprimento (Anexo 4: Estampa 88). Tratam-se, maioritariamente, de dormentes de tendência ovalada sendo apenas um em "cela" (o de maiores dimensões). O desgaste das superfícies de utilização é muito acentuado, originando concavidades profundas que, no caso das peças de superfície de utilização dupla, fez com que estas tivessem partido porque ficaram muito finas na sua zona central (devido à dupla

concavidade). Este acentuado desgaste em mós de grandes dimensões sugere uma actividade de moagem intensa.

Os moventes são dominantemente elementos pequenos/médios, utilizáveis com uma única mão. Existem, contudo, alguns elementos que, pela sua dimensão, seriam utilizados com as duas mãos.

De toda a área escavada apenas no Sector B (área onde se concentram 40% dos elementos registados) foi possível de identificar uma área específica interpretável como espaço de moagem. Este espaço localiza-se no interior da Cabana 1, registada na Fase 1 de ocupação do Sector B (o qual forneceu 33% do total de elementos de moagem recolhidos em todo o sítio). Aí foi identificada uma estrutura de combustão (UE 12), na periferia da qual foram identificadas algumas dezenas de bolotas incarbonizadas (Anexo 4: Estampas 39 e 50). Encostado à parede Sudoeste desta lareira registou-se um aglomerado de pedras de médias dimensões, integrando vários dormentes de mó fragmentados (UE6) e imediatamente a sul um outro (UE10), integrando igualmente dormentes de mó fragmentados e um inteiro, colocado na vertical (posição intencional, possivelmente para manter a superfície de utilização limpa). Como se disse anteriormente, estas estruturas parecem estar relacionadas com a actividade de processamento de bolota torrada.

De salientar ainda, na sequência estratigráfica do Sector B, a quase ausência de elementos de moagem no depósito intermédio de ocupação (UE 27), reforçando a ideia de reconversão destes espaço durante essa fase (já sugerida pela ausência de estruturas habitacionais e pelas evidências de talhe). Na fase final de ocupação (UE 3), vários dormentes fracturados são utilizados na construção do soco de possível cabana identificado. Nestas reutilizações de fragmentos de mó como elementos arquitectónicos poderiam ter sido utilizados dormentes que teriam sido ali utilizados nas fase mais antiga, reforçando, portanto, as evidências da actividade neste ponto específico do sítio durante essa fase.

4.3.7 Elementos de adorno

Os elementos de adorno recolhidos na Malhada restringem-se a duas contas de colar. Uma corresponde a uma pequena e fina conta discoidal em xisto recolhida nos depósitos revolvidos da vinha no sector A.

4.3.8 Metalurgia

Na Malhada não se registou a presença de artefactos metálicos. Contudo, no depósito (UE 76) que preenchia a fossa identificada no Sector F foi recolhido um fragmento de cadinho com escória metálica aderida à superfície interna (Anexo 4: Estampa 79). Trata-se de um cadinho de morfologia provavelmente ovalada e pouco profunda, bastante espesso e com uma pasta friável, com elementos não plásticos abundantes e grosseiros. No

seu interior, como já foi referido, apresentava restos de escória e metal de cobre (Anexo 5). Deste modo, a metalurgia do cobre seria conhecida e praticada pelas populações da Malhada, embora os registos arqueológicos pareçam sugerir um carácter pouco intensivo, senão mesmo excepcional, desta actividade, assim como da utilização de artefactos metálicos.

Trata-se, contudo, da documentação de práticas metalúrgicas mais antiga até hoje registada na Beira Alta. Até agora, as primeiras evidências da prática da metalurgia estavam relacionadas com a produção de artefacto de bronze durante o Bronze Final regional.

4.3.9 Dados Faunísticos

A grande acidez dos solos graníticos é responsável pela reduzida preservação de materiais orgânicos nos contextos arqueológicos da área de estudo e de toda a região em geral. A Malhada não foge a essa regra. Contudo, foi ainda possível registar vários fragmentos de ossos, muito deteriorados e de reduzidas dimensões. Estes ossos foram registados em contextos preservados nos Sectores B e C. No Sector B, no nível da primeira fase de ocupação (UE7), foram recolhidos 58 fragmentos e no da terceira fase (UE3) 16 fragmentos. No Sector C foi registado 1 fragmento na primeira fase de ocupação do sector (UE52) e 4 na segunda (UE53). Foram igualmente registados ossos com as mesmas características nas terras revolvidas da vinha no Sector B (7 fragmentos).

Apesar do número de fragmentos (quase que exclusivamente de diáfises) registados (86 fragmentos), o seu tamanho e estado de conservação não permitiram sequer, para a quase totalidade, a identificação de espécies. Apenas foi possível reconhecer a presença de um resto de cervo e outro de possível javali. Para além da presença destas espécies na dieta alimentar, pouco ou nenhumas outras inferências são possíveis de retirar destes restos.

4.4 Cronologias Absolutas

No sentido de obter uma referenciação cronológica absoluta para as estratigrafias registadas, foi realizado um conjunto de datações recorrendo aos métodos do Radiocarbono e B-OSL.

Os resultados obtidos podem ser agrupados em dois grandes conjuntos: um relativo a momentos pré antropização do sítio; outro relativo a momentos da sua vida.

No que respeita à primeira situação, os resultados das datações surgiram como uma surpresa e a sua coerência acabou por reorientar as interpretações relativas à evolução do local prévia à sua ocupação. As amostras em causa são as número 3 a 5 (Sector C) e 7 (Sector D).

Nº	Sector	UE	Método	Material	Ref. Lab.	Data BP	B-OSL Average Error	Data CAL BC 1σ	Data CAL BC 2σ	Intervalo OSL
1	B	7	Radiocarbono	Bolota Carbonizada	Sac 1454	4030± 80		2837-2461	2871-2325	-
2	B	7	OSL	Sedimentos	ITN-Lum 45	4490	±135	-	-	4625-4355
3	C	58	Radiocarbono	Carvões	Sac 1453	5710± 60		4671-4466	4717-4400	-
4	C	58	Radiocarbono	Carvões	Sac 1541	5760± 60		4712-4528	4776-4463	-
5	C	58	Radiocarbono	Carvões	Sac 1542	6230± 160		5314-4946	5443-4787	-
6	C	52	OSL	Sedimentos	ITN-Lum 46	4503	±180	-	-	4683-4323
7	D	111	Radiocarbono	Carvões	Sac 1598	6290± 55		5273-5147	5322-5076	-
8	C	52	OSL	Cerâmica	ITN-Lum 47	4505	±225			4730-4280
9	C	S	OSL	Cerâmica	ITN-Lum 48	4415	±220			4635-4195
10	C	S	OSL	Cerâmica	ITN-Lum 49	4483	±224			4707-4259
11	C	S	OSL	Cerâmica	ITN-Lum 54	4460	±223			4683-4237

Figura 4-6 – Datações de radiocarbono e B-OSL Malhada. As datações B-OSL são relativas ao presente (2005)

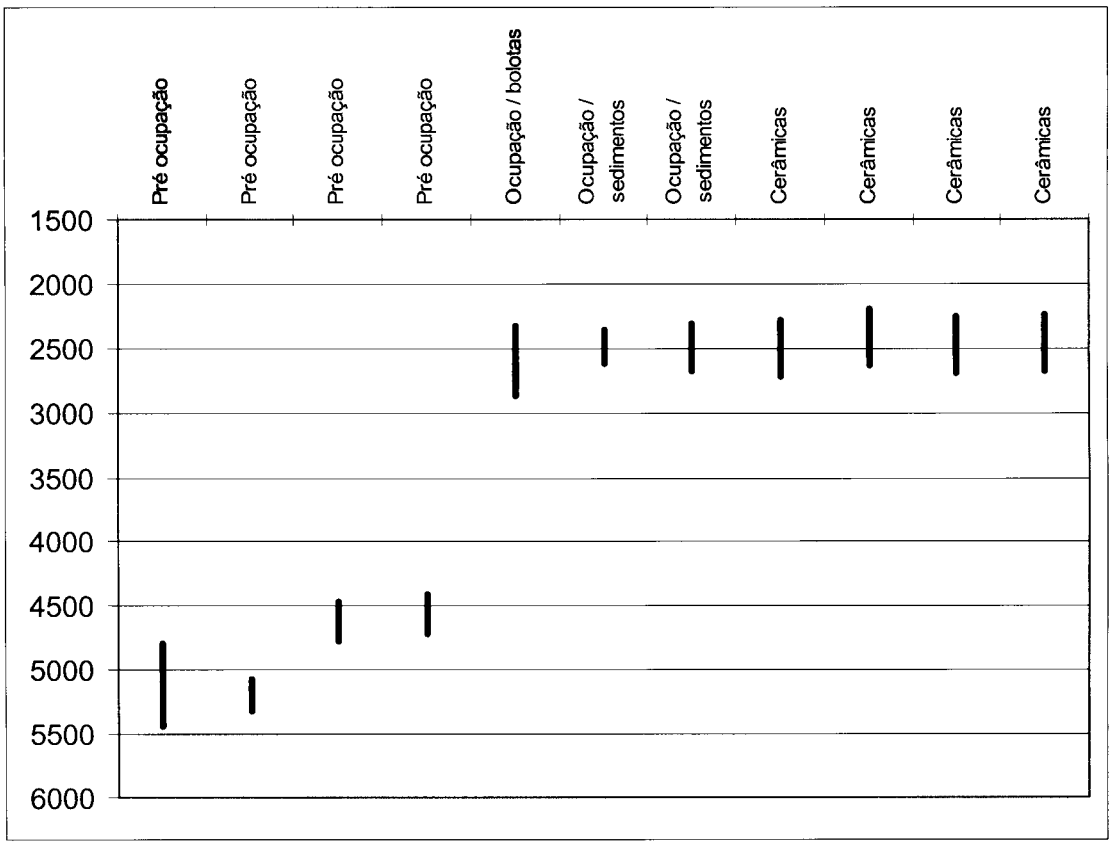


Figura 4-7 – Representação gráfica das datações da malhada, sendo clara a separação do conjunto de datações relativas a momentos pré-ocupação do conjunto de datações relativo à ocupação do sítio.

Em ambos os sectores, as amostras datadas correspondiam a concentrações de carvões que se localizavam nas interfaces de contacto entre os respectivos primeiros solos de ocupação e depósitos arenosos de alteração do substrato geológico. No Sector C, o substracto geológico correspondia ao granito alterado (UE 59) e a um depósito de sedimentos finos (UE58), localizado no quadrante Sudoeste do sector e directamente assente na rocha de base. Revelou-se arqueologicamente estéril. Na sua interface superior, no contacto com a UE 52 (que representa a 1 fase de ocupação antrópica deste espaço) registaram-se algumas manchas de carvões, das quais se recolheram três amostras (nºs 3 a 5) que foram datadas por radiocarbono. No Sector D a mesma situação se verificou, tendo sido definida uma concentração de carvões na interface entre o substracto de areão granítico e um aglomerado de pedras na base do solo de ocupação, relativamente perto de uma lareira em fossa (que apesar de apresentar sedimentos escurecidos e cerâmica queimada, não forneceu matéria orgânica datável por radiocarbono). A datação destas amostras foi feita com o intuito de se datar o início das ocupações de ambos os Sectores, pretensão que se baseava na interpretação de que estas concentrações poderiam estar relacionadas com esse início. Os resultados obtidos, sobretudo pela sua coerência de conjunto, viriam obrigar a uma reformulação interpretativa.

Duas das datações do Sector C proporcionaram intervalos calibrados a 2σ que abrangem o terceiro e o segundo quartel do 5º milénio, enquanto a terceira abrange a 2ª metade do 6º e o primeiro quartel do 5º milénio. A datação do Sector D abrange essencialmente o último quartel do 6º milénio AC. Estes resultados são claramente incompatíveis com os dados arqueológicos proporcionados pelos depósitos arqueológicos que sobreponham as concentrações de carvões onde foram recolhidas as amostras. Sendo contextos integráveis genericamente no 3º milénio AC (em termos de cronologia relativa), a distância temporal observada entre duas realidades que se sobrepunham estratigraficamente de forma directa era bastante significativa.

Não estando correlacionados com as primeiras ocupações humanas do local, as concentrações de carvões estariam à superfície (ou praticamente) quando essas ocupações se iniciaram. A diferença temporal existente, da ordem dos mil / mil e quinhentos anos, parece sugerir uma de duas situações:

a) a dinâmica da acentuada vertente pré antropização não gerava acumulações de sedimentos significativas, mantendo-se as suas superfícies "lavadas" até ao momento da ocupação antrópica, o que se afigura como pouco provável;

b) um processo erosivo intenso da vertente, anterior ao início da ocupação do sítio, o que se afigura mais provável dada a forte inclinação que o terreno apresenta.

Tanto num caso como noutro, o seu posicionamento estratigráfico demonstra que estas manchas estavam à superfície quando se iniciou a ocupação, alertando para o cuidado a ter com a datação de uma realidade com base na cronologia dos depósitos sobre os quais se desenvolve.

Se estas concentrações de carvões estão relacionadas com actividade antrópica é uma questão em aberto. Nada foi identificado, ao nível da cultura material, que sugira uma ocupação do local durante a 2ª metade do 6º / 1ª metade do 5º milénio AC. Contudo, será conveniente recordar que estas datações são compatíveis com a datação da 1ª metade do 5º milénio obtida para a ocupação do Neolítico Inicial na Quinta da Assentada e que a Quinta das Rosas (que revelou materiais atribuíveis a essa etapa inicial da neolitização) está a menos de mil metros da Malhada.

Quanto ao segundo conjunto de datações, elas referenciam a ocupação do sítio no 3º milénio AC. As amostras dos sedimentos (2 e 6) são coincidentes com as das cerâmicas, que, apesar de terem intervalos de erro ligeiramente superiores, são estatisticamente indiferenciáveis. A datação sobre bolota também se sobrepõe às restantes, mas poderá representar um momento ligeiramente anterior.

Globalmente estas datações referenciam as ocupações da base dos Sectores B e C no 2º e 3º quartéis do 3º milénio, não permitindo diferenciar cronologias finas dentro desse período de ocupação. Por sua vez, os conjuntos artefactuais dos vários sectores apresentam-se muito homogéneos e a variabilidade estilística é reduzida, tanto no espaço como ao longo das sequências estratigráficas obtidas. Apenas se assinala um ligeiro acentuar da presença das decorações penteadas no depósito mais recente da sequência do Sector B. Apenas a presença de alguns fragmentos cerâmicos de atributos tipológicos tardios registados nos depósitos de escorrência e cobertura sugere a existência de uma ocupação, não identificada através de contextos preservados, que poderíamos integrar já no início da Idade do Bronze, que poderíamos enquadrar no último quartel do 3º milénio/transição para o 2º milénio AC.

5

A FRAGA DA PENA

A identificação da Fraga da Pena como sítio de interesse arqueológico aconteceu em Abril de 1990, na sequência de prospecções arqueológicas realizadas pelo Gabinete de Arqueologia de Fornos de Algodres. Na altura eram visíveis grandes derrubes de estruturas pétreas que sugeriam a existência de dois recintos fortificados, não tendo, contudo, sido registados quaisquer materiais arqueológicos à superfície. Em 1991 realizaram-se os primeiros trabalhos no local, com a limpeza e levantamento da planta e perfis de superfície, tendo então sido recolhidos escassos fragmentos de cerâmica manual. No ano seguinte seria realizada uma sondagem com o objectivo de estabelecer um primeiro diagnóstico relativo ao espectro cronológico do sítio e ao grau de conservação de estruturas e estratigrafias. Deste então, e até 1998, decorreram mais seis campanhas de escavações em área (num total de cerca de 600 m^2), cujos resultados preliminares têm vindo a ser regularmente divulgados (Valera, 1994b; 1995/96a; 1997b; 2000d; 2000f; 2000h).

5.1 LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GEOGRÁFICA

Administrativamente, o sítio localiza-se no termo das freguesias de Queiriz e Sobral Pichorro, concelho de Fornos de Algodres (servindo igualmente de limite face ao concelho de Trancoso), concelho da Guarda. As suas coordenadas na Rede Geodésica Nacional são M - 56878; P - 116636; Z - 741.34 m (C.M.P., 1:25000, fl. 180).

Em termos geomorfológicos, como o próprio topónimo indica, trata-se de gigantesco tor granítico com uma densa rede de diaclases, formando um autêntico castelo de penedos, que se eleva de forma marcante junto ao topo da vertente ocidental da Ribeira da Muxagata, de acentuado declive.

A fraga, localizando-se a uma cota máxima que varia entre os 740 / 750 m, tem uma configuração alongada (no sentido NE-SO). A parede Sudeste, com várias dezenas de metros de altura, cai a pique sobre o vale, enquanto que a parede virada a Noroeste apresenta cerca de 8/9 metros de altura. Desse lado o tor forma uma rechã, a qual se compartimenta naturalmente em várias pequenas plataformas. A origem desta formação granítica poderá ser simultaneamente relacionada com processos de erosão diferencial da

vertente e com a neotectónica. Na área foi registada uma densa rede de fracturas e possíveis fracturas, as quais se associam aos principais acidentes do terreno.

O local de implantação da fraga confere-lhe um domínio visual sobre todo o vale da ribeira da Muxagata, até à confluência desta com o Mondego. A visibilidade estende-se, inclusivamente até à Serra da Estrela, cujo perfil constitui o horizonte a Sul. As suas características morfológicas tornam-na bem reconhecível à distância ao longo de grande parte do vale, nomeadamente desde a sua foz no Mondego. Todavia, o facto deste sítio não se implantar no topo da vertente, faz com a visibilidade para Norte e Oeste seja muito limitada, encontrando-se escondido para quem esteja na plataforma da superfície fundamental. Mas basta subir ao penedo que delimita a área superior do Sector 3 a NO para se desfrutar de um grande controlo visual sobre toda a essa área aplanada, que se estende para lá da Ribeira do Carapito, avistando-se no horizonte, por exemplo, o esporão onde se situa o povoado da Srª do Bom Sucesso com aparente origem no Bronze Final, já localizado no concelho de Mangualde. Estas ocupações no topo da vertente poderiam, pois, complementar o controlo visual do espaço para Norte e Oeste, mas a fraga nunca pode ser vista ao longe a partir dessa área planáltica, pelo que o seu destaque na paisagem apenas se faz sentir no vale da Muxagata.

Do ponto de vista geológico o sítio implanta-se num contexto granítico (concretamente em granitos porfiróides de grão grosseiro e médio de duas micas), estando cartografados nas imediações vários filões de dolerito e quartzo (Anexo 4 – Estampa 91). Todavia, para além dos filões cartografados na Carta Geológica Nacional, vários outros são identificáveis no terreno, alguns dos quais localizados a escassas dezenas de metros da fraga (casos de filões doleríticos bastante alterados, cujos materiais foram analisados no âmbito do programa arqueométrico delineado para os materiais cerâmicos).

5.2 AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS (1991 A 1998)

Aproveitando as características naturais do local, foram construídas estruturas amuralhadas formando dois pequenos recintos contíguos: um primeiro, encostado à fraga e com uma cota média de 739 m, e um segundo, anexo ao primeiro, a uma cota ligeiramente mais baixa (em torno dos 736 m). Os derrubes destas estruturas, visíveis à superfície, terão estado na origem de parte do topónimo, Pena, termo medieval para designar pequenos castelos roqueiros ou atalaias.

Em pequenas plataformas, existentes entre os recintos fortificados e o topo da vertente, foram igualmente registados alguns materiais arqueológicos, nomeadamente fragmentos de cerâmica manual. Numa dessas plataformas, localizada junto ao topo da vertente e a cerca de 80/100 m das muralhas, uma série de penedos graníticos delimita

naturalmente um pequeno recinto onde se identificou uma efectiva ocupação do espaço. Esta plataforma é sobranceira à fraga e aos recintos fortificados, situando-se a uma cota média de 763 (Anexo 4 – Estampa 92).

Em face desta compartimentação espacial, foram consideradas três áreas distintas: o Sector 1, correspondendo ao recinto fortificado interior, encostado à fraga; o Sector 2, correspondente ao segundo recinto fortificado (anexo ao primeiro); Sector 3, correspondente à área de ocupação exterior às fortificações (Anexo 4 – Estampa 92).

5.2.1 O Sector 1

O Sector 1 corresponde a um pequeno recinto encostado aos grandes afloramentos da fraga. Estes delimitam cerca de ¾ do espaço, sendo restante ¼ definido por estruturas amuralhadas que, num trajecto em semicírculo, encerram, no quadrante Norte, o espaço naturalmente constituído pelos penedos.

Este recinto apresenta uma área interior de 110 m^2. Contudo, só cerca de metade era abrangida por depósitos arqueológicos, sendo que a restante metade (Sul) seria, na altura da ocupação pré-histórica, de afloramento do substrato rochoso[1].

Aproveitando as "paredes" constituídas pelos penedos do *tor* granítico, foi construída, no quadrante norte, uma muralha de configuração semicircular (Muralha 1 - UE 5). Esta estrutura assenta ora sobre o depósito UE 4 (arqueologicamente estéril), ora sobre o afloramento rochoso, surgindo ainda uma parte do troço edificada sobre uma estrutura de suporte construída para o efeito (UE 11) e que funciona como alicerce.

Sendo a base de implantação irregular e inclinada no sentido do exterior, nas fundações da face externa da muralha foram utilizadas grandes pedras de granito (que permitem vencer o desnível), a partir das quais se construiu a parede com pedras de médias dimensões, sem qualquer tipo de argamassa ou ligante. Algumas destas pedras parecem ter levado algum afeiçoamento, de modo a dar-lhes a configuração de lajes (o que facilitaria a construção), mas grande parte são de morfologia irregular, não apresentando qualquer tratamento específico. O pano de muralha apresentava as suas faces externas bem definidas, onde a altura máxima conservada atinge cerca de 1,80m. Porém, o paramento interno encontrava-se relativamente destruído, tendo apenas sido possível determinar, de forma aproximada, o seu limite ao nível da base. A sua espessura máxima atinge os 3 m (Anexo 4 – Estampa 102).

Ao longo do seu traçado, a muralha aproveita (sobrepondo-se ou encostando) vários penedos graníticos, alguns dos quais, nomeadamente dois localizados mais a oeste,

[1] O depósito que cobria a rocha de base a Sul era arqueologicamente estéril e, para Norte, sobrepunha-se aos derrubes interiores das estruturas amuralhadas.

resultaram da erosão do *tor*, anterior à ocupação humana do sítio. Dois desses penedos foram aproveitados para estruturar a porta de acesso (Porta 1 – UE 12) ao interior do recinto, aberta a Norte. Para além dos dois penedos, a porta é estruturada por duas pedras colocadas verticalmente, uma de cada lado da entrada. Devido ao declive do afloramento e à existência de uma diaclase, foi construída uma pequena rampa (UE 13) para facilitar o acesso (Anexo 4 – Estampa 96: 4; Estampa 102; Estampa 109: A), o qual era feito a partir do recinto inferior (Sector 2). Essa rampa preenche a diaclase no afloramento, sendo composta por terras castanho-escuras e por lajes de granito, estruturadas de modo a criar uma plataforma ascendente. Termina junto das pedras colocadas verticalmente, dando lugar a um pequeno pavimento constituído por pedras de médias e pequenas dimensões (UE 14) e assenta num depósito (UE 15) de terras arenosas que preenche parte da diaclase, o qual, por sua vez, assenta na UE 4.

A leste da Porta 1, a parte exterior da muralha assenta num socalco, que lhe serve de alicerce, construído entre dois afloramentos. Este socalco (UE 11) foi edificado segundo a mesma técnica (pedras de grandes dimensões na base, seguidas de fiadas de pedras de médias dimensões). Apresentando uma altura de 1,70m, esta estrutura colmata o espaço entre dois afloramentos, formando uma superfície plana, permitindo a ulterior construção da muralha UE 5 (Anexo 4 – Estampa 96: 1; Estampa 102).

Pelo exterior, a Oeste da Porta 1 e sobranceiros ao recinto inferior, surgem três pequenos bastiões, grosseiramente semicirculares, arrancando uns dos outros (Anexo 4 – Estampa 96: 2 e 3; Estampa 102.

O primeiro (Bastião 1 - UE 7) encontra-se localizado mais a Oeste. Apresentava-se conservado apenas ao nível da base, embora nas extremidades chegasse a apresentar pedras da terceira fiada. Tal como a muralha, a sua base é constituída por blocos de granito de grandes dimensões sobre os quais se elevariam fiadas de pedras de menores dimensões. Na extremidade Oeste encosta a um penedo granítico, enquanto que a Leste vai encostar à muralha, num arranque geminado com o Bastião 2. Era um bastião oco, mas o seu interior (com cerca de 2 m^2), escavado até ao substracto rochoso, não forneceu quaisquer materiais arqueológicos. Assenta no depósito UE 4.

O Bastião 2 (UE 8) é um bastião também grosseiramente semicircular e assenta directamente no substracto rochoso. As suas características construtivas são semelhantes às do Bastião 1, embora na base não apresente blocos graníticos tão grandes como aquele. A Oeste tem o arranque geminado com o Bastião 1 e a Este encosta a um grande bloco de granito incorporado nas estruturas defensivas e que serve igualmente de suporte ao Bastião 3. A sua metade Leste encontrava-se quase reduzida à fiada de base, mas para poente a altura conservada aumentava (devido ao desnível da rocha de base), chegando a atingir os

80 cm. É igualmente oco (com uma área de cerca de 1,5 m^2, embora na base o espaço interior seja parcialmente preenchido por um grande bloco de granito incorporado nesta estrutura e na muralha), não tendo a sua escavação fornecido quaisquer materiais arqueológicos.

Quanto ao Bastião 3 (UE 9), é um bastião maciço, construído aproveitando um bloco de granito incorporado na muralha e um abrupto desnivelamento do afloramento, sendo o espaço intermédio preenchido por fiadas de pedras em formato de laje. Uma vez ultrapassado o desnivelamento do afloramento, esta estrutura desenvolvia-se sobre ele, apresentando uma configuração semicircular. A partir daí tanto poderia continuar maciço como tornar-se oco. A parte conservada apresenta cerca de um metro de altura e assenta sobre terras (equivalentes à UE 4) que preenchem a diaclase na rocha de base.

No interior do Sector 1 foi observada uma sequência composta por quatro unidades estratigráficas (Anexo 4 – Estampa 108).

O depósito de topo (UE 1) é constituído por terras de cor castanha escura, apresentando-se bastante compactadas[2] e com abundante vegetação rasteira à superfície. A sua espessura varia entre os 10 e os 16 cm, tendo-se revelado arqueologicamente estéril. Na área mais central do recinto sobrepõem-se directamente à UE 3 e nas zonas mais próximas das estruturas defensivas cobre a UE2.

A UE2 é composta por potentes derrubes da estrutura de fortificação para o interior, incorporando pedras de médias dimensões. Estes derrubes sobrepõe-se à UE 3, embora o topo desta última encoste já a parte da base desses mesmos derrubes, o que poderá querer indicar que, na sua fase última de formação, parte das estruturas de fortificação teriam já iniciado um processo de ruína. Na UE 2 recolheram-se alguns fragmentos de olaria manual, mas muito poucos e com as superfícies muito deterioradas.

A UE 3 corresponde a um depósito de terras de cor castanha escura, bem compactadas. Durante o processo de escavação não se detectou qualquer diferenciação interna do ponto de vista pedológico. Notou-se, contudo, que este depósito incorporava bastantes elementos pétreos de reduzidas dimensões, os quais apresentavam uma maior concentração na parte superior, formando uma espécie de carapaça, mas sem estruturação aparente. Como acima se referiu, esta parte superior da UE 3 encostava já a alguns derrubes de pedras da estrutura defensiva. Assim, embora as características das terras se mantenham as mesmas até à base, a maior concentração de pequenas pedras no topo desta camada e o facto de encostar a alguns derrubes, poderão sugerir dois momentos diferenciáveis na sua formação. Materializando estas observações na classificação

[2] A altitude a que se encontra o sítio proporciona que o mesmo fique, por vezes, coberto de neve, facto que contribui para a forte compactação dos sedimentos.

estratigráfica, a parte superior será designada por 3a e a restante por 3b. Esta diferenciação é também sugerida no comportamento estatístico das morfologias dos fragmentos de recipientes cerâmicos (Valera, 1997b).

Devido à inclinação e diferenças de cota do substracto rochoso, este depósito revelou-se pouco espesso na metade sul do recinto, onde a sua parte superior (3a) assenta directamente na rocha de base. Na área mais central e junto à muralha, apresenta uma potência maior, atingindo cerca de 50 cm, sobrepondo-se à UE 4.

Localizada na área central do recinto e junto à Porta 1, surgiu integrado na base da UE 3 (3b) um alinhamento pétreo (UE 6) mal conservado, constituído por pedras de médias e pequenas dimensões e apresentando uma orientação nordeste-sudoeste. O significado deste alinhamento não é de fácil interpretação[3], verificando-se apenas que a densidade de materiais arqueológicos, nomeadamente de fragmentos cerâmicos, era relativamente grande para leste desta estrutura e bastante mais reduzida para Oeste. A sua disposição parece estabelecer uma compartimentação do espaço do recinto logo à sua entrada, situação que só se verificaria nos momentos mais antigos da formação do depósito UE 3 (correspondendo, portanto, à sedimentação da base da UE 3). Refira-se o registo de um recipiente campaniforme de estilo internacional quebrado *in situ* junto à extremidade oeste deste alinhamento.

É da UE 3 (3a e 3b) que provêm a quase totalidade dos materiais arqueológicos do Sector 1, correspondendo ao solo de ocupação deste recinto.

Na base da sequência identificou-se o depósito UE 4, composto por terras cinzentas, de granulometria muito fina. Abrangendo apenas a metade norte do recinto (aflorando a sul o substracto rochoso), prolonga-se sob a estrutura defensiva e assenta na rocha de base. Revelou-se arqueologicamente estéril (apenas forneceu 2 bojos, interpretados como intrusões relacionadas com processos tafonómicos).

No exterior imediato, verificou-se que a parte conservada dos bastiões era coberta por espessos derrubes (UE 30) da muralha, os quais se prolongavam, com forte inclinação, até ao recinto inferior (Sector 2). Estes derrubes sobrepunham-se a finos depósitos que preenchiam o interior dos bastiões ocos e o seu exterior imediato (UE 10). Trata-se de um depósito constituído por terras castanho claras, de granulometria mais fina, incorporando pedras quase sempre em forma de laje e com uma orientação inclinada ou, por vezes, perfeitamente vertical, correspondendo a uma primeira fase de derrube das estruturas (muralha e bastiões). Na sua interface de base recolheu-se alguma cerâmica no exterior dos Bastiões 2 e 3, mas o interior destas estruturas não forneceu quaisquer materiais. Estas

observações permitem concluir que os bastiões ocos não tiveram uma ocupação interna (pelo menos que tenha deixado vestígios materiais), nem acumularam sedimentos no seu interior (observáveis estratigraficamente em corte ou no processo de escavação) durante a fase de uso do sítio anterior aos primeiros derrubes das estruturas de fortificação (Anexo 4 – Estampa 106).

A UE 10 assentava na UE 4 na metade oeste da área escavada, enquanto que na metade leste se sobrepunha directamente ao substracto rochoso.

Em síntese, o processo de sedimentação ter-se-á iniciado com a formação da UE 4, processo anterior à antropização do sítio. Ainda antes da ocupação humana, terão caído alguns blocos graníticos com origem na erosão de parte do topo do *tor*. Estes penedos assentam na UE 4 e apoiam a muralha e os depósitos de ocupação.

A construção das estruturas de fortificação e acessos, sobrepondo-se parcialmente à UE 4 e ao substracto rochoso, terá sido realizada no início da ocupação deste espaço do povoado. Primeiro foi construído o socalco de suporte (UE 11), seguido da edificação da muralha (UE 5) e da anexação, pelo exterior desta, de três bastiões (UEs 7 a 9).

A ocupação interior corresponde à formação da UE 3, na qual se definiram dois sub momentos (3b e 3a), verificando-se que durante o segundo as estruturas defensivas já teriam iniciado o seu processo de ruína.

Uma vez abandonado o recinto, verifica-se a ocorrência de grandes desmoronamentos das estruturas de fortificação (para o interior e para o exterior), que vão cobrir grande parte dos depósitos de ocupação e o interior dos bastiões ocos. Por último formam-se os depósitos de superfície (UE 1), praticamente sem incorporarem vestígios arqueológicos, facto que sugere que o sítio não terá sido sujeito a revolvimentos após a constituição dos referidos derrubes.

5.2.2 O Sector 2

O Sector 2 corresponde a um recinto igualmente fortificado, com uma área de cerca de 100 m^2 (cerca de ¼ de afloramento rochoso), que se encontra anexado aos penedos sobre os quais assentam as estruturas do Sector 1, situando-se, assim, numa plataforma ligeiramente mais baixa. Com a sua construção o acesso ao recinto superior ficou a fazer-se obrigatoriamente pelo interior do Sector 2, subindo-se os referidos penedos e contornando os bastiões, até se chegar à rampa de acesso à Porta 1 (Anexo 4 – Estampa 100).

O quadrante Norte é delimitado por uma espessa muralha (Muralha 2 - UE 20), que chega a atingir uma espessura máxima de 3.40 metros e uma altura máxima conservada de

[3] A sua interpretação como restos de cabana, avançada anteriormente (Valera, 1997b), não parece hoje viável. Efectivamente, para leste não se detectaram quaisquer outros vestígios de estruturas que possam confirmar tal hipótese.

cerca de 1.80 m, assentando directamente sobre o substrato rochoso ou sobre um depósito de formação anterior à antropização do sítio (UE 40). Partindo de um grande penedo a Este (que se enquadra na base da plataforma do Sector 1), segue na direcção NNO, num trajecto de cerca de 13 metros de comprimento, no final do qual, aproveitando um pequeno penedo, curva em cotovelo para SO. O troço actualmente conservado percorre mais 2,5 metros, encostando a um grande afloramento (Anexo 4 – Estampa 105). Contudo, pelos derrubes exteriores e pela própria lógica da construção, esta muralha continuaria sobre o afloramento que, na extremidade SO, se transforma num verdadeiro penedo, com uma "parede" quase vertical sobre a vertente de declive acentuado.

A cerca de 3m da extremidade Este, e aberta a NE, definiu-se uma porta (Porta 2 - UE 21) de acesso ao interior deste recinto (e, por inerência de passagem, de acesso ao recinto superior), constituída por um corte perpendicular no troço amuralhado, com cerca de 80 cm de largura e 2,70 de comprimento. A meio da porta existe um degrau (UE 29), com cerca de 20 cm de altura, o qual ajuda a vencer o desnível do exterior paro o interior do recinto (Anexo 4 – Estampa 97:2; Estampa 105).

No lado SO, o recinto é definido naturalmente por penedos e afloramentos, contando apenas com a construção de um pequeno, mas espesso, troço amuralhado (Muralha 3 - UE 36) reduzido às suas fundações, que preenche um espaço criado por uma diaclase nos afloramentos, assentando directamente no substrato rochoso. Estas pedras que preenchem a diaclase são de grandes dimensões, procurando criar uma base de sustentação para o desenvolvimento da muralha em altura (Anexo 4 – Estampa 106).

As estruturas de fortificação, tal como as do Sector 1, são construídas em pedra seca (de granito e quartzo, hoje numa matriz de areão resultante da desagregação dos granitos). Encostam e incorporam penedos pré existentes e utilizam grandes pedras para construir a base (sobretudo nas faces exteriores), sobre a qual as paredes se desenvolvem utilizando pedras sem aparelho e de dimensões menores. Apresentavam, associados, grandes e potentes derrubes, tanto para o interior, como para o exterior. Estes últimos prolongam-se vários metros pelas vertentes abaixo, devido ao acentuado declive.

Da base para o topo, a sequência estratigráfica observada no Sector 2 (Anexo 4 – Estampa 108; Estampa 109:C) inicia-se pela UE 40, correspondente a um depósito de formação pré-antropização do sítio, sendo arqueologicamente estéril. Assentando directamente sobre o substrato rochoso, este depósito abrangia a área central do recinto, onde o afloramento forma uma ligeira depressão, apresentando-se num estado de acentuada desagregação. Para Este o substrato sobe e aflora, voltando a ser parcialmente coberto junto às estruturas de fortificação que delimitam o Sector 1 por um outro depósito de formação anterior à ocupação do sítio (UE 4), também arqueologicamente estéril. A UE 40 é

assim, em termos da sequência de ocupação, a equivalente da UE 4 para a plataforma mais baixa (Anexo 4 – Estampa 108).

É sobre o substrato rochoso ou sobre a UE 40, que se vão construir as estruturas de fortificação que delimitam o Sector 2, revelando que a ocupação deste espaço se processa a partir do momento da sua edificação. Deste modo, as unidades estratigráficas correspondentes à ocupação deste sector formaram-se directamente sobre afloramentos ou sobre os depósitos arqueologicamente estéreis, encostando às muralhas ou a penedos graníticos.

Na parte Norte do recinto formou-se a UE 25, de coloração amarelada, que encostava à muralha. Incorporava alguma cerâmica, não muita, e instrumentos líticos. Forneceu abundantes fragmentos de rochas magmáticas filoneanas de cor amarelada ou vermelho/alaranjada. A coloração deste depósito era bastante diferente da de todos os outros escavados no povoado (sempre castanhas escuras ou cinzento escuras). Como hipótese explicativa para a sua coloração poderá ser avançado o elevado número de fragmentos de rocha magmática filoneana de cor amarela. Estas rochas apresentam-se em pequenos nódulos, muito macios, facilmente desagregáveis.

Sensivelmente a meio do sector, esta unidade contactava com a UE 27, que se apresentava como a sua continuidade natural, mas com uma coloração castanho escura. Este depósito forneceu mais material, sobretudo cerâmico. Era delimitada a SO por um muro de contenção (UE 35), edificado na zona onde se inicia uma diaclase no afloramento, provocando um profundo canal de escoamento. A construção do muro visava precisamente conter as terras, ajudando a que se formasse um solo de ocupação (Anexo 4 – Estampa 104). Preenchendo a diaclase, este muro foi construído com pedras de médias e pequenas dimensões, sem aparelho e sem ligantes.

O depósito UE 27 foi inicialmente diferenciado da UE 26, uma vez que no início da escavação do Sector 2 se encontravam separadas por um afloramento. O depósito UE 26 aparecia, então, restrito à área da entrada. Contudo, com o alargamento da escavação para SO, verificou-se que estas unidades se juntavam e que a UE 26 era o prolongamento da UE 27 na zona em que o substrato rochoso sobe na direcção do Sector 1. Deste modo, estas duas unidades são consideradas equivalentes, correspondendo à mesma realidade estratigráfica, ou seja, a um solo de ocupação deste recinto. A UE 25 poderá ser igualmente integrada no mesmo momento de ocupação, embora tenha estado sujeita a processos tafonómicos distintos, eventualmente relacionados com os seus componentes.

No interior da UE 27 (Anexo 4 – Estampa 106), surgiu um aglomerado de pedras de médias dimensões que preenche parte da área central do recinto (UE 34). Apresenta uma orientação sensivelmente O-E. Trata-se de um aglomerado sem estruturação aparente, de

difícil interpretação. De realçar que no seu lado norte serve de separação entre as UEs 25 e 27. Entre as pedras surgiram vários fragmentos de cerâmica manual, nomeadamente de cerâmica campaniforme. Igualmente integrado na UE 27, mas um pouco mais a SO, foi registado um outro aglomerado de pedras de médias e pequenas dimensões encostado ao afloramento, também sem estruturação aparente e funcionalidade indeterminada (UE 37).

A SO, entre a Muralha 3 (UE 36) e o afloramento onde se implanta o muro de contenção (UE 35), foi identificada uma camada de cor castanho claro (UE 32), preenchendo parte da diaclase, que forneceu alguns, poucos, fragmentos cerâmicos, entre os quais se destaca a presença de cerâmica campaniforme. Nesse mesmo espaço, cobrindo aquela unidade e envolvendo as fundações da Muralha 3 formou-se um depósito (UE 31), de coloração mais escura, englobando alguma pedra de médias dimensões e alguns, poucos, materiais arqueológicos. Esta camada poderá corresponder já aos primeiros derrubes da referida muralha, no final da ocupação do sector 2.

Efectivamente, a fase final da ocupação do sítio parece ser marcada já por alguns desmoronamentos das estruturas de fortificação. Para além da formação da UE 31, junto à Muralha 2 forma-se a UE 24, depósito que já incorpora derrubes daquela estrutura para o interior do Sector 2. Situação semelhante ocorre junto às paredes dos bastiões e da Muralha 1 (que delimitam o Sector 1), onde se forma a UE 10. Esta camada, que se apresenta inclinada, incorpora derrubes de pedras das estruturas de fortificação. Como já se referiu, na sua interface inferior, e apenas aí, forneceu material cerâmico, sempre junto às paredes da muralha e dos bastiões e sempre pelo exterior destes.

Os primeiros desmoronamentos das estruturas de fortificação marcam, assim, a fase final da ocupação do Sector 2. Posteriormente, parte da área Sul e SO é coberta por um grande desmoronamento das estruturas de fortificação do Sector 1 para o exterior, formando as UEs 28 e 30, derrubes que arrastam consigo alguns materiais cerâmicos muito fragmentados. A zona norte do Sector 2 é, por sua vez, coberta pelos desmoronamentos da Muralha 2 para o interior, que se vêm sobrepor parcialmente os níveis de ocupação e totalmente aos primeiros sinais de derrubes ocorridos no final da ocupação do sítio. Por último, forma-se uma camada superficial (UE 23) na área central do recinto, cobrindo os derrubes internos, tendo fornecido escassos materiais arqueológicos.

Em síntese, verificou-se que sob o substrato rochoso ou sob uma camada arqueologicamente estéril (UE 40) se construíram estruturas amuralhadas (M2 - UE 20; M3 - UE 36) que definem um segundo recinto. O acesso fazia-se por uma porta aberta em M 2, orientada a NE. A ocupação mais intensa deste recinto consubstanciou-se nas UEs 25 (junto a M2), 27 (área central do recinto) e 26 (equivalente da 27, abrangendo a área fronteira à porta e a área onde o afloramento começa a subir para a plataforma superior).

A formação da UE 27 contou com a construção de um pequeno muro no lado SO, onde uma grande diaclase cria um desnível acentuado no substrato rochoso. Este muro visaria a contenção das terras que preenchiam a área central, proporcionando a formação de um solo ocupável. No interior da UE 27 identificaram-se dois aglomerados de pedras (UEs 34 e 37) cuja origem e eventual funcionalidade não são identificáveis.

No final desta ocupação ocorrem ligeiros derrubes da estrutura de fortificação M2 para o interior, formando a UE 24. Possivelmente nesta fase acumula-se, junto a M3, uma fina camada de sedimentos e derrubes com materiais (UE 31). Ainda neste momento final ocorrem os primeiros desmoronamentos das estruturas de fortificação do Sector 1 para o interior (consubstanciados na UE3a) e para o exterior. Os derrubes que se processam para o exterior vão formar, na área imediata que corresponde à extremidade da plataforma superior), a UE 10, que na sua interface inferior (e apenas aí) forneceu materiais arqueológicos.

Após estes primeiros derrubes, o sítio é completamente abandonado, iniciando-se o processo de derrocada das estruturas arquitectónicas que definem os dois sectores, tanto para as respectivas áreas interiores como exteriores. No Sector 2, a parte mais chegada às fortificações do Sector 1 é coberta pelos derrubes exteriores (UEs 28 e 30) das estruturas daquele sector, enquanto a restante área é parcialmente coberta por derrubes para o interior (UE 22) das muralhas que definem o próprio sector. Simultaneamente, forma-se a UE 23, composta por derrubes para o seu exterior do Sector 2, os quais se estendem pela vertente de declive acentuado. Cobrindo as áreas centrais dos sectores e sobrepondo-se parcialmente aos derrubes acabariam por formar-se depósitos superficiais, praticamente sem materiais arqueológicos.

5.2.3 O Sector 3

O Sector 3 corresponde a uma pequena plataforma definida por uma série de grandes penedos graníticos, localizada no topo da vertente, a cerca de 100 m dos recintos fortificados, numa posição sobranceira aos mesmos (Anexo 4 – Estampa 92). Localizada a 763 m de altitude, a diferença de cotas relativamente aos recintos fortificados é de cerca de 23 m para ao Sector 1 e de 27 m para o Sector 2. A plataforma encontra-se ligeiramente inclinada no sentido NO-SE e apresentava o substracto rochoso à superfície em grande parte da sua área e apenas na extremidade Este se acumulavam algumas terras, de encontro a penedos sobranceiros à Fraga. Todo o espaço evidenciava sinais de revolvimentos recentes, que tinham inclusivamente afectado a rocha de base, partida e levantada em vários pontos. Na área onde existiam mais sedimentos, verificavam-se que terras tinham sido mecanicamente arrastadas e encostadas aos penedos, sendo

precisamente nessa área que surgiam os materiais de superfície (cerâmicas manuais, algumas decoradas com motivos penteados, e instrumentos líticos).

Efectivamente, todo o topo da vertente pertence à reserva florestal. Tendo sofrido um enorme incêndio em 1996, parte significativa dessa área havia sido há pouco tempo lavrada e reflorestada com pinheiros. Aparentemente, e de uma forma inexplicável (até pelas próprias dificuldades de acesso ao espaço em questão), a pequena plataforma do Sector 3 terá sido afectada por estes trabalhos mecânicos, que raparam parte dos sedimentos, acumulando as terras de encontro aos penedos, trazendo à superfície alguns materiais arqueológicos. O facto de grande parte da área ter a rocha a aflorar ou a escassos centímetros de profundidade, sendo o espaço sedimentado bastante restrito, terá eventualmente contribuído para que os trabalhos não fossem levados até ao fim, limitando-se ao arrasto de algumas terras e pedras.

Numa plataforma ligeiramente mais abaixo, mais perto da Fraga, onde actualmente estacionam os veículos de quem trabalha ou visita o local, recolheram-se também alguns fragmentos de cerâmica manual. Tratando-se de locais situados a cotas superiores aos espaços fortificados (o que excluía a hipótese de escorrências a partir daqueles), tornava-se viável a hipótese da existência de ocupações exteriores nas áreas circundantes a esses recintos, em pequenas rechãs da vertente. No sentido de comprovar a efectiva existência dessas ocupações exteriores, de as caracterizar e estabelecer eventuais relações com as realidades do interior dos recintos, realizou-se uma sondagem no Sector 3. A sondagem, com 3x6 m^2, foi implantada no espaço aparentemente com mais sedimentos, abrangendo igualmente parte das acumulações mecânicas de terras (Anexo 4 – Estampa 110).

Nas terras arrastadas, a camada superficial era constituída por sedimentos castanhos (UE 53), contendo muitas pedras, raízes e carvões. Verificou-se que, se à superfície tinham aparecido alguns fragmentos cerâmicos, na parte escavada não se recolheram quaisquer materiais arqueológicos. Esta camada cobria a UE 54, um depósito de terras igualmente arrastadas, de cor castanho claro, contendo pedras miúdas, raízes e carvões em abundância. Também não forneceu materiais arqueológicos na área em que foi escavada.

Sob estes depósitos, a UE 51 corresponde às terras de superfície actuais, de coloração castanho escuro, pouco compactadas e com abundantes elementos vegetais. Forneceu alguns fragmentos de recipientes cerâmicos manuais (alguns decorados) e um peso de tear inteiro, mas bastante erodido.

Esta camada assentava sobre um nível de terras, igualmente de cor castanho escuro, mas ligeiramente mais compactadas (UE 52), que cobria directamente no substrato rochoso granítico, muito alterado e desagregado. No seu interior englobava grande

quantidade de pequenas pedras de granito dispersas por toda a área da sondagem (Anexo 4 – Estampa 108). Neste aglomerado de pedras destacavam-se algumas, de maiores dimensões que aparentemente apresentavam uma certa estruturação. Localizadas no quadrado E2, estas pedras parecem configurar uma estrutura de planta subtriangular ou subtrapezoidal (Anexo 4 – Estampa 98; Estampa 110). Do seu lado Este a UE 55 parecia ser envolvida por um alinhamento grosseiramente semicircular de outras pedras e que foi designado por UE 56.

Nas terras que evolviam estas aparentes estruturas foi registada a maioria dos materiais recolhidos na UE 52, que surgem sempre na parte superior desta camada e nunca em profundidade. Esta configura-se como o que resta de um solo de ocupação, que terá sido parcialmente afectado pelo arrastamento mecânico de terras, englobando vestígios de estruturas pétreas de interpretação difícil, podendo elas próprias encontrar-se parcialmente afectadas pelos referidos trabalhos.

5.3 OS CONJUNTOS ARTEFACTUAIS

Os conjuntos artefactuais da Fraga da Pena foram organizados em grandes categorias tecnológicas e funcionais: recipientes cerâmicos, pesos de tear; pedra talhada, pedra polida, elementos de moagem, elementos de adorno, artefactos metálicos, artefactos do sagrado. Embora não se trate de um artefacto no sentido tradicional do termo, junto ainda neste ponto a descrição da pintura registada num dos penedos, assim como da descrição dos materiais filoneanos passíveis de serem relacionados com a sua produção.

5.3.1 Recipientes Cerâmicos

Os recipientes cerâmicos correspondem à categoria mais representativa dentro do conjunto artefactual global do sítio. Nas áreas escavadas foram recolhidos 6805 fragmentos cerâmicos[4], com um peso global de 34520 Kg. Apresentam uma distribuição acentuadamente assimétrica entre os três sectores definidos, com mais de dois terços dos fragmentos (4638) provenientes do Sector 1, enquanto que no Sector 2 se registaram 1939 e no Sector 3 apenas 228 (Anexo 2 – Quadro 2-47).

Tomado na globalidade, este conjunto possibilitou a reconstituição gráfica, total ou parcialmente, da forma de 260 recipientes: 115 para o Sector 1, 102 para o Sector 2 e 13 para o Sector 3. Para a análise tipológica foram utilizados todos os recipientes que permitiram reconstituição gráfica total ou parcial, a qual foi possível de efectuar em 260 casos. Destes 145 são do Sector 1, 102 do Sector 2 e apenas 13 do Sector 3 (Anexo 2 – Quadro 2-48). O processo de classificação efectuado, assumindo critérios morfológicos e

[4] Os fragmentos que remontaram foram contabilizados como uma única unidade.

estilísticos, foi realizado sobre este universo interno, mas, tal como para a Malhada e Castro de Santiago, os resultados são apresentados recorrendo à numeração da tabela geral, no sentido de facilitar o processo de posterior comparação entre os diferentes conjuntos. Assim, foi construída uma tipologia geral constituída por 14 tipos morfológicos, alguns dos quais com vários subtipos definidos (sendo a descrição respectiva apresentada no Anexo 2 – Quadro 2-51) .

No que respeita aos tipos, os seis primeiros correspondem a morfologias que integram o fundo calcolítico dos contextos arqueológicos locais, estabelecido desde a primeira metade do 3º milénio AC no Castro de Santiago e na Malhada: tipo 2 – taças; tipo 4 – tigelas; tipo 5 – esféricos; tipo 6 – globulares; tipo 7 – recipientes de paredes rectas; tipo 9 – recipientes tipo saco. Segue-se um conjunto de morfologias que estão totalmente ausentes no Castro de Santiago, embora algumas ocorram já nos níveis calcolíticos da Malhada: tipo 11 – recipientes troncocónicos invertidos (já presentes nos níveis mais antigos da Malhada); tipo 12 – potes fundos com ou sem asa de fundo plano ou côncavo (subtipos 12.1 de bordo simples e 12.2 de colo ligeiramente estrangulado); tipo 13 – grande recipiente de pança larga e fundo côncavo de morfologia vagamente acampanulada; tipo 14 – grandes recipientes de colo estrangulado e fundo plano (subtipos 14.1 com colo baixo e pança larga e 14.2 de colo alto e pança larga); tipo 15 recipientes campaniformes (subtipos 15.1 acampanulado, 15.2 acampanulado de boca larga e pança esguia, 15.3 de colo alto e esboço de carena média esbatida, 15.4 de carena ombreada, 15.5 caçoila); tipo 16 – pequenos recipientes de carena baixa e colo troncocónico; tipo 17 – taça de carena média / alta; tipo 18 – pequenos potes de colo estrangulado com ou sem asa; tipo 19 – tigela de fundo aplanado e bordo reentrante. Ocorrem ainda inúmeras bases planas (Figura 5-1: A a E) simples ou ligeiramente côncavas e carenas sem formas associadas.

Analisando a globalidade das morfologias cerâmicas dos três sectores, observa-se que dominam claramente as formas do fundo calcolítico: as tigelas, com 25, 4%, seguidas das taças com 13,8 % e dos esféricos, globulares, recipientes tipo saco e recipientes de paredes rectas, com 9,6%, 8,5 %, 6,2% e 2,7% respectivamente (Anexo 2 – Gráfico 2-27; Quadros 2-48 e 2-50), correspondem a 66,2% do conjunto total.

Entre as restantes morfologias destacam-se os recipientes campaniformes com 13,1%[5], seguidos dos grandes potes fundos (tipo 12) com 6,5%, dos pequenos potes com 6,2%, dos grandes recipientes de colo estrangulado (tipo 14) com 3,5% e dos trococónicos invertidos com 2,3%. As restantes morfologias têm uma representatividade vestigial.

[5] Contudo terá que se ter em conta que o número mínimo de 34 recipientes que proporciona uma percentagem de 13,1% foi obtido contando também os bojos decorados, o que, naturalmente, não pôde ser feito para as restantes morfologias. Assim a percentagem dos campaniformes estará algo infeccionada.

pequenos potes de colo estrangulado com apenas 1,8% (correspondendo a uma única ocorrência em cada tipo). No universo das formas decoradas, verifica-se que cerca de 40% correspondem às morfologias do fundo tradicional calcolítico e 60% às formas novas. Tal significa que se considerássemos apenas a decoração nas formas do fundo calcolítico a percentagem de decoração seria de 13,3% no universo dos três sectores e de 8,8% num universo que apenas considerasse o interior dos recintos, mais perto dos valores obtidos em Santiago e na Malhada. Assim, verifica-se que as decorações das "novas" morfologias contribuem significativamente para a percentagem global elevada de 21,9%. Estão em destaque, neste particular, os recipientes campaniformes e os grandes potes fundos, que contribuem com as maiores percentagens de decoração. As percentagens de decoração aumentam mesmo neste dois grupos se tomarmos como universo só o interior dos recintos, já que são morfologias que não ocorrem no Sector 3: a decoração passaria para 45% nos campaniformes e 18,8% nos grandes potes fundos. Inversamente, a percentagem de 12,3% nas tigelas baixaria para 2,1%, revelando que no Sector 3, exterior ao dois recintos, são as tigelas que apresentam maiores índices decorativos (Anexo 2 – 2-29 e 2-30).

Na globalidade, a tendência para uma maior representatividade das decorações nas morfologias fechadas (ou abertas fundas) é elucidativa, representando 84,2%, contra os 15,8% de formas abertas decoradas.

No que respeita a estilos decorativos campaniformes (Anexo 2 – Quadro 2-49), predomina a organização de motivos ungulados com 11 exemplares (32%). Tratam-se de decorações à base de impressões de pares de ungulações, realizadas provavelmente com as unhas do polegar e do indicador. Nos recipientes mais completos, que permitem uma leitura mais global da decoração, estes pares de ungulações distribuem-se de forma abrangente por todo o exterior dos vasos e de maneira aparentemente não estruturada, visando apenas preencher de forma homogénea o espaço disponível.

Ainda dentro da técnica de impressão, registam-se três casos decorados segundo a organização de bandas paralelas ao bordo na tradição dos padrões do estilo Internacional, mas em que as técnicas utilizadas são, num caso, a impressão de linhas de pontos puncionados e, no outro, a impressão de traços com espátula.

O pontilhado surge nas suas três variantes. O estilo Internacional de Bandas é o mais representativo, com 5 exemplares (15%), enquanto que o Linear e o Geométrico apresentam dois exemplares cada (6%). A decoração Internacional de bandas segue os motivos tradicionais, onde cada banda é constituída por duas linhas paralelas pontilhadas, sendo o espaço entre elas preenchido por traços diagonais igualmente pontilhados e cuja inclinação direita-esquerda alterna de banda para banda. Como excepção surge um caso, em que os traços diagonais pontilhados são uns inclinados para a esquerda e outros para a

direita, formando uma espécie de reticulado no interior de cada banda. Relativamente aos motivos pontilhados geométricos, a reduzida dimensão dos fragmentos não deixa perceber a composição global das organizações, mas nos casos identificados estas são à base de bandas de triângulos, associados ou não a linhas pontilhadas.

Contudo, a maior percentagem do conjunto (12 recipientes – 35%), não apresenta decoração (as três caçoilas, oito recipientes subtipo 15.1 e 1 subtipo 15.2). De qualquer forma, as organizações decorativas campaniformes no seu conjunto representam 21,3% no universo das decorações com atribuição tipológica em termos decorativos (Anexo 2 – Quadro 2-54).

Quanto à decoração não campaniforme, o elevado índice de fragmentação de muitas peças decoradas dificultou a análise das organizações decorativas, impedindo a classificação de 10 fragmentos decorados e inviabilizando noutros uma atribuição precisa. Foram definidos nove grupos (mais indeterminados), dentro dos quais foram definidos subgrupos e variantes, seguindo os critérios já estabelecidos para a Malhada e Castro de Santiago (Capítulos 3 e 4). Esses nove grupos podem ser reunidos em três conjuntos em termos de relação organização/técnica/forma: as decorações enraizadas na tradição calcolítica local desde o Castro de Santiago, as cerâmicas penteadas e as decorações plásticas.

As decorações que remetem para padrões decorativos que localmente se fazem sentir desde o Castro de Santiago correspondem às organizações tipo A, B, C, D, F e H (Cf. Tabela Descritiva), a quais no seu conjunto representam 25,2% do total de organizações atribuídas, ou seja, descontando as 10 peças indeterminadas (Anexo 2 – Quadro 2-54). Neste conjunto, é interessante que a organização decorativa mais vulgar no Castro de Santiago e na Malhada, o tipo B, ainda ocorre, mas apenas com 6 exemplares. Ocorrem ainda os triângulos pendentes preenchidos e as linhas de motivos impressos, respectivamente com 7 e 9 ocorrências. Com representatividade vestigial temos as caneluras isoladas, as bandas de reticulados e as bandas de traços verticais.

Quanto às cerâmicas penteadas, apresentam a maior representatividade (29%) no universo das organizações decorativas. Os tipos definidos correspondem a faixas de bandas de penteado inciso. No subgrupo IL o penteado é interrompido: na variante 1 por uma paragem abrupta do movimento de incisão; na variante 2 por um apagamento através de brunimento de faixas verticais na superfície decorada. No subgrupo IO temos bandas de incisões penteadas mais ou menos ondulantes e largas. Estão mais representadas no Sector 2 (15 exemplares) e no Sector 3 (11 exemplares) e menos no Sector 1 (4 exemplares). Todavia há que destacar a situação do Sector 3 onde são quase exclusivas (apenas surge uma outra decoração do tipo F – Anexo 2 – Quadro 2-54). Estas decorações

aparecem apostas essencialmente sobre tigelas e esféricos (num caso num globular de colo).

Por último as decorações plásticas representam 14,5% do total, estando organizadas em dois tipos: M, à base de mamilos (embora a fragmentação das peças não permita saber se apareceriam conjugados com outros motivos), e L, à base de cordões plásticos digitados associados ou não a mamilos. Sempre que a determinação da forma foi possível, estas decorações, que não surgem no fundo calcolítico local, aparecem exclusivamente associadas a uma morfologia, a qual é também ela uma inovação relativamente a essa tradição cerâmica: o tipo 12, correspondente aos grandes potes fundos.

TABELA DESCRITIVA DAS ORGANIZAÇÕES DECORATIVAS

Grupo	Subgrupo	Variante	Descrição
A			**Organização de tendência horizontal e localização restrita, tendo como motivo base a canelura incisa.**
		1	Mínimo de uma canelura larga de localização indeterminada.
B			**Organização de tendência dominantemente horizontal e restrita, podendo por vezes ser mais abrangente da parede do recipiente. Tem como motivo base a "espinha" obtida através de traços incisos diagonais convergentes ou puncionamentos alongados. Este motivo base pode ser ou não enquadrado por caneluras.**
	BB		Organização em que os motivos espinhados se apresentam de forma simples e com uma tendência horizontal.
		1	Motivos espinhados horizontais formados por três faixas de traços diagonais convergentes.
	BA		Organização em que os motivos espinhados, com igual tendência horizontal, são enquadrados (em cima ou em cima e em baixo) por caneluras.
		1	Motivo espinhado horizontal formado por três faixas de traços diagonais convergentes, delimitado em cima por uma canelura.
		2	Banda de espinhado formada por duas faixas de traços diagonais convergentes, delimitada em cima e em baixo por uma canelura.
		3	Banda de espinhado formada por duas faixas de puncionamentos alongados formando traços diagonais convergentes, delimitada em cima por uma canelura larga.
C			**Organização horizontal, restrita ou de tendência abrangente, que tem como motivo básico o xadrez obtidos por traços diagonais que se cruzam, o qual pode aparecer de forma simples ou enquadrado por caneluras.**
	CA		Bandas de xadrez enquadradas por caneluras.
		1	Mínimo de duas bandas de xadrez delimitadas em cima por, pelo menos, uma canelura e separadas entre si por duas caneluras (parte inferior indeterminada).
D			**Organização de tendência horizontal em que o motivo base são os triângulos pendentes lisos ou preenchidos, podendo ou não estar associados a caneluras.**
	DD		Triângulos pendentes lisos ou preenchidos.
		1	Triângulos incisos pendentes sucessivamente preenchidos por outros triângulos incisos.
		2	Triângulos incisos pendentes preenchidos por ponteado.
	DA		Triângulos incisos pendentes lisos ou preenchidos delimitados por caneluras.
		1	Triângulos incisos pendentes sucessivamente preenchidos por outros triângulos incisos e delimitados em cima por, no mínimo, uma canelura.

F			**Organizações de tendência horizontal à base de bandas de linhas de impressões realizadas com punções ou matrizes, podendo ou não ser delimitadas por caneluras.**
	FA		Bandas de impressões delimitadas por caneluras.
		1	Possível banda de impressões a topo delimitadas em cima por uma fina canelura (limite inferior indeterminado)
	FF		Bandas de impressões realizadas com punções e matrizes.
		1	Banda de uma linha de impressões a espátula lateral arrastada (limites indeterminados).
		2	Banda de pelo menos uma linha de impressões afastadas em forma de quarto minguante alargado (limites superior e inferior indeterminados).
		3	Banda de duas linhas de impressões sobrepostas em forma de quarto minguante alargado (limites superior e inferior indeterminados).
		4	Banda com três linhas de impressões em quarto crescente fino.

H			**Organizações de tendência horizontal à base de bandas de traços verticais simples ou delimitadas e/ou cortadas por linhas horizontais, delimitadas ou não por caneluras.**
	HA		Bandas de traços verticais delimitadas, delimitadas por caneluras.
		1	Banda de traços incisos verticais delimitada em cima por uma linha incisa (limite inferior indeterminado).

I			**Organizações à base de motivos penteados incisos ou linhas ondulantes.**
	IL		Bandas penteadas rectas horizontais ou verticais.
		1	Banda recta de penteado inciso com impressões espaçadas da matriz.
		2	Bandas verticais de penteado inciso horizontal. A verticalidade das bandas é obtida por brunimento de faixas verticais que apagam e interrompem a banda horizontal.
	IO		**Organizações à base de motivos penteados ondulados.**
		1	Duas bandas horizontais de penteado ondulado.
		2	Banda estreita e banda larga penteado ondulado (limites indeterminados)
		3	Banda de penteado fortemente ondulado.

L			**Organizações à base de cordões plásticos.**
	LL		**Organizações à base de cordões plásticos ungulados ou digitados.**
		1	Cordão plástico horizontal com digitações.
		2	Cordão plástico horizontal com ungulações.
		3	Cordão plástico horizontal com digitações e cordões cordões plásticos verticais igualmente com digitações.
	LM		**Organizações à base de cordões plásticos e aplicações plásticas mamiladas.**
		1	Cordão plástico simples conjugado com aplicações mamiladas.
		2	Cordão plástico digitado conjugado com aplicações mamiladas.

M			**Organizações à base de aplicações plásticas mamiladas.**
		1	Mamilos circulares.
		2	Mamilos ovalados.
		3	"Pastilhas" com ligeira depressão interna.

			Organizações campaniformes.
	OA		**Organizações em bandas pontilhadas (Internacional)**
		1	Bandas de traços diagonais delimitados por linhas horizontais. (Pontilhado de bandas)
		2	Bandas de traços diagonais cruzados delimitados por linhas horizontais. (*idem*)
		3	Linhas paralelas múltiplas. (Variante linear)
		4	Duas linhas paralelas. (*idem*)
			Organizações em bandas de impressões não pontilhadas.
		1	Bandas de duas linhas ponteadas (punção a topo).

O	OB	2	Bandas de linhas de impressões a espátula lateral.
			Organizações à base de motivos pontilhadas geométricos. (Pontilhado geométrico)
	OC	1	Triângulos (preenchidos por outros triângulos) de vértices convergentes separados por linha horizontal.
		2	Triângulos pendentes preenchidos por outros triângulos.
			Organizações à base de impressões unguladas
	OD	1	Pares de impressões unguladas (beliscadas) dispostas aleatoriamente sobre a superfície dos vasos.

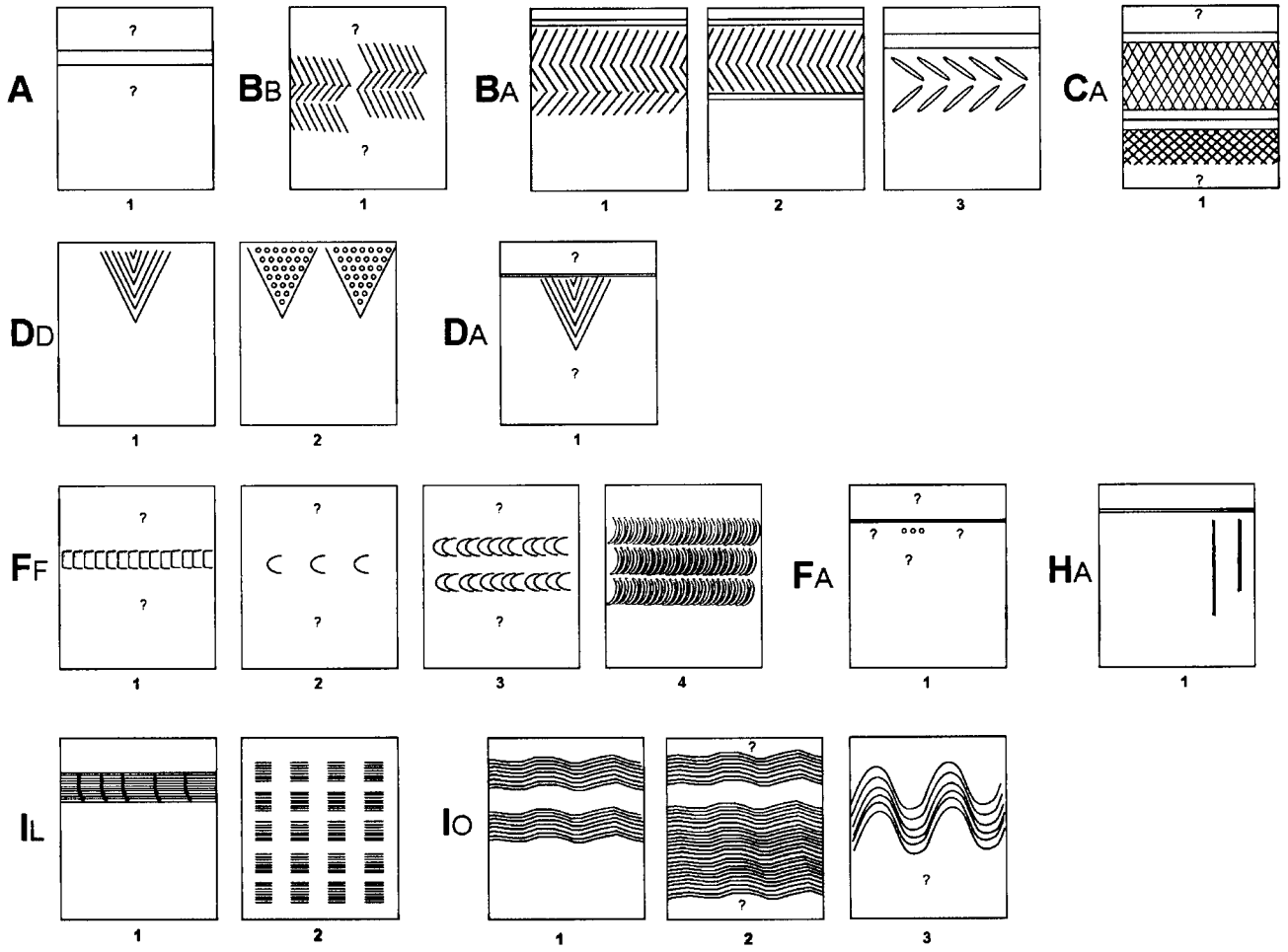


Figura 5-2 – Tabela de organizações decorativas: organizações do fundo calcolítico local (A a HA) e organizações penteadas (IL e IO).

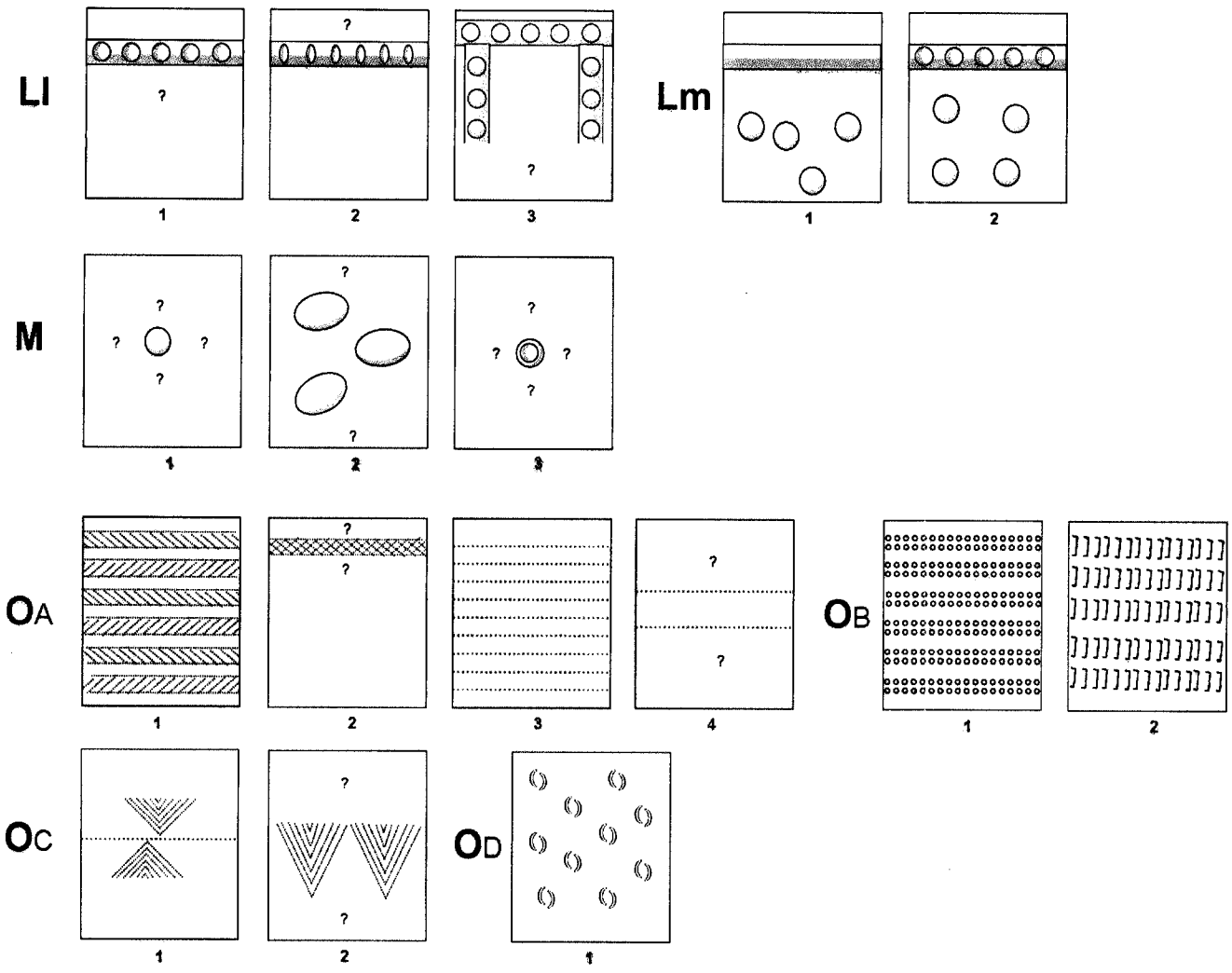


Figura 5-3 – Tabela de organizações decorativas: decorações plásticas (LI a M) e campaniformes (OA a OD).

A análise da localização das decorações nos recipientes foi fortemente comprometida pelo elevado estado de fractura das cerâmicas. Ainda assim, foi possível observar algumas tendências. Não existem decorações internas nem aplicadas sobre o bordo. As decorações do fundo calcolítico são dominantemente restritas ao terço das peças abaixo do bordo, existindo alguns exemplares em que assumem um carácter invasor do segundo terço. As decorações penteadas distribuem-se entre a localização restrita ao primeiro terço abaixo do bordo e a invasão do segundo terço (sendo aqui ligeiramente mais representativas). Quanto às decorações abrangentes do corpo do vaso, estas são quase que exclusivamente constituídas pelas decorações campaniformes. A única excepção é um grande pote fundo com decoração plástica.

No que respeita às dimensões dos recipientes apenas 84 das formas reconstituídas graficamente permitiram o cálculo volumétrico, o que corresponde a menos de 1/3 do total dos que possibilitaram atribuição formal. Tal facto fica a dever-se, uma vez mais, ao elevado

índice de fragmentação das peças, mas também à sua variabilidade morfológica. Enquanto que as morfologias do fundo calcolítico, realizadas à base da esfera e da elipse, possibilitam um maior número de reconstituições gráficas completas (que viabilizam o cálculo volumétrico), as restantes formas, porque mais complexas, proporcionam um número de reconstituições integrais bem mais reduzido. Por outro lado, essas formas, porque mais complexas e porque se desenvolvem em profundidade, tornam menos fiável a relação entre classes volumétricas e diâmetros da boca, inviabilizando o exercício de inferência que foi realizado para o Castro de Santiago e para a Malhada. Deste modo, a análise da variável volume foi apenas considerada nos recipientes que permitiram o seu cálculo seguro.

Assim, verifica-se que entre as taças foi possível calcular o volume em 31 peças, as quais se distribuem pelas classes volumétricas consideradas da seguinte forma: 16,1% na classe 3; 54,8% na classe 4; 19,3% na classe 5 e 9,8% na classe 6. Nas tigelas foi possível determinar o volume em 40 exemplares: 15% na classe 2; 40% na classe 3; 25% na classe 4; 15% na classe 5; 5% na classe 6. Estas são, naturalmente, as morfologias que permitiram o cálculo volumétrico num maior número de casos. Nos esféricos apenas temos 5 casos (2 na classe 2 e 3 na classe 5) e globulares apenas 2 (classe 3 e classe 4). Nos campaniformes, apenas 3 peças facultaram o volume, 1 na classe 3 e 2 na classe 6. A tigela de fundo aplanado e bordo reentrante, sendo exemplar único, enquadra-se na classe 3. Finalmente, com os maiores volumes, temos 1 exemplar dos grandes potes fundos e o único exemplar do tipo 13 (grande recipiente de pança larga e fundo côncavo de morfologia vagamente acampanulada).

Destes resultados, poderemos extrair como tendências a concentração nas classe volumétricas médias das taças e tigelas (algo que já se havia sublinhado para a Malhada e Castro de Santiago) e a associação das maiores volumetrias às morfologias tipo 12 e 13, a que acrescentaríamos o tipo 14 (grandes recipientes de colo estrangulado e fundo plano) apesar de neste não se ter conseguido calcular qualquer volume. Estes três tipos, constituídos por morfologias muito fundas e volumosas, configuram-se como os recipientes de armazenagem, o que pode ajudar a explicar a menor frequência de outras morfologias do fundo calcolítico com volumes grandes: por exemplo os globulares e os recipientes tipo saco que, na Malhada e no Castro de Santiago apresentam exemplares de maiores dimensões. Poderemos, assim, estar perante uma alteração morfológica de recipientes utilizados numa mesma função.

Destaque ainda para a ausência de mini vasos e para as formas de tamanhos reduzidos em geral, mesmo entre as formas simples do fundo calcolítico. Os campaniformes que permitiram apenas reconstituição parcial, mas não cálculo de volume, parecem (numa percepção aproximada) confirmar a distribuição das três peças que forneceram volume: dois

grandes grupos de tamanhos, um em torno das classes 3/4 e um outro, de maiores dimensões, em torno da classe 6.

Relativamente à análise de pastas, a Fraga da Pena integrou o estudo arqueométrico abrangente realizado para esta rede local de povoamento a que temos vindo fazer referência, o qual abrangeu também a Malhada, o Castro de Santiago, a Quinta da Assentada e uma amostragem local de fontes de matéria-prima (Dias *et. al.*, 2000; 2002; 2005).

Foram analisados 69 recipientes, procurando abranger, de forma representativa, as diferentes categorias estilísticas consideradas mais significativas (Figura 5-4).

Grupos	Sector 1	Sector 2	Sector 3	Totais
Campaniformes	6	17	-	23
Cerâmicas penteadas	-	2	4	6
Cerâmica comum do fundo calcolítico lisa	10	9	-	19
Cerâmica comum fundo calcolítico decorada	2	1	-	3
Formas "novas" ausentes no fundo calcolítico	13	5	-	18
Totais	31	34	4	69

Figura 5-4 – Materiais amostrados no estudo arqueométrico de pastas.

O estudo mineralógico (por difracção de Raio-X e lâminas delgadas) revelou a presença abundante de elementos não plásticos, constituídos essencialmente por componentes do granito (quartzo, feldspatos, micas e plagioclases) e "grog" (minoritário). Estes elementos ocorrem em grandes quantidades, com tamanhos variáveis e distribuições irregulares, revelando que no processo de fabrico não seriam moídos (talvez com excepção do "grog"), peneirados nem particularmente bem misturados com a pasta.

Por outro lado, as associações mineralógicas presentes demonstram que as temperaturas de cozedura foram relativamente baixas, nunca acima dos 500º/600º e que em alguns casos foram mesmo provavelmente inferiores. Tal situação sugere que os processos de cozedura seriam feito em "fogo aberto", sem recurso a estruturas de forno particularmente elaboradas.

As pastas são por vezes densas, mas na generalidade as partículas não estão compactadas e existem vazios e poros com alguma frequência, o que indicia rápidos processos de cozedura. A maioria das pastas são castanho avermelhadas com núcleo cinzento, revelando ambientes de cozedura que permitem uma oxidação apenas superficial.

A análise estatística multivariada dos elementos químicos permitiu determinar quatro grandes grupos: Grupo 1, composto exclusivamente por recipientes campaniformes, maioritariamente ungulados; Grupo 2 composto maioritariamente por campaniformes, mas também por formas do fundo calcolítico e formas "novas"; Grupo 3 com um campaniforme,

cerâmicas penteadas e alguns (poucos) recipientes do fundo comum e formas "novas"; Grupo 4 que, sendo o mais numeroso, engloba elementos de todos os grupos estilísticos definidos. Para além destes quatro grupos foram registados seis recipientes que não se enquadram em qualquer dos grupos ("outliers"): dois campaniformes pontilhados de estilo internacional; um campaniforme ponteado de bandas (imitação do estilo internacional pontilhado), um campaniforme liso, um penteado e um recipiente do fundo comum.

Tendo em conta apenas os quatro grandes grupos definidos, três agrupam recipientes de diferentes morfologias e estilísticas decorativas, não estabelecendo qualquer relação exclusiva entre grupos estilísticos e grupos geoquímicos. Já o primeiro apenas agrupa campaniformes, o qual se destaca do ponto de vista geoquímico. Por outro lado, para além desse destaque, as análises petrográficas revelam que os campaniformes ungulados apresentam texturas particulares que evidenciam uma tecnologia de produção mais cuidada e claramente diferenciada das restantes: são pastas de fina granulometria, com uma distribuição mais homogénea dos elementos não plásticos e uma textura mais regularizada, demonstrando uma cuidadosa mistura das argilas com a têmpera. Esta situação revela que eventuais cargas significantes destes recipientes se manifestaram logo na fase produtiva, conduzindo a procedimentos tecnológicos mais cuidados.

Relativamente ao abastecimento de matérias-primas, numa área com cerca de 2Km de raio estão disponíveis materiais argilosos resultantes da alteração de xistos (a Sul/Sudeste), de alteração dos granitos (em vários pontos na envolvente do sítio) e da alteração dos filões doleríticos, os quais circundam a fraga e existem a escassas dezenas de metros de distância. No confronto dos resultados químicos e mineralógicos obtidos para os recipientes com os provenientes da amostragem de fontes locais de matéria-prima, verificou-se a existência de uma opção deliberada: as argilas utilizadas para as pastas cerâmicas são essencialmente provenientes dos veios de doleritos alterados existentes na zona, às quais se adicionou têmpera em diferentes proporções, essencialmente de origem granítica, embora algumas argilas com origem nos granitos alterados possam também ter sido utilizadas na produção cerâmica.

Os "outliers", com as diferenças químicas que apresentam relativamente aos restantes recipientes, revelam um recurso a matérias primas distintas das utilizadas para a produção da grande maioria dos recipientes analisados, o que poderá indicar abastecimentos de matéria-prima a partir de áreas mais distantes (quer dentro da área de estudo que já fora do contexto geológico local amostrado e analisado) ou a importação dos recipientes. Relativamente a esta última possibilidade ganha relevo o facto de entre os seis "outliers", dois serem campaniformes pontilhados de estilo Internacional, um ser uma imitação desse estilo através de impressões ponteadas, outro um campaniforme liso. Ou

seja, dos seis recipientes passíveis de serem interpretados como importações, 4 são campaniformes, sublinhando-se ainda a presença neste grupo de um penteado.

Deste modo, se o estudo realizado aponta para uma produção cerâmica essencialmente local e com recursos a matérias-primas existentes nas imediações do sítio, existem também sinais de que algumas importações poderão ter ocorrido e que estas incidem sobre um tipo de recipientes para os quais se reconhece um papel de relevo na interacção entre comunidades. O facto de na amostra também existirem uma forma do fundo comum e um penteado como "outliers" poderá igualmente ser um indicador de que circulariam na Fraga da Pena outros materiais e, provavelmente pessoas, de proveniência afastada.

Quanto à questão do comportamento das categorias de recipientes por Sector as principais linhas de força são as seguintes:

- A imagem global entre os dois recintos é homogénea. Existem, contudo, algumas diferenciações em termos estatísticos que poderão assumir um eventual papel de indicadores cronológicos ou simplesmente representar variabilidades contextuais sem significado cronológico.
- A maioria dos campaniformes (79%) localizam-se no recinto inferior (Sector 2) e os restantes (21%) no interior do recinto superior (Sector 1). Contudo, as diferenças entre os dois recintos relativamente a estes recipientes parecem reportar-se mais ao número do que propriamente aos estilos, que apresentam uma convivência estratigráfica em ambas as áreas. Efectivamente, no Sector 1 os campaniformes têm globalmente uma baixa representatividade entre a totalidade dos recipientes (4,8%), surgindo desde a base do solo de ocupação detectado, onde estão associados a um contexto cerâmico que, a par de novas formas, apresenta ainda um peso significativo da tradição morfológica calcolítica local. No Sector 2, onde ocorrem os mesmos estilos mais o pontilhado linear e as bandas de traços impressos (que não foram registados no Sector 1), verifica-se que os campaniformes apresentam um número absoluto superior e uma percentagem bem mais representativa (26,5%), por sinal a maior entre os vários tipos identificados. Como se mantém um comportamento da representatividade dos vários estilos muito próximo ao observado no Sector 1, esta variação na representatividade dos campaniformes constitui uma das mais relevantes alterações no comportamento estatístico dos quadros cerâmicos definidos para cada um dos dois recintos.
- Outra será uma ligeira maior representatividade das decorações do fundo calcolítico (Organizações A a H) no Sector 1 relativamente ao Sector 2 e, inversamente, uma maior preponderância das decorações penteadas neste último.

- O contraste entre os contextos dos recintos e o contexto intervencionado no exterior são significativas: no Sector 3 não se registou qualquer recipiente campaniforme nem nenhuma das outras morfologias consideradas inovadoras relativamente ao fundo calcolítico; as formas presentes restringem-se a taças, tigelas (dominantes) esférico e paredes rectas; não se registou qualquer decoração plástica e apenas uma organização poderá ser enquadrada nas organizações características do fundo calcolítico local; as decorações são, com a excepção acima referida, à base de motivos penteados, os quais são estilisticamente idênticos aos registados no interior dos recintos.
- Do ponto de vista tecnológico, não se registam diferenças entre os três sectores.

5.3.2 A Pedra Talhada

A pedra talhada não macrolítica corresponde à segunda categoria artefactual mais bem representada na Fraga da Pena e, tal como os recipientes cerâmicos apresenta uma distribuição desequilibrada entre os três sectores: maior densidade no Sector 1 que no Sector 2, o que se relacionará com a já referida maior espessura do depósito de ocupação ali detectado e que poderá traduzir um período de utilização ligeiramente maior; no Sector 3 a representatividade destes materiais é baixa, como em todas as outras categorias artefactuais.

Tal como para os restantes sítios, a análise foi orientada para a organização da produção, tendo os materiais sido agrupados nas quatro grandes categorias definidas para este objectivo (Anexo 2 – Quadro 2-55): utensílios de debitagem (bigornas e percutores); restos de produção; produtos brutos de debitagem; utensilagem. Dentro destes grupos, e categoria dos utensílios de debitagem à parte, o mais representativo é o dos restos de produção, seguido dos produtos brutos de debitagem e finalmente da utensilagem. Na comparação directa entre produtos de debitagem e utensílios a relação é de 63% / 37% (ou 56,3% / 33,3% se considerarmos no universo os 10,3% de núcleos).

5.3.2.1 Materiais relativos à produção

Nos materiais conectados com a produção foram integradas as categorias dos restos de debitagem e utensílios de talhe, assim como núcleos e peças esquiroladas. Os restos e fragmentos inclassificáveis predominam com 383 registos, seguidos dos prismas com 81 e das esquírolas com 22.

5.3.2.1.1 Núcleos

Na totalidade foram recolhidos 34 núcleos, sendo 26 de quartzo, 5 em sílex, 2 em dolerito e 1 em quartzo hialino. Denotam uma orientação dominante para a produção

lamelar (58,8%), seguida pela produção de lascas (26,4%), existindo três casos (8,2%) em que se extraíram lamelas e lascas e duas situações de extracção de esquírolas (5,8%).

Em termos tipológicos predominam claramente os núcleos informes, com 27 exemplares (79,4%), sendo 15 (55,5%) para extracção de lamelas, 8 (29,6%) para extracção de lascas, 2 (5,8%) para esquírolas e 2 (5,8%) para lamelas e lascas em simultâneo. Seguem-se, em termos de representatividade, os bipolares com 6 exemplares (17,6%) todos para extracção de lamelas. Com expressão reduzida a um exemplar temos ainda um nódulo debitado (para lascas), um núcleo prismático com dois planos de percussão (lamelas) e um núcleo sobre lasca (para lamelas e lascas).

Com excepção de um para lascas, são núcleos de dimensões reduzidas (Anexo 2 – Gráfico 2-31). Não se trata, contudo, de uma situação de redução intensiva como resultado da exploração, na medida em que um número significativo de peças revela zonas corticais e apenas um ou dois levantamentos. O seu tamanho terá mais a ver com as condicionantes impostas pela própria matéria-prima dominante e produtos que permite extrair, sendo o carácter de exploração pouco intensiva de cada peça relacionável com a disponibilidade dessa mesma matéria-prima. Os núcleos de matéria-prima importada (sílex) contam-se entre os de menores dimensões deste universo.

5.3.2.1.2 Utensílios de talhe

No que respeita aos utensílios de talhe, estes estão representados por oito percutores e quatro bigornas provenientes do Sector 1 e um percutor uma bigorna registadas no Sector 2. Os percutores são de quartzo e nas bigornas são sobre seixo rolado (1 caso), sobre movente reutilizado (1 caso) e sobre fragmentos de granito com um tratamento pouco cuidado e de morfologias não padronizadas. Uma das bigornas de granito apresenta uma dupla superfície de utilização.

5.3.2.2 Produtos e utensílios

Os produtos de debitagem são, no seu estado bruto, dominantemente constituídos por lamelas (32,6%) e lascas (65,8%), resumindo-se as lâminas a dois exemplares em quartzo e um em dolerito (1,6%). Esta situação reflecte-se na utensilagem, a qual é maioritariamente efectuada sobre lasca ou lamela, sendo as lâminas um suporte pouco expressivo, nomeadamente ao nível do sílex. O reduzido número de peças em sílex com restos de córtex, associado ao reduzido número de núcleos, restos e esquírolas em sílex, aponta para o facto de que o talhe desta matéria-prima seria residual no sítio.

5.3.2.2.1 Lamelas

Somando os diferentes grupos tipológicos em que se dividem as lamelas, estas representam 22% entre produtos e utensílios (Anexo 2 – Quadro 2 – 55), o que revela a

importância que tradicionalmente a produção lamelar mantém nesta área ao longo do 3º milénio AC. Todavia, cerca de 81% das lamelas encontravam-se em estado bruto (embora a dureza do quartzo possa evitar que a utilização em bruto de muitas tenha deixado marcas reconhecíveis macroscopicamente). Os restantes 19% correspondem a lamelas com marcas de uso, onde apenas em três casos se efectuou transformação por retoque: uma lamela retocada, um raspador distal e um golpe de buril. Esta situação de predomínio das peças em bruto também foi registada no Castro de Santiago e na Malhada e poderá ser relacionada com o facto de os contextos de utilização e perca/abandono dos materiais talhados no interior dos recintos poder transcender os limites desses mesmos espaços.

Morfologicamente, são peças pouco alongadas e espessas, com níveis de irregularidade elevados. Essa irregularidade é observável quer na forma quer nas secções, sendo relacionável com os condicionalismos de matéria-prima (Anexo 2 – Quadro 2-56; Gráfico 2-33). De facto, a regularidade destes produtos alongados foi fortemente condicionada pelo recursos predominante ao quartzo (48 – 66,6%) e ao dolerito (6 – 8,3%), enquanto que as rochas que permitem um controlo da fractura mais regular são minoritárias: 9 – 12,5 em sílex; 7 – 9,7% em quartzo hialino; 2 – 2,8% em chert.

Em termos tecnológicos, o tratamento térmico está documentado em algumas lamelas de sílex e os indicadores de talhe de pressão (Tixier, 1980) estão presentes, originando algumas peças de maior regularidade. A debitagem, contudo, seria essencialmente realizada por percussão, provavelmente indirecta ou com recurso a percutor mole, assente sobre bigorna.

Finalmente, ocorrem em cerca de 15/20% das peças secções triangulares e vestígios de córtex, o que revela uma estratégia de pequenas sequências de redução de debitagem, facto já observado nos próprios núcleos, que revelam na maioria sequências de levantamentos na casa da uma/duas unidades. Esta circunstância corresponde a uma característica típica das indústrias líticas baseadas na exploração dominante do quartzo, nomeadamente do quartzo leitoso.

5.3.2.2.2 Lascas

As lascas representam o produto e um dos utensílios mais representativos na Fraga da Pena (Anexo 2 – Quadro 2-55). Entre os produtos foram registadas 121, correspondendo a 65,7% dos produtos brutos de debitagem. Entre o utensílios as lascas representam cerca de 50%, metade como peças utilizadas em bruto ou com ligeiro retoque e a outra metade como suporte para outros utensílios, nomeadamente raspadeiras, raspadores e denticulados. 73% são em quartzo, 12,8% em sílex, 8,8% em quartzo hialino e 5,4% em dolerito. Cerca de ¼ apresentam vestígios de superfícies corticais, revelando, também nesta categoria, que a redução dos núcleos durante o processo de debitagem seria muito intensa.

Esta situação permite questionar se uma parte significativa das lascas brutas corticais e parcialmente corticais (34 no total) não corresponderiam essencialmente à preparação dos núcleos do que a um produto desejado para ser utilizado em bruto ou transformado em utensílio.

Em termos morfológicos, tratam-se de lascas pouco largas (índices de alongamento inferiores a 100 e concentrados na maioria entre 60 e 80 – Anexo 2 – Gráfico – 2-34) e pouco espessas (com a maioria dos índices de espessura a concentrarem-se entre 10 e 30). Os talões são predominantemente corticais ou lisos, sem evidências de preparação.

5.3.2.2.3 Lâminas

Trata-se de um produto que, comparativamente com as lascas e as lamelas, é residual: entre os produtos brutos de debitagem as lâminas representam apenas 1,6% (Anexo 2 – Quadro 2-55). Como utensílios e suportes de utensílios a sua representatividade sobe para 18,3%, essencialmente à custa de segmentos. Quanto à matéria-prima, 74% são em quartzo, 21,7% em sílex e 4,3% em dolerito.

Não existem quaisquer vestígios de talhe laminar em sílex nem se recolheu qualquer lâmina alongada em bruto ou retocada nessa matéria-prima. Também não se registou qualquer núcleo que evidenciasse a extracção laminar, mas o talhe do quartzo está atestado, sendo possível que as lâminas largas e curtas em quartzo fossem igualmente extraídas localmente. O mesmo acontece com a lâmina dolerito, a qual deverá ter sido extraída a partir do bloco que originou os outros produtos registados, como adiante se defenderá. O eventual talhe laminar em quartzo terá seguido os mesmos procedimentos das lamelas, gerando peças de bordos algo irregulares.

A segmentação é, como vimos, total e a utilização como suporte para outra utensilagem é muito reduzida (reconhecida em apenas num denticulado, num raspador distal e num buril). Contudo, verifica-se também aqui a inversão já observada no Castro de Santiago e na Malhada: ao contrário das lascas e lamelas, que apresentam sempre maiores quantidades de produtos brutos que utensílios, as lâminas, sempre segmentadas, apresentam uma maior percentagem entre os utensílios. Tratam-se de peças que teriam um nível de produção bem mais reduzido, sendo raras as de sílex e não sendo fáceis de obter as de quartzo.

Há ainda a registar a situação de uma distribuição da maioria dos elementos sobre lâmina concentrada no Sector 1, existindo apenas quatro registos no Sector 2 e três no Sector 3. Neste último, exterior aos recintos, foram recolhidos os dois único segmentos que revelam lâminas de sílex de qualidade, que seriam pequenas, mas muito regulares e produzidas com recurso a tratamento térmico. Tratam-se de peças que seriam certamente importadas, quer sobre a forma de lâmina bruta quer já como segmentos (já que se tratam

das duas únicas peças do género e são de sílex diferentes uma da outra, sem que se tenham registado no sítio outros restos destes tipos de sílex). Para além do denticulado e do raspador distal, apenas dois segmentos receberam retoque (directo, descontínuo, marginal curto, semi-abrupto e sub-paralelo), revelando o reduzido trabalho de transformação exercido sobre estas peças.

5.3.2.2.4 Raspadeiras, raspadores, entalhes e denticulados

As raspadeiras são representadas por quatro exemplares, três sobre lasca (duas de quartzo e uma de quartzo hialino) e outra sobre suporte indeterminado de quartzo. Quanto aos raspadores, são bem mais numerosos, representando 20,1% entre a utensilagem. Estão presentes nove exemplares realizados sobre lasca e dois distais (um sobre lâmina de sílex e outro sobre lamela de quartzo). Contudo a maioria são raspadores unguiformes, todos realizados sobre pequenas lascas de dolerito (onze exemplares). Trata-se de uma tipologia arcaica, que aqui encontra uma representatividade sem paralelo nos restantes contextos locais e que parece relacionar-se deliberadamente com o talhe do dolerito.

Os denticulados ocorrem em número de sete (6,4%) entre a utensilagem, sendo seis em quartzo e dois em sílex. Os que permitiram determinação do suporte são sobre lasca (dois) e sobre lâmina (um).

Finalmente ocorre um entalhe sobre fragmento de prisma de quartzo hialino.

5.3.2.2.5 Furadores

Foram registados quatro furadores, dois em quartzo, um em quartzo hialino e outro em sílex. Dois são sobre lasca, um sobre prisma e um indeterminado. Representam apenas 3,6% entre a utensilagem.

5.3.2.2.6 Buris

Foram registados nove buris (sete de quartzo e dois de sílex), a maioria (oito) proveniente do Sector 1. Um é sobre lâmina, um sobre lamela, quatro sobre lasca e um indeterminado.

5.3.2.2.7 Pontas de seta

Foram apenas registadas 8 pontas de seta, das quais apenas 2 estavam inteiras. As restantes distribuem-se por 1 fragmento proximal, um distal, um proximal/mesial e 3 distais/mesiais. Duas são em sílex, duas em quartzo hialino e as restantes em quartzo.

Apesar da situação de fractura foi possível efectuar uma atribuição formal par seis dos oito exemplares: 5 são triangulares de base recta (3 das quais curtas – subtipo 1b) e 1 é foliácea.

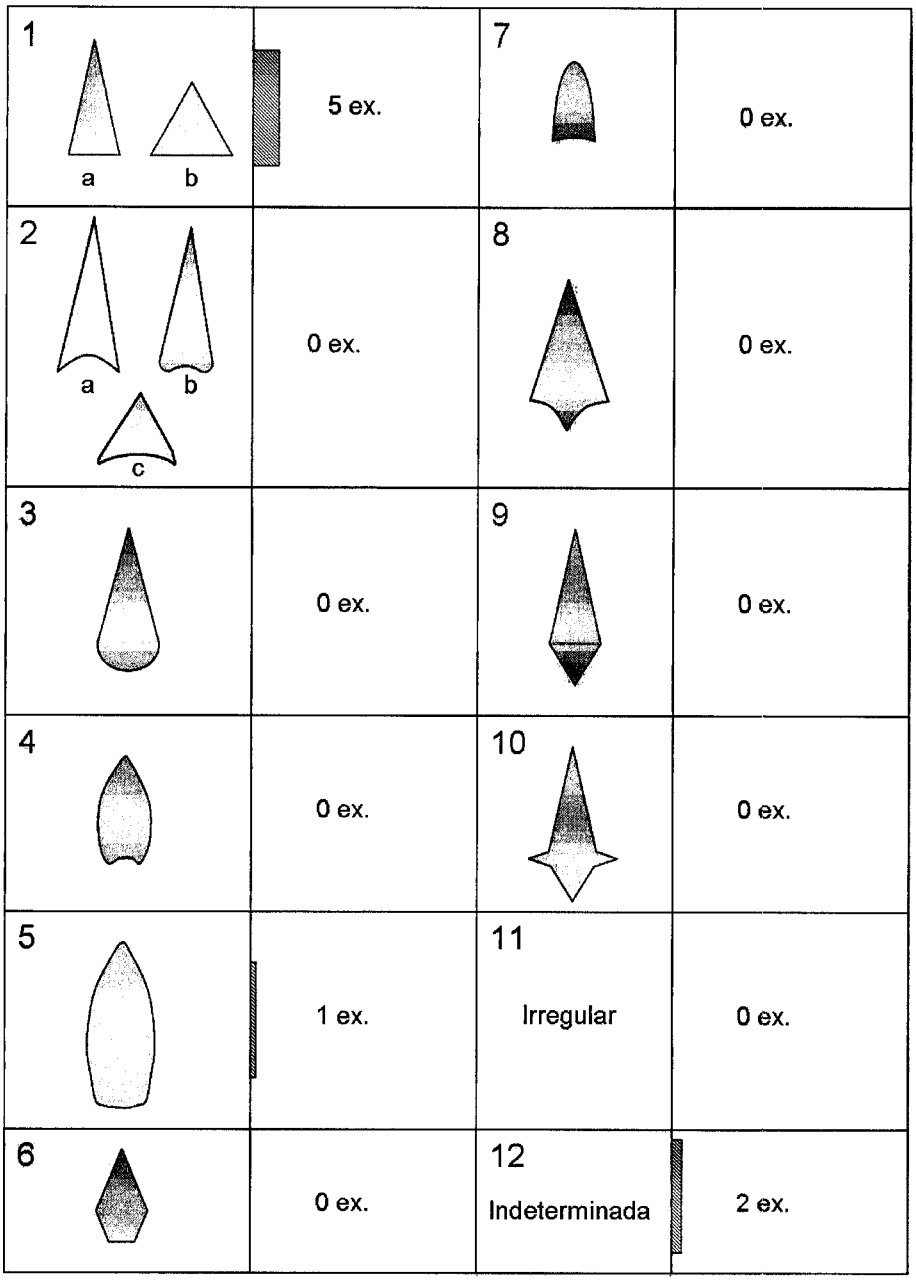


Figura 5-5 – Tabela tipológica das pontas de seta presentes na Fraga da pena, face ao espectro morfológico registado no conjunto dos sítios da área.

1 – *Triangulares de base recta* – cinco exemplares. Duas são em sílex, duas em quartzo hialino e a restante em quartzo. O retoque é de posição sempre directa e repartição total, dominantemente cobridor (num caso é invasor), de inclinação semi-abrupta/rasante e morfologia sub-paralela (um caso escalariforme e outro escamoso).

5 – *Foliáceas* – um exemplar em quartzo. O retoque é de posição directa e repartição total, cobridor, de inclinação semi-abrupta/rasante e morfologia sub-paralela.

12 – *Indeterminadas* – 2 exemplares.

De um modo geral são peças de reduzidas dimensões, algumas mesmo muito pequenas (comprimentos de 14 e 16 mm e larguras na base entre 12 e 16 mm), apresentando-se muito pouco alongadas. Apenas a foliácea teria um comprimento superior a três centímetros.

5.3.2.2.8 Geométrico

Recolhido na UE27, no Sector 2, existe um único geométrico. Trata-se de um crescente sobre lamela de sílex, com retoque directo, de repartição total e extensão marginal, inclinação abrupta e morfologia paralela.

5.3.2.3 Indústria talhada macrolítica

A indústria macrolítica talhada está representada por escassos utensílios. Utilizaram-se como suportes seixos rolados (foram recolhidos várias dezenas de seixos no interior dos recintos, podendo a sua utilização ser muito variada). Trata-se de uma tecnologia orientada para a obtenção de utensílios de fabrico e uso expedito, normalmente através de talhe periférico remontante. Na globalidade da indústria lítica talhada, apresenta uma importância residual: foi registado um utensílio de talhe bifacial marginal delineando uma linha de corte utensílios e duas lacas corticais com vestígios de uso. O utensílio é feito sobre um seixo rolado de quartzo e as duas lascas sobre seixo de quartzito.

5.3.2.4 Organização da produção de pedra talhada

Tomada na globalidade, a indústria lítica não macrolítica da Fraga da Pena mantém a imagem geral dos outros sítios intervencionados localmente: uma forte condicionante das disponibilidades locais em termos de matéria-prima e uma baixa representatividade de matérias-primas exógenas. Assim, uma vez mais o quartzo é preponderante, com 75,1%, a que se juntam ainda os 12.2% de quartzo hialino e 0,1% de quartzo fumado. O dolerito, rocha que pode ser obtida localmente nos diferentes filões sob a forma de "bolas", surge com 6%. O sílex representa apenas 6,4% e o chert 0,1%. O quartzito apenas ocorre em duas lascas na parca indústria macrolítica do sítio.

O quartzo está disponível nas imediações do sítio, onde ocorre em extensos filões, o mesmo acontecendo com os filões doleritos. Estes encontram-se muito alterados e argilosos, podendo conter na matriz de argilas de alteração blocos de tendência esferoidal de dolerito não alterado (Capítulo 2 – Figura 2-5). Um desses blocos foi recolhido no Sector 2, já parcialmente debitado. Terá sido a partir desse bloco que se debitaram e produziram os vários utensílios em dolerito que correspondem a seis lascas retocadas e 11 raspadores

unguiformes, todos muito padronizados. A associação desta morfologia ao dolerito é evidente, não tendo sido registada em qualquer outro suporte.

O quartzo hialino e o fumado, sob a forma de cristais, ocorrem igualmente nas imediações, de forma mais pontual e associados aos filões de quartzo. Já o quartzito só estaria disponível sob a forma de seixo de rio no fundo do vale, no leito da Ribeira da Muxagata ou sob a forma de substracto a 4km a Sudoeste, na zona aplanada da superfície fundamental, entre a povoação das Forcadas e a de Matança (Capítulo 1 – Figura 2-6: H). Quanto ao sílex, já foi referida a disponibilidade local e regional de pequenos fragmentos de alteração, mas a inexistência de matéria-prima que permita um talhe laminar. Assim, parte significativa destes materiais (senão mesmo a sua totalidade) resultariam de sílex importado. Contudo, devemos fazer aqui uma advertência para o facto de os sítios precedentes abandonados poderem funcionar como fonte de matéria-prima, nomeadamente da mais rara e difícil de obter. Alguns materiais em sílex poderiam ser obtidos em actos de curação durante visitas a sítios abandonados, mas conhecidos e activos na organização social da paisagem local. Ou seja, a presença de tão pouco sílex não significa necessariamente importação transregional, podendo resultar de abastecimentos locais efectuados em contextos abandonados em termos ocupacionais, ainda que socialmente activos em termos da gestão e organização do espaço local.

No que respeita à organização da produção lítica (Figura 5-6), esta revela-se essencialmente orientada para uma produção de utensilagem sobre lasca e lamela, com uma preferência pela utilização destes suportes em bruto (os retocados são raros), que predominam sobre os utensílios (Anexo 2 – Gráfico 2-37). A sua transformação em outro tipo de utensilagem através de retoque é igualmente pouco representativa. A imagem é a de uma indústria relativamente expedita, sem grande investimento na transformação dos produtos em utensílios finamente retocados, utilizando lascas e lamelas em bruto ou depois da sua segmentação. Estão ausentes elementos feitos sobre grandes suportes laminares, como elementos de foice, facas, ou pontas de seta alongadas, resumindo-se os elementos sobre lâmina de sílex a três peças: dois segmentos no Sector 3, um segmento e um denticulado sobre segmento no Sector 1 e um raspador distal no Sector 2. Assim a produção de utensílios relativamente ao suporte em que são feitos apresenta características distintas das observadas, por exemplo, no Castro de Santiago e Malhada, onde os suportes laminares serviam de base a uma maior variedade de utensílios.

Na Fraga da Pena a variedade de utensilagem produzida sobre os produtos alongados (lâminas e lamelas) é bastante mais reduzida, sendo as lascas o produto bruto de debitagem mais utilizado como suporte e aquele sobre o qual se produz uma maior variedade de instrumentos (Anexo 2 – Quadro 2-57). Poderemos, pois, questionar se as

características que esta indústria apresenta se ficam a dever essencialmente à falta de sílex ou se ela representa uma orientação diferente em função as actividades que decorreriam nestes espaços.

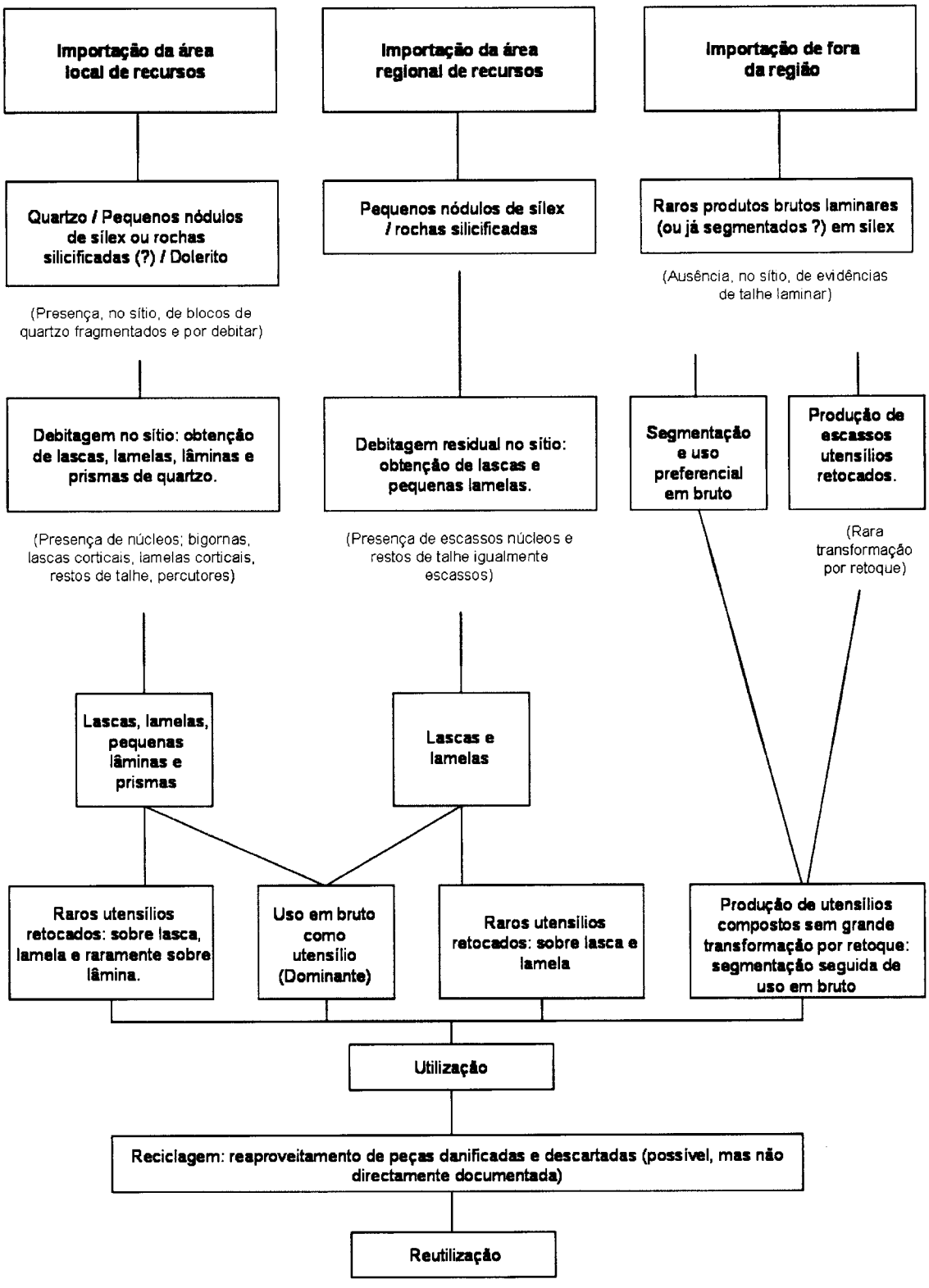


Figura 5-6 – Esquema da organização da produção da indústria lítica talhada na Fraga da Pena.

De facto, ao nível das categorias funcionais definidas (Figura 5-7) a utensilagem de corte mantém-se maioritária como na Malhada, mas a percentagem da utensilagem de raspagem é aqui mais significativa, assim como os utensílios de incisão. Sublinhe-se, ainda, a reduzida percentagem de projécteis, que apresenta uma representatividade praticamente idêntica à da Malhada e muita afastada da do Castro de Santiago.

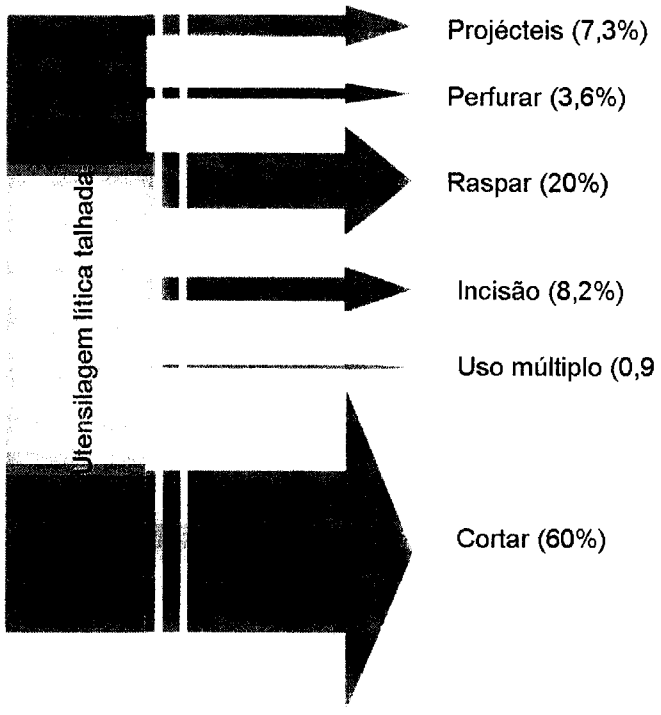


Figura 5-7 – Distribuição dos utensílios pelas classes funcionais consideradas.

Interessante é também verificar que existem algumas diferenças na representatividade relativa destes grupos em função dos três sectores (Anexo 2 – Gráficos 2-36 e 2-38).

No Sector 1, os diferentes grupos tipológicos são sempre, como vimos, mais numerosos, com excepção dos raspadores unguiformes que ocorrem em maior número no Sector 2 (Anexo 2 – Gráfico 2-38). Contudo, em termos da representatividade das duas principais categorias funcionais verifica-se que entre estes dois sectores se regista uma inversão no que respeita à categorias de raspar, dominante no Sector 2, e de cortar, dominante no Sector 1, o que poderá sugerir uma certa diferenciação na preponderância de determinadas actividades ou acções entre estes dois espaços.

Quanto à comparação entre os dois recintos e o exterior, esta é fortemente condicionada, diria mesmo inviabilizada, pela escassez de materiais líticos registada no Sector 3. Aí, a indústria lítica talhada recolhida resume-se a 15 elementos: dois núcleos, oito lascas e uma lamela em bruto, uma lasca retocada e três segmentos de lâmina (dois em

sílex e um em quartzo). De realçar apenas o facto de os dois segmentos de lâmina de sílex retocados, elaborados a partir de lâminas de grande qualidade (finas, sujeitas a tratamento térmico, com bordos regulares e paralelos), não encontrarem paralelo no interior dos recintos fortificados.

5.3.3 A Pedra Polida

Os elementos de pedra polida são vestigiais, sendo a totalidade da utensilagem provenientes do interior dos recintos. Aí resumem-se a um bloco/lingote, um machado e uma peça inclassificável provenientes do Sector 1 e a dois fragmentos de enxó provenientes do Sector 2 (Anexo 2 - Quadro 2-58).

Os restos de talhe/uso são igualmente escassos, sugerindo que as actividades de produção/reciclagem destes objectos seriam esporádicas. Resumem-se a um fragmento de gume, uma lasca de reavivamento, duas lamelas e um talão no Sector 1 e uma lasca de reavivamento, um flanco e um fragmento no Sector 2 (Anexo 2, Quadro 2-59).

No Sector 3 as evidências de pedra polida resumem-se a um fragmento de anfibolito.

Particular relevo merecem o fragmento indeterminado e o fragmento de talão, ambos provenientes do Sector 1 (Anexo 4 – Estampa 129: 2 e 4). Trata-se de peças que secção circular e polimento integral, sendo o talão pontiagudo. Estas características tipológicas conjugadas estão ausentes nos extensos conjuntos da Malhada e Castro de Santiago e são normalmente considerados como atributos arcaicos. Nesse sentido, é bom relembrar o que foi dito a propósito da presença de um geométrico crescente sobre lamela, relativamente às possibilidades de evidências ténues de ocupações/visitas mais antigas neste local.

A matéria prima é sempre o anfibolito, representando no total um peso de 1602g.

Deste modo, a pedra polida apresenta uma expressão muito reduzida. Esta situação contrasta com a presença de oito polidores (cinco no Sector 1 e 3 no Sector 2), já que os restantes elementos relacionáveis com actividades de produção e reciclagem são vestigiais.

5.3.4 Elementos de Moagem

Os elementos de moagem registados na Fraga da Pena são em número relativamente diminuto, sobretudo quando comparados com as situações registadas no Castro de Santiago ou na Malhada. No recinto superior (Sector 1) foram registados no contexto preservado da UE3 cinco moventes (quatro deles correspondendo a fragmentos) e quatro fragmentos de dormente. Entre os derrubes que cobriam este depósito foram registados um outro fragmento de movente e outro dormente igualmente fracturado. No Sector 2, foram recuperados nos depósitos conservados seis moventes fracturados, assim como um dormente fracturado e um outro inteiro. Este último corresponde a um dormente de "cela", pouco espesso e de morfologia subrectagular, com uma superfície de utilização com

desgaste pouco acentuado. Nos níveis de derrube e escorrência foram ainda recolhidos mais dois fragmentos de moventes e dois fragmentos de dormentes. Fora dos recintos, e à superfície, foi recolhido um outro pequeno movente. No total do sítio, somaram-se 14 moventes e 9 dormentes, correspondendo a grande maioria a pequenos fragmentos. Todos os materiais são em granito.

Com excepção do dormente inteiro e de um dos fragmentos de movente do Sector 2 (Anexo 4 Estampa 130), trata-se de pequenos fragmentos, os quais indiciam peças de tamanho relativamente reduzido, não comparáveis aos grandes elementos de moagem que foram registados quer no Castro de Santiago quer, sobretudo, na Malhada.

5.3.5 Metais

Em todos os contextos intervencionados não foram reconhecidas quaisquer evidências de metalurgia. Quanto a artefactos metálicos, apenas se registou um pequeno punção em cobre, de secção quadrangular com 3,2 cm de comprimento e 0,25 cm de largura/espessura, proveniente do Sector 1 (UE 3). Tendo sido analisado num ponto à superfície, pelo método de fluorescência de raio X, revelou a seguinte composição: Cu 94,9%, Ag 3,1%, Sn 0,4% e Sb 1,6%[7] (Anexo 4 – Estampa 130).

5.3.6 Elementos de Tecelagem

Totalmente ausentes dos dois recintos (Sectores 1 e 2), os elementos de tear apenas aparecem representados por um peso inteiro registado no Sector 3. Trata-se de um peso paralelepipédico de quatro perfurações, uma em cada canto, os quais são arredondados (Anexo 4 – Estampa 130).

5.3.7 Objectos de Adorno

No conjunto dos três sectores foram registados cinco elementos de adorno: uma conta de colar e três pendentes (Anexo 4 – Estampa 126).

Quanto aos pendentes, dois são realizados sobre pequenos seixos de rio. O mais pequeno (Anexo 4, Estampa 126: 3) foi recolhido na UE3 (Sector 1), junto ao pequeno ídolo descrito em 5.1.4.8. Para a sua manufactura foi utilizado um seixo fino e ovalado, apresentando uma perfuração bicónica na extremidade mais larga. O segundo pendente (Anexo 4, Estampa 126: 5) apresenta uma configuração mais alongada. Na sua extremidade mais larga evidencia o início de uma perfuração bicónica que não foi concluída. Esta circunstância parece sugerir que a manufactura deste tipo de artefactos se realizava no local. Por último, registou-se um fragmento do que parece ter sido um braçal de arqueiro em xisto, aparentemente reaproveitado como pendente (Anexo 4, Estampa 126: 2). Trata-se de

[7] Agradeço à Dr. Ana Isabel Seruya a realização da análise.

um fragmento de placa de xisto subrectangular alongada, relativamente fina, com uma perfuração bicónica na extremidade conservada, que se afigura como uma metade de um braçal de arqueiro de duas perfurações (uma em cada extremidade) com paralelos conhecidos em numerosos contextos campaniformes peninsulares. A sua reutilização como pendente é sugerida pelo facto de a zona da fractura se encontrar polida, tratamento que fez desaparecer grande parte das arestas do laminado do xisto fragmentado, mas não na totalidade. Estes dois últimos elementos de adorno foram recolhidos no Sector 2, na UE23, de onde é igualmente proveniente a conta de colar discoidal (Anexo 4, Estampa 126: 4).

5.3.8 Artefactos do Sagrado

Como elemento directamente relacionável com o sagrado, registou-se uma pequena figura antropomórfica na UE 3 do Sector 1. Tem as seguintes dimensões: 3,3 cm de comprimento, 1,2 cm de largura (zona dos ombros) e 0,7 de espessura. Apresenta um corpo trapezoidal de ângulos arredondados e cabeça bem destacada através de um estrangulamento da zona do pescoço, com o qual se esboçam também os ombros (Anexo 4 - Estampa 126). A matéria prima é difícil de determinar devido ao polimento, mas parece ser o xisto.

5.3.9 Pintura

Num dos penedos laterais da fraga, no exterior e a sul do recinto superior, foram identificados restos de uma pintura em tons de amarelo (Anexo 4, Estampa 97). A pintura localiza-se num penedo que é parte integrante do tor, numa zona de diaclase, a qual proporcionou uma fenda horizontal sensivelmente a meio do penedo. Essa fenda tem uma altura máxima de é inferior a um metro. A pintura encontra-se no tecto dessa fenda e só poderá ter sido realizada por alguém deitado de costas no interior da mesma. Está, pois, perfeitamente dissimulada, sendo contudo visível por quem estivesse perto da base do tor e olhasse para cima (Anexo 4 – Estampa 97).

Trata-se, assim, de um elemento artístico que não foi realizado para ser visto à distância, apresentando um contexto de localização semelhante a outros conhecidos para a arte rupestre no Norte de Portugal: vejam-se, por exemplo, os casos das pinturas de Penas Róias, em Miranda do Douro (Almeida e Mourinho, 1981) ou no Abrigo 1 da Ribeira da Cabreira na Serra de Passos (Sanches, 1997).

O elemento pintado apresenta-se mal definido, sendo difícil identificar uma forma/formas concretas, ou pelo menos facilmente por nós reconhecidas. Uma certa configuração raiada a partir de um círculo central é sugerida. Contudo, uma sobreposição ou conjugação de motivos de aparência antropomórfica podem também ser vislumbrados. Não

sendo facilmente discernível, a composição parece poder ser enquadrada, em termos genéricos, na arte esquemática.

Outras pinturas poderiam ter existido nos penedos da fraga e ter desaparecido devido à erosão, preservando-se esta pelas condições favoráveis da sua localização. Trata-se, contudo, de uma hipótese que, sendo sempre viável, será de difícil (senão impossível) demonstração.

Eventualmente relacionáveis com a realização destes elementos artísticos poderá uma parte significativa de um conjunto de fragmentos de rochas porosas de coloração amarelada e avermelhada registadas quase que exclusivamente no recinto inferior. De facto, contra pouco mais de uma dezena de pequenos fragmentos provenientes do recinto superior (Sector 1), foram registados cerca de 1500 no recinto inferior (Anexo 2, Quadro 2-60), dos quais cerca de 1/3 eram de tonalidade avermelhada e os restantes 2/3 de tonalidades mais amareladas. A grande maioria (mais de 1000) foram recuperados nas UEs 24 e 25, as quais ocupavam uma área relativamente restrita junto ao troço da Muralha 2 (UE 20). Trata-se, pois, da principal concentração espacialmente bem delimitada de um elemento da cultura material registado no interior deste recinto.

Foram analisados, através da realização de lâminas delgadas, dois fragmentos de tonalidade amarelada e um de tonalidade avermelhada, todos provenientes da UE 24. Foram classificadas como rochas filoneanas ou lávicas, por vezes muito alteradas. Coincidem com uma amostra proveniente dos filões doleríticos alterados existentes no exterior do povoado, a qual foi analisada segundo o mesmo método.

Estes elementos apresentam dimensões que variam entre alguns milímetros até nódulos de 7/8 cm. A sua associação à produção de pinturas como aquela que foi registada num dos penedos da fraga é uma hipótese muito plausível, já que experiências realizadas sobre granito revelaram que com algumas destas rochas (de tonalidade amarelada) é possível "pintar" elementos com tonalidades e texturas semelhantes às observadas no referido elemento pictórico. Todavia, esta não é a única possibilidade explicativa para a sua presença, já que os estudos arqueométricos de cerâmica, como vimos anteriormente, revelaram que esses filões de doleritos alterados da envolvência da fraga teriam sido utilizados como fonte de matéria prima para as argilas utilizadas no equipamento cerâmico. Uma múltipla utilização, contudo, não é de todo incompatível. Mas é de salientar que no interior dos recintos não se registou qualquer outra evidência que possa ser relacionável com a produção de recipientes no interior destes espaços. Essa produção, como já foi sugerido, poderá ter sido feita em áreas de ocupação da envolvência da fraga ou mesmo em habitats existentes nas imediações e ainda não detectados, podendo estes nódulos

registados no interior do recinto inferior ser associados a actividades mais relacionadas com a arte e o adorno pessoal.

5.4 CRONOLOGIA

Para a referenciação cronológica absoluta do contexto foram realizadas um conjunto de datações pelos métodos de Radiocarbono e B-OSL. Embora fosse minha intenção datar amostras provenientes dos três Sectores, tal só foi possível para o Sector 1. Apenas nesse sector se recolheram carvões em quantidade suficiente para serem datados (mesmo recorrendo a AMS). Por outro lado, perturbações recentes no Sector 2 (fogueiras realizadas junto aos cortes) tornavam a amostragem para B-OSL pouco segura, pelo que apenas se pode aplicar este método, só recentemente disponível em Portugal, aos sedimentos do Sector 1. As datações realizadas sobre cerâmica, e por necessidade laboratorial de as comparar com as datações obtidas sobre sedimentos e por radiocarbono, foram igualmente obtidas sobre amostras do Sector 1, esperando-se que num futuro próximo haja a possibilidade de alargar a amostragem a materiais dos outros Sectores.

Os resultados são expressos nas figuras 5-4 e 5-5. De entre esses resultados, os correspondentes às amostras números 2 e 3 revelam cronologias anómalas relativamente aos contextos arqueológicos em questão. A amostra 3 forneceu uma datação dos últimos séculos do 1º milénio AC, enquanto que a amostra 2 forneceu uma datação do final da Idade do Bronze, enquadrável no primeiro quartel do 1º milénio AC.

Estas datações foram obtidas sobre carvões recolhidos no topo e interior da UE 3. Os resultados obtidos podem ser explicados através de eventuais contaminações através de processos de lexiviação, facilitados pelo facto de o topo desse depósito ter abundantes pedras e ser em parte coberto por uma autêntica carapaça pétrea resultante da ruína da muralha para o interior. Por outro lado, esta situação estratigráfica facilita a perturbação biológica, a qual poderá ter sido responsável pela deslocação vertical de materiais.

Normalmente estas datações anómalas são assim justificadas e rapidamente postas de lado. Contudo, elas poderão ser valorizadas num contexto interpretativo da vida destes sítios que lhes reconheça "uma outra vida para além da morte" e contemple o papel estruturante que continuam a ter nas paisagens mesmo após o seu abandono, podendo ser sucessivamente visitados, sem que essas visitas deixem outros vestígios materiais.

Neste contexto, as duas datações não devem ser totalmente ignoradas, sobretudo a relativa ao Bronze Final, na medida em que esta é uma situação que localmente é recorrente em vários sítios. Estas datações poderão, de facto, corresponder a visitas ao local em tempos posteriores ao seu abandono, mas que documentam momentos da sua

vida e do seu prolongamento como lugar significante ou simples local de passagem ou abrigo. Esta linha interpretativa será desenvolvida na Parte III deste trabalho.

Nº	Sector	UE	Método	Material	Ref. Lab.	Data BP	B-OSL Average Error	Data CAL BC 1σ	Data CAL BC 2σ	Intervalo OSL
1	1	3	Radiocarbono	Carvões	Sac 1543	3710± 60	-	2190-1980	2282-1922	-
2	1	3	Radiocarbono	Carvões	CSIC 1077	2680± 61	-	-	920-780	-
3	1	3	Radiocarbono	Carvões	OxA 4632	2195± 70	-	367-169	388-60	-
4	1	3	OSL	Sedimento	ITN-Lum 41	4010	±200	-	-	4210-3810
5	1	3	OSL	Cerâmica	ITN-Lum 42	3999	±200	-	-	4199-3799
6	1	3	OSL	Cerâmica	ITN-Lum 43	4007	±200	-	-	4207-3807
7	1	3	OSL	Cerâmica	ITN-Lum 44	3989	±200	-	-	4189-3789

Figura 5-8 – Datações de radiocarbono e B-OSL disponíveis para a Fraga da Pena.

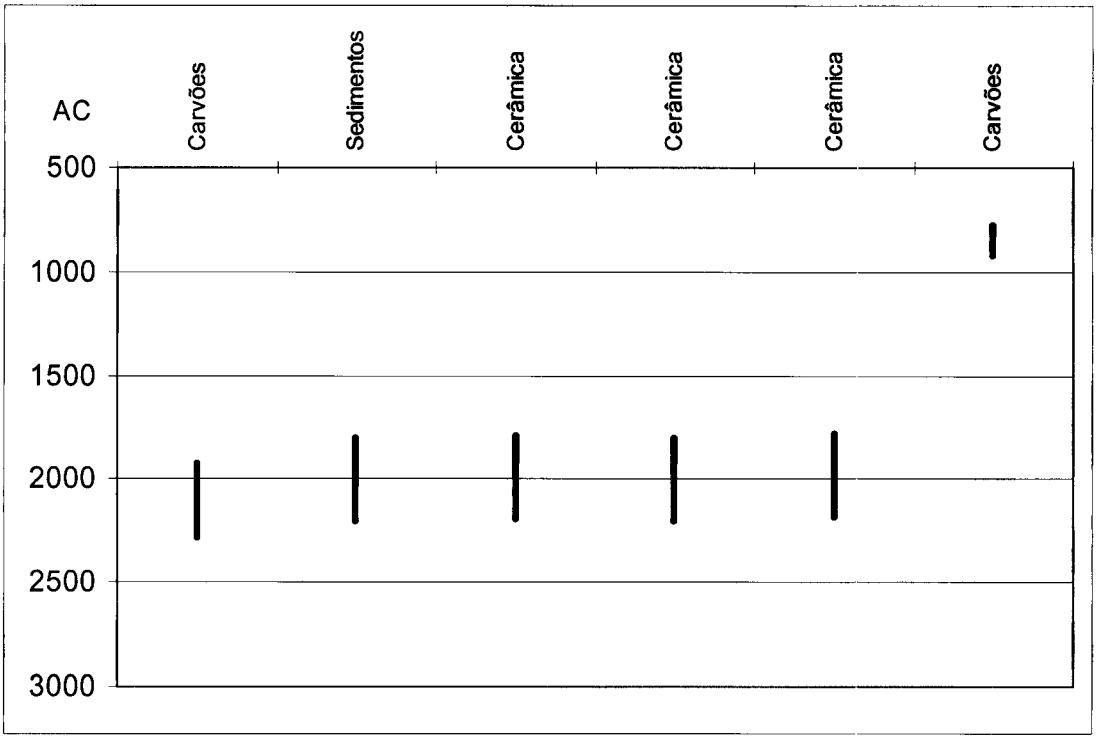


Figura 5-9 – Representação gráfica das datas da Fraga da Pena (exceptuando a amostra 3, correspondente aos últimos séculos do 1º milénio AC).

Quanto às restantes datações, a obtida sobre carvões da base da UE3 remete essencialmente para o último quartel do 3º milénio AC, enquanto as realizadas sobre

sedimentos e cerâmicas são estatisticamente iguais e reportam-se ao último quartel do 3º / 1º quartel do 2º.

Apesar das datações absolutas disponíveis apenas se referirem ao recinto superior (Sector 1), a análise comparativa da cultura material proporcionada pelos dois recintos vai no sentido de estes terem ocupações globalmente contemporâneas, uma vez que não há diferenças qualitativas e quantitativas estatisticamente muito significativas entre ambos os conjuntos de materialidades.

Pode, todavia, colocar-se a questão de uma eventual (mas sempre pequena) anterioridade do recinto interior. Esta possível precocidade poderá ser sugerida por um depósito de ocupação mais espesso e por uma maior densidade de materiais arqueológicos naquele espaço, os quais poderão indiciar um período de deposição um pouco mais longo. Como os momentos de ruína dos dois recintos parecem ser simultâneos, essa eventual maior duração temporal de formação do depósito de ocupação do recinto superior corresponderia a uma certa precocidade do seu processo de sedimentação. Mas esta situação poderá corresponder igualmente a condições de sedimentação distintas entre os dois recintos ou a intensidades e características de ocupação díspares, podendo os dois espaços ter sido edificados num mesmo momento de planeamento e construção. Por outro lado, existem algumas diferenciações ao nível da representatividade estatística de determinadas morfologias e atributos nas cerâmicas, como da maior presença de campaniformes do recinto inferior, a maior representação das cerâmicas penteadas nos Sectores 2 e uma maior expressão das decorações do fundo calcolítico no Sector 1. Estas circunstâncias poderão sugerir uma ligeira anterioridade para o início da ocupação do recinto superior, mas a variação poderá igualmente não reflectir qualquer diferenciação temporal, mas antes aspectos de natureza contextual, o que parece ser reforçado pela presença das mesmas variáveis estilísticas em ambos os recintos.

Relativamente à ocupação do exterior, registada no Sector 3 e não datada em termos absolutos, os problemas que se levantam são outros.

Como vimos, existem diferenças significativas ao nível da cultura material. Algumas categorias artefactuais ausentes no interior dos recintos (como os elementos de tecelagem, ou segmentos de lâminas em sílex) ocorrem neste pequeno espaço mais acima na vertente. Pelo contrário, ali estão ausentes as "novas" morfologias cerâmicas, com especial destaque para os campaniformes, os grandes recipientes de contentorização, assim como os elementos de adorno e elementos relacionáveis com o sagrado. As cerâmicas, quer em termos de morfologias, quer em termos decorativos, apresentam uma variabilidade bem menor. Ao nível das decorações, as organizações penteadas são quase exclusivas e, se estão igualmente presentes (e com os mesmos motivos) no interior dos recintos, a sua

representatividade relativa é muito diferente, estando ausentes as decorações plásticas e organizações presentes na tradição calcolítica local.

Levanta-se, pois, o problema da correlação desta ocupação com a construção e utilização dos dois recintos. Para já, e porque a questão será desenvolvida mais à frente, apenas se assume a contemporaneidade global das ocupações destes diferentes espaços, admitindo-se que possam ser também simultâneas, mas que essa simultaneidade não será provavelmente permanente, isto é, que os três sectores poderão ter tido tempos de vida diferentes.

Mas se a ocupação da Fraga da Pena responsável pela sua monumentalização e visibilidade arqueológica pode ser referenciada no final do 3º / 1º quartel do 2º milénio AC e as datações "anómalas" poderão traduzir "visitas" posteriores ao local, algumas presenças artefactuais permitem levantar a mesma questão para momentos mais recuados. Trata-se da presença um geométrico crescente sobre lamela e dois fragmentos de utensílios de pedra polida de secção circular, polimento integral e, num caso, talão pontiagudo. Estes artefactos, nesta e noutras regiões, são características de contextos bem mais arcaicos, relativos às primeiras etapas da neolitização. E se os elementos de pedra polida com aqueles atributos tipológicos se prolongam pontualmente pelo 3º milénio, os geométricos crescentes são desconhecidos em contextos tardios da Pré-História Recente.

Duas hipótese se poderão levantar. Uma assumirá que a presença destas peças poderá resultar de uma actividade de manoporte realizada pelas pessoas que circulavam pelos recintos da Fraga e serem resultado de acções de curação realizadas em contextos com vestígios de ocupações mais antigas. Note-se que a Quinta das Rosas, onde se registaram evidências de ocupações do Neolítico Inicial, dista cerca de 2 km para sul da Fraga da Pena e que a necrópole do Carapito, cujos momentos mais antigos datarão do arranque do fenómeno megalítico na região, se encontra sensivelmente à mesma distância, mas para Norte. Acresce que dois dos monumentos dessa necrópole revelaram reutilizações datáveis da Idade do Bronze, podendo ser em parte (ou totalmente) contemporâneas da vida dos recintos da Fraga da Pena. Estas hipóteses são normalmente pouco consideradas pela Arqueologia, sobretudo pela menos imaginativa. Contudo, a etnografia e a história recente mostram-nos que muitos sítios abandonados continuam activos, não só em termos simbólicos e como recursos ao serviço da categorização do espaço, mas também como locais que se visitam pontualmente, com finalidades várias, entre as quais se conta a curação (também ela com motivações que podem ser muito variadas).

Uma outra hipótese poderá ser a de que a tor granítico da Fraga da Pena seria um local há muito visitado e percorrido por comunidades neolíticas que habitavam esta área.

Como será discutido mais à frente, esta possibilidade é bastante consistente com o pontecial que esta formação apresenta para a referenciação espacial das comunidades que, ao longo dos tempos, viveram nestes territórios. Pode mesmo desempenhar um papel central nas teorias interpretativas que podemos desenvolver para perceber e alcançar as razões que terão estado, pelo menos em parte, na origem das intenções e motivações que conduziram à construção do edificado no final do 3º milénio.

De facto, é pouco credível que apenas nesta época a Fraga tenha sido frequentada, assim como o é relativamente aos momentos subsequentes ao seu abandono e ruína. O topónimo Pena mostra que, nos tempos modernos, no sítio eram reconhecidos sinais de uma fortificação de tipo atalaia. A sua utilização como marco divisório de concelhos e freguesias no século XIX revela que se manteve sempre como um recurso na organização do espaço local. Não se arriscará muito se se pensar que este local terá sido sempre um lugar, com significados próprios, nomes próprios e continuadamente visitado ao longo dos tempos, mesmo que para isso não disponhamos de evidências empíricas. Neste contexto interpretativo poderemos reavaliar as duas datações de radiocarbono que apontam para o final da Idade do Bronze e final da Idade do Ferro / período romano republicano, assim como alguns elementos artefactuais de aparência arcaica.

6

A QUINTA DA ASSENTADA

O reconhecimento do interesse arqueológico da Quinta da Assentada aconteceu em 1994, no decorrer de prospecções realizadas na área pelo Gabinete de Arqueologia de Fornos de Algodres. Para aquela zona havia sido já noticiada, pelo padre Luís Ferreira de Lemos, a descoberta de vestígios que apontavam para a existência de uma ocupação pré-histórica. Este clérigo, numa brochura dactilografada (Lemos, s/d), refere ter recolhido três mós manuais na Quinta do Godinho, que se situa junto à Quinta da Assentada.[1]

Nas prospecções de 1994 recolheram-se cerâmicas manuais e a torno, mós manuais, indústria lítica talhada sobre quartzo e um pequeno machado de pedra polida. Estes dados seriam divulgados em 1994 (Valera, 1994c), sendo o sítio novamente focado numa primeira síntese sobre o povoamento local (Valera, 1997a).

Em 2000 viriam ali a realizar-se os primeiros trabalhos arqueológicos, orientados para a avaliação do estado de conservação do sítio, para uma primeira caracterização do seu espectro cronológico cultural e para determinar as possíveis funcionalidades. O interesse e a complexidade dos resultados viriam a motivar mais três intervenções, respectivamente em 2001, 2002 e 2003, que evidenciaram duas fases de ocupação pré-histórica, sendo a mais antiga atribuível ao Neolítico (Valera, 2003b) e a mais recente datável do final do Calcolítico. Mais recentemente (2005) foi realizada uma pequena intervenção de emergência para registar um forno (provavelmente neolítico) destruído por um alargamento do caminho de acesso à quinta.

6.1 LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GEOGRÁFICA

A Quinta da Assentada localiza-se no limite das freguesias de Infias e Algodres, concelho de Fornos de Algodres, distrito da Guarda. As suas coordenadas geográficas são: M - 51203.885 P -107478.303 Altitude 600 m (Anexo 4 – Estampa 134).

O sítio encontra-se localizado sensivelmente a meio da extremidade Sul da vertente localmente conhecida por Barroca, a qual, como anteriormente se descreveu (Capítulo 2),

[1] Na Quinta do Godinho apenas se identificou uma lagariça escavada na rocha (Valera, 1993c). O caseiro da Quinta da Assentada afirmou-nos, porém, que o padre Lemos havia em tempos levado mós encontradas à superfície nesta quinta (que pega com a Quinta do Godinho), pelo que penso que o sítio referido pelo pároco e o recentemente identificado na Quinta da Assentada sejam o mesmo.

integra o limite Sudeste da área preservada da Superfície Fundamental dos planaltos centrais da Nave. Nesse ponto, a vertente apresenta uma reentrância aproveitada pelo leito da Ribeira de Infias que a percorre em declive abrupto, atravessando depois o pequeno vale fronteiro à vila de Fornos de Algodres, para desaguar mais adiante no rio Mondego.

A vertente apresenta um declive extremamente acentuado, atingindo os 19%, sendo a diferença de altitude entre o local em que se localiza o sítio arqueológico e o fundo do vale de cerca de 150 m. Esta localização confere-lhe um domínio ao mesmo tempo amplo e restrito sobre a paisagem. Efectivamente, em todo o quadrante Norte/Noroeste a visibilidade é restringida pela própria vertente em que o sítio se implanta. Contudo, esta funciona como uma espécie de bancada, proporcionando um extenso campo visual para Este e sobretudo para Sul/Sudeste. Para Nascente a visibilidade estende-se sobre o interflúvio das ribeiras de Cortiçô e Muxagata, o qual, lembre-se, corresponde ao primeiro de uma sequência de Horsts e Grabens que se estendem até à Bacia de Celorico, tendo como limite sul o vale do Mondego. O ponto de maior altitude (612 m) deste interflúvio corresponde precisamente ao local onde se situa o Castro de Santiago, o qual é directamente visível a partir da Quinta da Assentada. Para Sul e Sudeste a visibilidade abre-se sobre o vale da Ribeira de Ínfias e sobre a plataforma do Mondego, até aos contrafortes ocidentais da Serra da Estrela, que se constitui como o limite do horizonte visual nessa direcção. Deste modo, se o local de implantação da Quinta da Assentada não lhe proporciona um destaque particular na paisagem (a vertente da Barroca apresenta-se como um todo relativamente extenso, integrado nos limites do Planalto da Nave), confere-lhe, em contrapartida, e graças à diferença de cotas, um amplo campo de domínio visual sobre a plataforma do Mondego.

Para o estabelecimento do sítio foi aproveitada uma rechã que culmina num conjunto de penedos e afloramentos graníticos, a partir dos quais o declive se torna mais abrupto. Estes penedos e afloramentos contribuíram para a retenção de sedimentos e, dessa forma, para a formação natural da própria rechã, a qual apresentaria ainda uma ligeira inclinação. Porém, a morfologia original está hoje alterada devido à construção de uma sequência de socalcos para aproveitamento agrícola do terreno.

Do ponto de vista geológico (Anexo 4 – Estampa 134), o sítio implanta-se na extensa mancha de granitos porfiróides de grão grosseiro, essencialmente biotíticos que predomina localmente. A área é fortemente recortada por falhas geológicas (episódios de neotectónica) que seguem a orientação NE-SO, orientação geral das fracturas e cursos de águas que as aproveitam na zona. Nas proximidades, algumas das fracturas encontram-se preenchidas por rochas filoneanas, sobretudo aplito-pegmatíticas. Alguns filões de quartzo estão igualmente cartografados no topo da vertente, já na área planáltica. No fundo do vale da

Ribeira de Ínfias, na área fronteira à Vila de Fornos de Algodres e a cerca de 1 Km a sul do sítio arqueológico, encontra-se uma pequena mancha de aluviões holocénicos.

Para além da já referida Ribeira de Infias, a vertente é cortada por inúmeras linhas de água, apresentando várias nascentes, uma das quais se situa precisamente na própria zona de implantação do sítio arqueológico, revelando, ainda hoje, um caudal de regime permanente.

O local, como vários outros pontos ao longo de toda a Barroca, tem tido um aproveitamento agrícola. Os campos constituídos com a edificação de socalcos têm sido utilizados para pasto, para o cultivo da oliveira e algumas árvores de fruto e, nos limites dos vários socalcos, para o plantio de videiras. Esta agricultura, praticada em áreas de difícil acesso e em propriedades pequenas e muito compartimentadas, só recentemente foi mecanizada. Essa mecanização é, porém, restrita e pouco frequente. No caso concreto da Quinta da Assentada, o tractor já não é utilizado há alguns anos e quando tal aconteceu foi para a preparação dos terrenos para pasto, o que originou um revolvimento pouco profundo (que as escavações confirmaram). Dos socalcos onde se documentou a grande concentração de vestígios arqueológicos - socalcos 6 e 7 -, apenas um (o 6) foi sujeito a lavra mecanizada, cuja profundidade não ultrapassou cerca de 30 cm. Quanto às áreas não agricultadas da vertente, encontram-se cobertas por matas de pinheiro, com pequenas bolsas de carvalhos.

6.2 AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Nas três campanhas foram realizadas várias sondagens/escavações em área, distribuídas por diferentes socalcos e zonas da propriedade (Anexo 4 – Estampa 135)

Sondagem	Tamanho da sondagem	Localização da sondagem
1	3x2 m (6 m^2)	Socalco 6
2	2x2 m (4 m^2)	Socalco 8
3	2x2 m (4 m^2)	Socalco 6
4	3x1 m (3 m^2)	Socalco 3
5	2x2 m (4 m^2)	Socalco 2
Sector 1	59 m^2	Socalco 6
7	2x2 + 3x1 m (7 m^2)	Socalco 7
9	Acerto de cortes	Caminho de acesso à quinta

Figura 6-1 – Áreas sondadas na Quinta da Assentada.

A Sondagem 1 foi implantada na extremidade Oeste do Socalco 6, junto ao muro de divisória com o Socalco 5. A estratigrafia observada até à profundidade escavada (cerca de 1 m) era simples e constituída por três depósitos que se sobrepunham: do topo para a base

UEs 100, 101 e 102 (esta última só escavada nos quadrados B3 e B2). Se no primeiro depósito não se registaram materiais arqueológicos, os restantes dois forneceram alguns (poucos) materiais pré-históricos (pequenos fragmentos de cerâmica manual muito erodidos, 1 fragmento de anfibolito, uma lasca e uma ponta de seta em quartzo), misturados com alguma cerâmica a torno de cronologia recente. Não se atingiram níveis arqueológicos preservados.

A Sondagem 2 foi localizada na extremidade Sul do Socalco 8, junto a um grande penedo granítico, que integra o barrocal que delimita, desse lado, a zona agricultada. Tendo-se atingido uma profundidade de 90 cm, observou-se uma estratigrafia simples composta por quadro depósitos sobrepostos: do topo para a base UEs 200 a 203. Os dois superiores forneceram escassos materiais pré-históricos (cerâmica manual erodida e um movente) com cerâmica a torno recente). O terceiro depósito (UE202) já não forneceu materiais arqueológicos e assentava sobre o areão de granito que corresponde à desagregação do substrato rochoso (UE203). Também nesta sondagem não se registaram vestígios arqueológicos preservados.

A Sondagem 3 foi localizada sensivelmente a meio do Socalco 6, tendo-se atingido uma profundidade de cerca de 62 cm. Registou-se uma estratigrafia composta por dois depósitos. A UE300, camada superficial e muito revolvida que não forneceu materiais arqueológicos. Sobrepunha-se à UE301, depósito apenas ligeiramente decapada no quadrado B2 e aprofundada no quadrado B1, tendo fornecido um fragmento de utensílio de pedra polida, uma lasca de quartzo e cerca de duas dezenas de fragmentos de cerâmica manual e apenas um bojo a torno. Embora não existissem sinais inequívocos de vestígios arqueológicos conservados, era evidente um aumento de materiais pré-históricos.

A Sondagem 4 foi implantada no Socalco 3, sensivelmente a meio da sua extensão e junto ao muro de divisória com o Socalco 2. A potência estratigráfica é reduzida, constituída por sedimentos soltos de superfície (UE400) que cobriam um depósito arenoso (UE401) que forneceu escasso material arqueológico, exclusivamente pré-histórico (um bordo, quatro bojos, um fragmento de movente, uma lasca de quartzo e dois fragmentos de anfibolito). Esta unidade assentava directamente no areão de granito que aparecia a 35 cm de profundidade. Não tendo sido identificados vestígios arqueológicos preservados, verificou-se que naquela zona não ocorrem materiais mais recentes. Junto ao muro do socalco recolheram-se, ainda, dois dormentes de mó manual, um deles duplo de grandes dimensões.

A Sondagem 5 foi aberta na extremidade Este do socalco 2, junto ao muro de limite com o Socalco 1. Sob os sedimentos arenosos de superfície (UE500) foi identificado um depósito de sedimentos igualmente arenosos (UE501), que apresentava uma espessura máxima de 34 cm. Forneceu escasso material arqueológico, mas exclusivamente pré-

histórico (alguns fragmentos de cerâmica manual, entre os quais um bojo com um elemento de preensão). Assentava sobre o areão de granito que corresponde à desagregação do substrato rochoso (UE502). Tal como na Sondagem 4, não se registaram vestígios conservados, mas confirmou-se a ausência de materiais modernos na zona mais elevada da sequência de socalcos.

Numa área do caminho de acesso à quinta, ainda não integrada no levantamento topográfico, situada perto do edifício rústico da propriedade, foram identificados vestígios de superfície, associados a um talude desse caminho. Para tentar determinar se os materiais seriam provenientes de um depósito conservado e truncado pelo caminho procedeu-se a um acerto desses taludes em duas áreas imediatas, situadas numa curva (Sondagem 9): a primeira com cerca de 7m de comprimento e a segunda com cerca de 2m. A estratigrafia identificada é extremamente simples, composta apenas por um depósito superficial de espessura variável (UE901), que se sobrepunha ao areão de granito alterado, que constitui o substracto rochoso. O depósito revelou-se revolvido, misturando materiais pré-históricos (cerâmica manual, pedra polida e indústria lítica talhada sobre quartzo) com materiais cerâmicos a torno (em número reduzido), mas documenta que a área do povoado se estende mais para a zona Oeste da quinta. Já em 2005, um acerto do caminho cortou a meio um forno em argila de planta circular e perfil cónico. Numa intervenção de emergência a parte que restava do forno foi recolhida, sem que se tivessem identificado materiais associados que permitissem uma atribuição cronológica a esta estrutura. Contudo, a base de uma estrutura também em argila, com características semelhantes, foi identificada no Sector 1 na fase correspondente ao Neolítico Inicial (Valera, 2003b).

A escavação em área do Sector 1 (reunindo as Sondagens 6 e 8), localizado na metade Este do Socalco 6, e as Sondagem 7 e 9, implantadas a cerca de uma dezena de metros mais para nascente, mas já no Socalco 7, viriam a proporcionar os dados mais relevantes, confirmando a ideia já sugerida pelos resultados da Sondagem 3, que apontavam para um aumento de materiais pré-históricos a meio do Socalco 6. Esta área apresenta-se (apesar das alterações topográficas impostas pelo aproveitamento agrícola) como zona mais aplanada de toda a propriedade, parecendo corresponder a uma área nuclear do sítio. Aqui, foi possível identificar e distinguir as duas fases de ocupação pré-histórica, atribuíveis ao Neolítico Antigo e a um momento final do Calcolítico.

Na Sondagem 7 o substracto rochoso foi atingido a cerca de 1 m de profundidade, revelando uma estratigrafia potente, mas relativamente simples. Sob a terra solta e vegetação de superfície (UE700), os três primeiros depósitos escavados (UEs 701, 702 e 703) revelaram uma mistura de materiais pré-históricos (cerâmicas e pedra talhada) com materiais modernos, sobretudo cerâmica a torno. Contudo, a presença de materiais a torno

diminuía em profundidade, tendo-se registado a presença de apenas quatro fragmentos na UE703, contra cerca de 6 dezenas de fragmentos manuais. Estes materiais cerâmicos apresentam, na generalidade, dimensões reduzidas e superfícies erodidas.

Os dois últimos depósitos, respectivamente a UE704 e UE705, corresponderão a depósitos atribuíveis ao Neolítico Inicial. A UE704, com uma espessura máxima de cerca de 24 cm, forneceu, nos 4 m^2 escavados, cerca de duas centenas e meia de fragmentos de cerâmica manual (muito fragmentada), assim como uma indústria lítica talhada numerosa. Quanto à UE705, assentava já sobre o substracto geológico (parcialmente constituído por granitos (UE706) e areão de granito alterado (UE707). Tendo cerca de 12 cm de espessura, forneceu cerca de duas centenas de fragmentos cerâmicos e alguma indústria lítica talhada. Em ambos os depósitos conservados não se identificaram vestígios de estruturas. Uma sequência estratigráfica semelhante foi registada numa segunda sondagem realizada no Socalco 7 cerca de quatro metros para Este da primeira.

No Sector 1 registou-se a estratigrafia mais complexa, observando-se uma sobreposição directa da ocupação datável do final do Calcolítico (a que mais interessa ao presente trabalho) relativamente aos depósitos da ocupação do Neolítico Inicial.

A camada superficial (UE600), com escassos 2 ou 3 cm de espessura, era composta por sedimentos arenosos relativamente soltos e abundante vegetação rasteira. Forneceu escassa cerâmica manual e cerâmica a torno. Sob estes depósitos superficiais desenvolvia-se uma camada de terras castanhas quando húmidas e cinzento claras quando secas (UE601). Esta camada continha abundantes elementos de granito e quartzo de reduzidas dimensões, apresentando uma compactação média e encontra-se revolvida pela lavoura. Forneceu cerca de duas centenas de fragmentos de cerâmica manual e cerca de uma centena a torno. A cerâmica apresenta-se muito fragmentada e erodida. Registou-se também indústria lítica talhada, restos de pedra polida e quatro fragmentos de utensílios de ferro (possivelmente de pregos) muito alterados.

Sob a UE601 definiu-se uma outra camada (UE602) composta por terras castanhas, de compactação média e que abrangia toda a área aberta da sondagem. Esta unidade forneceu bastantes materiais arqueológicos. Estes misturam materiais pré-históricos (maioritários) com algumas cerâmicas a torno, revelando ainda remeximentos na parte superior da camada. Contudo, os materiais pré-históricos aumentavam em profundidade, sendo exclusivos na base deste depósito. No seu topo conservado definiu-se uma mancha de sedimentos cinzentos (UE603), muito arenosos e de compactação média, com 1,6 metros de comprimento, 1,2 metros de largura e cerca de 10 cm de profundidade. Estes sedimentos forneceram alguns fragmentos de cerâmica exclusivamente manual.

A meio da UE602 e na metade Norte desta unidade começaram a definir-se uma série de fossas subrectangulares. Estas fossas não se conseguiam definir mais acima na camada, mas a distinção cromática, devido à humidade dos sedimentos, é mais difícil na parte superior da estratigrafia. Não é possível discernir se foram abertas durante o processo de formação deste depósito ou, pelo contrário, lhe são posteriores, tendo sido realizadas a partir do seu topo, já que este foi revolvido pela lavoura.

Estas fossas (Anexo 4 – Estampa 137; Estampa 138; Estampa 139), num número total de 24, apresentavam uma disposição em fiadas alinhadas no sentido NE-SO. A definição de parte das fossas e, consequentemente da sua disposição, só se tornou, contudo, totalmente perceptível após a remoção integral da UE602, o que expôs o depósito UE 620 de sedimentos claros que, cortados pelas fossas rectangulares, as tornavam particularmente evidentes, dada a diferença cromática dos sedimentos que as preenchiam.

Estas fossas apresentam morfologias rectangulares ou subrectangulares. Os comprimentos e larguras são bastante regulares, correspondendo os primeiros a valores entre os 70 e os 80 cm e os segundos a valores entre os 30 e os 40 cm. As profundidades médias variam entre os 14 e os 25 cm, sendo que algumas poderiam ser ligeiramente mais profundas, já que a definição do seu topo era difícil no interior da UE602.

Eram preenchidas por sedimentos de cor cinzenta acastanhada, de reduzida compactação. A maioria destes depósitos de preenchimento das fossas não forneceu materiais. A única excepção é o depósito UE604, que preenchiam a fossa UE605. Estes sedimentos forneceram cinco bojos de cerâmica exclusivamente manual, uma lamela de quartzo hialino e uma lasca de quartzo. Na sua metade superior, contudo, foi recolhido um pequeno fragmento de ferro. A presença deste material é vista como uma intrusão, resultado de uma "viagem" com origem nos contextos superiores (note-se que a UE601, remexida, forneceu alguns restos de artefactos em ferro muito alterado), facilitada pela reduzida compactação dos sedimentos, pelos trabalhos agrícolas e pelo peso próprio do metal.

Assim, estes alinhamentos de fossas rectangulares corresponderão a negativos de uma qualquer estrutura, possivelmente em madeira, cuja caracterização e compreensão não é de momento clara, dependendo em grande parte da obtenção da disposição global destes alinhamentos, o que só se poderá conseguir com o alargamento da área escavada. De momento apenas podemos dizer que estes alinhamentos aparentam ser paralelos ou ligeiramente arqueados (já que sugerem uma certa curvatura) e que os intervalos entre as fossas, pelo menos nas duas fiadas mais a Norte, são regulares (ver Capítulo 9 sobre a possível arquitectura associada a estas fossas). Nalguns casos surgem pedras que parecem ser calços (UE605) e noutros o fundo apresenta irregularidades, que parecem corresponder

a assentamentos de pequenos postes ou barrotes (UEs607 e 669) de secção subquadrangular.

A sua posição estratigráfica e o conteúdo dos depósitos que preenchem as fossas não permitem uma decisão cabal relativamente a tratarem-se de construções relacionáveis com as ocupações do sítio durante a Pré-História Recente.

Ainda no interior da UE 602, no recanto Noroeste da sondagem, foram identificadas fossas e finas valas irregulares (UEs 633), preenchidas por sedimentos castanho escuros, soltos (UEs 634; 668; 636). Apenas a UE636 forneceu materiais (duas lamelas). Esta fossas pela sua configuração e posicionamento estratigráfico (parte definia-se desde a metade superior da UE602) e configuração, parecem corresponder a raízes arrancadas. Contudo, também elas atingem a UE 620, afectando outras estruturas negativas escavadas naquela unidade.

A remoção da UE602 em quase toda a área da sondagem (com excepção do recanto Noroeste, onde não foi integralmente escavada) e a exposição da interface superior da UE620 revelou uma situação particularmente complexa. Nela eram bem visíveis as fossas rectangulares alinhadas que, abertas a partir de um plano interior ou posterior à UE602, atingiam e cortavam a UE620, chegando, nalguns casos, ao areão de base, sob esta unidade. Porém, observavam-se no plano da interface superior da UE620, uma série de outras estruturas negativas de tipo vala alongada e estreita, mais variadas e de orientação e distribuição bem menos coerente (Anexo 4 – Estampa 137; Estampa 138; Estampa 140). Estas estruturas eram preenchidas por sedimentos mais arenosos e compactados, que originavam um contraste cromático e de compactação bem menos evidente relativamente à UE620, pelo que estas estruturas negativas não eram tão perceptíveis como as fossa rectangulares.

A sua escavação revelou uma sequência de "sobreposições", demonstrando que foram realizadas em momentos diferentes, embora pouco distantes no tempo. Apresentam características estruturais diversificadas. Umas correspondem a valas alongadas. Entre estas poderemos, com base nas suas medidas (Figura 6-2), nomeadamente usando os índices de alongamento (que conjugam o comprimento com a largura), identificar dois grupos: um correspondente a valas mais alongadas, com índices de alongamento abaixo de 20 e outras, mais curtas, com índices entre 23 e 55. Verifica-se igualmente que estas valas mais curtas são também as menos profundas (profundidades entre 7 e 12 cm), enquanto que as mais longas são quase sempre mais profundas (entre 11 e 22 cm). Significarão estas diferenças que estaremos perante dispositivos estruturais distintos.

UE	Comp	Larg	Prof	Ia
641	1,16	0,12	0,19	10,34483
647	1,60	0,18	0,11	11,25
639	1	0,14	0,12	14
677	1,08	0,16	0,22	14,81481
649	0,94	0,16	0,18	17,02128
619	1,60	0,30	0,16	18,75
671	0,80	0,15	0,15	18,75
651	0,70	0,16	0,10	22,85714
663	0,36	0,09	0,08	25
674	0,28	0,10	0,12	35,71429
659	0,40	0,22	0,07	55
627	1,30<	0,16	0,24	-
615	1,10<	0,24	0,15	-
665	0,30<	0,10	0,07	-

Figura 6-2 – Dimensões das valas. A cinzento a mais alongadas.

Estas valas, corresponderiam essencialmente, a estruturas negativas criadas para receber e sustentar postes de secção circular colocados lado a lado, como fica documentado pelos negativos do fundo da vala UE619, onde se define o assentamento de, pelo menos, três postes (Anexo 4 – Estampa 139). Para além destas valas, registaram-se também dois buracos de poste (UEs 661 e 657).

O posicionamento estratigráfico destas estruturas negativas revela que são anteriores às fossas rectangulares, embora no plano superior da UE620 estas realidades apareçam lado a lado. Mas as fossas rectangulares foram abertas a partir da UE602, enquanto estas últimas, para além de tipologicamente diferentes, foram abertas a partir do topo da UE620, camada subjaz à UE602. A abertura das fossas rectangulares, como já se referiu, atingiu a UE620 e, por vezes, o próprio areão de granito. Num caso, fossa UE669, chegaram a cortar parte de uma vala anterior (vala UE627), o mesmo acontecendo com a fossa 611 e a vala 639.

Mas as próprias estruturas em vala não foram todas realizadas ao mesmo tempo. A existência de *decalage* é documentada pela sobreposição das valas UEs 639 e 677, não sendo possível determinar qual é anterior e posterior. A própria diversidade de dimensões e profundidades atingidas sugere que estas estruturas não terão funcionado todas ao mesmo tempo, aparecendo numa situação de palimpsesto.

Esta situação dificulta a análise da sua distribuição espacial, pois a imagem obtida não corresponderá a um funcionamento simultâneo destes elementos estruturais. Para facilitar a análise, elaborou-se um plano sem as fossas rectangulares (consideradas posteriores). O resultado (Anexo 4 – Estampa 140), sugere a existência de possíveis

compartimentos ou corredores, cuja compreensão é difusa e só poderá ser convenientemente estabelecida com o alargamento da área escavada (ver Capítulo 9 para discussão em torno às possíveis arquitecturas associadas a estas valas).

Quanto à UE620, ela apenas foi aprofundada (mas não na sua totalidade) nos quadrados D1 a D3 e E1 a E3. Corresponde a uma camada de sedimentos cinzentos claros (esbranquiçados) e arenosos, muito compactada. Forneceu bastante cerâmica exclusivamente manual e indústria lítica talhada dominada por lascas e lamelas. Registaram-se ainda dois fragmentos de anfibolito e uma bigorna. Esta unidade é cortada por todas as estruturas negativas identificadas e corresponderá a um solo de ocupação prévio ao início de abertura daquelas. No seu interior, no quadrado E3, foi identificada uma estrutura em argila (UE673). Parte desta estrutura era já visível, no fundo da vala UE671. A escavação parcial da UE620 nessa área possibilitou a exposição total da estrutura UR673. Esta corresponde à base de uma estrutura em argila compactada (eventualmente cozida) de planta subcircular com abertura para Este definida por dois pequenos troços rectos. Parece corresponder a restos de uma estrutura de combustão que, pela morfologia, poderá ser um forno. Terá sido ligeiramente afectada pela abertura da vala UE671.

Este depósito foi referenciado, com base na sua cultura material e numa datação de radiocarbono, num momento do Neolítico Inicial regional atribuível à primeira metade do 5º milénio AC, correspondendo a uma primeira fase de ocupação do sítio, posteriormente reocupado no calcolítico. Esta reocupação opera-se directamente sobre o depósito da ocupação mais antiga que, na altura, se constituiria como superfície, na qual são abertas as valas para sustentar as tais estruturas indeterminadas.

A área global do sítio não foi ainda determinada, mas os materiais estendem-se por uma vasta área. Porque existem dois momentos de ocupação e os materiais de cada um (nomeadamente os bojos de cerâmica e alguma pedra talhada) nem sempre são destrinçáveis, não é possível ainda determinar quais os limites do sítio em cada uma das suas duas fases de ocupação. De qualquer forma, globalmente os materiais surgem à superfície numa área de cerca de 1 ha, apresentando uma concentração mais significativa na zona do Sector 1.

6.3 OS CONJUNTOS ARTEFACTUAIS

Os materiais abordados neste ponto dizem essencialmente respeito ao Sector 1, área onde a ocupação da 2ª fase (calcolítico) se encontrava preservada. Contudo, ao nível da cerâmica analisam-se também os materiais da sondagem 9 e para a pedra polida e elementos de moagem recorre-se a materiais recolhidos à superfície, já que em escavação não se registaram elementos suficientes que permitam discutir e caracterizar esta ocupação

no que respeita a estas categorias artefactuais. No conjunto foram consideradas seis categorias: recipientes cerâmicos, pesos de tear, pedra talhada, pedra polida, elementos de moagem e metalurgia.

6.3.1 Recipientes cerâmicos

A cerâmica é uma categoria bem representada, mas o seu estado de conservação é muito mau, encontrando-se muito fragmentada e dispersa, com uma acentuada erosão por lexiviação das superfícies e sem proporcionar remontagens significativas. Esta situação de elevado índice de fragmentação foi altamente condicionante na análise morfológica (uma vez que a reconstituição formal é mais difícil) e na percepção das organizações decorativas. Estas limitações têm reflexos na análise estatística, que assim dispõe de um universo mais reduzido, proporcionando, por isso, uma imagem menos fiável do conjunto cerâmico representativo desta ocupação.

Assim, no Sector 1 (a que se juntaram os parcos materiais da sondagem 9, considerados como podendo ser igualmente desta fase com base nas morfologias e decorações) foram recolhidos 2277 fragmentos cerâmicos, os quais representam um peso total de 14, 512 Kg.

Dentro deste universo, 224 fragmentos são bordos, mas apenas 41 permitiram reconstituição total ou parcial da forma (Anexo 2 – Quadro 2-62; Gráfico 2-39). Entre estas, predominam claramente as formas do fundo calcolítico local, dominando os globulares (36,6%), seguidos das tigelas (31,7%) e das taças (17,1%). Com representatividade mínima surgem os esféricos (4,9%), recipientes de paredes rectas, tipo saco e pratos, todos com um único exemplar e um provável grande pote fundo de colo ligeiramente estrangulado (2,4% cada). O prato e o grande pote são morfologias que fogem ao quadro tradicional do equipamento cerâmico "instituído" localmente desde o início do 3º milénio no Castro de Santiago, embora ambas as formas estejam já presentes na Malhada também de forma residual. Por último, a presença de um fragmento decorado com pontilhado aparentemente numa organização campaniforme de estilo internacional leva a que se coloque a possibilidade de a morfologia acampanulada possa também ter estado presente, o que a acontecer seria igualmente com uma representatividade muito reduzida.

Em termos de subtipos (Anexo 2 – Quadro 2-62), apenas há a realçar a exclusividade nas taças dos subtipos 2.1 e 2.2, no caso das tigelas, a ligeira preponderância das tigelas fechadas (4.4) sobre as tigelas abertas rasas e médias (41 e 42) e, no caso dos globulares, o domínio das peças simples (6.1) face às de colo (6.2 e 6.3). De destacar ainda a presença de um globular com bordo espessado externamente de secção rectangular (Anexo 4– Estampa 141-2), uma morfologia que se destaca em vários recipientes globulares da Malhada associada a decorações "espinhadas", mas que aqui aparece num globular liso.

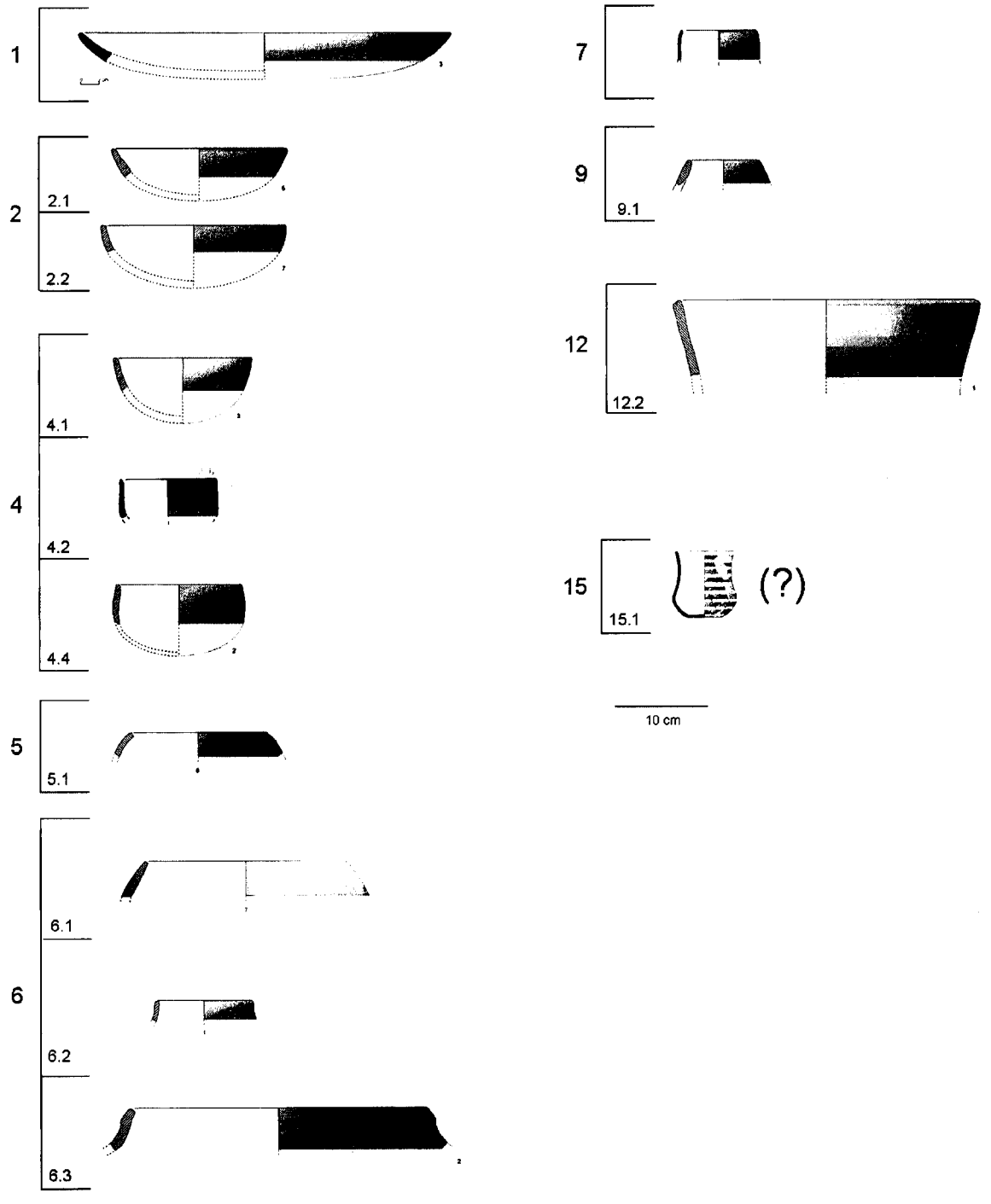


Figura 6-3 – Tabela de formas da fase 2 da Quinta da Assentada. A possibilidade da presença de um recipiente acampanulado decorado com o estilo pontilhado internacional de bandas baseia-se na presença de um fragmento de bojo com aquela decoração.

A reduzida percentagem de reconstituições gráficas totais praticamente inviabiliza uma análise da variável tamanho, uma vez que só pontualmente foi possível determinar volumes. Apenas se pode sublinhar a ausência de mini vasos e a escassez de grandes recipientes. Existem alguns globulares com bocas de grande diâmetro e o grande pote de colo estrangulado poderia apresentar um volume integrável numa das mais altas classes volumétricas definidas. Fora estas poucas peças, a maioria dos recipientes apresenta volumetrias de tamanhos médios. O prato é, contudo, também excepção e, apesar da sua morfologia propícia a volumes baixos, apresenta um volume de classe 5, resultado das dimensões que apresenta (diâmetro de quase 40 cm).

Em termos da relação abertura / encerramento das peças, predominam as morfologias fechadas com 61% e mais 4,9% de formas abertas fundas, enquanto que as peças abertas representam 34,1%.

No que concerne à decoração, as percentagens são baixas (Anexo 2 – Quadro 2-64). Entre as morfologias reconstituídas apenas se registaram duas peças decoradas (um globular e um recipiente de paredes rectas), o que constitui uma percentagem de 4,9%. Para além destes dois fragmentos, existem mais 21 fragmentos decorados que não permitiram reconstituição morfológica. Se considerarmos a totalidade dos fragmentos cerâmicos, a decoração será então de apenas 1%, mas volta a subir (6,4%) se considerarmos apenas o universo dos fragmentos de bordo.

O elevado estado de fragmentação impediu igualmente a avaliação do atributo "localização da decoração", pelo que o mesmo não é considerado nesta caracterização. Quanto às técnicas decorativas, predomina a incisão, estando a impressão bem representa e a decoração plástica presente num único fragmento.

A análise estilística das organizações decorativas sofreu também com o elevado índice de fragmentação, sendo as imagens obtidas muito parcelares ou mesmo meramente pontuais, dificultando a percepção do que seria a composição global de muitas das decorações. Ainda assim, foi elaborada uma tipologia que evidencia o carácter pouco diversificado da decoração cerâmica. Seguindo os parâmetros já utilizados para os restantes sítios estudados, apenas se reconheceram cinco dos grandes tipos de organizações: tipo D, organização de tendência horizontal à base de triângulos pendentes; tipo F, de tendência horizontal à base de linhas de impressões; tipo I de tendência horizontal à base de bandas penteadas; tipo M à base de aplicações plástica; tipo O, um pontilhado geométrico, possível internacional de bandas.

DESCRIÇÃO DA TABELA DE ORGANIZAÇÕES DECORATIVAS

Grupo	Subgrupo	Variante	Descrição
D			**Organização de tendência horizontal em que o motivo base são os triângulos pendentes lisos ou preenchidos, podendo ou não estar associados a caneluras.**
	DD		Triângulos pendentes preenchidos.
		1	Triângulos incisos pendentes preenchidos por traços horizontais.

F			**Organizações de tendência horizontal à base de bandas de linhas de impressões realizadas com punções ou matrizes, podendo ou não ser delimitadas por caneluras.**
	FF		Bandas de impressões realizadas com punções e matrizes.
		1	Banda com mínimo de uma linha de impressões em quarto crescente fino (limites superior e inferior indeterminados).
		2	Banda com mínimo de quatro linhas de impressões em quarto crescente fino (limites superior e inferior indeterminados).
		3	Mínimo de duas bandas de duas linhas cada de impressões com caule oco a topo (limites inferior e superior indeterminados).
		4	Banda com mínimo de uma linha de impressões com punção lateral (limite inferior indeterminado).
		5	Banda com mínimo de quatro linhas de impressões com matriz indeterminada (limite inferior indeterminado).

I			**Organizações à base de motivos penteados incisos ou linhas ondulantes.**
	IL		Bandas penteadas rectas horizontais ou verticais.
		1	Banda recta de penteado inciso.
			Organizações à base de motivos penteados ondulados.
	IO	1	Banda horizontal de penteado ondulado.
		2	Duas bandas horizontais de penteado ondulado.
		3	Banda estreita e banda larga de penteado ondulado.

M			**Organizações à base de aplicações plásticas mamiladas.**
		1	Mamilo ovalados.

O			**Organizações à base de aplicações plásticas mamiladas.**
	OA	1	Decoração de pontilhado possivelmente estilo internacional de bandas.

De entre as organizações definidas (Anexo 2 – Quadro 2-65), os penteados são claramente dominantes, representando 65,2% entre o total de peças decoradas. As variantes penteado liso e penteado ondulante equivalem-se, com sete casos a primeira e oito a segunda. Algumas destas peças evidenciam mais que uma banda, sugerindo que a decoração poderia ser relativamente abrangente. Contudo o reduzido tamanho dos fragmentos não permite ser conclusivo a este respeito. Segue-se a organização F à base de linhas de impressões com 21,7%. Os triângulos preenchidos, a decoração plástica e a decoração campaniforme (pontilhado possivelmente de bandas) apresentam apenas um exemplar cada (4,3%).

Deste modo, verifica-se que na Quinta da Assentada não ocorrem as organizações B e A, as quais são as mais representativas da estilística decorativa do fundo cerâmico do Calcolítico local, assim como estão ausentes outras organizações igualmente pertencentes a essa tradição (embora com menor representatividade): casos das organizações tipo C, E ou H. Desta tradição decorativa local apenas estão presentes o tipo F e, residualmente, o tipo D. Pelo contrário, a organização claramente dominante é a I, à base de motivos penteados, a qual é representada no Castro de Santiago apenas por um exemplar, atingindo na Malhada apenas 8%. Neste sentido, a decoração cerâmica na Quinta da Assentada aproxima-se mais da Fraga da Pena, onde os penteados atinge na globalidade da decoração cerca de 30%, em especial com a situação verificada no exterior dos recintos, Sector 3, onde estas decorações são quase exclusivas (curiosamente o único fragmento não penteado apresenta bandas de linhas de finos crescentes, organização que ocorre em dois fragmentos na Quinta da Assentada). A presença de um campaniforme aproxima igualmente estes dois contextos em termos de estilística cerâmica.

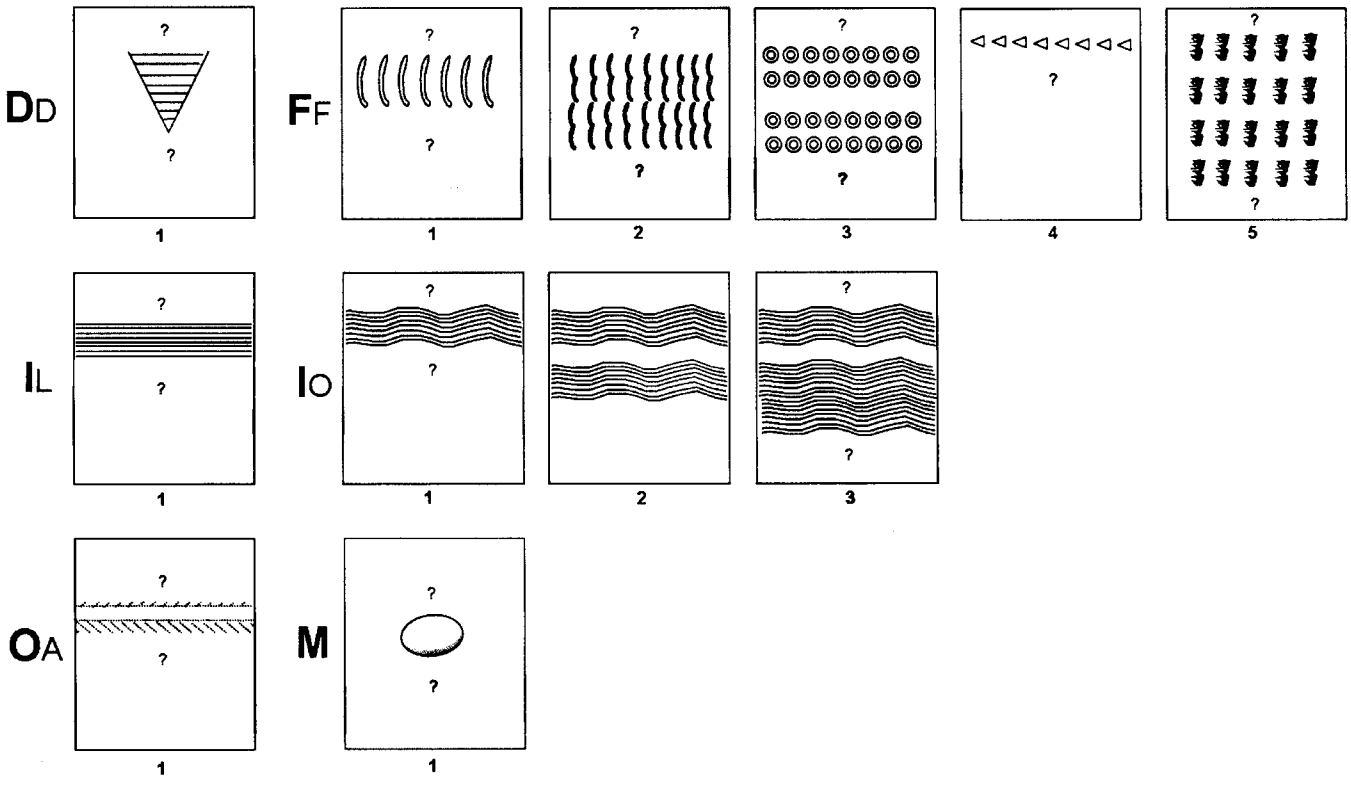


Figura 6-4 – Tabela de organizações decorativas da Quinta da Assentada.

As cerâmicas da Quinta da Assentada foram igualmente integradas no estudo arqueométrico realizado para esta rede local de povoamento (Dias *et. al.*, 2005), tendo sido, contudo, menos aprofundado (não foram feitos difratogramas, pelo que não é possível abordar a questão das temperaturas de cozedura). Foram analisadas quinze amostras, uma correspondente a argila queimada (forno da ocupação neolítica) e as outras catorze a fragmentos de recipientes cerâmicos da Fase 2: grande pote de colo estrangulado; três fragmentos com decoração penteada; um fragmento com decoração impressa; três fragmentos de taça; dois fragmentos de tigela; dois fragmentos de globular; um fragmento de esférico; um fragmento de recipiente tipo saco.

A argila queimada tem afinidades com os granitos e é semelhante às utilizadas para a produção da maioria dos recipientes.

A composição química das cerâmicas analisadas apontam para um recurso preferencial a argilas de alteração dos granitos. Contudo, dois casos revelam o recurso a argilas derivadas da alteração de doleritos, associáveis aos filões que existem próximo do sítio na base da vertente onde o mesmo se implanta, resultando em pastas mais finas.

6.3.2 Pesos de tear

A presença de pesos de tear é vestigial, tendo sido recolhido apenas um fragmento, correspondendo a um canto de ângulo bem marcado, onde se observa uma perfuração. Poderá corresponder a um peso paralelepipédico com 4 perfurações.

6.3.3 Pedra talhada

A indústria lítica de pedra talhada está bem representada em todo o sítio. Para a sua caracterização relativamente à Fase 2 de ocupação do sítio (a que aqui mais interessa) recorreu-se ao conjunto de materiais proveniente dos depósitos conservados do Sector 1, essencialmente das UEs 602/802 e 805 (Anexo 2 – Quadro 2-66).

Tal como para os restantes sítios, a abordagem a estes materiais está orientada para a caracterização da organização da produção. Para tal, o universo de materiais foi organizado nos quatro grupos que se consideraram nas análises anteriores: utensílios de debitagem, restos de produção, produtos brutos de debitagem e utensílios. Deixando de lado os utensílios de debitagem, verificou-se que os restos de produção representam 69%, enquanto os utensílios 13,8% e os produtos brutos 17,2%. Na comparação directa entre estas duas últimas categorias, os utensílios representam 44,4% e os produtos brutos 55,6%.

6.3.3.1 Materiais relativos à produção

Nesta categoria contabilizaram-se os restos/fragmentos, os prismas e fragmentos de prisma, os núcleos, o material de reavivamento e os percutores.

Entre os utensílios de talhe estão registados quatro percutores de quartzo. As bigornas estão ausentes nos níveis conservados, embora ocorram dois exemplares nos depósitos mais superficiais revolvidos pela lavoura e à superfície. Como na Fase 1 (Neolítico Inicial) as bigornas também ocorrem, não sabemos a que fase se poderão atribuir estes materiais com proveniências mais superficiais. Contudo, se tivermos em conta que a afectação agrícola neste local incidiu essencialmente nos níveis da ocupação da Fase 2, é aceitável que estes dois exemplares possam corresponder a essa fase, o que de resto é consentâneo com as características da indústria lítica presente.

Os prismas e os fragmentos de prisma são raros (apenas 3 exemplares).

6.3.3.1.1 Os núcleos e material de reavivamento

Foram registados 43 núcleos, correspondendo a 13,4% do total de peças classificadas. Na sua globalidade, estes núcleos relacionam-se exclusivamente com a produção de lascas e lamelas, sendo predominantes os que apresentam negativos de extracção de lascas (21 - 48,8%) relativamente aos que evidenciam a extracção de lamelas (13 - 30,3%), sendo que sete (16,3%) das peças revelam uma extracção conjunta daqueles dois produtos e duas (4,6%) não permitem a determinação do que foi debitado.

A matéria prima dominante é, de forma muito clara, o quartzo leitoso (83, 7%), surgindo o quartzo hialino (9,3%), o sílex (4,7%) e o quartzito (2,3%) com uma baixa representatividade.

De um modo geral, o tamanho dos núcleos é reduzido, facto expresso pelo seu relativo baixo peso médio, sendo que a grande maioria apresenta valores inferiores a 25g, ocorrendo apenas três casos que superam as 50g, um caso que supera as 100g e dois as 200g. Apresentam dimensões relativamente reduzidas, com a maioria dos comprimentos e larguras inferiores a 5 cm (Anexo 2 – Gráfico 2-40), verificando-se uma certa tendência para os núcleos de lascas serem peças mais robustas e largas, enquanto que os de lamelas são ligeiramente mais esguios e compridos. Este reduzido tamanho parece relacionar-se com a própria estratégia de debitagem de produtos de reduzidas dimensões, já que os núcleos não evidenciam sinais de grande esgotamento e os negativos de levantamentos nunca ultrapassam os 2 ou 3 por peça. Esta tendência sai reforçada pela análise das dimensões dos produtos presentes no sítio.

Quanto à morfologia, esta apresenta-se variada, embora se note um certo predomínio dos núcleos poliédricos/informes, facto que se relacionará com as características da própria meteria-prima trabalhada. Assim, os núcleos informes representam 37,2%, correspondendo a dezasseis peças, das quais quinze são em quartzo, uma em quartzito. São maioritariamente de extracção de lascas (13), sendo apenas dois para extracção de lamelas e um para lascas e lamelas. Seguem-se os núcleos sobre prisma

(8 – 18,6%), sendo cinco em quartzo e três em quartzo hialino. Três são de extracção de lamelas, três de lascas e dois de lascas e lamelas. Os restantes tipos apresentam ocorrências mais baixas. Existe um nódulo debitado para lascas de quartzo (2,3%); quatro núcleos prismáticos com um plano de percussão para lamelas de quartzo (9,3%); dois núcleos prismáticos com dois planos de percussão em quartzo, um para lamelas e outro para lascas (4,6%); dois núcleos prismáticos com planos de percussão múltiplos de quartzo, um para lamelas e outro para lascas e lamelas (4,6%); cinco sobre lasca, sendo quatro de quartzo e um de quartzo hialino (11,6), para produção de lamelas (1 caso), lascas (2 casos) e ambas (2 casos); três núcleos paralelepipédicos de quartzo, dois para lamelas e um para lascas e lamelas (6,9%); dois indeterminados em sílex.

Como elementos de reavivamento, refira-se a presença de uma tablete de um núcleo sobre seixo de quartzo e de um flanco de núcleo em sílex.

6.3.3.2 Produtos e utensílios

Os produtos brutos de debitagem existentes são exclusivamente sobre lasca e lamela. Os suportes laminares apenas ocorrem na categoria dos utensílios, o que, associado à ausências de evidência de talhe laminar, revela que as lâminas ou a utensilagem sobre lâmina seria importada.

6.3.3.2.1 Lamelas

As lamelas são um dos grupos mais representativos dentro da indústria lítica talhada da Quinta da Assentada. Entre as peças classificadas (excepto os restos/fragmentos) a produção lamelar representa 21,1%, entre os produtos brutos atinge os 24% e entre os utensílios 25,2%. Trata-se de uma produção essencialmente sobre quartzo com 70,6%, a que se soma os valores para o quartzo hialino (23,5%) e quartzo fumado (1,5%). O sílex representa apenas 2,9%, sendo uma peça indeterminada (1,5%).

Do universo de lamelas analisado, 54,4% correspondem a produtos brutos e os restantes 45,6% a lamelas utilizadas em bruto, segmentas ou servindo de suporte a outros instrumentos. Entre estes últimos, a maioria é utilizada em bruto (17 casos), aparecendo os segmentos e as truncaturas com dez ocorrências em conjunto a que se acrescentam três denticulados e um buril. A transformação por retoque é, assim, residual, limitando-se à elaboração dos entalhes dos denticulados e ao abatimento das fracturas das truncaturas. Os segmentos não apresentam retoque. Quanto aos produtos brutos, apenas oito apresentam córtex, contra as vinte e nove sem córtex. Entre a utensilagem, apenas cinco apresentam vestígios corticais. Tal sugere uma preparação mais cuidada dos núcleos, o que também é documentado por duas lamelas de crista e algumas secções trapezoidais, mas sempre com uma expressão reduzida no conjunto global.

De facto, essa preparação mais cuidada revelada por algumas peças não evita uma imagem de irregularidade de muitos dos produtos obtidos, a qual é bem visível na correspondência que se estabelece entre os atributos de irregularidade (na forma e nas secções) e as rochas de clivagem irregular, nomeadamente o quartzo (Anexo 2 – Quadro 2-67; Gráfico 2-41). Os indicadores de uma produção mais normalizada estão presentes, como algumas secções transversais trapezoidais, secções longitudinais arqueadas, mas o talhe seria essencialmente feito por percussão indirecta, como sugerem os talões dominantemente lineares/puntiformes (85% dos classificáveis), realizado sobre quartzo e originando peças tendencialmente irregulares e curtas (Anexo 2 – Gráfico 2-42).

6.3.3.2.2 Lascas

As lascas são o produto mais numeroso, representando 55,9% do total das peças classificadas (excepção feita aos restos/fragmentos). Entre os produtos correspondem a 76% e entre a utensilagem a 51,2%. A relação entre produtos brutos e utensílios é de 65% / 35%. O quartzo é a matéria-prima dominante com 87,2%, seguido do quartzo hialino 8,9%, do quartzito e o sílex com 1,9% e do dolerito com 0,5%.

Entre os produtos brutos, dominam as lascas simples (64), seguidas das parcialmente corticais (28) e corticais (25). Quanto aos utensílios, a maioria corresponde a lascas com vestígios de uso ou ligeiramente retocadas, existindo depois um buril, dois furadores, seis raspadores, oito denticulados, três raspadores e duas pontas de seta.

Tratam-se de peças tendencialmente pouco espessas e relativamente largas (Anexo 2 – Gráfico 2-43)

6.3.3.2.3 Lâminas

Ao contrário das lascas e lamelas, os suportes laminares são bastante menos representativos no contexto global da indústria. Estão totalmente ausentes entre os produtos brutos de debitagem. Entre os utensílios foram registados suportes laminares numa percentagem de 13,8% da utensilagem e a 5,3% entre as peças classificadas (excepção feita aos restos/fragmentos). No que respeita à matéria-prima, 53% são em sílex e 47% em quartzo, sendo a única categoria em que o sílex apresenta uma percentagem significativa, superando mesmo o quartzo. Verifica-se, assim, a mesma situação registada em todos os outros sítios, com ausência de produção laminar em sílex (aqui também não se registaram evidências de produção de lâminas de quartzo, mas a disponibilidade de matéria-prima torna possível essa produção local), sendo a sua utilização diminuta e dominantemente à base da segmentação para utensílios compostos ou (com menos frequência) para transformação noutros utensílios através do retoque.

Entre os utensílios, os suportes laminares correspondem a um fragmento de lâmina retocado, dez correspondem a segmentos, quatro a fragmentos retocados inclassificáveis, um denticulado e uma ponta de seta.

6.3.3.2.4 Raspadeiras, raspadores e denticulados

Seis raspadeiras de quartzo, todas sobre lasca, e treze denticulados igualmente em quartzo (um em quartzo hialino), sendo oito sobre lasca, três sobre lamela, um sobre prisma e um indeterminado. As raspadeiras correspondem a 1,9% entre as peças classificadas (excepto restos/fragmentos) e a 4,9% entre os utensílios. Quanto aos denticulados, os mesmos correspondem, respectivamente, a 4% e a 10,6%.

6.3.3.2.5 Furadores e brocas

As peças de perfuração são pouco numerosas, representando no seu conjunto 1,2% entre os materiais classificados (excluindo restos/fragmentos) e 3,3% entre a utensilagem. Registaram-se três furadores, dois sobre lasca e um sobre prisma, todos em quartzo e um fragmento de broca em sílex sobre suporte indeterminado.

6.3.3.2.6 Buris

Foram documentados dois buris, um sobre lamela de quartzo hialino e um sobre lasca de quartzo. A sua representatividade entre o conjunto de peças classificadas (excepto restos/fragmentos) é de 0,6% e entre os utensílios de 1,6%.

6.3.3.2.7 Pontas de seta

Foram registadas dez pontas de seta, seis sílex (60%) e quatro em quartzo (40%). Destas, sete foram recolhidas em níveis preservados da Fase 2 e as restantes três em depósitos revolvidos superficiais. Tratando-se de materiais que não fazem parte dos conjuntos artefactuais do Neolítico Antigo, penso que podemos atribuir estas três pontas à Fase 2 de ocupação.

No conjunto das categorias tipológicas definidas (exceptuando os fragmentos), representam 3,1%, mas entre os utensílios e categorias funcionais a sua percentagem sobe para 8,1%.

Apenas duas permitiram calcular o índice de alongamento e quatro o índice de espessura, revelando-se peças pouco alongadas e pouco espessas. Tratam-se de peças pequenas, com comprimentos sempre entre 2 e 3 cm. Foram definidos os seguintes tipos:

1 – *Triangulares de base recta* – dois exemplares. Apresentam bordos rectos e num caso secções transversais e longitudinais sinuosas e no outro biconvexas. O retoque é bifacial e

total, sendo num caso cobridor, rasante e escamoso e, no outro, marginal longo, semi-abrupto e sub-paralelo.

2 – *Triangulares de base côncava* – um exemplar. Apresenta bordos rectos e uma secção transversal sinuosa. O retoque é bifacial, total, invasor, rasante e escalariforme.

3 – *Triangulares de base convexa* – dois exemplares. Uma tem bordos e secções sinuosas e a outra bordos convexos, secção longitudinal plano-convexa e secção transversal trapezoidal. O retoque é, em ambas, bifacial, total, marginal longo, semi-abrupto e sub-paralelo.

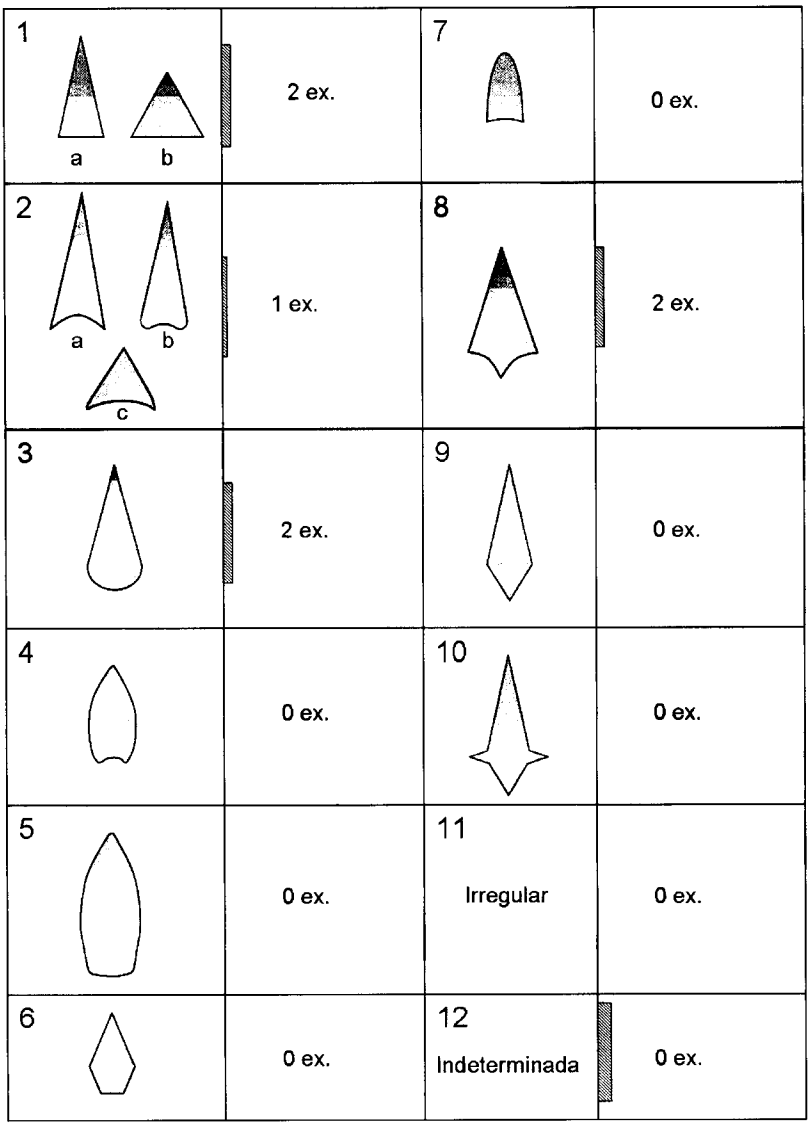


Figura 6-5 – Tabela das morfologias das pontas de seta presentes na Malhada, face ao espectro morfológico registado no conjunto dos sítios da área.

8 – *Triangulares de base bicôncava* – dois exemplares. Apresentam bordos rectos, secções transversais sinuosas e secções longitudinais sinuosa e biconvexa. O retoque é bifacial e total, num caso cobridor, rasante e escamoso e, no outro, marginal curto, semi-abrupto e sub-paralelo.

Apesar de a maioria ser em sílex, estas peças revelam-se bastante irregulares, facto denunciado pela frequência de secções transversais e/ou longitudinais sinuosas.

6.3.3.1.2 Pesos de rede

Em termos de indústria macrolítica registaram-se dois pesos de rede sobre seixo rolado de quartzito, com dois entalhes laterais (um de cada lado da peça) obtidos por retoque abrupto bifacial. Um está inteiro e o outro fracturado.

6.3.3.3 Organização da produção de pedra talhada

Tal como para os restantes sítios intervencionados, a imagem geral da pedra talhada da Quinta da Assentada revela uma indústria fortemente condicionada pelas matérias-primas disponíveis localmente. O quartzo é claramente preponderante, representando 88%, a que soma o quartzo hialino com 5,6% e o quartzo fumado com 0,1%. O quartzito, embora esteja disponível localmente, foi pouco utilizado (2,5%), o mesmo acontecendo com o dolerito e granito (respectivamente 0,1% e 0,2%). O sílex, por sua vez, representa 3,3%.

Análise dos núcleos revela um domínio da produção de lascas, seguida pela produção de lamelas, estando ausentes os núcleos com levantamentos laminares.

Os produtos registados confirmam a tendência geral da produção lítica talhada observada a partir da análise dos núcleos. O predomínio da produção de lascas é evidente, seguido da debitagem de lamelas. Produtos laminares estão ausentes.

A tendência mantêm-se ainda quando se analisam os suportes dos utensílios registados (nos que foi possível determinar o suporte): 58,5% são sobre lasca, 25,5% sobre lamela e 16% sobre lâmina. A novidade reside no aparecimento do suporte laminar na categoria dos utensílios. A sua ocorrência aí, e com alguma representatividade, estando totalmente ausente entre os produtos não transformados e nas evidências de debitagem presentes nos núcleos, revela que os suportes laminares não seriam produzidos no sítio, mas importados (ou importados os utensílios fabricados sobre este suporte). Tal situação relaciona-se certamente com o tipo de matéria-prima dominante (o quartzo) que não favorece a debitagem de produtos muito alongados. A reforçar esta ideia observa-se que entre os 17 utensílios sobre suporte laminar, 9 são em sílex, sendo a única situação em que esta matéria prima se sobrepõe ao uso do quartzo.

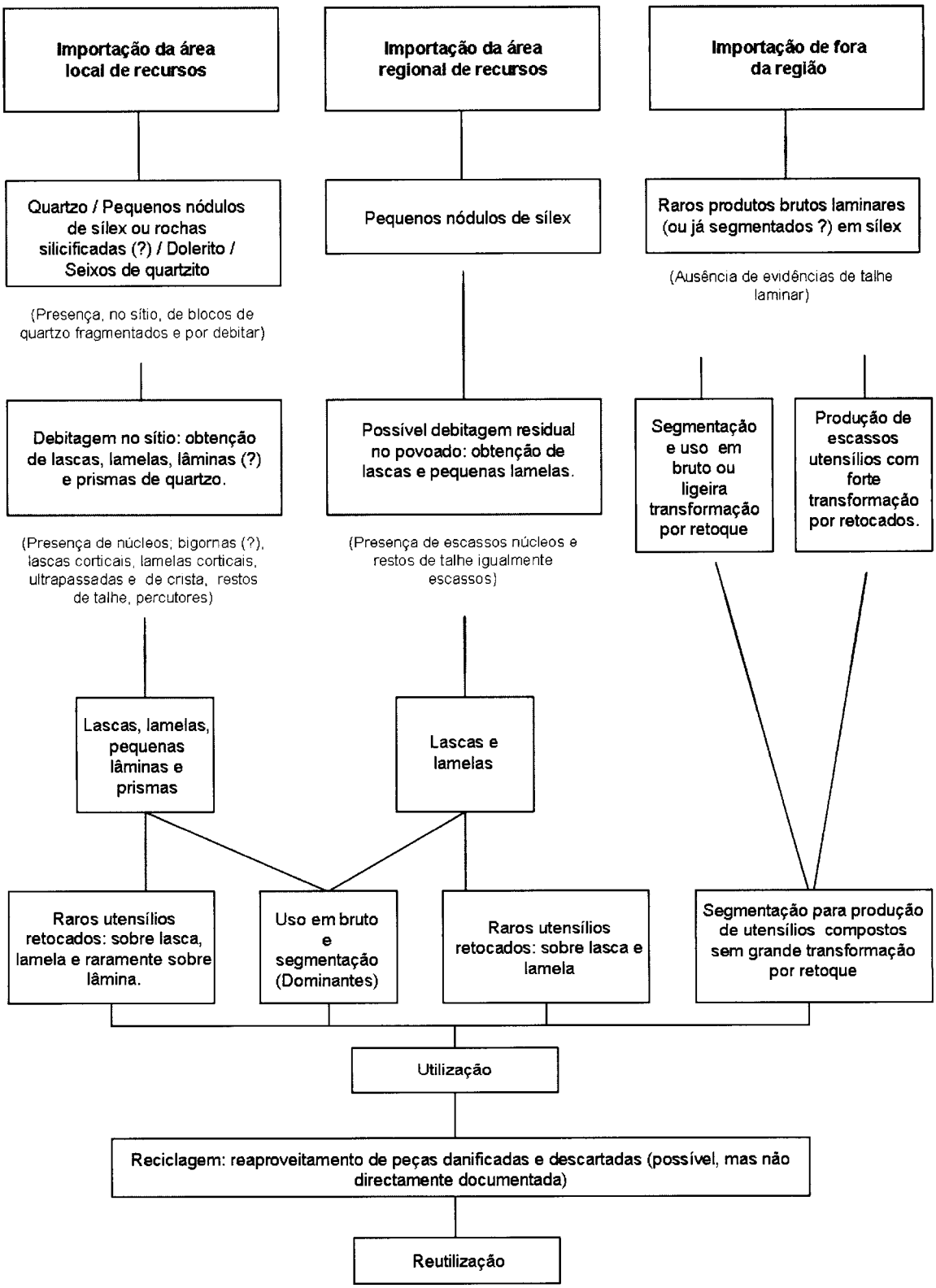


Figura 6-6 – Esquema da organização da produção lítica talhada da Quinta da Assentada.

Entre as lascas predominam as sem evidências de córtex, mas a boa representatividade das corticais e parcialmente corticais parece sugerir, além de uma produção local, uma debitagem que não se traduz numa forte redução de muitos dos núcleos, facto já evidenciado pela análise destes últimos. Nas lamelas, os elementos sem córtex destacam-se claramente, o que pressupõe algum trabalho de preparação dos núcleos, o que a presença de duas lamelas de crista documenta e de algumas secções trapezoidais reafirma. Contudo, a imagem geral é a de irregularidade destes produtos, a qual é associável à predominância de uma matéria-prima de clivagem irregular.

A variabilidade de utensílios por suporte (Anexo 2 – Quadro 2-68) demonstra que é sobre lasca que se produz a maior variedade de instrumentos: um buril, quarenta e uma lascas retocadas /vestígios de uso, dois furadores, seis raspadeiras, oito denticulados, três raspadores e duas pontas de seta. Sobre lamela registaram-se dezassete com vestígio de uso/retoque, oito segmentos, duas truncaturas e um buril, enquanto que sobre lâmina são cinco fragmentos retocados, dez segmentos, um denticulado e uma ponta de seta. Sobre prisma registou-se um furador e um denticulado. É de destacar a ausência de lâmina inteiras ou de fragmentos compridos de lâminas de sílex.

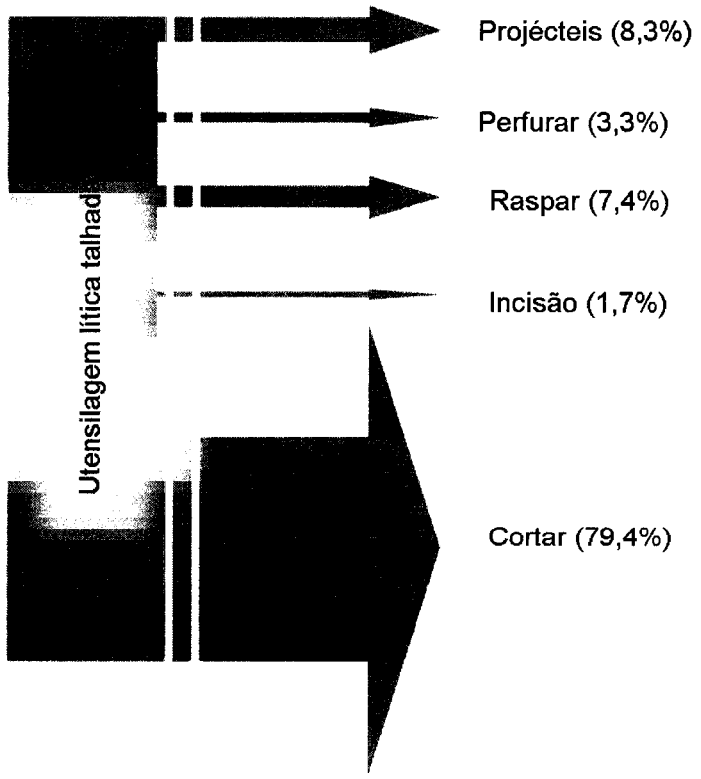


Figura 6-7 – Distribuição dos utensílios pelas classes funcionais consideradas.

A utilização dos produtos em bruto (com ou sem segmentação dos suportes no caso dos produtos alongados) é preponderante. O retoque é pouco expressivo e a transformação dos produtos em instrumentos por via de um intenso é residual. Os principais grupos entre a utensilagem retocada são os segmentos sobre lâmina, os denticulados e as pontas de seta.

No que respeita às categorias funcionais que têm vindo a ser consideradas neste estudo, a indústria lítica da Quinta da Assenta apresenta um comportamento semelhante à da Malhada, com um claro predomínio da utensilagem de corte com quase 80%, seguida a larga distância da utensilagem de raspar (7,4%) e dos projécteis (8,3%). A utensilagem de perfuração, com 3,3%, e de incisão, com 1,7%, está muito pouco representada.

6.3.4 Pedra polida

A pedra polida recolhida nos níveis preservados da Fase 2 de ocupação resume-se a uma lasca sobre a qual foi polido um gume e um total de trinta e sete restos de talhe/utilização em anfibolito (Anexo 2 – Quadro 2-69). À superfície ou nos níveis revolvidos foram registados, contudo, alguns utensílios: um machado, uma enxó, um martelo e uma peça indeterminada, assim como dois polidores e mais trinta e cinco restos de utilização/talhe. Existindo uma ocupação prévia do sítio no Neolítico Inicial, na qual também se referenciou a existência de pedra polida, a referenciação destes materiais de superfície ou de contextos remexidos ao faseamento de ocupação do sítio torna-se problemática. Tratam-se, contudo, de peças de secção transversal rectangular, quadrangular ou trapezoidal, de polimento restrito (num caso ao gume, noutro a 2/3 do bordos, noutro a 2/3 dos flancos e noutro apenas nos dois bordos), características dominantes nos conjuntos de pedra polida a partir do final do Neolítico, não apresentando nenhum dos indicadores tradicionalmente considerados como arcaizantes neste tipo de materiais. Assim, ainda que com algumas reservas, poderemos considerar estas peças como integráveis na Fase 2 de ocupação.

A matéria-prima utilizada é sempre o anfibolito. A produção/reciclagem local estará atestada pelos restos de anfibolito identificados e pelos dois polidores. Não atinge, contudo, a expressão que se registou quer no Castro de Santiago, quer na Malhada.

6.3.5 Elementos de moagem

Os elementos de moagem registados em níveis preservados da Fase 2 de ocupação limitam-se a quatro fragmentos de movente e a dois fragmentos de dormente (Anexo 2 – Quadro 2-70). À superfície e nos níveis revolvidos foram recolhidos mais um movente inteiro, dois moventes fragmentados e cinco fragmentos de dormentes, três dos quais corresponderiam a dormentes de grandes dimensões e com a superfície de utilização muito desgastada. Contudo, tal como para outros tipos de materiais, será problemático determinar

a que fase de ocupação do sítio poderemos atribuir estes materiais de superfície ou integrados nos depósitos superficiais remobilizados.

A matéria prima é sempre o granito. Os moventes são peças pequenas, de utilização com uma só mão. Entre os dormentes, a maioria seriam peças de grande dimensão, existindo dois fragmentos que revelam peças de dimensões mais reduzidas. As fracturas não permitem calcular, contudo, as dimensões correctas.

6.3.6 Metalurgia (?)

Não foram registados quaisquer materiais metálicos nem restos de metal associáveis à ocupação pré-histórica do 3º milénio. Contudo, a hipótese de se ter processado a actividade metalúrgica neste sítio é colocada com base num fragmento de recipiente cerâmicos que poderá ser interpretado como um cadinho. Embora sem sinais de vitrificação (as paredes também se encontram erodidas), a morfologia sugerida (peça ovalada ou subrectangular de cantos arredondados, com uma base aplanada e muito espessa) permite a sua interpretação como possível cadinho.

6.4 CRONOLOGIA

Na tentativa de obter a datação absoluta do faseamento da Quinta da Assentada foram realizadas quatro datações absolutas, as quais foram realizadas em função das amostras disponíveis (os restos orgânicos são reduzidos): duas foram realizadas sobre amostras associadas à Fase 1 de ocupação e as outras duas sobre amostras associadas à Fase 2 (Figura 6-8).

Nas amostras da primeira fase, uma análise proporcionou uma datação anómala do final do período romano / baixa Idade Média (Sac-1707) enquanto a outra (já publicada – Valera, 2003b) referencia a ocupação do Neolítico Inicial na 1ª metade do 5 milénio AC (Sac-1774).

Nº	Fase	UE	Método	Material	Ref. Lab.	Data BP	Data CAL BC 1σ	Data CAL BC 2σ
1	1	850	Radiocarbono	Carvões	Sac-1774	5870±110	4898-4593	4964-4466
2	1	620	Radiocarbono	Carvões	Sac-1707	1840±220	45-427	377-654
3	2	805	Radiocarbono	Carvões	Sac-1705	2780±170	1152-799	1401-427
4	2	824	Radiocarbono	Carvões	Sac-1918	2850±40	1107-924	1188-903

Figura 6-8 – Datações de radiocarbono disponíveis para a Quinta da Assentada.

Quanto às datações sobre amostras associadas à Fase 2, os resultados revelaram-se igualmente anómalos (Sac-1705 e Sac-1918), mas correspondendo ambos ao Bronze Final. Apesar desta cronologia não ser compatível com os vestígios arqueológicos escavados (até ao momento não existe qualquer peça que possa ser associada ao final da Idade do Bronze), estas duas datações merecem alguns comentários.

Uma das amostras (Sac-1705) corresponde a um aglomerado de carvões proveniente da parte superior do depósito UE805, enquanto a outra corresponde a madeira carbonizada que preenchia aquilo que foi interpretado como um buraco de poste (UE 823 – Anexo 4 – Estampa 136). Este buraco de poste foi definido logo a partir do início da parte conservada do depósito UE805 (cuja parte final, correspondente ao topo, foi afectada pela lavoura), pelo que foi interpretado como podendo estar associado à ocupação consubstanciada neste depósito. Contudo, e como a parte superior da estratigrafia está remexida, não podemos referenciar nessa estratigrafia o momento exacto de abertura desse buraco, pelo que o mesmo pode efectivamente ser posterior à sedimentação integral do depósito da Fase 2 de ocupação. Quanto aos outros carvões, dada a sua localização no topo da parte conservada da UE805, poderiam igualmente ter sido ali integrados por processos tafonómicos.

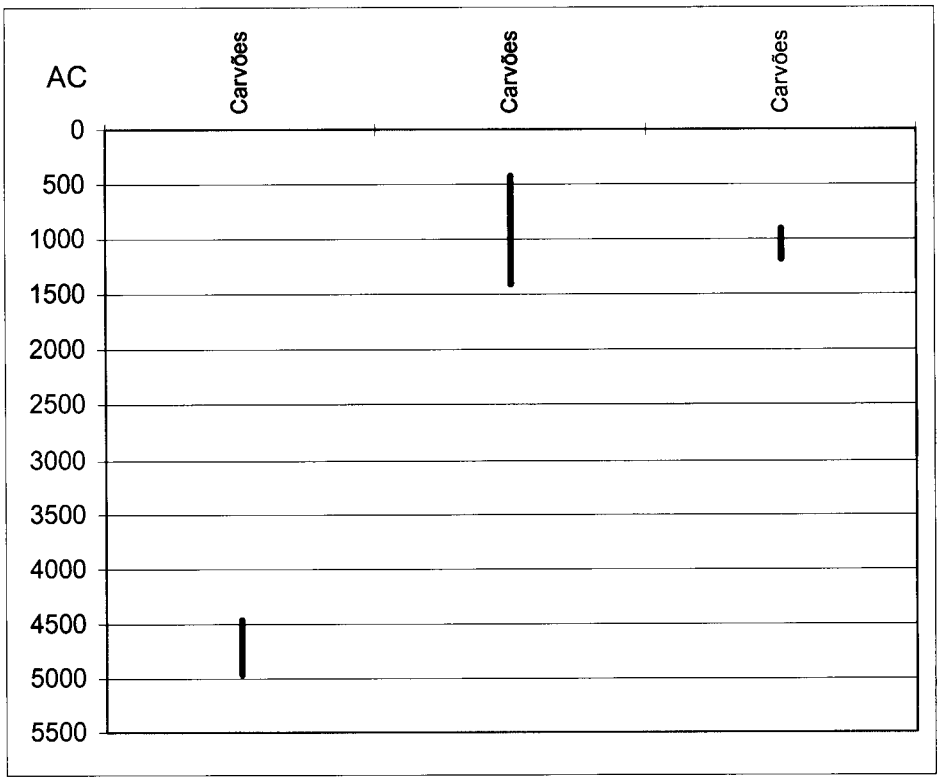


Figura 6-9 – Representação gráfica da datação da Fase 1 e das duas datações do Bronze Final.

Temos assim, duas datações sobre amostras localizadas próximas uma da outra, sendo que uma estará associada mesmo a restos de um poste, que não correspondem à fase de ocupação pré-histórica do sítio, mas remetem para um momento do final da Idade do Bronze (transição do segundo para o primeiro milénio AC) para o qual não existem outras evidências arqueológicas, repetindo uma situação já registada na Fraga da Pena e no próprio Castro de Santiago (embora neste último ocorrem alguns fragmentos cerâmicos superficiais que poderão ser integrados neste período).

Voltamos, pois, a colocar aqui a hipótese (e que será desenvolvida mais à frente neste trabalho) de estas datações não corresponderem a amostras contaminadas, mas a amostras que evidenciam a actividade antrópica no sítio já depois de este abandonado, actividade essa que não deixou outras evidências materiais preservadas. De facto, os dados cronométricos e estratigráficos deste sítio, reunidos aos da Fraga da Pena, do Castro de Santiago e da Quinta das Rosas (este com uma ocupação do Bronze Final bem documentada arqueograficamente) começam a estabelecer um padrão local de circulação em sítios anteriores e já abandonados, mas reconhecíveis (e eventualmente significantes) na paisagem, durante o final da Idade do Bronze. Circulação que terá deixado poucas ou nenhumas marcas materiais reconhecíveis arqueologicamente, mas que terão deixado evidências ao nível de materiais orgânicos carbonizados que se integram no topo dos antigos depósitos de ocupação.

Assim, não dispomos de cronologias absolutas para a Fase 2 da Quinta da Assentada. Em termos relativos, contudo, e com base essencialmente na estilística do aparelho cerâmico (mais concretamente nas suas decorações) podermos apontar uma cronologia tardia dentro do 3º milénio AC. A presença de um fragmento com decoração pontilhada de provável campaniforme de estilo internacional de bandas, associado a um conjunto de decorações onde as organizações penteadas predominam, permitem-se aproximar cronologicamente este contexto da Fraga da Pena e de outros contextos regionais em que cerâmica campaniforme, troncocónicos (aparentemente ausentes na Quinta da Assentada) e as decorações penteadas (com percentagens elevadas e dominantes entre os recipientes decorados) aparecem associados, como é o caso do sítio de Linhares (Valera, 1999b).

7

OUTROS CONTEXTOS HABITACIONAIS, FUNERÁRIOS E VESTÍGIOS AVULSO

Para além dos sítios que acabam de ser caracterizados, um conjunto de outros integram a rede de povoamento em análise. Todavia, os trabalhos neles realizados, restritos a prospecções de superfície ou a pequenas sondagens, não permitem um tratamento aprofundado dos respectivos contextos na mesma proporção do que foi realizado para o Castro de Santiago, Malhada, Fraga da Pena ou Quinta da Assentada. Os dados disponíveis, contudo, podem ser integrados na análise global do povoamento local, enquadrados pelo discurso elaborado a partir daqueles quatro contextos melhor conhecidos e trabalhados. Assim, neste ponto serão apresentados sucintamente os dados disponíveis para um dos outros sítios conhecidos localmente e que podem ser reportados ao período em questão. A estes acrescentar-se-á uma súmula da informação disponível sobre os contextos megalíticos locais, resultado do trabalho de outros investigadores, e um conjunto de registos de materiais avulso registados durante as prospecções realizadas. Naturalmente, para todos estes sítios a informação de que dispomos é muito heterogénea, quer em quantidade, quer em qualidade.

7.1 A QUINTA DAS ROSAS

A Quinta das Rosas foi identificada como sítio de potencial interesse arqueológico durante prospecções realizadas durante o ano de 2001, altura em que se recolheram alguns escassos e pequenos fragmentos de cerâmica manual. Durante o ano de 2003 o sítio voltou a ser visitado e, em conversa com o proprietário, fui informado da existência de referências a telhas e enterramentos identificados a quando do plantio de uma vinha no local, durante a primeira metade do século XX.

Face ao potencial interesse do sítio para o estudo da rede de povoamento local e perante a possibilidade de voltar a ser agricultado, foram realizadas duas campanhas de sondagens em 2003 e 2004, as quais, devido aos promissores resultados obtidos, continuaram em 2005, estando o sítio actualmente em processo de investigação, a qual se encontra numa fase inicial e prosseguirá nos próximos anos. O local revelou ocupações preservadas do Bronze Final e evidências materiais descontextualizadas do Neolítico Inicial

e do Calcolítico Final. A descrição feita da estratigrafia será, pois genérica, apenas para dar um enquadramento à origem dos materiais que documentam a ocupação que interessa a este trabalho.

7.1.1 Localização administrativa e geográfica

O sítio localiza-se administrativamente na freguesia de Maceira, concelho de Fornos de Algodres, distrito da Guarda. Apresenta as seguintes coordenadas: 255.560 / 412.950 GAUSS, C.M.P., 1:25000, fl. 180, a 709 m de altitude.

Implanta-se numa ligeira e suave elevação a Sudoeste da povoação de Maceira, encaixada entre o início do vale da Ribeira dos Telhais (subsidiária da Ribeira de Cortiçô) imediatamente a Oeste e a vertente escarpada do vale da Ribeira da Muxagata, que se inicia cerca de 500m a Leste. O vale da Ribeira de Telhais, que percorre todo o lado Oeste do sítio arqueológico, apresenta-se, neste troço, com um perfil suave, sendo o encaixe da ribeira pouco acentuado, o que confere ao local um relevo suave, com terrenos relativamente férteis. A ribeira corre para Sul e a cerca de 800m do povoado inicia o seu processo de encaixe, que rapidamente se torna muito acentuado, aumentando até à sua confluência com a Ribeira de Cortiçô (Capítulo 2 – Figura 2-8; Anexo 4 – Estampa 150).

Em função da topografia, do sítio tem-se um domínio alargado sobre a paisagem longínqua para Sul, sendo visível o relevo da Serra da Estrela e de parte da plataforma do Mondego. Contudo, quanto ao espaço envolvente, a visibilidade é limitada pela vegetação e pelo relevo local ao vale da Ribeira de Telhais a Oeste e Sudoeste e à área aplanada que se estende até ao rebordo da vertente escarpada do vale da Ribeira da Muxagata a Leste.

Em termos geológicos o sítio encontra-se implantado sobre um substracto de granitos porfiróides de grão grosseiro, a cerca de 250 m a Sul da mancha de xistos biotíticos-moscovíticos e metagrauvaques com intercalações de rochas calco-silicatadas, de quartzitos finos e corneanas pelíticas (Formação de Sátão-Penalva), a qual abrange a povoação de Maceira e a sua periferia norte.

A área onde se implanta o sítio arqueológico apresenta inúmeras zonas de afloramento rochoso e grandes penedos, formando Tors, abrigos ou pequenos recintos naturalmente definidos, ligados por muros que formam pequenos socalcos, construídos a quando da sua exploração agrícola (Anexo 4 – Estampas 151 a 154). Hoje, o sítio apresenta-se coberto por uma densa mata de carvalhos, castanheiros e pinheiros, mas foi já plantado com uma vinha que abrangia a maioria dos espaços aplanados entre os penedos. O tor que mais se destaca, eleva-se a mais de dez metros de altura e acaba por se transformar num elemento natural marcante da paisagem local, embora a sua visibilidade, devido ao denso arvoredo actual, apenas se estabeleça a partir de Oeste, do suave vale agricultado do início da Ribeira de Telhais. Está associado a uma sequência de penedos

mais pequenos e afloramentos que delimitam a zona do sítio a Oeste. Apresenta pelo "interior" (lado Este) um acesso a uma plataforma intermédia, através de uma estreita passagem entre penedos, de onde se tem um bom domínio visual sobre os terrenos imediatos do referido vale. Este acesso inicia-se através de um abrigo, que serve de entrada, e onde se localizou o Sector 4 das escavações.

Este emaranhado de penedos e abrigos proporciona a definição natural de espaços que foram aproveitados pelas sucessivas ocupações que ali se registaram e que se estendem até ao presente, com o aproveitamento de abrigos naturais para arquitectar palheiros ou currais para animais (Anexo 4 – Estampa 153).

7.1.2 Trabalhos arqueológicos (2003 – 2005)

Até ao momento, e com o sentido de diagnosticar o potencial arqueológico e o grau de conservação dos eventuais contextos arqueológicos, foram definidos 5 sectores, pelos quais se distribuiu um número variável de sondagens, sendo que as do Sector 1 não chegaram a ser abertas, uma vez que se preferiu investir noutros sectores, nomeadamente nos Sectores 4 e 5. A área total sondada foi de 47 m^2.

Sector	Nº de Sondagens	Área de Sondagem
2	Sondagem 1	6 m^2
3	Sondagem 1	1 m^2
	Sondagem 2	1 m^2
4	Sondagem 1	15 m^2
5	Sondagem 1	2 m^2
	Sondagem 2	22 m^2
	Acerto de escorrência 1	
	Acerto de escorrência 2	

Figura 7-1 – Áreas sondadas na Quinta das Rosas.

O Sector 2 localiza-se num "corredor" entre grandes penedos graníticos, os quais delimitam um espaço bem abrigado, na parte sul da área estimada para o povoado. Foi realizada uma sondagem de 2x3m na área onde o "corredor" alarga e contacta com um socalco aplanado virado ao vale agricultado da Ribeira de Telhais.

A escavação revelou dois depósitos sobrepostos. A UE 2000 correspondia ao depósito de superfície, o qual se apresentava constituído por terras cinzentas, muito soltas e com abundantes raízes, apresentando uma espessura média de 36cm. Encontrava-se revolvido por trabalhos agrícolas, tendo fornecido cerâmica manual e a torno, pedra talhada em quartzo e fragmentos de anfibolito. Esta unidade sobrepunha-se, a Oeste, ao substracto rochoso e, a Leste, a um segundo depósito, UE 2001, composto por sedimentos mais arenosos, de coloração castanho claro, igualmente muito soltos e revolvidos e com

abundantes raízes. Envolvia no recanto Nordeste um aglomerado de pedras achatadas de granito sem estruturação aparente (UE 2002) que se prolongavam pelo corte. Forneceu alguns, escassos, fragmentos de cerâmica manual. Assentava directamente sobre o substracto rochoso (UE 2003) composto por areão de granito muito alterado. Nesta sondagem não se identificaram contextos preservados, mas a presença de cerâmica manual, inclusivamente decorada, e de alguma indústria lítica revela uma ocupação pré-histórica desta zona do sítio.

O Sector 3 corresponde a uma plataforma definida por penedos graníticos situada num plano imediatamente acima do Sector 2, igualmente virada a Oeste ao vale da Ribeira de Telhais e contactado, para Leste, com a extensa plataforma central do sítio. Neste sector foram realizadas duas pequenas sondagens de $1m^2$ cada, afastadas cerca de 4 metros uma da outra, sendo a estratigrafia idêntica em ambas. Esta é composta por um único depósito (UE 3100 na Sondagem 1 e 3200 na Sondagem 2) de terras cinzentas, muito soltas e revolvidas, com abundantes raízes, o qual forneceu alguma cerâmica manual. Este depósito, com uma média de 40 cm de espessura, assentava directamente sobre um areão de granito alterado que constitui o substracto rochoso (UE 3101 na Sondagem e 3201 na Sondagem 2). Também aqui não se identificaram contextos preservados.

O Sector 4 corresponde a uma zona de abrigo, formado por um grande penedo inclinado e encostado a outro, junto ao grande tor localizado do lado Oeste da plataforma de topo. Aí foi aberta uma área de $15m^2$.

A estratigrafia revelou-se muito revolvida na maior parte da área até ao substracto rochoso, tendo sido identificados vários depósitos (UEs 4000, 4001, 4002, 4003) cortados por uma fossa recente que atingiu o substracto (4009) e um maroiço de pedras (UE4006) igualmente recente. Na zona central da sondagem foi identificada uma possível fossa irregular (UE4016) que aproveitava uma diaclase no afloramento, a qual era preenchida por um depósito de areão solto sem materiais arqueológicos. Estes depósitos forneceram alguma cerâmica manual misturada com telha e cerâmica a torno e alguma utensilagem lítica. Entre a cerâmica, destaque para vários fragmentos dispersos, mas que remontavam, constituindo cerca de 1/3 de um vaso parabolóide decorado atribuível ao Neolítico Inicial e algumas cerâmicas penteadas atribuíveis ao calcolítico.

Na extremidade Norte, já bem ao fundo do abrigo, o depósito UE4001 não apresentava sinais de remeximento era cortado por uma grande depressão que parece ser um cone de escorrência na direcção de um "ponto de fuga" existente no fundo do abrigo, revestida do lado sul por umas lajes de granito colocadas na diagonal e preenchida para um outro depósito, mais solto e escuro (UE4007). Este depósito no topo forneceu alguns fragmentos de telha e pequenos fragmentos de cerâmica a torno, mas no seu

desenvolvimento em profundidade forneceu exclusivamente fragmentos de cerâmica manual com morfologias atribuíveis ao final da Idade do Bronze (Anexo 4 – Estampa 157).

Já ao nível do substracto rochoso e descentrada relativamente à fossa anterior, mas parcialmente sob ela, foi identificada uma outra fossa tipo silo (UE4011) escavada na rocha. Apresentava uma planta circular com cerca de 1,10 m de diâmetro e 0,5 m de profundidade. Esta fossa era preenchida por quatro depósitos sucessivos de sedimentos arenosos até metade e de cascalho na metade superior (Anexo 4 – Estampas 158 e 159). Os únicos materiais recolhidos no seu interior foram um seixo rolado fracturado e alguns fragmentos de quartzo, entre os quais uma lasca. Face à quase total ausência de materiais é difícil determinar exactamente a cronologia desta fossa. A ausência de materiais modernos, a compactação dos sedimentos e a presença de alguns, escassos, elementos líticos incaracterísticos, poderá sugerir a sua associação às ocupações pré-históricas do Neolítico Antigo ou do Calcolítico. Não é possível eliminar a possibilidade de corresponder também à ocupação mais tardia, atribuível ao final da Idade do Bronze. Contudo, as várias fossas registadas desta época revelaram quase sempre a presença mais ou menos abundante de cerâmica. Por outro lado, o seu enchimento até metade por sedimentos arenosos finos aponta para um regime de colmatação diferente da metade superior, onde os depósitos apresentam cascalho e pedras de médias dimensões de granito. Ou seja, os depósitos inferiores poderão de algum modo estar ligados ainda à fase de funcionamento da fossa, enquanto os superiores parecem corresponder a um entulhamento intencional e rápido.

Os materiais registados neste sector revelam a presença de materiais que podem ser datáveis do Neolítico Antigo e Calcolítico em contextos revolvidos, onde se associam a materiais modernos e cerâmicas do Bronze Final. Estas, contudo, parecem ser exclusivas na parte inferior do depósito que preenche a escorrência do fundo do abrigo. A fossa circular de base poderá eventualmente corresponder a uma das duas fases de ocupação do sítio mais antigas.

O Sector 5 localiza-se na mesma plataforma do Sector 4, mas na extremidade Este, a cerca de 45m daquele. Corresponde a uma área onde a plataforma é definida por alguns grandes penedos graníticos e por muros de socalco que se desenvolvem entre eles.

Aí foram inicialmente efectuadas duas sondagens de 1x2m^2 cada, encostadas a dois penedos muito próximos entre si, designados por penedo UE 5101 (onde encostava a Sondagem 1 deste sector) e UE 5201 (onde encostava a sondagem 2 deste sector). Foi também realizado o acerto de duas escorrências de terras localizadas, respectivamente, entre os dois penedos (Escorrência 1) e a Este do penedo UE5201 (Escorrência 2), muito próximas das sondagens realizadas.

A Sondagem 1, como já foi referido, corresponde a uma área de 1x2m^2, com um dos lados menores encostado ao penedo UE5101. Proporcionou uma sequência estratigráfica bastante simples. O depósito superficial, UE5100, correspondia a uma camada de terras cinzento claras, muito soltas, com algum areão, abundantes raízes e alguma pedra miúda. Forneceu alguma cerâmica manual, muito fragmentada, e fragmentos de telha. Trata-se de um depósito fortemente revolvido, com uma espessura que varia entre 27 e 38 cm. Cobria a UE5102 a qual era composta por um depósito de terras cinzentas mais escuras de consistência solta e com raízes abundantes. Forneceu mais cerâmica manual, sobretudo na área mais próxima do penedo, mas forneceu ainda alguns fragmentos de telha, revelando-se igualmente revolvida pela actividade agrícola. Cobria a UE5104 e preenchia a depressão UE5103.A UE5103 correspondia a um interface de uma depressão provocada na UE5104 por acção de trabalhos agrícolas. Trata-se de uma depressão localizada na metade Sul da sondagem, com uma profundidade de cerca de 10 cm. Quanto à UE 5104, correspondia a um depósito de terras arenosas e amareladas, que encostava ao penedo UE5101. Apresentava uma compactação média e algumas raízes. Forneceu escassa cerâmica e só na sua parte superior, na zona de contacto com o depósito UE 5102 que a cobria. Este depósito assentava na UE5105, depósito de areão de granito alterado que corresponde ao substracto rochoso. Assim, nesta sondagem não se detectaram contextos preservados.

A Sondagem 2, localizada a apenas três metros a Sudeste da anterior, viria a revelar contextos preservados, que levariam ao seu alargamento para uma área de 22m^2. O topo da sequência estratigráfica era composto por dois depósitos que se sobrepunham (UEs 5200 e 5202), correspondentes aos níveis fortemente revolvidos também identificados na Sondagem 1 (5100 e 5102), tendo fornecido cerâmica manual, a torno e fragmentos de telha. Sob estes depósitos desenvolvia-se um outro (UE5204), de terras igualmente cinzentas, com uma compactação também relativamente baixa, mas que já só se apresentava pontualmente afectado pelos revolvimentos agrícolas. Incorporava materiais cerâmicos exclusivamente manuais, ainda muito fragmentados e algo erodidos. Este depósito cobria uma estrutura de empedrado de pedras de quartzo (UE5203) e um outro depósito (UE5205) no qual foi identificada uma série de fossas / depressões preenchidas por sedimentos com grande concentração de pedras miúdas e de fragmentos cerâmicos (Anexo 4 – Estampa 160). No lado Norte, uma dessa fossas prolongava-se pelo substracto e era preenchida por pedras e duas metades de recipientes depositados intencionalmente. Nesse mesmo lado, e praticamente já ao nível do substracto (que era cortado), foi identificada uma outra pequena fossa preenchida por madeira carbonizada. Os materiais associados a estes depósitos e fossas preservadas revelam uma ocupação atribuível ao Bronze Final, a qual foi confirmada por uma datação de radiocarbono obtida para os carvões de madeira da referida fossa (Anexo 4 –Estampas 160 e 161).

Contudo, misturados nestes depósitos da ocupação do Bronze Final e numa escorrência (Escorrência 2), que neles tinha origem e se desenvolvia num cone entre dois penedos a que esses depósitos encostavam, foram registados vários fragmentos cerâmicos que remetem para a existência de ocupações anteriores do sítio, já referenciadas por materiais recolhidos no Sector 4: cerâmicas decoradas que remetem para um Neolítico Inicial e cerâmicas penteadas que remetem para ocupações dentro do 3º milénio. De entre estes últimos destaca-se um grande fragmento de um recipiente globular de grandes dimensões, apresentando uma decoração penteada "barroca".

Assim, até ao momento os únicos contextos preservados identificados na Quinta das Rosas correspondem a ocupações do Bronze Final. Contudo, materiais cerâmicos recolhidos à superfície, em níveis revolvidos pela lavoura ou nos próprios depósitos preservados do Bronze Final, revelam que o sítio teve ocupações anteriores, atribuíveis ao Neolítico Inicial e ao Calcolítico, provavelmente à sua fase final. Destas ocupações ainda não se identificaram contextos preservados (eventualmente a fossa/silo do Sector 4 poderá ser de um destes momentos anteriores ao final da Idade do Bronze).

7.1.3 Os materiais atribuíveis ao 3º milénio AC

No Sector 5, foram recolhidos três fragmentos de pesos de tear de morfologia tendencialmente paralelepipédica, um recolhido num dos depósitos preservados do Bronze Final (UE5205) e dois num dos depósitos revolvidos (UE5202). Um desses fragmentos apresenta restos de uma das perfurações de suspensão.

Ainda no Sector 5, entre os contextos do Bronze Final e de escorrência (Escorrência 2) foram registados dez fragmentos de recipientes com decoração penteada. Três são bordos de morfologias fechadas (globulares e recipientes tipo saco) e os restantes são bojos. Um destes bojos, recolhido na Escorrência 2, apresenta grandes dimensões e pertenceria a um grande recipiente globular. A decoração é barroca, partido da área do bordo em métopas penteadas, alternando o penteado liso ou ligeiramente ondulado com bandas de penteado ondulado (Anexo 4 – Estampa 155: 1). Os restantes fragmentos evidenciam bandas de penteado liso ou ondulado, verificando-se que, sempre que os fragmentos são maiores, as decorações se organizam em bandas paralelas ao bordo (Anexo 4 – Estampas 155 e 156).

No Sector 4, igualmente em depósitos revolvidos, registaram-se dois fragmentos decorados com penteado, um com impressões em linhas de crescentes e um com um triângulo preenchido por impressões.

Estão, até ao momento, ausentes as decorações em espinhas e outras mais representativas da tradição decorativa local durante o 3º milénio, definida essencialmente a partir do Castro de Santiago e da Malhada. A preponderância de cerâmicas penteadas e o

barroquismo que alguns fragmentos parecem assumir apontam para uma ocupação tardia no 3º milénio, possivelmente na transição para ou já dentro do seu último quartel, cronologicamente próxima ou contemporânea da Fraga da Pena, a qual se situa a cerca de 3Km a Norte da Quinta das Rosas. Sublinhe-se, aqui, a expressão que as cerâmicas penteadas têm naquele sítio, tanto no interior dos recinto, como sobretudo no sector exterior, onde são quase que exclusivas em termos da decoração cerâmica.

7.2 A QUINTA DOS TELHAIS

A Quinta dos Telhais (Valera, 1994c; 1997a) localiza-se administrativamente na freguesia de Maceira, concelho de Fornos de Algodres. As suas coordenadas são M - 255.3 P – 411.7 GAUSS, a uma altitude de 630 m (C.M.P., 1:25000, fl. 180). Identificado em 1994, este sítio arqueológico situa-se uma vez mais perto do rebordo da área planáltica, que constitui a vertente direita do vale da Muxagata. Está implantado numa suave vertente, junto ao topo aplanado de um pequeno interflúvio ladeado pelo curso superior da Ribeira de Cortiçô (a nascente) e um ribeiro seu tributário (a poente). Trata-se, aparentemente, de um sítio de habitat aberto, diluído na paisagem, não apresentando elementos físicos que o destaquem particularmente. Em termos geológicos, situa-se numa zona de granitos porfiróides de grão grosseiro, a cerca de 1,5 Km a sul da formação de xistos biotítico-moscovíticos e metagrauvaques junto à povoação de Maceira (Capítulo 2 – Figura 2-8; Anexo 4 – Estampa 162).

Entre 1994 e 1997 efectuaram-se prospecções de superfície num campo lavrado para pasto, junto ao topo do interflúvio não afectado por trabalhos agrícolas e virado para a Ribeira de Cortiçô, que corre alguns metros mais abaixo, num pequeno e fértil vale. Nessas prospecções recolheram-se vários materiais arqueológicos que atestam uma ocupação pré-histórica do sítio dentro do 3º milénio AC (Figura 7-2, Anexo 4 – Estampas 163 e 164).

Entre as cerâmicas estão presentes morfologias dos tipos taça, tigela, paredes rectas, esféricos e globulares, enquadráveis no fundo calcolítico local. Dos cinco fragmentos decorados, um apresenta uma banda de penteado ondulante, dois bandas de impressões a pente arrastado e os outros dois a conjugação de motivos incisos e impressos de organização não perceptível. A tecelagem está documentada pela presença de um peso paralelepipédico inteiro com quatro perfurações e por um fragmento de um outro.

A pedra polida está representada apenas por um utensílio indeterminado, mas a produção/reciclagem pode ser pressuposta a partir dos inúmeros restos e do polidor. A indústria lítica talhada está igualmente representada por vários utensílios: um raspador sobre lasca de sílex, três lascas de sílex e cinco de quartzo, um segmento de lâmina de sílex, um raspador sobre prisma, um núcleo de lamelas em quartzo e outro sobre rocha

siliciosa, um prisma de quartzo hialino, dois fragmentos de quartzo. Ocorre ainda um seixo talhado e uma bigorna. Finalmente a moagem está documentada por vários fragmentos de dormentes e moventes. Os dormentes são de médias dimensões e apresentam superfícies de utilização com acentuado desgaste.

Categorias	Nº de ocorrências
Elementos de moagem (dormentes)	5
Elementos de moagem (moventes)	3
Bordos de cerâmica manual decorados	5
Bordos de cerâmica manual lisos	18
Objectos de pedra polida	1
Polidores	1
Restos de talhe/utilização d e anfibolito	14
Pesos de tear rectangulares	2
Indústria lítica talhada	17
Bigornas	1

Figura 7-2 – Materiais recolhidos à superfície na Quinta dos Telhais. Acrescem aos elementos contabilizados no quadro várias dezenas de bojos lisos de cerâmica manual.

7.3 AS PROVILGAS

Identificado em 1991 (Valera, 1993c; 1994c; 1997a) após um grande incêndio, o sítio das Provilgas localiza-se na freguesia de Infias, concelho de Fornos de Algodres. A suas coordenadas são 249.15 / 406.2 GAUSS a uma altitude de 635m (C.M.P., 1:25000, fl.191).

Trata-se de um topo aplanado de vertentes muito suaves, delimitado por duas pequenas linhas de água, localizado na área da Superfície Fundamental, mas a apenas 500m do rebordo da escapa de falha que a delimita a Este. O sítio parece desenvolver-se do topo para a vertente sul, virado à Ribeira do Arcal, a qual aproveita uma linha de fractura. Do ponto de vista geológico situa-se nos granitos porfiróides de grão grosseiro (Capítulo 2 – Figura 2-8).

À superfície foram recolhidos alguns materiais que documentam uma ocupação pré-histórica atribuível ao 3º milénio: alguns fragmentos de cerâmica manual, entre os quais um bojo decoração com organização penteada; algumas lascas de quartzo, um bloco de anfibolito fragmentado e alguns restos de anfibolito e parcialmente polido, um U.A.D. sobre prisma de quartzo e dois elementos de moagem.

Em 1994 foram realizadas duas sondagens, as quais proporcionaram mais alguma cerâmica manual, restos de anfibolito e de quartzo, mas não permitiram a identificação de contextos preservados.

7.4 VESTÍGIOS AVULSO

Na sequência das prospecções que regularmente vêm sendo realizadas no concelho de Fornos de Algodres, no âmbito das actividades do Gabinete de Arqueologia e do Centro de Interpretação Arqueológica locais, foram identificados vários locais onde ocorrem materiais arqueológicos pré-históricos isolados ou em pequenos conjuntos. A quantidade de materiais não permite que consideremos estes locais como sítios arqueológicos, embora alguns o possam efectivamente ser. A sua referência aqui é, todavia, importante, porque contribui para um mapeamento das áreas de circulação das comunidades pré-históricas no território considerado e para a tratamento de situações que escapam às ocorridas nos contextos tradicionalmente considerados como sítios de ocupação.

A maioria corresponde a vestígios de materiais relacionados com a categoria de pedra polida, mas outro tipo de materiais também ocorrem, permitindo questionar a natureza destes vestígios e o tipo de tratamento e enquadramento que devem merecer no contexto de abordagens a redes locais de povoamento.

7.4.1 Penedo da Pena

Localiza-se junto à estrada que vai para a povoação da Mata e Sobral Pichorro, a meio da declivosa vertente direita da Ribeira da Muxagata, logo a seguir à encaixado vale de fractura que a corta na diagonal imediatamente a Sul do sítio da Malhada, a cerca de 500m deste sítio. A suas coordenadas são: 256.425/412.450 GAUSS a uma altitude de 530m (C.M.P. 1:25000, fl.180). Do ponto de vista geológico situa-se nos granitos porfiróides de duas micas, a cerca de 600m dos aluviões do fundo do vale (Capítulo 2 – Figura 2-8).

Aí, após o plantio de uma pequena área com eucaliptos, foram recolhidos em prospecção vários fragmentos de cerâmica manual e uma lascas de gume de utensílio de anfibolito (Valera, 1997a). Estes materiais não permitem um enquadramento cronológico preciso e seguro para este contexto, nem avançar com uma atribuição funcional igualmente segura. A sua proximidade relativamente à Malhada poderá sugerir tratar-se de uma "dependência" daquele outro sítio, mas tal é apenas hipótese entre outras possíveis.

7.4.2 Quinta do Carvalho

Localiza-se junto ao rebordo da vertente direita da ribeira de Cortiçô, no limite da Superfície Fundamental (Capítulo 2 – Figura 2-8). Aí, em terrenos lavrados foram recolhidos em prospecções um fragmento de utensílio de pedra polida e escassos fragmentos de cerâmica manual. As suas coordenadas são: 254.250/411.850 a uma altitude de 700 m (C.M.P., 1:25000, fl.180).

7.4.3 Infias

Regista-se a referência de um machado de pedra polida recolhido "nos campos de Infias" (Capítulo 2 – Figura 2-8), freguesia de Infias, Fornos de Algodres (Vasconcelos, 1897: 108).

7.4.4 Esporão

No sítio do esporão, cabeço bem destacado e encaixado entre a ribeira de Cortiçô e um ribeiro seu tributário, foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica manual e um fragmento de utensílio em anfibolito polido (Valera, 1994c). O local (freguesia de Cortiçô, Fornos de Algodres,) situa-se relativamente próximo (cerca de 750 m) do sítio da Quinta dos Telhais e apresenta uma posição topográfica com um domínio visual alargado sobre o vale da Ribeira de Cortiçô (Capítulo 2 – Figura 2-8). As coordenadas são: 254.850/411.200 GAUSS a uma altitude de 620m (C.M.P., 1:25000, fl. 180).

7.4.5 Figueiró da Granja

Em obras realizadas na adega da casa do Sr. Jorge Ferreira (freguesia de Figueiró da Granja, Fornos de Algodres) foi recolhido um machado de pedra polida de secção subquadrangular e polimento restrito ao gume e início dos flancos (Capítulo 2 – Figura 2-8; Anexo 4 – Estampa 157: 2).

7.4.6 Forcadas

Em obras realizadas na casa do Sr. César Augusto Gomes da Costa (nas Forcadas, Matança, Fornos de Algodres) foi recolhido um fragmento de utensílio de pedra polida e nos campos do mesmo proprietário junto à povoação foi recolhida uma outra peça. Tratam-se de um machado e de uma enxó em anfibolito (Capítulo 2 – Figura 2-8).

7.4.7 Fornos de Algodres 1

No interior da vila de Fornos de Algodres num olival em frente (do lado Este) ao Auditório e Centro Social de Fornos de Algodres (freguesia e concelho: Fornos de Algodres), pertença da família Castelo Branco, foi identificada em prospecção uma concentração de materiais líticos talhados. As suas coordenadas são M - 250.250 P - 405.325 GAUSS, a uma altitude de 475 m (CMP, 1:25 000, fl. 191). Os limites do sítio, contudo, parecem prolongar-se pela vertente acima (por uma área de loteamento, com arruamentos e edificação), já que num corte realizado para a construção de um edifício fronteiro ao referido centro (lado Oeste) surge um cone de escorrências onde se registam o mesmo tipo de materiais (Capítulo 2 – Figura 2-8).

Nesta área foram registados inúmeros fragmentos de blocos de uma rocha siliciosa, em alguns casos com verdadeiro sílex intercalado, de cor castanho amarelado ou

acinzentado, que aparenta ter uma origem filoneana local (na mesma área de edificação, na zona de construção da residência para magistrados, ao lado do centro, foram observadas evidências de filões de material afim). Algumas das peças recolhidas apresentam retoque, outras parecem configurar-se como restos de talhe, o que poderá sugerir estarmos em presença de uma área de aprovisionamento de matéria prima e de talhe que teria funcionado durante a Pré-História Recente. Entre as peças, destacam-se um fragmento retocado (raspador ?), uma lasca retocada e um núcleo (Anexo 4 – Estampa 158: 1-4). Recolheu-se ainda um percutor de quartzo e um fragmento de anfibolito.

A importância desta jazida advêm do facto de tradicionalmente, e face às características geológicas da região, se considerar que todo o sílex (e rochas afins) presente em contextos arqueológicos da Beira Alta teria que se importado de outras áreas regionais. Este sítio vem demonstrar que em contextos geológicos muito localizados, concretamente em determinados filões, podem ocorrer este tipo de matérias-primas susceptíveis de serem exploradas para a produção de utensílios sobre lasca ou até pequenas lamelas. Situação semelhante (embora sem materiais arqueológicos directamente associados) havia já sido identificada perto do sítio do Murganho, em Nelas (Valera, 1997a).

7.4.8 Algodres (Ladeira)

Á superfície, num soito existente à saída da povoação de Algodres do lado Norte e sobranceiro à escarpa de falha que termina área aplanada da superfície fundamental (Capítulo 2 – Figura 2-8), foi recolhido um esboço de utensílio em anfibolito sem vestígios de polimento. Situa-se na freguesia de Algodres, com as coordenadas: 252.500/409.500 GAUSS a uma altitude de 670 m (C.M.P., 1:25000, fl. 191).

7.4.9 Pinhál dos Melos

Espada encontrada, em trabalhos de extracção de pedra, numa diaclase entre dois penedos graníticos soterrados no Pinhal dos Melos (freguesia de Infias, Fornos de Algodres - Capítulo 2 – Figura 2-8). Com um comprimento que rondaria os 60 cm e 9 cm de largura máxima, trata-se de uma espada de lingueta, com dois sulcos que acompanham toda a lâmina ao longo dos gumes (Anexo 4 – Estampa 165). A análise química evidenciou um cobre arsenical com a seguinte composição: Cobre 95,23%; Arsénio 4,51% e insolúveis e não doseados 0,26% (Paço e Ferreira, 1957).

O contexto em que esta peça foi descoberta não é conhecido, mas pela descrição apresentada poderemos considerar estarmos perante uma deposição intencional, não sabendo se a espada estaria isolado ou associada a outro tipo de materiais não identificados ou não recolhidos pelos autores da descoberta.

Dada a sua tipologia, esta espada tem sido atribuída a um momento inicial da Idade do Bronze (Coffin, 1985; Senna-Martinez, 1994b; Jorge, 1990c; Gálvez Priego, 1984).

7.4.10 Seminário de Fornos de Algodres

No seminário de S. José (freguesia e concelho de Fornos de Algodres), localizado no extremo sul de um pequeno interflúvio que apresenta uma configuração em lomba de topo aplanado (Capítulo 2 – Figura 2-8), foi recolhida uma lasca de sílex com entalhe e retoque marginal, um esboço de utensílio em anfibolito, escassos fragmentos de cerâmica manual e um possível polidor em granito. O sítio situa-se na freguesia de Fornos de Algodres e tem como coordenadas: 251.000/405.625 GAUSS a uma altitude de 446m (C.M.P., 1:25000, fl.191).

7.4.11 Quinta dos Carvalhais

Foram recolhidos dois fragmentos artefactos de pedra polida (um machado e um talão) num terreno lavrado, junto a uma linha de água. As suas coordenadas são: 248.875/406.800 GAUSS a uma altitude de 590m (C.M.P., 1:25000, fl. 191). Situa-se próximo do sítio das Provilgas e do local onde foi descoberta a espada do Pinhal dos Melos (Capítulo 2 – Figura 2-8).

7.4.12 Vitureira

Notícia da descoberta de um machado em pedra polida (local desconhecido, Fornos de Algodres - Correia, Silva e Vaz, 1979).

7.4.13 Cortegada

O sítio da Cortegada situa-se próximo do fundo do vale da Ribeira da Muxagata, junto à foz desta ribeira com o Mondego (Capítulo 2 – Figura 2-8). Aí, em prospecções, foi recolhido um dormente de mó manual e uma lasca de seixo rolado. As suas coordenadas são: 255.500/407.375 GAUSS a uma altitude de 380m (C.M.P., 1:25000, fl.191).

7.4.14 Vale Domeiro (Campo de futebol de Cortiçô)

Recolha de um fragmento de dormente de mó manual junto ao campo de futebol de Cortiço (Freguesia de Cortiçô, Fornos de Algodres), num terreno lavrado no lado direito da estrada no sentido Fornos – Maceira (Capítulo 2 – Figura 2-8). O local implanta-se no rebordo da escarpa de falha que termina a área aplanada da Superfície Fundamental. As coordenadas são: 253.450/411.100 GAUSS a uma altitude de 680m (C.M.P., 1:25000, fl. 180).

7.4.15 Quinta do Inferno

Na vertente declivosa da escarpa de falha que delimita a área aplanada da Superfície Fundamental, cerca de 250 metros acima da Quinta da Assentada, no início de uma rechã delimitada por uma linha de água que corta a vertente na diagonal (Capítulo 2 – Figura 2-8), foram recolhidos em prospecções vários fragmentos de cerâmica manual, restos de anfibolito e um movente. Estes materiais foram trazidos à superfície pelo alargamento de um caminho florestal. O sítio situa-se na freguesia de Algodres, e as suas coordenadas são: 251.050/407.750 GAUSS a uma altitude de 650 m (C.M.P., 1:25000, fl.191).

7.4.16 Quinta do Coelho

A meio da vertente direita da Ribeira da Muxagata e um pouco abaixo da Fraga da Pena (Capítulo 2 – Figura 2-8), foi recolhido um movente e um fragmento de cerâmica manual. As coordenadas são: 257.000/416.250 GAUSS a uma altitude de 560m (C.M.P., 1:25000, fl 180).

7.4.17 Vale da Vinha

Registo de um esboço de artefacto em anfibolito.

7.5 CONTEXTOS FUNERÁRIOS

Face aos vários contextos de natureza habitacional e/ou ritual que se conhecem para o 3º / inícios do 2º milénio AC na área de estudo, os dados disponíveis sobre o tratamento da morte por estas comunidades são extremamente escassos, resumindo-se a reutilizações de alguns monumentos megalíticos.

7.5.1 Anta da Matança (Casa da Orca de Corgas de Matança)

Localiza-se na freguesia da Matança, com as seguintes coordenadas: 250.775 / 411.650 GAUSS a uma altitude de 605m (C.M.P., 1:25000, fl.180). Localiza-se no extremo ocidental do troço planáltico da superfície fundamental, já próxima do seu término junto à Ribeira do Carapito (Capítulo 2 – Figura 2-4 e 2-8; Anexo 4 – Estampa 166). O seu local de implantação é numa área bastante aplanada que constitui parte integrante do suave vale da Ribeira de S. Domingos. A sua implantação não apresenta qualquer destaque na paisagem, sendo o monumento invisível a partir de perspectivas onde existem árvores de premeio.

O monumento foi intervencionado por Leite de Vasconcelos no final do século XIX e sofreria uma nova escavação realizada no âmbito de uma intervenção de restauro no final da década de oitenta do século passado.[1] Trata-se de um monumento de câmara poligonal

[1] Sobre a história da investigação do monumento ver Cruz *et. al.*, 1990.

de nove esteios que chegam a atingir os 4 metros de altura, orientada a SSE e medindo 4 metros de largura e 3,20 de largura (Anexo 4 – Estampa 167). Nas intervenções mais recentes não foram identificados quaisquer vestígios de corredor de acesso, mas a hipótese de ter tido um vestíbulo ou corredor curto é colocada (Cruz, 1993). Apresenta insculturas em dois esteios, com uma figura serpentiforme e uma composição pouco perceptível devido à erosão e, num fragmento de esteio, um grupo de covinhas (*idem*).

Leite de Vasconcelos na sua intervenção recolheu duas placas de granito interpretadas como tampas, cinco fragmentos cerâmicos correspondentes possivelmente à mesma peça, a qual seria uma taça de bordo espessado internamente de forma ligeira, um cristal de rocha e uma enxó de anfibolito proveniente das proximidades do monumento. Na intervenção de conservação e restauro recolheram-se um geométrico trapézio assimétrico em sílex, um fragmento de ponta de seta de base côncava em sílex, uma ponta de seta de base côncava com aletas sugeridas em sílex, uma conta de colar de anidrite, um ídolo de azeviche, um fragmento longitudinal de utensílio de pedra polida, dois fragmentos de cerâmica do mesmo recipiente decorados com organizações incisas espinhadas, um fragmento de movente em quartzito, dois cristais de quartzo hialino, um fragmento de núcleo em sílex (Anexo 4 – Estampa 169). De uma fossa de violação provém um fragmento de bordo com arranque de asa de produção a torno, um pequeno fragmento metálico (possivelmente em cobre) e alguns pequenos fragmentos de sílex.

A cronologia avançada para a sua construção é neolítica, eventualmente recuando ao primeiro quartel do 4º milénio AC (Cruz, 1993). Alguns dos artefactos recuperados poderão ser relacionados com os primeiros momentos de utilização, como o geométrico e eventualmente a conta de colar, que tem paralelos formais no Monumento 1 do Carapito (Leisner, 1998). Contudo outros revelam a sua reutilização durante o 3º milénio AC. É o caso da cerâmica decorada com motivos espinhados (que é o padrão decorativo dominante na primeira metade do milénio nos contextos habitacionais locais – cf. Capítulos 8 e 12) e do ídolo. Esta peça é produzida em azeviche, uma matéria-prima pouco comum em contextos arqueológicos da Pré-História Recente do centro-norte de Portugal, onde ocorre em elementos de adorno (contas de colar) em espólios de alguns monumentos megalíticos (*idem*). O antropomorfismo da peça é dado por entalhes laterais e pelo prolongamento de um pela face do anverso da peça. É considerado como integrando o grupo tradicionalmente designado por "ídolos almerienses" e considerado indicador de contactos transregionais (Cruz *et. al.*, 1990, Cruz, 1993). A tipologias dos artefactos polidos (secções transversais subtrapezoidais e possivelmente subrectangular e polimento restrito) apresentam as características dominantes destas peças no Neolítico Final e Calcolítico, o mesmo acontecendo com as pontas de seta, podendo ser associadas às reutilizações tardias dentro Calcolítico, provavelmente durante a primeira metade do 3º milénio.

7.5.2 Anta de Cortiçô (Casa da Orca)

A Anta de Cortiçô, localiza-se na freguesia do mesmo nome e apresenta as seguintes coordenadas: 253.075 / 411. 550 GAUSS, a uma altitude de 680 metros (C.M.P., 1:25000, fl. 180). Está implantada no lado Este do troço local da Superfície Fundamental, a cerca de um quilómetro do seu rebordo sobranceiro ao vale de fractura encaixado da Ribeira de Cortiçô. O monumento situa-se numa ligeira elevação situada num ponto topográfico onde a área aplanada da Superfície Fundamental inicia uma inclinação para Ocidente. Esta situação confere-lhe uma localização com um destaque maior do que a Anta da Matança, da qual dista cerca de 3Km, mas quando envolvida por vegetação fica totalmente escondida como aquela (Capítulo 2 – Figura 2-4 e 2-8; Anexo 4 – Estampa 166).

Tal como a Anta da Matança, também este monumento foi intervencionado por Leite de Vasconcelos no final do século XIX, sendo alvo de uma nova escavação realizada no âmbito de uma intervenção de restauro no início da década de noventa do século passado, a qual não foi ainda publicada. Trata-se de um dólmen de câmara poligonal de nove esteios, com 3,90 m de largura e 3,20 de comprimento, e 3 metros de altura, orientado a SE. Apresenta corredor bem diferenciado, com 4,80 m de comprimento e 2 de altura. Ainda existem vestígios da estrutura do *tumulus*, preservando-se parte de um contraforte (Anexo 4 – Estampa 165).

Apresenta pinturas a vermelho em três dos seus esteios (Twohig, 1981) e insculturas na parte superior da tampa (Cruz, 1993). Depositados no Museu Nacional de Arqueologia, estão três pontas de seta, uma de base côncava, ou de base recta (irregular) e outra de base triangular, um segmento de lâmina e um machado (ou cunha?) em anfibolito, assim como dois fragmentos líticos não classificáveis (Leisner, 1998 – Anexo 4 – Estampa 169). Nas escavações realizadas a quando da intervenção de restauro foram recolhidas cerca de quatro dezenas de pontas de seta de tipologia diversificada, mais de uma dezena de micrólitos, várias lâminas e lamelas, , uma cunha de pedra polida e fragmentos de vasos cerâmicos, alguns dos quais decorados (Cruz, 1993)[2]. A cronologia proposta para a sua construção aponta para o primeiro quartel do 4º milénio AC, mas alguns dos materiais referidos sugerem reutilizações dentro do 3º milénio, nomeadamente a presença de cerâmicas decoradas (embora não conheçamos ainda as organizações decorativas presentes).

[2] Como referimos, estes trabalhos e os conjuntos artefactuais recolhidos ainda não foram publicados. Os artefacto líticos já se encontram depositados no Centro de Interpretação Histórica e Arqueológica de Fornos de Algodres. Contudo não foram integrados neste trabalho porque esperamos que sejam primeiro publicados no contexto da publicação da intervenção realizada no início da década de noventa.

7.5.3 Anta de Aldeia Velha

Localiza-se na freguesia de Aldeia Velha, concelho de Trancoso, apresentando as seguintes coordenadas: 262.175 / 418.800 GAUSS, a uma altitude 850m (C.M.P., 1:25000, fl. 180). Situa-se junto ao topo da linha de cumeada, onde se inicia o interflúvio que separa o vale de fractura da Ribeira da Muxagata do da Ribeira da Quinta das Seixas que lhe é paralelo. O monumento implanta-se muito perto da cumeada, no topo da vertente virada à Ribeira da Quinta das Seixas, numa área de passagem no contexto da ligação do vale do Mondego (através do vale da Ribeira da Muxagata) ao vale do Távora, num ponto de separação entre a bacia hidrográfica do Mondego e a do Douro. Esta via de trânsito é hoje percorrida pela estrada municipal para Trancoso, a qual afectou parcialmente o *tumulus* do monumento (Capítulo 2 – Figura 2-8; Anexo 4 – Estampa 170).

O monumento apresenta uma parte do *tumulus* ainda preservada, mas foi fortemente afectado pela construção da estrada, a qual obliterou uma área significativa do lado Oeste da mamoa e terá empurrado e tombado pelo menos três esteios para o interior da câmara. O impacto terá sido agravado por exploração de pedra nas imediações do monumento. O dos esteios eleva-se na zona da câmara estando os que são actualmente perceptíveis tombados para o interior.

Dos materiais publicados (Leisner, 1998 – Anexo 4 – Estampa 174) constam dois artefactos de pedra polida (aparentemente um machado e uma enxó) de secção transversal subrectangular, dez pontas de seta (base côncava, recta, convexa, irregular, aletas e triangular com aletas, algumas sobre lâmina e com retoque cobridor numa face e apenas invasor ou marginal na outra, um trapézio rectângulo, duas lâminas em bruto e uma retocada, oito segmentos de lâmina retocados, um furador sobre lâmina e um raspador distal sobre lâmina.

O material lítico presente aponta para a utilização do monumento que poderá remontar meados/ segunda metade do 4º milénio, mas que não é incompatível com a sua reutilização também durante o 3º milénio AC.

7.5.4 Monumentos do Carapito

Correspondem a um conjunto de quatro sepulcros megalíticos, três dos quais nuclearizados e um quarto mais afastado, a cerca de 3,5Km para norte. Localizam-se na freguesia do Carapito, concelho de Aguiar da Beira (Anexo 4 – Estampa 170).

O núcleo de três monumentos encontra-se implantado em plena área aplanada da Superfície Fundamental, integrados no troço inicial do vale aberto e praticamente nada encaixado da Ribeira do Carapito, tendo sido edificados muito próximo desta linha de água. Situa-se, pois, numa zona sem qualquer destaque na paisagem e a sua visibilidade à distância é fortemente condicionada pela ausência/presença de vegetação, sendo apenas

visíveis em situações de vegetação rasteira ou arbustiva. O monumento 4, situado mais a Norte, localiza-se igualmente junto à Ribeira do Carapito, perto da sua nascente, numa zona igualmente aplanada, já perto do início do relevo acentuado da Serra de Piscos. A sua situação de visibilidade é a mesma dos monumentos anteriores.

7.5.4.1 Monumento 1

Trata-se de um dólmen de câmara poligonal de nove esteios, com 5,16m de comprimento e 4,68 de largura, com uma altura de cerca de quatro metros e sem evidências de corredor. Intervencionado na década de sessenta (Leisner e Ribeiro, 1968) e restaurado no final da década de oitenta do século passado (Cruz e Vilaça, 1990), o monumento revelou um significativo conjunto artefactual, inúmeras gravuras apostos sobre os esteios e proporcionou um grupo de datações que permitem referenciar a sua construção e período de utilização (Anexo 4 – Estampa 171).

As escavações mais antigas proporcionaram um conjunto alargado de materiais líticos e algumas cerâmicas, a totalidade das quais (com excepção de um fragmento de bojo) foram recolhidas nos níveis superiores dos depósitos da câmara. Os materiais líticos eram constituídos por vinte e sete geométricos (triângulos e trapézios), algumas lamelas e fragmentos de lâminas, cinco lâminas em bruto, um furador sobre lâmina, um cristal de rocha, um seixo com concavidade central circular, três enxós com polimento integral (uma de grande dimensões e duas mais pequenas, sendo que uma destas pode ser considerada uma mini-enxó), um colar de pequenas contas discoidais de xisto e treze contas de colar (maioritariamente tubulares). Em cerâmica, registram-se fragmentos de uma taça fechada, um bordo de uma taça de carena alta e mais alguns fragmentos de peças de morfologia indeterminada. De entre estes fragmentos, destaque para um decorado, com o que parece ser técnica de boquique (Leisner, 1998: estampas 63 e 64). Recolheu-se ainda uma pedra ovalada com vestígios de tinta vermelha.

Na intervenção de restauro juntaram-se àqueles outros materiais as seguintes peças: dois machados de pedra polida em anfibolito, um de secção transversal elíptica e polimento integral e o outro de secção transversal subrectangular e polimento restrito ao gume, uma conta de colar em xisto talcoso, algumas lascas e lamelas, uma raspadeira, dois cristais de quartzo e um conjunto de dez geométricos, predominantemente trapezóidais. Nas terras superficiais da câmara e contraforte recolheram-se alguns fragmentos cerâmicos (Cruz e Vilaça, 1990).

A maioria dos esteios (sete) apresenta gravuras ou vestígios de gravuras (*idem*). gravadas por picotagem. Dois esteios apresentam uma maior concentração, formando complexas organizações. No esteio G (a que pertence a designada "pedra do altar") os principais motivos são linhas de serpentiformes, figuras circulares e outras ovaladas. No

esteio I, estão representadas nos dois terços superiores várias representações solares, e linhas serpentiformes. Nos levantamentos mais recentes foi ainda possível identificar no esteio A uma linha ondulada e no esteio D algumas figuras circulares.

Para este monumento possuímos quatro datações de radiocarbono. As duas primeiras foram obtidas na sequência da escavação do monumento por Vera Leisner (Leisner e Ribeiro, 1968) e estavam associadas às primeiras utilizações do sepulcro, embora com uma ligeira diferença altimétrica entre ambas. A situada a uma cota inferior remete para o segundo quartel do 4º milénio AC e a localizada a uma cota superior para a segunda metade do mesmo milénio. As outras duas datas foram obtidas sobre amostras provenientes de terras com evidência de queimada situadas sob os restos de contraforte. Estes sedimentos são interpretados como indicadores de uma queimada realizada para desflorestação e preparação do terreno para a edificação do sepulcro e forneceram datações que remontam ao primeiro quartel do 4º milénio AC (Cruz e Vilaça, 1994). O monumento teria, assim, sido construído no início do 4º milénio AC e sido utilizado durante a primeira metade. A datação mais recente sugere também que essa utilização se teria prolongado pela segunda metade do milénio, ideia que algumas cerâmicas, nomeadamente um recipiente de carena alta, poderão reforçar. Note-se que, de acordo com a escavadora do monumento, a cerâmica terá sido registada exclusivamente nos níveis superiores do depósito da câmara (Senna-Martinez, 1989), reforçando a ideia de que inicialmente os recipientes não integrariam os rituais funerários como elementos votivos, situação que só se registaria num momento mais avançado do fenómeno megalítico, compatível com a datação mais recente.

Nº	Sector	Método	Material	Ref. Lab.	Data BP	Data CAL BC 1σ	Data CAL BC 2σ
1	Câmara	Radiocarbono	Carvões	GrN 5110	4850± 40	3664-3633	3703-3534
2	Câmara	Radiocarbono	Carvões	Hv s/n	4590± 65	3492-3131	3505-3050
3	Sob contraforte	Radiocarbono	Carvões	OxA 3733	5125±70	3984-3805	4073-3774
4	Sob contraforte	Radiocarbono	Carvões	TO 3336	5120±40	3970-3817	3987-3798

Figura 7-3 – Datações absolutas disponíveis para o Monumento 1 do Carapito.

7.5.4.2 Monumento 2

Situa-se a cerca de 200 metros de Carapito 1 e foi igualmente escavado por Vera Leisner em 1966 (Leisner, 1998). A câmara apresenta conservados três esteios de

cabeceira e um em cada uma das paredes laterais. Tem cerca de 2,46 metros de largura e por dois metros de comprimento. O corredor, com cerca de 3,8 metros de comprimento é de planta trapezoidal, afunilando para a entrada, onde era encerrado por uma laje oblíqua, não se diferenciando de forma clara da câmara em planta. Já em perfil, apresenta-se bem diferenciado, tanto na base (por escavação da base da câmara em 50-60 cm) como na sua altura (em média 80 cm), bastante inferior à da câmara. Orientado a SSE, tem três esteios do lado Oeste-Sudoeste e quatro do lado oposto, juntos dois a dois. Apresenta duas lajes de cobertura preservadas e outras duas quebradas no interior. O seu chão seria lajeado (Anexo 4 – Estampa 172).

Na câmara foram recolhidos um utensílio de pedra polida se secção subrectangular e polimento integral, quatro geométricos trapézios sobre lâmina e um possível crescente sobre lamela, três fragmentos de lamelas, uma pequena lâmina em bruto, um raspador em quartzo hialino, dois fragmentos líticos inclassificáveis e um prisma de quartzo.

Na crivagem das terras da mamoa ou nos níveis superiores do interior da câmara (Senna-Martinez, 1989) recolheram-se algumas cerâmicas, estando publicado um bordo recto e uma base plana.

Os conjuntos líticos dos depósitos da base da câmara constituem um conjunto de características arcaicas, que tem sido referenciado como representando as etapas iniciais do ritual megalítico (Senna-Martinez, 1989; Cruz, 1998), já as cerâmicas apontam para uma reutilização tardia, sobretudo se tivermos em consideração a base plana, que não estão referenciadas na zona antes dos contextos da Malhada datados do segundo quartel/meados do terceiro milénio, associadas a recipientes troncocónicos.

7.5.4.3 Monumento 3

Apresenta-se num estado igualmente bastante arruinado. Da câmara conserva seis esteios, três de cada lado, tendo desaparecido os da cabeceira. Teria cerca de 3,2m de largura. Apresenta corredor bem diferenciado, com 3,2 m de comprimento, com três esteios conservados a norte e um do lado sul, com uma pequena laje crava no interior e paralela a este último esteio, perto da entrada da câmara. Está orientado a Este.

A escavação deste monumento terá documentado uma nítida separação estratigráfica entre um nível de base e uma fase de reutilização posterior (Leisner, traduzida em Senna-Martinez, 1989: 117). Desse nível de base serão provenientes seis geométricos sobre lâmina, uma lâmina em bruto, uma truncatura sobre lâmina dois machados de secção transversal subquadrangular e polimento restrito, um raspador sobre lasca de quartzo hialino, um buril e uma conta de xisto. Do nível superior provém um conjunto alargado de recipientes cerâmicos, na sua grande maioria troncocónicos invertidos, embora também ocorram taças de bordo exvertido, taças e tigelas fechadas, uma tigela de bordo

ligeiramente exvertido, um recipiente de carena esbatida e dois recipientes decorados: um com arranque de um elemento de preensão abaixo do qual existe uma linha de impressões em "crescente" (possivelmente unguladas) e um outro com bordo denteado e uma faixa reticulada feita por linhas horizontais incisas e sequências de pequenos traços incisos na perpendicular (Anexo 4 – Estampa 173). A análise das reconstruções gráficas destas cerâmicas (Leisner, 1998, Estampas 66 e 67) revela que o conjunto de recipientes troncocónicos se apresenta com peças inteiras ou com fragmentos de maiores dimensões e proporcionando mais e maiores remontagens, sugerindo que estas peças teriam estado sujeitas a processos tafonómicos distintos, podendo corresponder às últimas deposições (e por isso menos afectadas pelos próprios processo relativos à utilização do monumento). O conjunto de cerâmicas poderá, assim, corresponder a mais que um momento de reutilização. Quanto ao conjunto de trococónicos, quase todos com asa e vários decorados com mamilos no bordo, representarão uma reutilização da Idade do Bronze.

7.5.4.4 Monumento 4

Foi escavado em 1966 por João de Castro Nunes, apresentando muito destruído. A câmara era muito pequena (cerca de 1,5 de largura por 1,8 de comprimento), conservando apenas quatro esteios. Teria tido corredor, mas este, a existir, foi totalmente destruído.

Na sua base da câmara terá sido recolhido um geométrico e alguns fragmentos cerâmicos espalhados em terras de entulho. Registou-se ainda uma lamela com dois entalhes laterais, um fragmento de sílex, um esferóide e um seixo polido e uma pequena goiva recolhida à superfície (Leisner, 1998; Senna-Martinez, 1989).

8

COMPORTAMENTO DOS CONJUNTOS ARTEFACTUAIS AO LONGO DO 3º MILÉNIO AC: UMA ABORDAGEM COMPARADA

Caracterizada a situação de cada um dos contextos intervencionados, do ponto de vista dos dados estratigráficos e da classificação tipológica dos conjuntos artefactuais, procurar-se-á agora estabelecer a sua comparação no sentido de tentar captar as dinâmicas espaciais e diacrónicas locais que estes contextos deixam perceber. Esta abordagem comparada iniciar-se-á com a tentativa de estabelecimento de uma seriação cronológica para os principais contextos, partindo dos dados proporcionados pela cronologia absoluta e pela cronologia relativa, com o objectivo de estabelecer relações de contemporaneidade, simultaneidade e sequência entre os diferentes sítios, fundamentais para a abordagem às dinâmicas da ocupação local ao longo de cerca de mil anos. Seguidamente, proceder-se-á à análise comparada dos diferentes conjuntos artefactuais, no sentido de perceber o seu comportamento espacial e diacrónico à escala local. Esta análise permitirá discutir questões relativas à tradição, inovação e interacção, tanto a nível tecnológico como estilístico, e a expressão de diferentes actividades pelos vários sítios ao longo do tempo considerado, possibilitando a valorização de cada contexto no confronto com os restantes, ou seja, contribuindo para uma integração mais adequada de cada um dos sítios na dinâmica da rede de povoamento local que os contextualiza e lhes confere sentido. Servirá igualmente de suporte para, mais à frente, se analisar as formas como as diferentes materialidades são manipuladas ao serviço da gestão da territorialidade e das identidades locais e do seu comportamento na diacronia.

8.1 SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA

Como já foi referido no Capítulo 1, as abordagens arqueológicas à dimensão tempo são também, como em todas as ciências sociais, um problema de escala. Os fenómenos têm a sua escala específica, tanto no espaço como no tempo, pelo que o problema da adequação da escala de abordagem é essencial à análise e à sua coerência interna. No caso concreto da dimensão tempo, o período estabelecido nesta investigação foi o 3º milénio AC. A essa escala milenar, o povoamento do espaço assumido no projecto adquirirá

determinadas configurações, as quais se constituem, naturalmente, como um palimpsesto de contextos de sentidos próprios. Mas tal como para qualquer imagem, percebê-lo historicamente obriga à sua decomposição nas dinâmicas internas que o geraram, nas sucessivas fenomenologias, nas sequências relacionais que se operaram nesse espaço ao longo desse tempo. Acontece, porém, que a capacidade de "zoom" em Arqueologia apresenta inúmeras dificuldades. As suas "lentes progressivas" não são assim tão progressivas. Antes, impõem-nos saltos mais ou menos abruptos e obrigam-nos a funcionar com períodos e espaços que nem sempre são os mais adequados aos problemas que colocamos e a que procuramos responder. Limitações que decorrem da dificuldade de perceber a evolução interna dos diferentes sítios, as suas sequências de crescimento, morte e "ressurreição", as sucessivas relações que estabelecem entre si e com as dinâmicas espaciais em que se integram. Dificuldades essas que resultam, por sua vez, da compactação, alteração e subtracção que o tempo exerceu sobre os contextos, assim como de uma hermenêutica realizada a milhares de anos de distância e em "contextos de representação" igualmente distantes. Acresce que os mecanismos actuais, proporcionados pela nossa tecnologia, para uma referenciação destas dinâmicas a escalas de tempo linear, possibilitando determinar simultaneidades e sequências, apresentam ainda limites que nos constrangem de forma particularmente sensível. Os métodos de datação disponíveis apenas nos permitem trabalhar com períodos, por vezes demasiado longos para as questões que temos em mãos, dificultando-nos a tarefa de decomposição analítica desses palimpsestos que são os sítios e as paisagens arqueológicas.

Estabelecer uma sequência cronológica fina para os sítios tomados isoladamente e para o conjunto do espaço do projecto durante o 3º milénio AC não é, pois, tarefa fácil. Muitas das fases e espaços de ocupação definidos arqueologicamente (que já de si representam interpretações e períodos de tempo mais ou menos indeterminados) não permitiram a obtenção de datações absolutas. Por outro lado, as datações realizadas apresentam, por vezes, intervalos de tempo demasiado elevados dentro do que são os padrões médios de resolução que os métodos utilizados produzem na actualidade. Naturalmente que os dados de cronologia absoluta podem (e devem) ser cruzados com os dados de cronologia relativa obtidos através da análise estratigráfica e da analogia tipológica e estilística. Esta, contudo, encontra-se também ela condicionada pela natureza, quantidade e fiabilidade dos contextos de comparação, nomeadamente dos regionais, para os quais a ausência de cronologias absolutas e estratigrafias longas se faz sentir de uma forma bem mais marcante. Note-se que, regionalmente, praticamente não existem contextos calcolíticos e do início da Idade do Bronze datados de forma absoluta. De certa maneira, o conjunto de sítios estudados em Fornos de Algodres apresenta-se como um caso pioneiro a nível regional para o povoamento do 3º milénio AC, pelo que, mais do que possuir referências

regionais (em quantidade e qualidade) de que se possa socorrer, constituiu-se como referência para os casos isolados de contextos habitacionais que vão sendo conhecidos na plataforma do Mondego. A analogia poderá, assim, precisar mais a sequência apresentada, mas não lhe anula determinados níveis de imprecisão nem o seu carácter de "construção", pelo que a mesma deve ser entendida essencialmente como uma proposta de seriação cronológica para os vários contextos registados e trabalhados, tendo sempre presentes as restrições que lhe estão subjacentes.

A figura 8-1 apresenta as datações absolutas actualmente disponíveis para os contextos da Pré-História Recente e Proto-História trabalhados na área de Fornos de Algodres.

Na análise global dos resultados, um primeiro aspecto a salientar é o proporcionado por um conjunto de datações obtidas para o Castro de Santiago e para a Malhada, relativamente a interfaces de depósitos pré-existentes e aos primeiros depósitos de ocupação humana. No recinto interior do Castro de Santiago, as amostras datadas relativas à fase ∅ (pré antropização do sítio), recolhidas, respectivamente, a 10 cm de profundidade da UE 57 (ICEN 906) e na interface superior da UE 108 (ICEN 1076), apresentam uma sobreposição dos intervalos a 2σ, colocando no 2º/3º quartel do V milénio AC a formação do topo de ambos os depósitos. As duas datações obtidas para a fase inicial de ocupação deste espaço (ICEN 907 e ICEN 1257) colocam-na centrada no 1º quartel do 3º milénio. Existe, pois, um intervalo extremamente dilatado (mais de um milénio) entre a fase final de sedimentação pré-antrópica e o início da ocupação humana, o que sugere um processo de sedimentação natural particularmente lento no local. Ocorrência natural no topo de um cabeço, mais sujeito a processos erosivos que de sedimentação, os quais se terão acelerado com a ocupação humana. Esta situação, para além de alertar para os cuidados a ter com a datação de paleossolos, revela igualmente o potencial de interferência humana nos ritmos locais de deposição.

Situação semelhante foi registada na Malhada, nos Sectores C e D. No Sector C foram obtidas três datações sobre manchas de concentrações de carvões existentes no interface entre um depósito pré existe e o primeiro solo de ocupação antrópico. Duas dessas datações (Sac 1453 e Sac 1541) proporcionaram valores equivalentes às do Castro de Santiago, isto é, referenciáveis do 2º/3º quartel do V milénio AC, enquanto que a outra (Sac 1542) se revelou mais antiga, da 2ª metade do VI / 1º quartel do V milénio AC. No Sector D, foi igualmente datada uma mancha de carvões que se situava igualmente no interface entre um depósito arenoso de alteração do substracto e o depósito de ocupação daquele espaço. A datação obtida (Sac 1589) é semelhante à terceira do Sector C atrás referida, isto é, da segunda metade do VI milénio AC.

Sítio	Fase	Loc. da Amostra	Tipo de Amostra	Refª do Laboratório	Data BP	Cal AC 2σ		Datas OSL AC	
Castro de Santiago	0	Sectro C [57]	Madeira	ICEN-906	5630±100	4716	4262		
Castro de Santiago	0	Sector E [108]	Madeira	CSIC-1076	5490±50	4454	4241		
Castro de Santiago	I	Sector C [54]	Casca de árvore	ICEN-1257	4350±45	3088	2885		
Castro de Santiago	I	Sector C [54]	Casca de árvore	ICEN-907	4210±45	2916	2624		
Castro de Santiago		Sector C [40]	Madeira	CSIC-1075	2150±45	361	44		
Castro de Santiago		Sector C	Madeira	ICEN-599	2890±45	1251	920		
Castro de Santiago		Sector C [22]	Madeira	ICEN-1255	7810±70	6993	6459		
Castro de Santiago		Sector C [22]	Madeira	ICEN-1256	7740±110	6994	6371		
Malhada	0	Sector C [52]/?	Madeira	Sac-1541	5760±60	4776	4463		
Malhada	0	Sector C [52]/?	Madeira	Sac-1453	5710±60	4717	4400		
Malhada	0	Sector C [52]/?	Madeira	Sac-1542	6230±160	5443	4787		
Malhada	0	Sector D	Madeira	Sac-1589	6290±55	5322	5076		
Malhada	I	Sector B [7]	Semente	Sac-1454	4030±80	2871	2325		
Malhada	I	Sector B [7]	Sedimento	ITN-Lum 45	4490			2620	2350
Malhada	I	Sector C [52]	Sedimento	ITN-Lum 46	4503			2678	2318
Malhada	I	Sector C [52]	Cerâmica	ITN-Lum 47	4505			2725	2275
Malhada		Sup	Cerâmica	ITN-Lum 48	4415			2630	2190
Malhada		Sup	Cerâmica	ITN-Lum 49	4483			2702	2254
Malhada		Sup	Cerâmica	ITN-Lum54	4460			2678	2232
Quinta da Assentada	I	Sector 1 [850]	Madeira	Sac-1774	5870±110	4964	4466		
Quinta da Assentada	I	Sector 1 [620]	Madeira	Sac-1707	1840±220	377	654		
Quinta da Assentada		Sector 1 [805]	Madeira	Sac-1705	2780±170	1401	427		
Quinta da Assentada		Sector 1 [824]	Madeira	Sac-1918	2850±40	1188	903		
Fraga da Pena		Sector 1 [3]	Madeira	Sac-1543	3710±60	2282	1922		
Fraga da Pena		Sector 1 [3]	Sedimento	ITN-Lum 45	4010			2205	1805
Fraga da Pena		Sector 1 [3]	Cerâmica	ITN-Lum 47	3999			2194	1794
Fraga da Pena		Sector 1 [3]	Cerâmica	ITN-Lum 48	4007			2202	1802
Fraga da Pena		Sector 1 [3]	Cerâmica	ITN-Lum 49	3989			2184	1784
Fraga da Pena		Sector 1 [3] Topo	Madeira	CSIC-1077	2680±61	920	780		
Fraga da Pena		Sector 1 [3] Topo	Madeira	OxA-4632	2195±70	388	60		
Quinta das Rosas	III	Secto 5	Madeira	Sac-1964	2810±40	1107	834		

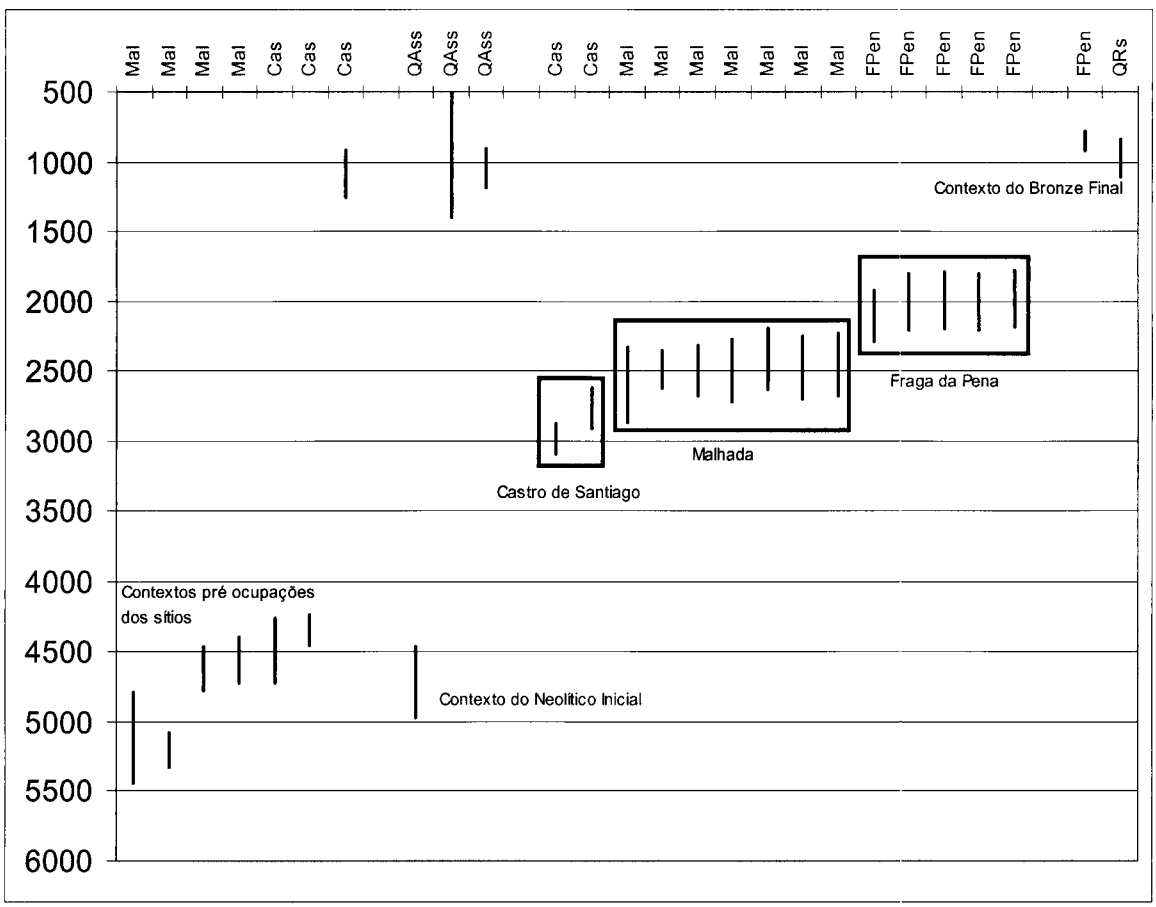


Figura 8-1 – Datações absolutas e respectiva representação gráfica para a Pré-História Recente e Proto-História da área de Fornos de Algodres. Na tabela, as datações assinaladas não foram representadas no quadro por serem consideradas anómalas e sem utilização na presente discussão.

As datações obtidas para as ocupações iniciais da Malhada referenciam-na a partir dos finais do 1º quartel do III milénio AC, pelo que uma vez mais se denota a existência de um extenso intervalo, que varia entre cerca de 1000 e 1500, entre a ocupação humana e elementos constituintes do topo dos depósitos pré existentes.

Contudo, a situação topográfica da Malhada é diversa da do Castro de Santiago, sendo sujeita a dinâmicas erosivas e de sedimentação substancialmente diferentes. O sítio localiza-se a meio de uma vertente de acentuado declive, onde o processo erosivo é particularmente activo e intenso. Fenómenos de escorrência, provocando erosão acima e sedimentação a baixo, terão sido frequentes e ainda hoje são observáveis. Como já foi referido (ver Capítulo 4), a que voltaremos mais à frente, o próprio abandono do sítio poderá ter estado relacionado com uma verdadeira avalancha de penedos que se depositaram sobre os solos de ocupação e arrastaram consigo sedimentos (como a UE 60 do Sector C). Neste sentido, poderemos pensar que o afloramento de superfícies antigas poderá ter resultado de processos de erosão intensa, podendo o intervalo entre a formação dessas superfícies de erosão e o início da ocupação ser bem menor do que os intervalos proporcionados pelas amostras datadas dão conta.

Contudo, outra situação não poderá deixar de ser evocada: a de estas dinâmicas de vertente poderem estar relacionadas com acções antrópicas mais antigas. Nesta linha de raciocínio é de sublinhar que a segunda metade do 6º milénio AC marca o arranque do processo de neolitização em muitas áreas peninsulares, quer litorais quer interiores (sobre este assunto veja-se Valera, 2003b), o qual, localmente, se encontra referenciado cronometricamente na Quinta da Assentada na primeira metade do 5º milénio AC, mas regionalmente poderá remontar ainda à segunda metade do 6º milénio AC (*idem*). Como vimos (Capítulo 2), vários autores têm interpretado alterações observáveis nos registos polínicos ou em processos erosivos destes momentos como indicadores de impactos provocados pelas primeiras acções marcantes de desflorestação antrópica. Para além dos registos políticos proporcionados pelas turfeiras da Serra da Estrela (Van der Knaap e Van Leeuwen, 1994, 1995), é particularmente interessante a situação registada na Serra da Freita, onde uma eventual desarborização antrópica é responsabilizada pelos processos erosivos de vertente observados e pelo aumento de pólens de *Poaceae, Ericaceae e Cyperaceae*, com datações precisamente a partir da 1ª metade do 5º milénio (Rochette Cordeiro, 1990; 1992). Poderemos, pois, colocar a questão de se as datações obtidas para os referidos contextos de interface na Malhada não poderão ser relacionáveis com acções de iniciativa antrópica em momentos iniciais do Neolítico, embora a topografia do sítio nos coloque intrigantes questões relativamente aos objectivos destas eventuais desflorestações. Note-se que, apesar de nas escavações não terem sido registados quaisquer evidências que documentem a presença humana no local nesta época, a Quinta das Rosas, na qual se

registaram materiais atribuíveis a uma fase inicial do Neolítico, se situa a cerca de 500m do topo da vertente imediatamente acima do local de implantação da Malhada, e que o contexto coevo da Quinta da Assentada está a apenas 4 km mais a sul. É pois possível que algumas das situações documentadas por estas datações mais antigas em locais que foram ocupados durante o 3º milénio se possam relacionar com actividades das comunidades que há muito povoavam estes territórios, o que aliás, já foi (e voltará a ser) sugerido a propósito da presença de determinados materiais arqueológicos no interior dos recintos da Fraga da Pena (ver Capítulos 5 e 9).

Se esta primeira situação discutida aborda evidências para as quais se poderá aventar a relação com a acção de comunidades locais pré-existentes ao período que abordamos neste trabalho, uma segunda situação poderá ser conectada com ocupações posteriores, concretamente do final da Idade do Bronze. Trata-se da interpretação de uma datação obtida sobre amostra recolhida no depósito de ocupação do recinto superior da Fraga da Pena (CSIC 1077), de outras duas obtidas sobre amostras recolhidas num depósito da 2ª fase de ocupação da Quinta da Assentada (Sac 1705 e Sac 1918) e ainda de outra obtida no Castro de Santiago (ICEN 599). Tratam-se datações que remetem todas para o final da Idade do Bronze (Figura 8-1). As amostras foram, nas várias situações contextuais, recolhidas em depósito de ocupações que, na globalidade, correspondem estratigraficamente ao final das ocupações calcolíticas ou, no caso da Fraga da Pena, já da Idade do Bronze. Uma primeira explicação para esta situação, e a mais recorrentemente utilizada, seria a de contaminação das amostras, o que poderia ser reforçado pela ausência, pelo menos na Fraga da Pena e na Quinta da Assentada, de materiais atribuíveis ao Bronze Final. Todavia, a possibilidade de uma "contaminação tafonómica" através da percolação de carvões a partir de cima é também uma hipótese que merece ser colocada e, no caso de uma das amostras da Quinta da Assentada, a madeira carbonizada datada poderia mesmo corresponder a um poste cravado na terra nesse momento tardio da Idade do Bronze (ver Capítulo 6). No caso da Fraga da Pena, o depósito de ocupação do recinto superior era coberto por uma camada de pedras de derrube das estruturas de fortificação, situação que facilita a "viagem" de elementos através dos espaços entre pedras. No caso da Quinta da Assentada, o depósito da segunda fase de ocupação (cuja parte superior foi já afectada pelo revolvimento provocado pela lavoura) foi cortado por sequências de estruturas negativas rectangulares. Devido à afectação agrícola, não foi possível identificar estratigraficamente o início destas estruturas negativas e a quase total ausência de materiais nos depósitos do seu interior não permite a sua referenciação cronológica, sabendo-se apenas que são posteriores ao pacote da estratigrafia conservada e não afectada pela agricultura recente. No caso de uma das amostras, os carvões foram recolhidos nos restos do que foi interpretado como um buraco de poste que ardeu. Devido à afectação do topo do depósito,

era impossível determinar onde se iniciava estratigraficamente o buraco, podendo este estar relacionado com a ocupação Calcolítica ou ser posterior. A datação parece indicar que esta estrutura terá sido construída durante o final da Idade do Bronze, apesar de, como se disse, não existirem outras evidências que documentem uma ocupação do local nesta época. Já no Castro de Santiago, a amostra em questão é proveniente da Fase 2 de ocupação e foi recolhida entre o que foi interpretado como um primeiro momento de derrube de pedras da muralha. Cobrindo esta realidade encontrava-se todo o derrube posterior e entre ele, mas já próximo da superfície, foram recolhidos fragmentos cerâmicos compatíveis com cronologias do final da Idade do Bronze.

A saída mais fácil, no sentido de mais pacífica, seria a de optar por explicações do tipo contaminação, que nos defenderiam face à fragilidade dos dados para avançar com qualquer outra solução. Contudo, deveremos pensar noutras possibilidades, por mais frágeis que sejam. Como vimos, no Castro de Santiago, no topo dos derrubes das estruturas de fortificação do recinto interior e do exterior, sensivelmente sobre as zonas de passagem que, até ao presente, se estabeleceram sobre esses mesmos derrubes, foram recolhidos fragmentos de recipientes cerâmicos manuais de colo estrangulado, base plana e, num caso, com bordo denteado, passíveis de serem atribuídos ao Final da Idade do Bronze[1]. Estes materiais documentarão uma situação em que um sítio abandonado há vários séculos (possivelmente mais de um milénio), mas muito provavelmente conhecido, com nome e marcante dos sucessivos quadros de leitura das paisagens locais, foi "visitado" num momento referenciável algures nos finais do 2º / 1º milénio AC. Por outro lado, a Quinta das Rosas, onde se identificou uma ocupação do Bronze Final, situa-se a escassos 3 km da Fraga da Pena e é muito pouco provável que o gigantesco tor e os visíveis derrubes das potentes muralhas que lhe estavam associados fossem do desconhecimento dos habitantes que ocuparam (reocuparam, já que há vestígios anteriores atribuíveis ao Neolítico Antigo e ao final do Calcolítico) aquele primeiro sítio. Como já se referiu e se aprofundará mais à frente, a Fraga da Pena terá sido sempre um marco das sucessivas paisagens locais e, portanto, do conhecimento das comunidades que, antes da construção do recintos e depois do seu abandono, residiram nestes territórios.

[1] Os fragmentos destes recipientes recuperados no topo dos derrubes da muralha do recinto interior foram inicialmente atribuídos, como hipótese, a um momento mais tardio, correlativo da ténue ocupação medieval registada no Castro de Santiago (Valera, 1997a: Est.XLVII). Contudo, a sua tipologia sempre levantou algumas dúvidas relativamente a esta atribuição cronológica. A recuperação de fragmentos cerâmicos possivelmente de um destes recipientes integrados na UE303, que corresponde ao segundo momento de derrube da estrutura murada do recinto exterior, onde não se registaram materiais medievais, os quais apenas ocorrem (e apenas muito pontualmente) no depósito de cobertura UE300, leva a que reequacione a cronologia proposta para estas cerâmicas, a qual deverá corresponder ao final da Idade do Bronze.

De facto, neste conjunto de sítios intervencionado, foram registadas situações de reocupações com intervalos significativos de premeio: Quinta da Assentada no Neolítico Inicial e no Calcolítico Final; Quinta das Rosas no Neolítico Inicial, Calcolítico Final e Bronze Final. Noutros casos, algumas presenças artefactuais pontuais sugerem ocupações ténues ou simples frequência de espaços, posterior ou anteriormente ocupados: possível frequência da Fraga da Pena no Neolítico ou do Castro de Santiago no final da Idade do Bronze. Estas situações demonstram-nos que estes locais, mesmo os que aparentemente poderiam passar mais despercebidos, porque menos monumentais, se mantinham como locais de circulação após o seu abandono e que outros se implantaram em espaços que há muito seriam percorridos no âmbito da vivência de um território no qual que se constituíam como pré-existências. No contexto de uma análise de conjunto, os vários indícios, por mais frágeis que sejam, ganham outras possibilidades de sentido que devem ser exploradas. Assume-se, pois, a hipótese de algumas das datações acima discutidas, mais que corresponderem a problemas de simples contaminação ou decorrentes de processos que nada tem a ver com o Homem, se relacionem com a complexa dinâmica de ocupação e circulação humana neste espaço ao longo de um tempo que transcende claramente, em anterioridade e posteridade, os contextos das ocupações do 3º milénio AC. Trata-se de uma via mais sugestiva e realça o papel das pré-existências nas dinâmicas de povoamento, o qual será discutido nos Capítulos 9 e 10.

Relativamente ao período concreto a que se dedica o presente estudo, as datações obtidas nos três sítios estudados em maior profundidade cobrem todo o 3º milénio AC.

Dos sítios datados, o Castro de Santiago é o que apresenta os contextos mais antigos. As duas datações para a Fase I foram obtidas a partir de amostras de casca de árvore (ICEN 907 e ICEN 1257). Apesar da proximidade das amostras e de integrarem um contexto bem definido, as datas revelaram algum desfasamento. Calibradas a 1σ, os intervalos são imediatos, não se interceptando. A 2σ, os intervalos (de 292 e 203 anos respectivamente) apenas se sobrepõem em 31 anos. Como já foi sugerido (Capítulo 3), tal situação poderá ter resultado da utilização simultânea de madeiras cortadas em momentos cronológicos diferentes. Contudo, dado tratar-se não de madeira mas de casca de árvore, que é idêntica e se encontra espalhada em grande quantidade por uma área restrita, é pouco credível que possa existir um intervalo muito grande entre as duas datas reais, sendo possível que o intervalo de sobreposição de 31 anos as integre, configurando uma situação de precisão na datação da fase inicial de ocupação do recinto interior. Independentemente desta questão, as duas datas em conjunto colocam a primeira fase de ocupação do recinto no 1º quartel do III milénio AC.

Quanto à segunda fase de ocupação, não foi possível obter datações compatíveis com a cultura material e que possibilitassem a sua referenciação em termos de cronologia absoluta. Contudo, os estudo comparativo dos materiais entre as duas fases de ocupação do sítio (Valera, 1997a) revelou que não existem diferenças assinaláveis, quer do ponto de vista formal, quer da ocorrência relativa dos diferentes materiais. A ocupação calcolítica é indiferenciada em termos artefactuais, mas destrinçável em dois momentos a partir da análise estratigráfica, da substituição de algumas estruturas e da intensidade de ocupação do espaço.

Deste modo, é possível marcar o início da ocupação do sítio e da construção das primeiras estruturas que definem o recinto interior (1º quartel do III milénio AC), mas é menos clara a definição do momento de abandono. Todavia, a grande identidade artefactual e certas ausências, poderão ser utilizadas como indicadores. A inexistência de materiais campaniformes e de materiais metálicos, cujo aparecimento na região parece ser tardia dentro do 3º milénio, de decorações e outras morfologias cerâmicas igualmente tardias (como as decorações plásticas, as bases planas, as morfologias carenadas e troncocónicas ou ainda a extrema raridade de motivos penteados – uma peça) aliadas à grande continuidade artefactual entre as duas fases, poderão indiciar que o povoado é abandonado ainda numa fase plena do calcolítico regional, que poderíamos referenciar dentro do segundo quartel/meados do 3º milénio AC.

É precisamente no segundo quartel do 3º milénio que se terá iniciado a ocupação da Malhada, a qual provavelmente terá sido contemporânea da fase final de ocupação do Castro de Santiago (Figura 8-1). De facto, a datação do depósito da base do Sector B (Sac 1454), apesar de um desvio padrão algo extenso, referencia com base em elementos de vida curta (bolotas) a ocupação inicial desse Sector nos finais do 1º / 2º quartel do milénio, recobrindo em grande medida a datação mais recente para a Fase 1 do Castro de Santiago. Mesmo tendo em consideração que funcionamos com períodos de tempo algo longos, se a data para a Fase1 do Castro de Santiago se recobre na quase totalidade com a metade inferior do Sector B, a probabilidade de a Fase 2 de Santiago ser contemporânea da fundação e vida inicial da Malhada é bastante real. As restantes datações obtidas para a Malhada confirmam que as ocupações iniciais do Sector C também se centram em meados do milénio, abrangendo o 2º e o 3º quartéis do mesmo.

Para os depósitos de ocupação superiores das estratigrafias dos Sectores B e C da Malhada não dispomos de datações absolutas, mas as análises dos conjuntos artefactuais (ver Capítulo 4) não evidenciam alterações significativas ao longo dessas sequências, para as quais podemos propor um termo em torno aos finais do terceiro quartel do milénio. Contudo, em depósitos de escorrência e em depósitos de cobertura de vertente foram

recolhidos materiais que apontam já para a Idade do Bronze, sugerindo que, ou a ocupação se prolongou até mais tarde em certas partes dos sítio ainda não identificadas, ou o mesmo foi reocupado ou simplesmente visitado já durante a Idade do Bronze. Esta segunda hipótese poderá ser mais viável, já que sobre os depósitos preservados foram identificados nos vários sectores grandes penedos que sugerem a existência de uma derrocada, a qual poderá ser relacionada com fim das sequências de ocupação registadas. Propomos, assim, o final do terceiro quartel do 3º milénio/ início do 4º quartel como momento final da principal sequência de ocupação detectada, momento que será muito próximo, se não mesmo contemporâneo do arranque da ocupação da Fraga da Pena. Verifica-se aqui a mesma situação que se registou entre a Malhada e o Castro de Santiago. As datações obtidas para a Malhada referem-se à base das estratigrafias do Sector B e C. Os limites superior dos seus períodos tocam com os limites inferiores das datações disponíveis para a Fraga da Pena, sendo por isso provável que as ocupações relativas aos depósitos superiores das estratigrafias da Malhada possam estar próximos ou ser mesmo simultâneos da construção e vida inicial da Fraga da Pena. Quanto aos materiais mais tardios dos depósitos de escorrência e cobertura, estes corresponderão a um momento que podemos assumir como plenamente contemporâneo da ocupação da fraga. Com base nas datações deste último sítio poderíamos colocar essa "reocupação" no último quartel do 3º / primeiro quartel do 2º milénio AC.

Deste modo, Castro de Santiago, Malhada e Fraga da Pena cobrem sequencialmente todo o 3º milénio AC. Com base nos elementos da cultura material, e mais concretamente na estilística dos recipientes cerâmicos, poderemos tentar referenciar a esta sequência os sítios da Quinta da Assentada e mesmo os que apresentam dados mais frágeis, como a Quinta das Rosas e a Quinta dos Telhais. Três circunstâncias são particularmente relevantes e poderão ajudar numa atribuição cronológica para as ocupações em questão nestes sítios: a expressão das decorações mais vulgares em Santiago e Malhada, a expressão das cerâmicas penteadas e a expressão das formas que são novas relativamente ao fundo calcolítico local definido a partir daqueles dois sítios. Este exercício analítico será realizado no ponto seguinte, dedicado à análise comparada da cultura material. Para já, e antecipando o resultado dessa análise, consideramos que a Quinta da Assentada e a Quinta das Rosas (esta sem contextos preservados à excepção dos do Bronze Final) ao apresentarem uma significativa representatividade de cerâmicas penteadas (no caso da Quinta da Assentada associadas a um fragmento de campaniforme) e, simultaneamente, não registando a presença das principais estilísticas decorativas presentes em Santiago e Malhada, poderão ser enquadradas genericamente na 2ª metade do milénio, eventualmente na transição do 3º para o 4º quartel, correspondendo, em termos de periodização, ao final do calcolítico, transição para a Idade do Bronze. Considero, pois,

estes contextos próximos ou contemporâneos da fase inicial de vida da Fraga da Pena. Quanto à Quinta dos Telhais, os dados disponíveis são menos claros. A imagem global dos vestígios de superfície parecem, contudo, aproximar este contexto da imagem que dispomos para a Malhada. Provisoriamente, e até novos dados estarem disponíveis, assume-se uma cronologia semelhante, ou seja do 3º/início do 2º quartel do 3º milénio. Esquematicamente poderemos referenciar cronologicamente estes sítios da seguinte forma:

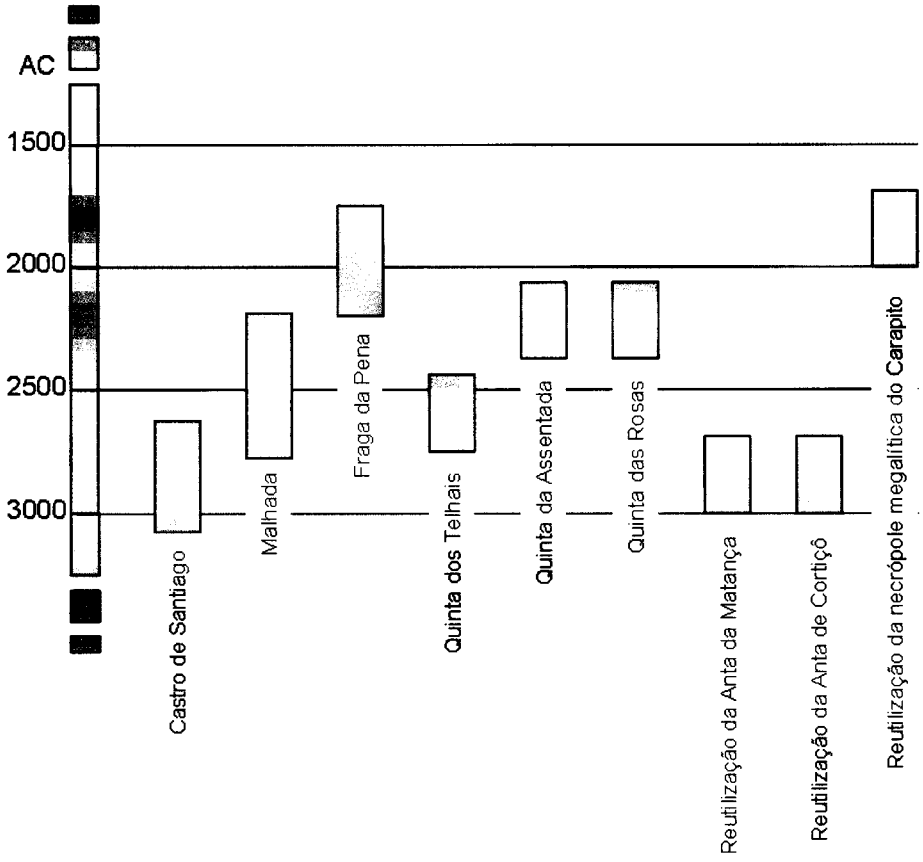


Figura 8-2 – Esquema do posicionamento cronológico dos principais contextos trabalhados.

Relativamente à questão funerária, com base nos registos artefactuais proporcionados pelas Antas da Matança e Cortiçô e pelos materiais estratigrafados de pelo menos dois dos sepulcros na necrópole do Carapito, poderemos falar em reutilizações destes espaços sepulcrais durante o 3º e início do 2º milénio AC. Os dois primeiros monumentos, que se localizam mais a sul e numa área fronteira e mais próxima do Castro de Santiago, Malhada e Quinta dos Telhais, apresentam materiais que apontam para utilizações (cuja natureza não vamos para já discutir) que poderão ser eventualmente correlacionáveis com aqueles contextos, nomeadamente a Anta da Matança, onde a única

cerâmica decorada apresenta a organização decorativa localmente mais vulgar durante a primeira metade do 3º milénio[2].

Já nos monumentos do Carapito, localizados no extremo norte da área de estudo, portanto já a norte da Fraga da Pena, as reutilizações identificadas, tanto ao nível dos materiais como das estratigrafias (sobretudo no Monumento 3), apontam para a momentos integráveis na Idade do Bronze, que centramos no início do segundo milénio, mas que poderão ser extensíveis um pouco mais para trás ou um pouco mais para a frente.

Será interessante notar que as reutilizações calcolíticas se efectuam nos dois monumentos isolados localizados mais a sul e próximos de locais residenciais que não evidenciam prolongamentos tardios dentro da Idade do Bronze, enquanto que as reutilizações dos monumentos mais a norte, na necrópole do Carapito, relativamente próxima da Fraga da Pena, não apresentam contextos reportáveis ao Calcolítico, mas apenas à Idade do Bronze.

8.2 CARACTERIZAÇÃO COMPARADA DA CULTURA MATERIAL

O facto de os quatro sítios mais trabalhados, que forneceram contextos preservados e materiais em quantidades suficientes para abordagens estatísticas sólidas, se disporem cronologicamente de forma sequencial ao longo do 3º milénio AC (Castro de Santiago, Malhada, Quinta da Assentada e Fraga da Pena), permite analisar, num espaço relativamente restrito como o que serve de base à presente análise, o comportamento dos diferentes conjuntos artefactuais ao longo desse período de tempo, tanto tomados isoladamente como integrados nas respectivos contextos. As imagens obtidas possibilitarão tratar as questões da mudança a nível local, mas também perceber o que se enraíza e permanece, emergindo com elemento identificador local e, simultaneamente, o que chega de fora e quando chega. O exercício comparativo permite também evidenciar diferenças entre os vários contextos, contribuindo para a discussão em torno da interpretação da sua natureza, ao mesmo tempo que possibilita criar um quadro local ao qual podem ser reportados alguns dos outros sítios que só foram prospectados ou se encontram ainda numa fase inicial de investigação.

Continuaremos a trabalhar nesta fase da análise essencialmente com conjuntos artefactuais constituídos pelas mesmas categorias de objectos, o que, como já foi referido, estabelece uma desconstrução das relações contextuais de pequena escala materializadas no terreno. Assim, o que aqui se aborda são aspectos relacionados com a tecnologia de

[2] Aguarda-se a publicação dos materiais cerâmicos das intervenções realizadas na Anta de Cortiçô para se poder ser mais afirmativo relativamente a esta hipótese de correlação entre este contexto sepulcral e os contextos residenciais periféricos durante o 3º milénio.

produção de determinados categorias artefactuais, com a tradição/inovação estilística associadas a essas categorias e questões relacionadas com a presença/ausência e peso relativo dessas categorias artefactuais e das actividades primárias que a elas poderão ser associadas. Todavia, a questão das associações contextuais não deixa de estar presente nesta análise, mas sobretudo à escala do sítio e não ao nível dos diferentes contextos que foram definidos dentro de cada sítio.

8.2.1 As cerâmicas

Em termos morfológicos, o estudo dos conjuntos cerâmicos permitiu definir aquilo que temos vindo a designar por "fundo comum". Corresponde a um grupo de tipos de recipientes e respectivas variantes internas que se constituem como a base morfológica do aparelho cerâmico local ao longo de todo o 3º milénio. A essa base geral são acrescentados durante a segunda metade do milénio, sobretudo a partir do seu último quartel, um conjunto de novas morfologias que, contudo, em nenhum caso se tornam dominantes.

Para a percepção destas permanências e "inovações" construiu-se uma tabela de formas geral para os quatro contextos que servem de base à análise, a qual pode ser entendida como uma imagem geral do aparelho cerâmico local para o 3º milénio AC tomado na sua globalidade (Figura 8-3).

As formas do "fundo comum" são formas simples, elaboradas à base da esfera e da elipse, por vezes conjugadas com o cilindro ou com troncos de cone. Os ângulos estão praticamente ausentes, sendo que as bases planas e as carenas apenas começam a surgir (e sempre residualmente) a partir do 2ª quartel / meados do milénio. Os principais atributos que conferem a variação interna dentro de cada tipo são essencialmente a diferença de profundidades e a variação da morfologia e orientação dos bordos, a que se acrescenta a variação na morfologia dos colos para as peças que os possuem.

Poderemos considerar que os tipos deste "fundo comum" correspondem aos tipos de 1 a 10 da tabela geral (Figura 8-3; 8-4; 8-5). Entre estes, contudo, uns são vestigiais e nem sempre estão presentes, enquanto outros são particularmente representativos, estando quase sempre bem representados. Assim, os tipos que constituem a base da tradição cerâmica local são as tigelas, as taças, os globulares (simples e de colo), os esféricos e os recipientes tipo saco (bocal troncocónico). Naturalmente, de sítio para sítio existem oscilações na representatividade relativa de cada um destes tipos e das suas variantes internas, facto que terá essencialmente a ver com razões de natureza contextual. Mas a imagem global é inequívoca quanto à preponderância destas formas. Os desvios mais significativos aos *trends* sugeridos pelos conjuntos cerâmicos dos diferentes sítios no que respeita a estas formas, são os valores comparativamente elevados das tigelas no Castro de Santiago e dos globulares na Quinta da Assentada (Figura 8-4).

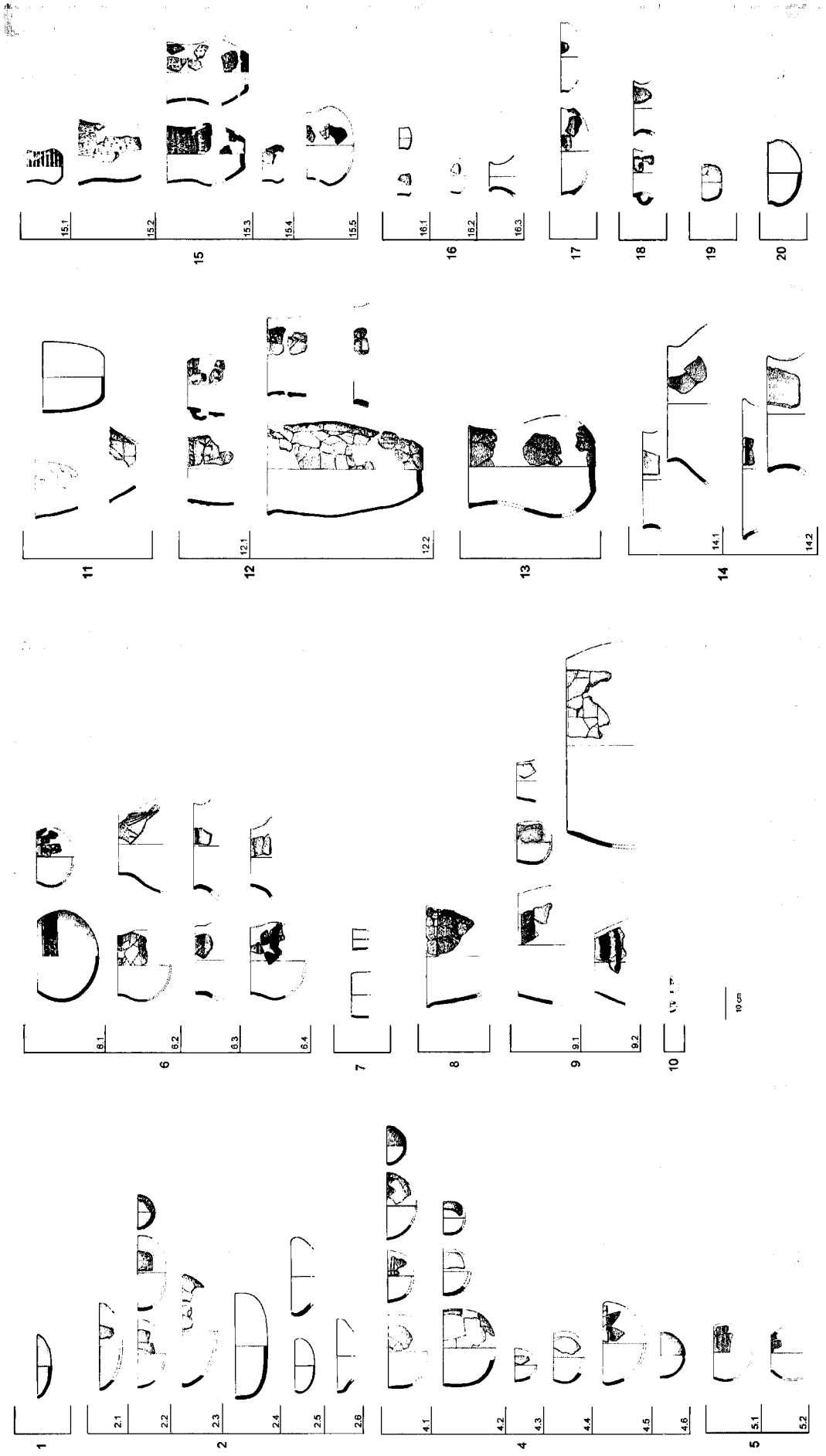


Figura 8-3 – Tabela de formas geral para área de estudo no 3º milénio AC (tomado na globalidade).

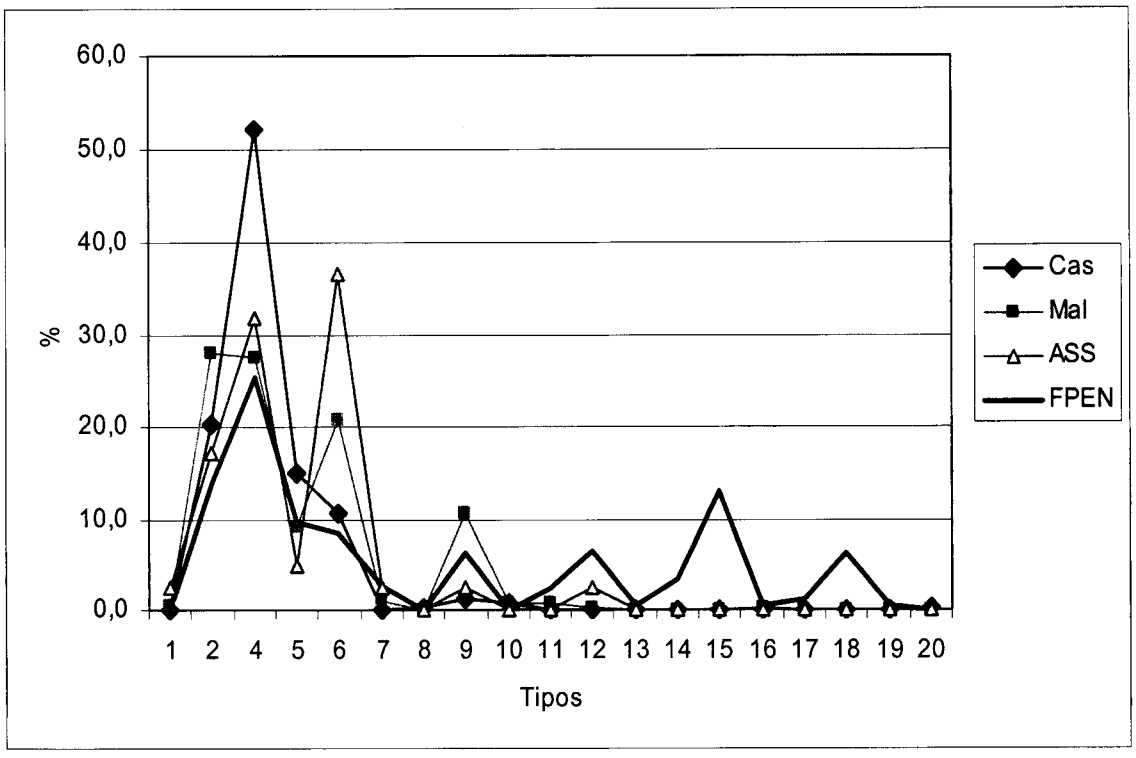


Figura 8-4 – Representatividade dos diferentes tipos por sítio.

Os recipientes de paredes rectas são pouco frequentes, mas, com excepção do Castro de Santiago, estão sempre presentes. Já os mini vasos, igualmente com baixas percentagens, ocorrem no Castro de Santiago e na Malhada, mas estão ausentes nos restantes sítios. Os pratos são igualmente vestigiais, estando apenas representados por cinco exemplares na Malhada e por um na Quinta da Assentada. Por último a forma 8 apenas está representada por um recipiente no Castro de Santiago, constituindo-se claramente com um "outlier" em termos morfológicos.

Entre o Castro de Santiago e a Malhada, todas estas morfologias estão presentes na primeira metade do 3º milénio AC e, com excepção da forma 8 (vaso fundo de bordo exvertido) e dos mini vasos, ocorrem até ao final do milénio, presentes nos dois outros contextos (Quinta da Assentada e Fraga da Pena).

Face a este quadro, observamos que a partir do contexto da Malhada, ou seja a partir do 3º quartel/meados do milénio, novas morfologias começam a fazer o seu aparecimento. Entre as tigelas surge um fundo em *omphalos* (subtipo 4.6). Ocorrem as primeiras formas de carena baixa (tipo 16), os primeiros recipientes troncocónicos (tipo 11), os potes fundos de corpo parabolóide com ou sem colo estrangulado (tipo 12) e os grandes recipientes de colo estrangulado e pança larga (tipo 14).

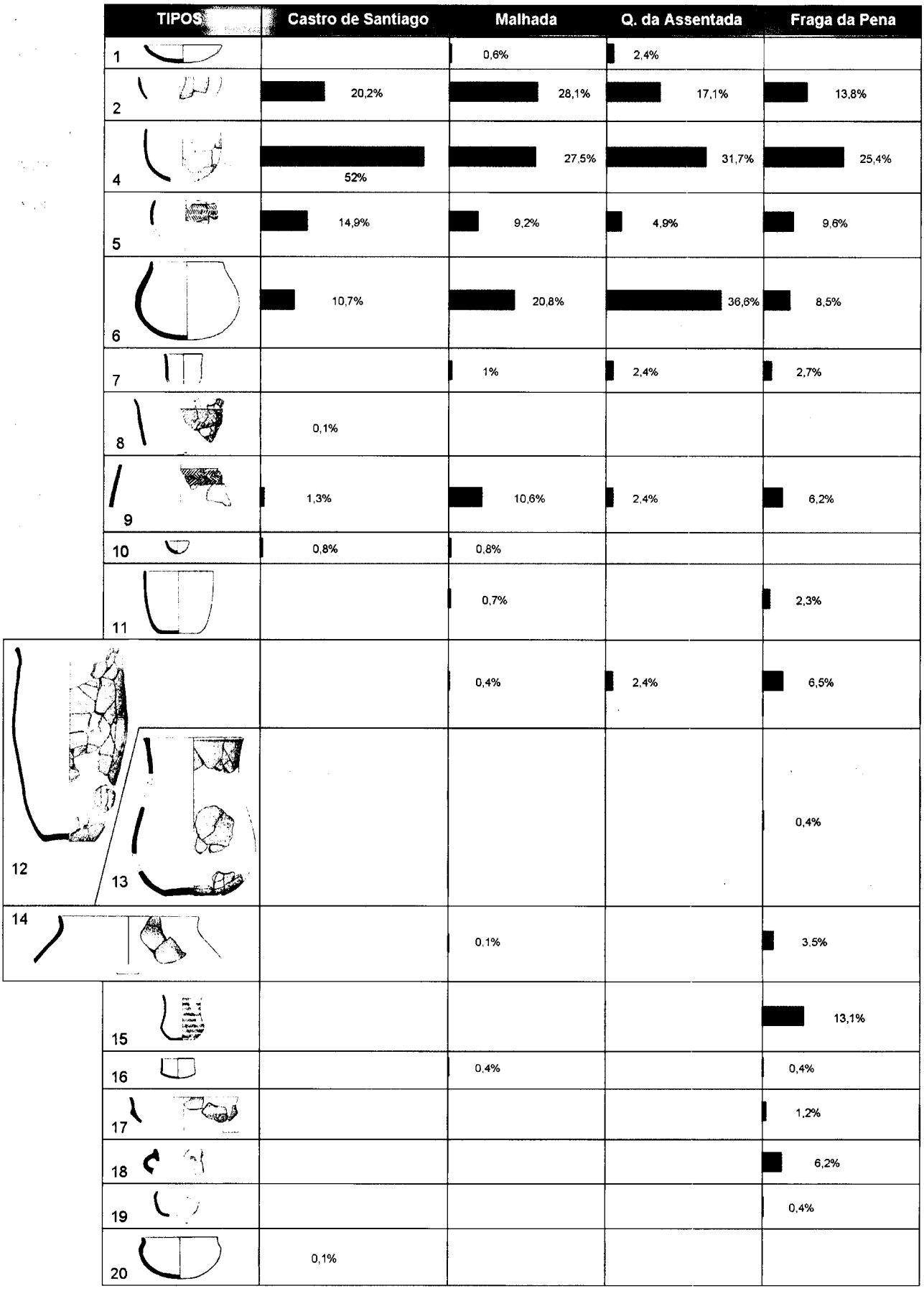


Figura 8-5 – Comportamento dos tipos cerâmicos nos quatro principais contextos intervencionados. A forma 20, presente no Castro de Santiago, surgiu nos contextos revolvidos de superfície.

Tratam-se, contudo, de morfologias com representatividades muito baixas, que se situam entre os 0,1% (potes de pança larga) e os 0,7% (troncocónicos). Na Quinta da Assentada as formas tradicionais mantêm o seu domínio, mas também já ocorre a forma 12 e um fragmento de cerâmica campaniforme.

Será, todavia, na Fraga da Pena, ou seja a partir do último quartel do 3º milénio, que as novas morfologias se vão tornar mais representativas, sem, contudo, se sobreporem às formas mais tradicionais (Figuras 8-4 e 8-5). As peças carenadas, os grandes e pequenos potes de colo estrangulado de base plana (com ou sem asa), os troncocónicos apresentam percentagens maiores e surgem com uma representatividade inusitada na região os recipientes campaniformes. O aparelho cerâmico torna-se, assim, mais diversificado e as morfologias mais complexas e seguindo novos *designs* que se associam aos antigos.

Assim, do ponto de vista morfológico, o que se observa nas cerâmicas ao longo do milénio é a existência de uma base tradicional, sustentada em morfologias simples, à qual, a partir de meados do mesmo, vão sendo aduzidas novas formas, de maneira progressiva e não abrupta e nunca eliminando a maior representatividade desse "fundo comum".

Progressivamente a tendência dos recipientes vai-se orientado das formas dominantemente abertas para morfologias dominantemente fechadas ou abertas fundas, numa inversão (Figura 8-6) que se consubstancia tanto no aparecimento das diferentes morfologias fundas de base plana, como de uma afirmação relativa dos globulares e dos recipientes de tipo saco.

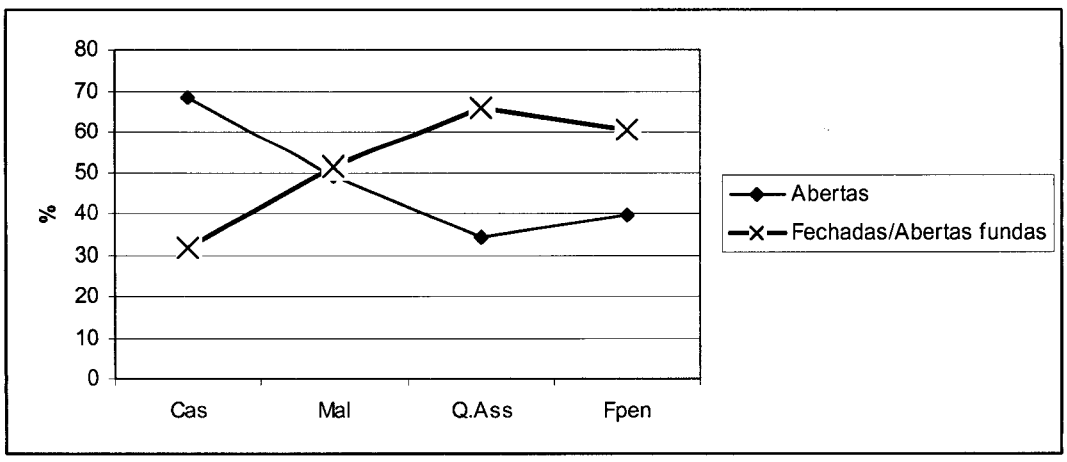


Figura 8-6 – Inversão das tendências abertas/fechadas das morfologias ao longo do milénio.

Esta evolução em continuidade que se observa nas morfologias tem a sua correspondência ao nível das decorações. No que no que respeita à percentagem de recipientes decorados, se esta se mantém estabilizada ao longo de 3/4 do milénio (7,5% no Castro de Santiago; 8,9% na Malhada; 4,9% na Quinta da Assentada), na Fraga da Pena

sobe para 21,9%, muito à custa das decorações campaniformes e decorações plásticas. Este acréscimo da percentagem de decorações na Fraga da Pena está claramente relacionado com a introdução de novas morfologias (campaniformes e grandes potes fundos de base plana), às quais estas decorações surgem associadas. Como vimos (Capítulo 5) se considerássemos apenas a formas do fundo comum, a percentagem de decoração seria de 8,8% no interior dos recintos e de 13,3% nos três sectores em conjunto.

No que respeita às organizações e técnicas decorativas, podemos descortinar uma situação semelhante às morfologias: a existência de um fundo estilístico comum que se estabelece e desenvolve na primeira metade do milénio no Castro de Santiago e Malhada e que a partir do terceiro quartel se vai começar a diluir perante a afirmação de novas organizações e técnicas decorativas (Figura 8-7).

De facto, no Castro de Santiago e na Malhada, as organizações decorativas dominantes são as de bandas horizontais abaixo do bordo à base de caneluras (organização A), à base de motivos espinhados conjugados ou não com caneluras (organização B) e à base de linhas de impressões, também enquadradas ou não por caneluras (organização F). Com uma representatividade já bem menor, seguem-se os triângulos incisos lisos ou preenchidos (organização D) e as bandas de traços verticais enquadrados por caneluras (organização H). Com menor percentagem estão os reticulados enquadrados ou não por caneluras (organização C) e, com uma presença vestigial, a as bandas verticais de traços horizontais ou linhas de puncionamentos a topo (organização E).

Contudo, entre a Malhada e o Castro de Santiago notam-se já algumas diferenças. A primeira diz respeito aos penteados. Vestigiais em Santiago (apenas um pequeno fragmento), estas decorações já atingem na Malhada os 8%. Como já foi salientado no Capítulo 4, esta maior representatividade dos penteados não se faz logo notar nos depósitos mais antigos das sequências estratigráficas da Malhada, ganhando revelo nos depósitos de ocupação mais recentes (situação observada sobretudo no Sector B), sugerido que a sua maior generalização naquele sítio se terá processado numa fase avançada da vida do sítio e não logo desde o início.

As outras diferenças entre a Malhada e o Castro dizem respeito ao aparecimento, ainda que de forma residual, de novas organizações decorativas, ausentes em Santiago (organizações J, L, M e N). Destaque, entre estas, para o aparecimento das primeiras decorações plásticas (mamilos e cordões simples e ungulados – organizações L e M). De notar que esta técnica decorativa, com a qual se produzem padrões específicos, aparece associada também às novas morfologias que fogem ao fundo calcolítico (troncocónicos e grandes potes fundos e que também se apresentam na Malhada com uma representatividade muito baixa), uma situação que será acentuada na Fraga da Pena.

Tipos	C. Santiago	Malhada	Q. Assentada	Fraga da Pena
A	31,5%	11,3%		1,9%
B	29%	32,8%		5,8%
C	3%	4,1%		1%
D	9,5%	11,1%	4,4%	6,9%
E	2%	1,4%		
F	17,5%	20,3%	21,7%	8,7%
H	7%	6,8%		1%
I	0,5%	8%		29,1%
J		0,6%		
L		2,1%		9,7%
M		1,2%	4,4%	14,6%
N		0,2%		
O			4,4%	21,4%

Figura 8-7 – Representatividade das organizações decorativas por sítio.

Nesta análise, cabe ainda salientar um conjunto de decorações que ocorrem exclusivamente na Malhada e que se enquadram em duas organizações: a D (triângulos preenchidos) e E (faixas verticais de linhas de pontos). Tratam-se de organizações onde o motivo ponteado impresso é preponderante e aparece em diversas situações associado ao preenchimento a pasta branca (Figura 4-2). Esta técnica decorativa é, localmente, exclusiva da Malhada, sendo igualmente desconhecida na região da bacia do Mondego em contextos coevos. Numa área periférica, o preenchimento a pasta branca associado ao mesmo tipo de organizações decorativas está registado no sítio do Fumo, onde também ocorrem troncocónicos e potes fundos de base plana e colo estrangulado com decoração plástica simples e digitada, num contexto datado dos finais do 3º / 1º quartel do 2º milénio AC (Carvalho, 2004). A da pasta branca em triângulos preenchidos por pontos ou a faixas de linhas ponteadas sugere uma associação à decoração simbólica de tradição meridional, associação que poderá ser reforçada por outras organizações decorativas ou motivos não totalmente perceptíveis como são as organizações J1 e J2 (Capítulo 4 – Figura 4-2), nas quais poderemos encontrar motivos que poderemos interpretar (não sem algumas reservas) como representações de elementos iconográficos característicos da decoração simbólica: representações das "tatuagens faciais" e dos "olhos raiados". Em nenhum caso, contudo, esta iconografia está expressa de uma forma clássica e inequívoca.

Na Quinta da Assentada, as organizações decorativas mais representativas da primeira metade do milénio resumem-se já só à organização F e a um fragmento da

organização D (estando ausentes as duas anteriormente mais representativas: organizações A e B). Pelo contrário, as decorações mais representativas são agora as penteadas, com uma percentagem elevada entre as cerâmicas decoradas. Ocorre também um caso de decoração plástica (organização M) e um outro com decoração campaniforme pontilhada (organização O).

Se a Quinta da Assentada revela já um comportamento bem diferenciado da estilística das decorações dos recipientes cerâmicos, a Fraga da Pena afirma a tendência de substituição das tradicionais organizações por novas composições. Embora as diferentes organizações decorativas do fundo calcolítico local (com excepção da E) estejam ainda representadas, a predominância recai agora sobre decorações ausentes ou extremamente raras na primeira metade do milénio. Os penteados voltam a surgir como a organização mais representativa, embora com percentagem (entre os decorados) bem mais baixa que na Quinta da Assentada. Contudo, são quase exclusivos nas decorações cerâmicas registadas no Sector 3. Como segunda categoria surgem as decorações associadas ao campaniforme (tanto clássicas, como reformulações locais/regionais). Finalmente as decorações plásticas à base de mamilos e cordões simples ou ungulados/digitados adquirem igualmente maior expressividade. Como atrás se referiu, a relação entre determinadas organizações decorativas e as morfologias torna-se mais evidente:

- Os penteados ocorrem sempre sobre formas do fundo calcolítico e nunca nas novas morfologias;
- As decorações impressas "beliscadas", tal como os pontilhados, estão associados às morfologias acampanuladas;
- As decorações plásticas, salvo raras excepções, estão essencialmente associadas aos grandes potes fundos de base plana (tipo 12) ou aos grande potes de pança larga, base plana e colo estrangulado (tipo 14).

Verifica-se, assim, uma situação que parte de um quadro estilístico mais homogéneo (embora dentro de cada tipo possa existir grande heterogeneidade, por exemplo ao nível das matrizes utilizadas), onde predominam decorações de tendência horizontal, de distribuição dominantemente restrita a uma faixa abaixo do bordo, tendo como organizações preponderantes as realizadas à base de caneluras simples, de motivos espinhados e de linhas de impressões de matriz variada. Ao longo do milénio esta situação vai-se alterando. Já com algumas inovações (como os preenchimentos a pasta branca na Malhada e o crescimento da representatividade dos penteados) os padrões tradicionais mantêm-se dominantes até ao final do 3º / 4º quartel, altura em que, ocorrendo ainda com percentagens pouco significativas, se observa agora um predomínio de novas organizações, onde se destacam as elevadas percentagens de penteados, as aplicações plásticas e as

organizações associadas ao campaniforme. Esta evolução apresenta alguma articulação com a evolução morfológica, já que sobre as novas morfologias nunca são aplicas decorações do fundo tradicional (com excepção dos penteados que, contudo, são residuais nesse fundo) e as decorações plásticas e as associadas ao campaniforme nunca ocorrem nas morfologias do fundo calcolítico. Essa situação apenas ocorre, uma vez mais, com as decorações penteadas quando estas se tornam dominantes.

Estas últimas representam, regionalmente, um problema interessante. Na bacia interior do Mondego, as decorações penteadas surgem no Neolítico Inicial nos contextos do Penedo da Penha e do Buraco da Moura de São Romão (Valera, 1998) para depois desaparecerem (com parece ter acontecido com toda a decoração cerâmica durante o Neolítico Pleno/Final). Voltariam a surgir em contextos do 3º milénio. A sequência proporcionada pelos sítios da área de Fornos parece indicar que o ressurgimento dos penteados ocorre ainda dentro da primeira metade, mas com uma representatividade baixa no contexto da decoração cerâmica. Em contextos mais tardios, na segunda metade do milénio, a decoração penteada aumenta a sua frequência, chegando, em determinados contextos a ser quase exclusiva entre as peças decoradas.

Este quadro de domínio das organizações penteadas em bandas aditivas apresenta uma clara concentração no Alto Douro (ver Capítulo 11 – Figura 11-10). De entre os inúmeros contextos conhecidos que forneceram este tipo de decorações, destacam-se os que foram mais trabalhados e permitem perceber a importância que estas decorações assumem na estilística cerâmica. Em contextos com o Buraco da Pala ou Castelo de Aguiar as organizações penteadas atingem percentagens extraordinariamente elevadas em universos em que a decoração das cerâmicas é igualmente dominante. No caso do Buraco da Pala, a decoração penteada surge apenas na ocupação mais recente (camada 1), com percentagem de 77% entre os recipientes decorados e associada a recipientes de tendência campaniforme (Sanches, 1997: 127). Esta ocupação encontra-se cronologicamente referenciada através de quatro datações de radiocarbono. Se exceptuarmos ICEN-933, que apresenta um elevado desvio padrão (4010±160), as restantes três enquadram-se num intervalo de 2887-2456 cal AC a 2σ. (*Idem*: 108). Já no Castelo de Aguiar as decorações penteadas atingem os 60% entre os recipientes decorados (segunda ocupação - Camada 4), associadas a duas datas que, devido ao seu elevado desvio padrão (UGRA-185: 3930±180 e UGRA-181: 3730±140), fornecem um intervalo superior a mil anos: 2910-1750 cal AC a 2σ (Jorge, 1986). Contudo, a segunda data, que apresenta um desvio padrão menor e corresponde ao topo da Camada 4, enquadra-se na segunda metade do 3º/primeiro quartel do 2º milénio AC (2569-1750) (*idem*).

Na margem sul do Douro, no sítio do Castanheiro do Vento (Vale, 2003), numa fase ainda preliminar da investigação, numa das camadas identificadas as organizações penteadas atingem igualmente uma percentagem elevada, na ordem dos 84,4%. No Castelo Velho são igualmente predominantes, encontrando-se referenciadas cronologicamente por uma série considerável de datações deste o 2º quartel do 3º milénio AC a meados do 2º (Jorge e Rubinos, 2002; Jorge, 2002).

Ainda a Norte, na bacia do Baixo Côa, o sítio do Castelo de Algodres forneceu uma percentagem decorativa geral mais baixa que os sítio anteriores: 20% do número mínimo de recipientes. Nesse universo de 20%, contudo, os motivos são quase que exclusivamente penteados, atingindo 93% dos fragmentos decorados. Sem datações, este contexto é comparado aos já referidos do Buraco da Pala e Castelo Velho (Aubry e Carvalho, 1997; Carvalho, 2003).

Na plataforma do Mondego verificam-se situações semelhantes, embora as percentagens gerais de decoração das cerâmicas sejam mais baixas. Em Linhares (Santa Comba Dão), em 6% de cerâmicas decoradas, 78% correspondem a organizações penteadas. No Murganho 1 (Nelas), ao claro predomínio da técnica penteada (70% entre os motivos decorativos presentes, que não ultrapassam os 8,5%) junta-se a técnica de apagar parte das incisões penteadas através de brunimento, de modo a obter métopas de bandas penteadas. Esta técnica foi primeiramente identificada na região no Buraco da Moura de São Romão (Valera, 1993b: 49), em contextos atribuídos já à Idade do Bronze, em penteados estratigraficamente associados a recipientes troncocónicos e a decoração plástica. Esta técnica está igualmente presente na área de Fornos de Algodres, na Fraga da Pena, na Malhada, Quinta da Assentada e Quinta das Rosas.

Nestes contextos, por vezes, observa-se uma associação politética de decorações penteadas (percentualmente dominantes) / recipientes trococónicos invertidos / recipiente campaniforme /decoração plástica. É assim na Quinta da Assentada e na Fraga da Pena, mas também noutros contextos regionais como Linhares, Santa Comba Dão, (Valera, 1999b) ou Buraco da Moura de São Romão, Seia. A associação da decoração penteada a recipientes campaniformes foi já várias vezes salientada (Jorge, 1986; Sanches, 1997; Valera, 1997b). A sua organização em bandas horizontais aditivas, em muitos casos abrangentes de grande parte ou da totalidade do corpo dos recipientes possibilita a sua interpretação como recriação regional da temática campaniforme, sobretudo do estilo Internacional de bandas. Contudo, na região, nunca estas decorações surgem apostas sobre morfologias acampanuladas. Já no Norte essa situação está documentada no Buraco da Pala num número significativo de recipientes (Sanches, 1997; Rebuge, 2004) e na Pastoria (Jorge, 1986), onde é residual.

Noutros casos, porém, as cerâmicas penteadas predominam num quadro de morfologias tradicionais, sem outros elementos tipológicos tardios, como no Murganho 1, Nelas (Valera, 1994b), no Penedo dos Mouros, em Gouveia, ou possivelmente na Quinta das Rosas, em Fornos, Quinta da Atalaia, Trancoso (Velho e Velho, 1999) e Laceiras, Carregal do Sal (Valera, 1997a). No contexto de baixas percentagens decorativas, as organizações penteadas apresentam, contudo, valores quase sempre acima dos 70%.

Em termos estritamente decorativos, uma outra associação parece começar a delinear-se entre os motivos penteados e um tipo de motivos impressos específico: trata-se das linhas de impressões finas em "crescente", provavelmente realizadas com a unha ou com um segmento de caule. Ocorrem na Fraga da Pena (organização FF4); na Malhada (FA6 e FF30); na Quinta da Assentada (FF1 e 2), estando também presente na Quinta da Rosas – Anexo 4 - Estampa 153: 11 e ausente no Castro de Santiago. Estes motivos estão sempre representados (ainda que com baixa frequência) nos contextos em que as cerâmicas penteadas estão presentes com percentagens significativas. Nos contextos onde os penteados apresentam percentagem muito elevadas, estes motivos chegam quase a representar as únicas decorações não penteadas. É assim no Sector 3 da Fraga da Pena, é também assim na Quinta da Assentada e entre os materiais decorados atribuíveis ao calcolítico na Quinta das Rosas. Trata-se de uma associação que se observa igualmente noutros contextos nortenhos onde predominam as decorações penteadas, como, por exemplo em Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge *et. al.*, 1998-99), onde podem ocorrer isoladamente nos recipientes ou conjugadas com as decorações penteadas.

Na bacia interior do Mondego em geral e na área de estudo em particular, não é ainda totalmente clara qual a representavidade das cerâmicas penteadas no ressurgir da decoração cerâmica durante os primeiros séculos do 3º milénio AC. Os dados existentes no momento apontam, contudo, para que será já bem dentro da segunda metade do milénio que surgirão os contextos em que as decorações penteadas aparecem com uma frequência quase exclusiva ou com percentagens muito elevadas. As suas associações contextuais a outros elementos decorativos, como decorações plásticas, e morfológicos, como recipientes troncocónicos, campaniformes e outras morfologias tardias (caso da Fraga da Pena), parecem sugerir que a sua afirmação estilística na região terá ocorrido num momento tardio dentro do Calcolítico, prolongando-se pelo início da Idade do Bronze. Apesar dos paralelos que se estabelecem com a região vizinha do Alto Douro, o processo parece ser aqui mais tardio e não atingir nem a dimensão nem o barroquismo que ali se verifica. A tradicional baixa percentagem da decoração das cerâmicas mantém-se (sempre abaixo dos 10%), com excepção da Fraga da Pena (muito devido à inusitada presença de Campaniforme, como já referimos). Por outro lado, as organizações penteadas abrangentes não são muito frequentes, dominando as que apresentam apenas uma ou duas faixas abaixo do bordo.

Igualmente raras são as organizações à base de penteados verticais, tão comuns no Norte. A procura de verticalidade é essencialmente feita através do recurso à técnica de apagamentos das bandas de incisões penteadas por brunimento de faixas verticais. Em suma, salvo algumas excepções, como os grandes vasos globulares decorados da Quinta das Rosas e do Buraco da Moura, ou alguns penteados parcialmente apagados por brunimento da Fraga da Pena, Malhada e do mesmo Buraco da Moura, as cerâmicas penteadas da região parecem ser dotadas de composições menos elaboradas e menos "barrocas" que as suas congéneres mais a Norte. Quanto à problemática de uma eventual vinculação estilística entre estas duas áreas vizinhas no que respeita a esta temática decorativa, será um tema para desenvolver mais à frente (Capítulos 10 e 11).

É igualmente interessante registar que a relação entre a decoração e a dicotomia morfológica forma aberta / forma fechada se mantém e até se acentua na Fraga da Pena, no final do milénio. No Castro de Santiago a relação é de 31,1% / 68,9%, na Malhada de 34 / 66% e na Fraga da Pena de 15,8% / 84,2% (na Quinta da Assentada apenas dois fragmentos decorados permitiram reconstituição de forma, um globular e um vaso de paredes rectas, pelo que o seu significado estatístico é aqui nulo). Esta preponderância da decoração sobre as formas fechadas e fundas registada na Fraga da Pena poderá sempre ser considerada normal tendo em conta que o aparelho cerâmico já é dominado (cerca de 60%) por essas morfologias. Já para a Malhada, em que formas abertas e fechadas se equivalem, e sobretudo para o Castro de Santiago, onde predominam claramente as formas abertas sobre as fechadas, a opção pelos recipientes fechados torna-se evidente. Esta opção, associada a uma tendência para a localização das decorações essencialmente no primeiro 1/3 das peças abaixo do bordo, foi relacionado com a visibilidade que as peças fechadas proporcionariam às decorações, potenciando o seu papel comunicativo (Valera, 1997a). Pelo menos em parte, a escolha dos recipientes a decorar não teria a ver com o uso específico dado a cada morfologia, mas com as que proporcionariam maior visibilidade às decorações. Esta ideia é reforçada pelo facto de, até à Fraga da Pena, não se ter evidenciado qualquer padrão de relação privilegiada entre um tipo morfológico e uma organização decorativa. Será na Fraga da Pena que este tipo de associações parece pela primeira vez ocorrer, entre a decoração plástica e os grandes potes fundos de base plana e, naturalmente, na cerâmica campaniforme.

Ao contrário do que acontece noutras áreas regionais do Ocidente Peninsular, como na Estremadura (onde tipos cerâmicos estão claramente associados a estilos decorativos desde o início do 3º milénio), o ressurgimento da decoração da cerâmica no início do Calcolítico na bacia interior do Mondego parece marcado por uma independência entre estilo morfológico e estilo decorativo, no sentido de que estes não se afiguram vinculados simbolicamente. A relação observada parece ser antes de ordem "funcional" ao serviço das

estratégias comunicacionais que as decorações servem, seleccionando para decorar as morfologias que apresentam superfícies exteriores que proporcionam maior visibilidade. Por outras palavras, "escreve-se" sobre o suporte cerâmico que permite melhor leitura sem que aparentemente existia uma preocupação de associar essa "inscrição" a qualidades simbólicas que determinado tipo morfológico cerâmico possa eventualmente ter. Uma correlação simbólica só poderá ser vislumbrada na segunda metade do milénio e fundamentalmente associada tanto a formas como a estilos decorativos ausentes no fundo cerâmico local tradicional (estabelecido na primeira metade do 3º milénio AC).

Finalmente, o estudo arqueométrico realizado abrangendo amostras dos quatro principais contextos estudados e amostras da geologia local, permite também uma abordagem diacrónica às tecnologias de produção de cerâmicas e estratégias de exploração de matérias-primas ao longo do 3º milénio na área de estudo (Dias *et. al.*, 2000, 2002, 2005 e no prelo; Polvorinos *et. al.*, no prelo). No total foram analisadas 220 amostras de cerâmicas dos quatro contextos principais e 28 amostras relativas à geologia local. Relativamente às cerâmicas, para a Fraga da Pena foram realizadas análises de 69 recipientes, para o Castro de Santiago 53 (das quais 5 correspondem a pesos de tear e as restantes a recipientes,) para a Malhada 83 (correspondendo 3 a pesos de tear e as restantes a recipientes) e para a Quinta da Assentada 15 (sendo uma de argila queimada e as restantes de recipientes). A amostragem das cerâmicas teve em atenção os diferentes grupos tipológicos definidos para os vários sítios, procurando viabilizar a análise de eventuais relações entre morfologias específicas e particularidades tecnológicas e produções locais/importações. Por outro lado, a amostragem de pesos de tear visava esclarecer se existiriam diferenças tecnológicas e de matérias-primas entre os dois principais grupos cerâmicos existentes em cada sítio. As 28 amostras de matérias-primas cobrem a diversidade da geologia local, tendo sido amostrados contextos de alteração de granitos, xistos e filões de doleritos e de aplito-pegmatitos, permitindo abordar com propriedade as estratégias de exploração de recursos e as questões relativas à produção local / importação.

A imagem obtida para cada um destes sítios (apresentada no capítulo correspondente a cada um deles) revela que do ponto de vista tecnológico não existem grandes diferenças na produção dos recipientes cerâmicos ao longo do período abrangido, com excepção do que se verifica na Fraga da Pena relativamente a alguns campaniformes.

As temperaturas de cozedura são sempre relativamente reduzidas, abaixo dos 500º/600º, sugerindo uma tecnologia de produção que recorre a cozedura em ambiente aberto, sem recurso a complexas estruturas de forno. No caso da Fraga da Pena, contudo, algumas peças poderão ter sido cozidas a temperaturas ainda mais reduzidas, o que poderá

explicar parcialmente a fraca consistência que algumas das cerâmicas deste sítio apresentam.

As pastas revelam sempre abundantes elementos não plásticos (essencialmente os elementos de origem granítica - quartzo, feldspatos alcalinos, plagioclases e micas, mas também "grog"), de tamanhos heterogéneos (revelando que não existe uma moagem prévia para a sua homogeneização) e apresentam uma distribuição igualmente heterogénea.

As produções são essencialmente feitas com recursos locais, sendo explorados predominantemente os materiais argilosos provenientes da alteração dos granitos e dos filões doleríticos, verificando-se por vezes a sua mistura. Parece existir uma correlação entre proximidade das potenciais fontes de abastecimento de matéria-prima e a opção pela predominante utilização destes diferentes materiais argilosos. Assim, na Fraga da Pena, onde na envolvência se regista a maior concentração de veios doleríticos alterados, observa-se uma predominância do recurso a argilas com essa proveniência, às quais se adiciona têmpera de origem granítica, da qual também poderão ter sido utilizadas algumas argilas. Já no Castro de Santiago registou-se o predomínio do recurso a argilas de alteração dos granitos, sendo o recurso aos filões doleríticos alterados mais pontual e sempre com adição de têmpera de origem granítica. Ao contrário da Fraga, os filões de dolerito são mais raros na zona do Castro de Santiago e encontram-se mais afastados do sítio, embora a distâncias não muito grandes (entre 1000 a 2000 metros). A situação na Quinta da Assentada repete a registada no Castro de Santiago, com o predomínio de recurso a argilas de alteração de granitos, mas também revelando a presença de argilas de alteração de doleritos, com proveniência em filões existentes no fundo da vertente onde se localiza o sítio. Na Malhada contudo, registou-se uma diferenciação que poderá ter significado cronológico. De facto, a maioria das amostras que correspondem às ocupações calcolíticas preservadas evidenciam o recurso simultâneo às argilas de alteração de granitos e de filões doleríticos. Contudo, as amostras correspondentes a morfologias tardias integráveis já na Idade do Bronze que ocorriam nos depósitos mais superficiais, apontam exclusivamente para as argilas de alteração de granitos. Esta situação permite colocar a hipótese de no final da vida do sítio, ou numa reocupação temporária de um local já abandonado, as opções relativamente à exploração de recursos passarem a ser menos diversificadas, concentrando-se essencialmente num tipo de proveniências. O significado desta eventual alteração poderá ser múltiplo e relacionar-se com diferentes opções tecnológicas ou com formas novas de organização do território local com interferência nas estratégias de exploração de recursos.

É também no contexto mais tardio em análise que se observa a outra particularidade tecnológica detectada ao nível da produção cerâmica. Ao nível das morfologias, os vários

sítios não apresentam qualquer diferença tecnológica padronizada entre os diferentes grupos tipológicos ou entre cerâmicas decoradas e cerâmicas lisas ou ainda entre recipientes e pesos de tear. A única excepção é um conjunto de recipientes campaniformes da Fraga da Pena, predominantemente associado às organizações decorativas à base de impressões unguladas (beliscadas), que revelaram uma preocupação ao nível da produção que não se registou em todos as outras amostras realizadas neste sítio: pastas de têmpera granulometricamente mais fina, de distribuição mais homogénea e textura regularizada (revelando uma eventual moagem dos elementos não plásticos e a sua mistura mais cuidada na pasta). Tratam-se de procedimentos mais cuidados associados a uma morfologia e a uma organização específicas, o que parece revelar intencionalidade, para a qual os sentidos terão que ser procurados no contexto global em que estes recipientes se inseriam (Capítulos 9 a 11).

Apesar das evidências apontarem para uma produção cerâmica essencialmente local, em todos os contextos se observam alguns escassos "outliers". Tratam-se de peças que revelam o recurso a matérias-primas que, do ponto de vista da análise química, não se enquadram com as restantes amostras de recipientes nem com as amostras da geologia local. Foram identificados dois na Malhada (correspondendo a 2,5%), outros dois no Castro de Santiago (correspondendo a 4,4%) e seis na Fraga da Pena (correspondendo a 8,7%). No Castro de Santiago e na Malhada esses "outliers" reportam-se a morfologias comuns. No caso da Fraga da Pena, contudo, não só a percentagem de "outliers" é maior que nos restantes contextos (sugerindo que a circulação de recipientes de produção exógena é superior), como entre essas seis peças, quatro correspondem a recipientes campaniformes: um liso, dois Internacionais de bandas e uma "imitação" do internacional de bandas (bandas ponteadas). Para além do sugestivo facto de a maioria dos "outliers" serem recipientes campaniformes, é igualmente interessante sublinhar a situação de entre esses quatro casos estarem dois de estilo internacional de bandas. Entre o conjunto de recipientes campaniformes da Fraga da Pena, apenas cinco peças correspondem a esta organização decorativa de grande abrangência transregional. Dessas cinco peças, duas foram amostradas no corrente estudo e ambas se estabelecem como "outliers" relativamente ao contexto geológico local e à grande maioria dos recipientes analisados. É assim sugerido que os recipientes de estilo internacional teriam uma origem exógena ao contexto local, juntamente com uma sua "imitação", um campaniforme liso, um recipiente com decoração penteada e um recipiente do fundo comum.

Quanto às razões de ser destes "outliers", as mesmas terão que ser abordadas no âmbito das interpretações que se fazem de cada um destes contextos e simultaneamente no âmbito dos modelos de circulação e de interacção que podem ser assumidos para esta área

e do seu comportamento ao longo do milénio, abordagem que será desenvolvida nos capítulos seguintes.

Quanto aos aparelhos cerâmicos dos restantes sítios, podermos procurar articulá-los com quadro construído a partir do Castro de Santiago, Malhada, Quinta da Assentada e Fraga da Pena. Exercício que, não sendo viável para os contextos que apresentam poucos restos cerâmicos, poderá der realizado nalguns casos concretos.

Entre os sítio de *habitat*, apenas a Quinta dos Telhais e a Quinta das Rosas forneceram cerâmicas em quantidade que permitam tirar algumas ilações. Em ambos os caso, todavia, os dados são escassos e apresentam fragilidades, uma vez que se tratam de recolhas de superfície (no primeiro caso) ou de materiais remobilizados em ocupações posteriores (no segundo). Assim, entre os materiais cerâmicos da Quinta dos Telhais estão presentes as principais morfologias do "fundo comum" (taças, tigelas, esféricos e globulares, assim como os menos frequentes recipientes de paredes rectas), estando ausente qualquer outra morfologia. Ao nível das decorações, presentes em apenas cinco fragmentos, temos uma incisão penteada ondulantes, dois fragmentos com bandas de impressões penteadas arrastadas e outros dois com motivos incisos e impressos. O reduzido número de fragmentos decorados não permite grandes ponderações estatísticas, mas o peso relativo das cerâmicas penteadas aproxima-se da imagem presente no contexto vizinho da Malhada. Já na Quinta das Rosas, as cerâmicas que podemos reportar a uma ocupação do 3º milénio correspondem a um conjunto de fragmentos decorados, onde predominam claramente as organizações penteadas incisas em bandas, num caso com grande "barroquismo". Para além das cerâmicas penteadas, registou-se um fragmento com decoração de linhas impressas com "crescentes" e um outro com triângulo preenchido por impressões. Nas peças que permitem atribuição formal estão presentes os globulares e os recipientes "tipo saco". A predominância de cerâmicas penteadas, associadas a um exemplar com impressões de "crescentes" e a morfologias fechadas do fundo comum, aproxima-se dos registos proporcionados pela Quinta da Assentada e pelo Sector 3 da Fraga da Pena, enquadrando-se na problemática dos contextos dominados por este tipo de organizações decorativas acima abordado.

Quanto aos monumentos megalíticos da zona, na Anta de Aldeia Velha não foi publicada qualquer ocorrência em cerâmica, enquanto que os materiais recuperados na Anta de Cortiçô (na qual ocorrem fragmentos decorados) ainda não foram publicados. Os fragmentos da Anta da Matança correspondem a uma taça de bordo ligeiramente espessado e a fragmentos de um recipiente com decoração espinhada. Pensamos que estes materiais se possam integrar numa reutilização daquele monumento durante o 3º milénio, sendo o

motivo espinhado integrável numa das organizações mais comuns deste área e, como será argumentado mais à frente, de provável carga simbólica emblemática.

No que respeita aos monumentos do Carapito, os fragmentos cerâmicos provenientes do Monumento 4 são indiferenciados. Já os do Monumento 1 permitem determinar a presença de uma taça fechada, bordos de possíveis tigelas ou taças e um bordo de uma taça ou tigela de carena alta. Um único fragmento apresenta decoração aparentemente em boquique. A decoração em boquique é rara nos contextos estudados, mas ocorre na organização F no Castro de Santiago. Também no Castro de Santiago ocorre a única peça de carena alta, neste caso o tigela com decoração reticulada (subtipo 4.5). Presentes, com extrema raridade, em Santiago, esta decoração e esta morfologia são elementos arcaicos: a decoração em boquique remete essencialmente para contextos antigos dentro do Neolítico, enquanto as taças ou tigelas lisas de carena alta são frequentes no aparelho cerâmico no final do Neolítico na plataforma do Mondego. Poderemos, pois, assumir, que a parca cerâmica presente no Monumento 1 do Carapito se reportará a utilizações do mesmo durante o Neolítico. Já as cerâmicas do Monumento 2 e sobretudo do 3 apontam essencialmente para reutilizações tardias, integráveis na Idade do Bronze. Destaca-se, aqui, o conjunto de recipientes troncocónicos de Carapito 3, associados a taças de bordo exvertido e a um recipiente de perfil em "S". As taças de bordo exvertido estão ausentes dos conjuntos artefactuais cerâmicos dos contextos trabalhados, nomeadamente do mais tardia (Fraga da Pena), Já os troncocónicos estão presentes desde o início da ocupação da Malhada e, com maior representatividade, na Fraga da Pena. Contudo, os troncocónicos do Carapito 3 apresentam particularidades que estão ausentes naqueles dois outros sítios: quase sempre apresentam asas (de fita ou de rolo) e vários são decorados com pequenos mamilos junto ao bordo. Estes atributos, embora ocorram noutras morfologias da Fraga da Pena, nunca foram registados nos troncocónicos, enquanto que na Malhada existe um recipiente troncocónico com um mamilo, mas no corpo do vaso. Ocorre igualmente um pote de base aplanada, bordo ligeiramente estrangulado e asa de rolo com aplicação incrustada , com paralelos na Fraga da Pena na forma 18.

A proximidade do núcleo do Carapito relativamente à Fraga da Pena (cerca de três quilómetros) permite colocar a hipótese de as comunidades que reutilizaram os Monumentos 2 e 3 integrarem as comunidades que circularam pela Fraga da Pena ou residiram nas imediações. As especificidades estilísticas dos recipientes troncocónicos de Carapito 3 não inviabilizam tal hipótese, podendo estar essencialmente relacionadas com a natureza contextual da sua deposição. Note-se que a presença de asas é comum nos troncocónicos depositados em contextos funerários (por exemplo Pedralta, Vale de Cambra, Orca de Castenairos, Orca do Tanque, Orca de Juncais, Orca das Antas ou Sobreda), sendo muito raras em troncocónicos registados noutros tipo de contextos (apenas

conhecemos um exemplar com asa no Buraco da Moura de São Romão, numa situação contextual que não será inequívoca).

Existe ainda um fragmento decorado em Carapito 3 que apresenta o bordo ligeiramente denteado e uma matriz reticulada à base de linhas horizontais incisas, com os espaços intermédios preenchidos por linhas perpendiculares de traços (que não cortam as linhas horizontais). Esta organização e a sua associação ao fino dentear do bordo são conhecidos nas organizações decorativas do Neolítico Antigo regional, por exemplo no Buraco da Moura de S. Romão (Valera *et. al.*, 1989). Este é um pequeno fragmento, contrastando com os fragmentos de maiores dimensões, proporcionando remontagens, nalguns casos integrais, dos restantes recipientes, pelo que poderá ser uma incorporação de material correspondente às utilizações mais antigas ou eventualmente a momentos prévios ao monumento, um pouco à imagem do que pode ser sugerido para o fragmento com boquique do Monumento 1.

Deste modo, as cerâmicas presentes nos monumentos megalíticos da zona de estudo demonstram a sua utilização no 3º milénio AC / transição para o 2º, sendo que as reutilizações calcolíticas estão essencialmente presentes nos monumentos da Matança e Cortiçô e as da Idade do Bronze no núcleo do Carapito.

8.2.2 Os elementos de tear

Os elementos de tecelagem, com excepção de um possível fragmento de cossoiro registado na Malhada, correspondem a pesos de tear. Estes estão presentes na quase totalidade dos sítios intervencionados: Castro de Santiago, Malhada, Quinta dos Telhais, Quinta da Assentada, Quinta das Rosas e Fraga da Pena (nesta última apenas no exterior dos recintos, no Sector 3).

Tipologicamente tratam-se, na quase totalidade dos casos, de placas paralelepipédicas espessas, secções rectangulares/sub-rectangulares e cantos mais angulosos ou mais arredondados. As perfurações encontram-se junto aos cantos e, nos casos em que as peças se encontram mais inteiras, são em número de quatro, uma em cada canto. A única excepção é uma metade de peso de secção transversal elipsoidal com uma perfuração central junto ao topo (eventualmente poderia ter outra na outra extremidade). Em duas situações ocorrem peças decoradas: um fragmento no Castro de Santiago e outro na Malhada. Em ambas as situações tratam-se de decorações de linhas incisas formando um reticulado. Decorações de pesos através de linhas incisas que se cruzam ortogonalmente foram reconhecidas no Penedo da Penha e no Murganho, na plataforma do médio Mondego (Estevinha *et. Al.* 1989; Valera, 1994b). Foi anteriormente sugerido (Valera, 1997a) que estas organizações decorativas, à base de linhas que se

cruzam, pudessem de alguma forma evocar (com eventual carácter simbólico) a trama da urdidura.

Entre os vários contextos existe uma grande homogeneidade formal, a qual se estende aos restantes casos conhecidos regionalmente e nas regiões mais a norte. Na realidade, uma análise formal comparada revela uma proximidade tipológica entre os pesos conhecidos na bacia interior do Mondego e os do Norte do país e, que em conjunto, se diferenciam bem das placas características da região estremenha (Figura 8-8).

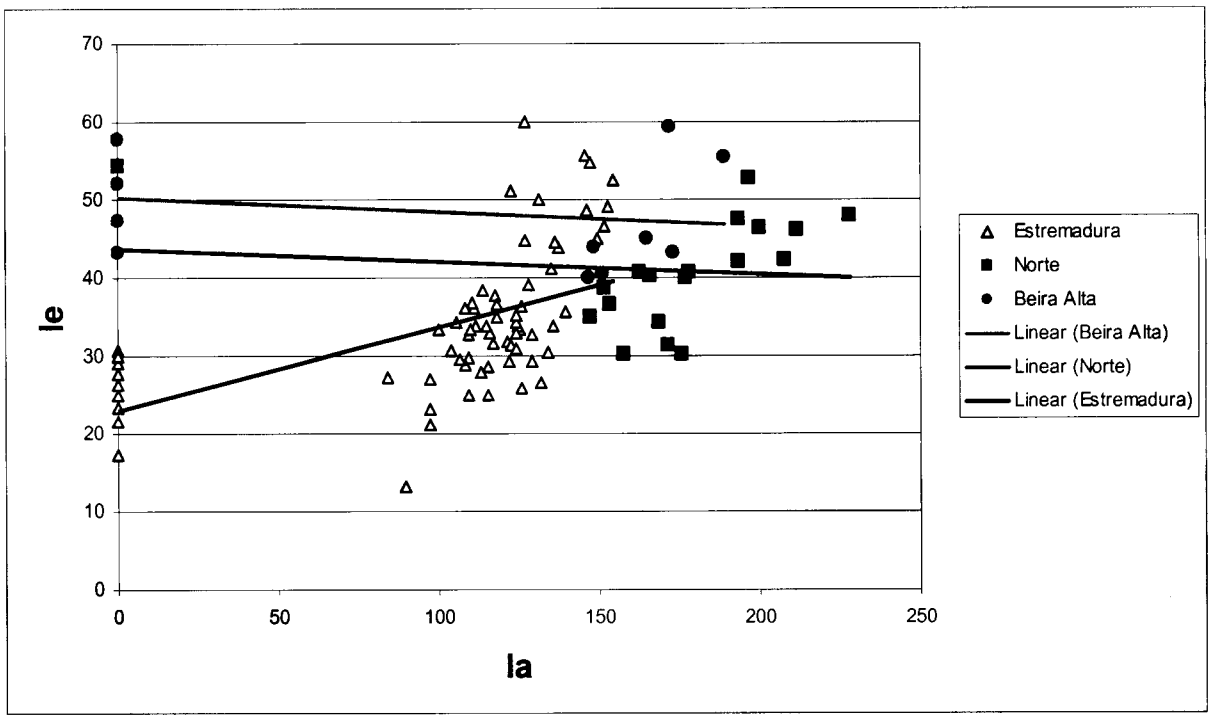


Figura 8-8 – Comparação dos pesos de tear da Beira Alta e Norte de Portugal com os da Estremadura. Sítios considerados: Beira Alta - Castro de Santiago, Malhada, Quinta dos Telhais, Fraga da Pena, Penedo da Penha e Buraco da Moura; Norte de Portugal – Pastoria, Cunho, Barrocal Alto e Castelo Velho; Estremadura - Leceia, Columbeira, Pedra do Ouro, Penedo e São Mamede. É verificável uma tendência dos pesos do norte para um maior alongamento e uma maior espessura, contrastando com a tendência mais quadrangular e fina das placas estremenhas.

Como já anteriormente sugeri (Valera, 1997a), a diferenciação tipológica traduzirá procedimentos tecnológicos próximos, mas com algumas diferenças, que tanto se poderão relacionar com a matéria-prima (e a forma como esta é preparada) como com o tipo de engenhos utilizados para a tecelagem (ver a este respeito Gomes, *no prelo*). Na área em estudo, a tecnologia de tecelagem parece bem enquadrada numa tradição de abrangência regional alargada, que abrange a metade norte do país. Esta tradição tecnológica parece manter-se localmente ao longo do milénio, pelo menos no que aos pesos diz respeito, não se observando alterações tipológicas significativas entre os exemplares registados nos diferentes contextos trabalhados.

A única alteração que se observa reporta-se ao número de exemplares referenciado em cada contexto. Os pesos são bem mais numerosos no Castro de Santiago e Malhada, e residuais na Quinta da Assentada, Quinta das Rosas, Quinta dos Telhais e Fraga da Pena. Se na Quinta dos Telhais e na Quinta das Rosas essa imagem poderá resultar de um problema de amostragem, nos dois outros sítios poderá sugerir que a actividade de tecelagem seria menos representativa ou que a presença dos pesos assumiria um papel não propriamente funcional (veja-se a argumentação a favor de uma deposição ritual de pesos de tear em Castelo Velho – Jorge *et. al.*, 1998-99).

8.2.3 Indústria lítica talhada

A indústria lítica talhada apresenta, nos diferentes sítios intervencionados, uma imagem que, a um nível geral, revela grande continuidade ao longo de todo o milénio no que respeita à organização da produção.

Nas matérias-primas (Figura 8-10) regista-se um claro predomínio do quartzo (leitoso), sempre acima dos 80%, com excepção da Fraga da Pena onde atinge "apenas" 75%. Aí a diferença faz-se essencialmente à custa do crescimento do recurso ao dolerito e ao quartzo hialino. Note-se que a área envolvente à Fraga da Pena é a que apresenta uma maior concentração de filões doleríticos e de quartzo. O quartzo hialino é normalmente a segunda matéria-prima mais representada, mas só na Fraga atinge valores ligeiramente acima de 10%. Apenas no Castro de Santiago o quartzo hialino é suplantado pelo sílex, que com 8,8% atinge a sua percentagem mais elevada no conjunto dos sítios estudados. Nos restantes varia entre os 3,3% na Quinta da Assentada e os 6 e 6,4% na Malhada e na Fraga da Pena respectivamente. O quartzo fumado, o chert, o granito ou o quartzito ocorrem sempre com percentagens residuais e nem sempre em todos os contextos.

Estamos, pois, perante um quadro em que as matérias-primas utilizadas são predominantemente as disponíveis localmente em quantidade (quartzo, quartzo hialino, dolerito). O granito e o quartzito, frequentes na área, são pouco utilizados, o que se relacionará sobretudo com o facto de a sua estrutura não ser propícia para o tipo de indústria pretendida. Quanto ao quartzo fumado, existe localmente, mas normalmente não em grandes quantidades nem com grande frequência, o que poderá explicar a escassez com que é utilizado. O dolerito apenas ocorre nos contextos mais tardios, residualmente na Quinta da Assentada e com 6% na Fraga da Pena. Estes são dois dos sítios em que se registou, ao nível do estudo arqueométrico de cerâmicas, o recurso aos filões de doleritos alterados, mas onde "bolas" desta rocha sem alteração podem ser obtidas. A sua maior representatividade na Fraga da Pena poderá ser relacionada com o facto de ser essa a zona onde se concentra um número mais elevado destes filões. Contudo, para além da disponibilidade local, outras possibilidades podem ser exploradas para explicar este recurso

ao dolerito que, sendo pouco expressivo no conjunto da indústria lítica talhada da Fraga da Pena, é "extraordinário" na imagem global destas indústrias nos vários contextos. Outras hipóteses podem ser sugeridas dentro de um quadro interpretativo que valorize mais o significado e a natureza do próprio contexto (Cf. Capítulo 9). De facto, observa-se uma relação particular entre a matéria-prima dolerito e a produção de pequenos raspadores unguiformes: os onze raspadores desta tipologia registados no interior dos dois recintos são todos em dolerito, matéria-prima sobre a qual não se registou qualquer outro artefacto. Os restos de um grande núcleo revelam poder corresponder à morfologia esferóide que caracteriza o estado não alterado desta rocha no interior dos filões profundamente alterados. Os restantes materiais em dolerito correspondem a restos ou produtos brutos de debitagem e a sua reduzida quantidade e tamanho permite pensar, como possibilidade viável, que todos seriam provenientes daquele grande núcleo e que apenas um único esferoide de dolerito terá sido debitado no local. Os raspadores são de dimensões muito reduzidas e de uma tipologia rara ou inexistentes em contextos do 3º e do 2º milénio AC. Dada a natureza contextual proposta para estes recintos, onde a componente simbólica é particularmente marcada, poderemos questionar-nos se o recurso a esta rocha (possivelmente um único esferóide) para a produção de um determinado tipo de artefacto, de tipologia "incomum" na época em questão, não se relacionará mais com determinadas prescrições da esfera do significado (seja do artefacto, seja das tarefas e das acções em que é utilizado) do que com aspectos essencialmente tecnológicos, funcionais ou de disponibilidade de recursos. A ser assim, poderíamos propor para o uso do dolerito na Fraga da Pena uma estratégia de exploração mais marcada por constrangimentos de ordem simbólica, os quais condicionariam também a morfologia dos artefactos produzidos sobre esta matéria-prima e, eventualmente, a própria reduzida frequência com que a ela se recorreu. Note-se que a morfologia esférica com que o dolerito ocorre no interior dos filões fortemente argilosos por alteração proporciona uma imagem natural fora do comum, a qual não seria percebida e explicada através de qualquer racionalização que se aproximasse da moderna explicação geológica. Esta ocorrência natural tem um potencial para poder ter gerado interpretações e explicações de carácter mais específico no âmbito do sagrado ou do mítico que serão, necessariamente, irrecuperáveis. Certamente, como se discutirá sobretudo no Capítulo 11, estas comunidades não partilhariam da moderna concepção de natureza, nem formalizariam dualismos entre o natural e o artificial. As visões do mundo que integrariam aquilo que hoje é compartimentado não nos poderá, contudo, levar a conceber que todas as causalidades naturais teriam a mesma dimensão explicativa e a mesma valorização no enredo cosmológico dessa sociedades. A familiarização e o sentimento de controlo existiriam, de forma muito diversificada, relativamente à imensidão de materialidades e fenómenos naturais, fazendo com que os seus níveis de representação

e manipulação simbólica fosse igualmente diversificado. A plausibilidade de que determinadas materialidades, pela sua originalidade, particularidade, raridade, etc, poderiam ter um potencial superior ao nível da sua manipulação simbólica será suficiente para podermos hoje entrever um uso diferenciado destes esferóides e pensar que aos mesmos poderiam estar associadas propriedades e qualidades que os tornariam numa matéria-prima privilegiada para determinadas utilizações ou para determinados contextos. O facto de a sua principal expressão ocorrer no interior da Fraga da Pena será, neste âmbito, um reforço desta sugestão interpretativa.

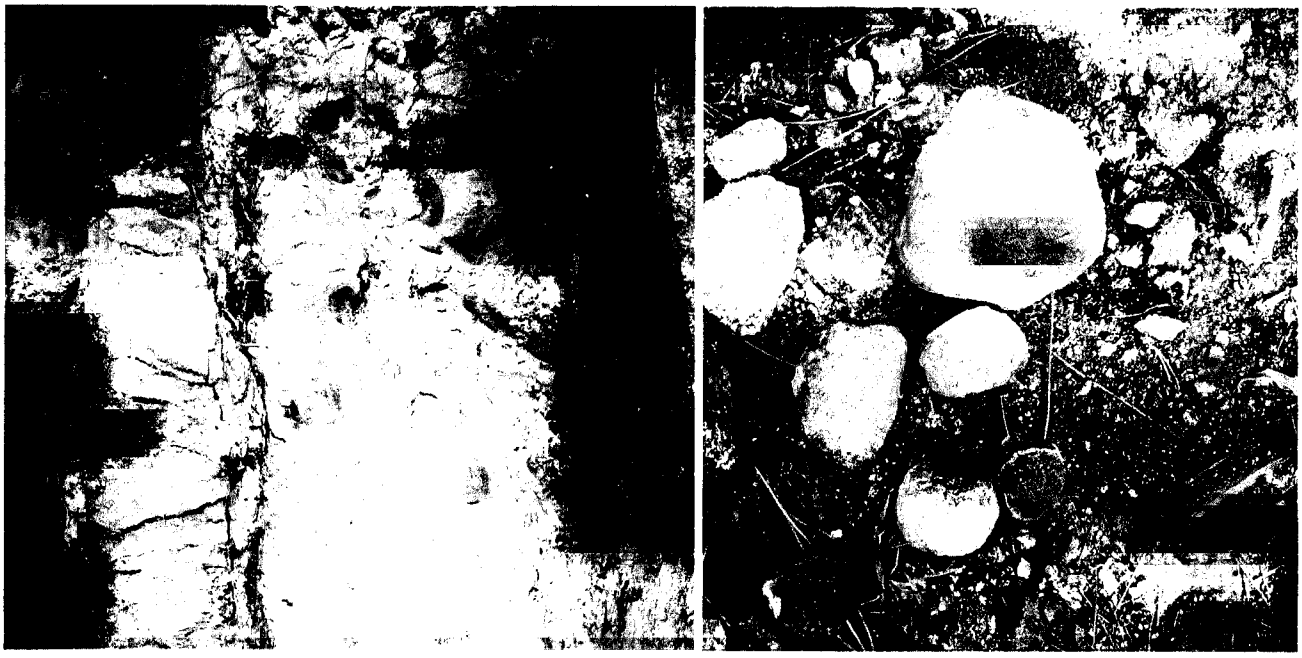


Figura 8-9 – Pormenor de um filão de doleritos alterados, sendo visível a matriz argilosa resultantes da alteração e os esferóides (ou seus negativos) de dolerito não alterado (esquerda). Pormenor dos esferóides de dolerito (direita). Filão localizado no Vale da Ribeira da Muxagata, entre a Malhada e a Fraga da Pena.

Quanto às restantes matérias-primas, o sílex e o chert seriam essencialmente matérias-primas importadas, embora um filão não cartografado na Carta Geológica de Portugal existente dentro da vila de Fornos de Algodres (cf. Capítulo 7) tenha evidenciado rochas siliciosas por alteração, as quais foram exploradas na Pré-História, conforme documentam alguns materiais talhados recolhidos no local (cf. Capítulo 7). Outras situações destas foram já documentadas junto a Nelas (Valera, 1997a). Seria, pois, possível obter localmente ou regionalmente algum sílex ou material silicificado, o qual contudo, não viabilizaria o talhe dos produtos alongados que se registaram nos vários sítios. Deste modo, a grande maioria do sílex seria importado, seja sobre a forma de nódulos ou núcleos (já que estes ocorrem e a sua debitagem, embora residual, está atestada) seja sobretudo sob a forma de produtos alongados em bruto ou já transformados em utensílios.

	Quartzo	Quartzo Hialino	Quartzo Fumado	Sílex	Chert	Granito	Quartzito	Delorito
Castro de Santiago	84,6	6,6	0	8,8	0,1	0	0	0
Malhada	85,7	7,3	0,6	6	0,2	0	0	0
Quinta da Assentada	88	5,6	0,1	3,3	0	0,2	2,5	0,1
Fraga da Pena	75,1	12,2	0,1	6,4	0,1	0	0	6

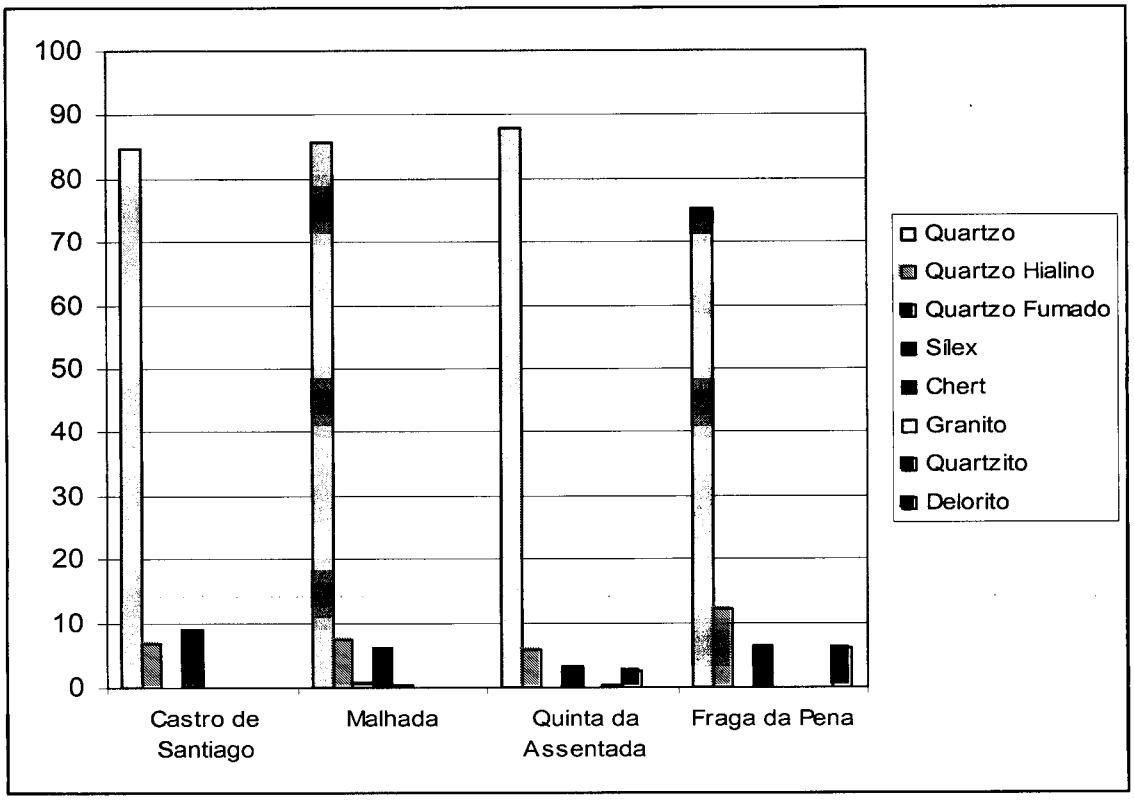


Figura 8-10 – Representatividade das diferentes matérias-primas nas indústrias de pedra talhada (valores em %)

Quanto à organização e orientação da produção lítica talhada, o que se observa é a manutenção ao longo de todo o milénio do mesmo quadro genérico, facto que, pelo menos em parte, estará relacionado com as condicionantes de matéria-prima, cujos níveis de interferência parecem ter oscilado muito pouco ao longo do tempo, embora se note um aparente agravamento de falta de sílex no final do milénio. Esta situação poderá dar a entender que as dificuldades de abastecimento de sílex e rochas afins se mantiveram relativamente estáveis ao longo do período de tempo considerado, sendo que o facto da utensilagem realizada sobre suporte laminar em sílex ser menor nos contextos mais tardios (Quinta da Assentada e Fraga da Pena) pode indiciar uma certa redução no abastecimento desta matéria-prima durante a segunda metade do milénio.

Assim, baseada essencialmente no recurso ao quartzo, a produção lítica talhada está atestada em todos os contextos, com um peso proporcional relativamente aos respectivos conjuntos artefactuais globais. Estas indústrias estão orientadas para a produção de lascas e lamelas em quartzo, podendo ocorrer pequenas lâminas nesta

matéria-prima. Os produtos alongados (lamelas e lâminas em quartzo) apresentam alongamentos normalmente mais reduzidos e níveis de irregularidade consideráveis, relacionáveis com as próprias contingências que as características da matéria-prima impõe ao talhe. Este é feito de forma pouco intensiva relativamente a cada núcleo, os quais apresentam pouca preparação e níveis de redução baixos, evidenciando negativos que revelam que as unidades extraídas não ultrapassariam as duas ou três unidades. O talhe bipolar com recurso a bigorna é comum, mas parece mais generalizado no Castro de Santiago e na Malhada, onde originou uma grande padronização dos suportes de assentamento.

A transformação por retoque exercida sobre esses produtos é sempre baixa, sendo maioritariamente utilizados em bruto, inteiros ou segmentados no caso de lamelas e lâminas, dotando a actividade de produção de um carácter relativamente expedito.

O sílex (e algum chert) seria importado essencialmente de fora da região, maioritariamente já sobre a forma de produtos debitados alongados (lâminas) ou já transformados em utensílios, embora alguns pequenos núcleos (possibilitando o talhe de pequenas lamelas e pequenas lascas) também tenham sido registados. A existência de material silicioso por alteração em contextos geológicos específicos é, contudo, conhecida, tanto na plataforma do Mondego como localmente (a vila de Fornos de Algodres). Estes contextos geológicos poderiam fornecer algum sílex, mas não proporcionar a extracção de produtos laminares como os que se registaram em alguns dos sítios estudados.

Praticamente não se registaram lâminas de sílex em bruto, aparecendo sempre já seccionadas e, na maioria das situações, transformadas por retoque. A presença desta utensilagem é, como já se sublinhou, um pouco mais representativa na primeira metade do milénio, no Castro de Santiago e na Malhada. No primeiro, os suportes laminares são mesmo os mais representativos entre os utensílios presentes, facto que foi interpretado como um indício do que, quando disponíveis, os produtos alongados laminares eram preferidos para a produção de utensilagem. Esta interpretação parece reforçada pelo facto de, em ambos os contextos, ser sobre lâmina (nomeadamente de sílex) que se produz a maior diversidade de utensílios, quando comparada com a produção que utiliza como suporte as lascas ou as lamelas. A situação altera-se ligeiramente na segunda metade do 3º milénio AC. Na Quinta da Assentada os suportes laminares são bastante mais reduzidos e a maior diversidade de utensílios é agora produzida sobre lascas e lamelas de quartzo, verificando-se uma situação semelhante na Fraga da Pena, onde os suportes são maioritariamente sobre lasca. Assim, os suportes laminares, quando disponíveis, são utilizados numa produção de utensílios a partir da sua segmentação e transformação por retoque, sendo praticamente inexistentes os produtos em bruto inteiros. Esta estratégia de

utilização dos suportes laminares surge igualmente atestada na região do interior do Mondego noutros contextos do 3º e dos inícios do 2º milénio AC, nomeadamente na a Corujeira e Murganho 1 – Valera, 1993b; 1994b), onde os dados apontam igualmente para a importação das lâminas de sílex e para a posterior segmentação sistemática.

Esta orientação do talhe laminar é igualmente característica noutras áreas regionais durante o Calcolítico pleno. No ocidente peninsular, é assim no sul em contextos como Monte da Tumba (Silva e Soares, 1987), nos Perdigões (Almeida, 1998) ou Santa Justa (Gonçalves, 1989), tal como na Estremadura, em sítios como Leceia (Cardoso, 1994) ou Zambujal (Uerpmann, 1995). No norte, esta tendência está igualmente documentada, por exemplo, em S. Lourenço (Jorge, 1986) ou Buraco da Pala (Sanches, 1997).

Quanto a aspectos tipológicos da utensilagem, uma imagem global de grande continuidade é apenas pontuada por algumas situações contrastantes, relacionadas uma vez mais com o sílex. O facto mais significativo será o de os segmentos alongados de lâmina de sílex (por vezes mais de metade do suporte) retocados, uns apontados correspondendo a furadores, e outros seccionados e interpretados normalmente como elementos de foice, ocorrerem com alguma representatividade no Castro de Santiago e apresentarem uma ligeira redução na Malhada, estando ausentes na Quinta da Assentada e na Fraga da Pena, onde apenas ocorrem segmentos curtos em sem grande alteração por retoque.

Quanto às pontas de projéctil, elas ocorrem em todos os contextos, mas com variedade e representatividade diferente. Do ponto de vista tipológico, e tomando os sítios na sua globalidade (a que acrescentamos os exemplares das Antas da Matança e Cortiçô[3]) os tipos mais comuns são as pontas de base recta, seguidas das de base convexa e de base côncava. As foleáceas também ocorrem em três contextos, sendo os restantes tipos morfologias que surgem em apenas um sítio (excepção feita às biconvexas que ocorrem na Anta de Cortiçô e na Quinta da Assentada).

A reduzida dimensão da maioria das amostras não permite grandes ilações em termos do comportamento diacrónico e contextual das diferentes tipologia documentadas, com excepção do contraste, que parece nítido e bem estabelecido entre o conjunto da Anta de Cortiçô e os restantes: apesar dos três grupos globalmente mais representados estarem presentes (bases rectas, convexas e côncavas), este contexto é o único que apresenta pontas com aletas laterais e bases triangulares (tipos 9 e 10), que são maioritários no conjunto, assim como revela a maior representatividade de pontas de base bicôncava.

[3] Aguardamos ainda a publicação dos contextos e materiais escavados na anta de Cortiçô no âmbito do restauro realizado no início da década de noventa do século passado. A classificação tipológicas das pontas de seta aqui apresentada não resulta, pois, de qualquer estudo desses materiais, apenas de uma atribuição formal

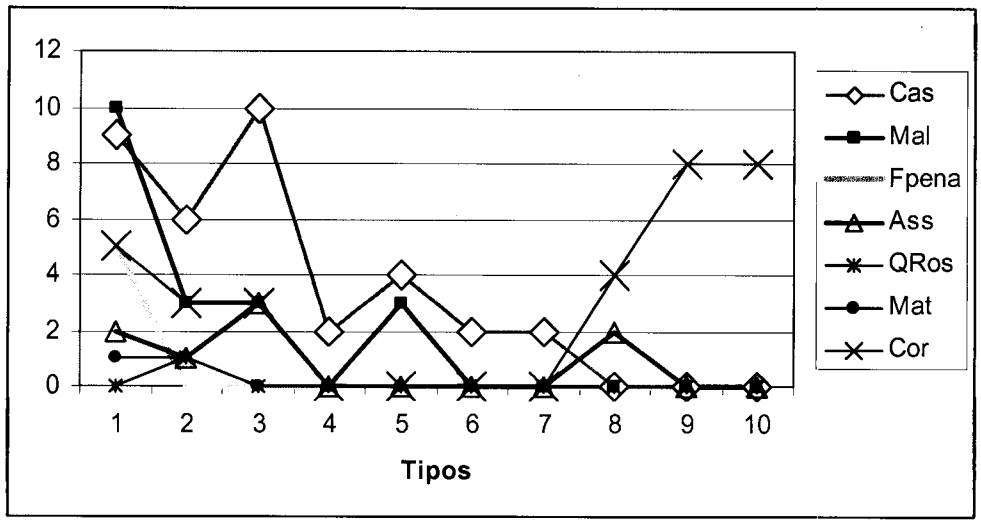


Figura 8-11 – Representatividade (em valores absolutos) dos diferentes tipos morfológicos de pontas de seta por sítio.

Sobre a natureza deste contraste, contudo, nada poderemos dizer enquanto não forem publicados os contextos de proveniências dos materiais de Cortiçô, na medida que o conjunto poderá ou não corresponder a diferentes momentos cronológicos de utilização do monumento com significado em termos de periodização. Relativamente aos restantes sítios, a imagem global denota uma tendência geral para uma certa recorrência morfológica, sendo o aspecto mais saliente o elevado número de pontas de base convexa em Santiago, que não encontra proporção equivalente em mais nenhum contexto.

Dentro dos grupos tipológicos, cabe destacar a presença de raspadores unguiformes, que ocorrem exclusivamente na Fraga da Pena. Tratam-se de nove peças de pequenas dimensões, de tendência discoidal, com retoque directo e contínuo, curto, abrupto e tendencialmente paralelo, cuja morfologia global é arcaica (remonta a contextos paleolíticos e é rara ou simplesmente inexistente em contextos da Pré-História Recente, sobretudo do 3º e 2º milénios AC). Acresce, como já foi discutido, que todos os nove exemplares estão realizados sobre dolerito. Esta ocorrência exclusiva da Fraga da Pena é mais um elementos diferenciador que individualiza este contexto relativamente aos restantes estudados.

Relativamente às categorias funcionais que foram consideradas para agrupar a diversidade da utensilagem lítica talhada presente nos vários sítios estudados (Figura 8-12) é interessante verificar que, numa análise global, o Castro de Santiago se afasta das distribuições registadas para os restantes contextos. Sendo os utensílios de incisão, perfurantes ou de uso múltiplo sempre pouco representativos, a grande diferença é

genérica de peças que foram, entretanto, depositadas em museu, e é susceptível de ser revista com um estudo tipológico aprofundado.

estabelecida pelo número menos expressivo dos utensílios cortantes no Castro de Santiago (cerca de 30%) quando nos restantes sítios são claramente dominantes (entre 60% e 82%) e, sobretudo, pela representatividade que aí assumem os projécteis. De facto, as pontas de seta apresentam percentagens muito semelhantes (cerca de 7 ou 8%) na Malhada, Quinta da Assentada e Fraga da Pena, assumindo-se como categorias funcionais pouco expressivas. No Castro de Santiago, contudo, não só a sua percentagem se aproxima dos 40% como são a categoria funcional mais representativa.

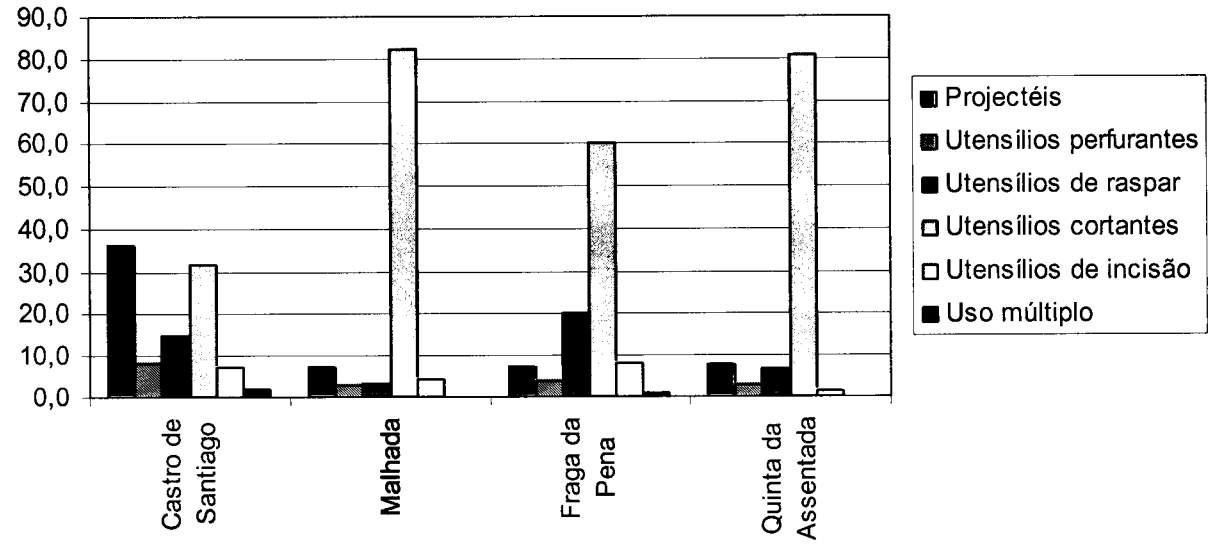


Figura 8-12 – Categorias funcionais da utensilagem lítica talhada nos diferentes sítios intervencionados.

O claro domínio dos artefactos cortantes, seguidos dos de raspar (e que, como expressámos na apresentação desta tipificação, podem nalguns casos sobrepor-se funcionalmente) é espectável, já que se relacionaram facilmente com actividades que ocorreriam essencialmente em contextos localizados e de "estadia", fosse ela de natureza residencial ou outra. Já os projécteis, se poderiam ter em alguns destes locais um contexto de produção, teriam o seu contexto de utilização e perca essencialmente fora, no decurso, por exemplo, de actividades de caça ou em deposições de carácter funerário. Como já foi referido anteriormente, algumas destes projécteis poderiam "voltar" integrados em peças de caça. Contudo, porque se tratam dos objectos que, entre a produção lítica talhada, terão uma funcionalidade mais especializada (menor polivalência funcional) e porque os seus contextos de utilização seriam essencialmente exteriores a estes sítios, a sua reduzida presença relativa na Malhada, Quinta da Assentada e Fraga da Pena poderá não ser particularmente estranha ou significante. Já o contraste que é estabelecido pelo Castro de Santiago merece ser questionado e analisado.

Para o contraste relativamente à Quinta da Assentada e Fraga da Pena poderemos propor diferentes hipóteses, não mutuamente exclusivas. Uma primeira possibilidade será uma diferença de duração de ocupação. Eventualmente poderíamos equacionar que uma ocupação mais prolongada e continuada no tempo poderia proporcionar uma diferente distribuição relativa das várias categorias. Mas se olharmos para as duas fases definidas no Castro de Santiago, verificamos que na Fase 1 as pontas de seta representam 26% da utensilagem lítica talhada, na Fase 2 representam 36% e se reunirmos os líticos da Fase 2 com os provenientes dos contextos superiores revolvidos, o valor chega aos 38%. Significa que a percentagem das pontas de seta terá sido sempre significativa, embora variável e com um reforço da sua representatividade da segunda fase de ocupação definida. Por outro lado, poderíamos tentar explicar essa diferença de representatividade por uma diferente natureza contextual dos sítios, a qual será sobretudo desenvolvida e argumentada nos capítulos seguintes. A caracterização da Quinta da Assentada, a compreensão da sua natureza contextual, é problemática face ao tipo de realidades que ali foram identificadas, pelo que a exploração desta via explicativa encontra aqui dificuldades. Quanto aos recintos da Fraga da Pena, tratam-se de contextos essencialmente interpretados como de carácter cerimonial. Para o Castro de Santiago, defendemos uma natureza residencial (independentemente dos desígnios que presidiram à sua localização e arquitectura, no contexto do processo de territorialização e identificação que se terá desenvolvido nesta área a partir do início do 3º milénio AC). Assim, uma diferenciação contextual poderia explicar um relação percentual contrastante nas categorias funcionais consideradas (e ser por ela também reforçada) entre o Castro de Santiago e a Fraga da Pena. Mas essa argumentação parece débil quando consideramos o contexto da Malhada, igualmente interpretado como residencial, de ocupação sedentária e prolongada no tempo. A questão, portanto, mantém-se: que representa contextualmente a diferente proporcionalidade das categorias funcionais do instrumental lítico e, concretamente, que significa a preponderância de pontas de seta? Uma proposta de resposta a esta questão terá que ser debatida num âmbito contextual mais vasto, após a apresentação da interpretação e respectiva argumentação relativas aos sentidos que atribuímos aos diferentes sítios, no âmbito da evolução da rede de povoamento e das dinâmicas territoriais locais durante o 3º milénio. Será, pois, assunto para os capítulos seguintes.

8.2.4 Indústria de pedra polida

A pedra polida está representada em todos os principais contextos e na grande maioria dos vestígios avulso registados. A sua preponderância nos contextos do Castro de Santiago e da Malhada é, contudo, claramente contrastante com os registos proporcionados pelos restantes contextos.

	C. Santiago	Malhada	Fraga. da Pena	Assentada
Polidores/afiadores	26	21	8	2
Material de preparação				
Blocos	13	5	1	
Esboços	4	7		
Total	**17**	**12**	**1**	**0**
Utensílios				
Machados	7	4	1	1
Enxós	9	4	2	1
Cunhas	5	1		
Cinzéis	1	2		
Goivas	0	0		
Martelos	0	9		1
Lasca/Lâmina de gume polido	1	1		1
Indeterminados	3	1	1	1
Total	**26**	**22**	**4**	**5**
Restos				
Frag. de gume	25	22	1	8
Lasca de reavivamento	105	76	2	11
Lasca	65	86		12
Lâmina	9	10		2
Lâmina de reavivamento	12	3		
Lamela	13	14	2	
Lamela de reavivamento	6	4		1
Truncatura de talão	4	0		
Fragmento de talão	8	11	1	1
Fragmento	251	137	1	17
Fragmento polido	166	63	1	13
Flanco	12	18	1	2
Total	**676**	**444**	**9**	**67**
Peso total de anfibolito (g)	17119	15958	1604	1242
Peso total de granito (g)	86			

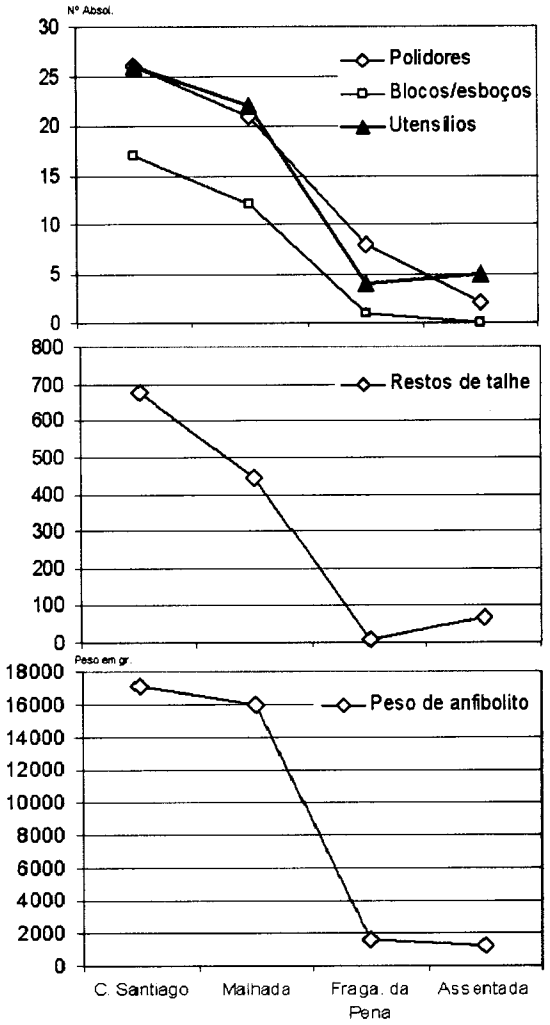


Figura 8-13 – Relação das evidências de utensilagem de pedra polida e da sua produção nos principais sítios intervencionados.

No Castro de Santiago e na Malhada foi documentada a mesma cadeia operatória de produção, utilização e reciclagem de utensilagem lítica polida: chegada de blocos pré conformados ou de peças inutilizadas, configuração de esboços através de talhe, acabamento através de picotagem e polimento, dominantemente restrito aos gumes e periferias, reciclagem através do mesmo procedimento. A matéria-prima, com excepção de uma peça em granito no Castro de Santiago, é sempre o anfibolito. As evidências de produção / reciclagem são numerosas: lingotes, esboços, polidores, centenas de restos de talhe.

Tipologicamente ambos os conjuntos apresentam grandes afinidades. O polimento (de que se exclui o relativo à fase inicial da cadeia operatória, atrás descrito) surge quase que exclusivamente nos flancos, maioritariamente restrito ao gume, embora por vezes atinja

os dois terços da peça. O polimento integral, ocorrendo, é muito pouco representativo. As secções transversais são dominantemente rectangulares, quadrangulares ou sub-rectangulares e sub-quadrangulares. As secções ovaladas/circulares são vestigiais e estão associadas às poucas peças que evidenciam ou indiciam polimentos abrangentes/integrais. A configuração mais comum é a paralelepipédica, com bordos dominantemente paralelos, embora as formas trapezoidais, com bordos convergentes para o talão também sejam vulgares. Este, é dominantemente irregular, arredondado ou lavrado. Existe um fragmento pontiagudo de peça de polimento integral e secção transversal circular na Fraga da Pena e outro no Castro de Santiago. Na Malhada existe também um talão de tendência pontiaguda, mas numa peça de polimento restrito ao gume e secção transversal rectangular.

No que respeita ao tipo de utensílios, quase todas as categorias aparecem representadas nos dois sítios, embora com números diversos, revelando uma variedade artefactual semelhante. O principal contraste verifica-se ao nível dos martelos, que têm uma expressão relevante na Malhada e não foram registados em Santiago.

A expressão dos artefactos de pedra polida e das evidências da sua produção decrescem abruptamente nos dois contextos mais tardios em todas as categorias consideradas (Figura 8-9). A produção/reciclagem/manutenção, embora esteja representada por polidores, restos de talhe, e, no caso da Fraga da Pena, por um bloco lingote, é menos expressiva, sobretudo ao nível dos restos e dos blocos/esboços, sugerindo que os polidores seria utilizados essencialmente em tarefas de manutenção. O número de peças presentes reduz-se drasticamente e, naturalmente, também a variedade de tipos de instrumentos. Os artefactos registados, quer na Quinta da Assentada, quer na Fraga da Pena (sobretudo nesta última), apresentam-se em mau estado, correspondendo vários a fragmentos de utensílios inutilizados. Quanto à presença na Fraga da Pena de duas peças de secção ovalada/circular e polimento integral, uma delas com talão pontiagudo, já se aventou a possibilidade de corresponderem à circulação de pessoas por aquele espaço em épocas anteriores à sua ocupação no 3º milénio, levantando-se igualmente a possibilidade de resultarem de actividades de curação. Estas hipóteses procuram explicar a presença de características tipológicas arcaicas (a que se associa, na pedra talhada, a presença de um geométrico crescente sobre lamela), que são associadas às fases mais antigas do Neolítico e do megalitismo e que na área local em análise ocorrem no contexto de primeira utilização do Monumento 1 do Carapito, datado da primeira metade do 4º milénio AC, e numa pequena goiva recolhida à superfície no Monumento 4 do mesmo núcleo (Leisner, 1998; Cruz, 1995). Contudo, é preciso não esquecer que este tipo de atributos ocorrem também, ainda que de forma vestigial, nos conjuntos de Santiago e da Malhada. A maioria das peças recolhidas na Quinta da Assentada e na Fraga da Pena, contudo, revelam que os procedimentos tecnológicos relativos à produção se mantêm, assim como a matéria-prima, mas as

quantidades são incomparavelmente mais baixas, demonstrando um decréscimo da utilização desta categoria de artefactos no final do 3º milénio que é comum em toda a Península. Note-se que nos contextos regionais considerados tardios dentro do 3º milénio (Quinta das Rosas, Murganho 1, Linhares, Buraco da Moura) a pedra polida ou está totalmente ausente ou é vestigial.

Na Pré-História ibérica, estes utensílios foram produzidos e utilizados durante cerca de 4500 anos, entre os inícios do Neolítico (ainda dentro do 6º milénio AC) e o final da Idade do Bronze (primeiro quartel do 1º milénio AC). O seu aparecimento coincidiu com um período de profundas transformações no modo de vida das comunidades humanas e a sua generalização está associada à progressiva afirmação das economias produtoras. Estas transformações económicas surgem associadas a mudanças estruturais nos modos de vida, implicando novas formas de relacionamento com o território e novas percepções da paisagem, na medida em que a capacidade transformadora e domesticadora do Homem sobre a Natureza vai aumentando. As novas formas de vida trazem consigo novas actividades e estas estimulam a produção de utensilagens adaptadas às novas necessidades. A utensilagem polida surge ligada a funções diversificadas, mas fundamentalmente relacionadas com o trabalho da madeira e da terra: machados, enxós, escopros, goivas, cunhas, martelos, etc. As novas actividades pastoris e agrícolas obrigavam à desflorestação para a obtenção de pastos e campos de cultivo. O revolvimento das terras para a sementeira impunha novos utensílios. Por outro lado, o desenvolvimento da arquitectura e o carácter monumental que esta começa a adquirir, fazem da madeira uma matéria-prima acessória essencial para estas comunidades (vejam-se as evidências da utilização da madeira no dólmen de Areita, sejam vestígios de uma construção anterior ou estejam relacionadas com a construção do monumento – Gomes *et. al.*, 1998). A utensilagem lítica polida, especialmente desenvolvida para estas tarefas, irá ganhar, desta forma, uma especial preponderância nos conjuntos artefactuais, sobretudo a partir do 4º milénio AC.

A importância simbólica que estes artefactos vão adquirindo para as comunidades pré-históricas neolíticas encontra-se bem atestada no papel de relevo que lhes foi progressivamente atribuído em muitos rituais funerários megalíticos da região. A sua presença está atestada logo nos momentos iniciais do megalitismo da plataforma do Mondego, por exemplo na Orca de Pramelas (Senna-Martinez e Valera, 1989) e na Orca 2 do Ameal (Ventura, 1995), na nossa área de estudo, no Monumento 1 do Carapito (Leisner, 1998; Cruz e Vilaça, 1994). Os atributos mais arcaicos são ainda preponderantes, dominando as secções circulares/ovaladas e o polimento integral, os talões pontiagudos e o número de peças nunca é muito elevado.

A partir de meados do 4º milénio, os artefactos de pedra polida começam a ocorrer em grandes quantidades em alguns contextos megalíticos, de que são exemplo na plataforma do Mondego o dólmen dos Moinhos de Vento, o de São Pedro de Dias, o da Bobadela ou o da Sobreda (Senna-Martinez, 1989), ou, mais a norte, a Orca do Tanque ou Orca do Fojinho (Leisner, 1998). Não se trata, contudo, de um facto generalizado, verificando-se que em muitos outros monumentos de longos períodos de utilização a pedra polida pode ser extremamente escassa. Mas independentemente da sua maior ou menor presença nos espólios votivos funerários, os atributos tipológicos alteram-se: as secções são agora essencialmente quadrangulares/sub-quadrangulares e rectangulares/sub-rectangulares e o polimento restrito, apresentando as peças, na globalidade, maiores dimensões e uma maior diversificação de tipos morfológicos (machados, enxós, cunhas, martelos, cinzéis), características que se manterão ao longo do milénio seguinte.

No 3º milénio, num momento em que os processos de sedentarização se acentuam, estes artefactos são sobretudo vulgares em contextos de natureza residencial, enquanto que a ausência de contextos funerários bem definidos para este período não permite a avaliação correcta do peso destes artefactos nos espólios votivos funerários. Independentemente disso, a segunda metade do 4º e a primeira metade do 3º milénio AC é o período de apogeu desta categoria artefactual. A partir dos finais do 3º e até ao primeiro quartel do 1º milénio AC, observa-se a progressiva decadência da sua produção e utilização. Embora ainda continuem a aparecer em contextos do final da Idade do Bronze, são cada vez menos representativos entre as utensilagens das comunidades do final do 3º e do 2º milénio AC.

O registo proporcionado pelos sítios da área de Fornos como que decalca esta situação relativamente ao 3º milénio, não se vislumbrando, contudo, como em muitas outras áreas regionais, quais os artefactos que substituem a utensilagem de pedra polida nas actividades em que esta era utilizada a partir do final do 3º quartel do milénio. Se a intensificação da produção e utilização destes artefactos poderá ser entendida à luz de um aumento de actividades relacionadas com a produção e com uma arquitectura monumental o seu súbito decréscimo de representatividade é, também aqui, difícil de explicar. Se a chegada da metalurgia parece coincidir com o 3º quartel do milénio, no final do qual começamos a observar a redução da representatividade da pedra polida, o peso dos artefactos metálicos no registo arqueológico nesta fase e nesta região (mesmo tendo em conta a sua capacidade de reaproveitamento) não permite apresentá-los como substitutos dos artefactos de pedra polida. Não se tratando de uma substituição técnica, as respostas para esta evolução estão ainda em aberto.

8.2.5 Os elementos de moagem

Os elementos de moagem apresentam uma imagem diversificada nos vários sítios estudados, quer do ponto de vista da frequência quer das tipologias. A sua análise foi, contudo, bastante dificultada pelo estado normalmente fragmentado das peças e pela sua situação frequentemente descontextualizada.

No Castro de Santiago foi registado um total de vinte e seis dormentes, trinta e seis moventes e dois pilões, sempre em granito. A totalidade dos dormentes encontrava-se fracturada o que impossibilitou uma análise consequente da sua morfologia (Valera, 1997a). O índice de fracturação sugere uma utilização intensiva dos dormentes, o que é sublinhado por desgastes acentuados das superfícies de utilização, com o picotado está praticamente apagado pelo polimento decorrente do uso. Este, apesar de intenso, é exclusivamente unifacial. Morfologicamente os dormentes são peças que maioritariamente não apresentam rebordo, sendo as mais representativas as que a superfície de utilização abrange toda a face da peça, o que, com o desgaste provocado pela moagem, provoca morfologias barquiformes. O aspecto geral dos fragmentos aponta para dormentes de pequena e média dimensão, sendo os grandes dormentes raros. Quanto aos moventes e pilões, também apresentavam elevados índices de fractura. NO que respeita aos primeiros, tratam-se peças relativamente pequenas, de uso por uma única mão, com evidência de intenso desgaste. Os pilões são peças únicas nesta área e correspondem a blocos de granito alongados, de faces facetadas e acabadas por picotagem e ligeiro polimento. A extremidade de utilização apresenta uma configuração convexa. A duas peças registadas encontram-se fracturadas transversalmente.

Na Malhada, as evidências de moagem são ainda mais numerosas, tendo-se registado a presença de 37 dormentes, 34 moventes e um pilão. Os dormentes são quase sempre de grandes dimensões, suplantando o tamanho dos dormentes do Castro de Santiago. Também ao nível das morfologias se notam algumas diferenças, existindo apenas um dormente "barquiforme", o qual apresenta grandes dimensões, sendo impossível de transportar por uma única pessoa. Os restantes são essencialmente dormentes ovalados ou rectangulares com rebordo. O desgaste presente na maioria é extremamente acentuado, existindo vários de dupla superfície de utilização, fracturados por exaustão de utilização de ambas as superfícies. Os moventes são maioritariamente de utilização de uma única mão, embora os de duas mãos também estejam presentes. O número de artefactos, o seu tamanho, a utilização dupla de muitos e o desgaste intenso que apresentam, sugerem uma intensa actividade de moagem neste sítio.

A par do elevado número de elementos de moagem, foi identificada na base da estratigrafia do Sector B, no interior de uma cabana, uma área de moagem de bolota torrada (Cf. Capítulo 4).

Comparativamente com estes dois contextos, os elementos de moagem apresentam números muito mais baixos na Quinta da Assentada e na Fraga da Pena 1: no primeiro sítio foram registados quatro moventes e dois dormentes (a que eventualmente podermos somar mais três moventes e cinco dormentes de superfície, os quais, contudo, também poderão pertencer à ocupação do Neolítico Inicial) e no segundo catorze moventes e nove dormentes. Neste último sítio, para além de menos numerosas, as peças (sobretudo os dormentes) serão de muito menores dimensões (relembremos que, com excepção de um dormente, todos os outros se encontravam fracturados). O mesmo se verifica nas peças contextualizadas da Quinta da Assentada, sendo que alguns dos dormentes registados à superfície são de grandes dimensões. Esta associação de contrastes (no número absoluto de peças e nas suas dimensões) poderá ser um indicador importante, não só na avaliação da importância da actividade de moagem em si, como sobretudo na discussão sobre o que seria moído.

Finalmente, na Quinta dos Telhais recolheram-se à superfície três moventes e cinco dormentes. Correspondem a peças de pequenas e médias dimensões. Tratando-se de recolhas de superfície, e sem o sítio ter sido escavado, é difícil de avaliar estas ocorrências, que se equivalem aos elementos de moagem recolhidos na Quinta da Assentada. Se compararmos com a situação da Malhada, onde uma grande quantidade de peças foi recolhida à superfície, este número seria pouco significativo. Contudo se pensarmos que os materiais da Quinta dos Telhais não são muito abundantes, sugerindo que o sítio teria tido uma duração de ocupação relativamente curta ou mesmo um funcionamento intermitente, então os elementos de moagem referenciados poderão assumir um outro peso.

A moagem é tradicionalmente avaliada pela presença de dormentes e moventes. De forma igualmente tradicional, quando se fala de moagem associa-se a actividade a produtos alimentares cerealíferos e os elementos de mó têm sido considerados como um dos principais indicadores, dentro dos conjuntos artefactuais, dos sistemas de subsistência produtivos. Todavia, a presença de mós indica-nos essencialmente que se procedia a moagem, não nos dizendo assim com tanta facilidade o que era moído. O seu peso relativo tem que ser avaliado não só em função do número de elementos presentes, mas também da sua representatividade face ao conjunto global de materiais e face à duração de vida que se assume para o contexto em questão. Para podermos arriscar ir mais além, teremos que especular sobre isso com base em vários factores conjugados: número de elementos de moagem, tamanho dos mesmos, morfologias, níveis de desgaste, associações contextuais,

duração dos contextos, sempre auxiliados por paralelos de natureza arqueológica ou mais recentes, de origem etnográfica, os quais tanto orientam como constrangem a interpretação. De facto, até há pouco tempo a referência a estes artefactos resumia-se a inventários construídos em termos de ausências e presenças. A divulgação de trabalhos etnográficos durante a década de oitenta, entre os quais se destaca o realizado em Tichit, no Norte de África (Roux, 1985), originou novas preocupações com este tipo de artefactos, nomeadamente um maior investimento no seu estudo tipológico (por exemplo, Gonçalves, 1989). Os novos caminhos, baseados nos paralelos etnográficos, apresentam, contudo, debilidades inerentes às analogias, revelando que estas servem mais como linhas orientadoras do questionário do que como soluções que se possam transpor e aplicar à distância (seja ela espacial ou temporal). No estudo de Tichit foi estabelecida a associação entre a moagem de determinados vegetais e a morfologia de certos dormentes. Na caracterização dos utensílios de moagem registados nesta área de estudo preferi, desde o início, não assumir esta situação como analogia, não só pela distância contextual (no espaço e no tempo) da mesma, como pelo facto de grande parte dos materiais se encontrar fragmentado e pela circunstância da moagem de diferentes produtos poder ser feita em instrumentos com as mesmas características e que só uma observação directa (que à etnografia é possível, mas não à arqueologia) poderia esclarecer. Contudo, algumas ilações gerais e, sobretudo, algumas especulações sugestivas podem ser feitas a partir do quadro global proporcionado pelos vários conjuntos.

As situações observadas no Castro de Santiago e na Malhada apontam para uma moagem relativamente intensa, sobretudo neste último sítio. No Castro de Santiago, numa área do Sector C foi identificada uma concentração de fragmentos de dormentes, a qual foi interpretada como podendo corresponder a um momento da vida do sítio em que naquele espaço se teriam concentrado acções de moagem (Valera, 1997a). Na Malhada, como vimos, uma situação semelhante, mas aparentemente mais estruturada e associada à presença de dezenas de bolotas carbonizadas, foi interpretada como área de moagem daquele recurso silvestre. Nesse contexto, foram identificados fragmentos de dormentes e um inteiro, colocado na vertical. Nenhuma destas peças era de grande dimensões, embora tipologicamente não se distingam dos grandes dormentes recuperados naquele sítio. Poderemos utilizar esta associação contextual para afirmar que a moagem de bolota era feita com dormentes de tamanho médio (o dormente inteiro tem pouco mais de 40 cm de comprimento por 30 de largura), mas não podemos assumir com base nisso que os grandes dormentes não seriam utilizados igualmente no processamento deste recurso.

Quanto aos restantes produtos alimentares que poderiam ser moídos nestas peças, não temos informações directas. No entanto, como foi referido no Capítulo 2 a propósito dos dados paleoambienteais, evidências de pólens de cereais estão presentes no diagrama

polínico do Monumento 2 da Lameira Travessa, a cerca de 40/50 kms da área de Fornos de Algodres, documentando a actividade agrícola cerealífera (López Sáez *et. al.*, 2001) na região pelo menos no 4º milénio e no contexto de comunidades que revelariam estratégias de ocupação do território ainda caracterizadas por grande mobilidade. A norte, no Buraco da Pala (Mirandela), o cultivo do trigo e da cevada estão atestados desde o Neolítico Antigo e nos níveis superiores, que se estendem até ao início do 2º milénio AC, está documentado o armazenamento de trigo, cevada e fava (Sanches, 1997). Também já dentro do 3º milénio AC, no Castelo Velho de Freixo de Numão, localizado a pouco mais de 40 km do vale da Ribeira da Muxagata, o cultivo do trigo está também documentado (Jorge, 2002).

Estes dados que documentam a continuidade das práticas agrícolas cerealíferas desde o Neolítico Antigo até ao início da Idade do Bronze, disponíveis para áreas periféricas (nalguns casos a escassas dezenas de quilómetros), tornam pouco sustentável a tese de que a agricultura cerealífera não se incluiria entre as opções produtivas das comunidades desta região durante a Pré-História Recente (Senna-Martinez, 1989; 1994a; 1995/96; Senna-Martinez e Ventura, 2000), ideia que deverá ser revista, como já era sugerido, pelo menos para o 3º milénio, pelos níveis de sedentarização patenteados por vários sítios na área de Fornos. Consideramos, pois, no âmbito de uma intensa actividade de moagem registada em contextos residenciais que indiciam diacronias de ocupação algo prolongadas e níveis de sedentarização já relevantes, que a produção cerealífera constaria nas estratégias económicas das comunidades em estudo durante o 3º milénio AC. O seu peso económico, contudo, poderia ser variável dentro da lógica de funcionamento de cada agregado e do respectivo lugar na rede de povoamento.

Porém, a presença de elementos de moagem não deve ser exclusivamente relacionada com o processamento de alimentos. Outras produções recorreriam à moagem no âmbito das suas cadeias operativas de produção. Será o caso da produção cerâmica, onde é frequente observar-se a moagem prévia dos elementos não plásticos (enp) a juntar à pasta, sobretudo quando se pretendem pastas finas e homogéneas. O estudo arqueométrico realizado revelou que a grande maioria das pastas integrava têmpera de granulometria irregular, revelando que os "enp" não seriam sujeitos a processos de moagem na maior parte nos fragmentos analisados. Contudo alguns fragmentos, tanto no Castro de Santiago, como na Malhada ou uma parte dos campaniformes da Fraga da Pena revelavam um tratamento mais cuidado na preparação das pastas, que se apresentavam mais homogéneas e com têmpera de grão mais fino e regular, evidenciando o recurso à moagem dos enp. Parte dos elementos de moagem registados poderia, assim, ser associado à cadeia operatória de produção cerâmica, ficando por saber se poderia existir uma utilização alternada dos mesmos artefactos nas diferentes cadeias operatórias. É possível, contudo, que o carácter mais fortemente abrasivo do enp provocasse níveis de desgaste mais

acentuados e morfologias diferentes: os dormentes seriam mais pequenos e com superfícies de utilização mais "fechadas" e "encaixadas".

Para além da sua associação a etapas da produção cerâmica, os elementos de moagem podem igualmente ser associados à produção de tintas ou resinas ou a toda uma gama de preparados com diferentes fins de utilização. Neste contexto, convém lembrar a presença de pequenos fragmentos de ocre nos principais sítios intervencionados e, no caso concreto da Fraga da Pena, de uma grande concentração no Sector 2 de fragmentos de rochas alterada de origem filoneana, bastante friáveis e argilosas, que apresentam uma coloração amarelada (tipo ocre) e cuja moagem proporcionaria material que tanto poderia ser utilizado na produção de recipientes cerâmicos (aguadas de acabamento ou mesmo matriz da pasta) como na elaboração de "tintas" como as utilizadas nas pinturas conservadas nos penedos do tor.

A actividade de moagem não pode, pois, ser simplesmente associada ao processamento de alimentos, embora aceitemos que essa seria a sua utilização mais comum e com a qual podem ser relacionados sobretudo os grandes dormentes. Estas diferentes possibilidades de utilização poderão também ajudar a explicar as diferenças de representatividade que esta categoria artefactual apresenta, por exemplo, na Fraga da Pena relativamente à sua expressão e intensidade de utilização registadas no Castro de Santiago e Malhada. O reduzido número e tamanho dos elementos de moagem identificados no interior do dois recintos da Fraga da Pena, num contexto que se assume como essencialmente cerimonial (ver Capítulo 9), poderão ser relacionados com outro tipo de processamentos que não exclusivamente os de produtos alimentares.

Já as diferenças observadas com a Quinta dos Telhais ou a Quinta da Assentada poderão ter mais a ver com o facto de estes contextos representarem diacronias de ocupação mais curtas e de menor intensidade ou com a própria natureza dos trabalhos realizados (apenas prospecção ou menores áreas escavadas). Todavia, uma eventual relação entre níveis de sedentarização ou sazonalidade e uma maior ou menor presença de elementos de moagem não é directa nem proporcional, havendo casos em que à abundância de elementos de moagem correspondem outros indícios de uma maior sazonalidade das ocupações e *vice versa*. O *habitat* neolítico do Ameal (Senna-Martinez, 1994a) será um bom exemplo dessa situação: num contexto de estratégia de povoamento de características sazonais, os dormentes, inteiros ou fragmentados, surgem em grande número, integrados em estruturas de combustão que reutilizam silos interpretados como estruturas de torrefacção e armazenagem de bolota que seria moída. Nos casos concretos do Castro de Santiago e da Malhada, contudo, a presença relativamente numerosa de elementos de moagem poderá ser correlacionada com o carácter mais sedentário destes

contextos residenciais, o qual é sustentado por outros indicadores: como a densidade artefactual, a potência de sedimentação dos solos de ocupação, a sobreposição de ocupações, as estruturas arquitectónicas monumentais (no caso do Castro de Santiago), extensão das ocupações, etc.

8.2.6 Outras materialidades

Para além dos conjuntos artefactuais acima abordados, e que genericamente correspondem às categorias mais representativas nos diferentes sítios, alguns materiais e realidades de diferente natureza foram registados. Podendo ter um potencial significante igualmente rico, ocorrem com uma representatividade muito baixa ou meramente vestigial: estão nesta situação os metais ou as evidências de metalurgia, os objectos de adorno e os artefactos mais directamente relacionáveis com o sagrado.

Os metais e a metalurgia estão totalmente ausentes no Castro de Santiago. Na Malhada foi documentada uma inequívoca evidência da prática da metalurgia do cobre (Cf. Capítulo 4), mas não se registou qualquer artefacto metálico. A existência de metalurgia, igualmente sem presença de metais, poderá igualmente estar documentada na Quinta da Assentada (ainda que de forma não totalmente inquestionável e convincente). Finalmente, sem indícios de práticas metalúrgicas, ocorre um punção de cobre na Fraga da Pena e é conhecida, num possível contexto de depósito ritual, a espada de cobre arsenical do Pinhal dos Melos, que poderá ser cronologicamente correlacionável com o período de vida daquele último sítio.

Deste modo, as evidências de metalurgia e de circulação e uso de metais na área de estudo Mondego são, ao longo do milénio, extremamente escassas. Parecem ausentes no arranque do processo de calcolitização, surgindo em meados do 3º milénio com uma presença residual, a qual se mantém até ao início do 2º milénio. Esta fraca expressão dos artefactos metálicos parece ser extensível a toda a região durante este período, sendo a grande novidade o aparecimento das primeiras evidências directas da actividade metalúrgica (até agora só documentadas no Bronze Final). De facto, na bacia interior do Mondego, e para além dos contextos aqui estudados, os materiais metálicos conhecidos são escassos e, nos casos em que foi possível descortinar associações contextuais e realizar análise de composição, são atribuíveis a momentos tardios dentro do 3º milénio Ac ou já mesmo do início do 2º. Vários ocorrem em contextos de reutilização de monumentos megalíticos e são associáveis a deposições onde igualmente ocorrem cerâmicas campaniformes: uma possível ponta Palmela no dólmen da Bobadela, um punção de cobre arsenical e uma espiral de ouro nativo no dólmen do Outeiro do Rato, um machado plano e uma ponta Palmela, ambos de cobre arsenical, provenientes da Orca de Seixas. Para além destes artefactos metálicos que podem ser considerados como integrados em contextos de

deposição "campaniformes" existe ainda em contexto de reutilização megalítica o punhal de lingueta esboçada e nervura central em cobre arsenical da Orca dos Fiais da Telha (também uma peça morfologicamente associada ao campaniforme), um cinzel num contexto já atribuível à Idade do Bronze no Buraco da Moura de São Romão, um punhal de lingueta de recolha de superfície na Quinta de Vale do Gato (Nelas), um machado plano da Eira dos Mouros e dois outros da colecção de José Coelho (Senna-Martinez, 1994b, 2000). O facto de a maioria destes artefactos metálicos serem associáveis ao campaniforme, quer do ponto de vista contextual quer tipológico ou mesmo tecnológico (dominantemente cobre arsenicais), ou, no caso do Buraco da Moura, já em contexto da Idade do Bronze, levou a que se considerasse que a introdução dos primeiros metais na região ocorreria num contexto de transição para a Idade do Bronze, no âmbito da disseminação regional do fenómeno campaniforme associada a um momento de complexificação social e de intensificação da interacção transregional que marcaria o arranque daquele período histórico (Senna-Martinez, 1994b, 2000).

Os dados proporcionados pela Malhada (e eventualmente pela Quinta da Assentada) trazem um nova dimensão ao problema. As evidências de metalurgia em meados do milénio fazem recuar para um contexto calcolítico não só a presença de metais, mas também a sua produção na região. Esta tanto poderá ser efectuada a partir de minério que circularia na região (já que a matéria-prima não está disponível localmente) como relacionar-se com processos de reciclagem (através de refundição) de artefactos. A sua expressão, contudo, parece ser bastante reduzida, longe da situação que a metalurgia do cobre atinge em algumas regiões periféricas e sobretudo no sul peninsular. A valorização social desta situação será desenvolvida no Capítulo 10.

Quanto aos materiais de adorno e aos directamente relacionados com o sagrado, a sua presença nos contextos estudados é igualmente residual. Nos sítios do Castro de Santiago e Malhada foram recolhidas, em cada um, duas contas de colar. A sua proveniência contextual não apresenta qualquer particularidade específica, sugerindo situações de perda ou de remobilização no contexto de vida dos sítios. Já na Fraga da Pena, e apenas no interior dos recintos, foram registados quatro elementos de adorno, correspondendo a uma conta e a três pendentes, dois dos quais sobre seixo e um sobre fragmento de braçal de arqueiro em xisto reaproveitado. Um dos pendentes sobre seixo apresentava a perfuração inacabada, sugerido a produção local deste tipo de objectos. Estas materiais foram registados no recinto inferior (Sector 2), com excepção de um pequeno pendente sobre seixo que é proveniente do recanto Este do recinto superior (Sector 1), onde foi recolhido em associação contextual com o pequeno ídolo antropomórfico de xisto, o qual corresponde ao único artefacto deste tipo recolhido nos sítios intervencionados e que forma, juntamente com o ídolo de azeviche registado na reutilização

da Anta da Matança (Cruz *et. al.*, 1990), o conjunto das duas únicas peças idoliformes conhecidas para a área de estudo. Ainda no que se refere às materialidades que podem ser mais directamente conectadas com o campo do sagrado, há que relembrar a possível presença de elementos iconográficos da temática da tradicionalmente designada "decoração simbólica" em algumas cerâmicas da Malhada. A presença deste tipo de elementos iconográficos está atestada, ainda que com expressão muito reduzida, no norte do país (Jorge, 1986), mas é totalmente desconhecida na restante região da bacia interior do Mondego.

Finalmente, e no âmbito da sua possível conexão com as questões do sagrado, do mágico-religioso e do adorno, as quais muito provavelmente se encontrariam interpenetradas ou mesmo fundidas ao nível de sentidos e manipulações que lhes eram dados pelas comunidades em causa, há que relembrar a presença na Malhada e na Quinta da Assentada de fragmentos de Turmalina. Trata-se de um silicato de alumínio e boro que ocorre sobre a forma de cristais prismáticos, normalmente delgados e pequenos, com estrias verticais. Podendo ter uma gama de cores bastante variável, os fragmentos registados são de cor preta (*schorl*) o qual ocorre sobretudo entre os granitos aplito-pegmatitícos. O apelito-pegmatito aparece na área de estudo sob a forma de filões, os quais são frequentes, existindo num raio de 2,5km da Malhada e de menos de 1km da Quinta da Assentada. Este tipo de cristais tem sido, ao longo da História, utilizado para a produção de adornos ou em bruto, como objecto ao qual se atribui determinadas "propriedades protectoras". A sua presença, em estado bruto, nos contextos da Malhada e da Quinta da Assentada poderá, genericamente, ser interpretada neste âmbito, de matéria-prima para a produção de objectos de adorno/sagrado e/ou utilização como amuleto. Na região, ocorre também no Buraco da Moura de São Romão, num contexto atribuível ao início da Idade do Bronze.

8.3 RESUMINDO...

Nas dinâmicas diacrónicas das categorias artefactuais dos diferentes contextos analisados observa-se, ao longo do 3º milénio, uma tendência para uma significativa continuidade das tecnologias e orientações das produções líticas talhadas ou das práticas e técnicas de moagem e tecelagem. Na pedra talhada, contudo, notam-se algumas alterações entre a primeira e a segunda metade do milénio, nomeadamente numa redução da já baixa utilização de matérias-primas exógenas (concretamente do sílex) e o recurso pela primeira vez ao dolerito local (ainda que de forma excepcional); regista-se um desaparecimento dos elementos de foice alongados sobre lâmina de sílex e uma diminuição dos suportes laminares (o que se poderá relacionar com a redução do recurso ao sílex, o qual circularia

sobretudo sobre a forma de produtos alongados laminares); observa-se o aumento dos suportes sobre lasca e lamela de quartzo e uma redução das pontas de projéctil.

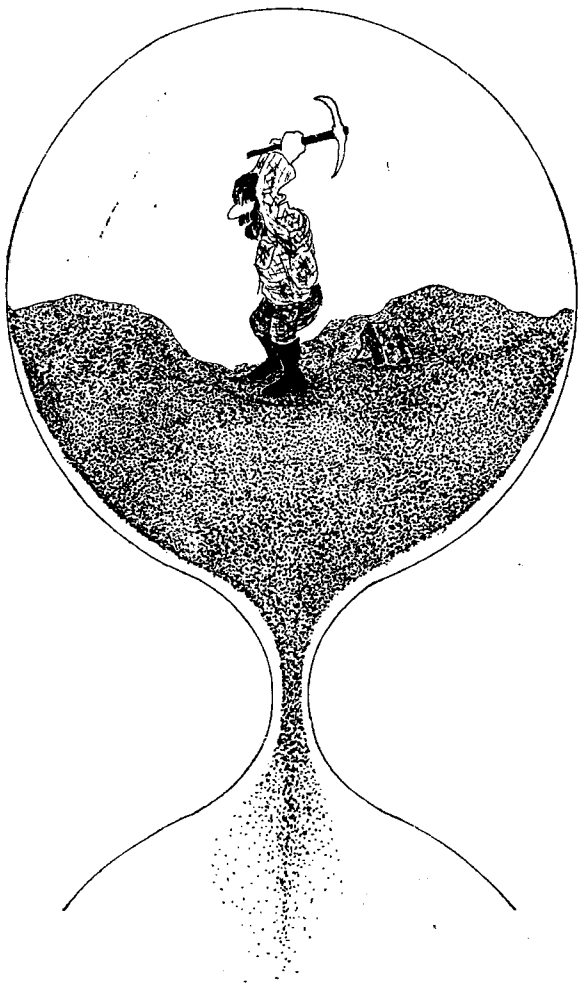
Na pedra polida, embora as cadeias operatórias de produção mantenham as mesmas características, nota-se uma clara redução da representatividade destes artefactos na 2ª metade do milénio.

Já a categoria mais representativa, os recipientes cerâmicos, revelam a existência de um fundo comum morfológico e decorativo durante a 1ª metade do 3º milénio, mas apresentam progressivas transformações no 3º e 4º quartéis. Mantendo-se o predomínio das morfologias tradicionais, surgem novas formas, como os grandes potes de base plana, os troncocónicos, os recipientes carenados e os vasos campaniformes. Ao nível das decorações, reduz-se claramente a expressão das organizações dominantes na 1ª metade, enquanto outras decorações assuem uma maior representatividade e, em certos contextos, tornam-se maioritárias ou praticamente exclusivas. É o caso das decorações penteadas, que mantêm uma estreita relação com as morfologias tradicionais, nomeadamente com as tigelas, esféricos e globulares. Mas surgem pela primeira vez novas decorações associadas a morfologias específicas: é o casos das decorações campaniformes e das decorações plásticas, estas últimas essencialmente associadas aos grandes potes de base plana e colo simples ou estrangulado e aos troncocónicos.

Assim, perante algum conservadorismo lítico, a cerâmica entra, na 2ª metade do 3º milénio, no quadro de renovação estilística, abrangendo morfologias e decorações de maior abrangência geográfica.

É também nesta 2ª metade do milénio, dentro do 3º quartel, que surgem as primeiras evidências de metalurgia do cobre na Malhada (e possivelmente também na Quinta da Assentada). Contudo os únicos artefactos metálicos conhecidos localmente são um punção na Fraga da Pena e a espada do eventual depósito do Pinhal dos Melos, integráveis no último quartel do 3º / início do 2º milénio.

Quanto aos restantes materiais, a sua ocorrência é pontual e não permitem retirar grande ilações em termos do seu comportamento diacrónico. Já do ponto de vista contextual, o seu significado pode ser explorado no âmbito da construção de sentidos para os locais onde ocorrem. Mas os problemas da natureza contextual destes sítios será o assunto do capítulo seguinte.



PARTE III

DINÂMICA DE UMA REDE LOCAL DE POVOAMENTO: DISCURSOS DE SÍNTESE

9

ESPAÇOS, ARQUITECTURAS E FUNCIONALIDADES

Mas afinal que tipo de sítios são estes?

Ao utilizar o termo "tipo" fi-lo deliberadamente, no sentido de provocar, talvez, um certo desencanto. Desencanto por parecer que se procura apenas enquadrar os sítios estudados numa tipologia, onde cada um é arrumado numa mesma ou em diferentes gavetas, cada qual com a sua designação, um pouco à imagem das *granjas, casais e villae* do período romano. Mas procuro, de forma intencional, criar uma sensação de desapontamento ante mais um aparentemente aborrecido processo de classificação para, precisamente, afirmar que nada de enfadonho existe sobre a classificação do que quer que seja, nem sobre a nomeação que lhe aparece associada. Encontrar um nome para um sítio pode ser todo um projecto e a designação encontrada representar o culminar de todo um longo processo de investigação, condensando em si teorias, enquadramentos epistemológicos, ideologias.

A morte do absoluto e a ascensão da contingência colocou no centro de várias propostas e debates filosóficos a importância e o papel da linguagem no conhecimento. Em 1921, Wittgenstein estabelece a linguagem como uma instituição, ou seja, como um corpo histórico contingente. Perspectiva-a como um jogo intersubjectivo, que se estabelece num contexto relacional entre diferentes indivíduos e onde a sua estabilidade, sempre provisória, depende de práticas comuns partilhadas. A linguagem é ancorada à contingência das práticas sociais, das maneiras de viver, recusando-se qualquer referenciação a uma realidade essencial a-histórica. Não existe uma relação unívoca, uma relação de identidade entre o sentido de uma palavra e o objecto, facto ou fenómeno por ela representado. A linguagem não reflecte um real essencial. É composta por múltiplos jogos linguísticos, nenhum deles privilegiável, que se cruzam numa dinâmica complexa, expressando contextos humanos historicamente ancorados. É representação contingente.

Na sua hermenêutica, Gadamer insere a linguagem na tradição, constituindo-se como pré-conceitos que nos condicionam na nossa relação com o mundo e nos discursos que produzimos sobre o que quer que seja. Ela (mas não só ela) simultaneamente viabiliza e constrange a nossa existência relacional. Pensamos, conhecemos e discursamos dentro dos limites da nossa linguagem. Assim chegamos a Rorty e à sua identificação entre

linguagem e condição humana contingente e à afirmação de Elias de que o que não existe na estrutura linguística de um povo não é por ele pensável (Rorty, 1994; Elias, 1994).

Esta irredutível separação entre linguagem e real extra linguístico foi, ao longo do último século, mais um dos suportes à crítica da pretensão moderna a uma superioridade do discurso científico, lógico, racional e absolutamente objectivo, visto como capaz de reflectir esse real na sua pretensa essência. Nessa crítica, o discurso científico é apresentado como um discurso entre outros igualmente válidos, como um jogo de linguagem (na expressão de Wittgenstein) entre outros jogos de linguagem. As designações científicas serão, assim, nunca uma evidência, nunca um reflexo de uma qualquer realidade transcendente e a-histórica, mas permanente objecto de disputa e de negociação, relativos a um contexto dinâmico. E é neste sentido que poderemos entender um termo, uma simples designação, como algo que, em determinado momento, pode sintetizar toda uma corrente de pensamento. Como diria uma vez mais Wittgenstein, o sentido das palavras são o seu uso e, poderíamos nós acrescentar, o seu uso está carregado de ideologia (no sentido de visão do mundo). Chamar ou não chamar a um sítio "povoado" tem actualmente, na sua retaguarda e no contexto da Arqueologia Pré-Histórica Contemporânea, um interessante e estimulante debate teórico e epistemológico. A pergunta "Mas afinal que tipo de sítios são estes?" faz, pois, todo o sentido.

A problemática não é de forma alguma nova e, no âmbito da arqueologia peninsular, poderemos vislumbrá-la, ainda que não formalizada, no célebre debate entre o difusionismo histórico-culturalista e os indigenismos funcionalistas ou vinculados ao materialismo histórico. "Colónias" *versus* "povoados indígenas" não traduzia apenas uma disputa de designações com implicações funcionais distintas, mas um combate que se exercia (ainda que nem sempre consciencializado ou formalizado) no plano das teorias de longo alcance, no plano das teorias epistemológicas, no plano da ideologia e até no do combate político.

Em Portugal caberia a Susana Oliveira Jorge, por um lado, a formalização do vínculo deste tipo de designações, aplicadas tradicionalmente de uma forma muito imediatista e pouco reflectida, às teorias que lhes subjazem e, por outro, a exposição do carácter constrangedor e viciador que podem exercer sobre o pensamento de quem investiga estas problemáticas. Num primeiro texto de meados da década de noventa (Jorge, 1994) é feita uma análise dos percursos interpretativos e explicativos seguidos no tratamento dos tradicionalmente designados povoados fortificados calcolíticos e é exposta a ideia de que a substituição das teses difusionistas pelas indigenistas (de sabor mais funcionalista ou mais meterialista histórico) não altera o carácter monolítico com que estes contextos são perspectivados. Se os modelos se opõem nos enunciados, nos pressupostos de que partem e nos discursos que estruturam, convergem na concepção destes contextos como sítios de

significado único, reflexos de uma mesma realidade e funcionando como indicadores dos mesmos estados e processos. Diria que se estruturam num esquema tautológico, onde o modelo determina a interpretação homogénea dos vários povoados fortificados e estes, por sua vez, validam o modelo.

Em contrapartida, a autora, que inicialmente abordara o contexto que serve de base à sua reflexão (Castelo Velho de Freixo de Numão) numa perspectiva funcionalista, propõe uma deriva no sentido de interpretações alternativas que concedam a estes sítios uma pluralidade de sentidos possíveis, enveredando por novos caminhos interpretativos de inspiração anglosaxónica, pós processualista (ou, se quisermos, pós moderna), sintetizados na substituição da designação de "povoado fortificado" pela expressão "lugares monumentalizados", valorizando a potencialidade comunicacional que estes dispositivos arquitectónicos apresentam. Cai o substantivo "povoado", o que significa questionar o carácter essencialmente doméstico de muitos deles, e desaparece adjectivo "fortificado", expressando uma desvalorização ou mesmo uma descrença da função defensiva das estruturas de delimitação destes espaços. Procura-se, antes, chamar à atenção para a variabilidade contextual, para as assimetrias de processos, para a pluralidade de sentidos, funcionalidades e soluções em que estes sítios podem aparecer enquadrados e para a vertente semântica, textual (hermenêutica) das suas arquitecturas.

Recentemente, Vítor Jorge questiona, precisamente, o sentido de discutir estes sítios em termos de funcionalidade:

> "Essa heterogeneidade também aconselha a que se não discuta a função/objectivo dessas construções – para além da óbvia intenção de criar um espaço "interno", mas aberto, distinto do espaço envolvente, "externo", intenção comum a muitas (para não dizer a todas as) arquitecturas – em termos gerais, e muito menos caindo no debate sobre se se trata de redutos defensivos, locais de reunião, povoados fortificados, sítios cerimoniais, lugares centrais, etc. (ou várias dessas coisas ao mesmo tempo)."
>
> (Jorge, 2005: 283-284)

Trata-se, naturalmente, de uma crítica à tentativa de uma classificação generalizante, que procure dotar a diversidade de situações de significados homólogos, mas que não inviabiliza a necessidade de procurar estabelecer os sentidos (nos quais se integram funções) desses sítios nas suas particularidades contextuais. Com o mesmo autor afirma em sequência:

> "Só contextualmente, caso a caso, e regionalmente, se pode tentar inferir qual o plausível sentido – ou sentidos – de cada um desses recintos monumentais."
>
> (*Idem*).

Esta viragem é sustentada nas críticas que o pós processualismo (enquanto expressão disciplinar das tendências pós modernas – Alarcão, 2000) vinha fazendo a uma série de dicotomias características do pensamento classificativo racional moderno (como as divisões entre doméstico e sagrado ou ritual e funcional), nas concepções da existência humana como relacional, no contextualismo (e na pluralidade que este pressupõe) e em abordagens que visam uma paleoantropologia do espaço. Seguindo as propostas teóricas de Paul-Lévy, Segaud e Rapoport (Paul-Lévy e Segaud, 1983; Rapoport, 1990; 1994), o espaço é perspectivado como um sistema de cenários onde se desenrolam sistemas de actividades dotadas de sentidos múltiplos e permanentemente negociados, originando uma complexidade espacial cujas tradicionais catalogações redutoras (de um "funcionalismo ingénuo" na expressão de S.O.Jorge) deixam escapar. O pressuposto epistemológico formalizado é o de um conhecimento construído, contingente, dotado de plausibilidade de forte componente intuitiva e validado por consenso (pela comunidade arqueológica). O discurso, por sua vez, aspira à narrativa, procurando afastar-se do discurso explicativo normativo.

A viragem interpretativa, que seria consolidada num conjunto de textos que se seguiram (Jorge, 1998, 1999, 2002, 2003), corresponde claramente a uma influência da Arqueologia Anglosaxónica e de uma abertura interdisciplinar (particularmente à antropologia) e tem vindo a agitar as águas da investigação nacional, onde, naturalmente, encontra fortes resistências entre as tradições histórico-culturalistas (ainda fortemente enraizadas), no cepticismo funcionalista e na ortodoxia materialista. Resistências que ecoam através de uma ausência de debate sério, construtivo e argumentativo (científico, portanto), reduzindo-se a controvérsia àquilo a que poderíamos designar por "provocações", que apenas traduzem pobreza ao nível da reflexão teórica e a sobranceria que essa estreiteza sustenta.

Apesar disso, a situação que a investigação da calcolitização peninsular vive de momento começa a ser a de um desconforto relativamente a terminologias que se vão mostrando insuficientes e, por vezes, inadequadas, face à "revolução empírica" em curso e à pluralidade teórica que vai sendo imprimida a essa mesma investigação. Um desconforto acompanhado pela dificuldade em propor novas designações:

> "Parece-nos que a designação" recinto murado" é preferível a "povoado fortificado", cuja conotação exclusivamente defensiva perturba a latitude interpretativa destes sítios multifuncionais. Mas, apesar desta alteração, continuamos a utilizar denominações clássicas quando designamos estruturas pétreas como "torres", "torreões" e "bastiões". Fizemo-lo porque não é fácil encontrar alternativas terminológicas adequadas. No entanto, estamos convictos que a utilização prolongada e acrítica destas designações poderá condicionar a liberdade conceptual da sua reinterpretação à luz da mudança de paradigma proposta anteriormente."
>
> (Jorge, 2002: 153)

Deveremos, pois, procurar elaborar uma leitura atenta e cuidada das realidades contextuais e de submeter à crítica a base conceptual que utilizamos para o fazer. Perceber os sítios implica captar a sua dinâmica ao longo do tempo, as suas sucessivas organizações espaciais internas e as relações que estabeleciam com outros espaços a diferentes escalas, ou seja, os jogos contextuais de cenários, actividades e materiais que nele se sucediam.

9.1 JOGOS DE SENTIDO: ORGANIZAÇÕES ESPACIAIS INTERNAS, ARQUITECTURAS E ACTIVIDADES.

A arquitectura representa uma das principais formas de materialização da organização espacial interna destes sítios. A sua abordagem pela arqueologia pré-histórica portuguesa foi durante muito tempo, como não podia deixar de ter sido, marcada pelos enquadramentos teóricos histórico-culturalistas, funcionalistas e materialistas, no contexto dos quais se trabalharam pouco os problemas a partir de perspectivas mais vinculadas a uma antropologia do espaço. Talvez com excepção de algumas aproximações ao megalitismo, seria na última década, e essencialmente associadas à investigação do povoamento do 3º milénio AC, que novas preocupações no estudo das organizações arquitectónicas do espaço se começaram a fazer sentir, nomeadamente no centro/norte de Portugal, em trabalhos de Susana O. Jorge, Mª de Jesus Sanches, Vítor O. Jorge respectivamente no Castelo Velho, Castro de Palheiros e Castanheiro do Vento, ou, por mim próprio, no Castro de Santiago e Fraga da Pena. Na FLUP, viria mesmo a constituir-se um projecto especificamente orientado para as problemáticas das arquitecturas deste período no Nordeste português (ver *architectures.home.sapo.pt*)

Será, contudo, avisado começar por apresentar o que se entende por Arquitectura, já que o conceito é hoje caracterizado por grande plasticidade e variedade de significações (Mañana Borrazás, *et. al.*, 2002), circunstância que pode introduzir algum ruído no discurso.

De facto, o conceito apresenta diferentes níveis de conteúdos que o dotam de operacionalidade a várias escalas. Numa perspectiva que diríamos quase holística, Hegel e Heidegger consideraram-no como arte, ou melhor, como a mais completa das artes, no sentido em que as arquitecturas seriam a mais acabada expressão da ontologia e do existencialismo humano (Rodrigues *et. al.*, 2002). Neste enquadramento globalizante, a Arquitectura, como muitas outras realizações humanas, senão mesmo todas, é expressão e ao mesmo tempo agente do fenómeno social global e das relações recursivas que este mantém com o espaço em cada momento histórico concreto. Pensar a Arquitectura nestes termos é pensar os homens em relação com os seus contextos. Corresponderá à relação de integração entre o humano e o espacial nos termos de uma confusão; significará a

construção do *espaço humano* que, ao contrário do *espaço humanizado*, não pressupõe qualquer separação dicotómica entre natural e artificial, entre Homem e Natureza, com nos propõe a antropologia ecológica de Tim Ingold (2000). Mas, numa perspectiva mais restrita e operacional do termo, a Arquitectura não será *a* (nem sequer *uma*) síntese sobre o humano contextualizado, mas tão só *um* ângulo dessa síntese, ou melhor, um conjunto específico de acções e concretizações através das quais (e com as quais) se opera a vivência humana no espaço e no tempo.

A Arquitectura, enquanto actividade humana que se manifesta essencialmente na interacção Homem / Espaço (mas que está, naturalmente, imbuída de tempo), poderá ser definida como correspondendo a materialidades utilizadas para estabelecer determinadas organizações e inscrever sentidos numa relação espacial e que resultam de um maior ou menor trabalho de antecipação, ou seja, de projecto. Traduz leituras e vivências do espaço; é relativa a estádios e opções tecnológicas; cumpre funções práticas concretas (pelo que se integra nesses sistemas de actividades); mas, simultaneamente, expressa e age sobre as estéticas, as ideologias, as relações sociais vigentes, funcionando com dispositivo comunicacional de sentidos explícitos e implícitos, tanto através das suas estruturas físicas, como através das formas em que organiza o espaço e dos sistemas de actividades associados. Corresponde, pois, à construção de cenários activos, condicionados (porque transportam a tradição e respondem a interesses sociais) e condicionantes (porque interferem activamente nas relações sociais em que se integram e que viabilizam), no contexto da agência humana num dado espaço e tempo. É um processo que traduz um indissociável binómio de organização do espaço e dotação de sentidos, que encontra a sua síntese num jogo de formas que conjuga as morfologias positivas e os vazios que organizam um dado espaço, as funcionalidades que servem em articulação com sentidos que lhes estão na origem e os que delas emanam (dimensão comunicacional).

Neste sentido, o conceito aqui apresentado afasta-se da simplicidade da abordagem tipológica e descritiva do histórico-culturalismo e, aceitando a noção de escalas de relações que as abordagens funcionalistas da Arqueologia Espacial pressupunham na sua formulação hierarquizada de níveis macro (sistemas de povoamento), semi macro (sítios) e micro (estruturas concretas, tipo cabana ou outras), assim como a sua preocupação com a identificação de actividades e respectiva organização espacial, vai ao encontro das perspectivas pós processuais que, sob influência da antropologia e sociologia do espaço, concebem a arquitectura com a forma humana de viver no espaço, simultaneamente como resultado e meio da acção social, que traduz, ao mesmo tempo que viabiliza e conforma, essa mesma acção social. E, nessa acção, através das relações de sentido entre cenários, actividades agentes e materialidades, a componente comunicacional ganha particular relevo.

Contudo, propositadamente deixei de fora da definição um elemento caracterizador que, juntamente com os restantes, poderemos encontrar em várias definições de Arquitectura: a arte de edificar, de construir fisicamente através do recurso a determinadas técnicas construtivas. Falo de materialidades, sentidos e de trabalho de antecipação e de projecto, mas não de construção no sentido de edificação de estruturas. E faço-o intencionalmente por causa de algumas indecisões relativamente à abrangência a dar ao conceito.

Se a construção física arquitectónica é um processo de organização e de dotação de sentidos no espaço, como defende, por exemplo, Rapoport (1972), a sua organização e semântica transcendem largamente a actividade edificadora humana. A existência humana pressupõe sempre um qualquer sistema de relação ordenadora e de atribuição de sentidos ao espaço, onde os processos de compartimentação, classificação, nomeação e categorização interferem. A transformação de um espaço físico indiferenciado em espaço categorizado (Valera, 2000e) é um universal humano, sendo que o que é contingente são as formas através das quais essa transformação é operada. Este processo foi recentemente denominado de "disclosure" (Thomas, 2004). Com esse conceito, J. Thomas pretende precisamente chamar atenção para o facto de a maneira como as materialidades se nos apresentam ser já o resultado de processos de inter-relação entre o Homem e essas materialidades, processos que são históricos e, portanto, contingentes e finitos. O mundo material e natural não é captado numa essência absoluta e universal (mesmo admitindo que esta exista), mas é algo que se nos aparece já como categorizado. Thomas coloca a tónica no carácter discursivo de toda a relação humana com a materialidade, isto é, ao aparecer-nos como algo, uma determinada materialidade encontra-se já submetida ao jogo classificador e significante da linguagem (recuperem-se as tese de Wittgenstein expostas atrás). Um penedo, no seu sentido menos elaborado, surge-me como ... um "penedo", ou seja, materialidade e designação linguística (que está carregada de sentido) surgem fundidos e a "coisa" não pode ser concebida fora dos limites impostos pela linguagem. Penso, mesmo, que o carácter contingente da relação do Homem com a materialidade começa numa "fase" anterior à consciência e à cognição discursiva. Conforme foi defendido no Capítulo 1, essa relação, pela necessária mediação sensorial, tem uma etapa perceptiva onde actuam as limitações do nosso equipamento biológico sensorial, que, com os seus constrangimentos e potencialidades, nos condiciona o relacionamento com o mundo. Certamente que esse equipamento sofre interferências culturais, que o potenciam, atrofiam e conformam, mas existem limites de possibilidades que são de natureza biológica. A forma como representamos a materialidade começa logo por ser relativa ao nosso equipamento biológico.

O Homem sempre organizou o seu espaço. É um requisito da própria consciência. Muito antes de nele interferir fisicamente através das suas construções, arquitectou-o recorrendo aos elementos naturais e às experiências e percepções que lhe foram proporcionadas, em cada momento histórico, pela a sua vivência relacional com o que o rodeia. O Homem não está, nem nunca esteve, fora da Natureza, mesmo quando se diferencia dela linguisticamente, nomeado-a e estabelecendo uma compartimentação entre os produtos dela (naturais) e os seus (artificiais). O Homem faz parte da Natureza, é um dos seus elementos e poderemos mesmo dizer que quando pensa é a Natureza a pensar-se. O antropocentrismo gerou a ideia, diluída no pensamento ocidental moderno, de que, sendo produtor de cultura, o Homem se emancipa da Natureza, se localiza exteriormente a ela, utilizando-a como palco passivo que manipula e explora de acordo com as suas necessidades e caprichos. Os avanços tecnológicos que o entusiasmam e o fazem ficar orgulhoso das suas capacidades ou as cosmologias propostas pelas correntes religiosas monoteístas têm, de forma diversa mas convergente, contribuído para a interiorização desta separação entre Homem e Natureza.

Não se trata aqui, naturalmente, de assumir a inexistência de um mundo físico exterior ao Homem. Como escrevi há algum tempo:

> No caso concreto da separação entre mundo natural e mundo social, este posicionamento epistemológico não pretende negar a existência de um mundo exterior ao Homem, independente do sujeito cognoscente. Como sublinha Elias (1994), o desenvolvimento do conhecimento racionalista humano (por oposição ao conhecimento mítico ou providencial) foi por vezes acompanhado pela dúvida sobre se existe algo para além daquilo que é conhecido pelo ser humano, inquietação que viria a ser apelidada de "bicho na maçã da modernidade" (*idem*).
>
> Efectivamente, há toda uma infinidade de materialidades cuja existência é independente da conceptualização humana. O que se postula é que toda a representação que o Homem faz do que o rodeia (e dele próprio), tudo o que percebe, é social e contextualmente condicionado, pelo que o mundo e a consciência que, em cada momento histórico, o Homem dele forma não podem ser realidades confundíveis. (...)a simples consciencialização de aspectos do mundo é já um factor de humanização. O mundo não humanizado é-nos, assim, inacessível, embora devamos admitir a sua existência.
>
> (Valera, 2000e: 113)

Mas daqui decorre que, para o Homem, só em termos matafísicos existe este espaço físico indiferenciado, independente de qualquer observador, com os seus ritmos de mudança próprios relacionados com as mudanças de ordem exclusivamente física ou física e biológica (mas sem presença humana). Perceber este espaço à maneira moderna implicaria a impossibilidade de sair da natureza, de sair do espaço e do tempo, e quebrar os laços de inter-relação que o Homem mantêm com ela, observando-a a partir de uma perspectiva neutra, ou seja, e como sublinhámos no Capítulo 1, ocupando o lugar de Deus.

Mas se só em termos Metafísicos poderemos assumir a ideia de uma realidade totalmente exterior ao ser humano, isso não implica que deixemos de perceber que nos relacionamos com ela. Mesmo quando investigamos a história do mundo antes de nós, estamos condicionados pela relação que temos com ele.

A recusa da dicotomia que extraiu o Homem ao seu contexto espacial permite perceber que, naturalmente, o Homem se forma no espaço, que constrói (ou seja arquitecta) o seu espaço à medida que vive (Ingold, 2000). O espaço humano é, assim, histórico e tão contingente quanto o próprio Homem.

> "The place and the people are conceptually fused. The society derives meaning from place, the place is defined in terms of social relationships, and the individuals in the society are not alienated from the land."
>
> (Sack, 1980: 177).

Esta concepção, repito, não nos deve levar a abolir a existência de um espaço indiferenciado, mas a perceber que o espaço humano é relacional: é um espaço que se constrói através do compromisso entre o espaço físico indiferenciado e a sua vivência humana. A interacção é constante e o espaço é um meio activo na produção e reprodução de qualquer organização social (Pearson e Richards, 1994), é um elemento constituinte das relações sociais e não algo exterior a elas. Existe uma relação orgânica, dotada de historicidade, entre sociedade e o seu espaço.

Chegados a esta situação, face ao entendimento do espaço humano como uma construção histórica relacional e não como um palco mais ou menos estático que o Homem ocupa e explora, impõe-se a questão da viabilidade da recuperação das espacialidades pré-históricas, ou seja, será possível recuperar os códigos semânticos das Paisagens, de sociedades para as quais não possuímos registos escritos?

> "That a particular amount of effort had been invested in an arrangement of stones might be relatively inconsequential if no distinction was acknowledged between those "monuments" that had been built and those that were of natural origin. Both might equally be understood to embody spiritual forces, and both might equally serve as loci for collective memory. To neolithic people, the material world may have revealed itself in ways that would be quite unfamiliar to ourselves."
>
> (Thomas, 2004: 222)

> "(...) se na história da nossa própria cultura "Ocidental" (...) o "espaço" foi concebido de forma tão diversificada ao longo do tempo; e se noutras culturas a diversidade de representações detectável é ainda maior, como poderemos encontrar modos operacionais de compreender as formas possíveis de fabricar e de pensar o "espaço pré-histórico" pelos nossos antepassados?"
>
> (Jorge, 2005: 239)

Trata-se de uma variante do problema, discutido no Capítulo 1, da viabilidade do "acesso" ao passado distante. Neste ponto, a proposta de uma reorientação do foco da investigação revela as suas potencialidades: mais do que nos centrarmos nos problemas de como é feita a interpretação do comportamento humano pela Arqueologia ou de como se processa a testabilidade das hipóteses, será útil enveredar pela exploração das questões de como o Homem produz e usa o conhecimento do seu mundo exterior (Zubcrow, 1994). Esta focalização remete para a teorização das dinâmicas cognitivas da humanidade, para o debate entre o que é perspectivável como universal e a sua historicidade (aspectos que serão desenvolvidos no Capítulo 11), Esta abordagem ajudará a abrir os nossos discursos (o nosso conhecimento) a novas possibilidades e a formas de interagir com o espaço diferentes das nossas.

A análise crítica de vários textos (Fusco, 1984; Kent, 1990c; Rappoport, 1990; Criado Boado, 1993a; 1993c; Pearson e Richards, 1994; Tilley 1996; Bradley, 1998; Lefebvre, 1991; Muir, 1997; Crang, 1998; Távora, 1999; Silvano, 2002; Moñana Borrazás, *et al*, 2002; Sanches, 2003; Valera, 2003d; Jorge *et al*, 2003) que abordam as problemáticas da Arquitectura e do Espaço permitiu seriar um conjunto de aspectos (variáveis) que orientaram a abordagem aos casos concretos estudados neste trabalho.

Um primeiro aspecto a reter é o de que a construção arquitectónica do espaço não parte só das leituras prévias do espaço que informam qualquer projecto (por mais planeado ou realizado de próximo em próximo que este seja), mas utiliza os elementos físicos desse mesmo espaço e as vivências que lhes estão associadas, incorporando-os como elementos arquitectónicos, que poderão ser ou não dotadas de sentido próprio relevante. Falamos de arquitectura quando nos deparamos com um recinto definido por um muro construído pelo Homem. Deveremos falar de Arquitectura quando estamos perante um recinto definido naturalmente por penedos, mas percebido, categorizado e vivido como recinto ? Ou por um recinto definido mentalmente sem evidentes marcadores físicos?

A organização do espaço é sempre uma organização mental e vivencial (sensorial mesmo), construída por sentidos conscientes e inconscientes. A sua materialização física pode resultar em construções artificialmente edificadas ou em construções simplesmente "reconhecidas", definidas, num espaço que só fisicamente é pré-existente ao sujeito, mas que se torna relacional e categorizado a partir do momento em que este nasce. Neste sentido amplo, a capacidade técnica de edificar artificialmente perde alguma relevância no conceito e a sua importância surge enquanto recurso, enquanto potencial, que permite ao Homem relacionar-se com o espaço de uma forma um pouco mais "livre" e "criativa", no sentido de estar um pouco menos preso aos condicionalismos que o espaço físico lhe impõe, mas simultaneamente mais "preso" e condicionado pelos imperativos sociais. A

Arquitectura, enquanto processo de organização e de construção de sentidos do Homem no espaço, não se vincula de forma restritiva ao edificado humano, mas com ele esse processo reforça e alarga o seu quadro de possíveis e reforça a condição social dessa organização.

Esta abrangência da Arquitectura é particularmente importante para a análise do edificado dos sítios em estudo, nomeadamente ao nível do aproveitamento arquitectónico dos elementos naturais que os vários contextos estudados evidenciam.

Como já se afirmou acima, a organização do espaço depende, entre outros aspectos, de um processo de classificação, categorização e nomeação, ou seja, da criação de referências. Essa necessidade de referências espaciais tende a transformar determinados componentes (ordenados a um nível básico de sentido, mas que por qualquer razão são destacados ou apresentam um potencial interessante no âmbito de qualquer projecto) em elementos particularmente activos. Estes tornam-se, assim, em factores de organização espacial. Nesses processos de significação, são dotados de sentidos elaborados que os transformam em elementos simbólicos estratégicos, aos quais se atribuem nomes próprios. Deixam de ser elementos de baixo teor significante para se transformarem agentes de forte carga semântica, em lugares investidos de significados socialmente relevantes. A muitos são associadas histórias, transformando-os em repositórios activos de memórias e de experiências individuais ou partilhadas, em potenciais marcos de codificação do espaço, para cuja organização e mapeamento contribuem. A relação que se estabelece entre os elementos físicos do espaço e o Homem pode, assim, realizar-se sobre diferentes patamares: desde a relação mínima que se processa num quadro de diferenciação perceptiva e cognitiva básica do elemento, à elaborada categorização que dele pode ser feita. A sua integração como elemento arquitectónico do espaço pode, pois, ser feita a diferentes níveis e de diferentes formas, desde a mais funcional e de baixo sentido à de mais forte pendor simbólico.

Esta utilização dos elementos naturais como recursos e agentes arquitectónicos (no sentido abrangente do termo) de que tenho estado a falar tem sido perspectivada de uma forma restrita à selecção, portanto a acções intencionais: elementos que pontuam o espaço que, pelas suas características físicas e contexto em que se integram, foram experimentados, lidos e categorizados de determinada forma e seleccionados para participarem de certas organizações do espaço. Todavia, a teoria da Arquitectura e do *Design* diz-nos que não existem formas isoladas, pois estão sempre em relação com outras formas. As formas apreendidas pela percepção e pela racionalização mantêm entre si relações, as quais conferem continuidade ao espaço organizado. O destaque de uma forma depende do tamanho, especificidades e sentidos das formas envolventes. Os próprios vazios mantêm relações com as formas e são elementos contextuais com interferência

extraordinariamente relevante nos resultado perceptivos e nos processos de categorização espacial:

> "... o espaço que se deixa é tão importante como o espaço que se preenche ..."
> (Távora, 1999)

Significa isto que a análise arquitectónica não pode incidir apenas sobre o construído, mas terá que se debruçar sobre a relação que todo esse construído (na sua multiplicidade de unidades combináveis) mantém com as formas e os "vazios" que lhe servem de contexto e terá que ter em conta as pré-existências e a forma como estas participam na edificação.

Um segundo aspecto sublinha que, para a análise de qualquer estrutura arquitectónica, é fundamental captar o estado prévio. A acção de edificar não começa com a construção, mas resulta de uma sequência que obedece às etapas da Acção: ideação, desejo, volição e execução (Alarcão, 1993-94). Implica, pois, a formulação de um desejo, o desenvolvimento de uma intenção, a elaboração de um projecto que irá materializar, através da agência, o desejo (vontade). Ora na formação dessa vontade e elaboração do projecto de actuação (que poderá ser simples ou complexo), as pré condições do espaço, ou seja, as leituras (sentidos) que sobre ele se faziam, são questões essenciais para a hermenêutica da construção arquitectónica. Não um estado prévio espacial essencial, absoluto, mas um estado prévio circunstancial, dotado de contingência, pois é constituído de múltiplas variáveis que são hierarquizadas e codificadas historicamente. Como se afirmou anteriormente, os elementos que se dispõem no espaço não nos aparecem sem um sentido básico. Uma edificação não se opera sobre um vazio, mas sobre um espaço em que se exerceu um determinado processo de leitura. Perceber o edifício implica ter noção das razões da escolha do local, as quais residem na conjugação e interacção de quatro factores: condições físicas (topografia, vegetação, geologia, relação com outros elementos físicos da paisagem vizinhos ou distantes, etc.); as leituras (tanto de sentido básico como elaborado) sobre essas condições físicas; os objectivos ideados; a tradição (constrangimentos sociais, técnicos, estéticos, etc.). Estes factores funcionam de forma totalmente interligada e não se apresentam formalizados de maneira independente, já que para o ser humano o espaço físico indiferenciado não é captável. O espaço é sempre categorizado e dotado de sentidos, condição indispensável para a orientação humana no mundo, a qual está sempre imbuída de projectos.

Deste modo, a abordagem a um estado prévio do espaço relativamente a uma edificação deve obedecer a uma perspectiva integradora da organização espacial, a qual era, por exemplo, sublinhada por Fernando Távora no início dos anos sessenta do século

passado (Távora, 1999), o que revela o atraso com que certas perspectivas chegaram à Arqueologia portuguesa. "Organizar" o espaço é considerado diferente de o "ocupar", no sentido de que a primeira acção está impregnada de intenção, a qual nem sempre é evidente ou subentendida na segunda. Por outras palavras, ocupar é estar no espaço físico, organizar é estar, com desígnios, num espaço significante: o homem organiza sempre o espaço, dotando-o de sentidos, os quais são relativos à suas competências biológicas, à sua linguagem, às suas racionalizações e aos seus projectos. A intenção, traduzida em projectos, é particularmente relevante, ultrapassando a tradicional imagem do homem como actor passivo e constrangido por normativos ecológicos ou sociais mais ou menos deterministas que o funcionalismo e o materialismo conceberam.

> "... uma luz, uma esperança, um desejo, uma intenção, animam permanentemente o homem." (Távora, 1999)

Daqui resulta uma crítica à abordagem do espaço e da arquitectura puramente funcionalista, em defesa de uma visão integradora entre função / arte / técnica / natureza / significado / ideologia /etc., para a qual a World Design Conference realizada em Tóquio em 1960 propôs o conceito de "*Design*" (*idem*).

Assim, compreender a escolha de um local para a implantação, por exemplo, de uma área residencial implica avaliar as suas características físicas e perceber, de entre elas, quais as que, relacionadas com as leituras sociais desse espaço (que o integram sempre num espaço mais vasto) e com o projecto, tiveram um papel mais activo na selecção do lugar. Tal como sublinha Thomas, este processo implica não esquecer que todas as materialidades sempre se apresentaram ao Homem como entendidas de uma certa maneira básica, entendimentos que, naturalmente, são contingentes e finitos (não essenciais). A tarefa é reconhecer quais os elementos físicos que se mantiveram num nível básico de sentido e quais os que funcionaram em níveis mais elaborados, e perceber como, nesse contexto semântico, participaram no processo de selecção.

Haverá que prestar atenção à topografia, quer à micro topografia do espaço que foi reorganizado com a edificação, quer à macro topografia das relações que aquele sítio mantém com o espaço envolvente (e que a Arqueologia Espacial e a noção de *Site Catchment* parcialmente desenvolveram). Aqui ganham relevo as questões de intervisibilidade e as relações com as restantes formas que lhe servem de contexto morfológico. Como frequentemente tenho referido, citando quase sempre Fernando Távora, não há formas isoladas, pois estas estão sempre em relação com outras formas. O próprio espaço é perspectivado como uma forma "negativa" (vazio) que é preenchido por formas

"positivas" as quais se constituem como elementos da sua organização. Assim, o Espaço e a Arquitectura (enquanto procedimento organizacional) são dotados de continuidade: a ideia de interrupção não estabelece, de facto, uma quebra; é apenas mais uma forma de sentido organizativo do espaço arquitectado. Os lugares edificados não estabelecem rupturas com a paisagem envolvente, antes estabelecem novas relações de continuidade e de comunicação, retirando desse diálogo o seu próprio sentido específico.

Outro aspecto a considerar nas condições pré existentes são os recursos geológicos, hídricos, vegetais e animais disponíveis. Será necessário perceber se na escolha participou a disponibilidade de determinadas matérias primas ou determinados recursos particularmente valorizados e deduzir o volume de trabalho e de transformação implicado na preparação da "obra", o qual poderá dar indicações sobre o interesse despertado pelo local. Podemos, por exemplo, perceber a selecção de locais que apresentem um conjunto maior de dificuldades quando comparados com outros nas vizinhanças, mas que devido a outros factores são preferidos. Naturalmente, teremos que encontrar nas pré existências os aspectos que se relacionaram com o projecto inicial, isto é, com os objectivos, os quais poderão ser múltiplos, mais ou menos explícitos e responder de forma mais ou menos consciente a diferentes interesses e necessidades sociais. Daí que esse trabalho hermenêutico não possa ser feito sem inventariar e avaliar as possibilidades de potenciais sentidos e simbolismos do espaço e das condições pré existentes.

Neste exercício é igualmente fundamental comparar o pré existente com o construído, o que nos poderá dar indicações sobre o que entre as pré existências terá sido mais valorizado, o que veio de fora, o que existia mas não foi utilizado e, finalmente, o nível de transformação imposto ao local (alterações impostas ao local durante a edificação).

As dificuldades de tal processo analítico são, naturalmente, imensas. São-no devido ao problema estrutural de uma hermenêutica realizada a uma distância de milhares de anos, que se traduz em diferenças contextuais imensas (entre o contexto da construção e o nosso contexto interpretativo), mas são-no igualmente ao nível das circunstâncias da vida destes sítios e dos processos tafonómicos que sofreram ao longo do tempo. O que nos chega é uma "unidade" muito diferente do que existiu, ou melhor, é um momento da já longa vida de um local que terá passado por muitas vicissitudes. O que trabalhamos são sítios arqueológicos e não povoados (ou outro tipo de sítio) e esses sítios arqueológicos presentes são apenas uma espécie de "evocação" material de uma realidade dinâmica passada. É necessário desconstruir analiticamente o sítio arqueológico (escavá-lo) para construir, através de um discurso que se pretende interpretativo e explicativo, uma narrativa para um troço (antigo) da vida daquele local.

Para além dos efeitos tafonómicos naturais, para além dos efeitos provocados por acções sociais após o sítio ter perdido o seu contexto social de funcionamento (que se poderá ter prolongado para além do seu abandono e ruína – Valera, 2003a), existe sempre o problema de discernir o faseamento da vida do sítio: os restos que nos chegam correspondem a algo edificado de uma vez, respondendo a um projecto prévio global? É o resultado de uma dinâmica que acrescenta e retira? Essa dinâmica é aditiva, conservando os traços mais antigos ou é profundamente transformadora, apagando ou disfarçando aspectos construtivos anteriores? Como é que tudo isto se processou no tempo? O sítio teve sempre as mesmas dimensões? Foi ocupado sempre em permanência ou sofreu abandonos temporários?

O equacionar de todas estas questões é essencial para que se possa avaliar as condições do processo arquitectónico de um sítio na sua origem, filtrando e separando o que se relaciona com essa origem do que é relativo às circunstâncias e contextos sucessivos da sua vida.

Há, pois, que perspectivar o sítio arquitectado como um processo dinâmico (Valera, 2003a). Isto não é mais do que aplicar, à escala do edifício e do sítio, o que Thomas (2004) reclama para a cultura material: reconhecer que ela tem uma dinâmica histórica não exclusivamente física e que, como o próprio homem, não é estática. Ou seja, mesmo sem transformações físicas, o sítio poderá ter sido sujeito a reformulações de sentido que, tal como os elementos da construção, podem ter sido aditivos (acrescentando significados e valorizações aos já existentes) ou profundamente transformadores, atribuindo significados novos que se sobrepõem e apagam os antigos. Naturalmente, esta dinâmica semântica pode interligar-se ou não com transformações físicas do sítio.

Não basta, assim, perceber se o sítio foi construído todo de raiz de acordo com um plano prévio ou se foi edificado através de sucessivos impulsos construtivos. De facto a segunda possibilidade não invalida a primeira (pode existir um plano prévio que é seguido e concretizado, seguido de acrescentos e transformações). As duas estarão mesmo compatibilizadas na maioria das situações. Por outro lado, a lógica aditiva (transformações parciais sem obedecer a um projecto de conjunto) não impede que num dado momento surja uma lógica de planeamento integral abrangendo todo o edificado.

A grande diferença entre o momento inicial de construção e os seguintes é que para estes últimos a construção e organização anterior do espaço já entra como pré existência, enquanto que no momento inicial está naturalmente ausente. Será consensual que a sucessiva categorização do espaço é diferente no caso da construção de uma torre de atalaia, mais tarde da adição posterior de uma muralha que define um recinto em seu torno e, ainda mais tarde, de um mosteiro nas imediações. Termos uma situação em que

existiriam projectos totalizantes para cada uma das construções, mas que no seu conjunto e a uma escala local funcionam numa lógica aditiva (e não esqueçamos que as interrupções não devem ser vistas como vazios, mas como elementos de continuidade). Nessa lógica aditiva, as construções são interdependentes, no sentido em que vão sucessivamente entrando no campo das pré existências e pré condições para o que vem a seguir, como reformulam o que já existe. Deste modo, a constituição de pré existências num processo construtivo aditivo é dinâmica e cada nova adição, porque é transformadora da organização do espaço, não resulta num simples somatório ao campo das pré existências para projectos futuros, mas sim na sua reformulação. Trata-se, em suma, de aplicar à análise da organização do espaço e das construções arquitectónicas a lógica do método Barker-Harris para a análise estratigráfica: decomposição em unidades mínimas (sendo que estas unidades mínimas são determinadas por nós), perceber o seu comportamento sequencial no tempo, entender a forma como as anteriores condicionam e interferem nas de formação posterior e como estas reformulam o que lhes é prévio.

Em simultâneo a este processo de apreciação crítica das pré existências, deverá proceder-se à análise das técnicas construtivas e das opções que elas reflectem. A utilização de uma técnica não resulta apenas de constrangimentos ao nível da disponibilidade de recursos e do nível de conhecimentos, mas também da tradição (*habitus*), dos significados e do que se pretende comunicar, já que em todas as épocas se podem perceber a existência de múltiplas formas de fazer e de múltiplos recursos a utilizar.

Por vezes demasiado centradas nas estruturas, as análises arquitectónicas em Pré-História prestam pouca atenção aos espaços que essas arquitecturas organizam e às formas como a circulação é sugerida, condicionada ou determinada nesses espaços, assim como à relação que estes estabelecem com os sistemas de actividades que neles decorrem. Formas construídas, espaços definidos, actividades e sentidos associados, sistemas de circulação e acesso, materiais presentes e que circulam em cada espaço, no seu conjunto são parte integrante do complexo arquitectónico e variáveis essenciais para a sua compreensão.

Há, ainda, que prestar atenção à expressão conotativa que toda a arquitectura pode assumir. Vários autores têm sublinhado o carácter preponderante que a arquitectura pode evidenciar como dispositivo comunicacional. Não sendo certamente a única forma com que estas comunidades "escreviam" no espaço e o organizavam (lembremo-nos, a título de exemplo, da arte rupestre, da eleição de elementos naturais dotados de significados elaborados como marcos referenciadores e organizadores do espaço ou dos caminhos de circulação), ela é particularmente estruturante da vivência humana: se pensamos e organizamos o mundo com as palavras que temos, também ordenamos o espaço com as

formas e as técnicas que temos. Se a linguagem traduz formas discursivas inteligíveis de organização do mundo, a arquitectura (no seu sentido mais global) traduz exactamente o mesmo. É, também ela, uma forma de conhecimento e de representação do mundo. Pensemos no significado conotativo da planta das igrejas em cruz, das orientações dos monumentos megalíticos, ou (numa organização do espaço pela subtracção) na destruição da Bastilha. Em todas estas situações se estabelece uma relação rica de significado entre o espaço local construído e aspectos ideológicos globalizantes. Esta relação de correspondências entre visões do mundo e a construção e organização de espaços circunscritos gerou, ao longo da História, arquitecturas particulares que privilegiaram formas e/ou materiais específicos, cuja compreensão depende da nossa capacidade em captar (ou, quando muito, intuir e propor como hipóteses plausíveis) essas conotações de sentido.

Finalmente a relação entre os espaços arquitectados e os materiais arqueológicos. Na história recente da Arqueologia Pré-Histórica Portuguesa, e mais concretamente na da Pré-História Recente, tem-se gerado um debate entre tendências que sublinham a importância da cultura material (aqui restrita à sua componente artefactual) no processo de produção de conhecimento na disciplina e os que matizam ou mesmo minimizam a sua relevância, normalmente em benefício de uma valorização concedida aos aspectos relacionados com as arquitecturas e com a gestão de espaços e constituição de paisagens.

A crítica à grande importância concedida à cultura material e aos seus estudos tipológicos tem sustentado que essas abordagens seguem a tradição histórico-culturalista e funcionalista, caindo num medir e contar classificativo, normativo e desumanizado. Seguindo de perto o modelo childeano e os ajustes introduzidos por Clarke, esta Arqueologia visa a ordenação do registo arqueológico (visto como tendo as propriedades de um fóssil), a sua constituição em indústrias, complexos ou horizontes e a análise da sua distribuição estratigráfica e espacial é considerada como etapa processual indispensável para a abordagem das organizações sociais passadas e do seu devir, as quais se julga serem reflectidas de forma directa pelas padronizações construídas para a cultura material.

A perpetuação de uma Arqueologia excessivamente ou exclusivamente centrada nos materiais ou, na sua versão mais pobre, que se limita a "engavetá-los" numa sucessão cronológica, na tradição das "culturas arqueológicas e respectivos fósseis directores", e a reacção que se continua a fazer contra ela dão origem a "discursos de combate" que, como sempre nestas situações, tendem à denúncia e à refutação por vezes em excesso.

De facto, a centração na cultura material e a forma como esta é compartimentada para a realização de estudos tipológicos, tende a originar situações de descontextualização, quebrando relações que diferentes tipos de artefactos mantêm entre si, com os elementos arquitectónicos e os espaços por eles estruturados. Relações de significado são, assim,

perdidas com a extracção dos materiais ao seu contexto espacial concreto de onde retirariam sentido. Mas esta relação opera-se nas duas direcções. Poderemos inverter a equação e verificar o oposto: que interessa uma estrutura arquitectónica ou um espaço definido se não se lhe conseguir associar sentidos, significados que lhe são conferidos pelos sistemas de actividades e elementos da cultura material que simultaneamente as reflectem (às actividades) e viabilizam? As estruturas são apenas uma das variáveis da organização do espaço e da sua semântica. São apenas mais um elemento do contexto, que não pode ser entendido como predominante sobre os outros. As actividades que ocorrem num determinado espaço arquitectado (ou não) e os materiais que por ali circulavam, com os seus simbolismos próprios, são também componentes centrais da conceptualização desse *lugar*. A relação entre objecto e contexto é dialética: o objecto ganha significado num determinado contexto e este retira sentido da presença desse mesmo objecto (Hodder, 1992: 15). Pensar a Arquitectura como parte estruturante e a Cultura Material como a parte estruturada da relação, será recuar a uma perspectiva passiva da cultura material, em que esta é determinada pelo contexto, em vez de condicionada por um contexto onde ela própria participa activamente na sua constituição e com ele se relaciona de forma recursiva.

Na sua relação com os objectos o Homem atribui-lhes sentidos, ou seja, funções e significados, quando não mesmo os anima, reconhecendo-lhes poderes de acção e intenções. Esses sentidos não são uma propriedade fixa do objecto, mas são uma atribuição contingente, passível de variar com o contexto, tanto em termos diacrónicos como espaciais. A variabilidade deriva da possível atribuição de sentidos diferentes, relacionáveis com a significação geral de cada contexto, mas também da relação que se estabelece entre os vários objectos que o constituem e entre as várias acções que nele se praticam. Seguindo um exemplo que utilizei recentemente noutro lugar, se numa sala vir um martelo posso pensar uma coisa relativamente àquele espaço; se em cima do martelo vir uma foice, sou bem capaz de pensar outra. E que dizer se essa sala ficasse num palacete ali no Largo do Caldas em Lisboa? O objecto retira sentido do contexto ao mesmo tempo que contribui para a formação e sentido desse mesmo contexto (juntamente e em relação com todos os outros elementos que o compõem – estruturas, actividades, etc.).

O Espaço está imbuído de tempo, ou seja, é dinâmico. Rapoport (1990) conceptualizou bem esta situação ao propor a organização do espaço em cenários estruturados em sistemas, com três categorias de elementos (fixos, semi fixos e móveis), concluindo que o conhecimento da natureza de cada um deles depende do conhecimento da relações estabelecidas entre os três. O contexto é, assim, um cenário complexo, que envolve a relação entre elementos fixos, elementos semi-móveis, elementos móveis e sistemas de acções que nele decorrem. No caso da Arqueologia, a consciência da existência e da intervenção dos três últimos é particularmente importante, uma vez que,

mantendo-se os fixos, a alteração conjunta ou isolada dos restantes modifica o cenário, logo a natureza do contexto. Ora os arqueólogos funcionam muitas vezes apenas com cenários que chamaria de cumulativos: elementos fixos e acumulações de elementos semi-móveis e móveis que, tendo funcionado em momentos diferentes para acções diferentes, se constituíram como contextos distintos.

Recorro com frequência ao exemplo dos polidesportivos actuais: um espaço onde os elementos fixos se mantêm (estrutura do edifício, recinto, bancadas, marcador, balneários, etc.), mas onde elementos semi-móveis (balizas de andebol, cestos de basquetebol, redes de voleibol, etc.) e os móveis (bolas, etc.) se alternam, constituindo cenários distintos, com significados distintos e onde actuam especialistas em actividades distintas, para públicos diferentes. Apesar dos elementos arquitectónicos se manterem, o contexto muda, porque mudam as actividades, e os elementos semi móveis e móveis. Por outro lado, os sistemas de actividades ocorrem, não num cenário, mas num sistema de cenários que incluem áreas muito mais abrangentes, que devem ser descobertas através de uma progressiva contextualização e não delimitadas *a priori*. Ou seja, os contextos também têm os seus contextos. Resulta de tudo isto que privilegiar arquitecturas em detrimento de artefactos pode ser tão redutor como o inverso. Ambos têm que ser perspectivados como variáveis que se conjugam e pressupõem nas acções sociais.

Ora a tradicional abordagem aos materiais corresponde normalmente ao estudo de conjuntos agrupados por categorias (recipientes cerâmicos, pedra polida, elementos de tear, pedra talhada, etc.) tal como foi feito ao longo da Parte II deste trabalho. Esta abordagem, como já se afirmou, tem vindo a ser criticada por se constituir como um processo de descontextualização (Jones, 2002). Perante a complexidade do uso e significado do espaço, da multiplicidade de acções que nele se praticam e de objectos que nele circulam e actuam, promover a análise separada de objectos que "viveram" juntos quebra as conexões de sentido que existiriam entre os materiais e entre eles e os outros elementos do contexto. A tónica nos contextos de utilização e sentido, contudo, não deve fazer-nos minimizar a importância de um estudo dos conjuntos artefactuais por categorias de objectos, a qual se justifica porque incide sobre aspectos distintos e complementares à perspectiva contextual. Aponta a questões de tecnologia, exploração de recursos, padronizações da produção e respectivos significados cronológicos e culturais, actividades e funcionalidades, interacção, identidade, tradição e inovação, tudo questões igualmente centrais para definição e interpretação de sucessivos contextos.

Neste ponto, contudo, são as relações contextuais que devem ser privilegiadas, procurando-se perceber as relações de sentido que os artefactos mantinham entre si e com os restantes elementos do contexto, na construção de espaços de sentido. Esta abordagem,

contudo, requer contextos bem preservados, em que as associações artefactuais sejam seguras, situações que nem sempre estão presentes em sítios residenciais ou de outras vivências quotidianas. Estes tendem a corresponder a palimpsestos, onde espaços são sucessivamente reutilizados. A maioria dos artefactos aparecem sob a forma de fragmentos integrados de maneira mais ou menos dispersa em depósitos formados durante as fases de ocupação e abandono, sendo raras as deposições primárias ou áreas de actividade bem preservadas. No caso concreto dos sítios intervencionados, as situações variam, e se algumas abordagens contextuais podem ser feitas à escala do micro espaço outras apenas permitem uma abordagem generalista, em termos de espaços maiores.

Procurar-se-á agora, à luz destes pressupostos, analisar os principais contextos da área de estudo.

9.1.1 Os sítios "abertos"

Com esta designação tradicional são referenciados os contextos que não forneceram evidências da existência de elementos naturais ou estruturas construídas de encerramento ou de circunscrição do espaço. Os próprios termos utilizados na definição destes critérios de seriação revelam que a assunção de "abertura" é isso mesmo, uma assunção, baseada na ausência de estruturas ou outros elementos físicos que possam ser interpretados como delimitadores, inibidores ou condicionadores da circulação e acesso.

Estão nesta situação os contextos da Malhada, Quinta da Assentada, Quinta das Rosas e Quinta dos Telhais. O trabalho realizado em cada um destes sítios e a informação disponível é muito díspar, pelo que as análises e os discursos possíveis são substancialmente diversos. Noutros contextos, como as Provilgas ou Penedo da Pena, os dados são de tal forma ténues que pouco sentido tem desenvolver tentativas de análise à escala do sítio.

9.1.1.1 A Malhada

De todos estes sítios "abertos", a Malhada foi o mais trabalhado e aquele para o qual se dispõe de mais informação.

A sua implantação será uma das melhores evidências de como os nossos pré conceitos formulados para os padrões de implantação de complexos residenciais do 3º milénio AC são, por vezes (talvez com frequência insuspeita), mais limitadores do que potenciadores. A localização do sítio é surpreendente e essa surpresa diz tudo sobre os nossos constrangimentos para compreender as leituras e as categorizações do espaço que aquelas comunidades efectuaram. Que teria levado a que um sítio com aquelas dimensões se tivesse implantado num local com aquelas condições topográficas?

Comecemos por relembrar essas condições. O sítio implanta-se a meio da vertente direita do vale da Ribeira da Muxagata, a qual constitui a escarpa de falha que delimita a zona aplanada da superfície fundamental. Trata-se de uma vertente de acentuado declive, que na zona da Malhada apresenta uma inclinação de cerca de 10%. Imediatamente a Sul do sítio, a vertente é cortada por outra falha, a qual foi aproveitada por uma linha de água, formando um recanto em "curva e contra curva". Essa linha de água percorre toda a vertente do topo à base, onde conflui com a Ribeira da Muxagata, e apresenta-se muito encaixada, com o afloramento rochoso a aparecer sob a forma de penhascos. É precisamente quando a vertente se torna ligeiramente menos verticalizada que se inicia o espaço ocupado.

Este espaço está hoje muito alterado pela construção de duas vinhas em socalcos, o que dificulta a reconstituição das condições iniciais da ocupação. Contudo, as observações realizadas nas áreas escavadas e as distribuições de superfície permitem pensar que, embora a área de abrangência do sítio fosse relativamente extensa (cerca de 13 m^2), a maior entre os sítios estudados, as áreas efectivamente ocupadas seriam dispersas nesse espaço global, aproveitando as pequenas rechãs que se formaram ao longo da vertente, graças à presença de grandes penedos ou afloramentos que, naturalmente, sustentaram sedimentos e criaram pequenas plataformas mais ou menos aplanadas.

O local encontra-se, assim, acima dos solos de aluvião do vale da Muxagata, junto a linhas de água que ainda hoje mantêm um caudal anual, num local perfeitamente diluído na paisagem, com uma visibilidade restrita a um troço pequeno do referido vale. Visto ao longe, o espaço de implantação do sítio não tem grande destaque, surgindo o "entalhe" na vertente que o bordeja a Sul como a única marca física referenciadora à distância (cf. Anexo 4 – Estampa 30).

O granito e o quartzo eram matérias primas disponíveis localmente, assim como uma variedade de espécies vegetais. Não longe do sítio (cerca de 300m) estavam disponíveis rochas xistosas (formação de Satão-Penalva) que, contudo, parecem não ter sido recursos explorados no sítio. A cerca de 1000m ocorrem filões de doleritos alterados, os quais são hoje utilizados como fonte de argila e que os estudos arqueométricos realizados para as cerâmicas da Malhada sugerem terem sido igualmente explorados em época pré-histórica.

O estudo antracológico realizado, apesar de algumas limitações, sugere a existência nas imediações de pinhais (de pinheiro bravo) e/ou carvalhais (mistos ou com predominância de *Quercus faginea* e *Quercus coccifera*, com medronheiro associado), zonas de floresta (sugeridas pela presença de hera (*Hedera helix*) e azevinho (*Ilex aquifolium*), assim como de algumas zonas de "matos de carácter secundário (urzais e charnecas mais abertas de leguminosas e cistáceas), provavelmente ocupando zonas de intervenção directa das comunidades humanas locais" (van Leeuwaarden e Queiróz, 2000).

A ausência de restos lenhosos associáveis a matas ribeirinhas de fundo de vale (também ausentes no registo do Castro de Santiago) é interpretada pelos autores do estudo antracológico como resultado de uma de duas situações relativamente ao vale da Ribeira da Muxagata: a existência de densas matas de fundo de vale que não eram intervencionadas pelas comunidades humanas que ali residiam ou, inversamente, a completa desflorestação do fundo de vale devido a intensa exploração humana. Contudo, como os próprios autores referem no seu relatório, o espectro florestar presente no registo antracológico da Malhada sugere "uma amostragem da flora lenhosa parcial e previamente seleccionada (e nesse sentido deturpada) com determinado fim (lenha, fabrico de objectos) pela própria recolecção humana. A sua relação com a paisagem envolvente existe de facto, mas não é directa." (*idem*). Pelo que o não aparecimento de determinadas espécies próprias dos matos de fundo de vale se pode ficar a dever a critérios de selecção, como a distância (lembremos que o sítio se situa a meia vertente), a espécie, ou outros relacionados com níveis de conhecimento e significado que estas comunidades teriam relativamente às espécies florestais locais.

O sítio seria aberto, não existindo evidências de que, em algum momento, existissem estruturas de encerramento. As arquitecturas registadas respeitam a construções interpretáveis como de carácter residencial / doméstico. Nos Sectores B, C e D foram registadas construções que se ajustaram aos penedos pré-existentes, os quais foram assim integrados no ambiente construído. Essas construções revelaram a presença de socos de pedras que, encostando aos penedos, demarcavam espaços. Estes alinhamentos poderiam ser constituídos por uma fiada de pequenas pedras (como a Cabana 1 do Sector B), ou serem constituídos por pedras de maiores dimensões (por vezes utilizando pequenos penedos passíveis de serem remobilizados), entre as quais alguns elementos de moagem fragmentados (caso da Cabana 2(?) do Sector B), originando muretes de delimitação e que, simultaneamente, serviam como sustentação de sedimentos (caso do murete identificado no Sector D).

Apenas nos Sectores B e D foi possível ter uma noção aproximada da estruturação do espaço interno destas construções, já que no Sector C a construção identificada já havia sido obliterada pela plantação da vinha numa parte muito significativa. Na Fase 1 Sector B, o espaço estruturado é tendencialmente ovalado, aproveitando do lado SE o grande penedo que sustenta a rechã. Sensivelmente ao centro deste espaço, que tinha a sua entrada orientada a Este, existia uma lareira estruturada por lajes colocadas em cutelo, formando um semi hexágono (aberto a sul). Da superestrutura, que poderia ser de ramagens entrelaçadas revestidas ou não a barro, não se registaram evidências, a não ser um buraco de poste relacionável com a estruturação da entrada.

No interior desta estrutura foram registadas várias centenas de fragmentos cerâmicos, predominantemente de reduzido tamanho. Foi possível realizar algumas remontagens, as quais, contudo, nunca ultrapassaram o ¼ dos recipientes, sendo estes casos em número muito limitado. Temos, pois, uma acumulação de pequenos fragmentos de mais de uma centena de recipientes (sendo que cada um aparece representado por apenas alguns fragmentos) que se incorporam no depósito que se formou durante a ocupação deste espaço. A análise realizada (cf. Capítulo 4) revela que do ponto de vista formal os recipientes representados se enquadram, em termos de diversidade morfológica e de representatividade estatística das diferentes morfologias, nos padrões globais observados para o sítio. No que respeita às decorações presentes, verifica-se a mesma proximidade ao padrão global observado, com excepção das decorações penteadas, que são neste espaço, nesta fase, bastante menos representativas.

A indústria lítica, tratando-se de peças que se apresentam em grande número inteiras e funcionais, justificou uma análise cuidada da sua distribuição espacial (Figura 9-1).

Apesar de uma dispersão abrangente destes materiais, algumas linhas de força podem ser reconhecidas nesta distribuição. Observa-se uma concentração alargada de restos (fragmentos e esquírolas) no lado Este, que corresponde à entrada no espaço interior da estrutura, e numa zona mais restrita no recanto sul da área sondada, onde se nota também uma maior concentração de núcleos. As bigornas estão igualmente distribuídas por estes dois espaços. Esta distribuição sugere, pois, a existência de duas áreas interiores onde se procedeu ao talhe (essencialmente do quartzo): uma mais alargada junto à entrada e outra mais restrita no lado oposto onde, como se referirá a seguir, se terá igualmente desenrolado a actividade de moagem.

Em termos de utensilagem, regista-se a maior presença de elementos laminares na área central, no quadrante nordeste em torno da lareira e uma grande concentração de lascas e elementos de raspagem/corte no quadrante sul, em torna da área de concentração de restos de talhe atrás referida. Algumas pontas de seta (oito) surgem espalhadas por este espaço, tendo sido metade recolhidas entre a lareira e a entrada. O seu reduzido número tornará, contudo, esta observação pouco significante. O quadrante noroeste da área escavada apresenta um baixa concentração de elementos de pedra talhada.

Poderemos, assim, vislumbrar que nesta rechã teriam ocorrido actividades relacionadas com a produção de utensilagem de pedra talhada (pelo menos em duas áreas). A presença relativamente volumosa de utensílios relacionar-se-á em parte com essa produção, mas também com a sua utilização em tarefas que implicariam raspagem e corte (segmentos, denticulados, raspadeiras, lascas retocadas). As lamelas poderiam ser utilizadas como segmentos ou barbelas enquanto a presença de pontas de seta tanto

poderá resultar da sua produção local, como da existência no local de armamento utilizado na caça / conflito ou terem chegado a este espaço incorporadas em peças de caça. Regista-se a presença de alguns pequenos fragmentos de restos faunísticos, os quais sugerem o processamento da carne de animais. Em termos de categorias funcionais, predominam largamente os instrumentos de corte.

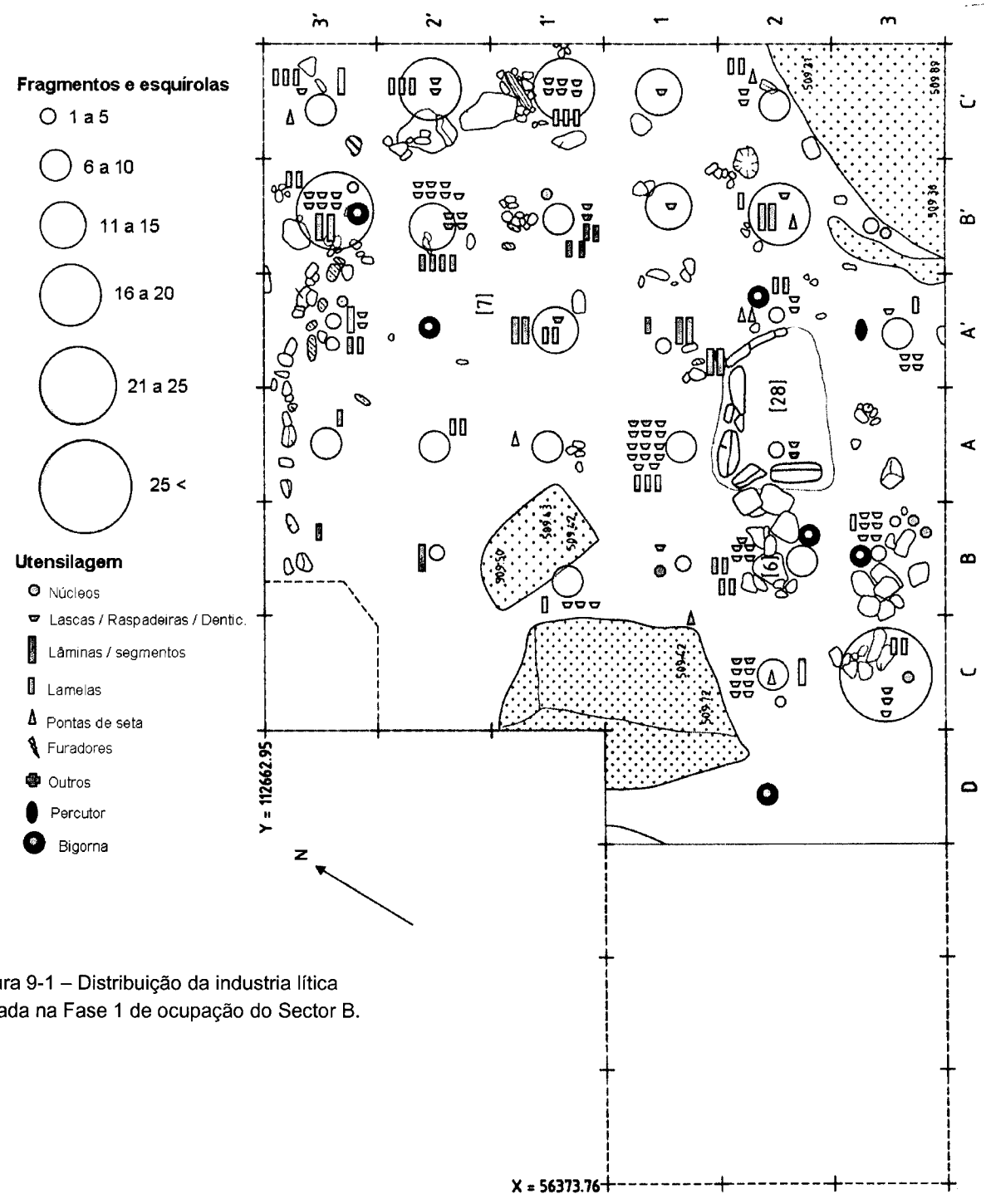


Figura 9-1 – Distribuição da industria lítica talhada na Fase 1 de ocupação do Sector B.

Em termos de pedra polida, estão ausentes os lingotes, esboços, mas registou-se uma enxó, uma cunha e um martelo, assim como vários subprodutos de produção ou reciclagem (3 fragmentos de gume, 10 lascas de reavivamento, 3 lascas, 2 lâminas, 2 lamelas, 1 fragmento de talão, 15 fragmentos, 9 fragmentos polidos e 4 flancos) e um polidor/afiador. Este registo sugere que a actividade de produção ou sobretudo reciclagem de artefactos de pedra polida teria lugar neste espaço, não apresentando, contudo, uma distribuição espacial bem delimitada.

Relativamente aos elementos de moagem, foram identificados vários fragmentos de dormentes e moventes (correspondendo a cerca de 33% do total de elementos de moagem registados no sítio) junto à lareira, no seu quadrante sudoeste, sendo que um dormente foi recuperado inteiro e colocado em posição vertical (assente num dos topos) encostado a uma outra pedra (numa posição que considero intencional para manter limpa a superfície de utilização). No interior e em torno à lareira foram recolhidas várias dezenas de bolotas de *Quercus* carbonizadas, sugerindo que estaremos em presença de uma área de torrefacção e moagem deste produto de recolecção.

Contam-se, ainda, no interior deste espaço 7 fragmentos de pesos de tear, os quais se concentram todos em torno à lareira (quadrados B3 – 2 frags.; A2 – 1 frg.; A'2 – 3 frgs.; A'3 – 1 frag.)

Trata-se, assim, de um espaço onde terão decorrido actividades quotidianas de cariz diferenciado, configurando um espaço doméstico polivalente, onde determinados elementos fixos se mantinham e elementos móveis circulavam em simultâneo, alternadamente ou em sequência.

A fase seguinte identificada estratigraficamente neste sector revela uma transformação significativa deste espaço. Aparentemente, transforma-se numa área aberta, sem evidências de estruturas de encerramento de qualquer espécie. Dispersos por toda a área, surgem pequenos aglomerados de pedras (dominantemente de quartzo, mas incorporando seixos, termoclastos e utensílios como bigornas, percutores e alguns núcleos).

A cerâmica continua a aparecer muito fragmentada e dispersa por toda a área, mas reduz-se significativamente relativamente ao momento anterior: 488 fragmentos pesando 6,917 Kg contra os 3662 fragmentos pesando 29,197 Kg registados na Fase 1 (menos de ¼ portanto). Os elementos de tecelagem resumem-se a dois fragmentos, assim como os elementos de moagem, agora restritos a um dormente e a um fragmento de dormente integrado nos dos tais aglomerados pétreos (UE 21).

Na pedra polida a imagem é semelhante, reduzindo-se a uma enxó, a um martelo e a 15 restos de talhe/utilização, sensivelmente um terço dos registos destes restos

recuperados na Fase 1. Tratam-se essencialmente de fragmentos, sendo escassos os restos relacionáveis com o talhe de produção/reciclagem.

Comportamento oposto revela a indústria lítica talhada, na qual se observa um conjunto significativo de ocorrências que caracterizam este espaço, durante esta segunda fase, essencialmente como uma área de talhe.

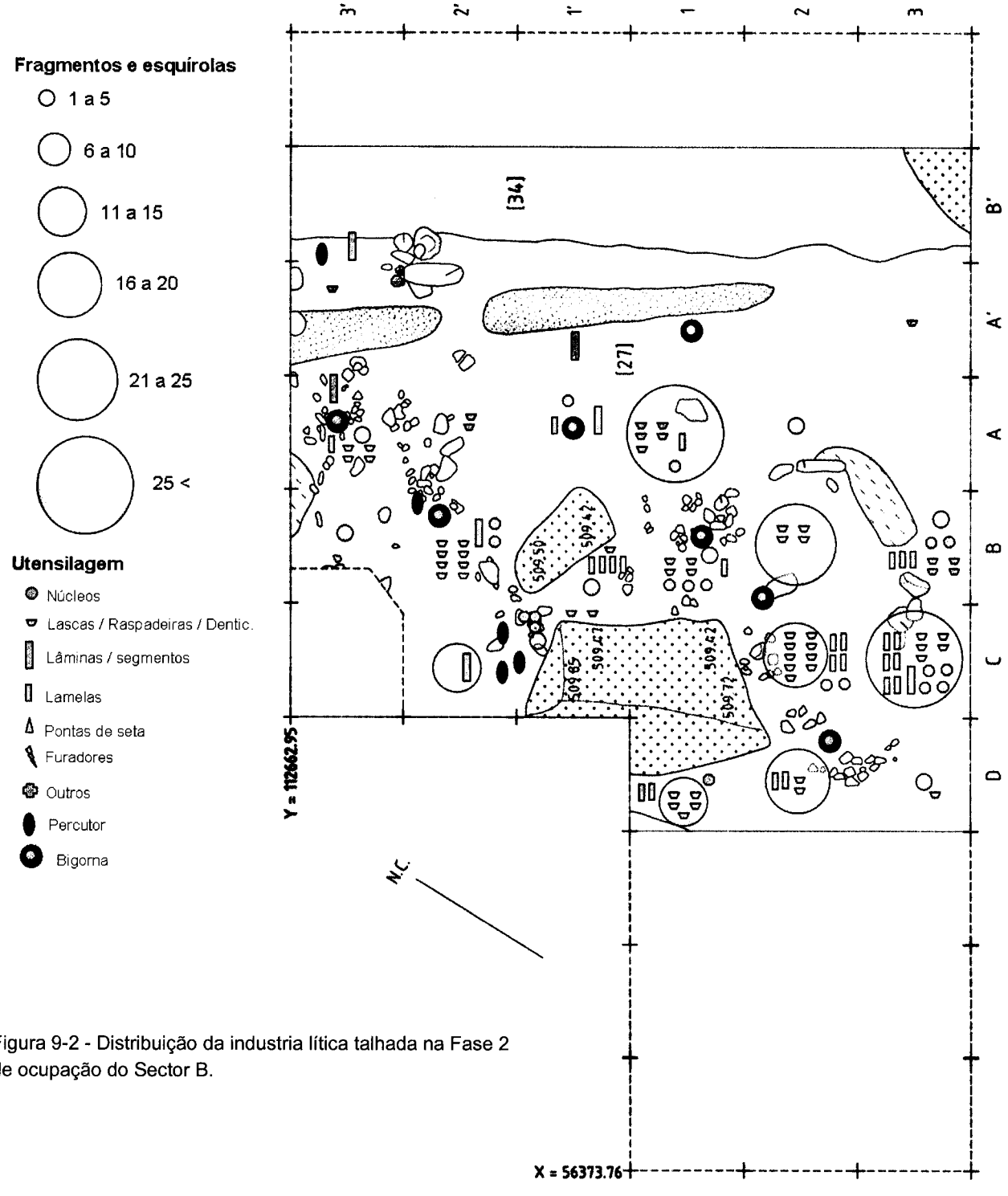


Figura 9-2 - Distribuição da industria lítica talhada na Fase 2 de ocupação do Sector B.

Regista-se uma grande concentração de restos, mas também de artefactos, em torno ao penedo existente a meio da sondagem, embora algumas bigornas e algum instrumental tenham sido recolhidos no extremo norte da área intervenciona (Figura 9-2). De destacar, entre o abundante conjunto de materiais, a ausência de pontas de seta e o número vestigial de elementos sobre lâmina, sendo a produção, exclusivamente realizada sobre quartzo (leitoso e hialino), orientada quase que exclusivamente para a obtenção de lascas e lamelas, com recurso frequente à técnica de percussão bipolar (com recurso a bigorna). Uma vez mais, a categoria funcional predominante é a dos utensílios de corte.

O Sector C revela, desta forma, uma alteração sensível na utilização de um espaço onde, num momento anterior, existia uma estrutura de cabana e ocorreriam um conjunto mais diversificado de actividades.

Finalmente, na Fase 3 deste Sector observa-se nova reformulação. Como vimos (Capítulo 4), o penedo granítico que se localizava no centro da sondagem (e que atravessava toda a estratigrafia pré-histórica conservada) foi aproveitado na construção de uma estrutura semi-circular do tipo "soco de pedra". Aproveitando a pré existência, foram colocados dois blocos de grande dimensão, um de cada lado, e assentes no depósito da ocupação da Fase 2, seguidos de uma sequência de pedras de grandes e médias dimensões sobrepostas (máximo de três fiadas). Do lado Sudeste, esta delimitação espacial encontrava continuidade no grande penedo responsável pela criação da rechã, o qual já havia sido aproveitado na estruturação da Cabana 1 da Fase 1 (cerca de 40 cm abaixo na estratigrafia). Definia-se, assim, um espaço de configuração sub-circular, correspondente a uma possível cabana (Cabana 2?), tendo a sua parte Este sido obliterada pela surriba da vinha e pela abertura de uma vala de escoamento, enquanto que do lado Sul se observa uma interrupção no alinhamento que poderia corresponder à entrada.

A densidade de materiais no seu interior era grande, contrastando com as situações registadas no exterior imediato abrangido pela sondagem. De facto, para Sudoeste e Norte os materiais rareiam e ocorrem sempre mais chegados às pedras da estrutura semi-circular.

A cerâmica volta a ser extremamente abundante, rondando os dois mil fragmentos e os dezasseis quilos de peso, apresentando-se, como ao longo de toda a sequência estratigráfica, muito fragmentada. A sua distribuição no interior do espaço definido pela estrutura pétrea é extremamente homogénea e as formas presentes seguem a imagem geral que vinha de trás, apenas se notando uma maior representatividade das decorações penteadas. Registe-se ainda a presença de duas colheres.

Nove fragmentos de pesos de tear ocorrem dispersos no interior da estrutura, com uma maior concentração no limite sul da sondagem. Nessa zona, pelo exterior, junto à

interrupção da estrutura semi-circular UE 20 (e que poderia corresponder a uma zona de entrada), registaram-se mais um fragmento e uma placa inteira.

A pedra polida não se encontra representada por qualquer artefacto, bloco ou esboço. Um polidor foi recolhido no exterior deste espaço, encostado ao penedo central e, dispersas por toda a área, documentaram-se 27 restos de anfibolito, parte deles relacionáveis com a produção/reciclagem de utensilagem de pedra polida.

Os elementos de moagem surgem representados por dois dormentes e três moventes. Contudo, estas peças encontravam-se fracturadas e incorporadas na estrutura de delimitação do espaço (UE 20), não funcionando, portanto, como indicadores da presença da actividade de moagem neste momento de ocupação do sector. A reciclagem das peças de grandes dimensões em estruturas pétreas encontra paralelos noutros sectores do povoado (como no Sector C) e noutros contextos da região, como no Castro de Santiago. É um procedimento recorrente no megalitismo regional, incorporando elementos estruturais dos monumentos. O carácter meramente pragmático dessas reutilizações tem sido questionado, sugerindo-se que a sua integração em diferentes tipos de estruturas poderia assumir simbolismos específicos ou formas ritualizadas associadas às acções construtivas.

Uma vez mais, contudo, é na indústria lítica talhada que, dada a sua quantidade e variedade, se observam padrões de distribuição mais significantes no interior (Figura 9-3).

A distribuição dos materiais líticos talhados, tal como acontece com as restantes categorias artefactuais, apresenta uma densidade muito maior no interior desta possível cabana do que no seu exterior imediato. No exterior do lado Sudoeste, contudo, junto aos dois blocos pétreos da extremidade da estrutura (UE 20), a presença de materiais revela uma concentração que, sendo bem menor do que a observada no interior, parece ser significativa (sobretudo se comparada com o que se passa no lado exterior norte). Aí os fragmentos e restos não são muito abundantes, embora se tenha registado a presença de vários núcleos, lascas e alguns produtos alongados. Voltando ao exterior Sul, os materiais líticos ali concentrados eram acompanhados também por bastantes fragmentos cerâmicos e, como vimos, um peso de tear inteiro e outro fragmentado. Esta extensão exterior da distribuição dos materiais faz-se precisamente do lado onde foi detectada uma interrupção da estrutura que poderá corresponder a uma entrada. Comparando esta situação com a registada na Fase 1 (Figura 9-1), verifica-se que também nesta se registavam mais materiais pelo exterior junto à zona interpretada como entrada. A ser assim, a estrutura da Fase 3 ocupa sensivelmente a mesma área da Cabana 1 da Fase 1, mas apresentaria a sua entrada orientada no sentido precisamente inverso, ou seja para Sul/Sudeste.

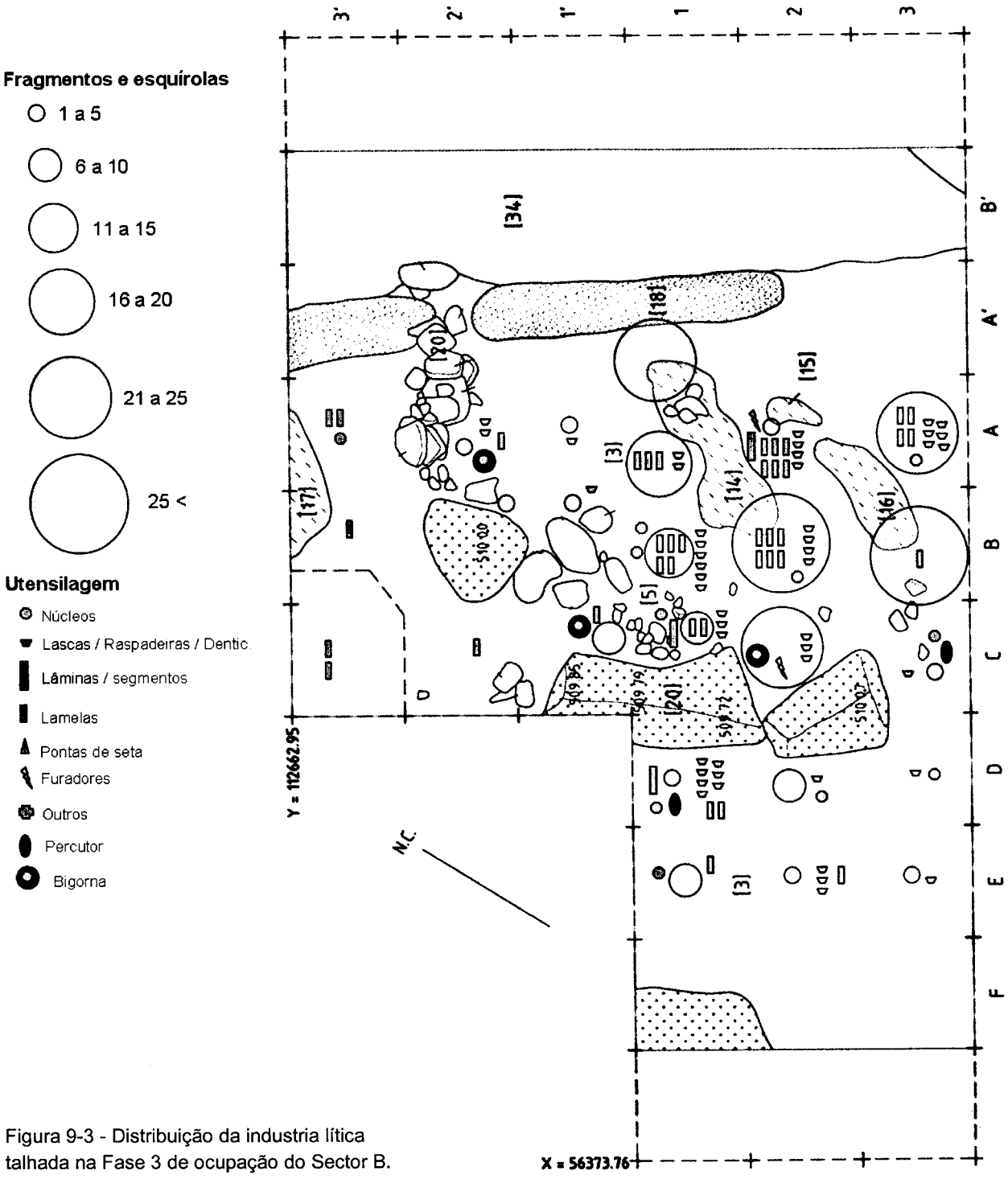


Figura 9-3 - Distribuição da industria lítica talhada na Fase 3 de ocupação do Sector B.

No interior, e tal como acontecia com a cerâmica, a concentração de pedra talhada é grande, mas, ao contrário daquela, apresenta uma distribuição espacial mais restrita, concentrando-se claramente no quadrante sul (na área imediata à possível entrada). Algumas bigornas e percutores, assim como mais de uma centena de restos de talhe (quase que exclusivamente em quartzo) documentam a actividade de debitagem. A presença de

lascas (em bruto e retocadas), de algumas raspadeiras, denticulados e furadores, abundantes lamelas e escassa utensilagem sobre lâmina, revelará, por um lado a orientação da produção, por outro a natureza de algumas das actividades que ali poderiam ocorrer, dominando a categoria funcional relacionada com as actividades de corte. Note-se, tal como na Fase 2, a total ausência de pontas de seta.

A estratigrafia registada no Sector B evidencia uma sequência de intensas ocupações daquele espaço, o qual ao longo do tempo vai sendo reformulado de acordo com os ritmos de vida do sítio. A sequência não sugere momentos de abandono marcantes (demorados) desse espaço e a evolução estratigráfica da cultura material do ponto de vista tipológico não apresenta diferenças significativas, caracterizando-se por uma imagem global de grande homogeneidade morfológica e estilística. Se exceptuarmos a alternância da expressão de determinadas categorias artefactuais, que resultará da alternância de utilizações dadas a este espaço, a única diferença assinalável ocorre no domínio da estilística decorativa da cerâmica, com um aumento da representatividade das cerâmicas penteadas na Fase 3, quando eram vestigiais nas Fase 1 e 2.

Não existem, pois, razões para vislumbrar nesta sequência estratigráfica significativas interrupções ou alterações de natureza cultural. Antes, a leitura que parece mais adequada é a de mudanças que se vão produzindo num espaço restrito de um sítio mais vasto, as quais fazem parte da sua dinâmica normal de vida. Por outras palavras, se as diferentes fases marcam pequenas rupturas nas formas de ocupação da rechã do Sector B, nada nos autoriza a generalizar essas rupturas ao resto do sítio, como a comparação com os outros Sectores parece demonstrar.

De facto, no Sector D (Sondagem 1), localizado numa outra rechã natural situada poucos metros mais acima na vertente, numa posição sobranceira em relação ao Sector B, apenas se registou um nível de ocupação. Na área abrangida pela sondagem foi possível perceber um espaço delimitado a Oeste por uma sequência de penedos/afloramentos e a Este por o que teria sido um alinhamento construído com pedras de médias dimensões que, localizando-se no rebordo da rechã e início de uma área de declive mais acentuado, se encontrava já parcialmente desmoronado e em mau estado de conservação. A Norte e a Sul a sondagem não abrangeu qualquer delimitação. Na base do depósito de ocupação, situada ao centro da área escavada, foi detectada uma lareira em fossa. Este espaço poderia corresponder igualmente a uma estrutura de tipo cabana, uma vez mais conjugando as pré existências naturais (afloramentos e penedos) com a edificação de pequenos muretes delimitadores (e que funcionaram como factor de retenção dos sedimentos).

A ser assim, a sondagem realizada abrangeu apenas o interior (mais a zona desestruturada do muro de delimitação a Este). Aí, tal como no Sector B, a cerâmica era

abundante, registando-se 1732 fragmentos pesando 16,129 Kg. Apresentava-se igualmente muito fragmenta, proporcionando poucas remontagens e dispersa de forma homogénea por todo o depósito. Recolheram-se sete fragmentos de pesos de tear, a maioria (seis) concentrados nos quadrados B1 e B2, junto aos restos do muro de delimitação/contenção.

A pedra polida registada era constituída por um machado, 28 restos de talhe/utilização e dois polidores. Quanto aos elementos de moagem, foram recolhidos três fragmentos de dormentes e dois moventes. Um dos maiores fragmentos de dormente encontrava-se integrado num aglomerado de pedra (UE 105) localizado na área mais a norte da sondagem.

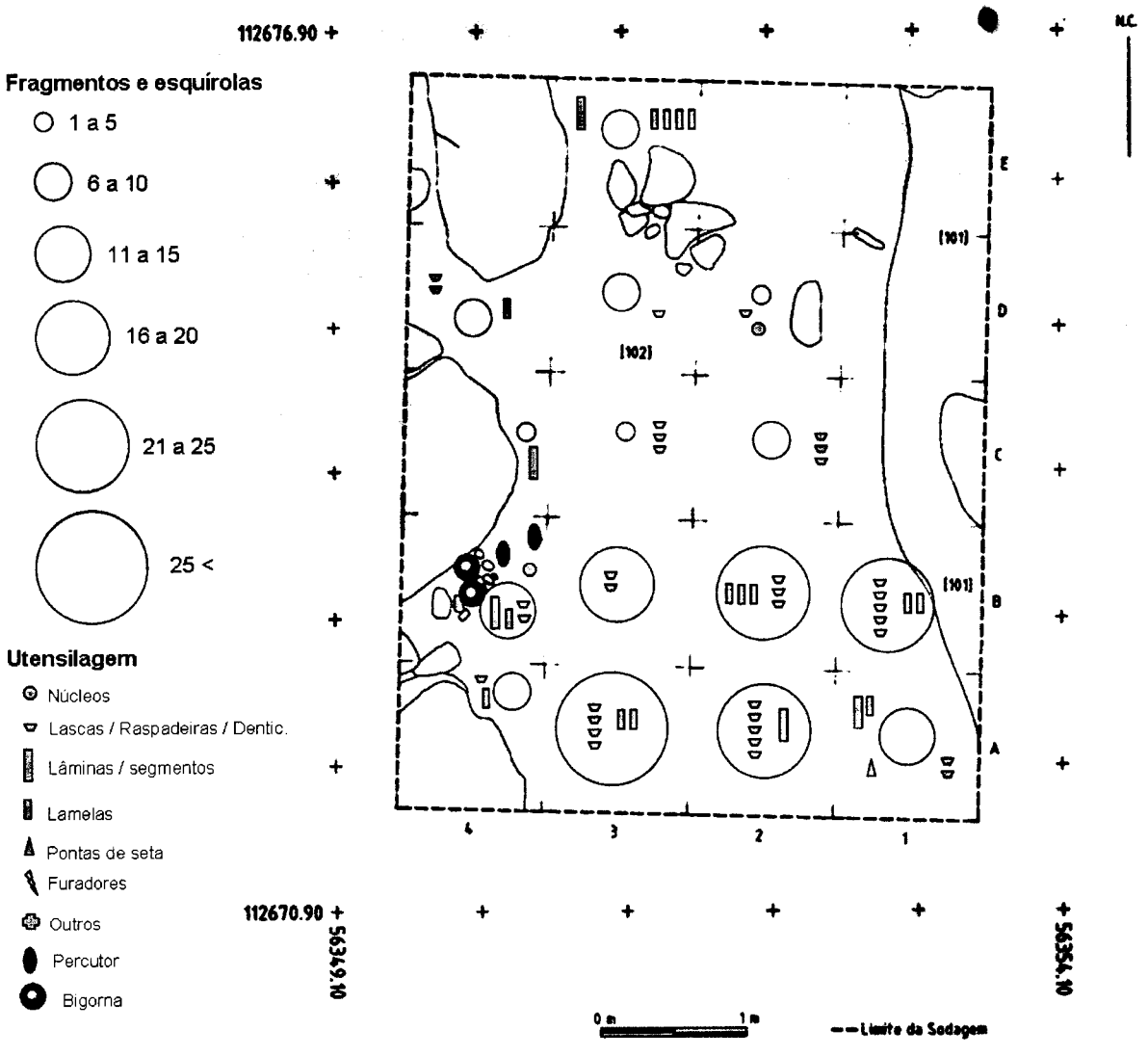


Figura 9-4 - Distribuição da industria lítica talhada na Fase 2 de ocupação do Sector C.

A pedra talhada era abundante, mas em menor quantidade que em qualquer das três fases do Sector B. Contudo, uma vez mais, era uma categoria artefactual que apresentava uma distribuição espacial mais concentrada, a qual ocorria na metade sul da sondagem. Nessa área, no topo do depósito e junto aos penedos que delimitavam este espaço a Oeste, foi identificado um pequeno aglomerado de seixos, juntamente com duas bigornas, um percutor e um núcleo, assim como restos de talhe e alguma utensilagem talhada. No espaço imediato, registava-se a maior concentração de material lítico talhado, com mais de uma centena de restos (quase que exclusivamente quartzo), produtos de debitagem (essencialmente lascas e lamelas) e utensilagem sobre lasca e lamela. A utensilagem sobre suporte laminar é uma vez mais rara, assim como os projécteis (apenas uma ponta de seta). A categoria funcional predominante é, também aqui, a dos utensílios de corte.

Na globalidade, a imagem transmita por este espaço é muito semelhante às registadas na Fase 1 e 3 do Sector B, sugerindo uma área com uma ocupação aparentemente continuada durante um certo período de tempo, onde se teriam processado diferentes actividades (moagem, produção/reciclagem de utensilagem polida, debitagem do quartzo, utilização de recipientes cerâmicos) de natureza doméstica / residencial.

No Sector C (Capítulo 4), foi registada uma estratigrafia com dois momentos de ocupação, separados por um depósito que se formou durante um interregno da mesma, encimada por um outro depósito que teria correspondido a um solo de ocupação localizado imediatamente acima na vertente, mas que, através de escorrência, se depositou sobre os sedimentos da 2ª fase de ocupação deste Sector.

Da primeira fase identificaram-se restos de um alinhamento pétreo (UE 56), já muito desestruturado, que poderia estar relacionado com uma estrutura de delimitação semelhante às registadas nos Sectores B e D. Contudo, esta estrutura encontra-se no limite do corte efectuado para a construção da vinha e prolongar-se-ia para o espaço afectado por esta, pelo que foi obliterada na sua quase totalidade. O espaço preservado formava um recanto (sensivelmente triangular) delimitado, em toda a metade Norte, por uma sequência de penedos e afloramentos, que estabeleciam uma parede natural. A área escavada seria parte de um espaço organizado que se prolongaria para sul, mas que foi cortado pela construção da vinha.

Ainda assim, nos restos conservados deste solo foi registada uma intensa ocupação, traduzida por uma significativa densidade e variedade de materiais arqueológicos. Foram recolhidos mais de três mil fragmentos cerâmicos pesando cerca de 32 quilos. Tal como nos restantes sectores, esta encontrava-se muito fracturada (foi recolhido, contudo, uma pequena tigela que permitiu uma remontagem quase integral) e dispersa de forma muito homogénea por todo o depósito. Registe-se , tal como na Fase 3 do Sector B, a presença de

duas colheres. Os pesos de tear estão representados por sete fragmentos dispersos, aos quais se poderá reunir, em termos associação tecnológica, um fragmento de bojo com fracturas desbastadas por forma a dar-lhe uma configuração circular e com uma perfuração central (realizada pós cozedura), o qual poderá ser interpretado como um cossoiro.

A utensilagem de pedra polida está representada por um escopro e por um esboço, assim como por 136 restos de anfibolito, sendo grande parte deles restos de talhe para a produção/reciclagem de artefactos. Trata-se da área que, mesmo sendo mais reduzida (em termos de espaço preservado), mais restos de produção em anfibolito forneceu, assim como o maior número de polidores (quatro).

Os elementos de moagem estão igualmente bem representados, com seis dormentes (três dos quais de face de utilização dupla) e seis moventes.

A pedra talhada apresenta uma densidade menor que nos sectores anteriores. Ainda assim, registaram-se pouco mais de uma centena de restos de talhe, produtos de debitagem (lascas e lamelas), utensilagem sobre lasca e lamela e alguma sobre suporte laminar, três pontas de seta, bigornas e percutores, documentando a actividade de talhe (essencialmente do quartzo). De destacar, a presença de um bloco de turmalina não talhado, material hoje classificado como pedra semi-preciosa.

A presença de alguns restos, muito pequenos, de fauna, sugere o processamento da carne de animais neste espaço.

Tratando-se apenas de uma pequena área de um espaço maior que foi destruído pelo plantio da vinha, a sua estruturação e organização não é perceptível (por isso não se analisou a distribuição espacial de materiais). Contudo, a imagem que nos é proporcionada pela materiais recolhidos e pelo seu próprio estado de conservação é, em tudo, semelhante ao observado nos Sector B e D, não existindo qualquer evidência que aponte para um contexto de natureza diferente.

Sucedeu-se um interregno de ocupação deste espaço, formando-se um depósito (UE 54) arenoso quase arqueologicamente estéril (continha alguns fragmentos cerâmicos e restos líticos, cuja incorporação será de natureza tafonómica e relacionada com a própria formação do depósito no contexto de uma sedimentação por escorrência no âmbito da evolução da vertente. O tempo dessa interrupção é impossível de estabelecer. O depósito apresenta uma espessura máxima de 20 cm o que poderia corresponder a um período relativamente longo. Contudo, no contexto de localização do sítio em geral e do Sector C em particular (acima dos penedos e afloramentos que o delimitam a Norte a vertente apresenta uma inclinação bastante acentuada), os ritmos de sedimentação são baste rápidos e abruptos (deslizamentos são frequentes), pelo que a formação deste depósito arenoso sobre o solo de ocupação da Fase 1 deste sector poderá ter sido bastante rápida.

Segue-se uma segunda fase de ocupação, a qual aparece consubstanciada num depósito e restos de um alinhamento pétreo que se apresentam restritos ao canto Noroeste, não tendo sido afectada pelo corte da vinha. É possível que este depósito se prolongasse mais para sul e que tenha sido parcialmente erodido, conservando-se apenas a parte mais junto à parede constituída pelo grande penedo/afloramento a noroeste. De facto, a própria parte que se conservou do depósito apresentava-se afectada pela escorrência e sobreposição de dois grandes penedos graníticos, um dos quais terá sido responsável pela desestruturação do que parece ser o resto de um alinhamento pétreo (UE 55). Estes penedos afectaram bastante o depósito, provocando depressões e cones de escorrência, como o que foi preenchido pela UE 57, que corresponde a sedimentos com origem no solo de ocupação que preencheram um abatimento provocado por um destes grandes penedos.

No espaço conservado registou-se, uma vez mais, uma abundante presença de cerâmica muito fragmenta e dispersa pelo depósito (cerca de dois milhares de fragmentos), cinco fragmentos de pesos de tear, um fragmento de dormente de superfície de utilização dupla (a que se poderá juntar um outro fragmento de dormente também duplo e dois fragmentos de moventes registados na UE 57, sedimentos com origem no solo de ocupação que preencheram uma depressão provocada por um dos penedos que se depositaram no local), um esboço e 81 restos de anfibolito, boa parte dos quais relacionáveis com a produção/reciclagem de utensilagem polida, cerca de seis dezenas de restos de talhe do quartzo e alguns produtos brutos de debitagem (lascas e lamelas) e utensilagem sobre lasca e lamela, alguns núcleos de quartzo e três percutores.

A recolha de alguns restos de fauna sugere, também aqui, a possibilidade de processamento de carne.

Tal como para a Fase 1 de ocupação deste sector, esta segunda fase apresenta um quadro que sugere uma ocupação essencialmente de características residenciais, onde o espaço terá sido utilizado de forma multifuncional, com determinadas actividades a serem levadas a cabo em simultâneo ou alternadamente, revelando uma utilização do espaço não particularmente especializada. Neste sentido, será contudo interessante registar que este Sector, tomado na globalidade das suas duas ocupações, apresenta uma maior concentração de evidências de produção/reciclagem de utensílios de pedra polida e uma menor intensidade das evidências de talhe da pedra.

Para além destas áreas, as restantes sondagens revelaram a sedimentação de escorrências de depósitos com bastantes materiais arqueológicos, denotando a afectação que a própria evolução da vertente teve sobre os vários espaços onde se produziram ocupações humanas. No caso do Sector F, onde se documentou uma fossa no interior da qual foi recolhido o fragmento de cadinho com restos de escória agarrada, foi registado

outro depósito de ocupação *in situ*, mas a dimensão da área sondada não permite elaborar qualquer ilação em termos de análise da organização do espaço ao nível do sector. A densidade de materiais parece, contudo, ser bem mais reduzida.

Observado na globalidade, a imagem que se pode formar deste sítio, apesar da distorção introduzida pelas vinhas, é a da dispersão, por uma área de cerca de treze mil metros quadrados (definida pela dispersão de materiais de superfície), de espaços ocupados aproveitando pequenas plataformas mais aplanadas existentes no seio de uma vertente irregular e fortemente inclinada. As formas como estes espaços foram ocupados apresentam grandes similaridades entre si, quer nos conjuntos artefactuais proporcionados, quer nas estruturas edificadas e processos arquitectónicos utilizados. De facto, os conjuntos artefactuais denotam que estas áreas seriam multifuncionais e nelas teriam lugar diferentes actividades. A moagem (entre outros produtos possíveis está a bolota, atestada na Fase 1 do Sector B) parece ter sido particularmente intensa, como sugerem os numerosos e volumosos dormentes, frequentemente com dupla face de utilização. A produção e reciclagem de utensilagem de pedra polida é documentada por numerosos polidores, restos de talhe, esboços e blocos/lingote, assim como vários e variados utensílios. A maioria destes utensílios, contudo, não foi registada em contextos preservados, mas à superfície ou integrados nos muros de socalcos da vinha (como aconteceu com alguns elementos de moagem). Esta sua descontextualização dificulta a interpretação da natureza da sua presença no sítio, que tanto poderia resultar em materiais acabados de produzir ou à espera de reciclagem para depois serem usados no exterior, como poderiam ser utilizados em tarefas no próprio local, ou, mais provavelmente, na conjugação das duas hipóteses. O talhe do quartzo é uma actividade recorrente em todos estes espaços (e vestigialmente o do sílex e do quartzito) e a utensilagem dominante é constituída por instrumentos relacionados com o corte, raspagem, sendo os objectos de perfuração e os projécteis globalmente pouco representativos, imagem que se repete, com as mesmas proporções, nos vários Sectores e, dentro destes, nas diversas fases identificadas (Capítulo 4). A tecelagem, embora não surjam estruturas e concentrações de materiais bem definidas (apenas algumas sugeridas), tem restos espalhados por todos os sectores e à superfície por várias outras áreas do sítio. Finalmente a cerâmica, aparecendo sempre muito fragmentada, ocorre por todo o lado em grande quantidades e com grande homogeneidade tipológica entre os vários sectores. Em vários depósitos surgem ainda alguns (muito poucos e muito fragmentados) restos de fauna, eventualmente relacionáveis o processamento da carne de animais.

Apenas foge a esta imagem a presença do cadinho no Sector F, que documenta a prática da metalurgia naquele espaço (dos intervencionados, é o que se situa mais acima na vertente). A avaliação desta situação está condicionada pelo desconhecimento da verdadeira natureza contextual do local onde foi recolhida esta peça, já que a área

intervencionada é muito restrita e não permite ter uma ideia (nem sequer aproximada) sobre as características daquele espaço, não sendo possível confrontá-lo com os restantes. Não sabemos, pois, se este espaço comportaria uma clara diferenciação de actividades relativamente aos outros: apenas poderemos afirmar que ali ocorreria uma actividade não registada nos outros e representada por uma única peça. Tal sugere que esta seria uma actividade de reduzida expressão no sítio, o que aliás parece ser confirmado pela total ausência de materiais metálicos. Trata-se, contudo, da primeira evidência de metalurgia no 3º milénio AC em toda a região, o que reforça o seu carácter de excepção, e poderá eventualmente justificar uma segregação espacial no interior do sítio.

Assim, e com a eventual excepção do Sector F (a qual só poderá ser esclarecida com o alargamento da sondagem ali realizada), a forma como os materiais aparecem integrados nos depósitos, revelando grande interpenetração dos diferentes conjuntos, sugere que estas actividades decorreriam mais de forma simultânea ou alternada durante a ocupação destes espaços, do que de forma sequencial. Estaríamos, assim, na presença de cenários multifuncionais não especializados em nenhuma das actividades documentadas, não se aplicando a ideia de cenários fixos que teriam sido sucessivamente reformulados como espaços especializados, como foi proposto para a área do Sector C do Castro de Santiago (Valera, 1997a, ver 9.1.2.1). A imagem global é a de pequenas áreas domésticas, onde as mesmas tarefas teriam lugar, o que as configura como possíveis unidades familiares.

Somos, pois, tentados a assumir que a tradicional assunção de que o aumento da complexidade atribuído às comunidades do 3º milénio é acompanhado por uma tendência para a maior compartimentação espacial das várias actividades (Kent, 1990a) não encontra evidência no sítio da Malhada, observação a que poderá ser excepção a situação particular da metalurgia.

Contudo, é necessário ter presente que o conceito de funcionalidade específica tanto pode funcionar para uma actividade como para a utilização de uma área por um grupo restrito (como por exemplo elementos do mesmo sexo, da mesma idade, ou da mesma família, etc.). Uma compartimentação destes género, ou seja, não do espaço, mas de quem o utiliza e por ele circula, é mais difícil de documentar pela arqueologia e não pode ser descartada na Malhada. Por outro lado, a organização compartimentada do espaço não tem que ser necessariamente materializada fisicamente (Tringham, 1972), permanecendo ao nível dos códigos e dos comportamentos, o que pode induzir-nos em erro relativamente à efectiva existência de espaços polivalentes. Contextos bem preservados e pouco perturbados (tanto pela própria recorrência da utilização como pelos efeitos tafonómicos posteriores) poderão dar conta desta situação, através da conservação de padrões de

distribuição. Mas essa é uma situação normalmente rara em sítios de *habitat*, sobretudo nos que apresentam períodos de ocupação mais prolongados.

As áreas escavadas na Malhada, como vimos, indiciam alguma organização interna dos espaços ocupados nestas pequenas rechãs, nomeadamente ao nível da moagem (da Fase 1 do Sector B) e, sobretudo, das áreas de talhe (nalguns casos pode intuir-se também zonas onde preferencialmente poderiam ter ocorrido tarefas relacionadas com a tecelagem). Contudo, essa diferenciação nem sempre é clara (na Fase 1 do Sector B uma das possíveis áreas de talhe coincide com a potencial área de moagem) e, se pode ser vislumbrada à escala de cada espaço residencial, à escala do sítio não se regista qualquer segregação espacial significante (com a eventual excepção da metalurgia).

Ao nível das estratégias arquitectónicas, os vários contextos apresentam também grandes similaridades. Aproveitam-se os penedos pré existentes na definição e delimitação dos espaços, conjugados com simples alinhamentos ou pequenos muretes de pedra seca, por vezes reutilizando elementos de moagem inutilizados. Nesta conjugação de elementos naturais pré existentes e elementos construídos as plantas tandem a não ser regulares, mas nota-se uma tendência para a curvatura e arredondamento dos espaços circunscritos. As paredes destas estruturas seriam de ramagens entrelaças revestidas a argila (no Sector D registou-se um fragmento de cerâmica de revestimento) mas é possível que outras alternativas técnicas fossem utilizadas (peles, por exemplo). Observa-se, pois, uma adaptação às condições proporcionadas pelo local, sem que se detectem evidências de significativos trabalhos de preparação ou alteração prévia dos locais de implantação. Teríamos uma aldeia "em escada", composta por diferentes núcleos residenciais espalhados pela vertente. Entre eles (ou à volta deles) não se percebem condicionalismos impostos à circulação, para além dos que resultam da topografia difícil do terreno. Mesmo imaginando que, face à implantação do sítio, os acessos ao local (e deste para os terrenos mais férteis do vale ou para o abastecimento de água) estabeleceriam rotas de sentido Norte-Sul, ou seja, de subida e de descida, não se vislumbra qualquer hierarquização ou distinção significativa da organização do espaço ao longo desse eixo.

A ocupação deste espaço ter-se-á produzindo durante um tempo considerável e muito provavelmente de forma continuada até a um momento final do calcolítico regional, não existindo indícios de abandonos intermédios generalizáveis a todas as áreas intervencionadas. Há, todavia, evidências de que cada parcela do sítio teve a sua história de ocupação específica. Como vimos, no Sector B foi possível identificar três momentos, que correspondem a três reformulações da utilização daquele espaço sem que se observem evidências de prolongadas interrupções da ocupação (pelo menos não ser formaram depósitos de abandono). No Sector C, pelo contrário, as duas ocupações são separadas por

um depósito que documenta o abandono temporário (ainda que presumivelmente curto) deste espaço. Já no Sector D apenas se regista uma fase de ocupação. Obtém-se assim, um vislumbre do que terá sido a dinâmica de vida de um sítio, que terá vivido por várias gerações, onde a ocupação e gestão do espaço não foi certamente estática do princípio ao fim. Face ao que parece ter sido uma ocupação continuada do sítio à sua escala global, observam-se abandonos temporários de pequenos espaços, reocupações, reformulações de utilização, que pautariam a vida deste agregado, o qual se configura como um sítio residencial/doméstico, a que se ajusta bem a designação de povoado (ou pequena aldeia) de carácter sedentário, onde ocorreriam dominantemente actividades relacionadas com a vivência quotidiana, naturalmente imbuídas de sentidos e significados próprios das visões do mundo que caracterizariam estas comunidades (como acontece em todas as épocas).

A escolha do local, como vimos, não revela como critérios a visibilidade sobre a paisagem ou preocupações de natureza defensiva. Antes, encontra um local que, sendo de topografia difícil, é acessível e, sobretudo, se encontra bem protegido dos ventos, tem água corrente nas imediações durante todo o ano e é equidistante entre o fundo aluvionar do vale e o topo da vertente que dá acesso as áreas planálticas mais altas, ao longo da qual se estabelece uma via natural de circulação e onde existem outros locais de estabelecimento que lhe serão contemporâneos (Quinta dos Telhais e Quinta das Rosas). Esta polivalência locacional poderá ter sido, precisamente, a razão para o estabelecimento dos primeiros habitantes na Malhada. A sua orientação predominante parece ser, contudo, o troço médio do vale da Ribeira da Muxagata.

Quanto às condições de povoamento prévio, face aos dados existentes para os restantes sítios, apenas podemos assumir que, quando a Malhada se estabelece como local residencial, o Castro de Santiago (a cerca de 4 km para Sul) já estava edificado e se manteria em funcionamento, pelo que estes estabelecimento teria de ter em conta a localização daquele sítio e a influência que este estabeleceria sobre a paisagem local. Contudo, face aos problemas de resolução fina colocados pelo radiocarbono, poderemos sempre colocar a hipótese de o Castro de Santiago estar já desactivado (ainda que não há muito) ou mesmo arriscar a possibilidade de os fundadores da Malhada terem em parte origem nas comunidades que viveram e saíram de Santiago. Mas, mesmo que já abandonado, este sítio manter-se-ia, certamente, socialmente activo no âmbito das referências territoriais que sustentavam as organizações sociais desta paisagem. Relativamente aos restantes sítios, será mais difícil falar de condições de anterioridade relativamente à Malhada.

Relativamente ao abandono final do sítio da Malhada, a presença de alguns materiais cerâmicos de características tipológicas mais tardias (bases planas, decoração

plástica digitada recipientes de carena média, num caso com impressões unguladas, recipiente com asa de fita sob o bordo), enquadráveis já num momento de transição/início da Idade do Bronze, recolhidos nos depósitos de cobertura da estratigrafia preservada dos vários sectores (Anexo 4 – Estampa 63), pode sugerir que o final da sua ocupação teria atingido, em algumas áreas, o início da Idade do Bronze. Contudo, e com excepção dos recipientes com asas de fita e carenas médias ombreadas, os restantes atributos tipológicos já se encontram presentes em recipientes registados nos contextos fechados escavados, ainda que de forma sempre vestigial ou muito pouco representativa no conjunto global (caso das bases planas, associáveis a determinadas morfologias, como os troncocónicos e os grandes potes fundos de colo estrangulado e de decorações plásticas com e sem ungulações). Não excluindo a possibilidade de algumas ocupações se poderem prolongar até ao final do milénio ou mesmo de reocupações pontuais do sítio abandonado nesses momentos tardios do 3º milénio, penso, cruzando os critérios tipológicos cerâmicos com as datações absolutas disponíveis para este sítio e para os restantes (ver Capítulo 8), que a opção mais plausível face aos dados actuais é a de o abandono do sítio ter ocorrido em torno da transição entre 1º e o 2º quartel do 3º milénio AC, num momento eventualmente contemporâneo do arranque da edificação da Fraga da Pena 4 km mais a Norte, na qual os últimos habitantes da Malhada poderão ter estado envolvidos. Quanto às razões do abandono, estas serão abordadas em ponto específico, juntamente com a análise dos outros sítios.

9.1.1.2 A Quinta da Assentada

Relativamente à Quinta da Assentada, a caracterização do sítio é bem mais complexa de fazer, uma vez que os trabalhos realizados abrangeram uma área mais restrita do sítio e a informação obtida é bem menos esclarecedora.

O local está hoje profundamente alterado pela quinta que nele se situa e pelos socalcos que ali foram construídas. Todavia, a topografia geral do sítio indica uma rechã relativamente extensa que termina no conjunto de afloramentos e penedos graníticos que se debruçam sobre a vertente de declive acentuado, a meio da qual se localiza a rechã. O local apresenta-se diluído na paisagem, mas, dada a sua posição topográfica (como que a meio de uma bancada), desfruta de um extenso campo visual para Sul, sobre uma extensa área da plataforma do Mondego até à Serra da Estrela, que se constitui como limite do horizonte visual para esse lado. Para Este e Noroeste, o campo visual abrange parte do vale de fractura de Cortiçô, sendo visível o Castro de Santiago e perceptível a linha de vale da Ribeira da Muxagata do outro lado do interflúvio onde se localiza aquele recinto.

A água encontra-se disponível localmente, através de várias nascentes. Os solos, contudo, de origem granítica, seriam pouco profundos e arenosos, embora na zona de rechã

pudessem apresentar profundidades maiores devido a dinâmicas coluvionares. Situado a meia vertente, o local apresenta uma equidistância relativamente ao topo da mesma, que dá acesso à área planáltica, e ao fundo do vale, onde existem algumas manchas de solos de aluvião mais férteis.

O sítio apresenta a particularidade de ter uma primeira ocupação datada do Neolítico Inicial, tendo depois sido reocupado no Calcolítico. Não dispomos de cronologias absolutas para essa reocupação, mas pela cultura material presente ela é atribuível à 2ª metade do 3º milénio AC (Capítulo 8). Os materiais surgem à superfície dispersos por uma vasta área, não sendo possível definir com precisão qual a extensão do sítio em cada uma das fases de ocupação. Nas várias áreas sondadas, apenas se registaram contextos preservados da Fase 2 no Socalco 6 (Sector 1). Aí, e no que a essa segunda fase de ocupação diz respeito, foram detectados depósitos de ocupação e um conjunto de estruturas negativas de grande complexidade interpretativa.

As estruturas negativas evidenciam dois momentos distintos. Um primeiro que corresponde a um conjunto de estreitas valas e buracos de poste associados. Estas valas, que apresentam comprimentos e orientações variadas, serviriam como fundações de postes encostados lado a lado ou ligeiramente afastados, formando pequenas "fiadas". Essas valas encontravam-se abertas no depósito da fase de ocupação do Neolítico Inicial, atingindo o substracto rochoso. Sendo definidas a partir do topo desse depósito, estas estruturas negativas apresentam-se como um palimpsesto, sendo difícil estabelecer se foram abertas e funcionaram ao mesmo tempo ou em tempos diferentes. A sua disposição e orientação caótica, assim como o facto de algumas se cruzarem e existirem diferenças de dimensões e profundidades, parece reforçar a segunda possibilidade, o que torna particularmente difícil perceber uma qualquer organização do espaço. Tratar-se-iam de superestruturas em troncos de madeira (que rondariam em média os 10/15 cm de diâmetro), que constituiriam "fiadas" com comprimentos que variam entre 0,3 e 1,6 metros. Não sendo possível destrinçar conjuntos que funcionariam em simultâneo, a imagem que se obtém é a de aparentes zonas compartimentadas, mas com múltiplas "interrupções" ou alinhamentos de tipo "corredor" também interrompidos, alguns das quais apresentavam postes isolados junto a si. Mas estas observações pouco significarão, face à impossibilidade de distinguirmos os diferentes momentos construtivos que, talvez, só sejam perceptíveis com alargamentos da área escavada.

A distribuição dos materiais registados no depósito que se sobrepunha a estas valas também não é muito esclarecedora (Figura 9-5). Predominam os elementos de pedra talhada (dominantemente em quartzo) e a cerâmica, sempre muito fragmentada, apresentando uma distribuição dispersa por toda a área sem que sejam perceptíveis

quaisquer padrões. Para além destas duas categorias de materiais, ocorrem ainda alguns restos de talhe de produção/reciclagem de utensílios de pedra polida, um fragmento de movente, um fragmento de peso de tear e um fragmento de turmalina. Mais para Oeste, na zona onde só já existe uma estrutura negativa de tipo vala, ocorrem ainda (para além das cerâmicas e pedra talhada, fragmentos de dois dormentes e três moventes, um fragmento de "peso de rede", um fragmento de ocre e outro fragmento de turmalina. Este conjunto artefactual é diversificado e, por si só, não evidencia qualquer uso específico deste espaço. De realçar, apenas, a presença de ocre e de dois fragmentos de turmalina (rocha hoje semi preciosa e da qual foi igualmente registado um fragmento na Malhada).

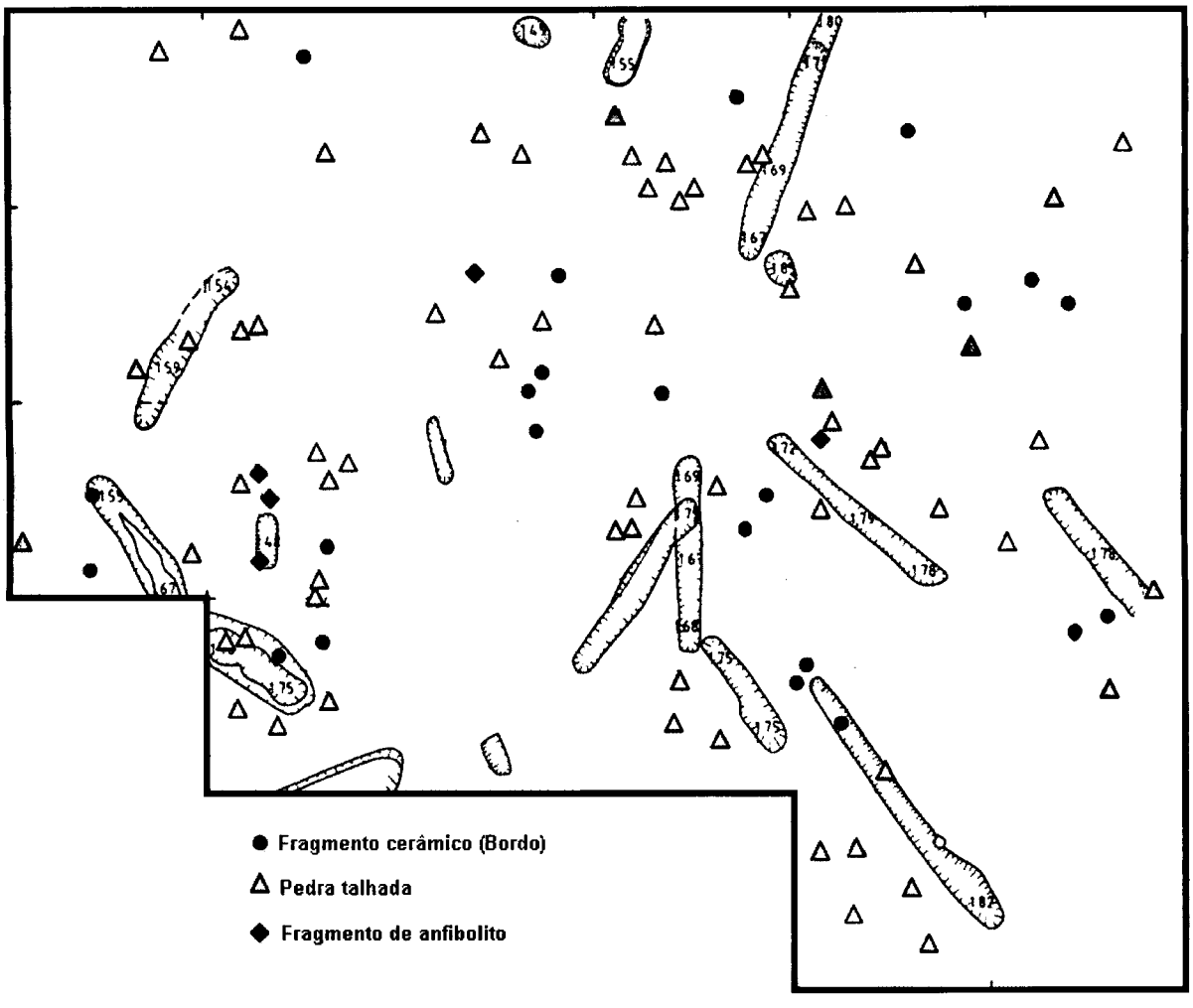


Figura 9-5 – Distribuição de materiais coordenados na área de maior concentração das estruturas negativas em vala.

Trata-se, pois, de um contexto "estranho", diferente de tudo o que foi registado nos restantes sítios intervencionados, para o qual temos dificuldade em propor uma designação.

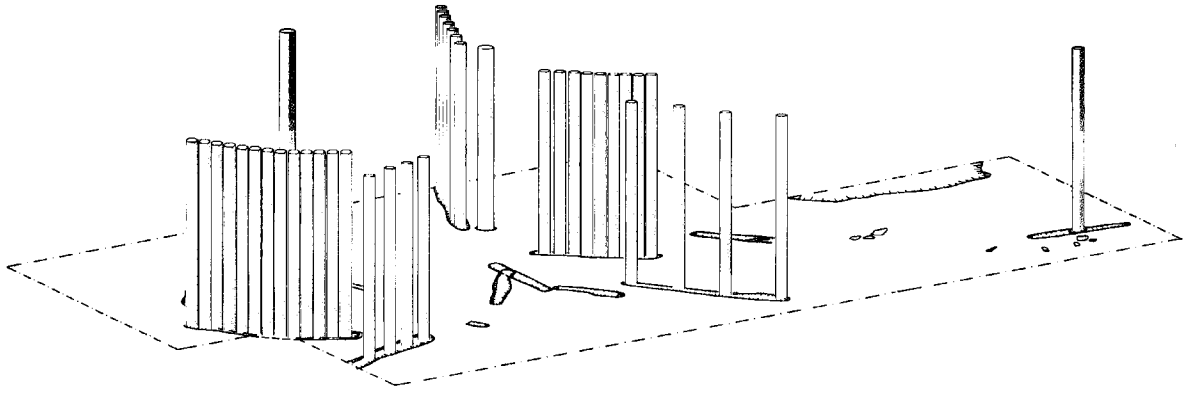


Figura 9-6 – Representação em perspectiva da planta das valas e buracos de poste, com diferentes possibilidades interpretativas para as sequências de postes.

A complexidade mantém-se num segundo momento de construção de estruturas negativas. Na UE 602, depósito que cobria as valas anteriormente referidas, foram abertas sequências de fiadas de fossas rectangulares ou subrectagulares (por vezes com calços), muito padronizadas e alinhadas no sentido NO – SE. Estas fiadas apresentam uma disposição sensivelmente paralela entre si. Os depósitos que preenchiam estas fossas (as quais cortavam a estratigrafia até ao substracto geológico arenoso) praticamente não forneceram materiais arqueológicos: apenas numa se registaram cinco bojos de cerâmica manual, uma lamela de quartzo hialino e uma lasca de quartzo e, na sua metade superior, um pequeno fragmento de ferro, o qual poderá corresponder a uma intrusão de origem tafonómica. Algumas destas estruturas negativas apresentam o que parecem calços e irregularidades que parecem corresponder a assentamentos de barrotes.

Um problema que agrava a interpretação destas estruturas resulta do facto de começarem a ser definidas logo a partir do momento em que a estratigrafia está preservada, (não afectada pelos revolvimentos agrícolas): o topo da UE 602 foi revolvido pela lavoura, facto que não permite ter a certeza sobre o momento estratigráfico em que começaram a ser abertas estas estruturas, ou seja, se durante o processo de sedimentação deste depósito ou se lhe são posteriores. Contudo, a sua regularidade e simetria sugere que quando foram abertas a potência estratigráfica seria bem mais reduzida que actualmente, já que essa regularidade em fossas tão pequenas dificilmente seria conseguida a grande profundidade.

Corresponderiam, assim, a encaixes de grandes barrotes de madeira, alinhados em fiadas mais ou menos paralelas e colocados a distâncias curtas e regulares entre si? A sua abertura e utilização teria sido pré-histórica? Poderá estar relacionada com alguns restos recuperados num dos buracos localizados mais a Oeste e que forneceu uma datação do

Final da Idade do Bronze (mas da qual não existem evidências materiais)? Que tipo de estruturas seriam estas?

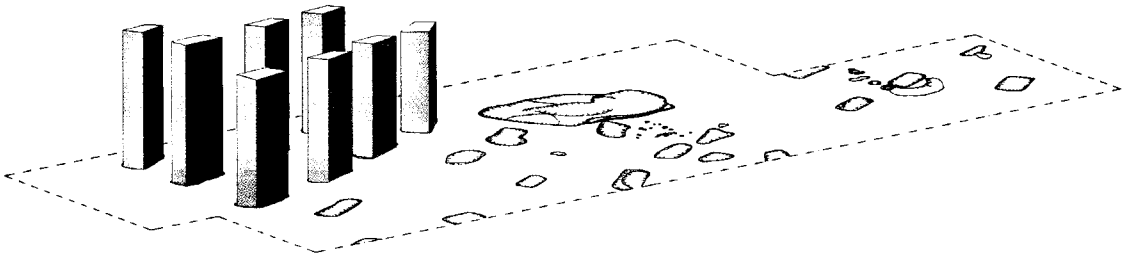


Figura 9-7 – Representação em perspectiva da planta das fiadas de fossas rectangulares e subrectagulares com visualização parcial de uma possível sequência de troncos ou conjuntos de troncos encaixados nessas fossas.

Os contextos paralelizáveis publicados são muito escassos. No vale do Rio Côa, o sítio do Barrocal Tenreiro (Carvalho, 2003) evidenciou um conjunto de estruturas negativas composto por valas perfeitamente lineares, com ângulos bem demarcados, frequentemente apresentando um desenho em "Z", nas quais se identificaram pedras de quartzo interpretadas como calços. As valas apresentavam dimensões variadas entre os 12-15 ou 20-22 cm de largura e os 75-170 cm de comprimento. Estas dimensões (e a morfologia estreita e alongada) aproximam-nas mais das valas identificadas na Quinta da Assentada do que das fiadas de fossas rectangulares, o mesmo acontecendo com o facto de terem associados buracos de poste.

Os materiais presentes são constituídos por cerâmicas (taças, tigelas, globulares de colo), onde ocorrem decorações penteadas, incisas caneladas, impressas, triângulos preenchidos, espinhados horizontais e verticais (5 bojos) e uma indústria lítica dominada pelo talhe do quartzo. Na cerâmica, estão ausentes as bases planas e peças carenadas.

Apesar do reconhecimento da dificuldade em interpretar o contexto, o sítio é considerado um povoado e as interpretações avançadas para as possíveis estruturas são, nas várias hipóteses, sempre marcadamente funcionalistas e relacionadas com contextos domésticos: as valas seriam evidência de estruturas em madeira, colocando-se como possibilidades estruturas de habitação, quebra-ventos ou celeiros. O sítio é, com base na cultura material e numa datação absoluta realizada sobre amostra recolhida numa lareira (Beta-137942 - 4010±40 BP, 2827-2461 cal AC), atribuído ao Calcolítico Pleno Regional.

Ainda na mesma área regional, no sítio do Fumo (Carvalho, 2004), foram identificadas fossas de contornos subrectangulares de cantos arredondados com medidas

médias de 1,40 x 0,5 metros e profundidades de 10 a 15 cm formando alinhamentos com a mesma orientação paralela (N-S). Nos enchimentos destas fossas recolheu-se alguma pedra talhada, fragmentos de cerâmica e cerâmica de revestimento, sempre em reduzidas quantidades com excepção de uma fossa onde se registou mais de 1 Kg de cerâmica de revestimento. Globalmente, com excepção desta última situação, os materiais no interior das fossas são considerados como infiltrações.

A funcionalidade destes alinhamentos de fossas é considerado pelo escavador como estando por esclarecer, embora aponte, como dedução provisória, o armazenamento (sem explicar o porquê desta solução interpretativa em face das particularidades destes alinhamentos que são considerados extensíveis a uma área alargada do sítio). Considera ainda que não se pode associar estas fossas a qualquer estrutura aérea, não justifica, contudo, a afirmação.

Estas sequências de fossas, embora cada unidade seja mais comprida, são paralelizáveis com os alinhamentos mais recentes da Quinta da Assentada e isso mesmo é sublinhado pelo autor. Do ponto de vista da cultura material, centrando-nos na maior informação proporcionada pelos dispositivos cerâmicos, observam-se grandes afinidades ao nível das decorações com os contextos da área de Fornos, nomeadamente com a Malhada e com a Fraga da Pena (com este último sítio sobretudo ao nível dos grandes potes com decoração plástica digitada que, ainda que residualmente, também já aparecem na Malhada).

As datações obtidas revelam também uma certa compatibilidade com a cronologia da Fraga da Pena, ou seja, último século e meio do 3º / primeiro quartel do 2º milénio AC (GifA – 99077 - 3560±70 BP: 2129-1693 Cal BC a 2σ; GifA – 99076 - 3580±70 BP: 2135-1743 Cal BC a 2σ).

No Sudoeste Peninsular, em Papa Uvas (Martín de la Cruz e Lucena Martín, 2003), foram registadas, por vastas áreas deste complexo arqueológico, fossas de diferentes morfologias, mas muito aparentadas às da Quinta da Assentada, nomeadamente fiadas de fossas rectangulares ou quadrangulares com espaçamentos regulares entre si. Também aqui se verificou uma situação de palimpsesto, correspondendo estas estruturas negativas a diferentes momentos, que se estendem (segundo as observações efectuadas relativamente a sobreposições) do Calcolítico ao período histórico.

Relativamente à sua interpretação, nada é avançado, sublinhando-se apenas que estas fossas não devem ser pensadas individualmente, mas como conjuntos, cada qual representando uma qualquer estrutura aérea que não se conservou.

Junto à foz do Vouga, no sítio da Marinha Baixa (Cacia, Aveiro), foram igualmente registados estes alinhamentos de fossas rectangulares espaçadas (Sarrazola *et. al.*, s/d;

Sarrazola, 2003), abertas em depósitos de ocupações do período romano tardio (o que lhes aponta uma cronologia *post quem* a partir do século VI), sendo uma vez mais a interpretação a de que se trataria de fundações de estruturas aéreas em madeira de arquitectura e funcionalidade indeterminada (mas que dada a proximidade do estuário, poderiam ser eventualmente relacionáveis com a exploração de recursos aquáticos).

Estamos, pois, muito limitados quanto às interpretações que podemos avançar para as evidências até agora registadas na Fase 2 da Quinta da Assentada. Relativamente ao primeiro momento, poderemos dizer que existiriam alinhamentos de extensão variável, mas sempre relativamente curtos, de postes não muito grossos, associados a postes isolados. A espessura dos postes e a distribuição das suas valas de fundação sugerem que estes formariam curtas e estreitas fiadas de postes, que poderiam estar encostados ou ligeiramente afastados, as quais que se iam sucedendo no espaço, numa organização arquitectónica da qual não conseguimos captar a planta. Já as fossas rectangulares apresentam um padrão muito mais bem definido e regular. Dada a sua morfologia e tamanho (também mais regulares) serviriam de fundação, não propriamente a postes, mas a verdadeiros barrotes de secção rectangular ou quadrangular (troncos aparados), como parecem documentar as marcas e desníveis registados na base de algumas destas fossas. Deste modo, a(s) superestrutura(s) seria(m) diferente(s). Poderíamos estar em presença de sequências de "colunas" de madeira, de maior ou menor altura, que talvez sustentassem um estrado, o qual poderia ou não elevar-se sob a forma de edifício. Ou seja, estaremos perante uma construção assente em estacaria. Mas muitas outras hipóteses são possíveis.

Quanto à cronologia das estruturas representadas por estes alinhamentos de fossas rectangulares, como vimos, as dúvidas são grandes. Poderão corresponder à segunda fase de ocupação do sítio (Calcolítico); poderão estar relacionadas com um momento mais tardio, atribuível ao final da Idade do Bronze de acordo com datações de radiocarbono, uma das quais obtida sobre restos de madeira carbonizada recuperada num buraco de poste que atravessava a estratigrafia desde o topo em que esta estava conservada (não se sabendo, por isso, o momento estratigráfico em que o mesmo foi aberto); poderão ter sido estruturadas já em períodos históricos. A avaliação crítica destas possibilidades já foi feita no Capítulo 6, pelo que aqui apenas deixaremos em aberto a possibilidades de serem estruturas pré-históricas.

Face às fragilidades das evidências, mas também à sua natureza, pouco poderemos dizer sobre a funcionalidade destes espaços, a não ser que apresentam características muito distintas das observadas nos outros sítios intervencionados. O material arqueológico apresenta níveis de densidade bem mais reduzidos que o Castro de Santiago, Malhada ou mesmo Fraga da Pena. Os materiais correspondem às diferentes categorias tradicionais

presentes nos contextos residenciais, mas, com excepção da indústria lítica talhada, apresentam-se muito fragmentados e nalguns casos de forma vestigial (caso dos pesos de tear, pedra polida e moagem). À superfície e espalhados por uma área relativamente extensa, surgem grandes dormentes e artefactos de pedra polida de características tipológicas tardias. Contudo, não podermos saber, com níveis de confiança seguros, se estes materiais se reportam à ocupação calcolítica se à neolítica. Estamos por isso bastante condicionados relativamente à própria interpretação do peso efectivo de determinadas actividades.

Deste modo, a Quinta da Assentada levanta, de momento, mais questões do que proporciona respostas. A sua implantação parece seguir o padrão geral de ocupação do território no 3º milénio AC. Corresponde contudo a uma reocupação de um espaço, no sentido em que ocupa uma área onde seriam reconhecíveis evidências da ocupação mais antiga (os depósitos dessa ocupação seriam aflorantes), que, por isso, talvez tivesse sentidos específicos associados. É difícil avaliar até que ponto essa ocupação prévia, mas distante no tempo, terá funcionado como factor catalizador desta reocupação. Nela, factores de natureza mais pragmática e funcional (como a existência de restos de materiais reutilizáveis) poderão ter tido algum peso, mas se considerarmos a natureza incomum das estruturas sugeridas pelas fundações negativas (mesmo admitindo que as fiadas de fossas rectangulares possam ser mais tardias, o que não está demonstrado) outras possibilidades poderão surgir, mas que ficarão, de momento, no domínio claro da especulação.

O poder activo da ancestralidade não terá que se manifestar exclusivamente nos monumentos megalíticos, nem de uma forma directa. Para a reocupação do Castro de Palheiros durante a Idade do Ferro sublinha-se que os novos habitantes não puderam deixar de interagir com as estruturas e os materiais da ocupação calcolítica e que os terão "incorporado" de variadas maneiras (Sanches, 2003), quer em termos materiais quer de sentido. Nestes contextos, o desconhecimento relativamente a ocupações anteriores é impossível, assim como uma total indiferença, pelo que esses vestígios acabam sempre por desempenhar um papel activo, relativo aos significados que lhes são atribuídos.

Se recorrermos aos exemplos etnográficos para estruturas aéreas em madeira, encontramos exemplos que vão desde os edifícios, a simples estruturas para secagem de peles ou alimentos. Pelo meio sugerem uma grande variedade de exemplos. Os mais frequentes e que perturbam menos as consciências dos arqueólogos são precisamente as estruturas domésticas como as que foram aventadas para o sítio do Barrocal Tenreiro (habitações, quebra-ventos, celeiros). Contudo, existem exemplos etnográficos de estruturas aéreas em madeira com outras funcionalidades, por exemplo, relacionadas com as práticas funerárias: plataformas assentes sobre estacaria onde os cadáveres eram colocados para

decomposição e descarnamento realizado por aves, por vezes como prática primária de tratamento dos restos mortais, depois sujeitos a fases subsequentes de manipulação. De facto, noutras áreas regionais, durante calcolítico peninsular estão documentados sepulcros que só evidenciam vestígios de deposições secundárias, especulando-se sobre as hipóteses de manipulação primária dos cadáveres (veja-se o caso da necrópole dos Perdigões – Valera, *et al.* 2002 e no prelo). Por outro lado, na região de Fornos ainda não se detectaram as soluções funerárias associadas a uma parte significativa dos sítios, nomeadamente dos do final do Calcolítico. As antas da Matança e Cortiçô, como vimos, revelam reutilizações durante o 3º milénio, as quais, pelos poucos materiais registados, poderão ser associadas à primeira metade do milénio. Mas mesmo para esse momento, estes dois monumentos não resolvem as necessidades funerárias do Castro de Santiago, Malhada, Quinta dos Telhais e eventualmente de outros sítios. Por outro lado, as leituras realizadas sobre o megalitismo sugerem que apenas uma parte das comunidades seria sepultada nestes sepulcros. Temos, portanto, um problema funerário: onde estão os mortos destas comunidades? O avanço da investigação tem vindo a revelar que as soluções funerárias podem ser muito diversificas durante o 3º milénio e que muitas são de difícil detecção pela Arqueologia e outras praticamente invisíveis. Os paralelos etnográficos acima enunciados poderão ser uma das possibilidades a considerar. Naturalmente, não se está aqui a afirmar que as evidências da Quinta da Assentada, para a sua fase calcolítica, corresponderiam a estruturas funerárias do género. Seria necessário mais para se poder assumir essa possibilidade de forma afirmativa. Apenas se está a exemplificar as possibilidades de abertura do campo especulativo, por vezes encerrado por preconceitos gerados nos posicionamentos teóricos subjacentes. Isto porque, na realidade e face aos dados existentes, esta hipótese não é mais especulativa do que falar em celeiros, quebra-ventos ou outras coisas do género.

9.1.1.3 A Quinta das Rosas e os sítios prospectados

A quantidade e qualidade da informação para a ocupação da Quinta das Rosas durante o 3º milénio AC é ainda extraordinariamente escassa e o seu tratamento aqui, como um caso separado daqueles que foram simplesmente sujeitos a prospecção, justifica-se apenas pelo revelo que quero dar às suas condições de implantação e à sequências de ocupações que se registaram naquele espaço. Essas evidências resumem-se a um conjunto de cerâmicas com decoração penteada, por vezes barroca, e um fragmento de peso de tear, que poderão representar uma ocupação do final do Calcolítico, coeva da 2ª fase de ocupação da Quinta da Assentada, do Final da Malhada e do arranque da Fraga da Pena (segunda metade/ultimo quartel do 3º milénio AC). Não foram ainda detectados neste extenso sítio contextos preservados desta ocupação. Estas cerâmicas surgem

descontextualizadas em depósitos revolvidos pela lavoura ou integradas em níveis da ocupação do Final da Idade do Bronze.

Apesar disso, a Quinta das Rosas apresenta-se como um contexto com bastante interesse para as problemáticas aqui tratadas e capaz de, apesar de fragilidade dos dados, permitir levantar questões relevantes para a discussão.

Trata-se, antes de mais, de um contexto que, tal como a Quinta da Assentada, revela evidências de uma ocupação prévia datável do Neolítico Inicial, tratando-se a ocupação do 3º milénio de uma reocupação. Utiliza-se uma vez mais o termo reocupação não para sugerir que os novos ocupantes seriam os mesmos, ou melhor, descendentes dos anteriores (já que a distância no tempo, de cerca de 2000 anos tornaria tal afirmação vazia de sentido), mas para assumir que as evidências dessa ocupação mais antiga seriam do conhecimento das novas pessoas que por ali circularam. E circulação é o termo ideal de momento, já que não temos ainda evidências sobre a natureza dessa presença (apenas materiais que a denunciam). Por outras palavras, assume-se que essas evidências antigas teriam funcionado como pré existências e eventualmente dotado o local de sentidos e de referências que se prolongariam no tempo e teriam tido o seu papel na reocupação do sítio (como mais tarde voltaria a acontecer com o estabelecimento de pessoas neste espaço durante o final da Idade do Bronze, esse, sim, já bem documentado arqueologicamente).

Desconhecendo totalmente a natureza desta ocupação/utilização durante o 3º milénio e resumindo-se os vestígios com ela passíveis de serem relacionados a um conjunto de fragmentos cerâmicos decorados e um fragmento de peso, naturalmente não poderemos nomeá-la. Contudo ela demonstra que o local é reactivado de alguma forma, que é frequentado e que, ainda que eventualmente ao serviço de novas leituras, se reassume como um lugar na paisagem, num momento em que outros sítios se manteriam activos nas proximidades (Malhada, Quinta da Assentada, eventualmente Quinta dos Telhais) e outros se anunciavam (Fraga da Pena). Um sítio que se localiza numa zona em que os abundantes penedos graníticos oferecem uma multiplicidade de jogos de leitura espacial, incluindo recintos naturalmente definidos, abrigos, sequências de passagens e um tor com algum destaque na paisagem imediata do lado Oeste, o qual apresenta uma plataforma a que se tem acesso através de uma passagem que sai do abrigo onde se registam materiais neolíticos. Todavia, nada sabemos de momento sobre como estes recursos terão sido aproveitados em termos arquitectónicos (com recorrências até ao presente – Anexo 4 – Estampa 150), podendo apenas intuir a sua importância na atracção exercida pelo local.

A sua implantação localiza-se, uma vez mais, junto à linha de rebordo da zona aplanada, sobranceira ao profundo vale da Ribeira da Muxagata, o que significa que o local se encontra na já referida linha natural de circulação Norte-Sul e que a partir da qual se

consegue desfrutar uma visibilidade alargada sobre as terras mais baixas do vale e da plataforma do Mondego.

A sua proximidade espacial relativamente à Fraga da Pena (cerca de 3 Km) e a possibilidade de contemporaneidade (ver Capítulo 8) permitem colocar a hipótese de que as comunidades que circulavam por ambos os sítios poderem ter sido, em determinados momentos, as mesmas.

Quanto aos restantes sítios prospectados, para os quais podemos ter alguma indicação cronológica com base em materiais recolhidos à superfície, ou seja a Quinta do Telhais e as Provilgas (este sondado, mas sem resultados concretos), pouco podemos adiantar relativamente à sua natureza. Ainda assim, a presença de vários dormentes de mó, de um peso de tear, industria lítica talhada e polida e de cerâmica sugere podermos estar em presença de um local de *habitat*, muito provavelmente aberto. Sobre as Provilgas os materiais registados são escassos e pouco esclarecedores sobre a natureza do sítio. Ambos se localizam perto do rebordo da área planáltica, junto a pequenos e suaves vales, reproduzindo (e reforçando) o padrão global do povoamento local durante o 3º milénio. Se a densidade de materiais de superfície pode ser um indicador de confiança (o que está longe de ser sempre uma realidade) estes dois sítios parecem ser locais com intensidades de ocupação bem mais reduzidas que o Castro de Santiago ou a Malhada. As zonas de implantação são mais abertas, sem a presença de afloramentos ou de penedos graníticos, com uma visibilidade restrita à zona onde se localizam e envolvência imediata e sem qualquer destaque na paisagem. Poderão representar ocupações de curta duração, associadas à exploração dos pequenos vales a que se encontram associados, e onde se encontram alguns solos aluvionares, não se comportando com áreas residenciais intensamente ocupadas e durante um período de tempo considerável, podendo representar um modelo de ocupação do espaço de maior mobilidade.

9.1.2 Os recintos

Contrastando com os sítios abertos, estão os dois sítios fortificados, ambos constituídos por dois recintos. O contraste estabelece-se ao nível das condições topográficas de implantação (e factores que daí resultam), ao nível das arquitecturas, da organização do espaço e da própria natureza das ocupações.

9.1.2.1 O Castro de Santiago

A fundação e construção do Castro de Santiago apresenta as características que, há luz das teorias interpretativas histórico-culturalistas, funcionalistas ou materialistas, são exemplares das novas estratégias de povoamento que caracterizam a afirmação das sociedades produtoras: implantação em altura, vasto controlo visual sobre a paisagem

envolvente, boas condições naturais de defesa, reforçadas por dispositivos arquitectónicos amuralhados. Defesa e controlo de um território (e do que nele se produz e por ele circula) são razões que, independentemente das diferenças ao nível dos modelos e dos seus fundamentos teóricos, são apontadas por estas correntes como as principais motivações das decisões de alcantilamento e fortificação destas comunidades. E foi com esses pressupostos, numa perspectiva essencialmente funcionalista, que o sítio foi escavado entre os finais da década de oitenta e meados da década de noventa. É agora altura para uma reavaliação do mesmo em face das preocupações que orientam o presente trabalho. Comecemos por tentar avaliar as pré condições.

O local eleito encontra-se no topo de um interflúvio que se situa junto à foz da Ribeira da Muxagata no rio Mondego. Trata-se de um local a partir do qual se desfruta de um extenso campo visual sobre a plataforma do Mondego e sobre boa parte do vale da Ribeira da Muxagata. O topo é constituído por um conjunto de penedos graníticos que naturalmente quase formam um recinto, delimitando um espaço apenas aberto a Nordeste (mas em abismo sobre a vertente de declive muito acentuado) e a Sul, por onde se abre a uma extensa área de afloramento rochoso que contacta com uma zona aplanada a Oeste, a qual é parte integrante do topo desta elevação.

Presentemente, o substracto aflora em extensas áreas por todo o cabeço, o qual sempre esteve sujeito a intensa acção erosiva. A sedimentação ocorre em áreas restritas de "bacias" formadas pelos afloramentos e a potência dos solos é sempre pouco significativa. No interior do recinto central, as datações de radiocarbono obtidas para os interfaces superiores dos solos pré antropização do sítio revelam-nos que o fundo de algumas das "bacias" existentes nesse espaço se apresentavam parcialmente preenchidas por depósitos arenosos aquando do início da ocupação. De acordo com essas datações, existe um intervalo extremamente dilatado entre a fase final de sedimentação pré-antrópica e o início da ocupação humana, o que sugere um processo de sedimentação natural particularmente lento no local, indicando que os seus interfaces superiores se teriam constituído como superfície durante bastante tempo, só acelerando o processo sedimentar com o início da ocupação humana. As áreas sedimentadas neste espaço naturalmente definido seriam, assim, restritas desde o início, correspondendo as áreas efectivamente ocupadas às que apresentaram evidências de sedimentação parcial anterior.

Deste modo, a área do topo do cabeço apresenta-se como um espaço árido, de solos esqueléticos, com extensos afloramentos do substracto rochoso e sem linhas de água nas imediações. A presença de grandes fossas naturais no topo dos penedos poderia, contudo, funcionar como reservatório para a recolha de águas da chuva. Os terrenos com algum potencial agrícola encontram-se afastados, em pequenas e pontuais rechãs ao longo

da vertente e, sobretudo, no fundo dos vales da Ribeira da Muxagata a Este e de Vila Chã a Oeste. Solos e água não terão estado, pois, entre as condições pré existentes de atracção.

Pelo contrário, o controlo visual sobre a paisagem e a "arquitectura" natural que o local evidenciava são factores que poderão sugerir como potenciais critérios de escolha.

O projecto arquitectónico concretizado revela uma forte componente adaptativa e de simbiose com os elementos naturais, assim como uma absorção de modelos de vigência transregional interligados com soluções com raiz na arquitectura megalítica. Tradição, novidade e adaptação estão, deste modo, reunidas nos recintos edificados no Castro de Santiago.

Aproveitando o espaço definido pelos penedos no topo do cabeço, o recinto interior foi fechado através de construção de uma espessa muralha a Sul/Sudoeste (3 metros de espessura em média) e pelo colmatar de uma diaclase a Noroeste (Sector H). Esta colmatação foi feita através do encaixe de grandes pedras (pequenos penedos) na diaclase, reforçadas por um murete que lhes foi adossado pelo interior, formando uma plataforma que alicerçava um muro que teria entre 1 a 2m de espessura, que continuaria sobre o penedo, formando uma espécie de parapeito. Esta construção (M3) foi feita em pedra seca, não aparelhada, apenas por vezes ligeiramente afeiçoada.

Quanto à muralha que fechava o recinto (M1), corresponde a uma estrutura maciça, edificada em pedra envolta numa matriz de sedimentos amarelados e arenosos. As pedras apresentam uma tendência para a morfologia lajeada, revelando por vezes algum afeiçoamento no sentido da obtenção de uma maior regularidade, mas o recursos a pedras não afeiçoadas é igualmente generalizado. A técnica construtiva é caracterizada, sobretudo no paramento exterior, pela colocação de pedras de maiores dimensões na base da estrutura, sendo depois a parede elevada com pedras de dimensões mais reduzidas. Esta solução ajuda a dotar a estrutura de maior solidez face ao ligeiro desnível que se observa na sua base de assentamento, entre o interior (ligeiramente mais alto) e o exterior. Apresentando uma altura máxima conservada de 1 m, esta estrutura, tendo em conta os potentes derrubes que evidenciava, poderia atingir 4 metros de altura (sendo necessário ter em conta que o local terá funcionado como fonte de matéria-prima para alguns dos muros de divisão de propriedades e edificações existentes nas imediações, nomeadamente na Quinta do Crasto, localizada a meia vertente).

Esta estrutura apresenta cerca de 30 m de comprimento, ligando os penedos do lado Estes aos do lado Oeste. Sensivelmente a meio foi localizada uma entrada (Porta 1), que se estrutura como um simples corte perpendicular à muralha com uma largura de cerca de 1,20m. As suas paredes foram forradas com um conjunto de lajes de granito colocadas na vertical, cinco na parede NO e quatro na parede SE. Estas lajes de revestimento

funcionariam como uma espécie de aduelas, impedindo o desmoronamento das paredes de pedra e estabelecendo simultaneamente um pequeno corredor de acesso ao interior do recinto. Trata-se de uma opção construtiva que se enraíza na tradição megalítica, pois a forma como é arquitectada reproduz as soluções presentes nos corredores de muitos daqueles monumentos funerários. Neste sentido podemos falar de uma entrada ortostática. Ao centro desta entrada estava uma laje subquadrangular que servia de soleira e na qual estavam gravadas 9 covinhas, 8 das quais com uma disposição estruturada.

Do lado Oeste, esta estrutura encontrava-se obliterada por intervenções realizadas nos anos 20 e 40 do século passado (Valera, 1997a), não se sabendo se encostaria ou não ao penedo. Pelo exterior definiu-se uma estrutura de tipo bastião, também muito afectada pelos referidos trabalhos. Este bastião, de planta semi-circular, arrancava da parede externa da muralha e encostaria ao grande penedo do lado Oeste. É possível que se tratasse de uma estrutura oca com acesso pelo interior, o que não sendo indiscutível (face ao nível de afectação que esta área sofreu), é sugerido pela existência de depósitos com materiais localizados sob o grande penedo na área imediata, o que poderá significar que o troço de muralha não se lhe encostaria, deixando uma passagem para o interior do bastião.

Em momento posterior, mas ainda dentro da primeira fase de ocupação do sítio, esta estrutura foi reforçada pela construção de uma segunda muralha (M2), a qual, basicamente, resultou numa restruturação das condições da entrada no recinto. Apresentando-se em pior estado de conservação, nomeadamente no seu paramento externo, esta estrutura apresentava 12m de comprimento e teria cerca de 1,8 m de espessura. Iniciava-se junto à porta de M1 a partir de três penedos ali colocados (com o miolo preenchido por pedras de menor dimensão) formando um "cotovelo", desenvolvendo-se para SE de forma paralela a M1, formando, deste modo, um corredor. Na boca desse corredor, estruturando e estreitando a entrada (Porta 2), foi adossada a M1 uma pequena saliência de planta triangular. Todas estas estruturas são em pedra com matriz de sedimentos amarelados e arenosos. Ao longo do corredor entre as duas linhas de muralha, o paramento interno de M2 foi revestido por lajes ortostáticas colocadas na vertical, numa solução "megalítica" semelhante à da Porta 1. Com esta construção o acesso ao interior do recinto central tornou-se mais sinuoso: teria que se percorrer o espaço em frente ao bastião e de parte da M1, continuando pela frente de M2 até chegar à sua extremidade junto a um afloramento que termina em ribanceira, entrar na Porta 2, percorrer o estreito corredor (em média com cerca de 1m de largura), virara à direita e entrar no recinto pela Porta 1.

Estas estruturas, apesar da imponência e monumentalidade que apresentariam, só seriam perceptíveis muito perto e já só dentro do segundo recinto.

A topografia, com o seu carácter profundamente sinuoso, faz com que quando nos afastarmos percamos rapidamente o contacto visual com a zona do recinto interior. A existência de vários penedos e afloramentos de elevado relevo constrangem decisivamente a visibilidade das muralhas do recinto interior a partir das suas imediações e fora do segundo recinto estas já não seriam visíveis por razões de natureza topográfica, a que se adicionariam os constrangimentos impostos pelas estruturas de delimitação desse recinto exterior.

Figura 9-8 – Percursos no Castro de Santiago

Figura 9-9 – Proposta de reconstituição das estruturas de delimitação do recinto interior, vistas a partir da extremidade sul do recinto exterior. Elevação das estruturas a uma altura média de três metros.

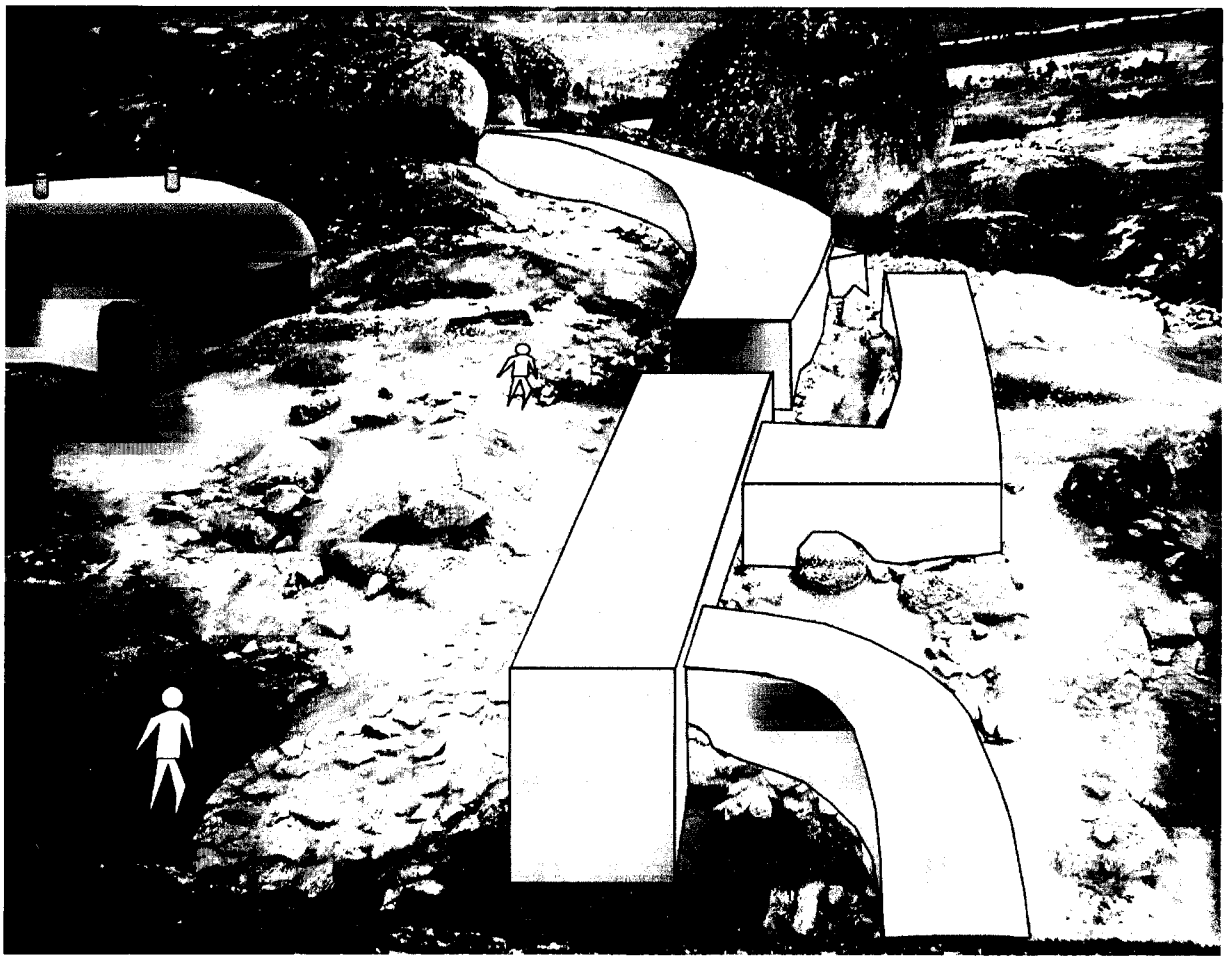


Figura 9-10 – Proposta de reconstituição das estruturas de delimitação do recinto interior e da cabana do Sector A. Elevação das fortificações a uma altura média de três metros. Vista a partir do topo do penedo Oeste.

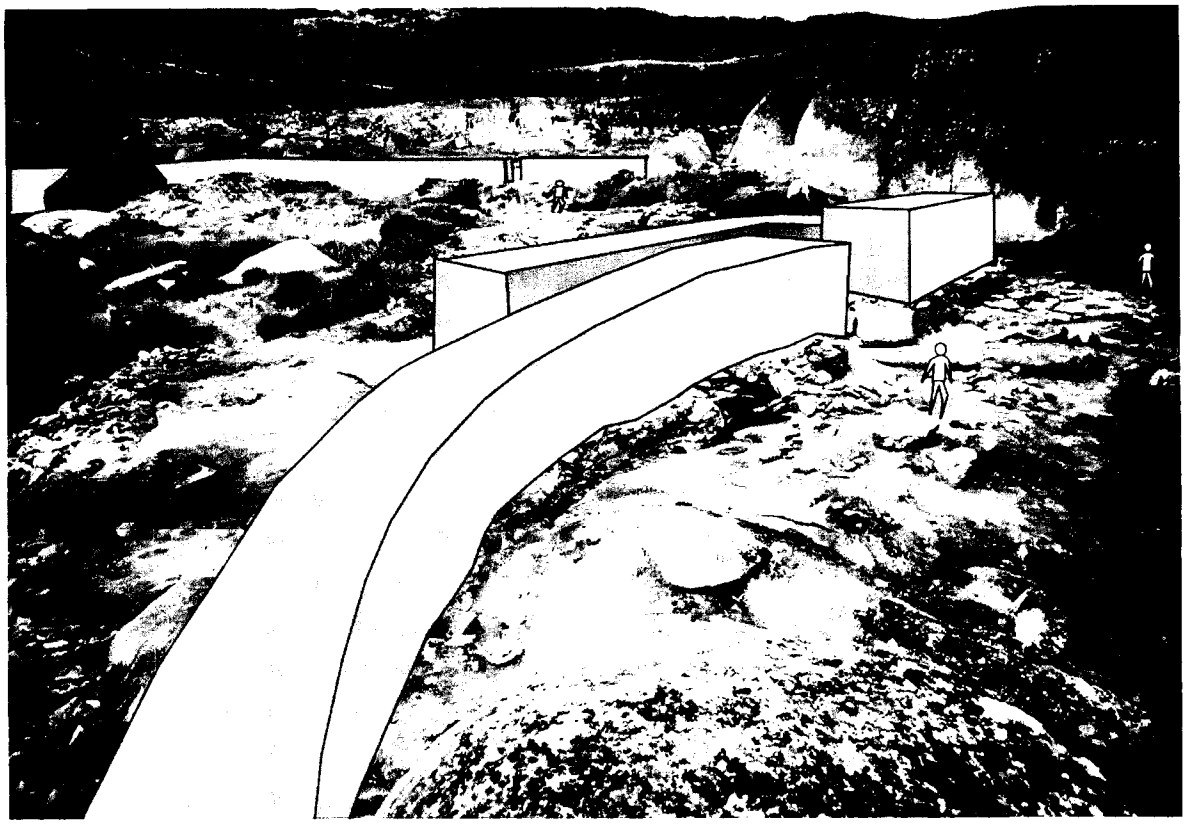


Figura 9-11 – Proposta de reconstituição das estruturas de delimitação do recinto interior, vista do topo do penedo Este. Elevação a uma altura média de três metros. Ao fundo é visível M4, a estrutura amuralhada de delimitação do recinto exterior a Oeste.

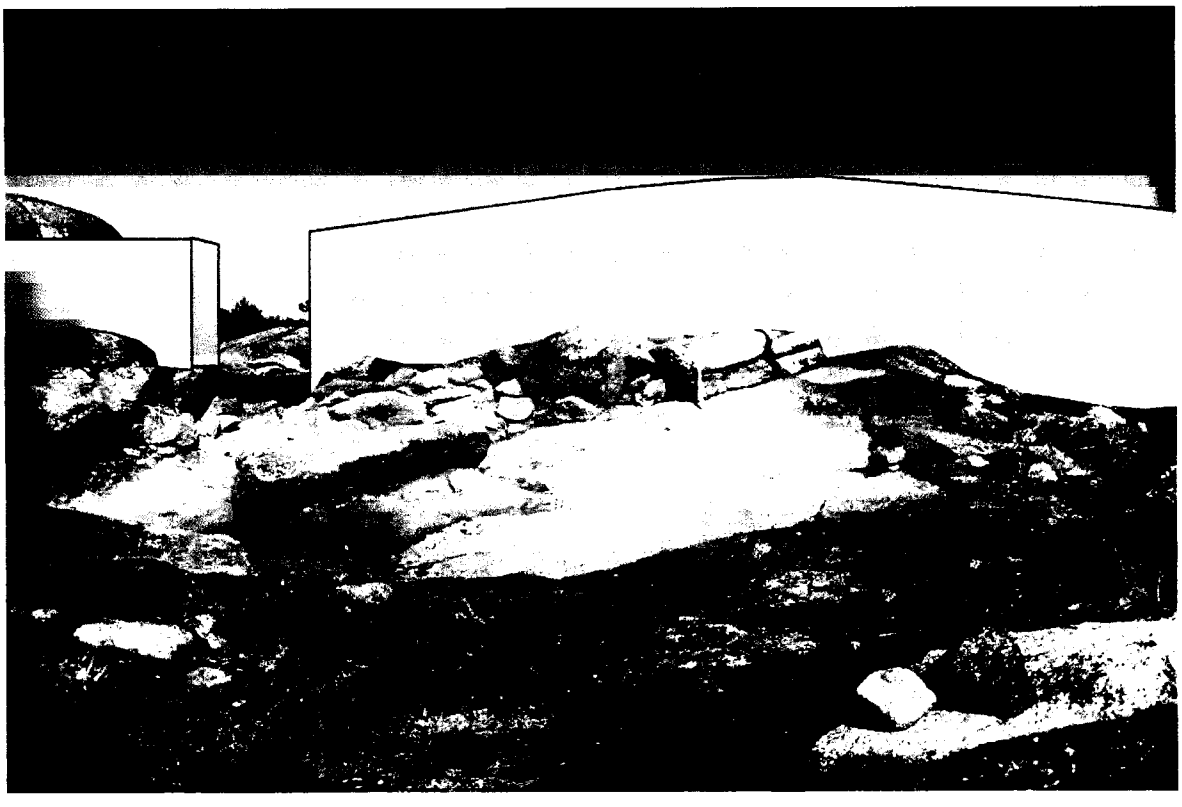


Figura 9-12 – Proposta de reconstituição da estrutura amuralhada M4 (alteada até dois metros), que delimita a Oeste o recinto exterior. À esquerda e por trás da estrutura, é visível o topo do penedo Oeste que define o recinto interior, verificando-se a falta de visibilidade das estruturas desse recinto a partir do exterior.

Quanto a este último, situa-se imediatamente a sul do e de forma anexa relativamente ao primeiro, sendo delimitado por três troços de estruturas amuralhadas que unem espaços entre diversos penedos e afloramentos: M4, M5 e M6, localizando-se respectivamente a Oeste, Sudeste e Sul. Destas estruturas apenas foi escavado um pequeno troço na estrutura amuralhada Oeste (Sector I).

Nesse ponto, a estrutura assentava directamente sobre o substracto rochoso e sobre um depósito de areão de granito arqueologicamente estéril. Com uma largura máxima de cerca de 1,3 metros, apresenta-se conservada numa altura máxima de cerca de 80 cm. A técnica construtiva segue os preceitos das estruturas do recinto interior, com a colocação de blocos de maiores dimensões na base pelo lado exterior, sendo o restante corpo construído com pedras, tendencialmente de morfologia lajeada, sobrepostas em fiadas, numa matriz de sedimentos arenosos e amarelados. Uma vez mais, esta técnica permitia vencer a pendente do terreno, garantindo maior estabilidade à estrutura.

Na extremidade Norte deste troço escavado, aproveitando o penedo, foi identificada uma porta (Porta 3), que correspondia a um corte perpendicular à parede da estrutura. Apresentava um revestimento de lajes ortostáticas colocadas na vertical, encostando ao pano de muralha a sul e ao penedo a norte. No meio da entrada estava colocada no chão, transversalmente à zona de passagem, uma laje rectangular que servia de soleira. A estruturação geral desta entrada segue de perto os preceitos construtivos anteriormente registados na porta do recinto interior (Porta 1).

Deste modo, M4 corresponde a uma estrutura de menores dimensões (quer na largura, quer provavelmente na altura) que M1, e nesse sentido mais próxima de M2, mas apresenta os mesmos procedimentos técnicos, segue os mesmos modelos e assenta nos mesmos pressupostos de adaptação às pré condições, dando grande homogeneidade às soluções arquitectónicas adoptadas para a totalidade do sítio.

Sem que se observem significativos trabalhos de preparação e modificação do espaço pré existente, os recintos são construídos com base em leituras espaciais induzidas pelas próprias características naturais do lugar. São assim definidos dois recintos. O interior, que se localiza no espaço naturalmente definido pelos penedos de maiores dimensões, está situação no ponto mais alto do cabeço e apresenta uma área de cerca de 550m^2. O exterior situa-se imediatamente a sul deste, envolvendo-o parcialmente. Abrange parte do topo mais alto do cabeço e estende-se um pouco mais para Oeste, descendo ligeiramente, no sentido de uma zona aplanada que se localiza a uma cota mais baixa e que constitui a via natural de acesso aos recintos. A área definida por este segundo recinto é bastante superior à do recinto interior, atingindo valores próximos dos 3000m^2.

As observações estratigráficas, se permitem verificar que a construção de M2 é ligeiramente posterior a M1, possibilitando perspectiva-la como um momento de reformulação arquitectónica, não permitem perceber se a edificação dos dois recintos é simultânea ou se existe uma situação de anterioridade de algum deles. Nesse sentido, a análise da componente artefactual associada a cada um deles também não é esclarecedora, assim como também não o é a arquitectura que, como vimos, apresenta procedimentos idênticos. Não é pois possível decidir sobre esta questão. Apenas poderemos dizer que, caso haja diferenças no tempo de construção dos dois recintos, esta não é expressa ao nível das materialidades observadas.

Mas se ao nível dessas materialidades não se denotam diferenças que permitam extrapolar diferentes tempos construtivos entre os dois recintos, já ao nível da forma como os seus espaços foram ocupados e geridos a situação é diferente.

Em ambos, as áreas sedimentadas são muito restritas. Como vimos, dos 550m^2 do recinto interior cerca de 250m^2 são de afloramento do substracto rochoso granítico; no recinto exterior, da área de 3000m^2 delimitada, cerca de 2400m^2 correspondem igualmente a zonas de afloramento. As áreas sedimentadas, localizadas normalmente em zonas de bacia do afloramento, são restritas. Seriam ainda mais há 5000 anos, na medida em que muitas correspondem a depósitos recentes, pouco espessos (por vezes com menos de 10 cm) e sem materiais arqueológicos. Esta situação global ao nível das áreas sedimentadas, susceptíveis de proporcionarem áreas efectivamente ocupadas, faz com que a diferença de dimensões entre os dois recintos se reduza substancialmente neste capítulo (de cerca de 1/6 menor no recinto interior, quando consideramos o espaço integral de cada recinto, para cerca de 1/2 quando consideramos apenas as áreas sedimentadas).

Apesar de uma área maior no recinto exterior (quaisquer que sejam os critérios utilizados), os dados disponíveis apontam para uma densidade de ocupação incomparavelmente maior no recinto interior, sendo mesmo problemático avançar interpretações sobre a natureza da utilização daquele primeiro espaço.

No recinto interior, como vimos (Capítulo 3 e Valera, 1997a), foram identificadas estratigraficamente duas fases de ocupação. Ao nível da caracterização tipológica e da diversidade da cultura material, estas duas fases não apresentam diferenças assinaláveis entre si, revelando uma clara continuidade cultural. Atendendo à densidade artefactual de ambas, verifica-se um aumento sensível da primeira para a segunda e uma maior homogeneização dessa densidade por todo o espaço de sedimentação durante esta última fase de ocupação. Esta situação, mesmo tendo em conta o potencial de reutilização de determinadas categorias de artefactos (facto que pode concorrer para a sua rarefacção nos depósitos mais antigos), foi interpretada como indicador de um aumento da intensidade da

ocupação deste espaço da primeira para a segunda fase, expressa num maior número de vestígios artefactuais (mesmo nos de vida mais curta) e num maior aproveitamento das áreas mais a leste no recinto. A espessura semelhante dos depósitos das duas fases, partindo do princípio de que as condições de sedimentação se mantiveram semelhantes ao longo de ambas, concorre para que se pense em períodos de duração equivalentes, não podendo a maior quantidade de materiais da segunda fase ser explicada por um maior período de duração. Em 1997 avançaram-se duas possibilidades explicativas para esta situação, consideradas antagónicas: um aumento demográfico, que traduziria uma situação de prosperidade; uma contracção da área habitada, que revelaria uma situação de pressão e decadência. Mas desde logo se expressava que a percepção da evolução da ocupação deste recinto interior não poderia ser conseguida fora do contexto de uma visão global do sítio, mais concretamente da dinâmica da ocupação do recinto exterior.

Contudo, e após várias áreas sondadas neste último, a natureza da sua utilização continua obscura. No Sector D foi identificado um depósito de carácter arqueológico com alguns materiais, constituídos essencialmente por fragmentos cerâmicos de reduzidas dimensões, não se registando estruturas ou outros indicadores de uma ocupação efectiva. No Sector J não se registaram quaisquer vestígios arqueológicos. No Sector I não se detectaram evidências de ocupação efectiva junto à estrutura de M4, apenas alguns materiais num depósito de base. Apenas no Sector F (Valera, 1997a), localizado junto às estruturas de fortificação do recinto interior, foi identificado um depósito de ocupação (UE74), anterior à edificação de M2, ao qual estava associado um alinhamento pétreo (UE69). Sobre este depósito, e adossado ao ângulo em "cotovelo" de M2, foi registado em muro semi-circular, o qual corresponderá a uma estrutura de carácter indeterminado, mas não directamente conectável com as fortificações. Numa sondagem realizada uns metros mais a Oeste, na zona fronteira ao bastião, também se identificou um depósito com alguns materiais arqueológicos, que confirma a utilização daquele espaço de sedimentação que se desenvolve à frente da parte ocidental das estruturas muralhadas do recinto interior.

Assim, o recinto exterior apenas evidencia sinais de efectiva ocupação no espaço imediato ao recinto interior, sendo as evidências para a restante área muito ténues ou mesmo inexistentes. Pelo contrário, para o outro recinto foram registadas duas fases de intensa ocupação, com estruturas diversas (cabanas, empedrados) e grande densidade de materiais arqueológicos (Capítulo 3 e Valera, 1997a). A utilização de ambos os espaços parece ter sido, de facto, distinta.

No que se refere à organização do espaço do recinto interior e das actividades, verificou-se que, não existindo uma diferenciação ao nível da cultura material, se registava uma intensificação da ocupação e uma remodelação funcional de algumas das áreas

ocupadas, nomeadamente no Sector E, onde o espaço abrangido por uma cabana é transformado, na segunda fase, num empedrado.

Existe, assim, uma dinâmica interna da gestão do espaço que evolui de uma fase para a outra. A sua análise, realizada em 1997, partiu já de propostas expressas pela abordagem antropológica do espaço (Rapoport, 1990, Kent, 1990a e 1990b, Sanders, 1990, Donley-Reid, 1990). Partindo dos pressupostos teóricos definidos por Rapoport, foi definido um espaço multifuncional localizado no recanto Oeste do recinto, onde actividades como a moagem, a tecelagem ou o talhe da pedra, entre outras, poderiam ter ocorrido de forma sequencial ou alternada. Este espaço foi interpretado como correspondendo à ausência de uma segregação espacial de actividades no interior do recinto, sublinhando-se que, contudo, tal não implicava a inexistência de especialização nas actividades que aí decorreram. Tal como já se sublinhou a propósito da Malhada, é extremamente difícil observar em Arqueologia o uso sequencial diferenciado de um mesmo espaço, nomeadamente por grupos de identidade distintos dentro de uma mesma comunidade (grupos etários, de género, etc.). Por outro lado, como sublinha Rapoport, os sistemas de actividades ocorrem, não num cenário, mas num sistema de cenários que incluem áreas muito mais abrangentes, que devem ser descobertas através de uma progressiva contextualização e não delimitadas *a priori*. O recanto Oeste poderia ter presenciado um conjunto de cenários efémeros, onde elementos móveis se sucediam no contexto de actividades que poderiam ter sido levadas a cabo por indivíduos com certos níveis de especialização. Por outras palavras, da ausência de espaços especializados não se pode directamente inferir a ausência de especialização e de especialistas. Contudo, será sintoma de que essa não será suficientemente marcante para se materializar espacialmente.

Quanto à análise da distribuição espacial das diversas categorias artefactuais pelo espaço abrangido pelo recinto interior nas duas fases, avançaram-se as seguintes linhas de força:

- Na pedra polida, a Fase 1 evidenciava uma concentração no recanto Oeste do recinto, com representatividade semelhante de blocos, polidores e utensílios. Na Fase 2, os utensílios e polidores aparecem mais distribuídos pela área global do recinto, mas os blocos continuam a concentrar-se no recanto Oeste. A distribuição dos restos de talhe/utilização dos utensílios polidos não permitiu identificar qualquer padrão específico. Contudo, a concentração dos blocos na mesma área durante as duas fases poderá indicar que aí poderia ocorrer o armazenamento da matéria-prima, enquanto que a forte associação espacial blocos/polidores/utensílios verificada na Fase 1 sugere que no local terá decorrido a produção destes utensílios, a qual aparece mais disseminada pelo recinto durante a Fase 2.

- Relativamente à tecelagem, não foi identificada qualquer estrutura. A distribuição espacial dos fragmentos recolhidos, contudo, permitiu algumas inferências. Na primeira fase de ocupação, a maioria dos fragmentos recolhidos concentravam-se numa área de 4 m² no lado Oeste do recinto, com diferenças altimétricas pouco significativas entre si, o que permitiu aventar a hipótese de ter existido nessa área, em determinado momento, um tear. Na Fase 2, apesar de uma concentração nessa área se continuar a verificar, os restos de pesos surgem distribuídos por uma área mais vasta, eventualmente denunciando outras áreas de tecelagem, ou perturbações tafonómicas durante a vida do sítio.
- Relativamente à produção lítica, uma vez mais o recanto Oeste apresenta, na Fase 1, uma concentração de núcleos e bigornas que sugerem a produção de utensilagem de pedra talhada no local, enquanto na Fase 2 esses materiais surgem distribuídos por outras áreas.
- Também no recanto Oeste foi documentada uma concentração de restos de elementos de moagem, que poderá documentar um momento em que esta actividade foi realizada naquele espaço.
- Quanto ao às cabanas, apenas para a Cabana 1 (Sector A) foi possível definir os limites totais. O seu conteúdo disperso e sem padrões específicos de distribuição, era composto pelos seguintes materiais:

Recipientes cerâmicos	Formas e decorados	Ocorrências
	Formas	34
	Bordos decorados	3
	Bojos decorados	4
Pesos de tear		2
Líticos	**Grupos tipológicos**	
	Núcleos	2
	Bigornas	2
	Lâminas	1
	Pontas de seta	2
	Lascas	4
	Frag. de anfibolito	14
	Utensílios de pedra polida	2
	Lingotes de anfibolito	1
	Moventes	1

Figura 9-13– Materiais registados na Cabana 1 (cerâmica muito fragmentada).

Tomadas na globalidade, as actividades atestadas no recinto interior relacionam-se com a vida quotidiana e apresentam um carácter eminentemente residencial. Não revelam indícios inequívocos de segregação espacial, evidenciando a ausência de uma clara demarcação (com continuidade no tempo) dos espaços em função de determinadas actividades. Áreas multifuncionais, constituídas como cenários onde alternadamente decorreram diferentes actividades, parecem poder ser lidas no registo arqueológico.

Ao nível das estruturas, registaram-se cabanas constituídas por socos de pedra na base e superestrutura em materiais perecíveis, com lareira central de planta semi hexagonal de três lajes colocadas em cutelo, semelhantes à lareira da Fase 1 do Sector B da Malhada. A par destas cabanas registaram-se empedrados, um encostado à muralha, junto à área multifuncional, e outro no Sector E, após a remodelação deste espaço na Fase 2.

O contexto global destas ocupações aponta para a natureza residencial de um espaço protegido por estruturas de fortificação, sem que qualquer tipo de utilização especializada deste espaço seja sustentada pela informação recolhida. Efectivamente, o tipo de operações documentadas neste recinto (sem alterações significativas de uma fase para a outra) são actividades quotidianas e relacionadas com diversas actividades produtivas artesanais e de processamento de alimentos: tecelagem, moagem, actividades de manutenção de utensílios e estruturas, fabrico de instrumentos (em madeira, pedra, pele, etc.) armazenagem, actividades de cozinha, etc. Um quadro muito semelhante ao da Malhada, do qual se diferencia pela implantação e arquitectura dos recintos.

Aqui procurou-se um local com evidente destaque na paisagem, controlo visual sobre a mesma e condições favoráveis à intenção de construir recintos bem delimitados e fortificados. Esta arquitectura, que neste vale inaugura uma nova organização e construção do espaço habitacional, onde, como já se defendeu, se combinam tradições construtivas com modelos de circulação transregional, traz consigo um conjunto de potencialidades simbólicas e de poder comunicacional que são inerentes às construções em positivo de alguma monumentalidade. Esta primeira experiência arquitectónica que localmente se produz terá materializado intenções e conhecimentos e interferiu na percepção do espaço local, tanto para os seus habitantes, como para os seus vizinhos do vale ou do rebordo da área planáltica. Contudo, e ao contrário de muitos outros locais coevos noutras áreas regionais, as edificações construídas não apresentam um potencial comunicacional à distância, no sentido em que o seu destaque é bastante restrito. À distância, o sítio é visível e destaca-se naturalmente na paisagem, mas o que se vislumbra é um conjunto de penedos no topo e o relevo global do interflúvio. Ao longe, é essencialmente a massa natural do cabeço que se destaca. Naturalmente que o conhecimento da localização dos recintos dotaria as leituras daquele espaço de outros sentidos, de forma a que a invisibilidade à distância das suas estruturas não eliminaria um diálogo que se estabeleceria pelo simples conhecimento de que ali, naquele local alto, existia um sítio especial, diferente de outros.

Que teria conduzido fundação de tal sítio? Pouco sabemos do povoamento prévio neolítico. Apenas conhecemos dois monumentos megalíticos mais próximos, para os quais desconhecemos áreas habitacionais. Não temos base documental para poder explicar, localmente, a emergência do Castro de Santiago, pelo que apenas o podemos abordar

dentro dos modelos generalistas, desenvolvidos a escalas que transcendem as dinâmicas locais, mas essa problemática será desenvolvida mais à frente. Aqui interessa sobretudo salientar que este sítio representa uma inovação no povoamento do Vale da Ribeira da Muxagata: uma inovação que conjuga tradição e influências externas para responder a necessidades sentidas localmente. Necessidade de um forte investimento arquitectónico realizado num local destacado na paisagem, mas que apresentava condições residenciais austeras. Investimento arquitectónico que tinha uma expressão visual muito restrita às imediações do sítio, definindo recintos de aparente utilização diferenciada e onde, no que apresenta evidências de intensa ocupação, os sinais apontam para contextos de natureza residencial semelhantes aos de sítios abertos conhecidos localmente. Quanto ao segundo recinto, apenas podemos especular: um primeiro constrangimento à aproximação e entrada no recinto interior; uma protecção para os espaços ocupados fora daquele primeiro recinto; um espaço onde se guardariam rebanhos; uma área de segregação de parte da comunidade; ou, como se desenvolverá no Capítulo 11, uma parte integrante de uma planta significante eventualmente relacionada com perspectivas finalistas do espaço e do Cosmos.

Que significado se assume, então, para este contexto? O combate ao reducionismo funcionalista tem aberto os discursos arqueológicos relativos a este tipo de contextos a interpretações que lhe reservam uma muito maior complexidade significante. Não creio contudo, que essa evolução teórica, cujo resultado prático tem sido o enriquecimento do entendimento que fazemos destas comunidades e simultaneamente de nós próprios (não esquecer a perspectiva ontológica que se atribui à investigação arqueológica), se possa fazer por substituição. Conforme referi no Capítulo 1, prefiro uma visão de alargamento da dinâmica dos processos de produção de conhecimento e da riqueza discursiva à visão de mudança por substituição (mesmo que nesta se considerem resíduos das anteriores). A visão de alargamento tende a estabelecer contextos relacionais, mais ou menos conflituantes, de acção e reacção, interactivos em rede. Essas dinâmicas de conhecimento estão mais próximas, em meu entender, das própria complexidade das dinâmicas sociais de que procuram dar conta.

Quero com isto afirmar que o reducionismo funcionalista não pode ser substituído por outro tipo de reducionismos que descartem a funcionalidade do conjunto de variáveis que orientam a acção humana. O problema do funcionalismo não está em considerar a componente funcional, está em remeter exclusivamente para ela os mecanismos de explicação dos contextos e de não se preocupar, na mesma proporção, com a sua interligação com outras variáveis de sentido. Digo outras variáveis porque a própria função é uma forma de atribuir sentido e de o comunicar. Como se desenvolverá mais à frente, a evolução dos estudos estilísticos da cultura material, sobretudo nas cerâmicas, fez-se a

caminho de uma superação da dicotomia função / estilo (sentido comunicacional) e não de uma substituição de um pelo outro.

Numa perspectiva relacional, que tem em conta a natureza polissémica das materialidades humanas, a valorização do Castro de Santiago tem que ter em conta os aspectos intrínsecos do sítio e a relação que o mesmo estabelece com o seu contexto local e com a sua dinâmica, assunto que será essencialmente desenvolvido nos próximos capítulos. Aqui, avançarei apenas uma ideia sintética dessa apreciação.

No seu contexto, o aparecimento do Castro de Santiago será justificado com a nova dinâmica de mudança que se desencadeia no território em análise, geradora de uma reorganização territorial e de dinâmicas identitárias específicas, mudanças que "necessitam" (numa perspectiva recursiva) de novos mecanismos simbólicos. Esses mecanismos tanto podem resultar da activação simbólica de algo já existente, conferindo-lhe novo estatuto (novos sentidos), como de "importações" ou da conjugação da tradição com a inovação (local e/ou exógena). O Castro de Santiago será um desses contextos activos que, numa determinada fase, se assume como centro gestor dessas dinâmicas de mudança. Não deixa, a meu ver, de ser um local residencial (não vejo razão para que os contextos ali registados tenham que ser interpretados de outra forma). Mas um sítio que conjuga a Residência com uma estratégia de implantação e com uma arquitectura estratégicas no papel activo que vai desempenhar no contexto local. O modelo residencial para gerir essa nova dinâmica é um modelo exógeno, mas que é absorvido através de processos de compatibilização com as características da paisagem e de tradições arquitectónicas locais. Este modelo potencia um lugar residencial com uma capacidade comunicacional que os *habitats* não tinham tido até então e reforça-lhe a capacidade de intervenção na gestão das identidades emergentes e das suas relações com o "seu" território e com os territórios e comunidades periféricas. Neste contexto, nada nos impede de considerar que a implantação e a arquitectura se assumam simultaneamente como elementos activos na gestão de eventuais conflitos, quer de forma directa e concreta, quer apenas ao nível do discurso. Trata-se de recuperar a ideia de que as dinâmicas da calcolitização geram a transferência (ou a extensão) da multiplicidade de sentidos que a construção megalítica vinha assumindo para outros lugares e que, nesse processo, as áreas residenciais são dotadas de novas potencialidades funcionais e comunicativas ao nível da gestão das relações sociais num dado território.

Na globalidade, a leitura que se faz do Castro de Santiago é a de um sítio residencial, um povoado, mas cuja situação específica (implantação e arquitectura) revela preocupações inéditas até então naquela região, entre as quais um requisito de clausura e de particular estruturação espacial da área habitacional e a adesão a novas e exógenas

formas de comunicação através da arquitectura. É uma área residencial que emite um discurso diferente do dos sítios abertos, o qual relaciono com o início de uma nova dinâmica de ocupação deste território que se inicia com a transição do 4º para o 3º milénio. Esse papel discursivo no contexto da dinâmica de povoamento do local será desenvolvido mais à frente.

9.1.2.2 A Fraga da Pena

No que respeita às pré-condições, a presença do tor granítico terá sido central à emergência dos recintos da Fraga da Pena. O conjunto de penedos apresenta, no quadrante Nordeste (lado dos recintos), uma altura máxima na ordem dos 10/12 metros. Desse lado existiam já à partida duas pequenas plataformas, não muito regulares (já que algumas diaclases as tornavam algo sinuosas, sobretudo nas extremidades). Do lado Sudeste, a Fraga apresenta-se como um penhasco que cai a pique sobre a vertente de acentuado declive, formando um autêntico "castelo" de pedras. O sítio apresenta, assim, um acentuado destaque de e sobre a paisagem do vale da Ribeira da Muxagata.

A meio dos penedos existe, na plataforma superior, uma pequena passagem "em túnel", de configuração aparentemente natural (mas algum eventual "arranjo" antrópico não será de excluir definitivamente). Essa abertura permite a passagem do lado Nordeste (do recinto) para o lado Sudeste do tor, dando acesso ao topo aplanado de um dos penedos, que se constitui como uma varanda que se debruça de forma vertiginosa sobre o vale profundamente encaixado e sobre o qual se desfruta um impressionante domínio visual (nesse penedo estão gravadas as cruzes que marcam a delimitação entre o concelho de Fornos de Algodres e o de Trancoso neste ponto).

A origem desta formação rochosa relacionar-se-á com a conjugação entre processos de neotectónica (na ligação entre o tor e a vertente passa uma falha e nas imediações existem outras – Anexo 4 - Estampa 89) e dinâmicas de erosão diferencial, onde actuaram e actuam a erosão eólica e hídrica. Estes processos, conjugados, permitiram o "destacamento" do tor e a progressiva constituição da morfologia que apresenta hoje. Naturalmente o processo não parou com o abandono do sítio há cerca de 4000/3800 anos, prolongando-se até ao presente e continuando. Mais de três mil e quinhentos anos de erosão terão introduzido as suas alterações. Contudo, é possível observar que as principais características morfológicas que hoje são visíveis já estavam presentes à época da edificação dos recintos. Os penedos apresentavam várias diaclases e, no topo mais alto, algumas *fossetes*. Alguns fragmentos do grande tor (fracturado por diaclases com diferentes níveis de profundidade e largura) haviam escorregado e tombado sobre a plataforma superior, constituindo-se como penedos posteriormente usados para encosto das estruturas amuralhadas. Pela sua morfologia e localização é bem perceptível o local de onde caíram e

o seu posicionamento estratigráfico é claro no que respeita à sua anterioridade relativamente ao início das construções. Outros penedos, mais pequenos (e que estavam integrados nas estruturas), estariam ali disponíveis ou terão sido fracturados a partir de penedos maiores.

Naturalmente, a topografia do local estabelece um espaço subdivido em duas plataformas, onde se viriam a construir os dois recintos. Parte significativa das áreas das duas plataformas registava o afloramento do substracto rochoso, composto por granitos com forte componente de feldspatos, cruzados por pequenos filões de quartzo, apresentando níveis de acentuada alteração e esbroamento. Algumas áreas (pequenas bacias sedimentares) eram cobertas por um depósito arenoso arqueologicamente estéril, facto que se percebe pela topografia geral do sítio, mais sujeita a fenómenos de erosão do que de sedimentação.

Genericamente, o afloramento periférico apresenta superfícies com significativos níveis de alteração e erosão e com bastantes fracturas, o que em parte resulta da conjugação da composição dos granitos locais com uma topografia de declives acentuados, solos esqueléticos e forte exposição aos elementos, assim como de um ambiente climático local que apresenta importantes amplitudes térmicas (é frequente a congelação da água nas fissuras dos penedos o que origina fenómenos frequentes de crioclastia). Para além de pequenos veios de quartzo existentes na própria fraga, nas imediações existem filões da mesma rocha bem mais potentes (cf. Capítulo 2), assim como numerosos filões de doleritos muito alterados, transformados já em material fortemente argiloso.

A área envolvente é pontuada por afloramentos e penedos que, nalguns pontos, formam "recintos" naturais e espaços mais ou menos abrigados. Mas, de uma maneira geral, todo este local é muito ventoso e, como já se referiu, sujeito a fortes amplitudes térmicas. Naturalmente estas condições climatéricas estão hoje acentuadas pela quase total ausência de coberto vegetal de grande porte, resultado de sucessivos incêndios nas últimas décadas, mas mesmo com floresta o local apresentaria condições difíceis durante grande parte do ano (de dia e sobretudo de noite).

Não existe nenhum curso de água relevante na envolvência imediata do sítio, sendo o mais próximo a Ribeira da Muxagata no fundo do vale. Contudo, existem pequenas nascentes e linhas de água em ambos os lados da fraga, algumas das quais mantêm um caudal anual, mesmo nos anos de menor pluviosidade. Para o passado poderemos imaginar uma situação de maior retenção de águas se pensarmos num coberto vegetal mais denso, pelo que mesmo no Verão poderia existir água disponível nas imediações do sítio.

Os solos seriam restritos a pequenas bacias e dominantemente arenosos e pouco espessos, existindo grandes áreas de afloramento do substracto rochoso. Mesmo tendo em

conta que uma vegetação mais densa teria produzido situações de maior fixação dos solos e que a acção erosiva teria sido acelerada pelos processos de desflorestação ocorridos durante o período histórico, a potência dos solos naquelas condições topográficas terá sido sempre bastante reduzida.

Do ponto de vista da topografia local, o sítio situa-se já na vertente, embora próximo do seu topo. Esta situação, contudo, faz com que esteja abaixo de algumas pequenas plataformas, relativamente às quais se apresenta vulnerável, tanto de um ponto de vista defensivo, como simplesmente visual.

Trata-se, pois, de um sítio "agreste", que oferece condições difíceis à vivência humana quotidiana, mesmo para parâmetros não actuais. Neste sentido, seria um local natural "resistente".

Assim, as razões da sua ocupação dificilmente podem ser desligadas das características topo morfológicas da fraga e dos quadros de sentidos e acções que historicamente lhe teriam sido associados.

Por certo este destacado elemento natural (natural aos nossos olhos de hoje) teria sentidos associados. Ele era conhecido das populações que, pelo menos desde o Neolítico Antigo, habitavam este território. Note-se que a Quinta das Rosas, onde foram detectadas evidências de ocupações do início do Neolítico, está a escassos 2,5 Km e que basta andar cerca de 500 m para norte deste sítio para se avistar a Fraga da Pena. Por seu turno, a necrópole dolménica do Carapito, cuja origem recuará aos finais do 5º milénio AC (Cruz e Vilaça, 1994), localiza-se cerca de 3 Km a Norte, e se alguns monumentos desta necrópole foram reutilizados no início da Idade do Bronze eventualmente pelas mesmas populações que circulavam na Fraga da Pena, nada obsta a que as comunidades neolíticas que os erigiram conhecessem e frequentassem aquela formação natural.

Neste contexto, a presença de um geométrico crescente sobre lamela integrado nos depósitos de ocupação do recinto exterior da Fraga (UE 27) pode ganhar particular relevo. Sendo um artefacto de clara tipologia arcaica, não reconhecido em contextos pré-históricos a partir do final do Neolítico, a sua presença aqui poderá resultar tanto de uma aportação do exterior (resultado de acções de curação realizadas em locais com ocupações mais antigas pelos ocupantes/visitantes dos recintos da Fraga da Pena há cerca de 4000 anos), como de visitas realizadas à fraga em momentos bem anteriores à sua ocupação efectiva e "arranjo" arquitectónico. A presença de um fragmento de talão pontiagudo com polimento integral, revelando um artefacto de pedra polida de características tipológicas também elas arcaicas, poderá ser um outro indicador destas possibilidades.

Outro elemento que pode ser relacionado, pelo menos hipoteticamente, com visitas anteriores será a pintura conservada na Fraga (mais poderiam ter existido). O seu estilo

parece enquadrar-se genericamente na arte figurativa que se desenvolve a partir do Neolítico e se prolonga pelo Calcolítico. A presença de inúmeros fragmentos de rochas filoneanas no interior dos recintos, nomeadamente do recinto inferior (Sector 2), poderá ser relacionada (como se sugeriu anteriormente) com a realização destas pinturas durante a ocupação do local entre o final do 3º e inícios do 2º milénio AC. Contudo, estas rochas também poderiam ter sido utilizadas noutras actividades/funções e a pintura remontar a momentos anteriores. A presença destes elementos materiais reforça a hipótese da associação da pintura à ocupação dos recintos, mas não a demostra de uma forma que inviabilize outras possibilidades.

Seja como for, parece evidente que a Fraga da Pena seria do conhecimento das populações neolíticas e calcolíticas que habitavam o vale e o rebordo da superfície fundamental e que, devido às suas características, este local seria um "lugar" particularmente activo na organização espacial destas comunidades, dotado de sentidos, eventualmente com histórias associadas. A própria origem desta formação estaria envolta em explicações que remeteriam mais para o mítico e para o religioso. Temos que sujeitar a controlo a projecção, em contextos pré-históricos, das actuais dicotomias entre natural e artificial, mesmo no que se refere à arquitectura. Independentemente de podermos, do ponto de vista conceptual, aplicar o termo de arquitectura às selecções de elementos naturais que utilizamos para satisfação dos nossos propósitos arquitectónicos (veja-se a discussão no início do capítulo), temos que levar em consideração que o reconhecimento do natural como tal não é uma evidência, mas uma contingência. A volumetria invulgar de muitos Tors pode contribuir para a sua não identificação como estruturas naturais e para a sua associação a esculturas ou arquitecturas remanescentes de épocas míticas idas, de produções ancestrais ou divinas (Tilley, 1996; Bradley, 1998). São formações que podem ser lidas de múltiplas formas relativamente aos sistemas de referência de cada um e de cada época. Por outro lado, a transformação de algumas destas formações em lugares, não só lhes atribui um papel relevante na organização do espaço, como lhes confere uma participação activa nos processos sociais de identificação, numa relação recursiva onde a organização social conforma o espaço (e nunca de forma linear) e o espaço (categorizado) age activamente sobre as comunidades e os indivíduos, nomeadamente ao nível dos seus mapeamentos mentais e das suas identidades. A forma como o homem se organiza no espaço, a forma como o conceptualiza e lhe faz corresponder memórias e histórias, transforma a territorialidade humana e os seus marcos em fontes activas de identidade e cultura. Voltaremos a estas problemáticas no Capítulo 11.

O potencial simbólico do tor da Fraga da Pena é muito diferente do tor do Castro de Santiago, o qual é incomparavelmente menos imponente, diluído numa massa de penedos, não se destacando como uma volumetria bem individualizada apesar da altitude a que se

encontra. Como já foi sublinhado, no Castro de Santiago é a globalidade do cabeço e da penedia que o encima que se destaca na paisagem. Assim, muito provavelmente a Fraga da Pena não surgiria aos homens de há 4000 ou 5000 anos como mais um conjunto de pedras como os outros. Se hoje este imponente maciço rochoso aparece aos nossos olhos como uma formação natural que explicamos cientificamente recorrendo a conceitos e ao saber da geologia e da geomorfologia (neotectónica, erosão diferencial, etc.), aos olhos do Homem pré-histórico a sua interpretação seria muito diferente. Desprovida do conhecimento que a ciência construiu ao longo dos último séculos, mantendo com a natureza uma relação muito mais íntima, onde a separação entre natural e artificial seria menos marcada, a comunidade que edificou os recintos da Fraga da Pena (e as anteriores que eventualmente a visitaram, nela praticado determinadas acções) teria explicações bem diferentes para a origem e morfologia desta formação. Provavelmente estar-lhe-iam associadas histórias, mitos, que a justificariam e explicariam. Histórias que contribuíam para que aquele local fosse especial e marcasse de modo significativo a paisagem de então e a forma como as populações se organizavam no espaço. As experiências que o sítio proporcionava (e proporciona), seja de dia, com uma vista magnífica sobre o Vale da Muxagata e até à Serra da Estrela, seja de noite, à luz de fogueiras que provocam sombras que parecem animar os penedos, contribuiriam para estimular o imaginário destas comunidades e reforçar o carácter "mágico" do local. De facto, neste contexto interpretativo, não devemos apenas pensar nas leituras que a percepção morfológica da Fraga à luz do dia proporciona e que poderiam ser extremamente variadas e diversificadas, conforme o ângulo de perspectiva. Temos também que pensar nas percepções nocturnas, à luz do luar ou de fogueiras, onde as sombras dinâmicas projectadas nos penedos como que os animam e proporcionam toda uma diferente gama de experiências diferentes, mas particularmente marcantes. As formas são também vividas (Távora, 1999) e essas vivências são essenciais para a hermenêutica de um lugar. Trata-se de introduzir na análise as questões relativas a experiências fenomenológicas que tal formação, em diferentes condições, pode proporcionar e as suas contribuições para os imaginários individuais e colectivos e acções que estes enquadram.

Daí que, mesmo sem ocupação prévia que se tenha materializado fisicamente, devemos pensar que a ocupação do sítio, do "lugar", nos finais do 3º milénio AC não se terá produzido num espaço em que apenas se reconheciam algumas potencialidades estratégicas face aos objectivos. Sentidos próprios, enraizados na tradição, terão desempenhado um papel particularmente relevante entre as pré-condições que estimularam essa ocupação. Sobre os conteúdos desses sentidos apenas poderemos especular, sendo os limites da especulação os que para nós, hoje, se afiguram como plausíveis e resistentes à crítica e à contrastação empírica. Poderemos, assim, imaginar histórias relacionadas com a origem divina da formação, narrativas que a relacionam com os antepassados, com a

organização do território e com a circulação através deles. Memórias míticas de acontecimentos ali decorridos, relevantes nas grandes narrativas do cosmos dessas comunidades, que nunca poderemos conhecer na sua essência, mas sobre cuja natureza e função poderemos aventar hipóteses que nos ajudem a construir um discurso interpretativo.[1]

As construções arquitectadas terão sido, neste contexto, realizadas sobre um espaço que poderemos supor já imbuído de forte tradição, eventualmente já constituído como cenário activo de acções relevantes na organização social e territorial destas comunidades.

Sobre estas pré-condições locais (e provavelmente muitas outras de que, actualmente, não podemos dar conta) foram edificados dois recintos, um em cada uma das plataformas naturalmente definidas, num arranjo arquitectónico integrado com a topografia local. Relativamente à sequência construtiva, a estratigrafia não apresenta relações directas (anteriores aos derrubes das estruturas amuralhadas) entre os depósitos e estruturas dos dois recintos. Por outro lado, a componente artefactual, embora possa em determinados aspectos sugerir uma certa anterioridade do Sector 1, não apresenta diferenciações claras, susceptíveis de inferências seguras sobre as relações de anterioridade/posterioridade entre os dois espaços, sendo igualmente viável que tenham sido construídos em simultâneo ou em sequência sem um intervalo de tempo significativo, obedecendo a um plano de conjunto. Apenas a maior potência do solo de ocupação e o maior número de materiais registados no Sector 1 poderão ser indicadores mais seguros para uma certa precocidade do recinto superior relativamente ao inferior. Não podemos, pois, com segurança e de forma inquestionável, decidir sobre a existência de um plano prévio global abrangendo os dois sectores, ou se existiu um processo de agregação de um segundo "módulo", correspondente ao recinto inferior.

As técnicas arquitectónicas recorreram a modelos já integrados na tradição construtiva local, patentes no Castro de Santiago. Ou seja, o que naquele sítio seria inovação, é na Fraga da Pena já tradição. A construção é em pedra seca, com recurso a blocos de granito e de quartzo disponíveis no sítio. Na edificação das potentes muralhas (recordemos com espessuras de 3 e 3,4 metros) utilizaram-se na base blocos de maiores dimensões toscamente afeiçoados, os quais, para além de conferirem uma maior solidez à base da estrutura, permitem vencer desníveis existentes na topografia do sítio, já que esses blocos maiores se observam sobretudo nos paramentos externos. As paredes cresceriam com recurso à sobreposição de pedras de médias dimensões, por vezes com o formato de

[1] Neste sentido, abre-se aqui um parêntesis para remeter para um ponto de características particulares no Capítulo 12. Trata-se de uma lenda sobre a Fraga da Pena, construída na actualidade (2005) e destinada a transmitir ao público o discurso interpretativo aqui produzido, mas através da narrativa, evidenciando uma algumas das possibilidades de sentido deste sítio.

laje, revelando algum afeiçoamento prévio. A configuração global do "edifício", organizado em dois recintos anexos, onde o acesso ao recinto interior (que neste caso se situa a uma cota um pouco superior) obriga à entrada e passagem pelo segundo recinto, parece, também ela, repetir a organização geral do espaço apresentada pelo Castro de Santiago.

No recinto superior (Sector 1) aparentemente não se registaram significativos trabalhos de preparação do solo para assentamento destas muralhas, que na maioria dos seus traçados assentam directamente no substracto rochoso, já na altura aflorante. A excepção são algumas zonas de diaclase que, tanto no recinto superior como no inferior, obrigaram à construção de muros de preenchimento para criar uma superfície aplanada sobre a qual se elevava a estrutura amuralhada. Funcionavam, pois como alicerces encaixados nas diaclases. Para a edificação do recinto superior, o alicerce detectado foi construído do topo à base em pedra seca e com pedras de médias dimensões. Já para a edificação de um troço do recinto inferior, porque a diaclase era maior, foram utilizados autênticos penedos encaixados, sendo os espaços preenchidos por pedras de médias dimensões e cascalho, até formarem uma base de sustentação para a muralha se elevar. Esta solução é idêntica à registada no Sector H do Castro de Santiago (ver Capítulo 3).

Os trajectos das estruturas foram pensados seguindo duas pré-condicionantes: a topografia das pequenas rechãs naturais e a existência de penedos, os quais foram integrados/envolvidos pelas estruturas amuralhadas. Funcionaram como pontos prévios, lidos em fase de projecto de forma a serem unidos por "linhas" constituídas por troços de muralha. Assim, no recinto superior, a muralha parte da parede Noroeste da fraga e segue um curto trajecto rectilíneo, aproveitando um penedo pré existente, caído do topo do tor. Esse penedo e outro, sensivelmente um metro mais à frente, são aproveitados para estruturarem a porta, a qual se abre sensivelmente para Norte. Nessa estruturação, recorre-se à colocação vertical de duas grandes pedras irregulares, encostadas aos penedos e aos troços de muralha. Uma de cada lado da entrada, funcionam como aduelas da porta, numa arquitectura idêntica à registada nas portas das muralhas do Castro de Santiago e que, como já se afirmou, seguem procedimentos e soluções paralelizáveis com os adoptados nos corredores de muitos monumentos megalíticos. No exterior desta porta encontrava-se uma diaclase no afloramento, a qual foi preenchida com uma pequena rampa de pedras e lajes de granito, de modo a nivelar e facilitar o acesso, o qual, no chão da porta, era constituído por uma espécie de "pavimento" de cascalho miúdo. Deste modo, a orientação da abertura no pano de muralha foi pré-condicionada pela presença sugestiva dos dois penedos.

Depois do segundo penedo que delimitava a porta, a muralha segue em curva para se ir reunir (fechando o recinto) ao afloramento que existe do lado Oeste e que termina já em escarpa sobre a vertente. Nesse ponto, uma diaclase foi preenchida, formando um

paramento de modo a oferecer, para quem está de frente, a ilusão de que a muralha se prolonga mais um pouco.

Pelo exterior foram construídos três bastiões semicirculares. Os dois mais a Oeste eram ocos e o seu interior estaria vazio, tendo sido preenchido pelos derrubes da estrutura para o exterior. O localizado mais a norte seria maciço e foi construído preenchendo uma diaclase no afloramento. Estabeleciam uma relação de continuidade entre si, apresentando-se geminados. Ocupam, pelo exterior, praticamente toda a fachada da muralha após a porta, pelo que a imagem de visibilidade que esta hoje oferece resulta tão só do estado de maior ruína destas estruturas semicirculares, que apresentam uma conservação em altura menor. A fachada, virada para o recinto inferior, seria, assim, ondulante, como se se tratassem de três cilindros encostados, provocando um efeito cénico muito particular (Figura 9-13). A técnica construtiva destes bastiões seguia os preceitos utilizados nas muralhas, com pedras de maiores dimensões na base exterior, o aproveitamento de penedos pré-existentes e a construção em pedra seca.

Figura 9-14 – Proposta de reconstituição das estruturas dos recintos da Fraga da Pena. Alteamento das estruturas entre 2,5 a 3 m aproximadamente. Silhuetas humanas dão uma escala aproximada de 1,80 m.

Em termos estritamente funcionais, estes pequenos bastiões corresponderiam mais a contrafortes que a bastiões propriamente ditos. O espaço interno dos ocos, para além de vazio, apresentava áreas mínimas. Contudo, a necessidade de contrafortagem não é evidente, já que a muralha era curta, espessa, bastante sólida e com uma boa base de

sustentação, aliás idêntica à do recinto inferior, onde não houve recurso a estes elementos arquitectónicos. Tal sugere que a sua razão de ser terá tido mais a ver com elaborações cénicas, com a comunicação, do que com aspectos funcionais de natureza mais prática.

O espaço assim definido no recinto superior é bastante restrito, apresentando uma área de cerca 110m^2, parte da qual, à época do início da ocupação, seria de afloramento do substracto rochoso. Desse recinto (se nos situarmos no topo da muralha), o que se observa, para além do plano inferior constituído pelo segundo recinto, é essencialmente o espaço do topo da vertente e o seu prolongamento pelos lados, já que o vale está em grande medida encoberto pela parede que a fraga estabelece. A meio do tor, contudo, existe uma passagem em "túnel" para o outro lado, para o já referido espaço (topo de um penedo constituinte desta formação) que se encontra em suspenso sobre o vale. No interior do recinto e através da porta, é possível observar uma parte da vertente a Norte, enquanto que por uma abertura entre penedos a Sudoeste é visível uma nesga do vale e parte da vertente. Por esse espaço tem-se acesso ao penedo onde está efectuada a pintura registada. Assim, para quem está no interior do recinto superior a visibilidade é bastante restrita, não sendo muito maior para quem estivesse no topo das estruturas que o definem. Aí, contudo, o controlo visual do recinto inferior é total, assim como se estabelecem relações de intervisibilidade com os penedos que definem o Sector 3, localizado mais acima na vertente.

Quanto ao recinto inferior (Sector 2), este é definido por uma muralha igualmente espessa (atinge os 3, 40) e com o recurso às mesmas técnicas construtivas. Parte do afloramento em que assentam as estruturas do recinto superior, segue de forma rectilínea para NO (interrompida pela única porta identificada neste recinto) até um penedo que aproveita para fazer ângulo e inflectir cerca 90º, tomando a direcção SO, sobrepondo-se a um afloramento. A meio desse afloramento deveria voltar a inflectir novamente 90º, para SE, passando sobre a diaclase onde se conservam os restos do seu alicerce de apoio. A área definida é de cerca de 100 m^2, da qual cerca de 40% seria de afloramento. Contudo, devido à existência da diaclase do lado sul, foi necessário construir no interior deste espaço um muro de sustentação de sedimentos, o que restringiu ainda mais o espaço disponível para ocupação, que será apenas de cerca de 50% da área total do recinto. A localização da porta de acesso situa-se também ela do lado Norte. Ao contrário da do recinto superior, esta porta corresponde a uma simples interrupção no pano de muralha, sem quaisquer elementos estruturais de tipo aduela, mas com um degrau que ajuda a vencer o desnível entre exterior e interior.

Com a edificação deste segundo recinto (que, como já foi referido, não é possível determinar com segurança se é de construção simultânea ou significativamente posterior

relativamente ao outro) o acesso ao recinto superior tornou-se mais condicionado, já que teria que ser obrigatoriamente feito através da prévia passagem por este espaço inferior. A trajectória seria, após entrada no recinto inferior, virar à esquerda, subir o afloramento ligeiramente inclinado e percorrê-lo junto a dois dos bastiões até à rampa de acesso, subi-la e penetrar no recinto superior através da única porta, situada a Norte.

Como atrás se afirmou, este condicionamento das trajectórias é semelhante, embora a uma escala mais reduzida, ao já registado no Castro de Santiago, revelando, também a este nível, uma organização do espaço que segue preceitos já inscritos na tradição local.

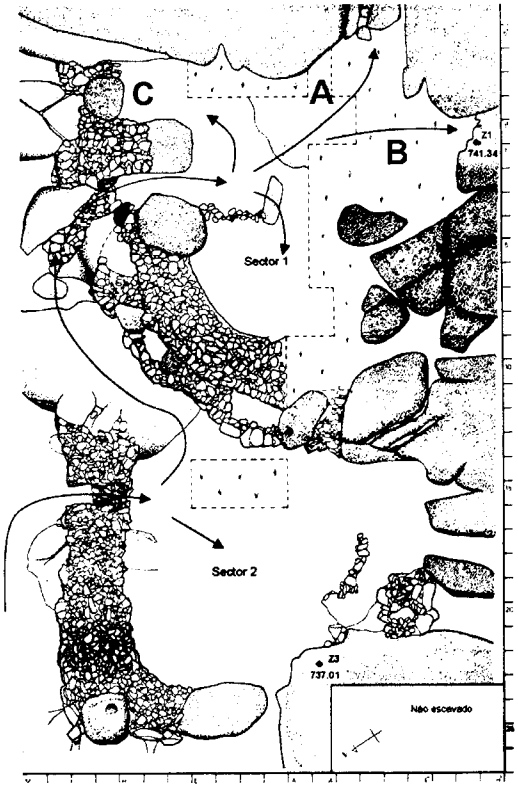


Figura 9-15 – Percursos de acesso aos dois recintos. No interior do recinto superior, A marca o acesso à passagem para o outro lado do Tor, B o acesso a zona da rocha com a pintura e C o local onde surgiu o ídolo antropomórfico.

O edifício obtido, com excepção da indecisão sobre a simultaneidade / posterioridade da construção do recinto inferior, não parece ter sofrido grandes alterações relativamente ao inicialmente edificado. Na sua arquitectura conjugam-se os elementos naturais pré-existentes e os elementos arquitectónicos artificialmente aduzidos. Ambos funcionam como unidades (módulos) arquitectónicos que se conjugam e não podem ser lidos separadamente. A construção humana reorganiza um espaço já significante, acrescenta-lhe monumentalidade, mas retira dos elementos naturais significado e igual (senão maior) monumentalidade.

Tendo em conta estes considerandos, seremos levados a concluir que reduzir a relação arquitectura/formações naturais a uma adição de estruturas amuralhadas numa estratégia de adaptação e aproveitamento de condições naturais favoráveis, poderá reverter numa simplificação comprometedora.

Embora a questão possa igualmente ser colocada para o caso do Castro de Santiago, as especificidades da Fraga da Pena possibilitam, de forma mais explícita e empiricamente sustentável, evidenciar a complexidade que pode assumir a relação da arquitectura com estas formações naturais. Trata-se de um problema importante para a abordagem destes contextos arqueológicos, na medida em que, frequentemente, a análise isola diferentes tipos de estruturas e, ao fazê-lo, quebra relações significantes para a compreensão das mesmas.

Como já foi repetidamente sublinhado, não existem formas isoladas, pois estão sempre em relação com outras. As formas apreendidas pela percepção e pela racionalização mantêm entre si relações, as quais conferem continuidade ao espaço organizado. O destaque de um mesmo edifício depende do tamanho e especificidades dos edifícios envolventes, podendo num caso ser impressionante e noutro passar despercebido. Os próprios vazios mantêm relações com as formas. Assim sendo, a relação entre o Tor granítico da Fraga da Pena e as estruturas amuralhadas que lhe foram encostadas não resulta numa simples adição, mas num edifício onde todos os volumes, artificiais e naturais, se interligam de forma absolutamente interdependente. A volumetria relativa de cada uma está inteiramente em articulação com a outra. As muralhas são parte de um edifício que tem de ser analisado como um todo e do qual não podem ser desligadas. Formação natural (que na época seria entendida de outra forma), estruturas amuralhadas e actividades que ali decorriam estabelecem entre si um princípio de continuidade espacial cuja compartimentação será redutora. E nisto a Fraga da Pena apresenta diferenças sensíveis relativamente ao Castro de Santiago.

Neste caso concreto o elemento preponderante parece ser mesmo a formação natural. Ela é o verdadeiro marco. É ela, e não as estruturas adicionadas, que são visíveis à distância. Terá sido a sua configuração e os significados e simbolismos prévios, o papel activo que desempenhou na organização do espaço local, que conduziram à sua reconfiguração arquitectónica. Relembremos, uma vez mais, que ela sempre foi visível a partir do vale, e, portanto, conhecida das populações ali referenciadas desde o Neolítico, as quais só no último quartel do 3º milénio AC optaram por a ocupar de uma forma que representou um importante investimento de organização de pequeníssimos espaços, onde não se detectam evidências concretas relacionáveis com uma ocupação residencial. Poderíamos reproduzir para estes espaços a observação feita para o Castro de Palheiros

(Murça), um sítio calcolítico com várias semelhanças formais com a Fraga da Pena: "(...)enormes e possantes construções que (...) ocupam afinal mais espaço útil do que aquele que circunscrevem em ambos os recintos ou plataformas." (Sanches, 2003: 125). É precisamente nesta conjugação que a Fraga da Pena se individualiza, possibilitando argumentar que, nas arquitecturas do 3º milénio AC, as relações entre elementos naturais pré existentes e elementos artificiais são mais complexas e diversificadas do que à primeira vista poderão parecer, encerrando significados que poderão variar de caso para caso, mas cuja avaliação deve ser empiricamente informada.

De facto, no interior de ambos os recintos não de registaram outro tipo de estruturas para além do muro de sustentação e um eventual empedrado no Sector 2 e um alinhamento pétreo no Sector 1, que se desenvolve no prolongamento da porta e no final do qual se encontrava depositado *in situ* sobre o afloramento um recipiente campaniforme de estilo internacional de bandas. Não existem, pois, evidências de cabanas e lareiras como as que foram identificadas no Castro de Santiago ou na Malhada.

Que razão terá estado, então, na base do investimento arquitectónico aqui realizado? Como já foi anteriormente referido, a hermenêutica do espaço arquitectónico não pode ser feita sem a sua articulação com as acções que nele decorrem e materiais que por ele circulam. Que aconteceria afinal nos recintos da Fraga da Pena?

O primeiro aspecto a salientar é que não existem diferenciações particularmente marcantes entre os dados disponíveis para um e para o outro, embora exista uma densidade maior de materiais (nas diversas categorias) no recinto superior (que, como, vimos, poderá ser utilizada como eventual indicador de uma ligeira anterioridade deste espaço). Assim, e de um modo geral, o mesmo tipo de materiais ocorre em ambos e com proporções pouco contrastantes (onde serão excepção algumas categorias de utensilagem em pedra talhada) e com distribuição dispersas (dentro do que é possível ser disperso em espaços tão restritos), que, talvez com excepção da distribuição dos campaniformes e de uma concentração de nódulos de rochas filoneanas, não evidenciam quaisquer padrões. No entanto, os aspectos particulares merecem ser salientados:

- a única peça que poderá, de forma mais imediata, ser relacionada com o subsistema mágico-religioso (estatueta antropomórfica) foi recolhida, com um pequeno pendente sobre seixo de rio, no recanto Este do recinto superior (Figura 9-14), num espaço que, comparativamente, forneceu menos materiais de outras categorias tipológicas;
- alguns materiais cerâmicos, em ambos os recintos, aparecem fragmentados *in situ* na sua quase totalidade ou em grande parte, mas a maioria apresenta-se muito fragmentada, dispersa e sem remontagens significativas (alguns fragmentos provenientes dos dois recintos proporcionaram remontagens). Esta situação sugere

condições tafonómicas diferentes para algumas peças (note-se que entre as peças que proporcionaram remontagens mais completas se congrega um número significativo de recipientes campaniformes – Figura 9-16).

- Comparativamente com a Fraga da Pena, os restantes sítios intervencionados apresentam níveis de conservação e de remontagem bem inferiores (no Castro de Santiago apenas se conseguiu atingir reconstituições na ordem de $^1/_3$ de algumas peças; na Malhada existe apenas um recipiente quase completo; na Quinta da Assentada temos apenas pequenos fragmentos).
- Embora existam espalhados pelo depósito de ocupação do Sector 1, os fragmentos de rocha filoneana alterados e muito argilosos (de coloração amarelada), eventualmente utilizados como pigmento para obtenção de tintas, apresentam uma grande concentração na metade Norte do recinto inferior. Trata-se de uma das mais evidentes concentrações espacial ao nível da cultura material.
- Na pedra talhada, como vimos no Capítulo 5, o comportamento dos dois sectores é tendencialmente igual no que respeita às grandes categorias de utilização definidas. Contudo, ao nível dos utensílios de raspar e de cortar (as duas categorias mais representativas da indústria lítica talhada do sítio) nota-se uma inversão, sendo predominantes os primeiros no Sector 2 e os segundos no Recinto 1. Tal situação poderá evidenciar um maior predomínio de umas actividades num espaço e de outras noutro, mas não sustenta a sua clara segregação espacial. Sublinhe-se ainda a reduzida representatividade de projécteis e de artefactos perfurantes.
- Regista-se a presença de vários elementos relacionados com o adorno pessoal (entre os quais um braçal de arqueiro fragmentado e reaproveitado como pendente), assim como o maior conjunto de recipientes campaniformes conhecido para a região.
- Sublinha-se o registo, no recinto superior, do único artefacto metálico recuperado.
- Tão importantes como as presenças são as ausências e tão relevantes como as grandes quantidades são as raridades. Neste sentido há que destacar, por um lado a ausência de pesos de tear, quando estes ocorrem com relativa abundância no Castro de Santiago e Malhada e estão referenciados na Quinta dos Telhais, Quinta da Assentada, Quinta das Rosas e Sector 3 da Fraga da Pena (exterior aos recintos), e, por outro o relativamente reduzido número (e tamanho) de elementos de moagem e a escassez de pedra polida. Concentrando-se sobretudo no recinto superior, a sua expressão, comparativamente ao observado no Castro de Santiago e Malhada (e até Quinta da Assentada se aceitarmos que os materiais de superfície podem ser atribuídos à segunda fase de ocupação do sítio), é insignificante. Não

existem utensílios em bom estado e a maioria das poucas peças corresponde a fragmentos de utensílios.

- A distribuição evidenciada pelos fragmentos campaniformes poderá sugerir um particular relacionamento da deposição de recipientes com percursos de circulação no acesso à zona mais alta junto ao tor (Cf. Figuras 9-15 e 9-16), assim como uma concentração de outros (que proporcionaram inúmeras remontagens) junto aos restos de uma possível estrutura pétrea (UE 34) localizada ao centro da área do Sector 2 (Figura 9-16).

Aprofundando um pouco a análise da distribuição dos campaniformes, verifica-se que estes podem, de facto, sugerir alguns padrões de distribuição significantes. O aglomerado de pedras do Sector 2, que poderá corresponder a um empedrado, é de difícil interpretação, dada sua aparência pouco estruturada. Contudo, parece-lhe estar associada a deposição de alguns dos recipientes campaniformes e um grande recipiente acampanulado (forma 13), os quais apresentam algumas das percentualmente mais significativas remontagens, contrastando com os restantes materiais, bastante mais fracturados e dispersos (Figura 9-16). Nesta área central do recinto inferior, os estilos predominantes são os ungulados (mais um impresso de bandas) e os recipientes acampanulados lisos, estando ausentes as decorações pontilhadas.

Por outro lado, sobre o afloramento e depósito arenosos pré antrópicos localizados junto aos paramentos exteriores das estruturas de fortificação do Sector 1 registou-se um conjunto de fragmentos (alguns com remontagens) de campaniformes que se distribuem ao longo da estreita área de passagem que liga o espaço interior do Sector 2 à rampa de acesso à entrada no Sector 1. Já no interior deste, os poucos fragmentos de recipientes concentram-se na área fronteira à entrada (um foi recolhido na própria entrada), encontrando-se o único recipiente (pontilhado internacional de bandas) fragmentado *in situ* (com remontagem quase integral) depositado na extremidade de um alinhamento pétreo que estabelece um prolongamento do lado Oeste da porta, criando uma pequena compartimentação relativamente a esse lado, imediatamente a seguir à entrada no recinto (esta é a única estrutura detectada no interior do recinto superior).

A disposição destes vestígios de recipientes campaniformes (e de um recipiente inteiro) ocorrem ao longo do trajecto de circulação entre os dois recintos. É de notar que na zona junto aos bastiões não se registaram depósitos de ocupação, mas que os materiais cerâmicos (os líticos são praticamente inexistentes), ali recuperados estavam integrados na interface inferior dos primeiros derrubes e sempre encostados, pelo exterior, às paredes dos bastiões. Nota-se ainda uma outra concentração no Sector 2, no espaço entre o murete de contenção e o alicerce que suportaria a extremidade Oeste do troço de muralha.

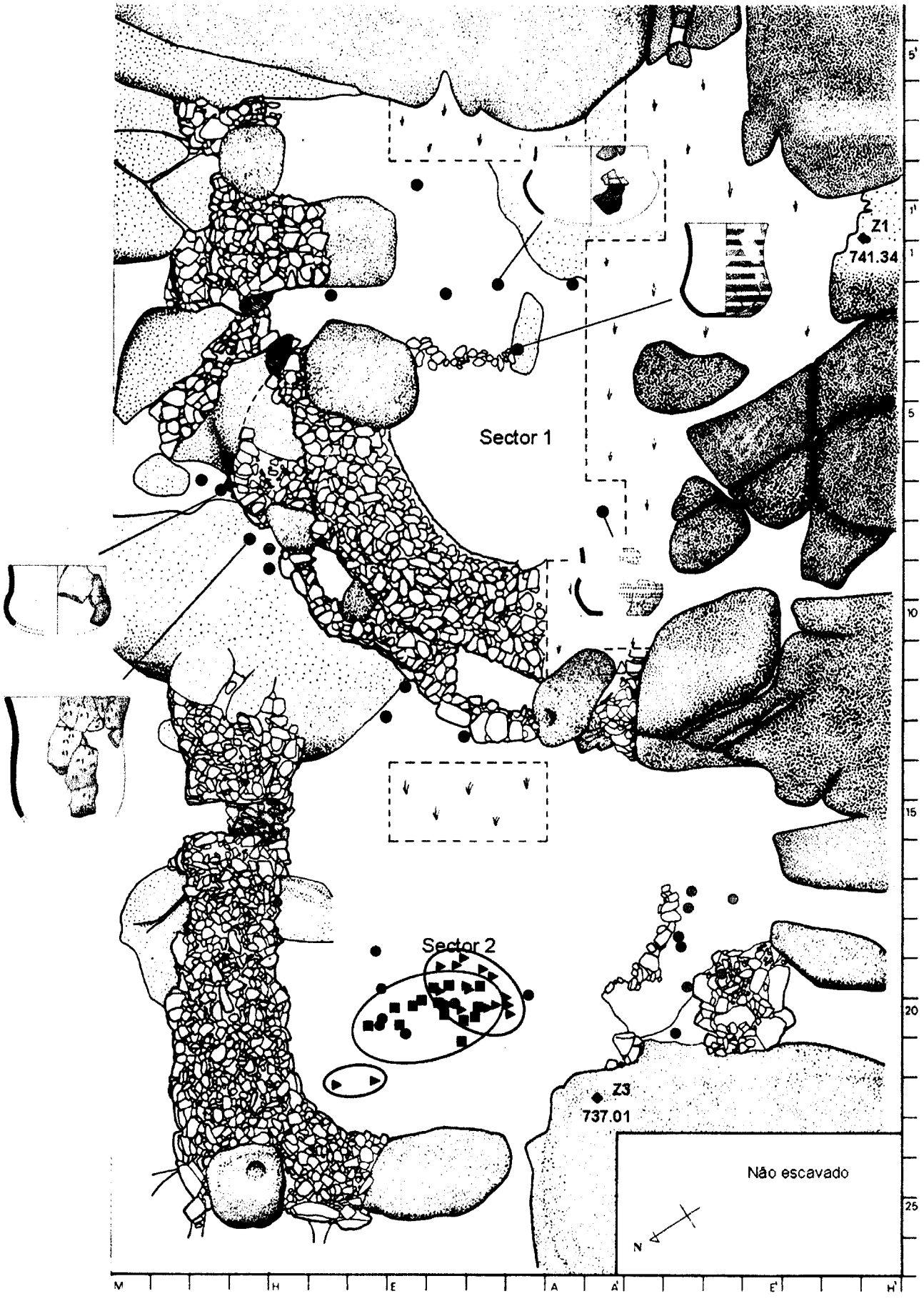


Figura 9-16 – Distribuição espacial dos recipientes campaniformes nos dois recintos.

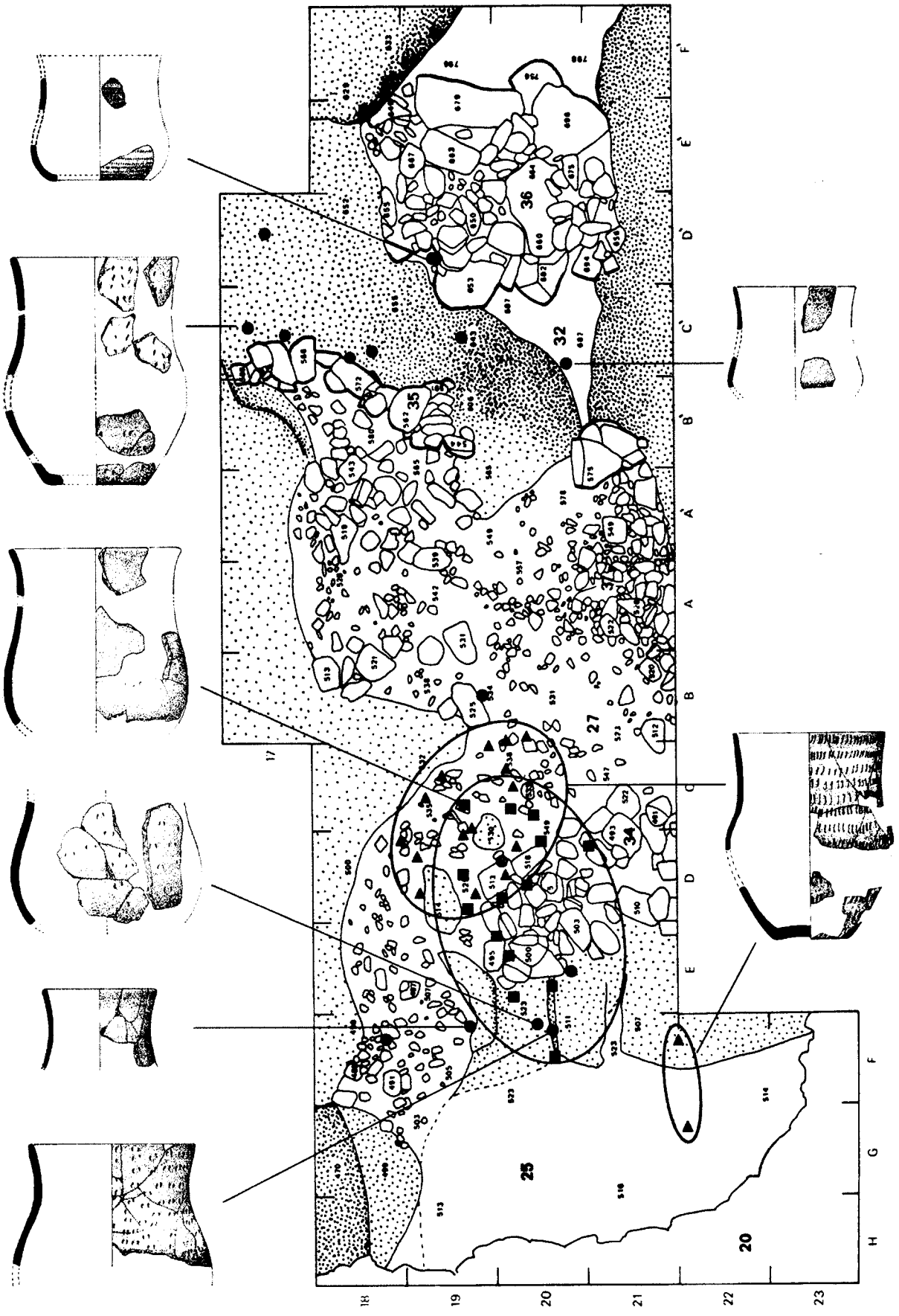


Figura 9-17 – Pormenor da distribuição dos materiais campaniformes no Sector 2 e sua articulação na área central com a possível estrutura pétrea UE.

Estas presenças e ausências poderão tornar-se ainda mais significantes quando os correlacionamos com as evidências de ocupações de espaços sobranceiros à Fraga, como o que foi sondado no Sector 3. Tendo já sido discutida e assumida a contemporaneidade (pelo menos parcial) entre esta ocupação e a dos recintos (Sectores 1 e 2), verifica-se que aí não ocorrem recipientes campaniformes nem qualquer artefacto que remeta directamente para o sagrado ou adorno pessoal, os grandes contentores estão ausentes, as cerâmicas correspondem essencialmente a formas simples e as decorações são dominadas pelas organizações penteadas (também presentes no interior de ambos os recintos). Foi registada a presença de um peso de tear e de elementos laminares em sílex (inexistentes nos recintos). Mesmo pensando que esta ocupação detectada no Sector 3 correspondeu a um momento curto e restrito no tempo e que representará apenas uma fracção do tempo de vida (ou da construção) dos recintos, os contrastes assinalados não deixam de ser sugestivos relativamente a uma diferenciação de actividades entre o que se passaria no interior dos recintos e o que ocorreria nas suas imediações.

Assim, ao carácter monumental do lugar, ao forte investimento arquitectónico na definição de espaços tão restritos, junta-se um conjunto documental relativo a presenças e ausências ao nível da cultura material e de estruturas, o qual suporta a ideia de que no interior destes recintos decorreriam acções que não corresponderiam a vivências residenciais quotidianas. Não se afigura, pois como um sítio residencial. E como local de refúgio? A relação que os recintos mantêm com o exterior é sugestiva neste capítulo. Se o tor se debruça sobre o vale, os recintos estão do lado da vertente, como que de costas viradas para esse mesmo vale e voltados para o topo da vertente. O espaço que medeia entre o tor e o topo da vertente é de cerca de 100/150 m e, apesar da forte inclinação, existem algumas rechãs que se configuram como "bancadas " sobre a fraga, a qual se configura como um palco (um cenário) observado a partir de cotas mais altas. Essa diferença topográfica, que começa a estabelecer-se mal se sai do recinto inferior, permitiria que, a partir de certas cotas, os espaço interiores dos dois recintos (primeiro o mais baixo e depois o mais alto) fossem observáveis a partir do exterior em parte das suas áreas. A definição dos pontos a partir dos quais tal poderia acontecer dependeria, naturalmente, da altura das muralhas.

Esta relação dos recintos com a vertente imediata reduz-lhes claramente a sua funcionalidade defensiva, embora não devamos considerar que a anula na totalidade. De facto, se a razão defensiva não parece estar entre as principais razões da construção deste edifício, se as suas condições topográficas de implantação a fragilizam em determinados ângulos, estas potentes estruturas não deixariam de ser um obstáculo, sobretudo se tivermos em conta a tecnologia da época. Mas esta eventual funcionalidade defensiva, mais do que uma função de peso e um objectivo ambicionado, parece surgir quase como uma

inerência. Acresce que o reduzido espaço interior de ambos os recintos comportaria poucas pessoas de cada vez, o que, juntamente com a exposição do sítio, o tornaria bastante vulnerável.

A imagem que se forma com mais coerência não é pois a de uma área residencial ou de um espaço de refúgio, mas a de um espaço que terá sido construído como cenário de práticas ritualizadas que, podendo estar imbuídas de alguns gestos e actos do dia a dia, encontravam neste edifício o seu local específico de concretização, construindo, juntamente com a arquitectura e as materialidades que por ali circulavam, sentidos específicos partilhados pelas comunidades que habitariam na zona.

A tese interpretativa que se assume é a de que neste edifício não viveriam pessoas (no sentido residencial quotidiano do termo) e que as actividades que ali decorreriam teriam um pendor essencialmente ritual e simbólico. Seria, deste modo, algo a que não poderemos designar por povoado, mas que, por insuficiências relativamente à compreensão da natureza concreta das acções ali produzidas, temos dificuldade em designar. *Edifício* ou *Espaço Cerimonial* poderiam ser soluções, que se comprometem com determinados sentidos interpretativos, ao mesmo tempo que assumem uma indefinição relativamente às acções mais concretas que ali eram praticadas.

Sobre estas últimas, todo o discurso que se poderá produzir terá um pendor mais fortemente especulativo. Contudo, é conhecida a importância do pensamento especulativo para a ciência, enquanto fonte de hipóteses, soluções e inovações, e o conhecimento que se vai produzindo estabelece os limites de plausibilidade a esses processos imaginativos. Tudo o que se disser neste contexto não poderá ser demonstrado no sentido de confirmação por contrastação empírica, mas, à maneira do falsificacionismo popperiano, poderá ser confrontado com a informação empírica e com a organização lógica do discurso, por forma a reforçar ou contestar a sua viabilidade de plausibilidade (especulação controlada). Naturalmente, neste exercício a imaginação é um processo criativo essencial. Conjugando o cenário fixo arquitectado, a organização física do espaço estabelecida, as experiências sensíveis que podemos experimentar e imaginar, os conjuntos artefectuais e artísticos registados e a sua distribuição, as ausências sublinhadas, podermos aventurar-nos com o objecto de construir possibilidades que se apresentam como concretizações plausíveis da interpretação avançada e contida na designação Edifício Cerimonial.

Parto da ideia expressa de que o sítio, pelas suas características, já era conhecido e dotado de sentidos, tanto pelo potencial de referência que encerra como por actividades que poderia ter atraído, e que esses sentidos foram uma das pré-condições mais relevantes para a decisão da construção dos recintos. Sobre essas acções e sentidos prévios apenas se pode especular e dentro do campo de possíveis plausíveis abertos a essa especulação

existe um que considero mais sugestivo: trata-se da potencialidade natural desta formação para se constituir como cenário de determinadas acções cerimoniais, mais concretamente as que envolvem rituais de iniciação ou mesmo sacrifício, no que têm de revelador e secreto.

Referi-mo concretamente à sua arquitectura natural (que provavelmente, repito, não seria lida como tal) e ao pormenor da existência de uma passagem em túnel do lado da plataforma Noroeste (lado da vertente) para o lado Sudeste do tor, passagem que o atravessa praticamente a meio. Esta passagem, como já se referiu, dá acesso a um estreito espaço que corresponde ao topo aplanado de um dos penedos da formação, o qual funciona como uma varanda sobre o vale (Figuras 9-17 e 9-18). A experiência dessa passagem é, ainda hoje, marcante, pois faz-se a transição de uma área fechada e de visibilidade muito restrita para uma posição vertiginosa, em que o vale nos aparece aos pés em toda uma imensidão difícil de descrever. Ao longo dessa passagem, que tem um comprimento de cerca de 4/5 metros, a visibilidade, inicialmente restrita, vai-se abrindo progressivamente e a chegada ao topo do penedo constitui uma espécie de clímax visual (Figura 9-19)l. Acresce que, dada a localização do tor e desta passagem, ela se encontra sensivelmente no alinhamento Este-Oeste, pelo que de manhã, quando os recintos se encontram sob a sombra proporcionada pela formação rochosa, a luz entra pela passagem atingindo uma pequena parte do recinto superior.

Não parece excessivo imaginar que um local com estas características, integrado numa formação que se destaca e impressiona pela sua morfologia, poderia funcionar como um espaço utilizado para cerimónias iniciáticas ou sacrificiais. As próprias histórias, os mitos e lendas, que poderiam estar associados à explicação da origem desta espectacular formação funcionariam como factores catalizadores para essas cerimónias, reforçando o potencial que a arquitectura natural do sítio já apresentava. Tratar-se-ia, pois, de um "lugar" dotado de sentidos e de eventuais práticas de ideal compatibilização com celebrações rituais relacionáveis com a vida (através da morte), com a fertilidade representada pelo vale onde se registam os melhores terrenos e se concentra a água e a caça, e com a gestão do poder, das identidades e das relações sociais que se escondem por trás destas ritualizações e são por elas reforçadas.

Neste quadro interpretativo, toda a arquitectura se teria desenvolvido em função deste pormenor da formação natural, dos seus sentidos e utilizações, construindo e organizando o espaço de forma a proteger, limitar e controlar o acesso a essa passagem, dotando as acções que ali decorreriam de um cenário que ampliava os seus sentidos e dramatismos.

Figura 9-18 – Aspectos da passagem existente a meio do tor que possibilita o acesso do lado Oeste para o lado Este da formação e localização do penedo a que se chega desse lado. A: passagem; B: plataforma.

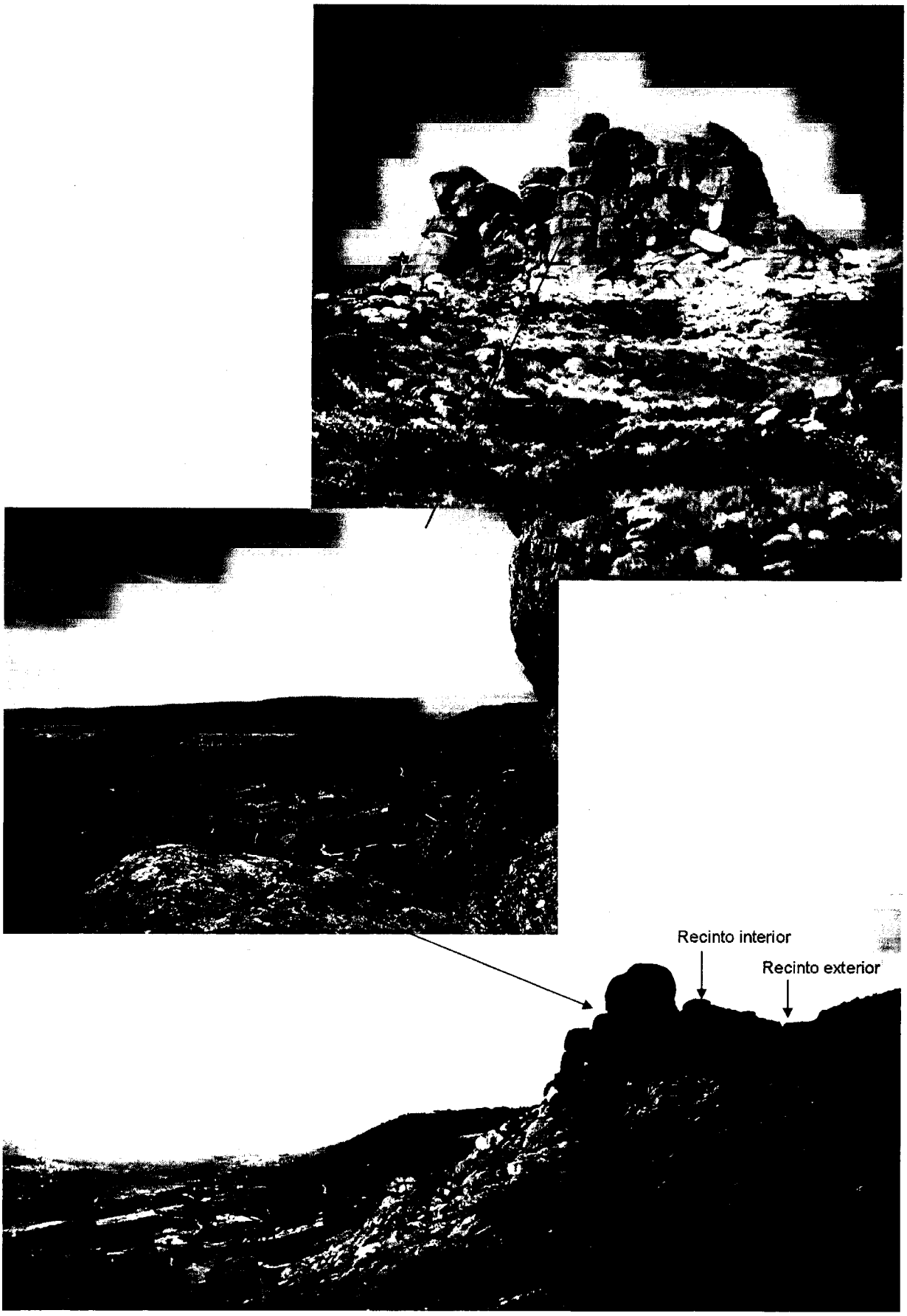


Figura 9-19 – Perspectiva da plataforma sobre penedo do lado Este do tor.

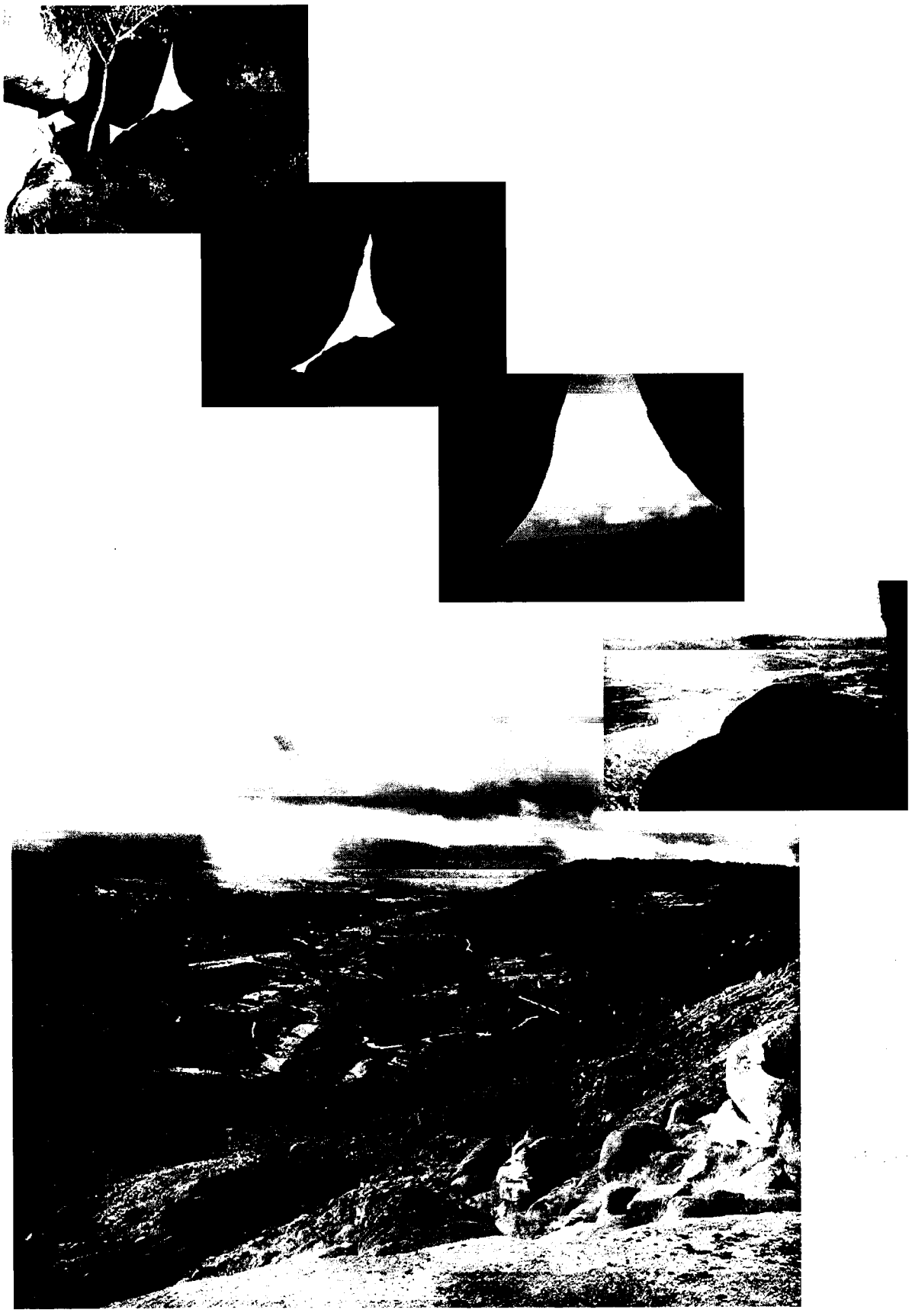


Figura 9-20 – Perspectivas do percurso através da passagem central existente no tor e vista sobre o vale que se obtém do lado Este.

A formação geológica (acrescida de sentidos, alguns dos quais lhe teriam sido inscritos pelas pinturas preservadas e por outras que eventualmente tenham sido erodidas), os dois recintos, os percursos que estabeleciam e as acções e materiais que albergavam constituíam-se como partes interactivas destas encenações cerimoniais. Estas poderiam ser apreciadas e participadas, com evidentes restrições, a partir do exterior, já que, como foi anteriormente sublinhado, a parte imediata da vertente se constitui como uma sequência de pequenas rechãs, que formam uma sequências de "balcões" ou "bancadas" a partir das quais a visibilidade sobre os espaços interiores seria alguma.

De que forma se revestiriam essas encenações será uma questão que nos obriga a entrar noutros níveis de especulação. O ambiente de encerramento e de percurso sinuoso, com entradas e espaços sucessivos bem demarcados por uma imponente arquitectura, sugere que apenas um grupo restrito de pessoas teria acesso ao interior: nem todos entrariam nos recintos e, possivelmente, só alguns teriam acesso ao recinto superior. As diferenças artefactuais que se registam com o exterior também sugerem esta hipótese e o facto de a cultura material apresentar uma componente de elementos de excepção (quando comparada com os outros sítios conhecidos localmente e na região), onde se destacam o conjunto de campaniformes e o ídolo antropomórfico, aponta para que a construção e a disputa social, tanto ao nível da negociação do poder como das identidades e da gestão territorial, tivesse aqui um centro de relevo à escala local.

A própria situação de alinhamento Este – Oeste da passagem e a articulação que se estabelece com o nascimento do sol faz lembrar antigos princípios das arquitecturas de tradição neolítica, em que a orientação relativamente a Nascente se assume frequentemente como uma prescrição estruturante. Poderemos ver, também aqui, alguma continuidade relativamente a uma tradição de origem megalítica, mesmo que alterada em alguns (ou muitos) dos seus preceitos ideológicos. Não devemos esquecer, neste quadro, as reutilizações tardias de monumentos megalíticos comuns por toda a região e, no caso concreto desta área, as reutilizações dos monumentos do Carapito, localizados a 3K da Fraga da Pena, para as quais uma eventual relação com as comunidades que frequentaram a Fraga não pode deixar de ser equacionada.

A presença de alguns, poucos, vasos de armazenagem e de alguns (igualmente poucos) elementos de moagem poderia ser relacionada com a preparação e consumo de refeições que seriam parte integrante do cerimonial e nas quais os recipientes campaniformes poderiam assumir um papel significante (vejam-se, a este respeito, as propostas de Sherratt, 1987). A presença de determinados artefactos, como os escassos restos de pedra polida ou artefactos de pedra talhada podem ser compatibilizados com este modelo interpretativo de várias formas. A construção e manutenção destas estruturas, que

provavelmente integrariam também o recurso à madeira, deixa vestígios que poderiam resultar nos fragmentos de peças de pedra polida fracturadas e inutilizadas. O consumo de caça, por exemplo, pode ser responsável pela presença das parcas pontas de seta registadas (que estariam integradas nas carcaças). Outra utensilagem poderiam ser relacionada com actividades de suporte às principais acções do cerimonial, mas poderemos sempre alguns destes materiais aos actos rituais em si. Pelo que as presenças artefactuais não inviabilizam a hipótese interpretativa. Bem pelo contrário, as suas especificidades em termos de elementos de excepção e as ausências que registam sugerem-na.

A vinculação imediata de determinadas categorias artefactuais a actividades tradicionalmente consideradas do domínio do doméstico tem vindo a ser denunciada o âmbito de uma abertura teórica. De facto os enquadramentos proporcionados pelo funcionalismo, mas sobretudo pelo materialismo histórico têm exercido uma hegemonia teórica demasiado asfixiante na pré-história peninsular. Nos últimos anos, contudo, e como já foi referido no início deste capítulo, novos posicionamentos, que poderíamos agregar no diversificado condomínio teórico que é o Pós Processualismo, têm gerado propostas alternativas que partem de uma crítica às dicotomias entre simbólico e funcional, entre contextos rituais ou sagrados e domésticos, concretizando-se na crítica a conceitos como "povoado" e "doméstico" acusados de materializar linguisticamente essas dicotomias e de se constituírem como uma prisão interpretativa que conduz à homologia entre semelhanças formais e semelhanças de processos. Esta contestação tem tido eco em Portugal sobretudo nos trabalhos da escola do Porto (Jorge, 1994; 1998; 2003a, Jorge *et al*, 2003a e b), mas que tem igualmente recebido fortes resistências, com fundamentação teórica mais ou menos consciente e argumentada. Nas suas leituras para Castelo Velho e Castanheiro do Vento, Susana, Vítor O. Jorge e colaboradores questionam, na linha da crítica anglosaxónica (Hodder, 1986; 1992; Jones, 2002) a tradicional compartimentação que a análise arqueológica exerce sobre os materiais, a qual resulta em processos de descontextualização. Na contextualização que fazem dos conjuntos artefactuais destes dois sítios, os mesmos são associados a acções que são assumidas como representações simbólicas de vivências quotidianas, parecendo ""imitarem" a vida quotidiana, e portanto serem extensos e muito variados, criando nos observadores actuais a impressão ingénua, ou ilusão, de estarem perante "povoados"" (Jorge *et al*, no prelo). Estes contextos são, assim, interpretados como verdadeiros microcosmos, congregando todo um conjunto de encenações que recriariam a vida e as visões do mundo dessas comunidades, desempenhando uma papel aglutinador, catalizador e gestor de identidades e territórios, o que resulta em propostas alternativas às proporcionadas por abordagens mais tradicionais. Afastam-se dos determinismos, mecanicismos e evolucionismos lineares e homogeneizantes, mais ou menos matizados, que pautam os discursos de cariz mais

materialista e funcionalista, valorizando as aproximações hermenêuticas ao significado, através de abordagens simultaneamente holísticas (no sentido da rejeição de compartimentações e hierarquizações das várias dimensões da vivência humana) e fenomenológicas (no sentido da valorização das singularidades de cada contexto e da componente subjectiva na construção do conhecimento como discurso contingente vivido).

Também no sul e a propósito dos recintos de fossos, Márquez Romero (2003; 2006; *no prelo*) vem considerando que as evidências arqueográficas neles presentes não suportam a leitura tradicional destes contextos como povoados, falando de um forçar da realidade empírica para a adequar aos seus modelos pré estabelecidos. Simultaneamente, salienta a necessidade de perspectivar estes contextos como parte integrante de um fenómeno de dimensão europeia, reclamando uma maior abertura interpretativa. Nesse sentido, avança para interpretações alternativas à de "povoado", assumindo aqueles recintos como o resultado de estratégias de construção e organização do espaço e de gestão das identidades, onde poderiam desempenhar papeis sociais de agregação e coesão de populações dispersas num dado território. Citando Scarre, considera que estes contextos poderão ser muito diversificados e funcionar de formas distintas, sendo para isso mais prudente falar de uma ideia de clausura, desenvolvida de formas diferentes por cada comunidade para responder às suas "necessidades" sociais concretas. A ideia de que representam os mesmos processos e uma mesma realidade social é fortemente criticada. Rejeita igualmente que esta perspectiva alternativa se transforme numa simples inversão interpretativa e que os grandes recintos de fossos passem a ser vistos como locais simplesmente sagrados e religiosos e assim perpetuar a dicotomia sagrado/profano, sublinhando que as práticas sociais que decorreriam nestes recintos se inscreveriam nas práticas sociais quotidianas das comunidades que os frequentariam. Os recintos participariam activamente na construção de paisagens e territórios e na edificação do mundo mental destas comunidades, das suas visões do mundo, interrelacionando-se de forma recursiva com toda a panóplia de contextos de vivência dessas comunidades.

Estes discursos interpretativos partem da ideia de que estamos perante sociedades em que o quotidiano, ao contrário das sociedades modernas, está ainda fortemente sacralizado, onde a organização espacial e a sua materialização arquitectónica seguem, por isso, uma "lógica de correspondências entre o local e o global" (Jorge, *et. al,* 2003) e cristalizam acções de reprodução metafórica de visões do mundo (Jorge, 2002). Tendem, todavia, a recusar uma simples substituição da tradicional designação dicotómica de "povoados" pela de "lugares sagrados", o outro extremo da dualidade. No caso concreto das propostas interpretativas que tem recentemente desenvolvido para o Castelo Velho, Susana O. Jorge considera excessiva (pouco plausível) a leitura destes locais como "centros cerimoniais", argumentando que "(...) nem existem provas arqueológicas, nem as analogias

antropológicas nos permitem admitir que sociedades pré-estatais pudessem conceber "lugares especializados" em hipotéticas "actividades cerimoniais" ou mesmo "lugares ritualmente especializados" em sociedades deste âmbito (...)" (Jorge, 2002: 162). A autora considera que uma classificação destes contextos em metacategorias necessita de prévias reavaliações contextuais realizadas à luz de novos modelos e enquadramentos teóricos, por forma a que a sua "heterogeneidade contextual" não seja anulada pelo processo classificativo.

Naturalmente, como sublinhei recentemente (Valera, 2003d), todas as variáveis em que possamos compartimentar o todo social da vivência humana estão, de uma forma ou de outra, presentes nas suas acções e nas suas produções. Uma qualquer acção humana remete para a organização social, para formulações ideológicas e simbólicas, para a estrutura institucional e política, para concepções estéticas, para os recursos tecnológicos, para níveis estruturantes da existência humana como a identidade, a organização do espaço ou os mecanismos cognitivos de representação do mundo, etc. Daqui tem resultado uma crítica a classificações puramente funcionalistas e o sublinhar das dificuldades em distinguir entre função/simbolismo nos vários fenómenos humanos, assim como na tarefa de os hierarquizar em termos da importância relativa de cada uma destas variáveis, caminhando-se para uma visão integradora, por oposição a um mundo de compartimentações e distinções. E esta visão integradora é tanto mais recomendada, quanto mais nos afastamos do mundo ocidental moderno e do seu espírito classificador.

Todavia, a heterogeneidade que caracterizará qualquer contexto de actividade humana, mesmo para comunidades para as quais poderemos assumir uma menor compartimentação vivencial das diferentes vertentes que poderemos reconhecer no social, não transforma a acção humana numa prática holística permanentemente equilibrada, onde essas vertentes se fazem representar de modo equidistante e com o mesmo peso em todo o tempo e em toda a parte. Isto porque, se toda a acção é dotada de sentido, o qual reúne a tradição e a racionalidade do agente face às leituras que desenvolve perante as opções que descortina, essa mesma acção, tida em contextos diferentes e por pessoas diferentes, pode ser (será) dotada de sentidos diferentes, ou, se quisermos, de uma reorganização diferente da componente holística que nela se faz sentir. Aceitar que, numa perspectiva integradora, todas as variáveis do sistema social estão representadas em qualquer acção humana, em qualquer objecto, em qualquer construção, em qualquer contexto, não pode conduzir a uma nova homogeneização da prática humana, originando situações de indiferenciação contextual. Por outro lado, tal como se afirmou no Capítulo 1, apesar dos necessários cuidados a ter com o carácter redutor sempre presente na nomeação e em toda a classificação, este processo é inerente ao pensamento e à linguagem, logo à produção de conhecimento. A consciência destas duas situações obriga-nos a um trabalho interpretativo

muito mais intenso e cuidado, alerta-nos para a acção formatadora e limitadora da nossa linguagem (a qual é simultaneamente potenciadora da nossa capacidade de representação), dos nossos pré conceitos e para a complexidade do fenómeno humano, evidenciando a importância do pensamento reflexivo na produção de conhecimento. Mas conhecer implica sempre ordenar, classificar, escolher, ou seja, dividir e associar, sendo através deste jogo que elaboramos as nossas representações e os nossos sentidos e através dele que sempre vivemos.

Poderemos, pois, assumir uma designação "compartimentadora" para a Fraga da Pena, tal como o assumimos para os sítios abertos? E poderá ser essa designação a de "local cerimonial" ou "edifício cerimonial", como foi proposto atrás?

O discurso Arqueológico diz-nos que há muito que as comunidades pré-históricas arquitectavam espaços que se constituíam como cenários para o desenvolvimento de acções ritualizadas: seriam isso muitas das grutas pintadas do Paleolítico Superior, os cromeleques, os monumentos ou as necrópoles megalíticas, eram-no certamente, num exemplo extra ibérico, os templos neolíticos de Malta.

No que respeita à Fraga da Pena, a interpretação do sítio como local cerimonial parte da conjugação da monumentalidade que naturalmente oferece e da que lhe foi acrescentada, da sua posição topográfica e das as leituras arqueológicas que a sua escavação proporcionou. Como vimos, faltam ou são vestigiais algumas categorias artefactuais, contrastando com a abundância relativa de cerâmicas e com a sua variedade morfológica. As categorias artefactuais presentes não reproduzem todo o universo de materialidades de uso quotidiano nem evocam todas as actividades da vivência diária patentes nos outros contextos intervencionados localmente. Por outro lado, no conjunto global não pode deixar de ser sublinhado, como já foi feito anteriormente, o peso de elementos de excepção (campaniformes, artefacto metálico, adornos, ídolo) ou a concentração das rochas filoneanas alteradas passíveis de serem utilizadas nas produções artísticas e em acções rituais. As características particulares do local sustentam um discurso que sublinha as suas possibilidades e potencialidades para representar papéis marcantes ao nível da organização e gestão do espaço local, da memória colectiva e da encenação de actividades dramáticas. Assim, mais que uma recriação do macrocosmos, este contexto poderá ser mais facilmente reconhecido como correspondente a um local com significados próprios e onde ocorreriam práticas cerimoniais (e sua preparação) que estabeleceriam algum contraste com a vivência quotidiana, retirando significado e poder desse mesmo contraste. Daí a afirmação de que a Fraga da Pena seria "um local de excepção onde ocorreriam actividades de excepção" já várias vezes por mim repetida para descrever o sítio no contexto interpretativo em que o coloco. O confronto, o contraste estabelecido entre o

local cerimonial e os outros espaços percorridos e ocupados por estas comunidades, seria fonte de sentidos e essa diferenciação fonte de poder para o próprio sítio e, naturalmente, para os que a ele tinham acesso.

Mas indo um pouco mais longe no atrevimento especulativo, e deixando-me influenciar ainda mais pelas perspectivas e abordagens proporcionadas pela fenomenologia, outras possibilidades, compatibilizáveis com as anteriores, podem ser equacionadas, recuperando e desenvolvendo um pouco mais sugestões feitas atrás. Parte do cerimonial poderia ser nocturno. Aí, à luz de fogueiras e dos reflexos turbulentos que o fogo provoca, os grande penedos e a envolvência em geral formariam um novo ambiente, dotado de maior indefinição e propício a gerar cenários mais apelativos à imaginação e à emoção. Os reflexos e sombras criariam novas dinâmicas em todo o conjunto cénico (e não só nos actores), animá-lo-ia através de uma forma que não é possível ocorrer durante o dia. Uma cerimónia alargada à paisagem terrestre seria substituída por um cerimonial restrito ao local, mas aberto ao firmamento, eventualmente mais misterioso e envolto em receios e imaginários que se geram com a noite. Mas mesmo de dia, algo de igualmente misterioso poderia envolver este cenário, já que, dada a altitude a que se situa a fraga e o desnível topográfico que apresenta para o fundo do vale, é frequente que este fique coberto por um manto denso de nevoeiro, acima do qual apenas fica o tor, o topo da vertente e ao longe a Serra da Estrela, proporcionando uma visão quase que "costeira" sobre um imenso mar de nuvens ou a sensação de que se reside acima delas e da terra que lhes subjaz.

Tanto de dia como de noite, parte significativa destes cerimoniais seria invisível a quem estivesse no exterior. Mas, como vimos, devido à situação topográfica parte do espaço interior seria visível, possibilitando formas de partilha à distância. O espaço fronteiro configura-se como uma verdadeira bancada, reforçando o carácter de palco que os recintos oferecem. Restrição e abertura fariam parte do jogo comunicacional e do simbolismo das encenações que ali teriam tido lugar.

A proposta interpretativa é, pois, a de um local cerimonial, cujo significado decorreria da conjugação da tradição (lendas, mitos relativos à formação e sua origem, actividades que ali ocorreriam há mais tempo), com as práticas para as quais o edifício foi construído. A sua monumentalização arquitectónica e a sua valorização simbólica potenciaram-no ainda mais como recurso ao serviço da negociação social, da gestão territorial e dos jogos de identidade. Neles, aspectos relativos à tradição local (técnicas e soluções arquitectónicas, morfologias e decorações cerâmicas, técnicas e orientação da pedra talhada) e elementos que revelam novas influências (como o campaniforme), conjugam-se. E tudo isto ocorre num momento em que, pela península, se assistia à emergência de elites que se iriam afirmar durante a Idade do Bronze. Mais uma vez, uma expressão local de um *trend* estrutural cujos

contornos apresentam, eventualmente, melhor definição à escala peninsular, mas cuja representação regional ou local permite perceber como diversificado e arritmado.

A interpretação agora avançada, cujo esboço se iniciou no final da década de noventa (Valera, 1997a; 1999a), vem na linha das leituras propostas para o Castelo Velho (Jorge, 1994; 1998; 2003a) e mais tarde também seguidas para o Crasto de Palheiros (Sanches, 2000/1; 2003) e Castanheiro do Vento (Jorge *et al*, 2003a e b). A sua validação (a que se deve sujeitar um discursos que se pretende científico - ver a este respeito o Capítulo 1) dificilmente poderá ser feita por comprovação. Antes terá que se sujeitar ao crivo do falsificacionismo (e o falsificacionismo está inscrito no próprio significado de plausível), o que significa enunciar as condições em que a mesma não resistiria (ou dificilmente resistiria) à crítica de uma forma aceitável (que não exclui a dúvida): se a cultura material presente, dentro das múltiplas interpretações que pode comportar, não fosse compatível com a proposta avançada (o que não parece ser o caso); se os traços essenciais dessa proposta fossem contraditórios com aspectos que assumimos como centrais na organização social das sociedades peninsulares que assumimos para essa época e esse espaço (o que também não acontece). Trata-se, pois, de um discurso que não é demonstrável (provado) empiricamente, mas que recorre à contrastação empírica e à coerência interna do modelo para avaliar e assegurar as suas condições de plausibilidade e a possibilidade de ser utilizado como proposta interpretativa e explicativa para este contexto arqueológico e para o seu papel na rede de povoamento local. Vejamos agora, como é que os discursos até agora produzidos se podem organizar num quadro relativo à dinâmica dessa rede local de povoamento.

10

DINÂMICA DO POVOAMENTO LOCAL DURANTE O 3º MILÉNIO AC

No presente capítulo procurar-se-á apresentar uma leitura de síntese relativa à dinâmica do povoamento que, ao longo do 3º milénio AC, se desenvolveu nos vales da Muxagata e Cortiçô e área aplanada da Superfície Fundamental adjacente, numa perspectiva que, sem perder de vista as tendências que pautam a história peninsular neste período de tempo, procura dar conta das fenomenologias e especificidades à escala local.

Na discussão da problemática da relação total-local, desenvolvida no Capítulo 1, deixou-se perceber a ideia de que entre "objecto" e "escala" existe uma relação de dependência, onde a mudança do segundo provoca alterações no primeiro. O mesmo é dizer que cada "objecto", cada unidade, tem a sua escala específica de análise, na qual se manifesta e na qual é captável. Quando falamos de "calcolitização", ou simplesmente de Calcolítico como período de inteligibilidade histórica, referimo-nos a uma construção social generalizadora no tempo e no espaço, eminentemente teórica e que procura dotar de sentido as tendências da dinâmica de um dado espaço social durante um dado tempo, normalmente amplos, mas que não têm uma essência – não são um entidade – mas uma interacção em rede de diversos particulares que se movimentam numa direcção que é teoricamente estabelecida. Convém, assim, e antes de tudo o mais, que se esclareça o sentido em que se utilizam termos dos tradicionais esquemas periodizadores e se sublinhe a diferença entre cronologia e um período.

10.1 QUESTÕES DE PERIODIZAÇÃO E DE ESCALA DE ANÁLISE

Sendo a vivência humana um produto histórico dinâmico em permanente mudança, a sua cognição processa-se através da organização desse fluxo em periodizações. Estas, são estabelecidas através do reconhecimento de continuidades e descontinuidades no devir histórico referenciadas a uma cronologia. A moderna cronologia diz respeito à medição mecânica do Tempo e à remissão dos fenómenos e dos acontecimentos à sua posição simultânea ou sequencial nesse Tempo, que, até determinada escala, poderemos classificar como linear, contínuo e homogéneo, remissão essa que é realizada através de escalas métricas uniformes (Aróstegui, 1995). Essa cronologia, dita inadequadamente

"absoluta", corresponde a um Tempo externo abstracto, ao qual se vai identificando o tempo físico astrológico, que, todavia e desde Einstein, sabemos ser ele relativo a sistemas.

Este Tempo "absoluto", funcionando como uma escala linear e homogénea que nos serve para ancorar os fenómenos e organizar as suas sequências e durações, permite-nos contudo, perceber que os fenómenos históricos respondem a tempos desiguais, tempos internos diferenciados que funcionam a velocidades distintas e descompassadas, que se inter-relacionam na dinâmica histórica. Por isso datar (estabelecer uma cronologia) corresponde a remeter um acontecimento a essa escala de Tempo "absoluto", enquanto que periodizar visa estabelecer uma organização inteligível desses fenómenos de ritmos descompassados, procurando definir momentos de "homogeneidade histórica" (*idem*). Estes momentos são construídos a partir da forma como organizamos a diversidade dos fenómenos em classes variáveis e da maneira como, depois, correlacionamos as variáveis que tivemos por essenciais, ainda que outras, que considerámos secundárias, possam ter comportamentos diferentes. Estes tempos internos ao processo histórico são, assim, tempos múltiplos e arritmados, relativos aos processos sociais.

A análise da mudança social funciona no Tempo histórico e não no Tempo "absoluto", embora este seja importante para que se possa perceber e organizar as diferentes dinâmicas de cada fenómeno ou subsistema social. Tal significa que a mudança de um sistema ou estado social dificilmente pode ser reduzida a uma formulação ou a um esquema cronológico, já que não se manifesta necessária e simultaneamente em todos os sectores do todo social. Cabe à periodização dar conta da articulação dos tempos diferenciais de mudança e construir imagens se sentido para a dinâmica histórica.

Este trabalho, como referimos, resulta de processos de análise social que implicam compartimentações e selecções, pelo que se traduz num trabalho de forte matriz teórica (Martinez Navarrete, 1989; Alarcão, 1993-94a; Raposo, 1996), numa "produção inteligível, que depende tanto da realidade em análise como de enquadramentos epistemológicos e metodológicos e dos critérios utilizados para o exame da mudança, eles próprios sujeitos a prévias conceptualizações das realidades que enquadram" (Valera, 2000g).

A construção de um período está dependente das escolha das variáveis tidas por relevantes para a análise da mudança, sendo o resultado relativo ao número de variáveis consideradas e à forma como são articuladas. Construir uma periodização com base em continuidades e descontinuidades de uma ou duas variáveis (por exemplo tecnologia e demografia) poderá facilitar a sua referenciação cronológica (a sua remissão ao tempo externo), mas provavelmente redunda numa determinada compartimentação do processo histórico que não dará conta das dinâmicas socais, políticas ou ao nível das mentalidades, que terão tempos muito diferenciados. Desta forma, uma periodização deve procurar

correlacionar e articular o maior número possível de variáveis, sendo o período tanto mais homogéneo e socialmente significante quanto maior for essa articulação.

Quer isto também dizer que poderemos ter várias periodizações, que podem variar entre a análise totalizante de inúmeras variáveis e a análise particularizante de poucas, determinando sistemas de maior ou menor complexidade e, sobretudo, periodizações adequadas a grupos de variáveis que funcionam com ritmos semelhantes, uns mais conjunturais outros mais estruturais ou de longa duração. A escolha normalmente traduz opções de natureza teórica e, não raras vezes, ideológica, mas como sublinhei anteriormente (Valera, 2000g) "a investigação de carácter arqueológico poderá colocar-nos alguns problemas, já que a natureza específica das fontes arqueológicas proporciona informação de qualidade e quantidade desigual nas diferentes variáveis que possamos considerar" e, independentemente da vinculação teórica do trabalho periodizador, "nem sempre dispomos de informação empírica suficiente para considerar determinadas variáveis na análise da mudança e na identificação de estados sociais estáveis".

Neste entendimento, as compartimentações da tradicional periodização têm vindo a revelar-se problemáticas e redutoras. A utilização de esquemas periodizantes, elaborados a partir de abordagens Histórico-Culturalistas, por discursos que se vão desenvolvendo a partir de outras perspectivas, sejam elas materialistas, funcionalistas, estruturalistas ou pós-processualistas, tem gerado naturais desajustamentos, na medida em que as formas de perspectivar a mudança são diferentes e as vertentes do social que cada orientação teórica privilegia são igualmente distintas. Já há mais de dez anos falei da necessidade de precisar o conceito de Calcolítico face ao seu uso com diferentes conteúdos, resultado da sua vinculação a diferentes enquadramentos teóricos (Valera, 1994a). Lembrava na altura que Calcolítico não era uma "realidade", mas um conceito, uma generalização para organizar a "realidade" e que com ela não deveria ser confundido. Que o seu conteúdo se relacionava com determinados elementos dessa realidade considerados significativos, que teriam uma expressão cronológica específica (finais do 4º / inícios do 3º milénio AC), mas que assumiam, "porque a realidade é multifacetada e constituída por particularismos, ritmos e intensidades diferentes de região para região (e mesmo dentro de uma mesma região), provocando assimetrias, responsáveis por uma grande heterogeneidade de soluções observáveis no registo arqueológico. Esta constatação tem levado alguns pré-historiadores a falar de *Calcolíticos*, procurando determinar o conteúdo do termo em cada situação." (*idem*: 160).

O desconforto provocado pelas dificuldades de articulação entre a tradicional compartimentação e a diversificação dos discursos, resultado da pluralidade teórica que se foi instituindo, tem gerado terminologias alternativas de sentido periodizador. Proliferam,

assim, linguagens diferentes (que, recorrendo por vezes aos mesmos vocábulos, geram debates a necessitar de "tradução simultânea", tal é o desentendimento), que traduzem formas alternativas de entender e organizar as dinâmicas dos processos históricos. Um bom exemplo desta procura de alternativas será o preâmbulo que Susana Jorge escreveu para a sua última síntese relativa à Pré-História Recente:

> "Esta breve síntese abarca a pré-história recente do território português entre o 6º e o 2º milénio a.C. Intencionalmente, evita a nomenclatura arqueológica, que divide este período em Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze. De facto, os três capítulos estão organizados segundo parâmetros cronológicos, conteúdos e abordagens que se distanciam, em muitos aspectos, das perspectivas clássicas.(...)
>
> Talvez seja útil destacar o que este faseamento tripartido não pretende ser.
>
> Em primeiro lugar, esta divisão não obedece a critérios de maior ou menor visibilização na paisagem dos lugares arqueológicos. Ou seja, não se escora na presença/ausência de «marcadores territoriais». Se tivéssemos seguido essa abordagem, o capítulo 2 deveria também abarcar o Calcolítico, abrangendo o 4º e o 3º milénios a.C., período durante o qual são mais abundantes os referidos «marcadores».
>
> Em segundo lugar, esta sequência também não visa salientar exclusivamente a presença/ausência (ou índices de desenvolvimento) de uma «economia produtora». Se fosse essa a nossa intenção, poderíamos ter arrumado a informação disponível em apenas dois capítulos, correspondendo, respectivamente o primeiro ao Neolítico antigo-médio (economias proto-produtoras) e os segundo ao Neolítico final-Calcolítico-Bronze antigo médio (economias produtoras).
>
> Na verdade, os três capítulos, ao seguirem de perto o faseamento arqueológico tradicional, têm como objectivo assumido questionar as premissas clássicas das sequências cronológicas e culturais difundidas em inúmeras sínteses e trabalhos de investigação corrente."
>
> (Jorge, 1999: 8-9)

Neste contexto, a designação de Calcolítico, continuando com um uso generalizado nos discursos arqueológicos, tem vindo a ser sujeita a algumas reformulações. Uma das principais tem sido a preocupação em sublinhar a sua natureza de dinâmica social, melhor traduzida por "calcolitização". Outra, tem sido a afirmação de que essa dinâmica se estabelece desde momentos que anteriormente eram incorporados num momento final do Neolítico.

Como já foi referido, a diferenciação entre Neolítico Final e Calcolítico como períodos autónomos é estabelecida dentro de um quadro teórico Histórico-Culturalista, com base em critérios essencialmente tecnológicos e estilísticos, onde conjuntos recorrentes de tipos de artefactos ou contextos serviam para distinguir uns períodos e estádios evolutivos do percurso humano. A fragilização desta compartimentação teve, simultaneamente, uma origem teórica e empírica, na medida em que resulta tanto do desenvolvimento de perspectivas sustentadas em novos quadros teóricos, como de novos dados obtidos.

> "Os indicadores de mudança utilizados deixaram de ser meramente elementos do sub-sistema tecnológico, para se considerarem variáveis como a sedentarização, as formas de territorialidade (padrões de assentamento, de mobilidade/estabilidade, áreas de recurso, constituição de paisagens, etc.), os níveis e mecanismos de interacção, a organização da produção, a organização social e sua expressão material, a gestão do poder, a constituição de paisagens, etc. Por outro lado, as abordagens do simbólico, dinamizadas pela arqueologia contextualista e interpretativa, evidenciaram a diversidade e pluralidade de sentidos, que ajudaram a espartilhar significados cronológicos e funcionais rígidos de objectos e contextos. Os modelos que têm sido construídos e os dados que recentemente têm vindo a público enfatizam a ideia de que, para várias áreas regionais peninsulares, nada de estrutural diferencia as duas etapas."
>
> (Valera e Filipe, 2004: 54)

> "En el momento en que se comtempla la compleja interación de todos los elementos de la cultura y la necessidad de encontrar una coherencia básica a las formas que el registro arqueológico desvela, el Calcolítico parece perder todo su sentido como etapa idependiente y separada del Neolítico Final (...) Nada transcendental parece ocurrir com la aparición de la metalurgia de cobre, que representa solamente uno mas de esos elementos de prestígio y que, como van demonstrando las investigaciones, puede llegar a enclavarse en contextos de claro Neolítico Final (...)"
>
> (Hernando, 2001 p.232).

Desta forma, a campartimentação destes dois períodos em concreto tem vindo a ser superada em diferentes quadros teóricos. Nas abordagens materialistas de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, Neolítico Final e Calcolítico são integrados no mesmo processo de viabilização das formações sociais camponesas através de uma verdadeira economia agro-pecuária (Soares e Silva, 2000). Na sua aplicação do modelo do materialismo histórico, fazem corresponder ao Neolítico Final o arranque das alterações técnicas e económicas, de natureza infraestrutural, e ao Calcolítico os reajustamentos sociais e culturais (de natureza superestrutural), assim como o desenvolvimento da dialéctica de contradições internas que conduziria à desagregação do sistema. Aquilo que era o Neolítico Final e o Calcolítico são integrados num mesmo "Modo de Produção", ou seja, num mesmo sistema de relações sociais.

No mesmo sentido, mas num enquadramento diferente, a tradicional compartimentação da Pré-História Recente é reformulada pelas abordagens de pendor estruturalista. No esquema de Criado Boado (1993c), Neolítico Final e Calcolítico integram um período de domesticação da paisagem, onde se afirma uma efectiva atitude transformadora face ao espaço (associada à consolidação das economias produtoras e da organização paisagística que implicam) e que sucede a uma etapa onde se desenvolvem os primeiros trabalhos de transformação do meio com arranque do fenómeno megalítico, visto como representando uma atitude ainda mais participativa que transformadora das dinâmicas da Paisagem.

Face a esta situação, e antes de entrar nos aspectos particularizantes do caso em estudo, será conveniente expor algumas das linhas gerais que traduzem essa dinâmica geral que, no presente texto, vai sendo designada por calcolitização. Trata-se de, num apanhado que procura ser generalizante e que penso poder ser, com relativo pacifismo, assumido por diferentes teorias concorrentes. Visa caracterizar as linhas genéricas do *trend* estrutural que se vai construindo a partir da exemplificação de soluções particularizadas, arritmadas e heterogéneas, mas relacionadas em rede. A exposição é feita seguindo as tradicionais divisões efectuadas sobre o todo social, como forma de o decompor para que o processo analítico se possa exercer. Naturalmente essa compartimentação tem um fundamento taxonómico-metódico e expressa perspectivas de abordagem ao Fenómeno Social.

- A economia (e o começar pela economia não é, aqui, significativo) sofre o impacto de uma dinâmica, conceptualizada por Sherrat como Revolução dos Produtos Secundários (Sherrat, 1981), a qual é marcada por uma intensificação da base produtiva (embora a recolecção e a caça mantenham um peso relevante), pela prática do armazenamento e por um significativo aumento da circulação de produtos e matérias-primas, assistindo-se a um desenvolvimento da interacção, onde o contacto a longa e média distância parece acentuar-se.
- Embora não exista ainda uma abordagem consequente à problemática demográfica, o crescimento, incentivado pela intensificação produtiva (ao mesmo tempo que a estimula), pela sedentarização e por alterações que estas potenciam nas relações sociais e com o espaço, insinua-se através de uma ocupação mais densa de muitos territórios, na ocupação de novos espaços e num aumento significativo do tamanho de muitos dos contextos que se vão dando a conhecer.
- No subsistema tecnológico, a par do apogeu a que chega o talhe da pedra e a produção de utensilagem lítica polida, surge uma nova tecnologia, a metalurgia, e observa-se o desenvolvimento da tecelagem (com as primeiras evidências materiais de elementos de teares e de tecidos). As técnicas agrícolas parecem assumir determinados desenvolvimentos em certas regiões do sul peninsular, nomeadamente no regadio assente em sistemas inéditos de manipulação dos recursos hídricos. O uso do arado está atestado para alguns, mas necessita de mais e melhor documentação para outros.
- O povoamento torna-se mais diversificado e apresenta os primeiros sítios com inequívocas ocupações sedentárias. Grandes complexos residenciais (no sentido mais englobante do termo, não sujeito à disputa interpretativa sobre a sua natureza

funcional), com áreas de dezenas ou centenas de hectares, multiplicam-se por várias áreas peninsulares, a par de outros de dimensões extremamente variáveis. Os locais de implantação são igualmente diversificados, desde grandes planícies a cerros alcantilados, passando por vertentes declivosas, grandes vales abertos, pequenos vales encaixados, colinas suaves, etc. De igual forma, o controlo visual do espaço envolvente e o destaque visual na paisagem são condições ausentes nalguns sítios e particularmente insinuantes noutros. Os sinais de agregação do povoamento parecem agora inequívocos em muitas regiões, podendo ser tratados a diferentes escalas de análise.

- O investimento na arquitectura transfere-se para, ou simplesmente concentra-se nas, áreas residenciais e/ou cerimoniais, muitas das quais se estruturam em inter-relação directa com áreas sepulcrais. A delimitação e compartimentação arquitectónica do espaço surgem em grandes e pequenos sítios, através de estruturas negativas (valas, fossos), positivas (muros, muralhas associadas ou não a bastiões, torres ou acidentes naturais e, eventualmente, paliçadas) ou da sua conjugação. As suas motivações (totalmente formalizadas ou não em termos consciência e ideologia) e as suas consequências são de vária ordem, gerando e sendo geradas por novas relações sociais e novas ligações perceptivas e cognitivas com paisagens e territórios, integrando visões do mundo onde a tradição se faz sentir com pesos e de formas diferentes.
- As novas territorialidades são perceptíveis numa gestão e organização do território derivada de uma ocupação mais intensa, da valorização económica que aquele recebe e de uma maior dependência imposta pela intensificação produtiva, sedentarização e relações sociais que esta engendra. É a relação do Homem com o espaço que se altera. As paisagens parecem revelar uma maior intervenção humana e organizarem-se através de novos modelos de ocupação e gestão do território.
- A organização social movimenta-se no sentido de uma hierarquização que parece irreversivelmente estabelecida no final do período. Os sinais de conflito são perceptíveis, assim como diversos mecanismos de regulação social.
- As práticas mágico-religiosas tornam-se mais visíveis e diversificadas e a diferenciação entre diferentes espaços parece ficar menos clara (mesmo para as perspectivas que assumem, sem ponderação, a clara diferenciação entre espaço doméstico e espaço sagrado). Na gestão da morte, o fenómeno megalítico está ainda no seu apogeu, mas novas práticas se vão anunciando, com progressivos sinais de individualização funerária, diversificação de soluções sepulcrais e a já referida estruturação integrada de espaços funerários e não funerários. Novos ciclos

artísticos podem ser reconhecidos na estatuária, nos artefactos comuns, nas gravuras e pinturas em sepulcros, abrigos ou grandes espaços abertos (como os vales dos grandes rios).

A dinâmica destas tendências gerais é contudo arritmada e diversificada, por vezes contraditória, com soluções, especificidades e tempos que divergem de região para região. A imagem global de larga escala é formulada a partir de múltiplas situações mais regionalizadas ou localizadas, que se desenrolam em interacção em rede. A "morfologia" que se atribui a esta situação relacional geral, porém, está sobretudo dependente dos enquadramentos teóricos de partida da investigação e da determinação das escalas que estes consideram mais adequadas para a abordagem das problemáticas, já que estas construções generalistas são essencialmente, como já se referiu, edificações teóricas que procuram dotar de sentido as tendências dos movimentos predominantes dos "particulares em rede".

Neste trabalho, assume-se que as construções de escala mais abrangentes, servindo de quadro de fundo, dificilmente dão conta das fenomenologias de escalas espaciais mais restritas sobre as quais se constróem e às quais condicionam, resultando, as mais das vezes, na transposição e aplicação a diferentes espaços de imagens geradas na larga escala. Trata-se, uma vez mais, da velha questão das relações, por vezes dissonantes e difíceis de compatibilizar, entre o geral e o particular, entre o global e o local ou, se se quiser, entre estrutura e fenómeno. Como já se argumentou no Capítulo 1 e se voltará a fazer no Capítulo 11 a propósito das identidades e da relação indivíduo - sociedade, é importante, na análise do social, estabelecer a relação entre dinâmicas (e não propriamente realidades ou entidades) estruturantes que são captáveis apenas em determinadas escalas espacio-temporais alargadas e as variadas dinâmicas que funcionam e se definem a escalas mais baixas e que, de forma recursiva e relacional, conformam e são conformadas por esses movimentos mais abrangentes.

A escala aqui adoptada é a local, o que por si só diz pouco do seu tamanho: o que é uma escala local? Poderia ser progressivamente mais abrangente: mas onde marcar a fronteira entre o local e o regional? E, naturalmente, poderia ser decomposta em sucessivas escalas mais pequenas. Então, não só as problemáticas abordadas mudariam, como se chegaria ao ponto de sermos confrontados com uma infinidade de particularismos em interacção, cuja racionalização seria simplesmente impossível.

A dimensão contextual (ou escala) de abordagem não é a do sítio, como foi em parte a do trabalho produzido sobre o Castro de Santiago (Valera, 1997a), mas a de uma rede local de povoamento, definida num espaço e tempo delimitados, construindo uma unidade

de inteligibilidade histórica. Trata-se, repetimos, de uma construção (cujos critérios espacio-temporais de definição já foram apresentados na Parte I deste trabalho), o que significa uma compartimentação espacial e temporal de um processo histórico contínuo (mas arritmado) onde se regista determinada conjugação das diferentes variáveis sociais que são dotados de sentido periodizador: uma combinação dinâmica de variáveis pertinentes, configurando um sistema de algum tipo, cujo modelo pode ser estabelecido (Aróstegui, 1995).

Esta unidade construída pressupõe obviamente a existência de interacções recursivas, quer com as dinâmicas que funcionavam a escala inferior, quer com as de escala superior, as quais nela participam de forma dual: conformando e sendo conformadas. Não se trata, pois, de uma unidade fechada e delimitada, mas que contextualiza e é contextualizada; uma sobreposição de interacções e de redes de interacções de escalas variáveis progressivamente mais abrangentes. Essa progressiva abrangência corresponde a processos de generalização e, simultaneamente, de redução de heterogeneidade, como acontece num processo de construção tipológica. Mas tal encaminha-nos para situações homogeneizantes, que não atendem às especificidades das particularidades contextuais de baixa escala, não permitindo perceber como estas interferem e participam na construção das dinâmicas mais globais e de como são por elas condicionadas. Não se trata de discutir a preferência entre uma abordagem que parte do geral para o particular ou do particular para o geral, mas a de assumir que a relação entre particular e geral é recursiva e pode (deve) ser abordada nas suas múltiplas escalas. Se esta área da bacia do Mondego não é estanque nem indiferente às dinâmicas que se manifestam a uma escala espacial mais vasta (e que foram muito sumariamente expostas acima), também não é destituída de uma "personalidade" própria, a qual não poderá ser vislumbrada se nos limitar-mos à sua simples remissão aos modelos gerais construídos para o período de aplicação transregional ou mesmo regional.

Construir um discurso sobre a história de um pequeno território ao longo de um milénio é, pois, o objectivo deste e do próximo capítulo. Contudo, a abordagem desta dinâmica local de povoamento obriga, antes de mais, a uma análise dos modelos anteriormente produzidos para esta realidade arqueológica e para a região em que se integra, assim como enquadramentos teóricos de que partiram e respectivas potencialidades.

10.2 O DISCURSO EXISTENTE: LIMITES E POTENCIALIDADES DE MODELOS E PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM

Como se afirmou no Capítulo 1, o enquadramento teórico funciona como contexto para um discurso científico, como um corpo conceptual que estabelece um quadro de

possibilidades explicativas e interpretativas, fornecendo os parâmetros de organização lógica e de coerência do discurso.

A evolução teórica e metodológica da Arqueologia, essencialmente ao longo da segunda metade do último século, tornou disponível um conjunto de "aproximações" diferentes à "realidade arqueológica", responsáveis por práticas arqueológicas e discursos muito diversos que vão sendo aplicados às mesmas e/ou novas materialidades que a disciplina trabalha (cada vez mais em parceria com outras áreas do saber).

Estas abordagens, naturalmente, degladiam-se na arena disciplinar, tanto na sua vertente discursiva como institucional. Os "ismos" que as representam (histórico-culturalismo, processualismo, materialismo, estruturalismo, contextualismo) geram as suas ortodoxias, mas a sua existência é, como em todas as entidades, relacional e permeável, pelo que com frequência se observam situações de algum ecletismo, onde soluções teóricas de filiação distinta convivem lado a lado e se conjugam no texto. As razões de ser desta aparente "promiscuidade" teórica podem ser de vária ordem, não mutuamente exclusivas: a complementaridade (ver Alarcão, 1996) que pode ser reconhecida, pelo menos em parte, às diferentes perspectivas que considerarmos, na medida em que se potenciam e se apetrecham conceptualmente para tratar vertentes e dimensões diferentes do fenómeno social; a "dinâmica de alargamento" que o seu confronto origina; a construção de um património conceptual que pode ser utilizado e adaptado em diferentes contextos de produção científica; a simples inconsciência ou despreocupação teórica; a disponibilidade (por vezes bastante desequilibrada) e natureza dos dados arqueológicos, etc. Esta situação é bem visível nos textos de síntese anteriormente escritos para o povoamento da plataforma interior do Mondego e volta a sê-lo, de forma assumida (cf. Capítulo 1), no presente trabalho relativamente à área de Fornos.

10.2.1 Tentativa de uma modelização regional

A primeira tentativa de síntese feita pela moderna arqueologia portuguesa ao povoamento da Pré-História Recente na bacia interior do Mondego foi realizada por Senna-Martinez na sua dissertação de doutoramento (Senna-Martinez, 1989), sendo a matriz teórico-metodológica do discurso então apresentado mantida em sucessivos textos até ao presente, sofrendo apenas algumas actualizações e ligeiros ajustes (Senna-Martinez, 1994a, 1995, 1995/96, 2000; Senna-Martinez e Ventura, 1999, 2000). Trata-se de uma abordagem que assume uma longa diacronia, que vai desde o arranque do megalitismo regional ao final da Idade do Bronze, e um espaço que pretende abranger toda a bacia do médio e alto Mondego. Recapitulo aqui a síntese e a crítica do modelo proposto que fiz no contexto da monografia do Castro de Santiago (Valera, 1997a), actualizando-as em alguns aspectos relevantes para o presente trabalho.

Todo o discurso começa por ser construído com base numa "arquitectura" histórico-culturalista, baseada na seriação tipológica e no conceito de *Horizonte.* Este conceito foi importado da Estratigrafia (onde é utilizado para designar um estrato ou conjunto de estratos bem caracterizados pelo conteúdo fóssil) pela Arqueologia Histórico-Culturalista, precisamente pela associação e manipulação que permite num contexto disciplinar em que um dos principais objectivos é dispor em sequência cronológica um conjunto de "culturas arqueológicas" (no sentido childeano do termo), ou seja, de associações recorrentes de determinados tipos de artefactos. Estas associações de artefactos são consideradas como entidades arqueológicas distintas e são colocadas em prateleiras cronológicas sequenciais ou paralelamente em momentos sincrónicos.

O esquema inicial começava com o *Horizonte Carapito/Pramelas*, o qual é associado ao arranque do megalitismo regional, situado entre os finais do 5º e primeiro quartel do 4º milénio AC com base nas cronologias dos monumentos 1 do Carapito, Orca de Seixas, e Dólmen de Areita (Senna-Martinez e Ventura, 2000). Contudo, face à identificação e investigação de um conjunto de sítios do Neolítico Inicial na região (Valera, 1998; 2003b; 2003c) o povoamento anterior é posteriormente introduzido na questão da origem do megalitismo regional, considerando-se que estes contextos permitem "já colocar toda uma série de questões sobre a existência ou não de solução de continuidade temporal entre estas duas etapas histórico-culturais" (*idem*: 35)[1]. Os parcos vestígios de um possível *habitat* sob a anta do Folhadal (Nelas), leva os autores da escavação a considerarem "a hipótese de existência de continuidade entre as duas etapas" (*ibdem*: 36), ficando, contudo, por esclarecer a natureza dessa continuidade. Quanto ao *Horizonte Carapito/Pramelas* este é definido apenas a partir do espólio recorrente de alguns monumentos megalíticos (Carapito I, Orca de Pramelas, Orca 1 do Ameal e Anta da Mondegã): presença de geométricos sobre lâmina, lâminas dominantemente sem retoque, escassos artefactos de pedra polida, elementos de adorno à base de contas (normalmente pequenas contas de xisto); ausência de cerâmicas e de pontas de seta dos espólios votivos. Ao conjunto de monumentos que evidenciaram este espólio relativo aos primeiros (ou únicos) momentos de utilização juntaram-se mais dois (Orca de Castenairas e Orca de Seixas) com base em datações de radiocarbono.

Segue-se o segundo momento, que aqui mais nos interessa, onde são colocados a conviver três novos *Horizontes*: *Moinhos de Vento/Ameal; Penedo da Penha/Buraco da Moura; Castro de Santiago.* Inicialmente estes três horizontes foram considerados Calcolíticos, mas após uma primeira crítica do modelo (Valera, 1994a), considerou-se que o

[1] Os termos utilizados não deixam dúvidas quanto ao posicionamento teórico de base.

primeiro corresponderia ao Neolítico Final regional, enquanto que para os segundos se manteve a periodização inicialmente apontada.

Como "etapa de transição" entre os *Horizontes Carapito/Pramelas* e Moinhos de Vento/Ameal são colocados os monumentos megalíticos em cujos espólios a cerâmica se mantém ausente, mas nos quais surgem pontas de seta (monumentos da Mondegã e Orca de Santo Tosco).

Ao contrário dos *horizontes* anteriores, definidos a partir de espólios de alguns monumentos megalíticos, o *Moinhos de Vento/Ameal* é definido a partir de contextos funerários, mas também de alguns *habitats* lhe foram associados (Ameal VI, Quinta Nova, Murganho 2, Mimosal e Barrocas). Estes *habitats* surgem implantados em áreas relativamente aplanadas e abertas da plataforma do médio Mondego, sem qualquer destaque na paisagem e no seio do núcleo megalítico de Carregal do Sal. O único sítio intervencionado em extensão e que proporcionou informação em quantidade e qualidade foi o *habitat* de Ameal VI, embora na Quinta Nova e Murganho 2 também se tenham registado dados que sugerem a existências de estruturas de eventuais cabanas ou pisos de ocupação. A intervenção no Ameal possibilitou a delimitação de três cabanas, de forma ovalada, com buracos de postes que estruturariam paredes (eventualmente de ramagens entrelaçadas com aplicação de argila, como sugerem os vestígios registados em Murganho 2). Estas cabanas apresentavam lareiras centrais, que aproveitavam abundantes elementos de mó e que reaproveitavam fossas. Estas fossas foram interpretadas como correspondendo a silos de armazenamento de bolota torrada, a qual foi directamente registada no local. A cronologia absoluta levou a que fosse considerada uma longa vigência deste horizonte (entre o 2º quartel do IV e meados do III milénio AC).

Sítio	Cód. Lab.	Data BP	Cal 2σ
Ameal VI	ICEN 908	4590±45	3501-3108
Ameal VI	ICEN 909	4545±45	3373-3048
Ameal VI	ICEN 345	3980±110	2881-2146
Ameal VI	OxA 5436	4155±55	2890-2500
Murganho 2	ICEN 905	4330±45	3084-2889

Figura 10-1 – Datações de radiocarbono disponíveis para os *habitats* do Neolítico Final da plataforma do médio Mondego (segundo Senna-Martinez e Ventura, 2000).

Na cultura material a produção de pedra lascada é dominada pela produção de suportes laminares e utensílios sobre lâmina (sem que a utensilagem sobre lasca ou lamela desapareça) e generalizam-se novos utensílios (ex. pontas de seta); o aparelho cerâmico apresenta uma reformulação significativa face ao Neolítico Inicial, com o abandono de algumas formas e atributos, o aparecimento de novas formas, inversão da tendência

fechada dos recipientes e desaparecimento da decoração; aumento significativo dos elementos de moagem, acompanhado de alterações tipológicas, dos instrumentos de pedra polida, que também aumentam significativamente, sobretudo nos contextos sepulcrais.

Neste segundo momento são consideradas ainda os outros dois *Horizontes*, para os quais se assume a possibilidade de coexistência com o *Horizonte Moinhos de Vento/Ameal*. O *Horizonte Penedo da Penha/Buraco da Moura* é definido a partir da cultura material de alguns espaços destes dois conjuntos de cavidades: cerâmicas dominantemente fechadas e com altas percentagens decorativas, presença de pesos de tear (Penedo da Penha) e uma indústria lítica considerada microlaminar. É proposta uma cronologia do final do 4º /primeira metade do 3º milénio AC com base em "(...) afinidades com o final da Idade do Cobre do Noroeste de Portugal (...)" (Senna-Martinez, 1995: 74). O *Horizonte Castro de Santiago* foi definido com base neste contexto, tendo sido reunidos outros sítios que entretanto sondei na plataforma do médio Mondego (Corujeira e Murganho 1), apesar de se salientar a diferença de características entre o sítio fortificado e o carácter aberto dos outros dois povoados. Sobre a sua componente artefactual é afirmado que a indústria lítica apresenta grandes afinidades com o *Horizonte Penedo da Penha/Buraco da Moura*, consideradas igualmente claras no que respeita à cerâmica. Estes dois *Horizontes* são considerados afastados do *Horizonte Moinhos de Vento/Ameal* e são-lhes apontadas afinidades culturais com a Meseta Norte Espanhola e alguns *habitats* de Trás-os-Montes.

A abordagem à organização social das comunidades dos *Horizontes* associados ao megalitismo é genérica. Considera-se que uma agricultura cerealífera estaria fora de questão, apontando-se como elementos básicos da economia de subsistência o pastoreio, a caça e a recolecção de vegetais disponíveis na floresta complementada por uma pequena horticultura. Os dados que suportam estas propostas são uma aparente inadequação dos solos para trigo e cevada e o aparecimento tardio do centeio; a presença de bolotas de carvalho no Ameal VI; a explicação da origem antrópica para as desflorestações inferidas a partir dos perfis polínicos realizados na Serra da Estrela e Serra da Freita (Van Der Knaap e Van Leeuwen, 1994; Rochette Cordeiro, 1990, 1992), tomadas como consequência de uma pastorícia transumante consentânea com uma ocupação sazonal (Outono/Inverno) atribuída aos sítios de *habitat*.

Desenvolvem-se ainda alguns considerandos, igualmente genéricos, relativos à interacção, apontando-se a importação de sílex da Estremadura, de onde viriam também muitas das características da cultura material do *Horizonte Moinhos de Vento/Ameal*. Os anfibolitos são apresentados como possível produto de troca, com base na presença de blocos não talhados e peças esboçadas em monumentos megalíticos do Moinhos de Vento e S. Pedro Dias e *habitat* do Ameal VI. O desenvolvimento desta interacção e a

intensificação pastoril são apresentados como mecanismos que sustentariam uma complexificação social que, sem atingir os níveis de outras áreas peninsulares, poderia "ter possibilitado um início de diferenciação social capaz de absorver, a partir do último quartel do 3º milénio, os materiais cerâmicos e metálicos conectados com o campaniforme."

Sobre a estrutura do povoamento sublinha-se o contraste da perenidade da arquitectura funerária com a precaridade da residencial, sugerindo-se uma estratégia de povoamento sazonal, de malha frouxa, associado a uma economia ainda de forte base transumante, onde o papel mais importante na gestão dos territórios é entregue aos monumentos megalíticos, que funcionariam como âncoras espaciais dessa comunidades e como factores de legitimação do acesso aos territórios.

Quanto às comunidades dos *Horizontes Penedo da Penha/Buraco da Moura* e *Castro de Santiago*, considera-se não existirem "indicadores de que a sua estrutura económico-alimentar seja muito diferente da representada pelos habitantes dos povoados de tipo Ameal" e que, para além das fortificações de Santiago, "poucos serão os elementos de prova para uma efectiva complexização social". O seu abandono é mesmo perspectivado como a falência de um modelo de implantação no espaço que não teria encontrado suporte económico adequado (Senna-Martinez, 1995/96). Sublinha-se que o contacto das comunidades destes *horizontes* com o megalistimo funerário se teria feito na base de um "parasitismo esporádico" e revelariam um acesso desigual a matérias-primas como o sílex.

Segue-se a Fase do Bronze Pleno. A sua definição começa por ser feita, uma vez mais, através da seriação tipológica de cerâmicas entre os espólios de monumentos megalíticos (Senna-Martinez *et. al.*, 1983/84), mais tarde completada com os materiais provenientes de contextos do Buraco da Moura de São Romão (Senna-Martinez, 1993a). À sua génese é depois associada a emergência do fenómeno campaniforme na região e o aparecimento dos primeiros materiais metálicos, vistos como uma "adição de elementos de prestígio a complexos locais de cultura material particularmente pobres neste particular" (Senna-Martinez, 1994b: 184).

As comunidades são consideradas conservadoras (sublinhando-se, como fundamento, a continuidade de práticas funerárias em monumentos megalíticos), sendo a dinâmica de mudança atribuída à interacção com outras áreas regionais, associada ao lento desenvolvimento económico promovido pela intensificação da pastorícia transumante (sublinhando-se uma vez mais as desflorestações evidenciadas pelos perfis políticos das turfeiras da Serra da Estrela e os restos faunísticos proporcionados pelo Buraco da Moura de São Romão - Cardoso, Senna-Martinez e Valera, 1995/96) e à introdução do centeio, mantendo-se a importância da caça e da recolecção (Senna-Martinez, 1993b e 1994b). Estes são apontados como os motores de uma complexificação social "capaz de absorver, a

partir do último quartel do 3º milénio, os materiais cerâmicos e metálicos conectados com o campaniforme" (Senna-Martinez, 1994b: 185). Os indicadores de interacção e complexificação social, para além dos elementos de prestígio campaniformes e materiais metálicos, são ancorados na emergência de um pretenso sistema empírico de medidas baseado na padronização volumétrica dos recipientes troncocónicos, os quais são considerados como uma morfologia exclusiva da Idade do Bronze. Este sistema seria mais um indicador da intensificação dos processos de comércio a média/longa distância.

Neste modelo existe ainda mais uma fase, ou *Horizonte*, correspondendo ao Bronze Final, mas que já está fora das problemáticas deste trabalho.

Analisando o modelo proposto e que, repetimos, foi mantido nas suas linhas mestras até ao presente, facilmente se evidenciam algumas das suas fragilidades, sobretudo porque nunca foi acompanhado de um processo reflexivo interrogador, mas antes por uma atitude de incessante procura de confirmação.

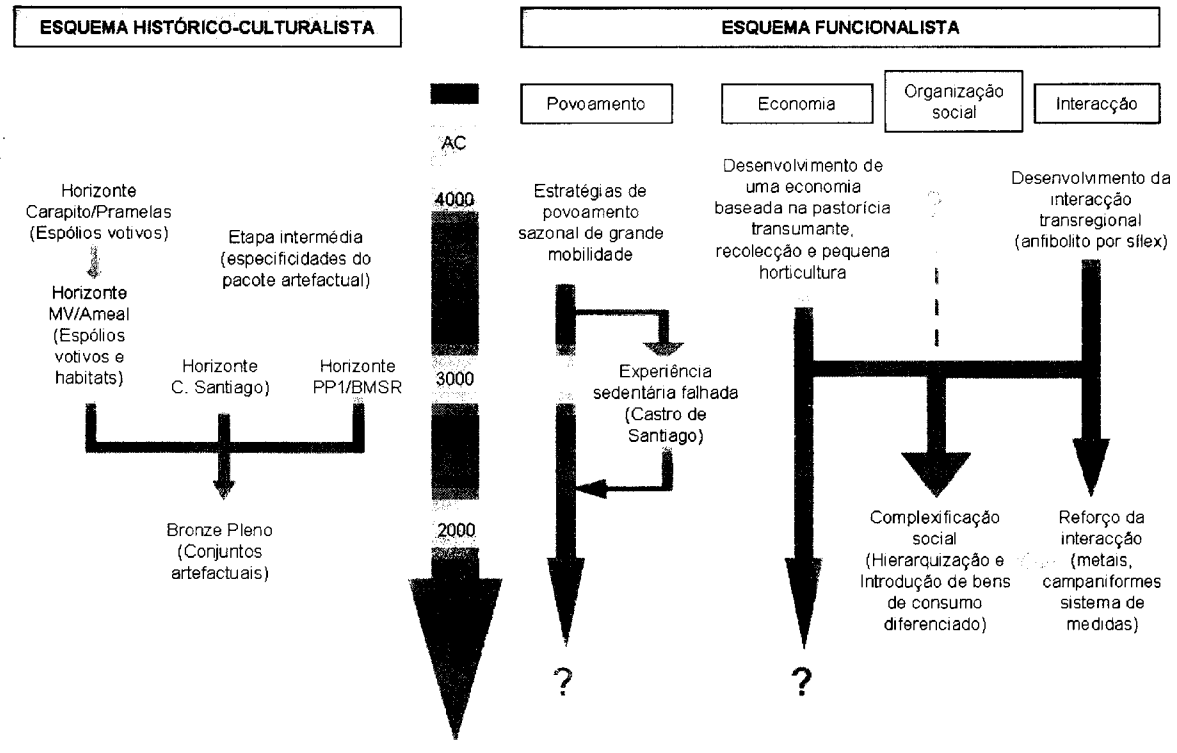


Figura 10-2 – Organização esquemática possível das propostas de Senna-Martinez para o desenvolvimento da Pré-História Recente na bacia do Médio e Alto Mondego.

A validade do discurso é, desde o início, questionável, se atendermos aos objectivos a que supostamente daria resposta: a construção de um modelo sociocultural para as comunidades que habitaram o território em apreço durante o espaço de tempo considerado.

De facto, trata-se de uma construção onde as "culturas arqueológicas", enquanto entidades de associações artefactuais assumidas como tendo existência própria, se

assumem como as principais protagonistas do discurso. Nem sequer é claro qual o significado destes *Horizontes* do ponto de vista social. Contudo, ao considerar-se um dos *horizontes* (*Moinhos de Vento/Ameal)* como tendo origem estremenha e salientando-se que outros dois da mesma fase teriam conexões mesetenhas ou setentrionais, parece querer sugerir-se uma associação entre os *Horizontes* definidos e populações distintas, seguindo o esquema de tratamento da etnicidade típico dos tempos mais antigos da disciplina (cf. Capítulo 11), onde a variabilidade cultural é considerada como reflectindo de forma directa povos distintos. Não sendo isto totalmente explicito, os referidos *horizontes* não passam de conjuntos de materiais organizados no tempo e, nem sequer de forma muito reflectida, no espaço. Uma abordagem de forte matriz histórico-culturalista, a que se juntam perspectivas funcionalistas quando se sugere um determinado quadro para a economia de subsistência, se tocam em alguns aspectos de materiais que documentam a interacção e se recorre aos dados disponíveis da paleoecologia e à abordagem estatística informatizada do trabalho taxonómico. Da organização social, como já se afirmou, pouco ou nada se diz até se chegar ao início da Idade do Bronze, onde se introduzem algumas questões relacionadas com a hierarquização social. Trata-se, pois, de um discurso de "esqueleto" histórico-culturalista revestido com algumas roupagens da abordagem processual, nunca muito aprofundadas e teoricamente reflectidas (Figura 10-2). Em texto mais recente, procurou-se acrescentar ao modelo um toque pós-processual, através do estudo da orientação do monumentos megalíticos e de uma pretensa idêntica orientação das entradas das cabanas do *habitat* do Ameal VI, relacionando essa orientação com o papel estruturante que a Serra da Estrela, localizada a nascente, teria na economia de subsistência e na organização sazonal da vida que o modelo propõem para as comunidades da plataforma do médio Mondego no 4º e 3º milénios AC (Senna-Martinez, López Plaza e Hoskin, 1997). No mesmo texto acrescenta-se ainda uma curiosa divisão sexual e sazonal do trabalho, que se discutirá adiante.

Apesar destas derivações mais recentes, o discurso tem-se mantido fiel à estrutura do modelo inicial. De forma algo surpreendente, diga-se, dado que os alicerces de todo o edifício são frágeis logo a partir da construção dos *horizontes*. De facto, se algumas situações de recorrência artefactual poderão traduzir determinadas opções e aspectos culturais das comunidades em questão e terão uma expressão cronológica significante (como será o caso, por exemplo, dos conjuntos politéticos de materiais votivos associados ao arranque do megalitismo regional), outros aspectos da construção são bastante débeis e claramente refutáveis, mesmo dentro de um quadro histórico-culturalista ou funcionalista.

A abordagem taxonómica é, em si, inequivocamente válida. Para além de ajudar na definição e caracterização de estádios tecnológicos e permitir a caracterização de tradições estilísticas, uma das várias realizações conseguidas por esta abordagem foi, no caso concreto do megalitismo, demonstrar que a problemática da análise arquitectural é apenas

uma vertente do fenómeno, e que uma evolução dos espólios votivos (e portanto dos rituais) parece existir, a qual necessita de ser explicada (o que não foi feito) e tomada em conta nas análises realizadas sobre as práticas funerárias megalíticas, para além de poder ser um auxiliar de referenciação cronológica. Contudo, a construção das entidades arqueológicas que constituem os diferentes *Horizontes* sofre de grandes insuficiências.

Uma primeira resulta de alguns desses *Horizontes* serem definidos a partir de espólios de monumentos megalíticos (caso do *Carapito/Pramelas* ou da fase de transição que se lhe segue), enquanto outros são definidos apenas a partir de espólios de contextos de natureza residencial (casos dos *Horizontes Castro de Santiago* e *Penedo da Penha/Buraco da Moura*) ou ainda de espólios de povoados conjugados com os materiais votivos de monumentos megalíticos (caso do *Moinhos de Vento/Ameal*).

A definição do horizonte Penedo da Penha / Buraco da Moura resulta de uma errada interpretação cronológica inicial de vários contextos destes dois sítios. De facto, no Penedo da Penha apenas a parte conservada do abrigo exterior pode ser considerada como uma ocupação do 3º milénio, sendo a escorrência subjacente e os contextos da Sala 2 reportáveis ao Neolítico Antigo (Valera, 1998). O mesmo se passa com o Buraco da Moura de São Romão, onde o contexto da base da estratigrafia da Sala 20, inicialmente interpretado como calcolítico (Valera, 1993a), foi posteriormente reinterpretado como correspondendo igualmente ao Neolítico Antigo, correlativo das ocupações desse momento identificadas na Sala 2 (Valera, 1998; 2000h). Daqui resulta que no Penedo da Penha as evidências conservadas de ocupação do 3º milénio se resumem a cerâmicas e pesos de tear recuperados no Abrigo exterior, enquanto que no Buraco da Moura dispomos apenas de alguns materiais cerâmicos em escorrências (algumas das quais, nomeadamente um conjunto de cerâmicas penteadas, se enquadrarão num momento tardio do 3º milénio, já integrável no início da Idade do Bronze). Estes conjuntos de materiais são perfeitamente associáveis aos quadros estilísticos do que é definido por *Horizonte Castro de Santiago*. Por outras palavras, e dentro da própria perspectiva histórico-culturalista, o *Horizonte Calcolítico Penedo da Penha/Buraco da Moura* simplesmente não existe. E o próprio *Horizonte Castro de Santiago*, a que se reúnem os sítios do Murganho 2 e Corujeira, não faz qualquer sentido, repito, mesmo dentro de um quadro histórico-culturalista. Entre o Castro de Santiago e Murganho 2 pouco há de comum, tanto a nível material, como de implantação, arquitectura ou no que respeita à própria referenciação cronológica de ambos os sítios (veja-se a este respeito as propostas de cronologia relativa para os sítios de Murganho 2 e Linhares (Valera, 1999b e neste volume, Capítulo 8).

Quanto às questões relacionadas com a organização económica e social destas comunidades, o modelo oferece propostas muito genéricas, o que se entende face à

escassez de evidências arqueológicas directas que possam ser utilizadas para suportar um discurso mais aprofundado. A precaridade dos *habitats* do 4º milénio na plataforma do médio Mondego, contrastando com a perenidade das estruturas tumulares, sugere o tradicional modelo de comunidades de grande mobilidade sazonal, assumindo-se a necrópole como âncora espacial. A presença de bolotas sublinha a importância da recolecção. Mas não existem dados directos sobre outras actividades económicas de subsistência. A pastorícia é pressuposta e a sua importância é uma inferência de 2ª geração a partir das desflorestações detectadas nas serras pela palinologia (cuja atribuição à pastorícia é já, não o esqueçamos, uma inferência) e que se articula bem com uma imagem de precaridade que é fornecida pelos *habiats*. Contudo, percebe-se mal a razão de, nos últimos textos, se manter a ideia de que uma agricultura cerealífera seria inviável nesta região, quando estudos de polínicos da mesma natureza demonstram a sua presença no 4º milénio um pouco mais a Norte, na zona dos planaltos centrais, e, no Norte, está documentada desde o Neolítico Antigo. A interacção, inferida da presença de sílex que não existe na região, é vista como um processo que se intensifica, mas não são apresentados nem os mecanismos desse processo nem os seus indicadores arqueológicos, acontecendo o mesmo para a referida intensificação da actividade pastoril. De facto, se aceitarmos, como nos é proposto, que o *habitat* do Ameal funcionou entre meados do 4º e meados do 3º milénio AC, nada distingue a Cabana 1 (com datas do 3º milénio) da Cabana 3 (com datas do 4º milénio): nem a estratigrafia, nem a cultura material, nem a arquitectura, nem a organização do espaço, nem as actividades documentadas. A aceitarmos as datações tardias da Cabana 1 deste *habitat,* a imagem que se nos depara é a de uma verdadeira estagnação de mais de meio milénio e não a de um processo de intensificação e complexificação que permitiria alguns séculos depois um contexto ávido por integrar e manipular objectos de prestígios ao serviço da diferenciação social. Será que não deveremos antes questionar a plausibilidade de propor o prolongamento do *Horizonte Moinhos de Vento/Ameal* até meados do 3º milénio, tendo como base exclusiva as duas datações absolutas obtidas para amostras recolhidas numa mesma fossa da Cabana 1 do *Habitat* do Ameal VI?

Por outro lado, falta um tratamento mínimo das problemáticas da organização social destas comunidades e de como se perspectiva o seu comportamento diacrónico. Apenas se assume uma hierarquização social, consumidora de bens de prestígio no início da Idade do Bronze, resultado de um processo de intensificação económica e da interacção, mas não são referidos de forma clara (quanto mais não seja para se dizer que não podemos saber exactamente quais foram) os mecanismos que "transformam" intensificação em hierarquização, nem como esta se expressa na organização dos territórios. Para as comunidades do 4º e 3º milénios da plataforma do Mondego chega a propor-se uma divisão

sexual e simultaneamente sazonal do trabalho: a Primavera/Verão são passados na Serra da Estrela em transumância, "con actividades predominantemente masculinas (pastoreio, caça, intercâmbio de materiais primas e fabricación lítica)" enquanto que o Outono/Inverno seria passado nas terras baixas da plataforma do Mondego "con actividades predominantemente femininas (recolección, preparación de la bellota, fabricación de cerâmica y outros produtos artesanales) bajo la protección de los antepasados que se materializa en la necrópolis próxima" (Senna-Martinez; López Plaza e Hoskin, 1997). Este quadro, na sua simplicidade, levanta algumas perplexidades. Poderíamos perguntar o que fazem os homens no Inverno e as mulheres no Verão, para além de não se perceber muito bem porque razão a troca de matérias-primas e o talhe lítico se fariam no topo da Serra. Mas mais importante é o facto de a divisão de funções apresentada traduzir fielmente, de forma quase axiomática, as imagens idealizadas ou retiradas de quadros etnográficos e que são aplicadas sem serem questionadas ou sequer fundamentadas através de estudos especificamente orientados para responder a essas questões, através de uma verdadeira Arqueologia do Género. Esta tem recentemente denunciado algumas destes catalogações apressadas, enraizadas no discurso arqueológico (tanto no escrito como no ilustrado), contestando a inconsciência com que se associa determinadas actividades ao homem, procurando sublinhar o papel que a mulher terá desempenhado em várias dessas tarefas: vejam-se os recentes trabalhos sobre o papel da mulher na produção da indústria lítica talhada (Sánchez Romero, 2005), na pedra polida (Orozco Köhler, 2005) ou na metalurgia (Sánchez Romero e Moreno Onorato, 2005).

Quanto à fase mais tardia de complexificação social e de intensificação da interacção, a qual corresponderia ao arranque da Idade do Bronze, o mecanismo processual de mudança é o mesmo: intensificação da interacção e da economia pastoril. Sobre esta última mantém-se as inferências relativas às desflorestações dos andares superiores da Serra da Estrela. Pela primeira vez, contudo, existem dados directos provenientes do Buraco da Moura. Mas se estes dados permitem ter uma ideia das espécies criadas e das caçadas, não permitem falar de intensificação, pois não existem termos de comparação, nem anteriores, nem contemporâneos. Já quanto à interacção, os dados apresentam-se mais substanciais. A introdução do campaniforme e a circulação de materiais metálicos revelam a integração de protótipos exógenos, que se juntam à importação tradicional do sílex. Quanto à existência de um padrão de medida protagonizado pelos trococónicos e ao papel inovador que lhe é atribuído como indicador, a sua crítica detalhada já foi feita anteriormente (Valera, 1995/96).

Fugindo à tendência geral do discurso, mas com uma função de legitimação e de confirmação do esquema interpretativo, avança-se com uma abordagem de tendências mais pós-processuais. Contudo, a tentativa de associar orientações das entradas das cabanas do

Ameal às orientações do monumentos megalíticos está ainda por demonstrar, uma vez que essas cabanas são definidas por conjuntos de buracos de postes, não tendo sido apresentados quais os critérios estratigráficos e estruturais que levam a que se assuma que a entrada estaria entre dois buracos específicos (do lado nascente) e não nos espaços entre quaisquer dos outros.

Desta análise sumária sobressai a ideia de que estamos perante um modelo que foi inicialmente construído sobre um esqueleto de entidades estritamente arqueológicas de fundamento teórico histórico-culturalista, a que se foi sobrepondo um esquema processual, onde a dinâmica de mudança é analisada essencialmente através de duas variáveis (intensificação produtiva e interacção transregional). A aplicação funcionalista falha, contudo, ao não discutir o "motor de arranque" da mudança, pois ficamos sem saber o que originou essas dinâmicas de intensificação. O ajuste da roupagem funcionalista no corpo histórico culturalista revela evidentes dificuldades. Curiosamente, o esquema evolutivo processual é linear e único, enquanto o esquema histórico-cultural é complicado, caracterizado por uma fase inicial megalítica homogénea, seguida por uma fase onde convivem três entidades histórico-culturais distintas que não se sabe como se relacionam, seguida por nova fase de um único horizonte, mas sem se perceber como se relaciona com os precedentes. Estas e outras dificuldades são adensadas pelo facto de a estrutura do modelo se manter inalterável ao longo de década e meia, apesar da revisão que vem sendo reclamada pelos os avanços empíricos da investigação regional e da evolução teórica que a Arqueologia Pré-Histórica portuguesa tem registado ao longo desse período de tempo. A já referida falta de reflexidade, acompanhada de um posicionamento que se orienta essencialmente para a confirmação, impediu a percepção de inconsistências básicas na estrutura do modelo, mesmo quando avaliado à luz dos próprios enquadramentos teóricos que lhe subjazem.

Finalmente, toda a construção sofre com a expressão espacial que se lhe quis dar: a bacia do médio e alto Mondego. Trata-se de uma área demasiado abrangente, sobretudo quando reparamos que muitas das unidades definidas são espacialmente restritas. Basta olharmos para a expressão espacial do megalitismo para se observarem claras diferenças dentro do espaço considerado pelo modelo. Mas sobre o problema da generalização falaremos mais adiante.

10.2.2 A primeira proposta de modelização para a área de Fornos de Algodres

No trabalho monográfico realizado sobre o Castro de Santiago (Valera, 1997a) é feita uma primeira tentativa de síntese relativamente ao povoamento do 3º milénio Ac na área de Fornos de Algodres. Trata-se de um ensaio que, apesar do posicionamento crítico que já assumia relativamente ao modelo acima analisado, nomeadamente ao esquema dos

horizontes, foi ainda por ele influenciado. Essa vinculação começa logo na questão do espaço. Se de facto se assumia que o discurso era relativo a uma rede de povoamento local, ao nível da síntese não deixou de transparecer que se aceitava acriticamente uma generalização à escala regional de realidades espacialmente restritas.

Assim, começou por se apresentar aquilo que foi assumido como o quadro que caracterizaria a região no Neolítico Final e que correspondia genericamente à realidade identificada na plataforma do médio Mondego. Sublinhou-se a sazonalidade de um povoamento em malha frouxa e o papel estruturante que os sepulcros megalíticos poderiam assumir neste contexto, assim como os sinais que indiciavam a afirmação de uma economia produtora: as implicações económicas dos investimentos na edificação das estruturas funerárias; a generalização dos elementos de foice sobre lâmina; o aumento drástico dos elementos de moagem (advertindo para a sua paralela utilização em produtos recolectados); a provável responsabilidade antrópica na desflorestação como indicador de uma intensificação do pastoreio; as implicações no sistema produtivo de um aumento demográfico sugerido pelo densificar das evidências arqueológicas; a tendência dominantemente aberta dos recipientes (nomeadamente o aparecimento dos pratos com representatividade significativa), normalmente relacionados com o consumo de produtos agrícolas. Face a este panorama, o Castro de Santiago e os dados já disponíveis sobre a rede de povoamento local em que se integrava eram apresentados como sintomas de que a região se encontrava em mudança e que essa mudança coincidiria com a viragem para o 3º milénio AC. Essa mudança não era particularmente marcante a nível tecnológico (a novidade era apenas constituída pelas evidências de tecelagem), enquanto ao nível da cultura material se assinalava o ressurgir da decoração na cerâmica e uma certa intensificação da utensilagem lítica polida. Alguns objectos revelariam que a região começaria a aderir a novas superestruturas de origem meridional, apesar de se assumir que a manutenção de utilização dos monumentos megalíticos até à Idade do Bronze representaria um traço de tradicionalismo e conservadorismo. Os grandes contrastes, contudo, eram reconhecidos na organização do povoamento, agora bastante mais diversificado, evidenciando estratégias, densidades e durações de ocupação variadas, onde sintomas de sedentarização e maior mobilidade conviviam. A tentativa de modelização dessa mudança viria a ser feita dentro de um enquadramento que conjugou a abordagem funcionalista com processos desenvolvidos pelo materialismo histórico.

Na exploração da via funcionalista convocaram-se para a análise da mudança as variáveis tradicionalmente trabalhadas neste enquadramento teórico. O funcionalismo assume como dois dos seus principais postulados a visão sistémica do funcionamento do todo social e o carácter adaptativo da cultura. Funcionando sistemicamente, esse todo social tenderá para o equilíbrio estável (homeostático). Os mecanismos de mudança são, assim,

localizados fora do sistema social, em factores naturais cuja dinâmica provoca desequilíbrios no sistema, originando neste uma resposta com vista ao seu reequilíbrio (adaptação). Os mais frequentes "motores de arranque" da mudança no funcionalismo são as transformações ambientais e demográficas. Essa mudança é depois "medida" através do comportamento de variáveis como a intensificação económica, a interacção, a complexidade social ou desenvolvimento tecnológico.

Relativamente ao "arranque" da mudança, as questões ambientais foram rapidamente colocadas de parte, já que não se conhecem evidências de transformações climáticas ou acidentes naturais significativos, nem situações de escassez de bens de primeira necessidade (como a água) que pudessem gerar situações de desequilíbrio social. Quanto à demografia, assumia-se que existiam alguns indícios que tornavam plausível um certo crescimento demográfico durante o 3º milénio AC passível de criar alguma pressão capaz de contribuir para o estímulo de processos de mudança, nomeadamente para uma intensificação económica, mas sublinhava-se o carácter eminentemente hipotético de tal solução. Assim, sem encontrar e enunciar explicitamente os mecanismos que estariam na base da dinâmica de mudança, passou-se a uma avaliação do comportamento das diferentes variáveis.

Relativamente à intensificação económica, e sublinhando-se algumas críticas que haviam sido movidas à precocidade do fenómeno em várias regiões (Jorge, 1990a; Santos, 1994), apresentava-se, como únicos indícios passíveis de serem interpretados como indicadores de incremento produtivo, as inferências realizadas a partir dos resultados dos estudos paleobotânicos, as evidências de uma maior e efectiva sedentarização no Castro de Santiago e o desenvolvimento de algumas actividades relacionadas com a exploração de produtos secundários do pastoreio, como a tecelagem. Salientava-se igualmente a lógica de implantação dos diferentes sítios já conhecidos na área de Fornos de Algodres, a qual sugere que as estratégias de localização poderão, pelo menos em parte, ser relacionadas com uma intenção de maximização da exploração económica dos dois principais ecossistemas locais: os fundos dos vales de fractura profundamente encaixados e as zonas aplanadas da Superfície Fundamental, de maior altitude. Esta estratégia de implantação dos povoados visando o favorecimento da exploração da diversidade de recursos potenciados pelos dois nichos ambientais era, assim, assumida como mais um indicador desse processo de intensificação.

Este processo de intensificação produtiva encontraria os seus estímulos num eventual crescimento demográfico (assumido como hipotético, mas sublinhando-se a existência de alguns indícios que o sugeriam) e numa contracção dos territórios associada ao processo de sedentarização, o qual é gerador de formas de territorialidade espacialmente

mais restritas e, consequentemente, propiciador de uma valorização e uma intensificação da exploração dos recursos existentes.

Quanto à questão da inovação tecnológica, sublinhava-se que a transição do 4º para o 3º milénio AC não documentava uma particular transformação neste campo. As evidências materiais não revelavam significativas alterações tecnológicas, sendo a grande novidade o aparecimento dos pesos de tear. A presença local de metalurgia na Malhada ainda era desconhecida, mas argumentava-se que, mesmo para as regiões em que a emergência desta tecnologia estava associada ao desenvolvimento do sistema Calcolítico, a tradicional valorização dos metais e da actividade metalúrgica estava ultrapassada. De facto, vários autores (Jorge, 1990b; Vicent Garcia, 1995; Shennan, 1993) têm vindo a chamar à atenção para que o valor estratégico, quer económico quer social, dos primeiros metais em cobre não é suficientemente significativo para justificar o seu controlo e para que estes se assumam como motores do processo de mudança em curso na transição de milénios. A complexificação social, nomeadamente a hierarquização, deixa de ser vista como consequência de processos de especialização na nova actividade e no domínio da nova tecnologia que utiliza. Em muitos contextos calcolíticos do centro-sul do Ocidente Peninsular (como Leceia ou Monte da Tumba) os metais e a metalurgia estão ausentes nos momentos iniciais. O desenvolvimento da metalurgia passa a ser visto como um processo que responde às necessidades de uma nova organização social em curso, catalizando mudanças cujo arranque lhe é prévio e de certa forma independente: mais do que a base e o motor da diferenciação social, os metais são vistos como meios materiais a que se recorre para sublinhar as necessidades de ostentação dos grupos dominantes. Meios naturalmente activos que, de forma recursiva, estimulavam a mudança e as transformações sociais (no sentido mais global do termo) em curso. Assim, a ausência de metais e metalurgia no arranque da calcolitização na bacia interior do Mondego apresentava-se como mais um exemplo da independência desse processo relativamente àquela inovação tecnológica, embora se considerasse que a sua introdução tardia (dos metais e não ainda da metalurgia) poderia indicar um processo de complexificação social mais débil e lento.

Seguiu-se a avaliação do papel da interacção, a qual, no âmbito dos modelos de "wealth distribution" (Gilman, 1987), tem um papel motriz nas dinâmicas de mudança social registadas durante o 3º milénio AC. Como vimos anteriormente, a interacção é assumida como um dos mecanismos principais de mudança desde o 4º milénio AC no modelo construído por Senna-Martinez: primeiro sustentada nas trocas de anfibolito por sílex e na circulação de algumas rochas "preciosas", a que mais tarde se juntariam, como indicadores de aumento das relações transregionais, os metais e os campaniformes.

Neste contexto, argumentava-se que a dominância de matérias-primas locais nas indústrias líticas talhadas tanto se registava nos contextos habitacionais do 3º milénio, como nos *habitats* do 4º milénio conhecidos na plataforma do médio Mondego. A grande diferença registava-se não entre sítios do Neolítico Final e do Calcolítico, mas sim entre contextos residenciais e contextos funerários, predominando nestes últimos os materiais líticos talhados em sílex, situação cuja explicação se remeteu para as especificidades da natureza contextual do tratamento da morte. Não se encontrava, deste modo, uma base empírica que sustentasse uma argumentação em favor de um aumento significativo da interacção baseada nesta matéria-prima. Contudo, a presença de alguns artefactos, como o ídolo de tipo "Almeriense" na Anta da Matança e as concepções arquitectónicas materializadas em muralhas e bastiões (presentes no Castro de Santiago, Fraga da Pena e Castelejo) eram considerados como indicadores de interacção, demonstrando que as comunidades locais contactavam com ideias, materialidades e técnicas de origem meridional. Estas presenças eram, sobretudo, consideradas como um alerta para as dificuldades em "medir" a interacção, pois esta processa-se igualmente através de formas imateriais, as quais não são facilmente reconhecidas no registo arqueológico, embora possam ser nele presumidas. Assim, considerando limitados os indicadores disponíveis, nomeadamente para uma "medição" dos níveis de interacção e para o seu comportamento ao longo do tempo, assumia-se que a região participaria em redes de circulação de materiais e ideias e que a interacção transregional desempenharia o seu papel no processo de mudança e complexificação social, o qual seria regionalmente "menos exuberante" e mais lento. Os mecanismos através dos quais ela se processaria, contudo, não foram questionados, nem se desenvolveram as problemáticas relativas às formas de integração local do exógeno e aos papéis que este desempenharia na construção das novas realidades sociais. Ou seja, na prática dizia-se apenas que existiam evidências de interacção e que ela teria interferido na mudança. Mas pouco se avançava sobre as "morfologias" de que se revestiria e sobre a seu desempenho no processo.

À abordagem funcionalista juntar-se-ia a exploração de algumas vias proporcionadas pelo materialismo histórico, as quais colocam a tónica da mudança em mecanismos sociais endógenos. Evocavam-se as propostas teóricas que estabelecem que as alterações das relações sociais derivam das mudanças ao nível do sistema produtivo, as quais corresponderiam à consolidação de uma economia essencialmente baseada na produção, ou seja, discutia-se a viabilidade da aplicação do modelo de "sistema agrário" (Vicent Garcia, 1995): o processo de diferenciação social e de exercício do poder associado decorreria dos mecanismos de controlo dos principais meios de produção de uma economia agrícola (a terra e a força de trabalho) e de acumulação, gerando um modelo de sujeição que proporcionaria a sobrevivência em territórios mais restritos e progressivamente sujeitos

a controlo por parte de uma elite emergente. Sublinhava-se, sobretudo, as possibilidades que esta abordagem permitia ao tratamento das problemáticas relativas às questões do "território" e da "territorialidade" e à sua importância nas dinâmicas de mudança.

A abordagem à territorialidade gerada pela dinâmica agrícola era já perspectivada como um via de acesso às questões da identidade, evidenciando a sua importância para a conformação e reprodução dos padrões de diferenciação social e mecanismos de exercício do poder. A redução dos territórios de exploração, associadas ao processo de sedentarização sustentado pelo desenvolvimento de uma economia agrícola, traria maior pressão sobre recursos estratégicos, gerando maior competição pelas terras mais férteis dos vales e estimulando o desenvolvimento de novos mecanismos de controlo e protecção territorial, assim como uma demarcação mais afirmativa de fronteiras. Nesta dinâmica, as identidades geradas nos novos processos de territorialização eram consideradas como particularmente activas e centrais na mudança. A contracção territorial e a competição reforçaria laços locais, baseados na identificação entre comunidades locais e o território que ocupam e na diferenciação que estabeleceriam com os territórios e comunidades vizinhas. Chamava-se a atenção para a importância da gestão da relação com o outro, com o exterior, mesmo quando conflituosa, nas dinâmicas internas de identificação e de gestão do poder, sendo elas próprias um factor que contribuiria para a ascensão e afirmação de grupos socialmente diferenciados. A comunicação, estruturante em qualquer processo de mudança, servir-se-ia de novos suportes comunicacionais e, neste contexto interpretativo, a presença de fortificações no Castro de Santiago, Fraga da Pena e Castelejo eram já vistas, independentemente do carácter funcional que poderiam assumir, como elementos de um discurso que reforçaria as identidades locais e veicularia todo um conjunto de mensagens estratégicas na negociação social inerentes às dinâmicas de territorialização em curso, quer no interior do território local quer nas relações com o exterior.

No caso concreto do Castro de Santiago, considerava-se não existirem evidências claras de padrões de consumo diferenciado, nem indícios de uma integração estratégica em circuitos de circulação de materiais susceptíveis de proporcionar, através do seu controlo, formas e discursos de diferenciação social, o que poderia traduzir um carácter ainda incipiente do processo. Contudo, a sua contextualização "na rede local de povoamento, o estatuto que lhe é atribuído no processo de territorialização local, a funcionalidade prática e simbólica que a fortificação assume, sugerem níveis de organização social que não são reconhecíveis anteriormente. Os traços de inovação demonstrariam que a partir do início do 3º milénio AC a região (ou certas áreas na região) teria entrado num processo de transformação económica e social e ideológica que, apresentando variantes regionais, é globalmente observável a nível peninsular, embora com uma possível precocidade peninsular. Santiago poderá, assim, representar localmente o início do processo de

complexificação social que no final do III milénio possibilitará a presença, na Fraga da Pena, dos metais e do campaniforme, eventualmente utilizados como bens de consumo diferenciado, no contexto de uma sociedade já plenamente hierarquizada." (Valera, 1997a: 174).

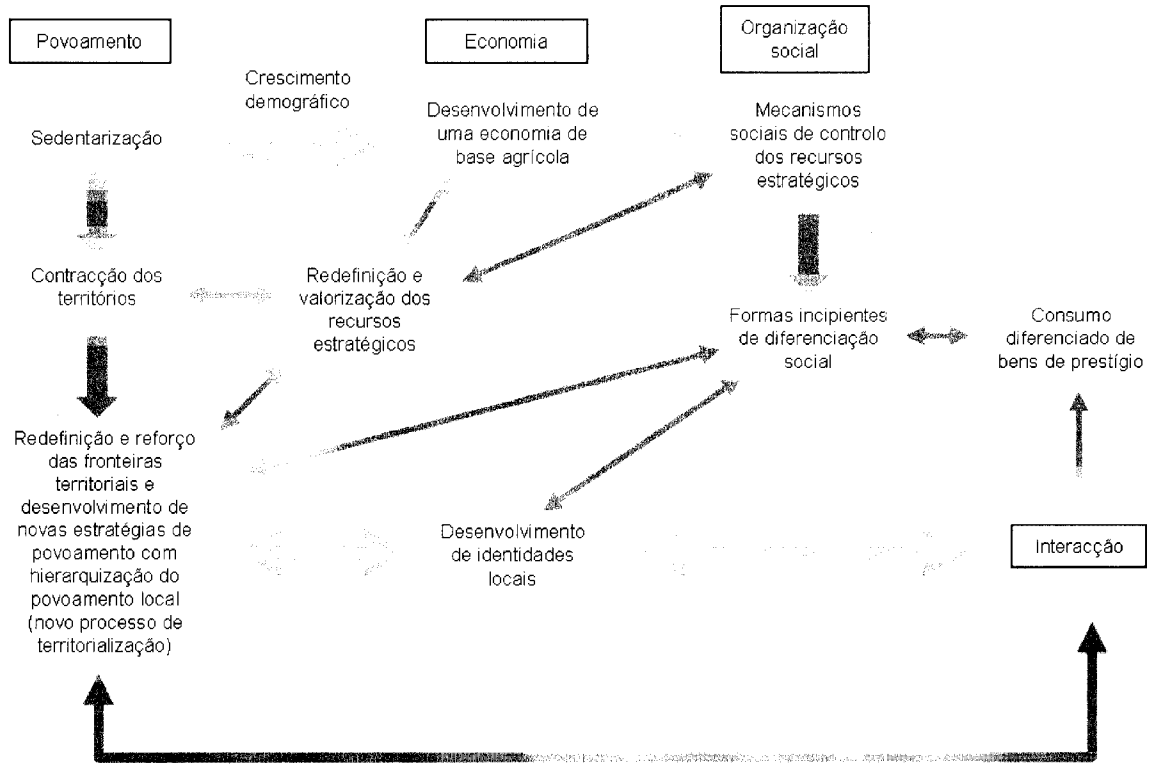


Figura 10-3 – Modelo da dinâmica de mudança a partir do início do 3º milénio construído em 1997 a partir do estudo do Castro de Santiago (Valera, 1997a).

A exploração dos recursos teóricos proporcionados pelo funcionalismo (mais) e materialismo histórico (menos) permitiram construir um modelo de funcionamento da dinâmica de mudança (Figura 10-3) que, tendo um suporte empírico essencialmente local, não deixava de ser entendido (sem informação suficiente que legitimasse tal extensão) como podendo assumir uma abrangência regional. Uma das virtudes que lhe continuo a atribuir é a de considerar o funcionamento relacional e recursivo das diferentes variáveis, sem se preocupar demasiado com a procura de um "motor de arranque" e sem organizar essas mesmas variáveis num esquema de linearidade mecanicista. Neste âmbito, é de realçar o papel sugerido (mas não aprofundado) para o desenvolvimento de novas Identidades, entendidas como factor catalizador da mudança, simultaneamente resultado e elemento mobilizador do processo de calcolitização, numa íntima relação com as novas territorialidades que lhe estão inerentes. Esta tónica levaria à construção do quadro orientador do presente trabalho, enunciado pouco tempo depois:

"Finally, the construction of a body of knowledge on this settlement network will have as one of its objectives the assessment of the possibility of answering questions related to the emergence and consolidation of a local identity as related to a specific territorialisation process, in the context of change in society as a whole which is characteristic of the 3rd millennium BC throughout the Iberian Peninsula."

(Valera, 1999a: 122)

"Concluindo, a análise do comportamento da territorialidade e das formas como se interliga com as relações sociais na região da Beira Alta, entre os finais do V e os inícios do II milénio AC, possibilita a organização do real em dois momentos de inteligibilidade histórica. Um primeiro, de neolitização plena, que resumidamente se caracterizaria pela afirmação da economia produtora no seio de comunidade essencialmente igualitárias, por um primeiro ensaio de modificação física e de marcação arquitectónica da paisagem e por um reforço dos laços territoriais, ainda fluidos. Um segundo momento, abarcará o tradicionalmente designado Calcolítico e a transição para a Idade do Bronze, onde se assiste a uma reestruturação da territorialidade, observando-se uma maior vinculação das relações sociais em mudança ao território e uma maior compartimentação e reorganização conceptual da paisagem, que geram novas necessidades comunicacionais, contribuindo para a diversificação da práticas sociais, expressa na diversidade das estratégias de povoamento, dos locais rituais e da própria cultura material.

Deste modo, a territorialidade, articulada com as relações sociais que se processam numa determinada área, surge como um critério de análise que evidencia mudanças estruturais, sendo particularmente relevante e útil em periodizações que se baseiem na conceptualização e correlação de fenómenos sociais e na sua expressão temporal."

(Valera, 2000g: 158)

10.3 A ORGANIZAÇÃO DO POVOAMENTO LOCAL AO LONGO DO 3º MILÉNIO AC: UM APROFUNDAMENTO SUSTENTADO POR NOVOS DADOS EMPÍRICOS E UMA REORIENTAÇÃO TEÓRICA.

O primeiro problema que se coloca à abordagem da dinâmica de povoamento local ao longo do 3º milénio AC resulta do facto de quase nada se saber relativamente ao que existe imediatamente antes, isto é, sobre o povoamento do final do 4º milénio nesta área.

10.3.1 Que realidade Neolítica?

Assumindo, dentro dos cânones admitidos para a cronologia do megalitismo regional, que os poucos monumentos megalíticos existentes na área de estudo terão sido construídos algures dentro da primeira metade do 4º milénio AC e terão estado em funcionamento ao longo desse milénio (ainda que em alguns casos as suas utilizações primárias não fossem muito prolongadas no tempo, como propõe Domingos Cruz (Cruz, 1995), não temos outras evidências de ocupação dos territórios da área de estudo durante esse período. Subsiste, assim, uma espécie de "missing link" em termos de evidências de

povoamento local entre a documentação relativa às primeiras comunidades neolíticas locais (referenciadas na Quinta da Assentada e na Quinta das Rosas) e o arranque da realidade em análise, existindo apenas alguns sepulcros, a maioria dos quais (talvez com excepção de alguns monumentos do Carapito) sem uma estratigrafia que permita "isolar" diferentes momentos de utilização, nomeadamente as referentes à segunda metade/finais do 4º milénio AC.

Face a esta situação da investigação actual, poderemos questionar-nos sobre a validade e utilidade da projecção local da imagem que tem vindo a ser construída para a segunda metade do 4º milénio AC na plataforma do médio Mondego. Já se chamou a atenção para os problemas que derivam de, por falta de dados concretos em determinadas áreas, se generalizarem situações observáveis num sítio ou em áreas restritas, transformando fenomenologias locais em "protótipos" de abrangência regional ou mesmo transregional. Esta tendência gera situações de homogeneização que escondem particularidades e diversidades que operam a nível regional e local, para além de que, instituindo-se como modelos de abrangência alargada, se estabelecem como pré-conceitos que condicionam a investigação, requerendo permanente reflexividade crítica na sua aplicação (ou caímos no circuito vicioso de, com a aplicação acrítica do modelo, criarmos dados que tautologicamente o confirmam).

De momento, não dispomos na área de Fornos de contextos residenciais que cubram esta cronologia e o único paralelo com os sítios da plataforma do Mondego poderá ser o de alguns fragmentos cerâmicos (nomeadamente um fragmento de taça de carena alta) existentes no Monumento 1 do Carapito. Mas a projecção de um quadro semelhante para a zona de Fornos de Algodres levanta ainda outras questões, nomeadamente a do posicionamento das duas áreas relativamente aos focos de maior incidência regional do fenómeno megalítico. Os contextos não funerários conhecidos para o 4º milénio na região localizam-se no coração do núcleo megalítico que se desenvolve numa área restrita do curso médio do Mondego, no interflúvio entre este rio e o seu afluente Dão, sendo relacionáveis com a edificação e utilização primária de uma parte desses sepulcros. A associação entre estes contextos residenciais e alguns monumentos megalíticos parece uma hipótese credível e sustentável.

Pelo contrário, a área de Fornos de Algodres encontra-se numa situação periférica às grandes manchas megalíticas (Figura 10-4), tanto da plataforma do Mondego, como dos planaltos centrais, localizando-se numa zona a leste dos grandes núcleos megalíticos da Beira Alta, em territórios onde o megalitismo se faz representar de forma mais pontual.

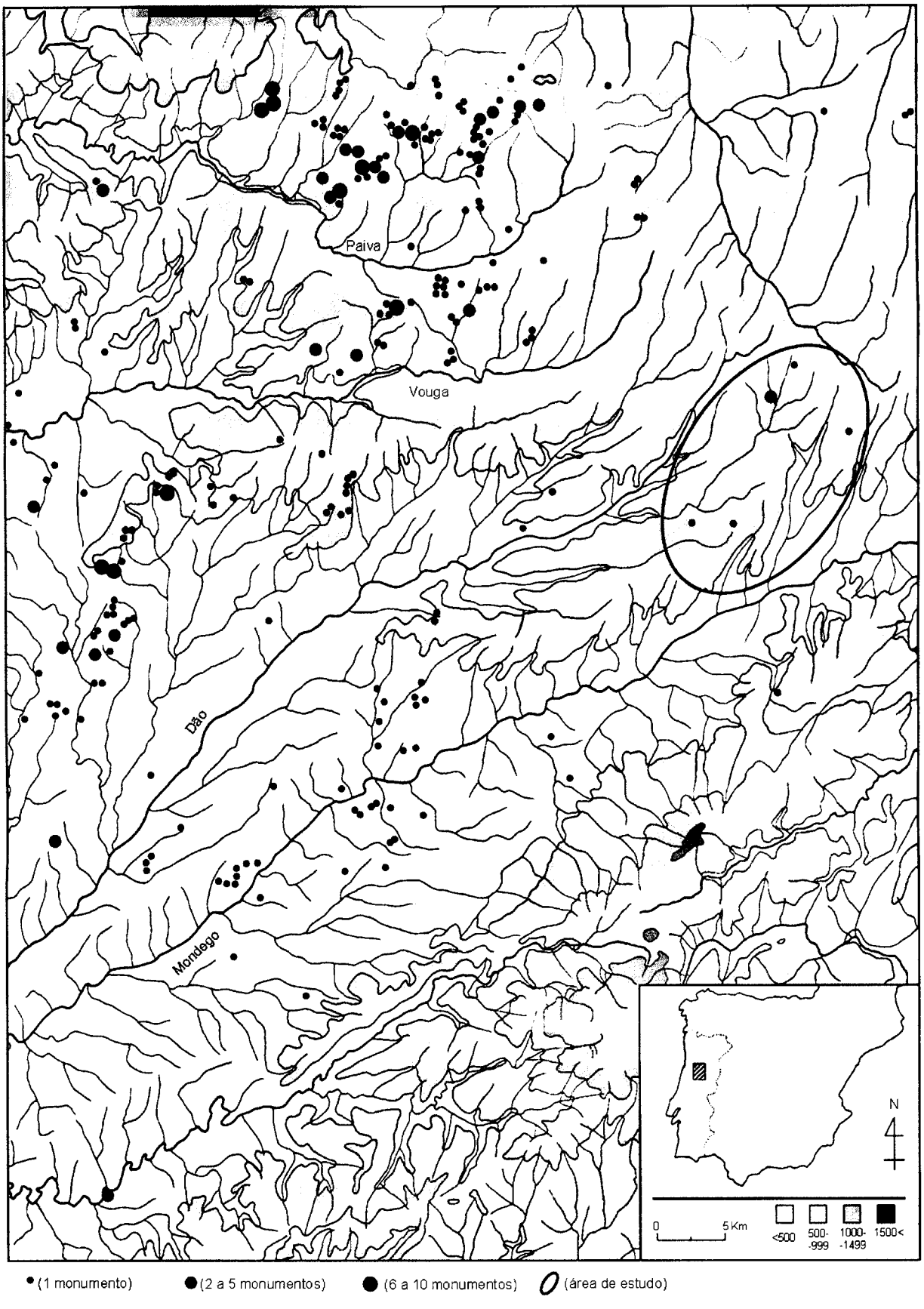


Figura 10-4 - Localização dos monumentos da área de estudo em relação ao megalitismo das bacias dos rios Mondego, Vouga e Paiva. Catografia elaborada a partir de Leisner, 1998; Cruz, 2001, Ventura, 1999 e Senna-Martinez, 1989.

Ainda assim, o vale da Ribeira da Muxagata é envolvido por alguns monumentos megalíticos: antas da Matança e Cortiçô a Oeste, pequeno núcleo do Carapito (monumentos 1, 2, 3 e 4) a Noroeste e anta de Aldeia Velha a Nordeste. Tratam-se de monumentos isolados, com excepção do núcleo constituído pelos monumentos do Carapito.

É possível propor, como hipótese sujeita às reservas acima expostas, que um tipo de povoamento semelhante ao do troço do médio Mondego possa estar associado a estes monumentos, não tendo ainda sido identificado devido à natureza frágil e pouco impressiva dos vestígios materiais que deixa[2]. Temos, ainda assim, uma imagem algo diferente, sobretudo relacionada com uma menor densidade da expressão sepulcral, a qual é ainda reforçada pelas eventuais diferenciações cronológicas de construção / utilização entre os *vários* monumentos. A área de Fornos situa-se precisamente na "fronteira" oriental do megalitismo do distrito de Viseu. Não sendo crível que toda a área mais a Este, nomeadamente toda a zona da Bacia de Celorico, fosse despovoada, esta "fronteira" megalítica traduzirá diferenças de natureza social que estão por investigar, situação que torna mais complexa a questão da natureza do povoamento durante o 4º milénio na área de Fornos de Algodres. Aceitar, sem reservas, um decalque do quadro que se vai desenhando no médio Mondego, não será, assim, o mais avisado, mas essa imagem pode ser utilizada como hipótese genérica para o que poderá ter sido a ocupação desta área durante aquele milénio (tendo sempre presente que o fazemos por falta de documentação).

Poderemos pensar num povoamento constituído por locais que não procuravam sítios destacados na paisagem, podendo situar-se nas proximidades dos sepulcros. Estariam nas áreas mais aplanadas da superfície fundamental, ao contrário dos dois sítios conhecidos do Neolítico Inicial (Quinta da Assentada e Quinta das Rosas) e que se localizam junto ao seu limite ou já mesmo na vertente de escarpa dos vales de fractura que a terminam a Este, numa localização que voltaria a ser eleita durante o 3º milénio com a reocupação, como vimos, destes dois sítios e a ocupação de outros espaços novos, com uma lógica ocupacional que parece não ter sido adoptada durante o 4º milénio.

O investimento arquitectónico destas comunidades estaria essencialmente orientado para as edificações tumulares, parecendo que, também aqui, se repetiria uma certo dualismo que tem sido atribuído ao megalitismo nos jogos de visibilidade: estratégias que acentuam a visibilidade e a perenidade dos espaços de morte, face à invisibilidade e caducidade sazonal dos espaços habitacionais. Contudo, uma vez mais, esta normalização generalizadora do discurso não dá conta das fenomenologias concretas. Vários autores têm vindo a criticar as perspectivas monolíticas de interpretação tradicionalmente associadas ao

[2] Note-se que os sítios detectados no médio Mondego foram identificados na sequência de surribas para o plantio de eucaliptos, situação que só pontualmente ocorreu na zona de Fornos.

megalitismo, ou melhor, relativas aos seus desempenhos sociais – veja-se, por exemplo, a crítica desenvolvida por Bradley (1998b) e Susana Jorge (1999) à vinculação de todo o fenómeno megalítico às práticas agro-pastoris. De facto, a Anta da Matança e os monumentos do Carapito encontram-se implantados em zonas aplanadas e baixas de superfícies suavemente onduladas, não ostentando posicionamentos particularmente marcantes ou distintivos na paisagem. Mesmo a Anta de Cortiçô, que se localiza a uma cota mais elevada da topografia ligeiramente irregular deste troço da Superfície Fundamental, só é visível a uma certa distância (nunca muito grande) se a vegetação fosse arbustiva e rasteira[3]. E se clareiras de origem antrópica poderiam existir, como sugerem os dados paleoecológicos (Capítulo 2), o território seria ainda fortemente dominado por florestas de carvalhais, o que restringiria drasticamente a visibilidade nestas superfícies aplanadas. Já a Casa da Orca de Aldeia Velha está localizada num contexto topográfico algo distinto. Situa-se junto ao topo da linha de cumeada, onde se inicia o estreito interflúvio (um *horst*) que separa o vale de fractura da Ribeira da Muxagata e o vale de fractura da Ribeira da Quinta das Seixas que lhe é paralelo. O monumento situa-se muito perto da cumeada, no início da vertente do vale da ribeira da Quinta de Seixas, num local de trânsito que liga o vale da Ribeira da Muxagata (e através deste uma parte do troço do Mondego) ao início do vale do Rio Távora, perto de Trancoso, ou seja, num ponto de separação entre a bacia hidrográfica do Mondego e a do Douro. Essa via tradicional de passagem é hoje percorrida pela estrada municipal que permite a ligação a Trancoso, tendo o monumento sido parcialmente afectado pela construção da mesma. A razão da sua localização e isolamento poderá ser associada precisamente a esta circunstância de trânsito e/ou de fronteira, como regionalmente foi sugerido para o monumento de S. Pedro de Dias na Serra do Bidoeiro (Senna-Martinez, 1989) e tem sido proposto para explicar a implantação de muitos monumentos de várias necrópoles megalíticas do noroeste peninsular (Criado Boado e Villoch Vásquez, 1998; Parcero Oubiãna *et. al.*, 1998). Deste modo, para a área de Fornos, mais do que uma dualidade visibilidade funerária/invisibilidade residencial, poderemos assumir a dualidade perenidade das estruturas funerárias *versus* sazonalidade e caducidade das estruturas residenciais, assim como alguma diversidade nos papéis que esses monumentos poderiam assumir na organização e gestão dos espaços locais.

De facto, a situação não é a mesma para todos os monumentos envolventes do Vale da Ribeira da Muxagata: a Casa da Orca de Aldeia Velha parece relacionável, como vimos, com uma via local de trânsito; os monumentos de Matança e Cortiçô estão isolados e afastados entre si, na área central da zona aplanada da Superfície Fundamental que se desenvolve para Oeste do vale; os monumentos do Carapito (com excepção do 4, mais

[3] Ficou visível após os incêndios florestais das duas últimas décadas. Quando integrado numa

distante e isolado) agrupam-se a Norte, constituindo um pequeno núcleo numa zona plana e baixa, nas margens da Ribeira do Carapito. Com situações diferenciadas, o desempenho social destes monumentos poderá ter tido especificidades próprias relacionadas com as suas diferentes implantações, com o seu isolamento ou nuclearização.

Contudo, o trend estrutural reconhecido transregionalmente mantém-se: o primeiro grande investimento arquitectónico duradouro, relacionável com uma apropriação e gestão simbólica do espaço, parece acontecer, também nesta área, na esfera do funerário. E se mais tarde esse investimento se vai transferir para locais "de vida" (naturalmente os sepulcros também o são), sejam de carácter mais residencial ou de natureza eminentemente cerimonial, não temos que ver necessariamente nessa transferência uma ruptura. Em termos de apropriação e organização do espaço através da Arquitectura (no sentido de construção, edificação), o megalitismo não é um fenómeno oposto ao que se vai observar no 3º milénio, mas um fenómeno que vai nesse sentido e que o potencia, constituindo-se como um "quadro de experiência" adquirida, de tradição técnica e organizadora dos espaços que se estabelece como "pré-conceito" da arquitectura do milénio seguinte. A manutenção de soluções arquitectónicas com raiz no megalitismo funerário foi já sublinhada nas construções patentes no Castro de Santiago e Fraga da Pena e é igualmente reconhecida em edificações afins no Norte de Portugal (Sanches, 2003). É a primeira experiência de utilização do potencial de comunicação à distância (no tempo e no espaço) que a construção em pedra apresenta, na sua monumentalidade, durabilidade e permanência, e que no milénio seguinte será utilizado de novas maneiras, mas também ao serviço da gestão das dinâmicas territoriais e identitárias locais.

Os dados que permitam abordar a organização socio-económica destas comunidades são escassos. Para os Planaltos Centrais, e essencialmente recorrendo às inferências estabelecidas a partir dos dados peleoecológicos, assume-se que a intervenção antrópica na paisagem não é muito profunda, deduzindo-se daí um impacto pouco intenso das actividades económicas produtivas e populações de reduzida dimensão e uma organização dispersa e sazonal do povoamento. A economia seria de largo espectro, onde a par de uma exploração pouco intensiva da pastorícia e da agricultura cerealífera (actividades responsabilizadas por algumas das circunstâncias do comportamento polínico das sequências estudadas), teriam peso a exploração dos recursos cinegéticos, aquáticos e florestais. O modelo de agricultura sobre queimada é considerado como um modelo que não sustenta uma forte vinculação residencial nem o desenvolvimento de uma densidade populacional acima de níveis relativamente baixos. O investimento nos sepulcros megalíticos seria revelador de solidariedade e colaboração inter-comunitária, as quais são

---

mancha florestal era totalmente invisível.

consideradas como mecanismos inerentes às "sociedades de pequena escala", pouco diferenciadas, segmentárias e de estrutura parental, assumindo-se, como exemplo plausível para as áreas residenciais, as imagens proporcionadas pelos contextos da plataforma do Mondego (López Sáez, Cruz e Silva, 2001; López Sáez e Cruz, 2002-2003).

Este é também o quadro genérico adoptado, como vimos acima, para a plataforma do Mondego (Senna-Martinez, 1995-96; Senna-Martinez e Ventura, 2000), com a excepção da não aceitação da viabilidade de uma agricultura cerealífera.

10.3.2 Breve nota sobre os suportes teóricos dos discursos sobre a calcolitização

A partir do início do 3º milénio AC este espaço local revela uma nova dinâmica, que é enquadrável no *trend* geral sucintamente caracterizado no início do presente capítulo. Os mecanismos activados nessa mudança terão sido vários e funcionado de forma relacional e interactiva, abrangendo diferentes vertentes que podemos considerar no fenómeno social. Uma certa tendência para o mecanicismo, que a modernidade enraizou nas nossas formas ocidentais e contemporâneas de pensar, induz-nos, quase como numa atracção irresistível, para procurar os motores dos processos de mudança (paradigmas mecanicistas onde a necessidade de um motor ainda predomina sobre o pensamento relacional). As situações, perspectivadas de forma sistémica, sendo sempre dinâmicas, são frequentemente pensadas de forma homeostática e facilmente se estabelecem homologias entre equilíbrios e inércias. A necessidade de estabelecer cortes sincrónicos em processos contínuos e em situações em permanente dinâmica, sem as quais o tempo e a mudança não poderiam ser pensados e percebidos, ajuda nessa sensação enganadora de estabilização. Nas construções teóricas que assumem uma visão sistémica do funcionamento do fenómeno social, como o funcionalismo ou o materialismo histórico, a mudança será sempre provocada por um desequilíbrio numa dada estabilidade. Procurar os mecanismos que geram o desequilíbrio é procurar o motor de arranque da mudança, um factor a que se pode reduzir a razão de ser de toda uma nova dinâmica, sempre orientada a uma nova estabilidade. Esses motores poderão ser endógenos (como acontece com o materialismo histórico, que os encontra nas contradições que as relações sociais de produção sempre transportam consigo) ou exógenos (como nos casos do funcionalismo e do histórico-culturalismo, o primeiro privilegiando frequentemente alterações climáticas em articulação com a dinâmica demográfica e o segundo privilegiando a difusão como factores geradores de mudança – por readaptação, no primeiro caso, por aculturação ou substituição no segundo).

Os modelos para a calcolitização gerados por estas correntes teóricas são construções generalizadoras de dinâmicas observáveis numa escala espacial ampla e

tendem a ser aplicados sobre casos e realidades concretas, gerando uma homogeneização onde as fenomenologias concretas de cada situação local se diluem. Apesar da "regionalização" que a dinâmica social, política e administrativa vem impondo à investigação disciplinar nas últimas décadas na Península Ibérica, os quadros de fundo que procuram explicar a mudança variam essencialmente com o enquadramento teórico que se adopta.

Quanto menor é o número e a qualidade da informação disponível, mais empurrados somos para o assumir esses modelos gerais, os quais são hoje essencialmente proporcionados pelas abordagens materialistas e funcionalistas (sendo que a estas frequentemente assistem modelos e conceitos herdados do materialismo histórico). A diversidade de enfoques que se albergam sob a designação de pós-processualismo, orientados essencialmente para as particularidades contextuais, para o sentido e intenção dos agentes (colectivamente tomados, é certo), não oferece um modelo estruturado e formalizado (com uma bateria conceptual associada) para abordar a mudança de larga escala e procurar explicar as suas dinâmicas estruturantes. Estas abordagens acabam por ter sempre como pano de fundo um quadro estabelecido com o recurso, mais ou menos explícito, mais ou menos assumido, a esquemas e conceitos forjados no âmbito do funcionalismo, do materialismo ou do estruturalismo, que se apresentam como programas teóricos mais adaptados a lidar com as problemáticas das grandes tendências de mudança, da sua organização e modo de funcionamento. Este é precisamente um dos argumentos que leva Jorge Alarcão a falar de conciliação entre diferentes enquadramentos teóricos (e que discutimos no Capítulo 1), sublinhando os planos diferentes a que, por exemplo, funcionalismo e contextualismo abordam o fenómeno social.

A abordagem ao fenómeno social opera-se numa diacronia espacializada, ou seja num mundo permanentemente em mudança. Como já se discutiu, essa mudança, enquanto fenómeno social, inscreve-se num tempo histórico, o qual é múltiplo, arritmado e relativo, por oposição a um tempo linear, homogéneo e mensurável mecanicamente através de uma escala mais ou menos precisa. Os primeiros esqueletos periodizantes que permitiram à Arqueologia organizar e pensar as dinâmicas das sociedades pré-históricas foram construídos pelo Histórico-Culturalismo. Os seus critérios de periodização, com os quais se estabeleceram continuidades e descontinuidades, relacionavam-se essencialmente com a variabilidade da cultura material (num sentido lato), privilegiando as vertentes tecnológica, arquitectónica e estilística das produções materiais humanas. A análise de um número reduzido de variáveis, por vezes apenas uma (a tecnológica), facilitava a compartimentação, dando origem a períodos bem demarcados (ou facilmente demarcáveis) e a periodizações simplificadas que, sendo relativas ao comportamento diacrónico da variabilidade da vertente em questão, era assumida como extensível ao comportamento diacrónico das totalidades sociais.

Funcionalismo e materialismo histórico viriam a produzir reajustamentos nestes esqueletos de periodizações, introduzindo conceitos de "período" mais complexos. Eles envolvem a realidade em análise, os critérios seleccionados para estabelecer continuidades e descontinuidades e os enquadramentos teóricos que nos auxiliam no estabelecimento desses critérios. A construção de um período torna-se dependente da natureza e quantidade de variáveis que considerarmos para avaliar a mudança e a sua correlação está na base da construção de momentos de homogeneidade histórica, que correspondem a momentos em que se observa uma articulação estável, mas dinâmica, entre diferentes variáveis. A complexidade do procedimento periodizador decorre, agora, do facto de se considerarem o maior número possíveis de vertentes do fenómeno social em interacção e de estas terem ritmos descompassados, o que faz com que a mudança não se manifeste necessária e simultaneamente em todos os sectores do todo social. Todavia, funcionalismo e materialismo não deixam de periodizar com base num número restrito de variáveis que podemos considerar no fenómeno social, essencialmente vinculadas às vertentes económicas, sociais e tecnológicas. Mas as suas construções teóricas, ora recorrendo a factores exógenos ora a relações endógenas, são orientadas para explicar a mudança e os modelos que constróem, ainda que recorrendo a formulações mecanicistas e mais ou menos deterministas, procuram estabelecer a correlação entre diferentes variáveis dos sistemas sociais.

As abordagens estruturalistas têm proposto esquemas alternativos, assentes nas continuidades e descontinuidades de natureza mais estrutural, expressas na longa duração e "observáveis" no relacionamento que o Homem mantém com o espaço. Esta abordagem procura organizar a dinâmica histórica a partir da percepção da transformabilidade do espaço e das relações que com ele a humanidade estabelece, ou seja, com a passagem de uma paisagem em que o Homem se integra e onde se dilui sem uma capacidade interventiva sensível, para uma relação onde o espaço é progressivamente percebido como construído e transformável, acessível a uma intervenção modificadora mais activa por parte do Homem. Criado Boado estabeleceu um esquema periodizador, fazendo corresponder cada período a um tipo de relação do Homem com o espaço, ou seja, com uma paisagem (Criado Boado,1993c). A Pré-História corresponderia a uma dinâmica que se processaria a partir de uma paisagem onde a presença humana não sobressairia relativamente aos restantes elementos, não desenvolvendo uma "acção distintiva e independente da natureza" (*idem*: 22)[4]; passaria por uma relação onde o comportamento humano seria responsável pelas suas primeiras transformações efectivas do meio; atingindo, a partir de meados do

[4] Apesar dos termos utilizados pelo autor poderem remeter para uma aceitação acrítica da dicotomia Homem/Natureza, não é, efectivamente, disso que se trata, mas tão só de um escalonamento da capacidade interventiva do homem no mundo.

Neolítico, uma atitude irreversivelmente activa e profundamente transformadora, apelidada de "domesticadora". Esta perspectiva mais abrangente e estruturante da mudança gera, naturalmente, uma menor compartimentação do tempo histórico e permite que, dentro de cada período, se possam mais facilmente considerar e articular os diferentes tempos relativos. A transformação, em que progressivamente se vai observando o desenvolvimento da capacidade humana de intervir e modificar o meio, conjuga as dinâmicas interactivas do progresso tecnológico, organização económica e social, movimentos demográficos, organização política e ideológica, mas também de transformações ao nível da estrutura mental, nomeadamente ao nível das categorias de processamento da percepção de espaço. O nível de generalização que comporta, contudo, dificulta a captação das expressões localizadas dessas tendências de longa duração e a própria sucessão conjuntural das dinâmicas das diferentes vertentes do todo social.

Assim, destas propostas alternativas de organização do devir histórico na Pré-História Peninsular, os esquemas de que mais vulgarmente nos servimos hoje, mesmo quando enveredamos por abordagens de natureza mais contextualista e pós-processual, são construções teóricas com períodos de média abrangência, vinculados ao tempo da grande conjuntura (no sentido braudeliano do termo), realizadas a partir de abordagens processuais e materialistas, que assim organizam o pano de fundo na nossa percepção da mudança.

De facto, o pós-processualismo não tem gerado discursos periodizadores. Centrando-se na hermenêutica do sentido contextual das acções e das materialidades, tende a apresentar-se como uma abordagem que dominantemente se exerce sobre cortes sincrónicos, sobre problemas e fenomenologias contextualizados, procurando exprimir a pluralidade de possíveis, seguindo um posicionamento teórico que procura superar um conjunto de pressupostos epistemológicos, gnoseológicos e ontológicos, postura que gera novos discursos interpretativos sobre circunstâncias diacronicamente situadas. Presta pouca atenção à explicação e modelização da mudança, privilegiando a interpretação de contextos historicamente situados e quando aborda o tempo tem dificuldade em fazê-lo fora dos esqueletos periodizadores elaborados a partir de outros quadros teóricos.

Trata-se de uma situação natural, que decorre do facto de as periodizações serem normalmente discursos de síntese, generalizações, que se produzem para espaços e tempos alargados e que, portanto, se ajustam às pretensões do discurso funcionalista ou materialista, particularmente interessados nas razões de ser da mudança e em produzir modelos de grande abrangência transregional e temporal. Pelo contrário, os discursos de natureza mais interpretativa estão, essencialmente, orientados para a natureza contextual dos fenómenos, para aspectos particularizantes, inclinando-se para discursos mais

localistas (tanto no espaço como no tempo), onde a preocupação periodizadora se dilui ou é mesmo considerada desinteressante. O contextualismo, porque procura perceber a pluralidade e a diversidade, privilegia a sincronia. Daí que, quando aborda a mudança, frequentemente se socorra dos esquemas periodizadores produzidos por outros enquadramentos teóricos.

Como se afirmou atrás, estes esquemas periodizadores, generalizantes e de aplicação espacialmente alargada a nível peninsular (embora com naturais desfasamentos regionais) estiveram na base do modelo de calcolitização proposto a partir do estudo do Castro de Santiago e que resumimos criticamente no ponto 10.1.2. Agora, contudo, no contexto dos objectivos que presidiram ao presente trabalho, e face ao nível de informação actualmente disponível e à preocupação com o aprofundar da análise das dinâmicas locais de mudança ao longo de um milénio (convocando vertentes do todo social pouco desenvolvidas na análise da diacronia), procurar-se-á construir uma periodização restrita a essa dinâmica local, estabelecendo, sempre que tal se justificar, relações com as tendências gerais ou com outras situações particulares.

A leitura proposta organiza a dinâmica do povoamento da área em questão ao longo de pouco mais de um milénio em três grande momentos ou períodos: a génese de um novo território de identidade; a afirmação de uma tradição local; a integração numa dinâmica de "globalização regional".

10.3.3 Génese de um novo território de identidade (1º quartel do 3º milénio AC)

Na área de estudo, o 3º milénio assiste ao desenvolvimento de uma reestruturação local do povoamento, associada a uma nova dinâmica de territorialização que decorrerá ao longo do milénio.

A sua génese dificilmente poderá ser desligada da afirmação de uma economia baseada na produção, não só no que respeita à sua componente pastoril, mas igualmente sustentada por uma agricultura hortícola e cerealífera. Como já discutimos atrás (cf. Capítulo 2, e 8), a desvalorização do papel da agricultura cerealífera na economia das comunidades do 4º e 3º milénio AC na região deverá ser revista. De facto, o cultivo do trigo e da cevada está documentado no Buraco da Pala (a par do linho), no Norte de Portugal, ao longo de toda a estratigrafia, com início no Neolítico Antigo e até ao 2º milénio AC (Sanches, 1997), sendo associada a prática de armazenamento nos depósitos superiores atribuíveis ao Calcolítico. Mais perto da área em estudo, junto ao Vale do Douro, o cultivo do trigo está atestado durante o 3º milénio no recinto do Castelo Velho (Jorge, 2002a). Por outro lado, também na área dos planaltos centrais, a pouco mais de 40km de Fornos de Algodres, os diagramas polínicos do Monumento 2 da Lameira Travessa documentam a prática agrícola cerealífera no 4º milénio (López Sáez *et. al.*, 2001). Face a estas dados, que documentam a

presença da agricultura cerealífera em áreas periféricas muito próximas (40 / 50 km) pelo menos desde o 4º milénio (no caso de Trás-os-Montes os dados directos recuam ao 5º milénio AC), parece pouco sustentável continuar a manter a ideia de que esta agricultura cerealífera estaria ausente da bacia interior do Mondego.

Penso, pois, que, no final do 4º milénio a prática de uma agricultura de base cerealífera está presente e representará uma parcela da economia alimentar destas populações. O seu peso, contudo, seria variável dentro da lógica de funcionamento de cada agregado comunitário e do respectivo lugar na rede de povoamento. Já no 3º milénio AC, este poderá ser um dos factores responsáveis pelo incremento dos níveis de sedentarização e pelas reformulações territoriais que então se operam, das quais a área de Fornos será um caso exemplar.

Por outro lado, as evidências de uma importante actividade pastoril estão igualmente presentes nas regiões periféricas. Na Meseta Norte, o sítio de Las Pozas (Val Recio, 1979; 1992) forneceu bastante informação relativamente a um conjunto faunístico dominantemente doméstico, a qual permitiu estabelecer um padrão de abate, o qual se caracteriza por um abate de ovicaprinos e de bovídeos em idade adulta, sendo os suídeos consumidos numa idade jovem. Este padrão é normalmente associado à exploração de produtos secundários (Sherrat, 1981; Harrison e Moreno López, 1985), quer relacionados com derivados relacionados com os próprios animais (leite, lã), quer com utilização da sua força de tracção (transporte, trabalhos agrícolas com recurso às primeiras formas de arado). Ainda sem estudos aprofundados, outros conjuntos faunísticos revelam a importância da criação de animais em vários contextos do 3º milénio na Submeseta Norte: ovicaprinos, bovídeos e suínos (juntamente com equídeos, cujo carácter doméstico ou não é assunto de debate actual – Moreno Garcia, *no prelo*) estão atestados (de maneira politética) no Teso del Moral, La Solana, Terras Lineras (López Plaza e Arias González, 1989), Peña del Aguilla (López Plaza, 1978) ou Cerro del Ahorcado. Em Trás-os-Montes, por sua vez, as evidências da actividade pastoril de ovicaprinos e suídeos estão registadas na Pastoria (Jorge, 1986), a que se acrescentam os bovídeos no Castro de Palheiros (Sanches, 1997) no Castelo Velho (Antunes, 1995; Jorge, 1998a) e na Gruta de Dine (Sanches, 1997), neste último sítio sem ovicaprinos. Na bacia do Côa, os bovídeos, os ovicaprinos e o porco ou javali estão representados no final do 3º milénio no sítio do Fumo (Valente, 2004).

Relativamente à área de Fornos de Algodres os dados faunísticos são extraordinariamente escassos, resumindo-se aos restos da Malhada que são, como vimos, pouco esclarecedores (dada a raridade e fragmentação dos restos), tendo apenas sido identificada a presença de cervo e eventualmente de javali. Para a região, o único conjunto que fornece alguma informação será o registado nas salas 2 e 20 do Buraco da Moura de

São Romão, datável dos finais do 3º / 1ª metade do 2º milénio AC, onde, a par da caça de veado e javali, estão presentes os ovinos e os bovídeos (Cardoso, *et al.*, 1995/96 e 1998).

A informação directa das actividades produtivas para a região é ainda muito escassa. Contudo, tendo em conta a panóplia de artefactos que podem ser com ela relacionados (instrumental de pedra polida, elementos de foice, pesos de tear, elementos de moagem, etc), associados às estratégias de povoamento, ao carácter sedentário que algumas ocupações parecem documentar, aos dados dos estudos paleoecológicos e à documentação que vai sendo construída para as regiões periféricas, é possível argumentar a favor do desenvolvimento de uma economia de pendor agrícola e pastoril (sempre complementada pela caça e recolecção) associável às reestruturações de territórios comunitários que ocorrem localmente a partir do início do 3º milénio AC. Contudo, a documentação existente não parece sustentar analogias directas com a expressão que as práticas agrícolas terão atingido noutras áreas regionais peninsulares, nomeadamente nas zonas mais meridionais, cujo desenvolvimento da componente agrícola cerealífera, ainda durante o 4º milénio AC, terá sustentado dinâmicas sociais de outra dimensão e complexidade. Na área de estudo, mais do que nos centrarmos num eventual papel motor da economia produtora com o reforço da sua componente agrícola cerealífera, deveremos olhar para o contexto neolítico onde ela se desenvolve.

A tradicional vinculação do megalitismo ao desenvolvimento de uma economia de base agrícola tem vindo a ser questionado ou ponderado por alguns autores (Barrett, 1991; Bradley, 1998; Jorge, 1999). A ideia é de que a expressão social do fenómeno megalítico é diversificada e que não pode ser reduzida à tradução dos mesmos sintomas, processos e sentidos, que vão para além dos aspectos rituais e arquitectónicos generalizantes que lhe conferem a imagem de unidade. Seguindo a divisão estabelecida por Bradley entre "sepulcros fechados" (associáveis a estruturas de enterramentos possivelmente individuais e sem possibilidade de reutilização do espaço sepulcral original) e sepulcros abertos (monumentos providos de entrada, mais ou menos compartimentada e monumentalizada, que permitem a reutilização do espaço sepulcral inicial), Susana Jorge sublinha que o povoamento associado aos primeiros é mal conhecido e que não existem evidências concretas de que estariam relacionados com uma economia de base agro-pastoril desenvolvida, designando os grupos relacionados com esta fase inicial do megalitismo como "proto-produtores" (Jorge, 2000).

> "Segundo esta nova visão, existem monumentos sepulcrais/rituais que, num primeiro momento, podem ficar fora de qualquer sistema produtor baseado na agricultura cerealífera e no pastoreio"
>
> (Jorge, 1999: 66)

A ligação entre a arquitectura funerária monumental e uma economia de base agrícola é admitida, sobretudo, a partir do momento em que, juntamente com sepulcros mais pequenos, se começam a construir, ao longo do 4º milénio, grandes sepulcros abertos, dotados de corredor. Esta "abertura" e monumentalização dos sepulcros é interpretada como uma alteração ritual, que se desvincula do elemento sepultado e se concentra na colectivização em torno da noção de "antepassados", constituindo-se aquilo que Criado Boado designa como as primeiras imagens do tempo com base na tradição e memória social (Criado Boado, 1993c). Esta reorientação de sentido nos rituais funerários é associada à legitimação de direitos sobre territórios onde o investimento produtor se faria sentir de uma forma mais marcante, passando estes monumentos a funcionarem como pólos organizadores da "vida social dos primeiros pastores-agricultores" (Jorge, 2000: 9). Tanto a "ideologia do antepassado", como a própria concepção cíclica do cosmos, cimentada pelos ciclos produtivos agro-pastoris, teriam expressão na evolução arquitectónica dos sepulcros.

Desta forma, o desenvolvimento de uma identificação baseada na valorização da memória do antepassado, reforça um sentimento de posse com o território e uma diferente relação com a Paisagem, ao mesmo tempo que assume e sublinha a visão cíclica do cosmos que estrutura as categorias mentais de tempo e espaço. A economia produtora afirmar-se-ia progressivamente ao longo do 4º milénio AC, num contexto de sentido que é pautado pela ciclicidade e por um reforço da relação com o território, sustentada por uma identidade onde a "ideologia do antepassado" é fundamento agregador e diferenciador.

As próprias características de ciclicidade e de "marcação" territorial que a agricultura (através de campos cultivados) e pastorícia (através da criação de pastos e rotas de trânsito) assumem, funcionam como reforço e potenciam esse quadro mental. A afirmação de uma agricultura cerealífera será correlativa dessa dinâmica de visões do mundo; não lhes será prévia. Ao potenciar as possibilidades de maior fixação num território mais circunscrito, a agricultura cerealífera reforça esses laços entre memória identitária e território, os quais, recursivamente, viabilizam o seu desenvolvimento e a enquadram numa cosmologia antiga, podendo a função simbólica de organização do território e expressão do sentido do mundo ser captada por diferentes cenários: sepulcros/necrópoles, menires isolados, alinhados ou formando recintos, santuários de arte rupestre ou áreas residenciais (Sanches, 1997; Jorge, 1999). A propósito do Norte de Portugal:

> "Podemos supor, em termos gerais, que os meados do IVº milénio marcaria o início de uma maior fixação dos territórios reais e conceptuais por parte destas comunidades do Neolítico Final, em concurso com um maior desenvolvimento das actividades subsistenciais, de uma maior capacidade de gestão e de negociação inter-comunitária.

> Trata-se, como é evidente, de um marco cronológico um pouco aleatório, já que a cronologia absoluta não permite uma maior precisão; por outro lado todo o IV° milénio parece traduzir um progressivo alicerçamento de grupos humanos em territórios específicos, correlativos de uma maior dependência das actividades subsistenciais de tipo produtor e duma maior diferenciação social que parece materializar-se, no final do milénio, numa verdadeira "explosão" de povoados sedentários"
>
> (Sanches, 1997: 161)

Na Beira Alta, concretamente nos planaltos centrais (a noroeste da área de estudo), os monumentos simples e fechados são ainda muito mal conhecidos, assim como o seu posicionamento cronológico, embora se admita que possam corresponder à emergência das primeiras construções megalíticas no último quartel do 5º milénio AC (de que o monumento 4 do Rapadouro será um exemplo – Cruz, 1997, 1998). Contudo, os monumentos megalíticos ortostáticos, abertos e de grandes dimensões estão presentes praticamente desde o arranque do fenómeno na região:

> "Os dólmens de grandes dimensões, abertos, com acesso bem definido – corredor ortostático, de diferentes dimensões, ou vestíbulo -, para além de outras estruturas, como o "corredor intratumular", "átrio", "estrutura de condenação", etc., foram construídos entre 4000 e 3600 AC. Esta situação é, aliás, extensível à Submeseta norte, onde as construções tumulares megalíticas de grandes dimensões, dolménicas ou não, se situam entre 4300/4200 e 3700 AC."
>
> (Cruz, 1995: 105)

> "O distanciamento temporal entre uns e outros não será expressivamente significativo. Independentemente da sucessão ou contemporaneidade, as construções de cariz verdadeiramente megalítico marcam os finais do V e 1ª metade do IV milénio a.C., certamente centrando-se no último quartel do V milénio e 1º quartel do IV a.C."
>
> (Cruz, 1998: 156)

Quando correlacionamos as construções megalíticas com dados fornecidos pelos estudos paleoecológicos (que na região apenas é possível de fazer para os contextos intervencionados pela investigação realizada nos Planaltos Centrais (Cruz, 2001; López Sáez *et. al.*, 2000; López-Sáez e Cruz, 2002-2003), verificamos, contudo, que os sinais de práticas agrícolas, sendo antigos, não são particularmente intensos, considerando-se uma agricultura sobre queimada pouco expressiva.

> "Parece também evidente que a intervenção do homem na paisagem, embora sensível, não é profunda. Assiste-se à abertura de clareiras na vegetação boscosa com o recurso ao fogo. Mas não é excessiva, permitindo a recuperação rápida do coberto arbóreo após o abandono do sítio. As actividades económicas não parecem também deixar grandes marcas, embora, no caso do cultivo de cereais, tal se possa ficar a dever às limitações de produção e dispersão dos pólens das gramíneas cerealíferas, como já antes referimos. No caso das Castonairas, como também da Orquinha dos Juncais, não há mesmo indicadores de actividade agrícola, e os que se

> reportam à actividade pastoril, ou também não existem, ou são muito ténues. Talvez esta limitada intervenção humana na paisagem nos indique (...) a reduzida dimensão destas populações, e / ou o tipo de povoamento disperso e não permanente, distante do sepulcro comunal."
>
> (López Sáez e Cruz, 2002-2003: 81)

Por outro lado, o que se verifica na região é que muitos monumentos de grandes dimensões terão tido uma vida de utilização funerária relativamente curta, sendo encerrados não muito tempo depois de serem construídos (Cruz, 1995; 1998). Outros terão continuado em utilização por períodos de tempo mais longos, mas durante a segunda metade do 4º milénio outro tipo de soluções funerárias parecem emergir, menos megalíticas e apontando já para deposições restritas ou individuais.

A ligação entre os grandes sepulcros megalíticos colectivos e uma economia agrícola desenvolvida não apresenta, assim, uma associação directa e imediata nesta região. Os dados existentes apontam sobretudo para práticas agrícolas realizadas num contexto de uma economia simples e diversificada, onde, para além da pastorícia, a caça e recolecção manteriam um papel relevante, num contexto de comunidades populacionalmente pouco volumosas e com níveis de mobilidade ainda consideráveis. Não estaremos, assim, no final do 4º milénio AC, perante paisagens agrárias; pelo menos com configurações semelhantes às que se assumem para regiões mais meridionais. Poderemos, contudo, argumentar que, embora a segunda metade do 4º milénio AC a região – e a área de Fornos de Algodres em concreto – não presencie a constituição de verdadeiras paisagens agrícolas, se regista a formação do quadro mental, ideológico, cosmológico e identitário que vai contextualizar e estimular o desenvolvimento dessas práticas a partir do início do milénio seguinte.

As vias de trânsito que se estabelecem, as ligações prévias (ainda que mais fluídas) ao território, a sua gestão simbólica através da ideologia dos "antepassados" e a sua organização cosmológica cíclica, fazem germinar processos de territorialização que no 3º milénio, podendo ser entendidos como dinâmicas paralelizáveis com os processos registados noutras zonas, apresentam características próprias, que geram "fisionomias" particulares. As novas dinâmicas de territorialização criarão, na área de estudo, territórios mais pequenos e autárquicos, onde as relações que se estabelecem entre comunidades locais serão ainda essencialmente baseadas no parentesco e na solidariedade (Sahlins, 1961, 1984), cimentadas por sentimentos de identidade vinculados a esse parentesco e às ligações a uma paisagem, onde as cosmologias neolíticas continuam particularmente activas e onde dinâmicas de diferenciação não são evidentes. Não creio, pois, que a consolidação progressiva de uma agricultura cerealífera, associada a uma importância grande da pastorícia, se possa constituir como um motor da mudança, nem como uma

simples resposta adaptativa. Penso, antes, que esse desenvolvimento agrícola se constitui como mais um factor que nela participa e que, numa relação recursiva com dinâmicas identitárias e representações ideológicas do mundo e da sua organização social, engendra o contexto de mudança que caracteriza o processo de territorialização que se desenvolve no vale da Ribeira da Muxagata a partir do início do 3º milénio AC.

Desta forma, a maneira como entendo o arranque da dinâmica que se vai desenvolver localmente a partir do início do 3º milénio AC no vale da Ribeira da Muxagata e áreas planálticas adjacentes não corresponderá tanto a uma ruptura social ou de profundas transformações na esfera do económico, gerando novas "relações de produção", mas sobretudo um processo de "localização", de territorialização, associando a consolidação de práticas agrícolas (num contexto de uma economia diversificada), a maior fixação das comunidades a um território mais restrito e delimitado, o seu controlo e das suas linhas de trânsito, e o desenvolvimento de processos de identificação, que se conjugam de forma recursiva numa nova dinâmica territorial e identitária. A questão agrícola é aqui diluída num conjunto relacional de dinâmicas de mudança que se afasta da estrutura dos modelos materialistas de "economia agrária".

Nas últimas décadas, as grandes narrativas da Pré-História Recente peninsular têm tido por base, de forma mais ou menos explícita, abordagens enraizadas no materialismo histórico ou no funcionalismo. Em ambos os enfoques, as questões relativas à calcolitização são integradas em grandes ciclos de longa duração, onde, no primeiro, se teoriza a evolução dialéctica das relações sociais de produção para sistemas tributários socialmente hierarquizados (para alguns já vincadamente estratificados) e, no segundo, se teorizam as respostas reequilibradoras dos sistemas sociais relativamente a dinâmicas desequilibradoras geradas por transformações externas. Em ambos o papel concedido à organização económica e à mobilização e controlo da força de trabalho é central na conformação da relações sociais. Os modelos mais recentes, desenvolvidos nos últimos quinze anos para dar conta da verdadeira revolução de dados empíricos que tem abarcado praticamente todo o território peninsular, mantêm esta matriz teórica de forma dominante (veja-se a recente publicação de uma das sessões organizadas no último Congresso de Arqueologia Peninsular - Faro, 2004 – dedicada à temática da Desigualdade Social na Pré-História Recente ibérica - Díaz-del-Rio e García Sanjuán, 2006).

Durante a década de noventa, Juan Vincent desenvolveu um modelo generalizante de "economias agrárias" onde concebe as dinâmicas da calcolitização como parte integrante do processo histórico de consolidação das primeiras comunidades camponesas agrárias e de condução às sociedades tributárias, consideradas como plenamente estabelecidas no final da Idade do Bronze (Vincent,1995;1998). Criticando as tradicionais concepções

funcionalistas que relacionavam a emergência da complexidade social com a especialização funcional, nomeadamente com o desenvolvimento da metalurgia, vincula-a ao desenvolvimento das economias agrárias. Estas teriam por base o desenvolvimento de mecanismos permanentes de apropriação da terra (considerada como capital fixo) e a mão-de-obra que lhe estaria associada. A apropriação permanente tornaria a sobrevivência dependente do acesso à terra, convertendo-se esse acesso num mecanismo de controlo social da força de trabalho. A acumulação diferenciada geraria desigualdade social que sustentaria padrões de consumo diferenciado. Estariam criadas as condições para o exercício do poder baseado na posse e controlo dos meios de produção e na apropriação do produto. Contudo, considera-se que o carácter segmentário dessas comunidades seria responsável por constrangimentos que, ao longo do 3º milénio, seriam colocados ao controlo social e à coerção, gerando situações tributárias incipientes (tributo visto mais como um reconhecimento de poder que como renda ou imposto).

Recentemente, António Gilman (1999) sublinharia o carácter redistributivo destas comunidades, mas rejeita a organização solidária de base parental, argumentando, que a desigualdade é uma condição necessária da intensificação produtiva e de que a sua gestão não é compatível com sistemas sociais que se baseiam no parentesco, propondo, em contrapartida, uma Chefatura Redistributiva, que implica dependência e gestão à escala regional (Chapman, 1990).

As perspectivas agregadoras e hierarquizadoras dos sistemas de povoamento, que se desenvolvem a partir da segunda metade do 4º milénio AC, assentes em regimes de dependência coerciva, atingem o seu expoente máximo com as propostas de Francisco Nocete para, no âmbito da aplicação do modelo de centro / periferia, reunir todo o sul peninsular num território hierarquizado em função de um centro, localizado no sítio de Marroquiés de Bajo, no Alto Guadalquivir (Nocete, 2001)[5]. Trata-se, naturalmente, de uma abordagem que tem a sua específica escala de operacionalidade: o tempo longo e a larga escala espacial. Embora considerando processos de periferização e níveis de dependência diversificados, concebe a emergência de sociedades classistas e mecanismos de poder associados, configurando relações sociais de dependência e desigualdade que se estabelecem em rede a partir de um centro dinamizador de todo o processo. Fala de uma "sociedade classista inicial", onde se registam mecanismos de controlo (directo ou indirecto)

[5] Francisco Nocete parte de dois modelos que considera complementares, que funcionam a duas escalas diferentes: o de Peer Polity Interaction (Renfrew, 1986), considerado adequado para uma análise de escala local/regional, e o Sistema Mundial (Wallerstein, 1993), adequado para a escala transregional. Relativamente às críticas dirigidas à utilização de um modelo construído para teorizar o desenvolvimento do sistema capitalista em sociedades pré-históricas, sublinha que nos dos modelos de Sistemas Mundiais, onde estando ausentes os mecanismos característicos das economias de mercado, estão presentes escalas de dependência que estruturam as relações interpessoais e intercomunitárias que tornam viável a sua aplicação a outros contextos históricos.

das forças de trabalho, que se reproduzem através de relações de desigualdade no espaço, implicando uma expansão que se estende aos territórios periféricos, que abrangem todo o sul peninsular. Ao assumir que o controlo das forças produtivas pode ser indirecto, ou seja, que poderá ser realizado através de mecanismos simbólicos, aceita que esse poder assente no culto dos antepassados ou no sobrenatural e não na posse directa dos meios de produção, controlados indirectamente através daqueles.

Avança-se, contudo, para a formalização de sociedades tributárias, onde as elites residentes em locais centrais controlam e exploram comunidades dependentes, quer ao nível da sua produção agrícola, quer artesanal metalúrgica (Nocete, 2001; Cámara e Molina, 2006). Morán e Parreira (2003), na sua abordagem aos complexo de Alcalar, seguem de perto estas propostas, mas a uma escala mais restrita, propondo a emergência de uma classe dominante, não produtora e que detém a propriedade da força de trabalho e da produção excedentária, geridas através da coerção.

Recentemente, e na linha teórica de Juan Vincent, Pedro Diáz-del-Rio (2001) procura a validação empírica modelo de "economias agrárias" na região de Madrid. Também, aqui, a dinâmica é entendida no contexto do movimento de longa duração de dissolução da "Sociedade Primitiva", e as primeiras comunidades camponesas são igualmente caracterizadas seguindo o modelo de Sahlins (1961; 1983; 1984) de Sociedade Tribal Segmentária, fundada nos vínculos de parentesco e de colaboração solidária, que foram resistindo à consolidação de uma formação social em que o controlo do poder se extraísse a esses vínculos familiares. Considera que o facto de os excedentes de produção serem pouco expressivos, orientados essencialmente para a reprodução de grupos de pequena dimensão, não permitiu a emergência de mecanismos socio-económicos e ideológicos necessários ao controlo e desenvolvimento de uma força de trabalho e à acumulação (Díaz-del-Rio, 2006). A organização económica agrária é concebida como apresentando uma significativa dependência do rendimento agrícola e pastoril e uma estratégia produtiva diversificada "(...) cuya finalidad esencial fue la reducción de la varianza a largo plazo de la producción, resultado de la central importancia concedida a la combinación de los principios de 'seguridad primero' y 'aversersión al esfuerzo innecesario', principios clave y 'núcleo duro' para la comprensión de la economia moral campesina" (Díaz-del-Rio, 2001: 10). Chamando a atenção para condições superestruturais em comunidades com uma intensidade produtiva baixa, geradora de escalas de complexidade social e desigualdades menos afirmativas que as observáveis do Sul peninsular, considerada a possibilidade de interferências, como mecanismos reguladores da agregação ou segmentação destas sociedades, de facções politicamente organizadas. O poder e a coesão resultariam da negociação e compromisso entre facções, estando ausentes

mecanismos coercivos fortes, funcionando estes jogos políticos como condições da concentração de poder (Díaz-del-Río, 2003).

Numa mesma linha teórica, o materialismo histórico informa igualmente as propostas de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares explicar os processos de calcolitização do Sudoeste Peninsular, mas conduz a um modelo diferente de funcionamento das sociedades calcolíticas. O desenvolvimento das forças produtivas a partir de uma intensificação da produção sustentada pela Revolução dos Produtos Secundários (Sherratt, 1981) encontrar-se-ia articulado com uma organização política de carácter fragmentário. Esta fragmentação geraria comunidades autónomas basicamente igualitárias, as quais se organizaram numa escala local, reforçando as relações baseadas na residência sedentária e na contracção do território daí decorrente, gerando a uma situação de significativa autarcia, seguindo o modelo de um povoado/uma fortificação/um território/uma comunidade. Essa autarcia manifestar-se-ia num clima permanente de violência e competição, o qual justificaria a generalizada fortificação dos povoados, exportando para o plano das relações intergrupos o conflito, garantindo a unidade interna da comunidade (Silva e Soares, 1976-77; Silva e Soares, 1987; Silva, 1990; Silva, Raposo e Silva, 1993; Soareas e Silva, 2000; Soares, 2003). No desenvolvimento do sistema, a escala localista constituir-se-ia como contradição, bloqueando o desenvolvimento económico e a diferenciação social emergente (sobretudo associada à metalurgia do cobre). O sistema entraria em crise e, através de uma síntese dialéctica, esta seria superada através de um movimento de integração que caracterizaria a Idade do Bronze e superaria os problemas colocados pelo localismo fragmentário.

Estes quadros de pendor materialista, que têm vindo a ser desenvolvidos para áreas peninsulares mais centrais ou meridionais, conformam a "realidade", ou melhor, os discursos sobre a "realidade", a modelos evolucionistas dos estados sociais escalonados por grandes etapas e aplicáveis a grandes áreas regionais, manifestando-se na longa duração. Centrando-se na componente das relações sociais perspectivadas como relações que são estruturadas em torno à dinâmica económica e da apropriação dos meios de produção e produto, reduzindo as formas de poder e gestão do simbólico ao seu desempenho enquanto mecanismos infraestruturalmente determinados de regulação e exercício de controlo das forças produtivas, estas perspectivas circunscrevem a dinâmica social a estratégias desenvolvidas em torno de uma base material de existência e não permitem dar conta de fenómenos sociais em que a racionalidade humana (na sua vertente mais estruturante), o sentido e a intenção são factores tão "determinantes", tão "condicionantes" e tão "estratégicos" como os aspectos mais directamente relacionados com a produção e o trabalho. Já Max Weber, na sua "*Ética protestante, e o espírito do Capitalismo*" (Cruz, 2001), sublinhando a importância da abordagem económica para a explicação da natureza do racionalismo ocidental, reclamava não ser lícito esquecer as "relações de causa e efeito, de

natureza inversa." (*idem*: 675), afirmando o carácter igualmente estruturante das formas de conduta e da intenção na emergência do racionalismo económico. E, acrescenta, "entre as mais importantes elementos constitutivos das formas de conduta contavam-se – no passado, e em toda a parte – as forças religiosas e mágicas, bem como as concepções éticas do sentido do dever, alicerçadas na crença naquelas forças." (*ibidem*).

Não se trata de mascarar o papel estruturador fundamental que o modelo atribui às "relações sociais de produção", assumindo que as suas funções podem ser desempenhadas, de forma "intermediária", por outras vertentes do social, numa qualquer aproximação ao materialismo de Maurice Godelier, quando este afirma:

> "Se atendermos por infraestrutura económica o conjunto das forças produtivas e as relações sociais dos homens entre si e com a natureza que dependem do nível atingido pelas forças produtivas e programam e controlam o processo social de produção das condições materiais da existência, não existe qualquer razão teórica séria para julgar antecipadamente da natureza das relações sociais que assegurem neste ou naquela tipo de sociedade este programa e este controlo, que assumam a função de relações de produção."
>
> (Godelier, 1973: 111-112).

Esta tem sido uma resposta frequente, um recurso teórico estratégico, para viabilizar o modelo marxista face aos ataques que este tem sofrido, feitos a partir das perspectivas que sublinham a importância da esfera do simbólico, do sentido e da acção na conformação da mudança. Joaquina Soares, por exemplo, ao falar de uma "eufemização do poder simbólico", pretende apresentar o "capital simbólico" como mecanismo de controlo, num processo que transferiria para a esfera do simbólico o "ilusório" poder mobilizador sem recurso ao exercício de coacção (Soares, 2003). Francisco Nocete, ao considerar que os mecanismos de controlo social podem ser directos e indirectos, vai no mesmo sentido, admitindo que o controlo das forças produtivas pode ser realizado de forma indirecta, através de mecanismos simbólicos enraizados na tradição (Nocete, 2001).

A solução da "eufemização do simbólico", concebida para perpetuar o primado da base material das relações humanas como fulcro da explicação dos processos históricos, não altera em nada a situação de reducionismo das abordagens materialistas, as quais não só não contemplam, na sua plenitude, o potencial explicativo de outras variáveis do fenómeno social, como se revelam limitadoras relativamente à sua compreensão e geradoras de discursos monolíticos, de sentido único, profundamente normativo, repetitivos e universalistas. Como refere Vilfredo Pareto (Cruz, 2001), apesar do materialismo histórico ter tido uma notável contribuição para o desenvolvimento científico, sublinhando as contingências e a dinâmica dos processos históricos, a interdependência dos diferentes fenómenos sociais e realçando o papel dos aspectos mais estruturantes da vivência

humana, revela o equívoco de transformar essa "interdependência numa relação de causa e efeito", a que se acrescenta o outro equívoco de considerar a "luta de classes" como motor único do processo histórico: "A sociologia [como a História ou a Arqueologia] torna-se uma ciência facílima; é inútil perder tempo e esforço para descobrir as relações dos fenómenos, e as suas uniformidades; qualquer facto que nos narre a História, qualquer instituição que nos descreva qualquer ordenamento político, moral, religioso que nos faça conhecer, têm todos por única causa a acção da "burguesia" para "explorar o proletariado", e subsidiariamente a resistência do "proletariado" à exploração." (*Idem*: 432).

Por outro lado, alguns dos seus postulados de partida não são universalizáveis no espaço e no tempo. A racionalização economicista de aspectos como a "distância", ou a consideração de uma "segurança económica" ou "aversão ao esforço desnecessário" são concepções totalmente inadequadas para lidar com comunidades que apresentam visões do mundo e cosmologias que se afastam substancialmente das visões do mundo onde aquelas condicionantes possam ter sido desenvolvidas, para além de funcionarem dentro de esquemas mentais que operam com diferentes categorizações de espaço, tempo, acaso e causalidade (ver Capítulo 11). A base materialista da vivência humana, sendo um factor inerente à condição de Ser-no-Mundo, não pode ser investida do estatuto de último e fundamental factor de explicação dos fenómenos humanos e da sua dinâmica histórica; antes, deverá ser perspectivada e percebida num contexto que as relações recursivas, entre diferentes variáveis que podem ser conceptualizáveis no todo social, em cada situação histórica concreta.

Desta forma, e para a abordagem da dinâmica do espaço local em estudo durante o 3º milénio AC, elegeu-se como factor central o comportamento da territorialidade, entendida como a maneira como se processa a ocupação, apropriação, percepção e significação de um determinado espaço, e da sua interligação com as relações sociais que nele se processam. Neste contexto analítico, variáveis como as estratégias de povoamento, formas de apropriação física, social e conceptual do espaço, sedentarização, mobilidade, identidade, cosmologia, entre outras, tornam-se centrais, não só para a compreensão, mas também para a explicação da mudança.

A questões relativas aos processos de territorialização tem sido, naturalmente, abordadas no âmbito dos vários modelos de matriz materialista ou funcionalista, no contexto da designada constituição das "paisagens agrárias", seja considerando dinâmicas de agregação do povoamento, seja assumindo a perspectiva autárquica. Uma outra variante, que de certa forma conjuga agregação e autarquia, foi desenvolvida relativamente à região de Badajoz (Hurtado, 1995, 1999; García e Hurtado, 1997; Hurtado, 2003), para a qual tem sido apresentado um modelo de desenvolvimento de um processo de territorialização

específico, agregado e hierarquizado, com base num centro (o grande recinto da Pijotilla). Essa hierarquização resultaria de uma dinâmica de intensificação produtiva, geradora de excedentes e responsabilizada por um crescimento demográfico que originou pressões que estariam na base de processos de segmentação comunitária. Esta segmentação multiplicaria o número de povoados. Contudo, e ao contrário do modelo localista, de competição e conflito, de Tavares da Silva e Joaquina Soares, este modelo de hierarquização de base comunitária é perspectivado como originando um território com povoamento sustentado por uma matriz social parental, que se constituiria como espaço coeso de comunidades solidárias, com relações sociais baseadas na cooperação e redistribuição. Enquanto que no modelo localista a coesão se estabelece à escala do grupo e do sítio e o conflito se gera entre grupos, o modelo de Hurtado alarga a coesão a um território hierarquizado, mas solidário, que se organiza defensivamente (na sua estratégia de povoamento) contra territórios vizinhos, transportando o conflito para o nível do confronto entre redes de povoamento hierarquizadas (dado origem a "Territórios Fortificados" – Hurtado, 2003), mas cuja base social continua a ser o modelo de sociedade segmentária e a redistribuição solidária parental.

Estas abordagens, contudo, partem sempre da perspectiva de valorização económica do território e do seu controlo face ao exterior, esquecendo a sua perspectivação como paisagem e factor de identidade, ou seja, como espaço significante e de trânsito, cujos simbolismos e trajectos, enraizados na tradição, interferem e condicionam os processos de territorialização e mudanças sociais associadas. A mudança de localização da tónica abre-nos outras perspectivas de análise. Como sublinhou Mª de J. Sanches:

> "Se valorizamos "a paisagem" no sentido dominante de espaço conceptual, em detrimento da "posse da terra", entramos num campo cujos contornos são mais difíceis de definir, mas estamos a enfatizar o papel que estes lugares podem ter tido nas relações entre comunidades vizinhas, ou, ainda de novo, entre segmentos de uma comunidade mais alargada, de tipo tribal"
>
> (Sanches, 1997: 165)

De facto, a leitura que a distribuição do povoamento na área de estudo oferece ao longo do 3º milénio AC, revela a sua articulação com leituras específicas do território, as quais, por um lado, se relacionarão com vias de trânsito que ligam a bacia do Mondego ao vale do Douro, e, por outro, com a organização cosmológica do espaço herdada do Neolítico (questões que serão desenvolvidas no próximo Capítulo). É certo que se assume uma certa intensificação da economia produtora a partir do início do 3º milénio AC (que, contudo, não atingiria os níveis conhecidos no centro e sul peninsulares), em associação com o desenvolvimento de processos de sedentarização e contracção de territórios, num

movimento enquadrável no que Susana Jorge designou por "fragmentação da paisagem agrícola" (Jorge, 1998).

> "(...) estes locais emergem sobranceiros a paisagens cuja forma de ocupação da terra e, correlativamente, sistemas da sua representação estão a mudar desde, pelo menos, finais do 4º milénio a.C. Investimentos agrícolas intensivos proporcionam ocupações continuadas nos mesmos territórios durante longos períodos de tempo. Assim, parece não poderem dissociar-se tais investimentos (no controlo do acesso à terra e ao seu trabalho) do aparecimento de ocupações contínuas em territórios geográfica e conceptualmente cada vez mais circunscritos. O novo território de finais do 4º / inícios do 3º milénio a.C. é um território mais restrito e mais fechado, com fronteiras – reais e simbólicas – onde se incrementam dicotomias espaciais."
>
> (Jorge, 1999: 104)

Todavia, sublinha-se que esse movimento de territorialização se processa num quadro mental, cosmológico e de leitura das paisagens que lhes é prévio e o conformam, pelo menos numa fase inicial do 3º milénio.

Neste contexto, e ao contrário do que é conhecido para o 4º milénio na zona de estudo, o início do 3º milénio assiste à emergência de uma área residencial como elemento organizador do território e da paisagem, embora a profundidade do tempo possa continuar a ser pautada pelos sepulcros megalíticos que continuam a ser reutilizados. A emergência do Castro de Santiago, com a sua localização alcantilada e as suas estruturas de fortificação que definem dois recintos, não é aqui entendido como um simples povoado fortificado que procura um local com elevado para dominar visualmente a paisagem envolvente e responder a necessidades de defesa e controlo de um território e povoamento dependente. Sem que também estes propósitos sejam simplesmente descartados, toda a dinâmica local, e até regional, em que se insere este sítio sugere que a sua explicação e compreensão passará pela sua abordagem no contexto interpretativo dos sistemas simbólicos de apropriação do espaço (Jorge, 1998; 2000; 2002a; 2003) que se desenvolvem a partir dos inícios do 3º milénio (com maior precocidade no sul peninsular) e que, numa fase inicial, se enraízam nos quadros mentais de organização das paisagens de tradição Neolítica.

Nesta área local, como noutras, com o Castro de Santiago pela primeira vez uma área residencial assume o papel de pólo organizador de um território, substituindo nesse papel o sepulcro/necrópole megalítica. Não que esta seja desvalorizada. A manutenção da utilização dos monumentos megalíticos durante o 3º / meados do 2º milénio AC sugerem que estes monumentos, não só continuam a marcar as paisagens com significados, como poderão continuar a gerir a relação identitária com os antepassados, estabelecendo a profundidade do tempo. Contudo, o acentuar da tendência para a fixação e para a sedentarização permite que a área residencial, onde certamente decorreriam actividades de

múltipla natureza, irrompa com um potencial simbólico reforçado na organização do espaço e do cosmos.

Como será desenvolvido no capítulo seguinte, penso que estas comunidades podem ser abordadas no âmbito de modelos de enquadramento mental finalista. Nestes, a categoria de espaço opera de forma qualitativa e absoluta, gerando organizações qualitativamente hierarquizadas do espaço, onde o centro de sentido dessa organização apresenta propriedades particulares e não partilhadas com as áreas periféricas. Esse local organizador da espacialidade do mundo é fixo, implantado num local absolutizado como centro e partilha das qualidades e sentidos do ponto onde se localiza. Em comunidades de maior mobilidade esses pontos centrais tendem a não ser as áreas residenciais, sujeitas ao movimento itenerante, permitindo que pontos fixos significantes assumam esse papel. Os sepulcros megalíticos, que acrescentavam à sua fixação a carga simbólica de relação com os antepassados, ou seja, de identidade histórica e territorial, terão assumido esse desempenho durante o 4º milénio.

Com a emergência de sítios residenciais fixos, a situação altera-se. A área residencial não tem em si o privilégio de relação com os antepassados, embora a sua aproximação a contextos funerários ou a sua integração arquitectónica com eles (como se regista no sul peninsular em diferentes mega-complexos como os Perdigões, Alcalar, San Blás, Pijotilla, Valencina de la Concepción, Los Millares, Los Marroquiés Bajos) possa conferir-lhe essa participação. Contudo, a área residencial é o contexto mais plural e que, de forma mais abrangente, representa as vivências destas comunidades. Tradicionalmente, a perspectiva funcionalista gerou uma concepção de povoado que poderemos considerar redutora, no sentido em que se apenas lhe associa, de forma quase que inconsciente, aspectos funcionais do quotidiano (como o processamento de alimentos, a produção de instrumentos, etc.). Mas o povoado é um sítio onde se vive a plenitude da vida. É um local onde se morre e se desenvolvem todos os primeiros actos de ritualização da morte; é um sítio onde se nasce, onde se desenvolvem as ritualizações do nascimento; é um sítio onde se cresce e onde também se realizam ritos de passagem; é o local onde as pessoas se unem e consagram ritualmente essas uniões; é um sítio onde se observa o firmamento, onde se contam histórias e se transmite o saber e as normas de vivência; onde as pessoas se sentem em segurança, dominando totalmente o espaço interior face ao exterior mais "indisciplinado"; é local de festas, cerimónias, consagrações; e, naturalmente, é um sítio onde se dorme, se come, se processam alimentos, se produzem utensílios, se descartam dejectos, se constróem estruturas, etc, sendo que muitas destas práticas mais "funcionais" podem estar imbuídas de ritualidade, situação comum em sociedades em que a separação entre sagrado e profano não é clara. Esta pluralidade das áreas residenciais são naturalmente acentuadas pela fixação e durabilidade dessas áreas no tempo e

proporcionam-lhes um estatuto de representação da totalidade das vivências sociais que outros espaços não possuem, porque neles decorrem vivências mais parcelares, mesmo que evocadoras do cosmos. Num sepulcro depositam-se mortos e elaboram-se determinados rituais relacionados com a morte, com o indivíduo, com o grupo e com a sua vinculação identitária. Nesses rituais podem processar-se alimentos, comer-se, produzir-se até alguns instrumentos, encenar toda uma série de rituais e, antes de tudo isto, foi feita uma construção (acção também ela provavelmente ritualizada). Mas muitas outros aspectos da vivência humana, mesmo que evocados simbólica e ritualmente, não estão de facto presentes e não decorrem naquele espaço. Noutros locais cerimoniais ("santuários" de arte rupestre, recintos megalíticos, recintos, etc.) a situação seria equivalente. Esta compartimentação funcional/simbólica do espaço não pode deixar de ser considerada, na medida em que, a não ser aceite, implica o desaparecimento da noção de contexto. Naturalmente que a noção de contexto não se reporta apenas à sua base espacial, mas também ao tempo, ao que ocorre e aos sentidos associados. Como já foi referido anteriormente (cf. Capítulo 9), um mesmo cenário fixo pode suportar diferentes elementos móveis e semi-móveis, associados a actividades e sentidos distintos, os quais dotam um determinado lugar de uma pluralidade contextual, alternada ou sequencial. Contudo, esta circunstância não nos deve levar a forçar homologias entre contextos que são de natureza eminentemente distinta, embora interligados em rede.

Neste sentido, a área residencial, na sua multiplicidade vivencial, parece assumir-se como centro da gestão territorial e, possivelmente, da organização das paisagens e das morfologias cosmológicas, a partir do momento em que começa a ganhar estabilidade. Por outro lado, essa estabilidade permite o investimento arquitectónico, o qual age recursivamente sobre essa mesma estabilidade, no sentido em que gera e reforça laços de ligação ao sítio construído, ao mesmo tempo que desenvolve uma função comunicadora relativa à posse e identificação com um território. Neste sentido, é particularmente interessante a exploração que Mª de J. Sanches realizou relativamente à associação entre a área residencial como repositório de memórias e as dinâmicas geracionais (Sanches, 2000b). Nesta abordagem é precisamente sublinhado que a "permanência continuada possibilitará a alteração do papel dos diferentes povoados no contexto económico e social micro-regional, a reformulação das normas de conduta entre comunidades vizinhas e uma maior diferenciação social no interior das comunidades." (*Idem*: 133). Ao passar de uma situação de precaridade para situações tendencialmente de permanência continuada, embora de duração variável, a área residencial adquire um potencial de "armazenamento de memória". Acumulando memória, desenvolvendo sentimentos de pertença, a área residencial, sobretudo a construída de forma mais elaborada, tende a assumir-se como o centro a partir do qual se organiza a vida do grupo, concorrendo para a "identificação do

território ecológico/social de cada povoado com o próprio povoado." (Sanches, 2000b: 136). A área residencial valoriza-se como âncora das comunidades e, com a profundidade de tempo e memória que vai ganhando, configura-se como potencial centro organizador das comunidades que desenvolvem processos de identificação relativos a um território ao qual se sentem mais ligadas pelo investimento social e vivência que nele desenvolvem.

Para Mª de Jesus Sanches, esta emergência da área residencial como elemento organizador de paisagens e identidades e gestora das relações sociais entre grupos (na medida em que a ocupação continuada de um território gera novas necessidades de relacionamento político e identitário tanto internamente como com o exterior) ter-se-á traduzido numa alteração de cosmologias:

> "Este conjunto de mudanças sugere uma alteração substancial das Cosmologias, i.e, da forma ou modos como as sociedades tendem a deslocar o *axis mundi* da sua associação dominante aos antepassados (com os quais formam uma comunidade única), para relações de identidade mais especificamente ligadas à hierarquização real e conceptual (ou ordenação expressa de modo mais peremptório) de territórios e de grupos regionais, provavelmente ainda não organizados."
>
> (Sanches, 1997: 218)

Como será argumentado mais desenvolvidamente no Capítulo 11, não creio que, no caso concreto da área de estudo, a emergência do Castro de Santiago como centro polarizador da organização de um território local e das dinâmicas identitárias que se vão desenvolver associadas a essa territorialidade, traduza uma "alteração substancial das Cosmologias" prévias, na medida em que a estrutura dual das leituras da paisagem, que penso poderem ser aventadas para estas comunidades, se mantêm em clara continuidade com a cosmologia cíclica neolítica, subjacente ao próprio fenómeno megalítico. Antes, penso que o sítio terá sido arquitectado como centro de um território e de uma paisagem que se organiza e entende de uma forma ainda profundamente neolítica, a qual acolhe e conforma os desenvolvimentos económicos, a contracção territorial e as dinâmicas identitárias (cf capítulo seguinte). É possível que, neste primeiro momento (que grosso modo enquadro no primeiro quartel do 3º milénio) a memória e a tradição fossem ainda ancoradas pelos sepulcros megalíticos que se mantêm em uso localmente (pelo menos as antas da Matança e Cortiçô). A própria implantação do sítio "escolhe" um lugar de grande visibilidade, mas que igualmente se apresenta num ponto estratégico relativamente a vias de trânsito norte / sul, ao longo das quais se vai estruturar todo o povoamento durante o milénio, mas que podemos pensar que já estaria enraizadas nos padrões de circulação das comunidades neolíticas locais. Ou seja, a estrutura axial que vai estar subjacente ao território local que se constitui durante o 3º milénio AC não terá resultado de uma profunda transformação das

leituras deste espaço, mas possivelmente apenas de uma contracção de um território de circulação mais alargado.

De facto, toda a estrutura do povoamento que se vai desenvolver ao longo da "linha de junção" da área planáltica da superfície fundamental e os dois vales profundamente encaixados da Ribeira de Cortiçô e, sobretudo, da Ribeira da Muxagata. Trata-se de um território de configuração alongada, com uma compartimentação dualista que se impõe (planalto de um lado, profundos fundos de vale do outro) e que, no seu alongamento, se integra numa via tradicional de ligação entre a bacia do Mondego, os Planaltos Centrais e os vales do Távora e mais a norte do Douro.

O Castro de Santiago parece "inaugurar" esta estrutura de povoamento, mas apenas na medida em que é o contexto residencial mais antigo que se conhece nessa rede. É contudo provável que outros pequenos povoados existissem neste território (de notar que não foi possível conseguir, nem mesmo através de ensaios de cronologia relativa, um posicionamento cronológico para alguns dos contextos reconhecidos em prospecção ou mesmo em sondagem, como por exemplo as Provilgas, o Penedo da Pena ou a Quinta do Inferno). É igualmente provável que a emergência do Castro de Santiago como centro organizador de um território e de novas dinâmicas identitárias, que recursivamente o acompanham, desenvolva competências agregadoras de vários núcleos residenciais em torno de sentimentos de pertença e identificação a um território partilhado. Não creio, contudo, que possamos falar de uma hierarquização no sentido de dependência económica e social, mas num sentido que se aproxima do que desempenharia o sepulcro megalítico.

Na realidade, quando observamos o registo arqueológico proporcionado pelo Castro de Santiago de uma forma mais liberta relativamente a constrangimentos impostos pelos quadros construídos pelos discursos mais tradicionais, verificamos que não existem sinais de profunda ruptura, de "revolução" nos planos económicos, sociais e tecnológicos, o que, aliás, ainda que num enquadramento distinto, já tinha sido sublinhado por Senna-Martinez (1994b). Os contextos escavados no interior do recinto central revelam a presença de estruturas de cabana com lareiras e alguns empedrados. Os materiais recolhidos indiciam actividades como a moagem, a tecelagem a produção e utilização parcial (já que parte dos utensílios seria utilizados fora do sítio) de instrumentos em pedra talhada e polida (em tarefas que implicavam raspagem, perfuração, corte, incisão, etc.), a utilização de recipientes cerâmicos em tarefas que pressupomos de manipulação e processamentos de alimentos. A metalurgia está ainda ausente; artefactos directamente relacionáveis com o sagrado estão igualmente ausentes. A distribuição espacial da cultura material, nomeadamente pelas áreas das cabanas revela grande homogeneidade, não evidenciado uma organização do espaço particularmente complexa e especializada. No Sector C (Fase

1) existe mesmo uma área que parece ter sido plurifuncional, eventualmente com alternância de actividades num mesmo espaço. Nada indicia a presença de especialização. Apenas um recipiente apresenta dimensões significativamente grandes para poder ser considerado como recipiente de armazenagem.

A Arqueologia, fundamentalmente no quadro das abordagens funcionalistas e materialistas, tem colocado a questão da especialização ao nível do indivíduo (existência de especialistas) e ao nível do espaço (áreas ou sítios especializados). A existência de especialistas tem sido deduzida a partir de evidências de padronização e do grau de complexidade técnica de determinadas produções, assim como da determinação de áreas de práticas especializadas, cuja identificação se baseia em padrões diferenciados de utilização do espaço expressos na distribuição espacial dos materiais. Já a definição de sítios especializados recorre essencialmente às estratégias de implantação dos sítios e às relações preferenciais que estes estabelecem com determinadas de potenciais recursos.

No estudo realizado para o Castro de Santiago (Valera, 1997a) discutiram-se as situações onde eventualmente se poderiam tentar descortinar sintomas de especialização. Podendo a problemática ser discutida à escala do indivíduo, das áreas, do sítio ou do espaço local/regional, concluiu-se que apenas a um nível supra sítio, a questão da especialização poderia ser colocada. Não como se de um sítio especializado se tratasse, mas como um sítio que absorveria produtos que poderiam estar associados a uma produção especializada para abastecer circuitos de troca transregionais. Por outras palavras, o sítio participaria como receptor em circuitos de troca que envolveriam outros contextos que poderiam ser especializados na produção e exportação de produtos normalizados.

Um desses produtos seriam as grandes lâminas de sílex. O estudo tipológico da indústria lítica revelou uma produção residencial essencialmente microlítica, orientada para a produção de suportes lamelares e lascas, sendo a produção local de lâminas relativa aos pequenos exemplares obtidos sobre quartzo. As grande lâminas de sílex, preferidas para a segmentação e produção de utensílios variados, seriam importadas, sublinhando-se o paralelismo com o padrão de circulação de suportes laminares, evidenciado para o Neolítico Final/Calcolítico na Estremadura (Zilhão, 1994; Uerpmann, 1995) e Sudoeste Peninsular (Carvalho, 1995). A existência de segregação espacial da produção de instrumentos líticos é conhecida em contextos Calcolíticos da Estremadura, em oficinas de talhe de sílex como a de Casas de Baixo (Zilhão, 1994) - preparação e exportação de nódulos de sílex, cuja debitagem seria feita nos contextos de destino – ou na Submeseta Norte, também com oficinas de talhe de sílex – Los Cercados Mucientes (Delibes de Castro *et al.*, 1995). Outro possível quadro de especialização foi discutido em torno da produção de utensílios de pedra polida. A presença de blocos-lingote de anfibolito pré-configurados no Castro de Santiago, e

mais tarde na Malhada, indica que uma primeira fase de tratamento desta matéria-prima seria realizada no local de extracção e envolveria um determinado nível de normalização e pré-determinação dos utensílios a produzir, uma vez que a morfologia dos blocos já imporia limitações às possibilidades relativas aos utensílios a produzir a partir de cada bloco.

A especialização de oficinas de extracção e produção de utensílios de anfibolito e a sua distribuição por vastos territórios está bem documentada na Europa, em França, Inglaterra ou Espanha (Ricq de Bouard, 1980 e 1981; Barrera Morate *et al.* 1987; Gasco, 1992; Ramos Millán, 1998). Situação semelhante é desde há muito conhecida para a exploração e produção de materiais em sílex (Champion *et al.*, 1988; Gasco, 1992), onde verdadeira mineração e produção especializada de produtos (normalmente laminares, mas também lamelares e de núcleos) está atestada desde o Neolítico.

Como se afirmou no estudo monográfico deste sítio, não é possível aferir se a extracção e tratamento prévio eram efectuados pelos próprios habitantes de Santiago ou era executada por outra comunidade especializada situada mais próximo das fontes de matérias-primas. A possibilidade de abastecimento local apenas se pode colocar para a mancha de xistos existente junto à Malhada, mas nas várias prospecções ali realizadas (com amostragem e análise de materiais) não foram registados fontes de matéria-prima de anfibolitos como os que servem de suporte aos instrumentos de pedra polida dos sítios intervencionados localmente. Esta circunstância sugere que, muito possivelmente, o anfibolito resultaria de uma importação local de materiais pré-conformados (blocos/lingote) com origem regional "comercializaria" depois os produtos. Quanto à possibilidade de a produção de utensílios realizada no Castro de Santiago (como depois na Malhada), atestada pela presença de todas as etapas da cadeia operatória pós pré-configuração, ser igualmente destinada à exportação transregional (como elemento de troca por sílex – como propõe Senna-Martinez), "não existem quaisquer indícios que permitam interpretá-los como materiais integráveis num "pacote de exportações" feitas a partir deste povoado para outras áreas da região ou de fora dela. Contudo, também não existem dados que permitam excluir essa hipótese." (Valera, 1997a).

Quanto ao sílex, esta matéria-prima não existe na região em quantidade e qualidade que permita a produção dos suportes laminares alongados. Têm sido identificados alguns locais onde materiais siliciosos ocorrem em filões. Junto ao sítio do Murganho 1 (Nelas) foram registados blocos de quartzo com intrusões siliciosas (Valera, 1997a), numa área com sinais de mineração antiga. Na vila de Fornos de Algodres (cf. Capítulo 7) foi identificada uma situação semelhante, com material silicioso de origem filoneana, aqui com evidências de utilização durante a Pré-História, uma vez que foram recolhidos alguns núcleos e utensílios. Por outro lado, em contextos do 3º milénio, como o Penedo da Penha 1 (Nelas) e

o próprio Castro de Santiago, surgem alguns (escassos) materiais em matérias-primas siliciosas semelhantes, revelando que estes locais serviriam de fonte de abastecimento. Contudo, se algum sílex pode ser extraído destas rochas filoneanas, esse sílex não é nem em quantidade nem em qualidade suficiente para a produção de grandes lâminas, pelo que estas teriam de ser importadas de fora da região, circulação que, eventualmente, poderia configurar redes que fomentassem a especialização (pelo menos ao nível de pequenas áreas locais ou sítios). Esta situação, todavia, não obsta a que junto destes filões que proporcionam material silicioso não se pudessem desenvolver áreas especializadas na extracção e preparação prévia da matéria-prima, que depois abasteceriam os sítios da região. Esta poderia ser a situação do sítio de Fornos 1 (hipótese a necessitar de confirmação).

Em suma, a imagem que melhor adere ao Castro de Santiago, mas que podemos estender a todo o povoamento local durante o 3º milénio no que toca a estas problemáticas, é a de que se configurará essencialmente como lugar receptor e consumidor e unidade doméstica de produção orientada para a satisfação das necessidades próprias.

A especialização tem sido um dos indicadores mais importantes para a referenciação da hierarquização, tanto no que respeita à organização social como à organização do povoamento. No quadro do funcionalismo mais tradicional, a inexistência de clara segregação espacial da produção e a ausência de sinais de especialização pessoal, são normalmente interpretados como um indicador de baixos níveis de complexidade social e de intensificação económica. O carácter por vezes simplista com que se estabelecem relações directas entre a especialização ou a sua ausência e níveis de complexidade social é contudo questionável e tem-no sido, mesmo no quadro funcionalista. Por um lado, a complexidade das relações sociais pode expressar de múltiplas formas, sem que tenha que necessariamente recorrer ou derivar da especialização. Por outro lado, como lembrou Binford (1988) segregação espacial de actividades dificilmente pode ser considerada como indicador directo de complexidade social quando está presente em sociedades de caçadores-recolectores. Estas chamadas de atenção reforçam a ideia de que estas problemáticas têm que ser abordadas no contexto de correlação de múltiplas variáveis e integradas na abordagem de sistemas de povoamento. Neste contexto, o Castro de Santiago, assim como mais tarde a Malhada, revelam-se lugares consumidores de produtos normalizados (blocos/lingote de anfibolito e lâminas de sílex) que seria produzidos, eventualmente de forma especializada e orientada para o abastecimento de circuitos de troca (possivelmente não formalizados, mas operando enquanto tal), mas não apresentam no interior dos seus contextos claros indicadores de especialização. A sua produção, lítica ou outra, enquadra-se em modos domésticos. A normalização de procedimentos técnicos terá mais a ver com o *habitus*, com modos de fazer que se enraízam na tradição, do que

com a especialização individual. A normalização tem sido evidenciada em inúmeras produções independentemente do contexto social e tecnológico, ocorrendo desde momentos bastante antigos, o que, uma vez mais, não permite utilizar a sua ausência ou presença como um indicador directo de maior ou menor complexidade social (Tixier, 1980; Juan-Cabanilles, 1984; Carvalho, 1998)

Quanto à importação, os lingotes de anfibolito teriam uma origem regional, enquanto que as lâminas de sílex teriam proveniência exógena à região. Como refere Ramos Míllan (1998), não se pode deixar de considerar que, a par da produção doméstica para auto-consumo, a importação destes produtos não deixou de obrigar estas comunidades a uma interacção social extra-doméstica, como forma dos obter, a qual as poderá ter impelido níveis de intensificação da produção de determinados produtos de troca para além do que seria estritamente necessário para a auto-satisfação. Mas nisto, as diferenças não serão significativas relativamente aos contextos do Neolítico Final da Plataforma do Mondego e, portanto, essas circunstâncias, mais que poderem ser utilizadas para sustentar qualquer afirmação sobre uma eventual hierarquização do povoamento ou factor de fomento da desigualdades sociais, revelam a integração deste espaço local em circuitos de troca de matérias-primas que estão estabelecidos desde o Neolítico e que se mantêm activos durante a primeira metade do 3º milénio. "La mineria, la artesania y el intercambio de sílex configuran un sistema económico regional y milenario." (Ramos Míllan, 1998: 35). Em muitas regiões peninsulares e centro europeias, nomeadamente nas que dispõem de sílex, esta dinâmica milenar terá incentivado níveis de intensificação durante o 4º e 3º milénio AC. Mas nestes circuitos, a Beira Alta participou essencialmente como receptora e o quadra da 1ª metade do 3º milénio não é substancialmente diferente do conhecido para o 4º milénio. Diferenças a serem assinaladas, serão no sentido de uma redução da quantidade de sílex, mas aí estaríamos a comparar essencialmente sítios residenciais da área de Fornos com espólios de monumentos megalíticos, o que, face à diferente natureza contextual, não é aconselhável.

São, pois, escassos (ou simplesmente inexistentes) os dados concretos em que nos possamos basear para associar o Castro de Santiago a um sistema sustentado em desigualdades sociais. O próprio espaço ocupado é reduzido, assim como reduzido é o número de cabanas por fase (nunca ultrapassando as três), sugerindo uma densidade demográfica baixa (note-se que no recinto exterior não existem evidências da construção de estruturas habitacionais). As estruturas arquitectónicas das cabanas não são particularmente mais complexas e elaboradas que as conhecidas para as cabanas dos *habitats* neolíticos da Plataforma do Mondego. A arquitectura das muralhas, se implica um dispêndio de trabalho maior do que o associado à construção de um grande monumento megalítico (mas não incomensuravelmente superior, já que os panos de muralha não foram

feitos todos ao mesmo tempo e se se utiliza bastante mais pedra, os monólitos a que recorre são de dimensões bastante mais reduzidas) e se traduz concepções e "estilos" de provável origem meridional, alberga soluções e procedimentos técnicos que já estão patentes no megalitismo local e regional. Ao contrário do que afirmei em 1997 na monografia deste sítio, pouco ou nada nos permite (a não ser a fidelidade a modelos generalistas de larga escala) falar de condições que tenham permitido a "elites emergentes criar padrões de consumo diferenciados e desenvolver mecanismos de ostentação de poder e de força", nem nada de particularmente novo revela profundas transformações tecnológicas (relativamente ao que já seria conhecido, apenas temos agora evidências de tecelagem, mas mesmo essas representaram, muito provavelmente, uma inovação das formas de tecer e não propriamente o aparecimento de uma nova "área" tecnológica de impacto social significativo).

Uma certa intensificação da produção agrícola já foi defendida. Não só como resultado de uma inferência realizada a partir dos sinais de maior sedentarização (assumindo que, pelo menos em parte, esta, está directamente relacionada com o desenvolvimento de uma economia produtora com uma componente agrícola já relevante), mas também com base na presença significativa de elementos de moagem (embora estes também sejam utilizados em produtos não produzidos – ver Capítulo 8), na intensa utilização de material de pedra polida (que, em parte, pode ser associável a tarefas agrícolas) ou nos elementos de foice presentes na indústria lítica talhada (para além das evidências directas de agricultura cerealífera existentes para regiões periféricas). Creio, pois, existirem sinais que nos permitam falar de uma intensificação da economia produtora, realizada no âmbito de uma "moderada" Revolução dos Produtos Secundários. Mas mesmo esta intensificação produtiva, se vai contribuir para uma progressiva fixação e reavaliação dos territórios, não se parece constituir ainda como factor desequilibrador das relações sociais, pelo menos durante o 1º quartel do 3º milénio, que encontrariam no parentesco, na solidariedade e em sentimentos de identidade gerados numa "história" (e numa possível origem mítica) comum, nos antepassados consubstanciados nos sepulcros megalíticos locais e num território progressivamente mais restrito. O próprio funcionalismo fez, recentemente, uma espécie de acto de contrição relativamente às ligações directas e imediatas entre as evidências ou os sinais de intensificação económica e a hierarquização social, sublinhando que mesmo quando os primeiros são reconhecíveis no registo arqueológico, a segunda nem sempre têm está adequadamente documentada.

> "Los datos que tenemos, aunque sean desiguales e incompletos, nos permiten ver que algunos elementos claves de estos argumentos – las jerarquías de asentamiento, la especializacíon artesanal a tiempo completo en la metalurgia, las clases sociales hereditarias – carecen de confirmacíon adecuada, mientras que outros – la existencia de un cierto grado de intensificación en la agricyltura –siguen en pie"
>
> (Gilman, 1999: 91)

A constituição da paisagem como território, delimitado e controlado, não implica necessariamente a existência e a geração imediata de sistemas sociais hierarquizados e sustentados por regimes tributários com base num desenvolvido incremento produtivo. Numa fase inicial, a constituição de pequenos territórios comunitários, de escala local, pode ser enquadrada dentro de esquemas sociais e mentais tradicionais, embora, à boa maneira dialéctica, contenha em si fermento de mudança.

Por outro lado, a interacção não revela sinais de uma particular intensificação. Nas indústrias líticas as matérias primas locais continuam a predominar, os estudos arqueométricos documentam uma produção essencialmente local e apenas os pesos de tear indiciam a participação num "espaço tecnológico comum". Apenas os lingotes de anfibolito e as lâminas de sílex terão proveniência exógena (os primeiros regional e as segundas transregional), mas tal representa apenas uma continuidade relativamente a situações que já se regista no Neolítico Final. Será ao nível da estilística e dos modelos arquitectónicos e de implantação no espaço que mais se faz sentir a participação em esferas de relação e circulação de âmbito mais alargado. Mas a interacção não se mede apenas através da presença ou ausência de objectos ou modelos estilísticos de proveniência exógena. Essa, contudo, é a forma como ela pode mais facilmente ser reconhecida no registo arqueológico. A circulação de ideias, de concepções ou de crenças é mais difícil de observar e de demonstrar, assim como forma de integração do que é recebido de fora na cultura receptora (Brumfiel e Earl, 1987).

O que é que surge, então, de rotundamente novo com o Castro de Santiago? Uma nova implantação para uma área residencial com carácter sedentário, num ponto alcantilado e de grande controlo paisagístico; uma nova arquitectura e organização compartimentada desse espaço residencial; a decoração da cerâmica, ou seja, novas estratégias de comunicação e gestão de territórios, da paisagem e das identidades.

A territorialidade humana é fonte de identidade (Muir, 1997) e a identidade é fonte de territorialidade. Esta relação recursiva, não determinista ou adaptativa, participa no constante recrear das relações Homem/Espaço que se operam ao longo do tempo e no desenvolvimento de sentimentos de pertença a um território. Estes sentimentos, juntamente com o parentesco e a história comum, jogam um papel central na emergência e consolidação de identidades, integrando-se numa "face psicológica da paisagem" (*Idem*), a qual, associada à própria contracção do território de exploração imediata e à sua valorização no contexto de uma economia onde o peso produtor, ainda que pouco desenvolvido, se faz sentir de forma mais marcante, contribui para uma crescente demarcação de fronteiras e para o desenvolvimento de um "espaço de tradição local".

O aparecimento de fortificações no Castro de Santiago corresponderá, por um lado, a um contexto onde o controlo de um território mais restrito e valorizado pelo crescente investimento económico necessita de ser afirmado e, por outro, ao desenvolvimento de dinâmicas de identificação associadas a esse processo de territorialização e que geram relações agregação (interna ao território) e diferenciação (face aos territórios vizinhos) que informam as estratégias políticas internas e da relação com os outros. O desenvolvimento de sentimentos de identidade e de pertença a um território, onde é crescente a demarcação de fronteiras, reformula as relações de vizinhança. Neste contexto, a violência pode tornar-se numa ferramenta ao serviço da engenharia social e identitária (Murray e Boal, 1979; Vincent, 1995), não sendo de excluir que a vertente de fortificação que está patente na arquitectura do Castro de Santiago (nomeadamente na potente muralha do recinto interior) assuma também um papel relevante na gestão de potenciais conflitos com comunidades vizinhas.

Mas enquanto suporte de estratégias de controlo e marcação territorial, escolhendo um lugar bem destacado na paisagem possivelmente com simbolismos já associados, este povoado é arquitectado de uma maneira mais complexa, onde a compartimentação e a fortificação/enclausuramento dos espaços é feita de forma particularmente afirmativa (não tanto pelo impacto visual das estruturas à distância, que não é significativo, mas sobretudo pelo seu impacto vivencial e pelo acréscimo simbólico que o conhecimento da sua presença acrescenta aos lugares) e possivelmente significante[6]. A sua implantação, a sua arquitectura, a organização e vivência do seu espaço assumem-se como mecanismos de comunicação, com discursos sobre um território e sobre o sentimento de pertença e de identificação de um grupo ou grupos que nele vivem. É neste sentido, predominantemente comunicacional, de centro de produção e afirmação de uma identidade comunitária, que também têm sido interpretados alguns contextos do Norte de Portugal (como Castelo Velho de Freixo de Numão – Jorge 1998, 2002a, 2003 – Crasto de Palheiros – Sanches, 2000a, 2000b – ou Castanheiro do Vento – Jorge *et al.* 2003a, 2003b) que, sendo genericamente paralelizáveis com o Castro de Santiago, apresentam diferenças relevantes quer na arquitectura, quer na duração, quer ainda na natureza dos contextos que constituem.

Na vertente comunicacional da organização e arquitectura do espaço, as estratégias de visibilização desempenham um papel fulcral. O aparecimento do Castro de Santiago denota uma vontade de visibilização de um contexto residencial que se articula com um processo de territorialização e identificação. Essa visibilização é condição da função social que este contexto viria a desempenhar (Criado Boado, 1993a). Na sua teorização sobre a

[6] As possibilidades de sentido da organização do espaço no Castro de Santiago serão ensaiadas no Capítulo 12.

visibilidade e interpretação arqueológica, Criado Boado, sublinha que a visibilização, sendo resultado de uma acção social, se pode estabelecer como *produto* ou como *efeito*, ou seja, a vontade de visibilidade pode ser consciente e formalizada pelos actores sociais, sendo explícita, ou, dada a sua inerência aos processos sociais em causa, ser inconsciente e estar implícita, sendo apenas evidenciada pelo discurso arqueológico (o que não significa, obviamente, que não tenha desempenhado o seu papel social).

É difícil ser peremptório sobre se a acção social que conduziu a edificação do Castro de Santiago naquele ponto e com aquelas características, integrou, na racionalização que os agentes realizaram sobre essa acção, uma estratégia intencional de visibilização, ou se ela é uma inerência inconsciente não objectivada. Como já foi referido (Cf. Capítulo 9), a visibilidade das estruturas de fortificação do Castro é espacialmente restrita, não sendo visíveis à distância. O que se destaca é a morfologia maciça do interflúvio, coroada na sua extremidade mais alta por um amontoado de grandes penedos. Se vontade de visibilização à distância existiu, essa visibilidade não se constituiu em função de uma percepção sensível, isto é, de uma percepção realizada directamente pela visão. Antes, constituiu-se como uma visibilidade conceptual, que se basearia no olhar o cabeço de uma forma diferente, porque se sabia ali existir aquele sítio, com aquelas características. Um pouco à imagem dos desenhos de Nasca, os quais possivelmente nunca chegaram a ser vistos na sua íntegra[7], a representação mental do território ou de uma parte específica desse território é estabelecida com base em aspectos mais ou menos invisíveis nele inscritos, mas que se sabe lá estarem, que têm sentidos e que conferem significado ao visível. Nesta estratégia, não só se recorre à expressão visível da arquitectura, mas também à sua articulação com a expressão visível de um *Tor* e da própria imponência morfológica do interflúvio, numa reunião de elementos artificiais e naturais (como já referimos, possivelmente não conceptualizados como naturais pelos agentes) de escala variada.

Naturalmente, a percepção é um problema, também ele, de natureza contextual, pelo que a sua abordagem não deverá limitar-se ao caso individual, mas procurar abordar sistemas que orientam a percepção em cada contexto espacio-temporal (Criado Boado e Villoch Vázquez, 1998). Neste sentido, os sistemas de percepção da paisagem estarão particularmente interrelacionados com as características morfológicas do espaço vivido que, com a fixação territorial, se vão restringindo. Localmente, a morfologia conforma a percepção a diferentes contrastes luminosos no vale e na área planáltica, diferentes horizontes (muito fechados no fundo de vale e muito abertos na área planáltica, sobretudo no seu rebordo ocidental) e apresenta como potencial recurso organizador do espaço (tanto

[7] Embora existam hipóteses recentes que apontam para a possibilidade de terem ocorrido voos numa espécie de balões.

do micro como do macro) as formações graníticas em *Tor*, que vemos serem utilizadas como *Lugares*, primeiro no Castro de Santiago e, mais tarde, na Quinta das Rosas e na Fraga da Pena.

No medida em que esta construção associa elementos artificiais a elementos naturais de longa duração, adopta uma dimensão que se projecta no tempo, transformando-se em "estratégia de monumentalização" (*Idem*), sendo nesse sentido que poderemos falar do Castro de Santiago como "monumental": não que deixe de ser uma área residencial, mas porque a sua organização arquitectónica assume uma estratégia de visibilização e comunicação que se projecta no tempo de maneira marcante e perene.

Esta estratégia discursiva assumida pelo Castro de Santiago relativamente à afirmação de um território e da identificação com esse território, seria complementada por outros discursos expressos na cultura material. Entre os mais activos encontrar-se-ia o reaparecimento da decoração da cerâmica e, dentro das opções estilísticas desenvolvidas, a eleição de determinados padrões organizativos que, partilhados com outras áreas regionais, viriam assumir aqui um particular destaque, o qual pode ser interpretado como expressão emblemática das dinâmicas identitárias que localmente se começam a desenvolver a partir do 3º milénio AC (este aspecto será desenvolvido e aprofundado no Capítulo seguinte). Trata-se das organizações decorativas de tipo A (à base de caneluras) e B (à base de motivos "espinhados"), as quais se assumem como claramente dominantes no espectro estilístico do Castro de Santiago e manterão esse estatuto localmente até meados do 3º milénio AC.

Tratam-se de duas formas sincrónicas e distintas de expressar a identidade cultural de uma comunidade, que emergem num contexto específico relacionado com uma nova dinâmica de territorialização.

10.3.4 A afirmação de uma tradição local (meados do 3º milénio AC)

A partir do início do 2º quartel do 3º milénio AC, poderemos considerar que uma rede de povoamento se estabelece e que uma "tradição local" se encontra instituída, associada a um território e a uma dinâmica de identificação. Inicia-se a ocupação do povoado aberto da Malhada a meio da vertente e sensivelmente a meio da extensão do vale da Ribeira da Muxagata, permitindo-lhe estar numa situação mais ou menos equidistante entre o fundo do vale (onde se encontram os solos de melhor qualidade) e as zonas mais planálticas (onde eventualmente se poderiam abrir pastos) e, simultaneamente, localizar-se numa encruzilhada de rotas naturais de trânsito que o tempo terá conservado (cf. Capítulo 11, ponto 11.3.2, Figs. 11-3 e 11-4).

A sua fundação e vida inicial terá ocorrido, com grande probabilidade, ainda durante a vida do Castro de Santiago (cf. Capítulo 8), com o qual apresenta um claro contraste ao

nível da localização, da organização e arquitectura do espaço e da visibilidade de e sobre a paisagem. O Castro de Santiago é, entre todos os contextos referenciados, aquele que apresenta um maior destaque na paisagem e aquele que desfruta de um controlo mais alargado sobre os vales das Ribeiras de Cortiçô e Muxagata (Figura 10-5: 3). A sua proximidade relativamente à confluência da Ribeira da Muxagata no rio Mondego, permite que apresente um controlo visual sobre os territórios imediatos da margem sul daquele rio, embora o limite da sua visibilidade circular (Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993), em termos de horizonte seja, nessa direcção, extensível à vertente ocidental do Maciço Central. Este seu posicionamento no topo do interflúvio permite que seja visível de grande parte das áreas do dois vales e da metade sul do rebordo da área planáltica. Pelo contrário, a Malhada, localiza-se numa área baixa e encaixada, diluída na paisagem e com um controlo visual restrito a um pequeno troço do vale da Ribeira da Muxagata (Figura 10-5: 2). A sua organização espacial é aberta, disposta ao longa da vertente, adaptando-se às pequenas rechãs que nela existiam, não existindo diferenciações relevantes entre as diversas áreas intervencionadas. Entre os sítios não existe intervisibilidade, mas das terras de fundo de vale, a que os habitantes da Malhada teriam acesso, o Castro de Santiago é visível e impõem-se de forma destacada na paisagem.

Independentemente das diferenças de implantação e destaque na paisagem, vários elementos estabelecem uma clara articulação entre estes dois sítios, nomeadamente nos contextos mais antigos das estratigrafias dos Sectores B e C da Malhada. Do ponto de vista arquitectónico, as estruturas de cabana apresentam características semelhantes, na sua adaptação aos afloramentos e penedos ou nas suas lareiras (algumas das quais estruturalmente idênticas). As intensidades de ocupação, avaliadas em função da quantidade e densidade de materiais e de estruturas registadas, são equivalentes (as maiores potências estratigráficas registadas na Malhada poderão ser justificadas pela distinta dinâmica de sedimentação nos dois contextos, devido à sua diferente implantação), talvez com um pouco mais de expressão na Malhada, revelando que, em ambos os sítios, os níveis de sedentarização seriam consideráveis.

Ao nível da cultura material, como ficou patente no Capítulo 8, a continuidade é marcante, quer nas indústrias líticas (talhada e polida), quer nas cerâmicas, seja nos pesos de tear, nas colheres ou nos recipientes. Nestes últimos, a decoração segue as percentagens e os padrões estilísticos instituídos em Santiago e as organizações decorativas A e B (sobretudo esta última) mantêm-se claramente dominantes, sublinhando o seu papel emblemático na expressão das dinâmicas de identificação local.

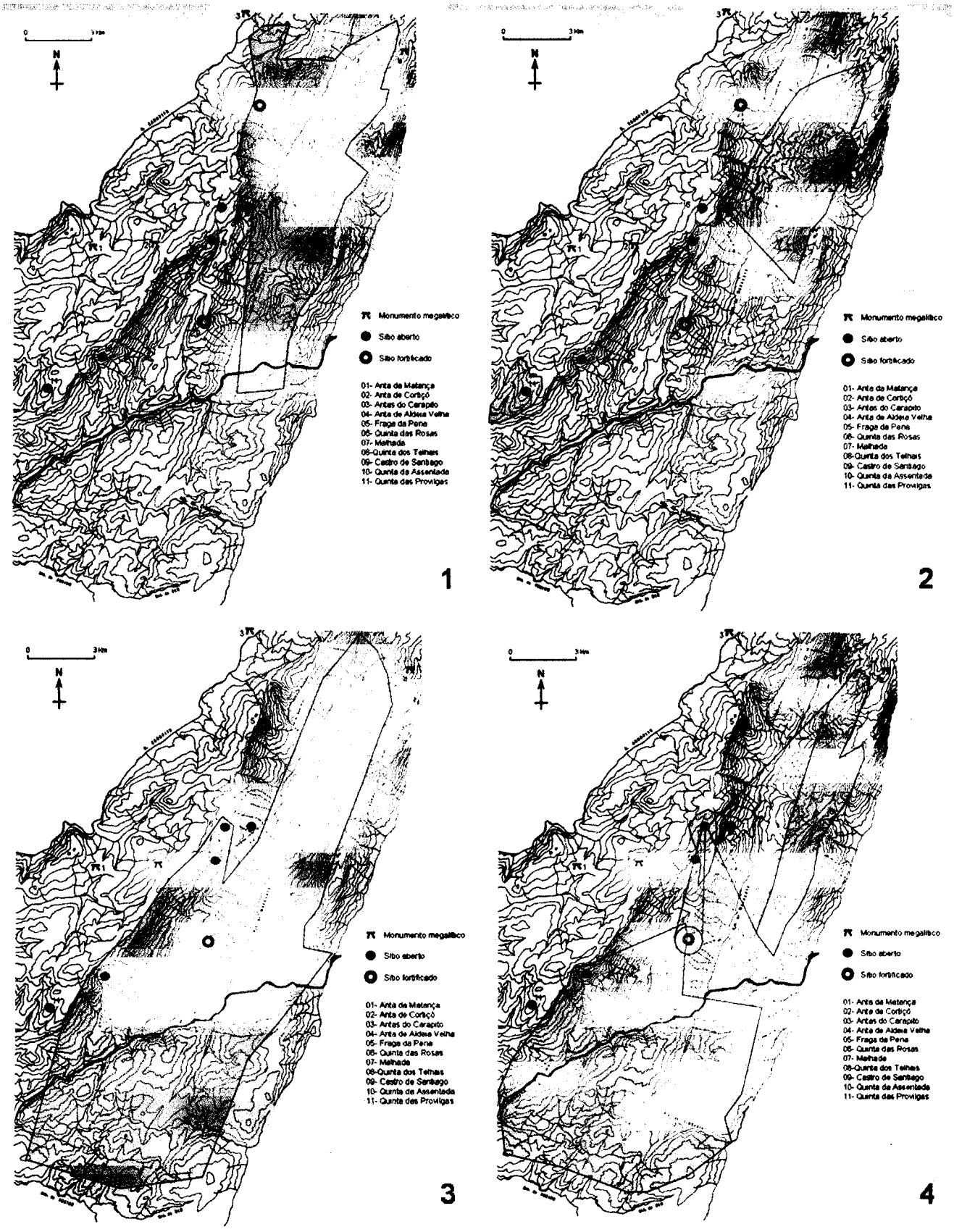


Figura 10-5 – Área de visibilidade sectorial (Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993) a partir dos principais contextos do povoamento local durante o 3º milénio AC, sendo que nalguns casos coincide com a visibilidade circular (campo de visão reportado ao horizonte). 1. Fraga da Pena; 2. Malhada; 3. Castro de Santiago; 4. Quinta das Rosas e Quinta da Assentada.

A génese e maturação desta área residencial é interpretada como correspondendo a um momento de consolidação do processo de territorialização e do desenvolvimento de uma tradição local associada a esse território e a processos de identificação, que a reforçam e exprimem. A estrutura da rede de povoamento começa a definir-se, revelando uma estratégia de implantação relativamente clara, sublinhando a compartimentação dual do território entre área planáltica e vales encaixados, com um eixo central de circulação, ao longo do qual as ocupações se vão estabelecendo, numa dinâmica que revela a manutenção de uma gestão específica deste território, independentemente da simultaneidade ou alternância do funcionamento destes contextos. Será nesta altura de consolidação que surgiram sítios como a Quinta dos Telhais ou Provilgas, localizados na área planáltica, mas junto ao seu rebordo ocidental.

Ao contrário do Castro de Santiago e da Malhada, estes pequenos sítios corresponderão a povoados com ocupações menos intensas e de mais curta duração. A informação disponível é, contudo, escassa.

A sua localização associada a suaves vales, junto a linhas de água, no rebordo do planalto poderá conduzir à sua interpretação como contextos subsidiários dos principais contextos (Malhada e Castro de Santiago), mais vocacionados para a exploração dos recursos proporcionados por esse sector do território, eventualmente resultantes de pequenos grupos que saíram daqueles outros sítios, mas mantendo com eles relações de solidariedade, cooperação e parentesco.

A imagem global em termos económicos e sociais mantêm-se, embora a aproximação da Malhada ao fundo do vale da Ribeira da Muxagata possa indiciar um reforço da exploração agrícola dos solos aluvionares, situação que igualmente pode ser indiciada pelo aumento do número e do volume dos elementos de moagem registados neste contexto. Uma vez mais, nada de muito concreto nos permite sustentar a existência de uma clara diferenciação social, quer intra sítios, quer entre sítios, sendo as diferenças registadas entre, por exemplo, a Malhada e a vizinha Quinta dos Telhais explicáveis pela diferente duração das ocupações e provável maior dimensão demográfica no primeiro. Os monumentos megalíticos da área planáltica poderão manter-se em uso funerário, mas, independentemente disso, o seu papel na organização e sentido da paisagem continuaria activo, localizando-se do lado poente do território e de um povoamento claramente virado Nascente (a quase totalidade dos sítios está localizada nas vertentes viradas a Este, sejam elas dos vales suaves ou dos profundamente encaixados) e continuando a alimentar as ideologias do "Antepassado".

Neste desempenho, contudo, poderão ter começado a perder o monopólio. Terá sido ainda na primeira metade do milénio que o Castro de Santiago foi abandonado. As questões

do abandono serão desenvolvidas mais à frente. Aqui limito-me a sugerir que esse abandono, no contexto da imagem proporcionada pelo povoamento do vale (e não somente com base nos dados concretos do sítio), poderá ser explicado no âmbito desta consolidação de um território e de uma identidade local baseada numa rede de sítios solidários e cooperantes na gestão desse espaço de sentido partilhado. Desta forma, o seu abandono poderá traduzir um território estabilizado, controlado, reconhecido e uma "pragmática" aproximação aos solos de melhor qualidade (lembre-se que os solos junto ao Castro são esqueléticos, muito arenosos e com extensas áreas de afloramento do substracto rochoso). O seu papel de lugar comunicante e simbólico inicial, contudo, ter-se-á mantido, reforçado por um "armazenamento" de memória. É possível que este lugar se tenha transformado num espaço que, mesmo desactivado enquanto espaço residencial, continuava a evocar o território e a identidade local, assumindo, com o tempo, estatuto de "fundador" e legitimador de uma tradição local. Seria, nesse sentido, um "lugar" com sentidos e simbolismos próprios que se articularia com os monumentos megalíticos, não só na organização da paisagem, como na organização da "História". Esse estatuto poderá mesmo ter-se traduzido em normativos que regulavam o acesso, a permanência e as actividades que poderiam decorrer no sítio, os quais poderão ser os principais responsáveis pelo facto de o local não ter voltado a ser ocupado durante o 3º milénio, apesar da rede local de povoamento se ter mantido dinâmica ao longo de todo o milénio.

Nesta fase, a tendência autárquica desta comunidades parece manter-se acentuada, enquanto as evidências materiais de contacto com o exterior se apresentam com níveis de representatividade relativamente baixo. As matérias primas continuam a ser dominantemente locais, tanto no que respeita às indústrias líticas como no que respeita às cerâmicas. Apenas o sílex é na sua quase totalidade[8] importado. Contudo, sinais de uma abertura a influências externas começam a fazer-se sentir de uma maneira um pouco mais expressiva do que se observou no Castro de Santiago. Esses indícios estão referenciados na Malhada, sobretudo nos níveis superiores das suas estratigrafias e são essencialmente de duas naturezas: uma estilística e simbólica, outra tecnológica.

A primeira relaciona-se essencialmente com algumas novidades no aparelho cerâmico, tanto no que respeita às morfologias, como nas decorações. Este aspecto será sobretudo desenvolvido no Capítulo seguinte, pelo que deixarei aqui apenas as linhas gerais, o primeiro dos quais será que, talvez com excepção do crescimento da expressão das organizações decorativas penteadas, as restantes "inovações" assumem claramente uma dimensão pouco expressiva ou mesmo residual no conjunto das materialidades deste contexto.

---

[8] Recordo a possibilidade de abastecimento de material silicioso de origem filoneana local e regional.

Nas morfologias, e logo desde o nível de base da estratigrafia do Sector B, surgem recipientes troncocónicos, morfologia que terá uma ampla difusão regional e transregional no final do Calcolítico e no Bronze Pleno. No Sector D, ocorrem dois grandes potes, fundos e de base plana (Forma 12) com decoração plástica à base de cordões digitados/ungulados, que terá igualmente uma difusão alargada na metade sententrional da Península durante os finais do 3º / primeira metade do 2º milénio AC. Ocorrem igualmente cordões simples (num caso num recipiente de tendência troncocónica) e decoração mamilada. Ainda em termos morfológicos, surge, no nível intermédio da estratigrafia do Sector B, uma pequena e fina tigela com fundo em *omphalos*, particularidade cuja emergência é normalmente associada ao campaniforme. Quanto à estilística decorativa, e para além das decorações plásticas já referidas, observa-se um acentuar da representatividade das cerâmicas penteadas nos níveis mais recentes, atingindo pela primeira vez percentagens com alguma expressão e como que anunciando a situação de domínio que estas decorações assumiriam a partir do 3º quartel do milénio. Ocorre também neste contexto, uma vez mais essencialmente nos níveis superiores, a técnica de decoração por incrustação de pasta branca, dominantemente associada às organizações de tipo E (1 e 2), FA (3) e DA (3 e 8), técnica, que associada a presença de algumas cerâmicas com tratamento almagrado das superfícies, parece indiciar influências mesetenhas, onde estes acabamentos estão representados em vários contextos (López Plaza, 1978; Fabián García, 1995). Ocorrem ainda três organizações (DD7 e J1 e 3) que poderão remeter para a tradicionalmente designada "cerâmica simbólica" de tradição meridional, significando que esta área estaria igualmente integrada na esfera de circulação destes elementos iconográficos e, eventualmente, de conteúdos simbólicos a eles associados. Estas iconografias estão presentes na primeira metade do 3º milénio AC em sítios do Norte de Portugal, como S. Lourenço, Vinha da Soutilha (Jorge, 1986) e Buraco da Pala (Sanches, 1997) e ao longo do 3º milénio em diversos contextos mesetenhos, como Las Pozas (Val Recio, 1983), Aldeagordillo, Los Itueros, La Teta e El Tomillar (Fabián García, 1995) e, conjuntamente com os designados "Ídolos de Cornos" também presentes na bacia de Mirandela (Sanches, 1992) e na Submeseta norte (López Plaza, 1978; Val Recio, 1983; Delibes de Castro *et al.*, 1985; Fabián García, 1995), traduzirão influências de natureza mágico-religiosa a partir de áreas meridionais e que poderão encontrar no corredor de Cáceres – Castelo Branco a sua via preferencial de ligação, com uma tradição de via de trânsito que remonta, pelo menos, ao Neolítico Antigo (Sanches, 1997; Valera, 1998).

Quanto à inovação de natureza tecnológica, ela relaciona-se com as primeiras evidências de metalurgia do cobre, atestadas pela presença de um cadinho com restos de metal e escória agarrados pelo interior, recuperado numa fossa do Sector F. A sua situação estratigráfica e o reduzido número de materiais que lhe estavam contextualmente associados, não permitem estabelecer uma ligação com os momentos mais antigos ou mais

recentes das estratigrafias mais complexas registadas nos Sectores B ou C, embora permitam afirmar que se integra plenamente na ocupação calcolítica do sítio, podendo ser referenciado genericamente a meados do milénio.

Trata-se da evidência mais antiga até hoje conhecida para a prática da metalurgia em toda a região da bacia interior do Mondego e é a única peça relacionada com esta actividade registada neste sítio (onde não se registou qualquer artefacto metálico), o que se enquadra na imagem de escassez de materiais metálicos durante o 3º milénio AC na região e já anteriormente descrita (cf. Capítulo 8).

O aparecimento da metalurgia do cobre foi, desde o início da Arqueologia como disciplina, uma marco periodizador de primeira importância. Integrou, como facto compartimentador, as periodizações oitocentistas e estria na origem da denominação de um período específico (Calcolítico ou Idade do Cobre) e, apesar de actualmente este período, enquanto momento de homogeneidade histórica ou de dinâmica de transição entre dois grandes sistema de organização social, ter deixado de estar directamente associado à presença de metais ou de metalurgia do cobre, como a investigação tem vindo a demonstrar em várias áreas peninsulares, o papel que esta tecnologia e os seus produtos desempenham no sistema social global continua a gerar algum debate.

Este debate teria inicialmente por base o modelo colonial, desenvolvido num ambiente teórico histórico-culturalista. O modelo propunha a origem mediterrânea da metalurgia, a qual teria sido trazida para a Península por prospectores colonizadores em busca de novas fontes de matéria-prima. Tais prospectores teriam fundado colónias, impondo-se hostilmente na paisagem que dominavam, aquartelados nas suas fortificações. Independentemente de se apelidarem estas estruturas de "colónias" (Blance, 1961, 1971) ou de "feitorias" (Sangmeister e Schubart, 1981) em função da menor ou maior importância dada às populações locais, a ideia prevalecente é a de uma imposição de grupos social e tecnologicamente mais desenvolvidos, os quais transportavam uma série de inovações (novas arquitecturas e tecnologias), alterando os comportamentos sociais.

Com as abordagens funcionalistas e materialistas, o debate orientou-se para a abordagem de variáveis do sistema (recursos, intensificação, interacção, complexificação social, especialização) e para a abordagem às dinâmicas das formações sociais, considerando que o aparecimento da metalurgia é uma das variáveis que funciona no contexto da dinâmica de processos paralelos, mas interdependentes, de hierarquização, complexificação social e intensificação económica. O indigenismo da emergência da metalurgia é estabelecido, mas não se renegam influências mediterrânicas, ligadas à circulação de ideias e pessoas. Esse despontar é relacionado com experiências rudimentares no manuseamento de minérios por parte de grupos que habitavam regiões

com recursos naturais de cobre, os quais terão começado a proceder à sua recolha e ao seu trabalho, inicialmente a frio, sem recurso a uma prática metalúrgica envolvendo tratamentos térmicos (Rovira Llorens e Gõmez Ramos, 2003). As evidências de metalurgia recuaram a contextos ainda considerados neolíticos em zonas do Sudeste peninsular (Hernando, 2001) e no Ocidente peninsular estabelece-se a clara separação entre a arquitectura de recintos e fortificações e a presença de metais e metalurgia. A tecnologia é assumida como mais uma inovação que surge no contextos das dinâmicas de intensificação económica de base agro-pastoril, de crescimento demográfico, de progressiva sedentarização e de ocupação sistemática de novos territórios.

O gradual desenvolvimento da hierarquização social, com a constituição de elites que trocam entre si artefactos e matérias-primas de prestígio, cria redes de inter-dependência regional, as quais colocam condicionalismos específicos ao desenvolvimento de cada comunidade. Neste contexto, os metais (e a própria metalurgia) têm sido pensados mais como recurso simbólico, simultaneamente ao serviço e estimulando as dinâmicas sociais, do que propriamente como recursos tecnológicos. Trata-se, pois, de um processo progressivo, no qual a metalurgia do cobre desempenha um papel enquadrado por um conjunto de outros elementos que intervêm no processo de transição de sociedades igualitárias para as sociedades hierarquizadas: "La metalurgia puede haber servido para almacenar y ostentar la riqueza, pero no era el origen de ella." (Gilman, 1999: 81)

Parece hoje consensual que metais e metalurgia terão tido um desempenho menos activo do que inicialmente se lhe atribuía nas dinâmicas de calcolitização, nomeadamente nas suas fases iniciais. Susana Jorge fala de um desempenho social catalizador de mudanças sociais em curso (Jorge, 1990b), enquanto Juan Vincet sustenta que a complexidade social não resulta de um simples processo de especialização artesanal, não reconhecendo aos primeiros metais um valor de uso na tecnologia destas comunidades que justifique e suporte o interesse estratégico do seu controlo (Vincent, 1995), remetendo-se para uma manipulação de natureza ostentativa que expressa a diferenciação social, mas não está na base da sua origem. Para Almudena Hernando, nada de particularmente significativo acontece com a emergência da metalurgia do cobre, entendida como mais um elemento de prestígio ao serviço da negociação social." (Hernando, 2001 p.232). Mas deixando o papel de motor para assumir o de catalizador de mudanças sociais em curso, a metalurgia, contudo, continua a suscitar debate em tordo do real papel (ou papeis) que desempenhou na dinâmica do Calcolítico Peninsular. A discussão tem-se centrado, uma vez mais, na análise de problemas relativos à especialização e à perspectivação dos artefactos metálicos como recursos simbólicos.

Na especialização, como já vimos anteriormente a propósito do sílex e do anfibolito, há que distinguir a possibilidade de existência de especialistas e a existência de áreas especializados. A existência de especialistas é normalmente sustentada com argumentação que recorre ao grau de complexidade dos processos metalúrgicos e de um acesso restrito aos conhecimentos envolvidos, associado a toda uma carga simbólica que eventualmente rodearia o processo de fabrico e o próprio objecto fabricado. Para alguns autores a actividade metalúrgica envolve desde o início um carácter de forte especialização (Perea, 1991). Num contexto teórico materialista, esta especialização, sustentada por uma prévia intensificação produtiva geradora de excedente agrário, estaria igualmente ao nível da organização de territórios, de hierarquizações de povoamento e de redes de intercâmbio (Silva e Soares, 1987; Silva, 1990; Nocete, 2001). Existiriam, assim, situações diversificadas, falando-se de povoados mineiros especializados na extracção de minério e produção de objectos em cobre para abastecer centros de poder e circuitos de troca transregional; povoados onde esta produção apareceria espacialmente segregada, mas onde coexistiriam outras áreas de produção; sítios sem produção que seriam exclusivamente receptores e, eventualmente, intermediários em redes de troca. Esta intensificação da procura de metais seria estimulada sobretudo pelo seu uso simbólico ao serviço das estratégias de hierarquização social, o que redundaria na valorização dos artefactos como objectos de prestígio e da metalurgia como actividade especializada de acesso restrito e consumo desigual. Nos modelos que recorrem à teorização do centro/periferia a estas desigualdades é atribuído um papel de relevo no desenvolvimento de relações de dependência a larga escala (Nocete, 2001).

Outros autores, contudo, sustentam que as evidências apontam para uma escala de produção artesanal de base doméstica, onde se observa uma significativa divergência funcional entre os artefactos metálicos produzidos e as necessidades da intensificação produtiva agrícola e onde a escala de produção parece ser relativamente baixa, factores que considera não serem compatíveis com uma metalurgia fortemente especializada e geradora de dependências. Argumenta-se que o início da dinâmica calcolítica não coincide com a utilização generalizada de metais, sublinhando que essa generalização surge já em contextos avançados dentro do período (Hernando, 2001), advogando que inicialmente a actividade metalúrgica assumiria um carácter doméstico e pouco relevante (Gonçalves, 1989; Acosta Martinez, 1995). No que respeita à existência de sítios especializados na mineração e/ou na produção de artefactos, a sua interpretação como tal tem residido mais nas estratégias de implantação dos sítios (quando localizados sobre áreas de disponibilidade de matéria prima) e nas perspectivas que se desenvolvem relativamente à estruturação das redes de povoamento hierarquizadas, ou seja, mais com base na conveniência dos modelos que em evidências directas.

Um dos principais problemas que este debate tem comportado é o da homogeneização do tema em discussão, falando-se da metalurgia de uma forma quase sempre "estática" e como fenómeno de sentido único, esquecendo que a metalurgia e os metais, tendo profundas repercussões sociais, terão desempenhado papeis diferentes formas em cada comunidade (Jorge, 1999). As repercussões desta nova tecnologia e o papel que a mesma desempenhará nas arquitecturas sociais das diferentes comunidades serão diferentes consoante o estádio de desenvolvimento desses grupos, a disponibilidade e controlo de matérias primas ou da existência de saber tecnológico. A interferência da metalurgia na organização e estruturação das redes de povoamento terá substancialmente diferido nas zonas onde a matéria prima está disponível, podendo aí estimular uma eventual especialização de povoados metalúrgicos, com uma localização estratégica em função do controlo e exploração dos recursos mineiros. Por outro lado, o potencial dos metais como bens de prestígio ao serviço de uma elite emergente será directamente proporcional ao grau de desenvolvimento dessas elites (que varia regionalmente), assim como à permeabilidade à inovação por parte dos tradicionais mecanismos de afirmação e reprodução do poder. O seu desempenho social terá que ser avaliado tendo em conta o seu contexto local e regional, sendo difícil propor um discurso unitário. A própria valorização dos artefactos metálicos tenderá a ser diferente entre as zonas onde existem recursos para os produzir e as áreas onde estes estão ausentes: o secretismo pode ser estimulado nestes últimas e ser rotina nas primeiras. Se ao longo do 3º milénio AC se vai verificando uma generalização das práticas metalúrgicas e dos metais em certas regiões e noutras não, ou de uma forma menos intensa e mais tardia, o seu relevo social será naturalmente distinto.

Tem sido frequentemente salientado que, ao nível dos objectos produzidos, a metalurgia do cobre apresenta uma evolução ao longo do 3º / 1ª metade do 2º milénio AC. Os primeiros metais surgem ainda no 4º milénio em contextos Neolíticos (Cerro de la Virtud, Almeria) e são essencialmente punções. Trata-se de uma tecnologia ainda incipiente que se resume à exploração, com técnicas primitivas, de vestígios de minério que aflora à superfície, produzindo escassas evidências que se resumem a reduzidos vestígios de escórias e escassos fragmentos de cadinhos. Assiste-se, de seguida, a uma série de aprofundamentos no domínio das técnicas de fundição e de diversificação da produção artefactual. A manipulação do cobre passa a produzir punções, anzóis, cinzéis, machados, "serras", facas, materiais que representam um domínio pleno da tecnologia metalúrgica. A quantidade das evidências é geralmente reduzida, dando numa imagem de que a metalurgia seria uma tecnologia de uso relativamente restrito, apesar do potencial de reaproveitamento através de refundição (Gonçalves, 1989). Num momento avançado do 3º milénio e no início do milénio seguinte, associado ao fenómeno campaniforme, a presença de metal torna-se mais abundante e começam a generalizar-se armas, como os punhais de lingueta e as

pontas Palmela, apesar de, em contextos não funerários, os outros tipo de utensílios continuarem a pontificar. A manipulação do cobre (agora acompanhada do ouro e da prata) atinge o seu apogeu, nomeadamente em termos tecnológicos, com a (discutida) introdução da componente arsenical como forma de dotar os artefactos de maior robustez. Verifica-se também uma alteração no mobiliário funerário relativamente aos momentos anteriores, onde a tendência é para a que a diversidade que compõe os espólios comece a tornar-se cada vez mais personalizada, em função de uma identificação mais precisa do estatuto social do indivíduo e na qual os artefactos metálicos, nomeadamente as armas, desempenham agora um papel simbólico de relevo. Assim, o papel social dos metais e da metalurgia do cobre terá sido diversificado, sendo necessário procurar as formas como se expressa as escalas mais pequenas, de âmbito local.

No espaço local em estudo, e creio que extensível a toda a região da bacia interior do Mondego, a metalurgia parece ainda ausente na primeira metade do 3º milénio AC. A Malhada (com certeza) e a Quinta da Assentada (com possibilidade) documentam pela primeira vez a presença da tecnologia na região, em meados / 3º quartel do milénio. Os artefactos metálicos, contudo estão ausentes, pelo que não sabemos que tipo de artefactos terão sido produzidos. Quer no sítio, quer no outro, os contextos onde foram recolhidos os fragmentos de cadinho não permitem grandes inferências sobre eventuais níveis de especialização da actividade. A única coisa que permitem afirmar é a raridade que a evidências de metalurgia assumem no contexto global das evidências materiais destas comunidades, o que se coaduna com a imagem regional. Os materiais metálicos conhecidos para a região são extremamente raros (cf. Capítulo 8) e, em grande parte, relacionáveis com contextos tardios, associados ao campaniforme e ao início da Idade do Bronze. Desta forma, a emergência da metalurgia, aparentemente com um carácter pontual e muito pouco expressivo surge num momento imediatamente prévio ou simultâneo do aparecimento da circulação dos primeiros campaniformes (note-se que na Quinta da Assentada existe um fragmento cerâmico campaniforme e que na Malhada a presença de uma tigela lisa com fundo em *omphalos* no nível intermédio do Sector B permite colocar a hipótese de estas cerâmicas estarem já em circulação na região), num momento avançado do Calcolítico. Este aparecimento tardio e pouco expressivo será um indicador do desenvolvimento igualmente tardio de elites, as quais só no início da Idade do Bronze (último quartel do 3º / inícios do 2º milénio AC) parecem gerar um consumo diferenciado de bens de prestígio como factor de afirmação e reprodução do seu poder emergente, o qual se traduzirá numa maior generalização do campaniforme e dos metais na região, ainda que sem atingir a expressão que se regista noutras regiões do centro e do sul peninsular.

Assim, a Malhada, embora apresente uma imagem global de consolidação da tradição local, em clara continuidade com o Castro de Santiago, evidência sinais, sobretudo

nos seus últimos níveis de ocupação, de que este território se está a abrir a influências exteriores, sobretudo de origem mesetenha e do vale do Alto Douro e Côa (que poderá ter funcionado como filtro da primeira). Estas influências, que existem desde o início do 3º milénio AC, parecem acentuar-se a partir de meados do milénio e traduzem-se pelo aparecimento e reforço de alguns padrões estilísticos nas cerâmicas (que dentro em breve se tornariam preponderantes, substituindo os padrões estilísticos que se estabeleceram durante a primeira metade do milénio) e, eventualmente, pela introdução da tecnologia metalúrgica, a qual é conhecida desde a primeira metade do 3º milénio na Meseta Norte (Delibes de Castro *et al.*, 1985) e possivelmente também no Norte de Portugal (possíveis cadinhos registados na Vinha da Soutilha e Pastoria – Jorge, 1986). Estes sinais de abertura intensificar-se-ão a partir do 3º quartel e sobretudo no último quartel do milénio, traduzindo um contexto de mudança que integrará este espaço local numa dinâmica transregional de afirmação de "regimes de solidariedades sócio-políticas interdependentes" (Jorge, 1995; 1999).

Apesar disso, a imagem que esta rede de povoamento local nos parece transmitir em meados do milénio é ainda uma situação que encontrará a sua melhor expressão nos modelos de organização social de base parental e solidária sem grandes evidência de desigualdade social. Esta situação tem igualmente sugerida para outras áreas peninsulares e tem sido explicada, dentro dos enquadramentos teóricos materialistas, como resultado de limitações à mudança que estas sociedades apresentariam e que se traduziriam por uma resistência à lógica de acumulação de riqueza e poder através de "exploração" intracomunitária e pelo predomínio do "valor de uso" dos objectos, o qual seria igualmente factor de entrave à acumulação de riqueza (Vincent, 1995; Díaz-del-Rio, 2001; 2006). Contudo, é possível observar que se começam a insinuar os meios que, em breve, irão exprimir o poder e a diferenciação de elites emergentes.

10.3.5 A integração numa dinâmica de "globalização regional" (finais do 3º quartel do 3º milénio AC – Início do 2º milénio AC)

Na segunda metade do 3º milénio, possivelmente a partir de metade do seu 3º quartel, a área em análise assiste a alterações que, uma vez mais, se expressam essencialmente ao nível das estratégias comunicacionais que recorrem à estilística cerâmica e à arquitectura, mas que traduziram agora o início da alteração da base da organização social destas comunidades.

A Malhada é abandonada, total ou parcialmente, devido a uma possível catástrofe (cf. Capítulo 8 e Ponto 10.4), sendo possível que tivesse voltado a ser reocupada de forma precária no início da Idade do Bronze. A Quinta da Assentada e a Quinta das Rosas, sítios com ocupações durante a fase inicial do Neolítico, são reocupados. A sua natureza é, em

ambos os casos, problemática de estabelecer. No segundo caso por ausência de contextos bem preservados para a ocupação desta fase. No primeiro por causa da complexidade das evidências estruturais encontradas (cf. Capítulo 6). É provável que as suas ocupações activas nesta fase sejam contemporâneas com o final da ocupação da Malhada e com o início da construção e funcionamento da Fraga da Pena.

A sua relação com a lógica do povoamento local ao longo do 3º milénio mantém-se, localizando-se numa das escarpas de falha que delimita a área planáltica e que correspondem às vertentes dos vales encaixados (caso da Quinta da Assentada) ou junto a uma delas (caso da Quinta das Rosas), ou seja, mantendo-se no eixo de trânsito Norte-Sul e na linha de separação das duas unidades geomorfológicas que compõem o território. A Quinta das Rosas localiza-se logo acima da Malhada, e esta sua ocupação, tal como anteriormente poderia ter ocorrido com a Quinta dos Telhais, poderá ter tido origem precisamente naquele sítio, na sua fase final ou mesmo na sequência do seu abrupto abandono, mantendo a tradicional apetência por abrigos e espaços delimitados entre penedos graníticos. Trata-se de um dos pontos altos da linha de festo que termina a Oeste a superfície planáltica, da qual se tem, contudo, uma visibilidade sectorial relativamente restrita às imediações do sítio e a parte da vertente oposta do vale da Ribeira da Muxagata (Fig. 10.5). Ao longe é possível, todavia, observar o tor granítico do Castro de Santiago e, na linha de horizonte, a Serra da Estrela. A Quinta da Assentada, por sua vez, reocupa uma grande rechã natural existente a meio da vertente abrupta; um espaço aberto que se configura como um balcão sobre uma extensa paisagem constituída pela Plataforma do Mondego, até à Serra da Estrela, de onde se consegue observar todo o interflúvio que no topo tem o Castro de Santiago, assim como grande parte do vale encaixado da Ribeira de Cortiçô (Fig. 10-5).

A natureza do contexto da Quinta da Assentada é problemática, já que as estruturas negativas que apresenta (e os problemas estratigráficos que apresenta relativamente à atribuição cronológica das mais recentes – cf. Capítulo 6) não são de fácil compreensão. Poderá ter correspondido a uma área residencial, ou a uma área ritual ou a ambas em simultâneo ou em sequência. Só uma alargamento em área da zona do Sector 1 poderá ajudar a esclarecer as dúvidas que de momento existem sobre este contexto. Já sobre a natureza da ocupação da Quinta das Rosas pouco ou nada poderemos acrescentar, já que a sua ocupação nesta fase só foi até ao momento referenciada por materiais cerâmicos registados à superfície ou integrados em depósito revolvidos ou de ocupações posteriores (Bronze Final).

Contudo, estes dois contextos apresentam em comum a evidência de uma significativa alteração na expressão estilística das decorações cerâmicas, que rompem com

a tradição local, o que, de uma forma ainda ténue, já era anunciado pelos níveis superiores da Malhada: entre uma percentagem decorativa que se mantém dentro da média tradicional (na Quinta da Assentada, já que na Quinta das Rosas não é possível definir as percentagens decorativas), as decorações são agora quase que exclusivamente à base de motivos penteados e as organizações tradicionais estão reduzidas a uma expressão residual. Acresce, no caso da Quinta da Assentada, o aparecimento de um fragmento de campaniforme de estilo internacional marítimo. Os restantes elementos da cultura material (e refiro-me agora exclusivamente à Quinta da Assentada) mantêm a imagem tradicional que se observa no Castro de Santiago ou na Malhada, apenas com a particularidade que é possível que a metalurgia também tenha estado presente, na medida em que foi recolhido um fragmento de um possível cadinho. A discussão do predomínio das decorações penteadas nestes e noutros contextos regionais é feita no Capítulo seguinte. Aqui, direi que elas corresponderão a uma adesão deste espaço local a uma expressão estilística que se centra na bacia do Alto Douro e Norte transmontano, representando uma abertura desta zona e a sua integração, assim como da restante bacia interior do Mondego (já que situações análogas foram registadas no Buraco da Moura em Seia, Murganho 2 em Nelas e Linhares em Santa Comba Dão), em círculos estilísticos transregionais, traduzindo a desagregação da antiga expressão simbólica da identidade local, tal como havia sido estabelecida durante a primeira metade do 3º milénio AC.

Esta situação parece ocorrer em simultâneo com a chegada dos primeiros campaniformes, os quais traduzem igualmente a integração deste espaço local e da região nas redes de circulação deste objectos e indiciando alterações sociais que, ainda que pouco expressivas, parecem começar a romper com a ordem tradicional, o que se consubstanciará a partir do último quartel do 3º milénio, num momento que poderemos já considerar, dentro dos esquemas periodizadores comuns, de transição/início da Idade do Bronze.

Localmente esse momento de transição é essencialmente representando pelos contextos da Fraga da Pena. A natureza deste sítio já foi largamente debatida no Capítulo 9. Trata-se de um lugar que, devido à sua morfologia e localização, terá sido sempre um local com sentido e com particular interferência activa na organização das paisagens locais. Devido ás suas características geomorfológicas, a Fraga da Pena terá sido, desde os primeiros tempos em que o Homem com ela contactou, um elemento estruturante nas sucessivas leituras daquela paisagem. Era certamente conhecida das comunidades neolíticas que edificaram os vizinhos monumentos megalíticos do Carapito ou de Aldeia Velha ou das populações calcolíticas que se desenvolveram neste território a partir do início do 3º milénio AC, sendo provável que desde cedo fosse "um local com nome" (Tilley, 1996), com histórias associadas, constituindo-se como local de memória e ponto de organização mental do espaço. Algumas evidências materiais, ainda que ténues, sugerem que terá sido

frequentado em época anteriores, nomeadamente do Neolítico inicial, sendo possível que tivesse atraído reuniões cerimoniais, tendo-se aventado a possibilidade de algumas dessas cerimónias se relacionarem com pormenores da formação (como a abertura a meio, por onde penetra o Sol nascente), eventualmente enquadráveis em rituais de matriz neolítica. A presença de pinturas nos penedos permitem integrar o sítio no estatuto de santuário rupestre, podendo ser anteriores à edificação dos recintos ou ter sido realizadas nessa altura.

A construção de dois recintos anexos à Fraga, integrando-a arquitectonicamente num edifício monumental, recorre a um modelo de organização do espaço que reproduz genericamente, nas técnicas e na planta, a organização arquitectónica localmente patente no Castro de Santiago, sítio que estaria desocupado desde os finais do 2º quartel do 3º milénio, mas que se manteria socialmente activo. O que havia sido incorporado como inovação local e regional em Santiago (o encerramento de espaços através de arquitecturas de *design* exógeno) é introduzido na Fraga da Pena já como tradição local. A interpretação desta homologia arquitectónica será aprofundada no capítulo seguinte. Assenta na ideia de que essa circunstância de reprodução é intencional e que procura evocar aquele outro sítio, ao qual se manteriam estariam associados relevantes para as memórias e sentimentos identitários destas comunidades e na expressão da sua vinculação e posse a este território.

No interior desses recintos ocorreriam essencialmente práticas cerimoniais e actividades ritualizadas, que, à imagem do que é proposto para Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge, 1998; 1999; 2002a), poderiam incorporar algumas actividades de índole quotidiana articuladas com o cerimonial. A ocupação exterior identificada, poderia corresponder a uma área residencial, sugerindo uma eventual ocupação residencial periférica ao monumento, que poderia ser sazonal e precária (como os parcos dados indiciam), mas também poderá corresponder à ocupação do local durante a fase construtiva, ou ser mesmo anterior a essas construções. Contudo, as tarefas de manutenção que estas estruturas requeriam poderão ser uma condicionante que obriga a ponderar a existência de ocupações de cariz residencial (mesmo que não totalmente sedentário) nas imediações.

Como já foi apresentado e discutido anteriormente (Capítulos 5, 8 e 9), os conjuntos artefactuais registados no interior dos recintos apresentam uma série de inovações relativamente à tradição local, as quais se expressam essencialmente na estilística da cerâmica, embora outras notas de relevo possam ser sublinhadas relativamente a outras categorias artefactuais. A pedra polida é agora extremamente rara e corresponde maioritariamente a fragmentos e restos de instrumentos, sendo as evidências de produção / reciclagem muito ténues. A pedra talhada apresenta as características tradicionais, mas trabalha uma nova matéria-prima local (o dolerito), tendo sido detectada uma associação

específica desta matéria-prima a um objecto concreto que, apesar da sua tipologia arcaica, não foi antes registado em qualquer dos restantes contextos intervencionados nesta área. A metalurgia está ausente e o único artefacto metálico registado é um pequeno punção em cobre. As evidências de tecelagem apenas estão referenciadas no exterior dos recintos (Sector 3). É, porém, na estilística cerâmica, tanto ao nível das morfologias como das decorações, que a dinâmica de mudança em curso mais se expressa. Ao nível das morfologias, embora o fundo calcolítico se mantenha dominante, surge agora uma percentagem mais representativa de novas morfologias, algumas das quais surgem pela primeira vez nesta espaço local. Os trococónicos e os grandes potes com ou sem colo estrangulado, já presentes na Malhada, tornam-se mais vulgares, e aparecem agora taças carenadas e pequenos potes de colo estrangulado com asa de rolo, assim como os recipientes campaniformes (acampanulados e uma caçoila). Nas decorações, as cerâmicas penteadas tornam-se as mais representativas, seguidas das decorações associadas ao campaniforme e das decorações plásticas, estas essencialmente associadas aos grandes potes de base plana e colo com ou sem estrangulamento. As decorações tradicionais, nomeadamente os motivos espinhados preponderantes na tradição decorativa local, ainda que presentes, assumem um carácter vestigial.

O facto de a ocupação do Sector 3 reproduzir a situação da Quinta da Assentada e da Quinta das Rosas, onde as decorações penteadas são quase exclusivas, mas onde ocorrem as mesmas organizações e técnicas que no interior dos recintos, poderá reforçar a contemporaneidade da ocupação deste sector com os recintos (embora, como já foi aventado, possa ser imediatamente anterior à construção destes), o que traduz uma situação em que os recipientes campaniformes e de outras formas tardias com decoração plástica seriam manipulados apenas no interior dos recintos, contribuindo, com a sua presença exclusiva, para os sentidos e simbolismos deste local.

Desta forma, os contextos dos recintos da Fraga da Pena, juntamente com o seu contexto exterior, a Quinta da Assentada e a Quinta das Rosas, revelam uma profunda alteração ao nível da estilística cerâmica, revelando que os tradicionais padrões que serviram a comunicação local durante o 3º milénio foram completamente substituídos por padrões que apresentam níveis de formalização e padronização muito mais elevados, que apresentam uma expressão regional e transregional.

Alguns desses recursos estilísticos parecem remeter para influências mesetenhas, possivelmente via vale do Alto Douro e bacia do Côa. Trata-se do conjunto de decorações plásticas mamiladas e à base de cordões com ou sem digitações/ungulações, sobretudo apostas em grandes potes de colo estrangulado ou simples e base plana ou recipientes

troncocónicos, assim como as organizações de ungulações "beliscadas" que ocorrem nas morfologias campaniformes.

Como já vimos, as decorações à base de cordões plásticos digitados ou simples ocorrem já na Malhada, mas com uma representatividade residual (também sempre associadas a morfologias troncocónicas e a grandes potes de colo estrangulado e base plana). Contudo, será na Fraga da Pena (ainda que de forma minoritária) que estas decorações e morfologias de recipientes associadas se tornam mais representativas na área em estudo e, sobretudo, é aí que aparecem associadas às ungulações "beliscadas", dominantes entre as decorações campaniformes deste contexto.

Estas organizações decorativas são definidoras, na Submeseta Norte, do que tem sido designado por "Horizonte Parpantique" (Revilla Andia, 1985; Harrison, *et. al.* 1994; Jimeno Martínez, 1988; Jimeno Martínez e Revilla, 1988; Rodríguez Marcos e Palomino Lázaro, 1996; Ruiz Idarraga, 1997; Jimeno Martínez, 2001; Delibes de Castro e Fernández Manzano, 2000; Moral del Hoyo, 2002). Este "Horizonte", com quadro das tradicionais "culturas arqueológicas", corresponde a um conjunto de sítios que apresentam uma recorrência politética de materiais que genericamente se caracterizam pela presença dominante de cerâmicas lisas e cerâmicas decoradas (com percentagens baixas), onde as organizações decorativas são à base de cordões digitados, bordos igualmente ungulados/digitados, mamilos (nomeadamente dos que apresentam depressão central, idênticos a muitos da Fraga da Pena) e motivos ungulados "beliscados" dispersos aleatoriamente nos recipientes, em organizações abrangentes. Ocorrem ainda motivos incisos, mas são minoritários entre as decorações. As morfologias são dominadas por taças, tigelas, recipientes de perfil em "S", recipientes de colo estrangulado e base plana (por vezes de pança larga ou muito larga), taças de carena média-baixa e algumas "queijeiras". Os metais são raros, compostos essencialmente por punções.

Este "Horizonte" foi recentemente utilizado, por Delibes de Castro e Fernández Manzano, para preencher um pretenso hiato na sequência mesetenha de "culturas arqueológicas" entre o campaniforme (Ciempozuelos) e as primeiras manifestações Proto-Cogotas (Cogeces), dentro de um esquema de evolução cronológica linear de cariz histórico-culturalista (Delibes de Castro e Fernández Manzano - 2000). O "Horizonte Ciempozuelos" seria mais antigo (enquadrado entre 2500 e 2200 cal AC), seguindo-se o "Horizonte Parpantique" (enquadrado entre 2200 e 1700 cal AC). Contudo, os mesmos autores reconhecem que o campaniforme Ciempozuelos tem prolongamentos, citando o próprio sítio epónimo de Parpantique, onde ocorrem cerâmicas campaniformes, e a sobreposição de sequências cronológicas dos dois "Horizontes".

De facto, são várias as datas existentes para contextos Parpantique que recuam ao último quartel do 3º milénio / inícios do 2º, referenciado o seu desenvolvimento logo desde um momento inicial da Idade do Bronze que poderemos considerar como contemporâneo de um momento de desenvolvimento pleno do campaniforme Ciempozuelos, mas cujos materiais característicos raramente se cruzam nos mesmos contextos, indiciando uma dualidade contextual estilística que dificilmente pode ser explicada dentro de esquemas lineares Histórico-Culturalistas. Neste âmbito, são várias as datações disponíveis para vários "contextos Parpantique" que revelam contemporaneidade com a Fraga da Pena: Parpantique (2143-1934 cal AC a 2σ); Morcuera (2037-1885 cal AC a 2σ); Cueva Maja (2143-1934 cal AC a 2σ); Pico Romero (2396-1926 e 2202-1748 cal AC a 2σ); Moncín (níveis IVb a IIc: 2280–2035; 1870–1530; 2130–1890; 2120–1770; 2040-1530 cal AC a 2σ); Santioeste (2465-3909); Sta. Cruz Salceda (2202-1748). Estes contextos concentram-se na parte central e sobretudo oriental da Submeseta Norte, mas apresentam extensões na parte Ocidental (por exemplo no sítio de Santioeste em Zamora – Delibes de Castro *et. al.*, 1998).

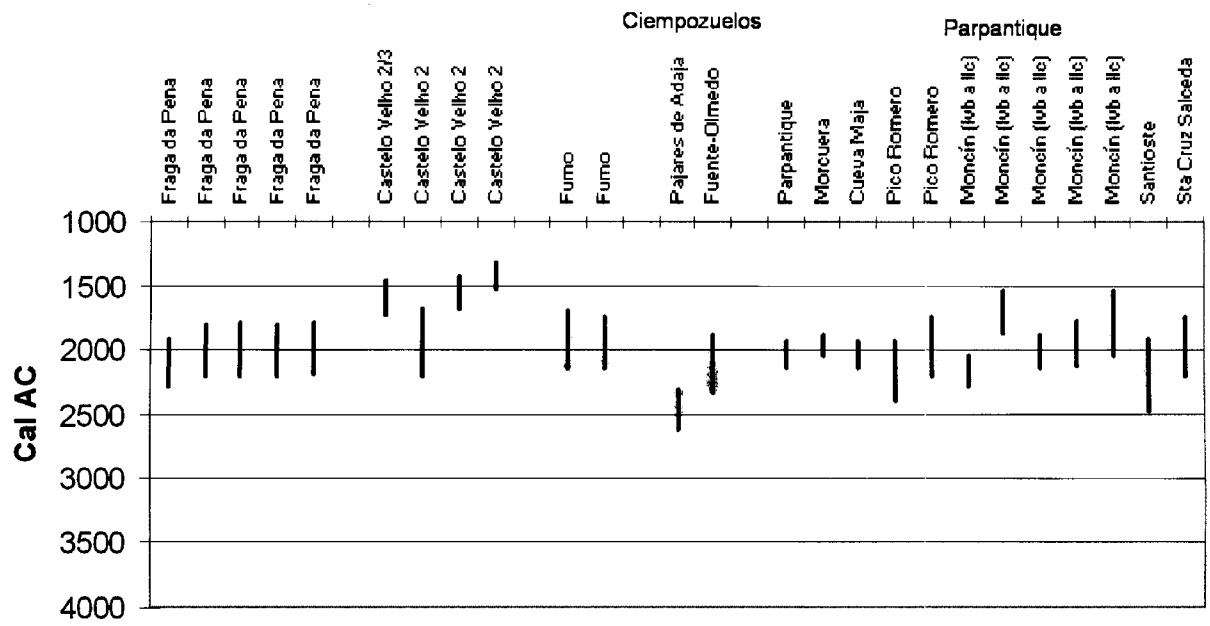


Figura 10-6 – Comparação das cronologias da Fraga da Pena com cronologias para contextos do Bronze antigo do Alto Douro e mesetenhos "Parpantique" e "Ciempozuelos".

Naturalmente, a associação das decorações plásticas presentes na Fraga da Pena a influências directas a partir desta área estilística mais distante poderá fazer pouco sentido, sobretudo quando as relações com o vale do Alto Douro e vale do Côa estarão em franco desenvolvimento e estas cerâmicas são comuns em sítios como Castelo Velho (Botelho, 1996), Castanheiro do Vento (Jorge *et al.*, 1003a) ou Fumo (Carvalho, 2004), também com datações que abrangem os último quartel do 3º / primeiro quartel do 2º milénio AC (Jorge,

2002b e Carvalho, 2004). Tanto mais que, na Fraga da Pena como nos contextos mais a Norte (por exemplo Fumo), não ocorre o dentear dos bordos, tão comum nos "contextos Parpantique" (mas que surge em alguns recipientes em Castelo Velho – Botelho, 1996). Todavia, a sua associação aos campaniformes com decoração ungulada "beslicada" não deixa de ser sugestiva. Esta técnica, tal como a organização decorativa em que ocorre, é única na Beira Alta e não está referenciada nos contextos do vale do Douro e do Côa. Esta situação levou a que, num primeiro momento, fosse interpretada como a aposição em morfologias campaniformes de um padrão estilístico "personalizado" deste contexto. Porém, estas decorações "beliscadas" são comuns, e com cronologias idênticas, nos "contextos Parpantique", embora em recipientes não campaniformes. Noutras regiões europeias, contudo, surgem associadas ao campaniforme, como em França, Inglaterra e Holanda (Harrison, *et. al.* 1994). No Ocidente Peninsular estão também associadas a recipientes campaniformes em áreas tão distantes como a Galiza, em Devesa del Rey (Prieto-Martínez *et al.,* 2003) com uma datação de 2023-1749 cal AC (2σ), e a Andaluzia – em Acebuchal (Harrison *et al.*, 1976) – ou na Estremadura Portuguesa. Nesta última região, surgem em vários contextos, como Vila Nova de S. Pedro, Penedo, Rotura, Leceia ou Penha Verde (Cardoso *et. al.*, 1993). Neste último, ocorre em inúmeros fragmentos cuja secção, pelo menos em algumas das peças publicadas, aponta para perfis acampanulados. Estes fragmentos foram recolhidos em associação contextual com cerâmicas campaniformes e cerâmicas decoradas em "folha de acácia" e "crucífera" (*idem*).

A presença desta organizações decorativas na Fraga da Pena é, face a este quadro, algo intrigante. A sua vinculação a uma influência mesetenha é a hipótese mais sugestiva. De facto, como se referiu, os contextos Parpantique povoam sobretudo a metade oriental da Submeseta Norte e, embora sejam contemporâneos do campaniforme inciso Ciempuzuelos, são estilísticas que aparentemente não se cruzam contextualmente. Na Fraga da Pena, porém, estas decorações aparecem em recipientes campaniformes associadas a outros estilos pontilhados e nos restantes contextos citados do Ocidente Peninsular em que foram registadas, surgem quase sempre associadas a contextos campaniformes. Curiosamente, contudo, e ao contrário das organizações beliscadas, das decorações plásticas ou de todo um conjunto de protótipos metálicos, o campaniforme inciso de tipo Ciempozuelos parece não ter penetrado no Centro/Norte de Portugal, revelando a complexidade que os jogos de comunicação dos estilos de larga circulação podem assumir nesta época.

A produção particularmente cuidada com que foram produzidas na Fraga da Pena (cf. Capítulos 5 e 8) as cerâmicas campaniformes com estes motivos decorativos parece sugerir a sua particular valorização, ao ponto de esta ser transportada para a fase de produção. É, pois, difícil compreender o real significado atribuído a esta conjugação de morfologia, decoração e produção específicas presentes num contexto cuja interpretação é

a de um sítio cerimonial. Contudo, e ao contrário do que anteriormente havia suposto, esta estilística decorativa é mais vulgar em contextos do final do 3º / inícios do 2º milénio AC, associada ou não a campaniforme, parecendo corresponder a uma situação que se enquadra na tradicional abrangência de larga escala do fenómeno campaniforme, reforçando a ideia de abertura e integração da área de estudo nos circuitos de influências estilísticas padronizadas que se difundem nesta época por vastas áreas regionais e onde tem claro destaque a cerâmica campaniforme.

A expressão das cerâmicas campaniformes na Fraga da Pena representa uma singularidade dentro do carácter já de si excepcional que a campaniforme apresenta, de momento, na bacia interior do Mondego. De facto, para além da Fraga da Pena apenas se registou a presença destas cerâmicas em mais onze contextos regionais, oito dos quais correspondem a reutilizações de monumentos megalíticos.

		Contextos funerários									Não funerários				
Estilos		Bobadela	Sobreda	Seixo da Beira	Seixas	Outeiro do Rato	Penedo do Com	Moinhos de Rua	Castenairas		Penedo da Penha	Linhares	Fraga da Pena		**Totais**
Internacional	Pontilhado de bandas	2			1	1	1						5		10
	Pontilhado linear								1				2		3
	Pont. bandas + linear		2	1	1	1		1							6
Pontilhado Geométrico		1		2		1							2		6
Inciso	Espinhas em bandas										1				1
	Linhas em bandas				1										1
	Traços em bandas												1		1
Impresso	Ponteado em bandas												2		2
	Ungulado												11		11
Inciso e Impresso												1			1
Liso									1				9		10
Totais		3	2	3	3	3	1	1	2		1	1	32		52

Figura 10-7 – Relação dos recipientes campaniformes na Beira Alta.

Para além do reduzido número de contextos, regista-se ainda um reduzido número total de recipientes, plano em que, mais uma vez, a Fraga da Pena proporciona uma imagem diferente. Os contextos megalíticos forneceram no total 18 recipientes[9], enquanto que os restantes três contextos não funerários (possivelmente contextos residenciais, mas

[9] Há notícia da presença de campaniforme na Casa da Moura de Pendilhe (Alto Paiva), afirmando-se que o sítio "foi reutilizado como espaço sepulcral pelas populações do vaso campaniforme" (Cruz, 1997: 14). Não é referido nem o número nem as características de tais materiais campaniformes.

essa natureza não é inequívoca para todos) forneceram apenas mais 3 recipientes (1 em cada). Já a Fraga da Pena registou a presença de um número mínimo de 32 recipientes.

Contudo, a expressão campaniforme na região terá que ser ponderada em função da maior ou menor facilidade no seu reconhecimento. Desde há muito que estão referenciadas, em várias regiões, situações de invasão de recipientes de morfologias tradicionais de fundo Neolítico por temáticas campaniformes. No Norte de Portugal (Jorge, 1986; Sanches, 1997; Rebuge, 2004) tem sido sublinhada a associação das organizações penteadas ao campaniforme. Esta associação tanto se reporta à aposição destas decorações em recipientes campaniformes (como acontece com 19 exemplares no Buraco da Pala e 1 outro na Pastoria), como à própria lógica aditiva e abrangente que preside a muitas organizações penteadas e, por exemplo, ao estilo Internacional de Bandas. Também na Galiza, são conhecidas organizações penteadas em recipientes acampanulados, por exemplo em Gándaras de Budiño (Harrison, 1977). Esta associação levou Susana Jorge a falar de "uma possível osmose entre os protótipos alógenos e as tradições estilísticas locais" (Jorge, 1986).

Neste ponto pode ser interessante sublinhar novamente que as influências mesetenhas que se fazem sentir sobre o centro/norte de Portugal não integram a sua padronizada estilística campaniforme. De facto, apesar de ocorrerem alguns campaniformes incisos (estão referenciados cinco fragmentos em todo o Norte de Portugal – Tapado da Caldeira (1), Chã do Carvalhal (2), Carvalhelhos 2 (1) e Castro de Palheiros (1) – (Rebuge, 2004, Anexo 3), a estilística Ciempuzuelos clássica está ausente. Situação semelhante ocorre em toda a Beira Alta. De facto, a chegada do campaniforme a estas regiões ocorre sobre círculos estilísticos decorativos de cerâmicas já instituídos, desde o Neolítico no Norte de Portugal (Jorge, 1986; Sanches, 1997) e desde o início do Calcolítico na Beira Alta. A sua absorção terá sido um processo complexo, misturando padrões de larga circulação e morfologias e padrões estilísticos não campaniformes de maior ou menor expressão regional, numa manipulação simbólica que se articulará com as dinâmicas sociais e identitárias destas regiões.

A Fraga da Pena revela, neste contexto de relações em rede, a abertura a diferentes influências e a sua contribuição particular poderá ser, precisamente, a forma como mescla essas influências: num conjunto em que ainda ocorrem organizações decorativas enraizadas na tradição local, as cerâmicas penteadas tornam-se maioritárias e acompanham os campaniformes, mas não os "invadem", como acontece mais a Norte; as ungulações "beliscadas", ao contrário dos contextos mesetenhos, tornam-se dominantes entre os campaniformes do conjunto, onde ocorrem também os estilos Internacional (nas suas variantes de bandas e linear) e pontilhado geométrico. Em associação contextual,

acentua-se a presença de um conjunto de organizações plásticas apostas em grandes potes que, no início da Idade do Bronze, se apresentam como um estilística de abrangência transregional de grande amplitude, sobretudo a metade setentrional da península.

Para a chegada do Campaniforme à região da Beira Alta tem sido proposta uma cronologia tardia, já relacionada com a emergência da Idade do Bronze (Senna-Martinez, 1994b), com base em associações de campaniformes (que em muitos casos não são indiscutíveis, devido às situações de remeximento) a materiais metálicos e a morfologias cerâmicas, tipologicamente consideradas tardias, e que ocorrem em alguns contextos de reutilização de sepulcros megalíticos. Na Bobadela, Outeiro do Rato e Orca de Seixas o campaniforme Internacional (de bandas e misto de bandas e linear) está associado a caçoilas altas carenadas com decoração geométrica e com o pontilhado de bandas (esta última variante na Orca de Seixas). Na Bobadela os campaniformes poderão ser associados a uma possível ponta Palmela e no Outeiro do Rato a uma espiral de ouro. Ainda na Orca de Seixas o estilo Internacional variante linear ocorre em associação com um recipiente acampanulado liso, um braçal de arqueiro em xisto, um machado plano e uma ponta Palmela em cobre arsenical. No Seixo da Beira apenas se registou uma caçoila carenada com decoração geométrica. No caso dos monumentos do Outeiro do Rato e Castenairas surgem ainda um conjunto de recipientes de características morfológicas tardias, atribuíveis à Idade do Bronze. Estas reutilizações foram enquadradas, em termos de cronologia relativa, "entre os últimos séculos do 3º milénio a.C. e os primeiros do 2º milénio" (Senna-Martinez, 1994b: 181), proposta que se enquadra nas cronologias obtidas para a Fraga da Pena.

Contudo, já anteriormente referi (Valera, 2000f) que a questão da cronologia da chegada do campaniforme à região continua em aberto. O campaniforme Internacional é exclusivo em algumas reutilizações de sepulcros megalíticos, casos do dólmen da Sobreda (Senna-Martinez, 1982), Arca do Penedo do Com e Moinhos de Rua (Gomes e Carvalho, 1993), o que poderá eventualmente traduzir uma anterioridade relativamente aos contextos onde ocorrem morfologias de recipientes ou artefactos metálicos que são considerados mais tardios. Por outro lado, na Malhada, na fase intermédia de ocupação do Sector B, foi recolhida uma pequena tigela hemiesférica lisa, de paredes muito finas e pasta cuidada, com fundo em *omphalos*, sendo que a introdução deste tipo de fundos está normalmente associada ao campaniforme. Tratam-se, sem dúvida, de dados pouco expressivos, mas que alertam para a hipótese de os primeiros recipientes campaniformes começarem a circular na região um pouco mais cedo (3º quartel do milénio), em contextos de ambiência ainda essencialmente calcolítica, como poderá ser documentado pela Quinta da Assentada, onde um fragmento de estilo Internacional está associado ao predomínio (dentro das baixas percentagens de decoração) de organizações penteadas, mas onde não ocorrem elementos

tipológicos passíveis de serem considerados mais tardios e integráveis já na Idade do Bronze.

Quanto ao significado que o campaniforme assume localmente, nomeadamente na Fraga da Pena, é um problema que terá de ser abordado no âmbito da interpretação da natureza contextual daquele sítio, recusando a tradicional tendência de tratar estes materiais de forma isolada e independente dos contextos em que se inserem.

Com o funcionalismo, o campaniforme deixou de ser visto como uma "cultura arqueológica" com o respectivo povo ("Beaker Folk"), para ser perspectivado como um recurso estilístico que se articula com uma processo de transformação social (Clarke, 1976; Harrison, 1980) e utilizado no âmbito da "medição" da interacção entre áreas regionais, onde estes conjuntos de artefactos se vão integrando em dinâmicas particulares e distintas.

Perde o seu perfil homogéneo e coerente (Jorge, 1986), mas mantém uma certa universalidade de sentido, na medida em que continuou a ser interpretado como reflexo da mesma realidade social: uma realidade artefactual que, independentemente do contexto e variabilidade, serviria como elemento de consumo diferenciado e prestigiante e indicador de determinado estádio de desenvolvimento social, ou seja, traduzindo uma situação de circulação e consumo de bens restritos, utilizados em estratégias de legitimação, negociação e reforço do poder por parte de elites emergentes, na consolidação de uma hierarquização social.

Esta perspectiva de sentido para o campaniforme mantêm-se hoje de forma mais ou menos generalizada nos discursos arqueológicos relativos ao fenómeno. Porém, este sentido geral que lhe é atribuído, não ilude a ideia de que os contextos em que o campaniforme se difunde não são homogéneos, nem as comunidades que absorvem os seus padrões se encontram em situações sociais totalmente análogas, mas que apresentam assimetrias (Harrison e Gilman, 1978), pelo que esse sentido generalizado enquadrará situações contextuais dispares (Jorge, 1986). No âmbito dos estudos regionais, a presença de campaniforme foi sendo progressivamente exposta como "adição" a mudanças sociais em curso, as quais estavam na base da sua adopção e respectivas particularidades (mais ou menos transformadoras ou reformuladoras) de incorporação (Criado Boado e Vásquez Varela, 1982), (Delibes de Castro, 1989), (Jorge, 1986) e Beira Alta (Senna-Martinez, 1994b), mas nem sempre se atingiram as especificidades regionais e locais, mantendo-se a explicação quase sempre ao nível da escala mais geral de entendimento do fenómeno.

Mais recentemente, tem-se reclamado a necessidade de procurar possibilidades interpretativas mais vinculadas às escalas regionais e locais, que funcionem de forma complementar ao sentido genérico que o Campaniforme para assumir na dinâmica dos processos de hierarquização social (Benet, Pérez y Santonja, 1997; Valera, 2000f; Rebuge,

2004). Reclama-se pela abordagem ao Campaniforme como uma efectiva fracção de entidades culturais locais e regionais, ou seja, como uma parte activa e constituinte delas, que as reflecte, e não como simples adição (Benet, Pérez y Santonja, 1997).

No contexto da Fraga da Pena como um *lugar* de forte sentido simbólico e de memória, local cerimonial, com um desempenho social específico nas dinâmicas locais, a presença do campaniforme (que, no sítio, não circula fora dos recintos) estará articulada com toda a ritualização que envolveu a construção e vida deste espaço, simultaneamente conferindo e retirando sentido desse contexto. As actividades que ali ocorriam e os materiais que por ali circulavam com os seus simbolismos próprios, associados aos destacados elementos geomorfológicos e arquitectónicos, poderiam ser componentes centrais na conceptualização deste *lugar* e do seu papel estruturante na organização mental do espaço local e das relações sociais em curso. A relação entre objecto e contexto é dialéctica, e se o objecto ganha significado num determinado contexto, esse contexto também retira sentido da presença do objecto (Hodder, 1992). Neste sentido, a interpretação dos materiais campaniformes da Fraga da Pena poderá ir além da perspectiva que lhes reserva exclusivamente um papel de elementos de consumo diferenciado adicionados e ao serviço de uma elite. Considerados como uma parcela do todo que constitui o contexto edificado da Fraga da Pena (elemento natural, estruturas, materiais, práticas que ali ocorriam, pessoas que por ali circulavam, sentidos que enquadravam todo isto), os campaniformes desempenhariam aqui, papeis concretos, que se articulariam igualmente com os sentidos do lugar e com as suas arquitecturas. A disposição de um número significativo de recipientes e fragmentos de recipientes ao longo do trajecto de acesso à área central do recinto superior, percurso que terminava com um recipiente de estilo internacional inteiro depositado na extremidade do alinhamento pétreo que prolongava o eixo da entrada até ao centro desse recinto, parece associar estes recipientes ao movimento e à circulação no interior destes recintos (Capítulo 9, Fig. 9-15), sugerindo a participação numa determinada prática ritualizada.

Recentemente, Garrido-Pena (2006), baseando-se numa esquema teórico desenvolvido por Hayden (1995), propõe a aplicabilidade do modelo de "sociedades transigualitárias" às comunidades que manipularam o campaniforme no centro peninsular. Sublinhando que a região não evidencia as mesmas circunstâncias climáticas nem os mesmo comportamento do registo arqueológico, sustenta que as dinâmicas sociais que ali se desenvolveram não podem ser captadas pela mesma modelização que é aplicada no Sul Peninsular, discutindo as potencialidades do modelo de transigualitarismo. Este traduzirá um conjunto variável de situações sociais que estarão entre as comunidades basicamente igualitárias (e os equívocos que este conceito acarreta são igualmente recordados) e as sociedades mais complexas dos chefados. As sociedades transigualitárias corresponderiam,

assim, a uma bateria de situações sociais tipificadas em maior detalhe, procurando-se, com essa variedade, garantir uma maior adequabilidade dos modelos às situações concretas. Nestas sociedades, o acesso (individual ou em grupo) aos recursos tem de ser negociado no interior da comunidade. Um acesso privilegiado só é admitido em períodos de abundância, onde a maioria ou a totalidade da comunidade tem as suas necessidades básicas asseguradas. A competição económica e as possibilidades de acumulação ou acesso privilegiado acontecem apenas quando a subsistência está assegurada. O incremento das bases de subsistência terão, deste modo, o potencial de permitir o incremento da desigualdade, enquanto as situações limite e *stress*, por sua vez, oferecem resistência a essas diferenciações.

Garrido-Pena procura entender a manipulação da cerâmica campaniforme associada ao consumo de produtos "especiais", nomeadamente bebidas alcoólicas (sublinhando alguns estudos que alegadamente confirmam esse uso no Vale de Ambrona), em cerimónias, com o objectivo de afirmar a liderança de elementos destacados do grupo e garantir o controlo e a obtenção de novos partidários. Estes elementos são designados, numa das variantes de Hayden, por "empreendedores". O seu poder é considerado como ainda limitado, pouco consolidado e muito negociado (de onde a importância das cerimónias), podendo começar a desenvolver mecanismos de hereditariedade, mas ainda com uma longevidade geracional limitada.

> "Emergent leaders use diverse means, such as marriage strategies, competitive feasts and gift exchanges, to reinforce their still weak unstable position, increasing their economic base and also their personal prestige, with the help of ancestor cult manipulation as well as the control of exchange systems, in which high status and symbolic value items lake Bell Beakers were circulating."
>
> (Garrido-Pena, 2006: 177)

Desta forma, o cenário construído na Fraga da Pena poderá ser interpretado à luz deste tipo de modelos, ou seja, como um local que conjuga tradição e inovação ao serviço da afirmação de um novo poder emergente. As cerâmicas campaniformes estriam aqui associadas a determinadas cerimónias (e o potencial de exploração simbólica da Fraga é imenso) que decorreriam no interior dos recintos, eventualmente de acesso restrito, mas que poderiam, dada a situação topográfica, ser observadas do exterior e, dessa forma participadas num plano de desigualdade, configurando a nova ordem emergente. A ausência de artefactos metálicos, nomeadamente dos protótipos de armas, que começam a circular na região associados ao campaniforme pode querer significar que, os mesmos não eram centrais paras os rituais ou a sua deposição no local não era equacionada. De facto, a manipulação destes materiais neste contexto têm que ser diferenciada da sua manipulação

em contextos, por exemplo, funerários, embora o contexto social seja genericamente o mesmo. Neste centro cerimonial, estes materiais participariam em negociações ritualizadas de adesão e em jogos políticos entre facções. Em sepulcros entrariam na gestão da transmissão do poder, já que a individualização do estatuto individual e a sua exibição na morte não se repercute apenas na memória relativa ao defunto, mas, através dessa memória, permite a legitimação mais duradoura da transmissão desse estatuto à descendência (seja ela baseada ou não no parentesco directo). Contribuindo para o mesmo sentido social final, os materiais campaniformes desempenhariam papeis diferentes, mas complementares, nestes contextos diferenciados.

No final do 3º milénio / inícios do 2º assiste-se, a nível peninsular, à circulação transregional de um conjunto de materialidades caracterizadas pelo seu elevado índice de padronização (traduzido numa uniformização tipológica de artefactos de excepção), a qual é normalmente interpretada como correspondendo (e alimentando) transformações na esfera do poder e uma situação, progressivamente mais acentuada, de hierarquização social, em que as elites consolidariam e exibiriam o seu poder através de uma participação em redes alargadas de trocas (Jorge, 1990b, 1990c, 1995). Se em muitas áreas regionais estas manifestações se fazem sentir no âmbito do funerário, de santuários rupestres ou nos primeiros depósitos rituais, nesta área local elas ocorrem essencialmente num espaço cerimonial, embora a circunstância de recolha da espada do Pinhal dos Melos possa configurar uma situação de depósito ritual, a qual é genericamente enquadrável numa fase inicial da Idade do Bronze, portanto contemporânea da Fraga da Pena, e existam na região deposições funerárias em contexto de reutilização de monumentos megalíticos (de que o do enterramento campaniforme da Orca de Seixas será um exemplos contextualmente mais bem preservados), que podem ser enquadradas nestes esquemas da expressão de poder.

Esta área parece entrar, de forma mais marcada e acentuada, no círculo cultural da bacia do Alto Douro e das suas relações mesetenhas, ainda que de forma periférica (o que pode explicar, por exemplo, o facto de, nos contextos estilísticos dominados pelas cerâmicas penteadas, as percentagens decorativas nunca terem atingindo a representatividade que apresentam mais a Norte), expressa pelo domínio das decorações penteadas, das decorações plásticas e, num circuito mais vasto, das cerâmicas campaniformes, onde influências associadas à estilística Internacional e geométrica se articulam com padrões decorativos mesetenhos (impressões "beliscadas"), mas excluem o Ciempozuelos.

É neste contexto de abertura e integração em redes de troca que se pode, para já, observar a maior expansão dos artefactos metálicos, também eles correspondendo a maioritariamente a protótipos supra regionais. A presença de metalurgia na Malhada,

possivelmente na sua fase final, e provavelmente também na Quinta da Assentada poderá ser coincidente com a chegada dos primeiros campaniformes e será no mesmo contexto social da absorção e manipulação dessas cerâmicas que os artefactos metálicos se começam igualmente a generalizar na região, tanto sob a forma de armas (pontas Palmela da Bobadela e Seixas, punhais da Orca dos Fiais da Telha e Quinta do Vale do Gato, espada do Pinhal dos Melos, machado da Orca de Seixas e, possivelmente enquadráveis neste conjunto, os machados de Góis e da colecção de José Coelho) como de jóias (espiral de ouro do Outeiro do Rato).

A bacia interior do Mondego e as áreas dos Planaltos Centrais participa neste movimento de integração transregional que atingirá, no Final da Idade do Bronze, níveis de integração consideráveis. A área de Fornos parece integrar essa tendência, e a autarquia que a caracterizou até meados do milénio parece estar e desagregação no final do mesmo. Essa integração traduziu-se no desaparecimento dos elementos estilísticos emblemáticos que exprimiam a identidade local e na sua substituição por protótipos de abrangência regional e transregional.

Os mecanismos sociais que estão na base dessa desagregação da tradição local terão tido um moderado incremento económico local, embora as evidências directas desse incremento não existam[10], mas relacionar-se-ão sobretudo com a progressiva integração em redes de interacção com comunidades vizinhas e mais afastadas.

Neste contexto, a aplicabilidade do conceito de Peer Polity Interaction (Renfrew, 1996) ganha operacionalidade. O conceito elucida sobre as diferentes formas de interacção entre unidades sócio-políticas autónomas vizinhas ou próximas numa mesma região que, nalgumas situações, pode ser muito alargada. A sua operacionalidade está muito ligada à escala média, da relação entre espaços locais próximos entre si.

> "While analysis at the local level, in terms, for instance, of the intensification of production, is always necessary, and an assessment of the significance of long-distance contacts equally desirable, it is suggested here that in many cases it is the intermediate-scale interactions between local but independent communities which are perhaps the most informative..."
>
> (Renfrew, 1996)

Frequentemente, tem-se assumido aplicabilidade do modelo apenas a sociedades complexas plenamente estabelecidas, mas Renfrew é claro na sua aplicabilidade a sociedades de organização social mais básica, de natureza igualitária, ainda que, devido à ao carácter mais restrito da sua expressão simbólica material, a aplicação do modelo possa

encontrar maiores dificuldades. A "polity" não se refere a uma complexidade específica, mas a uma unidade social e política autónoma, cuja escala pode ser a da comunidade ou do conjuntos de comunidades agregadas sob uma coerência política de funcionamento. Estas "unidades sócio-políticas", a ter uma expressão territorial e identitária, interagem com unidades vizinhas tendencialmente homólogas, gerando dinâmicas de mudança onde essa interacção é particularmente activa e, na qual, a gestão dos processos de identificação desempenham um papel central.

Poderemos perspectivar as comunidades que se desenvolvem localmente na área de estudo durante a primeira metade do 3º milénio AC como a constituição de uma "polity" específica, como um espaço de tradição local de relativa autarcia. O contacto sempre existiu, naturalmente, mas acentuar-se-á a partir de meados do milénio com área vizinhas, sobretudo a Noroeste, através de linhas de trânsito possivelmente já anteriormente estabelecidas.

Nos últimos séculos no milénio, esta integração em redes de interacção regional e transregional, desenvolvidas de forma mais ou menos directa, mais ou menos intermediada, associadas a uma paulatina valorização do território que se desenvolveu ao longo do 3º milénio, terá criados as bases para que, no seio de comunidades de organização essencialmente parental, comecem a emergir grupos socialmente diferenciados. A diferenciação e a competição que se terá começado a estabelecer na região, a partir do início do 3º milénio AC, entre territórios comunitários vizinhos autónomos, sustentada pela sedentarização, contracção desses territórios e desenvolvimento de identidades mais localizadas, transfere-se para o plano social interno, traduzindo uma progressiva desagregação da anterior ordem social e identitária.

A emergência de elites, que manipulam e exprimem poder através de novos símbolos padronizados (que circulam não com um simples sentido económico, mas em função de estratégias sociais), que absorvem nas relações que estabelecem com congéneres vizinhas numa relação de progressiva interdependência, é acompanhada por alterações identitárias que se traduzem na sobreposição dos elementos emblemáticos da nova ordem e das novas identidades sociais sobre os do antigo espaço de tradição local. Este processo terá sido acompanhado por transformações cosmológicas, na medida em que rompe com o equilíbrio da ordem social prévia que, como se argumentou, seria no essencial a herdada do 4º milénio. A visão cíclica do mundo, o culto dos antepassados enquanto expressão de uma identidade colectiva e de uma época mítica que permanentemente se partilharia, foi progressivamente dando lugar a expressões da individualidade e do estatuto

[10] Os únicos dados directos sobre a economia das populações do início da Idade do Bronze na plataforma do Mondego são os que resultam do conjunto faunístico do Buraco da Moura de São Romão, mas a ausência de termos de comparação anteriores não permite avaliar o ser significado em termos de intensificação económica.

social diferenciado dessa individualidade. A Idade do Bronze trará consigo o fim das cosmologias cíclicas e circulares de matriz neolítica, ruptura que poderemos reconhecer na *ruptura* arquitectónica com a circularidade que muitas regiões apresentam, com a adopção de planimetrias rectangulares e quadrangulares, quer na arquitectura funerária, quer na residencial. É provável que estas transformações promovam uma certa linearidade nas formas de ver o mundo (Hernando, 2004) e as estratégias de identificação tornam-se mais complexas, na medida em que entram de forma mais decisiva nos jogos políticos e das "relações internacionais".

A transição, contudo, terá assumido formas diversificadas, que variarão de região para região e até dentro de uma mesma região, gerando assimetrias que poderão ser muito acentuadas e soluções muito personalizadas. A interpretação do papel social da Fraga da Pena neste contexto de mudança configura, em meu entender, uma das vias que essa mudança pode assumir: a moderação do conflito entre a antiga e a nova ordem social através de um cenário de ritualização cerimonial onde aspectos importantes da tradição (organização do espaço, ritos, artefactos) são convocados para, numa integração e articulação com as expressões emblemáticas da nova ordem, a legitimarem, permitindo a sua progressiva afirmação da diferença social. A Fraga da Pena seria, neste contexto interpretativo, o mecanismo regulador da transição de que as elites emergentes locais se socorreram para vingarem enquanto tal e instituírem localmente a nova ordem simbólica que as legitimaria e reforçaria o seu poder.

> "A construção de sítios formais, e a sua manutenção, são fundamentais para as lideranças emergentes – polivalentes tal como os próprios sítios construídos – testarem a sua capacidade "política", e ao mesmo tempo fixarem no espaço vivido uma "ordem" que serviria de legitimação de narrativas sobre o passado e de justificação para a consolidação de lideranças que procuravam impor"
>
> (Jorge, 2005: 257)

10.4 O PROBLEMA DOS ABANDONOS NA DINÂMICA GLOBAL DA OCUPAÇÃO DO VALE

As problemáticas relativas ao abandono de povoados da Pré-História Recente do Ocidente Peninsular foram por mim abordadas recentemente de forma desenvolvida (Valera, 2003a). Sublinhei, na altura, que a investigação se centrava sobretudo nas questões da origem e evolução dos sítios, prestavam pouca atenção aos problemas inerentes ao abandono e à teoria envolvida. Procurava sublinhar a importância e a complexidade hermenêutica dos fenómenos de abandono e a importância da sua compreensão no âmbito dos estudos das dinâmicas de povoamento, da organização espacial das comunidades e da constituição de territórios e paisagens paisagens.

Os tradicionais discursos desenvolvidos sobre a Pré-História Recente Peninsular, com a sua propensão generalista e mais ou menos normativa, sempre assumiram o abandono como "fim", normalmente no âmbito de processos de evolução estrutural e de significado invariavelmente relacionado com fenómenos de colapso ou inadaptação de sistemas sociais, esgotamento de recursos ou, quando muito, como resultado de catástrofes de origem natural ou humana. Foi neste âmbito que se enquadrou a sugestão de Senna-Martinez para o Castro de Santiago, ao considerar que "... a sua utilização durante um período não muito longo e abandono posterior, podem ser indicadores no sentido de falência de um modelo de implantação no espaço que (...) não terá aqui encontrado suporte económico adequado à sua manutenção." (Senna-Martinez, 1994b: 185).

Contrariando este normativismo e monolitismo interpretativo, que reduzia os abandonos a processos homogéneos de significado único, reclamava a necessidade considerar, pensar e teorizar situações muito diversificadas e estratégicas nas dinâmicas dos sistemas de povoamento. Por isso, tal como vinha sendo feito há algum tempo para as questões da origem e do significado da natureza de muitos destes contextos, defendia-se o "abandono" dos discursos homogeneizantes e redutores dessa diversidade, sublinhando-se que as "(...) razões que conduziram ao abandono (...) foram múltiplas e funcionaram a diferentes escalas, não sendo mecanicamente transportáveis de um caso para outro, nem redutíveis a indicadores de uma mesma realidade e processo." (Valera, 2003a).

Teoricamente, poderemos considerar três situações genéricas de abandono: o abandono final (entendido com desocupação definitiva de um local), o abandono temporário e o abandono parcial (que poderá ele próprio ser temporário ou definitivo).

O abandono final tem sido, com se afirmou, associado ao colapso de sistemas sociais, ao esgotamento de recursos ou a catástrofes. Na primeira situação, resulta da rápida ou gradual alteração das condições que geraram a ocupação e da dinâmica e equilíbrio que presidiram ao seu desenvolvimento. Essa alteração poderá resultar de circunstâncias exógenas ou endógenas, entre as quais se podem contar as pressões externas, contradições da organização social ou mudanças significativas nas condições da visa social. A segunda possibilidade relacionar-se-á sobretudo com situações em que recursos estratégicos se esgotam ou a sua circulação é desviada. Finalmente, a terceira, resultará de fenómenos naturais catastróficos (como epidemias, secas, incêndios de larga escala) ou acções sociais destrutivas, como guerras. Haverá, contudo, que considerar uma quarta variante: a do abandono pensado como provisório, mas que, por uma qualquer razão, se tornou definitivo.

Quanto ao abandono temporário, a sua definição está sempre associada a processos de reocupação, os quais têm que ser enquadrados pelo mesmo sistema (são

excluídas as reocupações operadas em sistemas diferentes). Os abandonos temporários são particularmente complexos de detectar pela Arqueologia, não só pelo carácter parcelar de muitas escavações (o que, naturalmente, dificulta a distinção entre abandonos temporários totais ou parciais), mas também porque os abandonos de curta duração são de difícil referenciação no registo arqueológico ou pelo facto de, ao não existirem significativas alterações na cultura material, se poderem ler continuidades onde existem espaçamentos de ocupação, sendo frequente que se percepcionem interrupções apenas em situações em que se instalam comunidades com estratégias e componentes artefactuais distintas.

Estas modalidades de abandono, tal como as seguintes (as parciais) estão particularmente vinculadas à mobilidade, a qual, mesmo nas sociedades que se sedentarizam, mantêm um potencial estratégico considerável. A Arqueologia nem sempre realiza que trata com sítios há muito abandonados, que sofreram as acções do tempo que deformaram e compactaram o que ficou no momento do abandono final, esquecendo que os sítios vivos são dinâmicos e que a imagem que deles temos, para além de obliterada pelo tempo, é a imagem de um palimpsesto ou, quando muito, de uma sequência de palimpsestos. Os sítios vivos são dinâmicos e essa dinâmica articula-se com as dinâmicas da vida humana, pelo que a sua abordagem terá que ter em conta a mobilidade social e demográfica, procurando perceber as suas diversas oscilações e determinar a sua natureza estrutural ou conjuntural.

A consciência desta situação obriga a considerar as questões do abandono no âmbito estratégico do movimento e da estabilidade, onde pode representar "estabilidade de ocupação locacional" (Horne, 1996). É neste sentido que é entendido o abandono do Castro de Santiago. Não um abandono como colapso, resultado de inadequação ou esgotamento de recursos; menos ainda como resultado de um abandono do território local ou regional. Não significou abandono do vale nem falência de um modelo económico e social, que não é particularmente distinto do que pode ser perspectivado a partir dos povoados da Malhada ou da Quinta dos Telhais, os quais evidenciam que o vale continua ocupado de forma estável e dinâmica. Antes, o seu abandono pode ser enquadrado e explicado no contexto de uma dinâmica local de povoamento e do seu sucesso (e não colapso). Em sociedades segmentárias, o movimento regular é condição estruturante do sistema: "o povoamento, a territorialidade, a percepção do espaço e as leituras da paisagem fundam-se nessa mobilidade." (Valera, 2003a). Sendo a mobilidade facilitada pela segmentação comunitária e por um controlo social ainda incipiente, num contexto de economias pouco especializadas, o temporário e o sedentário convivem nas estratégias ocupacionais, sem que, numa perspectiva de conjunto, um qualquer abandono possa ser visto como falência.

O abandono do Castro de Santiago é, assim, entendido com um sintoma de consolidação de um modelo de gestão e controlo de um território mais circunscrito e onde se geram particulares sentimentos de identificação, o seu papel inicial como centro polarizador dessa dinâmica mantêm-se, mas ao nível da memória e dos normativos que eventualmente lhe foram associados. O sítio não desapareceu do conhecimento das populações que viviam naquele território. Pelo contrário, enquanto lugar, terá mantido sentidos e simbolismos próprios, os quais se relacionariam com a tradição local que ajudou a construir e com as memórias que foi incorporando, passando, também ele, a ser um factor de ligação ao passado e legitimador. O seu abandono terá sido acompanhado por um "prolongamento simbólico", no âmbito do qual terá continuado a ser um local de referência e organizador do território, das paisagens locais e da circulação.

De facto, o abandono de um sítio, nomeadamente de sítios "monumentais" que desempenharam papéis sociais particularmente activos (como se defende para o Caso do Castro de Santiago), não significa necessariamente o fim desse desempenho activo que, enquanto "Lugar", se pode manter muito para além da desocupação, neste caso residencial. Esse prolongamento da actividade pode ser de natureza diversa e múltipla.

O simbolismo que rodeia determinados contextos pode conduzir à sua interdição ou à limitação de acessibilidades (quer a pessoas, quer a épocas do ano), no âmbito da negociação política, da gestão e legitimação do poder sobre um dado território ou da afirmação de identidade e tradição. Estes normativos sociais podem perdurar muito no tempo e serem responsáveis por evitar reocupações enquanto se mantiverem socialmente activos. Podem igualmente evitar que muitos locais abandonados, investidos de um significado simbólico particular, sejam poupados a acções de coração intensas (o que resulta numa menor perturbação dos contextos abandonados). Um sítio residencial abandonado pode ver-se transformado em área de exploração de recursos pelos seus antigos habitantes e pelos seus sucessores (Tomka, 1996). A pedra das estruturas, artefactos líticos, metálicos, alguma cerâmica poderão ali ser recuperados. Os que são elaborados em matérias-primas exógenas serão mesmo mais apetecidos, pelo que a sua ausência num dado contexto arqueológico nem sempre corresponderá à sua efectiva inexistência no sítio quando "vivo". O sítio abandonado continua, assim, operacional enquanto local de visita regular para abastecimento e os seus contextos continuam a ser "recreados" ao longo do tempo. O simbolismo do sítio pode, contudo, evitar ou atenuar estas actividades de curação ou, pelo contrário, gerá-las, se as mesmas forem enquadradas dentro de práticas ritualizadas, por exemplo de relação com os antepassados e de identificação com a tradição.

Estes situações são, contudo, muito difíceis de identificar pela Arqueologia. Ou porque não deixam vestígios materiais ou porque os que deixam não são destrinçáveis dos que já lá estavam ou ainda porque não podemos saber o que eventualmente levaram. Só quando materialidades que estabelecem claras rupturas em termos cronológicos e culturais são encontradas, estas questões poderão encontrar algum suporte empírico. Nada, porém, impede que as mesmas populações que abandonaram um contexto (ou os seus descendentes) a ele voltem com maior ou menor regularidade, sem que isso fique materializado nos contextos arqueológicos, pelos menos de forma que seja perceptível para a Arqueologia.

É esta a situação do Castro de Santiago. O estatuto que lhe é atribuído no desenvolvimento inicial de uma dinâmica de territorialização e identificação local permite pensar que ao seu abandono se teria sucedido um prolongamento do seu simbolismo, mantendo aquele lugar activo no contexto político, ideológico e identitário daquelas comunidades. Contudo, tal não pode ser nem confirmado, nem infirmado no registo arqueológico, pelas razões acima aduzidas. Poderemos pensar que, devido a esse estatuto, existiriam normativos que regulariam o acesso e o tipo de práticas que ali ocorreriam, as quais seriam de natureza a não deixar evidências materiais muito relevantes. A visita do sítio durante a Idade do Bronze (provavelmente no seu final), a qual é documentada pela presença de alguns fragmentos de recipientes cerâmicos no topo dos derrubes das estruturas de fortificação, sugere que o local se terá mantido como "sítio de sentido" e é nessa convicção que se elaborou a possibilidade de a estruturação arquitectónica da Fraga da Pena representar uma tentativa de evocação deste espaço mais antigo e de grande simbolismo para as comunidades locais do 3º milénio.

Mas as formas como estes abandonos se processam são variadas. Dependem da organização social e da natureza das lideranças (agregadoras ou incentivadoras da segmentação), das espectativas face ao destino, do grau de planeamento, da racionalização que os actores sociais fazem da situação, dos normativos sociais existentes, da velocidade com que é feito, da distância do destino, da dimensão do grupo que se movimenta, da antecipação ou não de um retorno. Todos estes factores, e eventualmente outros não ponderados, concorrem para conformar um determinado abandono e torná-lo particular. Outras soluções são conhecidas para o abandono de um sítio, nomeadamente para quando esse abandono é intencional e entendido como definitivo, situações em que se desenvolvem práticas de condenação ou encerramento (Adler, 1993). Regionalmente, estas práticas são conhecidas na gestão do fenómeno funerário megalítico, sendo reconhecidas no encerramento do acesso ao interior de muitos monumentos abertos sob túmulos, terminando a utilização do seu espaço interior (o que não significa que o monumento não continue simbolicamente activo, não continue a atrair cerimónias ou mesmo outros

enterramentos, agora realizados na sua estrutura exterior (como é por exemplo o caso do enterramento secundário do dólmen dos Moinhos de Vento, em Arganil (Senna-Martinez, 1989). Contudo, noutras regiões são igualmente reconhecidas práticas de encerramento de áreas residenciais ou cerimoniais (Adler, 1993), cujo significado pode ser múltiplo. Recentemente, Susana O. Jorge, propôs que o fim do sítio do Castelo Velho de Freixo de Numão, que, como atrás se referiu, interpreta como monumento de gestão territorial e identitária onde decorreriam cerimónias reguladoras da vivências de comunidades locais, teria assistido a uma deliberada destruição do seu aparelho arquitectónico e à cobertura de todo o espaço por uma carapaça pétrea (petrificação na expressão da autora) que, assim, o encerraria de forma permanente e definitiva, num acto também ritual (Jorge, 2002a). As mesmas práticas foram sugeridas para situações observadas no Castanheiro do Vento (Jorge *et al.* 2002 e 2003a). Esta condenação é entendida como a materialização de um interdito, nomeadamente de ali voltar a construir, mas não quando à possibilidade de o local se ter mantido activo nas memórias e de poder ter atraído ritualizações e cerimónias. Neste âmbito, a autora concebe esse encerramento não como um fim, mas como inauguração de um novo ciclo simbólico.

No Castro de Santiago, a questão de um encerramento intencional não se coloca. No segunda fase de ocupação iniciam-se os primeiros momentos de derrube das estruturas que delimitam o recinto interior, o que poderá indiciar que o abandono terá sido gradual a partir de certa altura. Estas colapsaram para o interior e para o exterior após o abandono total do sítio e preencherão, de forma caótica os espaço das portas e do corredor de acesso ao recinto interior. O mesmo processo foi documentado na estrutura murada que define o recinto exterior. Os derrubes restringem-se às zonas imediatas das muralhas e as zonas mais afastadas, onde se localizaram as cabanas e os empedrados não foram objecto de qualquer tratamento específico. O sítio foi simplesmente desocupado, mas ter-se-á mantido simbolicamente activo.

Quanto à Malhada, a sua situação de abandono apresentará contornos bem distintos. Nos vários sectores intervencionados (cf, Capítulo 4), sobre os últimos depósitos de ocupação, registou-se sempre a presença de grandes pedras ou penedos graníticos. No Sector C identificou-se mesmo um depósito de escorrência associado ao arrastamento de um grande penedo. A escorrência violenta de blocos graníticos pela vertente foi recentemente testemunhada, quando do corte do pinhal localizado na parte superior da vertente. Durante os trabalhos, o abate de árvores originou que dois grandes penedos rolassem vertente abaixo, indo um depositar-se no Socalco 3 e outro no Socalco 1, tendo saltado sobre a área anteriormente escavada, devido à velocidade que traziam. Estas observações parecem, no seu conjunto, sugerir que o abandono do povoado poderá ter tido a ver com uma situação de catástrofe, eventualmente com um tremor de terra ou outro

fenómeno natural, capaz de provocar um abrupto deslocamento de terras e penedos vertente abaixo, e que se depositaram nas áreas mais aplanadas sobre os solos de ocupação pré-histórica. Apenas um processo desta natureza pode explicar a recorrência de níveis de escorrência e, sobretudo, de penedos graníticos depositados directamente sobre os últimos níveis de ocupação dos vários sectores.

A existência de materiais tardios em depósitos de escorrência e de cobertura da vertente levanta a questão de, em determinadas áreas do povoado, a ocupação se ter prolongado até ao início da Idade do Bronze ou, em contrapartida, ter existido uma ténue reocupação nesse momento, após o abandono do sítio devido às ocorrências catastróficas descritas. É difícil optar, mas a segunda hipótese baseia-se apenas em alguns fragmentos cerâmicos com características tipológicas tardias, o que, dada a sua baixa representatividade estatística e à presença de alguns indicadores tardios nos últimos níveis de ocupação conservados nas estratigrafias intervencionadas, poderá significar que o sítio teria atingido momentos já integráveis no início da Idade do Bronze, mas que esses momentos mais tardios se encontrariam em áreas que ainda não foram intervencionadas ou que foram destruídas pela construção das vinhas. Porém, independentemente desta questão, o abandono do sítio poderá ter estado relacionado essencialmente com fenómenos naturais.

Quanto à dinâmica de ocupação interna que se depreende das sequências estratigráficas escavadas, esta sugere que as várias zonas do povoado seriam sujeitas a ocupações, abandonos temporários, reocupações (com ou sem reformulação da natureza da ocupação desses espaços). Estas situações são compatíveis com as dinâmicas geracionais e com as vicissitudes de sítios de vida sedentária, com uma vida relativamente longa.

Já no que respeita aos pequenos sítios e de ocupação menos intensa e mais restrita no tempo (nalguns casos de eventual carácter sazonal), como a Quinta dos Telhais, Quinta da Assentada, Quinta as Rosas, Provilgas, Quinta do Inferno a questão do seu abandono terá que ser relacionada com as características específicas da dimensão espacial e temporal destes contextos e do seu papel na rede local de povoamento, gestão e utilização do território. O grande e o pequeno sítio desempenharão diferentes e complementares papeis na dinâmica de povoamento e, naturalmente, terão diferentes comportamentos face a oscilações conjunturais, no âmbito das relações dinâmica que o Homem mantém com o espaço. A concepção da estabilidade como algo fixo e inalterável é uma limitação à compreensão das dinâmicas de povoamento, já que estas estão longe de ser estáticas. Como refere Horne (1996), a instabilidade ocupacional pode ser uma estratégia de estabilidade locacional. Em meados do 3º milénio AC, a consolidação desta área local de

povoamento parece operar-se através da existência de povoados sedentários de longa duração (caso da Malhada), articulados com estratégias ocupacionais mais provisórias, que tanto se poderão relacionar com segmentações geradas pelo crescimento desses povoados, gerando a emergência de núcleos habitacionais periféricos solidários e relacionados com o espaço social de origem, como com locais de ocupação sazonal, funcionando de acordo com os ritmos de exploração do território. À escala da rede de povoamento, a mobilidade (na qual se integram processos de abandono) está sempre presente e é factor de estabilidade relativamente à ocupação de um território, manifestando-se em várias agências estruturantes da comunidade: na "gestão" do género, da idade, do número populacional, da exploração de recursos, etc. A articulação de sítios de maior estabilidade com outros de duração mais fugaz ou intermitente caracterizaria a dinâmica de ocupação desta área, na sua organização social segmentária e nos seus ritmos geracionais ou simplesmente na sazonalidade de ocupação de espaços dependentes dos contextos residenciais principais. Nestes sítios mais pequenos, o abandono, mais do ser perspectivado simplesmente como fim, pede o seu enquadramento no movimento e na forma como este se articula com a organização social.

Relativamente à Fraga da Pena, o tratamento das questões do seu abandono sofre com o desconhecimento do que, localmente, se lhe segue, na medida em que se desconhece a ocupação desta área durante o que poderemos considerar uma fase plena da Idade do Bronze, durante o 2º e 3º quartéis do 2º milénio AC, problema que é extensível a toda a região da bacia interior do Mondego.

Dada a natureza deste contexto e do papel que se lhe reserva na mudança em curso nos finais do 3º / inícios do 2º milénio AC, o seu abandono final estará associada ao aprofundamento da integração desta área num espaço político mais vasto, de relações entre as elites regionais, num momento em que se encontra consolidada a mudança social e cosmológica que se inicia no 3º milénio. Ou seja, o seu abandono terá estado ligado ao fim do seu papel social na transição de uma situação autárquica de base social ainda predominantemente igualitária, para uma situação de afirmação de elites emergentes num contexto de integração cultural regional.

O abandono terá sido relativamente rápido, embora possam ser observados sinais de algum gradualismo da ruína das estruturas para o interior, tanto do Sector 1 como do Sector 2, na fase final de ocupação (cf. Capítulo 5). As potentes estruturas de fortificação colapsaram para o interior e exterior. A questão da existência de uma intencionalidade patente em práticas de condenação e encerramento, como as acima discutidas, também aqui não são evidentes. Dada a topografia de acentuado declive da vertente e as diferenças de cota entre os dois recintos, os derrubes exteriores de ambos alongam-se: os do recinto

exterior (Sector 2) desenvolvem-se vertente abaixo; os do recinto interior (Sector 1) alongam-se pelo espaço do 2º recinto, cobrindo parte da sua área e misturando-se com os derrubes para o interior da muralha que o definia. No recinto superior, os derrubes que se formam no interior cobrem igualmente os depósitos de ocupação. Em ambos os recintos, grande parte das suas áreas ficou coberta por uma carapaça pétrea, o que poderia levar-nos a pensar que também aqui, tal como foi sugerido para os sítios de Castelo Velho e Castanheiro do Vento. Contudo, essas carapaças não cobrem toda as áreas do interior dos recintos, deixando espaços por cobrir em locais mais afastados das estruturas de delimitação. Por outro lado, há sinais evidentes de desmoronamento das muralhas, sendo, por vezes, nítida a dupla desestruturação (para o interior e exterior), com uma parte central da estrutura mais bem conservada e as suas duas faces com níveis de ruína mais acentuados. Os bastiões encontram-se preservados em "escada", com um nível de preservação mais elevado na área em que se adoçam à muralha e reduzindo a altura preservada nas zonas mais afastadas. Por outro lado, construções recentes de socalcos e muros de divisória de propriedade existentes nas imediações do sítio, terão sido construídos com pedras retiradas do sítio arqueológico, o que terá interferido na imagem que pode ler relativamente às carapaças pétreas que recobriam grande parte dos contextos. Desta forma, penso que a ruína das estruturas está atestada, começando mesmo num momento em que se forma os últimos depósitos que virão a ser posteriormente cobertos na sua quase totalidade por derrubes e uma carapaça pétrea. Não é fácil definir uma estruturação intencional que, de forma clara e inequívoca, permita afirmar que estamos perante uma acção deliberada de destruição das estruturas amuralhadas e encerramento com uma carapaça pétrea. Mas tais práticas, que, recordo, se inscrevem numa tradição que podemos encontrar no megalitismo, podem ter existido, provocando a ruína de partes das estruturas sobre as áreas interiores de forma mais ou menos homogénea. Note-se que os derrubes e as carapaças pétreas que se formaram no interior ou exterior praticamente não tinham materiais neles integrados, o mesmo acontecendo com os depósitos de cobertura que se formaram posteriormente sobre eles, pelo que este recobrimento (tenha ele sido natural ou correspondido a uma acção ritual de encerramento) selou efectivamente os contexto arqueológicos relativamente a grandes perturbações, impedindo (ou desincentivando) acções de curação.

O sítio, contudo, continuou a ser um lugar de sentido na paisagem local, marcando-a, não só pela imponência do Tor, mas também perceptível massa pétrea que a ele se anexava. Esta situação, com outros sentidos e simbolismos prolongou-se até ao presente. O topónimo Pena, designação para castelos roqueiros medievais, resultará da percepção de uma estrutura fortificada arruinada num local de grande controlo visual sobre o vale. Por outro lado, o sítio foi utilizado como marco de divisão administrativa, apresentando ainda

hoje as cruzes que estabelecem a divisão entre o concelho de Fornos de Algodres e o de Trancoso e, no primeiro, a fronteira entre as freguesias do Sobral Pichorro e Queiriz. O local terá, assim, continuado a marcar a paisagem local ao longo da história, apesar de não voltar a ter sido ocupado de forma mais ou menos permanente e de maneira a deixar evidências materiais.

Procurou-se, desta forma, articular o abandono dos diferentes sítios com a dinâmica das rede de povoamento e com os sentidos e papéis que lhes foram atribuídos nessas redes, o que permite perceber que o abandono não pode ser tratado de forma independente da relação que existe entre os diferentes sítios e das dinâmicas de ocupação de um dado território. Que apresenta razões e processos variáveis, os quais não representam sempre as mesmas situações, e que se articulam com a vida dos sistemas de povoamento e dos sistemas sociais, fazendo parte integrante da forma como se desenvolvem no espaço e no tempo. A sua lógica não pode ser reduzida à lógica do "fim" ou do "falhado". Antes, terá que ter em conta sobretudo à lógica do "desempenho social" nas estratégias que as comunidades, ao longo do tempo, vão adoptando na sua relação com a paisagem.

Por último, será conveniente, neste contexto, recordar que o papel socialmente activo destes sítios, tomados não isoladamente, mas como rede de povoamento, se terá mantido muito para além do fim do contexto histórico que os gerou e onde funcionaram, através do prolongamento do seu conhecimento pelas populações dos finais do 2º / inícios do 1º milénio AC.

A existência de datações do Bronze Final existentes para vários destes contextos, inicialmente interpretadas como problemas de contaminações, ganham hoje, no seu conjunto, uma outra leitura (cf. Capítulo 8), apontando para a reocupação ou simplesmente para a circulação por estes sítios durante esse período tardio, revelando que os sítios continuariam conhecidos e reconhecíveis na paisagem local, se mantêm socialmente activos, que continuam a ser *lugares*, ainda que com eventuais novos enquadramentos simbólicos. Sem dúvida que a partir de certa altura, os sítios abandonados são sujeitos a reinterpretações, tal como o próprio espaço físico em que se inserem sofre reorganizações cognitivas e metafóricas. Os seus novos significados escapam-nos, mas poderemos pensar que essas reocupações ou simples visitas se podem enquadrar no âmbito de estratégias de curação ou, talvez com mais propriedade, no âmbito de uma articulação com um território onde os vestígios do passado, presentificados nos seus sentidos, inscrevem simbolismos na paisagem e são parte activa na construção de novas cosmologias e das novas "Histórias" que as enquadram.

A Quinta das Rosas, com evidências de ocupações do Neolítico Inicial e do final do Calcolítico é reocupada durante o Bronze Final, estando essa ocupação datada da transição

do 2º para o 1º milénio AC. No Castro de Santiago existe uma data sensivelmente idêntica, mas não se registam vestígios de uma ocupação. A presença de alguns fragmentos cerâmicos atribuíveis a este período não consubstancia uma efectiva reocupação do lugar, mas confirmam a circulação destas comunidades por aquele espaço. Na Quinta da Assentada e na Fraga da Pena existem igualmente datas do Bronze Final, as quais poderão, neste contexto, ser interpretadas como indicadores da frequência destes locais durante o período, apesar da ausência de materiais directamente relacionáveis com essa época. Como se disse acima, isoladamente estas datações tenderão a suscitar dúvidas sobre a sua validade e utilidade. Contudo, a imagem de conjunto que se foi formando permite pensar que o povoamento local do 3º milénio se constituiu como tradição local e se manteve activo na paisagem até bastante tarde.

10.5 PROBLEMAS DE UMA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Chegado a este ponto, o espectável, seria o enquadramento e síntese regional. Porque os contextos necessitam dos seus contextos para serem plenamente entendidos.

> "Essas estudos exigem igualmente que cada fenómeno seja situado no interior de uma escala e que se observem as relações estabelecidas nos diferentes níveis, desde as combinações locais até aos grandes conjuntos espaciais. A organização do espaço requer o conhecimento da sua articulação em todas as escalas taxonómicas"
>
> (Dollfus, 1991:107)

Não é esse, contudo, o objectivo deste trabalho. Nem poderia ser. Tudo o que se disse sobre este "troço" local de uma rede de povoamento do 3º milénio AC não tem paralelo na restante área da Beira Alta.

Quando digo que não tem paralelo refiro-me, naturalmente, à investigação desta temática e aos discursos produzidos, porque não é crível que semelhante densidade e complexidade de ocupação seja apenas específica de um espaço tão circunscrito na região, como os casos pontuais conhecidos deixam, de resto, antever. A diferença residirá, essencialmente, num investimento continuado na investigação de uma área relativamente pequena, investimento que continua no presente, agora alargando o espectro cronológico às etapas iniciais da neolitização e ao final da Idade do Bronze.

Face à discrepância de investimento e de conhecimento produzido, faz muito pouco (para não dizer nenhum) sentido procurar edificar uma síntese regional que procure ir além do que escrevi em 1997, já que de então para cá, e megalitismo à parte, muito pouco se acrescentou à reduzida informação sobre o povoamento regional do 3º milénio AC fora do concelho de Fornos de Algodres. O discurso agora produzido sobre a área de Fornos é

válido para a área de Fornos, e, naturalmente, dentro dos limites teóricos e metodológicos que informam esse mesmo discurso.

Um dos problemas da Arqueologia Pré-Histórica em algumas áreas regionais tem sido, precisamente, a aplicação de generalizações, produzindo discursos extensivos a vastos territórios a partir de alguns casos pontuais, normalmente afastados entre si. Tal situação tende a gerar imagens homogeneizantes onde reina a heterogeneidade e a consequente construção de modelos que não dão conta da real complexidade das situações em questão.

Sublinhei recentemente este problema a propósito dos modelos interpretativos actualmente concorrentes na interpretação do Calcolítico do Sudoeste peninsular (Valera, 2005). O primeiro modelo explicativo do processo de calcolitização desenvolvido pela arqueologia moderna portuguesa foi proposto por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares na década de setenta, no qual se defende a escala localista para a organização das comunidades do 4º e 3º milénios AC no Sudoeste, englobando a região das penínsulas de Lisboa e Setúbal. A sua visão de síntese, se tem os méritos inerentes a um trabalho pioneiro, revela também as suas fragilidades. Entre elas destaca-se o "carácter pontual" dos sítios conhecidos e trabalhados. O modelo foi sendo construído a partir de sítios isolados, frequentemente distantes entre si e extraídos à sua rede de povoamento (desconhecida). O texto fundador do modelo (Silva e Soares, 1976-77) é construído a partir de cinco contextos: Cabeço da Mina (Alvito); Vale Pincel 2 e Monte Nove (Sines); Cortadouro (Ourique) e Alcalar (Portimão). Com excepção do segundo e terceiro, com localização próxima entre si, as distâncias entre estes sítios são relativamente grandes, sempre entre os 50 e os 90 km em linha recta no mapa. Deste modo, não foram consideradas (porque desconhecidas) as redes de povoamento locais, situação que potenciou essa perspectiva de fragmentação e o binómio um território/um povoado (normalmente fortificado). O modelo foi construído tomando-se o povoado como escala de análise e procedendo-se, por generalização, a uma homogeneização de situações à escala do Sudoeste. Este esquema generalizador deu origem ao modelo clássico uniformizador, que se foi repetindo sempre que um novo sítio era intervencionado. O modelo era uma pré existência que enquadrava e formatava o questionário a novas escavações e os novos casos, naturalmente, confirmavam o modelo.

Hoje, contudo, este modelo dificilmente pode ser sustentado no Sudoeste. Mesmo sem tomar em consideração as objecções que se podem levantar ao próprio enquadramento teórico de base, a torrente de informação de carácter empírico produziu um conjunto muito significativo de dados que contrariam o modelo proposto, evidenciando a inadequação da escala localista na organização das comunidades calcolíticas do Sudoeste. A verdadeira revolução empírica em curso vai aos poucos configurando o povoamento do

Sudoeste Peninsular como um conjunto de situações caracterizadas por territórios de extensão média, estruturando redes de povoamento agregado e hierarquizado que refutam o modelo autárquico e cujo desenvolvimento não derivou dele, nem de uma particular revolução teórica (a tradição do materialismo histórico, com laivos de funcionalismo e de historico-culturalismo, vai mantendo a sua hegemonia na Arqueologia Pré-Histórica do sul peninsular), mas essencialmente de um significativo avanço na obtenção de informação de natureza mais empírica.

Não quero com este exemplo afirmar que uma síntese, que é sempre um processo de generalização (como, aliás, todas as etapas do conhecimento o são) deva esperar por uma eventual "informação total", a qual nunca existirá porque está em permanente construção e restruturação e, portanto, nunca chegará. As sínteses são momentos de sistematização e, simultaneamente, de criação de plataformas de avanço. São teses que geram antíteses e, na sequências destas, novas sínteses. Contudo, têm o seu tempo de maturação que, sendo variável, dificilmente obedece ao ritmo dos trâmites académicos de cada um. Hoje assistimos a que (e exagero) em cada texto se sente a necessidade de produzir uma síntese regional sobre o assunto abordado, mesmo quando o objectivo é apenas divulgar um novo contexto (já me aconteceu, relativamente à neolitização da Beira Alta). A competição, na arena da investigação e das carreiras que lhe estão associadas, impõe um ritmo de produção de sínteses, de "revoluções", de "inovações conceptuais", de "inovações de perspectivas", que não é compatível com o ritmo que a investigação consequente necessita. Avançam-se abordagens e novas metodologias que nunca se teve tempo de concretizar. Salta-se de síntese em síntese sem queimar etapas essenciais. Mesmo que a renovação teórica permita perspectivar e problematizar os dados conhecidos de novas maneiras, dificilmente se conseguem avanços significativos sem novos e demorados trabalhos sobre as fontes e sobre as plataformas de dados que estas permitem estabelecer, sobretudo numa área disciplinar em que o processo de leitura é lento e, porque destrutivo, não é repetível.

Ao fim de dezoito anos de investigação em Fornos de Algodres e passados oito anos sobre a monografia produzida a propósito do Castro de Santiago, sinto que posso produzir um novo discurso de síntese sobre a ocupação humana daquele território durante o 3º milénio AC, sustentado por nova informação empírica trabalhada e por algumas reorientações teóricas que marcaram a minha trajectória de investigação nos últimos anos. Não sinto, contudo, que o mesmo possa ser feito relativamente à região em que este território se integra, na qual existe todo um trabalho de base a realizar para que as questões aqui tratadas possam ver a sua escala espacial de análise alargada. Não vou, portanto, por aí. Antes, centro-me novamente na área de estudo para aprofundar uma das questões motivantes do presente trabalho: o comportamento da variável identidade(s) na dinâmica

local durante o 3º milénio AC e as formas através das quais esse comportamento se desenvolveu.

A vinculação dialéctica das identidades às relações e mudança sociais constitui-se, precisamente, como um dos pressupostos da problemática que orienta este texto. À escala peninsular, e numa perspectiva globalizante e generalizante, o último quartel do 4º e o 3º milénio AC correspondem a um período de assinalável transformação social das comunidades. A mudança é observável em todas as vertentes do sistema social global, embora com especificidades e arritmias regionais e sectoriais, próprias de processos de mudança estrutural complexos, com contornos delineados apenas na longa duração. Naturalmente, todas estas transformações que, a determinada escala de análise integram um *trend* de mudança que abrange o território peninsular, apresentam particularismos, ritmos próprios e, por vezes, diferenças assinaláveis quando abordadas a escalas regionais ou locais, o que a investigação das últimas décadas tem vindo a demonstrar.

Face às dinâmicas do povoamento desta área, torna-se claro que a vertente psicológica e cognitiva da existência humana não terá ficado imune à mudança e que terá nela participado activamente. Em dois textos publicados em 2000 (Valera, 2000e e 2000g) defendi a ideia de que com o Calcolítico a própria mentalidade e maneira de o Homem perceber e sentir o espaço (físico e social) se alteravam; que essas alterações eram também estruturantes em todo o processo de mudança em curso e que nelas a questão das identidades era uma problemática central à compreensão do processo. É essa problemática que de seguida se pretende aprofundar no capítulo que se segue.

11

(RE)CONSTRUÇÃO DE UMA DINÂMICA DE IDENTIDADE E DE TRADIÇÃO LOCAL

No presente capítulo procurar-se-á fazer uma abordagem às problemáticas da identidade e ao papel que esta variável poderá ter desempenhado, de forma recursiva, na organização social das comunidades que, ao longo do 3º milénio AC, viveram nos actuais territórios do concelho de Fornos de Algodres.

Trata-se de uma abordagem que, de certa forma, se pode enquadrar naquilo que tem sido definido como Arqueologia Cognitiva ou Arqueologia da Mente (Renfrew, 1994; Flannery e Marcus, 1996). Esta vertente da investigação arqueológica incide, no dizer de Renfrew, sobre o estudo das formas de pensamento do passado inferidas a partir da cultura material. Na definição de Flannery e Marcus, o seu objecto é relativo aos aspectos da cultura que são produto da mente humana. Dito desta forma, ficamos com dificuldade em isolar a Arqueologia Cognitiva de simplesmente Arqueologia, na medida em que a mente humana está presente em tudo o que diz respeito ao humano. A operacionalidade do conceito depende, por isso, de uma definição que o concretize e que restrinja melhor o seus espaços de operacionalidade.

Os mesmos autores associam a Arqueologia Cognitiva à abordagem das cosmologias (percepção, descrição e classificação do universo), das ideologias, das religiões e das iconografias, sublinhando que, embora todos estes campos da representação humana estejam presentes e integrados em todos os outros que possamos considerar, o seu tratamento diferenciado se dirige à tentativa de compreensão de representações estruturantes da existência humana, cujo entendimento permite o tratamento contextualizado do sentido e facilita a emergência "das diferenças do passado". Neste sentido, alargo o espaço do conceito ao tratamento das questões da identidade, já que os processos que as geram estão particularmente relacionados com as formas como funciona a mente humana nas suas dinâmicas de representação do mundo. Tratar a problemática da identidade necessita, no meu entender, que se procurem estabelecer pontes com os estudos relativos ao funcionamento da mente humana e à sua historicidade.

Este ensaio procurará abordar esta temática tendo em conta questões relativas à cognição humana, experimentado as potencialidades de um modelo teórico (modelo para

uma estrutura mental finalista) no estudo de uma dinâmica local de indentificação ao longo de um milénio. Elegem-se essencialmente os fenómenos colectivos, deixando de lado as dimensões de natureza mais fenomenológica das experiências e existências individuais, facto que decorre, não só de constrangimentos impostos pela natureza dos dados e pelas dificuldades em isolar o indivíduo em Pré-História, mas também da natureza diacrónica e espacial que se pretende incutir à análise[1].

Porém, antes de tratar dos aspectos mais concretos do referido modelo teórico e do *case* study em análise, sente-se a necessidade de previamente estabelecer uma contextualização nas abordagens que, neste âmbito, têm sido feitas pela Arqueologia e discutir um conjunto de problemas de natureza ontológica, epistemológica e conceptual que situam o estudo e lhe proporcionam um indispensável enquadramento teórico.

11.1 ARQUEOLOGIA E IDENTIDADE SOCIAL: BREVE PANORÂMICA DE UMA RELAÇÃO ANTIGA

A relação entre a Arqueologia e as temáticas da identidade é tão antiga como a própria disciplina. Fazer o historial dessa relação é, por si só, um extenso objecto de trabalho, que outros têm vindo a desenvolver (ver Jones, 1997). Não cabendo nos intentos deste capítulo aprofundar essa análise historiográfica, torna-se, contudo, importante perspectivar e enquadrar o presente ensaio no que tem sido a abordagem arqueológica à identidade, concretamente no contexto do mundo ocidental. É com esse intuito que se apresentará seguidamente uma breve resenha dessa convivência.

Fazer o historial, ainda que breve, do tratamento das problemáticas da identidade pela Arqueologia é, de certa forma, percorrer os grandes momentos de afirmação dos diferentes quadros teóricos que pautaram o desenvolvimento da disciplina ao longo do século passado (cf., por exemplo, Trigger, 1992; Alarcão 1996 e 2000; Jones, 1997). Neste sentido, poderemos organizar a análise em três grandes capítulos: a identidade como essência instrumentalizada; a travessia do deserto; a recuperação num contexto de transformações sociais e crise paradigmática. Naturalmente, como sempre acontece com compartimentações e periodizações de realidades complexas, estes capítulos, embora traduzam um movimento temporal do mais antigo para o mais recente e uma generalização classificadora dos processos de conhecimento em Arqueologia, acabam por se ir sobrepondo, sendo relativamente fácil encontrar hoje representantes das várias tendências, as quais evoluíram e foram sendo permeáveis a influências mútuas (Trigger, 1992; Alarcão e Jorge, 1997 – Cf. Capítulo 1 sobre uma perspectiva de "alargamento" em vez de simples "substituição" dos referenciais teóricos).

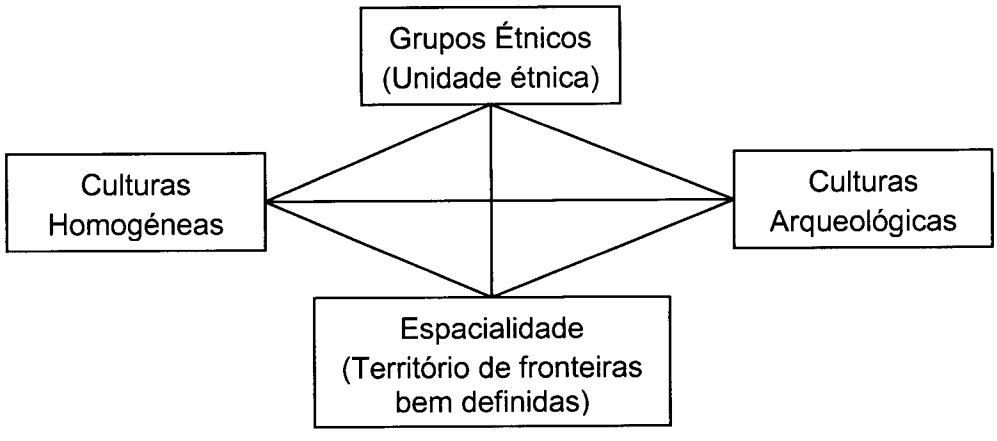
[1] As questões relativas ao estatuto de indivíduo nas sociedades pré-históricas serão, contudo, afloradas.

11.1.1 A identidade como essência instrumentalizada

Construir as identidades do passado construindo as identidades da modernidade e criando bases para a sua legitimação foi, e continua a ser em vários países e entre muitos arqueólogos de forma mais ou menos explícita, o fundamento da relação da Arqueologia com a problemática da Identidade. Até aos anos sessenta a Arqueologia seria mesmo dominada por essa instrumentalização, fundamentalmente vocacionada para a legitimação de interesses políticos, ideológicos e territoriais, sobretudo relacionados com os nacionalismos e com as tentativas de sobreposição das noções de Estado e Nação.

Dando seguimento à Arqueologia ao serviço dos nacionalismos do século XIX, caberia à escola alemã no dealbar do século XX, tendo Kossina como expressão máxima, o delinear de um conjunto de premissas que viriam a ser desenvolvidas pela corrente histórico-culturalista que dominaria a disciplina até aos anos sessenta. Um dos maiores objectivos da Arqueologia era então o de identificar (no espaço e no tempo) grupos étnicos, partindo da associação directa entre etnia, cultura, cultura material e a sua distribuição espacial. Os materiais arqueológicos, organizados em culturas arqueológicas, que Childe formalizou como entidades autónomas definidas empiricamente, eram vistos como produtos que reflectiam, directa e passivamente, as manifestações culturais normativas que expressavam a identidade dos grupos étnicos e determinavam as práticas dos seus elementos, garantindo a homogeneidade identitária. O binómio uma cultura / um povo dotava a identidade de um carácter essencial e homogéneo, que frequentemente justificou a "genealogia directa" (Jones, 1997), com a qual se estabeleciam as ligações entre os povos actuais e os seus supostos antecedentes no passado.

Poderíamos resumir as premissas do tratamento da identidade pelo Histórico-Culturalismo clássico no seguinte esquema:



A mudança e a diversidade cultural eram marginalizadas. A primeira, raramente era perspectivada a partir de factores de ordem interna, o que, quando acontecia, era visto como um processo tendencialmente lento e gradual. O principal motor da mudança era o contacto e a difusão, a qual era igualmente responsável pela diversidade que poderia tingir a homogeneidade cultural. Estas etnias eram referenciadas no espaço através da distribuição das culturas materiais e dos seus fósseis indicadores, servindo as semelhanças / dissemelhanças e as continuidades / descontinuidades para marcar fronteiras e diagnosticar contactos.

É neste enquadramento teórico, sustentado numa epistemologia fortemente positivista e orientado quase que exclusivamente para o subsistema tecnológico, que se procederá à edificação das periodizações ainda hoje em uso e que se desenvolverá o método da analogia na disciplina, o qual está na base da relação que se estabelece entre cultura material e identidade: a identidade expressa-se materialmente através de conjuntos de objectos idênticos, sendo, portanto, reconstituível a partir das analogias materiais na sua espacialidade. Assim se foram elaborando mapas de culturas arqueológicas, com os seus povos subentendidos, das quais algumas abordagens mais recentes em termos de áreas regionais (com as respectivas culturas materiais) são um eufemismo.

O sucesso desta associação da arqueologia histórico-culturalista aos nacionalismos nos séculos XIX e XX reside, em grande medida, na identificação do conceito de cultura arqueológica com o conceito de cultura que servia de base à formatação ideológica desses mesmos nacionalismos (Diaz-Andreu, 1996; Diaz-Andreu e Champion, 1996). As noções de fronteira, homogeneidade, essência e continuidade foram enraizadas na noção de cultura como entidade, a qual servia de base à noção de Nação, a que deveria corresponder um Estado e um Território. A cultura arqueológica seria uma materialização dessa identidade cultural.

Esta instrumentalização, que potencia certo discurso arqueológico como legitimador e justificador de interesses territoriais, étnicos, ideológicos e políticos, assenta numa concepção essencialista da identidade, a qual, por sua vez, resulta da projecção no passado de traços culturais e identitários que permitem enraizar situações presentes em pretensas identidades fundamentais passadas, que se manteriam inalteráveis, na sua essência, até à actualidade. Os processos identitários presentes são assim dotados de *procronia*, reportados a um passado fundador, garante da sua autenticidade e legitimador das suas pretensões.

Apesar do desenvolvimento teórico da disciplina e das derivas epistemológicas que nela se têm feito sentir, estas abordagens continuam em voga, com maiores ou menores matizações, em várias regiões. No dizer de Trigger:

> "el enfoque histórico-cultural puede ser utilizado para reforzar el orgullo y la moral de las naciones y los grupos étnicos. Com frequência lo aplican con este fin los pueblos que se sienten frustrados, amenazados o privados de sus derechos colectivos por naciones más poderosas o los países que necesitan una mayor unidad nacional para contrarrestar divisiones internas serias."
>
> (Trigger, 1992: 167).

Não é, pois, de estranhar que, no contexto das tensões nacionais e internacionais deste início de século, a utilização e manipulação do passado se mantenha como potencial recurso ao serviço das mais variadas pretensões ideológicas.

11.1.2 A travessia do deserto

A partir dos anos sessenta do século XX a Nova Arqueologia procederá a uma reconceptualização da cultura, a qual deixa de ser perspectivada como um todo homogéneo e normativo que corresponde a um povo e a um espaço, para passar a ser vista como um meio extra somático de adaptação e se transformar num subsistema que interage com os outros subsistemas, no decurso dos processos sociais.

Mantendo uma preocupação em reconstituir os processos normativos da evolução e funcionamento dos sistemas sociais, nos quais o papel de motor da mudança era predominantemente reservado ao crescimento demográfico e às transformações do meio geradoras de readaptações, a cultura material perde o seu carácter monotético em favor de uma concepção politética dos conjuntos (Clark, 1984), mas é perspectivada como uma das vertentes adaptativas da cultura em geral. Os processos são explicados através da identificação das causas geradoras da mudança e neles procura-se analisar os comportamentos colectivos, acentuando-se o cepticismo relativamente às possibilidades de acesso da Arqueologia ao significado e à intenção (impossibilidade de uma paleopsicologia). Interessado particularmente pelas reconstituições paleoambientais, pela dinâmica evolutiva dos sistemas sociais (com particular enfoque nos subsistemas económico, tecnológico e organização sociopolítica) e sua expressão espacial, o funcionalismo ignorou as questões da identidade.

Por seu turno, a Arqueologia Marxista, que chega à arqueologia ocidental nos anos cinquenta do século passado (Trigger, 1992), irá assumir as questões ideológicas. Apesar da diversidade de abordagens que apresenta (nem sempre reconhecida – Lamberg-Karlovsky, 1989), assume o evolucionismo inerente ao materialismo histórico, interessando-se sobretudo pela análise das relações sociais de produção, pela a desigualdade social, pelas consequentes tensões sociais e pela dinâmica dialéctica do processo histórico (colocando a tónica nos processos sociais internos), numa abordagem também de tendências lineares, normativas e instrumentalistas (ou não ficasse para a história a afirmação de Mao de que "o passado deve servir o presente"). Também aqui não houve lugar para grandes desenvolvimentos das questões relacionadas com as identidades

sociais, a não ser no que delas está implícito (mas nem sempre formalizado) no conceito de classe social.

11.1.3 A recuperação num contexto de transformações sociais e pluralidade paradigmática

As últimas décadas têm assistido a um recrudescimento do interesse pelas problemáticas relacionadas com a identidade e a etnicidade em vários campos disciplinares das ciências sociais. Na avaliação da razão de ser deste renovado interesse têm sido avançados vários diagnósticos que, de uma maneira geral, o têm vinculado a dois fenómenos só aparentemente antagónicos: a globalização e a desconstrução pós-moderna.

Associando crises culturais a crises de identidade, Dennis Cuche entronca as questões actuais colocadas à identidade na problemática do enfraquecimento do Estado-Nação, resultado da mundialização económica e integração política e cultural (Cuche, 2001)[2]. O interesse pela identidade é, assim, despoletado como uma espécie de contra medida, uma reacção à integração e diluição, em proveito da exaltação da diferença e da apologia do multiculturalismo. Corresponderá ao crescente desenvolvimento de uma necessidade de diferenciação que emerge de preocupações concretas, fundadas tanto no hiper individualismo do final/início de milénio (onde releva a vertente individual da identidade), como nas distinções étnicas e culturais particularizantes (que remetem para as identidades colectivas), respondendo, de forma por vezes violenta, à tendência para a homogeneização e uniformização (ver Sofia Miguens, *in* Jorge *et. al.*, 2002).

A intensificação dos fenómenos de migração, associada à não coincidência perfeita do Estado com a Nação num número significativo de países, tanto do centro como da periferia (aqui fundamentalmente relacionados com os processos de descolonização e com a criação de Estados com fronteiras traçadas a régua e esquadro ou, mais recentemente, com a fragmentação da União Soviética ou da antiga Jusgoslávia), tem acarretado um significativo aumento da diversidade étnica e cultural que progressivamente vem minando a ideia de identidade nacional (imposta pelo Estado Moderno) e obrigando a reajustamentos e reformulações nas relações sociais intergrupos. Na Europa, o processo de integração europeia, nomeadamente com o seu alargamento a Leste, tem vindo a evidenciar, com particular clareza, a necessidade destes reajustamentos, enquanto no interior de vários estados as autonomias e processos de regionalização evidenciam diversidades que pretensas unidades nacionais mascararam durante muito tempo.

---

[2] Torna-se, assim, interessante verificar que o Estado-Nação, o qual no seu processo de formação e vigência foi homogeneizante, aparece hoje como um argumento a favor da diversidade cultural. Ver a este respeito Cuche, 2001.

As relações intergrupais em multiplicação traduzem-se, invariavelmente, numa hierarquização onde o poder de nomear, de classificar, em suma de diferenciar, se assume como um mecanismo essencial à engenharia social e à gestão das relações que se estabelecem entre os grupos, já que estas se engendram a partir da posição que cada um ocupa na sociedade. A criação e reformulação de grupos, a consequente redefinição de dominados e dominantes, a reorganização das suas estratégias de actuação (com a diferente capacidade interventiva inerente à hierarquização) e a permanente negociação da convivência que daí decorre (na qual se geram fenómenos de estigmatização social e conflito), pautam o presente, transportando para o centro da análise social e da prática política os problemas relacionados com a identidade e processos de identificação, nomeadamente da identidade grupal.

Por outro lado, temos o triunfo do individualismo, desígnio da modernidade que se cumpre na pós-modernidade, onde, como recentemente escrevia em artigo de opinião António Barreto[3],

> "... quase toda a esquerda deixou de acreditar nos mitos do Estado. Em Portugal, ambas, direita e esquerda, começam a pensar que os direitos individuais têm valor e significado e que a reserva da vida pessoal e privada, assim como os respectivos direitos, devem ser preservados e garantidos."

Mas esta concepção de indivíduo que se desenvolve historicamente com o liberalismo é, ela própria, informada por uma concepção essencialista do ser (Abranches, in Jorge *et al.* 2002). Dando primazia ao indivíduo na organização social, reserva-lhe direitos fundamentais e essenciais consignados num Direito Natural, que surgem inscritos numa natureza humana a-histórica, portanto prévia a qualquer organização social e política, e que se plasmam na sua ética (Dinis, 2004). Ao Estado, com maior ou menor capacidade reguladora e interventiva, cabe zelar e pugnar pelos direitos e liberdades individuais, arbitrando interesses conflituantes, e o seu poder apenas advém de uma delegação de poderes dos indivíduos, livres para pensarem e executarem os seus projectos de vida.

Vivemos, pois, uma época de profundos paradoxos. Por um lado o triunfo de uma concepção ontológica de indivíduo que assume, na sua construção histórica, uma natureza essencialista e um acelerado processo de integração cultural, económica, tecnológica, normativa e até política a escalas cada vez mais vastas, de âmbito planetário. Por outro, o triunfo do relativismo e da contingência no mundo do conhecimento, com a substituição da certeza (conferida pelas ciências bem consolidadas) pela incerteza, e o acelerar da dinâmica dos movimentos sociais de afirmação de nacionalismos e localismos que estimulam e alimentam o pensamento multiculturalista. O próprio movimento de globalização

[3] Jornal O Público de 6 de Setembro de 2004

é gerador de diversidade, no sentido que nos coloca perante uma realidade cada vez mais vasta que não conseguimos abarcar na sua totalidade. Somos obrigados a escolhas permanentes entre a infinitude de particularismos com que somos confrontados e que nos chegam de todo o lado do mundo. Este "alargamento" das nossas realidades, produzido pela globalização da informação e das relações entre as várias regiões do planeta, diversifica, de uma forma anteriormente inédita, as nossas trajectórias e os nossos projectos pessoais possíveis. Os âmbitos e os espaços das nossas interacções multiplicam-se e com elas as nossas experiências. Em suma, temos hoje maiores possibilidades de termos trajectórias mais diferentes entre nós. Vivemos, pois, um conflito entre tendências unificadoras, homogeneizantes e globalizadoras por um lado e forças diversificadoras por outro, gerando situações de grande complexidade social, psicológica e ideológica. Vivemos em sociedades para as quais se reclama uma policontextulidade (Cea Naharro, 2004), que não têm referências únicas ou totalizantes de sentido para todos.

Pensar a identidade apresenta-se, assim, como um esforço intelectual para explicar e captar o sentido das transformações em curso e dar resposta às ansiedades e desorientações geradas por uma profunda e acelerada mudança que se opera à escala planetária, e que corresponde, no entender de alguns, à desestruturação de um sistema e à emergência de um novo paradigma de contornos ainda mal definidos (Santos, 1999) ou, no entender de outros, a uma radicalização que traduz uma auto reflexão crítica de uma modernidade mais adulta e amadurecida (Smart, 2002), mas ainda consequente (Cf. Capítulo 1). De repente, o futuro parece ter-se tornado mais incerto, menos preditível, criando uma sensação de intervalo antes do desconhecido. Este carácter obscuro da mudança surge materializado em termos semânticos na própria designação de pós moderno, termo que pretende traduzir a desconstrução e desestruturação da ordem moderna: trata-se de uma designação pela negativa, que traduz a incerteza ou a heterogeneidade do que se encontra em emergência.

Esta actualidade do problema das identidades, em face do seu papel estruturante do indivíduo e das relações sociais, não deixou a Arqueologia indiferente, e as últimas décadas têm assistido a um esforço da disciplina em pensar o problema de uma forma nova, promovendo uma revisão das abordagens tradicionais através da profunda reformulação teórica do problema que foi sendo operada em várias ciências sociais ao longo do século passado.

O pós-processualismo, considerado o representante da pós modernidade na Arqueologia (Alarcão, 2000) e tão heterogéneo como esta, vai privilegiar a compreensão relativamente à explicação, assumindo as possibilidades de aceder ao sentido e à intenção, valorizando o papel activo do sujeito. Numa crítica aos determinismos sociais e culturais, à

visão behaviorista do comportamento humano e à noção de cultura como meio extrassomático de adaptação, em prol do indivíduo consciente, racional e activo, a cultura material é vista como resultado de práticas sociais que simultaneamente viabiliza e influencia, contribuindo para a gerar e simbolizar relações de identidade entre grupos.

Diversos textos (Shennan, 1994b; Graves-Brown, Jones e Gamble, 1996; Thomas, 1995, 1996; Diaz-Andreu e Champion, 1996; Jones, 1997; Hernando, 1999, 2001, 2002, 2004, Meskell, 2001) falam-nos do regresso do interesse pela problemática da identidade à investigação arqueológica, a qual começa também a despertar, embora de forma ainda pouco generalizada, a atenção da arqueologia portuguesa (Alarcão 1993-94, 2000; Valera, 1999a, 2000e; Jorge *et. al.*, 2002;). E tal como nas restantes ciências sociais, o novo interesse da Arqueologia pela Identidade demarca-se do desígnio de fundamentação de presentes, aderindo a uma postura crítica generalizada relativamente ao conceito e às suas possibilidades. Embora partindo de suportes teóricos distintos, estas críticas coincidem numa ideia base: todas se revelam contrárias a um essencialismo humano, defendendo a contingência das categorias de sujeito, de sentido de identidade e das formas ou agências de identificação. Mas estas derivações teóricas não retiraram ao tratamento destas temáticas pela Arqueologia (ou pela História, poderíamos acrescentar) o seu papel instrumental, agora essencialmente centrado em preocupações de carácter mais ontológico e social. Como refere Almudena Hernando: .

> "Por tanto, la Prehistoria tiene en realidad un doble objectivo: por un lado, construir la identidad del arqueólogo que la estudia y, por otro, construir la identidad de los grupos que la habitaron"
>
> (Hernando, 2004: 87-88)

Este carácter instrumental, todavia, tem vindo a ser monitorizado através de uma análise reflexiva que vem caracterizando a prática disciplinar nas últimas décadas, prestando-se particular atenção ao modo como o conhecimento arqueológico se relaciona com o seu contexto social de produção. No caso concreto das identidades, a análise centra-se no papel que esse conhecimento desempenha nos processos de identificação actuais.

11.2 PARA UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA DA PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE

Para um arqueólogo, em Portugal, as problemáticas que envolvem a abordagem da identidade são à partida um território difícil. É uma tarefa que, sem dúvida, se constitui como um desígnio estimulante nos tempos que correm, mas que se afigura como uma aventura algo temerária, sobretudo quando se está perante uma temática que tem merecido a atenção de grandes pensadores, de Kant a John Searle, passando por outros nomes como

Husserl, Jung, Nietzsche, Heidegger, Sartre, etc.. Por outro lado, a fluidez do conceito e a ambiguidade com que é usado em inúmeros campos disciplinares, frequentemente com significados nem sempre coincidentes, torna o seu tratamento ainda mais problemático. A agravar a pretensão, temos as dificuldades que a disciplina neste país, quer no domínio da formação quer no das práticas de investigação, ainda vai evidenciando no estabelecimento de relações mutuamente profícuas com os campos do saber que mais frequentemente têm lidado com estas questões: a sociologia, a psicologia social, a antropologia, a geografia humana ou as ciências cognitivas.

O desenvolvimento da ciência tem conduzido à inexorável compartimentação dos saberes por áreas disciplinares, a qual tem vindo a revelar a impossibilidade de uma teoria unificadora do conhecimento científico ou até do específico a cada disciplina (Cf. Capítulo 1). Essa apetência e tentação para a unificação têm vindo a ser substituídas por uma transversalidade que Rui Mota Cardoso explanou de forma simples e clara:

> "(...) eu pegarei em algumas ideias dos outros e tentarei fazer algo no meu campo disciplinar com elas, outros pegarão em algumas das minhas ideias e tentarão fazer algo nos campos deles. Continuaremos nos mesmos territórios, mas abertos aos movimentos desequilibradores das outras disciplinas."
>
> (R.M. Cardoso, *in* Jorge *et. al.* 2002: 48).

As reflexões que se seguem resultam, pois, não de pontes transdisciplinares solidamente estruturadas e enraizadas na tradição arqueológica portuguesa, mas de uma tentativa de contribuir para a sua edificação. A qual, diga-se, é reforçada pela necessidade de ultrapassar uma certa superficialidade nas referências feitas pela Arqueologia ao fenómeno da identidade, tornando indispensáveis as tentativas de progressivamente quebrar o isolamento disciplinar que genericamente se mantém, apesar dos esforços para o diagnosticar e combater remontarem à década de setenta (Jorge, 1987) e das iniciativas para promover o diálogo interdisciplinar (como foi o caso, no que às identidades diz respeito, da mesa redonda "Identidade, Identidades" promovida pela ADECAP, Jorge *et. al.*, 2002).

11.2.1 O que é a identidade? O problema ontológico e as consequências epistemológicas

A pós-modernidade trouxe consigo, no mundo culturalmente ocidentalizado, uma generalização da crítica à concepção tradicional da identidade como essência. A crítica ao essencialismo não é, contudo, uma posição nova. No século XVII, David Hume critica aquilo a que a filosofia chamava a existência do "eu" e a sua continuidade (Dinis, 2004), enquanto que no século XVIII, Edmund Burke questiona uma natureza humana universal que sustente um qualquer Direito Natural e afirma a historicidade da identidade (Abranches, 2002). Hoje, contudo, a recusa da concepção essencialista está enraizada nas várias áreas disciplinares

das ciências sociais. Nas suas versões mais radicais, associadas ou não a um movimento desconstrutivista, por vezes caracterizado por uma inconsequência decorrente de um questionar dos conceitos que não se consideram adequados para pensar sem se preocupar em sugerir alternativas, a crítica chega mesmo a propor a inoperacionalidade do conceito (Hall, 2000) em face da contingência e fluidez do fenómeno de que pretende dar conta: a identidade poderá ser simplesmente uma ficção (Foucault, 1984).

> "Ora, talvez seja interessante indagar como se consegue manter o conceito de "identidade", ou seja, de continuidade e completude da individualidade, sendo esta tão dependente de mudanças internas e mudanças externas."
>
> (Rui Mota Cardoso, *in* Jorge *et. al.*, 2002: 21)

O conceito de identidade terá, assim, caído no que Derrida designou por "pensar num intervalo", isto é, num espaço em que o conceito está entre o seu abandono e a emergência de outro, ainda não enquadrável nos esquemas mentais presentes: a identidade não pode ser pensada nos termos do passado, mas, por ausência de alternativa, é ainda um conceito necessário para abordar determinadas problemáticas que o presente coloca de forma particularmente premente (Hall, 2000). A principal questão é fundamentalmente de natureza ontológica, radicando na percepção que o Homem tem do humano, mas deriva também num problema de natureza epistemológica.

A percepção da identidade como essência marcou e continua a marcar profundamente a visão do Homem no mundo (problema ontológico), mas também as formas de pensar, de conhecer e de organizar esse conhecimento (problema epistemológico). Para Norbert Elias, a concepção essencialista da identidade está estreitamente relacionada com o que designa por "civilizational drift" (Elias, 2000), processo que consistiu na progressiva separação entre sujeito cognoscente e realidade conhecida, entre sujeito e objecto, entre indivíduo e sociedade, operado desde os clássicos e formalizado em Descartes. No mundo ocidental, tanto a tradição filosófica aristotélica, como a teológica, consideravam que a identidade do "eu" não poderia ficar sujeita aos caprichos dos estados contigentes de natureza psicológica, afectiva, estética, físicos, etc. (Dinis, 2004), sustentando que algo de estável existia. O verdadeiro "eu", essencial, absoluto e objectivável. A ética, a liberdade e a responsabilidade do indivíduo baseavam-se nessa substância. O indivíduo constitui-se progressivamente como sujeito isolado (*Homo clausus* no dizer de Elias) face ao mundo exterior, emergindo a ideia de uma essência interior, que se manifestaria através de uma verdadeira e fundamental identidade. Esta progressiva absolutização da identidade individual traduzir-se-ia numa absolutização da experiência humana, através de uma condição humana universal e eterna, portanto a-histórica, independente do tempo e do espaço.

Por sua vez, esta separação sujeito/objecto estruturaria as concepções de conhecer que estariam, como vimos no Capítulo 1, na base da construção do edifício da ciência moderna, da sua organização institucional e dos recursos teóricos de abordagem ao real.

> "Tal como as coisas se apresentam, parece admitir-se que a estrutura interna das ciências humanas, como a psicologia, a sociologia, a economia e a história, pode mudar enquanto a divisão das ciências de acordo com as instituições actuais é tacitamente aceite como imutável. Porém, subjacente ao esquema actual das ciências sociais, existe um conceito dos seres humanos que, geralmente, não é questionado mas que, quando é examinado, se revela muito inadequado ou mesmo completamente errado"
>
> (Elias, 1994: 7)

> "The individual – or, more precisely, what the present concept of the individual refers to – appears again and again as something outside society. What the concept of society refers to appears again and again as something existing outside and beyond individuals. One seems to have the choice only between theoretical approaches which present the individual as the truly existent beyond society, the truly real (society being seen as an abstraction, something not truly existing) and other theoretical approaches which posit society as a system, a social fact *sui generis*, a reality of a peculiar type beyond individuals. (...) In order to pass beyond this dead end of sociology and the social sciences, it is necessary to make clear the inadequacy of both conceptions, that of the individual outside society and, equally, that of society outside individuals"
>
> (Elias, 2000: 287)

A tese de Elias é a de que existe uma relação de dependência entre a forma como o homem se perspectiva a si próprio e a forma como se propõe conhecer e organiza e institucionaliza a produção de conhecimento. A separação entre sujeito e objecto, caracterizada por um distanciamento do sujeito cognoscente relativamente ao objecto no acto de o pensar, criaria uma dicotomia que se enraizou nas tradições linguísticas e na matriz intelectual e existencial do mundo ocidental. Ou seja, este distanciamento relativamente ao mundo externo e o consequente acantonamento assente num ser essencial e independente desse mundo exterior, acabariam por não ser vistos como um processo de distanciamento próprio de um estádio cultural e social específico, mas como algo realmente existente (o que possibilitaria a objectividade absoluta no conhecimento do real). Distanciamento que, através da universalização da condição humana, era depois generalizado no tempo e no espaço. Tal como afirma Rorty (1988), a maneira segundo a qual o Homem se vê a si próprio é uma contingência e não o resultado de uma essência transcendental.

Mas com o desenvolvimento da crítica às dicotomias sujeito/objecto, parte/totalidade e o triunfo do relativismo e do contextualismo, criou-se hoje uma percepção consensual no meio científico: a identidade é um fenómeno social de organização de significados, multidimensional, contingente e sujeito a permanente estruturação. Substituem-se, assim, as perspectivas que viam a identidade como essência: algo dado à partida e estável, vinculado

a factores apriorísticos e a-históricos, mais ou menos deterministas, que forneceriam as invariantes definidoras da identidade na sua autenticidade. As próprias Ciências Cognitivas não detectam qualquer centro coordenador da actividade cognitiva dos indivíduos, pelo que a existência dessa substancialidade humana só poderia ser colocada em termos metafísicos. A crítica é, pois, tanto à concepção de essência, como ao pretenso individualismo nela assente.

A dinâmica e a historicidade da identidade são hoje genericamente aceites no leque alargado das ciências sociais (Rorty, 1988 e 1999; Hall, 2000; Elias, 2000; Giddens, 2000; Cuche, 2001; Amâncio, 2000; Bourdieu, 2001a; Thomas, 1996; Jorge et al. 2002; Santos, 1999; Barth, 1999; Crang, 1998; Dinis, 2004; Matos, 1996), que convergem na sua constituição como fenómeno em permanente construção e reformulação, relacional e contingente, o que leva alguns a preferirem falar de Identificação (Barth, 1999; Paulo Seixas, *in* Jorge *et. al.*, 2002; Luhmann, *in*, Cea Naharro, 2004, Matos, 1996), vocábulo que melhor traduziria esse sentido de dinâmica permanente.

Perdido o seu carácter de essência, e a unidade que este pressupunha, a identidade transforma-se em identificação, concebida como construção que se forja no âmbito das relações contextuais entre indivíduos e entre grupos de indivíduos, num movimento contínuo e incessante. São vinculadas às relações sociais e à mudança social, cujas vicissitudes enquadram o processo de identificação e geram reformulações identitárias. Estas, contudo, não deverão ser vistas como meras respostas adaptativas a novas situações, mas como processos activos, que são tanto produto como sustento das relações sociais situadas, evocando a recursividade da teoria da estruturação de Giddens (Giddens, 2000) ou o conceito de "figurações" como redes de interdependências formadas por indivíduos, proposto por Elias (Elias, 2000).

Naturalmente, esta reformulação teórica tem consequências na abordagem da identidade no passado, introduzindo-a na tensão que a contingência cria entre passado e presente na interpretação e nos discursos que o segundo produz sobre o primeiro. Na Arqueologia, parte significativa desta crítica tem sido feita pela arqueologia anglo saxónica, por autores associáveis ao movimento pós-processualista ou "linhas disciplinares" dele derivadas e enquadra-se numa tendência para o desenvolvimento do pensamento reflexivo na disciplina.

No final da década de oitenta do século passado Shanks e Tilley (1987) sustentam a contingência dos fenómenos de individuação, considerada como um produto...

> "...of the realm of signifiers within any particular socially constructed symbolic field and the subject's 'reality' is situated within this order"
>
> (Shanks e Tilley, 1987: 65).

Na mesma linha, também Hodder (2000) considera a existência de diferentes concepções de "eu" que variam no espaço e no tempo, consubstanciando diferentes formas de individuação e de constituição das subjectividades e identidades. Hill (2000) vai ao cerne da problemática, inserindo a sua crítica numa contestação às universalizações dos critérios de humanidade, ou seja, à noção de essências humanas, que considera como fenómenos de presentificação:

> "To be a person then would have been very different from our experience"
>
> (Hill, 2000: 442)

A sua crítica à universalidade dos critérios de humanidade desemboca numa crítica à ideia de "passado familiar" e à imposição de categorias e premissas presentes e de senso comum ao passado. Em contrapartida, propõe uma "Arqueologia Contrastante" que ponha em evidência e assuma que as individualidades do passado e as suas práticas são substancialmente diferentes das nossas. No mesmo sentido J. Thomas sublinha:

> Most critically, where we seek to nullify the difference of the past by identifying people who are 'just like us' [...] we transform that difference to a universal sameness. (...) The problem is one of letting the difference of the past reveal itself as itself, rather than allowing it to dissipate into a set of mere images which can be absorbed by the more general economy of signs that dominates contemporary experience.»
>
> (Thomas, 2004: 238).

A dependência evidenciada, pelas mais recentes abordagens à identidade no passado, relativamente às taxonomias ocidentais presentes (como masculino/feminino, classe, elite, sacerdotes, especialistas, etc.) é também sublinhada por Meskell (2001), que reclama a desconstrução de domínios e categorias que vemos como naturais e aplicáveis universalmente. Ou seja, alerta para o facto de que o nosso aparelho conceptual nos dota de uma bagagem analítica que, ao mesmo tempo que viabiliza a racionalização do mundo, funciona como condicionante ao produto dessa racionalização.

Para Almudena Hernando (2002; 2004), seguindo as ideias de Elias, as concepções de ser hoje, marcadas por uma racionalização das relações com o mundo e pela atitude permanentemente reflexiva, afastam-nos das sociedades que pretendemos conhecer. Avança-se, pois, para a ideia de que a sociedade ocidental presente é a que estará mais distante em termos culturais globais das sociedades pré-históricas que pretende estudar (Thomas, 2004). O esforço de inter-subjectividade necessário para as interpretar é, assim, muito maior e difícil. Na concepção do mundo estamos condicionados pelos conceitos de que dispomos. Hoje vivemos num mundo racionalizado pelos crivos linguísticos da ciência moderna, ao qual intelectualmente nos extraímos como observadores e manipuladores e que, por isso, é experimentado, vivido e interpretado de formas que serão muito diferentes

das do passado. Uma transição que nos terá feito passar de um passado racionalizado de forma mítica e de trajectória cíclica a um passado racionalizado de forma causal relativista e de trajectória linear, contribuindo para nos afastar dos esquemas mentais que então operavam, tornando o processo de o entender bem mais complicado.

> "(...) nos resulta tan difícil contemplar a los habitantes de la Prehistoria en sus próprios términos, independientes de nosotros. (...) estabelece al 'individuo' de la modernidad como prótogonista de toda la Historia (...). Solo aceptando que el pasado no estuvo habitado por nosotros, podremos avanzar en nuestros estúdios (...). Para ello, hay que entender a sus protagonistas como iguales, en categoria, en coherencia frente al mundo, en sofistication cognitiva y en elaboración perceptiva del mundo en el que vivían. Y ello significa que hay que aceptar su diferencia, que hay que entenderlos como personas que no eran los indivíduos de la modernidad."
>
> (Hernando, 2004: 90)

Resumindo, tem vindo a ser sistematicamente sublinhado que as auto-representações do indivíduo estão historicamente ancoradas e que a individualidade a que tradicionalmente nos referimos é uma forma de entendimento do humano específica do mundo ocidental moderno (Thomas, 2000a; 2004; Hernando, 2002), o que permite problematizar a sua aplicabilidade à Pré-História, levando mesmo a que alguns autores questionem (caso de Almudena Hernando, 2002, 2004) a autoridade em falar de indivíduos (no sentido moderno do termo) para os períodos mais recuados da história humana. Dúvida que, para além de ter implicações no tratamento da identidade, tem consequências na relevância dada à acção e à intenção individual nas práticas sociais das comunidades pré-históricas por parte da arqueologia pós-processual.

Indo mais além, esta contingência ontológica tem também repercussões epistemológicas, no sentido em que, como se defendeu acima, a problemática de como conhecemos e organizamos a produção de conhecimento é indissociável da problemática de como nos vemos no mundo, e enquadra-se na crise que o relativismo veio abrir na modernidade e que já foi colocada no Capítulo 1: pode um homem tão diferente (ontológica, linguística e intelectualmente) ter acesso às (estabelecer relações com) comunidades pretéritas mais distantes, ou tudo o que poderá fazer são representações textuais que o reflectem mais a ele do que aqueles que pretende conhecer?

A estas questões mais genéricas juntam-se ainda problemas específicos da abordagem arqueológica. Por um lado, a noção de contingência dos processos de identificação trouxe consigo, como se referiu anteriormente, a perda do carácter monolítico e homogéneo da identidade, concebida agora como um processo multidimensional, onde a identidade individual (em projecto) se interliga recursivamente com múltiplas entidades grupais, geradas na interacção entre tradição e práticas sociais situadas no tempo e no espaço. Por outro, a perspectivação da cultura material como dotada de significado e

desempenhando papéis activos, estruturada e estruturando recursivamente as práticas sociais em que contextualmente se encontra envolvida (Hodder, 1982; 1986), alterou a perspectivação da relação entre identidade e as suas expressões materiais. Esta reorientação teórica que o contextualismo exerceu sobre a noção de "cultura material" surge como uma espécie de subproduto da contestação aos determinismos naturais e sociais, que concebiam um ser humano passivo, sujeito aos constrangimentos que lhe seriam impostos pelo meio (físico e/ou social). Coloca-se agora uma ênfase na intencionalidade, na consciência activa, própria de um ser humano interveniente que, dotado de racionalidade, escolhe e atribui sentidos, conferindo à sua acção níveis de indeterminação. A crítica à concepção de um meio social como entidade normativa e determinadora, independente dos actores sociais, resultou numa perspectivação da cultura material como constituinte activo das práticas sociais, com significações contingentes, sujeita a uma historicidade resultante da forma dinâmica como é incorporada e actuante nas vivências humanas (Thomas, 1995), sendo também ela de complexa captação.

Ora esta concepção da identidade como um processo em construção, multidimensional e relacional, a par da percepção da cultura material polissémica e contextualmente activa, levou à consciencialização de que não existe uma correspondência directa, estável e universalizável, entre identidade e os recursos materiais envolvidos na sua significação e estruturação. Afirma-se a ideia de que apenas parte da cultura material é activada no contexto de um processo de identificação, que essa relação não se mantém sempre estável, que não é transferível por analogia e que o papel da tradição nesse processo varia igualmente com os contextos concretos. Por outras palavras, os processos de identificação envolvem sempre o recurso a uma cultura material distintiva e especificamente mais activa, mas essas relações são contingentes, variando no espaço e no tempo, o que torna particularmente problemático o acesso às identidades quando dispomos apenas de materialidades.

Assim, por um lado, a relação entre cultura material e identidade parece ser intangível e, por outro, as identidades surgem como processos fluidos, relacionais, dotados de uma historicidade que os vincula a percepções e sentidos concretos que emergem em cada contexto histórico e cuja recuperação se torna problemática. Face a estes problemas, têm-se gerado alguns sentimentos de descrença e cepticismo nas possibilidades de acesso a estas problemáticas por parte especificamente da Arqueologia. Este novo cepticismo, diferente do professado pelo processualismo, resulta de um extremar de posições em torno da contingência, epistemologicamente próximas de um presentismo radicalizado, que reduz o discurso sobre o passado a um discurso sobre o presente, e de uma textualização que reduz o real à palavra e substitui a realidade pelo discurso. Este, pela sua absoluta

contingência, não é captável fora do contexto em que é gerado, nem tem correspondência empírica. Veja-se a crítica desenvolvida por Rorty (1988; 1999) à "pulsão" extralinguística.

Retomando a questão debatida no Capítulo 1, agora centrada nas questões da identidade, deveremos questionar-nos se o assumir de uma diferença ontológica profunda entre as perspectivas presentes e passadas que o Homem tem de si próprio e da sua relação com o mundo impedem a abordagem destas problemáticas no passado. Nomeadamente e particularmente num passado sem escrita.

No Capítulo 1 foi evocada a argumentação proporcionada pela hermenêutica de Gadamer (1984; 1998) relativamente as essas possibilidades de "acesso" ao passado e, sobretudo, sublinhou-se que a diferença não nos é necessariamente incognoscível. Teremos "apenas" que nos dotar de possibilidades de alargamento relativamente aos nossos constrangimentos presentistas (progressivamente conseguido através de uma atitude reflexiva), mas sem a inútil e vã tentativa de nos abstermos deles, e procurar assumir uma postura relacional, onde as diferenças do passado possam emergir (o desígnio de uma Arqueologia Contrastante). De facto, é em primeiro lugar esse posicionamento reflexivo, e o desenvolvimento do pensamento relativista que implica, que nos permite tomar consciência das nossas absolutizações, das nossas universalizações, criando espaço para que possamos conceber e aceitar outras. Sem este passo, que nos afasta do pensamento absoluto, não poderíamos sequer almejar a discursos contrastantes sobre o humano. O relativismo é produto da racionalidade moderna e se representa um afastamento em relação a tradicionais formas de pensar e estar, é um afastamento necessário para que essas formas diferentes tenham oportunidade de emergir.

Este posicionamento, contudo, não nos deve levar a pensar que nada nos liga ao passado. O combate à ideia de existência de uma essência humana não autoriza a que se institua a inexistência de elos e de universais humanos que, na longa duração, poderíamos considerar como suficientemente estáveis para poderem ser considerados como "universais culturais".

De facto, os processos de identificação são um dos aspectos estruturantes do funcionamento da nossa mente e do seu relacionamento com o mundo, sendo por isso inerentes à existência humana, onde e quando quer que seja. Será esta condição universal que terá levado Shennan, na sua crítica às abordagens tradicionais da identidade, a considerar que

> "(...) at a certain level there exist human universals which undermine strong relativist conclusions derived from anthropological studies of different systems of thought."
>
> (Shennan, 1994b: 3)

ou Calhoun a afirmar que

> "Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida."
>
> (Calhoun, 1994: 9)

Ou seja, nos debates em torno da condição humana é de toda a conveniência estabelecer uma distinção entre os aspectos estruturantes da existência humana (e que participam na própria definição do Humano) e as variadas modalidades que estes podem assumir no tempo e no espaço. Neste posicionamento existe uma aproximação às potencialidades do estruturalismo na afirmação da existência de uma mente humana universalista nas suas formas de funcionamento estruturais, que Lévi Strauss conceptualizou no conceito de "espírito humano", que considera fundamentalmente o mesmo ao longo da história Humana (Criado Boado, 2000; Gardner, 2002). Não significa isto que os primeiros (os aspectos da estrutura) sejam a-históricos e não mudem. A estrutura cognitiva da mente humana tem mudado (ou teríamos que abandonar as teorias evolutivas em favor de um qualquer criacionismo). Significa apenas que o seu ritmo de mudança será bem mais lento do que as modalidades pelas quais se expressa.

O estatuto estruturante que atribuo à identidade deriva do facto de se constituir como um processo de classificação fundamental. Como se observou no Capítulo 1, todo o processo mental humano que permite o pensamento e a acção recorre à classificação (através do pensamento dual e de opostos) como mecanismo cognitivo. A existência humana é um permanente processo classificativo (Tajfel, 1957; Vignaux, 2000; Gil, 2000), desde a simples percepção à complexa elaboração simbólica. As classificações são quadros de pensamento onde se produzem associações e diferenciações de situações, objectos, pessoas, etc. Estamos sempre a classificar para pensar, representar e agir no mundo. Neste contexto, a concepção da identidade como fenómeno básico de categorização foi desenvolvido, no âmbito da psicologia social, pela Escola de Bristol (Amâncio, 2000), onde é vista como um processo universal que tanto se aplica à ordenação física como social. Enquanto fenómeno de categorização, a identificação é um fenómeno cognitivo necessário para seleccionar e organizar a informação, permitindo a consciência e a vivência social. Funciona como um aportador de sentidos e um processo organizador que permite a orientação humana e viabiliza as relações sociais. Processos classificadores e aportadores de sentidos, as identificações são vinculadas às significações, distinguindo-se claramente dos comportamentos e dos papéis: as identidades organizam significados e os papéis funções (Castells, 2003; P. Mota Santos, *in* Jorge, *et. al.*, 2002). A identificação individual e grupal é, assim, um processo estrutural de organização da vida e do mundo,

indispensável à existência humana. Enquanto processo de associação e diferenciação que contribui para nortear essa existência, está inserido no mecanismo estrutural de funcionamento da mente. O homem, ser dotado de uma consciência que elabora representações do mundo, requer a existência de processos de identificação, os quais são baseados em associações e diferenciações (exercidas a partir de percepções e categorizações) operadas em interacção com o meio social em que se encontra integrado.

Processo tão estrutural para o ser humano como o seu próprio corpo, a identidade não é um fenómeno do presente, mas um aspecto universal da existência humana. O que tem variado são as formas como os processos de identificação se realizam, ou seja, como as identidades são constituídas, expressas e transformadas e como operam na estruturação de cada contexto histórico concreto. É a sua modelação que varia e é aí que a nossa atenção se deve concentrar.

11.2.2 Processos de identificação

Assumindo que a existência de identidade é um requisito da humanidade, mas que a sua constituição, vivência e expressão são contingentes e que, portanto, os processos de identificação actuais são apenas modos particulares, o ponto de partida para a abordagem das problemáticas da identidade em Pré-História Recente, mais do que as evidências arqueológicas, deverá ser uma reflexão sobre os processos de identificação que poderiam ter operado nos contextos sociais da época. Esse exercício terá, contudo, de partir sempre do presente, da análise dos actuais processos de identificação e do discurso que construímos relativamente aos contextos sociais em que se desenvolveram os processos de identificação passados, procurando estabelecer a já referida relação de intersubjectividade presente/passado.

Conforme ficou expresso acima, o tratamento da identidade ambicionado neste texto não é uma abordagem fenomenológica do ser, que procure atingir as suas experiências particulares enquanto formulações individualistas. Distancia-se relativamente a propostas recentes que propõem uma focalização na escala do indivíduo, através da reconstituição da individualidade das vidas humanas no passado a partir de acontecimentos particulares e singulares (Hodder, 2000). Procura-se, antes, um enfoque da identidade enquanto processo de estruturação e agência de colectivos, que foi produto e viabilizou a sua organização social num determinado espaço e durante uma determinada diacronia, assumida como período de inteligibilidade histórica.

De facto, o problema da identidade tem sido colocado, no âmbito das ciências sociais e humanas, com este duplo enfoque: a identidade individual e a identidade colectiva (grupal). A primeira questão que se colocará será, pois, se não estamos perante a perpetuação da dicotomia indivíduo/colectivo.

11.2.2.1 Dualidade identitária: o problema da dicotomia indivíduo / colectivo no fenómeno social

A dicotomia indivíduo/colectivo tem marcado a história do pensamento ocidental e sustentado ideologias e visões do mundo conflituantes. Na sociologia clássica, esta dicotomia está plasmada no confronto do positivismo objectivista de Durkheim, onde a sociedade é concebida como algo exterior aos seus membros e se impõe ao indivíduo, e o idealismo subjectivista (de influência hegeliana) da escola alemã, cujos principais representantes foram Max Weber, G. Simmel e C. Menger (Ansart, 1999; Boudon, 1995; Cruz, 2001). Na História, este confronto realizou-se entre as tendências historicistas subjectivistas e as correntes influenciadas pelo materialismo histórico, que sustenta a existência da sociedade como uma entidade com "vida própria" que se impõe ao indivíduo, e pelo estruturalismo, que, recorrendo a modos estruturais da cognição humana, estabelece os limites que conformam a acção humana individual.

As tendências subjectivistas desenvolvem-se na crítica ao normativismo e determinismo social e podem ser definidas por dois princípios básicos: o fenómeno social resulta sempre de acções individuais e conhecer o fenómeno social é procurar o sentido dessas acções (Boudon, 1995). Nesta perspectiva, as estruturas sociais são entendidas como padrões de interacção que se formam na acção social, recusando-se a sua concepção como entidades autónomas que determinam ou condicionam a acção (Turner, 2002). A tónica é colocada na acção do indivíduo consciente, dotado de intenção que emerge da sua racionalização do mundo (representação), e no sentido que coloca nessa acção. É um enfoque enquadrado numa "sociologia compreensiva", hermenêutica, que pretende conhecer através da compreensão, isto é, através da identificação do sentido das acções dos indivíduos. Neste contexto teórico (Individualismo Metodológico), os colectivos são formulações que não têm existência independente (não sendo, portanto, analisáveis enquanto unidades), sendo gerados nas acções recíprocas entre os indivíduos, não podendo ser delas isolados. Estas tendências subjectivistas, vinculadas a uma concepção voluntarista do comportamento, que se torna essencialmente contingente, circunstancial e indeterminado, seriam desenvolvidas pelo Interacionismo Simbólico (que considera toda a vida social como uma construção activa intencional realizada por indivíduos) e pelas abordagens fenomenológicas existencialistas.

Três objecções se levantam a esta abordagem subjectivista: a não consideração da interferência do contexto; a visão atomista do real, inviabilizando o próprio conhecimento, que não dispensa os processos de generalização; a existência de aspectos estruturantes do funcionamento da mente humana.

Reconhecendo a impossibilidade prática de reduzir o conhecimento do social ao indivíduo e os problemas do particularismo, os teóricos da escola alemã já consideravam

necessário agrupar em conjuntos os actores considerados em condições análogas (os tipos ideais de Max Weber, 1965), assumindo assim um processo de generalização e simplificação. Para o Individualismo Metodológico o indivíduo deixou, na prática, de ser individual, mas, por necessidade dos próprios procedimentos de conhecimento, transformou-se num "indivíduo colectivo", uma construção que resulta de um processo de classificação e agrupamento. Assume-se, pois, que o conhecimento da realidade social humana a partir dos particulares que a compõem é impossível, porque constituída por uma infinidade de particularismos em interacção.

Por outro lado, e apesar do combate aos determinismos sociais e behavioristas, a perspectiva subjectivista tem sentido a necessidade de não negar o contexto nem a sua intervenção condicionante sobre o indivíduo. Se mantém a contestação à acção normativa da estrutura e do social sobre a prática do indivíduo, a sociologia contemporânea recupera, como anteriormente se expôs, a interferência do todo e propõe uma relação interactiva e recursiva entre indivíduo e sociedade (Giddens, 2000; Elias, 1994 e 2000). A dicotomia é superada por uma dualidade, onde indivíduo e colectivo se pressupõem um ao outro.

Esta interacção recoloca o indivíduo num contexto, o qual não só resulta da expressão do conjunto de indivíduos em interacção num determinado tempo e num determinado espaço, mas também das manifestações da tradição, ou seja, das suas pré existências históricas. Conceitos como *habitus* e *práticas sociais* (Bourdieu, 2001a) têm por objectivo evidenciar a vinculação dos indivíduos a um espaço social, à interiorização de modelos de comportamento e juízo, à produção e reprodução (com reajustamentos) desse espaço social. Ao indivíduo é garantido um papel activo em rede, relacional, no qual ele exerce a sua razão, age com intenção e dota o seu mundo de sentidos. Mas essa razão, essa intenção e esses sentidos são forjados na relação historicamente situada com outros indivíduos e conjuntos de indivíduos, onde operam aspectos estruturantes do contexto social concreto e da tradição, os quais condicionam e estabelecem os parâmetros dos possíveis para a razão, a intenção e o sentido, portanto para o ser consciente.

Nesta perspectiva teórica, a identidade individual surge como uma identidade relacional, construída e negociada em interacção social. E nessas interacções, que poderíamos designar por vida social, geram-se associações e agregações de indivíduos, na medida em que a ordenação e a vivência social implicam processos de classificação (por generalização). Identidades individuais e identidades colectivas estão, assim, recursivamente envolvidas no complexo processo interactivo que constitui a vida social, pressupondo-se uma à outra. Contudo, o problema estruturalista, no que respeita à vinculação imposta por modos estruturais de cognição, não é discutido. As interferências

que modos "universais" de cognição humana têm sobre os processos de identificação são, de certa forma, ignorados num debate essencialmente sociológico.

Todavia, apesar da interacção recursiva e pressuposição mútua que permite ultrapassar a dicotomia, identidades individuais e identidades colectivas são diferenciáveis, o que permite falar de um dualismo identitário. Poderemos conceber as identidades individuais essencialmente como sistemas psíquicos e as colectivas como sistemas sociais que, se estão em interacção permanente, são distinguíveis pelo seu meio de operar, pelas formas como se expressam e pelos níveis de coerência que apresentam (Luhmann, *in* Cea Naharro, 2004). As primeiras geram-se no processo de auto reconhecimento através da consciência, através de uma capacidade de dar unidade e uma coesão a experiências mentais que se manifestam numa unidade de tempos (passados, presentes e futuros); as segundas operam através da comunicação e de práticas sociais de adesão/rejeição, remetendo para a ideia de partilha e de pertença (R.M. Cardoso, *in* Jorge *et. al.*, 2002). A identificação como construção da identidade individual "forma a pessoa na sua radical diferença" (Matos, 1996), enquanto a identificação grupal, "esbate diferenças e constrói famílias" (*idem*). Uma corresponde a processos de individuação, a outra a estratégias identitárias de espaço comum (Bragança de Miranda, *in* Jorge, *et. al.*, 2002).

Vejamos então, separadamente, os aspectos estruturantes das identificações individuais e colectivas.

11.2.2.1.1 Identidades individuais

Quando se fala de identidade do 'eu' há que ter em conta que podem existir várias modalidades ou níveis de "si" (*self*). Seguindo a tipologia de Francisco Varela, poderemos considerar cinco níveis: "1) uma unidade mínima ou celular; 2) um ser corpóreo com a sua base imunológica; 3) um si mesmo perceptuo-motor associado à conduta animal; 4) um 'eu' sócio-linguístico de subjectividade; 5) o colectivo social composto pela totalidade das multi-individualidades." (citado em Teixeira, 2004: 109). A modalidade que aqui se aborda é a do 'eu' sócio-linguístico de subjectividade, pois é nesse nível que se pode colocar o problema da identificação pessoal. Esta concepção parte do princípio de que o processo de identificação está associado à subjectividade enquanto capacidade de nos perspectivarmos consciente e intencionalmente e que essa capacidade é sócio-linguística (Teixeira, 2004).

Assim, a identidade pessoal, e numa perspectiva a partir da Psicologia e da Psiquiatria, corresponde ao "Eu consciente" e à significação atribuída à individualidade (Sofia Miguens, *in* Jorge *et. al.*, 2002; R. M. Cardoso, *in* Jorge *et. al.*, 2002; Matos, 1996; 2004). A identidade pessoal é, pois, um problema de auto reconhecimento, através de consciencialização e significação, que se vai operando ao longo da vida. A sua construção é um processo de constante transformação. Mas nesse carácter dinâmico operam

mecanismos que promovem uma permanência psicológica na historicidade individual, promovendo a percepção do sujeito como essencialmente o mesmo ao longo da vida, resultando esta significação de um processo de presentificação, o qual cria a "permanência" que caracteriza, em grande medida, a consciência do "Eu". No dizer de Thomas (1995), contudo, essa presentificação não pode ser confundida com um privilegiar do presente, já que a consciencialização da individualidade se processa numa unidade formada pelas vivências presentes, memória e tradição (passado) e projectos (futuro). Trata-se, pois, de um processo construtivo, vinculado a uma consciência que o dota de significado, mas que lhe altera a percepção da sua historicidade através dos processos de presentificação e procronia psicológica. O processo de identificação é um processo permanente de auto representação através da atribuição de sentidos (significação).

Não é um processo de construção ritmado. Se é ao longo da infância que se constituem muitos dos traços da definição do "self", outros só surgem em cena mais tarde. Como se desenvolverá adiante, existem várias agências de identidade: as nossas características biológicas, o nosso contexto social, a profissão, a religião, a língua, a estética, etc. Todas elas geram identidade. Contudo, não entram todas em funcionamento na mesma idade, nomeadamente na infância. Assim, ao longo da nossa vida vamos sendo introduzidos a situações estruturantes na formulação e reformulação constante da nossa identidade e os seus momentos de activação distribuem-se ao longo da vida. Considerando a teoria dos estádios cognitivos de Piaget, a nossa estrutura mental apresenta capacidades cognitivas distintas as quais são activadas em tempos também eles distintos: na infância não disponho de todas as capacidades cognitivas para tomar consciência de determinadas realidades, as quais serão mais tarde marcantes para a consciência do "eu". Nesta linha, no processo de auto reconhecimento chega mesmo a considerar-se uma situação prévia de proto-consciência do "eu", caracterizado por um sentimento de *mim* ainda não formalizado, que poderíamos localizar entre o "eu perceptuo-motor" e o "eu sócio-linguístico".

Por outro lado, a identidade individual é relacional, por natureza e por socialização. A superação da dicotomia indivíduo/sociedade permite assumir a noção de "Homem Aberto" (Elias, 2000), em permanente relação com os outros desde que nasce. Nesse relacionamento social, cada indivíduo possuirá maior ou menor autonomia, mas as suas práticas serão sempre em grande parte orientadas para e influenciadas por outros indivíduos, formando redes de interdependências. Ou seja, a identidade individual é sempre uma identidade socializada (Cuche, 2001; Oliveira, 2004). A sua ligação aos outros começa por ser de natureza biológica, baseada nas aportações genéticas, que são "um programa aberto" (Matos, 1996). Mas a tónica é aqui colocada na socialização, nas relações intersubjectivas que se operam pela integração activa e recursiva do indivíduo no meio social: o processo de identificação, tendo um fundo genético hereditário, é um processo

fundamentalmente relacional e dinâmico (Matos, 1996; R.M.Cardoso, *in* Jorge *et. al.,* 2004). Mas não deixa de obedecer, também, a constrangimentos relacionados com a própria forma como as estruturas mentais operam e como, em cada época, se formam as "máximas consciências possíveis" (Goldman, 1959) e se conformam as categorias básicas de conhecimento ou reconhecimento (este aspecto será desenvolvido mais adiante).

Não se trata de conceber o indivíduo como formatação de um produto social, mas de assumir que existem modos estruturais de funcionar e um contexto social e mental de relações entre indivíduos que lhe é pré-existente e que tem uma tradição e um modo operativo, no qual esse indivíduo se vai estabelecer como agente e reagente. A concepção subjectivista da identidade extremada (Cuche, 2001) tem exercido uma forte crítica relativamente às vinculações biológicas ou sociais, resultado da sua utilização pelos posicionamentos deterministas (biológicos ou sociais). Partindo precisamente de uma valorização da auto consciência e atribuição de sentidos ao "Eu", essa concepção percebe a identificação como um processo de auto representação realizado no ser, pelo ser, num acto de auto identificação. Contudo, esta individualização do processo acaba por nos conduzir à noção de "Homo clausus" e a um existencialismo fechado sobre si próprio por não contemplar a participação do contexto social e mental. Em última instância, renova a noção de essência que a concepção subjectivista pretende precisamente combater, na medida em que, ao estabelecer uma barreira entre indivíduo e mundo exterior no processo de identificação retira-lhe a historicidade e a contextualidade que lhe é proporcionada por essa relação. E como refere Foucault (1984), nem mesmo o corpo é suficientemente estável para servir como base ao auto reconhecimento.

Daí que, se é de aceitar que a identificação como um processo pessoal de consciencialização e de atribuição de sentidos, há que considerar que essa individuação é dinâmica e processada em rede com outros indivíduos, num contexto social concreto que incorpora uma tradição e esquemas operativos mentais mais contingentes ou mais estruturais. A construção da identidade faz-se no interior de relações sociais e esquemas de pensamento que enquadram os indivíduos, as suas representações e escolhas. É pois na ordem das interacções que se fundará o fenómeno identitário (Barth, 1969; Tajfel, 1972), sem o qual essas mesmas interacções não são possíveis, uma vez que a relação entre o eu e o outro é dialéctica: não tenho noção do eu sem noção do outro (materialidade ou ser vivo) e vice versa. Não há identidade em si ou por si. Ela forma-se sempre em relações com outros, no confronto com os outros, no consenso entre o que sou, o que penso que sou, o que os outros pensam que sou e querem que seja e pelo que eu penso que os outros são (R. M. Cardoso, *in* Jorge, *et. al.*; Matos, 1996): o meu posicionamento na rede de inter-relações sociais e a minha consciência de *mim* resultam da combinação relacional de auto identificação e exo identificação (Barth, 1969; Cuche, 2001; Vignaux, 2000). Mas nesta

construção interactiva do "eu" não operam só outros indivíduos, mas também as materialidades que me são exteriores e as situações (pessoas, seres vivos e materialidades em interacção) porque passo. Como sublinham Castells (2003a) e Jorge (2000), a identidade é uma construção a partir da história, geografia, biologia, cultura, instintos produtivos e reprodutivos, memória colectiva, fantasiais pessoais, instituições, tradições, etc.

11.2.2.1.2 As identidades colectivas ou grupais

A percepção da dialéctica interactiva entre indivíduo e comunidade social, tem levado ao questionar da existência dessas totalidades sociais (a qualquer escala). Como se expôs acima, as tendências subjectivas que marcaram algumas das linhas do pensamento sociológico do século XX privilegiam a acção do indivíduo, sustentada nos sentidos que este atribui e nas suas intenções. Investigar o fenómeno social é investigar o sentido das acções individuais e recusa-se a concepção de totalidades sociais como entidades autónomas que determinam ou condicionam a acção. Nas formulações teóricas mais extremadas, como no Individualismo Metodológico ou no Interaccionismo Simbólico (Berthelot, 1999), os colectivos são formulações que não têm existência independente, não se concebendo a possibilidade de serem pensados como unidades. Todo o fenómeno social é restrito à intencionalidade individual em interacção. É nesta linha que se têm contestado noções totalizantes como sociedade ou comunidade (Mann, 1986) e que se tem considerado a noção de identidade colectiva enganadora (Berger e Luckman, 1999). Contudo,

> "As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram sentimentos de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade comunitária"
>
> (Castells, 2003a: 73).

Ou seja, as pessoas agrupam e agrupam-se, aplicando o estruturante processo de classificação para a organização, numa rede de significados, do conjunto de indivíduos em interacção. De facto, os indivíduos, nas suas relações recíprocas, não se mantêm como simples individualidades. Eles estabelecem associações e agregações, as quais sendo multidimensionais, cruzando-se em rede, resultam em identidades colectivas. A crítica às totalidades sociais é uma crítica à sua concepção como entidades, com existência própria independente dos sujeitos e das suas acções (as quais determinavam). Mas essa crítica não destrói a noção de colectivo, apenas a reconceptualiza como sobreposição de interacções e de redes de interacções de escalas variáveis (Mann, 1986). Estas redes de interacção, sendo a expressão da relação entre indivíduos em contextos historicamente situados, são mais do que o somatório dos seus elementos constituintes e actuam recursivamente sobre as suas acções e sobre os seus processos de identificação enquanto seres individuais:

> "A instalação de uma rede de comunicação mais vasta e mais subtil do que a de qualquer outro grupo de animais. Esta rede cria um conjunto de homens, que é muito maior que cada um entre eles, e que permite transmitir informações, emoções e projectos. Não se trata aí de uma mera soma de seres – que dava uma multidão - , mas de interacções que fazem nascer outra coisa"
>
> (Jacquard, 1996: 89).

Assim, as identidades grupais (também designadas por sociais, Amâncio, 2000; Couche, 2001) não têm essência própria (Hall, 2000). Não existem enquanto entidade. Antes, devem ser concebidas como categorias de agregações de indivíduos em interacção, manipulando semelhanças e diferenças, que se estabelecem como formas de sentido e organização do social, que operam em rede a várias escalas. E serão enquanto formas dinâmicas de sentido que os grupos (a várias escalas) se constituem como actores sociais na história e que podem ser sujeitas a formas de representação linguística e simbólica.

Na sua constituição, as identidades colectivas ou de grupo operam-se por processos que poderão ser paralelizáveis aos da constituição das identidades individuais (P. Mota Santos *in* Jorge *et. al.,* 2002). São processos sociais de identificação dinâmicos, que permitem uma organização e uma representação do conjunto de indivíduos em interacção através da atribuição de sentidos. Assumem frequentemente uma definição social e linguística, sendo que esta nomeação, tal como o nome próprio dos indivíduos, ajuda à emergência de uma ilusão de homogeneidade e permanência das características definidoras do grupo. E tal como os indivíduos, os grupos e as suas representações, apesar de emergirem em contextos sociais concretos, também se inserem em "ambientes simbólicos" comuns mais vastos (sistemas de categorizações com juízos e valores associados) transmitidos pela tradição, através das agências de socialização, e reproduzidos pelas práticas sociais, os quais lhes definem as suas posições relativas (Deschamps, 1982). Estabelece-se, assim, a relação entre as condições contextuais objectivas, as relações intergrupais e as agências e interacções individuais, o que permite igualmente realizar que a questão da identidade funciona a múltiplas escalas, que vão do indivíduo a conjuntos de indivíduos progressivamente mais abrangentes e que essa progressiva abrangência corresponde a processos de generalização perceptiva e, simultaneamente, de redução de heterogeneidade.

> "Ou seja, enquanto no primeiro caso organizámos o grupo em termos de pessoas, no segundo organizámo-la em termos de características ou atributos gerais do grupo. Enquanto no primeiro caso, essa organização nos levará a ver os grupos em termos de *subtipos* (...), no segundo, tratar-se-á de um único estereótipo, mais geral e abstracto do que o primeiro. A nossa percepção do grupo será, neste caso, mais estereotipada."
>
> (Marques e Paéz, 2000: 349).

Mas se as identidades grupais apresentam processos de constituição genericamente homólogos dos processos de identificação individual, revelam igualmente especificidades próprias.

Mais atrás, quando se discutiu a viabilidade e a utilidade de diferenciar a identificação individual e a colectiva, a argumentação apresentada sugeria uma vinculação da primeira à diferenciação (individualizadora) e a segunda à agregação por semelhança. Não tendo, então, desenvolvido mais a questão das formas como operam os processos de agregação, expressões como "sentimento de pertença", "construção de famílias" ou "espaço comum" podem ter deixado a sensação de que a constituição de identidades sociais resultava na formação de grupos fortemente homogéneos e mais ou menos estáveis. Mas o que, efectivamente, caracteriza a identidade grupal é a sua heterogeneidade e alteridade. Sendo uma construção social, a identidade participa da complexidade do social e da sua heterogeneidade, assumindo um carácter multidimensional e flutuante. Por um lado, sendo constituída num contexto relacional concreto, ela é alterável com qualquer modificação que esse contexto possa sofrer. Ou seja, é dinâmica e está em permanente reformulação. Por outro, está constituída por uma rede de identidades que se sobrepõem. Os elementos de um grupo, pertencem e constituem esse grupo com base em determinados critérios, mas simultaneamente pertencem a inúmeros outros grupos com base noutros critérios, que se interpenetram numa complexa rede de pertenças, por vezes conflituantes, onde com facilidade o "outro" relativamente a determinado grupo de pertença, se transforma em "nosso" se considerarmos outro grupo: o meu adversário em termos políticos-ideológicos, pode ser meu companheiro em termos clubístico-desportivos ou religiosos. São a fluidez, a interpenetração, a permanente interacção e reformulação que tornam a identidade grupal particularmente heterogénea e instável, dificultando a sua abordagem; dificuldade essa que conduz à afirmação de que, embora a sua análise não seja inviável, há mais precisão quando se fala da identidade do indivíduo do que quando se fala de identidades colectivas (S. Miguens, *in* Jorge *et. al.*, 2002).

> "(...) podemos percepcionar um grupo como algo que admite um determinado grau de variabilidade. Ou seja, um estereótipo deixa de ser necessariamente uma representação una e abstracta, passando a poder ser visto como uma colecção de características de pessoas que pertencem ao grupo, mas que podem apresentar diferenças entre si"
>
> (Marques e Paéz, 2000: 351"

Esta falta de homogeneidade interna, por sua vez, reforça o papel da diferença enquanto estratégia de identificação. Frequentemente, face à heterogeneidade interna, os factores unificadores situam-se externamente ao grupo, sendo o cimento unificador a não partilha de determinado critério definidor do "outro" (Hall, 2000; Barth, 1999; Lewin, 1953;

Crang, 1998). É na interacção social, no confronto diferenciador com o "outro", que se manifestam os processos de identificação, que são modos de categorização dos grupos de indivíduos para organizarem as suas relações. Ou seja, é na comparação social que se estabelecem as identificações grupais, num processo dialéctico de formação do "Nós" (o endogrupo) e dos "Outros" (os exogrupos). Mas esta tónica nas forças exteriores ao grupo como geradoras de processos de demarcação e de vontade de diferenciação, não deve, contudo, fazer excluir o papel da identificação interna, que usa a semelhança como estratégia identitária.

> "Sinto-me mais próximo de quem divide como eu"
> (J. Bragança de Miranda, *in* Jorge *et. al.* 2000:)

Aqui sobressaem os factores internos de partilha na constituição do grupo, os quais são referenciadores do sentimento de pertença e da atitude de exclusão e nomeação dos outros (Levine e Campbell, 1972, citado em Amâncio, 2000). Diferenciação e semelhança são as duas faces dos processos de identificação e é a sua relação dialéctica que dota o grupo dos seus níveis variáveis de homogeneidade e heterogeneidade.

Por seu turno, a utilização da designação "estratégia de identificação" remete para o carácter instrumental dos processos de identificação colectiva (Hall, 2000; Cuche, 2001; Lewin, 1982). Utilizado para referenciar o carácter dinâmico e de permanente reformulação, esta designação apela à intenção dos indivíduos que, enquanto agentes, detêm uma margem de manobra significativa relativa à apreciação que fazem das situações e que, dentro das alternativas que os contextos lhes proporcionam, utilizam estrategicamente nos processos de identificação. Ou seja, as identificações sociais são processos quer resultam das leituras que os agentes envolvidos fazem do mundo que os rodeia e das intencionalidades que os movem nas suas acções, dentro dos parâmetros do contexto social em que se encontram. Esta intencionalidade socialmente negociada de que se reveste o processo de identificação proporciona a sua instrumentalização, ainda que condicionada pela tradição e pelos limites dos contextos concretos em que se desenvolve.

> "Emblema ou estigma, a identidade pode ser instrumentalizada nas relações entre grupos sociais. Ela não existe em si, independentemente das estratégias de afirmação identitária dos actores sociais que são, à vez, produtos e suporte das lutas sociais e políticas"
>
> (Cuche, 2001: 94)

Como refere Bourdieu, esta instrumentalização estratégica nem sempre necessita de ser plenamente consciente ou formalizada (Bourdieu, 2001b), remetendo para organizações do social veiculadas pela tradição, mas que são mantidas e reproduzidas pelas práticas sociais.

Esta vinculação da emergência e desenvolvimento dos grupos sociais a específicos modelos político-ideológicos de poder decorre, fundamentalmente, do facto de a identidade ser manipulável como factor de demarcação da diferença e de exclusão, através do poder de nomeação (categorização e catalogação social). Nesse sentido, a identificação é um poder que cria e recria o mundo, nas suas organizações e relações sociais. Funciona como fixador da posição social de indivíduos e grupos e, na medida em que nem todos os indivíduos e grupos ocupam posições homólogas nos sistemas de relações sociais em que estão inseridos, traduz-se igualmente num poder que está assimetricamente distribuído e numa também assimétrica capacidade de acção dos vários grupos. E nesta sua manipulação ao serviço das engenharias sociais apresenta três funcionalidades (Doise, 1972): a selectiva, ao basear a categorização grupal em avaliações de "traços" considerados mais relevantes no âmbito geral das significações; a justificativa, ao utilizar esses traços de significação para justificar a posição de cada grupo na rede de interacções; a antecipatória, ao utilizar a categorização grupal como orientadora e preditiva das relações entre os grupos. É, pois, na interacção social, em processos de associação por semelhança e diferenciação, que os indivíduos em interacção se organizam em redes de grupos dinâmicos de sentido (valorativos), os quais se constituem como actores sociais colectivos que transcendem o mero somatório dos seus membros.

11.2.2.2 Agentes de identificação

Os processos de identificação, contendo uma vertente de classificação, obedecem a alguns princípios básicos das estruturas das classificações (Gil, 2000):

- Baseiam-se nos princípios constitutivos da individuação, usando propriedades físicas ou estritamente simbólicas como critérios;
- A partir das individuações estabelecem processos de generalização, secundarizando os atributos (critérios) que singularizam e valorizando os que agregam ;
- Essas agregações são estabelecidas simultaneamente por associação e por diferenciação;
- Procedem à nomeação das individuações e das agregações (grupos): é a linguagem que permite pensar as nossas percepções e fundar as nossas categorizações e representações;
- Tendem para a estabilização da individuação ou da generalização efectuada e da sua nomeação: construção de estereótipos que permitem assumir efeitos preditivos e os conhecimentos (subjectivos) das "realidades", sendo essenciais na vivência social;

- São contingentes: relativas a percepções, representações e significados, remetendo para o conhecimentos e familiaridades (ou sua ausência) e para os critérios de individuação e de agregação, historicamente situados;.
- Apresentam regiões de indeterminação;
- Tendem para a visibilização dos critérios subjacentes à individuação e à pertença;
- Assumem uma componente valorativa.
- Permitem a organização da "realidade" em causa de forma tendencialmente hierarquizada (no sentido em que assumem uma componente valorativa)

Assim, os jogos de identidade social apresentam-se como processos classificativos, que partilham muitos dos aspectos dos processos taxonómicos e, tal como estes, são formas de organização de uma infinitude de particulares em rede.

Processos dinâmicos e complexos de relações sociais, operam-se e expressam-se através de "agentes ou agências de identificação", nas quais se estabelecem as diferenças e semelhanças que geram adesões e separações, ou seja, que ajudam a definir, a diferenciar e a comunicar o "nós" e os "outros".

Estes agentes de formação e expressão de identidade são inúmeros. Poderemos mesmo considerá-los como de número infinito, já que tudo o que o Homem contacta pode ser utilizado como instrumento de diferenciação ou identificação, através do qual se gera e se comunica identidade. Numa tentativa de organização taxonómica dessa infinidade de agentes poderíamos começar por considerar duas grandes categorias: factores de ordem geográfica e factores de ordem humana. Entre os primeiros contaríamos o clima, a geomorfologia, o meio natural (flora e animal), a geologia, a rede hídrica, os elementos celestes, etc. O segundo, por sua vez, poderia ser subdividido em factores humanos de ordem social e de ordem biológica. Entre as agências de natureza social contaríamos elementos relativos às instituições, religiões, língua, parentesco, tradição, arte, tecnologia, ideologias, conflito, interacção, política, normativos, profissão, a cultura material, etc. Nos de natureza biológica incluiríamos o sexo, a idade, características físicas. Estes últimos elementos, considerados com elementos adstritos (Crang, 1998), como os elementos de ordem geográfica, não são elementos identirários em si. Apenas se transformam em agentes de identidade quando são socialmente activados em determinado contexto social. A formação de identidades é, como se sublinhou acima, um processo sempre interactivo, socializado e contextualizado, pelo comportamento dos diferentes agentes de identidade não é estático e permanente, sendo activados ou desactivados no contexto dos processo de identificação.

11.2.2.3 Sumariação dos processos de identificação e da sua conceptualização

Procurar-se-á, agora, sintetizar a abordagem das problemáticas da Identidade aqui expressa e o principal corpo conceptual associado e que servirá de base à análise do caso concreto em estudo.

A identidade é assumida como **um Universal Cultural**, no sentido em que é um mecanismo inerente à própria existência da Humanidade, quer na sua definição, quer no que se refere ao seu estar-no-mundo.

Esta sua perspectivação como universal cultural não permite, contudo, que a sua conformação seja dotada de essencialismos. As formas como é gerada, as modalidades que pode assumir os mecanismos que são activados, as maneiras como é expressa, sentida e percebida, são contingentes e historicamente situados. Neste sentido, a identidade **é um processo** construtivo e dinâmico, que se opera sempre em interacção, no contexto das relações com o meio físico (sempre humanizado) e das relações sociais. Por isso é melhor expressado pelo termo **identificação**. Esse processo, contudo, é conformado por modos estruturantes (a várias escalas) de funcionamento da mente humana.

Esse carácter processual, constrói-se através de modos comunicacionais onde operam os **agentes ou agências de identidade**. Estes podem ser definidos como os elementos que são socialmente activados para participarem nos processos de identificação. Não devem ser concebidos como estando fora das identidades, mas como elementos que participam das identidades que ajudam a definir e comunicar, como elementos culturais através dos quais a identidade se constitui e opera.

Os processos de identificação estabelecem-se através de **relações duais de semelhança / diferenciação** que geram situações de agregação / separação. No caso dos grupos, este fenómeno de campartimentação tende a gerar zonas de "fronteira" social que podem ou não ter expressão espacial e temporal.

É um processo que envolve sempre níveis de **auto-reconhecimento** em interacção com processos de **exo-reconhecimento**. Por um lado, exerce-se um processo de "othering" (Crang, 1998: 60), de construção identitária de diferenciação em relação a outros e aos seus critérios definidores (o *nós* precisa dos *outros*). Por outro, uma associação interna baseada numa dinâmica de partilha, de comunhão relativamente aos critérios definidores. Envolve, portanto, formas de representação, que resultam num **processo de classificação activo na** organização do mundo e das relações sociais. Essa classificação exerce um processo de redução das pluralidades identitárias de cada um, as quais tendem a ser homologadas a identidades dominantes ou socialmente mais valorizadas.

A facilidade da categorização relacionar-se-á, assim, com o estatuto das categorias, com a sua maior ou menor normatividade e com a clareza das suas fronteiras. Neste

sentido, implica necessariamente uma **expressão simbólica**, que se manifesta tanto no plano da nomeação (linguagem), como no dos gestos e atitudes (comportamental), ou no do símbolo material, sendo que este não tem um estatuto de necessidade.

O seu reconhecimento e dinâmica opera através de **processos de presentificação**, nos quais participam os "três tempos": passado, através da tradição e da memória; presente, através das vivências; futura, através das projecções, espectativas e desejos/intenções.

Manifesta-se numa outra dualidade, permitindo falar de identidade **individual** e identidade **grupal** (ou colectiva). Esta última define-se por agregações de identidades individuais em rede, que conformam um determinado conjunto estabelecido relativamente a critérios reconhecidos numa dinâmica onde operam os mecanismos de endo e exo-reconhecimento.

Estes grupos identitários não se apresentam, como grupos homogéneos e monotéticos, mas **heterogéneos e politéticos** e estabelecem-se em redes de sobreposição, onde os elementos do grupo, de acordo com outros critérios, participam em outros grupos, num processo que é dinâmico de **multiplicidade e pluralidade identitária**, que podem ou não ser socialmente hierarquizadas e organizadas em escalas diferentes. Este carácter dinâmico estabelece uma **mobilidade identitária**, que se traduz na possibilidade de circulação dos indivíduos, ao longo da vida, por diferentes grupos de identidade. Esta mobilidade funciona dentro dos parâmetros da mobilidade social e pode estar ou não sujeita a normativos.

A sua natureza de representação e o papel que desempenha nas relações sociais dotam a identidade de um **carácter instrumental** que a introduz no âmbito do conceito de **estratégias de identificação**, as quais jogam importante papel na hierarquização do espaço social, na definição do lugar que cada indivíduo ou grupo ocupa nesse espaço e nas configurações das dinâmicas da mobilidade identitária e social.

Esta conceptualização dos processos de identificação é encarada como uma ferramenta válida para a abordagem às problemáticas da identidade, permitindo enfrentar a sua contextualidade, tanto no que respeita às diversidades que se podem observar nas dinâmicas identitárias contemporâneas, como no que concerne às passadas.

11.3 DINÂMICA IDENTITÁRIA E CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO LOCAL

No "case study" em questão, a abordagem das problemáticas da identidade reporta-se, como foi afirmado no início do capítulo, exclusivamente às identidades colectivas. Esta opção resulta de constrangimentos (no que não se constitui verdadeiramente como opção), mas igualmente dos objectivos estabelecidos para o trabalho. De facto, os aspectos da

identidade individual serão de muito difícil abordagem em Arqueologia, e em particular para a Arqueologia dos períodos sem escrita. Jorge Alarcão ilustrou bem essas dificuldades, mesmo para contextos de períodos históricos relativamente recentes (Alarcão, 2000; 2004). Para a Pré-História, só contextos extraordinários (como eventualmente o achado do "Homem do Gelo") poderão dar azo a que procuremos atingir o indivíduo concreto e as suas particularidades identitárias, mas também aí as limitações são grandes, mesmo num discurso recheado de plausíveis.

Contudo, a opção pela abordagem das identidades grupais não foi simplesmente induzida pelas dificuldades de tratamento da questão a um nível individual. Fica sobretudo a dever-se ao facto de a investigação tomar como objectivo um processo diacrónico de tempo médio/longo (pouco mais de um milénio) e o comportamento de uma rede local de comunidades ao longo desse período. Na abordagem a um modelo da Paisagem, que traduz um espaço e também um tempo alargados, assiste-se a um dispersar, a um diluir, da iniciativa individual, emergindo essencialmente a moldagem colectiva dessa paisagem (Crang, 1998). Procurar o comportamento e a interferência das problemáticas da identidade neste contexto é, necessariamente, tratar de colectivos. Sem que, todavia, isso nos faça esquecer que esses colectivos se engendram em relações sociais recursivas de indivíduos concretos interagindo em rede, e cujos comportamentos respondem, simultaneamente, a condicionalismos da estrutura, da tradição (*habitus*) e aos seus desejos e intenções, os quais são orientados pelas leituras que, em cada momento, fazem das situações e das opções que vislumbram.

Por outro lado, a abordagem diacrónica é hoje considerada uma das formas mais adequadas de abordagem da identidade (Jones, 1996), na medida em que os processos de identificação não têm apenas uma dimensão espacial (como a perspectiva essencialista acabava por assumir), mas produzem-se no tempo, onde podem ser mais facilmente captáveis nas suas subtilezas. O "acompanhamento" de uma dinâmica local, espacialmente restrita, ao longo de um alargado período de tempo, possibilita a observação dos usos particulares de certos aspectos da cultura material, das arquitecturas, da Paisagem, que são activados e desactivados nos processos de identificação.

Essa abordagem, contudo, deverá procurar atender ao problema da dupla hermenêutica, lembrando, como sublinha Barth, que a intenção é parte integrante dos jogos de identidade e que identificação é, em grande medida, auto e exo-identificação onde operam os mecanismos de reconhecimento e sentido.

> "Tout d'abord, nous accordons une importance fondamentale au fait que les groupes ethniques sont des categories d'attribution et d'identification opérées par les acteurs

> eux-mêmes et ont donc la caractésristique d'organiser les interactions entre les individus. (...)
> A mons sens, on peut gagner beaucoup en considérant ce trit important comme une implication ou un résultat, ptutôt que comme une caractéristique premiere et définitionnelle de l'organisation d'un groupe ethnique." (...)
> Dans la mesure oú les acteurs utilisent des identities ethniques pour se categorizer eux-mêmes et catégorise les autres dans des buts d'interaction, ils forment des groupes ethniques en ce sens organisationnel"
>
> (Barth, 1999: 205-211)

Por outras palavras, pensar a identidade no passado é ter que olhar ao papel da tradição, do *habitus*, da Paisagem e dos modos estruturais de representar (conhecer), mas também ter em conta a maneira como os homens se viam a si próprios e aos outros, como entendiam o mundo e que representações poderiam fazer dele. Implica ter em conta a sua hermenêutica, a sua racionalidade e as suas possibilidades de visão do mundo. O que requer que se considerem as suas formas de pensar, as suas estruturas mentais, as potencialidades e limitações cognitivas, as quais, desde a recusa do essencialismo ontológico humano, se concebem com níveis abertos à diferença e ao debate da sua historicidade.

11.3.1 Será possível uma paleo-psicologia? O modelo de estrutura mental finalista e as suas potencialidades para uma Arqueologia Contrastante das identidades.

A identidade foi acima definida como um processo dinâmico e contingente (identificação), que decorre num ambiente relacional socializado. Sendo um processo simultâneo de auto e exo-reconhecimento e nomeação, encontra-se relacionado com a consciência (portanto, com a representação, com o sentido e com a intenção) e particularmente articulado com as questões relativas ao funcionamento da mente humana e da sua historicidade. A abordagem da Arqueologia às questões da mente só foi disciplinarmente formalizada a partir dos anos oitenta do século XX (Mithen, 2001). É certo que desde tempos mais recuados que a Arqueologia se permitiu discursar sobre aspectos da psicologia dos povos e das mentes dos "Homens Primitivos". Esses discursos, contudo, não se sustentavam numa linguagem formalizada e numa investigação sólida sobre os processos cognitivos humanos. O desenvolvimento das ciências cognitivas a partir dos anos cinquenta e os avanços realizados na paleoantropologia no que respeita aos processos de hominização viriam a ser responsáveis pelo desencadear, no último quarto de século, do interesse por uma Arqueologia Cognitiva.

A questão da historicidade das formas de funcionamento da mente que pensa é, aqui, central. Colin Renfrew, quando comentava e procurava justificar o título da publicação

de uma conferência dedicada às problemáticas da Arqueologia Cognitiva, o qual é "The ancient mind. Elements of cognitive archaeology", como que se desculpava por este título poder sugerir uma forma diferente de funcionamento da mente humana no passado. Chega mesmo a confidenciar o seu desconforto com o título da obra de Lévi Strauss (Lá penssée sauvage) e afirma que não faz quaisquer assunções relativamente a diferentes formas de pensamento (Renfrew, 1994), atitude que, certamente, se relacionará a tentativa de gerir e evitar estimular preconceitos éticos e ontológicos que sempre interferiram no relacionamento entre diferentes sociedades e que, na contemporaneidade, se colocaram e colocam relativamente a sociedades ditas "primitivas", traduzindo-se em chauvinismos e discriminações. Contudo, o mesmo autor reconhece a evolução das competências cognitivas ao longo do processo de hominização e a pertinência da colocação do problema das formas pré-modernas de pensamento:

> "(...) it cannot be excluded that concepts and modes of thought may have been employed in earlier times which may not feature prominently in the processes of thought and argumentation of modern societies. Even if we dislike the generalizations implied in the term 'the savage mind', this possibly cannot be overlooked."
>
> (Renfrew, 1994: 5)

Nesse propósito, Renfrew sublinha que a sua abordagem não procura categorias cognitivas diferentes estabelecidas aprioristicamente e aplicáveis a um modo pré-moderno de pensar, mas antes procurar as formas como os processos cognitivos operavam em cada contexto. Penso, contudo, que o desenvolvimento da investigação dos processos cognitivos, tanto no âmbito da ciência cognitiva, como da psicologia e do estruturalismo antropológico, nos podem auxiliar na elaboração de modelos diferentes de funcionamento da mente, com reflexos na forma como se processam categorias básicas de representação e que nos poderão auxiliar no objectivo de compreender um passado diferente. Repito diferente, porque o reconhecimento da diferença de formas de pensamento não implica uma perspectiva evolucionista valorativa e a afirmação de formas superiores e inferiores de pensamento nas suas pretendidas essências. Esse reconhecimento da diferença é reconhecimento de mudança e é fundamental para o entendimento do outro e para o estabelecimento de um processo interactivo de conhecimento.

O objectivo da ciência cognitiva é "perceber porque entendemos o mundo da forma como o fazemos" (Gardner, 2002: 31). Ultrapassadas as fases das concepções de determinismo contextual de tipo mecanicista e, no outro extremo, dos essencialismos comportamentais que colocam no interior do organismo a organização dos comportamentos, a evolução dos estudos cognitivos – nomeadamente no âmbito da Cibernética e Teoria da

Informação - permitiram tratar a informação independentemente dos mecanismos de produção e transmissão, ou seja, "considerar os processos cognitivos independentemente de uma representação específica" (Gardner, 2002: 46) e analisar a sua historicidade e a sua contingência, reconhecendo-se diferentes formas de pensamento através de uma antropologia cognitiva:

> "Os investigadores levaram acabo recolhas sistemáticas de dados relativos às capacidades de designação, classificação, e formação de conceitos de pessoas de culturas remotas e, posteriormente, procuraram descrever, em termos formais, a natureza destes estilos linguísticos e cognitivos. Estes estudos documentavam a grande variedade de estilos cognitivos encontrados em todo o mundo, ao mesmo tempo que sugeriam claramente que os processos cognitivos relevantes são semelhantes em toda a parte."
>
> (Gardner, 2002: 56)

Os processos cognitivos a que se refere Gardner são os processos que hoje designaríamos por *hardware*. Como Putnam notou, recorrendo precisamente aos desenvolvimentos informáticos, programas diferentes podem funcionar nos mesmos ou em distintos computadores, realizando operações idênticas ou distintas. Ou seja, as operações lógicas podem ser abordadas de forma independente do seu suporte físico (Putnam, citado em Gardner, 2002). Se, do ponto de vista biológico, o Homem será basicamente o mesmo (*hardware*) as suas formas de pensar e representar (software) podem variar e variam.

Estas questões aplicadas ao estudo de diferentes grupos humanos desenvolveram-se desde cedo na Antropologia. Aí, a ideia de um *hardware* que se mantém basicamente o mesmo estava já sublinhada por trabalhos no início do século passado, como os de Lucien Lévy-Bruhl (citado em Gardner, 2002). Este autor começa por estabelecer a existência de uma "mente primitiva" diferente da nossa (sem conotações valorativas), firmada em pensamentos pré-lógicos, que requerem uma compreensão relativizada ao próprio sistema e que remete para os problemas da hermenêutica exercida a partir de contextos cognitivos diferentes. Contudo, viria mais tarde a duvidar da existência dessa mente primitiva diferente, estabelecendo as diferenças como uma questão de grau: as suas características fariam parte de uma "estrutura permanente" da mente humana, idêntica em todo o lado e todo o tempo, estando presentes no mundo de hoje, a par do pensamento operativo e lógico (Cazeneuve, citado em Gardner, 2002). Posição análoga foi partilhada por outros antropólogos como Boas. Este sugere que as potencialidades cognitivas são as mesmas e que as diferenças se ficam a dever aos contextos intelectuais distintos (Gardner, 2002). Este essencialismo cognitivo atribui aos diferentes grupos humanos no espaço e no tempo o mesmo potencial, criticando as dicotomias que se relacionem com processos cognitivos. Lévi Strauss (citado em Gardner, 2002) defende que existe um número limitado de modos

de funcionamento da mente humana e que o conhecimento se processa através de mecanismos de classificação que operaram essencialmente da mesma maneira (cf. Capítulo 1).Na perspectivas das propostas estruturalista de Lévi Strauss, este *hardware* corresponderá ao "Espírito Humano", estável e inalterável, o qual conformaria os modos de racionalidade (Criado Boado, 2000), que resume a apenas dois – o "selvagem" e o "doméstico" -, os quais se expressam através de formas históricas específicas que cada padrão de racionalidade pode assumir. Não se trata, para o autor, de um progresso da mente, mas de formas diferentes de aplicação das suas capacidades. Esta tendência antropológica para o universalismo das estruturas de funcionamento da mente humana têm vindo a ser reforçadas por sucessivas experiências realizadas sobre linguagem (Gardner, 2001), assumindo-se que são as morfologias das suas aplicações que são contingentes. A consideração e utilização de Universais Culturais e Cognitivos, e das generalizações que estes implicam, têm sido frequentemente criticadas. Porém a sua validade mantém-se, mesmo reconhecida por alguns dos seus críticos, que a consideram apropriada desde que testável (Bell, 1994), e tem sido proposta por algumas escolas arqueológicas como a da Arqueologia da Paisagem (Criado Boado, 1993c; 2000).

A meu ver, a questão reside, sobretudo, na concepção de que esses universais não são totalmente a-históricos (e ainda menos essenciais), mas que a sua dinâmica é a de um tempo muito lento, que diríamos geológico, e que nos dá uma certa noção de imobilismo.

De facto, não posso deixar de notar que todas essas experiências são exercidas sobre grupos humanos contemporâneos e que a historicidade das estruturas cognitivas parece bem estabelecida no processo de hominização, não ficando esclarecido porque razão, de repente, com o Homem moderno, se excluiriam da história e se tornariam essências. Tanto mais que é hoje assumido que tipos específicos de ambiente cultural têm repercussões directas sobre as estruturas cognitivas humanas. Como refere Merlin Donald:

> (...)as mais recentes mudanças na organização da mente humana são tão fundamentais como as que aconteceram em transições evolutivas anteriores e, no entanto, são mediadas por novas tecnologias da memória em vez de mudanças geneticamente codificadas no cérebro. Os efeitos destas mudanças tecnológicas são qualitativamente semelhantes às mudanças biológicas anteriores, no que concerne às alterações que produzem na arquitectura da memória humana. A mente moderna é, assim, uma estrutura híbrida que contém vestígios de estádios anteriores da evolução humana, bem como novas capacidades simbólicas que alteram radicalmente a sua organização."
>
> (Donald, 1999: 14)

Na defesa do estruturalismo, Criado Boado sublinha as potencialidades que o conceito de Lévi Strauss de "versões", as quais correspondem a actualizações dos modos de racionalidade em face de contextos concretos:

> "This proposal resolves the previous theoretical conflict by calling on a structure which, instead of remaining unchanged, is actualized in empirical reality as versions whose particular form actually represents a balanced solution between the underlying structure and the contradictions of the context within which it appears."
>
> (Criado Boado, 2000: 289)

De qualquer forma, independentemente da discussão da historicidade dos mecanismos biológicos cerebrais, devemos conceber o reconhecimento como um processo contingente, estando vinculado a morfologias cognitivas, também elas históricas (e não essenciais). As teorias modulares[4] da evolução da estrutura cognitiva apontam, precisamente, no sentido de que a transformação dessas estruturas ultrapassa a questão da evolução física e que as culturas exercem uma acção reestruturadora nas formas de pensamento, não só ao nível dos conteúdos, mas também ao nível da organização neurológica fundamental: "a cultura pode, literalmente, reconfigurar os padrões de uso do cérebro" (Donald, 1999: 25).

A consciência desta vinculação das estruturas cognitivas à historicidade abre espaço a que se ensaie uma tentativa de caracterização de esquemas mentais operativos que poderiam ter funcionado no passado e que nos podem ajudar a perspectivar formas que os processos de identificação poderiam assumir. Este espaço que se abriu à Arqueologia tem sido dominantemente dirigidos para questões relativas à hominização, com particular incidência nos estudos dedicados à "questão Neanderthal" (Mithen, 2001). Contudo, como já escrevi a propósito da Arqueologia da Paisagem, penso que as mesmas possibilidades se abrem relativamente a períodos mais recentes:

> Existe, pois, cabimento para a aplicação de desenvolvimentos realizados no âmbito da psicogénese à análise historiográfica, o que a História das Mentalidades usou com sucesso. Creio particularmente interessantes as utilizações que se poderão fazer dos resultados dos trabalhos de Jean Piaget sobre a cognição e da sua teoria dos estados cognitivos. Estas teorias estão na base do conceito de Lucien Goldman de Máxima Consciência Possível, que assume a existência de limites cognitivos impostos pelo desenvolvimento da Estrutura Mental e Linguística em cada época. Este conceito decorre da ideia de que as nossas capacidades cognitivas não são um absoluto, mas um produto histórico, portanto em mudança, e que em cada época há limites impostos àquilo que pode ser concebido e cognoscível. Neste sentido, é famoso o trabalho de Lucien Febvre sobre o ateísmo atribuído a Rabelais, demonstrando que o mesmo era uma impossibilidade no quadro mental do século XVI[5]. Em suma, o que o conceito de Máxima Consciência Possível faz é aplicar a um todo colectivo no processo histórico a proposta de Piaget desenvolvida para o indivíduo: a estrutura mental impõem limitações à cognição, muda com o tempo e poderão ser identificados estádios generalizáveis.
>
> (Valera, 2000e)

---

[4] Propõem a existência de um número de módulos cognitivos responsáveis por diferentes capacidades cerebrais superiores (ex. entendimento do espaço; léxico oral; léxico escrito; etc.). Uns reforçam traços universais, enquanto outros reflectem aspectos não universais e sujeitos à interferência cultural (Donald, 1999; Mithen, 2001).

[5] Lucien Febvre, *O problema da descrença no século XVI. A religião de Rabelais*, Lisboa, Início, 1970.

Neste sentido, o conceito de Memória Externa é particularmente elucidativo sobre as potencialidades destas abordagens em Arqueologia. Poderíamos definir Memória Externa como um armazenamento de informação em símbolos materiais, a qual está disponível aos que possuírem os códigos dessa inscrição simbólica e é transmissível culturalmente através do tempo e do espaço (Donald, 1999). Nesta perspectiva, o mundo material externo é socialmente activo porque comunica, porque armazena informação e, ao fazê-lo, liga as pessoas em rede. O recurso à metáfora informática elucida-nos relativamente às interferências que este processo de armazenamento de informação fora da mente humana tem para a dinâmica das estruturas mentais. Sublinha que as capacidades estruturais de computação de um computador são relativas ao seu processador interno, mas também ao seu relacionamento em rede com outros computadores. Um computador isolado não tem as mesmas potencialidades de um outro que esteja ligado em rede, na medida em que este participa de capacidades e de potencialidades dos restantes.

> "Os indivíduos que sabem ler e escrever e têm outras capacidades visuo-motoras tornam-se, portanto, de alguma maneira como computadores com capacidades em rede; estão equipados para fazer interfaces para se ligarem a qualquer rede que se torne disponível. E, uma vez ligados, as suas capacidades são determinadas quer pelas redes quer pela sua herança biológica. (...) Os códigos da rede são mantidos colectivamente por grupos específicos de pessoas; as que possuem o código e o direito de acesso têm uma parte comum de representações e o conhecimento codificado. Dividem entre si um sistema de memória comum; e à medida que a base de dados desse sistema se expande muito para além do domínio de qualquer indivíduo, o sistema torna-se, de longe, o factor mais determinante da cognição dos indivíduos."
>
> (Donald, 1999: 374-375)

Assim, as particularidades morfológicas de um território, as arquitecturas, os artefactos, em suma as materialidades no seu sentido lato assumem-se como potenciais elementos de acumulação de informação fora da mente do indivíduo, permitindo uma forma diferente de este se ligar em rede, tanto através do espaço como através do tempo (sem que o contacto físico directo entre homens seja necessário), constituindo-se como mecanismos de memória colectiva que interferem na estrutura cognitiva individual, na medida em que definem determinados tipos de "ligação em rede" e, logo, diferentes potencialidades em termos das capacidades cognitivas. Isto torna-se particularmente notório no carácter activo que determinados elementos da cultura material podem assumir, na medida em que a partilha alargada de informações codificadas que possam ter inscritos os em elementos de ligação que, pela extensão espacial e/ou temporal que apresentam, podem ter fortes implicações nas concepções cosmológicas das comunidades. A Arqueologia, assumindo as materialidades como a sua porta de acesso específica ao social,

encontra-se numa posição privilegiada para tratar esta perspectiva de redes de memórias externas e de procurar perceber como terão interferido na dinâmica das estruturas cognitivas no passado e na dinâmica dos processos de identificação.

> "A memória externa é uma característica crucial da cognição humana moderna, se tentarmos construir uma ponte evolutiva desde o Neolítico às capacidades cognitivas actuais, ou uma ponte estrutural da cultura mítica à teórica. O cérebro pode não ter mudado recentemente a sua constituição genética, mas as suas ligações com uma rede de memória externa acumulada permitem-lhe poderes cognitivos que não teriam sido possíveis isoladamente."
>
> (Donald, 1999: 376)

Neste contexto de percepção da historicidade do funcionamento das estruturas cognitivas, tanto na sua dimensão individual como colectiva, uma abordagem que utilize as potencialidades da analogia entre o estudo do desenvolvimento das estruturas operativas dos processos cognitivos no indivíduo actual e diferentes contextos históricos, poderá ajudar-nos a dar conta de distintas formas de pensar e de construir identidades e, desta forma, criar possibilidades a uma arqueologia contrastante dos processos de identificação, viabilizando discursos não essencialistas sobre as identidades do passado.

> "(...) se adoptadas as devidas precauções, é possível comparar as formas de pensar de contextos remotos com os tipos de processos de pensamento exibidos e os tipos de medições utilizadas nos contextos da tradicional escolaridade ocidental"
>
> (Gardner, 2002: 347)

Para esta linha de pesquisa, é particularmente interessante a utilização das propostas da epistemologia psicogenética de Jean Piaget (Piaget, 1973) e da sua bateria conceptual relativamente ao desenvolvimento das capacidades cognitivas e do seu comportamento histórico (Baginha, *in* Valera,1985). Os formalismos lógicos em que se apoiam os estádios cognitivos e os próprias classes definidas são hoje questionados na sua validade (Gardner, 2002: 167). Contudo, o recurso às suas propostas, na construção de modelos teóricos que funcionem como ferramentas de abordagem a formas de pensar diferentes, mantém potencialidades que justificam exploração, sem que com elas se pretendam estabelecer preposições generalizantes. Como é reconhecido por Gardner, "As grandiosas afirmações de Piaget revelaram ser menos robustas que as suas demonstrações experimentais" e revelaram-se transportáveis em estudos realizados sobre sociedades contemporâneas não ocidentais (*idem*).

O modelo dos estádios cognitivos de Piaget estabelece que as estruturas mentais do indivíduo revelam um comportamento histórico relativamente ao domínio de categorias centrais no processo de representação. O modelo finalista, como o que era assumido por José Baginha na disciplina de Teoria da História que regia na década de oitenta na FLUL,

assume essa evolução e transfere-a para o plano da abordagem histórica. Genericamente são estabelecidos dois pólos, duas posições antagónicas que delimitam toda uma gama de estádios intermédios possíveis. De um lado a centração, enquanto absolutização de uma situação, que não é articulada com outras possíveis. Estabelece-se uma homologia entre objecto e perspectiva do objecto, fazendo com que aspectos particulares da perspectiva sejam atribuídos, como propriedade, ao objecto, num processo de absolutização de um sistema de referências. Esta posição centrada é associada a estruturas mentais designadas por finalistas de fundamentos pré-operatórios. No outro extremo está a descentração, caracterizada pela relativização de uma dada situação, através de uma tentativa de articulação ou coordenação de diferentes centros (perspectivas). É o resultado de processos retroactivos e de reversibilidade que se exerce sobre o pensamento e que permitem situar uma representação entre outras possíveis. Está associada a estruturas mentais designadas por operatórias. Estas estruturas mentais são relativas, do ponto de vista do modelo teórico, a um "sujeito epistémico" (Piaget, 1973), um sujeito ideal (teórico) de conhecimento, ou seja, traduzem-se nos mecanismos comuns de conhecimento e representação característicos de um grupo de indivíduos numa determinada época. Mas tal como acontece com o indivíduo, a complexidade da realidade é simplificada pelo modelo. Os estados operatórios são associados às máximas possibilidades cognitivas numa dada época, ou seja ao tal "sujeito epistémico" e não devem ser confundidas com qualquer quadro real, sempre mais heterogéneo e mais complexo. Da mesma forma, os modelos de "pensamento selvagem" e "pensamento doméstico" - com os quais o pensamento finalista e pensamento operatório têm afinidades, mas não são homologáveis -, quando confrontados com situações concretas, revelam dificuldades em serem reconhecidos.

As estruturas mentais finalistas apresentam características cognitivas (naturalmente históricas e gerados na relação recursiva que o biológico mantém com o social) que se traduzem na gestão centrada das relações do sujeito epistémico no mundo e estabelecem as bases da conformação das suas representações. São elas, a reduzida capacidade de reversibilidade e de recurso ao princípio da conservação, as quais geram a formulação de pré-conceitos (por oposição a conceitos operatórios modernos). A ausência de conservação[6] interfere nos processos de representação da mudança. Como tenho vindo a afirmar, a captação da mudança implica estabelecer na transformação a *não transformação*, ou seja, postular invariantes que representam momentos nessa dinâmica. Ao não conservar os diferentes momentos como variantes num sistema em transformação, esses momentos

[6] Que na teoria dos estádios cognitivos de Piaget está associada ao Estádio Pré-Operatório e se caracteriza pelo não domínio do princípio da conservação da substância (o exemplo clássico é o da não conservação da mesma quantidade de água quando a mesma é vertida num recipiente de forma diferente).

tendem a ser vistos como "qualidades" (dotados de características essenciais) que se justapõem, sem que se estabeleçam elos de ligação relativa entre elas. O pensamento reversível torna-se, assim, inviável. Por outras palavras, determinada situação não é passível de ser reconduzida a momentos anteriores da sequência que lhe deu origem. Esta irreversibilidade dá origem à centração nos estádios términos dos processos, que assumem a condição de estados absolutos. As dinâmicas de mudança são percepcionadas de próximo em próximo, sem que se estabeleçam relações de causalidade e sem articulação entre particular e geral. Trata-se de um modo de raciocínio que opera por transdução (centra-se numa parte ou no todo) e que reduz o raciocínio probabilístico, ou seja, o raciocínio baseado na antecipação: centrando-se nos estádios términos dos processos, o ponto de chegada é visto como o único possível (ou quase) - o que conduz ao fatalismo - e não como uma possibilidade entre outras, sujeita a processos de reversibilidade que permitem a sua antecipação e percepção como uma possibilidade num campo mais vasto de possíveis. Institui-se, desta forma, um finalismo: a situação do momento é a situação natural (não podia ser outra se a dinâmica se tivesse processado de outra forma).

Estas formas de pensamento finalista pré-operatório interferem, deste modo, nos processos classificativos de organização do mundo, os quais, como vimos, também operam nas dinâmicas identitárias. Se, no conceito operatório moderno, o conteúdo é constituído por todos os elementos que partilham os traços definidores eleitos, mas que não se confundem entre si (não perdem a sua individualidade), o pensamento finalista tende a estabelecer processos de homologia, onde a definição de traços essenciais transformam um *tipo ideal teórico* numa existência concreta na qual são assimilados e diluídos os diferentes elementos do conceito. Este processo de homologia é particularmente activo nas dinâmicas de identificação dos grupos, nomeadamente nos processos de exo-reconhecimento, e reduz a singularização do indivíduo. Este não é colocado numa relação de gerais (ex. redução da diversidade dos portugueses à noção ideal de português).

Por outro lado, esta ausência ou redução da singularização dá origem ao desenvolvimento de mecanismos de participação ou associação, ou seja, à participação de elementos de classes ou conceitos diferentes uns nos outros. Esta propriedade de participação está na base de representações associadas aos procedimentos mágicos, permitindo que objectos (por exemplo peças de roupa), ao participarem do conceito da essência da pessoa ou de grupos de pessoas, possam ser utilizados para actuar e condicionar essas pessoas: a magia é uma forma de participação à distância. Simultaneamente, essa participação permite que propriedades das pessoas se transfiram para os objectos e ideias ou sejam por elas participadas, dando origem a formas de animismo e a situações onde o significante se dilui no significado e o símbolo passa a pertencer à coisa simbolizada: não se diz o nome porque isso convoca a coisa e por isso

muita gente não diz cancro (fala de doença prolongada) e Harry Potter não deve pronunciar o nome de Voldemort. Aqui, a aproximação ao modo de racionalização do "pensamento selvagem" é evidente, no sentido em que sustenta uma indiferenciação da racionalização da natureza, promovendo uma forma de pensamento a partir "de dentro", de uma posição em que a separação humano/natural ainda não está estabelecida.

A centração nos estádios términos dos processos é, assim, potenciadora de um certo artificialismo que está na base do pensamento criacionista (tanto de natureza mítica como religiosa), numa assimilação do mundo e do seu funcionamento aos modelos de acção própria. O pensamento finalista é, assim, gerador de formas de animismo, de magia e de artificialismo que se estabelecem como formas de causalidade psicomorfa (Baginha *in* Valera, 1985), reveladoras de estádios de indiferenciação entre sujeito e objecto, estabelecendo uma confusão entre as propriedades de ambos. Estas modalidades cognitivas manifestam-se em categorias básicas e estruturantes dos mecanismos de representação: na causalidade, no tempo e no espaço.

Em termos de Causalidade, como vimos, o raciocínio tende para o próximo em próximo, em que cada momento é visto como uma qualidade essencial, que se justifica por si e em si. Mesmo quando existem processos de reversibilidade, são introduzidas causas finais de tipo providencial: a causa final é vista como intenção de uma transcendência. Certos níveis de reversibilidade podem permitir causas eficientes (como por exemplo: o fogo iniciou-se por causa do raio), mas são organizadas e perspectivadas em função de uma causa final (foi por um desígnio divino). Desta forma, as sequências causais tendem a organizar-se em linhas narrativas de sequências intencionais, ou seja, sequências de fazeres (intenções – acções). Tudo é resultado de uma intenção que visa objectivos absolutizados (finalismo). A intenção, no quadro finalista, assume-se como redutora de possíveis: não é pensada dentro de quadros alargados de possibilidades e opções. O objectivo é absolutizado, essencializado, justificado em si, não problematizável, e estabelece-se em sequências de próximos em próximos que não se articulam como momentos de um processo geral em rede. Em última instância, o acaso (entendido como cruzamentos possíveis de séries causais distintas e que, portanto, não implica a ausência de causas, apenas as torna mais indeterminadas) não existe na estrutura finalista.

Relativamente ao Tempo, após a ultrapassagem da perspectiva newtoniana absoluta, este é entendido como uma variável relativa a um determinado sistema, onde apresenta como características a homogeneidade (é um tempo abstracto comum), a continuidade (não apresenta interrupções) e a regularidade (apresenta-se como fluxo contínuo ritmado e linear). No modelo teórico de uma estrutura mental finalista, o Tempo assume características opostas. A centração nos estádios términos dos processos, derivada

do fraco domínio dos mecanismos de conservação e reversibilidade do pensamento, leva a que esse ponto término não seja perspectivado como um momento de um sistema de transformações (sistema que implica a noção abstracta de tempo) nem independente da "quantidade realizada". A medição do tempo não é associada a uma escala regular (homogénea), mas aos fenómenos e acontecimentos e, tal como estes, é perspectivado de próximo em próximo. O Tempo é o tempo próprio de cada realidade, de cada objecto. É concebido em função do trabalho realizado, do espaço percorrido, do acontecimento e da sua repetição. Trata-se de um tempo subjectivo, fenomenológico: uma vida cheia de coisas acontecidas e vividas é uma vida longa; uma vida vazia é uma vida curta.

Contar o tempo em luas ou em dias não altera esta visão heterogénea do tempo, na medida que o que se conta é o aparecimento da Lua Cheia ou do Sol, não sendo necessário para o sistema que esses acontecimentos se registem em intervalos de tempo regulares e contínuos. Face a movimentos diferentes no Cosmos, é possível a eleição de um qualquer movimento e assumi-lo como base de uma sistema de duração. Privilegia-se um dado movimento sobre outros, com os quais não é correlacionado. Naturalmente que a interacção com o mundo natural gera a noção de ciclicidade, de que coisas semelhantes (ou as mesmas coisas) ocorrem de tempos a tempos e que esses intervalos se assemelham e alimentam noções de durabilidade associáveis. Mas esses tempos são perspectivados como tempos próprios dessas coisas e não como algo abstracto e independente delas. O tempo de gestação do ser humano ou de um animal é percebido; o ciclo agrícola é dominado; os movimentos celestes são captados. Mas os seus tempos não lhes serão independentes e participam nas qualidades desses objectos, desses acontecimentos. A organização do mundo através de vários tempos concorrentes e diversos torna-se possível. Os tempos são qualitativos e próprios de "móveis" cíclicos e durabilidade própria. Poderemos, mesmo, especular sobre se, tal como ainda se faz para cada vento (num processo homólogo de considerar as diferentes direcções do vento como entidades próprias e individualizáveis, não reportáveis a sistemas de relações e transformações), não existiria um nome para o tempo de cada ciclo importante (para o tempo do Sol, para o tempo do ciclo agrícola, para o tempo de uma construção megalítica, para o tempo da juventude), com os quais se organizariam de forma compartimenta partes diferentes da vida, mundos diferentes, mas simultaneamente vividos. Trata-se, naturalmente, de uma hipótese meramente especulativa, mas que ilustra bem as potencialidades de diferença e de complexidade de estruturas metais finalistas e revela a simplicidade dos discursos que as consideram formas "simples" de operar.

Este tempo, sendo vinculado ao objecto, ao acontecido, é um tempo descontínuo, arritmado (irregular), que organiza os fenómenos de forma qualitativa e heterogénea. A idade individual pode ser organizada em número de caçadas, ou em número de guerras, ao mesmo tempo que a vida do grupo pode ser medida em termos de gerações e a do cosmos

em termos de um qualquer fenómeno celeste. Por exemplo, uma necrópole megalítica a que se vão irregularmente acrescentando novos monumentos (vinculados às mudanças de gerações ou simplesmente por saturação de utilização) pode funcionar como um "relógio", isto é, como uma forma de marcar o tempo e dotar de duração cognoscível a profundidade de um dado presente: "determinada comunidade existe há tantos sepulcros". O número de sepulcros identifica a juventude ou a maturidade dessa comunidade.

O Tempo não é velocidade regular de um sistema em transformação, relativamente à qual se mede a duração de cada transformação concreta. O Tempo é qualidade que participa da definição de cada transformação concreta. Existem tempos e a organização do mundo será através de uma multiplicidade de tempos diferentes, com ritmos diferentes e qualidades diferentes (tempos maus, tempos bons), que funcionam em simultâneo, mas de forma não coordenada (são independentes). Tempos múltiplos que geram múltiplas narrativas que decorrem lado a lado, articuladas ou desencontradas, de forma arritmada (Thomas, 1996).

Naturalmente este tempo irregular e heterogéneo não é contínuo. Pode "regressar" e reiniciar-se (retorno), pode interromper-se, pode chegar ao fim. O indivíduo ou a comunidade participam nestes tempos diferentes e até no que "está fora do tempo", no que não muda e é sempre o mesmo. O criacionismo, mesmo o deísta, coloca lado a lado um tempo móvel (ou tempos móveis, relacionados com as dinâmicas ou ciclos de vida e de acontecimentos mundanos) e um tempo imóvel (onde se situa o criador[7]). A transição entre os diferentes tempos é possível e frequentemente está socialmente normalizada. Estas noções de tempo estabelecem uma forte ligação do tempo às características que o espaço apresenta e que a vida quotidiana assume.

Por sua vez, o Espaço (tanto o físico como o social) na estrutura pré-moderna de pensamento é percebido de forma centrada. E sendo centrada, a concepção de espaço é, tal como o tempo, finita, descontínua e heterogénea: o centro dispõe de qualidades que outros pontos não têm. O espaço, finito e heterogéneo, tende a tornar-se num espaço hierarquizado qualitativamente, cujo domínio do código semântico se torna necessário para o seu entendimento. Determinados locais são concebidos e perspectivados como centros, com qualidades próprias, organizando-se o restante espaço de forma qualitativa e, portanto, hierarquizada, em função destes centros.

O reflexo da centração nos estádios términos dos processos na análise espacial, traduz-se numa noção pouco desenvolvida de movimento dos processos espaciais, gerando a concepção de que o *local actual* é o *local natural* (teria que ser aquele).

Formam-se, assim, concepções finalistas do espaço, isto é à atribuição de intenções às sequências causais espaciais: as coisas estão onde estão com as características que têm e existem com uma finalidade, que é a sua razão de ser. Não há reversibilidade que permita ponderar a situação espacial como um momento de um sistema de transformações, reportando-a a uma sequência causal cruzada em rede. O movimento traduz-se numa sequência de *lugares naturais*, sendo o local natural o local que se ocupa ou para o qual se desloca a ocupação (centração nos estádios términos).

Estas características da relação com o espaço físico transferem-se para o *espaço social*. A organização social tende a ser entendida como uma ordem natural e os lugares que nela ocupam as pessoas são vistos como os seus lugares naturais. Ocupar o seu lugar é realizar, cumprir, a natureza essencial das coisas. A mobilidade social é reduzida ao mínimo e socialmente sujeita a normativos reguladores e controladores.

Desta forma, também o espaço social é uma qualidade. Uma qualidade que não resulta de um processo imanente histórico, mas de uma localização essencial que encontra a sua justificação numa ordem estabelecida não sujeita às contingências da historicidade. Desta forma estabelece-se uma absolutização das situações sociais, representação que se exerce tanto sobre as ordens internas como sobre as ordens externas. A compartimentação social e, no particular que mais nos interessa neste capítulo, a segmentação identitária são concebidas como estados naturais e absolutos e não como grelhas de agrupamentos relativos a dinâmicas sociais historicamente geradas entre outras possíveis e correlativas, nesse processo genético, de todas as outras que possam ser individualizadas.

Naturalmente, *o pensamento finalista é uma formulação teórica que não tem correspondência prática plena*. O "real" traduz-se por particulares que poderão revelar maior ou menor consonância com o modelo e não se pode pretender compreender uma realidade diversificada através de um único modelo. Os níveis de conservação e reversibilidade / irreversibilidade são varáveis, assim como as capacidades de relacionar as partes com o todo, garantindo graduações de pensamento antecipador, de explicação causal imanente ou mesmo de relativismo pontual dentro de esquemas de mentais finalistas. Estas graduações introduzem a noção de competência ou capacidade cognitiva, a qual é relativa ao que se considera ser a máxima elaboração abstracta de determinado contexto histórico. A utilização do modelo – como acontece com todos os modelos – deverá ser adequada e ponderada relativamente a cada condição histórica concreta, com a consciência de que o resultado (discurso) será um compromisso da relação estabelecida entre ambos (modelo e situação concreta). Não se trata pois de uma "caixinha classificadora", mas de uma ferramenta de

[7] É interessante verificar a forma como St. Agostinho superou os problemas criados à noção de essência divina pela existência de tempo: a separação entre tempo e eternidade, sugerindo que Deus

análise e de colocação de hipóteses de sentido, um recurso "para pensar sobre ellos, más que entidades naturales o empíricas " (Criado Boado, 2000: 300).

A aplicabilidade de um modelo de estrutura mental finalista como o que foi exposto acima (e que se baseia nas aplicações dos estudos psicogenéticos à análise historiográfica[8]) à análise das problemáticas da identidade em Pré-História tem inegáveis potencialidades e foi assumido, por exemplo, por Ledrut na sua definição de espaço arcaico (Ledrut, 1990). Aproxima-se das abordagens estruturalistas propostas por Criado Boado para o tratamento dos modos de racionalidade (Crfiado Boado, 1993c e 2000) e Almudena Hernando ao tratamento da identidade (Hernando, 1999, 2001 e 2002), que procura na relação entre o comportamento material humano e a suas formas de representação do mundo (da sua percepção psicológica) a chave para a compreensão das comunidades pré-históricas (embora não subscreva muitos dos aspectos do modelo de construção de identidade que Hernando propõe para as comunidades que considera de baixa complexidade social).

As categorizações que estabelece, obviamente com gradações e especificidades, podem ser consideradas adequadas para a abordagem de estruturas de pensamento pré-modernas e, dentro de um apertado controlo, aplicáveis a contextos espaciais e temporais pré-históricos, com o objectivo de contribuir para que se torne possível uma maior reciprocidade na inter-subjectividade presente / passado, ou seja, para que o primeiro não esteja demasiado espelhado no segundo.

Procurar-se-á, em seguida, ensaiar essas possibilidades na abordagem às dinâmicas identitárias na área de estudo ao longo do período de tempo considerado. Será, contudo, um ensaio que, assentando num modelo de pressupostos estruturalistas que considera válido, procura propor um discurso de sentidos, numa linha hermenêutica que, por sua vez, se aproxima de um inter-subjectivismo (e não subjectivismo) de certo pós-processulaimo.

Com base na informação disponível, elegemos, como agentes de identificação para análise, as características geomorfológicas do espaço local e a relação que com elas estabelece o povoamento; elementos específicos da paisagem e a organização de espaço construídos; o estilo, expresso na cultura material (com particular ênfase na cerâmica) e nos aspectos arquitectónicos.

é ausência de tempo e que foi ele que criou o tempo.

[8] E com as quais tomei pela primeira vez contacto no âmbito da disciplina de Teoria da História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ministrada por José Baginha na primeira metade da década de oitenta do século passado.

11.3.2 Os sentidos da Paisagem e as relações com os processos locais de identificação.

O Espaço, como o Tempo, é parte da ontologia humana (Heidegger, 1962). O Homem não é concebível fora dessa dimensão. Orienta-se, organiza-se, relaciona-se, em suma, vive sempre num determinado espaço com o qual interage e no qual se realiza como ser humano social. A abordagem fenomenológica assume que o Homem e o mundo estão intimamente relacionados, reflectindo-se mutuamente (Seamon, 1994). Naturalmente, as identidades estabelecem com o espaço, laços indissociáveis: sentimentos de pertença, a partilha de experiências, de memórias, a construção de histórias e de sentidos para o cosmos, para o sentido da vida, a organização social numa complexa rede de agregações e diferenciações entre grupos a várias escalas, a comunicação, tudo isto tem uma expressão espacial, ou melhor, tem uma dimensão espacial. A constituição de paisagens e os processos de territorialização são inerentes à existência humana, e são universais culturais, ocorrendo em qualquer sociedade. Naturalmente, e uma vez mais, a contingência reside nas formas como essas paisagens e essas territorializações se constituem. A universalidade da espacialidade humana traduz-se nas particularidades dos seus modos de espacialização históricos (Silvano, 2001), mas é sempre um espaço antropológico, isto é, relacional, histórico e identitário (Augé, 1999).

A abordagem da variável Espaço terá sempre que, no que ao humano diz respeito, ser feita enquanto abordagem a uma Paisagem, ou seja, um espaço sempre significante e activo, participante do fenómeno social e da contingência histórica concreta em análise (Criado Boado, 1993c). Não numa perspectiva determinista, adaptativa ou qualquer outra que conceba a Paisagem como espaço exterior a uma relação humana de vivência, mas com uma perspectiva recursiva e ontológica.

> "Let me begin by explaining what the landscape is not. It is not 'land', it is not 'nature', and it is not 'space'. (...) In short, the landscape is the world as it is known to those who dwell therein, who inhabit its places and journey along the paths connecting them."
>
> (Ingold, 1993)

Abarca os territórios, as suas características físicas, as estratégias desenvolvidas na relação que se estabelece na sua ocupação nos planos económico, social e político, mas igualmente perspectivado como um entendimento e como uma experiência estruturante das mentalidades, do imaginário, das visões do mundo reguladas por formulações ideológicas e da própria linguagem e da concepção ontológica que os Homens desenvolvem de si.

O carácter estruturante da relação que o Homem mantém com o espaço, transforma este último num dos principais agentes de identidade, quer entendido na sua totalidade,

quer nos seus elementos, como o clima, a morfologia, a geologia, etc. (Crang, 1998; Paul-Lévi e Saugaud, 1983; Shennan, 1994b). Este papel activo do espaço enquanto dimensão ontológica de ser-num-mundo foi levada a extremos por determinismos e depois matizada por visões que valorização a adaptação. Ambos os posicionamentos assentavam na separação entre sujeito e objecto, entre Homem e Natureza. Hoje reclama-se por visão relacional da espacialidade humana no tempo, onde se concebe que o espaço físico indiferenciado (um espaço sem sentido), sendo concebível, apenas pode ser formulado em termos metafísicos, já que toda a espacialidade humana está imbuída de sentidos e faz parte da ontologia humana por que essa ontologia é relacional. O Homem não se limita a *ser* (no que seria uma essência estática); o Homem é *ser em relação,* e espaço e tempo fazem parte dessa relação.

Na relação que se estabelece entre espaço (que na perspectiva humana será sempre espaço de sentidos e, portanto, paisagem) e as identidades colectivas (identidades grupais) o conceito de Paisagem é central. A Paisagem é um espaço dinâmico de sentidos. Não de sentidos inscritos, o que traduziria a ideia de um palco físico indiferenciado em que se "escreviam" significados (num determinismo espacial invertido), mas de sentidos gerados numa dinâmica de vivência relacional de sujeitos cognoscentes com as suas espacialidades. Esses espaços dinâmicos de sentidos não são uma "propriedade individual", antes correspondem a uma existência sempre colectiva (Crang, 1998). Mesmo quando Crusoé vai construindo a sua organização espacial da ilha onde se encontra sozinho, fá-lo recorrendo a conceitos, a noções de espaço, a valores socialmente partilhados e desenvolvidos pela sua comunidade de origem, que não deixam de conformar a sua "experimentação" da ilha. Fenómenos sociais como a constituição de paisagens ou a formação de identidades não se podem abordar tendo como ponto de partida o indivíduo, mas um conjunto de indivíduos em interacção. Como sublinha Elias (1994), os fenómenos identificadores processam-se no campo do reconhecimento e, portanto da linguagem, a qual é uma aquisição social. É, pois, de colectivos que falamos.

Assumindo que os elementos constituintes de um modelo mental finalista são, de alguma forma, aplicáveis na abordagem à Pré-História, a homogeneidade de um espaço matematicamente mensurável, legislável e contínuo, características próprias de um quadro mental operatório moderno, torna-se num quadro inadequado na abordagem ao passado (Criado Boado, 1993c; Thomas, 1996; 2004; Ingold, 1993; 2000), concretamente para tratar os problemas relacionados com a dimensão cognitiva de espaço, com as paisagens e territórios e com suas implicações nos processos de identificação. Isso não significa que não possamos partir de uma apreciação moderna desses espaços, como a que foi expressa no Capítulo 2. "Apenas" sublinha a necessidade de procurarmos caminhos que nos possam conduzir mais próximo de representações passadas, que se formariam em quadros mentais

e em experiências e vivências do espaço distintos. Teríamos um espaço dominantemente categorizado em termos qualitativos, heterogéneos e descontínuos. Uma paisagem construída de acordo com os simbolismos atribuídos (Crang, 1998: 27), de entendimentos das suas características físicas e das suas qualidades organizadas hierarquicamente, os quais emergem da vivência ontológica desses espaços e das capacidades cognitivas dos indivíduos.

Sem dúvida que a passagem de uma situação de fluidez (que assumimos como hipótese para o povoamento neolítico) a uma condição mais sedentária, com a correspondente contracção de territórios e de constituição de fronteiras mais bem demarcadas, e que resulta num relacionamento com o território que implica maiores investimentos e que cria maiores dependências, tem implicações a níveis mentais. Como se sublinhou, os contextos culturais tem interferência nos processos cognitivos. A intervenção cada vez mais "domesticadora" do homem na paisagem permite que vão germinando formas de pensamento mais descentrado, que pontualmente permitam perspectivar o espaço de uma forma não totalmente dada e inalterável, possibilitando a sua progressiva percepção como algo aberto à intenção transformadora humana, adquirindo movimento. Por outro lado, o desenvolvimento do "movimento cultural" megalítico gera novas imagens de tempo associadas à tradição e à memória social (Criado Boado, 1993a; 1993b; 2000), as quais implicam mudanças nos padrões de racionalização e experimentação do espaço. A associação desta capacidade transformadora de comunidades produtoras aos sistemas cognitivos foi, por exemplo, sugerida a propósito da análise das opções construtivas de grande monumentos megalíticos na costa cantábrica francesa:

> "A new relationship with space is established in these monuments. It was doubtless by no means accidental that this new outlook was expressed among agricultural or pastoralist societies that were among the first in western Europe to adopt the domestication of plants and animals. Leaving aside the technologies needed to build such structures, it is far from certain that the basic principles which underlie these architectural projects could have originated or developed to such a level in the context of the cognitive systems and world-views associated with hunter-gatherer societies."
>
> (Laporte, Joussaume e Scarre, 2002)

Este processo é relacional e recursivo e não implica qualquer anterioridade necessária de mudanças ao nível de um subsistema económico, como condição prévia para alterações nas estruturas mentais. As capacidades cognitivas, para além dos condicionalismos biológicos , desenvolvem-se no ambiente recursivo das relações sociais no espaço e no tempo. A tese de Hodder (1990) relativamente ao papel central desempenhado pela sedentarização e pela organização residencial no processo de "domesticação económica" da Europa Oriental é disso exemplo. Considerada como local de

produção e reprodução de relações sociais estruturais, a residência é vista como um passo que altera percepções do mundo, abrindo a porta a transformações cognitivas que estimulam uma nova dualidade, central no processo de neolitização: o espaço doméstico (a *domus*) por oposição ao espaço selvagem (*agrios*). Este processo é, em grande medida, o abrir da porta à futura separação que o Homem vai estabelecer entre humano e natural e à redefinição das suas relações. A "domesticação económica" é, assim, estruturalmente acompanhada, por uma "domesticação social e simbólica" estimulante da mudança, mas também por transformações cognitivas. O controlo do selvagem e as representações e conceptualizações que implica tem repercussões cognitivas sobre a própria forma de processamento da categoria de espaço, proporcionando o desenvolvimento de níveis mais desenvolvidos de descentração que actua recursivamente sobre esses processos sociais.

Todavia, se as primeiras práticas de actividades produtivas e as primeiras arquitecturas duradouras se fazem acompanhar, de forma articulada, de alterações nas capacidades de processar mentalmente o espaço; se essa tendência se aprofundará com as dinâmicas produtivas, construtivas e tecnológicas do processo de calcolitização; nada nos permite pensar que, no quadro de sociedades com que lidamos, essas "pequenas" transformações mentais se excluam a uma visão essencialmente qualitativa de um espaço hierarquicamente organizado de tipo finalista. No seu "reencontro" com Lévi Strauss, Criado Boado sublinha precisamente o equívoco, que designa por "lamentável erro", que tem sido para a Arqueologia a associação do período Neolítico com a transição para o modo de racionalização "doméstico". Procurando ir além da classificação dualista dos modos de racionalização estabelecidos por Lévi Strauss, sublinha a necessidade de estabelecer modos intermédios, que possam apresentar maior correspondência em sistemas sociais concretos, propondo vários modos, os quais integra no conceito de "pensamento selvagem".

A Paisagem assume, para o ser humano, uma dimensão psicológica. Esta será uma afirmação que poderemos, sem grande polémica, considerar como mais um universal. Num quadro de pensamento de tipo finalista, contudo, essa dimensão aparece organizada de uma maneira particular. Ao ser organizada de forma descontínua, com os diferentes segmentos dotados de qualidades que não são partilhadas com outros, gerando territórios heterogéneos e hierarquizados, com elementos animados e outros participados através de práticas de magia, etc., toda a estruturação dos sentimentos de pertença e dos processos de identificação se articularão com as particularidades contextuais que assumem as representações dessa paisagem. Os sentidos, as emoções e as sensações (os medos, as inseguranças, as desorientações, o esforço, etc) inerentes à representação da paisagem, derivados do grau de familiaridade e associação que se estabelece, são fundamentais na constituição de uma identidade (Nash, 1997). O espaço é essencial no desenvolvimento de pertença, pelo que a territorialidade e espacialidade humana é fonte de identidade. A forma

como essa agência de identidade operaria nestas comunidades, simultaneamente gerando e traduzindo identidade, estaria, porém, profundamente ligada às categorizações concretas dessa paisagem. Como refere Thomas, os seres humanos orientam-se em relação ao mundo de acordo com a forma como ele é entendido em cada contexto social concreto e não de acordo com as descrições físicas científicas (Thomas, 1996).

Todas as culturas terão a sua concepção do cosmos e da forma como este funciona e as percepções das relações espaciais são culturalmente condicionadas. A forma como esse universo é concebido interfere na forma como o Homem interage com o espaço e com a forma como percepciona o tempo e todo o entendimento do particular contem em si uma representação do todo (Ingold, 1993).

> "(...) when enough is known about the cosmology of an ancient people, one is in a better position to interpret their use of the environment"
>
> (Flannery e Marcus, 1996)

Assim, uma Arqueologia que se orienta para a investigação dos sistemas de povoamento e dos padrões de identidade que lhe estão associados, tem que se preocupar em estabelecer a sua relação com as cosmologias que podem ser pensadas para essas comunidades. Naturalmente, o tratamento dessas problemáticas incorre nas limitações inerentes às fontes que a Arqueologia trabalha. Face a essas limitações, geradoras de maiores ou menores cepticismos, a viabilidade é normalmente argumentada com a materialização de aspectos dessa relação, a qual permite à disciplina discursar sobre facetas das concepções do mundo dessas comunidades.

Todavia, apesar de reconhecer essas potencialidades à disciplina, não posso deixar de sublinhar o carácter tautológico que os seus discursos tendem a gerar e que é necessário ter presente. As materialidades e os seus contextos levam-nos a conceber formas específicas de pensar o cosmos e, depois, utilizamos essas formas para justificar as características dessas materialidades e desses contextos. Um exemplo será o da orientação dos monumentos megalíticos: a sua orientação recorrente a Nascente (associada a uma série de particularidades arquitectónicas e do ritual funerário) leva-nos a assumir a presença de determinadas ideologias associadas ao nascimento do Sol, as quais são utilizadas depois para justificar as recorrências dessas orientações. Trata-se de um problema que é inerente ao pensamento indutivo, que nem sempre pode ser evitado, mas cujos efeitos devem ser controlados pela sua consciencialização e que poderá ser menorizado pela conjugação de abordagens de diferentes variáveis em rede, permitindo que exerçam um controlo da coerência das ideias que vamos construindo.

A investigação arqueológica tem vindo a evidenciar a importância das leituras cosmológicas na forma como as comunidades Pré-Históricas se organizam no espaço e

como desenvolvem as suas arquitecturas. O fenómeno do megalitismo funerário e as construções de recintos de menires são há muito entendidos no contexto dessas relações. Procura-se igualmente compreender outro tipo de construções e de organizações do espaço à luz das relações que poderiam estabelecer com as cosmologias dessas comunidades. Olhando para a investigação da Pré-História Recente portuguesa, as interpretações que são feitas para os recintos do Castelo Velho (Jorge, 1999; 2003) ou Castanheiro do Vento (Jorge *et. al.*, 2003a e 2003b; Jorge, 2005) apresentam-nos como micro-cosmos, como espaços onde o todo, a visão do mundo e da sua forma de funcionamento, se expressavam numa homologia entre local e total. Na recente interpretação que formulei sobre os recintos de fossos dos Perdigões, no sul de Portugal, sublinhei a correspondência astral da sua orientação e da geometria da sua planta (Valera, 2003d e Valera *et. al. no prelo*). Seguindo estas linhas interpretativas, que têm vindo a ser desenvolvidas para realidades similares e aparentadas por toda a Europa (Whittle, 1988; Thomas, 1996; Bradley, 1998 Edmonds, 1999; Darvill y Thomas, 2001; Scarre, 2001) , também na vizinha Espanha se começam a ouvir vozes que reclamam uma re-orientação interpretativa relativamente a contextos similares. Relembrando as propostas de Márquez Romero (2003; *no prelo*) já discutidas no Capítulo 9, a leitura tradicional destes contextos como povoados é contestada e, em alternativa, é proposta a uma interpretação como locais ao serviço de estratégias de organização do espaço e da gestão das identidades, funcionando como pólos de agregação e coesão social num dado território. Participando activamente na construção de paisagens e nos processos de identificação, estes contextos são vistos como particulares que estabelecem uma relação de homologia com o todo, com as organizações cosmológicas que orientavam o "ser-no-mundo" colectivo e individual destas comunidades.

A vinculação cosmológica da organização do espaço estende-se mesmo ao tratamento das paisagens e da forma como espaços de sentido nelas se organizam e hierarquizam. Estas perspectivas procuram combater as visões mais deterministas, mecanicistas e funcionalistas à abordagem da relação humana com o espaço, valorizando as aproximações hermenêuticas ao significado, tanto de pendor holístico (no sentido da rejeição de compartimentações e hierarquizações das várias dimensões da vivência humana) como fenomenológico (no sentido da valorização das singularidades de cada contexto).

Neste sentido, a estruturação dos contextos estudados na zona de Fornos apresenta potencialidades interessantes que, não só nos podem ajudar a entender as estratégias adoptadas, como a perceber como as leituras da paisagem e as formas como se materializam na ocupação do espaço podem ter participado na génese e manutenção de uma tradição e identidade local ao longo do 3º milénio AC.

A estruturação do povoamento local, exposta no Capítulo 2 e discutida na sua diacronia no Capítulo 10, abordada desde uma perspectiva que procura considerar as suas implicações cosmológicas introduz uma nova dimensão nessa organização: a de que ela não se opera sobre um espaço homogéneo e contínuo, mas sobre um espaço segmentado e hierarquizado de acordo com um sistema de significações que se foi estabelecendo em simultâneo de forma recursiva com a construção de uma tradição local.

Como vimos, os sítios apresentam uma distribuição de tendência linear ao longo dos limites geomorfológicos da superfície fundamental, implantados nas vertentes (ou muito próximo delas) do lado direito dos vales profundamente encaixados das Ribeiras da Muxagata e Cortiçô. No Capítulo 10 lembrava-se a explicação de tipo funcionalista já expressa no estudo do Castro de Santiago, onde se apontava esta estratégia locacional como a mais adequada para a exploração dos dois micro nichos ecológicos proporcionadas pela morfologia: as terras planálticas com altitudes entre os 600 e o 750m e os fundos dos vales encaixados a cotas de 350/400 metros, com solos de aluvião (os melhores desta área), água abundante, concentração de caça, etc. Por outro lado, associava-se essa localização também ao facto de essa linha se constituir como uma espécie de linha de festo que historicamente se estabeleceu como uma via tradicional de comunicação entre a bacia do Mondego e os Planaltos Centrais e bacia do Távora (com importância na transumância de gado até tempos bem recentes). Estas leituras da paisagem local introduzem já critérios de sentido e valorização às diferentes componentes da morfologia dos espaço local, contribuição para a morfologia da sua eventual hierarquização e, sobretudo, estabelecem um sistema de eixos que pode ser explorado com outros sentidos significantes. Os dois micro nichos estabelecem um oposto que se estrutura num eixo ONO-ESE e a linha de festo de circulação estabelece com ele um eixo perpendicular que se desenvolve no sentido NNE-SSO (Figura 11-1), com o grande rio (o Mondego) a Sul-Sudoeste e a Serra de Piscos (que estabelece a compartimentação para o vale do Távora) a Nor-Noroeste.

Estes eixos parecem poder ser assumidos como eixos estruturantes das leituras do espaço local e o povoamento parece afirmar essa ideia. Mas esta forma de percepcionar o espaço local permite aduzir outros eventuais critérios à sua organização, nomeadamente a sua articulação aproximada com os pontos cardeais.

Assim, os vales profundamente encaixados e férteis estão para Nascente, enquanto que a área aplanada se localiza a Poente. Nas cosmologias que associam o ciclo diário ao ciclo da vida, Nascente e Poente estabelecem uma homologia com o nascimento e a morte. É neste caso sugestivo verificar que a quase totalidade dos monumentos funerários conhecidos localmente se situam na área aplanada a poente. A sua construção Neolítica naqueles locais poderá responder igualmente a outras intenções, mas a conjugação de

diversos sentidos não é inviável. Antes pelo contrário: o sentido único será a excepção no comportamento social humano. Tendo sido edificados no Neolítico e reutilizados no Calcolítico e durante a Idade do Bronze, estes monumentos poderão indiciar que esta leitura codificada da paisagem local dentro de um esquema cosmológico que, nas suas linhas gerais, poderá ser partilhado por largas escalas espaciais, se manteve activa na tradição local. Neste sentido, será factor de continuidade relativamente às comunidades que, localmente, precederam as dinâmicas do 3º milénio AC.

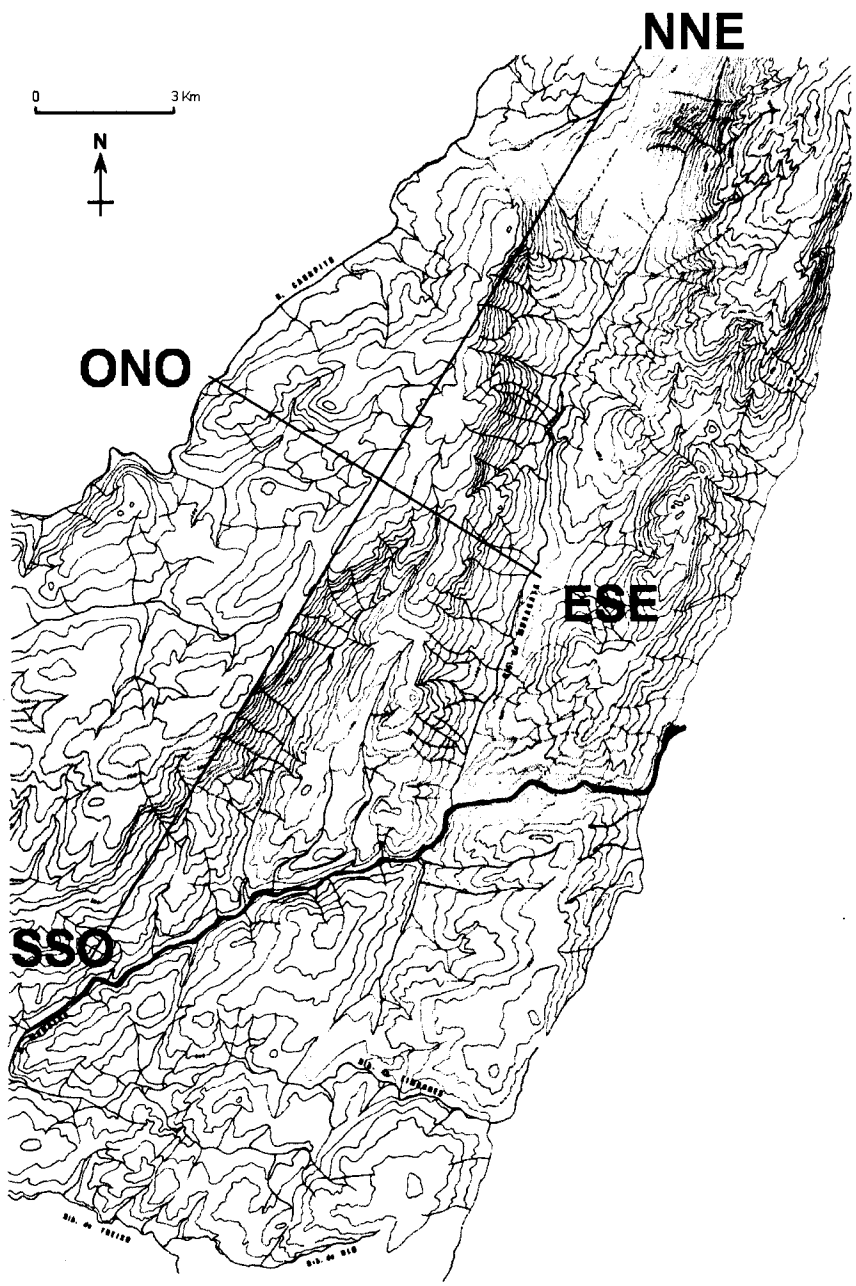


Figura 11-1 – Compartimentação do espaço local segundo dois eixos perpendiculares: planalto – vales encaixados (ONO-ESE) e linha de festo de orientação NNE-SSO.

Essa continuidade já havia sido sugerida relativamente às potencialidades simbólicas da Fraga da Pena (cf. Capítulo 9): as possibilidades de exploração simbólica e ritual da abertura central entre os penedos da fraga, por onde passa a luz do Sol nascente, as quais remetem para concepções ideológicas e cosmológicas de tradição megalítica.

Esta leitura é consentânea com aquilo que Criado Boado designa por organização da paisagem megalítica, estruturada a partir das dicotomias de luz/trevas, mundo dos vivos / mundo dos mortos, frente /costas, dicotomias essas associadas ao nascer e pôr do sol, visão cosmológica que, em várias áreas regionais, parece ter-se prolongado pelo 3º milénio nas formas como o espaço local era concebido e hierarquizado. Veja-se a interpretação proposta para a localização, orientação e organização espacial dos Perdigões (Valera *et. al.* 2000 e *no prelo*).

Numa estrutura mental finalista, a concepção de espaço é pouco descentrada. A organização do espaço, mesmo que dotada de certa historicidade, é regulada por fixações em estádios términos de processos e por movimentos de próximo em próximo. As sugestivas unidades espaciais locais de maior escala (área aplanada e vales encaixados) não seriam lidas como resultantes de um processo dinâmico contínuo. Não poderemos concretizar as formas exactas das suas representações simbólicas. Contudo, poderemos pensar que esses sentidos traduziriam níveis de centração e que dotariam essas unidades espaciais (associadas ou não a nomes) de qualidades que estariam na base de hierarquizações espaciais que estruturariam a organização das comunidades naquele espaço e os próprios processos de identificação. Do lado Poente o Planalto com as suas necrópoles megalíticas herdadas do milénio anterior e comprovadamente activas funcional e simbolicamente; do outro lado (Nascente) os vales de Cortiçô e sobretudo (porque maior e mais impressivo) da Muxagata, com toda uma ambiência distinta.

A dividir esta dualidade espacial, uma linha perpendicular de comunicação entre duas unidades morfológicas de outra escala (a Plataforma do Mondego e os Planaltos Centrais).

Vimos anteriormente que a visão tradicional da Identidade a associava à essência, ao que fica fora do tempo e do espaço, ao que não muda, à estabilidade. Gerou-se um sentido para a identidade que resulta de uma necessidade psicológica humana de estabilidade, a qual se traduz em sentimentos de conforto e segura em face do conhecido, do dominado, do familiarizado. A ruptura com a visão essencialista das identidades transformou-as em arquitecturas em permanente transformação em rede, em "estabilidades dinâmicas" socialmente constituídas no tempo e no espaço. Ainda assim temos a tendência para, quando tratamos as problemáticas da identidade, olhar com privilégio para o que perdura e para o que é fixo. Contudo um acontecimento fugaz, um gesto, que ocorre uma

única vez podem ser agentes de identificação. Quando, por exemplo, um grupo se identifica por determinada ideologia, a prática de um único acto que remeta para essa ideologia pode ser um elemento identificador e conduzir à nomeação do indivíduo e, através desta, situá-lo no determinado grupo de identidade (através de um processo de exó-identificação).

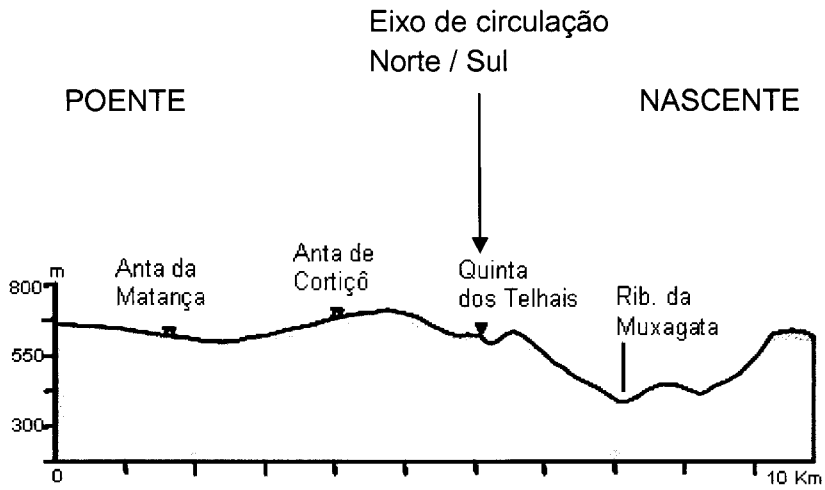


Figura 11-2 – Perfil topográfico Oeste – Este do território de estudo, abrangendo os monumentos megalíticos da Matança e Cortiçô e o habitat da Quinta dos Telhais, zona onde passa o eixo da linha de festo de circulação Norte – Sul.

A identificação é, portanto, dinâmica e mesmo quando se engendra através de elementos fixos, fá-lo através de formas dinâmicas. O que caracteriza a identidade, de certa forma paradoxalmente, é a dinâmica relacional e não o estático, ou seja, o movimento. Teremos, pois, que igualmente considerar o movimento como parte activa na construção das identidades.

A mobilidade é factor de organização das sociedades humanas no espaço (Simmel, citado em Silvano, 2001). Ela viabiliza e conforma a condição relacional do Homem no mundo. Se somos em relação com coisas e com outros, o que somos depende também das formas como nos movemos nessas relações, nessas interacções a diferentes escalas no tempo e no espaço. A mobilidade individual proporciona ao indivíduo uma fenomenologia específica dessa vivência relacional.

> "É o facto, para o indivíduo, de ter uma experiência única e de ter disso consciência, é a sua disposição para pensar e agir em função dessa experiência, que o constitui, finalmente, como pessoa"
>
> (Park, citado em Silvano, 2001)

As identidades de grupo sustentam-se, pois, nessa rede de mobilidades entre pontos significantes, também eles dinâmicos.

A aplicação das teorias de mobilidade à Arqueologia da Paisagem (Criado Boado, e Villoch Vazquez, 1998) sublinha a importância das vias de trânsito na organização do espaço e da sua vivência humana, lembrando que a paisagem não é constituída apenas por lugares, mas também pelas redes de circulação entre esses lugares. Como diz Ingold, não existem lugares sem caminhos, nem caminhos sem lugares (Ingold, 1996). As perspectivas mais deterministas e funcionalistas sublinham a importância das ditas "vias naturais", as quais pelas características morfológicas economizadoras de esforço, seria privilegiadas. Contudo, toda a teoria geográfica da mobilidade nos diz que essa racionalização é própria de um espaço moderno, pensado em termos da visão capitalista de tempo e interesse económico. Ingold (1993; 2000) chama a atenção que só após a introdução da roda determinados obstáculos se constituíram como obstáculos e que a percepção das vias de circulação em termos de custos motores é completamente diferente para comunidades que, mesmo tendo já níveis consideráveis de sedentarização, se movimentam a pé. Por outro lado, numa concepção finalista do espaço, em que este é organizado em termos qualitativos e hierarquizado, esses sentidos participam na definição das vias de circulação e a sua interferência pode ser mais condicionante que interesses relacionados com qualquer racionalização económica. Um território interdito pode originar uma rota maior, aparentemente sem sentido. A valorização de um lugar pode justificar um desvio. E as qualidades do espaço podem ter expressão temporal e levar os indivíduos a realizar determinados percursos apenas em determinadas épocas do ano.

Por outras palavras, as redes de circulação são socialmente construídas nas relações vivenciais que o homem mantém com o espaço a diferentes escalas. São parte integrante das paisagens, conferindo-lhes e ao mesmo tempo retirando delas sentido. São dinâmicas e articulam-se com todos as outras circunstâncias de uma dada espacialidade. Percebê-las implica perceber a rede de relações e sentidos que operam num dado espaço. Não quer isto dizer, contudo, que as características físicas do terreno, a facilidade ou dificuldade que colocam ao trânsito (sempre relativas a uma circunstância), não participem nessa rede de sentidos e não induzam certos caminhos. Mas essa sugestão é sempre socialmente conformada, devendo, por isso, ser pensada de forma conjugada com outros factores sociais que podem participar na construção dos significados que estão na base de determinada rede viária.

Quando olhamos para a distribuição dos contextos arqueológicos conhecidos para o 3º milénio na área de estudo é evidente a sua distribuição ao longo da linha de festo constituída pelo rebordo da Superfície Fundamental e das vertentes dos dois principais vales de fractura. Esse rebordo é (como historicamente são as linhas de festo) uma linha que induz a circulação no sentido Norte – Sul. Mas se outras variantes seriam (e ainda hoje são) possíveis, o progressivo acrescento de sítios ao longo dessa linha durante o 3º milénio

veio reforçá-la como via de trânsito. Mesmo considerando que os sítios não foram todos contemporâneos em termos da sua vida funcional, foram-no certamente em termos de vida activa simbólica, isto é, enquanto marcos na paisagem, não só em termos de cartografia mental, mas em termos de memórias externas, com sentidos associados. Esta circulação Norte – Sul, associada as estratégias de implantação dos sítios terá contribuído, com a sua perpendicularidade, para salientar esse dualismo geográfico e da cosmologia que, como hipótese de sentido, lhe associámos.

Naturalmente outras linhas de circulação estariam inscritas neste espaço, como por exemplo a que conduziria ao vale do Távora, através do interflúvio onde se encontra implantado o monumento megalítico de Aldeia Velha. Outros percursos seriam de ligação "local", entre lugares da área e sem "destino exterior". Esta distinção intervém igualmente nos sentidos de uma rede viária, contribuindo para a sua hierarquização com base nos destinos e no diferente estatuto dos lugares ligados por cada percurso.

No caso concreto desta área, a circulação histórica parece ter mantido níveis significativos de continuidade. A rede sugerida pelos troços de viação romana (Figura 11-4) conhecidos é muito semelhante à actual e o seu enquadramento com a distribuição dos sítios do 3º milénio é igualmente sugestiva. Esta profundidade no tempo das tendência de circulação revelam que a morfologia do espaço é, neste caso, particularmente afirmativa e activa na conformação das espacialidades humanas.

Neste sentido é ainda interessante notar que a área onde se localiza a maior concentração de sítios, e que corresponde sensivelmente ao centro da área considerada, é uma zona onde a morfologia do terreno induz cruzamentos (Figura 11-3) entre a linha de festo, o vale da Muxagata e o interflúvio onde se situa o Castro de Santiago, podendo colocar-se a hipótese de, em determinado momento, se ter constituído como uma encruzilhada na circulação na paisagem e no território, situação que hoje mantém.

As vias de trânsito, conformando e sendo conformadas no contexto interactivo de comunidades em rede, são igualmente um poderoso agente de identificação. Parte do seu poder resulta da experimentação que proporcionam da Paisagem; parte resulta da tendência para a estabilização que, na sua articulação com a rede de lugares significantes, induzem. Seguir o mesmo caminho é seguir por um mundo que se conhece, que se domina, por onde se pode ir em maior segurança e em acordo com prescrições da tradição e da organização estabelecida. Cria desigualdades no espaço, pois orienta espacialmente as relações entre comunidades, facilitando a interacção numa área, dificultando-a noutras. Um eixo privilegiado de circulação, portanto de comunicação, é um factor estruturante das relações sociais e a sua articulação com outros factores de sentido na Paisagem e no Território é preponderante nos mecanismos de agregação e diferenciação identitária.

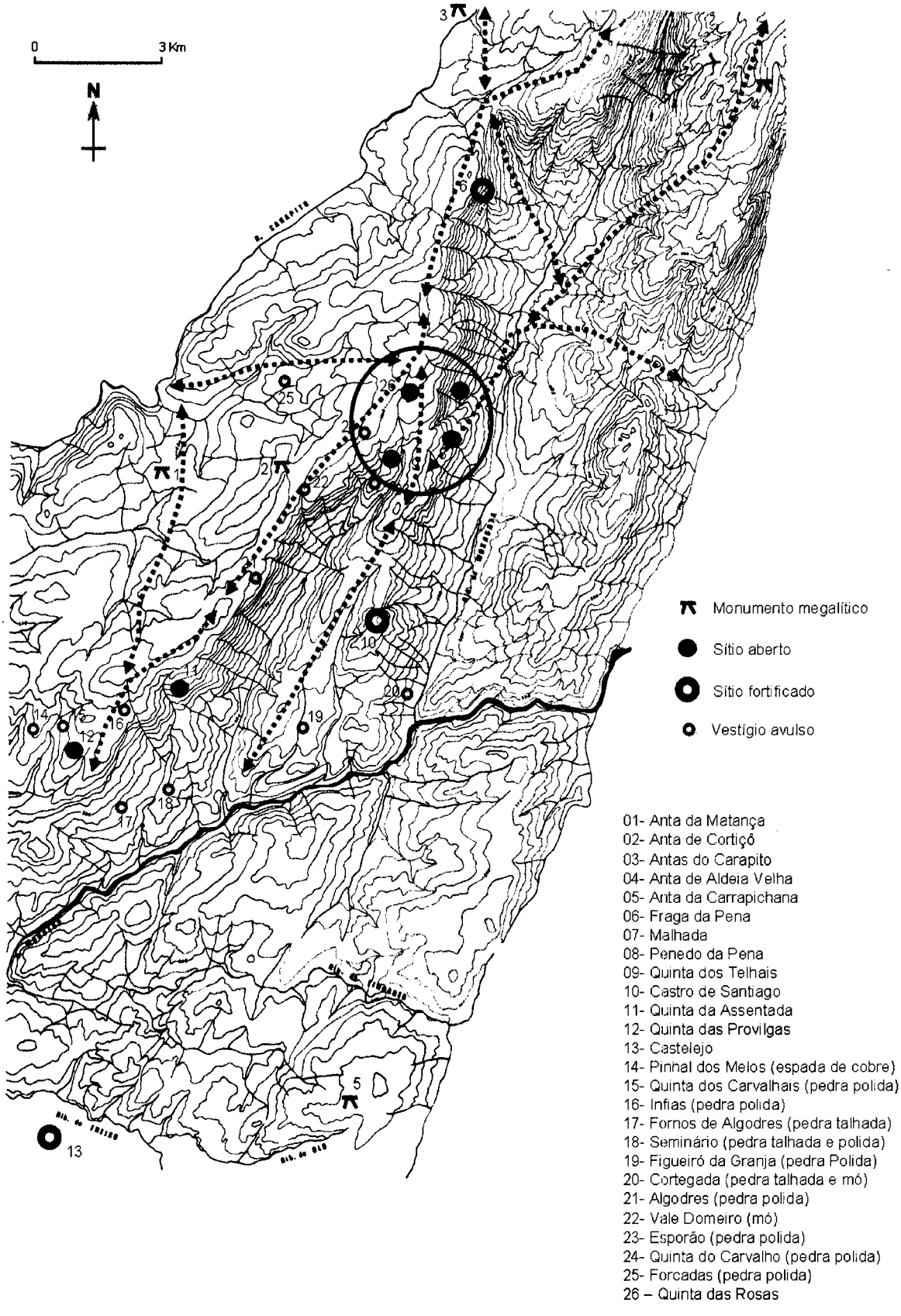


Figura 11-3 – Possíveis vias de circulação e zona de encruzilhada (círculo) para a rede local de povoamento durante o 3º milénio AC. As linhas seguem aproximadamente percursos que correspondem hoje às principais vias de circulação por este território.

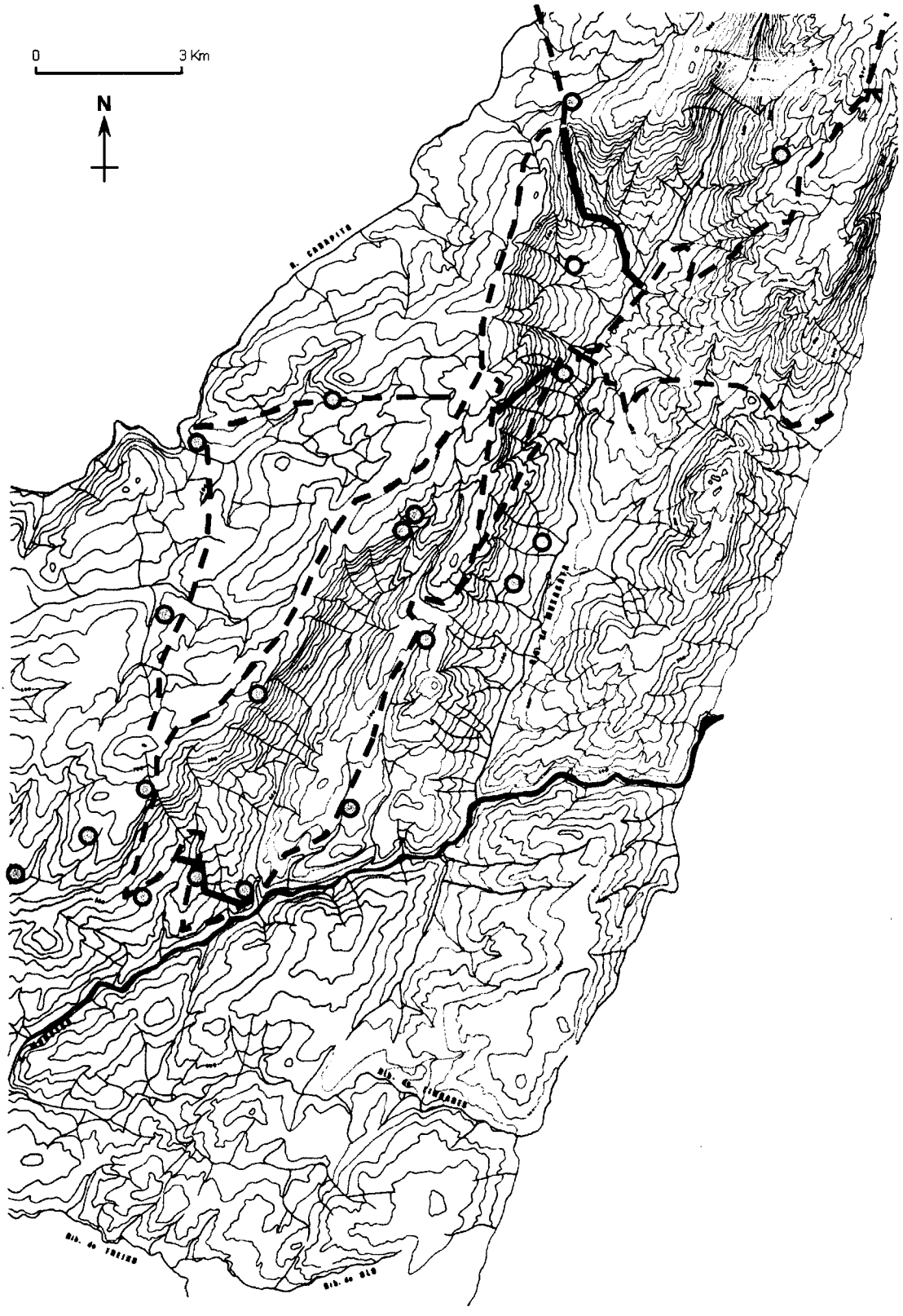


Figura 11-4 – Principal rede viária actual (tracejado), sítios com vestígios de ocupação romana e troços conhecidos da rede viária romana (linhas a cheio) na área de estudo.

Na área de estudo, a conjugação da morfologia do terreno, com a implantação dos sítios e a eventual cosmologia subjacente a uma valorização dualista da paisagem, terão gerado ao longo do 3º milénio um eixo de circulação privilegiado na construção deste espaço de tradição local. É plausível que uma estruturação mental do espaço deste tipo tenha sido dotada de intenções finalistas. Independentemente da sua configuração e propriedades reconhecidas poderem ser explicadas através de mitos ou lendas que lhes garantam alguns níveis de historicidade cíclica, é provável que tenham sido perspectivadas como o resultado de intenções e que o seu estado final fosse perspectivado de forma absoluta, como o estado natural que não admite outras possibilidades. A configuração dos rasgados vales que terminam abruptamente uma área mais plana e elevada, estariam do lado em que naturalmente teriam que estar, apresentariam as qualidades e os sentidos que naturalmente teriam que ter. Seriam dotados de um carácter essencial, cuja única historicidade estaria eventualmente remetida para o tempo mediador entre a intenção e a conclusão de um acto criador. Essa sua essência espelharia ou constituir-se-ia como uma "cosmologia local" que exprimiria uma "cosmologia global", e que estruturaria os processos de identificação que se desenvolveram naquele espaço durante o 3º milénio e a relação que estabeleceram com os territórios. A forma como o espaço se apresentaria mentalmente organizado e as qualidades que lhe estariam associadas (desde as de pendor mais funcional às de natureza mais simbólica) proporcionariam bases de identificação, de reconhecimento e adesão, reforçadas pela natureza dos laços sociais de parentesco (cf. Capítulo 10), e, simultaneamente, estabeleciam-se como critérios de diferenciação relativamente às comunidades que habitavam em espaços periféricos, aos quais seriam provavelmente atribuídas outras qualidades, permitindo uma hierarquia valorativa que tanto se expressaria ao nível do território como dos grupos humanos.

Dentro dos esquemas mentais finalistas, poderemos mesmo colocar a hipótese de existirem fenómenos de participação entre as características do espaço local e os grupos de identidade que com ele interagiam, acontecendo o mesmo em relação aos exo-grupos vizinhos. Por exemplo, nas representações mentais do Vale da Muxagata, este poderia participar de qualidades dos grupos humanos que ocupavam o território e vice-versa. A participação é um processo cognitivo comum dos mecanismos cognitivos finalistas e é frequente ainda hoje. Ocorre, quando se fica com um objecto de um ente querido como se ficássemos com uma parte dele ou de qualidades suas. Não se trata apenas de uma questão de avivar a memória, de lembrar; trata-se da "sensação" de que estamos em contacto com, que mantemos uma ligação, que traduz essa ideia não formalizada de que o objecto participou da pessoa e reteve algo dela. Poderíamos apresentar inúmeros exemplos destes fenómeno mental (a pedra de uma igreja reutilizada num outro local sagrado; trazer uma garrafinha de água do Rio Jordão; uma relíquia, etc.) próprios de estádios pré-

operatórios. A sua frequência e recorrência em diferentes culturas através dos tempos apenas reforça a probabilidade de se registar em comunidades do tipo das estudadas e, simultaneamente, revela-nos níveis de proximidade do presente relativamente ao passado, que nos ajudam nas relações de inter-subjectividade que com ele estabelecemos (ver Capítulo 1).

Naturalmente, não poderemos especificar no concreto que tipos de participação poderiam existir entre os principais "compartimentos" da paisagem local e os diferentes grupos de identidade, mas certamente existiriam nexos de participação que reforçariam o papel do espaço como agente de identificação, como reforço da unidade interna e diferenciador relativamente ao exterior. A compartimentação que sempre é realizada do espaço, a sua pontuação com marcos de sentido que o permitem cartografar mentalmente e orientam a circulação, as formas de apropriação simbólica desses marcos e dessas vias de circulação, em suma, as territorialidades que se estabelecem, não só contribuem para gerar identidade, como podem participar das definições de identidade, numa homologia entre qualidades espaciais e qualidades de grupos humanos, que até se podem traduzir na própria nomeação de uns e de outros: terras recebem o nome dos povos e como que absorvem a sua "alma" (Normandia) ou os grupos nomeiam-se com referência ao território, numa osmose com as suas características (ex. Highlanders). Nos processos de identificação, os grupos geram consciência de si e dos outros, desenvolvendo sentimentos de pertença e não pertença. Mas todas as identidades tem uma dimensão espacial e temporal, pelo que a pertença é também relativa a essas dimensões.

Esta fenómeno acentua-se quando a Paisagem é transformada em território, ou seja, quando se projecta qualquer tipo de direito privilegiado sobre ela. O território gera e é gerado simultaneamente por sentimentos de pertença e de posse (Muir,1997), os quais, em esquemas finalistas, dão origem a processos mentais de participação e transferências de qualidades. Muir sublinha a importância dos trabalhos de psicogenética de Piaget para a compreensão da importância do território, precisamente na observação dessas relações nas crianças.

> "Like other forms of identity, place identity answers the question – Who am I? – by countering – Where am I? or Where do I belong? From a social psychological perspective, place identities are thought to arise because places, as bounded locales imbued with personal, social, and cultural meanings, provide a significant framework in which identity is constructed, maintained and transformed ."
>
> (Cuba e Hummon, 1993: 112)

Este sentimento de pertença e posse é escalonado e dentro de um território de pertença existem outros mais pequenos, mais localizados (o último dos quais, com a progressiva sedentarização, tenderá a ser o *domus*). Trata-se da noção de escalas de

pertença (Evans-Pritchar, citado em Silvano, 2001): a identidade enquanto pertença é estruturalmente relativa à escala do espaço e do contexto social que expressa. Assim, cada escalonamento é um agente de identidade, gerando sentimentos agregadores de pertença e diferenciadores de exclusão. A forma como o espaço local seria percebido e organizado participou da configuração que as identidades locais assumiram, mas outras escalas de relação, e portanto de identificação, existiriam.

Tenho falado, até agora, de uma "cosmologia local" que participaria na génese de um processo de identificação associado à Paisagem que se constitui naquele espaço concreto, o que, de certa forma pressupõe um macro cosmos, um plano de universalização mais vasto, que traduziria de alguma forma. Numa concepção finalista do espaço a noção de integração progressiva como que desaparece, na medida em que se tende para uma homologia entre a parte e o todo. Mas as vivências concretas estabelecem níveis diferentes de familiarização e experimentação dos territórios e das paisagens. A organização mental do espaço próximo e familiar é diferente e actua de forma mais intensa nos processos de identificação que o espaço mais distante e pior conhecido. As diferenças de qualidade que são assim introduzidas são potenciais factores de hierarquização do centro para a periferia. Esse espaço mais vasto não seria percebido como uma sequência que integrava espaços sucessivamente mais próximos do centro. Pelo contrário, cada "nível de familiaridade" seria um estado absoluto, independente dos outros, sem que as paisagens se estabelecessem como continuidades integradas em escalas sequencialmente maiores.

Os seus limites espaciais correspondentes ao macro cosmos destas comunidades da área de Fornos de Algodres, assim como os processos de hierarquização espacial que comportaria, são difíceis estabelecer ao certo ou simplesmente de propor, pois dependem da latitude e longitude do conhecimento espacial, directo e indirecto, que estas comunidades teriam e dos níveis e formas de interacção que estabeleciam com territórios distantes. Nesta linha, contudo, há que sublinhar a importância que o Maciço Central poderia desempenhar na visões do mundo que então operavam.

A valorização das potencialidades simbólicas da cordilheira que forma o Maciço Central, e mais concretamente a Serra da Estrela, tem vindo a ser sucessivamente sublinhada por Senna-Martinez (Senna-Martinez, 1989; 1994a; 1995/96; Senna-Martinez e Ventura, 2000), como vimos no Capítulo 10. Essa valorização simbólica é directamente correlacionada com a ideia de exploração pela pastorícia sazonal de pastos em andares superiores da Serra. A importância dessa actividade económica para as comunidades da Plataforma do Mondego seria a base da valorização simbólica dessa formação montanhosa. Não querendo por de lado esta ideia (a pastorícia transumante nos planaltos da Serra durante a Pré-História Recente, com deslocações sazonais a larga distância, não está ainda

arqueologicamente estabelecida, nem percebida do ponto de vista da sua organização operacional, embora a consideremos plausível em termos de ideia genérica), é conveniente pensar noutras possibilidades, nomeadamente para a área de Fornos de Algodres.

Não sabemos se as comunidades do 3º milénio AC que habitaram a região de Fornos se deslocavam com regularidade à Serra e aos seus planaltos. A transposição da organização da Mesta medieval para outros contextos históricos é, como tem sido repetidamente sublinhado por muitos autores, problemática, mas não deixa de constituir um quadro inspirador. Até recentemente, está atestada a integração da área de Fornos numa rota de transumância entre a bacia do Douro e a Serra da Estrela (Martinho, 1981), a qual coincide com o alinhamento do povoamento em época Pré-Histórica (Figura 11-5).

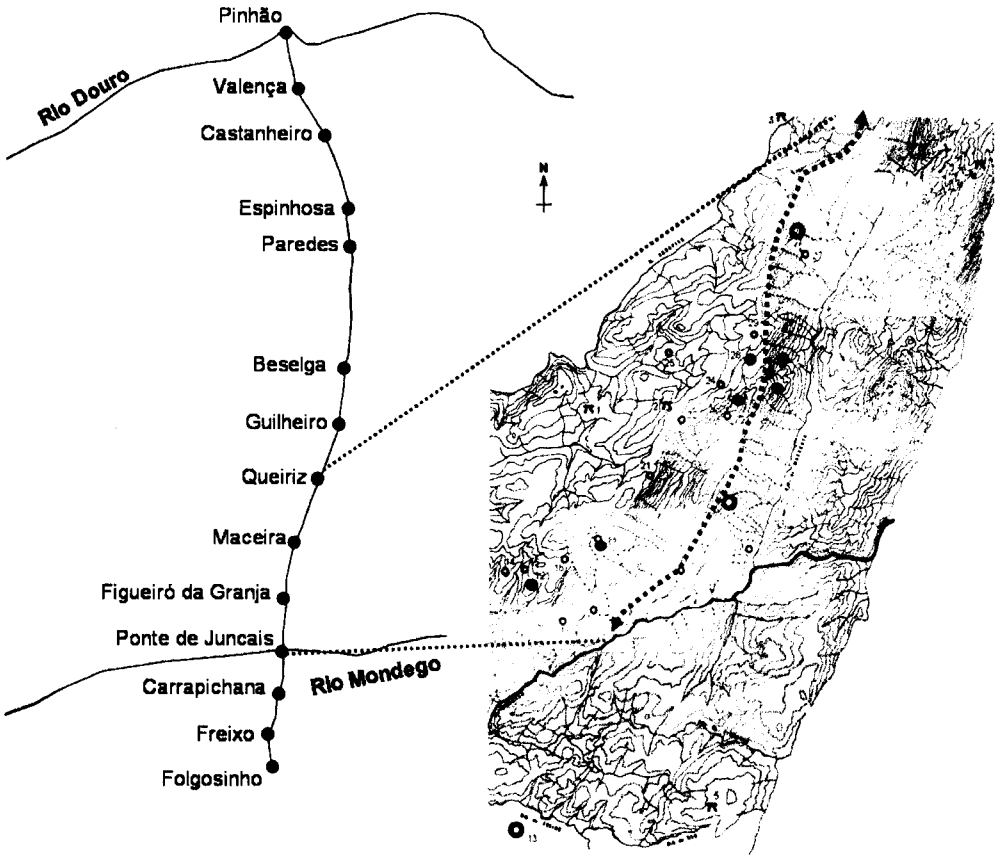


Figura 11-5 – Caminho tradicional (segundo Martinho, 1981) percorrido pela transumância entre o Douro e Folgosinho (Serra da Estrela) e troço correspondente à área de estudo.

A recorrência histórica de uma linha de circulação, não sendo factor comprovativo do que quer que seja, é um elemento a considerar no contexto de uma metodologia orientada para o reconhecimento de regularidades históricas (Criado Boado e Villoch Vásquez, 1998) que possam reflectir profundidade no tempo e vai ao encontro da metodologia que Hill (1994) denomina por *Tight Local Analogy* e que sustenta o recurso à comparação baseada

na selecção do maior número de similaridades e da maior variedade de similaridades possíveis entre o fenómeno passado e a analogia presente, aumentando o grau de fiabilidade da analogia com a proximidade no tempo e espaço entre as realidades comparadas.

Mas independentemente dessa possibilidade, que estabeleceria entre esta área e a Serra um elo de conexão passível de ter expressão e repercussão simbólica, outros existirão para além dela. De facto, a "espinha dorsal" deste território local é a linha de festo e as acentuadas vertentes que marcam o fim da superfície fundamental planáltica naquele ponto de contacto com a plataforma abatida do Mondego. A ruptura dessa superfície aplanada por vales de fractura é muito abrupta. As vertentes apresentam percentagens de inclinação muito elevadas, observando-se uma significativa diferença de cotas (que chegam a ultrapassar os 300 metros de diferença), o que em situações encaixadas é particularmente impressivo, quer em termos de visibilidade, quer do ponto de vista da experimentação física da circulação deste espaço (Ingold, 1993; 2000). Estas declivosas vertentes desenvolvem-se de forma quase paralela (ligeiramente convergente para Sul) relativamente à Serra da Estrela, proporcionando a toda a linha de festo e às áreas onde se implantam os sítios estudados uma posição de visibilidade privilegiada sobre uma parte significativa da superfície abatida cortada pelo Mondego a sobre toda a vertente Noroeste da Serra da Estrela, avistando-se a Sul o perfil pontiagudo da Serra do Açor. De facto, a topografia da área em estudo faz com que o seu eixo central se comporte como uma espécie de bancada virada à Serra, lado para o qual o campo visual é mais aberto e extenso, constituindo o contorno da maça imponente do maciço o horizonte dos quadrantes Este e Sul.

Conheceriam as populações calcolíticas da área de Fornos, de forma directa e regular, o que estava para além daquele impressionante relevo? Teriam do lado de lá (a Sul e a Este) apenas representações geradas por informações chegadas através de contactos indirectos, mediados no espaço e no tempo? Por outras palavras, qual a situação *qualitativa* que a Serra da Estrela tinha na cartografia mental do cosmos destas populações concretas? Note-se que estamos a falar de um espaço muito restrito e de um número reduzido e concreto de comunidades. Como vimos no capítulo anterior, as modalidades da interacção transregional não estão estabelecidas, embora pareça evidente que várias coisas chegam de fora. Como se disse acima, não é fácil perceber ou propor os limites globais, relativos a um conhecimento directo, indirecto ou mítico, para o espaço "conhecido" por estas comunidades. O papel simbólico do Maciço Central será necessariamente diferente se corresponder ao fim do mundo conhecido ou a uma fronteira com territórios com os quais se pode ter diferentes níveis de familiaridade. Independentemente desta nossa indecisão, a situação topográfica e o efeito cénico que a Serra exerce sobre a área de Fornos parece ser suficientemente grande para podermos conceber que corresponderia a um espaço com

qualidades bem definidas e importante na hierarquização de "um mundo" que transcenderia, e se articularia de alguma forma com a paisagem local.

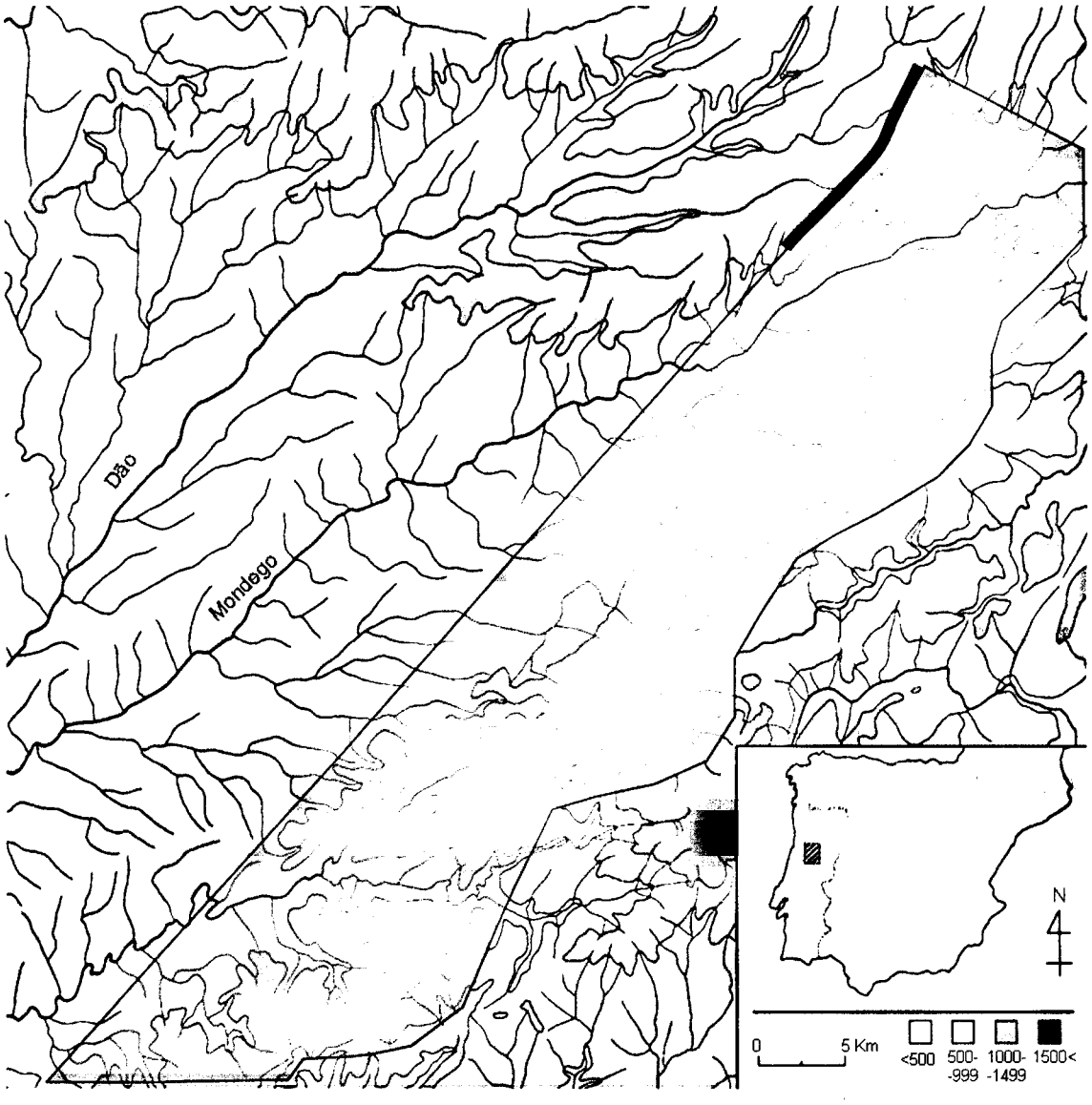


Figura 11-6 – Limites visuais sobre o Maciço Central a partir da linha de festo do limite da área aplanada da Superfície Fundamental na área de Fornos de Algodres.

Na realidade, um dos problemas com que me defronto neste trabalho é, precisamente o das fronteiras, o que numa abordagem à identidade não é uma questão de somenos. Paul-Lévi e Segaud (1983), sublinham a importância da noção de limite como modo de classificação do espaço e da construção dos seus sentidos. Os dispositivos simbólicos, as representações, necessitam de estabelecer descontinuidade para poderem funcionar. Requerem fronteiras. Barth insiste particularmente em que toda a identificação é simultaneamente diferenciação (Barth, 1999). Trata-se de uma dualidade que estabelece modos de demarcação, onde as fronteiras resultam do compromisso entre o nós e os

outros, limites que são sempre simbólicos independentemente da expressão espacial. Fronteiras que, contudo, não são linhas bem demarcadas e definidas, mas espaços intermédios de transição (Appadurai, citado em Silvano, 2001).

A relação com o outro é essencial à construção do eu. Como já se afirmou a construção ontológica do ser é relacional. Temos, pois, um problema: desconhecemos os *outros* periféricos às comunidades de Fornos. Como já foi referido, esse desconhecimento relacionar-se-á mais com uma ausência de investigação continuada na área envolvente da bacia interior do Mondego do que propriamente com ausência de povoamento. Ir à procura dos contextos mais distantes, mas melhor estudados, comporta consigo o problema de o relacionamento que eventualmente poderia existir entre a área de Fornos e esses territórios distantes ser intermitente e possivelmente intermediado e, portanto, fluído e insuficientemente forte para sustentar processos de diferenciação identitária. Desta forma, falta um elemento importante para a compreensão das dinâmica de identidade que operaram no território em estudo: faltam os *outros*, os vizinhos. Tal, contudo, não inviabiliza a abordagem, apenas a dota de níveis de maior indeterminação.

11.3.3 O estilo: expressão das dinâmicas de identificação.

Como vimos anteriormente, nos processos de identificação interferem mecanismos não consciencializados e não formalizados que integram a tradição. Neste sentido, o auto-reconhecimento identitário é induzido. Mas nesse processo funciona também a consciência e, com esta, a intenção. Barth coloca a tónica precisamente nos aspectos intencionais dos processos de identificação e, com base neles, propõe a separação da confusão entre cultura e identidade.

> "(...)nous ne pouvons en déduire une simples relation univoque entre les entités ethniques d'une part, et les differences ou ressemblances culturelles d'autre part. Les trait dont on tient compte ne sont pas la somme des differences "objectives", mais seulement ceux que les acteurs eux-mêmes considèrent comme significatifs. (...) certain traits culturels sont utilizes par les acteurs comme signaux et emblèmes de differences, alors que d'autres ne sont pas retenus, et que dans certaines relations, des differences radicals sont minimisées ou niées. (...)
>
> on ne peut pas prédire d'aprés des principes premieres quels seront le traits que les acteurs souligneront ou rendront pertinents comme traits organisationnels."
>
> (Barth, 1999: 211)

Não é simplesmente a diferença cultural que separa dois grupos, nem essa separação é um fatalismo, um imperativo, embora nas estruturas mentais finalistas o seja, pois a diferenciação social e cultural tende a ser vista como o "estado social natural" das coisas (centração nos estádios términos dos processos), gerando situações de endo-reconhecimento como "os autênticos" os "eleitos" e de exo-reconhecimento dos demais

como grupos de outra ordem e qualidade (Viveiros de Castro, 1996; Hernando, 2001). A intenção joga também um papel central e por isso podemos falar de estratégias identitárias. Trata-se do carácter instrumental que também integra os jogos de identidade (Cuche, 2001). Essas estratégias traduzem vontades de diferenciação, as quais activam determinados aspectos da cultura (selecção é sempre contigente) para funcionarem como agentes de diferenciação. O facto de essa activação não incidir sempre sobre os mesmo elementos, que podem ser vários ou simplesmente um, e estes poderem ser substituídos por outros, é, precisamente, uma das razões pelas quais cultura deve ser bem diferenciada de identidade. Necessitamos, assim, procurar não o que reflecte uma identidade, mas aquilo que é activado na dinâmica identitária como elemento através do qual ela opera e se comunica, ou seja, a abordagem à identidade não implica um tratamento geral da cultura, mas antes dos mecanismos de relação que, utilizando certos aspectos da cultura, agem como elementos diferenciadores e agregadores nas estratégias identitárias.

Uma das tradicionais vias de abordagem da Arqueologia às questões da identidade é o estilo. Como se expôs na parte inicial do capítulo, a trajectória destas abordagens tem sido a de um percurso que se inicia com uma visão passiva, estática e determinista do estilo, mas que evoluiu para a sua percepção como elemento contingente e socialmente activo em estratégias comunicacionais e identitárias.

Num enquadramento histórico-culturalista, o estilo era perspectivado como um atributo da cultura material que obedecia aos mesmos constrangimentos dos restantes: um elemento que ajudava a definir culturas arqueológicas, a sua recorrência e respectiva expressão territorial, com vista a definir e delimitar geograficamente povos ou grupos étnicos. É ainda comum ouvir falar de povos campaniformes, não em referência a qualquer grupo de humanos com forma de campânula, mas porque se associa um determinado "pacote artefactual" estilisticamente padronizado a uma entidade étnica específica, que G. Childe designaria por "Beaker Folks" na década de vinte do século passado. Nesta linha, o estilo foi, e ainda é, um elemento privilegiado na definição de "culturas arqueológicas" de sabor mais ou menos monotético e de faseamentos cronológicos.

O advento inicial do funcionalismo continuaria a atribuir ao estilo um papel secundário. Privilegiando os *usos primários* dos objectos (a função utilitária definida de forma mais imediatista), o funcionalismo viria a criar uma diferenciação entre os atributos funcionais e os não funcionais de um objecto, valorizando os primeiros, apesar de considerar que determinados atributos secundários (não relacionados com o uso primário do objecto) poderiam desempenhar papeis importantes na gestão da unidade dos grupos (Binford, 1962). A variabilidade era dominantemente atribuída a necessidades adaptativas (a função faria o objecto), embora, ao contrário do histórico-culturalismo monotético e difusionista, se

atendesse já à interferência da tradição (modos de fazer enraizados na história) e à interacção como mecanismos que interferiam na padronização e na diversificação estilística. O estilo emergia, assim, de uma relação entre adaptação/interacção/tradição (Binford, 1965), mas era-lhe conferido um estatuto passivo, resultado dos normativos culturais que, ao reproduzirem tradições e imporem constrangimentos nas respostas estilísticas a necessidades e problemas concretos, estabeleciam o estilo como uma resposta residual e socialmente determinada.

Seria, contudo, ainda dentro de um enquadramento essencialmente funcionalista que as questões do estilo sofreriam um significativo impulso, através de esforços teorizadores que redundaram no debate entre James Sackett e Polly Wiessner durante a década de oitenta do século passado (Sackett, 1977, 1982; Wiessner, 1983, 1984).

Sackett vai manter a correspondência entre a semelhança estilística da cultura material e identidade étnica, mas recusa a compartimentação entre função e estilo e a secundarização deste último. Ao perspectivar o estilo como uma maneira entre outras possíveis de desempenhar uma função, integra-o nas questões relacionadas com a função. Começa, desta forma, a ser reservado um papel à intenção, na medida em que o estilo já não é visto apenas como uma simples imposição de normativos culturais, mas como resultado de uma escolha. Ou seja, a função condiciona o estilo, mas não o determina na totalidade, já que se admite um leque de possíveis relativamente à manufactura de um determinado objecto destinado a determinada função e ao próprio estilo é reservada a capacidade de interferir no potencial de desempenho desse mesmo objecto. Por outro lado, ao conceber o papel da auto-consciência na acção, Sackett sublinha o papel da intenção e da acção racionalizada. Embora ainda de forma pouco explicita, começa a abrir-se o caminho para a expressão comunicacional das maneiras de fazer e para a sua integração nas estratégias de identificação.

A crítica à correspondência identidade étnica / similaridade estilística seria particularmente assumida por Wiessner e desenvolver-se-ia a par da emergência dos movimentos de contestação ao normativismo e determinismo social e cultural (Jones, 1997) que pautavam as concepções sociais do histórico-culturalismo, funcionalismo, estruturalismo e materialismo e que, tendo já originado décadas de debate no campo da Sociologia e da Filosofia, começaram a atingir a Arqueologia a partir do início dos anos oitenta. De facto, como se referiu nos primeiros pontos deste capítulo, há muito que, na Sociologia e em várias correntes filosóficas, o normativismo e o determinismo social eram combatidos em prol de concepções de práticas sociais que reservam ao indivíduo (isolado ou agrupado) um papel mais activo e interventivo, consciente e racionalizado, nos seus destinos e vida social. Terá sido a percepção de que a própria definição das identidades étnicas e grupais se

baseiam também em processos de auto-consciencialização, de auto-realização individual interactivamente partilhada, que levou à concepção de que nos processos de identificação o estilo desempenha um papel activo como meio de comunicação e de gestão identitária e não um mero reflexo passivo. A sua variabilidade engendra-se nesse processo complexo de negociação e interacção social ao mesmo tempo que o conforma.

Identidade deixou de ser vista como algo estabelecido, essencial, permanente, que se reflecte através de materialidades igualmente estáticas e passivas (não necessitariam de ser activas se a identidade já estivesse estabelecida e fosse apenas é reflectida) e é hoje concebida como um jogo dinâmico e complexo de relações sociais contingentes, que se constrói e opera a diferentes escalas e apresenta múltiplas dimensões, onde o papel da comunicação é central nos movimentos de agregação, diferenciação, adesão e rejeição. Naturalmente, num quadro conceptual que perspectiva a Identidade como uma permanente construção em interacção social, a cultura material surge como agente identitário preponderante, que ajuda a gerar ao mesmo tempo que expressa identidade. Ela estabelece-se, forma-se e comunica-se com as materialidades e através delas, numa relação recursiva.

Desta forma, partindo de abordagens ancoradas na Psicologia Social, Wiessner concebeu o estilo como uma forma de comunicação activa na gestão das identidades sociais. O estilo adquire um carácter linguístico, textual, no sentido em que funciona como meio de comunicação, integrando as relações sociais. Projecta identidade, diferencia, permite a analogia de semelhanças e o estabelecimento de diferenças, ou seja, os dois mecanismos básicos dos processos de identificação (a adesão por semelhança e a diferenciação por divergência) são assumidos como características instrumentais do estilo. Nesta linha, Wiessner vai considerar o potencial comunicativo do estilo no âmbito individual e no âmbito grupal, construindo duas formalizações simbólicas principais: a *emblemática*, que transmite uma mensagem relativa a uma identificação colectiva e a *assertiva*, que se relaciona com a imagem de uma identidade individual. A perspectiva do estilo como prática comunicativa virá, depois, a ser desenvolvida pelas correntes pós-processualistas ao longo das duas últimas décadas do século XX. O estilo entra decisivamente na mediação das relações sociais e das estratégias identitárias; nos jogos comparativos e nas expressões de semelhanças e diferenças que sustentam os mecanismos identitários de adesão e rejeição.

Mas como sublinha Thomas (2004), Wiessner não dá o passo seguinte: a forma é consequência da acção humana e a matéria-prima é vista como "o recipiente do *design* humano", mantendo a separação entre significado e materialidade (uma versão da separação sujeito/objecto). Ian Hodder (1982, 1986) mantém essa perspectiva de significado

atribuído: a cultura material constitui-se com sentidos que lhe são inscritos pelo contexto social e o seu desempenho social está relacionado com o simbolismo que lhes é atribuído.

Thomas (1996; 2004), por seu turno, denuncia a manutenção subjacente da dicotomia sujeito/objecto. Sublinha que ao considerar-se que o sentido é sempre uma atribuição humana à materialidade, esta é concebida como espaço cartesiano indiferenciado e destacado do humano. O autor propõe, como já foi atrás exposto, uma superação dessa visão da matéria como substância cognoscível fora do tempo. Defende que a materialidade implica sempre, para o ser humano, uma relação, a qual é sempre discursiva e histórica: a materialidade humana é inteligível como materialidade através de um processo cognitivo que a constrói sensorial e discursivamente. Sendo sempre uma construção relacional, as materialidades são activas e não meros receptores de sentido. Se entender é, desde o início, "entender como", as materialidades já estão imbuídas de sentido logo no momento da sua percepção e representação mais básica e esse sentido, que poderíamos designar por primário, é activo. O resultado da subtileza da alteração introduzida por Thomas (e que vem na linha do pensamento putnamiano) é que, para o Homem, não existem materialidades sem sentido e, portanto, que sejam passivas. Toda a materialidade é socialmente activa porque, para o Homem, ela é socialmente constituída. Logo o estilo não se resume a uma imposição de sentidos.

Em face desta evolução teórica, como poderíamos sintetizar o sentido a atribuir ao estilo no contexto disciplinar? Quando se trata de definir um conceito é sempre bom recorrer ao dicionário. Diz-nos o Grande Dicionário da Língua Portuguesa que Estilo é a "maneira especial ou característica" de dizer ou fazer. A definição é simples, mas desde logo nos vincula o estilo à acção e à comunicação. A definição diz-nos também, ainda que de forma subtil, que se trata de uma forma tendencialmente padronizada de comunicar e agir: não se trata de maneiras aleatórias de dizer e fazer, mas de maneiras "especiais ou características": em circunstâncias análogas o indivíduo (ou o grupo) tende a agir/comunicar de formas semelhantes, aparentadas, que proporcionam uma imagem de certa estabilidade, de padrão de actuação, de repetição, de identidade. Seguindo a proposta de Thomas, essa maneira de fazer ou dizer resulta de uma relação interactiva estabelecida entre o sujeito e as materialidades que são convocadas para essa acção. Mas remetendo para as teorias da acção e para o comportamento padronizado (e aqui é preciso não esquecer que a o comportamento desviante em relação à norma tende a padronizar-se também, transformando-se em estilo), as problemáticas do estilo não podem deixar de se encontrar no meio de um conflito milenar: o conflito entre estrutura e acção, entre colectivo e sujeito, entre tradição normativa e expressão subjectiva. A superação será, uma vez mais, a recursividade. Gerado no contexto das relações sociais (onde se integram as materialidades), actuando sobre elas e permitindo que elas se expressem através de si, o

estilo é acção em contextos socialmente relacionais e, portanto, comunicacionais. Estilo é agir e comunicar, no preciso sentido de que ambas se implicam mutuamente. Representa, simultaneamente, uma estabilidade ou uma ruptura nas quais o indivíduo ou o grupo se reconhece e/ou é reconhecido, uma familiaridade reconfortante, ou seja, comunicação para o interior ao mesmo tempo que para o exterior (endo-identificação e exo-identificação). Acção e comunicação em que, como em todos os aspectos da vivência humana, a tradição e indivíduo se articulam e todo e parte se relacionam.

Concebido como agente comunicador, que simultaneamente reflecte e afirma, que armazena memórias e inova, que se estabelece como factor de reconhecimento, o estilo tem, obviamente, um desempenho extraordinariamente activo nos processos de identificação e respectivas estratégias identitárias. Manifesta-se na comunicação e afirmação de semelhanças e diferenças, na eleição de critérios de identificação, de individualização ou de agregação. Gera níveis de estabilidade (conservação) que correspondem à tradição, a formas familiares que se confrontam com formas estranhas de fazer e dizer, que desencadeiam atitudes de adesão/refutação. É agente de identificação por excelência.

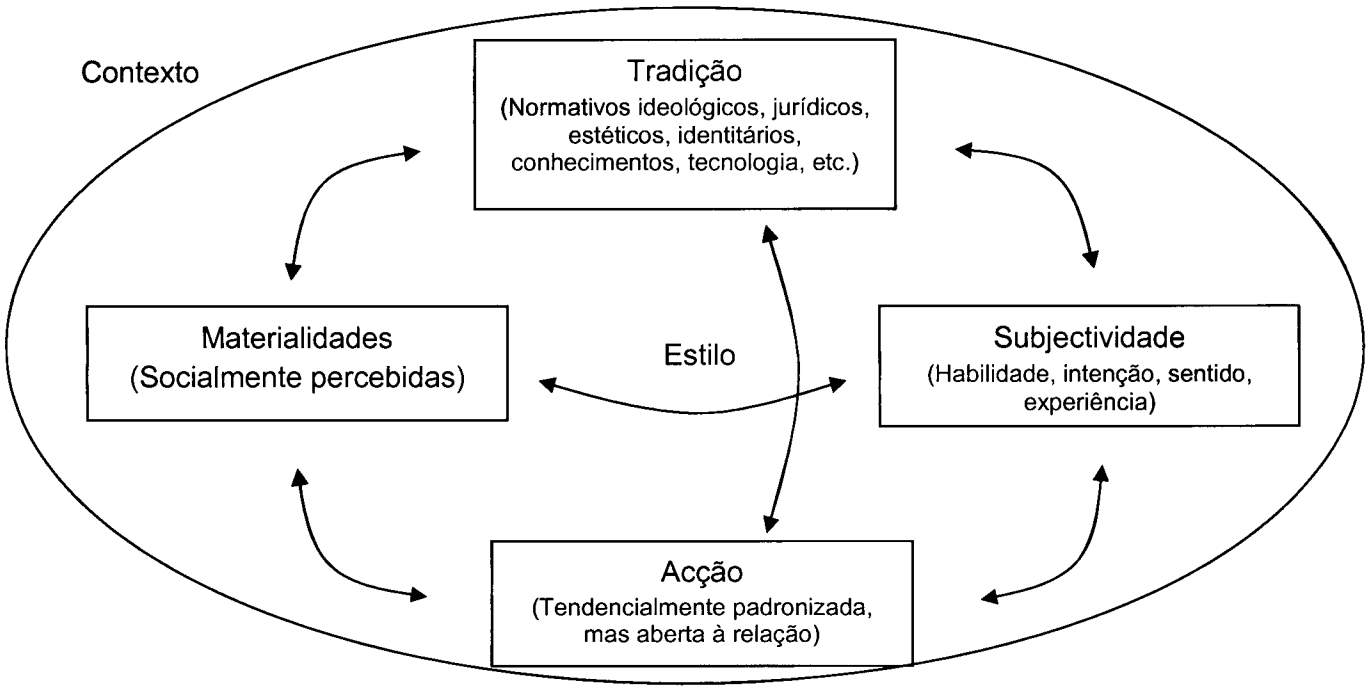


Figura 11-7 – Esquema de variáveis envolvidas no Estilo.

Contudo, apesar do seu novo estatuto, o estilo não foge a uma regra dos processos identitários: a activação social dos mecanismos identitários é contingente e só pode ser

contextualmente referenciada. Como Hodder demonstrou no seu estudo dos Baringo (no Quénia), certos elementos da cultura material são partilhados com outras grupos de identidade enquanto outros são mantidos internamente como suportes de identidade e factores diferenciadores relativamente ao *Outro*. Isto significa que a expressão material da diferenciação identitária não é homogénea, não está estabelecida *a priori*, não é estática, nem se baseia em elementos exclusivos (não é monotética). Pelo contrário, é dinâmica, engendra-se nas teias da historicidade das práticas e das relações sociais entre pessoas e grupos e expressa-se de forma complexa. A sua expressão, como vimos, pode funcionar por sinais de adesão ou por sinais de diferenciação ou ainda pelos dois conjugados. A identidade de um grupo pode construir-se e comunicar-se com base na adesão a uma determinada materialidade ou estilo e, simultaneamente, com base na rejeição de outras, associadas a entidade onde o grupo não se revê e à qual associa outros. Esta circunstância alerta-nos para o facto de que as identidades tanto se expressam por presenças, como por ausências. Por outro lado, o exemplo de Hodder demonstra-nos que os jogos de identidades geram conjuntos politéticos de materialidades, em que os elementos emblemáticos (no sentido de Wiessner) não têm que ser necessariamente exclusivos do grupo que identificam, nem este se vê impedido de partilhar elementos identificadores de outros grupos. Mais, é sugerido que em qualquer altura uma materialidade, uma maneira de fazer, pode ser eleita como factor diferenciador face ao exterior e agregador face ao interior, funcionando como agente identitário. Esse papel não tem que ser definitivo. Pode desenvolver-se associado a essa materialidade ou transferir-se para outra, no caso, por exemplo, de esta começar a ser adoptada por outros grupos e o seu papel diferenciador se desvanecer. Nessa altura, outros recursos identitários poderão ser activados. Todas as materialidades que se encontram em interacção com o ser humano apresentam um potencial de "agente identitário", o qual poderá ou não ser socialmente activado, dependendo do contexto.

Esta abordagem permite-nos perceber como elementos da paisagem e da cultura material podem existir, enraizados na tradição comunitária, com um papel social pouco expressivo e, em determinadas circunstâncias, serem potenciados e integrados como elementos fortemente interventivos nas práticas sociais e na construção e gestão de identidades. O processo poderá ser mais ou menos consciente, envolver e conjugar aspectos deliberados e outros não totalmente percebidos e consciencializados. Nele, a cultura material participa dos jogos de adesão e diferenciação, os quais acabam por ter sempre uma expressão espacial, sendo por isso acessíveis pela Arqueologia. A complexidade dessa expressão, contudo, exige uma Arqueologia crítica, aberta à diferença, à diversidade e complexidade dos comportamentos humanos, nem sempre perfeitamente padronizados, nem sempre expressos de forma positiva e afirmativa. De facto, como refere Hodder, os grupos podem exprimir a sua individualização sem recurso à cultura material ou

fazê-lo de forma extremamente subtil, dificilmente captável pela disciplina (recorde-se que muitos dos trabalhos de Hodder são realizados junto de populações vivas, ou seja, não têm uma natureza verdadeiramente arqueológica). A expressão e suporte de uma identidade pode ser mais gestual que material, baseada em características físicas que não podemos observar, mais relacionada com as particularidades contextuais do funcionamento dos objectos que com os seus atributos, ou incidir sobre elementos que nos passam despercebidos por nos parecerem poucos expressivos: determinado tipo mundano de objecto; determinado procedimento tecnológico; determinada matéria-prima, etc. Porque podem ser simbolicamente manipulados, todos os aspectos da vida social podem ser activados como factores agregadores e/ou diferenciadores de grupos e indivíduos. Neste contexto, a Arqueologia terá, apesar das limitações que lhe estão inerentes enquanto processo hermenêutico, inúmeras possibilidades, tanto no que respeita às materialidades activadas como agentes identitários, como no que concerne a aspectos que podem ser deduzidos a partir destas (como um tecnologia, uma crença, uma ideia ou até mesmo um gesto particular).

Esta complexidade da relação entre materialidades e identidades, que deve ser sobretudo encarada como um estímulo à cautela e à imaginação controlada e não como factor gerador de um cepticismo paralizante, leva a Arqueologia a procurar, não as materialidades que reflectem uma determinada identidade, mas os processos comunicacionais (positivos, no sentido de presentes, ou negativos, no sentido de ausentes) em que aquelas são convocadas para desempenhar seu papel nos processos de identificação (que, como já foi sublinhado, são desempenhados de forma recursiva, isto é, gerando e representando dinâmicas de identificação). Estes processos comunicacionais de natureza identitária tendem a expressar-se em descontinuidades, tanto espaciais como diacrónicas, ainda que nem sempre de forma clara e de captação imediata. Mas, como se afirmou acima, a sua ocorrência é uma das principais condições de acesso às problemáticas da identidade por parte da Arqueologia, a qual, relembramos, terá que estar atenta ao facto de que apenas uma parcela da cultura material é activada como agente identitário e esse estatuto não se mantém sempre estável e não é generalizável por analogia. Nessa gestão, a tradição desempenha um papel activo, mas também ele variável segundo os contextos concretos. Os processos de identificação recorrem sempre a elementos da cultura material que funcionam como factores distintivos e agregadores, portanto, socialmente mais activos. Mas essa relação coma cultura material é dinâmica e contingente, variando no espaço e no tempo.

Desta forma, a perspectiva aqui seguida não será a de procurar materialidades que revelem identidade, mas sim analisar, entre as que chegaram até nós, aquelas através das quais se pensa que as dinâmicas de identidade se processaram.

11.3.3.1 Estilos arquitectónicos, organização do micro espaço e tradição local

A importância da Arquitectura (agora no sentido mais restrito de construção e organização de espaços edificados) para os processos de identificação já foi sublinhada no Capítulo 9. A sua interferência activa é múltipla e funciona de forma diversificada. Organiza o espaço física e mentalmente e, através dessa organização compartimenta-o, mantendo níveis de relação e continuidade entre essas compartimentações. Estas, por sua vez, tendem a ser correlativas de compartimentações sociais. Já vimos que os jogos de identidade são relações sociais onde operam processos de classificação que dividem e agregam. Essa divisão não pode ser perspectivada como algo que se realiza fora do espaço e depois é sobre ele aplicada e por ele reflectida. É um processo dinâmico que se realiza no espaço e com o espaço. Logo, a arquitectura, enquanto estratégia de organização espacial, não se limita a reflectir e a comunicar identidade, mas também participa na sua produção.

Por outro lado, e retomando o conceito de Memória Externa, dado o carácter impressivo que pode ter na paisagem e, sobretudo, tendo em conta os níveis de perenidade de que se pode revestir, a construção arquitectónica tem um elevado potencial de armazenagem de informação e de comunicação à distância (tanto no espaço, como no tempo), o que lhe confere um estatuto destacado nos processos de comunicação. Naturalmente que esta capacidade se aplica igualmente à escala da Paisagem, a qual se corresponde a um "banco de dados" de memórias e informação cultural, umas mais activas outras mais residuais (Crang, 1998), permitindo falar de uma dimensão espacial da memória (Silvano, 2001). Esta dimensão espacial ou material da memória, tal como as espacialidades, tem escalas. Estas escalas relacionam-se não só com a dimensão física das materialidades, mas com a sua natureza e durabilidade. Um armazenamento de significados e memórias num objecto móvel e de curta duração tem potencialidades comunicacionais e identitárias diferentes do armazenamento dessas mesma informação num elementos de grande visibilidade na paisagem (construído ou natural) e que dura mais tempo (por exemplo um monumento megalítico, uma torre, um tor) e mais diferente será se se tratar de um rio, de uma montanha, onde um sentimento de perenidade, de eternidade, é transmitido. A capacidade de "armazenamento" de memória do recipiente é menor porque ele dura menos tempo e é menos visível, está menos presente, impõem-se menos. Não sendo um elemento fixo, o recipiente tem a vantagem comunicacional de estabelecer ligações em rede a maiores distâncias e em todas as direcções, mas, se essa capacidade de ligação é maior no espaço, é menor no tempo (precisamente por ser um elementos de vida curta). As estruturas e os elementos naturais fixos na paisagem, tem uma durabilidade que lhes permite constituírem-se como verdadeiros armazéns de memórias, sentidos, histórias e de as comunicar a longas distâncias no tempo. Por isso, um sítio construído como o Castro de Santiago ou a Fraga da Pena têm um potencial activo que transcende as suas vidas

concretas muito maior que, por exemplo, a Malhada. E se lidarmos com grandes elementos da paisagem, esse potencial é claramente reforçado, sendo que este carácter quase imóvel dos elementos estimulam homologias entre a sua estabilidade e as representações identitárias (Silvano, 2001), também elas tendencialmente vistas como essências, apesar do seu carácter marcadamente relacional e contingente.

Este potencial será ainda mais elevado no contexto de estruturas mentais finalistas, onde os processos mentais de participação actuam de forma mais acentuada. Se aspectos duradouros da cultura material (no seu sentido lato) podem participar das qualidades de determinada comunidade de identidade eles transformam-se em parte integrante dessa comunidade, ou seja, assumem um sentido totémico. Desta forma, elementos fixos seleccionados na paisagem, elementos construídos ou a conjugação dos dois podem assumir esse carácter participativo, onde não só representam simbolicamente o cosmos ou a comunidade, são a comunidade (o particular dilui-se no "tipo ideal" do conceito). No Senhor dos Anéis de Tolkien, a cidade branca de Gondor é mais que uma representação dos humanos é a sua personificação. A destruição da Bastilha para muitos, mais que um acto simbólico, foi a destruição de um mal concreto, de cuja qualidades o edifício partilhava. O pensamento participativo tende a diluir a parte no todo e é uma das bases em que assentam as homologias entre todo e parte, que, como vimos anteriormente, alguns autores tendem a reconhecer em alguns dos recintos da Pré-História Recente.

Nesta perspectiva voltemos a analisar os dois recintos desta rede local de povoamento. Nos capítulos anteriores assumi que existem funcionalidades diferentes entre ambos no contexto da dinâmica local. Como Scarre afirma, este tipo contextos poderão ser muito diversificados e funcionar de formas distintas, sendo para isso mais prudente falar de uma ideia de clausura, desenvolvida de formas diferentes para responder a "necessidades" sociais concretas (Scarre, 2001). A sua generalização como parte da forma de estar no mundo das comunidades Neolíticas e Calcolíticas não é automática (Whittle, 1988), podendo surgir e desaparecer dentro de uma mesma dinâmica de povoamento, como o caso em estudo parece sustentar.

Assim, o Castro de Santiago é visto como a "elevação" do local residencial à condição de gestão de um território e de uma identidade numa fase inicial da nova dinâmica social que se desenvolve ao longo do 3º milénio, a qual é perspectivada, para utilizar a expressão já explicada, como uma dinâmica de "estreitamento". A Fraga da Pena, por sua vez, foi interpretada como um recinto cerimonial que se assume como gestor de equilíbrios numa dinâmica de "alargamento" (o referido processo de globalização regional), ou seja, da integração da tradição e identidade desenvolvida localmente ao longo de cerca de um milénio num contexto mais vasto.

Apesar de não terem vivido em simultâneo (cerca de meio milénio os terá separado) e de, na minha interpretação, terem tido papeis e funcionalidades distintas, a sua concepção arquitectónica e as suas plantas são muito semelhantes. A escolha de tors graníticos bem destacados e que seriam, muito provavelmente, lugares activos de sentido nas leituras prévias da paisagem relacionam-se com os desempenhos comunicacionais que ambos os contextos teriam no contexto do povoamento local. Como já tinha destacado no estudo anterior dedicado ao Castro de Santiago (Valera, 1997a), a influência de procedimentos tecnológicos de tradição megalítica pode ser descortinado na arquitectura deste sítio. Concretamente, sublinhava a analogia técnica da estruturação do corredor de acesso ao recinto interior, revestido unilateralmente por ortóstatos de uma forma que evoca a edificação dos corredores dos monumentos megalíticos. Essa "vinculação megalítica" da arquitectura não funerária do 3º milénio AC no Norte de Portugal foi recentemente reafirmada (Sanches, 2003; Jorge *et. al.* 2003). A influência da tecnologia construtiva megalítica é assumida a vários níveis: na gestão das equipas, no planeamento, nas técnicas construtivas. Susana e Vítor Jorge sublinham, contudo, um outro aspecto que se verifica igualmente na área de Fornos de Algodres: ao contrário da arquitectura megalítica, a arquitectura não funerária do 3º milénio "aproxima-se dos elementos naturais", os quais se integram de forma sintética, orgânica (Valera, 2003d), na edificação. Já foi exposto no Capítulo 9, a propósito da Fraga da Pena, que os lugares são essenciais não só para a organização das paisagens, mas igualmente para o desenvolvimento de sentimentos de pertença. Um lugar não é um ponto no espaço, mas um sítio significante e actuante nos processos de identificação, relativamente aos quais de desenvolve um "espírito do lugar" (Crang, 1998; Muir, 1997). A associação desta arquitectura a elementos naturais (que provavelmente não seriam assim tão naturais para estas comunidades) tem que ser entendida como um "reescrever" sobre um espaço já significante, ao qual se acrescentam ou se mudam sentidos.

Esta integração de modelos construtivos exógenos com técnicas já disponíveis e com elementos da paisagem dotados de sentidos activos parece revelar que a mudança se opera, não sobre qualquer vazio através de simples aportação, mas que sentidos e soluções existentes enquadram o novo na gestão da dinâmica de mudança. Naturalmente que aqui existe uma outra diferença (já salientada no Capítulo 9) entre o Castro de Santiago e a Fraga da Pena: se com o primeiro este tipo de recintos e de arquitecturas são uma novidade local e até regional, reveladoras de clara influência exógena ao nível do modelo, no segundo já integram a tradição local. Por outras palavras, os recintos e as suas arquitecturas são no Castro de Santiago uma novidade integrada para gerir um dinâmica territorial e identitária que está a arrancar, enquanto na Fraga da Pena fazem já parte dessa tradição e dessas

identidades locais. Se no primeiro caso elas actuam para garantir o que está a *começar a ser*, no segundo actuam para articular o novo com o que *era* e estará a *deixar de ser*.

Neste contexto de leitura diacrónica é interessante que nos focalizemos nas respectivas plantas, nos espaços que definem e nos trajectos internos que induzem (cf. Capítulo 9). Elas são relativamente semelhantes e não tinham necessariamente que ser. A topografia, sendo constrangedora permitia soluções alternativas: não tinham que ser construídos dois recintos; a sua articulação poderia ser diferente; as entradas poderiam ser em maior número ou com outra disposição, originando outros percursos internos.

Dada a diferença cronológica entre os dois sítios (o Castro de Santiago centrado no primeiro quartel e a Fraga da Pena no último quartel do 3º/ inícios do 2º milénio AC), estas similaridades sugerem que a Fraga da Pena reproduz a planta do Castro de Santiago em tamanho mais pequeno. A interpretação avançada para esta reprodução procura ligar os dois sítios e os significados que lhes são atribuídos no contexto da dinâmica milenar da rede de povoamento local. Assim, as similaridades entre as organizações arquitectónicas destes dois sítios não é considerada casual nem limitada a qualquer ideia ou normativo inscrito na tradição local. Note-se que cerca de 500 anos separam os dois contextos. A leitura interpretativa proposta é a de que a organização arquitectónica do espaço na Fraga da Pena evoca a do Castro de Santiago. Isto é mais que copiar, na medida que a evocação convoca igualmente os sentidos associados. Esta reprodução faz-se sentir não só numa tecnologia e num estilo arquitectónico, como na definição dos espaços e nos percursos de trânsito para acesso aos espaço interior mais reservado. Note-se, no caso da Fraga da Pena, que essa "rota" parece ser acompanhada por elementos campaniformes (Capítulo 9).

Esta recriação do Castro de Santiago na Fraga da Pena é interpretada como parte integrante das estratégias de gestão da nova dinâmica de mudança a que a área começa a ser sujeita a partir dos finais do terceiro quartel do 3º milénio, quando se nota aquilo que foi designado por "globalização de escala regional". Perante essa mudança, o espaço cerimonial da Fraga da Pena terá desempenhado o papel de proporcionar a compatibilização entre uma tradição localmente enraizada ao logo do milénio e a chegada de influências externas, materializadas em vários elementos artefactuais com estilísticas de expressão espacial mais alargada e que sugerem que este espaço local se começa a integrar, de uma forma menos autárquica, numa dinâmica que o transcende. A recuperação da organização do espaço e dos circuitos internos do Castro de Santiago pode, assim, ser interpretada como uma evocação do sítio que, na fase inicial de gestação das identidades locais e dos seus territórios, desempenhou o papel de centro agregador, polarizador e organizador das relações sociais locais e das relações com o exterior, periférico ou distante.

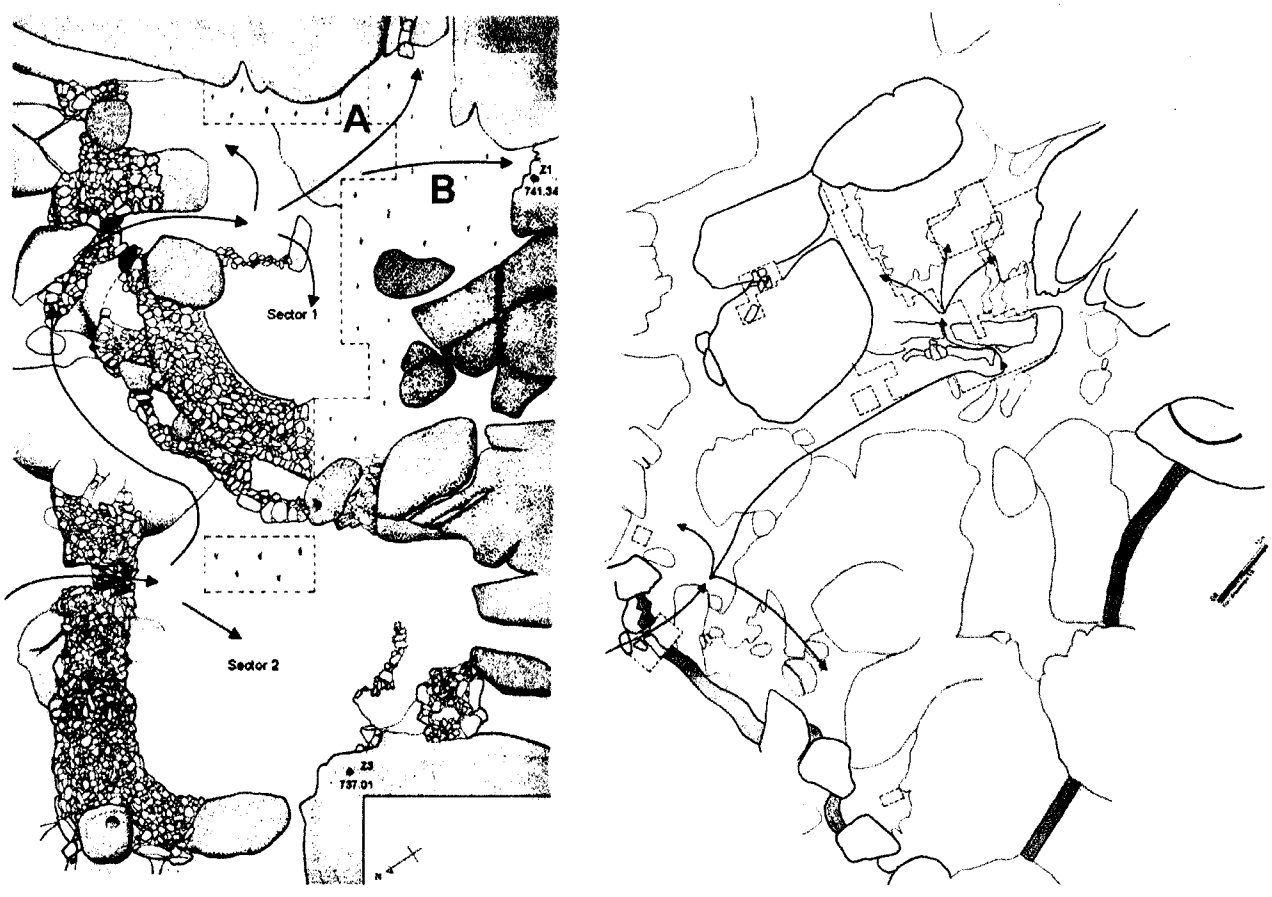


Figura 11-8 – Comparação dos dois recintos e percursos de acesso interior que induzem.

Neste contexto interpretativo poderíamos estabelecer uma homologia entre parte dos sentidos com que são manipuladas as cerâmicas com decoração espinha, com que são reutilizados os sepulcros megalíticos do Carapito ou com que é edificada a Fraga da Pena através de uma organização arquitectónica estabelecida no princípio do milénio: a manipulação de raízes identitárias; de espaços e de símbolos que, neste contexto concreto, são activados como elementos que comunicam e afirmam uma identidade local quando esta se encontra ameaçada por uma fenómeno de abertura e integração, ao qual podermos associar mudanças na estrutura social, articuladas com mudanças nas próprias estruturas das percepção psicológica (Hernando, 2004), com reflexos no sistema de relações sociais herdado do Neolítico.

No contexto do funcionamento da categoria de espaço em estruturas mentais finalistas poderemos assumir que a organização arquitectónica do espaço participa da organização do cosmos, das visões do mundo, podendo a homologia ser total ou parcial e mais ou menos explicita ou implícita. Já foi avançada uma proposta de sentido para uma

possível representação cosmológica do espaço local, a qual estaria enraizada na tradição megalítica e num sistema de relações sociais de forte matriz parental, cujo prolongamento pelo 3º milénio estabelece mais continuidade que ruptura relativamente ao Neolítico. Por outro lado, já se referiu que a dinâmica neolítica de intervenção no espaço vai interferir no seu processamento cognitivo, proporcionando-lhe algum movimento (transformação causal), ainda que sejam movimentos finalistas, e o desenvolvimento de categorias classificativas do género "doméstico" (transformado) e "selvagem" (Hodder, 1990), contribuindo para níveis básicos (que não sabemos que expressão efectiva teriam) de separação entre humano e a natureza, mesmo que o humano se restringisse apenas ao endo-grupo. De facto, a concepção destas comunidades como habitantes de um universo mítico, sagrado e essencial, onde a integração com o natural é feita de forma participativa (no sentido do mecanismo mental de participação em qualidades do outro), não implica que progressivamente não se desenvolvam processos de representação que vão "afastando" o Homem da Natureza. O antropocentrismo (entendido como um destacamento do Homem relativamente à Natureza) não é apenas o resultado de transformações da realidade social, ele é igualmente condição dessas transformações. A progressiva individualização que se observa a partir dos finais do 3º milénio, e que culminará com a afirmação da figura do indivíduo durante a Idade do Bronze, é um processo homólogo da dicotomia Homem Natureza, na medida em que introduz (sublinhará) uma dicotomia social entre indivíduo e grupo: o Homem destaca-se da Natureza / o indivíduo destaca-se do grupo. Esta transformação, que corresponderá o fim do modelo de relações sociais que se estabelece com o Neolítico, não é causa da nova percepção de um Homem progressivamente exterior ao mundo Natural. Acontece com ela, é viabilizada através dela e ambas começam a dar sinais da mudança durante o 3º milénio.

É neste contexto que se dá uma valorização das áreas residenciais e que estas, com o progressivo reforço da sedentarização e reorganização territorial implícita, se assumem como potenciais pólos catalizadores dos sentidos de auto-reconhecimento identitário e gestão territorial, substituindo-se ou somando-se a anteriores elementos que desempenhavam esses papeis.

O espaço arquitectado no Castro de Santiago corresponderá a formas específicas de pensar a relação entre um espaço interior totalmente domesticado e familiarizado e o espaço exterior. As informações obtidas nas escavações do recinto exterior parecem restringir as áreas efectivamente residenciais (estruturas de cabana, lareiras, empedrados, etc.) ao recinto interior. Não há informação suficiente para que possamos deduzir funcionalidades específicas associadas ao recinto exterior, tendo-se levantado a hipótese de poder ser um recinto onde, entre outras possibilidades, se conservassem os animais domésticos. Este recinto estabelece-se como um espaço intermédio entre o espaço

residencial e o exterior, dotando o percurso de um carácter progressivo, mas compartimentado por estruturas que marcam e constrangem a transição entre espaços de qualidades diferentes. O recinto interior estabelece-se como centro (ainda que espacialmente descentrado), como núcleo da comunidade. Seria um espaço com uma valorização diferente da do segundo recinto (um espaço mais amplo, mas essencialmente dominado por afloramentos). Aceitando o papel proposto para o desempenho social do Castro de Santiago na fase inicial da dinâmica deste espaço de tradição local, podemos igualmente propor que esse pequeno reduto poderia ser sentido e experienciado como o centro de um território (curiosamente situado geograficamente numa posição central ao desenvolvimento da rede local de sítios conhecidos e relativamente ao grande vale da Ribeira da Muxagata) e local fundacional de uma tradição e de uma comunidade que lhe estaria associada, funcionando em relativa autarcia. O percurso que se realizaria no acesso a esse recinto traduzia-se num movimento finalista em direcção, não a um espaço, mas em direcção ao centro, detentor de qualidades a partir das quais se organizaria e hierarquizaria o restante espaço e, eventualmente o restante mundo. Conjugam-se, aqui, os dois modos primários de residência ("dwelling") definidos por Casey (1993): o "Hestial dwelling" (nome inspirado na deusa grega do coração, Hestia), e que aponta para a centralidade, para a circularidade e para o auto-encerramento; o "Hermetic dwelling" (inspirado no deus dos caminhos e do movimento, Hermes), que traduz o movimento e a linearidade na vivência residencial. Estes duas experiências conjugam-se na vivência de um espaço residêncial e podem expressar-se na forma como este é arquitectado e organizado.

Um espaço hierarquizado qualitativamente reforça a sua participação nos processos de identificação, na medida em que as qualidades das pessoas e as qualidades de certos espaços tendem a ser conceptualmente fundidas e se o espaço retira sentido da presença de certas pessoas, estas retiram sentido do espaço que ocupam (Sack, 1980). Casey relembra que "Makom", o nome hebraico para Deus, significa lugar: a personagem capta o significado do lugar e as suas limitações (Casey, 1993). A identidade de quem vivia e tinha acesso ao recinto interior do Castro de Santiago participaria de qualidades atribuídas àquele espaço e que, possivelmente, não seriam partilhados por outros. Mas no quadro de sociedades de estrutura parental de desenvolvidos mecanismos de solidariedade, como as que perspectivamos para o início do 3º milénio em Fornos de Algodres, esse factor poderia não ser um facto de clara diferenciação social, na medida em que, nas estruturas mentais finalistas, a participação pode alicerçar-se em cadeia e se um indivíduo partilha das qualidades do espaço em que vive ou onde circula, essa partilha pode ser estendida a quem com ele convive e se relaciona de forma parental. Estabelecem-se, assim, redes de participação indirecta que ajudam a estruturar a complexidade das relações sociais, mas também contribuem para o reforço dos laços identitários. Esta possibilidade extensível da

participação das qualidades de um dado lugar opera no espaço, mas também no tempo e é outro factor que estimula o prolongamento simbólico de certos lugares para além dos seus momentos de desactivação funcional.

A propósito das problemáticas do abandono, já sublinhei noutro texto e em capítulos anteriores deste trabalho, que o abandono de um sítio não representa o fim da sua participação activa numa rede de povoamento ou nas cartografias e hierarquizações mentais dos territórios, das paisagens territórios e até do próprio cosmos. Naturalmente, teremos que aceitar que o mesmo se processa relativamente às identidades e que o fim da ocupação de um dado espaço não coloca ponto final no seu potencial como agente de identificação. Ao avançar a interpretação da organização arquitectónica da Fraga da Pena como uma evocação do Castro de Santiago e do seu papel fundador e central na constituição deste espaço de tradição comunitária, estou implicitamente a estabelecer um prolongamento da sua actividade simbólica (Valera, 2003a) muito para além da sua vida concreta. Uma actividade simbólica que se traduziria em continuidades (sempre presentificadas, como acontece com todas as continuidades): manter-se-ia como um marco de sentidos na paisagem local, contribuindo para a sua organização e dos circuitos de trânsito; mas também como um elemento que na paisagem que armazena histórias e memórias, mitificadas ou não, que funciona como "memória externa" e que, dada a sua durabilidade, prolonga a sua capacidade comunicacional simbólica no tempo.

Já sublinhámos que estas situações se foram registando com regularidade na rede local de povoamento numa duração mais longa, que precede e excede o período em estudo. Sítios com ocupações neolíticas voltam a ser ocupados na segunda metade do 3º milénio AC e, mais tarde, ocupados ou simplesmente visitados no Final da Idade do Bronze. Este prolongamento simbólico não se restringe só, portanto, aos sítios mais marcantes na paisagem, nem significa que não haja uma forte reconceptualização desses locais. Se as distâncias temporais e culturais forem muito significativas, o mais provável é a informação e a memória que foram durante algum tempo acumulando percam sentidos originais e sejam "reinventadas". Contudo, dentro de um mesmo espaço temporal de tradição identitária os sítios de forte carga simbólica (como a que resulta do papel que concebemos que o Castro de Santiago tenha tido) adquirem uma capacidade de intervenção social que vai bem para além da sua vida.

A evocação do Castro de Santiago na arquitectura da Fraga da Pena é uma possibilidade de sentido que traduz a força de uma identidade ligada a um território particular e o papel que determinados contextos assumem na gestão dessa territorialidade e identidade. Para utilizarmos a terminologia de Weissner, o Castro de Santiago seria, como contexto residencial activado, um agente emblemático de uma identidade grupal. Mas um

agente emblemático fixo. Outros existiriam ao nível das materialidades móveis. Esta interpretação aproxima-se das propostas de Susana Jorge, quando considera os recintos monumentais como o "emblema mais visível da tensão intercomunitária destes regimes arcaicos de autarcia. " (Jorge, 1999: 115).

Quanto à Fraga da Pena propriamente dita, a interpretação que fazemos deste contexto foi sendo exposta ao longo dos capítulos 9, 10 e neste mesmo. Tratar-se-ia de um lugar marcante na paisagem local desde há muito, existindo alguns materiais que sugerem que as comunidades que habitam a zona durante o Neolítico Inicial poderiam circular por ali. Seria um sítio conhecido pelas comunidades que construíram os monumentos megalíticos da área planáltica e das que, ao longo do 3º milénio foram reestruturando territorialidades e identidades. Seria certamente um local com nome e um marco activo nas cartografias mentais do território, nos circuitos de trânsito, na gestão de compartimentações espaciais. Teria histórias associadas, a começar pela da sua própria génese, que naturalmente não seria a moderna explicação científica. É provável que tenha sido regularmente visitada e nela se tenham desenrolado actividades de carácter cerimonial que progressivamente lhe iriam reforçando e concretizando a sua própria identidade enquanto lugar. Sobre essas possibilidades já se avançaram uma série de hipóteses especulativas que visam, sobretudo, evidenciar as suas potencialidades como lugar de forte simbolismo. Quando no último quartel do 3º milénio AC se monumentaliza este espaço através da construção de dois recintos existem sinais de que o território está no início de uma nova dinâmica de mudança, traduzida agora por um processo de maior abertura ao exterior, na rarefacção de alguns símbolos da anterior ordem e na generalização de expressões estilísticas de maior abrangência regional, entre os quais se destacam símbolos de prestígio padronizados, sinais que foram interpretados como um processo de integração regional (de "globalização" regional) no contexto de relações sociais emergentes que vão superando o carácter segmentário das comunidades tradicionais através da promoção e afirmação de elites. Este reforço do carácter simbólico e cerimonial da Fraga da Pena através de uma arquitectura positiva pujante é, assim, mais uma vez referenciado a um momento particular de mudança, tal como já havia acontecido localmente no início do milénio com o Castro de Santiago. Sublinha-se, deste modo, a importância do carácter comunicacional destas arquitecturas na gestão de momentos de mudança. A eleição não é agora a de um espaço residêncial para desempenhar esse papel de gestor e catalizador das transformações em curso, mas sim de um espaço de forte carga simbólica e provavelmente já constituído como local de cerimónias (onde os últimos vestígios da tradição da cosmologia megalítica ainda se faz eventualmente sentir). Esta opção traduzirá, a meu ver, o canto do cisne dessa cosmologia cíclica megalítica, num momento de subversão das relações sociais baseadas nas estruturas de parentesco, solidárias, de pequena escala e ainda com consideráveis níveis de autarquia

(territórios pequenos), modelo que, penso, é melhor adequado à informação disponível para esta região durante a primeira metade do 3º milénio AC. Se a tradição local é ainda evocada em determinados rituais, numa homologia arquitectónica e na circulação de alguns *icons* móveis da ordem em desagregação, a escolha de um local cerimonial para afirmar a ordem emergente representa o recurso a um mecanismo de comunicação ainda inscrito na tradição.

Susana Jorge sublinhou recentemente uma transferência de cenários no que respeita às manifestações simbólicas de exibição do poder com o arranque da Idade do Bronze, notando que os novos contextos (como depósitos rituais ou alguns santuários de arte rupestre) não seguiam as estratégias de visibilização e monumentalidade desenvolvidas no 3º milénio (Jorge, 1999: 117). Esta transferência será sintoma de uma nova forma de manipulação do poder, associada a uma nova ordem social que se identifica e comunica agora através de estilísticas de abrangência regional alargada (como localmente poderão representar as cerâmicas penteadas ou com decoração plástica digitada) e por objectos de prestígio de circulação e estilística transregional que pela primeira vez ocorrem neste espaço local: armas metálicas e recipientes campaniformes. O achado da Espada do Pinhal dos Melos poderá ser entendido neste contexto, mas a Fraga da Pena é dissonante com essa imagem, remetendo ainda para uma forma de comunicação enraizada na tradição. Será uma situação compatível com o momento de transição em que se integra, na medida em que os momentos de transição são caracterizados por uma particular heterogeneidade onde o que está a deixar de ser se articula, ainda de forma significante, com o que está a emergir.

11.3.3.2 Cultura material e estratégias locais de identidade

A relação entre a cultura material móvel e as problemáticas da identidade não é particularmente diferente do que se passa com as paisagens, com o território, com as arquitecturas ou com a organização do espaço. Participa activamente nas práticas sociais, viabilizando-as e reflectindo-as de forma recursiva; comunica e acumula informação (é memória externa); integra e gera tradição e simultaneamente tem um grande potencial de inovação.

Grande parte da cultura material destas comunidades reflecte o seu tempo e é comum a vastas áreas regionais. São manifestações locais de regularidades estilísticas e funcionais de vasta abrangência; são técnicas e artefactos comuns, com particularidades que respondem a constrangimentos de disponibilidade de matérias primas, de circulação, de saber, mas também de tradição e de comunicação. A maioria destes elementos da cultura material interferirão nos processos de identificação de uma forma que Sackett designou por isocréstica, onde o desempenho social não será passivo (como era concebido por Sackett),

mas terão uma interferência mais "subterrânea" e menos "exuberante" nos mecanismos de auto e exo-reconhecimento. Será um desempenho activo onde a intenção de diferenciar não parece fazer-se sentir, afastando-se da variação relacionada com o comportamento simbólico (Plog, 1990).

A tradição tecnológica de talhe do quartzo que se observa na área de estudo desde o Neolítico Inicial e que mantém muitas recorrências, pelo menos, até aos inícios do 2º milénio, ou a tradição de produzir pesos de tear paralelepipédicos com quatro perfurações, ou a tecnologia e *design* da produção cerâmica, ou ainda a indústria lítica polida, participam nos processos de identificação. Todos fazem parte das tradições, dos "modos de fazer", da padronização dos comportamentos, e, como tal, comunicam e integram o "conteúdo identitário" destas comunidades. Contudo, a grande maioria não adquirirá um carácter emblemático (no sentido de Wiessner). Em cada momento, de entre a cultura material manipulada por uma comunidade, apenas uma parte dessas materialidades será intencionalmente activada como icon de um sentido de grupo, como elemento de maior "volume" comunicacional e de maior potencial identificador e diferenciador. De entre os conjuntos artefactuais estudados, aquele que sugere uma maior manipulação estilística emblemática é, sem dúvida, a cerâmica e, sobretudo, a sua decoração.

A decoração cerâmica[9]

Um primeiro aspecto a referir relativamente à decoração da cerâmica, será o seu reaparecimento no 3º milénio AC. De facto, face aos dados actualmente disponíveis para a região da bacia interior do Mondego, a decoração cerâmica é generalizada em contextos do Neolítico Inicial (embora com diferenças estilísticas e percentuais entre alguns dos contextos conhecidos – Valera, 1998; 2003b). Nos contextos preservados conhecidos para o Neolítico Pleno/Final, nomeadamente na Plataforma do Mondego, a decoração parece estar totalmente ausente, ressurgindo novamente a partir do início do 3º milénio AC. Esta situação, contrasta, com o que parece acontecer com as áreas imediatamente a norte, na bacia dos Douro e região transmontana, onde uma forte tradição decorativa parece manter-se activa e em continuidade durante toda a Pré-História Recente.

A cerâmica, pela plasticidade da sua matéria-prima, é um artefacto de grande potencial comunicativo, tanto do ponto de vista da sua estilística morfológica, como decorativa, coma ainda da articulação das duas. Devido a essas características e à polivalência da sua manipulação em diferentes contextos, a cerâmica desempenhou e desempenha um papel de relevo, frequentemente estratégico, nas relações sociais. Tal

[9] Na Arqueologia Pré-Histórica portuguesa os únicos estudos aprofundados, sistemáticos e teoricamente informados, sobre as decorações cerâmicas da Pré-História Recente foram realizados pela Escola do Porto, nomeadamente nas dissertações de doutoramento de S.O.Jorge (Jorge, 1986) e Mª de Jesus Sanches

como elementos da Paisagem ou as arquitecturas, a cerâmica surge integrada num dado sistema de representações do mundo e é um dispositivo que pode ser activado nas estratégias de visibilização e comunicação que envolvem igualmente outros elementos desse sistema. Abordagens de tendência estruturalista (Criado Boado, 1993c; Prieto-Martínez, *et. al.*, 2003) têm procurado sublinhar a vinculação dessas estratégias a sistemas sociais específicos, onde operam determinadas formas de percepção, visibilização e comunicação que estabelecem relações de homologia entre os diferentes elementos culturais desse sistema. Neste sentido, poderemos associar o reaparecimento da decoração cerâmica nesta área ao desenvolvimento das estratégias comunicacionais que emergem com as novas dinâmicas sociais no início do 3º milénio e que estão igualmente presentes no recursos a arquitecturas de origem meridional ou na activação simbólica de determinados elementos naturais da paisagem.

No caso em estudo, estas estratégias de comunicação com recurso aos recipientes cerâmicos parecem privilegiar a decoração sobre a forma, embora esta seja contemplada numa perspectiva de potencializar a visibilização. De facto, as morfologias que estabelecem o fundo comum local durante a primeira metade do 3º milénio AC (Capítulo 8) não apresentam uma significativa mudança formal relativamente às morfologias que, regionalmente, são conhecidas para o Neolítico Final. As duas grandes diferenças serão de natureza estatística e a raridade dos pratos e ausência de taças de carena alta. Estas diferenças formais poderão estar mais ligadas a alterações de natureza funcional em relação com dinâmicas isocrésticas do estilo do que corresponderam a estratégias de diferenciação e afirmação de mensagens concretas. Morfologicamente, poderemos dizer que a imagem é mais de continuidade que de contrastação. A grande novidade, marcante e que se impõe pela sua visibilidade, é o regresso da decoração[10].

Esse regresso assume, na bacia interior do Mondego e ao longo de todo o 3º milénio AC, uma particularidade: a estabilidade da percentagem de recipientes decorados. Na Plataforma do Mondego, as decorações são na ordem dos 6,4% na Corujeira (Valera, 1993b), 6% em Linhares (Valera, 1999b) ou 8,5 no Murganho 1 (Valera, 1994b). Na área de Fornos, representam 7,5% no Castro de Santiago, 8,9% na Malhada, 6,4% na Quinta da Assentada e só no final do milénio na Fraga da Pena sobem para 21,9%, no que se fica a dever sobretudo aos recipientes campaniformes e às decorações plásticas.(cf. Capítulo 5). Assim , o reaparecimento da decoração durante grande parte do 3º milénio aponta para uma

(Sanches, 1997), e numa série de dissertações de mestrado realizadas sobre contextos recentemente intervencionados por aquelas duas investigadoras (Castelo Velho e Castro de Palheiros).

[10] Digo regresso porque a não decoração dos recipientes pelas comunidades do Neolítico Pleno-Final é uma opção, pois a sua circulação por contextos do Neolítico Antigo acontecia e o contacto com fragmentos cerâmicos decorados também (é frequente ocorrerem este tipo de materiais integrados nas terras dos *tumulus* de monumentos megalíticos).

recorrência estatística entre os 6% e os 9%. Os estudos arqueométricos realizados não evidenciam qualquer procedimento tecnológico que diferencie as cerâmicas sujeitas a decoração das restantes. Quanto à correlação com as morfologias (cf. Capítulo 8), verifica-se que não existe nenhuma associação entre decorações específicas e morfologias. Antes, observa-se um privilégio entre todas as organizações decorativas por recipientes de morfologia fechada. Sendo que a grande maioria das decorações não são abrangentes, restringindo-se a uma faixa abaixo do bordo, esta situação foi interpretada como a procura de uma maximização da visibilidade das decorações, proporcionada pelas metades superiores dos recipientes fechados (maioritariamente tigelas fechadas, esféricos e globulares). Este padrão parece ser geral a toda a bacia interior do Mondego, estabelecendo uma clara diferença relativamente ao universo de cerâmicas decoradas das áreas mais a Norte, conectadas com a bacia hidrográfica do Douro, onde as percentagens são variáveis, atingindo valores que podem estar em torno as 10% no Cunho e 15/20% no Barrocal Alto no planalto mirandês (Sanches, 1992), 5,2% no Fumo e 13% no Barrocal Tenreiro no vale do Côa (Carvalho, 2003 e 2004), percentagens entre 50% e os 70% nos níveis 3, 2 e 1 do Buraco da Pala (Sanches, 1997), entre os 70% e 90% nos sítios da zona de Chaves (Jorge, 1986) e valores semelhantes, acima dos 50%, têm sido referidos para os contextos do Castelo Velho ou Castanheiro do Vento pelos investigadores que ali têm trabalhado. Neste aspecto, os contextos da bacia interior do Mondego aproximam-se mais de valores apresentados por alguns sítios mesetenhos, como Peña del Àguila (López Plaza, 1978), Tierras Lineras (López Plaza e Arias Gonzalez, 1989) ou Las Pozas (Val Recio, 1983), com valores em torno aos 5%.

Esta relativa escassez da decoração cerâmica, que nunca ultrapassa os 10%, recorrência que é de difícil interpretação. Os registos arqueológicos existentes não documentam uma manipulação espacialmente diferenciada deste tipo de recipientes, o que não quer dizer que essa utilização não existisse no tempo, no tipo de utilização e na natureza do acto da utilização ou, por exemplo, no estatuto de quem os manipulava. A sua baixa representatividade estatística conferir-lhes-ia, contudo, uma situação de relativa raridade e a sua recorrência parece sugerir a existência de uma tradição normativa que regularia a quantidade de recipientes a decorar e, eventualmente, as condições em que seriam decorados e os esquemas comunicacionais que subjazem a essas decorações. Essa raridade poderia funcionar como um factor potenciador da capacidade activa do recipiente decorado num contexto em que a grande maioria das cerâmicas são lisas. Mas tal conclusão não resulta evidente, já que bastaria pensar que esses recipientes poderiam ter uma utilização específica que desconhecemos associada a uma qualquer prática para a

percentagem de decoração estar associada aos ritmos e condições dessa utilização, pelo que a sua percentagem seria melhor calculada relativamente a essa circunstância do que ao conjunto global de cerâmicas. Seja como for, torna-se evidente que a percentagem de decoração cerâmica parece responder, nesta região, a um padrão e que esse padrão a individualiza relativamente às áreas mais a Norte da bacia do Douro.

Quando olhamos para o comportamento estilístico das cerâmicas na área de estudo ao longo do 3º milénio (cf. Capítulo 8) verificamos uma evolução, a qual foi articulada com a dinâmica local de povoamento discutida no Capítulo anterior. No que respeita às morfologias, a primeira metade do milénio é dominada por formas simples que genericamente estão presentes nas tradições cerâmicas neolíticas, formando aquilo que foi considerado o fundo comum calcolítico. Este fundo é definido a partir do Castro de Santiago e constitui-se como a base do aparelho cerâmico da Malhada e dos restantes sítios ao longo do período considerado (cf. Capítulo 8). No que respeita às decorações, estes dois contextos apresentam percentagens que se enquadram na imagem geral regional (percentagens que normalmente se situam entre os 6% e os 9%). A variabilidade estilística é relativamente grande e os grandes tipos definidos ocorrem em ambos os contextos, genericamente com a mesma representatividade. Com base nestas organizações, poderemos também, no que respeita à decoração, falar de um fundo comum calcolítico, localmente definido a partir destes dois contextos, mas que partilha organizações, motivos e técnicas com outras áreas regionais periféricas, nomeadamente com a Submeseta norte e no Norte de Portugal, onde grande parte destas organizações e motivos estão presentes.

De entre o conjunto de organizações decorativas, contudo, emergem como claramente dominantes em ambos os sítios as organizações de tipo A (à base de caneluras incisas) e de tipo B (à base de motivos espinhados, associados ou não a caneluras). No seu conjunto, estas organizações representam 60,5% das decorações no Castro de Santiago e 44,1% na Malhada (cf. Capítulo 8). Desta forma, dentro do quadro local da prática decorativa dos recipientes cerâmicos da primeira metade do 3º milénio AC, as organizações de tipo A e B são marcantes e revelam uma intenção e uma escolha recorrente. Olhando para os contextos do 3º milénio conhecidos na região da bacia interior do Mondego, observa-se que estas organizações estão presentes em alguns deles, mas sempre em número bastante reduzido. Isto é particularmente evidente para as organizações que recorrem a motivos espinhados (Figura 11-9) que, sendo conhecidas noutros contextos residenciais e funerários, apresentam uma distribuição claramente contrastante, com uma acentuada concentração na área de Fornos. Fora da bacia interior do Mondego, estas organizações decorativas são conhecidas noutras áreas regionais periféricas em contextos do 3º milénio AC e em contextos anteriores, integráveis no Neolítico Antigo. Em contextos do 3º milénio, ocorrem no Norte de Portugal, no Castelo Velho, Buraco da Pala, no Crasto

de Palheiros (Sanches, 1997; Amorim, 1999); na Meseta Norte, em Las Pozas (Val Recio, 1983) Cerro del Ahorcado, El Pedroso ou Picón del Rey (López Plaza, 1978); na Estremadura, sendo abundante em contextos como Leceia, S. Mamede, Outeiro da Assenta, Rotura, Penha Verde, Vila Nova de S. Pedro, etc., mas em nenhuma destas regiões apresentam a preponderância que registam no Castro de Santiago e na Malhada.

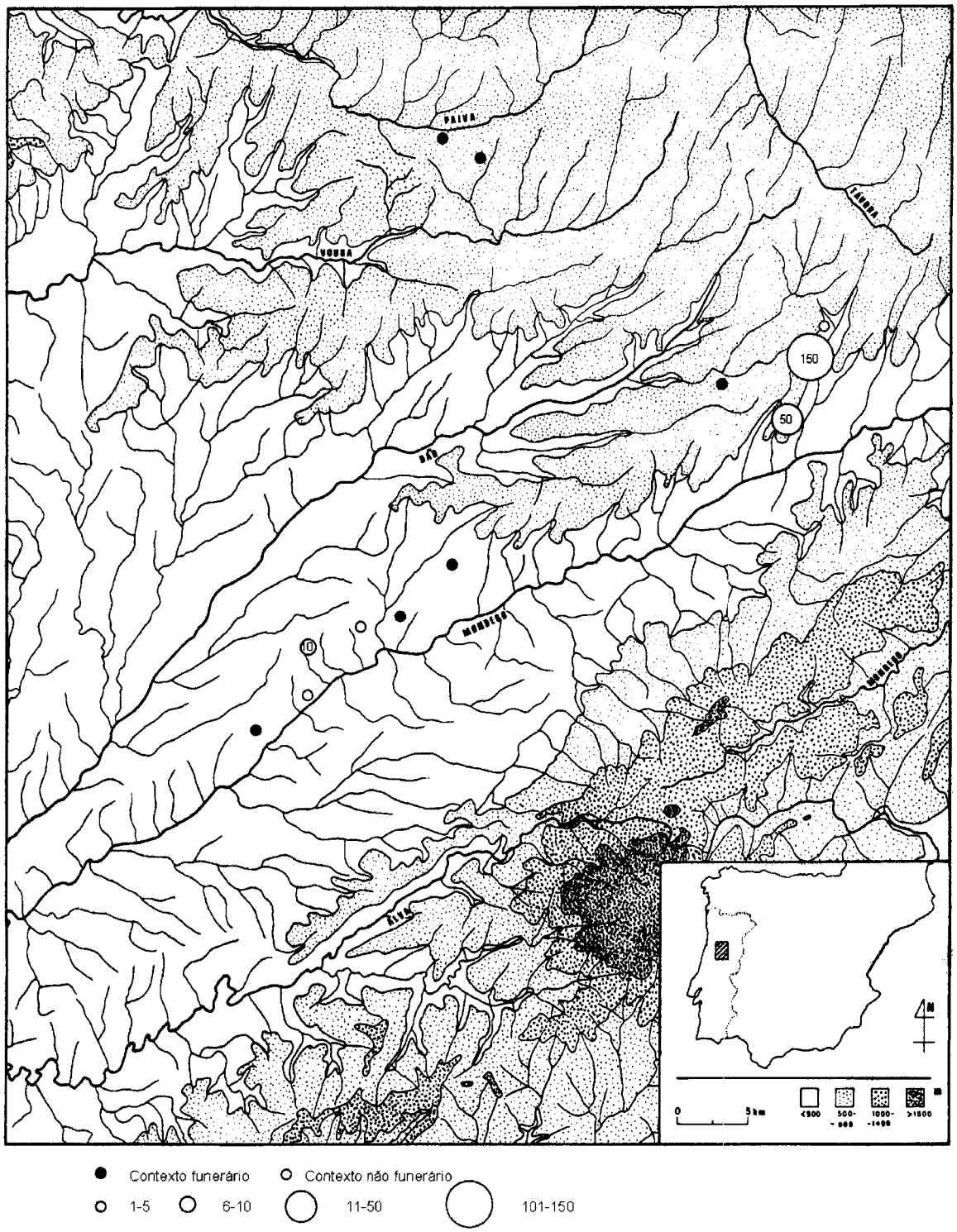


Figura 11-9 – Distribuição das cerâmicas decoradas com motivos espinhados na Plataforma do Mondego e Planaltos Centrais.

O predomínio e recorrência destas organizações traduzem uma escolha, uma opção intencional por organizações e motivos muito particulares entre a variedade que localmente se encontra atestada. Esta ideia sai reforçada quando verificamos que os tipos A e B aparecem frequentemente associados, mas se as caneluras se conjugam com outros motivos estatisticamente menos representativos, os motivos espinhados muito raramente surgem associados a outros motivos, o que parece reforçar a sua individualidade.

Esta escolha recai sobre organizações e motivos que, como se afirmou, ocorrem noutros contextos da região e de outras áreas regionais periféricas, mas onde não apresentam essa preferência, ou seja, são decorações com uma dispersão espacial alargada (e temporalmente também, já que são igualmente comuns em contextos do Neolítico Antigo, nomeadamente na Estremadura), mas que numa situação histórica concreta parecem ter assumido um estatuto simbólico específico que terá estado na base da sua eleição como elemento iconográfico preferencial. A situação concreta e espacialmente restrita em que tal acontece permite levantar a hipótese de estas organizações terem assumindo um estatuto emblemático no âmbito da estratégias comunicacionais relativas aos processos de identificação de que temos vindo a falar.

Note-se que esta recorrência não está propriamente inscrita numa tradição local ou mesmo regional, já que a situação anterior seria a de não decoração dos recipientes cerâmicos. A situação é pois a de que a re-introdução das práticas de decoração cerâmica é coincidente com uma nova dinâmica do povoamento da área observável noutras variáveis da vida social local e que, logo desde o início, as organizações A e B se destacam relativamente às restantes. Os significados concretos que estariam associados a estes padrões decorativos são-nos, naturalmente, inacessíveis, mas os papéis que terão representado socialmente podem ser pensados no contexto da expressão emblemática de um identidade local emergente, que se engendra e comunica de forma múltipla. A dimensão material dessa comunicação articula elementos específicos da cultura material, elementos arquitectónicos e formas de ocupação do espaço (locais eleitos para a ocupação, circuitos de trânsito, leituras e sentidos da paisagem, etc.).

Outras materialidades poderiam ser eleitas para desempenhar papéis mais activos, sem que essa sua activação as destaque no registo arqueológico. A metáfora e a metonímia são recursos importantes nestas sociedades enquadradas por um universo mítico e sagrado (Tilley, 1999; Hernando, 2002). A representação simbólica da realidade com elementos e contextos da realidade, sendo procedimentos que ainda hoje poderemos descortinar no nosso presente, são traços característicos das sociedades arcaicas. A sua projecção no passado não deve ser imediata, mas alerta-nos para a dificuldade que pode constituir a definição da natureza de um contexto e, sobretudo, descortinar, entre a amálgama de

instrumentos e situações comuns, aqueles que podem ter sido seleccionados para desempenharem papéis socialmente mais activos nos processos de identificação, mas que não apresentam qualquer traço de destaque. A estes juntar-se-iam mecanismos tão ou mais eficazes no diálogo identitário, mas a que a Arqueologia não tem acesso: as dinâmicas de identidade teriam tradução na língua dessas comunidades, nos nomes que colocariam nas coisas, nas relações de parentesco estabelecidas, em gestos, em formas de vestir e decorar o corpo, enfim, numa infinidade de possibilidades diferenciadoras e identificadoras. Mas como já afirmei, o cepticismo e a frustração que estas limitações podem colocar a quem procura abordar estes assuntos a partir da sua dimensão material podem ser parcialmente ultrapassados com uma simples deslocação de objectivo: não procurar as formas através das quais se construíam e expressavam as identidades, mas procurar perceber as formas de participação nos processos de identificação que tiveram as materialidades que nos chegaram. E uma vez mais a correlação de inúmeras variáveis a várias escalas poderá ajudar na tentativa de discernir padrões de sentido, nem sempre com garantias de sucesso. No caso em estudo, contudo, a dimensão diacrónica da análise parece reforçar a possibilidade interpretativa atrás avançada.

> "Social relations are reproduced and identities are formed through movements in space as they are plyed out through time"
>
> (Gregory, citado em Thomas, 1996: 90)

No contexto da Malhada, em meados do milénio, a esta base estilística morfológica revela-se consolidada. Entre as organizações decorativas que consideramos porem assumir um carácter emblemático das dinâmicas identitárias locais, regista-se um decréscimo no tipo A (à base de caneluras) e um acréscimo do tipo B (motivos espinhados conjugados ou não com caneluras). As restantes organizações presentes em Santiago revelam igualmente a sua afirmação nas opções estilísticas dos habitantes da Malhada.

Contudo, a par da afirmação de uma estilística enraizada na tradição local, começam a juntar-se outras novas morfologias, organizações e técnicas decorativas, ainda que com uma representatividade (quer tomadas individualmente, quer em conjunto) pouco expressiva no conjunto do aparelho cerâmico. Algumas dessas alterações começam logo a registar-se nos níveis mais antigos da estratigrafia do sítio. É o caso do aparecimento dos primeiros recipientes troncocónicos. Será, porém, nos níveis mais recentes que começam a diversificar-se, ainda que de forma estatisticamente pouco representativa, a presença de novos elementos estilísticos. As decorações penteadas, até então residuais, crescem percentualmente, surge a decoração plástica associada a troncocónicos e sobretudo a

grandes potes de colo estrangulado, aparece a decoração com preenchimento a pasta branca (associada, não às organizações dominantes, mas às de tipo D, E e FA).

Estas novidades relativamente à tradição local parecem revelar (como já referimos no capítulo anterior) a abertura a contactos com as áreas vizinhas da bacia do Alto Douro e do Côa, onde se sentem influências estilísticas mesetenhas. Essa maior abertura ao exterior parece também traduzir-se na aquisição da tecnologia metalúrgica, ainda que, uma vez mais, com uma expressão débil. Ou seja, a Malhada traduz, na sua implantação, nos seus elementos arquitectónicos (estruturação das cabanas; estruturação das lareiras), na sua cultura material, a consolidação de um espaço de tradição em meados do milénio. Todavia, revela simultaneamente, sobretudo nos seus níveis mais recentes (que podermos enquadrar no 3º quartel do milénio), algumas influências estilísticas (e eventualmente tecnológicas) de Nordeste, as quais anunciam o momento de mudança em que esta área se vê envolvida a partir do último quartel do 3º milénio AC.

De facto, a segunda metade do milénio assiste a alterações significativas ao nível de certas categorias da cultura material. Para além do aparecimento da metalurgia, assiste-se ao declínio da pedra polida e alterações na estilística da cerâmica. O fundo comum morfológico mantém-se em sítios como a Quinta da Assentada ou Quinta das Rosas ou no Sector 3 da Fraga da Pena, mas a estilística decorativa altera-se profundamente, sendo agora dominantes as organizações penteadas (quase exclusivas), enquanto que as organizações tradicionais se tornam residuais. No interior dos recintos da Fraga da Pena, apesar do predomínio do fundo comum morfológico, o conjunto de novas formas atingem na globalidade cerca de 35% do aparelho cerâmico, com particular destaque para os recipientes campaniformes (que representam 13%). As decorações penteadas tornam dominantes e a novas morfologias surgem agora claramente associadas novas decorações, as quais não "ocupam" as formas tradicionais: a decoração plástica sobre troncocónicos e, sobretudo, grandes potes de base plana; as decorações associadas aos recipientes acampanuladas. A par, regista-se a redução das decorações tradicionais para níveis pouco expressivos.

Como foi anteriormente argumentado, estas alterações estilísticas traduzem uma clara influência da área mais a Nordeste, na bacia do Douro português e parte culminante da Meseta Norte e sugerem um movimento de abertura e integração da área de estudo num círculo estilístico mais vasto.

A dispersão espacial dos contextos com cerâmicas penteadas no Centro – Norte de Portugal (Figura 11-10) apresenta um concentração clara na bacia do Alto Douro, estendendo-se pela região transmontana. Aí, como já vimos no Capítulo 8, as cerâmicas penteadas atingem com frequência elevadas percentagens entre as decorações, as quais,

por sua vez, têm uma representatividade também muito elevada. Também nessa região se generalizam no final do Calcolítico e início da Idade do Bronze as decorações plásticas associadas ao designado "horizonte de Parpantique", no qual são igualmente recorrentes as organizações à base de "impressões beliscadas" que estão dominantemente aplicadas nos campaniformes da Fraga da Pena.

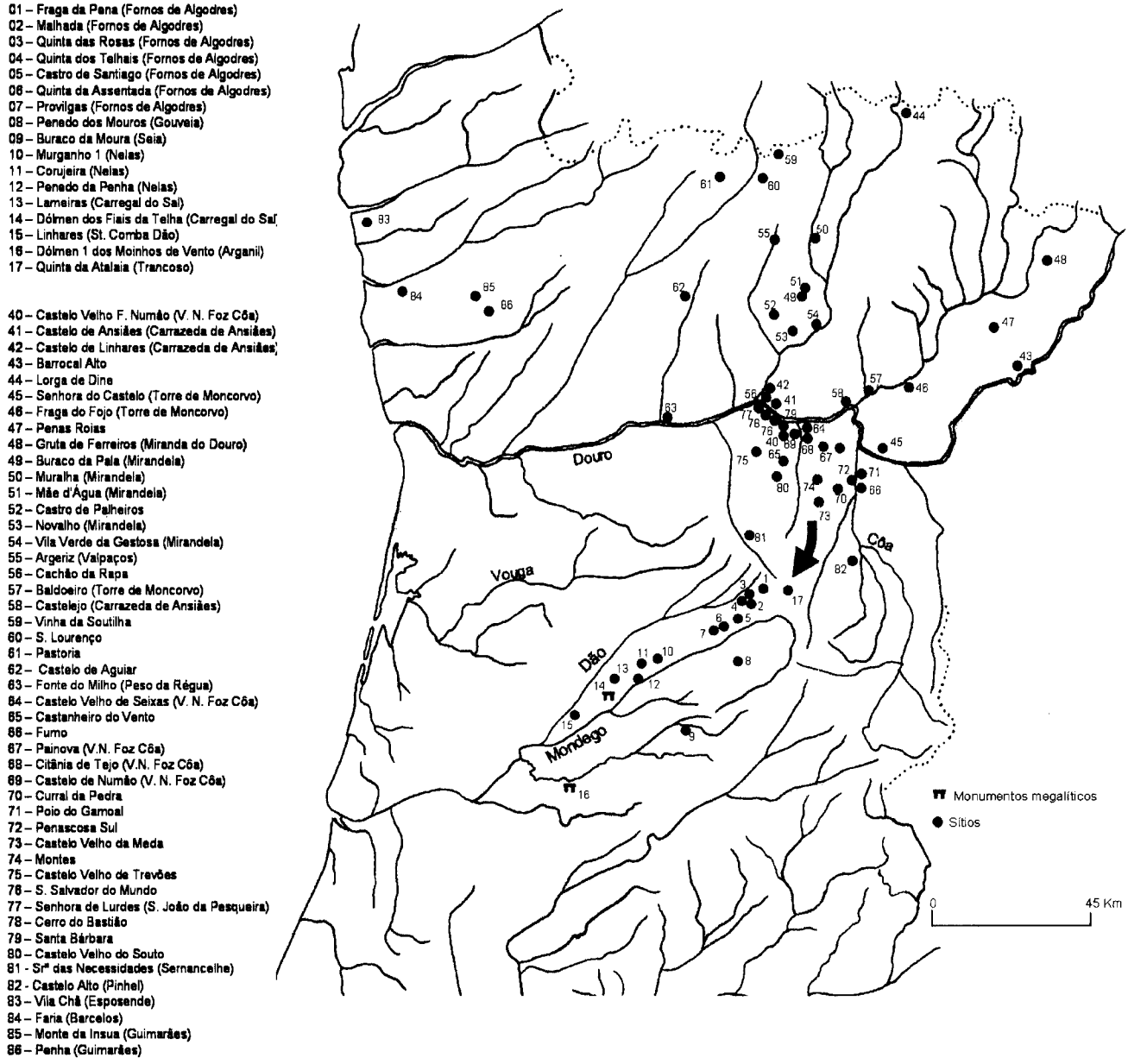


Figura 11-10 – Distribuição dos com cerâmicas penteadas no Centro-Norte de Portugal em contextos da Pré-História Recente.

Desta forma, a imagem de "personalidade local" que se formou durante a primeira metade do 3º milénio desvanece-se na segunda metade. Num momento de transição para a Idade do Bronze a expressão emblemática local está perfeitamente diluída e sobreposta por um conjunto elementos estilísticos de abrangência regional e transregional, os quais parecem traduzir a desarticulação da anterior ordem social localista do vale da Ribeira da Muxagata e da tradição que lhe estava associada.

A chegada de recipientes campaniformes e de protótipos metálicos de larga circulação (como a espada de cobre arsenical do Pinhal dos Melos) parecem sugerir, como foi discutido no capítulo anterior, que as estruturas sociais de tradição neolítica estavam em desagregação e que da organização comunitária solidária de base parental começavam a emergir situações de diferenciação social, traduzidas no aparecimento de "elites", as quais recorreriam a símbolos de expressão transregional para exibirem e consolidarem o seu estatuto progressivamente diferenciado.

O "novo regime" social em emergência está associado de forma recursiva à perca da escala localista e a uma abertura regional em rede mais activa, a qual se traduzirá na desestruturação da ordem local construída ao longo da primeira metade do milénio. Este processo terá integrado, necessariamente, alterações do foro identitário nas comunidades que habitaram o vale da Muxagata neste momento de marcada mudança. A base territorial da dinâmica identitária que gerou um espaço de tradição local está em mutação. É possível que processos de integração territorial, ainda que incipientes, estejam em curso e cuja dinâmica se articula com o aparecimento de elites que se ligam em rede de forma mais activa (os novos pacto sócio-políticos entre territórios de que fala Susana Jorge – 1999: 108), promovendo níveis de interacção que, progressivamente, irão desarticular territórios mais pequenos e autárquicos até à agregação de grandes territórios que, na Beira Alta, apenas parecem ocorrer a partir da 2ª metade do 2º milénio AC, no final da Idade do Bronze.

A emergência de elites socialmente diferenciadas introduz uma alteração profunda nas estratégias de identificação e nas próprias representações do espaço social. Elas trazem consigo uma forma nova de individuação. A concordância que dou a Almudena Hernando na concepção de uma ontologia diferente para a Pré-História, na qual não se pode projectar a noção *moderna* de indivíduo (Hernando, 2004), não significa dizer que não havia noções de individualidade entre os elementos destas comunidades. De facto, não subscrevo na totalidade a afirmação de que "a individualidade é uma forma de identidade e subjectividade particular, que de nenhuma forma se pode generalizar ao passado Pré-Histórico (Hernando, 2004: 91). Conforme sublinha Bermejo Barrera na sua crítica ao livro "Arqueologia e Identidade" de A. Hernando, não podemos confundir indivíduo com a

ideologia do indivíduo e que todos os seres humanos possuem consciência autobiográfica (Bermejo Barrera, 2003), que, naturalmente, não deixa de ser constituída socialmente em contextos relacionais. Logo, não podemos pensar a individualidade como "uma" forma de identidade, mas como "a" identidade individual que é universal, sendo que o que é histórico são as modalidades que contextualmente pode assumir. A individualidade há 5000 anos seria diferente da de hoje na Europa, como será também diferente hoje noutras partes do mundo (por exemplo no Japão). Podermos conceber que, num quadro finalista e em sociedades socialmente pouco diferenciadas e ainda com uma forte ligação ao mundo natural, a construção das consciências individuais estaria particularmente dominada por sentimentos de pertença e de participação, alojando-se, como refere Hernando, no grupo em que se integram. Conforme se referiu no ponto 11.2.1.1.1, a identidade individual é um problema de auto-reconhecimento realizado em contexto social (ou seja, onde também funcionam os mecanismos de exó-reconhecimento). Poderíamos imaginar esse sentimento de si como uma espécie de homologia que se estabelecia entre a parte (o indivíduo) e o todo (a comunidade), em que a diversidade de cada um se reduziria à sua participação (partilha de qualidades) da comunidade, a qual poderia estar personificada num ancestral mítico que funcionaria como uma espécie de "tipo ideal" de um conceito, ao qual se colavam as imagens de cada elemento. Mas não há Homem sem consciência de si, mesmo que essa consciência se conceba como parte de algo e seja socialmente pouco expressiva: não há sociedades em que os indivíduos não tenham nomes que os individualizem, mesmo que parte desse nome remeta para colectivos. A rede de interdependências sociais em que se integra o indivíduo conformam a sua individualidade, dotando-a de maior ou menor autonomia, mas não abolem a individuação. Esta é um processo dinâmico, relacional e contextualmente enquadrado, que se opera na relação recursiva entre sujeito e estrutura. De outra forma teríamos o Homem formatado como produto socialmente determinado.

A emergência de elites e os mecanismos sociais adoptados para a sua reprodução tenderão a introduzir alterações nos dinâmicas de identificação e de individuação, na medida em que criam novos parâmetros de diferenciação e novas estratégias identitárias. A individualidade tende a ganhar mais autonomia, na medida em que existe um novo padrão de destacamento e diferenciação relativamente ao colectivo. Independentemente das modalidades que essa diferenciação possa ter assumido localmente, essa tendência para uma maior autonomia da individualidade também se constitui e expressa através de materialidades e o 2º milénio será o momento em que se estabelece claramente nos rituais funerários (individualizados e personalizados). A tendência para maior autonomia da individuação, contudo, ter-se-á começado a delinear ainda dentro do 3º milénio. Para a região da Beira Alta, a par de reutilizações dos grandes monumentos, surgem pequenas construções, pouco ou nada visíveis na paisagem (como Lenteiros), indiciando inumações

de carácter muito restrito ou mesmo individual. Estas últimas encontram-se fortemente sugeridas em estruturas de tipo cista datadas da 1ª metade do III milénio AC em Vale de Cerva (Cruz, 1995; 1998). No final do milénio, contextos como as reutilizações campaniforme de determinados contextos megalíticos, como por exemplo a da Orca de Seixas (Senna-Martinez, 1994b), podem expressar enterramentos individualizados e personalizados, reforçando a ideia de uma sociedade em mudança (Jorge, 1999).

O arranque desta mudança no espaço que temos vindo a trabalhar parece coincidir com as ocupações da Quinta da Assentada, Quinta das Rosas e com a edificação dos recintos da Fraga da Pena enquanto espaços cerimoniais (ver capítulos 9 e 10), onde as novas propostas estilísticas de cariz emblemático de espectro de circulação alargado convivem com uma série aspectos que evocam a tradição local e o mundo que se começa a diluir. Estes esquemas mentais evocativos enquadram-se, eles próprios, nas formas de evocação de um passado mítico e numa visão cíclica do cosmos, próprias das cosmologias neolíticas. É nesse sentido que se propõe a interpretação da arquitectura da Fraga da Pena. O abandono residencial do Castro de Santiago não foi acompanhado por um esquecimento. Antes, o sítio ter-se-á mantido como meio através do qual as identidades locais se continuavam a expressar e a representar. A sua não reocupação poderá ter-se ficado a dever a diferentes factores, que tanto poderão estar associados a eventuais interditos relativamente àquele sítio, como simultaneamente a particularidades e simbolismos exibidos pela Fraga da Pena que a teriam potenciado como local particularmente activo nas relações sociais em curso no último quartel do milénio. A sua monumentalização seguindo uma arquitectura e organização espacial evocativa de Santiago poderá ser entendida, dentro do quadro de pensamento finalista, como uma forma de participação (no tempo e no espaço) nas qualidades de um sítio fundador de uma dinâmica identitária que, aos olhos dos seus participantes, seria dotada de características essencialistas e finalistas. Como já foi afirmado, interpreto esta situação como a modalidade a que localmente se recorre para gerir este processo de mudança e viabilizar a ascensão de elementos da comunidade à condição de elites, compatibilizando temporariamente a velha ordem em decadência com as novas dinâmicas territoriais, sociais e, necessariamente, identitárias. A afirmação de padrões estilísticos cerâmicos e metálicos de escala regional e transregional serão um dos meios através dos quais operam os processos de identificação da constituição destas elites emergentes, as quais as utilizarão como instrumento de diferenciação e expressão, seguindo um tipo comportamento que se generaliza por toda a península, e traduzem o fim de uma ordem local, que estruturalmente, e até meados do milénio, ainda se enquadraria dentro modelos mentais e sociais de matriz essencialmente neolítica.

11.4 CONCLUINDO

> "Em "O Espírito Criador" propus-me mostrar que existe uma única actividade criadora que se revela do mesmo modo nas artes e nas ciências. É errado considerar a ciência como um registo mecânico dos factos e é errado considerar as artes como fantasias antigas e individuais. A marca do espírito criador é o que torna universal não só cada ser humano como igualmente cada um dos domínios mencionados.
>
> Verifiquei que o acto da criação reside na descoberta de uma semelhança oculta. Em relação a dois fenómenos, ou a duas experiências aparentemente separadas, o cientista ou o artista encontra neles uma semelhança que não havia sido observada anteriormente e cria uma unidade ao apresentar a semelhança.
>
> O acto da criação é, portanto, original, mas não termina com o seu criador. O trabalho da arte ou da ciência é universal, na medida em que cada um de nós pode recriá-lo. Somos tocados pelo poema, seguimos o teorema, porque neles descobrimos de novo e captamos a semelhança inicialmente obtida pelo seu criador. De certo modo o acto de apreciação reactiva o acto de criação e por conseguinte cada um de nós é simultaneamente actor e intérprete."
>
> (Bronowsky, 1992)

O povoamento do vale da Ribeira da Muxagata e área planáltica da Superfície Fundamental durante o 3º milénio AC enquadra-se, em termos das grandes dinâmicas sociais peninsulares, no processo de consolidação das sociedades produtoras, das suas formas de territorialização e no arranque e desenvolvimento dos processos de hierarquização social.

A expressão local desta dinâmica global revela, contudo (e como não podia deixar de ser, numa perspectiva que não confunde a parte com o todo), uma trajectória personalizada que a individualiza como espaço de tradição relativamente a outras áreas locais e regionais.

Este espaço de tradição local constituiu-se essencialmente durante a primeira metade do 3º milénio e parece caracterizado por uma significativa autarcia de um território relativamente pequeno, estabelecendo um grande contraste com situações coevas que se vão desenvolvendo no sul peninsular. Uma nova territorialidade, a consolidação moderada de uma economia produtora e uma nova dinâmica identitária conjugam-se na estruturação de uma rede de povoamento que se organiza de acordo com trajectórias de circulação e com uma representação da paisagem alicerçada na cosmologia dual e cíclica enraizada na tradição neolítica. Neste sentido, as transformações económicas e tecnológicas em curso, assim como a expressão territorial que estabelecem, são ainda enquadradas e conformadas por esquemas mentais que se encontram em continuidade com o passado neolítico e que podem ser perspectivados no âmbito de um modelo cognitivo finalista de espaços geográficos e sociais qualitativos.

As novas aportações exógenas, sobretudo no domínio das arquitecturas, são colocadas ao serviço dessa nova expressão territorial e identitária. O esquema comunicacional e agregador utilizado no início do milénio mantém essa matriz neolítica, mas

recorre a novos elementos: um modelo arquitectónico exógeno (mas compatibilizado com a tradição tecnológica e com a paisagem local) e a eleição de um espaço residencial sedentário como polo agregador emissor de sentidos, o qual é, no desempenho desse papel, situado num ponto destacado da paisagem (o que é, em si, também uma inovação).

Neste sentido, a dinâmica de territorialização que localmente se desenvolve a partir do 3º milénio é, no seu início, um processo que não se enquadra nos modelos mais generalistas que colocam no final do Neolítico / início do Calcolítico a ocorrência de rupturas económicas e sociais significativas, gerando a emergência de marcada desigualdade social. Pelo contrário, neste ponto, a imagem que é avançada aproxima-se das propostas de Juan Vincent (1998), seguidas por Diáz-de-Rio (2001) para a região de Madrid e igualmente aceites por Marquéz Romero (2006), no sentido de que muitas sociedades dos finais do Neolítico / início do Calcolítico não terão gerado, de forma endógena, sistemas sociais de desigualdade, prolongando o papel organizador das estruturas parentais da matriz social neolítica. Durante esta primeira metade do 3º milénio, mudanças importantes noutras áreas vizinhas parecem não ter tido eco neste espaço local. A metalurgia, factor catalizador e potenciador de mudanças económicas e sociais não é absorvida, seja porque os níveis de interacção transregionais são baixos, seja porque é inicialmente rejeitada (eventualmente como estratégia de diferenciação e conservação). A organização social, por sua vez, não deixa transparecer alterações significativas, e claramente inscritas nas materialidades, relativamente aos esquemas de organização parental que pressupomos para as comunidades do final do neolítico. Os monumentos megalíticos continuam a ser utilizados e a marcar a leitura dual do território local, no quadro das cosmologias cíclicas e de relação com os antepassados de raiz neolítica. A maior fixação ao território, o seu controlo e afirmação de posse, a relação vivencial que com ele se estabelece, com as suas características geográficas e com aquelas que povoam as suas representações, articulam-se com dinâmicas identitárias que terão nas decorações cerâmicas e no Castro de Santiago (na sua localização, arquitectura, organização espacial e esquemas de circulação e acesso) duas das expressões emblemáticas que julgo poder reconhecer. Nesta área, o prolongamento das comunidades segmentárias, de base parental, terá atingido, pelo menos, a segunda metade do 3º milénio. Os primeiros sinais da sua progressiva dissolução só começam a ser perceptíveis a partir do 3º quartel, sugerindo que um processo de transição para comunidades socialmente hierarquizadas arranca localmente.

Trata-se de uma situação que sublinha as assimetrias regionais de um *trend* de longa duração e que obriga a moderar as afirmações de carácter mais genérico e, sobretudo, a suas aplicações imediatistas a diferentes áreas regionais. Por outro lado, não creio que estas assimetrias se possam reunir num modelo de centro periferia aplicável a escalas peninsulares antes de presença de estruturas estatais bem consolidadas, sustentadas por

regimes tributários explícitos (não "eufemísticos"). Estes modelos têm sido construídos sobre uma informação ainda pouco sustentada e aprofundada ao nível de escalas mais baixas (tanto regionais como locais), para as quais não se conhecem bem as redes de povoamento nas suas dinâmicas (sincronias e diacronias), sendo que muitas das vezes a maioria dos sítios são mal conhecidos (apenas sondados ou prospectados). Um dos méritos deste trabalho será, em meu entender, precisamente, o de sustentar a importância do aprofundamento da investigação dos sistemas de povoamento em áreas restritas e analisar o seu comportamento diacrónico, permitindo gerar quadros interpretativos mais sólidos relativamente a realidades locais que possam informar, de forma mais correcta, a construção dos grandes *trends* sociais.

Em meados do 3º milénio uma tradição local, uma dinâmica identitária e uma organização do território parecem consolidados. O seu "centro" agregador deixa de estar ocupado, mas não terá perdido no seu papel simbólico de organização da paisagem e dos processos de identificação (de agregação relativamente às comunidades do vale e de diferenciação relativamente às áreas vizinhas, de onde é bem visível à distância). A Malhada, localizada numa zona central e de encruzilhada de rotas de circulação, é agora uma das áreas residenciais de maior dimensão e intensidade de ocupação e os elementos emblemáticos, assim como os menos activos presentes na cultura material do Castro de Santiago, reforçam a imagem de uma tradição estabelecida. Contudo, alguns sinais de mudança começam a vislumbrar-se nas fases mais recentes de ocupação deste sítio.

Estes sinais estão sobretudo relacionados com novidades estilísticas ao nível da morfologia e decoração das cerâmicas, as quais revelam a absorção de padrões que circulam por áreas periféricas (aumento da representatividade de cerâmicas penteadas, aparecimento de alguma decoração plástica associada a potes de grandes dimensões e decoração com preenchimento a pasta branca, recipientes trococónicos). Possivelmente já dentro do 3º quartel, surgem as primeiras evidências de metalurgia, ainda que aparentemente com uma expressão reduzida.

A partir dos finais do 3º quartel os sinais de mudança começam a acentuar-se. A estruturação do povoamento no território mantém a sua organização e nada sugere significativas alterações nas percepções e representações do espaço local. Contudo, assiste-se à drástica redução das expressões estilísticas emblemáticas e à sua substituição por novos modelos que revelam uma clara influência setentrional, a partir da vizinha região da bacia do Alto Douro e da Meseta. O espaço local parece agora mais aberto e começa a sofrer o impacto das dinâmicas de áreas vizinhas.

A sua integração numa dinâmica de expressão espacial mais abrangente consolida-se no último quartel do milénio, associada a alterações na organização social interna que

começam, neste momento, a poder ser pela primeira vez vislumbrada na área. A tradicional expressão estilística emblemática local é agora residual (embora o fundo comum artefactual actuando de forma isocréstica se mantenha) e é substituída por novas organizações decorativas associadas a novas formas cerâmicas e modelos metálicos de expressão transregional. A presença de elementos interpretáveis como objectos de prestígios indica a alterações na tradicional organização social, sugerindo a emergência de elites que se procuram diferenciar e expressar o seu poder através desses bens. Estas mudanças serão correlativas de alterações ao nível das identidades, nomeadamente com o reforço das autonomia dos processos de individuação.

A edificação de um centro cerimonial na Fraga da Pena neste novo momento de transição (para a Idade do Bronze no quadro da periodização tradicional) assume uma papel de gestão da mudança, procurando, através da evocação da tradição local a vários níveis, promover as alterações sociais em curso. A manipulação de novas materialidades emblemáticas de expressão transregional, num contexto ritual e num cenário que parece estabelecer homologias com o passado local (e que poderia ser ele próprio um lugar com profundidade histórica), regularia e viabilizaria, no campo do sagrado, as tenções provocadas pela mudança na ordem que termina, facilitando e conformando a ascensão das novas formas de poder e das novas relações sociais.

O quadro aqui traçado apresenta alguns desalinhamentos relativamente a esquemas generalizantes dominantes para as dinâmicas de mudança entre os finais do 4º e os inícios do 2º milénio AC a nível peninsular. A intenção foi a de que a análise, sendo informada por esses discursos de síntese globalizante, procurasse perceber as características específicas que caracterizaram essas dinâmicas de mudança a nível local e avaliar as potencialidades explicativas e interpretativas de diferentes ângulos teóricos de abordagem. Estas, podem (e são) conjugáveis em vários aspectos da sua operatividade, constituindo-se como ferramentas que podem ser articuladas na construção de um discurso mais rico, procurando evitar situações de conflito insuperável.

Naturalmente, muito do que aqui se propõe não pode ser demonstrado, no sentido de uma qualquer busca de prova (cf. Capítulo 1). Antes, procurou-se estabelecer uma plataforma de dados, perante a qual as hipóteses interpretativas de sentido possam ser confrontadas. Nesse confronto, os resultados serão diversificados. Algumas propostas induzirão uma adesão mais sólida e convicta, outras configuram-se como mais arrojadas e de forte carga especulativa e suscitarão maiores reservas. Mas nenhuma me parece destituída de sentido e de plausibilidade e penso que podem resistir ao confronto com a informação hoje disponível para a região.

Naturalmente, a relação entre os dados de carácter mais empírico e a sua organização em quadros teóricos de sentido, nem sempre poderá ser assumida de forma directa e outras leituras são, naturalmente, possíveis. As solução será, quase sempre, o recurso a cruzamento de variáveis. Foi o que se pretendeu fazer, ao procurar que as diferentes hipóteses interpretativas se conjugassem em quadros coerentes de sentido que, ainda que não validáveis por confirmação, pudessem resistir ao confronto com os dados empíricos, não sendo contraditas por eles.

As leituras da paisagem, dos próprios lugares e dos sentidos que eventualmente terão tido poderão parecer, por vezes, uma adesão a uma Arqueologia Fenomenológica próxima do historicismo, como nos propõem alguns autores anglosaxónicos. Mas não se trata de fazer uma Arqueologia Fenomenológica no sentido historicista, ou seja, de reconstruir sensações e percepções passadas através das nossas experiências actuais, numa homologia entre nós e os outros passados. Trata-se de, através de experiências fenomenológicas presentes e da reflexão sobre elas, articulando-as com modelos teóricos do funcionamento das estruturas cognitivas, das espacialidades humanas e com todo o conhecimento que vamos produzindo sobre as comunidades passadas e que consideramos não descartável (ou ainda não descartável), procurar novas formas de entendimento destas comunidades passadas, relacionarmo-nos com elas de uma forma diferente, procurando compreender os seus sentidos e a sua maneira de estar no mundo, ganhando, com os esses contrastes e homologias, conhecimento relativamente à nossa própria subjectividade.

A importância concedida à variável identidade resulta de uma preocupação pessoal com o tema e da importância que se lhe concede na conformação das dinâmicas de mudança e na forma como as comunidades humanas se estruturam no espaço e no tempo. O que se visou foi compreender como a variável identidade *poderá* ter operado num determinado contexto e como terá participado na sua dinâmica ao longo do 3º milénio, permitindo evidenciar o seu potencial hermenêutico para abordagem das formas de como um *trend* de longa duração e de grande abrangência espacial se expressa a uma escala local, com as suas dinâmicas e ritmos desfasados e soluções "personalizadas", e de como é por elas conformado.

Construí, assim, um discurso que procura dotar de sentido um conjunto de dados e perceber as dinâmicas que operaram naquele território, sensivelmente durante um milénio, num quadro de formas de pensar e estar diferentes. Globalmente, creio que o discurso forma um quadro de sentido que apresenta coerência interna e revela preocupação com o controlo reflexivo, estabelecendo pontes significativas com outros discursos construídos para processos similares noutras áreas regionais. Mas trata-se, como já foi sublinhado, de um discurso válido para a área de Fornos de Algodres e ainda fragilizado pelo

desconhecimento que existe relativamente a estas problemáticas na região em que se integra. Fragilidade que se manifesta na consciência de que o que aqui se assume poderá vir a ser contrariado com o evoluir da investigação regional. Mas estaremos sempre dentro dos limites do nosso contexto, sem que isso signifique, de facto, um grande problema.

> "Na aldeia em que vivo existe um médico muito simpático que é um pouco surdo. Este homem, porém, não se envergonha do facto e usa um aparelho no ouvido. A minha filha conhece-o, e ao seu aparelho, desde bebé. Quando, com a idade de dois anos, encontrou um outro senhor que usava um aparelho semelhante, disse simplesmente: "Aquele homem é médico." Evidentemente que ela se tinha enganado; todavia, se ambos os homens não usassem aparelhos para melhorar a audição, mas estetoscópios, teríamos ficado encantados com esta generalização. Contudo, ela não teria grande ideia daquilo que um médico faz e ainda menos daquilo que é, mas sem dúvida teria estado, e quanto a mim esteve, ainda quando se enganou, no caminho do conhecimento humano que se processa por meio da formulação e da correcção dos conceitos."
>
> (Bronowsky, 1992)

12

POST SCRIPTUM OU A CONTINGÊNCIA E A REPERCUSSÃO SOCIAL DO DISCURSO

> "Se, tal como Davidson faz, abandonarmos a noção da linguagem que se adequa ao mundo, podemos ver a justificação da tese de Bloom e de Nietzsche de que o fazedor forte, a pessoa que usa as palavras como estas nunca antes foram usadas, é a mais capaz de apreciar a sua própria contingência, já que essa pessoa pode, mais claramente do que o historiador, o crítico ou o filósofo em busca da continuidade, ver que a sua *linguagem* é tão contingente quanto os seus pais ou a sua época histórica.(...)
>
> Só os poetas, suspeitou Nietzsche, conseguem verdadeiramente apreciar a contingência. Os restantes estamos condenados a permanecer filósofos, a insistir em que há na verdade uma lista de carga verdadeira, uma descrição verdadeira da situação humana, um contexto universal das nossas vidas conscientes a tentar escapar à contingência. Em vez de, à semelhança do poeta forte, reconhecermos e apropriar-nos da contingência."
>
> (Rorty, 1994: 53-54)

12.1 BREVE RECAPITULAÇÃO DE UM PERCURSO PESSOAL

Volta-se, neste capítulo, à temática do Capítulo 1, em parte expressa na citação que o abre: "Ninguém poderá jamais subtrair-se, actualmente, à reflexividade que caracteriza o espírito moderno" (Gadamer; 1998: 18). Trata-se de procurar captar os processos contingentes que pautaram o presente trabalho e, dessa forma, condicionaram o seu resultado final, numa perspectiva de que todo o conhecimento é auto-conhecimento (Santos, 1998), ou seja, que assume um carácter biográfico e de vivência pessoal que deve ser assumido e pensado reflexivamente.

A seguir as ideias de Nietzsche e, na sua linha, as de Rorty, esta análise reflexiva deveria traduzir-se num poema, onde, usando as palavras "como estas nunca antes foram usadas", se conseguisse construir uma imagem da minha contingência. Não sou, contudo, poeta. Pelo que terei de me limitar a tentar pensar esses processos contextuais numa linguagem mais presa à razão (ou, para alguns, ao seu mito). Facto que, seguindo a mensagem freudiana, não será de todo problemático, já que a mesma a todos atribui um

inconsciente criativo, concepção que redunda numa democratização da genealidade (Philip Rieff, citado por Rorty, 1994: 62), ou seja:

> "... a teoria psicanalítica tornou a noção de fantasia tão ricamente problemática que nunca mais deveríamos conseguir tomar como dada a distinção entre a arte e a vida"
> (Leo Bersani, citado por Rorty, 1994: 63)

Aventurar-me numa empresa destas é, contudo, um trabalho bem mais complexo do que acabo de concluir e incomparavelmente mais vasto. Pensar a minha contingência é pensar o meu contexto ou, numa perspectiva mais dinâmica, os meus sucessivos contextos dos últimos anos. Mas os contextos não deixam de ser uma construção, quanto mais não seja pela razão de que têm, também eles, os seus próprios contextos, o que nos remete para a escala e para os limites (fronteiras, se quisermos) da contextualidade. A pergunta é simples: onde estão os limites do meu contexto? A resposta não é particularmente complexa: estão onde eu os quiser traçar. Não será complicado defender que as contingências a considerar neste trabalho serão diferentes se, por exemplo, se pensar o problema à escala do contexto português, do ibérico ou do europeu. Isto porque, na actual sociedade em rede, o nosso posicionamento no mundo é relacional a uma escala vastíssima, onde nem sempre a proximidade é mais condicionante que o que nos chega de longe. No limite, significaria reviver-me numa espécie de psicanálise em permanente relação com os meus sucessivos contextos a várias escalas, com a minha constelação mais ou menos aleatória de fenomenologias, o que é, de todo, uma impossibilidade: apenas uma parte de mim e das minhas vivências está na minha memória e, mesmo essa, vai sendo sucessivamente presentificada. Assim, não me resta senão criar para a reflexão presente, com base nas minhas percepções actuais, os limites contextuais que considero relevantes. Deixo deliberadamente de forma as questões relativas a traços de personalidade e determinados processos identitários, limitando-me a um exercício reflexivo circunscrito a algumas contingências que elegi como particularmente significativas para todo o processo de elaboração deste trabalho e à auto percepção que hoje tenho do meu percurso teórico recente.

Assumo como ponto de partida o trabalho realizado sobre o Castro de Santiago (Valera,1997a), o qual foi o primeiro passo no presente processo de investigação. Mas se este é o momento escolhido para balizar a análise geral de um conjunto de contingências, a razão de ser deste sítio e do espaço objecto de estudo está lá bem mais atrás, numa trajectória de vida que me levou, em criança, àqueles territórios e a desenvolver afectos que, mais tarde e com outros olhares, ali me reconduziram. Esses outros olhares correspondem às perguntas (e aos quadros conceptuais) com que se iniciou a investigação, mas, ao contrário de qualquer idealização, algumas das motivações e das opções iniciais tiveram

mais a ver com as circunstâncias das trajectórias pessoais que com critérios eminentemente científicos. Esta mesma reflexão era já sugeria (embora pouco desenvolvida) no capítulo introdutório da monografia dedicada ao Castro de Santiago:

> "A existir um qualquer "manual do investigador" o mesmo começaria com uma afirmação do género: toda a investigação científica parte de questões, de problemas. "Se não há pergunta, só há o nada", acrescentaria Lucien Febre. Efectivamente, é hoje comummente aceite que só a problemática válida deve desencadear todo o projecto de investigação, que vai da escolha das fontes à obtenção das respostas, ou seja, de construções de enunciados sintetizadores sobre o real que procuram responder às questões iniciais (muitas vezes remodeladas e reorientadas pelo constante *feedback* que ocorre durante o processo). Quanto às perguntas e à sua validade, essas dependem do contexto em que são feitas, na medida em que a construção do passado é feita em função das trajectórias presentes."
>
> (Valera, 1997a: 4)

As razões para a base espacial genérica do presente trabalho (porquê a Beira Alta? porquê Fornos de Algodres?) têm, pois, origem em contingências dos meus percursos de vida bem anteriores ao início do processo de investigação. Estão nas férias que durante anos passei em Figueiró da Granja (sede da freguesia onde se situa o Castro de Santiago); nas várias visitas que, enquanto jovem, efectuei àquele sítio ainda sem o perspectivar como arqueológico; no facto de ter iniciado e desenvolvido os primeiros anos de prática arqueológica com alguém que investigava na Beira Alta; no facto de o meu conhecimento do concelho ter facilitado o acolhimento e apoio da minha proposta de trabalho pelo município local. Deste modo, se problemáticas existiam à partida, e existiam, elas estavam vinculadas a uma vivência e a realidades muito concretas que lhes eram prévias. Se dúvidas houvesse relativamente ao contexto social e pessoal da produção de conhecimento, ficariam aqui desvanecidas.

Acabado o mestrado realizado na FLUL tendo por base o Castro de Santiago e elaborada uma primeira revisão do questionário que serviria de base à presente investigação, deixei a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (onde fui aluno de duas licenciaturas, de uma pós graduação e um mestrado entre 1981 e 1997) e inscrevi-me para doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Esta minha deriva institucional correspondeu, essencialmente, a uma deriva teórica que se vinha maturando.

A influência da evolução teórica registada na FLUP é nítida no presente trabalho, nomeadamente em determinadas abordagens interpretativas, das quais é exemplo o discurso produzido sobre a Fraga da Pena ou em determinados problemas de natureza teórica e epistemológica. Outras, partilhadas pela escola de Arqueologia Pré-Histórica da FLUP, vieram directamente do contacto com a bibliografia arqueológica anglo-saxónica e de obras filosóficas, outras ainda, como a questão das identidades, resultaram de um

progressivo interesse pessoal por essas matérias e pelos problemas que, hoje em dia, lhes estão associadas. Mas aspectos nucleares do trabalho mais arqueométrico e metodológico reflectem a formação que adquiri na FLUL.

Esta trajectória académica sublinha também uma outra situação que me parece indisfarçável no texto produzido: a sua vinculação a um percurso que se iniciou com pressupostos teóricos diferentes.

De facto, se quando iniciei o mestrado a abordagem do povoamento local na área de Fornos de Algodres era já um desígnio que se viria a afirmar na monografia dedicada ao Castro de Santiago, a qual era apresentada como um primeiro momento de um processo de investigação mais vasto, uma formação teórica mais sólida encontrava-se, também, a dar os primeiros passos. Iniciei os trabalhos em Santiago em 1988, dois anos após a conclusão do curso de História na FLUL. Os trabalhos decorreriam até 1996 e, paralelamente, acabei por fazer, como segunda licenciatura, a Variante de Arqueologia na mesma universidade durante os primeiros anos da década de noventa.

Num ensino que nunca foi marcado por fortes preocupações teóricas, antes pelas fenomenologias da investigação de cada professor, os enquadramentos teóricos (nomeadamente as problemáticas de foro epistemológico), mais que debatidos e assumidos, eram passados de forma mais ou menos subtil. Naturalmente existiram as excepções que, nestas circunstâncias, sempre confirmam a regra. A nível teórico, contudo, a principal influência que reconheço situa-se na primeira licenciatura, na cadeira do 4º ano de Metodologia da História leccionada por José Baginha, que deixou o corpo docente daquela faculdade no ano seguinte. Aí, através da análise da historicidade da construção hitoriográfica, tanto ao nível das condicionantes sociais, como das próprias categorias metais da cognição (como a capacidade de conservação, de reversibilidade, centração e as suas repercuções nas categorias de tempo, espaço e causalidade), despertaram-me, definitivamente creio, para as problemáticas dos processos de construção do conhecimento, para a contextualidade e complexidade que o envolve.

A investigação em Santiago iniciou-se, portanto, quando os meus níveis de consciência e autonomia crítica despontavam (o que me trouxe os primeiros dissabores que hoje recordo com um sorriso). Naturalmente, o questionário de abordagem, reflectido nas metodologias empregues, traduziam a minha formação na FLUL.

Se no mundo aglosaxónico os anos oitenta do século passado corresponderam ao momento de chegada da pós modernidade à Arqueologia, com o pós processualismo e toda a crítica que este transportava relativamente ao *status quo* introduzido pela Nova Arqueologia duas décadas antes, em Portugal, e no que à Pré História Recente diz respeito, eram ainda tempos de afirmação das perspectivas funcionalistas e materialistas contra um

histórico culturalismo fortemente enraizado. A expressão máxima desse combate era reflectida na famosa disputa entre difusionismo e indigenismo relativamente aos povoados fortificados calcolíticos, da qual ainda dei eco na monografia sobre o Castro de Santiago.

Neste contexto, fui desenvolvendo uma insatisfação com o discurso arqueométrico como discurso final da disciplina, ou com o discurso panfletário de marcada intenção política, denunciador e propangandista, com fortes condicionalismos ideológicos (o PREC não estava assim tão longe): um discurso descaradamente construído para combates presentes, mas incapaz de assumir o reducionismo que o seu desmedido comprometimento presentista e o seu carácter eminentemente instrumentalista implicam, num conhecimento mais de intervenção do que de relação entre passado e presente. Assim, os enquadramentos processualistas, que se conjugavam bem com a minha formação de base onde a historiografia dos Annales tinha tido uma intervenção de destaque, foram orientando os primeiros passos da minha investigação.

Ao longo da década de noventa, contudo, as raízes deixadas durante a licenciatura de História por José Baginha, mas também pela influência da Nouvelle Histoire que me chegara essencialmente através das disciplinas de História Cultural e das Mentalidades (de que destaco as docências de Fernando António Baptista Pereira para a Época Moderna e de Hernâni Resende para a Época Contemporânea), começavam a acentuar o interesse pelas derivas teóricas pós-processualistas, que encontravam na escola do Porto a sua principal porta de entrada na Arqueologia Pré-Histórica portuguesa. Na monografia do Castro de Santiago estas últimas fizeram-se sentir de uma forma ainda incipiente, predominando claramente uma abordagem de pendor funcionalista (que mantenho como consequente), mas as preocupações epistemológicas surgem já bem expressas.

Paralelamente, a relação específica que se foi estabelecendo com um determinado espaço em que desenvolvia investigação e com os "lugares" arqueológicos, estimulou o interesse pelo relação entre espaços e formação identitária, relação que foi a via de acesso à problemática das estratégias de identificação no passado pré-histórico, ao mesmo tempo que se acentuava o interesse pelas questões relativas à natureza da produção de conhecimento e das questões éticas que lhes estão inerentes.

Deste modo, o projecto deste trabalho iniciou-se com uma forte preocupação em procurar manter um controlo relativamente às questões envolvidas na construção do conhecimento produzido e assumindo, como um dos objectivos centrais a atingir, a abordagem da problemática da identidade no contexto do discurso interpretativo relativo à rede de povoamento local durante o 3º milénio AC.

Naturalmente, o contexto profissional em que o trabalho foi desenvolvido exerceu o seu papel simultaneamente potenciador e limitador. Foi já um contexto profissional diferente

do que havia servido de enquadramento à produção da monografia sobre o Castro de Santiago, mas, tal como aquele, não foi um contexto de exclusividade e de dedicação plena à investigação. Bem longe disso, foi um contexto exigente, consumidor de tempo, atenção e energias, mas que também proporcionou experiências e apoios importantes sem os quais dificilmente este trabalho teria chegado ao seu termo.

Esta resenha, necessariamente simples e sem grandes pretensões analíticas, apresenta alguns dos pontos, dos momentos, a que atribuo alguma relevância na construção reflexiva que faço da contingência deste texto. Todavia, face ao carácter fortemente aleatório que a globalização tem vindo a potenciar ao nível das trajectórias pessoais, é cada vez mais complicado identificar os momentos chave da nossa evolução intelectual. Ao contrário do que frequentemente se sublinha, penso que a globalização não exerce exclusivamente uma força homogeneizante, mas que também gera dinâmicas de diversificação, já que nos alarga as trajectórias individuais possíveis, em que o estar próximo ou ser recorrente já não é necessariamente critério para uma maior ascendência. Nesta expansão da rede individual de relações podem existir influências subtis, mas decisivas, ainda por mim não percebidas.

12.2 DA NECESSIDADE DE UM ENVOLVIMENTO SOCIAL

> "Seja como for, os cinquenta anos que acabaram de se passar - a primeira metade do século XX - assistiram a um desenvolvimento da ciência em geral e da física em particular, inigualáveis na transformação do conhecimento ocidental sobre aquilo que muito frequentemente tem sido designado como a Situação Humana. Tenho poucas dúvidas de que serão necessários aproximadamente mais cinquenta anos até que o sector instruído do público em geral venha a tomar consciência desta alteração. Como é evidente, não sou um idealista que espera conseguir acelerar substancialmente este processo com algumas conferências públicas. Mas, por outro lado, este processo de assimilação não é automático. Temos de trabalhar para o conseguir alcançar. Neste trabalho faço a minha parte, confiando em que os outros farão a sua. De certo modo, essa é a nossa tarefa na vida."
>
> Erwin Schrödinger, Ciência e Humanismo

> "Todo o conhecimento científico visa instituir-se em senso comum"
>
> (Santos: 1998: 55)

Na introdução a um livrinho que fazia um primeiro inventário do Património Arqueológico de Fornos de Algodres (Valera, 1993), escrevi: "Mas proteger, salvaguardar e valorizar não basta. Antes de tudo o mais, há que não esquecer para quem este trabalho se destina. De uma maneira geral, para todos nós, mas de uma maneira muito mais concreta para as populações locais: para aqueles que vivem em torno desses vestígios que representam, em muitos casos, as suas origens."

Nessa altura iniciava os trabalhos na Fraga da Pena. Doze anos volvidos, e apesar de a publicação global dos dados e das interpretações aqui desenvolvidas estar, naturalmente, ainda por fazer, a Fraga da Pena é já um sítio bem conhecido da comunidade arqueológica nacional e internacional (através de artigos ou apresentações em congressos, sendo citado por colegas de diferentes nacionalidades).

Contudo, esta progressiva visibilidade científica não foi acompanhada, na mesma medida, pela sua visibilidade pública, facto que resulta de duas situações particulares: uma sociedade mal preparada e pouco atenta e interessada nas questões da ciência em geral, à qual se associa a tradicional dificuldade da ciência portuguesa em dialogar com essa mesma sociedade. Como consequência, a constituição da Fraga da Pena como património tem sido mais lenta do que a sua afirmação como recurso científico.

Mas se o percurso tem sido trilhado em ritmo lento, também não é menos verdade que, já hoje, a Fraga da Pena exerce um fascínio sobre muitos dos que a visitam e começa a participar na construção e reforço de identidades colectivas, ou seja, começa a comportar-se como património.

De facto, o património não existe em si mesmo. Antes, é constituído por elementos materiais e imateriais em interacção com as comunidades e que cada presente activa como elementos evocativos e representativos de passados mais ou menos distantes ou de momentos contemporâneos, que assim se tornam em elementos emblemáticos (simbólicos) na permanente construção de tradições, das identidades e memórias individuais e colectivas e em factores de disputa e legitimação político/territorial e ideológica. Ou seja, o património é um recurso simbólico, algo que é histórico e permanentemente recriado em cada presente.

Há duas décadas, a Fraga da Pena era, para quase toda a gente, apenas um conjunto de penedos. É certo que já destacado e marcante na paisagem. Afinal, nas reformas administrativas, foi seleccionado como marco para estabelecer fronteiras entre concelhos de Fornos de Algodres e Tancoso, para além de dividir, no primeiro, as freguesias de Queiriz e Sobral Pichorro. Mas o seu "poder simbólico" sobre as populações resumir-se-ia a essa componente de referencial espacial e administrativo. Hoje, porém, escavado e activado como local de relação privilegiada com o passado e com a bela paisagem envolvente, o sítio começa a recuperar toda uma carga simbólica e um poder sobre as pessoas que, embora de formas diferentes, terá tido quando, no início da Idade do Bronze (há cerca de 4000 anos), ali foram construídos dois recintos fortificados.

A relação com o património é uma relação possessiva, como o é normalmente toda a relação humana que envolve sentimentos de pertença e identidade. É interessante verificar que, após dezassete anos de trabalho em Fornos de Algodres, as "pedras" antigas passaram a ser vistas e vividas de outra forma em muitas freguesias, ao ponto de ser por

vezes difícil, e em alguns casos impossível, levá-las para o centro de interpretação recentemente criado. As disputas pela "posse administrativa" de sítios arqueológicos emergem, lembrando "combates" semelhantes, mas mais "veementes", em torno da localização de uma ou outra capela. O património arqueológico vai, aos poucos, constituindo-se como tal, acabando por entrar para a arena das disputas e rivalidades identitárias, onde é utilizado como recurso de união e diferenciação perante o outro, perante o vizinho. Neste jogo identitário, o património ganha as suas virtudes como elemento que estabelece relações de diálogo no presente e entre o presente e o passado.

Para tal o discurso arqueológico científico tem que sair da sua cápsula e procurar ajudar a desenvolver essa relação, o que nem sempre se verifica. Creio que qualquer arqueólogo conhece os chavões da justificação para a "sociedade civil" pagar para que ele faça Arqueologia. Memória colectiva, identidade, sendo coisas tão importantes, começam a tornar-se banalidades e sobretudo palavras ocas de sentido prático, que se proferem como fundamentação na altura de justificar ou reclamar subsídios, investimentos ou obrigações que decorrem de impactos negativos. Isto porque se evoca um desígnio social relevante, mas se pratica o conhecimento pelo conhecimento, sem qualquer preocupação em o disponibilizar de uma forma consequente, activa e socialmente útil. O retorno social não se verifica. Insisto em que o património não é prévio ao seu conhecimento, mas que se constitui precisamente com o seu conhecimento e valorização enquanto tal. Todo o discurso arqueológico dito científico só será relevante na construção de memórias e identidades se for partilhado, vivenciado. E essa é uma obrigação, para não dizer o desígnio, da Arqueologia.

A ideia de que é fundamental a disponibilização pública dos contextos e discursos arqueológicos conduziu, ao longo dos dezassete anos de trabalho sistemático sobre o património arqueológico do concelho, a várias iniciativas de divulgação, das quais se destacam a valorização de sítios, a criação de um roteiro arqueológico e a construção de um Centro de Interpretação. Estas iniciativas, que contam com inúmeros paralelos noutros concelhos do país, tendem, contudo, para uma visão algo passiva do público, onde este essencialmente "consome" um discurso oficial que lhe é disponibilizado e pouco ou nada participa na construção do conhecimento e do património.

Foi precisamente para ir um pouco mais além nesse envolvimento e na forma de como o discurso científico pode penetrar mais activamente na vivência pública do património, que surgiu o desafio que originou "A lenda da Fraga da Pena", concretizado quando se procedia à redacção da presente dissertação.

A interpretação, que aqui foi desenvolvida sobre a Fraga da Pena, considera que aquele sítio teria sido um local cerimonial onde ocorreriam actividades espaciais, de carácter

essencialmente simbólico e sagrado. Mais do que uma área residencial, aquele espaço terá sido construído como cenário de práticas ritualizadas. A atracção que o homem pré-histórico terá sentido pelo local, tal como hoje, terá tido tudo a ver com a imponente formação granítica que constitui a Fraga. Contudo, se hoje este imponente maciço rochoso aparece aos nossos olhos como uma formação natural que explicamos cientificamente recorrendo a conceitos e ao saber da geologia e da geomorfologia (neo tectónica, erosão diferencial, etc.), aos olhos do Homem pré-histórico a sua interpretação seria muito diferente. Desprovido do conhecimento que a ciência construiu ao longo dos últimos séculos, mantendo com a natureza uma relação muito mais íntima, onde a separação entre natural e artificial seria menos marcada ou eventualmente inexistente, a comunidade que edificou os recintos da Fraga da Pena teria interpretações bem diferentes para a origem e morfologia desta formação. Provavelmente estar-lhe-iam associadas histórias, mitos, que a justificariam e explicariam. Que contribuíam para que aquele local fosse especial e marcasse de modo significativo a paisagem de então e a forma como as populações se organizavam no espaço. As experiências que o sítio proporcionava (e proporciona), seja de dia, com uma vista magnífica sobre o Vale da Muxagata e até à Serra da Estrela, seja de noite, à luz de fogueiras que provocam sombras que parecem animar os penedos, contribuiriam para estimular o imaginário destas comunidades e reforçar o carácter "mágico" do local. Esta interpretação é parte do discurso interpretativo que é aqui disponibilizado, num texto de cariz técnico e científico. Este mesmo discurso tem sido transmitido noutros textos da mesma natureza e através de palestras ou visitas guiadas ao local. A convicção de que é necessária a sua disponibilização e uso público incentivou uma nova experiência, a qual traduziu uma nova forma de o construir, transmitir e vivenciar.

As presumíveis lendas, histórias, mitos associadas à Fraga são irrecuperáveis pela Arqueologia. Nunca poderemos saber quais eram concretamente. Mas, com o conhecimento que elaboramos sobre estas comunidades, podemos ter uma ideia plausível do que poderiam ter sido. Poderíamos criar uma que fosse possível e através dela passar o conhecimento construído, o qual é recebido e absorvido de uma forma diferente, ela própria evocadora das formas tradicionais de transmitir o saber. É a ciência a recorrer ao mito e à lenda como forma de se comunicar, ou melhor, é a inter-penetração de formas de linguagem que permitem que o conhecimento científico saia da linguagem técnica formalizada e se revele como uma produção humanizada e que visa entrar no diálogo comunitário.

Nada melhor que lançar ao "público" o desafio de inventar a lenda. Àquele que vai progressivamente sentindo a Fraga como património e vai ficando preso aos seus encantos e poderes mágicos. Melhor, talvez, só mesmo apresentar essa lenda numa encenação dramática no local. No passado a Fraga da Pena era um local especial para actividades especiais. Hoje voltaria a sê-lo e o presente estabeleceria, assim, uma relação com o

passado. Seria património a constituir-se como tal: conhecido, mas também vivido e experienciado.

O desafio foi lançado e aceite. A lenda foi feita por alguém que vive a escassos 2/3 quilómetros da Fraga da Pena e a poucas centenas de metros da Quinta das Rosas e da Malhada, tendo por base as orientações dadas pelo discurso aqui proposto e algumas outras fontes de inspiração. No dia 2 de Outubro de 2005, a lenda seria representada para um público de mais de duas centenas de pessoas, à noite, na própria Fraga da Pena, associada a um espectáculo de música popular. A assistência era dominantemente composta por pessoas das povoações vizinhas, que conheciam a Fraga à dezenas de anos. A partir desse dia passaram a conhecer outra Fraga e, provavelmente sem muitos terem disso consciência, passado e presente relacionaram-se naquela vivência e na "nova personalidade" que aquele lugar assumiu para aquelas pessoas.

Como ilustração de uma forma diferente de comunicar discursos técnicos e científicos fica aqui uma transcrição da encenação da "Lenda da Fraga da Pena" da autoria de Rosa Costa.

"ONDPEDRACOM"

CENA I – Sob o fascínio das pedras

A cena decorre ao anoitecer.
O vídeo projector aponta para um lençol branco situado na lateral direita da Fraga.
Três actores colocam-se em torno da Fraga em sítios e distâncias diferentes.
O **actor principal**, situado a maior distância, tem uma máquina fotográfica pendurada no pescoço.

Ao longe ouve-se a sua voz carregada de emoção:

- Lindo! Este sítio é simplesmente lindo! Magnífico!

No lençol/ tela vão aparecendo sucessivamente as imagens da Fraga recolhidas ouvindo-se, em simultâneo, o disparo ininterrupto do obturador.

Uma outra voz colocada a uma outra distância refere:

- Que paisagem magnífica!

Novas fotos revelam novas facetas da Fraga...
A uma outra distância, oposta a esta última, ouve-se **uma outra voz**:

- Imponente! Que sítio fantástico!

As imagens sucedem-se mostrando diferentes perspectivas da Fraga da Pena, fazendo nascer a curiosidade cúmplice de quem observa... oferecendo diferentes olhares... facultando a entrada da porta de acesso a um outro mundo, situado num outro tempo, há 4000 anos A.C.

" O fotógrafo é um feiticeiro
uma criatura merecedora de respeitos
reservados às divindades."
... Ele detém " o poder mágico da imagem:
desocultar os múltiplos sentidos
do acontecido,
libertar o tudo que poderia ter sido,
naquilo que simplesmente foi."
(Mia Couto)

CENA II – A lenda da Fraga da Pena

A cena decorre já noite...
A Fraga está iluminada apenas por tochas de forma a facilitar a entrada num mundo mágico e misterioso...

A atenção do espectador é atraída para uma fogueira que arde no meio de um círculo de pedras irradiando um brilho intenso.
Mal nos apercebemos que **está um vulto deitado no penedo**...

No meio do silêncio **ouve-se um silvo agudo vindo do espaço e uma faixa de luz que anuncia a queda de um meteorito num local próximo.**
O vulto levanta-se, observa o meteorito e agradece a dádiva dos Deuses.

A respeito do vulto:

Chama-se DAGODS, um guerreiro destemido e inteligente, a quem os Deuses haviam concedido poderes e "respeitos reservados às divindades".
Nenhum outro homem tinha o privilégio de estabelecer contacto com os Deuses em local por eles reservado.

O sítio que hoje conhecemos por Fraga da Pena foi pois um local de fronteira entre a Terra e o Universo, entre o mundo dos Deuses e o mundo dos Homens. Dizia-se que nenhum ser vivo podia aproximar-se deste local sem receber o apelo divino sujeitando-se a ser comido pelas pedras. Daí o nome atribuído ao local: "Ondpedracom".

Sempre que vinha a este local DAGODS acabava por aqui permanecer durante vários dias e noites submetendo-se à vontade dos Deuses, de quem obtinha preciosas dádivas e bênçãos para o seu povo.

Não raras vezes essas dádivas caíam do espaço sob a forma de corpos rochosos que DAGODS apanhava e colocava na fogueira transformando-os em bolinhas brilhantes que depois trabalhava, criando armas poderosas e adornos de rara beleza.

Devido à beleza, maleabilidade e difícil obtenção deste material metálico doado pelos Deuses e graças ao domínio progressivo de técnicas de o manipular, DAGODS conquistou prestígio e admiração na região, reunindo à sua volta destemidos guerreiros que se foram fixando no sítio hoje conhecido por Castro de Santiago, constituindo uma comunidade respeitada e temida naquele território.

Numa das paredes da Igreja Paroquial da freguesia de Algodres pode ver-se um rosto esculpido na pedra que os mais velhos dizem ser de DAGODS.

As terras de DAGODS estavam contudo ameaçadas por uma terrível serpente gigante que vivia há muitos anos no interior da Terra e que muito raramente se conseguia ver graças à capacidade que tinha de se confundir com a paisagem dominante.

Vulgarmente conhecida como "Mãe das Formigas" ou, como FAG, pelo som que emitia ao rastejar, esta criatura tinha um grande poder destrutivo sempre que emergia à superfície, acompanhada por formigas gigantes. Diz-se que as formigas a mantinham e também se diz que, se a cortassem em pedaços, estes se juntavam.

Os povos que sucessivamente visitavam esta região, atraídos pelas condições geográficas do território acabavam por aqui permanecer pouco tempo devido ao perigo que a serpente gigante representava para a sua estabilidade e sobrevivência.

O seu domínio na região marcava inclusive a paisagem rasgada por vales profundos e planaltos.

A lenda que conhecemos sobre a ocupação humana do território que hoje abrange a freguesia de Maceira dá-nos conta do poder destrutivo das formigas e de FAG, obrigando os sobreviventes da comunidade que aí se havia fixado a mudar-se para outro um lado mais distante.

Depois de expressar o seu reconhecimento aos Deuses **DAGODS dirige-se em direcção à fogueira, levando consigo machados de pedra polida e outros utensílios.**

Senta-se no chão junto à fogueira, fixando o olhar no brilho que esta irradia. Dela **retira uma pedra incandescente que coloca à sua frente começando a bater-lhe com o machado e depois com outros utensílios.**

A pedra brilhante **vai assumindo formas diversas, emitindo sons diferentes, que o artista admira fascinado...os sons que retira das pedras ecoam no espaço formando uma música divertida.**

...DAGODS trabalhava sem descanso procurando obter o máximo rendimento do tempo que os Deuses lhe concediam para ali permanecer.

Dois olhos gigantes observam-no sem que DAGODS se aperceba.

(Num penedo da Fraga são projectadas expressões faciais em movimento, dando-lhe vida).

A terrível serpente FAG há muito que vigia DAGODS assumindo diversas formas de rocha que vai amontoando, formando, na paisagem, uma escarpa proeminente.

As modificações que FAG produzia na paisagem eram observadas e interpretadas por DAGODS como resultado da vontade dos Deuses servindo, simultaneamente, como teste à sua capacidade de orientação.

Apesar da distância que o separava do local onde vivia com a sua comunidade, DAGODS conseguia sempre localizar o sítio "ONDPEDRACOM", orientando-se pelo brilho e pelo som que obtinha das pedras ao tocar-lhes...

Esta sua sensibilidade rara ao som e à luz fascinava FAG que conhecia e seguia todos os movimentos de DAGODS faz muito tempo...

FAG nutria especial fascínio pelas luzes que irradiavam da fogueira e, de modo muito particular pela música que DAGODS produzia...

Sentado à fogueira, DAGODS coloca uma série de pedras à sua frente e vai pegando ora numa, ora noutra, cheirando-as...de seguida escolhe duas... ata uma em cada mão com cordel e bate uma contra a outra, **experimentando retirar delas sons diferentes...**

(o actor faz de conta que está a tocar castanholas...e tenta outros sons, divertindo a plateia).

O entusiasmo da plateia é partilhado por FAG que **começa a produzir outros sons em resposta aos sons produzidos por DAGODS...**

DAGODS pára de tocar e faz-se silêncio...toca algo e a resposta de FAG surge de imediato com um outro som...

DAGODS retira da fogueira uma tocha e dirige-se para a rocha que produz os sons... ao aproximar-se, o som pára e começa a surgir de uma outra rocha...

Por fim, DAGODS afasta-se e senta-se novamente no chão junto à fogueira, olhando fixamente para o conjunto de rochas à sua volta... dois olhos vão aparecendo, ora numa, ora noutra rocha...

DAGODS sente o chão a mexer-se à sua volta... não consegue impedir que as pedras se aproximem de si e que o engulam...

Ouve-se uma música alta assustadora, trovões, relâmpagos... **a ira dos Deuses** assume também expressão verbal (voz distorcida):

- FAG, "Mãe das Formigas", serpente amaldiçoada pelos Deuses, ficarás para sempre sepultada nesta morada "ONDPEDRACOM" !
Doravante, só um ser humano evoluído espiritualmente te pode transmitir vida.
Se tiveres a sorte de o encontrar, a tua vida estará ao serviço do homem, e da união entre os povos.
Serás conhecida por "FAG-UNI", a divindade da união entre a Terra e o Universo, entre a Natureza e os Homens.

CENA III – FAG-UNI

A cena começa com uma música de fundo (cd celta)...
O actor principal com a máscara no rosto sobe lentamente até ao cimo da FRAGA enquanto se ouve a voz do narrador:

FAG-UNI vive em estado letárgico no penedo de acesso ao interior da Fraga e, apenas goza de vida consciente quando alguém sobe até ao cimo. A vibração da pessoa que se aproxima transmite-lhe vida, começando por mover-se irradiando uma luz que se intensifica tornando-se cada vez mais brilhante e colorida, à medida que a pessoa sobe.

(movimentos cor e luz)

Quando alguém chega ao topo **FAG-UNI** coloca-se quase nos calcanhares do visitante transformando-se em pedra, para de seguida sair cantando, extravasando a sua alegria...
FAG-UNI só obtém a sua forma perfeita no círculo do " abismo" quando este é alcançado por um ser humano evoluído espiritualmente.

Se assim não for, **FAG-UNI**, fica como paralisada, o seu corpo fica incompleto, a sua cor indefinida e a luz vacilante.

Esta criatura sofre, quando não consegue formar-se totalmente e a sua queixa é um som quase imperceptível, semelhante ao sibilar do vento... mas quando o homem ou a mulher que lhe dão vida estão cheios de pureza, **FAG-UNI**, pode assumir formas diversas feitas de luz e cor.

O seu regresso à vida é muito breve, pois ao descer com o peregrino, **FAG-UNI**, transforma-se novamente em rocha esperando pelo próximo visitante.

As histórias associadas a este local levaram as comunidades a construir dois recintos fortificados destinados à realização de cerimónias religiosas, com acesso restrito a pessoas "espiritualmente evoluídas", evocando o passado e o poder da lenda.
Neste chão estão sepultadas memórias dos nossos antepassados conferindo história e religiosidade à relação que eles mantiveram com a Natureza e com o Universo que os rodeava.

> "Fechar" a história é um ritual em que o narrador fala com a própria história. Pensa-se que os relatos históricos são retirados de uma caixa que nos foi deixada por Guambe e Dzavane, o primeiro homem e a primeira mulher. No final da cerimónia, o narrador volta-se para a história – como se a história fosse uma personagem – e diz-lhe: "Volta para casa de Guambe e Dzavane." É assim que a história volta a ser encerrada nesse baú primordial.
>
> O que acontece quando não se "fecha" a história? A multidão que assiste fica doente, contaminada por uma enfermidade que se chama doença de sonhar."
>
> Mia Couto

Este pequeno e inusitado capítulo, com os dois assuntos que foca, enquadra-se numa perspectiva epistemológica concreta: a de que o conhecimento (neste caso de natureza disciplinar arqueológica) é uma construção, um discurso com "desígnios de verdade", mas profundamente histórico e ancorado nas contingências dos seus tempos e espaços e que encontra a sua principal justificação no retorno social que proporciona. Na primeira parte trata-se de conceber o conhecimento como uma prática que nos aproxima (em vez de nos afastar) daquilo que estudamos e que integra a nossa própria vivência e nos modifica e conforma. Na segunda, é o assumir que todo o conhecimento tem desígnios sociais que só são atingíveis na sua disponibilização participada à comunidade em geral, recorrendo à uma conjugação de formas, de estilos, de linguagens que facilitam a sua

Quando alguém chega ao topo **FAG-UNI** coloca-se quase nos calcanhares do visitante transformando-se em pedra, para de seguida sair cantando, extravasando a sua alegria...
FAG-UNI só obtém a sua forma perfeita no círculo do " abismo" quando este é alcançado por um ser humano evoluído espiritualmente.

Se assim não for, **FAG-UNI**, fica como paralisada, o seu corpo fica incompleto, a sua cor indefinida e a luz vacilante.

Esta criatura sofre, quando não consegue formar-se totalmente e a sua queixa é um som quase imperceptível, semelhante ao sibilar do vento... mas quando o homem ou a mulher que lhe dão vida estão cheios de pureza, **FAG-UNI**, pode assumir formas diversas feitas de luz e cor.

O seu regresso à vida é muito breve, pois ao descer com o peregrino, **FAG-UNI**, transforma-se novamente em rocha esperando pelo próximo visitante.

As histórias associadas a este local levaram as comunidades a construir dois recintos fortificados destinados à realização de cerimónias religiosas, com acesso restrito a pessoas "espiritualmente evoluídas", evocando o passado e o poder da lenda.
Neste chão estão sepultadas memórias dos nossos antepassados conferindo história e religiosidade à relação que eles mantiveram com a Natureza e com o Universo que os rodeava.

> "Fechar" a história é um ritual em que o narrador fala com a própria história. Pensa-se que os relatos históricos são retirados de uma caixa que nos foi deixada por Guambe e Dzavane, o primeiro homem e a primeira mulher. No final da cerimónia, o narrador volta-se para a história – como se a história fosse uma personagem – e diz-lhe: "Volta para casa de Guambe e Dzavane." É assim que a história volta a ser encerrada nesse baú primordial.
>
> O que acontece quando não se "fecha" a história? A multidão que assiste fica doente, contaminada por uma enfermidade que se chama doença de sonhar."
>
> Mia Couto

Este pequeno e inusitado capítulo, com os dois assuntos que foca, enquadra-se numa perspectiva epistemológica concreta: a de que o conhecimento (neste caso de natureza disciplinar arqueológica) é uma construção, um discurso com "desígnios de verdade", mas profundamente histórico e ancorado nas contingências dos seus tempos e espaços e que encontra a sua principal justificação no retorno social que proporciona. Na primeira parte trata-se de conceber o conhecimento como uma prática que nos aproxima (em vez de nos afastar) daquilo que estudamos e que integra a nossa própria vivência e nos modifica e conforma. Na segunda, é o assumir que todo o conhecimento tem desígnios sociais que só são atingíveis na sua disponibilização participada à comunidade em geral, recorrendo à uma conjugação de formas, de estilos, de linguagens que facilitam a sua

difusão e vivência. E neste assunto, não posso deixar de confessar uma certa atracção pelo radicalismo do anarquismo metodológico:

> "(...) a minha principal objecção às soluções intelectuais dos problemas sociais reside no facto de partirem de um reduzido ambiente cultural, atribuírem-lhe validade universal e servirem-se do poder para o imporem aos outros."
>
> (Feyerabend, 1991: 355)

É este capítulo justificável numa dissertação de doutoramento? A melhor resposta poderá ser encontrada na comparação da hermenêutica desta tese feita antes da leitura deste ponto final com a hermenêutica da mesma tese feita depois da sua leitura.